



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2365

Quinta-feira - 19 de Outubro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Gaspar .....	670	Novo Horizonte .....	835
Água Doce .....	4	Governador Celso Ramos .....	672	Orleans .....	844
Alto Bela Vista .....	5	Gravatal .....	677	Ouro Verde .....	847
Anchieta .....	6	Guaramirim .....	678	Paial .....	848
Apiuna .....	10	Guarujá do Sul .....	681	Palhoça .....	849
Arroio Trinta .....	13	Herval d'Oeste .....	692	Palma Sola .....	852
Arvoredo .....	14	Ibiam .....	693	Papanduva .....	853
Ascurra .....	16	Ibicaré .....	698	Paraíso .....	854
Balneário Rincão .....	18	Ibirama .....	699	Passo de Torres .....	871
Bandeirante .....	163	Ilhota .....	700	Passos Maia .....	872
Barra Bonita .....	169	Imarui .....	701	Penha .....	873
Barra Velha .....	170	Imbituba .....	702	Petrolândia .....	882
Bela Vista do Toldo .....	172	Indaial .....	703	Pinheiro Preto .....	883
Benedito Novo .....	173	Iporã do Oeste .....	716	Piratuba .....	889
Biguaçu .....	180	Ipuacú .....	717	Pomerode .....	891
Blumenau .....	192	Ipumirim .....	719	Ponte Serrada .....	893
Botuvera .....	199	Iratí .....	720	Porto Belo .....	897
Braço do Trombudo .....	200	Irineópolis .....	721	Porto União .....	901
Brusque .....	214	Itá .....	727	Pouso Redondo .....	907
Caçador .....	226	Itaiópolis .....	729	Praia Grande .....	908
Caibi .....	241	Itapema .....	730	Princesa .....	909
Camboriú .....	242	Itapiranga .....	731	Rancho Queimado .....	911
Campo Alegre .....	244	Itapoá .....	733	Rio do Campo .....	912
Campos Novos .....	251	Ituporanga .....	738	Rio dos Cedros .....	920
Canelinha .....	252	Jaborá .....	739	Rio do Sul .....	913
Canoinhas .....	253	Jaraguá do Sul .....	740	Rio Fortuna .....	921
Capinzal .....	268	Joaçaba .....	765	Romelândia .....	926
Catanduvas .....	269	Jupia .....	771	Salto Veloso .....	930
Caxambu do Sul .....	322	Lages .....	772	Santa Cecília .....	932
Celso Ramos .....	323	Lauro Muller .....	777	Santa Rosa de Lima .....	933
Cerro Negro .....	325	Lebon Regis .....	778	Santa Rosa do Sul .....	934
Chapécó .....	326	Leoberto Leal .....	779	Santa Terezinha do Progresso .....	935
Cocal do Sul .....	555	Lindóia do Sul .....	787	São Bento do Sul .....	937
Concórdia .....	556	Luis Alves .....	800	São Bonifácio .....	940
Cordilheira Alta .....	557	Luzerna .....	801	São Carlos .....	941
Coronel Freitas .....	575	Macieira .....	803	São Domingos .....	942
Correia Pinto .....	584	Mafra .....	804	São Francisco do Sul .....	944
Cunha Porã .....	586	Maracajá .....	805	São João Batista .....	962
Cunhataí .....	596	Maravilha .....	807	São João do Oeste .....	969
Curitibanos .....	597	Marema .....	808	São Joaquim .....	971
Descanso .....	623	Massaranduba .....	809	São José .....	974
Dionísio Cerqueira .....	625	Matos Costa .....	813	São Lourenço do Oeste .....	982
Dona Emma .....	646	Meleiro .....	816	São Miguel da Boa Vista .....	983
Ermo .....	647	Modelo .....	817	São Miguel do Oeste .....	995
Flor do Sertão .....	648	Morro Grande .....	818	São Pedro de Alcântara .....	999
Forquilha .....	653	Navegantes .....	819	Schroeder .....	1000
Fraiburgo .....	655	Nova Itaberaba .....	826	Seara .....	1042
Frei Rogério .....	666	Nova Trento .....	827	Sombrio .....	1046
Garopaba .....	669	Nova Veneza .....	834	Sul Brasil .....	1048

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2365

Quinta-feira - 19 de Outubro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

Tangará.....	1103	Trombudo Central.....	1116	Vargem Bonita .....	1130
Tigrinhos .....	1104	Tunápolis.....	1117	Videira.....	1131
Tijucas .....	1105	Turvo .....	1119	Vitor Meireles.....	1132
Timbé do Sul .....	1108	União do Oeste .....	1120	Xanxerê.....	1133
Timbó .....	1109	Vargeão.....	1124	Xavantina .....	1136
Três Barras .....	1115	Vargem .....	1125	Xaxim.....	1139

## Associações

AMERIOS.....	1173	GRANFPOLIS.....	1173
--------------	------	-----------------	------

## Consórcios

ARIS .....	1175
CIGA .....	1176
CIMCATARINA.....	1177
CIMVI.....	1177
CIS/AMREC.....	1179
CIGAMERIOS .....	1179



# Abdon Batista

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 114/2017

Publicação Nº 1405400

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 144/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 114/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA RANDON RD 406, DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO :Menor preço POR ITEM

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 06 de novembro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 18 de outubro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

**347/2017**

Publicação Nº 1404940

PORTARIA Nº 347/2017 – DE 18 DE OUTUBRO DE 2017  
“CONCEDER LICENÇA LUTO A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com Lei Complementar 015/99, Art. 63

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 8 dias consecutivos em razão do falecimento do pai, a partir de 13/10/2017, conforme art. 63 da Lei complementar nº 015/99, conforme Declaração de óbito anexa, para a servidora RUBIA NEIVA ZATTA BEAL, servidora efetiva no cargo de Fonoaudióloga 20 horas.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de outubro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017

Publicação Nº 1405471

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de equipamentos de informática, de refrigeração, aparelhos condicionadores de ar, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e Eletro-portáteis.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 8h50 do dia 31/10/2017.

Abertura: às 9h do dia 31/10/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 10 de outubro de 2017.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017

Publicação Nº 1405462

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de placas de sinalização de trânsito.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 8h50 do dia 01/11/2017.

Abertura: às 9h do dia 01/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 13 de outubro de 2017.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

# Anchieta

## PREFEITURA

### CONTRATO 015 - FMAS

Publicação Nº 1405085

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANCHIETA  
EXT. CONTRATO Nº 015/2017 INEXIGIBILIDADE Nº 005/2017  
OBJETO: Contratação de prestação de serviço para 01 (uma) vaga de acolhimento institucional de criança que se encontra em situação de risco pessoal e social, a qual permanecerá em regime de acolhimento no Lar Aprisco, situado na rua Odilo Antônio Linck 1621, Centro, na cidade de São José do Cedro – SC, em atenção ao mandamento judicial constante no processo nº 0900017-06.2016.8.24.0002 no período de 19 de outubro de 2017 à 17 de novembro de 2017.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL APRISCO.

VALOR R\$: 4.480,00 (Quatro Mil, Quatrocentos e Oitenta Reais).  
ASSINATURA: Pelo FMAS, CARLA MARINA TREMARIN – Gestora do FMAS; e pela

Associação: MARCOS CESAR COSTA.

Anchieta, 19 de outubro de 2017.

### CONTRATO 029 - FMS

Publicação Nº 1405325

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA  
EXT. CONTRATO Nº 029/2017 PP Nº 025/2017  
OBJETO: Aquisição de peças e prestação de serviço de mão de obra, para manutenção e conservação do veículo Fiat Doblo Attractive 1.4 placa MLU 9353, Ano/Mod 2014, utilizado no transporte das equipes de Estratégia Saúde da Família. Pagos com recursos do Ministério da Saúde, Proposta: 3600012552201700.PAB/EMENDAS.

CONTRATADO: IRACEMA PROVIN - ME.

VALOR R\$: 5.700,00 (Cinco Mil e Setecentos Reais).

ASSINATURA: Pelo FMS, Martinhos Scantamburlo – Gestor Municipal; e pela

Empresa: Rozane Maria Provin.

Anchieta, 18 de outubro de 2017.

### DECRETO Nº 134/2017

Publicação Nº 1405767

DECRETO Nº. 134 /2017, de 06 de outubro de 2017

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.289, de 09 de dezembro de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I  
CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

#### CAPÍTULO II

##### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais) destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

#### 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### 03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0185.2.019 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Ensino Infantil  
(56) 3.3.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 20.000,00

12.365.0427.2.022 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Programa de Alimentação Escolar - Ens.Infantil  
(70) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 6.000,00

##### 07 - CULTURA

13.392.0247.2.123 - Adm. Geral dos Bens e Serviços Culturais, Biblioteca,  
e Festividades do Município  
(85) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 7.000,00

##### 08 - ESPORTE E LAZER

27.812.0224.2.124 - Adm. Geral dos Bens e Serviços Desporto Amador  
(86) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 2.500,00

#### 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

##### 01 - AGRICULTURA

20.122.0021.2.031 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Agricultura  
(89) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 4.000,00

#### 10 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.122.0021.2.200 - Adm. Geral dos Bens e Serv.Secretaria de Assist. Social  
(02) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00  
Total ..... R\$ 44.500,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

#### 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### 03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0185.2.019 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Ensino Infantil

(53 ) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 20.000,00

12.365.0427.2.022 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Programa de Alimentação Escolar - Ens.Infantil  
(68) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 6.000,00

#### 07 - CULTURA

13.392.0247.2.123 - Adm. Geral dos Bens e Serviços Culturais, Biblioteca, e Festividades do Município  
(83) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 7.000,00

#### 08 - ESPORTE E LAZER

27.812.0224.2.124 - Adm. Geral dos Bens e Serviços Desporto Amador  
(87) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 2.500,00

#### 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

##### 01 - AGRICULTURA

20.122.0021.2.031 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Agricultura  
(91) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 4.000,00

#### 10 – – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.122.0021.2.200 - Adm. Geral dos Bens e Serv.Secretaria de Assist. Social  
(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00  
Total ..... R\$ 44.500,00

#### CAPÍTULO III

##### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4 Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.278, de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

#### CAPÍTULO III

##### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
06 de outubro de 2017.  
IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.  
Anchieta – (SC), 06/10/2017.

FernandaCristina Segalin  
Secretária de Administração e Gestão

## DECRETO Nº 135/2017

Publicação Nº 1405769

DECRETO Nº. 135 /2017, de 06 de outubro de 2017

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 55,53 (cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.289, de 09 de dezembro de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 55,53 (cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 55,53 (cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

#### 10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

##### 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.0483.2.303 - Manutenção da Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais

(31) 3.3.90.00.00.00.00.00.0830 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2,58

(32) 3.3.90.00.00.00.00.00.2830 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 52,95

Total ..... R\$ 55,53

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 830 (00.01.0830) Transf. de Recursos do FNAS - APRIMORA REDE, e na fonte de recursos sob o nº. 2830 (00.03.0830) Transf. de Recursos do FNAS - APRIMORA REDE-Superavit Financeiro, em conformidade com o disposto neste ato.

Art. 3º Para atendimento Parcial da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos), concernente ao Excesso de Arrecadação apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, relativamente à Fonte de Recursos 830 (00.01.0830) Transf. de Recursos do FNAS - APRIMORA REDE, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 4º Para atendimento Complementar da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, relativamente à Fonte de Recursos 2830 (00.03.0830) Transf. de Recursos do FNAS - APRIMORA REDE- Superavit Financeiro, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
06 de outubro de 2017.  
IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.  
Anchieta – (SC), 06/10/2017.

Fernanda Cristina Segalin  
Secretária de Administração e Gestão

### DECRETO Nº 136/2017

Publicação Nº 1405770

DECRETO Nº. 136 /2017, de 06 de outubro de 2017

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.289, de 09 de dezembro de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :  
TÍTULO I  
CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.122.0021.2.200 Adm.Geral dos Bens e Serviços do Secret. Assistência Social  
(02) 3.3.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

08.243.0485.2.206 – Manut.dos Serv. Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
(12) 3.1.90.00.00.00.00.00.0722 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00  
Total ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.122.0021.2.200 Adm.Geral dos Bens e Serviços do Secret. Assistência Social  
(01) 3.1 .90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

08.243.0485.2.206 – Manut.dos Serv. Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
(14) 3.3.90.00.00.00.00.00.0722 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00  
Total ..... R\$ 10.000,00

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
06 de outubro de 2017.  
IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.  
Anchieta – (SC), 06/10/2017.

Fernanda Cristina Segalin  
Secretária de Administração e Gestão

### HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - PP/025/2017 FMS

Publicação Nº 1405329

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo nº 035/2017 – Pregão Presencial nº 025/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Anchieta - SC, por meio do Gestor Municipal torna público que homologou a adjudicação do Processo Licitatório nº 035/2017, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, para: Aquisição de peças e prestação de serviço de mão de obra, para manutenção e conservação do veículo Fiat Doblo Attractive 1.4 placa MLU 9353, Ano/Mod 2014, utilizado no transporte das equipes de Estratégia Saúde da Família. Pagos com recursos do Ministério da Saúde, Proposta: 36000125522201700. PAB/EMENDAS.

EMPRESA VENCEDORA:  
IRACEMA PROVIN - ME  
Valor Total R\$: 5.700,00

Anchieta, 18 de outubro de 2017.  
MARTINHOS SCANTAMBURLO  
Gestor FMS.

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 005/2017 - FMAS**

Publicação Nº 1405074

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA  
AVISO DE INEXIGIBILIDADE 005/2017.

A Gestora do FMAS de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Inexigibilidade 005/2017. Para: Contratação de prestação de serviço para 01 (uma) vaga de acolhimento institucional de criança que se encontra em situação de risco pessoal e social, a qual permanecerá em regime de acolhimento no Lar Aprisco, situado na rua Odilo Antônio Linck 1621, Centro, na cidade de São José do Cedro – SC, em atenção ao mandamento judicial constante no processo nº 0900017-06.2016.8.24.0002 no período de 19 de outubro de 2017 à 17 de novembro de 2017.

Contratado: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL APRISCO.

Valor R\$: 4.480,00 (Quatro Mil, Quatrocentos e Oitenta Reais)

Anchieta, 18 de outubro de 2017.

CARLA MARINA TREMARIN

Gestora do FMAS



# Apiuna

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO PP 120/2017

Publicação N° 1404869

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 104/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 120/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM HORAS DE TRATOR DE ESTEIRA (PESO OPERACIONAL ACIMA DE 14.000 KG) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiuna/SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 120/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM HORAS DE TRATOR DE ESTEIRA (PESO OPERACIONAL ACIMA DE 14.000 KG) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, conforme quantitativos e condições a seguir:

60488 - TERRAPLANAGEM ZIMATH LTDA ME					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM TRATOR DE ESTEIRA COM PESO OPERACIONAL ACIMA DE 14000 KG, EQUIPAMENTO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO (EQUIPAMENTO + OPERADOR + COMBUSTÍVEL + TRANSPORTE)	KOMATSU	250	R\$170,0000	R\$ 42.500,00
Total Fornecedor:			R\$ 42.500,00		
Total Geral:			R\$ 42.500,00		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### 2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 120/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

#### 3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 31/12/2017.

#### 4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 A prestação do serviço será feita parceladamente, conforme a necessidade. Os serviços deverão ser prestados em todo o território municipal, em até (02) dois dias após emissão de Ordem de Serviço, por parte da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

4.1.1 Se a realização dos serviços cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da realização do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente aos serviços realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos serviços entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

#### 5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 e as respectivas para o exercício de 2018.

Dotação
124.7.1.2070.333903999000000.1000000

## 6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

## 7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## 8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos /serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

## 9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevisíveis desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas

até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

## 10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na prestação do serviço.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## 11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 18 de outubro de 2017.

JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE		
EMPRESA:		
TERRAPLANAGEM ZIMATH LTDA ME ROLAND ZIMATH JUNIOR Contratada		



# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1828 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1404949

DECRETO Nº 1828, de 17 de outubro de 2017.

Cancela o Processo Licitatório nº 0114/2017, Dispensa de Licitação nº 0061/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC, no uso de suas atribuições, que lhe foram conferidas por lei, e em especial a contida na Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que o Executivo Municipal deflagrou o Processo Licitatório nº. 0114/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 0061/2016, que tinha por objeto AQUISIÇÃO DE FITROS E ÓLEOS PARA SUBSTITUIÇÃO NA REVISÃO DAS 2.000 HORAS DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA LINK BELT 160X2;

CONSIDERANDO, que a empresa que forneceu orçamentos das peças equivocou-se cotando como se fossem de outra marca, não compatíveis com a o equipamento, descrito do processo;

CONSIDERANDO o pedido da empresa, para desconsiderar o referido orçamento, pois os valores estão totalmente fora da realidade.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelado, de ofício, o Processo Licitatório nº 0114/2017, Dispensa de Licitação nº 0061/2017, que tem como objeto AQUISIÇÃO DE FITROS E ÓLEOS PARA SUBSTITUIÇÃO NA REVISÃO DAS 2.000 HORAS DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA LINK BELT 160X2; e

Art. 2º. O Município de Arroio Trinta providenciará a realização de novo certame para a aquisição do material objeto acima descrito, com elaboração de novo edital, em conformidade com as devidas cautelas e em atendimento às normas legais vigentes especialmente a Lei. 8.666/93.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 17 de outubro de 2017.  
Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

### TOMADA DE PREÇOS Nº 0006/2017 - CONSTRUÇÃO DE URNAS COMUNITÁRIAS E DEPÓSITO DE OSSOS - CEMITÉRIO MUNICIPAL

Publicação Nº 1404975

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços Nº 0006/2017.

Tipo: Menor Valor Global.

Objeto: Contratação de Empresa especializada visando a Execução de Obra, sob o Regime de Empreitada Global, com Fornecimento de Materiais, Equipamentos e Mão-de-Obra, compreendendo a CONSTRUÇÃO DE URNAS COMUNITÁRIAS E DEPÓSITO DE OSSOS, EM TERRENO DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, TUDO DE ACORDO COM O PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA QUANTITATIVA E ORÇAMENTÁRIA. OBS.: Valor Máximo estipulado para a obra é de R\$ 18.178,22 (dezoito mil, cento e setenta e oito reais e vinte e dois centavos).

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 08/11/2017.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 08/11/2017.

Retirada do Edital: O edital e seus anexos estão disponíveis no Site do Município: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br) ou no Setor de Licitações através dos e-mails: [licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br) e ou [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br).

Os interessados que desejarem retirar cópia impressa do edital e seus anexos deverão fazê-lo junto ao Departamento de Licitações mediante o pagamento da taxa no valor de R\$ 20,00 (vinte) reais. A conta para depósito é em nome do Município de Arroio Trinta, Banco do Brasil, Agência 5322-8, Conta Corrente nº 00016-7.

O depósito deverá ser identificado e entregue no Setor de Licitações, para que seja providenciada as respectivas cópias.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 18 de outubro de 2017.  
Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal de Arroio Trinta

# Arvoredo

## PREFEITURA

### CONTRATO 042/2017

Publicação Nº 1404959

Município de Arvoredo - SC  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo nº: 042/2017.

Objeto: Financiamento para a construção de unidade habitacional, em área rural, com 39m² (trinta e nove metros quadrados), sobre o lote rural matrícula nº 5.589

Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais) Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Município de Arvoredo.

Contratada: FRANCISCO LAUTERIO, inscrita no CPF sob nº 576.710.529-49.

Arvoredo, SC, 04 de agosto de 2017.

Janete Paravizi Bianchin

Prefeita Municipal

### CONTRATO 043/2017

Publicação Nº 1404962

Município de Arvoredo - SC  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo nº: 043/2017.

Objeto: Prestação De Serviços Profissionais De Assessoria, Consultoria E Planejamento De Possíveis Potenciais Turístico No Município De Arvoredo.

Valor: R\$ 4.680,00 (quatro mil seiscentos e oitenta reais) Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Município de Arvoredo.

Contratada: Marilene Piccoli, inscrita no CPF sob nº 933.035.059-34.

Arvoredo, SC, 29 de agosto de 2017.

Janete Paravizi Bianchin

Prefeita Municipal

### CONTRATO 044/2017

Publicação Nº 1404963

Município de Arvoredo - SC  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo nº: 044/2017.

Objeto: Prestação de serviços execução de cabeceiras para instalação do kit de transposição de obstáculo em parceria com a defesa civil do Estado de Santa Catarina

Valor: R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Município de Arvoredo.

Contratada: GILMAR ROSARIO 02203210940, inscrita no CNPJ sob nº 20.056.141/0001-33.

Arvoredo, SC, 28 de agosto de 2017.

Janete Paravizi Bianchin

Prefeita Municipal

### CONTRATO 045/2017

Publicação Nº 1404964

Município de Arvoredo - SC  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo nº: 045/2017.

Objeto: Contrato de financiamento para a construção de unidade habitacional, em área rural, com 27,50m² (vinte e sete vírgula cinco quadradros), sobre o lote rural matrícula nº 4.754

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Município de Arvoredo.

Contratada: MARIA LURDES MORAIS, inscrita no CPF sob nº 089.573.189-41.

Arvoredo, SC, 28 de agosto de 2017.

Janete Paravizi Bianchin

Prefeita Municipal

### CONTRATO 046/2017

Publicação Nº 1404965

Município de Arvoredo - SC  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo nº: 046/2017.

Objeto: CONTRATO DE FINANCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICIPIO DE ARVOREDO E ARDINO ALVES E MARIA ANA ALVES PARA REFORMA DE UNIDADE HABITACIONAL

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Município de Arvoredo.

Contratada: ARDINO ALVES, inscrito no CPF sob nº 347.416.829-00.

Arvoredo, SC, 03 de setembro de 2017.

Janete Paravizi Bianchin

Prefeita Municipal

### CONTRATO 047/2017

Publicação Nº 1404966

Município de Arvoredo - SC  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo nº: 047/2017.

Objeto: CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE CASCALHO PARA REVESTIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS.

Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Município de Arvoredo.

Contratada: LENOIR SANSIGOLO, inscrito no CPF sob nº 551.583.159-49.

Arvoredo, SC, 04 de outubro de 2017.

Janete Paravizi Bianchin

Prefeita Municipal

**LICITAÇÃO 037/2017 1**

Publicação N° 1404967

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARVOREDO  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 037/2017  
MODALIDADE: PREGÃO N° 028/2017

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal, torna público, que estará contratando empresa para a execução dos serviços de coordenação e operacionalização de todas as fases de Processo Seletivo 002/2017, para admissão de Pessoal em caráter temporário (auxiliar de creche e enfermeiro(a)), conforme edital e anexos. A sessão de processamento do processo licitatório será realizada à Rua do Comércio, n° 183, na sala da Gerencia de Administração e Gestão, com o protocolo dos envelopes da documentação e proposta preço e credenciamento dos licitantes presentes até as 08h30min do dia 31 de outubro de 2017. Na mesma data e horário, ocorrerá a abertura dos mesmos com o julgamento das propostas e habilitação. Cópias na íntegra do presente Edital e esclarecimentos poderão ser obtidas junto a Comissão de Licitações de segunda a sexta-feira, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h, na Gerência Municipal de Administração e Gestão situado junto a Prefeitura Municipal. Arvoredo, 18 de outubro de 2017. Janete Paravizi Bianchin - Prefeita Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA

### LEI Nº 1489, de 11/10/2017

Publicação Nº 1404759

LEI Nº 1489, de 11 de Outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE ASCURRA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2018/2021, serão financiados com os recursos previstos no Anexo I desta Lei.

Art. 2º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Ascurra para o quadriênio 2018/2021 contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso no ANEXO II desta lei.

Art. 3º - As metas da Administração para o quadriênio 2018/2021, consolidadas por programas, são aquelas constantes no Anexo III desta Lei.

Art. 4º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no Anexo II desta lei, serão estruturadas em programa, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º As metas físicas e fiscais por ações em cada programa, serão demonstradas na forma do Anexo II desta Lei.

§ 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

- I. Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;
- II. Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;
- III. Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;
- IV. Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;
- V. Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º - Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes com projeção de inflação baseados na projeção do INPC para os anos do Plano Plurianual (Fonte Banco do Brasil, elaboração AMMVI) (2018 - 5,8 %), (2019 - 5,0 %), (2020 - 6,3%) e (2021 - 5,9%).

Art. 6º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 7º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta lei.

Art. 8º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra/SC, em 11 de Outubro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicada a presente Lei na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 11 de outubro de 2017.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

**LEI Nº 1490, de 11/10/2017**

Publicação Nº 1404761

LEI Nº 1490, de 11 de Outubro de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n.º 1465, de 09/12/2016.

Art. 1 – Autoriza abertura crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais).

## Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.1019.3449000000000000.01020000	8.500,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão da anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

## Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação	Fundo Municipal de Saúde	05.001.0010.0301.0070.2024.3449000000000000.01020000	6.500,00
Anulação	Fundo Municipal de Saúde	05.001.0010.0301.0070.1018.3449000000000000.01020000	2.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 11 de Outubro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar

Município de Ascurra em, 11 de outubro de 2017.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/SAMAE/2017.

Publicação Nº 1405083

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/SAMAE/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 06/11/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para locação e aquisição de equipamentos para implantação do sistema de telemetria de medição de nível, em três pontos (elevados Barra Velha e Zona Sul e Apoiado Dunas), (Lote 01), e implantação do sistema de telemetria de pressão e vazão, a ser utilizado na estrutura de captação de água de Lombas Pedreiras pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Balneário Rincão – SC., (Lote 02).

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 13 de Outubro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira

## ATA 019/PMBR/2017 - RP 065/PMBR/2017

Publicação Nº 1405633

Página: 1/144

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ABRAÇADEIRA DE NYLON 150X2,50MM	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vila	0	0,0300	1
2	ABRAÇADEIRA DE NYLON 300X4,80MM.	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	thompson	0	0,0400	2
3		UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	STARFER	0	0,0700	3
1		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	thompson	0	0,1200	1
2		UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vila	0	0,1300	2
3		UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	STARFER	0	0,1700	3
1		UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vila	0	0,0700	1
2		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	thompson	0	0,0800	2
3		UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	MISTER	0	0,2000	3
1		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	thompson	0	0,1800	1
2		UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vila	0	0,2000	2
3		UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	MISTER	0	0,2500	3
1		UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vila	0	0,2400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Página: 2/144

Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	ABRACADEIRA DE ROSCA S/ FIM 5/8X3/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	thompson	0	0,2500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MISTER	0	0,6000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	inca	0	0,7800	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	metal matrix	0	0,7900	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	0,8000	3
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	SINTER	0	1,0000	4
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	jandrigues	0	0,8800	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	0,8900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	INCA	0	1,5000	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	INCA	0	0,1200	1
7	ABRACADEIRA, TIPO U DE 100.	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	jandrigues	0	0,8800	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	0,8900	2
8	ABRACADEIRA, TIPO U DE 25	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	INCA	0	0,1200	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	jandrigues	0	0,1400	2
9	ABRACADEIRA, TIPO U DE 40	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	0,2100	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	jandrigues	0	0,2000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 3/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	ABRACADEIRA, TIPO U DE 50		JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	INCA	0	0,2500	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	0,4400	3
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	jandrigues	0	0,5500	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	0,7900	2
11	ABRACADEIRA, TIPO U DE 75		RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	metal matrix	0	0,8500	3
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	jandrigues	0	0,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	INCA	0	1,2000	2
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	dood	0	15,9000	1
12	ACABAMENTO DE VALVULA DE DESCARGA		VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	BLUKIT	0	16,0000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	blukit	0	24,8000	3
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	bognar	0	12,3000	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	dood	0	26,9500	2
13	ACABAMENTO REGISTRO GAVETA		TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	33,9000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 4/144

**Número do Registro de Preços:** 19/2017      **Data do Registro:** 18/10/2017      **Válido até:** 18/10/2018  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	ACABAMENTO DE REGISTRO PRESSÃO.	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	docol	0	12,2000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	bognar	0	12,3000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	DOCOL	0	35,0000	3
15	ADAPTADOR , LR SOLDÁVEL 25MM X 3/4..	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,3200	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	0,3300	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	0,3500	3
16	ADAPTADOR , LR SOLDÁVEL 50MM x 1 1/2	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,1400	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	1,1500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	2,0000	3
17	ADESIVO PARA COLAGEM DE TUBOS E CONEXÕES DE PVC - BSNAGA 7	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	2,9500	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	3,1800	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	3,3000	3
18	ADESIVO PARA COLAGEM DE TUBOS E CONEXÕES DE PVC - FRASCO DE 175G / PINGEL	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	7,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 5/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	ADITIVO LÍQUIDO PARA SUBSTITUIÇÃO DO CAL 5, LT	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	8,5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	KRONA	0	9,0000	3
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	liquical	0	17,2500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	queveks	0	17,3000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	QUEVEKS	0	18,0000	3
20	ALÇA DE APOIO ALUMÍNIO POLIDO PARA BANHEIRO DE 80,CM	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	talita	0	58,8000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	famosa	0	59,0500	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	80,0000	3
21	ALÇA DE APOIO ALUMÍNIO POLIDO PARA BANHEIRO DE 80,CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	famosa	0	68,9000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	talita	0	69,0000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	86,0000	3
22	ALICATE DE PRESSÃO 10	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sparta	0	18,2000	1
23	ALICATE MEIA CANA RETO 6	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	9,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 6/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	ALICATE UNIVERSAL 8	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	9,9900	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	10,7000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	camario	0	11,9800	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	11,9900	2
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	13,2000	3
25	ANCINHO 12 DENTES C CABO	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	perdoto	0	5,3500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	schneider	0	5,4000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	5,5000	3
26	ANEL DE VEDAÇÃO P VASO	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	carsi	0	5,1500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	afix	0	5,1600	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	5,2000	3
27	ARAME FARPADO 1,6MM/500.M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	belgo	0	185,0000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SIMO	0	186,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 7/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	naoike	0	233,0000	3
29	ARAME LISO GALVANIZADO Nº .12	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	GERDAU	0	6,1000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	belgo	0	6,2000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	BWG	0	7,9000	3
30	ARAME LISO GALVANIZADO Nº .14	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	belgo	0	8,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	BWG	0	9,0000	2
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tidão	0	10,4800	3
31	ARAME LISO GALVANIZADO Nº .16	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tidão	0	7,9800	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	GERDAU	0	8,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	BWG	0	10,0000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	belgo	0	10,5000	4
32	ARAME LISO GALVANIZADO Nº .18	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	belgo	0	10,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	BWG	0	11,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 8/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARAAQUISIOES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)							
33	ARAME RECOZIDO N.14 (ROLO 1 KG)	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	titão	0	13,9000	3
					0	4,4500	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	GERDAU	0	4,5000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	belgo	0	6,2500	3
35	ARANDELA,TARTARUGA PLASTICA.	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastumi	0	13,8000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	TASCHIBRA	0	17,0000	2
36	ARCO DE SERRA AJUSTAVEL C SERRINHA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	nove54	0	9,9800	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	9,9900	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	FOX LUX	0	21,3600	3
37	AREIA LAVADA	M3	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	monte real	0	32,0000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	JR	0	33,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	TRAMONTINI	0	38,0000	3
38	ARGAMASSA - 20,00. KG	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tilecol	0	4,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 9/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	ARRUELA. 1/4	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,0500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	inca	0	0,0600	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	ARCELOR	0	0,0800	3
40	ARRUELA. 3/8	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	ARCELOR	0	0,0700	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	inca	0	0,0800	2
41	ARRUELA. 5/16	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,0800	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	inca	0	0,0900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	ARCELOR	0	0,1000	3
42	ARRUELA. 5/8	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	ARCELOR	0	0,1800	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	PRUST	0	0,1900	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	inca	0	0,4500	3
44	ASSENTO PLÁSTICO, PARA VASO SANITÁRIO	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ALUMASA	0	10,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	krona	0	10,4500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 10/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	14,8000	3
45	BALDE DE METAL 10CM ALÇA 10 LT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	metasul	0	8,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	BNORTE	0	9,5000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	9,6000	3
46	BALDE P/LIMPEZA C/ CARRINHO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mor	0	89,0000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mor	0	130,0000	2
47	BALDE PLÁSTICO COM ALÇA 12 LTS	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	metasul	0	4,5000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	metasul	0	4,6000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	METASUL	0	4,7000	3
48	BANDEJA DE PINTURA 23CM	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	2,6900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	roma	0	2,7000	2
49	BARDELA DE EUCALIPTO 3,5 X4 XMT	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vianna	0	0,7700	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	CUSTODIO	0	0,7800	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 11/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIÇOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	viana	0	0,8400	3
50	BARDELA EUCALIPTO TRATADA	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	viana	0	1,2500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	viana	0	1,2600	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VIANA	0	1,6000	3
51	BARRA ROSQUEADA 1/2"X1,0M C/ PORCA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	entrafix	0	8,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	ARCELOR	0	9,3000	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	9,8000	3
53	BATENTE D ALUMINIO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gibafer	0	1,4000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	1,8500	2
54	BLOCO DE CONCRETO - 50 X 20 X 15. CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	raffa	0	3,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	RONALDO	0	4,1000	2
55	BOCAL PLASTICO C/CHAVE	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	olivo	0	2,5000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	2,9900	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 12/144

**Número do Registro de Preços:** 19/2017      **Data do Registro:** 18/10/2017      **Válido até:** 18/10/2018  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	BOCAL PLASTICO CRABICHO	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	2,1200	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ilumi	0	2,1400	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	FOX LUX	0	3,0000	3
57	BOCAL PORCELANA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectonic	0	1,1000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	FOX LUX	0	1,2000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	1,7800	3
58	BOIA DE CAIXA D AGUA. 3/4	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	4,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	5,0000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	grap	0	5,6000	3
59	BOMBONA AZUL 200 LT FECHADA COM TAMPA FIXA POLIETILENO DE A	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gibafe	0	70,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	rio sul	0	71,0000	2
60	BOMBONA TAMBOR METAL 100. LT COM TAMPA FIXA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	rio sul	0	74,0000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gibafe	0	75,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 13/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	BORBOLETA INOX P. GUILHOTINA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	feltrin	0	4,9800	1
62	BOTA BORRACHA C. POLAINA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	impro	0	38,9000	1
63	BOTA BORRACHA CANO LONGO C. AMARRAS	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	crispin	0	29,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	impro	0	30,0000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	41,2000	3
64	BRITA JARDIM MESCLADA.	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	FALCHETTI	0	50,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cedro	0	53,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MARACAIA	0	65,0000	3
65	BROCA CHATA - 1/4X6	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	DISMA	0	2,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mtx	0	2,9700	2
66	BROCA CHATA - 5/8X6	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	DISMA	0	5,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mtx	0	5,6000	2
67	BROCA DE VIDEA LONGA -12,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	thompson	0	12,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 14/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL- 10,00MM	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tramontina	0	13,2500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	DISMA	0	14,0000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mtx	0	5,8900	1
69	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL 12,00MM	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	5,9000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mtx	0	10,9000	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tramontina	0	11,8000	2
70	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL 15,00MM	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	14,5000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mtx	0	22,7000	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tramontina	0	22,8000	2
71	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL 16,00MM	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tramontina	0	26,3000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mtx	0	26,4000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	IRVIM	0	40,0000	3
72	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL 17,00MM	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tramontina	0	27,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 15/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mix	0	43,8000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	VONDER	0	136,9400	3
73	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL 5,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mix	0	1,9500	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	2,9000	2
74	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL 6,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mix	0	2,4500	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	3,8000	2
75	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL 8,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mix	0	4,2000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	5,5000	2
76	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL 14,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mix	0	23,5000	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tramontina	0	25,5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	IRVIM	0	32,0000	3
77	BROCA DE VÍDEA 10,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mix	0	3,6000	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tramontina	0	8,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Página: 16/144

Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	BROCA DE VÍDEA 5,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mix	0	2,1000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	3,0000	2
79	BROCA DE VÍDEA 6,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mix	0	2,6000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	3,9900	2
80	BROCA DE VÍDEA - 8,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mix	0	3,8000	1
81	BROCA DE VÍDEA LONGA- 10,00MM	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tramontina	0	10,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mix	0	10,9400	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	10,9900	3
82	BROCA DE VÍDEA LONGA- 8,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mix	0	9,3500	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	10,9000	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tramontina	0	11,0000	3
83	BROCA DE VÍDEA LONGA -12,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mix	0	12,4000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	13,9000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 17/144

**Número do Registro de Preços:** 19/2017      **Data do Registro:** 18/10/2017      **Válido até:** 18/10/2018  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tramontina	0	14.9500	3
84	BROCA FIBROCIMENTO. 5/16	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tramontina	0	10.8500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	teva	0	10.9000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	IRWIM	0	20.0000	3
85	BUCHA DE REDUCAO ESGOTO. 50X40	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	KRONA	0	0.6000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	0.7000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	KRONA	0	1.0000	3
86	BUCHA DE REDUCAO LONGA SOLDAVEL. 50X25.	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	1.2400	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1.2500	2
87	BUCHA PLASTICA 10MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	iv plast	0	0.0500	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	esaf	0	0.0500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	CONEX	0	0.1000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 18/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:						REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	BUCHA PLÁSTICA 6MM	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	esaf	0	0,0500	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	CONEX	0	0,0600	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	iv plast	0	0,0600	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SANDALO	0	0,0900	4
89	BUCHA PLÁSTICA 7MM	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	CONEX	0	0,0600	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	esaf	0	0,0600	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	iv plast	0	0,0700	3
90	BUCHA PLÁSTICA 8MM	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	esaf	0	0,0500	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	CONEX	0	0,0700	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	iv plast	0	0,0800	3
91	CABECA DE CORTE DE DOIS FIOS DE REALIUSTAMENTO MANUAL PARA LIMPEZA EM TORNO DE OBSTÁCULOS COMO PAREDES, ESCADAS OU REBORDOS DE CANTEIROS	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	lynus	0	37,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	meg	0	38,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 19/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	CABO DE MADEIRA PARA ENXADA	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vianna	0	4,4500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	crop	0	4,5000	2
93	CABO DE MADEIRA PARA PÁ CAVAR	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	crop	0	3,4900	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	3,5000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	6,0000	3
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	CROPP	0	6,0000	4
94	CABO ROLO DE GAUOLA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	roma	0	3,9500	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	roma	0	4,1000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	ATLAS	0	5,3000	3
95	CABO MONOFÁSICO PP 2 X 2,5. MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sufflex	0	1,3900	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	PREMIUM	0	1,4000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	SIL	0	2,5000	3
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	2,6400	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 20/144

Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	CABO PARA ROLO DE PINTURA 3. MT	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	roma	0	18,4000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	roma	0	18,6000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	19,7000	3
98	CABO PP 2X2,5MM 750V	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	corflo	0	2,0900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sulflex	0	2,1000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	SIL	0	2,4500	3
99	CABO SENTENAX 10MM.	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	corflo	0	2,5800	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SIL	0	2,6000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	flexsul	0	2,9900	3
100	CABO TRIFÁSICO PP 3 X 2,5. MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sulflex	0	1,9900	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	PREMIUM	0	2,1800	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	SIL	0	3,2500	3
101	CADEADO 30. MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pillar	0	9,3000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 21/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018				
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca	Ofert.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
102	CADEADO 35. MM	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	STAN		0	9,5000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)			0	13,9000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pillar		0	8,9000	1
103	CADEADO 40. MM	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	STAM		0	9,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	STAM		0	10,8000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pillar		0	10,9000	2
104	CADEADO 45. MM	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	STAN		0	14,0000	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	STAM		0	15,0000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	STAN		0	16,0000	2
105	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 500 LITROS C/TAMPA	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)			0	18,9000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastilit		0	102,0000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BAKOF		0	105,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	FORTILEV		0	160,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 22/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	CAIXA DE CONCRETO PEQUENA 3X30.	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	LAGE SILVA	0	20.0000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	concretubos	0	20.9000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	raffa	0	27.6000	3
107	CAIXA DE DESCARGA BRANCA.	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	alumasa	0	16.9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	alumasa	0	17.0000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	19.9000	3
108	CAIXA DE DISJUTOR PVC SOBREPOR C/6	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BRUM	0	17.0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectronic	0	17.9000	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tigre	0	18.8000	3
109	CAIXA DE GORDURA CONCRETO 30X30.CM	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	CONCRETUBX	0	15.0000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	concretubos	0	15.5000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	raffa	0	16.0000	3
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	LAGE SILVA	0	19.0000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 23/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
110	CAIXA MEDIDOR MONOFASICO ACRILICA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	taff	0	35,6000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	SOPRANO	0	40,0000	2
111	CAIXA HIDROMETRO PLASTICA TAMPA ACRILICA..	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	oliveira	0	54,0000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	ACIA BRASIL	0	55,0000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	59,9900	3
112	CAIXA LUZ PLASTICA. 4X2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gerplast	0	0,3000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	depedil	0	0,5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	SIL	0	0,7000	3
113	CAIXA PLÁSTICA DE DESCARGA..	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	alumasa	0	16,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	alumasa	0	19,9800	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	21,9000	3
114	CAIXA SIFONADA C/ GRELHA 150.X175X60	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	12,7300	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	12,7500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 24/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTÁRQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
115	CAIXA SIFONADA QUADRADA 100.X100X50	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	4,8000	1
116	CAIXA SIFONADA QUADRADA 150.X150X50	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	7,4500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	7,5000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	10,2000	3
117	CAIXA SISTEMA. X	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	meconic	0	1,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	apolo	0	1,9500	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	2,7000	3
118	CAL DE PINTURA COM FIXADOR - 8,00. KG	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cerro branco	0	4,9800	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	cerro branco	0	5,1500	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	5,8000	3
119	CALÇO P/ PORTA E JANELA. PVC	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gibcater	0	1,9000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SOPRANO	0	2,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 25/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	soprano	0	2,0500	3
120	CALHA ALUMINIO TIPO. U	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gibafel	0	1,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gibafer	0	1,9500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	GIBA FER	0	4,0000	3
121	CALHA CONCOVA ALUMINIO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gibafer	0	5,9000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gibafel	0	6,1000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	GIBA FER	0	10,0000	3
122	CALHA DE ALUMINIO 40 X 0.5MM. (1,79M/KG)	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gibafel	0	8,1500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	metalis	0	8,4000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	GIBA FER	0	13,0000	3
123	CALHA DE ALUMINIO 60 X 0.5MM. (1,20M/KG)	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	metalis	0	11,9000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gibafel	0	12,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	GIBA FER	0	18,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 26/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
124	CAMARA AR P/ CARRINHO DE MÃO. 3,25X8	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	7,5000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	powertrans	0	7,9000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	8,9900	3
125	CANALETA C/ DIVISORIA 50.X20X2M	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tramontina	0	2,8500	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	4,9900	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mantac	0	9,8000	3
126	CANALETA C/FTTA DUPLA FACE BRANCA 10X8,1MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mantac	0	3,5800	1
127	CANALETA S/ DIVISORIA DUPLA FACE 20.X10X2M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mantac	0	4,2000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	TRAMONTINA	0	4,5000	2
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tramontina	0	4,5000	3
128	CANTONEIRA DE PARTILEIRA DE FERRO 25 .CM	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	national	0	3,1000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ferkak	0	3,3000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	5,8000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 27/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
129	CANTONEIRA DE PARTILEIRA DE FERRO 30. CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	4.5000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	racional	0	4.9000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	5.9900	3
130	CANTONEIRA DE PARTILEIRA DE FERRO 50. CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	7.9000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	8.5000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	12.1000	3
131	CAP ESGOTO 40.MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	0.6800	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	0.9900	2
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1.2000	3
132	CAP ESGOTO 100.MM	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1.8500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	1.9000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	KRONA	0	2.4000	3
133	CAP ESGOTO 50.MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	1.1000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 28/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
134	CAP ESGOTO 75.MM		RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,8000	2
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	1,4400	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,4500	2
135	CAP SOLDÁVEL DE 25.MM	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,2700	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	KRONA	0	0,2900	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	0,4200	3
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	KRONA	0	0,6000	4
136	CAP SOLDÁVEL DE 50.MM	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,7800	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	1,7900	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	KRONA	0	2,0000	3
137	CAPA DE CHUVA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vivaplast	0	7,9000	1
138	CAPA DE PVC FORRADA MANGA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	soldacapa	0	10,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 29/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
139	CARRETEL STHIL;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	NICOKIT	0	11,0000	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	lynus	0	35,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	stihl	0	36,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MACROTOP	0	37,9400	3
140	CARRINHO DE MÃO ;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	maestro	0	68,0000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	maestro	0	72,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	MAESTRO	0	85,0000	3
141	CARRINHO DE MÃO CAÇAMBA DE METAL C/ PNEU;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	maestro	0	59,0000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MAESTRO	0	60,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	MAESTRO	0	85,0000	3
143	CASCOREZ 1KG;	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	13,0000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	casoda	0	13,3000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 30/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
144	CAVADEIRA ARTICULADA COM CABO DE MADEIRA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	henkel	0	13,9800	3	
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	CROPP	0	14,0000	1	
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	14,2000	2	
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	16,5000	3	
145	CAVADEIRA RETA C/ CABO TUBO 1,50M;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	37,5000	1	
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cropp	0	37,9000	2	
146	CESTO P/ LIXO C/ PEDAL PVC;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	metasul	0	15,9000	1	
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	ASTRA	0	16,0000	2	
147	CHAPA METALICA GALVANIZADA 2 X1 MT 1,25MM;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	acelor mital	0	149,9000	1	
148	CHAPEU DE PALHA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sao simao	0	8,9000	1	
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	NORTE	0	9,0000	2	
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	depedil	0	9,7000	3	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 31/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
150	CHAVE BIELA 13MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	9,9000	1
152	CHAVE COMBINADA 10MM;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN+ME (136)	MISTER	0	12,0000	2
153	CHAVE COMBINADA 11MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	3,2200	1
154	CHAVE COMBINADA 13MM (VANADIO);	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	3,3600	1
155	CHAVE COMBINADA 14 MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	3,9000	2
156	CHAVE COMBINADA 15MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	4,2000	1
157	CHAVE COMBINADA 16MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	4,4500	1
158	CHAVE COMBINADA 17MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	5,2500	1
159	CHAVE COMBINADA 18MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	5,6000	1
160	CHAVE COMBINADA 19MM;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN+ME (136)	MISTER	0	8,0000	2
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	6,3700	1
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	7,2000	1
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	7,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 32/144

**Número do Registro de Preços:** 19/2017      **Data do Registro:** 18/10/2017      **Válido até:** 18/10/2018  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
161	CHAVE COMBINADA 20MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	8,8000	1
162	CHAVE COMBINADA 21MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	9,8000	1
163	CHAVE COMBINADA 22MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	9,9800	1
164	CHAVE COMBINADA 25MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	16,9000	1
165	CHAVE COMBINADA 28MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mister	0	20,8000	1
166	CHAVE COMBINADA 30MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	22,8000	1
167	CHAVE COMBINADA 8MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	2,8000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	MISTER	0	4,0000	2
168	CHAVE DE FENDA - 1/4x6;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	4,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	4,1000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	MISTER	0	6,0000	3
169	CHAVE DE FENDA - 1/8x6;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	2,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	2,2000	2

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTÁRQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
170	CHAVE DE FENDA - 3/16X6;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	MISTER	0	5,0000	3
			RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	3,6000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	3,7000	2
171	CHAVE DE FENDA - 3/8X6	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	5,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	5,5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	MISTER	0	9,0000	3
172	CHAVE DE FENDA - 5/16X10;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	5,9000	1
			RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	6,8500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	MISTER	0	13,0000	3
173	CHAVE DE FENDA - 5/16X6;	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	3,5000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	VONDER	0	3,6000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	6,7600	3
174	CHAVE DE GRIFO 1/4";	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	21,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 34/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
175	CHAVE DE TESTE - 500 VT;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	22,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	STARFER	0	26,0000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	1,8000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	MUNDIAL	0	3,5000	2
176	CHAVE DE VENTILADOR C/REGULAGEM 220V;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	national	0	16,5000	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	padanluz	0	17,8000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	IRIEL	0	22,0000	3
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	2,1500	1
177	CHAVE FIXA 10.X11MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	2,1900	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	STARFER	0	3,4000	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	3,5000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	4,3000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Página: 35/144

Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
179	CHAVE FIXA 16X17MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	4,9000	1
180	CHAVE FIXA 18X19MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	5,2000	2
181	CHAVE FIXA 20X22MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	3,3000	1
182	CHAVE FIXA 21X23MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	7,9000	2
183	CHAVE FIXA 24X26MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	4,5000	1
184	CHAVE FIXA 6X7MM;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	STARFER	0	6,7100	2
185	CHAVE FIXA 8X9MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	9,8000	3
		UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	4,9000	1
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	2,4900	1
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	2,5200	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 36/144

Número do Registro de Preços: 19/2017			Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
186	CHAVE FIXA 12X13MM;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	2,9000	2
187	CHAVE P/ MANDRIL 10MM 3/8";	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	3,6000	1
188	CHAVE P/VENTILADOR PAREDE OSCILANTE MOUSE BRANCA 400W;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	4,1000	2
189	CHAVE PHILLIPS - 1/4X5;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	4,5900	1
190	CHAVE PHILLIPS - 3/16 X4;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	5,5000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	padanluz	0	15,5000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	20,0000	3
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	2,6500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	2,7000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	2,9000	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	3,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 37/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
191	CHAVE PHILLIPS - 1/4X6;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	3,2000	1
192	CHAVE PHILLIPS - 1/4X8 - IRWIN;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	3,5000	2
193	CHAVE TESTE;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	5,1000	1
194	CHAVE TESTE DIGITAL;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	irwin	0	5,4000	2
195	CHAVE TORX JOGO;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	MISTER	0	8,0000	3
196	CHUVEIRO DE 5500W 220V;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	1,8900	1
197	CHUVEIRO DE 5500W 220V;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	3,5000	2
198	CHUVEIRO DE 5500W 220V;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	5,4600	1
199	CHUVEIRO DE 5500W 220V;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	FOX LUX	0	8,8800	2
200	CHUVEIRO DE 5500W 220V;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	15,6000	1
201	CHUVEIRO DE 5500W 220V;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	31,6000	2
202	CHUVEIRO DE 5500W 220V;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sintex	0	18,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 38/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra:	
						REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRAULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
197	CILINDRO DE FECHADURA;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinrex	0	19,3000	2
198	CIMENTO - 50,00 KG;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pillar	0	8,5000	1
199	CINTO ELETRICISTA COURO;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	soprano	0	8,7500	2
200	COLHER DE PEDREIRO 9 CM FORJADA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pozosul	0	19,9000	1
201	CONCRETO - 50,00 KG;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ITAMBE	0	20,0000	2
202	CONE RIGIDO PLASTICO POLIPROPILENO LARANJA/BRANCO 50 CM ;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	LZ	0	22,0000	3
203	CONECTOR HASTE;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	nacional	0	18,5000	1
204	CONE RIGIDO PLASTICO POLIPROPILENO LARANJA/BRANCO 50 CM ;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	8,4900	1
205	CONE RIGIDO PLASTICO POLIPROPILENO LARANJA/BRANCO 50 CM ;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	villa	0	8,5000	2
206	CONE RIGIDO PLASTICO POLIPROPILENO LARANJA/BRANCO 50 CM ;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	prosafty	0	6,1000	1
207	CONE RIGIDO PLASTICO POLIPROPILENO LARANJA/BRANCO 50 CM ;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pedestil	0	6,1900	2
208	CONE RIGIDO PLASTICO POLIPROPILENO LARANJA/BRANCO 50 CM ;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	farol	0	1,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 39/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
204	CONEXÃO ADAPT. P TORNEIRA 1/2;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	olivo	0	1,2000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	MDA	0	2,0000	3
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,9500	1
205	CONEXÃO ADAPT. P TORNEIRA 3/4;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastilit	0	0,9900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	1,0000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastilit	0	1,1000	1
206	CORDA DE SEDA 6MM;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,2000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	1,5000	3
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	firmeza	0	0,3500	1
207	CORDA DE SEDA 8MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	artplast	0	0,3600	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	artplast	0	0,5500	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	firmeza	0	0,5900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	FIRMAZA	0	1,1000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 40/144

Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ARTEPLAS	0	1,1000	4
208	CORDA DE SEDA 10MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	firmeza	0	0,5500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	artplast	0	0,5700	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	FIRMEZA	0	1,3000	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ARTEPLAS	0	1,5900	4
209	CORDA DE SEDA 12MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	firmeza	0	0,7900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	artplast	0	0,8000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VONDER	0	1,6000	3
210	CORRENTE GALVANIZADA SOLDADA 8MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	11,7000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	eduardo fusi	0	11,8000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	13,8000	3
211	CORRENTE GROSSA 6MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	eduardo fusi	0	8,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 41/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
212	CORRENTE FINA 4MM;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	8,9900	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	19,4000	3
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	6,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	eduardo fusi	0	6,3000	2
213	CORRENTE MOTO SERRA ;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	INCA	0	9,0000	3
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	still	0	79,0000	1
214	CORTADOR DE PISO 90CM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cortag	0	158,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	CORTAG	0	190,0000	2
215	COTOVELO ELETROCALHA 50X50;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	relux	0	24,0000	1
216	COTOVELO ETERNO S-X;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	meconic	0	0,6400	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	ILUMI	0	0,6500	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ilumi	0	0,9800	3

Página: 42/144

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Número do Registro de Preços: 19/2017			Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
217	COVERTEDOR FERRUGEM 500ML;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	confer	0	6,4500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	confer	0	6,5000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	6,8900	3
218	CREMONE VENEZIANA INOX;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	feltrin	0	13,9000	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinter	0	14,6500	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	14,6900	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	FELTRIN	0	17,6000	4
219	CUMEIRA AMIANTO 15° 1,10X5MM;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	imbralit	0	16,2000	1
220	CURVA ELETRODUTO 1,1/2 180°;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	2,6000	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ecotubo	0	2,6500	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MT	0	3,1300	3
221	CURVA ELETRODUTO 1,1/2 90°;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ecotubo	0	1,9500	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 43/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastilit	0	2,5600	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	SIL	0	3,0000	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MT	0	3,6000	4
222	CURVA ESGOTO 90° 100MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastilit	0	7,5000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	8,1000	2
223	CURVA ESGOTO 90° 75MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastilit	0	6,9000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	7,4000	2
224	CURVA ESGOTO 90° 40MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,9500	1
225	CURVA ESGOTO 90° 50MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,8900	1
226	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA 12X24CM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastilit	0	1,9000	2
			TINTACOR O LOAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	2,9800	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	3,5000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 44/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017**      **Data do Registro: 18/10/2017**      **Válido até: 18/10/2018**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	THOMPSON	0	3,8900	3
227	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA 12X24CM;	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	2,9800	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	2,9900	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	nacional	0	4,9000	3
228	DESEMPENADEIRA PLÁSTICA DE BORRACHA 17X30;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	nacional	0	2,8500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gerplast	0	2,9000	2
229	DESEMPENADEIRA PLÁSTICA DE ESPONJA 17X30;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gerplast	0	4,7000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	nacional	0	4,8000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	ATLAS	0	8,0000	3
230	DESINGRIPANTE 300ML;	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	2,8000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	protelub	0	2,8500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	PROTEG	0	5,5000	3
231	DISCO CONTINUO REFRIGERADO 105MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	loyal	0	8,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 45/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra:	
						REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
232	DISCO CORTE P/ FERRO 114,3X3,2X22,2;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	hagader	0	10,7000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	14,4000	3
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	thompson	0	1,7900	1
233	DISCO CORTE P/ INOX 115,1X2X22,23;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	1,8000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	2,3900	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	2,6000	1
234	DISCO DA POLICORTE P-9;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	TITANIUM	0	4,5100	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	thompson	0	6,2000	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ICDER	0	11,3600	1
235	DISCO DE CORTE DIAMANTADO 105MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	11,8700	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	9,5900	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	UZZY	0	14,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 46/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
236	DISCO DE CORTE INOX 4,5 115X1,2X22,22MM ;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	1,5000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	1,6000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MISTER	0	3,0000	3
237	DISCO DE REBOLO 152,4X19X31,8;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disflex	0	7,9000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disfihe	0	8,4000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	VONDER	0	24,0000	3
238	DISCO DE SERRA 110MM 24 DENTES;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	11,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	TOOLS	0	16,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	16,3500	3
239	DISCO DE SERRA 254X2,4/1,8X15,9MM;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	19,4000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	thompson	0	19,5000	2
240	DISJUNTOR BRANCO C 10A UNIPOLAR;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sibratex	0	5,6000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	SOPRANO	0	6,5000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 47/144

**Número do Registro de Preços:** 19/2017      **Data do Registro:** 18/10/2017      **Válido até:** 18/10/2018  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SEBRATEC	0	8,2000	3
241	DISJUNTOR BRANCO C 32A UNIPOLAR;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sibrattec	0	5,6000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	SOPRANO	0	7,5000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SEBRATEC	0	8,2200	3
242	DISJUNTOR BRANCO C 25A UNIPOLAR;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sibrattec	0	5,6000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	SOPRANO	0	7,5000	2
243	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIN CLASSE B - 10 A;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sibrattec	0	5,6000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	SOPRANO	0	7,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SCHNEIDER	0	11,5000	3
244	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIN CLASSE B - 32 A;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sibrattec	0	5,6000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	SOPRANO	0	8,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SCHNEIDER	0	11,5000	3
245	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIN CLASSE B - 25 A;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sibrattec	0	5,6000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 48/144

Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTÁRQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	SOPRANO	0	8,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SCHNEIDER	0	11,5000	3
246	DISJUNTOR TRIFÁSICO 35 A PRETO;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	LORENZETTI	0	25,5000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sibratéc	0	38,9000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	SOPRANO	0	45,0000	3
247	DISJUNTOR TRIFÁSICO DIN CLASSE;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	soprano	0	22,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sibratéc	0	23,0000	2
248	DISJUNTOR TRIFÁSICO DIN CLASSEB ;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sibratéc	0	22,0000	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	soprano	0	24,8000	2
249	DOBRADIÇA DE INOX 3;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	feltrin	0	4,2000	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinter	0	4,2500	2
250	DOBRADIÇA DE INOX 3 1/2;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinter	0	4,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 49/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	feltrin	0	4,9000	2
251	DOBRADIÇA P/ MOVEIS 2. 1/2;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinter	0	0,8000	1
252	DUCHA HIGIÊNICA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	feltrin	0	0,9000	2
253	ELETROCALHA 6013X2,5 5 KG;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	herc	0	29,5000	1
254	ELETROCALHA PERF.50X50;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	relux	0	35,0000	1
		UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	EUROCEL	0	29,9000	1
255	ELETRODO 6013X3,25 5KG	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	relux	0	35,0000	2
		UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	relux	0	33,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vonder	0	34,0000	2
256	ENGATE FLEXÍVEL - 40 CM;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	88,7000	3
		UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	2,1500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	2,1900	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 50/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	KRONA	0	3,0000	3
257	ENGATE FLEXÍVEL - 50 CM;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	2,7000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	2,7400	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	KRONA	0	3,0000	3
258	ENGATE FLEXÍVEL - 60 CM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	3,1000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	3,5000	2
259	ENGATE RAPIDO P/ MANGUEIRA DE PASSAGEM LIMRE 1/2";	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	worker	0	2,6500	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	HERC	0	3,2600	2
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	herc	0	3,4000	3
260	ENGATE RAPIDO P/ MANGUEIRA C/ STOP 1/2;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	worker	0	2,9000	1
261	ENROLADOR P/ MANGUEIRA GIRATORIA PAREDE;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vonder	0	54,5000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	herc	0	89,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 51/144

Número do Registro de Preços: 19/2017			Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
262	ENXADA C/ CABO DE MADEIRA ;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	CROPP	0	17,8000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cropp	0	17,9000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	CROP	0	18,0000	3
263	ENXADÃO C/ CABO;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	21,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	CROP	0	22,0000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cropp	0	22,2500	3
264	ESCALADA DE ALUMINIO 07 DG;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mor	0	58,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	alto giro	0	59,0000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	98,0000	3
265	ESCALADA DE MADEIRA EUCALIPTO 3X3 5,40 ALTURA 11 DEGRAUS;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ronchi	0	137,0000	1
266	ESCOVA DE AÇO 3 FILEIRAS C/ CABO PVC;	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	1,6900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mlster	0	1,8000	2
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	max	0	3,2500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 52/144

Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
267	ESGUICHO ESPIGA GIRATORIO;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	herc	0	9,8500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	nove54	0	9,9000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	HERC	0	14,2200	3
268	ESPATULA Nº 10 C/ CABO DE MADEIRA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	monfort	0	3,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MUNDIAL	0	4,5000	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	condor	0	4,8100	3
270	ESPUMA EXPANSIVA 500ML 340GR;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	solufix	0	8,9900	1
271	ESPUDE GAITA;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,7800	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	0,7900	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plasbonh	0	0,9000	3
272	ESQUADRO DE ALUMINIO 12" 30CM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	thompson	0	8,0000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	NACIONAL	0	10,0000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	11,9000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 53/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
273	ESTILETE PROFISSIONAL C/ TRAVA C/ 3 LAMINAS;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	FERTAK	0	5,5400	1
274	EXTENSÃO CABO PP 2X0,75MM 10M;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	thompson	0	9,5000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	9,8000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	14,9000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ilume	0	22,9500	2
275	FAÇÃO C/ CABO DE PVC - 16;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tramontina	0	14,8000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	schneider	0	14,9000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	17,6100	3
276	FECHADURA EXTERNA DE INOX;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mgm	0	25,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	MGM	0	26,0000	2
277	FECHADURA INOX WC;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	soprano	0	21,8000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mgm	0	21,9000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	MGM	0	25,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 54/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIÇOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
278	FECHADURA INTERNA DE INOX;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mgm	0	21,9000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	soprano	0	22,6500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MGM	0	25,0000	3
279	FECHO PUNHO C/PORTA CADEADO ZINCADO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	both	0	7,1000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	7,2000	2
280	FECHO REDONDO INOX 4";	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinter	0	15,6000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	both	0	15,7000	2
281	FECHO DE JANELA CORRER INOX;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	both	0	6,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	ISERO	0	7,0000	2
282	FERRO REDONDO 3/8 12 MT ( 10 MM ) ;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	belgo	0	28,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	GUERDAU	0	30,0000	2
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	scalne	0	31,3000	3
283	FERRO REDONDO - 1/4 X 12 MT 6, 3MM;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	scalne	0	11,9500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 55/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
284	FERRO REDONDO - 4,2 X 12 Mt;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	belgo	0	11,9700	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	GUERDAU	0	12,0000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	belgo	0	5,8000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	GUERDAU	0	6,0000	2
285	FERRO REDONDO - 5/16 X 12 MT 8MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	scalne	0	6,1000	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	VOTORAÇO	0	6,1700	4
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	scalne	0	17,9900	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	GUERDAU	0	18,0000	2
286	FERROLHO REDONDO 6";	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	belgo	0	19,2000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	both	0	6,6300	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	soprano	0	6,7000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fidux	0	18,9000	1
287	FILTRO DE LINHA 5 TOM 2P+T 10A 220V;		JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	23,4500	2

Página: 56/144

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ilumi	0	28,0000	3
288	FIO FLEXIVEL - 1,5 MM 750V 100M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sulflex	0	52,0000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SIL	0	67,0000	2
289	FIO FLEXIVEL - 2,5 MM 750V 100M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sulflex	0	73,9000	1
290	FIO FLEXIVEL - 4,0 MM 750V 100M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sulflex	0	145,0000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SIL	0	161,0000	2
291	FIO FLEXIVEL - 6,0 MM 750V 100M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sulflex	0	210,0000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SIL	0	241,0000	2
292	FIO FLEXIVEL - 10,0 MM 750V 100M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sulflex	0	349,0000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SIL	0	453,0000	2
294	FIO PARALELO - 2 X 1,50 MM 100M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sulflex	0	112,0000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SIL	0	118,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 57/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
295	FIO PARALELO - 2 X 2,50 MM 100M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	suffex	0	144,8900	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	144,9000	2
296	FITA ALUMINIZADA 15CM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	primer	0	2,5000	1
			RTM/RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	alufina	0	2,8900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	ALLUSIL	0	4,0000	3
297	FITA ANTIDERRAPANTE;	UN	RTM/RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	4,4900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	4,5000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	5,5000	3
298	FITA ISOLANTE 20M;	UN	RTM/RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	3,0900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	carneiro	0	3,1000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	4,1900	3
299	FITA VEDA ROSCA - 18 X 25 MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gool	0	2,1000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	3,1900	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 58/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
300	FITA ZEBRADA 70x180 mts;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	despdi	0	9,4900	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	MISTER	0	9,5000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	prosafty	0	9,8000	3
301	FORCADO TIPO GADANHO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pandolfo	0	17,8000	1
302	FOICE C/ CABO;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	18,9800	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	18,9900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	CROP	0	22,0000	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	NACIONAL	0	23,0100	4
303	FORMÃO 1/2" C/ CABO DE MADEIRA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	monfort	0	8,9700	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	8,9800	2
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	9,9000	3
304	FORMÃO 3/4" C/ CABO DE MADEIRA;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	7,7000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	9,9800	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 59/144

Número do Registro de Preços: 19/2017			Data do Registro: 18/10/2017			Válido até: 18/10/2018		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
305	FORMÃO 5/8" C/ CABO DE MADEIRA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	monfort	0	12,4000	3	
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	9,9000	1	
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	9,9900	2	
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	monfort	0	11,9000	3	
306	FORMÃO CHANFRADO 5/8;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	9,9000	1	
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	kala	0	13,0200	2	
307	FORRO DE PINUS - 1" X 2,50 M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vianra	0	12,9500	1	
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MADECOP	0	13,3600	2	
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	MILNEZ	0	13,5000	3	
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vianra	0	13,5000	4	
308	FORRO DE PINUS TRATATO -1"X 2,50 M;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vianra	0	18,7000	1	
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vianra	0	18,9000	2	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 60/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MADECOOP	0	19,1700	3
309	FORRO PVC BRANCO PB 10CMX3M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	bomplast	0	11,9000	1
310	FOTOCELULA BASE;	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	exatron	0	7,7400	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	homelux	0	10,7900	2
311	FURADERA INDUSTRIAL POTÊNCIA 650W-220V MANDRIL 1/2" - 13MM; CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO 19MM; AÇO 13MM; MADEIRA 40MM; ROTAÇÃO SEM CARGA 2.100/2.600MIN-1; PESSO 2,3KG 8KG - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS - 12 MESES DE GARANTIA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vonder	0	338,0000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BOSCH	0	338,1200	2
			RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	bosch	0	365,0000	3
312	FURADERA DE IMPACTO CMARTELETE COM MANDRIL SDS 800 W;	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	bosch	0	590,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vonder	0	689,0000	2
313	FURADERA DE IMPACTO POTÊNCIA 600W-220V - 239MANDRIL 1/2" - 13MM; CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO: CONCRETO 13MM; AÇO 10MM; MADEIRA 25MM ROTAÇÃO SEM CARGA 3.000 MIN-1; PESO 1,8KG - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS - 12 MESES DE GARANTIA	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	bosch	0	355,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vonder	0	459,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 61/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
314	GANCHO FECHADO;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,3000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	PITAO	0	0,3500	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	0,4000	3
315	GRAMPEADOR 51A/106;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	32,0000	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	rocama	0	69,0000	2
316	GRAMPO DE CERCA GALVANIZADO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tx	0	8,9000	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gerdau	0	11,7000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	GERDAU	0	12,5400	3
317	GRAMPO PARA FORRO - CAIXA COM 2500 UNIDADES C/255GR;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	7,7500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	9,8000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	ROCAMA	0	12,0000	3
318	GRELHA QUADRADA P/ CAIXA SIFONADA 100MM;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,3800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 62/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra:	
						REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	1,3900	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastilit	0	1,6000	3
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	2,0000	4
319	GRELHA QUADRADA P/ CAIXA SINFONADA 150MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastilit	0	2,3800	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	2,3900	2
			RTM/RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	2,7000	3
320	GUIA COM BASE DE ALUMINIO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gibafer	0	1,5800	1
321	GUIA RETO DE NYLON;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gibafer	0	1,2900	1
322	HASTE P/ CHUVEIRO ALUMINIO DE 30CM A 40 CMC;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	krona	0	5,9000	1
323	HASTE TERRA 1M COBREADA;	UN	RTM/RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	farol	0	6,1900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	olivo	0	6,2000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	OLIVO	0	7,4500	3
324	HASTE TERRA 2,40 COBREADA;	UN	RTM/RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	farol	0	17,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 63/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	SIL	0	18.0000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	olivo	0	18.5000	3
325	HASTE TERRA COBREADA C/ CONECTOR 1/2, 1,00 M;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	farol	0	8.9800	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	SIL	0	9.0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	OLIVO	0	10.6700	3
326	IMPERMEABILIZANTE DE CONCRETO 5 LT;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	queveks	0	18.9000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	19.0000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	queveks	0	19.5000	3
327	INTERRUPTOR 1 TECLA + TOMADA 10A SISTEMA X;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	meconic	0	8.8200	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	10.1600	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ilumi	0	10.3000	3
328	INTERRUPTOR 1 TECLA SISTEMA X;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	meconic	0	4.9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 64/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ilumi	0	6,0000	2
329	INTERRUPTOR 2 TECLAS SISTEMA X;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectronic	0	6,4900	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	7,2900	2
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ilumi	0	8,7500	3
330	INTERRUPTOR EMBUTIR 1 TECLA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectronic	0	3,8000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MECTRONIC	0	6,5000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	6,6000	3
331	INTERRUPTOR EMBUTIR 1 TECLA + TOMADA 10A;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectronic	0	8,2500	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	9,3500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MECTRONIC	0	11,0000	3
332	INTERRUPTOR EMBUTIR 2 TECLAS + TOMADA 10A;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectronic	0	9,9800	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MECTRONIC	0	14,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 65/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	14,3000	3
333	INTERRUPTOR EMBUTIR 3 TECLAS;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectonic	0	9,6000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	12,9200	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MECTRONIC	0	14,0000	3
334	INTERRUPTOR EXTERNO DE 1 TECLAS;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectonic	0	2,9800	1
			RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ilume	0	3,4000	2
335	INTERRUPTOR EXTERNO DE 2 TECLAS;	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ilume	0	4,1900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectonic	0	4,2000	2
336	INTERRUPTOR EMBUTIR 2 TECLAS;	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	iriel	0	6,8500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectonic	0	6,8600	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	8,9000	3
337	IRRIGADOR ESPIGA GIRATORIO;	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	herc	0	9,9500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 68/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
338	ISOLADOR PIMENTÃO DE PORCELANA;		ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	nove54	0	11,9000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	HERC	0	14,2200	3
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	olivo	0	3,4800	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MOROMBI	0	4,4000	2
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	soprano	0	5,5000	3
339	JOELHO AZUL SOLDAVE C/ BUCHA DE LATÃO 25MM 3/4;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	2,3800	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	2,4500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	3,0000	3
340	JOELHO SOLDÁVEL 90° - 25,00 MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	0,3200	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	0,3300	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	0,4000	3
341	JOELHO AZUL SOLDAVEL C/ BUCHA DE LATÃO 25MM 1/2;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	1,1900	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	1,2000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

Página: 67/144

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)							
342	JOELHO ESGOTO 100MM 90°;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	2,4800	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	2,4900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	KRONA	0	3,0000	3
343	JOELHO ESGOTO 40MM 45°;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	0,6500	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,9500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	KRONA	0	1,0000	3
344	JOELHO ESGOTO 40MM 90°;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,4800	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	0,4900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	KRONA	0	0,7000	3
345	JOELHO ESGOTO 50MM 45°;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	1,1900	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	KRONA	0	2,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

Página: 68/144

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
346	JOELHO ESGOTO 50MM 90°;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,9700	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	0,9800	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	KRONA	0	1,3500	3
347	JOELHO ESGOTO 75MM 45°;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	3,6800	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	3,9500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	KRONA	0	4,0000	3
348	JOELHO ESGOTO 75MM 90°;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	2,3000	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	2,6000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	KRONA	0	2,7000	3
349	JOELHO SOLDÁVEL 90 - 25,00 MM;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,3100	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	0,3200	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	KRONA	0	0,4500	3
350	JOELHO SOLDÁVEL DE 50MM 45°;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	3,0700	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 19/2017**

Página: 69/144

Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
351	JOELHO SOLDÁVEL DE 50MM 90°;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	3,1500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINAME (136)	KRONA	0	4,0000	3
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,5800	1
352	JOGO CHAVE ALLEN 9 PCS;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	1,5800	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	KRONA	0	2,7100	3
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	9,5000	1
353	JOGO CHAVE TORX 9 PCS;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	13,9000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	18,8900	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	17,9000	1
354	JOGO MARCO DE PORTA DE CEDRO 14LX2.10AT;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	nó jordao	0	92,0000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vianna	0	95,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINAME (136)	SINOP	0	105,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 70/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
355	JOGO VISTAS DE CEDRO C/ 3 6MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	rio jordao	0	19,8000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	SINOP	0	21,0000	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vianna	0	41,0000	3
357	JUNÇÃO ESGOTO 100MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	9,2000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	9,4500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	13,0000	3
358	JUNÇÃO ESGOTO 100X50MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	4,6000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	5,7200	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	8,0000	3
359	JUNÇÃO ESGOTO 100X75MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	6,0800	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	11,5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	14,0000	3
360	JUNÇÃO ESGOTO 40MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 71/144

**Número do Registro de Preços:** 19/2017      **Data do Registro:** 18/10/2017      **Válido até:** 18/10/2018  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIÇOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
361	JUNÇÃO ESGOTO 50MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	1,8900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	2,2000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	2,1900	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	4,2000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	5,5000	3
362	JUNÇÃO ESGOTO 75MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	5,9600	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	5,9700	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	12,0000	3
363	KIT DE REPARO P/ VALVULA DE DESCARGA;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	dobol	0	19,9500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	blukit	0	24,9000	2
364	KIT P/ REGISTRO SALVA REGISTRO;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	blukit	0	24,5000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	bognar	0	27,6000	2
365	LAJE PRE-MOLDADA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	laje silva	0	28,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 72/144

Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
366	LAMINA ESTILETE;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	AURORA	0	28,9100	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	SILVA	0	30,0000	3
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	thompson	0	0,3000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	MISTER	0	0,4500	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	despedi	0	1,2000	3
367	LÂMPADA COMPACTA 20W;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	avant	0	8,4400	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	avant	0	8,4500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	TASCHIBRA	0	10,0000	3
368	LÂMPADA COMPACTA 27W;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	avant	0	10,9900	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	TASCHIBRA	0	11,0000	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	avant	0	14,9000	3
369	LÂMPADA COMPACTA 30W;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	avant	0	16,3500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	avant	0	16,4000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 73/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	TASCHIBRA	0	22.8200	3
370	LÂMPADA COMPACTA 36W;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	avant	0	18.3900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	avant	0	18.4000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	AVANT	0	28.1700	3
371	LÂMPADA COMPACTA 45W;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	foxlux	0	32.2200	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	EMPALUX	0	32.2300	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	TASCHIBRA	0	38.0000	3
372	LÂMPADA DE LED 12W;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	avant	0	16.8900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	avant	0	16.9000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	FLC	0	24.0000	3
373	LÂMPADA DE LED 6W;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	avant	0	9.8000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	FLC	0	12.0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 74/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
374	LÂMPADA DE LED 9W;		RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	avant	0	12,8500	3
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	avant	0	11,7600	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	FLC	0	12,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	KIAN	0	14,8100	3
375	LÂMPADA DE LED 13,5W;		RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	avant	0	18,4900	1
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	avant	0	18,5000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	TASCHIBRA	0	26,7500	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	blumenal	0	6,2700	1
376	LÂMPADA FLUORESCENTE - 20W T8;		RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	avant	0	6,7000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	TASCHIBRA	0	8,0000	3
		UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	avant	0	6,7000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	blumenal	0	6,9000	2
377	LÂMPADA FLUORESCENTE - 25W;		RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	avant	0	6,7000	1
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	blumenal	0	6,9000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	TASCHIBRA	0	26,7500	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	blumenal	0	6,2700	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 75/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
378	LÂMPADA FLUORESCENTE - 40W T8;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	avant	0	6,6800	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	blumenal	0	6,6900	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	EMPALUX	0	7,2100	3
379	LAPIS CARPINTERO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	thompson	0	0,7000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	IRWIM	0	1,5000	2
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	faber castel	0	1,7500	3
380	LAVADODA JATO VAZÃO MÁXIMA (L/MIN):6,0 I/MIM, PRESSÃO MAX. 1600, MOTOR 1750( RPM); 220V	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	karcher	0	509,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vonder	0	510,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	ELETROPLAS	0	550,0000	3
381	LAVATORIO PIA E COLUNA CONV. CORES;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	celite	0	104,0000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	LOGASA	0	105,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	LOGASA	0	134,8700	3
382	LIMA C/ CABO PLENADA 8";	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	starrett	0	12,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 76/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	thompson	0	15,8500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	NICHOLSON	0	16,0000	3
383	LIMA MOTO-SERRA 8"X3/16 MEDIA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	stanrett	0	4,2000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	NICHOLSON	0	6,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BELLOTA	0	8,2500	3
384	LIMA MOTO-SERRA 8"X5/32 FINA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	stanrett	0	7,8300	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BELLOTA	0	7,8400	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	NICHOLSON	0	8,0000	3
385	LINHA DE NYLON Nº 80 100M;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ekilon	0	5,9500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	trevo	0	5,9800	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	EKILON	0	7,0000	3
386	LINHA DE NYLON QUADRADA 3,00MM 1 15M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	equilon	0	86,0000	1
387	LIQUICAL 15L;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	queveks	0	20,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 77/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
388	LIXA P/ MADEIRA GR 180;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	QUEVEKS	0	21,0000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	23,9000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	alcar	0	0,7000	1
			RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	alcar	0	0,7900	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	1,4000	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ALCAR	0	1,6000	4
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	alcar	0	0,9500	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	0,9800	2
			RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	alcar	0	1,0800	3
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	ROCO	0	2,5000	4
390	LIXA P/ MADEIRA GR 60;	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	alcar	0	1,1000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	1,2000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	ROCO	0	2,8000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 78/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
391	LIXA P/ MADEIRA GR 80;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	alcar	0	0,7000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	2,5900	2
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	alcar	0	2,6000	3
392	LIXEIRA QUADRADA PLASTICA C/PEDAL 9L;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	metasul	0	11,8000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	metasul	0	11,9000	2
393	LONA PRETA 4X100M - 120 MICRAS;	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	0,2000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pano de ferro	0	0,2200	2
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	orton	0	0,3400	3
394	LONA PRETA 6X 100M - 120 MICRAS;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pano de ferro	0	0,2200	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	0,2300	2
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	orton	0	0,4900	3
395	LUMINÁRIA 2 X 20 TUBULAR COMPACTA COMPLETA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	blumenal	0	49,0000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINI ME (136)	G-LIGHT	0	50,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 79/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	skylux	0	65.0000	3
396	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	skylux	0	64.9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	G-LIGHT	0	65.0000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	blumenal	0	79.0000	3
397	LUMINÁRIA 2X40 ALETA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	blumenal	0	79.0000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	skylux	0	79.5000	2
398	LUMINÁRIA DE EMERGENCIA 30 LEDS;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	skylux	0	18.8000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	segurimax	0	18.9000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	LUMIFACIL	0	32.0000	3
399	LUMINÁRIA TARTARUGA BRANCA PLASLUMI;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plaslumi	0	11.8000	1
400	LUVA AZUL SOLDÁVEL C/ BUCHA DE LATÃO 25MM 1/2;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	2.1000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	2.5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 80/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
401	LUVA SOLDÁVEL DE 25MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	2,5300	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	0,4300	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	0,4500	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,5000	3
402	LUVA AZUL SOLDÁVEL C/ BUCHA DE LATÃO 25MM 3/4;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	2,4800	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	2,4900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	2,5000	3
403	LUVA DE CORREE 25MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	4,9800	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	6,5000	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	6,5000	3
404	LUVA ESGOTO DE 100MM;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	KRONA	0	7,0200	4
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	2,2800	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	2,2900	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 81/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
405	LUVA ESGOTO DE 40MM;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	KRONA	0	3,0000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	0,5300	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,6500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	KRONA	0	0,7500	3
406	LUVA ESGOTO DE 50MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,0900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	1,1100	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	KRONA	0	1,7000	3
407	LUVA ESTOGO DE 75MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,9200	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	KRONA	0	1,9300	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	2,3000	3
408	LUVA PU ASSEMBLER BLACK TAM 10 (GG) 3008;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	volk	0	4,2000	1
409	LUVA SOLDÁVEL DE 50MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,7900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	1,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 82/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
410	MAÇANETA P/ FECHADURA;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	2,2000	3
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	soprano	0	7,4800	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mgm	0	7,4900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	STAN	0	12,5000	3
411	MACHADINHA C/ CABO DE MADEIRA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	crop	0	18,6000	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pendolfo	0	22,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	PARABONI	0	22,1400	3
412	MACHADO C/ CABO DE MADEIRA;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pendolfo	0	26,9900	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	CROP	0	27,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	PARABONI	0	38,6800	3
413	MADERITE 1,10M X 2,20M X 9MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	dagostin	0	29,8000	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	couronix	0	35,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 83/144

Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
414	MAQUETA DE COUPA P/ FERRAMENTAS - COMPRIMENTO 38CM-ALTURA 23,5CM-LARGURA 15CM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	fardl	0	78.5000	1
415	MANGUEIRA ILUMINOSA CLARA 36 LED POR MT 13MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ks couros	0	128.0000	2
416	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	5.9700	1
417	MANGUEIRA P/ GAS TRANÇADA 1,25M -1/2METRO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	blumenal	0	5.9800	2
418	MANGUEIRA P/ JARDIM SILICONADA 1/2";	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mantac	0	0.6400	1
419	MANGUEIRA PLÁSTICA PRETA 1/2" 2.00MM (ROLO 100 M);	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	corlubo	0	0.6500	2
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mantac	0	6.8400	1
		UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mantac	0	6.8500	2
		UN	VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	GAZ SUL	0	7.5000	3
		UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1.3800	1
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	1.3900	2
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	delplast	0	85.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 84/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018				
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	PLASVALE	0	130,0000	2	
420	MANGUEIRA PLÁSTICA PRETA 3/4" 2,00MM. (ROLO 100 M);	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	delplast	0	119,0000	1	
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SIDERPLAST	0	132,0000	2	
421	MANGUEIRA DE NÍVEL SILICONADA 5/16;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	rellux	0	1,1000	1	
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	PLASVALE	0	1,4000	2	
422	MÃO FRANCESA ELETROCALHA 50MM;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	8,2500	1	
423	MARRETA DE AÇO C/ CABO DE MADEIRA 1,50 KG;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	monfort	0	19,2000	1	
424	MARRETA DE AÇO C/ CABO DE MADEIRA - 3,00 KG;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	29,9000	1	
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	monfort	0	39,8000	2	
425	MARTELO C/ CABO DE FIBRA - 25,00 MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	feriak	0	18,0600	1	
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	22,8000	2	
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	TOOLS	0	26,0000	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 85/144

**Número do Registro de Preços:** 19/2017      **Data do Registro:** 18/10/2017      **Válido até:** 18/10/2018  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARAQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIÇOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
426	MARTELO C/ CABO DE FIBRA - 27,00 MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	19,8000	1
427	MARTELO DE BORRACHA C/ DE MADEIRA - 60,00 MM;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pardolfo	0	8,9500	1
428	MARTELO DE BORRACHA C/ DE MADEIRA - 80,00 MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	8,9900	2
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pardolfo	0	11,9900	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MISTER	0	12,0000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	12,9900	3
429	MASSA ACRÍLICA - 3,60 L;	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	11,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	eucatex	0	11,3000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	GOLDEN	0	18,5000	3
430	MASSA CORRIDA PVA - 3,60 L;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	decar	0	5,4900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	eucatex	0	5,5000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	10,0000	3
431	MASSA DE CALAFETAR - 0,500 KG;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	conex	0	2,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 88/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
432	MATA JUNTA DE PINUS TRATADO 2,5 M;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	decar	0	3,0000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	3,5000	3
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vianna	0	0,9500	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VIANA	0	1,4000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MADECOOP	0	1,5900	3
433	MEIA CANA DE PINUS TRATADO 2,5 M;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vianna	0	1,1000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VIANA	0	1,4500	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MADECOOP	0	1,5900	3
434	MEIA CANA DE PVC;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	bomplast	0	3,5800	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	forro sul	0	3,7500	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	FORROPLAST	0	4,0800	3
435	METRO DE PVC 1M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	lian	0	3,7800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINÇAO

Página: 87/144

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra:	
						REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
436	MINI ARCO DE SERRA C/ SERRINHA;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	RAMADA	0	4,5000	2
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	thompson	0	4,0800	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	metasul	0	4,0900	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	METASUL	0	5,7900	3
437	MIOLO DE FECHADURA;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	soprano	0	14,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mgm	0	14,9500	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	STAM	0	17,0600	3
438	MOTO ESMERIL - MOTOR 357 WATTS - 220V - ROTACÃO DO MOTOR 3580 RPM - CORRENTE: 1,7A - FREQUENCIA NORMAL 60HZ - TENSÃO NOMIAL: BVOLT - ESPESSURA DO REBOLO: 20MM - REBOLO: 6" - FURRO DO REBOLO 1/2" - CHAVE ELÉTRICA BIPOLAR 4ROLAMENTO DO TIPO DDU, CONTRA POEIRA - COM PÉS DE BORRACHA ANTI-VIBRAÇÃO ACOMPANHAMENTOS DE 2 REBOLOS 6" - 2 PROTETOR VISUAL - 2 APOIOS DE FERRAMENTAS; 8KG - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS - 12 MESES DE GARANTIA	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	motomil	0	139,5000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	MOTOMIL	0	140,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	LYNUS	0	158,5400	3
439	MOURÕES MADEIRA TRATADO 3MT 150M OU MAIS	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vianna	0	19,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 88/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTÁRQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
440	MOURÕES MADEIRA TRATADO 4MT 15DM OU MAIS ;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	VIANA	0	20,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BILA	0	26,3700	3
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	viana	0	24,5000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	VIANA	0	27,0000	2
441	MULTIMETRO DIGITAL;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BILA	0	35,1600	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	thompson	0	27,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	MISTER	0	28,0000	2
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	disma	0	9,9500	1
442	NAVALHA P/ PLAINA 82MM C/ 2;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastilit	0	0,4300	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KONA	0	0,4500	2
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,4500	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastilit	0	0,4900	1
443	NIPEL C/ ROCA - 1/2";	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KONA	0	0,4500	2
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,4500	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastilit	0	0,4900	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	0,5000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 89/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra:	
						REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
445	NÍVEL ALUMÍNIO 14;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,5000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	12,5000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	14,5000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BRASIPLA	0	15,0800	3
446	OCULOS DE PROTEÇÃO;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	wolker	0	1,2900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	prosafety	0	1,3000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	MISTER	0	6,0000	3
447	ORGANIZADOR DE CABO ESPIRAL 25MM 2M;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	espiraduto	0	18,4000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	eletrodex	0	18,5000	2
448	PÁ CAVAR DE BICO C/ CABO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pandolfo	0	18,7000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	18,8000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	CROP	0	20,0000	3

Página: 90/144

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

**Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
449	PÁ DE CAVAR QUADRADA C/ CABO;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	16,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	CROP	0	17,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	CROPP	0	17,9700	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pandolfo	0	18,9500	4
450	PA DE JUNTAR DE BICO C/ CABO;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	16,7000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pandolfo	0	16,8000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	CROP	0	17,0000	3
451	PÁ DE JUNTAR QUADRADA C/ CABO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pandolfo	0	16,8000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	16,9000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	CROP	0	17,0000	3
452	PARAFUSADEIRA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	dwt	0	189,0000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	SKIL	0	250,0000	2
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	skil	0	269,9900	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 91/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018				
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTÁRQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
453	PARAFUSO FENDA CABEÇA CHATA- 3,2 X 40;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,0400	1	
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	VILA	0	0,0500	2	
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	0,1000	3	
454	PARAFUSO FENDA CABEÇA CHATA- 4,2 X 25;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,0700	1	
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	VILA	0	0,0800	2	
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	0,1000	3	
455	PARAFUSO FENDA CABEÇA CHATA- 4,5 X 45;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,0800	1	
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	VILA	0	0,0900	2	
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	0,1300	3	
456	PARAFUSO SEXTAVADO DE 3/8;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,3900	1	
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	dizer	0	0,4000	2	
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	0,4100	3	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 92/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
457	PARAFUSO AGULHA PARA FORRO DE PVC 4,2X13 ZINCADO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cizar	0	0,0400	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,0500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VILA	0	0,0600	3
458	PARAFUSO GALVANIZADO C/PORCA 15CM;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cizar	0	1,1000	2
459	PARAFUSO GALVANIZADO TELHEIRO - 5/16X110,00 MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cizar	0	0,3500	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,4000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	BLFIX	0	0,4500	3
460	PARAFUSOS INOX AUTOATARRAXANTE 4,2X50MM P/DECK;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cizar	0	0,3800	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,5000	2
461	PARAFUSO LENTILHA ELETROCALHA 1/4 X 1/2;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	reiluz	0	0,2500	1
462	PARAFUSO PARA ASSENTO DE VASO SANITÁRIO 10MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	krona	0	2,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 19/2017**

Página: 93/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTÁRQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	TOTALF	0	3,2100	2
463	PARAFUSO PARA ASSENTO DE VASO SANITÁRIO 8MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	krona	0	1,4000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VILA	0	4,0000	2
			RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	talita	0	5,2000	3
464	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 4,0X20;	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,0700	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VILA	0	0,0800	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	0,1400	3
465	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 4,0X22;	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,0700	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VILA	0	0,0800	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	0,1400	3
466	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 4,0X25;	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,0700	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VILA	0	0,0800	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 94/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)			MISTER	0	0,1000	3
467	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 4.5X25;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cizer	0	0,0700	1
	VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)		VILA		0	0,0800	2
	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)		jmarca		0	0,1200	3
468	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 5.0X100;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,1400	1
	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)		MISTER		0	0,1500	2
	VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)		VILA		0	0,1800	3
469	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 5.0X30;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cizer	0	0,0800	1
	VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)		VILA		0	0,0900	2
	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)		jmarca		0	0,1200	3
470	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 5.0X40;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cizer	0	0,1000	1
	VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)		VILA		0	0,1100	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 95/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
471	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 5,0X50;		RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,1300	3
		UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,1100	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cizer	0	0,1200	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VILA	0	0,1300	3
472	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO 60X50;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,1500	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VILA	0	0,2200	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	0,2800	3
473	PARAFUSO SEXTAVADO DE 1/4;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cizer	0	0,4200	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	0,5800	2
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,7000	3
474	PARAFUSO SEXTAVADO DE 5/16;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cizer	0	0,6000	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,9000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 96/144

**Número do Registro de Preços:** 19/2017      **Data do Registro:** 18/10/2017      **Válido até:** 18/10/2018  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
475	PASSA FIO 20M C/ ALMA DE AÇO;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	nacional	0	14,9500	1
476	LÂMPADA FLUORESCENTE - 20W T8;		ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fc	0	18,8900	2
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	alha	0	19,8000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	são romão	0	19,9000	2
477	PEDRA BRITA 3/4;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	cedro	0	68,0000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MARACAJA	0	70,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	NUNES	0	75,0000	3
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	salvina	0	75,0000	4
478	PENEIRA VARIOS TAMANHOS 55CM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	telasmm	0	16,8000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	FORTE	0	19,0000	2
479	PICARETA C/ CABO;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	36,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	crop	0	37,9000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 97/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
480	PINCEL - 2";	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	atlas	0	1,4900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	roma	0	1,5000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	2,2000	3
481	PINCEL - 3";	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	roma	0	4,2000	1
			RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	atlas	0	4,4500	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	4,5000	3
482	PINCEL - 4";	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	atlas	0	4,4900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	roma	0	4,5000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	7,8900	3
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	ATLAS	0	10,0000	4
483	PINO 3 SAIDAS PADRÃO 10A 2P+T;	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	meconic	0	3,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	daneva	0	3,9400	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	ILUMI	0	6,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 98/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
484	PINO FEMEA 2P+T 10A;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	radial	0	2,3900	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mectronic	0	2,4000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	ILUMI	0	2,5000	3
485	PINO FEMEA 2P+T 20A;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mectronic	0	4,8500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	radial	0	4,9000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	ILUMI	0	5,0000	3
486	PINO PADRÃO 2P+T 10A;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	radial	0	3,8000	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mectronic	0	3,9500	2
487	PINO SAIDAS 2P+T 10A;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mectronic	0	3,7500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	radial	0	3,8000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	6,9200	3
488	PISO CERAMICA DE 1;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pisoforte	0	11,9000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 99/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018				
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
489	PISO CERÂMICA DE 1º - 45CM X 45 CM P14;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	cojatel	0	13,5000	2	
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	cojatel	0	12,2000	1	
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plisoforte	0	12,3000	2	
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	CEJATEL	0	14,9000	3	
490	PISTOLA APLICADOR DE SILICONE 300 GR;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vila	0	9,9000	1	
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MUNDIAL	0	10,0000	2	
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	10,6000	3	
491	PLACA CEGA 4X2;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectronic	0	1,8500	1	
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MECTORNIC	0	2,0000	2	
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	iriel	0	2,2000	3	
492	PLAFON DE TETO 100W BRANCO OU PRETO;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	plastume	0	3,9000	1	
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastumi	0	3,9800	2	

Página: 100/144

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:						REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	ILUMI	0	4,8000	3
483	PLAINA ELÉTRICA 82MM POTENCIA 600WATS - ROTAÇÃO 1600RPM 220V 6KG - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS - 12 MESES DE GARANTIA	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	dwt	0	399,0000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	SKIL	0	470,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SKIL	0	513,8300	3
484	PLUG C/ ROSCA 1/2;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	0,2900	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,3000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	KRONA	0	0,4000	3
485	PLUG C/ ROSCA 3/4;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	0,3400	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	0,3500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	KRONA	0	0,4000	3
486	PNEU P/ CARRINHO DE MAO 3,25X8;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	17,4400	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	PARABONI	0	17,4500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 101/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
497	PNEU P/ CARRINHO DE MÃO 3,50X8 (2 LONAS);	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	17,6000	3
498	PONTALETE TRATADO 10 CM X 5,0 CM X 1,40 MT;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	23,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	powertrans	0	23,9000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vianna	0	8,6000	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vianna	0	8,7000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BILA	0	9,7600	3
499	PONTEIRO DE AÇO 3/4;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	9,7000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	CROPP	0	9,7400	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	teva	0	9,7800	3
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	GAVA	0	13,0000	4
500	PORCA SEXTAVADA DE 1/4;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,0900	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	FIX	0	0,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 102/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
501	PORCA SEXTAVADA DE 3/8;		JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	0,2400	3
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	inca	0	0,0140	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	FIX	0	0,1500	2
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,2000	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	0,3500	4
502	PORCA SEXTAVADA DE 5/16;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,1100	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	FIX	0	0,1200	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	0,3600	3
503	PORCA SEXTAVADA DE 5/8;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,1300	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	inca	0	0,1400	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	FIX	0	0,7000	3
504	PORTA CADEADO INOX 4,5";	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	inca	0	9,4500	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	ISERO	0	9,5000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 103/144

Número do Registro de Preços: 19/2017			Data do Registro: 18/10/2017			Válido até: 18/10/2018		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTÁRQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jornaleira	0	10,5000	3	
505	PORTA MISTA 0,70 X 2,10M;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinop	0	176,0000	1	
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	não jornal	0	177,0000	2	
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BASCHIROTTI	0	216,0000	3	
506	PORTA MISTA 0,80 X 2,10M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	não jornal	0	177,0000	1	
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinop	0	194,0000	2	
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BASCHIROTTI	0	216,0000	3	
507	PORTA PAPEL HIGIÊNICO INOX;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinop	0	11,9000	1	
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	KELLY	0	12,0000	2	
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	imperatriz	0	13,9200	3	
508	PORTA PAPELAIRA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	artplas	0	13,2000	1	
509	PORTA SEMIOCA 0,70 X 2,10M;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinop	0	64,0000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 104/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
510	PORTA SEMIOCA 0,80 X 2,10M;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	MILANEZ	0	65,0000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	rio jorda	0	65,8000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	rio jorda	0	65,8000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	MILANEZ	0	68,0000	2
			RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinop	0	73,0000	3
511	PORTA SEMIOCA 0,90 X 2,10M;	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinop	0	70,5000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	rio jorda	0	71,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	MILANEZ	0	78,0000	3
512	PREGO 12 X 12 POLIDO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tx	0	10,4000	1
			RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gerda	0	10,5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	GERDAU	0	11,0000	3
513	PREGO 13 X 15 GALVANIZADO;	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gerda	0	15,3500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tx	0	15,4100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 105/144

**Número do Registro de Preços:** 19/2017      **Data do Registro:** 18/10/2017      **Válido até:** 18/10/2018  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
514	PREGO 16 X 21;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN+ME (136)	GERDAU	0	18,0000	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BENORTE	0	18,1200	4
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tx	0	8,6100	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gerdau	0	8,7000	2
515	PREGO 16 X 24;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN+ME (136)	GERDAU	0	9,0000	3
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gerdau	0	8,2000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tx	0	8,2100	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN+ME (136)	GERDAU	0	8,5000	3
516	PREGO 17 X 27;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gerdau	0	7,4000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tx	0	7,4400	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN+ME (136)	GERDAU	0	7,5000	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BENORTE	0	7,6300	4
517	PREGO 19 X 36;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tx	0	7,4800	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 106/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
518	PREGO 25 X 72;		RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gerdau	0	7,4900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	GERDAU	0	7,5000	3
		UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gerdau	0	9,4000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tx	0	9,4500	2
519	PREGO 25 X 75;		JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BENORTE	0	9,7800	3
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	GERDAU	0	10,0000	4
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tx	0	9,3500	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gerdau	0	9,4000	2
520	PREGO C/ROSCA 22X48;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gerdau	0	9,8000	1
521	PREGO GALVANIZADO 17 X 27;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tx	0	10,9000	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gerdau	0	10,9500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	GERDAU	0	12,5000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 107/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
522	PREGO GALVANIZADO 25 x 72;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gerdau	0	10,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tx	0	16,5000	2
523	PREGO GALVANIZADO SEM CABEÇA 16/24;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tx	0	8,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	GERDAU	0	9,0000	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gerdau	0	12,9500	3
524	PREGO TELHEIRO GALVANIZADO 18X30 ARDOX 1KG;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gerdau	0	7,8500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tx	0	7,9500	2
525	PRENDEDOR VENESIANA INOX;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinter	0	12,7000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	feltm	0	13,5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	SIDEROX	0	15,0000	3
526	PULVERIZADOR MANUAL 5LT;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	disma	0	53,2000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	57,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	DISMA	0	58,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 108/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
527	PULVERIZADOR MANUAL 20LT;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	kala	0	110,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	111,3600	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	136,2500	3
528	PUXADOR INOX 3 3/8";	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	feltrin	0	5,8900	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinter	0	5,9000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SINTER	0	13,5800	3
529	PUXADOR P/ JANELA DE CORRER CROMADO;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	soprano	0	7,1000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SINTER	0	7,2000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ferca	0	7,9000	3
530	PUXADOR TIPO ALÇA INOX 115X15MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	feltrin	0	5,6500	1
531	REATOR ELETORONICO 2X20W;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	exp	0	17,4900	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	magnetic	0	17,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 109/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
532	REATOR ELETRONICO 2X40W;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MAGNETIC	0	20,0000	3
533	REBITADORA MANUAL;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	magnetic	0	21,8000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ecp	0	21,9000	2
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	19,4600	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vila	0	19,9500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	DISMA	0	23,0000	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	23,0000	4
534	REBITE 4.00X25.00MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,0500	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	BELFIX	0	0,0800	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mister	0	0,1000	3
535	REBITE 4.80X12.00MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mister	0	0,1000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	jmarca	0	0,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 110/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTÁRQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

536	RECEPITAQUILLO E40 DE PORCELANA;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	BELFIX	0	0,1000	3
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mectonic	0	2,9500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectonic	0	3,3000	2
537	REDUÇÃO ESGOTO 100X50MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	3,2000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	3,7000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	KRONA	0	4,5000	3
538	REDUÇÃO ESGOTO 100X75MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	4,4000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	KRONA	0	4,5000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	4,8100	3
539	REGISTRO DE GAVETA 3/4;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	docol	0	29,8000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	premier	0	29,9000	2
540	REGISTRO DE PRESSÃO 3/4;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	docol	0	28,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	DOCOL	0	29,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 111/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	DOCOL	0	31,9500	3
541	REGISTRO ESPERA SOLDADVEL DE 25MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastilit	0	3,8000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	4,8000	2
542	REGISTRO ESPERA SOLDADVEL DE 50MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastilit	0	10,9500	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	12,9000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	14,0000	3
543	REGUA DE ALUMINIO 2M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)		0	19,2000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	GIBAFER	0	25,0000	2
544	REGULADOR DE GÁS GRANDE 506/1;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	aliança	0	24,9000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	aliança	0	25,5000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ALIANÇA	0	28,0000	3
545	REJUNTE PARA CERÂMICA - 1,00 KG;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	quartzolit	0	1,9800	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 112/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

546	RESISTÊNCIA PARA CHUVEIRO 5500W 220V;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	quartzolit	0	2,6000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	QUARTZOLIT	0	2,7000	3
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	lorenzetti	0	9,7000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pratinix	0	9,8000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SINTEX	0	11,9000	3
547	RESISTÊNCIA PARA TORNEIRA ELÉTRICA 5500W 220V;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pratinix	0	8,9000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	lorenzetti	0	12,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	SINTEX	0	17,0000	3
548	RODETE WIDEA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	thompson	0	6,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	IRVIM	0	8,0000	2
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	thompson	0	12,0000	3
549	ROLETE P/ PAPEL C/ MOLA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mister	0	1,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 113/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:						REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
550	ROLO DE ESPULMA C/ CABO 9CM;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	asira	0	1,7000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	roma	0	1,0000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	1,1000	2
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	atlas	0	1,7000	3
551	ROLO DE ESPULMA C/ CABO 5CM;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	atlas	0	0,8900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	roma	0	0,9000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	1,1000	3
552	ROLO LÃ SINTÉTICA 23 CM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	roma	0	2,5000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	2,7000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	ROMA	0	7,0000	3
553	ROLDANA PARA CALHA CONCOVA DE ALUMÍNIO;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gigafer	0	4,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gibafer	0	4,9800	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	GIBA FER	0	6,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 114/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
554	ROLDANA PARA PORTÃO DE ALUMINIO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	daio	0	19,9000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	WG	0	20,0000	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gigafel	0	22,2000	3
555	ROLDANA PARA PORTÃO DE FERRO;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gigafel	0	13,5000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	daio	0	17,9000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	WG	0	20,0000	3
556	ROLDANA PVC - 36 X 36;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	daio	0	0,2500	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	IGOR	0	0,5500	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MATRIX	0	0,6300	3
557	SABONETEIRA LIQUIDA;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	national	0	14,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	national	0	32,9000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	NACIONAL	0	42,0000	3



Página: 115/144

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
558	SACO DE LIXO - SACO C/100 LT- DIMENSÕES 75CMX90CM- 100 UNIDADES (MICRA 0,10 IGUAL OU SUPERIOR A)	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mepel	0	39,8000	1
559	SAPATÃO/BOTINA ;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	crispin	0	32,5000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	carton	0	32,9000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	IBISEG	0	34,9000	3
560	SELADOR BALDE DE 18,00 L;	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	20,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	paris	0	20,5000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	GOLDEN	0	32,9000	3
561	SERRA CIRCULAR DE BANCADA - POTENCIA: 2200 WATTAS- 220V - ROTAÇÃO DO EIXO: 4080 RPM - ALTURA CORTE: 80MM - ALTURA CORTE A 45º 52MM - LÂMINA DE CORTE 254X2,4/1,8X15,9MM-DIMENSÃO DA MESA 690X1020MM - 690X512MM - PESO 76 KG - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS-ACOMPANHAMENTO: REGUA DE MESA, TRANSFERIDOR DE GRAUS, PROTETOR DE CAVACOS 8KG - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS - 12 MESES DE GARANTIA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vonder	0	1,190,0000	1
562	SERRA COPO DIAMANTADA 25MM;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	34,8000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	35,0000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	36,9900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 116/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
563	SERRA COPO DIAMANTADA 40MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	39,9000	1		
564	SERRA COPO DIAMANTADA 50MM;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	40,0000	2		
565	SERRA COPO JOGO C/ 11 PCS - 8 SERRAS COPOS: 3/4"; 7/8"; 1";	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	47,9000	1		
566	SERRA MÁRMORE POTENCIA MINIMA: 1.300W - CAPACIDADE DE CORTE MINIMO: 34MM - DIAMETRO DO DISCO: 110MM (4-3/8) - DIAMETRO DO FURO: 20MM (3/4) - ROTACAO MINIMA POR MINUTO: 1200RPM - COMPRIMENTO MINIMO TOTAL: 226MM - PESO MAXIMO: 2,9KG - VOLTAGEM: 220/230V - ACESSORIOS QUE ACOMPANHAM A MAQUINA: DISCO DIAMANTADO LISO, MANGUEIRA, CHAVE FIXA, PUNHO AUXILIAR, CANO DE AGUA 6KG - CARACTERISTICAS MINIMAS - 12 MESES DE GARANTIA	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MISTER	0	48,0000	2		
567	SERRINHA DE AÇO RAPIDO;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MAO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	38,0000	1		
568	SERRINHA DE AÇO RAPIDO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	190,0000	2		
569	SERRINHA DE AÇO RAPIDO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	dwt	0	235,0000	1		
570	SERRINHA DE AÇO RAPIDO;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MAO DE OBRA EIRELLI (702)	thompson	0	2,5500	1		
571	SERRINHA DE AÇO RAPIDO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	nicholson	0	2,6000	2		
572	SERRINHA DE AÇO RAPIDO;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	NICHOLSON	0	3,0000	3		
573	SERRINHA DE AÇO RAPIDO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	thompson	0	19,8000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Página: 117/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
569	SERROTE - 24";		VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	MISTER	0	23,0000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	26,0000	3
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	thompson	0	21,9000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	27,0000	2
			RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	dixon	0	37,0000	3
570	SERROTE DE PODA 12";	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ubirama	0	21,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	MISTER	0	23,0000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	24,9000	3
571	SIFÃO CROMADO;	UN	RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	13,8000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	braspla	0	13,9800	2
572	SIFAO DE PIA 1,5M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plasbonh	0	4,8400	1
			RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	4,8500	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	4,9000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 118/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
573	SIFAO DE PIA 1M;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	4,1500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plasbonh	0	4,2000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	4,9900	3
574	SILICONE - 50,00G;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	FIRMEX	0	2,0000	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	titian	0	2,1500	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	baston	0	2,1900	3
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	2,8000	4
575	SILICONE INCOLOR - 280,00 G;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	titian	0	5,8500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	baston	0	5,9000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	7,0000	3
576	SOLVENTE - 5,00 L;	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	21,5000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gol	0	21,9000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	GOL	0	28,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 119/144

Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
577	SOQUETE CEBOLINHA CIRABICHO;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mectonic	0	0,8000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	CERGE	0	1,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	MISTER	0	1,0000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectonic	0	1,2000	4
578	SPRAY ESPUMA 750ML 720G;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	mister	0	14,9000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	14,9600	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	FIRMEX	0	20,6000	3
579	SPUD P/ VASO SANITARIO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plabonh	0	0,9500	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	2,2000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	ASTRA	0	3,0000	3
580	START 20W;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	decoflux	0	0,8800	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	decoflux	0	0,8900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	ILUMI	0	1,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

Página: 120/144

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
581	START 40W;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	descorlux	0	0,9000	1
582	SUPER BONDER;		JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	CERGE	0	1,8000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	ILUMI	0	2,0000	3
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	lodite	0	1,9800	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	1,9900	2
583	SUPORTE ELETROCALHA 50X50;		VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	TEK BOND	0	5,5000	3
		RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	lodite	0	7,9000	4	
583	SUPORTE ELETROCALHA 50X50;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	reliuz	0	11,2500	1
584	SUPORTE ELETROCALHA REFORÇADO 50X50;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	reliuz	0	17,7000	1
585	SUPORTE P/ TRANCA ABERTO;		ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	both	0	3,5500	1
		RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	soprano	0	3,6000	2	
586	SUPORTE P/ TRANCA FECHADO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	both	0	3,6900	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 121/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	soprano	0	3,7000	2
587	TABUA DE PINUS PARA CAIXARIA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sul catarinense	0	490,0000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	CUSTODIO	0	502,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VIANA	0	520,0000	3
588	TABUA DECK TRATADO 0,065 X3,00M ;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	viana	0	28,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	viana	0	28,5000	2
589	TACO DE PINUS -2,50X4,00CM;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	viana	0	0,8000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	viana	0	1,0900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VIANA	0	1,1000	3
590	TACO DE PINUS TRATADO 2,50X4,00CM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	viana	0	1,4800	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	viana	0	1,5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VIANA	0	1,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 19/2017**

Página: 122/144

Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
591	TALHADEIRA 3/4;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	paradito	0	10,5700	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SAO ROMAO	0	10,5800	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	monfort	0	10,9000	3
592	TALHADEIRA SDS;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	monfort	0	14,9000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	paradito	0	15,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	VONDER	0	17,0000	3
593	TANQUE PLASTICO 24 LT;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	metasul	0	37,0000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	metasul	0	42,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	METASUL	0	42,0000	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BRASIPLA	0	47,0000	4
594	TE ESGOTO 100MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	5,1800	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	5,9500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	7,0000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

Página: 123/144

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
596	TE ESGOTO 40MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	0,9800	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	1,3000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	1,5000	3
598	TE ESGOTO 50MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	2,4000	1
597	TE AZUL 25X25X ½ C/1 BUCHA DE LATÃO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	2,9500	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	3,7000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	4,0000	3
598	TE AZUL 25X25X ¾ C/1 BUCHA DE LATÃO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	2,7000	1
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	3,5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	4,2000	3
599	TE ESGOTO 75MM;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	5,1000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	5,1500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	7,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 124/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
600	TE SISTEMA X;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ilumi	0	0,9000	1
601	TE SOLDÁVEL DE 50X25MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	3,2000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	kronp	0	3,9500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	5,0000	3
602	TÉ SOLDÁVEL - 25MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	kronp	0	0,4900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	0,5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	0,7000	3
603	TE SOLDÁVEL - 50MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	2,9800	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	kronp	0	3,5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	5,0000	3
604	TELA REVESTIDA 1.0X25 M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	bdgo	0	478.0000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	DEPECIL	0	490.0000	2
605	TELA REVESTIDA 2.0X25 M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	bdgo	0	932.0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 125/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	DEPECIL	0	999.0000	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tidão	0	1.036.0000	3
606	TELA ALAMBRADO SOLDADA 2,5MM- 1,00X25M;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	TIDAO	0	199.0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	belgo	0	335.0000	2
607	TELA ALAMBRADO SOLDADA 2,5MM- 1,50X25M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	belgo	0	298.9000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	TIDAO	0	299.0000	2
608	TELA MOSQUETEIRA 1.00X50M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	valeplast	0	71.9000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	DEPECIL	0	72.0000	2
609	TELA PLASTICA SOLDADA 1" 1.00X50M;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tidão	0	118.0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	nortene	0	119.0000	2
610	TELA REVESTIDA 2 X 2,50 VERDE ;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	tidão	0	1.036.0000	1
611	TELA TAPUME 1.20X50M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	nortene	0	94.8900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 126/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTÁRQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
612	TELHA DE AMIANTO - 1,10 X 1,83 X 5,00 MM;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	isdralt	0	105,0000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	isdralt	0	27,8600	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	IMBRALIT	0	31,8800	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINAME (136)	IMBRALIT	0	32,0000	3
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	imbralt	0	32,0000	4
613	TELHA DE AMIANTO - 1,10 X 2,44 X 5,00 MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	isdralt	0	36,8000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINAME (136)	IMBRALIT	0	40,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	IMBRALIT	0	42,5600	3
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	imbralt	0	43,0000	4
614	TELHA DE AMIANTO - 1,10 X 2,13 X 5,00 MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	isdralt	0	32,7600	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	imbralt	0	34,9200	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	IMBRALIT	0	37,0500	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 127/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
615	TELHA DE AMIANTO - 1,10X 2,44 X 4,00 MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	imbralit	0	12,9000	1
616	TELHA DE AMIANTO - 110 X 1,22 X 5,00 MM;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	IMBRALIT	0	13,2200	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	IMBRALIT	0	14,0000	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	isclalit	0	18,7600	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	imbralit	0	20,5000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	IMBRALIT	0	21,2000	3
617	TELHA TRANSPARENTE 2,44 X 1,10X6M;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	imbralit	0	62,0000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	esaf	0	63,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BAKOF	0	66,5000	3
618	TERMINAL CABO DE REDE;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fc	0	0,5900	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	FOXLUX	0	0,6500	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ilume	0	0,8000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 128/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
619	TESOURA P/ GRAMPA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tidao	0	18,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MISTER	0	19,0000	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	19,5000	3
620	TESOURA PARA PODA- AÇO FORJADO REFORÇADO- CABO PLÁSTICO- COM TRAVA DE SEGURANÇA E MOLA 8" (200MM)	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	19,9500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tidao	0	22,9000	2
621	TIJOLO - 9 X 14 X 19;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ceramica gugli	0	0,2900	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	CONCASA	0	0,3100	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	GAUCHAO	0	0,3300	3
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	felisbino	0	0,3400	4
622	TINTA ACRÍLICA FOSCA - 3,6 LT;	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	14,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	paris	0	15,9000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	GOLDEN	0	26,5000	3
623	TINTA ACRÍLICA FOSCA - 18 LT;	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	44,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Página: 129/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
624	TINTA ACRÍLICA SEMI-BRILHO -3,6 LT;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	paris	0	45,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	GOLDEN	0	74,9000	3
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	19,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	paris	0	20,0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	GOLDEN	0	32,9000	3
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	89,9000	1
625	TINTA ACRÍLICA SEMI-BRILHO 18 LT;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	paris	0	92,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	ANJO	0	180,0000	3
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	53,0000	1
626	TINTA EPOX PVA BRANCA 3,6 LT C/ CATALIZADOR ;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	brasilux	0	55,0000	2
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	maza	0	77,0000	3
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	19,9000	1
627	TINTA ESMALTE SINTÉTICO - 3,6 LT;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	paris	0	21,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 130/144

**Número do Registro de Preços:** 19/2017      **Data do Registro:** 18/10/2017      **Válido até:** 18/10/2018  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	GOLDEN	0	39,0000	3
628	TINTA SPRAY VARIAS CORES 400 ML;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	chirnicolor	0	4,9000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	5,5000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	MUNDIAL	0	7,8000	3
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MUNDIAL	0	14,0000	4
629	TOMADA DE EMBUTIR 10 A;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectronic	0	5,3000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	6,8000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MECTRONIC	0	8,0000	3
630	TOMADA DE EMBUTIR 20 A;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectronic	0	5,8000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	7,8500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	MECTRONIC	0	9,0000	3
631	TOMADA DE TELEFONE DE SISTEMA X;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ilume	0	7,5000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectronic	0	8,9000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 131/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
632	TOMADA EM BARRA QUADRUPLA 2P+T 10A;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	10,2000	3
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ilume	0	11,9400	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectonic	0	12,9800	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	TECHINA	0	13,5000	3
633	TOMADA EMBUTIR TELEFONE;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectonic	0	6,1100	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	6,1200	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	TRAMONTINA	0	8,5000	3
634	TOMADA SISTEMA X 10A;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectonic	0	5,6000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ilume	0	7,5000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ILUMI	0	8,5000	3
635	TOMADA SISTEMA X 20 A;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ilume	0	6,8400	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	mectonic	0	6,8500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 132/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
636	TORNEIRA DE JARDIM 1/2;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plabonh	0	1,9800	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ALLUMASA	0	2,3900	2
			RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	2,6500	3
637	TORNEIRA ELÉTRICA ARTICULADA 555W/220V;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	zagonal	0	74,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	ZAGONEL	0	75,0000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	89,9000	3
638	TORNEIRA LAVATORIO INOX;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	talita	0	37,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	KELLY	0	38,0000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	imperatris	0	45,0000	3
639	TORNEIRA PLASTICA LONGA P/PIA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	herc	0	3,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	BLUKIT	0	15,0000	2
640	TORNEIRA TANQUE 15CM 1/2;	UN	RTM/RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	herc	0	2,4000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	herc	0	3,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 133/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	HERC	0	5,4000	3
641	TORQUES N°18;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	sao romao	0	28,4000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	STARFER	0	28,5000	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	são romão	0	48,0000	3
642	TRENA DE FIBRA 50 MT;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	distra	0	34,9900	1
643	TRENA EMBORACHADA 10M;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	17,9000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	LUKFIM	0	18,0000	2
644	TRENA EMBORACHADA 3M;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	thompson	0	6,1900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	6,2000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	LUKFIM	0	8,0000	3
645	TRENA EMBORACHADA 5M;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	thompson	0	8,7900	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	8,8000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 134/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
646	TRENA EMBORACHADA 7M;	UN	VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	IRWIN	0	13,0000	3
647	TRILHO DE ALUMINIO;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	thompson	0	11,9500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fertak	0	15,3400	2
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gibafer	0	10,9000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	GIBAFAER	0	13,2000	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gibafer	0	13,4000	3
648	TRINQUE REDONDO 4";	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	soprano	0	5,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ferca	0	6,5000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	SOPRANO	0	6,7500	3
649	TUBO DE LIGAÇÃO 200MM FLEXIVEL;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	lenzi	0	5,9500	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	BLUKIT	0	7,5000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	10,9000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 135/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
650	TUBO DESCARGA LONGO 1,60 MT;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	7,9500	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	9,0800	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	10,0000	3
651	TUBO DESCIDA VALVULA DE DESCARGA JOELHO AZUL;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	5,4000	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	5,5000	2
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	5,9500	3
652	TUBO ELETRODUTO 3/4;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	ecotubo	0	2,4900	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	SIL	0	2,5000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	3,2000	3
653	TUBO ESGOTO 40MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	2,6600	1
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	2,8500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	KRONA	0	3,0000	3
654	TUBO ESGOTO 50MM;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	4,6100	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 136/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	4,6200	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	5,0000	3
655	TUBO ESGOTO 75MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	6,4400	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	6,9500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	7,0000	3
656	TUBO GALVANIZADO 1 1/4" ( BARRA 6 MT ) ;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	tubos abedim	0	149,0000	1
657	TUBO SOLDÁVEL - 25,00MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	kronp	0	1,7800	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	1,7900	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINHA ME (136)	KRONA	0	2,0000	3
658	TUBO SOLDÁVEL - 50MM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	7,2800	1
659	UNIÃO P/MANGUEIRA 1/2;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastitit	0	0,4200	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	HERC	0	3,2600	2
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	kronp	0	3,3000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 137/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
660	UNIÃO INTERNA MANGUEIRA 1/2";	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krnp	0	0,5500	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	PLASBOHN	0	0,5600	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	KRONA	0	0,7500	3
661	UNIÃO P/ MANGUEIRA 3/4;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	plastit	0	0,5500	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	KRONA	0	1,0000	2
			RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krnp	0	1,1000	3
662	VÁLVULA DE DESCARGA METAL;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	docol	0	78,5000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	docol	0	79,0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	DOCOL	0	90,0000	3
663	VALVULA DE PIA INOX;	UN	RTM/RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	talita	0	9,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	pianox	0	10,9000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN/ME (136)	KELLY	0	13,0000	3
664	VALVULA LAVATORIO PVC 7/8;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	krona	0	2,2000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 138/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
665	VARA DE CREMONE DE INOX 1100MM;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	krona	0	2.5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	ASTRA	0	4.0000	3
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	sinter	0	10.7900	1
666	VARA DE EUCALIPTO 10DM OU MAIS;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	FELTRIN	0	10.8000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	feltrin	0	13.9800	3
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vianna	0	2.9500	1
667	VARA DE EUCALIPTO 15DM OU MAIS;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BILA	0	3.3000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	VIANA	0	4.0000	3
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vianna	0	2.9500	1
668	VARA DE EUCALIPTO 20DM OU MAIS;	UN	JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BILA	0	3.3000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME (136)	VIANA	0	4.0000	3
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	vianna	0	2.9500	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 139/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VALDETE MANGILI TRAMONTINH-ME (136)	VIANA	0	4.0000	2
669	VARA DE EUCALIPTO TRATADA 10DM OU MAIS;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	viana	0	5,7400	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	viana	0	5,7500	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINH-ME (136)	VIANA	0	6.5000	3
670	VARA DE EUCALIPTO TRATADA 15DM OU MAIS;	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	viana	0	5,7500	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINH-ME (136)	VIANA	0	6,5000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	BILA	0	7,0000	3
671	VARA DE EUCALIPTO TRATADA 20DM OU MAIS	UN	RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	viana	0	5,7500	1
			VALDETE MANGILI TRAMONTINH-ME (136)	VIANA	0	6,5000	2
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	viana	0	17,5000	3
672	VARAL CHÃO C/ ABAS ALUMINIO 0,90X1,60X0,60;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gibafer	0	64,9000	1
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gibafer	0	74,5000	2
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	75,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 140/144

**Número do Registro de Preços: 19/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
673	VASO CONVENCIONAL C/ CAIXA ACOPLADA;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fiori	0	112.5000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	113.0000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN ME (136)	LOGASA	0	230.0000	3
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	LOGASA	0	230.0000	4
674	VASO SANITÁRIO INFANTIL REDONDO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fiori	0	104.9000	1
			RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	celite	0	105.0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	FIORI	0	240.0000	3
675	VASO SANITÁRIO QUADRADO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fiori	0	179.0000	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	189.0000	2
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	ICASA	0	220.0000	3
676	VASO SANITÁRIO REDONDO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fiori	0	99.8000	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	LOGASA	0	102.0000	2
			RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	celite	0	105.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Página: 141/144

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)							
677	VASSOURA DE NYLON C/ CACO;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	goulart	0	6,9800	1
			TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	6,9900	2
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	condor	0	7,5000	3
678	VASSOURA GARI PIAÇAVA C/ CABO 37 CM;	UN	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	pandolfo	0	18,5000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	max	0	19,8000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN- ME (136)	ROMA	0	20,0000	3
679	VASSOURA PVC C/ CABO 20 DENTES;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	vila	0	13,4900	1
			JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP (216)	METASUL	0	13,5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN- ME (136)	TRAP	0	18,0000	3
680	VEDANTE PARA PORTA 70 CM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gibafer	0	5,2900	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gibafer	0	5,5000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTIN- ME (136)	NOVO HORIZ	0	8,0000	3

Página: 142/144

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
681	VEDANTE PARA PORTA 80 CM;	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	gibafer	0	5,2900	1
			RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	gibafer	0	6,6000	2
			VALDETE MANGILI TRAMONTINA ME (136)	NOVO HORIZ	0	8,0000	3
682	VERNIZ TINGIDOR MOGNO 3,6;	UN	TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME (226)		0	21,9000	1
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	eucatex	0	23,0000	2

Página: 143/144

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Número do Registro de Preços: 19/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)	dacar	0	26,7000	3

Página: 144/144

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E USO NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2017

PROCESSO Nº 65/2017

- (136) - VALDETE MANGILI TRAMONTIN-ME
- (216) - JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP
- (218) - ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
- (226) - TINTACOR O LOJAO DAS TINTAS LTDA ME
- (702) - RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI

Balneário Rincão, 18 de Outubro de 2017.

# Bandeirante

## PREFEITURA

### LEI\_1240\_2017.DOC

Publicação Nº 1404870

LEI Nº 1.240/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e o Grupo Integrado de Ações Coordenadas, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL BANDEIRANTE SC - SIMPDEC

Art. 1º Fica instituída a nova estrutura do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, mediante atuação conjunta do poder público e das entidades não governamentais, com o objetivo de implantar e manter uma política permanente de prevenção, controle e enfrentamento de situações de emergências ou calamidades públicas.

Parágrafo Único. O Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC atuará integrado com os demais sistemas congêneres municipais, regionais, estaduais e federais, mantendo estrito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para ações e esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

Art. 2º São objetivos do SIMPDEC:

- I - Cumprir com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, bem como com as competências exclusivas dos municípios e com aquelas de responsabilidade comum com os demais entes Federados;
- II - Promover ações estruturantes de prevenção, treinamento e educação em Defesa Civil;
- III - Planejar e promover a defesa permanente contra desastres;
- IV - Prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas;
- V - Atuar em cooperação ou de forma integrada com os sistemas estadual e nacional de Defesa Civil.

Art. 3º Integram o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC, com atuação permanente:

- I - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC;
- II - O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMPDEC;
- III - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - CONMPDEC, designado nos termos desta Lei;
- IV - O Grupo Integrado de Ações Coordenadas - GRAC.

Art. 4º Para as finalidades desta Lei denomina-se:

- I – Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;
- II – Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;
- II – Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder

público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada; e,  
IV – Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à raiva de seus integrantes.

#### CAPÍTULO II

#### DA COORDEADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC

Art. 5º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, órgão de subordinação direta ao Prefeito Municipal compete coordenar todo o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, implementando uma política de proteção e de defesa civil à população.

Art. 6º Integrarão a Estrutura Organizacional da COMPDEC:

- I – Coordenador;
- II – Secretaria;
- III – Conselho Municipal de proteção e Defesa Civil; e,
- IV – Grupo Integrado de Ações Coordenadas.

Art. 7º O Coordenador da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMDEC será indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e compete ao mesmo organizar as atividades de Defesa Civil no Município.

Art. 8º São atribuições da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil Municipal:

- I - executar ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção da sociedade;
- II - promover a integração entre todos os entes públicos, privados, organizações não governamentais e sociedades civis organizadas, a nível municipal e regional, para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;
- III - prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;
- IV - estimular o desenvolvimento de comunidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização;
- V - promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir suas ocorrências;
- VI - monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres;
- VII - estimular iniciativas que resultem na destinação de moradia em local seguro;
- VIII - desenvolver consciência acerca dos riscos de desastre;
- IX - executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC - em âmbito local;
- X - coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;
- XI - incentivar a incorporação de ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
- XII - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;
- XIII - propor ao chefe do executivo municipal a decretação de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública;
- XIV - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

XV - propor a abertura de pontos de apoio ou abrigos provisórios, para assistência à população em situação de alto risco ou desastre;  
XVI - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como, sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

XVII - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;

XVIII - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

XIX - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XX - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;

XXI - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações de Defesa Civil e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas;

XXII - Capacitar profissionais para ações específicas em Proteção e Defesa Civil.

Art. 9º São atribuições da Secretaria da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil Municipal:

I – Manter os arquivos devidamente organizados;

II – Expedir e receber correspondências;

III – Lavrar e fazer lavras as atas das reuniões; e,

IV – Certificar os conselheiros para reuniões.

Art. 10. Fica instituído, no âmbito do Município de Bandeirante, a semana de 18 a 24 de maio de cada ano, como Semana Municipal de Ações de Defesa Civil, em simetria à data da Semana Estadual de Ações da Defesa Civil, instituído pelo Governo do Estado de Santa Catarina, de acordo com a Lei 14.706/2009.

Parágrafo Único. Nesta semana, a COMPDEC promoverá atividades de conscientização da população, sobre ações que envolvam prevenção, mitigação e enfrentamento aos eventos de desastres naturais.

Art. 11. Para efeitos desta Lei são considerados:

I - Agentes de Proteção e Defesa Civil: todos os servidores públicos lotados na COMPDEC, independente da função que exerçam;

II - Técnicos de Proteção e Defesa Civil: os engenheiros, arquitetos e geólogos, lotados na COMPDEC ou pertencentes a órgão municipal diverso, quando temporariamente autorizados por delegação e imbuídos de prestar serviço de Proteção e Defesa Civil;

III - Auxiliares Técnicos de Proteção e Defesa Civil: técnicos em construção civil, técnicos em edificações, tecnólogos em meio ambiente ou compatíveis, meteorologistas ou técnicos em meteorologia, lotados na COMPDEC ou pertencentes a órgão municipal diverso, quando temporariamente autorizados por delegação e imbuídos de prestar serviço de Proteção e Defesa Civil;

IV - Voluntários de Proteção e Defesa Civil: Pessoa Física ou Jurídica, previamente capacitada e treinada, que presta serviço voluntário através de atividade não remunerada à COMPDEC, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 12. A COMPDEC terá o Poder de Polícia administrativa para Notificar, Multar, Interditar, Demolir, Requisitar, Penetrar na Propriedade e Remover Pessoas, conforme especificado no Anexo II, nas seguintes condições:

§ 1º Das Notificações:

I - A COMPDEC poderá notificar os proprietários, possuidores, ou responsáveis por imóveis a apresentarem documentos e/ou cumprirem as exigências técnicas determinadas pelos Agentes de Proteção e Defesa Civil, necessárias a prevenir e mitigar os riscos

apontados no local ou que comprometam a segurança de terceiros;  
II - O prazo do cumprimento às exigências contidas na Notificação poderá ser de imediato a 30 (trinta) dias úteis, levando em conta a natureza e o grau de risco constatado;

III - O descumprimento acarretará sanção administrativa de Multa, conforme valor definido na notificação.

§ 2º Das Interdições:

I - INTERDIÇÃO CAUTELAR: determinada por Agentes de Proteção e Defesa Civil aos proprietários ou possuidores de imóveis que estiverem em risco iminente, conforme avaliação preliminar. A Interdição Cautelar será autuada formalmente ou, na impossibilidade, informada verbalmente e terá duração de até 24h (vinte e quatro horas), devendo formalmente ser ratificada ou cancelada por Técnicos de Proteção e Defesa Civil;

II - AUTO DE INTERDIÇÃO: determinada por Técnicos de Proteção e Defesa Civil aos proprietários ou possuidores de imóveis que estiverem em risco, irregulares ou em desconformidade a legislação, conforme avaliação técnica. Os ocupantes deverão deixar o imóvel e seguir todas as instruções ditadas pelo Técnico da COMPDEC. A Interdição será autuada formalmente e terá efeito imediato, com duração indeterminada, podendo ser permanente ou condicionada ao cumprimento de requisitos essenciais à proteção, prevenção e ou mitigação dos riscos contemplados;

a) O Auto de Interdição será registrado na COMPDEC, em arquivo próprio, publicado no Diário Oficial do Município, averbado no Órgão Municipal específico e comunicado ao Registro Geral de Imóveis, para o devido assentamento do gravame;

b) Será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a apresentação de Defesa Prévia do proprietário ou possuidor do imóvel interditado. A Defesa Prévia deve ser apresentada, através do competente processo administrativo municipal e destinada à COMPDEC;

c) O descumprimento do Auto de Interdição acarretará sanção administrativa de Multa, conforme valor definido no Auto de Interdição, além das sanções previstas na legislação penal;

III - DESINTERDIÇÃO: o proprietário ou possuidor do imóvel interditado, após cumprir todos os requisitos e demais exigências contidas no Auto de Interdição, poderá requerer a Desinterdição, apresentando justificativas e provas em Laudo Técnico, elaborado por profissional competente, através de processo administrativo municipal e destinado à COMPDEC. Em caso de deferimento, a COMPDEC publicará no Diário Oficial do Município e averbará no Órgão Municipal específico, comunicando o Registro Geral de Imóveis para a retirada do assentamento do gravame;

IV - DEMOLIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS: o proprietário ou possuidor do imóvel interditado poderá ser Notificado a prover a Demolição do imóvel e/ou a Reconstituição da Área Remanescente em questão, de acordo com Laudo Técnico ou Registro de Ocorrência emitido por Técnico de Proteção e Defesa Civil. Caso as ações determinadas não sejam cumpridas no prazo, que poderá ser de imediato a 30 (trinta) dias úteis, levando em conta a natureza e o grau de risco constatado, fica o Município autorizado a proceder, de ofício, ações necessárias à Demolição e/ou a Recuperação da Área Degradada. Todos os custos inerentes aos procedimentos executados pelo município para prover a Demolição do Imóvel e/ou a Reconstituição da Área Remanescente serão devidamente cobrados do proprietário ou possuidor do imóvel ou área objeto das ações.

§ 3º Das Requisições:

I - Os Agentes e Técnicos de Proteção e Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres ou eventos adversos, em casos de risco iminente, observada a Constituição da República Federativa do Brasil e o Código Penal, terão a incumbência de:

a) Penetrar nos imóveis, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo



sem o consentimento dos moradores, para prestar socorro ou para determinar a pronta Evacuação dos mesmos;

b) Requisitar o emprego de recursos humanos da administração pública ou de particular, além do uso da propriedade móvel ou imóvel, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens;

II - O descumprimento da Ordem de Requisição, Penetração nos Imóveis e Evacuação, importará em imputação de crimes previstos na Legislação Penal, além de sanção administrativa de multa.

§ 4º Das Multas:

I - Pelas infrações às disposições previstas nesta Lei serão aplicadas Multas iniciais que variam de 01 (uma) a 200 (duzentas) Unidades Fiscais do Município de Bandeirante SC- UFM, tendo como critério o grau de risco constatado no Laudo Técnico;

II - No caso de cada reincidência a multa será aplicada no dobro da UFM apontada. A aplicação da multa terá lugar em qualquer época, durante ou depois de constatada a infração;

III - O pagamento da multa não ilide a infração, ficando o infrator na obrigação de cumpri-las;

IV - Assiste ao infrator o direito de Defesa Prévia dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis, contra o auto de infração, que poderá ser apresentada através do competente processo administrativo municipal e destinada a Diretoria Técnica da COMPDEC, que a julgará.

Art. 13. Com a finalidade da elaboração de políticas públicas relacionadas às atribuições da COMPDEC e acompanhamento de suas implantações, e para o efetivo desenvolvimento da conscientização da sociedade a respeito da participação popular na contribuição da consolidação da Defesa Civil Municipal, será criado, por Lei, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, com a participação paritária do Governo e Sociedade Civil Organizada.

### CAPÍTULO III

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – FUMPDEC

Art. 14. O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – FUMPDEC representado por uma unidade orçamentária vinculada ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo Municipal com a finalidade de gerir condições financeiras para que o Município execute as ações e os serviços de defesa civil sob sua responsabilidade.

Art. 15. A Contabilização do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – FUMPDEC será realizada pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 16. A movimentação de recursos financeiros do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – FUMPDEC será realizada por meio de conta corrente específica aberta junto a banco oficial ficando tais recursos vinculados à realização e cobertura de despesas do próprio Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – FUMPDEC sendo o saldo positivo apurado em balanço, transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

§ 1º Os eventuais saldos de recursos financeiros disponíveis nas contas específicas, cuja perspectiva de utilização seja superior a cinco dias, deverão ser aplicados junto à instituição financeira responsável pela movimentação dos recursos, de modo a preservar seu poder de compra.

Art. 17. O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – FUMPDEC é constituído de:

I – programas;

II – dotações orçamentárias;

III - verbas repassadas pela Defesa Civil da União, ou do Estado e de outros órgãos oficiais, com a finalidade de promover ações de defesa civil (Prevenção e Resposta);

IV - os recursos transferidos pela União, Estado ou Município, ou

por suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações, com a finalidade de promover ações de defesa civil (Prevenção e Resposta);

V - os auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, destinados a prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução;

V - doações, auxílios, contribuições, legados e outros recursos que lhe sejam legalmente destinados por pessoal física ou jurídica;

VI - a remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro de recursos pertencentes ao Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – FUMPDEC;

VII - os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública, não aplicada e ainda disponível;

VIII - outros recursos que lhe forem legalmente atribuídos;

IV – seus ativos compreendendo as disponibilidades monetárias em banco, os direitos que por ventura vier a constituir e os bens móveis e imóveis, com ou sem ônus, destinados aos serviços do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – FUMPDEC; e,

V – seu passivo, compreendendo as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para a manutenção, o funcionamento e os serviços do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – FUMPDEC.

Art. 18. O Gestor dos recursos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – FUMPDEC é o Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro e assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art. 19. Compete ao gestor dos recursos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – FUMPDEC:

I - administrar recursos financeiros;

II - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – COMPDEC;

III – preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados;

IV - prestar contas da gestão financeira;

V - desenvolver outras atividades estabelecidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, compatíveis com os objetivos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – FUMPDEC.

Art. 20. As disposições não enfocadas nesta Lei pertinentes ao Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – FUMPDEC serão regulamentadas por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 21. Em caso de dissolução ou encerramento das atividades do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – FUMPDEC os recursos serão transferidos ao órgão central da administração municipal para serem aplicados em despesas inerentes à manutenção e custeio de ações de defesa civil.

### CAPÍTULO IV

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE BANDEIRANTE SC – COMPDEC

Art. 22. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – COMPDEC está vinculado ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo Municipal com a finalidade de deliberar sobre a política municipal de defesa civil e coordenar os meios locais para atendimento a situações de emergência ou calamidade pública.

Art. 23. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante

SC – COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e disponibilizar informações e subsídios técnicos para prestação de informações, orientações e esclarecimentos à comunidade, bem como planejamento, controle e execução das ações relativas à defesa civil.

Art. 24. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – COMPDEC será constituído por representantes governamentais e não governamentais:

I – representantes governamentais:

a) um representante da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

b) um representante da Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio;

c) um representante da Secretária de Transporte, Obras e Urbanismo;

d) um representante da Secretária de Saúde e Saneamento;

e) um representante da Secretária de Assistência Social e Habitação;

f) um representante da Secretária de Administração;

g) um representante da Secretária de Educação, Cultura e Esporte;

h) um representante da EPAGRI;

i) um representante da CASAN;

j) um representante da CELESC;

k) um representante do Corpo de Bombeiros;

l) um representante da Polícia Militar ou Polícia Civil;

m) um representante da Coordenadoria Regional de Defesa Civil;

II – representantes não governamentais:

n) um representante de Associação de Pais e Professores;

o) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

p) um representante do Sindicato dos Produtores Rurais;

Art. 25. Compete aos membros Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – COMPDEC as competências de supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Bandeirante SC – FUMPDEC, como:

I - deliberar sobre a política municipal de defesa civil;

II - promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Civil, observada sua autonomia de atuação e suas instâncias de deliberação;

III - coletar, processar e disponibilizar informações e dados históricos ou estatísticos relativos à Defesa Civil; e,

IV - atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais órgãos dos municípios da região, federais e estaduais de Defesa Civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.

I - Fixar as diretrizes operacionais do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Bandeirante SC – FUMPDEC;

II - Ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação de recursos financeiros disponíveis;

III - Sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;

IV - Disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

V - Decidir sobre a aplicação dos recursos;

VI - Analisar e aprovar anualmente as contas do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Bandeirante SC – FUMPDEC;

VII - Promover o desenvolvimento do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Bandeirante SC – FUMPDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;

VIII - Apresentar, anualmente, relatório de suas atividades; e,

IX - Definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Art. 26. Os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – COMPDEC serão nomeados através de ato pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, observada a indicação de seus respectivos segmentos.

§ 1º No exercício de suas funções os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – COMPDEC poderão solicitar das pessoas físicas ou jurídicas para colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações em decorrência da calamidade pública e fenômenos anormais.

§ 2º A participação dos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil Bandeirante SC – COMPDEC será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerado.

## CAPÍTULO V

### DO GRUPO INTEGRADO DE AÇÕES COORDENADAS – GRAC

Art. 27. Fica criado o Grupo Integrado de Ações Coordenadas de Defesa Civil (GRAC), ao qual compete:

I - Propiciar apoio técnico e operacional a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

II - Colaborar na formação de banco de dados e mapear os recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência, restabelecimento e recuperação;

III - Engajar-se nas ações de socorro, assistência e restabelecimento, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas, quando o exigir o interesse da Defesa Civil;

IV - Manter-se em contato permanente, em caso de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, que atinjam o município ou a região;

V - Executar, nas áreas de competência de cada órgão, as ações determinadas no Plano de Contingência elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, visando atuação coordenada e harmônica.

Art. 28. Os membros participantes do Grupo Integrado de Ações Coordenadas - GRAC convocados para colaborar nas ações de Emergência ou de Calamidade Pública, exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam e será considerada prestação de serviço público relevante e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Art. 29. O Grupo Integrado de Ações Coordenadas - GRAC, presidido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, será composto por um representante dos seguintes órgãos e entidades:

I - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

II - Gabinete do Prefeito;

III - Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC

IV - Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC;

V - Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo;

VI - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

VII - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

VIII - Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC;

IX - Secretaria Municipal de Administração;

X - Secretaria Municipal de Fazenda;

XI - Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio;

XII - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

XI - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN (ou correspondente);

XII - Polícia Civil do Estado de Santa Catarina - PCSC;

XIII - outros órgãos e entidades.

Art. 30. As despesas da presente Lei, correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial a Lei Municipal nº 936, de 24/04/2012 e a Lei Municipal nº 1.069, de 15/08/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 19 de outubro de 2017.

CELSE BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

## **LEI\_1241\_2017.DOC**

Publicação Nº 1404874

LEI Nº 1.241/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina a ceder a Frota de Veículos, Máquinas e Equipamentos e Agentes Públicos à Municípios filiados à Entidade AMEOSC que declararem Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder a Frota de Veículos, Máquinas e Equipamentos, bem como Agentes Públicos à Municípios filiados à Entidade AMEOSC que declararem Situação de Emergência – SE ou Estado de Calamidade Pública – ECP devidamente comprovada.

Parágrafo Único. A Frota de Veículos, Máquinas e Equipamentos, bem como Agentes Públicos serão cedidos exclusivamente para o restabelecimento dos serviços públicos essenciais de saúde, social, administrativo, rodoviário, segurança pública e outros necessários, inclusive com a desobstrução e recuperação de vias limítrofes.

Art. 2º O controle da Frota de Veículos, Máquinas e Equipamentos, bem como Agentes Públicos será de competência do Poder Executivo Municipal de Bandeirante, que deverá atuar conjuntamente com o órgão competente do Município beneficiado com a presente Lei.

Parágrafo Único. As despesas oriundas dos deslocamentos e da prestação dos serviços públicos necessários e realizados pela Frota de Veículos, Máquinas e Equipamentos, bem como Agentes Públicos será de competência do Município de Bandeirante, onde tais despesas correrão por conta de dotação do orçamento municipal vigente.

Art. 3º O Executivo Municipal regulamentará por meio de ato próprio os Veículos, Máquinas e Equipamentos, bem como Agentes Públicos a serem cedidos, estipulando um prazo determinado de cessão.

Art. 4º As despesas da presente Lei, correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 19 de outubro de 2017.  
CELSE BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

## **LEI\_1242\_2017.DOC**

Publicação Nº 1404876

LEI Nº 1.242/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera a Lei Complementar nº 912, de 16 de dezembro de 2011 que institui o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei Complementar nº 912/2011, de 16 de dezembro, que institui o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, suas normas, objetivos e diretrizes, de acordo com os prescritos nesta Lei.

Art. 2º Fica alterado o artigo 22, da Lei Complementar nº 912/2011, passando o artigo a vigor integralmente com a seguinte redação:

“Art. 22. O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto por representantes de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, tendo como garantia o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de ¼ (um quarto) das vagas aos representantes de movimentos populares.”

Art. 3º Os demais artigos da Lei Complementar nº 912/2011 permanecem inalterados.

Art. 4º As despesas da presente Lei, correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 19 de outubro de 2017.  
CELSE BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

## **LEI\_1243\_2017.DOC**

Publicação Nº 1404877

LEI Nº 1.243/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera a Lei nº 1.146, de 29 de outubro de 2015 que altera a Lei Municipal nº 652, de 11 de junho de 2008 que cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e institui o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei Complementar nº 1.146/2015 de 29 de outubro, que altera a Lei Municipal nº 652/2008 de 11 de junho, que cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e institui o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, de acordo com os prescritos nesta Lei.

Art. 2º Fica alterado o art. 3º, da Lei Municipal nº 1.146/2015, passando o artigo a vigor integralmente com a seguinte redação:

“Art. 3º Fica alterado o art. 20, da Lei Municipal nº 652/2008, passando o artigo a vigor integralmente com a seguinte redação:

Art. 20. O Conselho Municipal do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será constituído por 08 (oito) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, respeitada a paridade entre o poder público e sociedade civil, a seguir discriminados: I – um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

II – um representante da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

III – um representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo;  
IV – um representante da Secretaria Municipal de Administração;  
V – um representante do Comércio, Serviços ou Indústria;  
VI – um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Sindicato dos Produtores Rurais; e,  
VII – dois representantes de Movimentos Populares.”

Art. 3º Os demais artigos da Lei Complementar nº 912/2011 permanecem inalterados.

Art. 4º As despesas da presente Lei, correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 19 de outubro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2017

Publicação Nº 1405080

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2017

CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL TEMPORARIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BARRA BONITA-SC

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art.1º. Convocar os aprovados no Processo Seletivo Edital 023/2017, de 05 de julho de 2017, cujo resultado foi homologado pelo decreto 975/2017 de 11 de outubro de 2017, a seguir relacionados:

Nome	Cargo	Classif.
Fabiana Maria Boff	Orientador Social	1º
Estefani De Bona	Orientador Social	2º
Gustavo Pivatto Dos Santos	Psicólogo	1º

Art.2º Os convocados deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC, em 10 dias durante o horário de expediente munidos da seguinte documentação:

Carteira de Identidade

CPF

Título eleitoral e comprovante da última votação

Certidão de Casamento

Certidão de nascimento dos filhos

Nº do PIS, encontrado na Carteira de Trabalho

01 Foto 3x4

Quando em cargos que exigem formações: ( certificados e registros)

Certificado de reservista ( terceira)

Comprovante de Escolaridade

CNH válida na categoria exigida (cargos específicos)

Alvará de Folha Corrida ( obtida na Distribuição no Fórum)

Declaração de Bens feita junto a Prefeitura Municipal

Declaração de ter sofrido ou não penalidades

Declaração de Conta bancária para depósito salarial. ( Sicoob ou BB)

Declaração nepotismo

Declaração de não acúmulos de cargos

Art.3º O não comparecimento do candidato, bem como a não apresentação dos documentos exigidos até a data aprazada ou não havendo justificativa para tal falta, importará em renúncia tácita do candidato a vaga que se classificou.

Barra Bonita-SC em 18 de outubro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal



# Barra Velha

## PREFEITURA

### 2º AUDIENCIA PUBLICA DRENAGEM E MANEJO DE AGUAS PLUVIAIS.

Publicação Nº 1405132

AVISO DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA. O Município de Barra Velha avisa ao público em geral, bem como as entidades representativas da sociedade civil, instituições públicas e privadas de todas as naturezas e razões sociais, bem como quaisquer pessoas interessadas que no dia 17 do mês de novembro de 2017, às 17h00min horas, na Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha, situado na Rua Pedro Alcântara Freitas, 125, Centro, neste município, promoverá audiência pública com a finalidade de colher subsídios para elaboração do Plano de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do Município, elaborado em conformidade com a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico. A versão digital do plano está à disposição na Secretaria de Planejamento da Prefeitura para livre consulta. Barra Velha, 18 de Outubro de 2017. JAIR DO VALLE Coordenador de Saneamento Secretaria de Saúde e Saneamento PMBV

### CONTRATO 023/2017 PMBV

Publicação Nº 1404893

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Extrato de Contrato nº 023/2017  
Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA  
Licitação: Proc. Administrativo 061/2017 CP nº 001/2017  
Objeto: Obra de recuperação, modernização e ampliação do molhe sul do município de Barra Velha, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo  
Valor do Contrato: R\$: 3.072.021,41 (três milhões setenta e dois mil vinte e um reais e quarenta e um centavos).  
Data da assinatura: 17/10/2017  
Data do vencimento: 17/06/2018  
Barra Velha, 17 de outubro de 2017  
MARCELO BENVENUTTI  
Pela Empresa Contratada  
VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito

### RESOLUÇÃO Nº 002/2017/COMED

Publicação Nº 1405193

RESOLUÇÃO Nº 002/2017/COMED  
Autoriza o Funcionamento do Centro de Educação Infantil, "Professora Daniele Ramon Eschholz Schuch, situado à Rua 1004, S/Nº, Bairro Itajuba, Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina.

O Conselho Municipal de Educação de Barra Velha/ COMED, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no Artigo 103, da Lei nº 096/2010, de 24 de setembro de 2010 e tendo em vista o deliberado na Sessão Plenária do dia, 31 de agosto de 2017.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Autorizado o Funcionamento do Centro de Educação Infantil "Professora Daniele Ramon Eschholz Schuch, pertencente à Rede Municipal de Ensino do Município de Barra Velha.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Barra Velha, 31 de agosto de 2017

Ruth Neusa Bernardes

Presidente do Conselho Municipal de Educação de Barra Velha

### RESOLUÇÃO Nº 003/2017/COMED

Publicação Nº 1405197

RESOLUÇÃO Nº 003/2017/COMED

Autoriza o Funcionamento do Centro de Educação Infantil, "Professora Porfíria Coelho da Silva", situado à Rua Rio de Ouro, nº 86, Bairro Quinta dos Açorianos, Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina,

O Conselho Municipal de Educação de Barra Velha/ COMED, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no Artigo 103, da Lei nº 096/2010, de 24 de setembro de 2010 e tendo em vista o deliberado na Sessão Plenária do dia, 31 de agosto de 2017.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Autorizado o Funcionamento do Centro de Educação Infantil "Professora Porfíria Coelho da Silva", pertencente à Rede Municipal de Ensino do Município de Barra Velha.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Barra Velha, 31 de agosto de 2017

Ruth Neusa Bernardes

Presidente do Conselho Municipal de Educação de Barra Velha

### TP 008/2017 PMBV

Publicação Nº 1404930

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 079/2017

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 008/2017  
O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para pavimentação asfáltica das Ruas Bento José Luiz e Rua 1891, com extensão de 400,42m localizada no bairro São Cristovão estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Transferência 2016TR001592. Cadastro na Prefeitura: até 07/11/2017. Data/horário recebimento envelopes: 09/11/2017 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 18 de outubro de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito

**TP 009/2017 PMBV**

Publicação Nº 1404947

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 080/2017

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2017  
O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Serviços de Reforma da escola Perfeito Aguiar localizada no bairro Escalvado e reforma da Secretaria de Educação do Município em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 07/11/2017. Data/horário recebimento envelopes: 09/11/2017 até 14:00 horas. Data/horário abertura envelopes: 09/11/2017 às 14:15 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 18 de outubro de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 023/2017

Publicação Nº 1404860

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 18/10/2017

CONTRATADO: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 DESTIANDO ASO VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS DA FROTA DA MUNICIPALIDADE.

VALOR: R\$ 151.000,00 (Cento e Cinquenta e um mil reais).

Bela Vista do Toldo, (SC) 18 de Outubro de 2.017.

NATANAEL PIRES

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.



**Benedito Novo****PREFEITURA****ATA DA INEXIGIBILIDADE Nº 94/2017**

Publicação Nº 1404763

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94/2017.  
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação - 94/2017.  
DATA: 10/10/2017 - HORA DE INÍCIO: 8 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017 para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 94/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS E CULTURAIS DE MÚSICA ALEMÃ, ITALIANA E POLONESA PARA A FESTA DAS TRADIÇÕES – EDIÇÃO 2017.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de inexigibilidade relacionados abaixo:

Proposta de Preços da Contratada	Lei 8.666/93, Art. 25, III
Declarações de Exclusividade	Lei 8.666/93, Art. 25, III
Estatuto, Ata da Eleição, apuração e posse da Diretoria	Lei 8.666/93, Art. 28, II
CNPJ	Lei 8.666/93, Art. 29, I
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93, Art. 29, V
Certidão Negativa de Falência ou Concordata	Lei 8.666/93, Art. 31, II
Declaração Obrigatória	Lei 8.666/93, Art. 27, V

Da análise destes documentos, observa-se que a empresa contratada ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUS-PE encontrasse com a documentação de habilitação regular.

Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES****SÉRGIO DÁRIO PASQUALI**

Presidente

**MAURICIO STEFFEN**

Membro

**JOICE APARECIDA COSTA**

Membro

**DECRETO Nº 086/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 1405285

DECRETO Nº 086, de 09 de outubro de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 44.338,35 (quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

08.001.0015.0451.0080.1046.3449000000000000	03000000	1.202,35	
07.001.0020.0606.0071.2041.3339000000000000	03000000	10.000,00	
08.001.0015.0451.0080.2050.3339000000000000	03000000	10.000,00	
05.001.0013.0392.0052.2036.3339000000000000	03000000	19.441,00	
03.001.0006.0181.0033.2012.3339000000000000	03120000	3.695,00	

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit			03120000	3.695,00
Superávit			03000000	40.643,35

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 09 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 086/2017 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 09 de outubro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

## **DECRETO Nº 087/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 1405289

DECRETO Nº 087, DE 17 de outubro de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 45.503,20 (quarenta e cinco mil, quinhentos e três reais e vinte centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

03.001.0004.0122.0031.2006.3339000000000000	01000000	2.455,70
05.001.0012.0361.0051.2025.3449000000000000	01360000	38.037,50
05.001.0013.0392.0052.2036.3339000000000000	01000000	5.000,00
03.001.0006.0181.0033.2011.3339000000000000	01000000	10,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

03.001.0006.0181.0033.2011.3319000000000000	01000000	10,00
05.001.0013.0392.0052.2036.3449000000000000	01000000	5.000,00
05.001.0012.0361.0051.2025.3339000000000000	01360000	38.037,50
03.001.0004.0122.0031.2006.3449000000000000	01000000	2.455,70

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 17 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 087/2017 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 17 de outubro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

## **DECRETO Nº 088/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 1405291

DECRETO Nº 088, DE 17 de outubro de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 6.222,35 (seis mil, duzentos e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

08.001.0015.0451.0080.2050.3339000000000000	01070000	6.222,35
---	----------	----------

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela pelo excesso de arrecadação.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 17 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 088/2017 foi publicado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 17 de outubro de 2017.

Joice Aparecida Costa  
Agente Administrativa

## **DECRETO Nº 089/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 1405292

DECRETO Nº 089, DE 17 de outubro de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 89.377,93 (oitenta e nove mil, trezentos e setenta e sete reais e noventa e três centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0041.1016.3449000000000000	01380501	89.377,93
---	----------	-----------

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela pelo excesso de arrecadação.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 17 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 089/2017 foi publicado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 17 de outubro de 2017.

Joice Aparecida Costa  
Agente Administrativa

## **DECRETO Nº 090/2017 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.**

Publicação Nº 1405293

DECRETO Nº 90, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Benedito Novo.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, alínea "c" da Lei Orgânica do Município e pelos Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016 E Lei nº 1.863 de 30 de maio de 2017

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Benedito Novo, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

08.001 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

0015.0451.0080.2050 Manutenção De Maquinas E Do Sistema Viário

44.90.00.00 Investimentos

0.1.83.00.00 Oper. Créd. Outros Prog. ... ..... R\$ 600.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1.860 de 16 de maio de 2017

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 034 de 30 de

maio de 2017.

Município de Benedito Novo, aos 17 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 090/2017 foi publicado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 17 dias de outubro de 2017.

Joice Aparecida Costa  
Agente Administrativa

**DECRETO Nº 091/2017 - ESTABELECE, CARÁTER EXCEPCIONAL, HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO E EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO NA FORMA QUE MENCIONA**

Publicação Nº 1405295

	ESTADO DE SANTA CANTARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº. 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5.070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	---

DECRETO Nº 91/2017, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Estabelece, em caráter excepcional, horário especial de trabalho e expediente nos órgãos da administração direta do município de Benedito Novo na forma que menciona.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, nos seus artigos 50, VII, e 70, I, "I", a Lei nº. 1.766, de 24-09-14 – Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em seu artigo 10, a Lei Complementar nº 04, de 22-12-1995 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em seu artigo 249, e demais legislações de regência, e Considerando-se a necessidade de adequação da execução orçamentária à Lei da Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº. 101 de 04-05-2000, com adaptação das atividades da Administração Pública Municipal ao orçamento previsto;  
Considerando que compete ao Chefe do Poder Executivo estabelecer a organização e o funcionamento dos órgãos da administração pública, de forma a garantir a economicidade e eficiência do serviço prestado, consoante preconiza o Art. 37 da Constituição da República;  
Considerando que a jornada de trabalho do servidor é compreendida através de número de horas imposta, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos em Lei (LC 04/1995, Art. 249) e mediante a necessidade da Administração, e conforme estabelecido no Art. 30, I da Constituição Federal de 1988;  
Considerando que as peculiaridades dos serviços prestados pelas Secretarias, impelem a necessidade de adoção de regime especial de trabalho;  
Considerando a necessidade permanente de adoção e medidas que resultem na redução de despesas, buscando zelar pela economia de recursos públicos e a necessidade de respeito ao equilíbrio orçamentário e financeiro, em estrita observância ao princípio da legalidade e economicidade administrativa;  
Considerando que os estudos efetuados pela Municipalidade apontam como medida a atender ao princípio da economicidade no serviço público, sem comprometer a sua eficiência aos munícipes, a instituição de jornada de trabalho nos órgãos do Poder Executivo do Município de Benedito Novo, na forma como disciplinado adiante, a exemplo do que ocorre em outras Unidades da Federação;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica instituído, em caráter excepcional, o expediente e funcionamento nos órgãos do Poder Executivo Municipal, obedecidos os seguintes turnos de trabalho:

	ESTADO DE SANTA CANTARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº. 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5.070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	---

I – Secretaria da Administração e Finanças:

Segunda-feira a Quinta-feira: das 08:00h às 12:00h e das 13:15h às 17:00 h

Sexta-feira: Não haverá expediente

II – Secretaria da Saúde e Assistência Social, exceto as Unidades Básicas de Saúde, Motorista que desempenham a função nesta Secretaria e CRAS, conforme disposto no § 4º, deste Artigo, que seguirão com o horário normal de trabalho:

Segunda-feira a Quinta-feira: das 08:00h às 12:00h e das 13:15h às 17:00 h

Sexta-feira: Não haverá expediente

III – Secretaria da Educação e Cultura, exceto as Unidades de Educação Infantil, Unidades Escolares, Projeto Vida, Psicopedagogo e

Motoristas de ônibus Escolar, que seguirão o horário normal de trabalho elaborado em conformidade com o calendário escolar:

Segunda-feira a Quinta-feira: das 08:00h às 12:00h e das 13:15h às 17:00 h

Sexta-feira: Não haverá expediente

IV – Secretaria do Esporte, Turismo e Lazer:

Segunda-feira a Quinta-feira: das 08:00h às 12:00h e das 13:15h às 17:00 h

Sexta-feira: Não haverá expediente

V – Secretaria do Planejamento e Trânsito:

Segunda-feira a Quinta-feira: das 08:00h às 12:00h e das 13:15h às 17:00 h

Sexta-feira: Não haverá expediente

VI – Gabinete do Chefe do Poder Executivo:

Segunda-feira a Quinta-feira: das 08:00h às 12:00h e das 13:15h às 17:00 h

Sexta-feira: Não haverá expediente

VII – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, exceto pessoal interno e Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos:

I – De segunda à quinta-feira:

a) no turno matutino – das 7:00 h às 8:30 h e das 9:00 h às 12:00 h;

b) no turno vespertino - das 13:00 h às 15:00 h e das 15:30 h às 18:00 h.

II – Nas sextas-feiras não haverá expediente.

III – O pessoal interno de atendimento ao Público da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente fará o mesmo horário da Secretaria da Administração e Finanças.

Segunda-feira a Quinta-feira: das 08:00h às 12:00h e das 13:15h às 17:00 h

Sexta-feira: Não haverá expediente

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº. 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5.070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--

VIII – Conselho Tutelar: Horário normal estabelecido, com regime do plantão a fim de garantir o funcionamento do órgão, observadas e respeitadas as normativas e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º - O expediente e funcionamento definidos nos incisos do caput serão implementados a partir desta data, até o dia 31 de dezembro de 2017.

§ 2º - Em caso de excepcional interesse público, o turno de trabalho poderá ser alterado e adequado através de escalas previamente elaboradas e comunicadas aos servidores por intermédio das respectivas Secretarias, respeitados o disposto no Art. 3º.

§ 3º - Ficam excluídos do cumprimento das condições definidas no caput, permanecendo inalterado o horário de expediente e de atendimento ao público, os serviços considerados essenciais pela legislação.

§ 4º - Os servidores lotados na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, que desempenham suas funções junto à outra Secretaria Municipal, ficam excluídos da aplicação deste decreto, cumprindo sua jornada normal de trabalho.

Art. 2º - O horário especial de trabalho e expediente não se aplica aos servidores públicos da administração direta e indireta que exerçam suas funções em órgãos distintos do mencionado neste Decreto, bem como aos servidores que, embora lotados nas respectivas secretarias, exerçam dentre suas funções serviços de acompanhamento junto aos expedientes de portaria e de segurança patrimonial ou laborem no exercício das atividades mencionadas no §3º do Art. 1º, os quais permanecerão com os seus horários inalterados.

Art. 3º - Para atender a este novo horário os servidores públicos terão sua jornada diária de trabalho readequada conforme disposto neste Decreto, distribuídos conforme escala a ser elaborada pelos dirigentes de cada unidade.

§ 1º - A redução da jornada de trabalho não implicará na redução dos vencimentos dos servidores abrangidos pelo presente Decreto.

§ 2º - Em caso de excepcional interesse público, havendo a necessidade da permanência do servidor no desempenho de suas funções em período superior à jornada definida neste decreto, será respeitado o intervalo mínimo de 01 (uma) hora entre cada jornada de 4 (quatro) horas, sem prejuízo à percepção de hora-extra quando a aludida permanência exceder:

I – À 8ª (oitava) hora de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 40 (quarenta) horas;

II – À 7ª (sétima) hora de trabalho diário para os cargos com jornada semanal de 35 (trinta e cinco) horas;

III – À 4ª (quarta) hora de trabalho diário para os cargos com jornada semanal de 20 (vinte) horas;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº. 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5.070  
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

§ 3º - O cumprimento do horário de trabalho de que trata este artigo será comprovado mediante o registro obrigatório de ponto, o qual servirá inclusive para fins de fiscalização quanto à pontualidade e assiduidade do servidor.

Art. 4º - A inobservância às regras dispostas no presente decreto culminará ao infrator a incidência nas sanções impostas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Benedito Novo, por desrespeito ao dever funcional.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogados as disposições em contrário.

Benedito Novo, aos 17 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Decreto nº 91/2017 foi publicado e registrado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 17 de outubro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativo

**LEI 1.872/2017 - ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º E 4º DO ART 7º DA LEI Nº 1.570, DE 02 DE JUNHO DE 2010, QUE REGULAMENTA O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO POR E AOS MICROEMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS**

Publicação Nº 1405353

Lei nº 1.872, 18 de outubro de 2017.

Altera a redação do §§ 3º e 4º, do Art. 7º da Lei nº 1.570, de 02 de junho de 2010, que Regulamenta o Tratamento Diferenciando e Favorecido às Microempresas, às Empresas de Pequeno Porte e aos Microempresários Individuais.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - O §§ 3º e 4º, do Art.7º, da Lei nº 1.570, de 02 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“ .....

Art. 7º – .....

§3º - Ressalvado o disposto nesta Lei, ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.

§4º - Revogado.

..... ”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente a sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 18 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 18 de outubro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativo

**Exposição de Motivos**

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

A Municipalidade editou a Lei nº 1.570, de 02 de junho de 2010, em atendimento à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, adequando os dispositivos legais em benefício das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) e posteriormente, a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, criou uma nova categoria de empresários, o Microempreendedor Individual (MEI).

Com a edição da Lei Complementar nº 147, de 14 de dezembro de 2014 (Federal), ficou alterado o texto da redução a 0 (zero) de todos os custos relativos a abertura e funcionamento das referidas empresas e em nossa legislação tem a previsão da isenção de todas as taxas relativas à primeira inscrição, e a partir do segundo ano de inscrição municipal, se aplicava ao Empreendedor Individual as taxas das demais empresas.

Desta forma, estamos pelo presente projeto de lei adequando a nossa legislação à legislação federal, estendendo os benefícios da redução a zero de todos os custos para o exercício de profissões regulamentadas.

Município de Benedito Novo, aos 12 de setembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

À Vossa Excelência

Vereador Almir Butzke

Presidente da Câmara de Vereadores

BENEDITO NOVO - SC



# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 205/2017

Publicação Nº 1405298

DECRETO Nº 205 /2017 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2017.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3681/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2016, apurado em fonte de recurso:

1101.08.244.0006.2063	Benefícios Eventuais	40.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	40.000,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	40.000,00
0.3.43.000000	Despesa com Concurso Público	40.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de outubro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### LEI Nº 3793/2017

Publicação Nº 1405574

LEI Nº 3793/2017 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

REVOGA A ALÍNEA "a" DO ARTIGO 1º, DA LEI N.º 1315, DE 11 DE AGOSTO DE 1999, QUE DENOMINA VIAS PÚBLICAS DE: SERVIDÃO MANOEL JOÃO MACHADO, RUA BERTHOLINO COELHO, SERVIDÃO FRANCISCO ADELAR MACHADO, SERVIDÃO PEDRO VARGAS MOTA E RUA JOSÉ MANERICH.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica revogada a alínea "a" do art. 1º, da Lei nº 1315, de 11 de abril de 1999.

Art. 2º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3793/2017, de 18/10/2017.

Sancionada em 18/10/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

### LEI Nº 3794/2017

Publicação Nº 1405573

LEI Nº 3794/2017 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Autoriza o reforço de dotação de crédito especial aberto na Lei Orçamentária Anual de 2017.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reforçar em até R\$ 97.500,00 (Noventa e sete mil e quinhentos reais) a dotação de crédito especial aberto na Lei Orçamentária Anual de 2017, utilizando como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação em fonte de recurso, conforme abaixo especificado:

#### REFORÇO DE DOTAÇÃO

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
27	SECRETARIA AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA	97.500,00
01	Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura	97.500,00
20	AGRICULTURA	97.500,00
602	Promoção da Produção Animal	97.500,00
0007	Biguaçu, o melhor lugar para o seu negócio	97.500,00
2107	Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura	97.500,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	97.500,00
0.170.000073	Formação da Patrulha Agrícola	97.500,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3794/2017, de 18/10/2017.

Sancionada em 18/10/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

### LEI Nº 3795/2017

Publicação Nº 1405571

LEI Nº 3795/2017 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Autoriza o reforço de dotação de crédito especial aberto na Lei Orçamentária Anual de 2017.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reforçar em até R\$ 254.780,83 (Duzentos e cinquenta e quatro mil,



setecentos e oitenta reais e oitenta e três centavos) a dotação de crédito especial aberto na Lei Orçamentária Anual de 2017, utilizando como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação em fonte de recurso, conforme abaixo especificado:

#### REFORÇO DE DOTAÇÃO

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
26	SECRETARIA DE OBRAS, DESENV. URBANO E TRANSPORTE	254.780,83
01	Secretaria de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transporte.	254.780,83
15	URBANISMO	254.780,83
452	Serviços Urbanos	254.780,83
0009	Revitalizando a Cidade de Biguaçu	254.780,83
2106	Manutenção da Secretaria de Obras, Desenv. Urbano e Transporte	254.780,83
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	254.780,83
0.1.23.000000	Indenização por Serviços de Recuperação de Pavimentação - Casan	254.780,83

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3795/2017, de 18/10/2017.  
Sancionada em 18/10/2017  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

#### LEI Nº 3796/2017

Publicação Nº 1405568

LEI Nº 3796/2017 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO DENOMINADA FINANCIAMENTO PARA INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – FINISA, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA E ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS PARA OS PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta Lei, a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), por meio da linha de crédito do Financiamento para Infraestrutura e Saneamento – Finisa, objetivando financiar programas de investimentos, com abrangência em drenagem e pavimentação de vias públicas urbanas, saneamento, projetos estruturantes (obras civis em equipamentos públicos), aquisição de imóvel, contrapartidas, reajustes e/ou reequilíbrio de contratos de repasses e financiamentos, dentre outros previstos na linha de financiamento.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão, obrigatoriamente, aplicados na viabilização de despesas de capital constantes no Plano Plurianual – PPA e dos orçamentos anuais do município – vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes.

Art. 2º O Poder Executivo está autorizado a ceder ou vincular em contragarantia da operação de crédito de que trata esta Lei, as

cotas de repartição constitucional, dos Impostos de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e/ou Fundo de Participação dos Municípios – FPM até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos decorrentes desta Lei.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir nos vigentes Plano Plurianual – PPA e Orçamentos Anuais do Município e nos Planos Plurianuais e Orçamentos Gerais do Município subsequente, dotações indispensáveis ao cumprimento das obrigações com os pagamentos do principal e acessórios, do contrato firmado em decorrência desta Lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares utilizando como fonte os recursos da operação de crédito autorizado por esta lei e destinados a atender as despesas de investimentos indicadas no artigo 1º desta lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3796/2017, de 18/10/2017.  
Sancionada em 18/10/2017  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

#### LEI Nº 3797/2017

Publicação Nº 1405566

LEI Nº 3797/2017 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.  
Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2018 e dá outras providências.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Lei Orçamentária do Município de Biguaçu, para o exercício de 2018 será elaborada e executada observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III – a estrutura dos orçamentos das diversas unidades gestoras;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – Controle das disponibilidades de caixa por destinação de recursos;
- VIII – as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
- IX – as disposições gerais.

## I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são aquelas identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo da Meta Fiscal de Receita;

II – Anexo I.2 – Demonstrativo das Prioridades e Metas Físicas para 2018 e Metas Financeiras para 2018, 2019 e 2020;

III – Anexo I.2.1 – Demonstrativo da Memória de Cálculo da Meta Fiscal de Despesa por Programa de Governo;

IV – Anexo I.2.2 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa;

V – Anexo I.2.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo da Meta Fiscal de Resultado Primário;

VI – Anexo I.2.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Meta Fiscal de Resultado Nominal;

VII – Anexo I.2.5 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo da Meta Fiscal do Montante da Dívida;

VIII – Anexo I.3 – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2016;

IX – Anexo I.4 – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;

X – Anexo I.5 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI – Anexo I.6 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XII – Anexo I.7 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

XIII – Anexo I.8 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;

XIV – Anexo I.9 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XV – Anexo I.10 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XVI – Anexo II – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XVII – Anexo III – Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2017;

XVIII – Anexo IV – Demonstrativo das obras que passarão para 2018 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIX – Anexo V – Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;

XX – Anexo VI – Demonstrativo da Compatibilização entre a Origem e o Destino dos Recursos;

XXI – Anexo VII – Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados à Saúde; e

XXII – Anexo VIII – Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados ao Ensino.

## II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa durante a execução orçamentária.

## III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII – receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional ou legal;

VIII – execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX – execução orçamentária – arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira – efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI – categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal – nível de classificação da despesa por programa de governo, ou nível de classificação da despesa por projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações de governo necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Grupo de Natureza de Despesa, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014 e Portaria STN nº 840/2016 e alterações posteriores.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional do Município aprovada pela Lei Complementar n. 11/2009 e alterações posteriores.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara de Vereadores, Fundo Municipal de Saúde, Fundação Municipal do Meio Ambiente e Instituto de Previdência dos Funcionários de Biguaçu e identificará os códigos das fontes e das destinações dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999 e alterações posteriores, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, Portaria Conjunta nº 1/2014 e Portaria STN nº 840/2016 (Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público), na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Governo (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2018. (Art. 5º, III da LRF)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2017. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2018. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Funcionários e Fundação Municipal do Meio Ambiente que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura, e por Unidade Gestora as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria: Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Funcionários e Fundação Municipal do Meio Ambiente.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD de que trata o

item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido o remanejamento de dotação por decreto do chefe do Poder Executivo: de um grupo de natureza de despesa para outro dentro da mesma ação de governo e de uma ação de governo para outra quando envolver despesas com pessoal ou quando as ações envolvidas integrarem programas de governo relacionados à saúde, ensino e assistência social, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação na ação de governo por ato do Chefe do Poder Executivo.

§5º Para fins desta lei e da Lei Orçamentária Anual para 2018 entende-se por categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988, as despesas classificadas por programas de governo nas suas diversas ações de governo que a compõem.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, no mínimo:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos e outros créditos lançados e não arrecadados até 2016, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2015 e 2016 e despesa fixada para 2017 e 2018;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa Fixada por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2015 a 2018;

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico em 2018;

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde em 2018;

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2017;

IX – Quadro Demonstrativo da evolução do Saldo da Dívida Fundada de 2014 a 31/10/2017.

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2018.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Biguaçu prev será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 A execução da Lei Orçamentária Anual de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2018 poderão tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias dos Órgãos de vinculação.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados como Unidades Orçamentárias



terão suas receitas especificadas no orçamento das Unidades Gestoras correspondentes, e estas receitas, por sua vez, deverão estar vinculadas as despesas relacionadas aos objetivos para o qual o fundo foi instituído.

§ 2º Em cada caso, o titular do Órgão em que o fundo estiver vinculado, será o gestor do fundo.

§ 3º Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 13 Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2018 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, o aparelhamento da máquina arrecadadora, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a evolução da receita arrecadada nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá comprometer o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e da movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§1º Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários, 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre dotações financiadas por estas fontes e relacionadas a:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;  
II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III – Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal e serviços gerais; e  
IV – Dotações que não comprometam a execução de serviços considerados essenciais.

§2º A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Diretoria Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças.

Art. 16 A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2018, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II

desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência a eles vinculados e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário nos casos de intempéries ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduo a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2018 com insuficiência de caixa.

§4º O Anexo de riscos fiscais poderá contemplar também recursos destinados exclusivamente à abertura de créditos adicionais suplementares ao longo do exercício por ato do Chefe do Poder Executivo para atender despesas orçadas a menor em ações de governo.

Art. 18 O orçamento para o exercício de 2018 das Unidades Gestoras reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei, não considerado aqui os recursos destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor de que trata o §4º do artigo 17 desta lei.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2018 em metas bimestrais de arrecadação por fonte de recursos, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver assegurado o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio, contrato de repasse, carta de intenção contrato de financiamento ou qualquer outro documento de compromisso de liberação.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 serão realizados em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014 e Portaria STN nº 840/2016, tomando por base, no caso do excesso de arrecadação, a receita prevista e a receita arrecadada, e no caso

do superávit financeiro, a receita arrecadada, a despesa realizada e o resultado financeiro do exercício anterior.

§2º Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes do Manual de Procedimentos da Receita Pública e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos aprovados pela STN, de forma que o resultado financeiro possa ser evidenciado em cada fonte de recursos.

§3º O controle contábil da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no grupo "Controles" do novo Plano de Contas e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita no caixa e registro da despesa empenhada.

Art. 22 A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2018, constantes do ANEXO I.9, integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientações constantes do Manual de Procedimentos da Receita Pública e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos aprovados pela STN, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos nos termos do artigo 26 da LRF, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistência social, recreativo, cultural, esportivo, sindical, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 24 O procedimento administrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverá ser anexado no processo que abriga os autos da licitação, quando for o caso, antes da publicação do edital, ou ao processo do ato que implicar na geração de despesa.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada exercício financeiro, não exceda em duas vezes o valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Biguaçu quando

firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços projetados para 2018.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei específica, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta lei.

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento em ações e serviços públicos de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias e demais unidades gestoras.

Art. 31 As ações de governo, priorizadas por esta lei e extraídas do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO IX e contempladas na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2018, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares por ato próprio, até o limite de 40% (quarenta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II – o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e

III – o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33 Na execução da Lei Orçamentária de 2018 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 20% (vinte por cento) de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§3º. Para o atendimento de situações específicas, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado em vincular receitas consideradas extraordinárias a determinadas despesas através da criação de Fonte de Recursos.

Art. 34 No exercício de 2018 os gastos mínimos de: 25% das receitas resultantes de impostos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, 60% dos recursos do Fundeb com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, 15% dos recursos produtos de impostos com ações e serviços públicos de saúde e 95% dos recursos do Fundeb serão apurados ao final de cada bimestre para avaliação do seu cumprimento, na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º desta lei.

§1º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerado a soma das contribuições ao FUNDEB mais a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para MDEB, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§2º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.12.000000 – Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo Exercício, comparadas com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos para ASPS, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§4º Para efeito de apuração do gasto mínimo dos recursos do Fundeb no exercício será considerada a soma das despesas empenhadas nas fontes de recursos 0.1.12.000000 – Transferência de Recursos do Fundeb – Parte 60%; 0.1.13.000000 - Transferência de Recursos do Fundeb – Parte 40%; comparada com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

§5º As despesas não liquidadas só serão consideradas para efeito de apuração dos gastos mínimos se houver cobertura financeira na respectiva fonte de recurso.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 A Lei Orçamentária para 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado de nºs 40/2001 e 43/2002.

Art. 36 Ultrapassando o limite global de endividamento definido no Artigo 35 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 37 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato

próprio quando cabível, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observado os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I – eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras.

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 40 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Biguaçu, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em elementos de despesa diverso do “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 42 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária para 2018 à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica

do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado em 2018 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não e confessar e parcelar eventuais dívidas constituídas junto a Receita Federal do Brasil.

Art. 47 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3797/2017, de 18/10/2017.  
Sancionada em 18/10/2017  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

## **PORTARIA Nº 3332/2017**

Publicação Nº 1405257

PORTARIA nº 3332 de 17 de outubro de 2017  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA PEREIRA, do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 01/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2017.

Biguaçu, 17 de outubro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 3333/2017**

Publicação Nº 1405262

PORTARIA Nº 3333/2017

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) CLAUDETE MARIA STEIL PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, da Secretaria Municipal de Assistência Social do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 195/2017, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/10/2017.

Biguaçu, 17 de outubro de 2017.  
Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 3334/2017**

Publicação Nº 1405264

PORTARIA Nº 3334/2017

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) ANGELA MARIA DE AMORIM SALUM, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I 40H – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, da Secretaria Municipal de Educação do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 197/2017, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/10/2017.

Biguaçu, 17 de outubro de 2017.  
Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 3335/2017**

Publicação Nº 1405482

PORTARIA nº 3335 de 18 de outubro de 2017  
Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) SAUL DE MELLO FERREIRA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO – nível CC-3, na Secretaria Municipal de Trânsito e Desenvolvimento Urbano, a partir de 30/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/09/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 3336/2017**

Publicação Nº 1405483

PORTARIA nº 3336 de 18 de outubro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, SAUL DE MELLO FERREIRA, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO, na Secretaria Municipal de Trânsito e Desenvolvimento Urbano, a contar de 01/10/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3337/2017**

Publicação Nº 1405484

PORTARIA nº 3337 de 18 de outubro de 2017

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) CLAUDEMIR AIRES, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO – nível CC-1, na Secretaria Municipal de Trânsito e Desenvolvimento Urbano, a partir de 29/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/09/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3338/2017**

Publicação Nº 1405485

PORTARIA nº 3338 de 18 de outubro de 2017

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) SILVIO SEVERINO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DO TESOUREIRO MUNICIPAL – nível CC-3, na Secretaria Municipal da Receita, a partir de 30/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/09/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3339/2017**

Publicação Nº 1405486

PORTARIA nº 3339 de 18 de outubro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, SILVIO SEVERINO, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de DIRETOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO, na Secretaria Municipal de Trânsito e Desenvolvimento Urbano, a contar de 01/10/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3340/2017**

Publicação Nº 1405488

PORTARIA nº 3340 de 18 de outubro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, FABIANA NEIA PORTO, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DE APOIO E SUPORTE ELETRÔNICO DA POLICLÍNICA MUNICIPAL, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 02/10/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/10/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3341/2017**

Publicação Nº 1405489

PORTARIA nº 3341 de 18 de outubro de 2017

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) MARIA DAS NEVES MACHADO



DOS SANTOS, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DE ABRIGO INSTITUCIONAL – nível CC-3, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 08/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/10/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3342/2017**

Publicação Nº 1405490

PORTARIA nº 3342 de 18 de outubro de 2017  
Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, MARIA DAS NEVES MACHADO DOS SANTOS, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Administração, a contar de 09/10/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/10/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3343/2017**

Publicação Nº 1405493

PORTARIA nº 3343 de 18 de outubro de 2017

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) JULIETA MARIA DOS REIS, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR ESCOLAR III, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3344/2017**

Publicação Nº 1405495

PORTARIA nº 3344 de 18 de outubro de 2017  
Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, JULIETA MARIA DOS REIS, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DE ABRIGO INSTITUCIONAL, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a contar de 09/10/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/10/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3345/2017**

Publicação Nº 1405497

PORTARIA nº 3345 de 18 de outubro de 2017  
Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) MARI SELMA MACHADO PEREIRA COELHO, detentor do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 22/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 22/10/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3346/2017**

Publicação Nº 1405499

PORTARIA nº 3346 de 18 de outubro de 2017  
Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) CAMILA TRATZ, detentor do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 20/10/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3347/2017**

Publicação Nº 1405501

PORTARIA nº 3347 de 18 de outubro de 2017  
Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ANETE VANDA FORTE, detentor do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/10/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3348/2017**

Publicação Nº 1405502

PORTARIA nº 3348 de 18 de outubro de 2017  
Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ANDRE LUCHTEMBERG, detentor do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/10/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3349/2017**

Publicação Nº 1405504

PORTARIA nº 3349 de 18 de outubro de 2017  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) ALLAN DIAS

MARCELINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/09/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3350/2017**

Publicação Nº 1405506

PORTARIA nº 3350 de 18 de outubro de 2017  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) RAFAEL DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/10/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3353/2017**

Publicação Nº 1405672

PORTARIA nº 3353 de 18 de outubro de 2017  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) MARCELI ARDALIA ALPINO RODRIGUES, do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 29/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/09/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3354/2017**

Publicação Nº 1405673

PORTARIA nº 3354 de 18 de outubro de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ADRIANA ROSANA DO NASCIMENTO OLIVEIRA, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 02/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/10/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**REVOGAÇÃO PP 204-2017-PMB**

Publicação Nº 1405065

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 204/2017-PMB

O Secretário de Administração, Sr. Daniel César da Luz, por delegação de competência (Portaria nº 002/2017, de 03/01/2017), torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, considerando que no certame foi apresentado uma única proposta e que este apresenta-se acima do valor de referência, do Processo Licitatório PP 204/2017-PMB, que tem por objeto "Aquisição de recarga de água mineral para uso das Secretarias do Município de Biguaçu".

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**REPUBLICAÇÃO PP 186/2017- PMB**

Publicação Nº 1405299

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 186/2017 - PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 186/2017 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE VAN MINIBUS, TETO ALTO 16 LUGARES, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 01/11/2017, até 13:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 01/11/2017, às 14:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8022.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.475/2017

Publicação Nº 1405423

DECRETO Nº 11.475, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.

Institui a Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar para o desenvolvimento de programas e ações para uma "Blumenau mais Leve".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso V, combinado com o 75, inciso I, alínea "a", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Municipal 8.416, de 03 de maio de 2017, e:

CONSIDERANDO os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para o período de 2015 e 2030, especialmente os objetivos 2 e 3, que preconizam, respectivamente: "Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável"; e "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades".

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 7.183, de 13 de novembro de 2007, que Institui a Política de Combate à Obesidade e ao Sobrepeso (BLUMENAU MAIS LEVE);

CONSIDERANDO que as políticas de saúde (relativas ao combate do sobrepeso e da obesidade), de bem-estar populacional e de sustentabilidade repercutem nas diversas áreas da gestão pública;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a integração dos órgãos da administração pública municipal para desenvolver políticas e ações relacionadas à saúde, bem-estar e sustentabilidade, de modo a atender os interesses e diretrizes das diversas áreas da gestão;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar para o desenvolvimento de programas e ações para uma "Blumenau mais Leve".

Art. 2º A Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar tem como objetivo o desenvolvimento e execução integrada de políticas e ações que visem o desenvolvimento sustentável em Blumenau e a promoção da saúde e do bem-estar da população.

Parágrafo único. A formação da Rede tem como proposta aproximar e envolver os órgãos da administração pública municipal para discussão, desenvolvimento e execução dos programas e ações de promoção da saúde, bem-estar e sustentabilidade mais completas e eficientes.

Art. 3º A Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar atuará pautada nas seguintes diretrizes:

I – promoção de hábitos saudáveis, especialmente alimentar e de práticas físicas e desportivas;

II - fomento ao acesso de alimentos de qualidade e educação alimentar, considerando a diversidade alimentar e os aspectos sociais e culturais da população do Município;

III – promover o enfrentamento ao sobrepeso, da obesidade e das doenças decorrentes do estilo de vida para todas as pessoas, de

todos os ciclos de vida, com ênfase na população infantil;

IV - fortalecer as políticas de organização e comercialização da produção da agricultura rural e urbana;

V - fomentar políticas sociais e comunitárias por meio do esporte, lazer, recreação e da prática de atividades físicas;

VI – fortalecer o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental no Município;

Art. 4º A Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar para o desenvolvimento de programas e ações para uma "Blumenau mais Leve" é composta por representantes da:

I – Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS;

II – Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM;

III – Secretaria Municipal de Educação – SEMED;

IV – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES;

V – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo – SEDEC.

VI - Fundação Municipal de Desportos – FMD

§ 1º As Secretarias e Fundação Municipais serão representadas por um titular e um suplente, os quais serão designados por atos de seus Secretários e Diretor Executivo.

§ 2º O representante da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde coordenará as atividades e reuniões da Rede.

Art. 5º As atividades da Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar para o desenvolvimento de programas e ações para uma "Blumenau mais Leve" ocorrerão em reuniões ordinárias, uma vez por mês, em data, horário e local pré-estabelecidos e em reuniões extraordinárias, desde que a requerimento de, pelo menos, três representantes.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Promoção da Saúde se responsabilizará pela disponibilização de estrutura física adequada para concretização das reuniões e um servidor para auxiliar nas tarefas administrativas.

Art. 6º Os programas e ações desenvolvidas pela Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar serão executados em conjunto pelas Secretarias e Fundações integrantes.

Art. 7º Os trabalhos da Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar para o desenvolvimento de programas e ações para uma "Blumenau mais Leve" terão início no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação deste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de setembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.294/2017**

Publicação Nº 1405445

PORTARIA Nº 21.294, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

CONSTITUI JUNTA MÉDICA NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (SESOSP) PARA ANALISAR, MEDIANTE LAUDO PERICIAL, RECURSO ADMINISTRATIVO EM FACE DE ATO MÉDICO QUE CONCEDEU ALTA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVANA SALETE SACCON DALL IGNA E A DESVINCULOU DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 292, §1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo a solicitação formulada pela Diretoria de Pessoal por meio do Memorando nº 51, de 02 de outubro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica constituída Junta Médica no âmbito do SESOSP para analisar, mediante laudo pericial, recurso administrativo em face de ato médico que concedeu alta e desvinculou do Programa de Reabilitação Profissional a servidora pública municipal Silvana Salete Saccon Dall Igna (Processo Administrativo ERP nº 7524/2017), ocupante do cargo efetivo de Professor, matrícula nº 201022, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Parágrafo único. A Junta Médica de que trata o caput, que realizará a avaliação pericial no SESOSP no dia 30 de outubro de 2017, às 08h:30min, será constituída pelos seguintes médicos da Rede Pública Municipal de Saúde:

I – Dr. José Bisognin Neto, CRM 15304, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com atuação no SESOSP;

II – Dr. Igor Rangel Amaral Natalio, Clínico Geral, CRM 17404, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS;

III – Dr. John Carlos Zoschke Junior, Psiquiatra, CRM 14145, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS.

Art. 2º Caberá à Diretoria de Pessoal, mediante notificação pessoal, convocar para a realização da perícia:

I – os médicos integrantes da Junta Médica;

II - a servidora e informá-la de que poderá, se o desejar:

a) formular quesitos à Junta Médica e apresentá-los ao SESOSP com antecedência mínima de três dias da data da avaliação pericial;

b) apresentar à Junta Médica documentos e exames médicos de que dispuser na data da avaliação pericial.

Parágrafo único. Deverá constar do ato convocatório que a ausência injustificada à perícia médica implicará o indeferimento do recurso, nos termos do art. 292, §3º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de outubro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.295/2017**

Publicação Nº 1405447

PORTARIA Nº 21.295, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

CONSTITUI JUNTA MÉDICA NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (SESOSP) PARA ANALISAR, MEDIANTE LAUDO PERICIAL, RECURSO ADMINISTRATIVO EM FACE DE ATO MÉDICO QUE CONCEDEU ALTA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GILCE MARIA DOMINGUES DO NASCIMENTO E A DESVINCULOU DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 292, §1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo a solicitação formulada pela Diretoria de Pessoal por meio do Memorando nº 52, de 02 de outubro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica constituída Junta Médica no âmbito do SESOSP para analisar, mediante laudo pericial, recurso administrativo em face de ato médico que concedeu alta e desvinculou do Programa de Reabilitação Profissional a servidora pública municipal Gilce Maria Domingues do Nascimento (Processo Administrativo ERP nº 7294/2017), ocupante do cargo efetivo de Professor, matrícula nº 173797, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Parágrafo único. A Junta Médica de que trata o caput, que realizará a avaliação pericial no SESOSP no dia 30 de outubro de 2017, às 09h:30min, será constituída pelos seguintes médicos da Rede Pública Municipal de Saúde:

I – Dr. José Bisognin Neto, CRM 15304, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com atuação no SESOSP;

II – Dr. Igor Rangel Amaral Natalio, Clínico Geral, CRM 17404, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS;

III – Dr. John Carlos Zoschke Junior, Psiquiatra, CRM 14145, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS.

Art. 2º Caberá à Diretoria de Pessoal, mediante notificação pessoal, convocar para a realização da perícia:

I – os médicos integrantes da Junta Médica;

II - a servidora e informá-la de que poderá, se o desejar:

a) formular quesitos à Junta Médica e apresentá-los ao SESOSP com antecedência mínima de três dias da data da avaliação pericial;

b) apresentar à Junta Médica documentos e exames médicos de que dispuser na data da avaliação pericial.

Parágrafo único. Deverá constar do ato convocatório que a ausência injustificada à perícia médica implicará o indeferimento do recurso, nos termos do art. 292, §3º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de outubro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 21.297/2017**

Publicação Nº 1405448

PORTARIA Nº 21.297, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 47 da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR, no dia 16 de outubro de 2017:

JEAN HENRIQUE HAVENSTEIN, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete do Prefeito, nomeado pela Portaria nº 20.477, de 01 de março de 2017;

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Comunicação Social e Relações Institucionais, nomeado pela Portaria nº 20.477, de 01 de março de 2017;

MARCELO ALTHOFF, do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Comunicação Social e Relações Institucionais, nomeado pela Portaria nº 20.493, de 02 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de outubro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.298/2017**

Publicação Nº 1405449

PORTARIA Nº 21.298, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR, no dia 17 de outubro de 2017:

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete do Prefeito - GAPREF;

MARCELO ALTHOFF, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Comunicação Social e Relações Institucionais - SECOM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de outubro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.299/2017**

Publicação Nº 1405450

PORTARIA Nº 21.299, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 47 da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR, no dia 19 de outubro de 2017:

TELMO GONÇALVES DUARTE JUNIOR, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Pessoal, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, nomeado pela Portaria nº 20.552, de 08 de março de 2017;

JONATAN BORGES EMIDIO SEVERINO, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Administração de Pessoal, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, nomeado pela Portaria nº 20.588, de 14 de março de 2017;

LIDIANE DELCASTANHER PARISOTTO, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Assistência ao Servidor, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, nomeada pela Portaria nº 20.594, de 17 de março de 2017;

DÉBORA CHRISTINA MATHIONI, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Regulação, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, nomeada pela Portaria nº 21.240, de 18 de setembro de 2017;

THIAGO DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Iluminação Pública, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, nomeado pela Portaria nº 20.601, de 17 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de outubro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2017**

Publicação Nº 1405461

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 033/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA LUMAR PAVIMENTAÇÕES LTDA ME.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NA RUA RODOLFO BRETZKE, BAIRRO VELHA GRANDE, TRECHO 01.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-033/16.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 05 (cinco) meses, ou seja, de 05 de outubro de 2017 até 04 de março de 2018.

DATA: 02 de outubro de 2017.

**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 212/2014**

Publicação Nº 1405465

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 212/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A SRA. EDUARDA RENAUX.

OBJETO: LOCAÇÃO DAS SALAS 801, 802, 803 E 804, DO EDIFÍCIO MASTER CENTER, LOCALIZADO NA AVENIDA MARTIN LUTHER, Nº 111, PARA SERVIR DE SEDE PARA O INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-197/2014.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 1.764,96 (mil setecentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos) em decorrência do reajuste do valor da locação para R\$ 8.641,12 (oito mil seiscentos e quarenta e um reais e doze centavos) mensais, a contar de 1º de setembro de 2017, totalizando o valor do contrato em R\$ 103.693,44 (cento e três mil seiscentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos).

DATA: 11 de outubro de 2017.

**EXTRATO CONTRATO Nº 215/2017**

Publicação Nº 1405466

EXTRATO – CONTRATO Nº. 215/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP.

OBJETO: Desenvolvimento dos trabalhos de organização e realização dos desfiles da 34º Oktoberfest, a se realizar entre os dias 04 a 22 de outubro de 2017, conforme especificações constantes no edital (LOTE 05) – PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 110/2017.

PREÇO: O valor total a ser pago pelo lote 05 é de R\$ 95.326,87 (noventa e cinco mil trezentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos).

PRAZO: O prazo de vigência contratual é de sua assinatura de outubro até 31 de dezembro de 2017.

DATA: 03 de outubro de 2017.

**EXTRATO CONTRATO Nº 217/2017**

Publicação Nº 1405468

EXTRATO – CONTRATO Nº. 217/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A HENNINGS ADMINISTRADORA SA.

OBJETO: Locação de um imóvel localizado na Rua Franz Volles, nº. 145, bairro Itoupava Central, destinado ao funcionamento do Centro Integrado de Armazenagem e Distribuição, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 01/08/2017 – SEMUS/FMS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-088/2017.

PREÇO: O valor pago à LOCADORA pela utilização do imóvel é de

R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais) mensais, totalizando R\$ 110.400,00 (cento e dez mil e quatrocentos reais).

PRAZO: O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 1º de agosto de 2017 até 31 de julho de 2018, podendo ser prorrogado caso haja interesse mútuo entre as partes.

DATA: 09 de outubro de 2017.

**EXTRATO CONTRATO Nº 218/2017**

Publicação Nº 1405469

EXTRATO – CONTRATO Nº. 218/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA LEGO FEIRAS LTDA ME.

OBJETO: Contratação de empresa para montagem e desmontagem de estruturas diversas, conforme descrito no edital, para o evento Oktoberfest 2017 - Parque Vila Germânica (PVG).

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº. 008/2017.

PREÇO: O valor total a ser pago é de R\$ 74.300,84 (setenta e quatro mil trezentos reais e oitenta e quatro centavos).

PRAZO: O prazo de vigência contratual é de 15 (quinze) de setembro até 31 de novembro de 2017.

DATA: 09 de outubro de 2017.

**EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 226/2012**

Publicação Nº 1405470

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 226/2012

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA APPE – ASSESSORIA PARA PROJETOS ESPECIAIS LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E APOIO TÉCNICO AO PROGRAMA DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL DE BLUMENAU.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 1001/2012.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 28.184,76 (vinte e oito mil cento e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos) em decorrência do reajuste do valor pago à contratada e renova o valor pago à contratada que será de R\$ 1.211.334,47 (um milhão duzentos e onze mil, trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e sete centavos) para o próximo período contratual.

PRAZO: I. Prazo de conclusão dos serviços: prorroga-se o prazo de conclusão dos serviços por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 17 de outubro de 2017 até 16 de abril de 2018; II. Prazo de vigência contratual: prorroga-se o prazo de vigência por mais 07 (sete) meses, ou seja, de 17 de outubro de 2017 até 16 de maio de 2018.

DATA: 06 de setembro de 2017.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 243/2015**

Publicação Nº 1405472

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 243/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O SR. CELESTE LORENZI.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM PRÉDIO DE ALVENARIA, NA RUA BAHIA, Nº 5.353, BAIRRO SALTO WEISSBACH, BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. ÁUREA PFUETZENREITER.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-116/15.

PREÇO: Acrescentando a quantia de R\$ 1.041,24 (mil quarenta e um reais e vinte e quatro centavos) em decorrência do reajuste do valor da locação para R\$ 3.747,29 (três mil setecentos e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos) mensais, a contar de 02 de agosto de 2017, totalizando o valor do contrato em R\$ 44.967,48 (quarenta e quatro mil novecentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

DATA: 05 de setembro de 2017.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 297/2015**

Publicação Nº 1405475

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 297/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA PÓLIS INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE ERP MÓDULO PROTOCOLO E CONTROLE DE DOCUMENTOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-162/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 27 de novembro de 2017 até 26 de novembro de 2018.

PREÇO: Mantém o valor pago pelos serviços em R\$ 129.130,62 (cento e vinte e nove mil cento e trinta reais e sessenta e dois centavos), sendo: a) Serviços de Suporte Técnico de Manutenção - Modalidade Garantia Legal e Tecnológica - GLT: Valor mensal R\$ 10.003,84 (dez mil três reais e oitenta e quatro centavos); b) Serviços de Suporte Técnico de Manutenção - Modalidade Assessoria Operacional: O valor da hora/técnica R\$ 94,63 (noventa e quatro reais e sessenta e três centavos).

DATA: 10 de outubro de 2017.

**EXTRATO 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 316/2015**

Publicação Nº 1405477

EXTRATO – 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 316/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA LOCALIZA RENT A CAR S/A.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 017/2015.

PREÇO: Acrescenta ao Lote 01 a quantia de R\$ 6.881,55 (seis mil oitocentos e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), em decorrência da inclusão de 01 (um) veículo Fiat Doblo para uso da SEDUR, com o custo de R\$ 2.293,85 (dois mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos) mensais.

DATA: 14 de setembro de 2017.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 327/2015**

Publicação Nº 1405481

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 327/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA PÚBLICA CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – CIASC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE UMA SOLUÇÃO DE REDE DE FIBRA ÓPTICA, NA CIDADE DE BLUMENAU, A PARTIR DA EXPANSÃO DA REDE EXISTENTE.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-191/2015.

PRAZO: Modifica para 24 (vinte e quatro) meses o prazo total para a conclusão das três macro etapas.

DATA: 02 de outubro de 2017.

**ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 03-008/2017**

Publicação Nº 1405491

MUNICIPIO DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 03-008/2017

Comunicamos a Anulação da licitação supracitada, por solicitação da SEINFRA, mediante parecer da Caixa Econômica Federal, com base nos artigos 49 e 59 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, nas Ruas: Antônio Bittelbrunn (Bairro: Velha) e João José Ferreira e transversais - Lotário Frederico Dennebrock e Francisco Siebert (Bairro: Itoupavazinha), localizadas no Município de Blumenau/SC, conforme planilhas, Cronograma Físico Financeiro e demais especificações constantes neste edital. Contrato de Repasse 829443/2016 – Ministério das Cidades – CEF – SEINFRA. Blumenau, 11/10/2017. ANDERSON ROSA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2017**

Publicação Nº 1405505

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2017  
Objeto Registro de preços para fornecimento de refeições (almoço e janta) preparadas (Tipo Marmitex), e lanches (manhã e tarde), conforme especificações constantes no edital, pelo período de 01 (um) ano. SEMUS/FMS - SEDECI. Entrega e protocolo dos



envelopes: dia 31 de outubro de 2017, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 31 de outubro de 2017, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mails: [pregoes@blumenau.sc.gov.br](mailto:pregoes@blumenau.sc.gov.br) e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 18/10/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017 - REVOGAÇÃO**

Publicação Nº 1405508

#### **MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 117/2017 - REVOGAÇÃO**

Informamos que o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, REVOGOU o pregão presencial nº. 117/2017 - Aquisição de panos de limpeza e sacos de lixo para utilização durante a 34ª Oktoberfest, conforme especificações constantes neste Edital - PROEB, por solicitação da PROEB em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta. BASE LEGAL: Decreto Municipal nº. 7732/04, Lei Federal nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, Lei Federal nº. 8.666/93. Blumenau, 28/09/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

### **REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2017**

Publicação Nº 1405513

#### **MUNICIPIO DE BLUMENAU – REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2017**

Objeto: Registro de Preços de materiais médico hospitalares, pelo período de 01 ano - FMS/SEMUS, SEDECI. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 31 de outubro de 2017, às 09h00min. Início da sessão: dia 31 de outubro de 2017, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: [pregoes@blumenau.sc.gov.br](mailto:pregoes@blumenau.sc.gov.br) e/ou no site oficial do Município: <http://www.blumenau.sc.gov.br/portalttransparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 19/10/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

### **SUSPENSÃO DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2017**

Publicação Nº 1405518

#### **MUNICIPIO DE BLUMENAU - SUSPENSÃO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2017**

Utilizamos-nos do presente para informar que a abertura da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 135/2017 - Objeto: Contratação Empresa Especializada para serviços de limpeza, manutenção e jardinagem dos terminais urbanos de passageiros de Blumenau e limpeza das estações de embarque, com fornecimento de materiais, com quantidades mínimas definidas neste edital, pelo período de 12 meses - SETERB- cuja data de abertura estava prevista para o dia 23/10/2017, às 09:30 horas, está SUSPENSA. Base Legal: Decreto Municipal nº. 7732/04, Lei Federal nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, Lei Federal nº. 8.666/93. Blumenau, 19/10/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

### **EXTRATO Nº 520/2017 - FURB**

Publicação Nº 1405522

#### **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Extrato nº. 520/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 509/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para o Pagamento de Inscrição do Prof. Waldir Pedro Martignoni, visitante do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química, no Encontro Anual de AICHe 2017 a ser realizado de 29/10/2017 a 03/11/2017 em Minneapolis nos USA. Contratada: American Institute of chemical Engineers – AICHe. Forma de Pagamento: Até dia 25/10/2017 para confirmação da inscrição. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais) / 01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.48 (Serviço de Seleção e Treinamento).

Blumenau, 17 de outubro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

### **EXTRATO Nº 517/2017 - FURB**

Publicação Nº 1405523

#### **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Extrato nº. 517/2017

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO Nº 502/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, retifica a publicação do Extrato nº 502/2017, realizada no dia 06 de outubro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2357, retificando o texto, onde se lê: "Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias após a entrega dos materiais e da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 13.165,39 (treze mil, cento e sessenta e cinco reais e trinta e nove centavos)/ 01.09.12.364.0076.2009 (Pró-Reitoria de Administração)/ 3.3.90.30 (Material de consumo)/ 3.3.90.30.25 (material para manutenção de bens móveis). R\$ 1.377,57 (um mil, trezentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)/ 01.09.12.364.0076.2009 (Pró-Reitoria de Administração)/ 3.3.90.30 (Material de consumo)/ 3.3.90.30.24 (material para manutenção de bens imóveis)." leia-se "Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias após a entrega dos materiais e da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 24.126,98 (vinte e quatro mil cento e vinte e seis reais e noventa e oito centavos) 01.09.12.364.0076.2009 (Pró-Reitoria de Administração)/ 3.3.90.30 (Material de consumo)/ 3.3.90.30.25 (material para manutenção de bens móveis)/ 01.09.12.364.0076.2009 (Pró-Reitoria de Administração)/ 3.3.90.30 (Material de consumo)/ 3.3.90.30.24 (material para manutenção de bens imóveis)". Blumenau, 17 de outubro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 521/2017 - FURB**

Publicação Nº 1405526

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 521/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 472/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para o Aquisição de coletor (data logger) de dados para manutenção da estação telemétrica marca Campbell utilizada no Sistema no Sistema de alerta da Bacia do Rio Itajaí. Contratada: CAMPBELL SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA (CNPJ Nº 00.369.633/0001-71). Forma de Pagamento: À Vista na entrega dos equipamentos. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 32.191,26 (trinta e dois mil cento e noventa e um reais e vinte e seis centavos) / 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 4.4.90.52 (Equipamentos e Material Permanente)/ 4.4.90.52.35 (Equipamentos de Processamento de Dados).

Blumenau, 19 de outubro de 2017.  
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 522/2017 - FURB**

Publicação Nº 1405528

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 522/2017

Dispensa de Licitação nº. 506/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, V, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS (ELETRODOMÉSTICOS) PARA USO DO CER - CENTRO ESPECIALIZADO EM REALIBITAÇÃO. Contratadas: SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (80.706.492/0001-74). COMERCIAL TOMIO LTDA (CNPJ Nº 82.624.545/0001-33) e LOJAS COLOMBO AS COM DE UTILIDADES DOMÉSTICAS (CNPJ Nº 89.848.543/0604-04). Forma de Pagamento: Em até 15 (quinze) dias após a entrega dos materiais e da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/ Rubrica: R\$ 4.494,80 (quatro mil quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)/ 01.33.10.302.0078.2033 (Hospital Universitário e Ambulatório)/ 4.4.90.52 (Equipamentos e Material Permanente)/ 4.4.90.52.33 (Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto)/ 4.4.90.52.12 (Aparelhos e Utensílios Domésticos).

Blumenau, 19 de outubro de 2017.  
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

# Botuvera

## PREFEITURA

### **CONTRATO Nº 31/2017 - COOPERFAVI - AGRICULTURA FAMILIAR**

Publicação Nº 1405206

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

#### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Extrato de Contrato Nº. 31/2017

Contratante: Município de Botuverá - CNPJ: 83.102.350/00001-96  
Contratada: CooperFavi – Cooperativa da Agricultura Familiar do Vale do Itajaí, CNPJ: 07.125.517/0001-56, Situada na Rua Prefeito sido Schroeder, Nº 304, Bairro Centro, CEP: 89155-000, Cidade de Dona Emma/SC, Fone: (47) 3364-0237 – 3364-0035, E-mail: cooperfavi@gmail.com

Valor: R\$ 17.780,00 (Dezessete Mil e Setecentos e Oitenta Reais)  
Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.  
Fundamento Legal: Processo Licitatório Nº 46/2017 - Dispensa de Licitação nº. 04/2017

### **CTR30/2017-ULISSES DONIZETE RAMOS**

Publicação Nº 1405331

Extrato de Contrato nº 30/2017

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96  
Contratada: ULISSES DONIZETE RAMOS, JUCESC AARC-309 e FA-ESC-041, com escritório profissional sito Rua Nepal, 910 Pavimento Térreo - Nações- Balneário Camboriú, Santa Catarina.

Valor: sem ônus para a contratante.

Objeto: Leiloeiro Oficial: Elaboração e execução de leilão público.

Vigência: 31/12/2017

Fundamento Legal: Art. 25, caput da Lei nº 8.666/93.

### **PL Nº 51/2017 PP Nº 42/2017-S.R.P - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA, LIMPEZA E HIGIENE**

Publicação Nº 1404879

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2017- SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 51/2017 na Modalidade Pregão Presencial Nº 42/2017 - SRP, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA, LIMPEZA E HIGIENE. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 30/10/2017. Abertura da sessão: dia 30/10/2017 às 14:15 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e E-mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br.

Botuverá, 18 de Outubro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA CONTRATA TEMPORÁRIOS 001892017**

Publicação Nº 1404834

PORTARIA Nº 0189/2017

"Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências "

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1948/2017 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 03/2017

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). ALAERCIO PAULINI, brasileira, para o cargo temporário de Motorista, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 18 de Outubro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA DEMITE SERVIDOR TEMPORARIO CONTRATO188 2017**

Publicação Nº 1404837

PORTARIA Nº 188/2017

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) ALAERCIO PAULINI, ocupante do cargo temporário de MOTORISTA, a partir de 17/10/2017.

Art. 2º - A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá (SC), 17 de Outubro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### LEI 0886 2017

Publicação Nº 1405160

LEI Nº 0886/2017

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2018 e dá outras providências.

Nildo Melmestet, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Braço do Trombudo, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.

#### I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos ANEXOS desta lei, assim discriminados:

Demonstrativo I – Metas Anuais (LRF, art. 4º, § 1), com os seguintes anexos:

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública;

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (LRF, art. 4º, §2º, inciso I);

Demonstrativo III – Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LRF, art.4º, §2º, inciso II);

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido (LRF, art.4º, §2º, inciso III);

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, art.4º, §2º, inciso III);

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V);

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V).

#### ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências ARF (LRF, Art. 4º, § 3º).

#### ANEXOS COMPLEMENTARES

Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;  
Anexo Demonstrativo das Prioridades das Despesa com Pessoal (Poder Executivo e Legislativo);  
Anexo com a Discriminação das Receitas;  
Anexo com a Discriminação das Despesas;  
Anexo contendo as Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

#### II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos desta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

#### III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional,



Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da legislação vigente determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria STN nº 163/2001 e Portaria Conjunta 406/2011 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2018;

XII – Demonstrativos dos Riscos Fiscais considerados para 2018.

§ 1º O Orçamento dos Fundos Municipais que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza

de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 407/2011, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada programa, projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento e o Projeto de Lei da Proposta Orçamentária obedecerá o que trata o Art. 22 da Lei 4.320/64, conforme segue:

I - Mensagem, que conterá: exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da política econômica-financeira do Governo; justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital;

II - Projeto de Lei de Orçamento;

III - Tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

a) A receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;

b) A receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

c) A receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;

d) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

e) A despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;

f) A despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.

IV - Especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.

Parágrafo único. Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "0.1.0000" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá até o máximo 0,10% (dez décimos por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, Portaria STN nº 2/2009.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, exceto as transferências de outras esferas de governo, cuja arrecadação será efetuada diretamente nos Fundos e vinculadas às Despesas relacionadas a seus objetivos.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito

Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balançes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  
II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III – dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e  
IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a

programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 18. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 19. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 20. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 21. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2018 – ANEXOS COMPLEMENTARES III desta lei.

Art. 22. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Parágrafo único. A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, exceto para o Poder Judiciário, segurança e

bombeiros, em casos excepcionais.

Art. 23. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 24. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a legislação vigente.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Programa, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Poder Executivo Municipal. (Art. 167, VI da CF).

§ 2º O excesso de arrecadação por destinação de recurso também servirá como fonte de suplementação a ser efetuada por decreto.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF);

Art. 26. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF);

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nos relatório das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 27. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – Inciso III - ANEXO IV do Art. 2º desta Lei, e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Parágrafo único. Fica o poder Legislativo responsável pela convocação da Audiência Pública e o envio de cópia da ata ao TCE de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 28. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29. A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas

de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 30. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 31. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 20 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

#### VI– DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 32. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 33. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores das áreas de educação, saúde, obras e serviços urbanos e Estação de Tratamento de Água - ETA; quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 34. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 19 e 20 da LRF).

- I – eliminação das despesas com horas extras;
- II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 35. Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades, funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Braço do Trombudo, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas

a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF).

3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Braço do Trombudo, em 16 de outubro de 2017.  
Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 39. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 40. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 41. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com Entidades sem fins lucrativos, Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 43. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constante do DEMONSTRATIVO VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não será considerada para efeito de cálculo do Orçamento da Receita (ART 4º § 2º, ART I da LRF, Lei Orgânica Municipal e Código Tributário Municipal).

Art. 44. Os valores das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados em 1º de janeiro de 2018, com base na variação do Índice Geral de Variação de Preços de Mercado IGP-M, apurado no período compreendido ante 1º de julho a 31 de dezembro de 2017.

Art. 45. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Vigente.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.



**ATA JULGAMENTO PROPOSTAS PREGÃO 11 2017 FMS**

Publicação Nº 1404878

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO</b>  <b>CNPJ: 11.481.782/0001-44</b> <b>PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, 25</b> <b>C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 11/2017 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 18/2017</b> <b>Processo de Licitação: 18/2017</b> <b>Data do Processo: 29/09/2017</b>
	Folha: 1/3

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 20/2017 (Sequência: 1)**

Ao(s) 18 de Outubro de 2017, às 08:30 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 006/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 18/2017, Licitação nº 11/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Em seguida ao credenciamento das empresas, a Sra. Pregoeira Alair Franz Hein, deu início a sessão com a abertura dos envelopes contendo as propostas, sendo as mesmas analisadas e rubricadas pelos membros da comissão e representantes. O julgamento adotado foi MENOR PREÇO POR ITEM. Houve lances verbais. Nenhuma empresa manifestou interesse em interpor recurso. Ficando vencedoras as empresas conforme segue:

**Participante: 6011 - METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	Fralda geriátrica tamanho EG ( extra grande), (pacote com no mínimo 7 fraldas), cintura com aproximadamente 110 até 165 centímetros, atende a usuários de peso aproximado acima de 90 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.800ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando- a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina so o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetores de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias.	PCT	500,00	BIOFRAL/CON TENA	0,0000	15,80	7.900,00

**Total do Participante —>****7.900,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 11.481.782/0001-44  
 PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, 25  
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 11/2017 - PR**

Processo Administrativo: 18/2017  
 Processo de Licitação: 18/2017  
 Data do Processo: 29/09/2017

Folha: 2/3

**Participante: 6039 - ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Fralda geriátrica tamanho G(grande), (pacote com no mínimo 8 fraldas), cintura com aproximadamente 100 até 150 centímetros, atende a usuários de peso aproximado de 70 até 90 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.800ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando- a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina sinalizando o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetores de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias.	PCT	500,00	Biofral	0,0000	15,99	7.995,00

**Total do Participante ———> 7.995,00**

**Participante: 6156 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Fralda geriátrica tamanho P (pequena), (pacote com no mínimo 11 fraldas), cintura com aproximadamente 40 até 80 centímetros, atende a usuários de peso aproximado de 20 até 40 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.100ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando- a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina sinalizando o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetores de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias.	PCT	80,00	Biofral Tena Confort	0,0000	16,00	1.280,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 11.481.782/0001-44  
 PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, 25  
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 11/2017 - PR**

Processo Administrativo: 18/2017  
 Processo de Licitação: 18/2017  
 Data do Processo: 29/09/2017

Folha: 3/3

**Participante: 6156 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Fralda geriátrica tamanho M(média), (pacote com no mínimo 10 fraldas), cintura com aproximadamente 70 até 120 centímetros, atende a usuários de peso aproximado de 40 até 70 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.600ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando- a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina sinalizando o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetores de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias.	PCT	400,00	Biofral Tena Confort	0,0000	16,00	6.400,00

**Total do Participante** —————> 7.680,00

**Total Geral** —————> 23.575,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Braço do Trombudo, 18 de Outubro de 2017

**COMISSÃO:**

Alair Franz Hein - ..... - Pregoeiro(a)  
 Jean Carlos Correa da Costa Scharf - ..... - Membro  
 Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz - ..... - Membro

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

LUIZ CARLOS DOS SANTOS - ..... - REP. PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO  
 DOUGLAS BECKER PISKE - ..... - REP. ALTERMED MATERIAL MÉDICO  
 ROBSON TACIANO DA SILVA - ..... - REP. METROMED COMÉRCIO DE MATE

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 11.481.782/0001-44  
 PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, 25  
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 11/2017 - PR**

Processo Administrativo: 18/2017  
 Processo de Licitação: 18/2017  
 Data do Processo: 29/09/2017

Folha: 1/3

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 20/2017 (Sequência: 1)**

Ao(s) 18 de Outubro de 2017, às 08:30 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 006/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 18/2017, Licitação nº 11/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Em seguida ao credenciamento das empresas, a Sra. Pregoeira Alair Franz Hein, deu início a sessão com a abertura dos envelopes contendo as propostas, sendo as mesmas analisadas e rubricadas pelos membros da comissão e representantes. O julgamento adotado foi MENOR PREÇO POR ITEM. Houve lances verbais. Nenhuma empresa manifestou interesse em interpor recurso. Ficando vencedoras as empresas conforme segue:

**Participante: 6011 - METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	Fralda geriátrica tamanho EG ( extra grande), (pacote com no mínimo 7 fraldas), cintura com aproximadamente 110 até 165 centímetros, atende a usuários de peso aproximado acima de 90 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.800ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando- a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina so o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetores de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias.	PCT	500,00	BIOFRAL/CON TENA	0,0000	15,80	7.900,00

**Total do Participante —>**

**7.900,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 11.481.782/0001-44  
 PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, 25  
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 11/2017 - PR**

Processo Administrativo: 18/2017  
 Processo de Licitação: 18/2017  
 Data do Processo: 29/09/2017

Folha: 2/3

**Participante: 6039 - ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Fralda geriátrica tamanho G(grande), (pacote com no mínimo 8 fraldas), cintura com aproximadamente 100 até 150 centímetros, atende a usuários de peso aproximado de 70 até 90 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.800ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando- a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina sinalizando o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetores de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias.	PCT	500,00	Biofral	0,0000	15,99	7.995,00

**Total do Participante ———> 7.995,00**

**Participante: 6156 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Fralda geriátrica tamanho P (pequena), (pacote com no mínimo 11 fraldas), cintura com aproximadamente 40 até 80 centímetros, atende a usuários de peso aproximado de 20 até 40 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.100ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando- a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina sinalizando o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetores de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias.	PCT	80,00	Biofral Tena Confort	0,0000	16,00	1.280,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 11.481.782/0001-44  
 PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, 25  
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 11/2017 - PR**

Processo Administrativo: 18/2017  
 Processo de Licitação: 18/2017  
 Data do Processo: 29/09/2017

Folha: 3/3

**Participante: 6156 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Fralda geriátrica tamanho M(média), (pacote com no mínimo 10 fraldas), cintura com aproximadamente 70 até 120 centímetros, atende a usuários de peso aproximado de 40 até 70 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.600ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando- a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina sinalizando o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetores de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias.	PCT	400,00	Biofral Tena Confort	0,0000	16,00	6.400,00

**Total do Participante** —————> 7.680,00

**Total Geral** —————> 23.575,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Braço do Trombudo, 18 de Outubro de 2017

**COMISSÃO:**

Alair Franz Hein - ..... - Pregoeiro(a)  
 Jean Carlos Correa da Costa Scharf - ..... - Membro  
 Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz - ..... - Membro

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

LUIZ CARLOS DOS SANTOS - ..... - REP. PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO  
 DOUGLAS BECKER PISKE - ..... - REP. ALTERMED MATERIAL MÉDICO  
 ROBSON TACIANO DA SILVA - ..... - REP. METROMED COMÉRCIO DE MATE

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 11.481.782/0001-44  
 PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, 25  
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 11/2017 - PR**

Processo Administrativo: 18/2017  
 Processo de Licitação: 18/2017  
 Data do Processo: 29/09/2017

Folha: 1/3

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 20/2017 (Sequência: 1)**

Ao(s) 18 de Outubro de 2017, às 08:30 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 006/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 18/2017, Licitação nº 11/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Em seguida ao credenciamento das empresas, a Sra. Pregoeira Alair Franz Hein, deu início a sessão com a abertura dos envelopes contendo as propostas, sendo as mesmas analisadas e rubricadas pelos membros da comissão e representantes. O julgamento adotado foi MENOR PREÇO POR ITEM. Houve lances verbais. Nenhuma empresa manifestou interesse em interpor recurso. Ficando vencedoras as empresas conforme segue:

**Participante: 6011 - METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	Fralda geriátrica tamanho EG ( extra grande), (pacote com no mínimo 7 fraldas), cintura com aproximadamente 110 até 165 centímetros, atende a usuários de peso aproximado acima de 90 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.800ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando- a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina so o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetores de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias.	PCT	500,00	BIOFRAL/CON TENA	0,0000	15,80	7.900,00

**Total do Participante —>**

**7.900,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 11.481.782/0001-44  
 PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, 25  
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 11/2017 - PR**

Processo Administrativo: 18/2017  
 Processo de Licitação: 18/2017  
 Data do Processo: 29/09/2017

Folha: 2/3

**Participante: 6039 - ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Fralda geriátrica tamanho G(grande), (pacote com no mínimo 8 fraldas), cintura com aproximadamente 100 até 150 centímetros, atende a usuários de peso aproximado de 70 até 90 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.800ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando- a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina sinalizando o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetores de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias.	PCT	500,00	Biofral	0,0000	15,99	7.995,00

**Total do Participante ———> 7.995,00**

**Participante: 6156 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Fralda geriátrica tamanho P (pequena), (pacote com no mínimo 11 fraldas), cintura com aproximadamente 40 até 80 centímetros, atende a usuários de peso aproximado de 20 até 40 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.100ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando- a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina sinalizando o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetores de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias.	PCT	80,00	Biofral Tena Confort	0,0000	16,00	1.280,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 11.481.782/0001-44  
 PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, 25  
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 11/2017 - PR**

Processo Administrativo: 18/2017  
 Processo de Licitação: 18/2017  
 Data do Processo: 29/09/2017

Folha: 3/3

**Participante: 6156 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Fralda geriátrica tamanho M(média), (pacote com no mínimo 10 fraldas), cintura com aproximadamente 70 até 120 centímetros, atende a usuários de peso aproximado de 40 até 70 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.600ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando- a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina sinalizando o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetores de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias.	PCT	400,00	Biofral Tena Confort	0,0000	16,00	6.400,00

**Total do Participante** —————> 7.680,00

**Total Geral** —————> 23.575,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Braço do Trombudo, 18 de Outubro de 2017

**COMISSÃO:**

Alair Franz Hein - ..... - Pregoeiro(a)  
 Jean Carlos Correa da Costa Scharf - ..... - Membro  
 Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz - ..... - Membro

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

LUIZ CARLOS DOS SANTOS - ..... - REP. PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO  
 DOUGLAS BECKER PISKE - ..... - REP. ALTERMED MATERIAL MÉDICO  
 ROBSON TACIANO DA SILVA - ..... - REP. METROMED COMÉRCIO DE MATE

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8034-2017

Publicação Nº 1405637

DECRETO N. 8.034, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, c/c os Decretos Municipais ns. 7.955/2017 e 7.972/2017,

#### RESOLVE:

Art. 1º Substituir membros da Comissão de Depreciação e Reavaliação, Levantamento e Avaliação Patrimonial de Bens Móveis, Imóveis, Úteis e Inservíveis do Município de Brusque, nomeados pelo Decreto n. 7.972/2017, conforme segue:

- José Mário de Modesti por Hécio Augusto Moritz;
- Sandro Bertolini por Vanderlei Luis Dietrich.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de outubro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

EDENA BEATRIS CENSI

Respondendo interinamente pela  
Secretaria de Orçamento e Gestão

### DECRETO Nº 8036 -2017

Publicação Nº 1405638

DECRETO Nº. 8036, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20 da lei n.º 4.038 de 16.12.2016, a Lei nº 4.023 de 28.09.2016, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras despesas correntes

0.1.38.08 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 35.000,00

3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras despesas correntes

0.1.38.16 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PMAQ

VALOR R\$ 100.000,00

010.03020280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras despesas correntes

0.1.38.57 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – MAC

VALOR R\$ 30.000,00

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLV-GS)

3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras despesas correntes

0.1.38.20 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental

VALOR R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e encargos sociais

0.1.38.08 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 20.000,00

3.1.91.00 Aplicação diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.08 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 15.000,00

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e encargos sociais

0.1.38.16 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PMAQ

VALOR R\$ 100.000,00

010.03020280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.1.91.00 Aplicação diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.57 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – MAC

VALOR R\$ 30.000,00

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.20	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/Federal – Vigilância Ep. E Ambiental
Valor Orçado	R\$ 357.214,08
Valor arrecadado até a data de 22/09/2016	R\$ 417.393,09
Excesso de arrecadação até a data de 22/11/16	R\$ 60.179,01
Utilizado no decreto 8024	R\$ 25.776,10
A utilizar	R\$ 34.402,91

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 17 de outubro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de outubro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE Prefeito Municipal	Dr. EDSON RISTOW Procurador Geral do Município
--	---

HUMBERTO MARTINS FORNARI Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Chefe de Gabinete
---	--

**EDITAL Nº 011-2017**

Publicação Nº 1405640

## Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 011/2017

O Secretário Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Educação, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

**1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.
- 1.2- Os cargos, as vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 4 deste edital.
- 1.3- O exercício da função poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como a prestação de serviço externo e desabrigado e atendimento ao público.
- 1.4- O Processo Seletivo terá por critério de seleção o tempo de serviço em atividades correlacionadas ao cargo.
- 1.5- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de 01 (um) ano.
- 1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores.

**2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO**

- 2.1- Ter o ensino fundamental incompleto, cuja comprovação dar-se-á por meio da apresentação do histórico escolar ou, no caso de candidato formado, pelo certificado de conclusão de curso;
- 2.2 - A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- 2.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 2.4 - Apresentar comprovante de quitação eleitoral;
- 2.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
- 2.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;
- 2.7- Ter sido aprovado em todas as etapas do processo seletivo;
- 2.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, “c” da Constituição Federal;

**3- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES**

- 3.1- O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;
- 3.2 As inscrições serão realizadas exclusivamente junto ao CMID (Centro Municipal de Inclusão Digital), na Arena Brusque, no período de 06 de novembro de 2017 ao dia 17 de novembro de 2017 das 09:00 as 17:00 horas.
- 3.3 O candidato inscrito deverá apresentar, uma cópia dos seguintes documentos, na seguinte ordem:
  - a) Ficha de inscrição;
  - b) Certidão/atestado de tempo de serviço (em papel timbrado) devidamente assinada pelo responsável pela emissão do documento (considerado até 31/10/2017), ou cópia dos contratos registrados na CTPS em atividades no cargo;
- 3.4 Não será aceito documentos posteriores a validação da inscrição.
- 3.5- A documentação a ser entregue deverá estar em envelope pardo no formato 26x36, com etiqueta contendo o nome do candidato.
- 3.6 Para inscrever no processo seletivo é requisito não ter punição em esfera administrativa, no âmbito municipal.
- 3.7 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.
- 3.8 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas;
- 3.9 Não será aceito inscrição via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito inscrição fora da data especificada no item 3.2; todavia, será admitida a inscrição por intermédio de procurador, munido com procuração pública (original), com poderes específicos para esse ato.
- 3.10 Será indeferida a inscrição incompleta, que contiver dados falsos ou incorretos, ou que não atender de qualquer maneira as regras deste edital.

**4- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO**

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Servente de Serviços Gerais	30+ *CR	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	R\$ 1.248,02 (mais R\$ 271,25 auxílio alimentação)

\*CADASTRO DE RESERVA.

**5- DA LISTA DE INSCRIÇÃO**

5.1 - A lista dos candidatos inscritos será divulgada em 22 de novembro de 2017, em ordem alfabética sem classificação, no site Prefeitura Municipal de Brusque ([www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)), e afixada no mural da Prefeitura.

**6 - DO RECURSO**

6.1. - O candidato poderá interpor recurso do resultado da lista de inscrição, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) que deseja contestar sob pena de não ser admitido seu recurso, que deverá ser apresentado na Secretaria Municipal de Educação nos dias 23 e 24 de novembro de 2017.

5.3 A lista dos candidatos pós recurso será divulgada em 28 de novembro de 2017, em ordem alfabética sem classificação, no site Prefeitura Municipal de Brusque ([www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)), e afixada no mural da Prefeitura.

**7- DA VALIDAÇÃO**

7.1 A comissão realizadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de servidores para a Secretaria Municipal de Educação fará análise de toda a documentação entregue, validando as inscrições.

**8- DA CLASSIFICAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS**

8.1- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

Tempo de Serviço	N. Pontos
01 (um) mês completo no cargo ou trabalho em atividade correlacionada ao cargo	01 ponto

8.2- Será automaticamente desclassificado do certame o candidato que obteve rescisão de contrato de trabalho por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque.

8.3- A comprovação do tempo de trabalho que trata o item 8.1 se dará por meio de declaração, certidão de tempo de serviço (em papel timbrado) devidamente assinada pelo responsável pela emissão do documento (considerado até 31/10/2017), ou cópia dos contratos registrados na CTPS.

**9- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO**

9.1- Servente de serviços gerais:

9.1.1 - Atribuições:

- Contribuir com a ordem e a limpeza das repartições públicas, no que se refere tanto à área interna quanto externa, através da limpeza e conservação dos mesmos, mantendo as condições de asseio e higiene requeridas, assim como realizar a limpeza de materiais, equipamentos, brinquedos, entre outros.
- Manter fora do alcance de crianças produtos químicos e utensílios que coloquem em risco a vida das mesmas quando atuando em escolas e/ou creches.
- Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.
- Preparar e servir café, contribuindo com o bem-estar dos indivíduos.
- Garantir a continuidade do processo de higienização e manutenção do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo, limpeza e outros, bem como através do seu correto uso e conservação.
- Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

**10- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

10.1- Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.2- Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios de desempate:

- a) mais idoso;
- b) Maior tempo de serviço na função.

**11. DO RESULTADO**

11.1- A divulgação do resultado preliminar do Processo Seletivo será no dia 05 de dezembro de 2017.

11.2 As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas através do site da Prefeitura Municipal de Brusque ([www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)), e afixada no mural da Prefeitura.

**12- DO RECURSO**

12.1- O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da classificação preliminar do Processo Seletivo. O recurso deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação em 06 de dezembro de 2017.

12.2- O recurso, cujo modelo encontra-se disponibilizado no Anexo IV do presente Edital, para ser aceito deverá ser fundamentado e assinado pelo candidato, apontando com clareza o(s) ponto(s) da sua irrisignação, sob pena de ser, preliminarmente, indeferido.

12.3- Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito recurso fora da data especificada no item 11.1; todavia, será admitida a interposição de recurso por intermédio de procurador, munido com procuração pública com poderes específicos para esse ato.

12.2- A divulgação do resultado final será na data de 12 de dezembro de 2017, publicado através do Site da Prefeitura Municipal de Brusque ([www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)), e afixada no mural da Prefeitura.

### 13 –DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO E DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

13.1- O candidato deverá apresentar, no ato da contratação, CÓPIA dos seguintes documentos:

a) 1 (uma) foto 3x4 recente e com data.

b) CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas da identificação);

c) PIS;

d) CPF;

e) Carteira de Identidade;

f) Título de Eleitor;

g) Comprovante de residência;

h) Quitação das obrigações militares, para os homens;

i) Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;

j) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

k) Certidão de Quitação Eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br));

l) Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinares, no exercício do cargo ou função pública (Anexo I deste Edital);

m) Declaração de não exercer cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal (Anexo II deste Edital);

n) Declaração de bens (Anexo III);

o) Diploma ou Certificado de Conclusão de escolaridade;

13.2 Os candidatos classificados serão comunicados, para agendamento da data e local para a realização do exame médico admissional, por ocasião da contratação.

### 14- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios legais.

14.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

14.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

14.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

14.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

14.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

14.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

14.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 16 de outubro de 2017.

José Zancanaro  
Secretário Municipal de Educação

### ANEXO I

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade número \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha contratação para o cargo de \_\_\_\_\_ deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

Assinatura do Candidato.



## III. Dos anexos de suporte para recurso (opcional):

Brusque, ..... de ..... de 2017.

..... Assinatura do candidato

RECEBIDO em ..... /...../ .....

## ANEXO V

## PROTOCOLO DE ENTREGA DOCUMENTOS

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ por: \_\_\_\_\_

( ) Ficha de inscrição;

( ) Certidão/atestado de tempo de serviço compatível com a função pretendida SERVENTE ou AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, expresso em anos e meses. No caso de tempo de serviço prestado para a Administração Pública Municipal de Brusque, esta poderá ser comprovada por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social; considerado até a data de publicação do edital (ou até 31/10/17)

## ANEXO VI

Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 011/2017

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBS.: preencher todos os dados com letra legível.

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

CARGO: SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Nome Completo do Candidato \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Fone \_\_\_\_\_

Celular \_\_\_\_\_ contato \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Grau de Escolaridade \_\_\_\_\_

(RG) \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

E-MAIL \_\_\_\_\_

Ass. do candidato Ass. Fiscal



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006-2017 -FME**

Publicação Nº 1405635

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
Nº ATA 006-2017-FME

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 006/2017, em 10/10/2017 -  
OBJETO: aquisição de materiais esportivos para atender a demanda  
do Fundo Municipal de Esporte – VALOR ESTIMADO: R\$20.318,20  
- ORIGEM: Pregão nº 006/2017 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15  
da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIO: ADEMIR LUIZ DE SOUZA

**PORTARIA Nº 3329 2017**

Publicação Nº 1405641

PORTARIA Nº 3329/2017, de 25 de setembro de 2017.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao  
Processo Administrativo Disciplinar nº 032/2017, instaurado pela  
Portaria nº 2611/2017 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria  
nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e  
Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art.  
111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista  
no art. 1º do Decreto 7.056/13 e no art. 212 da Lei Complementar  
147/2009,

**RESOLVE:**

Considerando a necessidade de redesignação de audiência, para  
garantia e segurança das condições do Princípio Constitucional da  
mais Ampla Defesa e Contraditório, consoante assegura o art. 5º,  
inciso LV, da CF/88;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processua-  
is, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento  
da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº  
032/2017, com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei  
Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº  
7.056/2013, em desfavor da servidora Apolonia Lidivina Montibeller  
Fraga, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, inscrita no  
CPF sob nº 767.438.539-68 (matrícula nº 350052-01), lotada na  
Secretaria de Saúde desta Municipalidade, para fins de apuração  
dos fatos constantes junto ao Memorando nº 163/2017/SMS, de  
14/06/2017, c/c Memorando nº 162/2017/SMS, de 14/06/2017, c/c  
Memorando nº 186/2017/SMS, de 14/06/2017, c/c Ata de Reunião  
de 04/05/2017/SMS, c/c Ata de Reunião de 12/06/2017/SMS, c/c  
Boletim de Ocorrência nº de Registro 00034-2017-0004731, da De-  
legacia Geral da Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança  
Pública do Estado de Santa Catarina, c/c Boletim de Ocorrência nº  
de Registro 00034-2017-0004731, da Delegacia Geral da Polícia  
Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de  
Santa Catarina, c/c Laudo Pericial nº 9403.17.555, do Núcleo regio-  
nal de Perícias Brusque da 7ª Gerência Mesorregional de Perícias  
Balneário Camboriú / Itajaí - da Secretaria de Estado da Segura-  
nça Pública do Estado de Santa Catarina, c/c Laudo Pericial nº  
9403.17.556, do Núcleo regional de Perícias Brusque da 7ª Ge-  
rência Mesorregional de Perícias Balneário Camboriú / Itajaí - da  
Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa  
Catarina, c/c Laudo Pericial nº 9403.17.558, do Núcleo regional  
de Perícias Brusque da 7ª Gerência Mesorregional de Perícias Bal-  
neário Camboriú / Itajaí - da Secretaria de Estado da Segurança  
Pública do Estado de Santa Catarina, c/c Comunicado de Advertên-  
cia no Trabalho – SMD, de 14/10/2015, c/c Formulário de Avisos e  
Recomendações de 13/10/2015, e anexos; na forma do art. 208 e  
210, II da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010,

c/c Decreto nº 7.056/2013, que objetiva a apurar autoria e ma-  
terialidade de tais condutas, bem como na verificação se amol-  
dam-se aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam  
caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: artigos  
174 (São deveres do servidor:); ; I (exercer com zelo e dedica-  
ção as atribuições do cargo, emprego ou função); IV (discrção); V  
(tratar com cortesia as pessoas); VI (observar as normas legais e  
regulamentares); VII (cumprir as ordens superiores, salvo quando  
manifestamente ilegais); IX (zelar pela economia do material e a  
conservação do patrimônio público); XI (atender com presteza);  
e 175 (Ao servidor público é proibido:); I (ausentar-se do serviço  
durante o expediente sem prévia autorização do superior imedia-  
to); IV (opor resistência injustificada ao andamento de documento,  
processo ou execução de serviço); V (referir-se de modo deprecia-  
tivo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos  
atos do Poder Público, no recinto da repartição); XII (exercer, du-  
rante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligencian-  
do o serviço e prejudicando o seu bom desempenho); XIX (proce-  
der de forma desidiosa); e 188, IV (improbidade administrativa);  
V (incontinência pública e conduta escandalosa em serviço); VI  
(insubordinação grave em serviço); e VII (ofensa física, em serviço,  
a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de  
outrem); todos previstos na Lei Complementar nº 147/2009 (Estatu-  
to dos Servidores Públicos Municipais de Brusque);

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, re-  
vogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de setembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

**PORTARIA 3646-2017**

Publicação Nº 1405646

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3.646/2017

Concede benefício de Aposentadoria por Invalidez a  
André Habitzreuter

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017  
para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura  
Municipal de Brusque e a Diretora do Departamento de Recursos  
Humanos nomeada pela portaria nº 11847/2017, no uso de suas  
atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei  
Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com  
fundamento no artigos 1º, §1º, 33, I, a, 34 e 97 da Lei Comple-  
mentar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei  
Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 6-A da  
Emenda Constitucional nº 41/2003 (Incluído pela Emenda Consti-  
tucional nº 70, de 2012).

**RESOLVEM:**

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 133/2017, bene-  
fício de Aposentadoria por Invalidez Permanente a ANDRÉ HABIT-  
ZREUTER, CPF 180.327.379-87.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com  
recursos do Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência  
Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos a partir de 03/09/2014, revogadas as disposições em  
contrário.



Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

RECURSOS HUMANOS

Diretora

## **PORTARIA Nº 3610-2017**

Publicação Nº 1405647

PORTARIA Nº 3.610/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

### **RESOLVE:**

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor ANTONIO CARLOS CERCHIARI JUNIOR, matrícula nº 1080938, nomeado pela Portaria nº 9339/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de CONTADOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08/09/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL DE SOUZA

Diretora

## **PORTARIA Nº 3611-2018**

Publicação Nº 1405649

PORTARIA Nº 3.611/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

### **RESOLVE:**

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor CLAUDIO MIGUEL ROLIM DE QUADRO, matrícula nº 1061399, nomeado pela Portaria nº 8936/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROCURADOR DO MUNICÍPIO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer

da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 27/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL DE SOUZA

Diretora

## **PORTARIA Nº 004-2017- IBPREV**

Publicação Nº 1405658

PORTARIA IBPREV Nº 004/2017

O Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 31 Lei Complementar Municipal nº 174/2011,

### **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder 1/3 (um terço) das férias em pecúnia, ao (a) servidor (a) ANTÔNIO CARLOS CERCHIARI JÚNIOR ocupante do cargo efetivo de Contador na Prefeitura Municipal de Brusque cedido com ônus ao IBPREV, referente ao período aquisitivo 2014/2015, conforme Processo IBPREV 256/2014, com fulcro no Art. 126 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2017, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 18 de outubro de 2017.

Dagomar Antônio Carneiro

Diretor-Presidente

IBPREV

## **PORTARIA Nº 005-2017 IBPREV**

Publicação Nº 1405660

PORTARIA IBPREV Nº 005/2017

O Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 31 Lei Complementar Municipal nº 174/2011,

### **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder 1/3 (um terço) das férias em pecúnia, ao (a) servidor (a) RAFAEL PIRES RUBIM ocupante do cargo de Agente Administrativo na Prefeitura Municipal de Brusque cedido com ônus ao IBPREV, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Processo IBPREV 116/2015, com fulcro no Art. 126 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/10/2017, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 18 de outubro de 2017.

Dagomar Antônio Carneiro

Diretor-Presidente

IBPREV

**PORTARIA Nº 2966/2017**

Publicação Nº 1405644

PORTARIA Nº 2966/2017, de 1º de setembro de 2017.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 028/2017, instaurado pela Portaria nº 2298/2017 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Considerando a necessidade de redesignação de audiência em virtude da representação do indiciado junto aos Jogos Escolares de Brusque no período correspondente à instrução, para garantia e segurança das condições do Princípio Constitucional da mais Ampla Defesa e Contraditório, consoante assegura o art. 5º, inciso LV, da CF/88;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 028/2017, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor do servidor Eduardo Oliveira de Oliveira, ocupante do cargo de Professor, inscrito no CPF sob nº 008.935.240-85 (matrícula nº 675032-00), lotado na Secretaria de Educação desta Municipalidade, para apurar os fatos constantes junto ao Relatório de Ocorrência / EEF Professora

Augusta Knorring, de 02/05/2017; c/c Relatório de Ocorrência / EEF Professora Augusta Knorring, de 10/04/2017; c/c Atendimento / Orientação / EEF Professora Augusta Knorring, de 10/04/2017; c/c Relatório / Ata de Reunião / EEF Paquetá, de 04/05/2017 (02 anexos), c/c Relato / SEME, de 04/05/2017; c/c Relatório / SEME – Coordenação de Educação Física, de 04/05/2017; c/c Relatório / Ata de Reunião / EEF Paquetá, de 18/05/2017, c/c Relatório / Ata de Reunião / EEF Paquetá, de 19/05/2017, c/c Relatório / EEF Paquetá, de 21/05/2017, c/c Relato / SEME, de 22/05/2017; e Despacho de 06/07/2017 – SOG; bem como para apuração dos fatos envolvendo o servidor supra-mencionado, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação se as condutas praticadas, se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos artigos 174 (São deveres do servidor:); I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); IV (disciplina); V (tratar com cortesia as pessoas); VI (observar as normas legais e regulamentares); VII (cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais); IX (zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público); XI (atender com presteza); XII (colaborar

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 1º de setembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

**PORTARIA Nº 3131-2017**

Publicação Nº 1405650

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE**

Portaria nº 3131/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4137876	4	SUSAN LIRA	Secretaria de Saúde	08/09/2017	17/09/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/09/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Setembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

**PORTARIA Nº 3449-2017**

Publicação Nº 1405651

Portaria nº 3449/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, e C/C como Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) JERUSA SCHNAIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 02/10/2017 a 30/12/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 02/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

**PORTARIA Nº 3451-2017**

Publicação Nº 1405653

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3451/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
723843	0	ANDRES LUIS FREY ALVES	Secretaria de Saúde	02/10/2017	11/10/2017	10
1058363	0	ANDRESSA ELIZE FRANCA CASACA	Secretaria de Saúde	02/10/2017	20/10/2017	19
1000011345	1	CELSO CAVICHIONI JUNIOR	Secretaria de Saúde	02/10/2017	21/10/2017	20
679828	2	ELIONEIA DO AMARAL NICHELATTI	Secretaria de Saúde	02/10/2017	21/10/2017	20
406074	8	ELIZETE MELLO	Secretaria de Saúde	02/10/2017	21/10/2017	20
765899	0	KATIA GRACIOSA QUINALHA	Secretaria de Saúde	02/10/2017	11/10/2017	10
11746	1	PAULO ROBERTO WEBSTER	Secretaria de Saúde	02/10/2017	11/10/2017	10
4147413	1	VANESSA KUME	Secretaria de Saúde	02/10/2017	11/10/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

**PORTARIA Nº 3459-2017**

Publicação Nº 1405654

Portaria nº 3459/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, e C/C como Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) VILDOMAR GOULARTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 03/10/2017 a 01/11/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 17/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 03/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

**PORTARIA Nº 3479-2017**

Publicação Nº 1405656

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3479/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
726214	0	EVERALDO MORAIS ALVES JUNIOR	Secretaria de Saúde	04/10/2017	13/10/2017	10
8958	0	LUCIA REGINA WINTER	Secretaria de Saúde	04/10/2017	13/10/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

**PORTARIA Nº 3501-2017**

Publicação Nº 1405657

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3501/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4299183	1	PATRICIA JENIFER ANTONIO DIAS	Secretaria de Saúde	05/10/2017	15/10/2017	11

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

# Caçador

## PREFEITURA

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO 20/2017 – INEXIGIBILIDADE – 02-2017- FMAS**

Publicação Nº 1405201

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO 20/2017 – INEXIGIBILIDADE – 02-2017- FMAS**

O Fundo Municipl de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2017, Objeto – AQUISIÇÃO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS DESTINADAS AS FAMÍLIAS E SUJEITOS SOCIAIS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL ATENDIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAÇADOR – Contratado: PLANALTO TRANSPORTES LTDA, CNPJ: 95.592.077/0001-04, O valor total do contrato será de R\$ 27.003,90 (vinte e sete mil, três reais e noventa centavos). O prazo de vigência 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, nos termos do artigo 24, XIII, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador, 18 de agosto de 2017.  
SANDRA SPAUTZ GRANEMANN  
Secretária de Assistência Social

### **AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 136-2017 PREGÃO PRESENCIAL 82-2017 PREFEITURA**

Publicação Nº 1405545

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E/OU MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO 136/2017 – Pregão Presencial – 822017- PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2017  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CERDAS DE NYLON E CERDAS DE AÇO A SEREM UTILIZADAS PELAS MÁQUINAS BOB CAT DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
ENTREGA DOS ENVELOPES: 06/11/2017 às 14h00min.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 06/11/2017 às 14h10min.  
Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor e o Edital completo no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações - editais.

Caçador, 18 de outubro de 2017.  
SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 7.274**

Publicação Nº 1405382

DECRETO Nº 7.274, de 06 de outubro de 2017.  
Substitui membro nomeado para compor o Conselho Municipal do Idoso - CMI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro da entidade abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 7.211, de 14 de agosto de 2017, para compor o Conselho Municipal do Idoso - CMI, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

4. Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Titular: ... ..

Suplente: Andrea Tozzo Marafon

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

### **DECRETO Nº 7.275**

Publicação Nº 1405668

DECRETO Nº 7.275, de 09 de outubro de 2017.  
Designa servidores para exercerem fiscalização de Atas de registros de preços.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para exercerem a fiscalização das Atas de Registros de Preços, conforme segue:

I – Mardionice Helena Paris: Processo Licitatório 96/2017, Pregão Presencial 51/2017, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de medicamentos veterinários destinados ao Departamento de Bem Estar animal;

II – Aldo Marghotti: Processo Licitatório 118/2017, Pregão Presencial 69/2017, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra para execução de manutenção e reformas da CEMEI Santa Clara e EMEB Rodolfo Nickel;

III – Sandro Dallazem:

a) Processo Licitatório 119/2017, Pregão Presencial 70/2017, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de materiais e serviços técnicos de informática, destinados as diversas Secretarias Municipais, Fundos e Fundações;



b) Processo Licitatório 120/2017, Pregão Presencial 71/2017, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de toner e recarga de toner para diversas Secretarias Municipais, Fundos, Fundações e Autarquias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

## **ERRATA PR 76-2017 PROCESSO LICITATÓRIO 127-2017-DOMINGO NO PARQUE**

Publicação Nº 1405550

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CAÇADOR  
VISO DE ALTERAÇÃO  
EDITAL: PR 76/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DOS SHOWS, DO PROJETO DOMINGO NO PARQUE (SHOWS COM ARTISTAS LOCAIS, COM UMA LINGUAGEM MUSICAL DIVERSIFICADA).

Considere-se:

A alteração da data de realização do referido pregão e numeração do pregão presencial;

Onde Lê-se:

AVISO DE LICITAÇÃO PR 76/2017 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 24/10/2017 às 09:00 Horas, no endereço Avenida Santa Catarina, nº195, centro, Caçador/SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas e documentações, conforme especificado no Edital de Licitação na modalidade Pregão PR 76/2017. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado ou no site da Prefeitura: [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) em licitações municipais.

Leia-se:

AVISO DE LICITAÇÃO PR 01/2017 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 31/10/2017 às 09:00 Horas, no endereço Avenida Santa Catarina, nº195, centro, Caçador/SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas e documentações, conforme especificado no Edital de Licitação na modalidade Pregão PR 01/2017. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado ou no site da Prefeitura: [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) em licitações municipais

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: [licitacao.pref@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao.pref@cacador.sc.gov.br), telefone: (049) 3666.2431 ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 18 de Outubro de 2017.

SAULO SPEROTTO  
PREFEITO

## **PORTARIA Nº 28.376**

Publicação Nº 1405076

PORTARIA Nº 28.376, de 31 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR A CARGA HORÁRIA das Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, especificando matrícula, nome, cargo, carga horária alterada, local de atuação, motivo e início da alteração, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	De	Para	Local de Atuação e motivo da alteração	A contar de
14966	Luana Cristina Ramos	Professor de Ensino Fundamental II	20hs	30hs	EMEB Ulysses Guimarães, VV. Daniel Portela Nunes, Licença tratamento de saúde	28/08/2017 a 02/09/2017
14809	Thabita Fernandes Linhares	Professor de Ensino Fundamental I	20hs	40hs	EMEB Ir. Venâncio José, V.V. Andréia Anciutti, Licença tratamento de saúde	16/08/2017 a 28/08/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## **PORTARIA Nº 28.387**

Publicação Nº 1405077

PORTARIA Nº 28.387, de 31 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 13, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

LOTAR nos termos da Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, especificando matrículas, nomes, cargos, carga horária e escolas de lotação, com efeitos a contar de 01 de agosto de 2017, na forma que segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Escola de Lotação
14996	Aline Aparecida Fraga Caldato	Professor de Educação Infantil	40h00	CMEI Elmar Pereira Rosa
17460	Angela Maria Delazzari	Professor de Educação Infantil	40h00	CMEI Elmar Pereira Rosa
17461	Beatriz Alves de Oliveira	Professor de Educação Infantil	40h00	CMEI Elmar Pereira Rosa
17463	Carmelucia Maria Singer Tonet	Professor de Educação Infantil	40h00	CMEI Elmar Pereira Rosa
17470	Gisele de Almeida	Professor de Educação Infantil	40h00	CMEI Elmar Pereira Rosa
17475	Lira Cristina Szancoski de Souza	Professor de Educação Infantil	40h00	CMEI Elmar Pereira Rosa
17476	Luiza Aparecida Zago Meira	Auxiliar de Creche e Berçário	40h00	CMEI Elmar Pereira Rosa
17477	Marceli Aparecida Rodrigues	Professor de Educação Infantil	40h00	CMEI Pierina Adami
17478	Margara Cassol de Almeida Aimi	Professor de Educação Infantil	40h00	CMEI Elmar Pereira Rosa
17484	Rita Terezinha Galvan Morgenstern	Professor de Educação Infantil	40h00	CMEI Elmar Pereira Rosa
17488	Silvana Maria Pereira Machado	Professor de Educação Infantil	40h00	CMEI Elmar Pereira Rosa

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 28.390

Publicação Nº 1405078

PORTARIA Nº 28.390, de 1º de setembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31 da Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. REMOVER DE OFÍCIO as Servidoras abaixo relacionadas, especificando código, nome, cargo, carga horária, local de origem e de destino, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	CH	Local de Origem	Local de Destino
14177	Adrielli Lara de Amorin	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Pierina Adami
14181	Ana Cláudia Viero	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	CMEI Elmar Pereira Rosa
14183	Andreia Teles Tesser	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	CMEI Elmar Pereira Rosa
17458	Angela dos Santos	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Elmar Pereira Rosa
17459	Arielli Pacztuch	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	CMEI Elmar Pereira Rosa
17462	Bruna Rosa Boico	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Elmar Pereira Rosa
11914	Diva Neide Pacheco Rodrigues	Auxiliar de Creche e Berçário	40h	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	CMEI Elmar Pereira Rosa
17466	Edia Aparecida Pacztuch	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Pierina Adami
14176	Eladir Maria Maciel	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Elmar Pereira Rosa
17467	Eliane Salete Peretti	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Pierina Adami
17469	Francieli Ribeiro Pires Pereti	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Elmar Pereira Rosa
17472	Iolanda Aparecida de Moraes	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Elmar Pereira Rosa
14184	Jaqueline dos Santos Gonçalves Soares	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	CMEI Elmar Pereira Rosa
14180	Jucélia Aparecida Ferreira de Lima Palmeira	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Elmar Pereira Rosa
14174	Juliana Gonçalves	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Elmar Pereira Rosa
17473	Kautterine Broch	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Sonho Encantado
14178	Lindomar Linhares de Camargo	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Sonho Encantado
14182	Maila Debora Insberger	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	CMEI Elmar Pereira Rosa
17479	Maria Rosangela Chagas Faro	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Sonho Encantado
11913	Monalize Seidel	Auxiliar de Creche e Berçário	40h	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	CMEI Elmar Pereira Rosa
17485	Rosangela Fátima de Paula	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	CMEI Sonho Encantado
17487	Silmara Castilho	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI João Maria Fernandes	CMEI Sonho Encantado
11915	Tânia Elize Klabunde	Auxiliar de Creche e Berçário	40h	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	CMEI Elmar Pereira Rosa
17492	Zeli Pereira	Professora de Educação Infantil	40h	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	CMEI Elmar Pereira Rosa

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de setembro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 28.439**

Publicação Nº 1405079

PORTARIA Nº 28.439, de 27 de setembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nas Leis Complementares nº 56, de 20/12/2004; nº 163, de 24/02/2010 e nº 222, de 17/08/2011, e ainda no art. 60, inciso I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores lotados nas diversas Secretarias Municipais licença para tratamento de saúde conforme atestados médicos apresentados no período de 1º a 27 de setembro de 2017, especificando código, nome dos servidores, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – Data início
14849	Adriana Lucia Klaus	Professora da Educação Infantil	07 dias	25/09/2017 a 01/10/2017
14986	Adriana Oliveira de Souza	Professora da Educação Infantil	04 dias	05/09/2017; 13/09/2017 a 15/09/2017
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnico em Enfermagem	09 dias	04/09/2017 a 08/09/2017; 11/09/2017 a 13/09/2017; 25/09/2017
10826	Aline de Matos Roessler	Secretário Escolar Nível Médio	365 dias	04/09/2017 a 03/09/2018
5063	André Augusto Carneiro	Operador Usina de Asfalto	10 dias	25/09/2017 a 04/10/2017
1072	Andreia Marcia Reatto Stefanés	Auxiliar de Enfermagem	30 dias	08/09/2017 a 22/09/2017; 23/09/2017 a 07/10/2017
1771	Aurelio Luiz Arrabar	Odontólogo	05 dias	01/09/2017 a 05/09/2017
17462	Bruna Rosa Boico	Professora da Educação Infantil	07 dias	12/09/2017 a 18/09/2017
14602	Camila Reinaldo Rodrigues Fernandes	Auxiliar em Saúde Bucal – ESF	04 dias	14/09/2017 a 15/09/2017; 18/09/2017 a 19/09/2017
88	Catarina Schikorski Barteal	Servente Educação	45 dias	07/09/2017 a 21/10/2017
14179	Clenir Aparecida Nurilles Rosario	Professora da Educação Infantil	15 dias	27/09/2017 a 11/10/2017
17448	Daniel Portella Nunes	Professor do Ensino Fundamental II	85 dias	03/09/2017 a 26/11/2017
14959	Daniela Cassamali	Professora da Educação Infantil	15 dias	18/09/2017 a 02/10/2017
8636	Daniele Jociane Fortunato	Professora da Educação Infantil	15 dias	13/09/2017 a 27/09/2017
8481	Dineya Padilha Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	29 dias	15/09/2017 a 13/10/2017
14176	Eladir Maria Maciel	Professora da Educação Infantil	07 dias	14/09/2017 a 20/09/2017
10779	Evandro Carlos Fritsch	Procurador Municipal	16 dias	11/09/2017; 18/09/2017 a 02/10/2017
3969	Gilvana Rodrigues Ribeiro	Merendeira Escolar	12 dias	01/09/2017; 15/09/2017; 18/09/2017 a 27/09/2017
3378	Iliane Silvia Pagotto Santos	Servente Educação	07 dias	19/09/2017 a 25/09/2017
13970	Ivone Geraldina Almeida Amaral	Agente Comunitário de Saúde	15 dias	05/09/2017 a 19/09/2017
14085	Jenifer de Lima da Silva	Agente Comunitário de Saúde	05 dias	11/09/2017 a 15/09/2017
1302	José Osni Guaripuna	Auxiliar de Biblioteca Niv. F.	15 dias	19/09/2017 a 03/10/2017
10291	Jucelaine Tosatti	Professor da Educação Infantil	33 dias	04/09/2017 a 06/09/2017; 25/09/2017 a 24/10/2017
14209	Juceliane Melek	Especialista em Assuntos Educacionais	08 dias	22/09/2017; 27/09/2017 a 03/10/2017
8429	Juliana Cordeiro	Servente Educação	170 dias	04/09/2017 a 20/02/2018
13979	Kassia de Lima	Agente Comunitário de Saúde	05 dias	08/09/2017; 12/09/2017 a 13/09/2017; 26/09/2017 a 27/09/2017
10533	Laisa Tatiane Martins	Professor da Educação Infantil	15 dias	27/09/2017 a 11/10/2017
14967	Lana Ribeiro da Silva	Auxiliar de Biblioteca Niv. Sup.	04 dias	22/09/2017; 25/09/2017 a 27/09/2017
488	Leni da Silva Machado	Servente Educação	05 dias	02/09/2017 a 06/09/2017
9255	Lilian Aparecida de Oliveira do Prado	Guarda Municipal	15 dias	04/09/2017 a 18/09/2017
15035	Lucelia Marili França Zapf	Professor do Ensino Fundamental II	07 dias	25/09/2017 a 01/10/2017
8339	Luciara Garcez Coelho	Guarda Municipal	14 dias	12/09/2017 a 25/09/2017
10482	Luiz Carlos Teixeira	Auxiliar Serviços Agrícolas e Flor.	15 dias	27/09/2017 a 11/10/2017
14742	Manoel de Padua Paiva Moraes	Professor do Ensino Fundamental I	10 dias	26/09/2017 a 05/10/2017
3273	Maria Estela Cavichioli	Auxiliar de Enfermagem	15 dias	18/09/2017 a 02/10/2017
14187	Mariceli Adriane Krokosz	Professor do Ensino Fundamental II	15 dias	13/09/2017 a 27/09/2017
11948	Marines Motta Proencio	Agente Comunitário de Saúde	04 dias	04/09/2017; 27/09/2017 a 29/09/2017
4999	Marisa Aparecida Goes	Auxiliar de Serviços Gerais	04 dias	04/09/2017; 11/09/2017; 13/09/2017 a 14/09/2017

14186	Marta Aparecida Goes	Professor do Ensino Fundamental II	45 dias	03/09/2017 a 23/09/2017; 24/09/2017 a 17/10/2017
14034	Mayara Neris da Rocha Banderlof	Agente Comunitário de Saúde	08 dias	18/09/2017 a 25/09/2017
17446	Michelle Kate Ramthun Bonette	Professor do Ensino Fundamental II	04 dias	15/09/2017; 27/09/2017 a 29/09/2017
14203	Milene Santos Coelho de Souza	Especialista em Assuntos Educacionais	16 dias	18/09/2017; 25/09/2017 a 09/10/2017
8512	Neiva Teresinha Boscari Maffessoni	Professor da Educação Infantil	17 dias	01/09/2017; 15/09/2017; 18/09/2017 a 02/10/2017
3270	Roselaine de Almeida Perico	Procurador Municipal	07 dias	01/09/2017; 04/09/2017 a 08/09/2017; 20/09/2017
8428	Rosali Bora	Servente Educação	15 dias	18/09/2017 a 02/10/2017
7827	Sandra Aparecida Sicka Rodrigues	Técnico em Contabilidade	91 dias	12/09/2017 a 11/12/2017
11686	Sandra Tomazini Scolari Moraes	Assistente Administrativo	15 dias	20/09/2017 a 04/10/2017
1019	Sirlei Carlin da Silva	Merendeira Escolar	87 dias	03/09/2017 a 17/09/2017; 18/09/2017 a 28/11/2017
15042	Taise Aparecida Picoletto	Auxiliar de Biblioteca Nív. F.	04 dias	13/09/2017 a 15/09/2017; 21/09/2017
656	Vanusa Zart	Professor do Ensino Fundamental I	17 dias	18/09/2017 a 19/09/2017; 20/09/2017 a 04/10/2017
14154	Vera Regina Kreling	Professor do Ensino Fundamental II	18 dias	13/09/2017 a 15/09/2017; 16/09/2017 a 30/09/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de setembro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 28.456

Publicação Nº 1405081

PORTARIA Nº 28.456, de 27 de setembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166 da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora MONALIZE SEIDEL ROSSETTO, matrícula 11913, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Creche e Berçário e lotada na Secretaria Municipal da Educação, auxílio-natalidade no valor de um vencimento mínimo municipal em razão do nascimento de sua filha Mariana Seidel Rossetto, ocorrido no dia 18 de setembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de setembro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 28.457

Publicação Nº 1405086

PORTARIA Nº 28.457, de 27 de setembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

### RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário das Servidoras abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, local de lotação, carga horária e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Lotação	C.H.	Data rescisão
--------	------	-------	------------------	------	---------------

15175	Jordana Paim da Silva Moraes	Professor Ensino Fundamental I	EMEB Tabajara	10hs	22/09/2017
15036	Maria Bernadete Polawski	Merendeira	EMEB Esperança	44hs	15/09/2017
14915	Meri Teresinha Alves de Oliveira	Merendeira	EMEB Rodolfo Nickel	44hs	22/09/2017
15151	Roseli Pontes	Merendeira	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	44hs	26/09/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de setembro de 2017.  
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 28.458

Publicação Nº 1405087

PORTARIA Nº 28.458, de 27 de setembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, incisos III, b, e IV e art. 271, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER às Servidoras a seguir relacionadas, lotadas nas diversas Secretarias Municipais, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
15168	Daiane Ferreira dos Santos	Técnico em Enfermagem	08	05/09/2017
15159	Mariele Zago	Professor Ensino Fundamental II	08	13/09/2017
15098	Thaebey Pavelski Anacleto	Psicólogo 20hs	05	21/09/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de setembro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 28.459

Publicação Nº 1405088

PORTARIA Nº 28.459, de 27 de setembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio ao Servidor a seguir relacionado, especificando código, nome, cargo, local de lotação, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Lotação	Período de aquisição	Período de gozo
17762	Gustavo Kuscher Furlin	Fiscal Ambiental	Secretaria da Agricultura	09/05/2011 a 09/05/2016	18/09/2017 a 17/10/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de setembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.460**

Publicação Nº 1405091

PORTARIA Nº 28.460, de 27 de setembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, nas Leis Complementares nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências, e nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. ALTERAR a Portaria nº 28.244, de 24 de julho de 2017, que designou Servidores Públicos Municipais para exercerem Funções Gratificadas, no que se refere à data de início da percepção e ao percentual da Função Gratificada para o Servidor RAFAEL GARCIA GUILARDI, matrícula 14090, ocupante do cargo efetivo de Contador, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, cujo percentual da FG passa a ser de 30% (trinta por cento), com efeitos a contar do dia 01 de julho de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de setembro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.461**

Publicação Nº 1405093

PORTARIA Nº 28.461, de 27 de setembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 31 da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º. COLOCAR À DISPOSIÇÃO das diversas Secretarias e Órgão Municipais, as Servidoras a seguir relacionadas, especificando código, nome, cargo, local de lotação anterior, local da disposição e data de início da disposição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de lotação anterior	Local da disposição	Data da disposição
10799	Divanilda de Fatima Maciel Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Administração	Guarda Municipal	28/08/2017
9492	Edineia Aparecida Gallo	Auxiliar de Serviços Gerais	Guarda Municipal	FMEC	28/08/2017
624	Mardionice Helena Paris	Auxiliar de Secretário	Secretaria Agricultura	Secretaria da Administração	20/09/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de setembro de 2017.  
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.462**

Publicação Nº 1405095

PORTARIA Nº 28.462, de 27 de setembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, em razão de faltas injustificadas no período de 13 de agosto a 12 de setembro de 2017, especificando, código, nome do servidor, local de lotação e quantidade de faltas:

Código	Servidor (a)	Escola	Faltas/Horas	
14841	Analú Santin	EMEB Walsin Nunes Garcia	04hs	

10520	Eliziane Aparecida Batochio Pegoraro	EMEB Pierina Santin Perret	12hs
1800	Glauir das Graças Fernandes Ribas	EMEB Henrique Julio Berger	04hs
14890	Joel Caetano	EMEB Morada do Sol	03hs45min
15011		EMEM Henrique Julio Berger	
4259	Jucelaine Terezinha Pereira Catani da Silva	CMEI Santa Clara	04hs
14392	Jussara Fonseca	EMEB Tabajara	04hs
687	Jussara Fonseca	EMEB Henrique Julio Berger	04hs
14971	Maiara Aparecida Machado	EMEB Henrique Julio Berger EMEB Hilda Granemann de Sousa	04hs30min
1066	Marcos Adelmo dos Reis	EMEB Morada do Sol	03hs
14896	Mauro Rodrigues	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01hs30min
14921	Naiara Fernanda Martins	EMEB Morada do Sol	08h48min

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de setembro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 28.465

Publicação Nº 1405096

PORTARIA Nº 28.465, de 29 de setembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o artigo art. 114 e art. 29, §6º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, unidade escolar de lotação e período da licença:

Código	Nome	Cargo	Escola de lotação	Período
14193	Jucelia Aparecida Siqueira de Oliveira	Professor de Ensino Fundamental II	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	29/09/2017 a 27/03/2018

Art. 2º. SUSPENDER o estágio probatório da Servidora Jucelia Aparecida Siqueira de Oliveira, nomeada pela Portaria nº 26.524, de 17 de fevereiro de 2016, nos termos do art. 29, §6º da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de setembro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 28.467

Publicação Nº 1405099

PORTARIA Nº 28.467, de 29 de setembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 28.412, de 19 de setembro de 2017, que concede férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional a diversos Servidores Públicos Municipais, EXCLUINDO o nome da Servidora ELIETE BRAZ DA SILVA, matrícula 106, ACRESCENTANDO o nome da Servidora ROSELY APARECIDA GRIBINSKI, Matrícula 5066, mantendo-se o período de aquisição das férias de 01/12/2013 a 30/11/2014 e período de fruição de 01 de setembro de 2017 a 30 de setembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de setembro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.471**

Publicação Nº 1405104

PORTARIA Nº 28.471, de 29 de setembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nas Leis Complementares nº 56, de 20/12/2004; nº 163, de 24/02/2010 e nº 222, de 17/08/2011, e ainda no art. 60, inciso I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores lotados nas diversas Secretarias Municipais licença para tratamento de saúde conforme atestados médicos apresentados no período de 1º a 29 de setembro de 2017, especificando código, nome dos servidores, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – Data início
11207	Any Luiz Rodrigues de Lima	Auxiliar em Saúde Bucal	16 dias	19/09/2017; 29/09/2017 a 13/10/2017
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitário de Saúde	05 dias	05/09/2017; 08/09/2017; 11/09/2017; 26/09/2017; 28/09/2017
10448	Edite da Silva Bigas	Merendeira Escolar	04 dias	13/09/2017; 22/09/2017; 26/09/2017; 28/09/2017
10989	Eliane Alves Pereira	Merendeira Escolar	16 dias	25/09/2017; 28/09/2017 a 12/10/2017
2006	Jane Fogaça Vieira	Professor do Ensino Fundamental I	04 dias	29/09/2017 a 02/10/2017
5687	Jane Fogaça Vieira	Professor do Ensino Fundamental I	04 dias	29/09/2017 a 02/10/2017
3615	Maria Aparecida Souza Borba	Servente Educação	15 dias	29/09/2017 a 13/10/2017
10161	Rosali Aparecida Cordeiro Dias	Servente Educação	16 dias	20/09/2017; 29/09/2017 a 13/10/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de setembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.481**

Publicação Nº 1405105

PORTARIA Nº 28.481, de 02 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONTRATAR, por tempo indeterminado, a cidadã abaixo relacionada, para atuar na Secretaria Municipal da Saúde, especificando nome, cargo, referência, carga horária e data de início da contratação até a realização de concurso público ESF, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C. H.	A contar de:
Rosângela Macedo Costa	Médico – ESF	MED-1	40h	02/10/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.482**

Publicação Nº 1405106

PORTARIA Nº 28.482, de 02 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nas Leis Complementares nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências, e nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. DESIGNAR os Servidores Públicos abaixo relacionados para exercerem Funções Gratificadas - constantes nos Anexos II e III da Lei Complementar 284, de 19/12/2014 – por desempenharem atividades de maior responsabilidade além das previstas nos seus cargos efetivos, especificando: código, nome do Servidor, cargo efetivo, porcentagem da função gratificada e local da designação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo efetivo	FG %	Local da designação
10511	Marisa Cristina Morona	Assistente Administrativa	30%	Secretaria da Fazenda



14669	Sergio Inhaia	Contador	30%	Secretaria da Fazenda
-------	---------------	----------	-----	-----------------------

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de outubro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## **PORTARIA Nº 28.483**

Publicação Nº 1405107

PORTARIA Nº 28.483, de 02 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o Servidor Público Municipal ALMIR PAULO DIAS, do cargo de Diretor de Serviços Administrativos em Planejamento, pertencente ao Grupo Ocupacional Comissão, referência CC-3, vinculado à Secretaria Municipal do Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico, nomeado pela Portaria nº 27.630, de 20 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de outubro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## **PORTARIA Nº 28.484**

Publicação Nº 1405109

PORTARIA Nº 28.484, de 02 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública,

RESOLVE:

NOMEAR EDSON LUIZ FEZER, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico, Referência CC-1, do Grupo de Cargos em Comissão do Poder Executivo Municipal, com a carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a contar de 02 de outubro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de outubro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## **PORTARIA Nº 28.485**

Publicação Nº 1405110

PORTARIA Nº 28.485, de 02 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública,

RESOLVE:

NOMEAR CLEYTON LOPES DE ALBUQUERQUE, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Secretário, na Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico, Referência CC-4, do Grupo de Cargos em Comissão do Poder Executivo Municipal, com a carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a contar de 02 de outubro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de outubro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.486**

Publicação Nº 1405111

PORTARIA Nº 28.486, de 02 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública,

**RESOLVE:**

NOMEAR GUILHERME ANTONIO BAÚ, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Adjunto para Assuntos de Desenvolvimento Econômico, na Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico, Referência CC-2, do Grupo de Cargos em Comissão do Poder Executivo Municipal, com a carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a contar de 02 de outubro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.487**

Publicação Nº 1405112

PORTARIA Nº 28.487, de 02 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública,

**RESOLVE:**

NOMEAR TATIANE BARZOTTO DOVE, para exercer o Cargo em Comissão de Diretora de Extensão Rural e Inspeção Municipal, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Referência CC-3, do Grupo de Cargos em Comissão do Poder Executivo Municipal, com a carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a contar de 02 de outubro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.488**

Publicação Nº 1405113

PORTARIA Nº 28.488, de 02 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 124 e 128, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio às Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, a seguir relacionadas, especificando código, nome, cargo, local de atuação, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Período de Aquisição	Período de gozo
10319	Adelina Salete Kowalczyk	Professor de Educação Infantil	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01/09/2010 a 01/09/2015	09/10/2017 a 07/11/2017
828	Bernadete Maria Ribeiro dos Santos	Professor do Ensino Fundamental I	EMEB Hilda Granemann de Sousa	02/02/2003 a 02/02/2008	02/10/2017 a 31/10/2017
1250	Janice Aparecida Perboni Schupel	Professor do Ensino Fundamental I	EMEB Tabajara	18/02/1998 a 18/02/2003	16/10/2017 a 14/11/2017
1250	Janice Aparecida Perboni Schupel	Professor do Ensino Fundamental I	EMEB Tabajara	18/02/2003 a 18/02/2008	15/11/2017 a 14/12/2017
4283	Maria Selo Salomoni Gazzí	Professor do Ensino Fundamental I	EMEB Tabajara	02/02/2004 a 02/02/2009	16/10/2017 a 14/11/2017
4283	Maria Selo Salomoni Gazzí	Professor do Ensino Fundamental I	EMEB Tabajara	02/02/2009 a 02/02/2014	15/11/2017 a 14/12/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## **PORTARIA Nº 28.489**

Publicação Nº 1405115

PORTARIA Nº 28.489, de 02 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o artigo art. 114 e da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, no CMEI Sonho Encantado, 180 (cento e oitenta dias) dias de licença maternidade conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo e período da licença:

Código	Nome	Cargo	Período
10078	Andreia Dellai Andrioni	Professor de Educação Infantil	02/10/2017 a 30/03/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## **PORTARIA Nº 28.492**

Publicação Nº 1405117

PORTARIA Nº 28.492, de 03 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR ALMIR PAULO DIAS para ocupar o cargo de Diretor de Serviços em Saúde, pertencente ao grupo ocupacional em Comissão, referência CC-2, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de outubro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## **PORTARIA Nº 28.493**

Publicação Nº 1405121

PORTARIA Nº 28.493, de 06 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR o contrato em caráter temporário do Servidor Público abaixo relacionado, contratados pela Portaria nº 27.963, de 10 de maio de 2017, especificando código, nome, cargo, local de lotação e carga horária semanal, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Lotação	C.H.
9057	Saulo Soares Carlin	Monitor Instrumental	Fundação Municipal de Cultura	40 h

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de outubro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.494**

Publicação Nº 1405122

PORTARIA Nº 28.494, de 06 de outubro de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

**RESOLVE:**

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, que homologou o resultado final do concurso, o cidadão ROBSON ROSA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Agente de Serviços e Obras Especiais, do Grupo Ocupacional – Serviços Gerais do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Infraestrutura, Referência 08, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício a partir de 06 de outubro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.495**

Publicação Nº 1405123

PORTARIA Nº 28.495, de 09 de outubro de 2017.

Dispõe sobre nomeação de cidadão aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, inciso VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, alterada pela Lei Complementar nº 325, de 22/06/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015 que homologou o resultado final, o cidadão SAULO SOARES CARLIN para ocupar o cargo de Motorista, pertencente ao Grupo Ocupacional Operacional, referência 10, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Administração, com data de nomeação, de posse e início do exercício a contar de 09 de outubro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO 129/2017 – TOMADA DE PREÇOS – 10- 2017**

Publicação Nº 1400974

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

RETIFICAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 129/2017 – TOMADA DE PREÇOS – 10- 2017-PREFEITURA

EDITAL: TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EDIFICAÇÃO PARA ABRIGAR O QUINTAL SOCIAL .

ENTREGA DOS ENVELOPES: 07/11/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 07/11/2017 às 14h10min. Maiores informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 16 de outubro de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2015 - ABERTURA DA HABILITAÇÃO**

Publicação Nº 1405662

Processo Licitatório nº 17/2015

Concorrência Pública nº 03/2015

Vistos, etc.

Recebi os autos, encaminhados pela Comissão Especial de Licitação, acompanhados da ata de julgamento dos recursos apresentados, para decisão.

Acolho, como razões de decidir, os fatos e fundamentos elencados pela Comissão Especial de Licitação, nomeada através do Decreto nº 7.058/2017, recebendo o recurso interposto pelo Consórcio Água e Esgoto de Caçador contra BRK Ambiental S/A e Consórcio Caçador Saneamento e NEGANDO-LHE provimento, nos termos da ata de julgamento que passa a ser parte integrante da presente decisão.

Designo, por solicitação da Comissão Especial de Licitação, o dia 23 de outubro de 2017, às 13:30 horas, para sessão pública de abertura dos envelopes de habilitação da licitante melhor classificada, previsto no item nº 99, do Edital de Concorrência Pública nº 03/2015.

Publique-se.

Caçador – SC, 17 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto

Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO-PROCESSO DE LICITAÇÃO 133/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 81-2017-PREFEITURA**

Publicação Nº 1405677

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
RETIFICAÇÃO-PROCESSO DE LICITAÇÃO 133/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 81-2017-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2017

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELETRECIDADE, BOMBAS E BICOS E

ESTOFARIA E TAPEÇARIA, FUNILARIA E PINTURA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES .

ENTREGA DOS ENVELOPES: 30/10/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 30/10/2017 às 14h10min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 18 de outubro de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 06**

Publicação Nº 1405259

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 06/2017

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caçador convida toda a sociedade civil organizada com atuação e sede no Município de Caçador, bem como os demais munícipes, a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO, que se realizará no dia 09 de novembro de 2017, às 19h30min, no Plenário Osvaldo José Gomez, sito à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade discutir o Projeto de Lei nº 026/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2018 a 2021.

Caçador, em 18 de outubro de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz,  
Presidente da CMC.

Sirley Ceccatto,  
Presidente da CFOCM.

**PORTARIA 070 - 2017 - CONCEDE FÉRIAS A JOSE ARI LINS**

Publicação Nº 1405648

PORTARIA nº 070 de 16 de outubro de 2017.

Concede 10 dias de férias ao servidor José Ari Lins.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 30/11/2015 a 29/11/2016, a serem gozadas no período de 23/10/2017 a 01/11/2017 ao servidor JOSÉ ARI LINS, ocupante do cargo de Analista Legislativo, do quadro permanente da Câmara Municipal, com pagamento em até 2 (dois) dias antes do início do período de gozo.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 16 de outubro de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz

PRESIDENTE

**PORTARIA 071 - 2017 - CONCEDE FÉRIAS A ILVAITA BARON**

Publicação Nº 1405652

PORTARIA nº 071 de 17 de outubro de 2017.

Concede 40 dias de férias à servidora Ilvaita Maria Faoro Baron.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 40 dias de férias à servidora ILVAITA MARIA FAORO BARON, ocupante do cargo de Contadora, do quadro permanente da Câmara Municipal, sendo 10 (dez) dias relativos ao período aquisitivo de 22/08/2014 a 21/08/2015 e 30 (trinta) dias relativos ao período aquisitivo de 22/08/2015 a 21/08/2016, a serem gozadas 20 (vinte) dias de 30/10/2017 a 18/11/2017 e 20 (vinte) dias de 26/12/2017 a 14/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 17 de outubro de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz

PRESIDENTE

**PORTARIA 072 - 2017 - CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSO - STEFANI BACK**

Publicação Nº 1405655

PORTARIA nº 072 de 17 de outubro de 2017.

Concede progressão funcional à servidora Stéfani Cividini Back.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento no art. 28 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional por participação em cursos de formação e/ou capacitação, à servidora STEFANI CIVIDINI BACK, ocupante do cargo de Tesoureira, Nível CPES 1050 do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, empossada em 03/10/2011, conforme anexos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, com ascensão da Classe/Referência II-B para II-D, na tabela de vencimentos

constante do Anexo I-A, a partir de novembro de 2017.  
Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 17 de outubro de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz

PRESIDENTE

# Caibi

## PREFEITURA

### PORTARIA 330/17

Publicação Nº 1404948

PORTARIA Nº 330/17

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE , a Servidora FERNANDA SOPRAN , ocupante do cargo de AUXILIAR DE CLASSE , com lotação junto ao Departamento de Educação , com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 180 ( cento e oitenta ) dias consecutivos , com início dia 17/10/2017 à 14/04/2018, como lhe assegura a lei.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 17 de outubro de 2017 .

Eloi José Líbano  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida  
Diretor de Administração

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2017 - PMC

Publicação Nº 1404852

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 099/2017 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 117/2017 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA E COLOCAÇÃO DE MEIO-FIO NAS VIAS MUNICIPAIS NÃO PAVIMENTADAS, CONFORME A NECESSIDADE E REIVINDICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DE ACORDO COM OS PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO PRÉ-ESTABELECIDOS PELA SECRETARIA DE OBRAS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 18/10/2017  
1ª Publicação.

### DECRETO N.º 3.282/2017

Publicação Nº 1405578

#### DECRETO N.º 3.282/2017

Dispõe sobre o atendimento das crianças que frequentam os Centros de Educação Infantil – CEI's da Rede Pública Municipal durante o período de recesso escolar 2017/2018 e dá outras providências. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a necessidade de ofertar o atendimento nos Centros de Educação Infantil, no período de recesso, às crianças cujos pais dependem deste serviço;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de conceder férias anuais aos profissionais que atuam na Educação Infantil;

CONSIDERANDO a importância da administração municipal organizar suas atividades, respeitando o que estabelece o parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB nº 8/2011;

CONSIDERANDO o que preconiza as diretrizes curriculares nacionais para Educação Infantil - DCNEI/2010, bem como a Lei federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), artigos 227 e 229 da constituição federal de 1988 e artigo 19 de Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA);

DECRETA:

Art. 1º Fica organizado em sistema de polos, durante o período de recesso escolar, para o atendimento das crianças que frequentam regularmente os Centros de Educação Infantil – CEI's da Rede Pública Municipal.

Art. 2º As vagas para atendimento em sistema de polos se destinam às crianças da faixa etária entre 0 (zero) e 03 (três) anos de idade, que estejam com frequência regular nos CEI'S, compreendendo as turmas Berçário I, Berçário II, Maternal I, cujos pais/

responsáveis manifestem o interesse no atendimento no período de recesso escolar, mediante ficha de inscrição.

§ 1º Na faixa etária de até 03 (três) anos de idade estão compreendidas as crianças que ainda não completaram 04 (quatro) anos de idade até o dia 31 de março de 2018.

§ 2º Somente serão aceitas as inscrições para o polo de crianças cujos pais/responsáveis demonstrem, comprovadamente, a necessidade do serviço no período de recesso escolar previsto neste Decreto.

Art. 3º O atendimento às crianças no sistema de polos dar-se-á no período compreendido entre 26 de dezembro de 2017 a 02 de fevereiro de 2018, período este que consiste no recesso escolar.

§ 1º O atendimento de que trata o caput desde artigo será suspenso no dia 1º de janeiro de 2018, em razão do feriado nacional (Confraternização Universal).

§ 2º Durante o período de recesso serão desenvolvidas apenas atividades lúdicas e de recreação com as crianças.

Art. 4º Para atender à demanda reduzida no período de recesso, os Centros de Educação Infantil serão organizados em 02 (dois) polos, na forma que segue:

I - Centro de Educação Infantil Odete Ramos Poltronieri (Centro) e;  
II - Centro de Educação Infantil CAIC (Monte Alegre).

Art. 5º Com vistas a atender ao disposto neste Decreto, serão disponibilizadas 400 (quatrocentas) vagas, sendo distribuídas 200 (duzentas) vagas em cada polo.

Art. 6º As inscrições serão realizadas pelos pais/responsáveis, exclusivamente na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua José Francisco Bernardes, n.º 429, Centro, Camboriú/SC, no período de 23 de outubro à 1º de novembro de 2017, das 14h (catorze horas) às 19h (dezenove horas).

§ 1º No ato da inscrição deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - atestado de frequência do Centro de Educação Infantil onde a criança está regularmente matriculada;

II - documentos pessoais dos pais/responsáveis pela criança;

III - comprovante de residência atualizado;

IV - comprovante atualizado de trabalho dos pais/responsáveis, podendo ser os seguintes:

a) carteira de trabalho devidamente assinada pelo empregador;

b) contrato de trabalho;

c) declaração do empregador com CNPJ, devidamente reconhecida como autêntica pelo cartório de registro de títulos e documentos.

§ 2º Não serão permitidas inscrições por intermédio de terceiros.

§ 3º No ato da inscrição poderá ser feita opção entre frequência em horário integral ou parcial e, uma vez indicada a opção parcial para o turno matutino ou vespertino, não será aceita alteração.

§ 4º Após realizada a inscrição será entregue aos pais/responsáveis o protocolo contendo nome da criança, CEI de origem, CEI Polo, turma e número de inscrição.

Art. 7º Em nenhuma hipótese será aceita criança que não tenha sido inscrita no tempo hábil e com os documentos necessários, bem como não serão procedidas inscrições fora do período previsto, porém, esta não perderá sua vaga no CEI de origem, podendo voltar a frequentá-lo normalmente, a partir do início do ano letivo de 2018.

Art. 8º A criança inscrita que não comparecer na unidade polo até o dia 29 de dezembro de 2017 perderá o direito à vaga no respectivo polo.

Art. 9º O atendimento nos polos não garantirá a matrícula para o ano letivo de 2018 no CEI - Centro de Educação Infantil que a criança frequentar nos dias do recesso.

Art. 10. Casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal



de Educação/Coordenação de Educação Infantil.  
Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob  
Secretário M. de Administração

### DL 082/2017 - FMS

Publicação Nº 1405326

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 082/2017 – FMS  
Data: 18/10/2017  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PORTAS E FERRAGENS DESTINADAS A REVITALIZAÇÃO DAS SALAS DO CENTRO CIRÚRGICO DO HOSPITAL MUNICIPAL EDWIGES BERNARDES, CONFORME DECRETO MUNICIPAL 3.236/2017  
Valor total: R\$ 9.600,00 ( Nove Mil e Seiscentos Reais).  
Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.  
Contratada: VANESSA MACIEL ALMEIDA 110068982984  
Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 18 de Outubro de 2017.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
PREFEITO MUNICIPAL

### DL 083/17 - FMS

Publicação Nº 1405385

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 083/2017 – FMS  
Data: 18/10/2017  
Objeto: CUMPRIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL PARA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA PARA TRATAMENTO DE DOENÇA DO MENOR R.F.C.A , CONFORME CONSTA NOS AUTOS Nº 0003716-222015.8.24.0113.  
Valor total: R\$ 22.000,00 (Vinte e Dois Mil).  
Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde.  
Contratada: KATIA SCHMIDT CLINICA - ME  
Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 18 de Outubro de 2017.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
PREFEITO MUNICIPAL

### DL 084/17 - FMS

Publicação Nº 1405496

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 084/2017 – FMS  
Data: 18/10/2017  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO USO NAS CIRURGIAS QUE SERÃO REALIZADAS NO HOSPITAL CIRURGICO EDWIGES BERNARDES, CONFORME DECRETO MUNICIPAL 3.236/2017.  
Valor total: R\$ 4.348,25 ( Quatro Mil , Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte e Cinco Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.  
Contratada: GENESIO A. MENDES & CIA LTDA  
Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 18 de Outubro de 2017.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
PREFEITO MUNICIPAL

### PR 107/2017 - PMC

Publicação Nº 1405183

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 107/2017-PMC  
OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE PRÓPRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, CONFORME PROJETO BÁSICO E TERMO DE REFERÊNCIA, SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS QUANDO A ACORRÊNCIA DE ANOMALIAS E/OU DEFEITOS NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COMPREENDENDO LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS, PRAÇAS, JARDINS DO MUNICIPIO DE CAMBORIÚ.  
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.  
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:30 horas do dia 06 (Seis) de Novembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.  
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 18 de Outubro de 2017.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

### TP 010/2017 - PMC

Publicação Nº 1405224

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 010/2017 - PMC  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DO GINÁSIO DE ESPORTE MUNICIPAL. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.  
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.  
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:30 horas do dia 07 (Sete) de Novembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.  
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 18 de Outubro de 2017  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA PREGAO ELETRÔNICO 30/2017 FMS

Publicação Nº 1405334

#### RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 30/2017 FMS)

Às 14h do dia 18/10/2017, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de pneus para os veículos Renault Master do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre - SC. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

### DECRETO Nº 10.825 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1405011

#### DECRETO Nº 10.825 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros.	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 900,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros.	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 900,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 10.826 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1405012

DECRETO Nº 10.826 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde		
300000.00.0119 -	Despesas Correntes		
330000.00.0119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0119 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0119 -	Material de Consumo	R\$ 10.000,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde		
400000.00.0119 -	Despesas de Capital		
440000.00.0119 -	Outras Despesas Correntes		
449000.00.0119 -	Aplicações Diretas		
449052.00.0119 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 10.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 4.683 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1404369

LEI Nº 4.683 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Esta lei institui o Plano Plurianual (PPA) do Município para o Quadriênio de 2018 a 2021, em cumprimento do disposto no §1º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2º O Plano Plurianual é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implantação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental e orientar a definição de prioridades.

Art. 3º O Plano Plurianual tem como diretrizes:

I – valorização do cidadão-usuário como motivo de qualquer ação governamental;

II – participação da sociedade na escolha de prioridades, acompanhamento e avaliação dos resultados;

III – forte ênfase nas ações que envolvem o desenvolvimento humano;

IV – a excelência na gestão.

## CAPITULO II

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 4º O Plano Plurianual reflete as políticas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, classificados em duas espécies, os temáticos e os de Gestão, Manutenção e Serviços, assim definidos:

I – Programa Temático: aquele que expressa à agenda por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens à sociedade; e

II – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 5º Os Programas Temáticos são compostos por indicadores de obrigatório desempenho, objetivos e valores para quatro exercícios.

§ 1º O Indicador é um instrumento que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e sua avaliação, sendo sua perspectiva de evolução demonstrada pelas metas.

§ 2º O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas e tem como atributos.

I – Órgão e Unidade Responsável: é aquele cujas atribuições mais contribuem para a implantação do objetivo;

II – Meta: é uma medida do alcance do objetivo vinculada ao indicador de desempenho.

Art. 6º A cada meta são associados iniciativas de ordem orçamentaria.

§ 1º As iniciativas declaram as entregas de bens e serviços à sociedade, resultados da coordenação de ações orçamentárias (atividades, projetos ou operações especiais).

§ 2º As iniciativas que se caracterizam por projetos serão identificadas por subtítulos (localizador de gasto) utilizados especialmente para especificar a localização física da ação.

Art. 7º As codificações dos programas serão anuais e nos projetos que os modifiquem.

Art. 8º Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:

I – Demonstrativo da previsão da Receita para o Quadriênio 2018-2021; e

II – Demonstrativo dos Programas de Governo para o Quadriênio 2018-2021.

## CAPITULO III

### DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS.

Art. 9º Os Programas constantes do plano plurianual estarão expressos nas leis diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Art. 10 Os valores previstos no Plano Plurianual serão automaticamente Obrigatório atualizados pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais.

Art. 11 O Plano Plurianual somente poderá ser alterado por Lei específica para esta finalidade.

Art. 12 O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas Leis Orçamentárias Anuais e pelas Leis que as modifiquem, fica autorizado a:

I – Incluir, excluir ou alterar;

a) Os indicadores de desempenho;

b) As Metas;

c) O Órgão e a Unidade Responsável; e

d) Os subtítulos (localizadores de gastos) que não sejam originados de emendas impositivas.

## CAPÍTULO IV

### DA AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO PLANO

Art. 13 A Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá anualmente e para cada exercício a forma de avaliação dos resultados dos Programas de Governo, conforme prevê a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.

Art. 14 O Município manterá atualizado o Plano Plurianual e o divulgará no Portal Transparência, nos termos do Art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 15 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício, Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 4.684 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1404371

LEI Nº 4.684 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2018, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da CF/88, e Lei Complementar Federal nº 101/2000, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Campo Alegre/SC., para o exercício de 2018, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2018 extraídas do Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

**CAPÍTULO II****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública, quando aplicáveis, para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos ANEXOS, que são parte integrante da presente lei, o qual conterà:

I - Metodologia e memória de cálculo das metas fiscais das receitas;

II - Demonstrativo da memória de cálculo das metas fiscais de despesa;

III - Demonstrativo das metas físicas e fiscais por ações;

IV - Demonstrativo de origem e destinação dos recursos previstos para 2018;

V - Receitas e despesas por fontes de recursos;

VI - Discriminação das receitas;

VII - Discriminação das despesas;

VIII - Metas para Resultado Primário;

IX - Metas para o Resultado Nominal;

X - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas em audiência pública e/ou por determinação legal demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas nos Anexos do artigo 2º, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**CAPÍTULO III****DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no desmembramento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - Receita Não Financeira, receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos, quando existentes;

IX - Despesa Não Financeira, despesa total do exercício, excluídas as provenientes de juros e amortização da dívida, reserva de contingência, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

X - Execução Física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XI - Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XII - Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento (destinação de recursos) na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por programas e operações especiais instituídos pela Administração Municipal.

v

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Autarquia, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Poder Executivo.

§ 1º O Orçamento Municipal conterà dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e demais normas do Tribunal de Justiça.

§ 2º O Orçamento Municipal somente incluirá dotação para pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas

vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com os anexos da Lei 4.320 e demais normas vigente.

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Receita por Categoria Econômica;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas;

IV - Funções e Subfunções de Governo;

V - Programa de Trabalho do Governo;

VI - Programa de Trabalho do Governo (consolidação);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas;

VIII - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções.

§ 1º O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada programa e operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação.

Art. 8º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do Orçamento Fiscal.

## CAPÍTULO IV

### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

#### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da Receita e a fixação da Despesa, constante do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10 A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 11 Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12 A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em Lei que autorize sua inclusão.

#### SEÇÃO II

##### VDO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 13 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da Administração Municipal.

#### Seção III

#### Do Incentivo à Participação Popular

Art. 14 O Projeto de Lei Orçamentária Anual, relativo ao exercício de 2018, deverá assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - O princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15 Será assegurada aos cidadãos à participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

#### Seção I

#### DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 16 Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101/2000.

§4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

#### Seção

#### Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 17 Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, e dos Fundos Municipais se:

I - houverem sido atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

III - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

#### Seção VI

#### Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 18 Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

#### Seção VII



## Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 19 É possível a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos do Município, para as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho em observância aos dispositivos das Leis Federais nº 13.019/2014

Parágrafo único. As Organizações da Sociedade Civil receptoras de Recursos Públicos Municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

## Seção VIII

### Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20 A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

## Seção IX

### Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 21 Constituem riscos fiscais aqueles capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município.

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017, que serão remanejados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 22 Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001 e demonstrativo de riscos fiscais.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 31 de outubro de 2018, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

## Seção X

### Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23 O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

## CAPÍTULO

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24 A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a Previdência Social.

Art. 25 O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da Receita total do Município, recursos provenientes de Operações de Crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da CF/88.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por Operação de Crédito, as Dotações a nível de Projeto e Atividades financiados por estes recursos.

Art. 26 A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27 No exercício financeiro de 2018, as Despesas com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos Art's. 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 28 Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da CF/88, preservará Servidores Públicos Municipais das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

Art. 29 Se a Despesa de Pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a contratação de hora extra fica restrita às necessidades emergenciais das áreas de Saúde e de Saneamento.

Art. 30 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I - redução de no mínimo 50% das despesas com horas extras;
- II - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- III - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- IV - eliminação de vantagens concedidas a servidores.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 31 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da Dívida Ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto Orçamentário e Financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 32 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de Receita para efeito do disposto no Art. 14, Parágrafo 3º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 33 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento

da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente, Art. 14, Parágrafo 2º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 35 Por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade e seja compatível com a finalidade da ação orçamentária, em especial quando originárias de intervenções do Tribunal de Contas e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 36 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria e outros motivos que justifiquem o pagamento, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art.37 A reabertura dos créditos especiais extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da CF/88, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 38 A abertura de Créditos Suplementares e Especiais dependerá de existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa E previa autorização legislativa, quando for o caso, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64 e da CF/88.

§ 1º - A Lei Orçamentária Anual conterá autorização e disporá sobre o limite para abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º - Acompanharão os Projetos de Leis relativos a créditos adicionais exposição dos motivos circunstanciados que os justifique e que indiquem as consequências, dos cancelamentos de Dotações propostas.

Art. 39 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE CONCORRÊNCIA Nº02/017.

Publicação Nº 1405538

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 131/2017  
CONCORRÊNCIA Nº 02/2017

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 23 de Novembro de 2017 às 14 horas e 30 mint. Concorrência Pública, do tipo Maior Oferta por Item, tendo como objeto a Concessão dos serviços que dispõe GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS, E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO BEM COMO O SERVIÇO DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO A LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, NOS TERMOS DO CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO LEI 9.503/97, LEI 8.987/95 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 04/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 8h às 11 h e das 13h às 17h diariamente.

Campos Novos, 19 de Outubro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 25/2017 - SOCIAL

Publicação Nº 1404921

#### AVISO DE LICITAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 31 de Agosto de 2017 às 14h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE UNIFORMES SOB MEDIDA PARA SERVIDORES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h e das 13h15min às 17h, diariamente.

Campos Novos, 18 de outubro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal.

# Canelinha

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº015/SEMAIS/17

Publicação Nº 1405018

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS - Serviço Municipal de Água, Infraestrutura e Saneamento de Canelinha SC.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 015/SEMAIS/2017

RETIFICADO

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de produtos químicos e utensílios utilizado para análise de água tratada distribuída aos munícipes, para a utilização na Estação de Tratamento de Água (ETA) e nos pontos de coletas estrategicamente distribuídos na cidade do Município de Canelinha -SC de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 31 de outubro de 2017, às 08h00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 18 de outubro de 2017. EDUARDO FURTADO – Diretor Administrativo.



# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 19/2017**

Publicação Nº 1405301

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 159/2017, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 19/2017, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA ATUAÇÃO NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, NO ENSINO REGULAR DA REDE MUNICIPAL PARA OS ANOS LETIVOS 2018 E 2019.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de outubro do ano de 2017, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sra. Karina de C. Kohler Wendt e Sra. Daniela Cristina da Silva, nomeados pela Portaria nº 959/2017, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação da empresa OBJETIVA CONCURSOS LTDA, sem representante presente. Primeiramente foi verificado o protocolo a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação da empresa participante, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação. O CNPJ da empresa participante foi consultado no Portal da Transparência, onde foi constatado que a empresa participante não consta como inidônea no referido Portal. A empresa OBJETIVA CONCURSOS LTDA apresentou documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, por este motivo, participa com o benefício garantido pela Lei Complementar 123/2006. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou a empresa OBJETIVA CONCURSOS LTDA, HABILITADA no certame. A Comissão de Licitação decidiu proceder à abertura da proposta da empresa habilitada no certame, qual seja, a empresa OBJETIVA CONCURSOS LTDA. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade da proposta, a qual estava devidamente lacrada. Aberto o envelope de proposta da empresa HABILITADA, o valor para execução da totalidade do serviço previsto no edital ficou assim distribuído: em 1º lugar a empresa OBJETIVA CONCURSOS LTDA, com o valor GLOBAL de R\$ 25.980,00. A comissão DECLAROU vencedora a empresa OBJETIVA CONCURSOS LTDA do certame, com o valor GLOBAL de R\$ 25.980,00. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da proposta. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação.

Adilson Fernando Ribeiro Karina de C. Kohler Wendt Daniela Cristina da Silva  
Presidente Secretário Membro

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº FMAS 02/2017**

Publicação Nº 1404899

TOMADA DE PREÇO Nº 2/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/17  
HOMOLOGAÇÃO: 18/10/17  
CONTRATADO: FELIPE ONISTO

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS  
OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OFICINAS VOLTADAS A SENSIBILIZAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO, DESTINADAS AO PÚBLICO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO, CONFORME DESCRIÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL

VALOR DA DESPESA: R\$ 48.900,00 (quarenta e oito mil e novecentos reais)

DATA: 18/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMAS 03/2017 (ELETRÔNICO)**

Publicação Nº 1405503

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17  
HOMOLOGAÇÃO: 18/10/17  
CONTRATADO: SMARTPOINT LTDA.

CONTRATANTE: FUNDOMUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO, RELÓGIO Ponto, ARMÁRIOS, CADEIRA, MESAS E OUTROS UTENSÍLIOS PARA UTILIZAÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS CONFORME ANEXO I.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.279,00 (três mil, duzentos e setenta e nove reais)

DATA: 18/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17  
HOMOLOGAÇÃO: 18/10/17

CONTRATADO: COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP  
CONTRATANTE: FUNDOMUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO, RELÓGIO Ponto, ARMÁRIOS, CADEIRA, MESAS E OUTROS UTENSÍLIOS PARA UTILIZAÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS CONFORME ANEXO I.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.039,52 (dois mil, trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos)

DATA: 18/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17  
HOMOLOGAÇÃO: 18/10/17

CONTRATADO: NELITA GOMES FARIAS EPP  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO, RELÓGIO Ponto, ARMÁRIOS, CADEIRA, MESAS E OUTROS UTENSÍLIOS PARA UTILIZAÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS CONFORME ANEXO I.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.315,00 (quatro mil, trezentos e quinze reais)

DATA: 18/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17  
HOMOLOGAÇÃO: 18/10/17  
CONTRATADO: ARY FREITAS PEREIRA NET INFORMATICA CONTRA-  
TANTE: FUNDOMUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO, RELÓGIO PONTO, ARMÁRIOS, -  
CADEIRA, MESAS E OUTROS UTENSÍLIOS PARA UTILIZAÇÃO NOS CEN-  
TROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS CON-  
FORME ANEXO I.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.396,00 (dois mil trezentos e noventa e seis re-  
ais)  
DATA: 18/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17  
HOMOLOGAÇÃO: 18/10/17  
CONTRATADO: W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO -  
ECONST  
CONTRATANTE: FUNDOMUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO, RELÓGIO PONTO, ARMÁRIOS, -  
CADEIRA, MESAS E OUTROS UTENSÍLIOS PARA UTILIZAÇÃO NOS CEN-  
TROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS CON-  
FORME ANEXO I.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.559,59 (um mil quinhentos e cinqüenta e no-  
ve e seis e cinqüenta e nove centavos)  
DATA: 18/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17  
HOMOLOGAÇÃO: 18/10/17  
CONTRATADO: COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME CONTRA-  
TANTE: FUNDOMUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO, RELÓGIO PONTO, ARMÁRIOS, -  
CADEIRA, MESAS E OUTROS UTENSÍLIOS PARA UTILIZAÇÃO NOS CEN-  
TROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS CON-  
FORME ANEXO I.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.037,07 (um mil trinta e sete e seis e sete cen-  
tavos)  
DATA: 18/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FUNR 05/2017 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1405168

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/17  
HOMOLOGAÇÃO: 18/10/17  
CONTRATADO: RETIFICA MOTOCAR LTDA CONTRATANTE: FUMRE-  
BOMPM DE CANOINHAS  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FOR-  
NECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DO  
MOTOR DO VEÍCULO MERCEDES BENZ  
1519, DA VIATURA AT-19, PLACA LZG 9854, DE USO DO 9º BATA-  
LHÃO DE BOMBEIRO MILITAR DE CANOINHAS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.600,00 (onze mil seiscentos reais)  
DATA: 18/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 107/2017 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1405165

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/17  
HOMOLOGAÇÃO: 18/10/17  
CONTRATADO: KONKRETA CANOINHAS - CONSTRUTORA LTDA -  
ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO E COLO-  
CAÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE UMA QUANTIDADE ESTIMADA  
DE 1.700 METROS LINEARES DE MURO  
PRÉ-FABRICADO COM H=2,05, DESTINADOS AS DIVERSAS SE-  
CRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE  
BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 153.000,00 (cento e cinqüenta e três mil  
reais)  
DATA: 18/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 90/2017 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1405431

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 129/2017  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 90/2017 (PRESENCIAL)  
CONVOCAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, convoca os participantes da lici-  
tação que tem como o objeto a REGISTRO DE PREÇO DO M² DE  
SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA DA ÁREA FÍSICA IN-  
TERNA (SALAS, COZINHA, BANHEIROS, ESCADARIA, CORREDO-  
RES E AFINS) E EXTERNA (CALÇADAS, ESCADARIAS E AFINS) DE  
PRÉDIOS PÚBLICOS DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E  
FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, para comparecerem no dia 24/10/2017,  
às 10h30min, no edifício desta prefeitura, para abertura dos en-  
velopes de habilitação dos licitantes remanescentes. Informações  
(47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link  
licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº PMC 05/2017**

Publicação Nº 1404918

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2017  
A Prefeitura do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina,  
CNPJ 83.102.380/0001-80, torna público para conhecimento dos  
interessados a Chamada Pública CREDENCIAMENTO DE EMPRESA  
ESPECIALIZADA PARA RECEBER O MATERIAL EXCEDENTE ORIGI-  
NÁRIO DA COLETA SELETIVA, QUANDO A QUANTIDADE COLETA-  
DA SUPERAR A CAPACIDADE DE RECEBIMENTO DA COOPERATIVA  
DE MATERIAIS RECICLADOS DE CANOINHAS, QUE É DE 30 TON  
MÊS, NA FORMA PREVISTA PELA LEI MUNICIPAL Nº 5.511 DE  
10/05/2015 E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE  
Inscrições: A partir de 20 de Outubro de 2017.  
Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município  
de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro – Cano-  
inhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min  
às 17h00min.  
Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), link – licitações/chamada publica.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMC 02/2017 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1405340

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMC 07/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. FMC 02/2017 (PRESENCIAL)

A Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 02.216.925/0001-08, fará realizar no dia 01/11/2017, às 13h30min, licitação AQUISIÇÃO DE 15 FIGURINOS PAPAÍ NOEL, 30 FIGURINOS MAMÃE NOEL, 40 FIGURINOS DUENDES E 100 CAMISETAS EM POLIVISCOSE, DESTINADOS AOS FESTEJOS MUNICIPAIS EM COMEMORAÇÃO AO NATAL 2.017. Recebimento de propostas até as 13h25min do dia 01/11/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

José Alfredo da Fonseca

Presidente

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 115/2017 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1404831

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 172/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 115/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/11/2017, às 09h05min, licitação REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETROS RODADOS PARA VIAGENS RODOVIÁRIAS DE ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VAN E AUTOMÓVEL, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO RURAL, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 06/11/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 6-15/2015**

Publicação Nº 1405361

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 6-15/2015  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 195/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 132/2014

O Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 6-15/2015, referente ao contrato n.º PMC 15/2015. Data do Aditivo: 30/06/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A LIMPEZA URBANA DE PRAÇAS, RUAS PAVIMENTADAS E SEUS RESPECTIVOS PASSEIOS E TAMBÉM OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS. Contratada: Empresa Balsa Nova Comercial LTDA -ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.348.948/0001-35. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I – DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO – Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 48.215,21 (quarenta e oito mil duzentos e quinze reais e vinte e um centavos). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 1.215.341,81 (um milhão duzentos e quinze mil trezentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos), passará a ser de R\$ 1.263.557,02 (um milhão duzentos e sessenta e três mil quinhentos e cinquenta e sete reais e dois centavos). CLÁUSULA QUARTA (PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS). Parágrafo primeiro – A vigência do presente contrato que era até 30/06/2017 passará a ser até 30/07/2017, podendo ser rescindido até que se firme o novo contrato.

Gilberto dos Passos

Prefeito

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	11/2017	Processo Administrativo:	
Licitação.....:	2/2017 - TP	Total dos Itens Vencedores:	48.900,00
Modalidade.....:	Tomada de Preço p/ Compras e Serviços		
Objeto.....:	A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OFICINAS VOLTADAS A SENSIBILIZAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO, DESTINADAS AO PÚBLICO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO, CONFORME DESCRIÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTA EDITAL		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	411049608	-	OFICINAS VOLTADAS A SENSIBILIZAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO. DES -	Unidade: UN			
17504	FELIPE ONISTO		1,000	0,0000	48.900,0000	48.900,00	Venceu	1 *****
10652	FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA		1,000	0,0000	69.420,0000	69.420,00	Perdeu	2
17546	VALCIDES VIEIRA DOS SANTOS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Canoinhas, Em .....	
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -	Presidente da Comissão
KARINA DE CASSIA KOHLER WEDNT -	SECRETARIA
DIOGO CARLOS SEIDEL -	MEMBRO TITULAR
LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO -	MEMBRO SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA -	MEMBRO SUPLENTE
KARLA FATIMA BREY LACHMAN -	MEMBRO SUPLENTE
MARINA HAAG -	25.933/SC

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMAS 03/2017 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1405498

Página: 1/7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 7/2017		Processo Administrativo: 14.626,18						
Licitação.....: 3/2017 - PE								
Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO, RELÓGIO PONTO, ARMÁRIOS, CADEIRA, MESA E OUTROS UTENSÍLIOS PARA UTILIZAÇÃO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS CONFORME ANEXO I.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411049422 - SMART TV LEDE 32 POLEGADAS - Unidade: UN								
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA	PHILCO/PH32E32D5	2,000	0,0000	1.198,0000	2.396,00	Venceu	1 *****
11729	SMART POINT LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 411049423 - LAVADOURA DE ROUPA AUTOMÁTICA 8KG - Unidade: UN								
11729	SMART POINT LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 29481 - BEBEDOURO ELÉTRICO - Unidade: UN								
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME	LIBELL MINI MGA	2,000	0,0000	518,5350	1.037,07	Venceu	1 *****
11729	SMART POINT LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/7

14.626,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 7/2017

Licitação.....: 3/2017 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO, RELÓGIO PONTO, ARMÁRIOS, CADEIRA, MESA E OUTROS UTENSÍLIOS PARA UTILIZAÇÃO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS CONFORME ANEXO I.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 4 - 44461 - RELOGIO PONTO BIOMETRICO - Unidade: UN</b>								
11729	SMART POINT LTDA.	HENRY PRISMA AD	3,000	0,0000	1,093,0000	3,279,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 5 - 8137 - CADEIRA PRESIDENTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL - Unidade: UN</b>								
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	PG FLEX PRESIDEN	3,000	0,0000	326,6620	979,99	Venceu	1 *****
11729	SMART POINT LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 6 - 45390 - SENSOR DE ALARME - Unidade: UN</b>								
11729	SMART POINT LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



Página: 3/7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

14.626,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 7/2017

Licitação.....: 3/2017 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO, RELÓGIO PONTO, ARMÁRIOS, CADEIRA, MESA E OUTROS UTENSÍLIOS PARA UTILIZAÇÃO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS CONFORME ANEXO I.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 7 - 411049424 - PISTOLA DE COLA QUENTE PROFISSIONAL - Unidade: UN</b>								
11729	SMART POINT LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	HIKARI	2,000	0,0000	226,0000	452,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 8 - 411049425 - ARMARIO EM MDF CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL - Unidade: UN</b>								
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		1,000	0,0000	3,270,0000	3,270,00	Venceu	1 *****
11729	SMART POINT LTDA.	DISMACENTER	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 9 - 411049425 - ARMARIO EM MDF CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL - Unidade: UN</b>								
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		1,000	0,0000	1,045,0000	1,045,00	Venceu	1 *****
11729	SMART POINT LTDA.	DISMACENTER	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 4/7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

14.626,18

Processo Administrativo:

7/2017

Processo / Ano:

Licitação.....: 3/2017 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO, RELÓGIO PONTO, ARMÁRIOS, CADEIRA, MESA E OUTROS UTENSÍLIOS PARA UTILIZAÇÃO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS CONFORME ANEXO I.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 10 - 411049426 - AQUECEDOR A ÓLEO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL - Unidade: UN</b>								
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	VENTISOL AQ-01	2,000	0,0000	99,6000	199,20	Venceu	1 *****
11729	SMART POINT LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 11 - 411049427 - SUPORTE PARA MICRO-ONDAS E FORNO ELÉTRICO - Unidade: UN</b>								
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	KALA	1,000	0,0000	44,4000	44,40	Venceu	1 *****
11729	SMART POINT LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 12 - 411049428 - TELEFONE SEM FIO FREQUENCIA 6GHZ - Unidade: UN</b>								
11729	SMART POINT LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/7

14.626,18

Processo Administrativo:

7/2017

3/2017 - PE

PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto: AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO, RELÓGIO PONTO, ARMÁRIOS, CADEIRA, MESA E OUTROS UTENSÍLIOS PARA UTILIZAÇÃO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS CONFORME ANEXO I.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 13 - 411049429 - ARMÁRIO EM MDF SOB MEDIDA CONFORME ESPECIFICAÇÃO EDITAL - Unidade: UN</b>								
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		2,000	0,0000	4,520,0000	9,040,00	Cancelado	1 *****
11729	SMART POINT LTDA.	DISMACENTER	2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 14 - 411049430 - MESA EM MDF CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL - Unidade: UN</b>								
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	PG FLEX MESA	1,000	0,0000	336,0000	336,00	Venceu	1 *****
11729	SMART POINT LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 15 - 411049431 - TOLDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL - Unidade: UN</b>								
11729	SMART POINT LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/7

14.626,18

Processo Administrativo:

7/2017

3/2017 - PE

PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto: AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO, RELÓGIO PONTO, ARMÁRIOS, CADEIRA, MESA E OUTROS UTENSÍLIOS PARA UTILIZAÇÃO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS CONFORME ANEXO I.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 16 - 8132 - CARREGADOR DE PILHAS - Unidade: UN</b>								
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	MOXX	3,000	0,0000	59,5200	178,56	Venceu	1 *****
11729	SMART POINT LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 17 - 411049432 - KIT FERRAMENTAS COM MALETA CONFORME ESPECIFICAÇÃO EDITAL - Unidade: UN</b>								
11729	SMART POINT LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 18 - 29252 - BANDEJA INOX TAM 28 X 40 - Unidade: UN</b>								
11729	SMART POINT LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 7/2017

Licitação.....: 3/2017 - PE

Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO, RELÓGIO PONTO, ARMÁRIOS, CADEIRA, MESA E OUTROS UTENSÍLIOS PARA UTILIZAÇÃO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS CONFORME ANEXO I.

Processo Administrativo: 14.626,18

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 19	- 411049433 - CAIXA DE SOM MULTIMÍDIA USB - Unidade: UN							
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	BRIGHT	6,000	0,0000	310,1600	1.860,96	Venceu	1 ****
11729	SMART POINT LTDA.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13145	NELITA GOMES FARIAS EPP.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13803	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17496	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em .....

MARCIANO FERNANDES CORREA - Pregoeiro(a)

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - SUPLENTE PREGOEIRO

ADILSON FERNANDO RIBEIRO - EQUIPE DE APOIO

KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT - SUPLENTE EQUIPE DE APOIO

MARINA HAAG - 25.933/SC

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FUNR 05/2017 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1405166

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUMREBOMPM DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 6/2017  
 Licitação.....: 5/2017 - PR  
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
 Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DO MOTOR DO VEÍCULO MERCEDES BENZ T519, DA VIATURA AT-19, PLACA LZG 9854, DE USO DO 9º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

1 - FUNREBOMPM DE CANOINHAS-CORPO BOMBEIROS

Total dos Itens Vencedores:

11.600,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 411049685	- PEÇAS PARA REPARO MECANICO VIATURA AT-19 PLACA LZG 9854	- Unidade: UN					
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	6.963,9206	6.963,92	Venceu	1 *****
6235	RETIFICA DO ALTO LTDA		1,000	0,0000	6.735,0000	6.735,00	Perdeu	2
Item.....: 2	- 411049686	- SERVIÇOS PARA REPARO MECANICO VIATURA AT-19 PLACA LZG 9854	- Unidade: UN					
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	4.636,0794	4.636,08	Venceu	1 *****
6235	RETIFICA DO ALTO LTDA		1,000	0,0000	4.880,0000	4.880,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em .....

MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... - Pregoeiro(a)  
 ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - ..... - SUPLENTE PREGOEIRO  
 ADILSON FERNANDO RIBEIRO - ..... - EQUIPE DE APOIO  
 KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT - ..... - SUPLENTE EQUIPE DE APOIO  
 MARINA HAAG - ..... - 25.933/SC

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		154/2017		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		153.000,00									
Licitação.....:		107/2017 - PR															
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL															
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE UMA QUANTIDADE ESTIMADA DE 1.700 METROS LINEARES DE MURO PRÉ-FABRICADO COM H=2,05, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.															
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação	
Item.....: 1		- 41245		- MURO PRÉ FABRICADO 2,05 ALTURA - Unidade: M													
11828		KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA- ME		KONKRETA		1.700,000		0,0000		90,0000		153.000,00		Venceu		1 *****	
12449		ARTECIM ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME		ARTECIM		1.700,000		0,0000		91,0000		154.700,00		Perdeu		2	
7421		CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME		CIMENTELA		1.700,000		0,0000		92,0000		156.400,00		Perdeu		3	

Canoinhas,	Em	...../...../.....
MARCIANO FERNANDES CORREA -		Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -		SUPLENTE PREGOEIRO
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -		EQUIPE DE APOIO
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -		SUPLENTE EQUIPE DE APOIO
MARINA HAAG -		25.933/SC
VANESSA LANGER -		CRC/SC 028524/O-0

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO N.º 1087**

Publicação Nº 1405249

RESOLUÇÃO Nº 1087/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO À PEDRO PENTEADO DO PRADO

O Vereador Wilmar Sudoski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas faz saber, que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte:

**RESOLUÇÃO**

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadão Honorário à Pedro Penteado do Prado, pelos relevantes serviços prestados à comunidade canoinhense.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta das dotações específicas.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 18 de Outubro de 2017.

Wilmar Sudoski  
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 18/10/2017.

José Luiz Lacowicz  
Secretário Legislativo**RESOLUÇÃO N.º 1088**

Publicação Nº 1405253

RESOLUÇÃO Nº 1088/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO À FERNANDO LUIS TOKARSKI

O Vereador Wilmar Sudoski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas faz saber, que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte:

**RESOLUÇÃO**

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadão Honorário à Fernando Luis Tokarski, pelos relevantes serviços prestados à comunidade canoinhense.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta das dotações específicas.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 18 de Outubro de 2017.

Wilmar Sudoski  
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 18/10/2017.

José Luiz Lacowicz  
Secretário Legislativo**RESOLUÇÃO N.º 1089**

Publicação Nº 1405260

RESOLUÇÃO Nº 1089/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA À MARIA DE FÁTIMA NEIZER DOS SANTOS

O Vereador Wilmar Sudoski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas faz saber, que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte:

**RESOLUÇÃO**

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadã Benemerita à Maria de Fátima Neizer dos Santos, pelos relevantes serviços prestados à comunidade canoinhense.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta das dotações específicas.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 18 de Outubro de 2017.

Wilmar Sudoski  
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 18/10/2017.

José Luiz Lacowicz  
Secretário Legislativo**RESOLUÇÃO N.º 1090**

Publicação Nº 1405266

RESOLUÇÃO Nº 1090/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO À JOSMAR KASCHUK

O Vereador Wilmar Sudoski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas faz saber, que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte:

**RESOLUÇÃO**

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadão Benemerito à Josmar Kaschuk, pelos relevantes serviços prestados à comunidade canoinhense.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta das dotações específicas.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 18 de Outubro de 2017.

Wilmar Sudoski  
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 18/10/2017.

José Luiz Lacowicz  
Secretário Legislativo

**RESOLUÇÃO N.º 1091**

Publicação N° 1405270

RESOLUÇÃO N° 1091/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA À SOELI REGINA LIMA

O Vereador Wilmar Sudoski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas faz saber, que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte:

**RESOLUÇÃO**

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadã Honorária à Soeli Regina Lima, pelos relevantes serviços prestados à comunidade canoinhense.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta das dotações específicas.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 18 de Outubro de 2017.

Wilmar Sudoski  
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 18/10/2017.

José Luiz Lacowicz  
Secretário Legislativo

**RESOLUÇÃO N.º 1092**

Publicação N° 1405276

RESOLUÇÃO N° 1092/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO À MARIO FRANCISCO DRANKA

O Vereador Wilmar Sudoski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas faz saber, que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte:

**RESOLUÇÃO**

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadão Benemérito à Mario Francisco Dranka, pelos relevantes serviços prestados à comunidade canoinhense.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta das dotações específicas.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 18 de Outubro de 2017.

Wilmar Sudoski  
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 18/10/2017.

José Luiz Lacowicz  
Secretário Legislativo

# Capinzal

## PREFEITURA

### Errata nº 01/2017 ao Edital do Concurso Público nº 057/2017

Publicação Nº 1404961

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 057/2017  
ERRATA Nº 01/2017

O Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, Excelentíssimo Senhor Nilvo Dorini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal/88, Lei municipal nº 3.227, de 10 de novembro de 2016, Lei Complementar nº 146/2012, e demais legislação municipal aplicável à matéria, autorizando por meio do Processo Licitatório nº 0144/2017, Dispensa nº 0028/2017, Contrato nº 0272/2017, reportando-se ao Edital nº 057/2017, RESOLVE divulgar, sem prejuízo dos candidatos inscritos:

1) às fls. 25:

Onde se lê:

"Conhecimentos Específicos para o Cargo de Técnico Tributário [...] Lei Complementar Municipal de Capinzal 110/207. [...]"

Leia-se:

"Conhecimentos Específicos para o Cargo de Técnico Tributário [...] Lei Complementar Municipal de Capinzal 110/2007. [...]"

2) às fls. 28:

Onde se lê:

"Conhecimentos específicos para o Cargo de Auditor Fiscal Tributário

Lei Orgânica Municipal de Capinzal. Lei Complementar Municipal de Capinzal 134/2009. Lei Complementar Municipal de Capinzal 110/207. [...].□

Leia-se:

"Conhecimentos específicos para o Cargo de Auditor Fiscal Tributário

Lei Orgânica Municipal de Capinzal. Lei Complementar Municipal de Capinzal 134/2009. Lei Complementar Municipal de Capinzal 110/2007. [...].□

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Capinzal/SC, 18 de outubro de 2017.

Nilvo Dorini

Prefeito

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0141/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0099/2017 ANULAÇÃO DO PROCESSO

Publicação Nº 1405366

MUNICÍPIO DE CAPINZAL – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0143/2017  
CONCORRÊNCIA Nº 0101/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para efetuar o repasse de valores referentes ao vale alimentação aos servidores do Município de Capinzal, por meio de cartão magnético, para aquisição de alimentação em estabelecimentos comerciais cadastrados.

#### EXTRATO DE DESPACHO DE ANULAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei nº 8.666/93 e de conformidade com o § 3, do art. 49, do citado diploma legal, torna-se pública a ANULAÇÃO do processo licitatório em referência, em face as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Isto posto, abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa a contar da data desta publicação, com vistas franqueadas do Processo Capinzal, SC, 18 de outubro de 2017.

Ivair Lopes Rodrigues

Secretário

### TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 033/2016

Publicação Nº 1405133

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO EDITAL 033/2017

Nome: FATIMA RATICO

Cargo: AUXILIA DE PROFESSOR

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos, num prazo de até trinta (30) dias a contar do recebimento desta.

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estulado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama

Diretora de Recursos Humanos

### TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 033/2016

Publicação Nº 1405130

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO EDITAL 033/2017

Nome: MANUELA DI DOMENICO

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos, num prazo de até trinta (30) dias a contar do recebimento desta.

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estulado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama

Diretora de Recursos Humanos



## Catanduvas

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2017

Publicação Nº 1405642

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017

No dia 19 do mês de abril do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE CATANDUVAS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.414/0001-45, com sede administrativa localizada na Rua Felipe Schmidt, bairro Centro, CEP nº. 89670-000, nesta cidade de Catanduvas/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 195.397.549-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 0034//2017, Processo Licitatório nº. 0042/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a Contratação de serviços de horas máquinas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, visando o melhor atendimento aos produtores rurais do município e ao programa de incentivo a instalação de empresas, bem como auxiliando junto a desastres naturais Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
1849	BOMBAS INJETORAS NOVA ERA LTDA	3
90607	LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMEN	
3669	SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP	2, 4, 6, 1, 5

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 2.2472017(Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BOMBAS INJETORAS NOVA ERA LTDA	02.813.850/0001-34	JULIA ROSEGHINI CORREA	082.701.969-67
LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP	10.527.352/0001-53	RAUL DE MIRANDA	425.682.349-20
SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP	05.146.057/0001-17	MARCO AURELIO CASTAGNARO	008.736.189-20

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Contratação de serviços de horas máquinas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, visando o melhor atendimento aos produtores rurais do município e ao programa de incentivo a instalação de empresas, bem como auxiliando junto a desastres naturais. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 1849 - BOMBAS INJETORAS NOVA ERA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Serviços de horas de Caminhão Caçamba, com capacidade mínima de 12m em bom estado de conservação, incluindo o motorista, combustível e manutenção do equipamento	HR	FORD CARGO	300	100,00	30.000,00

Fornecedor: 3669 - SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	------	-------	------------	----------------	-------------

2	Serviços de horas máquina de Escavadeira Hidráulica acima de 17.500 kg 112689, em bom estado de conservação, incluindo o operador, combustível e manutenção do equipamento.	HR	KOMATSU PC200	300	175,00	52.500,00
4	Serviços de horas máquinas de Rolo Compactador Cabinado, capacidade mínima de 30 toneladas por metro quadrado, em bom estado de conservação, incluindo o operador, combustível e manutenção do equipamento.	HR	DYNAPAC CA 250D	300	190,00	57.000,00
5	Serviços de horas máquinas de Motoniveladora, com escarificador traseiro e lâmina deslizante lateral, em bom estado de conservação, incluindo o operador, combustível e manutenção do equipamento	HR	FIATALLIS FG 140B	300	148,00	44.400,00
6	Serviços de horas máquinas de Pá Carregadeira, manobrabilidade articulada, em bom estado de conservação, incluindo o operador, combustível e manutenção do equipamento	HR	XCMG LWF 320	300	140,00	42.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será até 31 de dezembro do ano corrente a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

### 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação

imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, conforme normativa municipal, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.



8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Catanduvas – SC, 19 de abril de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BOMBAS INJETORAS NOVA ERA LTDA CNPJ: 02.813.850/0001-34

LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAM CNPJ: 10.527.352/0001-53

SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP CNPJ: 05.146.057/0001-17

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0002/2017

Publicação Nº 1405643

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2017

No dia 3 do mês de Maio do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE CATANDUVAS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.414/0001-45, com sede administrativa localizada na Rua Felipe Schmidt, bairro Centro, CEP nº. 89670-000, nesta cidade de Catanduvas/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 195.397.549-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 38/2017, Processo Licitatório nº. 46/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR HORA TRABALHADA, DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA, DE FIAÇÃO DE TELEFONIA E CABEAMENTO DE REDE, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E POLÍCIA MILITAR. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
91699	ELETRIVISION ENGENHARIA ELETRICA LTDA - ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 22472017(Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ELETRIVISION ENGENHARIA ELETRICA LTDA - ME	26.260.898/0001-20	BERNARDO ZAMPIERON JUNIOR	082.886.299-03

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR HORA TRABALHADA, DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA, DE FIAÇÃO DE TELEFONIA E CABEAMENTO DE REDE, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E POLÍCIA MILITAR. Tudo em conformidade com as especificações constantes no

Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 91699 - ELETROVISION ENGENHARIA ELETRICA LTDA – ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO: - Prédio sede da prefeitura; - Conselho Tutelar. - Junta Militar (execução de mão de obra e materiais básicos)	HR	ELETROVISI	150,000	50,0000	7.500,00
2	SECRETARIA DE SAUDE/HOSPITAL : - ESF Central; - ESF Sebaldo Kunz; - ESF Sayonara; - Hospital municipal. (execução de mão de obra e materiais básicos)	HR	ELETROVISI	200,000	50,0000	10.000,00
3	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA : - Terminal rodoviário; - Capela mortuária; - Praça Angelo Grotto; - Praça Brasil 500. - Prédio Sec de Infraestrutura (execução de mão de obra e materiais básicos)	HR	ELETROVISI	200,000	50,0000	10.000,00
4	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO : - Biblioteca Pública; - EM Vitoldo Alexandre Cezch; - EM Augustinho Marcon; - EM Alfredo Gomes; - Ginásio municipal; - Estádio municipal; - Creche Pato Donald; - Creche Sonho de Criança - Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon. (execução de mão de obra e materiais básicos)	HR	ELETROVISI	200,000	50,0000	10.000,00
5	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL : - CRAS; - CREAS; - Casa do Idoso; - Casa do artesanato. (execução de mão de obra e materiais básicos)	HR	ELETROVISI	150,000	50,0000	7.500,00
6	CORPO DE BOMBEIROS - (quartel) (execução de mão de obra e materiais básicos)	HR	ELETROVISI	50,000	50,0000	2.500,00
7	POLICIA MILITAR (departamento de policia) (execução de mão de obra e materiais básicos)	HR	ELETROVISI	50,000	50,0000	2.500,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e



do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será até 31 de dezembro do ano corrente a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

##### 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

##### 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade

do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, conform normativa municipal, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades

Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Catanduvas, 03 de maio de 2017.  
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS  
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:  
ELETROVISION ENGENHARIA ELETRICA LTDA - ME CNPJ: 26.260.898/0001-20

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2017

Publicação Nº 1405659

ESTADO DE SANTA CATARINA Página: 1/7  
MUNICIPIO DE CATANDUVAS  
Processo Nº.: 56/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2017

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2017

No dia 24 do mês de Maio do ano de 2017, comparecer am, de um lado a(o) MUNICIPIO DE CATANDUVAS , Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscr ita no CNPJ sob o nº. 82.939.414/0001-45, com sede administrativa localizada na Rua Felipe Schmidt, bairro Centro, CEP nº. 89670-000, nesta cidade de Catanduvas/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 195.397.549-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a s empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 45/2017, Processo Licitatório nº. 56/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Contratação de empresa para fornecimento de refeições (marmita) para os funcionários que exercem atividades no interior do município, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
4274	LAURO RODRIGUES BRISOLA	
91814	ROSSI & FACHINELLO RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA - M	1, 3, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acord o com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 22472017(Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
LAURO RODRIGUES BRISOLA	13.191.509/0001-00	LAURO RODRIGUES BRISOLA	818.042.379-49
ROSSI & FACHINELLO RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA - M	26.745.021/0001-20	ITAMAR JOSE ROSSI	758.858.679-68

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Contratação de empresa para fornecimento de refeições (marmita) para os funcionários que exercem atividades no interior do município, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Global, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 91814 - ROSSI & FACHINELLO RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA - M



Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Marmita grande - 1kg, contendo alimentos diversos, como: arroz, macarrão, feijão, strogonoff, panqueca, molhos diversos, lasanha, carne, polenta, batata frita/assada/em molho, entre outros.	UN	rossi	2.100,000	10,0000	21.000,00

Obs. Diariamente deverá ser mudado o cardápio e deve conter carne.

Marmita de salada contendo saladas diversas como: alface, repolho, cebola, tomate, rúcula, acelga, cenoura, brócolis, agrião, xuxu entre outros.	UN	rossi	2.000,000	5,0000	10.000,00
Obs. No mínimo três tipos de salada por dia e deve ser temperada.					
Refrigerante, material água gasosa/xarope, de 2 litros sabor guaraná, limão, laranja ou cola.	UN	rossi	450,000	4,0000	1.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA Página: 2/7

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Processo Nº.: 56/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observadas as seguintes condições:
  - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE

##### PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será até 31 de dezembro do ano corrente a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA	Página: 3/7	
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS	Processo Nº.: 56/2017	
	PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2017	

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho e despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;



5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA Página: 4/7

MUNICIPIO DE CATANDUVAS

Processo Nº.: 56/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada

a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA	Página: 5/7	
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS	Processo Nº.: 56/2017	
	PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2017	

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as

especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações com stantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, conform normativa municipal, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA	Página: 6/7	
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS	Processo Nº.: 56/2017	
	PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2017	

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11.1.1.1

As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA	Página: 7/7
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS	Processo Nº.: 56/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2017

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvás para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Catanduvás, 24 de Maio de 2017.  
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS  
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

LAURO RODRIGUES BRISOLA	CNPJ:	13.191.509/0001-00	
ROSSI & FACHINELLO RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA - M	CNPJ:	26.745.021/0001-20	

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0004/2017**

Publicação Nº 1405661

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2017**

No dia 20 do mês de Junho do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE CATANDUVAS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.414/0001-45, com sede administrativa localizada na Rua Felipe Schmidt, bairro Centro, CEP nº. 89670-000, nesta cidade de Catanduvas/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 195.397.549-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 51/2017, Processo Licitatório nº. 63/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS DA FROTA OFICIAL DO MUNICIPIO DE CATANDUVAS CONFORME DESCRITIVO EM ANEXO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E POLICIA MILITAR. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

<b>Código</b>	<b>Nome da Empresa</b>	<b>Itens</b>
147	ANTÔNIO ADÃO MARCON & CIA LTDA-ME	1, 4, 9
105	MEPITA MECÂNICA PESADA LTDA	3
1776	NEUDI ANTONIO BORTOLOTO - ME	6, 7, 8
4005	RODRI MAQ MECANICA PESADA LTDA	2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº:22472017(Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

<b>Empresas</b>	<b>CNPJ / CPF</b>	<b>Nome do Representante</b>	<b>CPF</b>
ANTÔNIO ADÃO MARCON & CIA LTDA-ME	83.065.250/0001-37	ANTONIO ADAO MARCON	162.728.979-87
MEPITA MECÂNICA PESADA LTDA	75.831.545/0001-49	RAUL PANCERA	914.999.849-87
NEUDI ANTONIO BORTOLOTO - ME	05.199.368/0001-44	NEUDI ANTONIO BORTOLOTO	563.220.709-91
RODRI MAQ MECANICA PESADA LTDA	13.229.457/0001-14	ALGEU DORLIZETI RODRIGUES FABR	015.754.389-76

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS DA FROTA OFICIAL DO MUNICIPIO DE CATANDUVAS CONFORME DESCRITIVO EM ANEXO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E POLICIA MILITAR.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Fornecedor: 105 - MEPITA MECÂNICA PESADA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Serviços mecânicos hidráulicos e serviços de torno Serviços mecânicos de solda - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de freios e suspensão Serviços de chapeação e funilaria - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de injeção eletrônica e bomba injetora - incluindo material Serviços mecânicos básicos - incluindo troca de peças em veículos rodoviários pesados (Ex. caminhões) que pertencem a secretaria de Infraestrutura.	HR	MEPITA	200	85,00	17.000,00

**Fornecedor: 147 - ANTÔNIO ADÃO MARCON & CIA LTDA-ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviços mecânicos hidráulicos e serviços de torno Serviços mecânicos de solda - incluindo material Serviços mecânicos de Elétrica - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de freios e suspensão Serviços de chapeação e funilaria - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de injeção eletrônica e bomba injetora - incluindo material Serviço de Conserto e Troca de	HR	MARCON	200	40,00	8.000,00



	Pneus - incluindo material básico. Serviços mecânicos básicos - incluindo troca de peças em veículos leves que pertencem a Polícia Militar de Catanduvas.					
4	Serviços mecânicos hidráulicos e serviços de torno Serviços mecânicos de solda - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de freios e suspensão Serviços de chapeação e funilaria - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de injeção eletrônica e bomba injetora - incluindo material Serviços mecânicos básicos - incluindo troca de peças em veículos leves - que pertencem a secretaria de Infraestrutura	HR	MARCON	200	38,00	7.600,00
9	Serviços mecânicos hidráulicos e serviços de torno Serviços mecânicos de solda - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de freios e suspensão Serviços de chapeação e funilaria - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de injeção eletrônica e bomba injetora - incluindo material Serviços mecânicos básicos - incluindo troca de peças em veículos leves - da Secretaria de Saúde.	HR	MARCON	200	35,00	7.000,00

**Fornecedor: 1776 - NEUDI ANTONIO BORTOLOTTI – ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	Serviços mecânicos hidráulicos e serviços de torno Serviços mecânicos de solda - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de freios e suspensão Serviços de chapeação e funilaria - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de injeção eletrônica e bomba injetora - incluindo material Serviços mecânicos básicos - incluindo troca de peças em veículos leves - de Educação, Cultura e Desporto	HR	MÃO DE OBRA	200	42,00	8.400,00
7	Serviços mecânicos hidráulicos e	HR	MÃO DE	200	42,00	8.400,00

	serviços de torno Serviços mecânicos de solda - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de freios e suspensão Serviços de chapeação e funilaria - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de injeção eletrônica e bomba injetora - incluindo material Serviços mecânicos básicos - incluindo troca de peças em veículos leves - da secretaria de Assistência Social		OBRA			
8	Serviços mecânicos hidráulicos e serviços de torno Serviços mecânicos de solda - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de freios e suspensão Serviços de chapeação e funilaria - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de injeção eletrônica e bomba injetora - incluindo material Serviços mecânicos básicos - incluindo troca de peças em veículos leves - da secretaria de Administração e Conselho Tutelar	HR	MÃO DE OBRA	200	40,00	8.000,00

**Fornecedor: 4005 - RODRI MAQ MECANICA PESADA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Serviços mecânicos hidráulicos e serviços de torno Serviços mecânicos de solda - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de freios e suspensão Serviços de chapeação e funilaria - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de injeção eletrônica e bomba injetora - incluindo material Serviços mecânicos básicos - incluindo troca de peças em máquinas e equipamentos rodoviários pesados que pertencem a secretaria de Infraestrutura.	HR	RODRI MAQ	200	85,00	17.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada,



em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será até 31 de dezembro do ano corrente a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

### **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas

no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### **CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, conform normativa municipal, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.



11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Catanduvas, 20 de Junho de 2017.

---

**DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

#### **Empresas Participantes:**

ANTÔNIO ADÃO MARCON & CIA LTDA-ME  
MEPITA MECÂNICA PESADA LTDA  
NEUDI ANTONIO BORTOLOTTO - ME  
RODRI MAQ MECANICA PESADA LTDA

CNPJ: 83.065.250/0001-37  
CNPJ: 75.831.545/0001-49  
CNPJ: 05.199.368/0001-44  
CNPJ: 13.229.457/0001-14 \_



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0005/2017**

Publicação Nº 1405663

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS**

Página: 1/14  
 Processo Nº.: 66/2017  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2017**

No dia 27 do mês de Junho do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.391.817/0001-91, com sede administrativa localizada na Rua Duque de Caxias, bairro Centro, CEP nº. 89670-000, nesta cidade de Catanduvas/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 195.397.549-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 54/2017, Processo Licitatório nº. 66/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica para dispensação à população e manutenção das atividades das ESFs e da Secretaria Municipal de Saúde. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
91278	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	40, 60, 106, 119, 126, 160, 53, 59, 79, 229, 238, 274, 285
2062	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA	8, 9, 10, 17, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 78, 80, 100, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 147, 148, 149, 165, 172, 174, 192, 198, 201, 202, 220, 221, 222, 231, 232, 233, 234, 235, 255, 240, 241, 242, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 270, 271, 277, 281
91254	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	96, 115, 116, 189, 193, 194
1268	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	3, 4, 5, 74, 82, 83, 84, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 150, 151, 152, 177, 178, 179, 180, 213, 214, 215, 218, 219, 224, 225, 228, 239, 248, 249, 261, 262, 273
3817	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.	18, 19, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36, 57, 58, 61, 62, 95, 111, 127, 128, 129, 154, 164, 203, 250, 251, 272, 279, 280, 284
4166	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	197
121	DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LTDA	12, 13, 14, 15, 16, 28, 29, 30, 31, 37, 38, 45, 56, 71, 72, 73, 77, 88, 89, 139, 145, 157, 158, 159, 212, 244, 254
91490	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	120, 121, 153, 226, 230, 245
91836	GRAMS & GRAMS LTDA. - ME	20, 21, 22, 81, 86, 87, 93, 94, 97, 237, 282, 283
91491	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1, 2, 6, 7, 85, 110, 122, 123, 124, 144, 146, 173, 176, 190, 191, 199, 200, 204, 205, 216, 217, 236, 260
2787	PROMEFARMA REPRES. COMERCIAIS LTDA	11, 23, 24, 76, 112, 113, 117, 118, 125, 140, 161, 162, 163, 209, 210, 227, 246, 263, 264, 275, 276, 278
2222	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	25, 39, 54, 55, 90, 91, 92, 107, 108, 109, 130, 131, 155, 156, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 188, 195, 196, 206, 207, 208, 223, 243, 247, 268, 269
4126	VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	52, 75, 114, 175, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 211, 265, 266, 267

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 22472017(Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	20.590.555/0001-48	josias bolduan	041.710.499-54
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	douglas becker pisk	066.129.249-50
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.217.590/0001-60	ian maicon maia da rocha	074.218.029-83
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	03.652.030/0001-70	douglas martin	014.887.280-89
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.	67.729.178/0004-91	evandro lourenço	006.023.679-56
DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	maria rosangela ronssen	855.226.439-00
DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0001-40	ivan carlos faciolli	958.229.920-72
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	76.386.283/0001-13	ivando luiz gepfrie	881.600.509-25
GRAMS & GRAMS LTDA. - ME	10.448.145/0001-03	ingrid ruth hegele grans	240.674.909-68
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	douglas Moraes	005.259.200-64

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS**

Página: 2/14  
 Processo Nº.: 66/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 22472017(Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PROMEFARMA REPRES. COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	josiel bonfim	044.061.899-12
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	04.889.315/0001-92	sergio jacir portela	182.633.649-49
VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00.088.317/0001-21	joice maria oliveira de oliveira	564.752.410-91

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 Aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica para dispensação à população e manutenção das atividades das ESF's e da Secretaria Municipal de Saúde.  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Lote, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 121 - DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	Ácido Valpróico 250mg	CP	BIOLAB	5.000,000	0,2600	1.300,00
13	Acido valpróico 250mg/5ml liquido	FR	HIPOLABOR	400,000	2,7500	1.100,00
14	Acido valpróico 500mg	CP	BIOLAB	12.000,000	0,6600	7.920,00
15	Albendazol 400mg	CP	PRATI	800,000	0,3700	296,00
16	Albendazol susp. oral 40mg/ml -c/ 10ml	FR	PRATI	800,000	0,9300	744,00
28	Amoxicilina + ácido clavulânico 500mg+125 mg	CP	GLAXO	14.000,000	0,6500	9.100,00
29	AMOXICILINA 250 MG SUSP. C/ 60 ML.	FR	PRATI	1.500,000	3,4500	5.175,00
30	Amoxilina 500mg(generico) unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação, nome do principio ativo, dosagem, lote e validade, embalagem hospitalar.	CP	PRATI	35.000,000	0,3400	11.900,00
31	Amoxicilina + clavulanato de postassio 50/12,5mg/ml 75ml	FR	GLAXO	800,000	9,8900	7.912,00
37	AZITROMICINA 40mg/ml susp. 600mg FR 15ml	FR	PRATI	900,000	3,9300	3.537,00
38	Azitromicina 500mg (generico) unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação, nome do principio ativo, dosagem, lote e validade, embalagem hospitalar.	CP	PRATI	10.000,000	0,7000	7.000,00
45	BIPERIDENO comp. 2 mg	CP	CRISTALIA	10.000,000	0,1600	1.600,00
56	Calcio elemental 500mg+vit D400 UI(ou carbonato calcio equiv	CP	NATULAB	50.000,000	0,1400	7.000,00
71	CETOCONAZOL 200mg CPR	CP	PRATI	6.000,000	0,1400	840,00
72	Cetoconazol 20mg/g - creme 30g	BIS	SOBRAL	200,000	1,7900	358,00
73	Cetoconazol 20mg/ml xampu 100 ml	FR	PRATI	80,000	4,9800	398,40
77	Ciprofloxacino 500mg(generico) unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação, nome do principio ativo, dosagem, lote e validade, embalagem hospitalar.	CP	PRATI	12.000,000	0,3200	3.840,00
88	Clorpromazina 100mg, cloridrato de	CP	CRISTALIA	8.000,000	0,1900	1.520,00
89	Clorpromazina 25mg	CP	CRISTALIA	5.000,000	0,1900	950,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS**

Página: 3/14  
 Processo Nº.: 66/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

**Fornecedor: 121 - DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
139	FLUCONAZOL 150 MG (GENÉRICO) UNITARIZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO DELIMITADA POR PICOTE, A SEGUINTE INFORMAÇÃO, NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE. EMBALAGEM HOSPITALAR.	CP	PRATI	3.750,000	0,3400	1.275,00
145	Gabapentina 300mg (Genérico)	CP	PRATI	12.000,000	0,3300	3.960,00
157	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG CP	CP	CIMED	10.000,000	0,0200	200,00
158	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	CP	PHARLAB	40.000,000	0,0400	1.600,00
159	Hidrox alumínio + hidrox magnesio (60+40mg)/ml susp oral 100ml	UN	NATULAB	500,000	1,7900	895,00
212	MORFINA 10 MG (GENÉRICO/REFERÊNCIA)	CP	CRISTALIA	2.000,000	0,5500	1.100,00
244	Propafenona 300mg	CP	PRATI	5.000,000	0,4800	2.400,00
254	Sais p/ rehidratação oral 27,9g p/ 1L	ENV	NATULAB	2.500,000	0,4600	1.150,00

**Fornecedor: 1268 - CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Acetato de medroxiprogesterona 10 mg	CP	EMS	500,000	1,1800	590,00
4	Acetato de Medroxiprogesterona 150mg injetavel.	UN	UNIAO QUIMI	50,000	16,7500	837,50
5	Acetato retinol 10.000UI + aminoacidos 25 mg + metionina 5mg + cloranfenicol 5mg pomada 3,5g	BIS	LATINOFARM	10,000	10,2900	102,90
74	Ciclobenzaprina 5 mg	CP	MELCON	10.000,000	0,1300	1.300,00
82	Clonazepan 0,5mg	CP	GEOLAB	8.000,000	0,0800	640,00
83	Clonazepan 2,0mg	CP	GEOLAB	30.000,000	0,0500	1.500,00
84	Clonazepan 2,5mg/ml - frasco com 20ml	FR	HIPOLABOR	600,000	1,9000	1.140,00
98	Complexo B - Gotas 30ml	FR	BELFAR	50,000	2,7900	139,50
99	Complexo B: tiamina 15 mg, riboflavina 3 mg, nicotinamida 15	CP	VITAMED	25.000,000	0,0400	1.000,00
101	DEXAMETASONA CREME 0,1 por cento 10 g	BIS	PRATI D.	600,000	0,7000	420,00
102	Dexametasona 0,5mg/5ml elixir 120ml	FR	FARMACE	300,000	1,5500	465,00
103	Dexametasona 4mg	CP	EMS	4.000,000	0,2000	800,00
104	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2 MG	CP	GEOLAB	20.000,000	0,0600	1.200,00
105	DEXCLORFENIRAMINA SOLUÇÃO ORAL 0,4 MG/ML	FR	NATULAB	600,000	1,1100	666,00
150	HALOPERIDOL 1 mg	CP	UNIAO QUIMI	3.000,000	0,1000	300,00
151	Haloperidol 5 mg cp	CP	UNIAO QUIMI	5.000,000	0,1100	550,00
152	Haloperidol, decanoato de, 70,52mg- amp 1ml	AMP	UNIAO QUIMI	150,000	7,5900	1.138,50
177	LevomEPROMAZINA 100mg	CP	CRISTALIA	3.000,000	0,9000	2.700,00
178	LEVOMEPROMAZINA 25mg	CP	CRISTALIA	5.000,000	0,3400	1.700,00
179	LEVOMEPROMAZINA 4% 40 MG/ML 20 ML GOTAS	FR	CRISTALIA	250,000	8,5000	2.125,00
180	LEVONORGESTREL 0,15 MG + ETINILESTRADIOL 0,03 MG	CP	MABRA	63.000,000	0,0200	1.260,00
213	NEOMICINA + BACITRACINA POM. 5 MG + 250UI C/ 10 G	BIS	GREEN PHAF	800,000	1,0300	824,00
214	NIFEDIPINA 10 MG CPR	CP	BRAINFARMA	10.000,000	0,0300	300,00
215	NIFEDIPINA 20 mg	CP	BRAINFARMA	20.000,000	0,0400	800,00
218	Nistatina 25.000UI/g creme vaginal c/ aplicador bisnaga 60 g	BIS	GREEN PHAF	500,000	3,5600	1.780,00
219	Nistatina suspensão oral 100.000UI- 50 ml	FR	PRATI D.	300,000	3,0300	909,00
224	NORTRIPTILINA 25 MG	CP	RANBAXY	2.000,000	0,3600	720,00
225	NORTRIPTILINA 50 MG	CP	RANBAXY	4.000,000	0,4400	1.760,00
228	OMEPRAZOL 20 MG COMPRIM.	CP	GEOLAB	150.000,000	0,0500	7.500,00
239	PERMETRINA 5% LOÇÃO	FR	IFAL	100,000	2,4300	243,00
248	Quetiapina 100 mg	CP	GEOLAB	4.000,000	0,4900	1.960,00
249	Quetiapina, fumarato 25mg	UN	GEOLAB	15.000,000	0,2100	3.150,00
261	Simeticona 125mg	CP	BRAINFARMA	8.000,000	0,1400	1.120,00
262	Simeticona 75mg/ml	FR	NATULAB	1.000,000	0,8800	880,00
273	SULFATO FERROSO CPR 40mg	CP	VITAMED	50.000,000	0,0300	1.500,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS**

Página: 4/14  
 Processo Nº.: 66/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

**Fornecedor: 2062 - ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	Acido Acetil Salicilico 100mg	CP	Imec	180.000,000	0,0200	3.600,00
9	Acido acetilsalicilico tamponado 100 mg	CP	EMS	16.000,000	0,1600	2.560,00
10	Acido acetilsalicilico tamponado 325mg comp.	CP	EMS	5.000,000	0,2600	1.300,00
17	ALENDRONATO DE SODIO 70mg	CP	Elofar	5.000,000	0,2400	1.200,00
41	Benzil penicilina + procaina 300.000 UI	AMP	Blausiegel	300,000	6,1700	1.851,00
42	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI FRAS-AMPOL	FR	Teuto	500,000	10,1600	5.080,00
43	Benzilpenicilina benzatina 600.00 UI	FR	Teuto	100,000	8,8600	886,00
44	Benzoilmetronidazol 40mg/ml susp.	FR	Farmace	80,000	2,4400	195,20
48	Brometo de Escopolamina 10mg	CP	União Quimic	6.000,000	0,4900	2.940,00
49	Brometo de Ipratrópio 0,020mg + bromidrato de fenoterol 0,05	UN	Boehringer	20,000	14,1600	283,20
50	Bromoprida 4mg/ml	FR	Mariol	600,000	1,0600	636,00
51	Bromoprida 5mg/ml inj.	AMP	Hipolabor	300,000	0,7200	216,00
63	Carvedilol 12,5mg	CP	Torrent	15.000,000	0,1200	1.800,00
64	Carvedilol 25mg	CP	Torrent	6.000,000	0,1600	960,00
65	Carvedilol 3,125mg	CP	Torrent	12.000,000	0,0900	1.080,00
66	Carvedilol 6,25mg	CP	Torrent	15.000,000	0,1100	1.650,00
67	Cefalexina 250mg/5ml - 60ml	FR	Teuto	400,000	5,5000	2.200,00
68	Cefalexina 500 mg(generico) unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote a seguinte informação, nome do principio ativo, dosagem, lote e validade embalagem hospitalar	CP	Teuto	20.000,000	0,4000	8.000,00
69	CEFTRIAXONA 500mg IM C/ ANESTÉSICO SÓDICA	AMP	Eurofarma	100,000	10,0400	1.004,00
70	Ceftriaxona sódica 1 g IM c/ diluente	AMP	Abl	100,000	6,4100	641,00
78	Citalopram 20mg	CP	Torrent	30.000,000	0,1300	3.900,00
80	Clindamicina 300 mg EV , fosfato (396mg) 2 ml	CP	Hypofarma	4.000,000	3,7800	15.120,00
100	DELTAMETRINA SHAMPOO C/ 100 ML.	UN	Medquimica	300,000	6,2400	1.872,00
134	FENITOINA 100mg cp	CP	Teuto	10.000,000	0,2400	2.400,00
135	FENOBARBITAL 100MG CPR	CP	Teuto	20.000,000	0,0900	1.800,00
136	Fenobarbital 40mg/ml gts c/ 20ml	FR	Uniao Quimic	200,000	3,1100	622,00
137	FENOTEROL (BROMIDRATO) 0,5% GOTAS	FR	Prati Donaduz	800,000	2,4500	1.960,00
138	Finasterida 5mg	CP	Aurobindo	8.000,000	0,4700	3.760,00
141	FLUOXETINA cloridrato 20mg	CP	Teuto	50.000,000	0,0500	2.500,00
147	Gliclazida 30 mg liberação prolongada	CP	Torrent	4.000,000	0,2400	960,00
148	Glimepirida 2mg	CP	Cimed	12.000,000	0,0900	1.080,00
149	Glimepirida 4mg	CP	NeoQuimica-E	10.000,000	0,4100	4.100,00
165	IPRATRÓPIO 0,250 MG/ML C/ 20 ML	FR	Hipolabor	1.000,000	0,6800	680,00
172	Ivermectina 6mg	CP	Vitapan-Vitam	2.000,000	0,2000	400,00
174	Lamotrigina 100mg	CP	Teuto	6.000,000	0,3000	1.800,00
192	Lorazepam 2mg	CP	Teuto	5.000,000	0,0800	400,00
198	Memantina, cloridrato 10mg comp	UN	Arrow-Actavis	8.000,000	0,3500	2.800,00
201	METILDOPA 250 MG	CP	Sanval	15.000,000	0,2400	3.600,00
202	METILDOPA 500 MG	CP	Sanval	15.000,000	0,4800	7.200,00
220	NITROFURANTOÍNA 100mg	CP	Teuto	6.000,000	0,1600	960,00
221	NORETISTERONA 50 MG/ML + ESTRADIOL 5 MG/ML	AMP	Cifarma-Mabr	100,000	6,5000	650,00
222	NORETISTERONA 0,35 MG	CP	Biolab	3.500,000	0,1900	665,00
231	PARACETAMOL 200 MG/ML C/ 15 ML GOTAS	FR	Hipolabor	1.500,000	0,5700	855,00
232	PARACETAMOL 300 MG + CARISOPRODOL 125 MG + DICLOFENACO SÓDICO 50 MG + CAFEÍNA 30 MG.	CP	NeoQuimica-E	30.000,000	0,1400	4.200,00
233	PARACETAMOL 500 MG CPR	CP	Prati Donaduz	50.000,000	0,0500	2.500,00
234	Paracetamol 500+codeína 30mg	CP	Geolab	20.000,000	0,2800	5.600,00
235	PARACETAMOL 750 MG CPR	CP	Zydus	50.000,000	0,0800	4.000,00
240	Prednisolona 3mg/ml sol oral frasco 60 ml	FR	Hipolabor	800,000	3,5200	2.816,00
241	Prednisona 20mg UNITARIZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO, DELIMITADA POR PICOTE, A SEGUINTE INFORMAÇÃO, NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE. EMBALAGEM HOSPITALAR.	CP	NeoQuimica-E	14.000,000	0,2000	2.800,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS**

Página: 5/14  
 Processo Nº.: 66/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

**Fornecedor: 2062 - ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
242	Prednisona 5mg UNITARIZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO, DELIMITADA POR PICOTE, A SEGUINTE INFORMAÇÃO, NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE. EMBALAGEM HOSPITALAR.	CP	Vitapan-Vitam	10.000,000	0,0800	800,00
252	Risperidona 1 mg	CP	Torrent	8.000,000	0,1400	1.120,00
253	Risperidona 2mg	CP	Torrent	15.000,000	0,1400	2.100,00
255	SALBUTAMOL 2 MG CPR	CP	GSK	3.000,000	0,1800	540,00
256	Salbutamol aerosol 100mcg/jato dose frasco c/ 200 doses	FR	GSK	30,000	11,5000	345,00
257	SALBUTAMOL XAROPE C/ 120 ML.	FR	Prati Donaduz	400,000	1,2200	488,00
258	Salmeterol 25mcg + fluticasona 125mcg/dose spray fr 120 doses	FR	GSK	10,000	94,0700	940,70
259	Secnidazol 1000MG	CP	Pharlab	1.000,000	0,4900	490,00
270	Sulfametox. 40mg+Trimetop. 8mg/ml Susp. Oral 100ml(Genérico)	FR	Teuto	400,000	1,5300	612,00
271	Sulfametoxazol +Trimetoprima 400/80mg (Genérico)	CP	Teuto	12.000,000	0,0900	1.080,00
277	Tiamina, cloridrato 300 mg	CP	Natulab	8.000,000	0,1700	1.360,00
281	Valproato de sodio/acido valproico 300mg	CP	Torrent	12.000,000	0,6000	7.200,00

**Fornecedor: 2222 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
25	AMINOFILINA 100 MG	CP	BRAINFARMA	12.000,000	0,0600	720,00
39	Baclofeno 10 mg, comprimidos.	CP	TEUTO	4.000,000	0,1100	440,00
54	Butilbrometo de escopolamina 10mg+dipirona 250mg	CP	PHARLAB	15.000,000	0,4200	6.300,00
55	Butilescopolamina, brometo 6,67mg + dipirona sodica 333	FR	MEDQUIMICA	500,000	5,6400	2.820,00
90	CLORPROPAMIDA 250 MG CP	CP	PFIZER	15.000,000	0,4700	7.050,00
91	Clortalidona 25mg	CP	EMS	15.000,000	0,1300	1.950,00
92	Clortalidona 50mg	CP	EMS	4.000,000	0,2100	840,00
107	Diclofenaco pot 50mg	CP	BRAINFARMA	25.000,000	0,0600	1.500,00
108	DICLOFENACO RESINATO 15mg/ml gotas	FR	VITAMEDIC	150,000	2,4700	370,50
109	Diclofenaco Sódico 75mg 3ml injetavel	AMP	HIPOLABOR	1.000,000	0,5700	570,00
130	Estradiol 1mg	CP	BIOLAB	3.000,000	0,8100	2.430,00
131	Estríol creme vag 1mg/g tb 50g	BIS	SANVAL	50,000	8,5800	429,00
155	HIDRALAZINA 25mg cp	CP	NOVARTIS	4.000,000	0,2700	1.080,00
156	Hidralazina,cloridrato 50mg	UN	NOVARTIS	5.000,000	0,3600	1.800,00
166	Isoflavona 75mg	CP	VITAMED	12.000,000	0,4000	4.800,00
167	ISOSSORBIDA 20 MG	CP	BIOSINTETIC	8.000,000	0,1500	1.200,00
168	ISOSSORBIDA 40 MG	CP	ZYDUS	6.000,000	0,2300	1.380,00
169	ISOSSORBIDA 5 MG SUB-LINGUAL, MONONITRATO	CP	SANVAL	5.000,000	0,1600	800,00
170	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 10 MG (GENERICO)	CP	EMS	5.000,000	0,2800	1.400,00
171	Itraconazol 100mg	CP	BRAINFARMA	3.000,000	0,5900	1.770,00
188	Lidocaina Clor. 2% 20mg/g gel	BIS	HIPOLABOR	50,000	1,8200	91,00
195	MEBENDAZOL 100 MG	CP	SOBRAL	2.000,000	0,0400	80,00
196	MEBENDAZOL 20 MG/ML C/ 30 ML	FR	SOBRAL	400,000	1,1300	452,00
206	METRONIDAZOL 250 MG CPR	CP	BRAINFARMA	20.000,000	0,1100	2.200,00
207	METRONIDAZOL 400 MG	CP	TEUTO	5.000,000	0,3000	1.500,00
208	METRONIDAZOL CREME VAGINAL C/ APLICADOR (GENERICO)	BIS	PRATI	400,000	4,1600	1.664,00
223	NORFLOXACINO 400mg	CP	MEDQUIMICA	4.000,000	0,2500	1.000,00
243	PROMETAZINA 25mg cp	CP	TEUTO	6.000,000	0,0800	480,00
247	PROPANOLOL 40MG CP	CP	OSORIO DE M	10.000,000	0,0100	100,00
268	Sulfadiazina 500mg	CP	SOBRAL	3.000,000	0,1700	510,00
269	Sulfadiazina de prata creme 1 por cento 30gr	BIS	PRATI	200,000	3,7600	752,00

**Fornecedor: 2787 - PROMEFARMA REPRES. COMERCIAIS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	Acido Folico 5mg	CP	NATULAB	30.000,000	0,0400	1.200,00
23	Ambroxol 30mg/5ml	FR	FARMACE	500,000	1,5300	765,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS**

Página: 6/14  
 Processo Nº.: 66/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

**Fornecedor: 2787 - PROMEFARMA REPRES. COMERCIAIS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
24	Ambroxol xarope pediátrico 15mg/ml	FR	FARMACE	500,000	1,4300	715,00
76	CINARIZINA 75 MG	CP	HYPERMARC	15.000,000	0,0900	1.350,00
112	Dipirona sódica 500mg	CP	GREENPHAR	30.000,000	0,0700	2.100,00
113	Dipirona Sódica 50mg/ml - frasco com 10ml gotas	FR	FARMACE	1.500,000	0,5600	840,00
117	DOXAZOSINA mezilato 2mg	CP	SANDOZ	15.000,000	0,1200	1.800,00
118	Doxazosina , mesilato 4mg	CP	SANDOZ	8.000,000	0,3400	2.720,00
125	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML SUBCUTÂNEA	AMP	EUROFARMA	100,000	16,9000	1.690,00
140	Flunarizina 10 mg	CP	HYPERMARC	5.000,000	0,0700	350,00
161	Ibuprofeno 300mg	UN	HYPERMARC	30.000,000	0,1100	3.300,00
162	Ibuprofeno 600 mg	CP	PRATI	40.000,000	0,0800	3.200,00
163	IBUPROFENO 100ML/ML GTS (ALIVIUM)	FR	MEDQUIMICA	1.000,000	2,4900	2.490,00
209	Miconazol creme dermatologico 20mg/g c/28g	BIS	PRATI	200,000	1,3300	266,00
210	MICONAZOL CREME VAGINAL 80 G	BIS	PRATI	300,000	5,0600	1.518,00
227	OLEO MINERAL SUSP	FR	FARMACE	250,000	1,8400	460,00
246	PROPILOTIOURACILA 100MG	CP	BIOLAB	5.000,000	0,5600	2.800,00
263	Sinvastatina 20mg	CP	SANDOZ	50.000,000	0,0600	3.000,00
264	Sinvastatina 40mg	CP	SANDOZ	40.000,000	0,1200	4.800,00
275	Tiamazol 10mg	CP	BIOLAB	8.000,000	0,3700	2.960,00
276	Tiamazol 5mg	CP	BIOLAB	7.000,000	0,1900	1.330,00
278	Tobramicina 3mg/ml 5 ml	FR	HYPERMARC	200,000	2,7000	540,00

**Fornecedor: 3817 - COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	ALOPURINOL 100mg cp	CP	PRATI DONAI	8.000,000	0,0500	400,00
19	ALOPURINOL 300mg	CP	PRATI DONAI	8.000,000	0,1400	1.120,00
26	Amiodarona 200mg	CP	GEOLAB	12.000,000	0,2900	3.480,00
27	AMITRIPTILINA 25 MG (TRIPTANOL)	CP	TEUTO	70.000,000	0,0300	2.100,00
32	Anlodipino 10mg	CP	GEOLAB	16.000,000	0,0500	800,00
33	ANLOPIDINO 5MG CP	CP	GEOLAB	45.000,000	0,0300	1.350,00
34	ATENOLOL 100mg cp	CP	PRATI DONAI	8.000,000	0,0600	480,00
35	Atenolol 25mg	CP	PRATI DONAI	10.000,000	0,0300	300,00
36	Atenolol 50mg	CP	PRATI DONAI	80.000,000	0,0400	3.200,00
57	CAPTOPRIL 25 MG CPR	CP	MEDQUIMICA	20.000,000	0,0200	400,00
58	CAPTOPRIL 50 MG compr.	CP	PRATI DONAI	60.000,000	0,0400	2.400,00
61	Carbonato de calcio 1250mg(equiv a 500mg de calcio	CP	IMEC	10.000,000	0,0900	900,00
62	CARBONATO DE LITIO 300 mg cp	CP	HIPOLABOR	15.000,000	0,1500	2.250,00
95	Colagenase + clorafenicol 0.6.ui/g+0.01 30g	BIS	CRISTALIA	200,000	9,5000	1.900,00
111	DIOSMINA + HESPERIDINA 450/50 MG	CP	NEO Q/HYP/E	20.000,000	0,3600	7.200,00
127	ESPIRINOLACTONA 100mg	CP	HIPOLABOR	5.000,000	0,3900	1.950,00
128	Espironolactona 25mg	CP	ASPEN	40.000,000	0,1500	6.000,00
129	Espironolactona 50mg	CP	HIPOLABOR	8.000,000	0,2200	1.760,00
154	Heparina sódica 5000 UI/ SC 0,25 ml amp	UN	CRISTALIA	300,000	4,7300	1.419,00
164	IMIPRAMINA comp. 25 mg	CP	CRISTALIA	6.000,000	0,2600	1.560,00
203	Metilfenidato 10mg	CP	NOVARTIS	5.000,000	1,0000	5.000,00
250	RANITIDINA 150 mg cpr	CP	MEDQUIMICA	12.000,000	0,0700	840,00
251	RANITIDINA 150mg/10ml	FR	NATIVITA	100,000	3,9200	392,00
272	Sulfato ferroso 125mg/ml (equivalente a 25mg/ml ferro) fr 30ml	FR	HIPOLABOR	150,000	0,7500	112,50
279	Tramadol 100mg	UN	CRISTALIA	5.000,000	1,6300	8.150,00
280	TRAMADOL 50mg	CP	HIPOLABOR	20.000,000	0,2000	4.000,00
284	Varfarina Sódica 5mg	CP	TEUTO	10.000,000	0,1100	1.100,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS**

Página: 7/14  
 Processo Nº.: 66/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

**Fornecedor: 4126 - VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
52	Budesonida nasal aq 50 mcg	FR	Biosintética	30,000	12,5000	375,00
75	Cilostazol 100mg	CP	Biosintética	12.000,000	0,4000	4.800,00
114	Dissulfiram 250mg	CP	Sanofi-Aventis	3.000,000	0,3000	900,00
175	Levodopa 200mg +benserazida 50mg	CP	Ache	12.000,000	0,8300	9.960,00
181	Levotiroxina sódica 100mcg	UN	Ache	15.000,000	0,0700	1.050,00
182	Levotiroxina sódica 125mcg	CP	Ache	7.000,000	0,1200	840,00
183	Levotiroxina sódica 150mcg	CP	Ache	5.000,000	0,1300	650,00
184	LEVOTIROXINA SODICA 25mcg CP	CP	Ache	20.000,000	0,0700	1.400,00
185	LEVOTIROXINA SODICA 50mcg CP	CP	Ache	25.000,000	0,0600	1.500,00
186	Levotiroxina 75mcg	CP	Ache	16.000,000	0,0900	1.440,00
187	Levotiroxina 88mcg	CP	Ache	5.000,000	0,1200	600,00
211	Montelucaste sodico 4 mg sachê granulado	SACH	Ache	600,000	0,5300	318,00
265	Succionato de Metoprolol 100mg	CP	Astrazeneca	8.000,000	1,1600	9.280,00
266	Succionato de Metoprolol 25mg	CP	Astrazeneca	4.000,000	0,3600	1.440,00
267	Succionato de Metoprolol 50mg	CP	Astrazeneca	12.000,000	0,7100	8.520,00

**Fornecedor: 4166 - DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
197	Meloxicam 15 mg	CP	PHARLAB	15.000,000	0,0900	1.350,00

**Fornecedor: 91254 - ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
96	Colchicina 0,5mg	CP	GREENPHAR	3.000,000	0,1300	390,00
115	Divalproato de sódio 250mg	CP	ZYDUS	2.000,000	0,4600	920,00
116	Divalproato de sódia 500mg	CP	ZYDUS	8.000,000	0,6000	4.800,00
189	Loperamida 2mg	CP	GLOBO	8.000,000	0,0700	560,00
193	LOSARTANA 100 MG	CP	GERMED	20.000,000	0,2300	4.600,00
194	Losartana 50mg	CP	PRATI	10.000,000	0,0400	400,00

**Fornecedor: 91278 - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
40	Beclometasona aerosol 250mcg/dose com 200 erogações	UN	CHIESI	30,000	45,0000	1.350,00
53	BUPROPIONA 150mg	CP	EMS	5.000,000	0,3600	1.800,00
59	CARBAMAZEPINA 200MG CPR	CP	HYPERMARC	30.000,000	0,0800	2.400,00
60	Carbamazepina solução oral 2% 100ml(generico)	FR	MEDLEY	200,000	5,6500	1.130,00
79	Claritromicina 500 mg	CPS	EMS	420,000	3,0500	1.281,00
106	Diazepam 10mg	CP	SANTISA	35.000,000	0,0400	1.400,00
119	Doxiciclina 100 mg	CP	PHARLAB	4.000,000	0,1400	560,00
126	ESPIRAMICINA 1,5 UI	CP	SANOFI	1.400,000	3,0500	4.270,00
160	HIDROXIQUINOLINA + TRIETANOLAMINA SOLUÇÃO OTOLÓGICA 8 ML	FR	NOVARTIS	100,000	10,0000	1.000,00
229	OXCARBAMAZEPINA 300mg	CP	RANBAXY	12.000,000	0,4600	5.520,00
238	Pericazina 4% sol gotas 20 ml	FR	SANOFI	40,000	15,0300	601,20
274	TETRACICLINA 500 MG CPR	CP	PRATI	2.000,000	0,1700	340,00
285	Verapamil 80mg	CP	PRATI	3.000,000	0,0700	210,00

**Fornecedor: 91490 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
120	Dropopizina 1,5mg/ML xpe 120ml	FR	HYPERMARC	300,000	2,4400	732,00
121	Dropopizina 3mg/ML xpe 120ml	FR	HYPERMARC	600,000	3,4800	2.088,00
153	Harpagophytum procubens 400mg	CP	APSEN	4.000,000	1,8600	7.440,00
226	Nutren 400mg	LT	NESTLE	40,000	45,0000	1.800,00
230	Oxibutinina 5 mg	CP	APSEN	4.000,000	0,6500	2.600,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS**

Página: 8/14

**Processo Nº.: 66/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017**

**Fornecedor: 91490 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
245	Propatilnitrato 10mg	CP	SANKYO	20.000,000	0,3800	7.600,00

**Fornecedor: 91491 - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Acebrofilina xpe 25mg/5ml pediatrico 120 ml	FR	PRATI	500,000	2,7300	1.365,00
2	Acebrofilina xpe 50mg/5ml adulto 120 ml	FR	CIMED	500,000	3,8700	1.935,00
6	ACICLOVIR 200mg cpr	CP	CIMED	8.000,000	0,2900	2.320,00
7	Aciclovir creme 10g	BIS	PRATI	200,000	2,4900	498,00
85	Clopidogrel 75mg	CP	AUROBINDO	28.000,000	0,3700	10.360,00
110	DIGOXINA 0,25 MG	CP	PHARLAB	12.000,000	0,0400	480,00
122	Enalapril, maleato de 10mg	CP	MEDQUIMICA	10.000,000	0,0400	400,00
123	Enalapril, maleato de 20mg	CP	CIMED	70.000,000	0,0400	2.800,00
124	Enalapril, maleato de 5mg	CP	CIMED	20.000,000	0,0500	1.000,00
144	FUROSEMIDA 40 MG	CP	HIPOLABOR	60.000,000	0,0300	1.800,00
146	GLIBENCLAMIDA 5 MG CPR	CP	MEDQUIMICA	10.000,000	0,0200	200,00
173	Lactulose 667/ mg/ml	UN	NUTRIEX	200,000	6,0800	1.216,00
176	Levofloxacin 500 mg	CP	ZYDUS	3.000,000	0,7800	2.340,00
190	LORATADINA 10mg CP	CP	CIMED	12.000,000	0,0500	600,00
191	LORATADINA 1mg/ml FR	FR	PRATI	300,000	1,8500	555,00
199	Metformina 500mg	CP	PRATI	20.000,000	0,0600	1.200,00
200	METFORMINA 850 mg	CP	PRATI	20.000,000	0,0500	1.000,00
204	METOCLOPRAMIDA 10 mg comp.	CP	HIPOLABOR	16.000,000	0,0600	960,00
205	METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML C/ 10 ML GOTAS	FR	MARIOL	600,000	0,5300	318,00
216	Nimesulida 100mg	CP	CIMED	50.000,000	0,0500	2.500,00
217	Nimesulida 50mg/ml - frasco com 15ml	FR	GEOLAB	500,000	1,6200	810,00
236	Paroxetina 20mg	CP	ZYDUS	25.000,000	0,1700	4.250,00
260	Sertralina , cloridrato de 50mg	CP	GEOLAB	50.000,000	0,1000	5.000,00

**Fornecedor: 91836 - GRAMS & GRAMS LTDA. - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	Alprazolam 0,5mg	CP	EMS	15.000,000	0,0900	1.350,00
21	Alprazolam 1mg	CP	EMS	12.000,000	0,0800	960,00
22	Alprazolam 2 mg	CP	EMS	8.000,000	0,1500	1.200,00
81	Clomipramina 25mg	CP	GERMED	12.000,000	0,6400	7.680,00
86	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,150mg	CP	BOEHRINGER	8.000,000	0,2400	1.920,00
87	Cloridrato de clonidina 0,200mg	CP	BOEHRINGER	5.000,000	0,2900	1.450,00
93	Cloxacolan 1mg	CP	SANDOZ	4.000,000	0,6200	2.480,00
94	Cloxacolan 2mg comp.	CP	SANDOZ	4.000,000	0,9800	3.920,00
97	Colirio anestésico (cloridrato de tetracaina + fenilefrina	UN	ALLERGAN	10,000	7,3000	73,00
237	Pentoxifilina 400mg	CP	GERMED	3.000,000	0,5300	1.590,00
282	Valsartana 160mg	CP	EMS	6.000,000	0,3000	1.800,00
283	Valsartana 320mg	CP	EMS	5.000,000	0,4900	2.450,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS**

Página: 9/14  
**Processo Nº.: 66/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017**

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será até 31 de dezembro do ano corrente a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS**

Página: 10/14  
**Processo Nº.: 66/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017**

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS**

Página: 11/14  
Processo Nº.: 66/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS**

Página: 12/14  
Processo Nº.: 66/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, conform normativa municipal, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS**

Página: 13/14  
Processo Nº.: 66/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS**Página: 14/14  
Processo Nº.: 66/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvras para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Catanduvras, 27 de Junho de 2017.

**DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	CNPJ: 20.590.555/0001-48	_____
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 04.217.590/0001-60	_____
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	CNPJ: 03.652.030/0001-70	_____
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.	CNPJ: 67.729.178/0004-91	_____
DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 95.368.320/0001-05	_____
DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 02.520.829/0001-40	_____
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	CNPJ: 76.386.283/0001-13	_____
GRAMS & GRAMS LTDA. - ME	CNPJ: 10.448.145/0001-03	_____
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 12.889.035/0001-02	_____
PROMEFARMA REPRES. COMERCIAIS LTDA	CNPJ: 81.706.251/0001-98	_____
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	CNPJ: 04.889.315/0001-92	_____
VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	CNPJ: 00.088.317/0001-21	_____

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0006/2017**

Publicação Nº 1405665

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CATANDUVAS**

Página: 1/7  
**Processo Nº.: 68/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2017**

No dia 6 do mês de Julho do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE CATANDUVAS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.414/0001-45, com sede administrativa localizada na Rua Felipe Schmidt, bairro Centro, CEP nº. 89670-000, nesta cidade de Catanduvás/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 195.397.549-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 56/2017. Processo Licitatório nº. 68/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS DA FROTA OFICIAL DO MUNICIPIO DE CATANDUVAS CONFORME DESCRITIVO EM ANEXO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
270	LINDONIR RAMPAZZO	2, 3, 1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 22472017(Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
LINDONIR RAMPAZZO	00.972.176/0001-05	LINDONIR RAMPAZZO	789.393.309-78

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS DA FROTA OFICIAL DO MUNICIPIO DE CATANDUVAS CONFORME DESCRITIVO EM ANEXO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 270 - LINDONIR RAMPAZZO						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviços mecânicos hidráulicos e serviços de torno Serviços mecânicos de solda - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de freios e suspensão Serviços de chapeação e funilaria - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de injeção eletrônica e bomba injetora - incluindo material Serviços mecânicos básicos - incluindo troca de peças em veículos rodoviários pesados (Ex. Ônibus e Micro Ônibus e Cortador de grama) que pertencem a secretaria de Educação, Cultura e Desporto.	HR		200,000	83,0000	16.600,00
2	Serviços mecânicos hidráulicos e serviços de torno Serviços mecânicos de solda - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de freios e suspensão Serviços de chapeação e funilaria - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de injeção eletrônica e bomba injetora - incluindo material Serviços mecânicos básicos - incluindo troca de peças em veículos rodoviários pesados (Ex. ambulâncias) que pertencem a secretaria da Secretaria de Saude.	HR		200,000	63,0000	12.600,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Página: 2/7  
**Processo Nº.: 68/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2017**

**Fornecedor: 270 - LINDONIR RAMPAZZO**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Serviços mecânicos hidráulicos e serviços de torno Serviços mecânicos de solda - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de freios e suspensão Serviços de chapeação e funilaria - incluindo material Serviços mecânicos de manutenção de injeção eletrônica e bomba injetora - incluindo material Serviços mecânicos básicos - incluindo troca de peças em veículos rodoviários pesados e veículos leves que pertencem ao Corpo de Bombeiros Militar de Catanduvas. - Funrebom	HR		200,000	83,0000	16.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será até 31 de dezembro do ano corrente a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CATANDUVAS**Página: 3/7  
**Processo Nº.: 68/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2017****CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CATANDUVAS**Página: 4/7  
Processo Nº.: 68/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2017**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CATANDUVAS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 68/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, conform normativa municipal, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 68/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CATANDUVAS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 68/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Catanduvas, 6 de Julho de 2017.

**DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS  
PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

LINDONIR RAMPAZZO

CNPJ: 00.972.176/0001-05

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2017

Publicação Nº 1404891

LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2017, de 18 de Outubro de 2017.

“Dispõe sobre alteração do Anexo II e Anexo III-A do Plano Diretor do Município de Caxambu do Sul/SC (Lei n. 1.156/2008) para alterar as áreas compreendidas no zoneamento Eixo de Densificação Urbana (EDU), e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 71 da Lei Orgânica Municipal, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e sancionou a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado o enquadramento das Ruas Ângelo Rolin de Moura e da Rua Do Comércio, passando de Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária – ZODUP, para Eixo de Densificação Urbana – EDU.

§1º Integram a classificação de Eixo de Densificação Urbana – EDU:

I - Avenida Presidente Getúlio Vargas, entre a Rua Selvino Burtet e a Rua Santa Catarina;

II – Rua Demétrio Alves da Silva, entre a Rua Almirante Barroso e a Rua Pedro Ivo Campos

III – Rua Do Comércio, entre a Avenida Presidente Getúlio Vargas e a Rua Almirante Barroso;

IV – Rua Ângelo Rolin de Moura.

§2º As ruas enquadradas no Eixo de Densificação Urbana – EDU, respeitarão os parâmetros estabelecidos no Anexo IV – Tabela de Parâmetros Urbanísticos do Plano Diretor Municipal.

Art. 2º. Fica alterado o Anexo II do Plano Diretor Municipal (Lei n. 1.156/2008), conforme conteúdo do Anexo I da presente Lei e definidas as alterações no Mapa do Macrozoneamento – Município, passando a integrar o Plano Diretor Municipal sob a rubrica “Anexo II-A”.

Art. 3º. Fica alterado o Anexo III-A do Plano Diretor Municipal (Lei n. 1.156/2008), conforme conteúdo do Anexo II da presente Lei e definidas as alterações no Mapa do Macrozoneamento – Núcleo Urbano e o Perímetro Urbano, passando a integrar o Plano Diretor Municipal sob a rubrica “Anexo III-B”.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 18 de outubro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

Anexo I

Substitui o Anexo II do Plano Diretor Municipal

“ANEXO II-A

MAPA DO MACROZONEAMENTO – MUNICÍPIO”

Anexo II

Substitui o Anexo III-A do Plano Diretor Municipal

“ANEXO III-B

MAPA DO MACROZONEAMENTO – NÚCLEO URBANO”

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### CONTRATO DE ADITIVO 1

Publicação Nº 1405234

MINUTA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 95/2017

ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA INOVAR CONSTRUÇÕES.

Pelo presente termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.493.343/0001-22, com sede sito à Rua Dom Daniel Hostin nº 930, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representado por seu titular o Senhor ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Celso Ramos - SC, e a empresa INOVAR CONSTRUÇÕES – SEDENIR DE LORENZI, inscrita no CNPJ nº 13.793.660/0001-19, com sede na Rua Dom Daniel Hostin, Centro, município de Celso Ramos - SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada por SEDENIR DE LORENZI, inscrito no CPF sob o nº 050.948.279-10, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo Processo Licitatório nº 44/2017, Tomada de Preços 04/2017, que se regerá nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, atendida as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a substituição de alguns materiais utilizados na construção das casas objeto da licitação, tendo em vista a impossibilidade da contratada realizar parte da obra com a madeira especificada no memorial descritivo, com a consequente realização de serviços adicionais de pintura interna e externa em forma de compensação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O valor total dos serviços de pintura interna e externa, a serem executados nas casas objeto deste termo aditivo, em forma de compensação pela substituição dos materiais será de R\$ 1.806,14 (mil oitocentos e seis reais e quatorze centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 11 de outubro de 2017.

.....  
Prefeitura Municipal de Celso Ramos  
Contratante

.....  
Inovar Construções  
Contratada

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**CONTRATOS 118 E 119**

Publicação Nº 1405284

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS**

Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
621	95/2017-1	18/10/2017	31/12/2017	44/2017	Não	1.806,14		CONSTRUÇÃO DE CASAS	INOVAR CONSTRUCAO, COMPRA E VENDA DE IMC
	Objeto:	CONSTRUÇÃO DE 05 CASAS EM MATERIAIS MISTOS DE 42,00 M2 COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
622	118/2017	18/10/2017	31/12/2017	65/2017	Não	2.837,05		MATERIAL DIDATICO E EXPED L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS P/ ESCRITOR	
	Objeto:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA E ANEXOS DO EDITAL.							
623	119/2017	18/10/2017	31/12/2017	65/2017	Não	7.730,00		MATERIAL DIDATICO E EXPED MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	
	Objeto:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA E ANEXOS DO EDITAL.							
Total: 3									



# Cerro Negro

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº. 05/2017 – PMCN**

Publicação Nº 1405215

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2017

O Prefeito Municipal torna público que ratificou o ato do Senhor Adenilson Rodrigues Da Silva, Secretário Municipal de Agricultura, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, visando à contratação de empresa para conserto das bombas d'água das Comunidades de Cruzeirinho e Tanque, em caráter emergencial, em favor da empresa GISLEINE VENITE ROSA RIBAS DE MATOS, pelo valor total de R\$ 16.230,00 (dezesseis mil duzentos e trinta reais).

Cerro Negro, SC, 02 de outubro de 2017.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 34.725, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1405701

DECRETO Nº. 34.725, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

Abre crédito no orçamento vigente.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó e autorização contida na Lei Municipal nº 6920/16 de 14 de Dezembro de 2016.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA

09.09 - Secretaria de Infraestrutura Urbana

(260) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.251-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....161.000,00

13 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

13.13 - Encargos Gerais do Município

(357) 3.3.50.00.00.00.00.00.0.971-1000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu .....  
..... 56.763,00

..... 56.763,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA

09.09 - Secretaria de Infraestrutura Urbana

(258) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.251-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....161.000,00

13 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

13.13 - Encargos Gerais do Município

(358) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.971-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....56.763,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 25 de setembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº. 34.726, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1405702

DECRETO Nº. 34.726, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Orçamentário pelo Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2017.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó, autorização contida na Lei Municipal nº 7036/17 de 20 de setembro de 2017.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.02 - Gabinete do Prefeito

(493) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.033-1640 - Aplicação Direta .....  
..... 200.000,00

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED

06.06 - Secretaria de Educação

(492) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.134-1620 - Aplicação Direta .....  
..... 2.500.000,00

09 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA

09.09 - Secretaria de Infraestrutura Urbana

(482) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.251-1640 - Aplicação Direta .....  
..... 1.100.000,00

(482) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.251-1640 - Aplicação Direta .....  
..... 3.000.000,00

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação com base na tendência do exercício nas fontes de recursos abaixo relacionadas:

Fonte de Recurso: 1620 – Transferências de Convênios - Estado – Educação

Fonte de Recurso: 1640 – Transferências de Convênios - Estado - Outros

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 25 de setembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº. 34.765, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1405703

DECRETO Nº. 34.765, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Amplia limite máximo de horas extras para servidores lotados na Secretaria de Infraestrutura Urbana, Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e na Superintendência Regional da Grande Efapi.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece o parágrafo único do artigo 61 da Lei Complementar nº. 130/01,

DECRETA :

Art. 1º. Fica autorizada a ampliação do limite máximo de horas extras, para até 60 horas mensais, para até 25 (vinte e cinco) cargos de Operador de Máquinas, até 26 (vinte e seis) cargos de Motoristas, até 01 (um) cargo de Borracheiro e até 02 (dois) cargos de Pedreiro, lotados na Secretaria de Infraestrutura Urbana, Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e na Superintendência Regional da Grande Efapi, no período de 06 de setembro de 2017 a 30 de novembro de 2017.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06 de setembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº. 34.766, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405704

DECRETO Nº. 34.766, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 34.448, de 10 de julho de 2017, que nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. O item 2 da alínea "d" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 34.448, de 10 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....

I - .....

d) .....

2. Suplente: Roselaine Barboza Vinhas."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº. 34.767, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405705

DECRETO Nº. 34.767, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 31.499, de 04 de setembro de 2015, que nomeia os membros que constituem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica Municipal de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O item 2 da alínea "h" do inciso IV do artigo 1º do Decreto nº. 31.499, de 04 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....

IV - .....

h) .....

2. Suplente - Tania Mara Zancanaro Pieckowski - Universidade Comunitária da Região de Chapecó/Unochapecó."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº. 34.768, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405706

DECRETO Nº. 34.768, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 32.929, de 18 de julho de 2016, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CM-DCA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso

das atribuições que lhe conferem o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. O item 2 da alínea "a" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 32.929, de 18 de julho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....

I - .....

a) .....

2 - Suplente - Andréia Reinheimer."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº. 34.769, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405707

DECRETO Nº. 34.769, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 34.501, de 19 de julho de 2017, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. As alíneas "a" e "b" do inciso V do artigo 1º do Decreto nº. 34.501, de 19 de julho de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....

V - .....

a) SILVIA PESENTE - Titular;

b) SANDRA SCHOOL - Suplente."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº. 34.770, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405708

DECRETO Nº. 34.770, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 34.388, 29 de junho de 2017 que dispõe sobre a constituição e nomeação dos membros da Comissão de Sistematização das Propostas de Melhorias do Plano Diretor de Chapecó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Os incisos II e V do artigo 1º do Decreto nº. 34.388, 29 de junho de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....

II - CARLOS EDUARDO ZAMIN - Engenheiro Civil

[...]

v - LEILA ANTONINI DE SOUZA - Diretoria de Mobilidade"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

## **DECRETO Nº. 34.771, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405709

DECRETO Nº. 34.771, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, mais o que estabelece a Lei nº. 4.878 de 21 de Setembro de 2005.

DECRETA :

Art.1º Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Com Deficiência/COMDE, para o mandato de 2017 a 2019:

I - REPRESENTANTES DA ESFERA DO GOVERNO MUNICIPAL:

a) Secretaria de Assistência Social/SEASC:

1 - Titular – Gilmar Cortina

2 - Suplente – Zuleica Auler Magnan

b) Secretaria de Educação/SEDUC:

1 - Titular – Jucilei Perin

2 - Suplente – Alessandra Todeschini

c) Secretaria de Desenvolvimento Urbano/SEDUR:

1 - Titular – Álvaro Marcos Michelotto

2 - Suplente – Eliane Guerra Fabris

d) Secretaria de Saúde/SESAU:

1 - Titular – Marcelina Lucho Van Caeneghem

2 - Suplente – Solange Daneluz

e) Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer/SEJEL e Secretaria de Cultura/SECUL.

1 - Titular - Amarildo de Bairros - Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer/SEJEL

2 - Suplente – Juliana Roberta Hoehn - Secretaria de Cultura/SECUL

d) Secretaria de Defesa do Cidadão e Mobilidade:

1 - Titular – Elton Pereira Lanzarin

2 - Suplente – Dulcelita de Fátima Rosa

f) Secretaria de Fazenda/SEFAZ:

1 - Titular – Sergio Luiz dos Santos Berben

2 - Suplente – Ademir Moro

II - REPRESENTANTES DA ESFERA DO GOVERNO FEDERAL.

a) Titular – Patrícia Graf - Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS

b) Suplente – Silvana Hoffmann Velasques Moreira – Instituto Nacional do Seguro Social/ INSS em Chapecó/SC

III - REPRESENTANTES DA ESFERA DO GOVERNO ESTADUAL.

a) Titular – Silvana Carlesso - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional/ADR/Gerência de Educação

b) Suplente – Jussani Derussi - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional/ADR/Gerência de Educação

IV - REPRESENTAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.

a) Representantes das Pessoas com Deficiência Mental:

1 - Titular – Géssica Correia de Maciel - Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick /CAPP

2 - Suplente – Marijane Dal Pra Agne - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE

b) Representantes das Pessoas com Deficiência Visual:

1 - Titular – Alceu Kuhn - Associação dos Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina/ADEVOSC.

2 - Suplente – Luiz Henrique de Lima - Associação dos Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina/ADEVOSC.

c) Representantes das Pessoas com Deficiência Auditiva:

1 - Titular – Michelle Mesa Casa - Associação de Surdos de Chapecó/ASC

2 - Suplente – Rudinei Albani - Associação de Surdos de Chapecó/ASC

d) Representantes das Pessoas com Deficiência Física:

1 - Titular – Marcio Adriano Correa - Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência/FCD CHAPECÓ/SC

2 - Suplente – Elirio Scheid- Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência/FCD CHAPECÓ/SC

e) Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB, 5ª Subseção de Chapecó:

1 - Titular – Simoni Fatima Padilha Jorge

2 - Suplente – Marcelo Batirola

f) Representante das Instituições de Indústria e Comércio:

1 - Titular – Gisely Carmem Niedermayer - Fundação Aury Luiz Bodanese

2 - Suplente – Sonara Regina Bergamo Ramos - Fundação Aury Luiz Bodanese

g) Representantes das Instituições de Ensino Superior:

1 - Titular – Morgana Orso dos Santos – Universidade do Oeste de Santa Catarina/UNOESC

2 - Suplente- Roberta Forchesatto -Universidade Comunitária da Região de Chapecó/Unochapecó

h) Representantes da Área de Habilitação e Reabilitação

1 - Titular – Não indicado

2 - Suplente – Não indicado

i) Representantes de Conselhos de Categorias Profissionais com sede no município, relativo à acessibilidade universal:

1 - Titular – Não indicado

2 - Suplente- Não indicado

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº. 31499/2015; nº. 31549/2015; nº. 32080/2016; nº. 32101/2016; nº. 32186/2016; nº. 32260/2016; nº. 32289/2016; nº. 32520/2016; nº. 32566/2016; nº. 32647/2016; nº. 33185/2016; nº. 33333/2016; nº. 33725/2017; nº. 33731/2017; nº. 33896/2017; nº. 34132/2017; nº. 34231/2017; nº. 34267/2017; nº. 34443/2017; nº. 34500/2017; nº. 34531/2017 e nº. 34.767/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

## **DECRETO Nº. 34.773, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405710

DECRETO Nº. 34.773, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 32.929, de 18 de julho de 2016, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CM-DCA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. O item 1 da alínea "d" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 32.929, de 18 de julho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....:  
I - .....:  
d) .....:  
1 - Titular - Cassintia Gaspareto;"  
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 11 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal.

#### **DECRETO Nº. 34.774, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405711

DECRETO Nº. 34.774, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 31.774, de 03 de dezembro de 2015, que nomeou os membros do Conselho Municipal Anti-drogas - COMAD e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Os itens 1 e 2 da alínea "c" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 31.774, de 03 de dezembro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....:  
I - .....:  
c) .....:  
1. Titular: DALMIR PELICCOLLI;  
2. Suplente: ALEXANDRO XCHLEICHER"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 11 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal.

#### **DECRETO Nº. 34.789, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405712

DECRETO Nº. 34.789, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre nomeação dos membros da Comissão Municipal de Avaliação de Monumentos e Obras de Arte e Elementos Informativos em Espaços Públicos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e observando o disposto no Decreto nº. 34.498, de 19 de julho de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeados para compor a Comissão Municipal de Avaliação de Monumentos e Obras de Arte e Elementos Informativos em Espaços Públicos, os seguintes membros:

I - Katiúscia Winckler Migliavacca - Secretária de Cultura;  
II - Ricardo de Pellegrin - Secretária de Cultura;  
III - Eduardo Dutra - Secretária de Cultura;  
IV - Danieli Amaral Jannuzzi - Secretária de Desenvolvimento Econômico e Turismo;  
V - Luis Fernando Prado - Secretária de Desenvolvimento Urbano;  
VI - Joner Merlo - Secretária de Desenvolvimento Urbano;  
VII - Emerson Nunes Horostecki - Secretária de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;  
VIII - Marília Momoli - Secretária de Defesa do Cidadão e Mobilidade;  
IX - Alcebiades Santos - Secretária de Comunicação Social;  
X - Joelmir Zanette - Conselho Municipal de Política Cultural;  
XI - Aline Bertencello - Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 11 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal.

#### **EDITAL DE ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE CHAPECÓ/SC – GESTÃO 2017/2019**

Publicação Nº 1405698

DADOS DO CANDIDATO	
Nome Completo:	Data de nascimento: ____/____/____
Nome artístico:	
Área/linguagem que atua:	
CPF:	RG:
Endereço residencial:	
Cidade/Estado:	CEP:



E-mail:

Telefone fixo:

Telefone celular:

Currículo resumido: (que comprove a atuação na área que irá concorrer)

Assinale o segmento que deseja concorrer:

☐ segmentos culturais e artísticos ligados à área de música;☐ segmentos culturais e artísticos ligados à área de artes plásticas, artes visuais e artes gráficas;☐ conselheiro suplente (vaga remanescente) segmentos culturais e artísticos ligados à área de patrimônio cultural, abrangendo: artesanato, folclore, culturas étnicas, história, arquitetura, arqueologia, memória, arquivologia, museus, antropologia, sociologia;☐ segmentos culturais e artísticos ligados à área de livro, literatura e obras de referência, abrangendo: escritores, bibliotecas e editores.☐ representante da área de ensino superior abrangendo cursos de graduação, centros e institutos de pesquisa, programas de extensão, vinculados às ações culturais e artísticas;☐ representante dos produtores culturais, sistema "S" e outras entidades que promovam ações culturais e artísticas;☐ Conselheiro titular e conselheiro suplente (vaga remanescente) membro escolhido pelos sindicatos de trabalhadores;☐ membro escolhido pelos sindicatos e/ou organizações patronais;

Declaro para os devidos fins que estou ciente dos termos de participação do Edital de Eleição Dos Conselheiros Titulares e Suplentes Representantes da sociedade civil para a Composição do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Chapecó/SC – Gestão 2017/2019, e seus anexos, bem como as informações prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

Chapecó, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura

Importante: Anexar foto, e encaminhar para o e-mail: [conselhodecultura@chapeco.sc.gov.br](mailto:conselhodecultura@chapeco.sc.gov.br)**EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 020/2017**

Publicação Nº 1405713

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 020/2017

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Dalla Vecchia Industria e Comercio LTDA

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem como objeto desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de negócios, especialmente ações ligadas à realização do “1ª OKTOBERFEST CHAPECÓ”.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Acordo de Cooperação vigorará a partir de 02 de Novembro de 2017 até 06 de Novembro de 2017, facultada a sua revisão, por acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 18 de Setembro de 2017 – Marcio Ernani Sander, Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Bráulio Battestin Dalla Vecchia, Presidente da Entidade.



**LEI COMPLEMENTAR Nº. 595, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405717

LEI COMPLEMENTAR Nº. 595, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre a aprovação da Regularização Fundiária do Loteamento de Interesse Social Dom José Gomes, localizado no Bairro Universitário em Área Especial de Interesse Social - AEIS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I****DESCRIÇÃO DA ÁREA A SER REGULARIZADA**

Art. 1º A área objeto da regularização está localizada no Bairro Universitário e fica gravada como Área Especial de Interesse Social – AEIS, estando sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Art. 2º A área superficial contida no parcelamento de solo possui de 60.000,00 metros quadrados, representada no Mapa 01 – Situação da Matrícula Imobiliária (Anexo 01) desta lei, de propriedade do Município de Chapecó e encontra-se registrada na Matrícula Imobiliária nº 53.559 (Anexo 06), com as seguintes confrontações: Ao Norte em 465,00 metros com um Lajeado, em forma irregular; ao Sul em 287,13 metros com terras de Benjamin Sitro e Irani Roque Serafini; ao Leste em 119,07 metros com terras de Valdir Turatti e ao Oeste em 217,55 metros com terras de Italo Galina.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar de forma gratuita, a área objeto dos artigos 1º e 2º desta lei, nos termos do art. 17, I, "f" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, composta pelos bens imóveis listados a seguir:

I. O lote 01 da quadra 4181, com área total de 369,04 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
II. O lote 02 da quadra 4181, com área total de 244,14 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
III. O lote 03 da quadra 4181, com área total de 203,10 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
IV. O lote 04 da quadra 4181, com área total de 196,92 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
V. O lote 05 da quadra 4181, com área total de 200,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
VI. O lote 06 da quadra 4181, com área total de 200,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
VII. O lote 07 da quadra 4181, com área total de 200,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
VIII. O lote 08 da quadra 4181, com área total de 200,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
IX. O lote 09 da quadra 4181, com área total de 358,98 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
X. O lote 10 da quadra 4181, com área total de 210,14 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XI. O lote 11 da quadra 4181, com área total de 271,45 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XII. O lote 12 da quadra 4181, com área total de 200,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XIII. O lote 13 da quadra 4181, com área total de 200,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XIV. O lote 14 da quadra 4181, com área total de 200,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XV. O lote 15 da quadra 4181, com área total de 200,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XVI. O lote 16 da quadra 4181, com área total de 195,20 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XVII. O lote 17 da quadra 4181, com área total de 204,80 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;

XVIII. O lote 18 da quadra 4181, com área total de 303,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XIX. O lote 19 da quadra 4181, com área total de 264,35 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XX. O lote 01 da quadra 4182, com área total de 297,35 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXI. O lote 02 da quadra 4182, com área total de 217,10 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXII. O lote 03 da quadra 4182, com área total de 217,50 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXIII. O lote 04 da quadra 4182, com área total de 206,20 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXIV. O lote 05 da quadra 4182, com área total de 215,08 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXV. O lote 06 da quadra 4182, com área total de 223,95 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXVI. O lote 07 da quadra 4182, com área total de 232,82 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXVII. O lote 08 da quadra 4182, com área total de 271,30 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXVIII. O lote 09 da quadra 4182, com área total de 197,42 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXIX. O lote 10 da quadra 4182, com área total de 159,48 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXX. O lote 01 da quadra 4183, com área total de 300,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXXI. O lote 02 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXXII. O lote 03 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXXIII. O lote 04 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXXIV. O lote 05 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXXV. O lote 06 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXXVI. O lote 07 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXXVII. O lote 08 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXXVIII. O lote 09 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XXXIX. O lote 10 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XL. O lote 11 da quadra 4183, com área total de 276,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XLI. O lote 12 da quadra 4183, com área total de 230,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XLII. O lote 13 da quadra 4183, com área total de 230,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XLIII. O lote 14 da quadra 4183, com área total de 299,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XLIV. O lote 15 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XLV. O lote 16 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XLVI. O lote 17 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XLVII. O lote 18 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XLVIII. O lote 19 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
XLIX. O lote 20 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
L. O lote 21 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
LI. O lote 22 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
LII. O lote 23 da quadra 4183, com área total de 225,00 m2,





constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
CXXII. O lote 09 da quadra 5367, com área total de 179,74 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559;  
CXXIII. O lote 10 da quadra 5367, com área total de 204,91 m2, constante da matrícula imobiliária nº 53.559.

Art. 4º Atendendo ao disposto no caput do artigo 17 da Lei das Licitações (Lei Federal nº 8.666/93), os lotes supracitados passarão por avaliação realizada pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária – COPAMI, que levará em consideração tratar-se de Área Especial de Interesse Social (AEIS) em processo de regularização, ficando estipulado para efeito de avaliação o valor de R\$ 150,00 (cem e cinquenta reais) por metro quadrado.

## CAPÍTULO II DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS DE PARCELAMENTO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 5º O Poder Executivo fica autorizado a aprovar para fins de regularização o Loteamento de Interesse Social Dom José Gomes com padrões urbanísticos diferenciados, contendo as áreas para uso público e as áreas destinadas à Habitação de Interesse Social (HIS), representadas pelo Mapa 02 - Projeto Geométrico (Anexo 02) desta Lei Complementar e demonstradas no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DO LOTEAMENTO	Área (m2)	(%)
Área de Lotes para Habitação (HIS)	27.677,70	46,13
Área Total para Uso Público	32.322,30	53,87
Total	60.000,00	100,00

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS (PARTE I)	Área (m2)	(%)
Área Institucional	4.634,91	7,72
Áreas do Sistema Viário	16.588,77	27,65
Área Verde	4.062,55	6,77
Área Total	25.286,23	42,14

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS (PARTE II)	Área (m2)	(%)
Áreas de Preservação (Riacho)	4.506,92	7,51
Área de Preservação (Sanga)	2.529,15	4,22
Total	7.036,07	11,73

Art. 6º Para fins de regularização urbanística fica autorizada a aprovação de parcelamento do solo do Loteamento de Interesse Social Dom José Gomes com as seguintes diretrizes urbanísticas mínimas indicadas e cadastradas no Mapa 02 - Projeto Geométrico (Anexo 02) que faz parte desta Lei Complementar:

I – 140,00 m² (cento e quarenta metros quadrados) para área de lotes;

II – 3,20 m (três metros e vinte) para testada de lotes;

III – 8,00 m (oito metros) para largura de vias públicas.

Art. 7º Fica autorizada a redução do percentual de áreas destinadas aos equipamentos públicos comunitários para 14,49 % (quatorze vírgula quarenta e nove por cento) e que compreendem a Área Institucional com 7,72% (sete vírgula setenta e dois por cento) e a Área Verde com 6,77% (seis vírgula setenta e sete por cento), considerando a situação consolidada no local.

Art. 8º Fica instituída e gravada como Área Institucional o Lote 01 da Quadra 4180 com 2.920,90 m2 e o Lote 02 da Quadra 4180 com 1.714,01 m2 e como Área Verde o Lote 14 da Quadra 5367 com 4.062,55 m2, conforme Mapa 02 - Projeto Geométrico (Anexo 02) e Memorial Descritivo (Anexo 05), averbando tal condição na matrícula do imóvel.

Art. 9º Para fins de regularização ambiental, na área localizada dentro dos limites do Loteamento de Interesse Social Dom José

Gomes será obrigatória a reserva de Área de Preservação Permanente nas faixas marginais dos cursos d'água com largura mínima de 15 (quinze) metros para cada lado, desde a borda da calha do leito regular, com base no Estudo Técnico Ambiental (Anexo 07), disposto nos artigos 64 e 65 do Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012).

## CAPÍTULO III DIRETRIZES PARA INFRAESTRUTURA BÁSICA DO LOTEAMENTO

Art. 10 Fica autorizado o recebimento dos equipamentos públicos urbanos existentes no Loteamento de Interesse Social Dom José Gomes nas condições em que estão implantados.

Art. 11 O Poder Público Municipal diretamente ou por meio de seus concessionários ou permissionários de serviços públicos, fica responsável pela implantação do sistema viário e da infraestrutura básica no prazo de 04 (quatro) anos conforme prevê o § 2º do artigo 219 do Plano Diretor Municipal - Lei Complementar Municipal nº 541/2014.

## CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 A regularização das edificações já existentes sobre os lotes indicadas e cadastradas no Mapa 03 – Localização das Edificações (Anexo 03) e que faz parte desta Lei Complementar, caberá aos respectivos proprietários.

Art. 13 Fazem parte integrante desta Lei Complementar: Mapa 01 – Situação da Matrícula Imobiliária (Anexo 01); Mapa 02 - Projeto Geométrico (Anexo 02); Mapa 03 – Localização das Edificações (Anexo 03); Mapa 04 – Levantamento Planialtimétrico (Anexo 04); Memorial Descritivo (Anexo 05); Matrícula Imobiliária nº 57.985 (Anexo 06) e Estudo Técnico Ambiental (Anexo 07).

Art. 14 Ficam revogadas as disposições contidas no Decreto Municipal nº 13.171 de 20 de setembro de 2004.

Art. 15 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº. 596, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1405718

LEI COMPLEMENTAR Nº. 596, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre a aprovação da Regularização Fundiária do Loteamento de Interesse Social Esperança, localizado no Bairro EFAPI em Área Especial de Interesse Social - AEIS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

## CAPÍTULO I DESCRIÇÃO DA ÁREA A SER REGULARIZADA

Art. 1º A área objeto da regularização está localizada no Bairro EFAPI e fica gravada como Área Especial de Interesse Social – AEIS, estando sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Art. 2º A área superficial contida no parcelamento de solo possui de 97.684,49 metros quadrados, representada no Mapa 01 – Situação da Matrícula Imobiliária (Anexo 01) desta lei, de propriedade do Município de Chapecó e encontra-se registrada na Matrícula Imobiliária nº 57.985 (Anexo 06), com as seguintes confrontações: Ao Norte em 26,42m e 375,46m com a propriedade da Urbanizadora MBS LTDA., Propriedade de Serginho e com o acesso existente, e após com a propriedade de Luiz Carlos Moura; ao Sul em 402,05m, com propriedade da Penitenciária Estadual Agrícola de Chapecó; ao Leste em 0,91m e 241,91m com propriedade do Senhor Serginho e com a propriedade da Penitenciária Estadual Agrícola de Chapecó; e ao Oeste em 244,69m, com a Propriedade da Urbanizadora MBS LTDA.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar de forma onerosa a área objeto dos artigos 1º e 2º desta lei, nos termos do art. 17, I, "f" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, composta pelos bens imóveis listados a seguir:

I. O lote 01 da quadra 4140, com área total de 240,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
II. O lote 02 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
III. O lote 03 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
IV. O lote 04 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
V. O lote 05 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
VI. O lote 06 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
VII. O lote 07 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
VIII. O lote 08 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
IX. O lote 09 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
X. O lote 10 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XI. O lote 11 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XII. O lote 12 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XIII. O lote 13 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XIV. O lote 14 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XV. O lote 15 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XVI. O lote 16 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XVII. O lote 17 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XVIII. O lote 18 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XIX. O lote 19 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XX. O lote 20 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXI. O lote 21 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXII. O lote 22 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXIII. O lote 23 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXIV. O lote 24 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXV. O lote 25 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXVI. O lote 26 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2,

constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXVII. O lote 27 da quadra 4140, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXVIII. O lote 28 da quadra 4140, com área total de 240,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXIX. O lote 01 da quadra 4141, com área total de 240,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXX. O lote 02 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXXI. O lote 03 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXXII. O lote 04 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXXIII. O lote 05 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXXIV. O lote 06 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXXV. O lote 07 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXXVI. O lote 08 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXXVII. O lote 09 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXXVIII. O lote 10 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XXXIX. O lote 11 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XL. O lote 12 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XLI. O lote 13 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XLII. O lote 14 da quadra 4141, com área total de 240,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XLIII. O lote 15 da quadra 4141, com área total de 240,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XLIV. O lote 16 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XLV. O lote 17 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XLVI. O lote 18 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XLVII. O lote 19 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XLVIII. O lote 20 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
XLIX. O lote 21 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
L. O lote 22 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
LI. O lote 23 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
LII. O lote 24 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
LIII. O lote 25 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
LIV. O lote 26 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
LV. O lote 27 da quadra 4141, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
LVI. O lote 28 da quadra 4141, com área total de 240,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
LVII. O lote 01 da quadra 4142, com área total de 240,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
LVIII. O lote 02 da quadra 4142, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
LIX. O lote 03 da quadra 4142, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
LX. O lote 04 da quadra 4142, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;

[illegible][illegible]



[illegible][illegible]

CXCIX. O lote 18 da quadra 4147, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CC. O lote 19 da quadra 4144, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCI. O lote 20 da quadra 4147, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCII. O lote 21 da quadra 4147, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCIII. O lote 22 da quadra 4147, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCIV. O lote 23 da quadra 4147, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCV. O lote 01 da quadra 4148, com área total de 213,44 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCVI. O lote 02 da quadra 4148, com área total de 213,28 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCVII. O lote 03 da quadra 4148, com área total de 213,44 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCVIII. O lote 04 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCIX. O lote 05 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCX. O lote 06 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXI. O lote 07 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXII. O lote 08 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXIII. O lote 09 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXIV. O lote 10 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXV. O lote 11 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXVI. O lote 12 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXVII. O lote 13 da quadra 4148, com área total de 235,50 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXVIII. O lote 14 da quadra 4148, com área total de 237,70 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXIX. O lote 15 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXX. O lote 16 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXI. O lote 17 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXII. O lote 18 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXIII. O lote 19 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXIV. O lote 20 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXV. O lote 21 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXVI. O lote 22 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXVII. O lote 23 da quadra 4148, com área total de 207,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXVIII. O lote 01 da quadra 4149, com área total de 430,49 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXIX. O lote 02 da quadra 4149, com área total de 241,09m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXX. O lote 03 da quadra 4149, com área total de 240,89 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXXI. O lote 04 da quadra 4149, com área total de 163,94 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXXII. O lote 05 da quadra 4149, com área total de 140,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXXIII. O lote 06 da quadra 4149, com área total de 262,14 m2,

constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXXIV. O lote 07 da quadra 4149, com área total de 254,73 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXXV. O lote 08 da quadra 4149, com área total de 140,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXXVI. O lote 09 da quadra 4149, com área total de 147,67 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXXVII. O lote 10 da quadra 4149 com área total de 262,17 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXXVIII. O lote 11 da quadra 4149, com área total de 219,81m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXXXIX. O lote 12 da quadra 4149, com área total de 150,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXL. O lote 13 da quadra 4149, com área total de 150,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXLI. O lote 14 da quadra 4149, com área total de 150,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXLII. O lote 15 da quadra 4149, com área total de 168,25 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXLIII. O lote 16 da quadra 4149 com área total de 642,46 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXLIV. O lote 17 da quadra 4149, com área total de 209,41 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXLV. O lote 18 da quadra 4149, com área total de 270,13 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXLVI. O lote 19 da quadra 4149, com área total de 309,06 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXLVII. O lote 20 da quadra 4149, com área total de 161,83m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXLVIII. O lote 21 da quadra 4149, com área total de 346,55m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCXLIX. O lote 01 da quadra 5357, com área total de 256,42 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCL. O lote 02 da quadra 5357, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCLI. O lote 03 da quadra 5357, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCLII. O lote 04 da quadra 5357, com área total de 240,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCLIII. O lote 05 da quadra 5357, com área total de 240,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCLIV. O lote 06 da quadra 5357, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCLV. O lote 07 da quadra 5357, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCLVI. O lote 08 da quadra 5357, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCLVII. O lote 09 da quadra 5357, com área total de 210,00 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985;  
 CCLVIII. O lote 10 da quadra 5357, com área total de 238,60 m2, constante da matrícula imobiliária nº 57.985.

Art. 4º Atendendo ao disposto no caput do artigo 17 da Lei das Licitações (Lei Federal nº 8.666/93), os lotes supracitados passarão por avaliação realizada pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária – COPAMI, que levará em consideração tratar-se de Área Especial de Interesse Social (AEIS) em processo de regularização, ficando estipulado para efeito de avaliação o valor de R\$ 150,00 (cem e cinquenta reais) por metro quadrado.

## CAPÍTULO II DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS DE PARCELAMENTO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 5º O Poder Executivo fica autorizado a aprovar para fins de regularização o Loteamento de Interesse Social Esperança com padrões urbanísticos diferenciados, contendo as áreas para uso público e as áreas destinadas à Habitação de Interesse social (HIS),

representadas pelo Mapa 02 - Projeto Geométrico (Anexo 02) desta Lei Complementar e demonstradas no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DO LOTEAMENTO	Área (m2)	(%)
Área de Lotes para Habitação (HIS)	55.431,64	56,75
Área Total para Uso Público	42.252,85	43,25
Área Total do Loteamento	97.684,49	100,00

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS	Área (m2)	(%)
Áreas Institucionais	7.107,32	7,28
Áreas do Sistema Viário	29.787,44	30,49
Área Verde	5.358,09	5,48
Área Total	42.252,85	43,25

Art. 6º Para fins de regularização urbanística fica autorizada a aprovação de parcelamento do solo do Loteamento de Interesse Social Esperança com as seguintes diretrizes urbanísticas mínimas indicadas e cadastradas no Mapa 02 - Projeto Geométrico (Anexo 02) que faz parte desta Lei Complementar:

I – 140,00 m<sup>2</sup> (cento e quarenta metros quadrados) para área de lotes;

II – 2,40 m (dois vírgula quarenta metros) para testada de lotes;

III – 3,00 m (três metros) para largura de vias públicas.

Art. 7º Fica autorizada a redução do percentual de áreas destinadas aos equipamentos públicos comunitários para 12,76% (doze vírgula setenta e seis por cento) e que compreendem a Área Institucional com 7,28% (sete vírgula vinte e oito por cento) e a Área Verde com 5,48% (cinco vírgula quarenta e oito por cento), considerando a situação consolidada no local.

Art. 8º Fica instituída e gravada como Área Institucional o Lote 01 da Quadra 5356 com 2.096,50 m<sup>2</sup> e o Lote 22 da Quadra 4149 com 5.010,82 m<sup>2</sup> e como Área Verde o Lote 01 da Quadra 5355 com 5.358,09 m<sup>2</sup> conforme Mapa 02 - Projeto Geométrico (Anexo 02) e Memorial Descritivo (Anexo 05), averbando tal condição na matrícula do imóvel e alterando o Anexo III do Plano Diretor Municipal - Lei Complementar Municipal nº 541/2014.

### CAPÍTULO III

#### DIRETRIZES PARA INFRAESTRUTURA BÁSICA DO LOTEAMENTO

Art. 9º Fica autorizado o recebimento dos equipamentos públicos urbanos existentes no Loteamento de Interesse Social Esperança, nas condições em que estão implantados.

Art. 10 O Poder Público Municipal diretamente ou por meio de seus concessionários ou permissionários de serviços públicos, fica responsável pela implantação do sistema viário e da infraestrutura básica no prazo de 04 (quatro) anos conforme prevê o § 2º do artigo 219 do Plano Diretor Municipal - Lei Complementar Municipal nº 541/2014.

### CAPÍTULO IV

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 A regularização das edificações já existentes sobre os lotes indicadas e cadastradas no Mapa 03 – Localização das Edificações (Anexo 03) e que faz parte desta Lei Complementar, caberá aos respectivos proprietários.

Art. 12 Fazem parte integrante desta Lei Complementar: Mapa 01 – Situação da Matrícula Imobiliária (Anexo 01); Mapa 02 - Projeto Geométrico (Anexo 02); Mapa 03 – Localização das Edificações (Anexo 03); Mapa 04 – Levantamento Planialtimétrico (Anexo 04); Memorial Descritivo (Anexo 05); Matrícula Imobiliária nº 57.985 (Anexo 06).

Art. 13 Ficam revogadas as disposições contidas no Decreto Municipal nº 22.693 de 02 de agosto de 2010 e na Lei Municipal nº 4.571 de 21 de maio de 2003.

Art. 14 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

### LEI Nº. 7.044, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1405714

LEI Nº. 7.044, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

Denomina Quadra de Esportes da EBM Diogo Alves da Silva, no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "JOÃO FRANCISCO DE CASTRO", a Quadra de Esportes da EBM DIOGO ALVES DA SILVA, situada no Bairro Efapi, à Rua Pardais, n. 544, nesta Cidade de Chapecó - SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 25 de setembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

### LEI Nº. 7.046, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1405715

LEI Nº. 7.046, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Denomina Via Pública no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Sidne Henrique Butka, a atual Rua "G", situada entre a quadra 2790 e área remanescente, no Loteamento Girassol, Bairro Paraíso, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 10 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

### LEI Nº. 7.047, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1405716

LEI Nº. 7.047, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Denomina Vias Públicas no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Francismar Severino Tozzo, a atual Rua Seara, situada entre as quadras 5109, 5110, 5111, 5112,



5113, 5114 e 5105, 5106, 5107 e 5108 no Loteamento Avenida, Bairro Bom Retiro, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Fica denominada de Rua Wilson Antonio Vivian, a atual Rua Xaxim, situada entre as quadras 5117, 5118, 5119, 5120 e 2087, 5122, 5123, no Loteamento Avenida, Bairro Bom Retiro, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 10 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

## **LEI Nº. 7.048, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405699

LEI Nº. 7.048, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina para o quadriênio 2017/2021 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

### **CAPITULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual de Chapecó para o quadriênio 2017/2021, nos termos do Art. 35, § 2º, inciso 1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, contemplando as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Municipal, as despesas de capital, outras delas decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada.

Parágrafo único. Integram o presente Plano Plurianual:

I - Anexo I - Demonstrativo dos Macro Objetivos

II - Anexo II - Programas de Governo

III - Anexo III - Objetivos e Justificativas

IV - Anexo 1 - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

V - Anexo 2 - Identificação de Programa

VI - Anexo 3.1 - Programas e Ações

VII - Anexo 3.2 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

VIII - Anexo 3.3 - Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas

IX - Anexo 3.4 - Resumo dos Programas detalhado por Fonte de Recurso

X - Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

XI - Anexo 5 - Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

XII - Anexo 6 - Fontes de Recurso da Receita

XIII - Anexo 7 - Fontes de Recurso da Despesa

XIV - Anexo 8 - Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

XV - Anexo 9 - Demonstrativo Fontes de Recurso Receita X Despesa

XVI - Anexo 10 - Relação de Despesas Planejadas

XVII - Anexo 11 - Modelo Da Planilha de Despesa

XVIII - Anexo 12 - Resumo da Receita e Despesa por Fonte

### **CAPITULO II**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 2º Os valores financeiros estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais.

Art. 3º A inclusão, a exclusão ou a alteração de programas, de

“Projetos” e de “Atividades”, constantes do Plano Plurianual:

I - quando não envolverem recursos dos orçamentos do Município, serão propostas pelo Poder Executivo através de projeto de lei específica;

II - quando envolverem recursos dos orçamentos do Município poderá correr pôr intermédio da LOA - Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais;

III - nos casos em que tais modificações não resultem em mudanças nos orçamentos do Município, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a alteração dos indicadores.

§ 1º A proposta de alteração ou inclusão de programas conterà, no mínimo:

I - diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;

II - demonstração da compatibilidade com os macro objetivos e diretrizes definidas no Plano Plurianual;

III - identificação dos efeitos financeiros e demonstração da exeqüibilidade fiscal ao longo do período de vigência do Plano Plurianual.

§ 2º A proposta de exclusão de programa conterà exposição das razões que a justifiquem e o seu impacto nos macro objetivos e diretrizes definidas no Plano Plurianual.

Art. 4º Anualmente, as leis de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias terão como referência as diretrizes, objetivos e ações fixadas no Plano Plurianual.

Art. 5º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Parágrafo único. Os códigos e os títulos dos programas e ações do Plano Plurianual serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.

Art. 6º As prioridades e os Programas da Administração Municipal em cada exercício serão expressos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observando-se o disposto nesta Lei.

Art. 7º Constituem Macro objetivos estratégicos para o Quadriênio 2017/2021, servindo com base para as seguintes ações governamentais:

I - Gestão Pública e Governança - Promover o planejamento estratégico municipal na busca da eficácia, eficiência e efetividade da gestão pública, elevando o grau de satisfação da população, em respeito ao cidadão e às organizações comunitárias e aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência e responsabilidade fiscal.

II - Desenvolvimento Humano e Cidadania - Promover ações que garantam o livre acesso cidadão aos bens e serviços públicos, a inclusão e sustentabilidade social, de forma permanente, respeitando a diversidade sociocultural com apoio de rede de responsabilidade solidária e compartilhada.

III - Desenvolvimento Econômico e Ambiental Sustentável - Promover o desenvolvimento socioeconômico, mediante a criação de oportunidade de geração de trabalho, emprego e renda, fortalecendo a base social municipal.

IV - Desenvolvimento Sócio Espacial - Promover a gestão territorial, de forma planejada, integrada e sustentável, assegurando o desenvolvimento ambiental saudável e seguro e a qualidade de vida da população.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 10 de outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**NOTIFICAÇÃO**

Publicação Nº 1405719

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó NOTIFICA os seguintes contratantes com o Município através do Fundo Municipal de Habitação – IVONE DO CARMO MODESTO DA CRUZ GROSS, portador do RG n. 2.435.603-4 e do CPF n. 733.170.399-49 a rescisão unilateral do contrato n. 2000/480 de Financiamento de Com Garantia Hipotecária e outras Avenças referente o Lote n.11 da Quadra 2741, no Bairro Efapi, Loteamento Popular V, Rua 25 de Julho, firmado entre as partes em 15 de setembro de 2000, cadastro imobiliário n. 57807-0, em razão do descumprimento de suas cláusulas contratuais, nos termos das Cláusulas Terceira e Cláusula Sexta.

Gabinete do Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, em 02 de Outubro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**RESUMO DE DECRETOS - 19/10/2017**

Publicação Nº 1405720

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

**RESUMO DE DECRETOS**

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
34728	28/09/2017	Concede Adicional por Titulação ao membro do magistério público municipal ADRIANA CAROLINE DE SOUZA IZYCKI
34729	28/09/2017	Concede Adicional por Titulação ao membro do magistério público municipal IVANICE HOFF MALMANN
34730	28/09/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.663, de 05 de setembro de 2017, que nomeou MARCIO ELIEL MARTINS, para ocupar o cargo de Monitor Social, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34731	28/09/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de RAFAEL EDUARDO MULLER SCHNAIDER
34732	28/09/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ANDERSON JOSE FIGUEIRA
34733	28/09/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de LUCAS FRANCISCO POSSA
34734	28/09/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de CRISTIAN ANDRE BENETTI
34735	28/09/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de EDUARDO JULIANO CAMATTI
34736	28/09/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de CHARLYNI BORELLA
34737	28/09/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de BRUNA AMALIA GARCIA
34738	28/09/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ANNIE CAROLINE GONÇALVES DE AZEVEDO
34739	28/09/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ANGELICA ALBERTI
34740	28/09/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ELIS REGINA FAVERO
34741	28/09/2017	Concede Pensão por Morte pelo falecimento do servidor público municipal inativo Senhora JOSEFINA POLICENO, a seu companheiro IDALÉCIO SILVESTRE VALSOLER, e a seu filho JOÃO VITOR POLICENA VALSOLER

34742	28/09/2017	Altera o caput do artigo 1º do Decreto nº. 34.398, de 30 de junho de 2017 que concedeu Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal CARLOS ANTONIO DIAS DA SILVA
34743	06/10/2017	Revoga Ampliação de Carga Horária de OLGA CHRISTINA SCANDOLARA SANTOS
34744	06/10/2017	Concede, a pedido, redução de carga horária a JEAN ROBERGE
34745	06/10/2017	Concede, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, à servidora público municipal ROSEMARY CASANOVA LIEDTKE
34746	06/10/2017	Exoneração, a pedido, de MAYRA EUGENIO RODRIGUES ALEBRANTE
34747	06/10/2017	Exoneração, a pedido, de CHARLYNI BORELLA
34748	06/10/2017	Exoneração, a pedido, de GUILHERME SILVEIRA
34749	06/10/2017	Exoneração, a pedido, de TAINA BRUNA MORANDI
34751	06/10/2017	Nomeação da Conselheira Tutelar Suplente LARISSA MUNIZ PINTO CORREA, para responder pela função da Conselheira Tutelar DILCE ROSA DIOTO, durante seu período de férias
34752	06/10/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de TAMARA MOURA
34753	06/10/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de NADIA APARECIDA FERREIRA
34754	06/10/2017	Concede afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade ao servidor público municipal ALCEU KUHN, a Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina - ADEVOSC
34755	06/10/2017	Concede afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade a servidora público municipal ANGELA REGINA UEKER, a Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina - ADEVOSC
34756	06/10/2017	Concede afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade a servidora público municipal IVONETE DUARTE, a Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina - ADEVOSC
34757	06/10/2017	Concede afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade a servidora público municipal KALY STELA RAUBER POLETTI, a Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina - ADEVOSC
34758	06/10/2017	Concede afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade a servidora público municipal MIRIAN SEVERINO RIBEIRO, a Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina - ADEVOSC
34759	06/10/2017	Concede afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade a servidora público municipal MIRIAM ROSA DA FONSECA STEFFEN, a Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina - ADEVOSC
34760	06/10/2017	Concede afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade a servidora público municipal NELSA DAL BERTO VENANCIO PEREIRA, a Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina - ADEVOSC
34761	06/10/2017	Concede afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade a servidora público municipal LORENA DOLORES RUARO MULINARI, a Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina - ADEVOSC
34762	06/10/2017	Concede afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade ao servidor público municipal EUCLIDES CASSOL, a Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina - ADEVOSC



34763	06/10/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34686, de 30 de agosto de 2017, que nomeou KENIA APARECIDA RAMOS AMARANTE, para ocupar o cargo de Monitora Social, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34764	06/10/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.690, de 30 de agosto de 2017, que nomeou BARBARA CAMILA DA SILVA, para ocupar o cargo de Agente do PAIF - Psicologia, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34772	11/10/2017	Altera a ementa do Decreto 33.638, de 31 de janeiro de 2017 passa a vigorar com a seguinte redação: "Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora pública municipal". Altera o caput do artigo 1º do Decreto nº. 33.638, de 31 de janeiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º. Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal MARISTELA DAL SANTO
34775	11/10/2017	Reverte Aposentadoria por Invalidez Permanente de SIRLEI TEIXEIRA DE OLIVEIRA, concedida através do Decreto nº 28.670 de 06 de fevereiro de 2014, a partir de 13 de setembro de 2017
34776	11/10/2017	Reverte Aposentadoria por Invalidez Permanente de ELOI TEREZINHA HAMERSKI FAGUNDES, concedida através do Decreto nº 29.721 de 15 de outubro de 2014, a partir de 13 de setembro de 2017
34777	11/10/2017	Exoneração, a pedido, de JOÃO CARLOS CORREA
34778	11/10/2017	Concede afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade ao servidor público municipal FERNANDA MOSQUETTA GARIM, a Secretária de Estado da Saúde-4ª Regional de Saúde de Chapecó
34779	11/10/2017	Concede afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade ao servidor público municipal MIRVAINE PANIZZI, a Secretária de Estado da Saúde-Gerência de Coordenação da Atenção Básica
34780	11/10/2017	Concede afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade ao servidor público municipal ALESSANDRO PEDROTTI, a Secretária de Estado da Saúde - 4ª Regional de Saúde de Chapecó
34781	11/10/2017	Altera o preâmbulo do Decreto nº 34.066, de 08 de maio de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação: "O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó bem como o disposto no Art.40, §1º da Constituição Federal e Art. 14, §1º da Lei Complementar nº131 de 5 de dezembro de 2001."
34782	11/10/2017	Exoneração de ANTONIO JOACIR VARGAS
34783	11/10/2017	Exoneração de LUCIANE MARIA LUCCAS SCHNEIDER
34784	11/10/2017	Nomeação de VALNICE TEREZINHA BERTOLINI RODRIGUES
34785	11/10/2017	Nomeação de LEONIR LORENZETTI
34786	11/10/2017	Concede, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, à servidora pública municipal ADRIANA MARCHIORI
34787	11/10/2017	Exoneração, a pedido, de RODRIGO ANTONIO FOLLE
34788	11/10/2017	Nomeação de GILBERTO ANTONIO SILVEIRA

**EDITAL DE ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE CHAPECÓ/SC – GESTÃO 2017/2019**

Publicação Nº 1405697



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

**EDITAL DE ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE CHAPECÓ/SC – GESTÃO 2017/2019**

A Prefeitura Municipal de Chapecó, através da Secretaria de Cultura, órgão gestor do Sistema Municipal de Cultura, nos termos da Lei Municipal nº 6.769, de 21 de Setembro de 2015, torna público o presente Edital de processo eleitoral dos conselheiros representantes da área cultural para fins de composição do Conselho Municipal de Política Cultural de Chapecó/SC para o mandato de 2017/2019.

**1. DA COMPOSIÇÃO E DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL**

- 1.1. O Conselho Municipal de Política Cultural é um órgão normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento, com a finalidade de elaborar propostas e deliberar sobre matéria relacionada à política municipal de cultura.
- 1.2. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído de 18(dezoito) conselheiros titulares e 18(dezoito) suplentes, que representam o poder público e a sociedade civil.
- 1.3. Os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração, considerando-se sua função como serviço público relevante.

**2. DAS VAGAS**

2.1 De acordo com o Art. 6º da lei 6.769, a renovação do Conselho Municipal de Política Cultural far-se-á a cada 02 (dois) anos, respeitando um percentual de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros titulares e suplentes.

2.1.1 Sendo uma eleição para o inciso II as alíneas: "b" "d" "f", Serão eleitos 03 (três) Conselheiros titulares e 03 (três) Conselheiros suplentes escolhidos por segmentos culturais e artísticos atuantes no município, sendo eles:

- b) segmentos culturais e artísticos ligados à área de música;
- d) segmentos culturais e artísticos ligados à área de artes plásticas, artes visuais e artes gráficas;
- f) segmentos culturais e artísticos ligados à área de livro, literatura e obras de referência, abrangendo: escritores, bibliotecas e editores.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

2.1.2 Juntamente com o inciso III as alíneas "a" "c" "e" Serão eleitos 03 (três) Conselheiros titulares e 03 (três) Conselheiros suplentes escolhidos por segmentos representativos da sociedade, sendo eles:

- a) 01 (um) representante da área de ensino superior abrangendo cursos de graduação, centros e institutos de pesquisa, programas de extensão, vinculados às ações culturais e artísticas;
- c) 01 (um) representante dos produtores culturais, sistema "S" e outras entidades que promovam ações culturais e artísticas;
- e) 01 (um) membro escolhido pelos sindicatos e/ou organizações patronais;

2.2 Vagas remanescentes, de acordo com o Art. 7º da lei 6.769, em situação de desinteresse, previstas regimentalmente, de segmentos descritos nos incisos II, III do artigo 4º da presente Lei, seja no preenchimento de sua representatividade quando da escolha e ou indicação dos membros titulares e ou suplentes do respectivo segmento ou no comparecimento às assembleias convocadas pelo Conselho, poderá o Conselho Municipal de Política Cultural através de Secretaria de Cultura publicar um edital de vagas remanescentes para preenchimento das mesmas:

- a) 01 (um) Conselheiro Titular e 01 (um) Conselheiro Suplente: representantes dos sindicatos de trabalhadores.
- b) 01 (um) Conselheiro Suplente: segmentos culturais e artísticos ligados à área de patrimônio cultural, abrangendo: artesanato, folclore, culturas étnicas, história, arquitetura, arqueologia, memória, arquivologia, museus, antropologia, sociologia;

### 3. DA INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS

- 3.1. As inscrições dos candidatos ficarão abertas entre 19/10/2017 e 19/11/2017.
- 3.2. Os representantes dos segmentos culturais da sociedade civil interessados em se candidatar deverão encaminhar para o e-mail: [conselhodecultura@chapeco.sc.gov.br](mailto:conselhodecultura@chapeco.sc.gov.br) a seguinte documentação:
  - a) Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada, conforme Anexo I;
  - b) Fotografia do candidato;
- 3.3. Em caso de entidades representativas dos segmentos culturais, as mesmas poderão indicar até dois nomes para concorrer a vaga na eleição;
- 3.4. Cada interessado poderá se candidatar somente em uma vaga, não podendo o mesmo se candidatar para representar dois segmentos culturais.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

3.5 Os candidatos deverão comprovar atividades realizadas no segmento que concorre no âmbito do município de Chapecó.

3.6 Candidatos que representam entidade deverão apresentar ofício ou declaração emitida pela entidade autorizando a representatividade para a candidatura.

#### **4. DA INSCRIÇÃO DOS ELEITORES**

4.1. Os interessados a participar do processo eleitoral como eleitores deverão se dirigir ao local de votação, munidos de documento oficial de identificação com foto, realizar o cadastro e escolher segmento que deseja votar.

4.2. Cada eleitor poderá votar em até 02 (dois) candidatos do mesmo segmento.

#### **5. DAS ELEIÇÕES**

5.1. As eleições serão realizadas no dia 25/11/2015, das 14h às 17h, tendo como local a sala “A” do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes.

5.2. Todo o processo de eleição terá acompanhamento da Comissão de Organização, que será composta por membros da Secretaria de Cultura e de dois representantes da sociedade civil integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural.

5.3. A comissão de organização designará uma mesa de recepção e votação, por segmento concorrente na eleição;

5.4. Os candidatos poderão acompanhar todo o processo de votação e terão direito a voto;

5.5. Os eleitores manifestar-se-ão mediante voto secreto, pessoal e intransferível;

5.6. Não serão aceitos votos por procuração;

5.7. No local de votação, os eleitores terão acesso à ficha de cada candidato, para auxiliar na decisão do voto.

5.8. Os encaminhamentos da eleição deverão observar os seguintes procedimentos:

- a) Organização e acompanhamento pela Secretaria de Cultura;
- b) Cadastramento/inscrição dos candidatos por e-mail;
- c) Cadastramento dos eleitores por segmento;
- d) Votação e apuração dos votos;
- e) Divulgação do resultado da votação;
- f) Posse dos conselheiros;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPECÓ

- 5.9. Encerrada a votação, será lavrada ata em que constará a apuração e contagem dos votos, bem como relação anexa com nomes e assinaturas dos eleitores e dos candidatos que participaram do pleito;
- 5.10. Os incidentes e as impugnações ocorridos durante o processo eleitoral serão resolvidos pela comissão de Organização;
6. DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES
- 6.1. Será considerado eleito conselheiro titular o candidato com maior votação, e o segundo mais votado será o conselheiro suplente, para cada segmento.
- 6.2. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato mais idoso.
- 6.3. O resultado das eleições será divulgado no dia 27/11/2017 até as 18h30, no site da Prefeitura/Secretaria de Cultura – [www.chapeco.sc.gov.br/cultura](http://www.chapeco.sc.gov.br/cultura).
- 6.4. O momento de contagem dos votos pode ser acompanhado pelos candidatos, pelos eleitores e demais interessados no processo.
- 6.5. Os candidatos que receberem votos insuficientes para se eleger como titulares e suplentes comporão lista de excedentes e estarão aptos a compor o Conselho Municipal de Política Cultural em caso de vacância.
- 6.6. Encerrado o processo eleitoral, a Secretaria de Cultura encaminhará ao Prefeito Municipal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a relação dos conselheiros eleitos para publicação do decreto de nomeação.
- 6.7. A Secretaria de Cultura convocará os conselheiros eleitos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a partir da publicação do decreto de nomeação, para a o ato de posse do Conselho Municipal de Política Cultural. Após a posse o Conselho Municipal de Política Cultural, deverá realizar a primeira reunião ordinária.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1. Os casos omissos serão apreciados pela Comissão de Organização.

Chapecó-SC, 19 de Outubro de 2017.

Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural

**LEI Nº. 7.048, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017. - ANEXO**

Publicação Nº 1405700

# **PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

Página: 1 / 1  
Data: 10/10/2017

**PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021**

**ANEXOS**

ANEXO I, II, III	Páginas
Anexo 1 - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso	7
Anexo 2 - Identificação de Programa	32
Anexo 3.1 - Programas e Ações	11
Anexo 3.2 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso	6
Anexo 3.3 - Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas	8
Anexo 3.4 - Resumo dos Programas detalhado por Fonte de Recurso	5
Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações	7
Anexo 5 - Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso	20
Anexo 6 - Fontes de Recurso da Receita	23
Anexo 7 - Fontes de Recurso da Despesa	2
Anexo 8 - Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção	2
Anexo 9 - Demonstrativo Fontes de Recurso Receita X Despesa	36
Anexo 10 - Relação de Despesas Planejadas	4
Anexo 11 - Modelo Da Planilha de Despesa	18
Anexo 12 - Resumo da Receita e Despesa por Fonte	22
	1
	204



**ESTADO SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ  
PLURIANUAL 2018-2021**

Página 1 de 7

**ANEXO I – MACRO OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

MACRO OBJETIVO	DIRETRIZES
<p style="text-align: center;"><b>1 – Gestão Pública e Governança</b></p>	<p>Promover o planejamento estratégico municipal na busca da eficácia, eficiência e efetividade da gestão pública, elevando o grau de satisfação da população, em respeito ao cidadão e às organizações comunitárias e aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência e responsabilidade fiscal.</p> <p>Esta dimensão de atuação congrega os órgãos que atuam nas atividades meio, de articulação política e modernização, coordenação geral, supervisão e controle do Poder Executivo Municipal para a provisão de recursos e elaboração e execução do planejamento dos meios operacionais e administrativos necessários à consecução das ações da Administração Municipal, além do acompanhamento e controle dos programas e projetos governamentais, segurança e proteção patrimonial, bem como os órgãos de orientações jurídicas e normativas do direito, de gestão de recursos humanos, de controle interno e de comunicação institucional.</p>
<p style="text-align: center;"><b>2 - Desenvolvimento Humano e Cidadania</b></p>	<p>Promover ações que garantam o livre acesso cidadão aos bens e serviços públicos, a inclusão e sustentabilidade social, de forma permanente, respeitando a diversidade sócio cultural com apoio de rede de responsabilidade solidária e compartilhada.</p> <p>Esta dimensão de atuação congrega os órgãos responsáveis pelas atividades de planejamento, organização e execução das ações que visem a inclusão social e o resgate da cidadania, promovendo a igualdade de acesso às políticas públicas sociais, direitos e oportunidades aos cidadãos e suas famílias, independentemente de gênero, religião ou raça, por meio da educação, esporte, saúde, cultura e assistência social.</p>
<p style="text-align: center;"><b>3 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental Sustentável</b></p>	<p>Promover o desenvolvimento socioeconômico, mediante a criação de oportunidade de geração de trabalho, emprego e renda, fortalecendo a base social municipal.</p> <p>Esta dimensão de atuação congrega órgãos encarregados de formular e executar as políticas de desenvolvimento econômico sustentável visando a geração de emprego e renda por meio da integração das cadeias e arranjos produtivos com inovação tecnológica e capacitação profissional em consonância com a demanda de conservação dos recursos naturais.</p>





**ESTADO SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ  
PLURIANUAL 2018-2021**

**Página 2 de 7**

**4 - Desenvolvimento Sócio Espacial**

Promover a gestão territorial, de forma planejada, integrada e sustentável, assegurando o desenvolvimento ambiental saudável e seguro e a qualidade de vida da população. Esta dimensão de atuação congrega órgãos com funções gerenciais, de planejamento urbano, mobilidade, trânsito, transporte e execução de políticas públicas de urbanização e de conservação da infraestrutura físico-territorial, que integra o saneamento básico com as demais políticas macro estruturantes, de manejo dos resíduos e do uso e a ocupação sustentável do solo, em harmonia com políticas de habitação e serviços urbanos e rurais.



**ESTADO SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ  
PLURIANUAL 2018-2021**

Página 3 de 7

**ANEXO II – PROGRAMAS DE GOVERNO**

MACRO OBJETIVO	N.º	PROGRAMAS
<b>1 – Gestão Pública e Governança</b>	101	Apoio Legislativo
	102	Boa Governança
	103	Ouvindo Nosso Povo. Você conhece, Você decide.
	104	Atendimento Integral Sócio Familiar
<b>2 - Desenvolvimento Humano e Cidadania</b>	105	Escola Forte
	106	Esporte e Lazer para Todos
	107	Saúde Humanizada
	108	Chapecó Multicultural e Inclusivo
<b>3 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental Sustentável</b>	109	Chapecó de Oportunidade
	110	Chapecó Porteira Aberta
<b>4 - Desenvolvimento Sócio Espacial</b>	111	Chapecó do Futuro
	112	Chapecó - Nossa Cidade



**ESTADO SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**PLURIANUAL 2018-2021**

Página 4 de 7

**ANEXO III – OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS**

<b>N.º</b>	<b>PROGRAMAS</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>JUSTIFICATIVAS</b>
101	Apoio Legislativo	Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.	Atendimento a legalidade e de acordo com os princípios que regem a administração pública.
102	Boa Governança	Promover boas práticas de gestão pública, com eficácia, eficiência e efetividade, com a ampliação dos instrumentos democráticos, da publicidade e da transparência dos atos do poder público, e responsabilização dos agentes públicos na gestão dos recursos públicos.	Promover boas práticas de gestão pública, com eficácia, eficiência e efetividade, com a ampliação dos instrumentos democráticos, da publicidade e da transparência dos atos do poder público, e responsabilização dos agentes públicos na gestão dos recursos públicos. A visão moderna de administração pública deve adequar-se com o planejamento das ações e gestão dos recursos e bens públicos, tendo como foco e beneficiário a população, governando com ética, transparência e de acordo com os princípios que regem a administração pública.
103	Ouvindo Nosso Povo. Você conhece, Você decide.	Promover a participação cívica e o diálogo direto entre o executivo, os cidadãos e a sociedade civil organizada, permitindo a identificação de demandas a serem priorizadas no planejamento e orçamento municipal, e o desenvolvimento de atitudes, competências e práticas democráticas.	Ouvindo Nosso Bairro. Você conhece, Você decide! Promover a participação cívica e o diálogo direto entre o executivo, os cidadãos e a sociedade civil organizada, permitindo a identificação de demandas a serem priorizadas no planejamento e orçamento municipal, e o desenvolvimento de atitudes, competências e práticas democráticas. O planejamento das ações deve traduzir as propostas da administração e as demandas sociais, associando as dimensões políticas, econômicas, culturais, ambientais, cognitivas e organizativas, e não somente nos aspectos físico-financeiros, aproximando o governo dos cidadãos, respeitando-se o processo democrático e participativo.



**ESTADO SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**PLURIANUAL 2018-2021**

**Página 5 de 7**

104	Atendimento Integral Sócio Familiar	Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos e das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, oportunizando espaços de compartilhamento, observando as relações de gênero e buscando a dignidade e igualdade de direitos.	As políticas sociais devem garantir os direitos o acesso às ações e serviços públicos a grupos especiais, como idosos, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, sem a visão fragmentada ou assistencial, buscando resolver o problema da "exclusão" de modo cooperativo e solidário, e estabelecer ações positivas por parte dos governos, ONG, OSCIP e iniciativa privada.
105	Escola Forte	Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, e que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.	A educação municipal de qualidade deve garantir o acesso de crianças, adolescentes e adultos ao processo de ensino-aprendizagem, à educação infantil e fundamental, à capacitação e formação dos profissionais do magistério, com investimentos e manutenção da infraestrutura física, pedagógica e didática, transporte e alimentação escolar, em cumprimento às metas e ações estabelecidas nos Planos de Educação.
106	Esporte e Lazer para Todos	Promover o acesso ao esporte e lazer a todos segmentos da sociedade e aos atletas chapecoenses que participam de competições oficiais, além do apoio aos grupos especiais, como os idosos e pessoas com deficiência nas práticas esportivas.	Criar alternativas para a atividade de esporte, lazer e de hábitos saudáveis, com fortalecimento de ações de base, demandadas pela sociedade, de forma integrada e intersetorial, incluindo a formação e qualificação de professores e atletas e a inclusão e atenção às pessoas com deficiências e grupos de idosos.



**ESTADO SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**PLURIANUAL 2018-2021**

Página 6 de 7

107	Saúde Humanizada	Promover a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, articuladas com os demais níveis e complexidade da atenção à saúde, garantindo a humanização da saúde, com integralidade, intersectorialidade, resolutividade e qualidade da assistência e acesso às ações e serviços de saúde, fortalecendo as políticas sociais e organismos de controle social.	O fortalecimento e humanização da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS no âmbito individual e coletivo, integrado às ações e serviços de média e alta complexidade, ao uso racional dos medicamentos e exames demandados, orientados pelos indicadores de vigilância em saúde e ao perfil epidemiológico da população, ampliando cada vez mais a cobertura da rede de cuidados com qualidade.
108	Chapecó Multicultural e Inclusivo	Promover políticas públicas de apoio, divulgação e valorização de artistas, entidades e empreendimentos culturais chapecoenses, de preservação e revitalização de espaços físicos e do patrimônio histórico, artístico e cultural, e garantia de acesso da população ao conhecimento, formação, produção e manifestação artístico-cultural.	Chapecó é formada por diversas etnias o que proporciona grande riqueza cultural, cabendo às políticas públicas garantir o acesso cidadão às ações culturais, à preservação do patrimônio histórico e a difusão da cultura chapecoense propiciando valorização dos artistas locais e a divulgação das potencialidades culturais de nosso município.
109	Chapecó de Oportunidade	Promover políticas públicas de apoio aos empreendedores e ao desenvolvimento de negócios produtivos, objetivando a geração de emprego e renda e o fortalecimento do setor de turismo e eventos local.	A necessidade de geração de oportunidades, empregos e renda estão entre os grandes desafios da gestão pública, exigindo desta o apoio técnico e administrativo aos empreendedores e aos eventos e fomento de negócios, na promoção do turismo, do desenvolvimento sustentável e de novas matrizes econômicas de base tecnológica.



**ESTADO SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**PLURIANUAL 2018-2021**

**Página 7 de 7**

110	Chapecó Porteira Aberta	Promover o desenvolvimento rural e ambiental sustentável, com obras de infraestrutura e difusão de tecnologias e técnicas para incremento da produção e geração de renda, o fomento, aquisição e comercialização de produtos e serviços.	A necessidade de estabelecer uma política de abastecimento, com valorização de nossos produtores, disponibilizando produtos locais de qualidade ao consumidor chapecoense e aos programas sociais, garantindo os investimentos em serviços e infraestrutura rural, licenciamento ambiental, que melhorem as suas condições de trabalho e de vida no campo.
111	Chapecó do Futuro	Promover políticas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável, à utilização racional e eficiente de espaços públicos, à mobilidade, proteção e segurança e a melhoria da qualidade de vida da população, a curto, médio e longo prazos, incluindo o acesso à moradia saudável e segura e à regularização fundiária.	A elaboração de projetos com planejamento espacial e ambiental que visem o desenvolvimento e o crescimento sustentável do município, de forma eficiente e ordenada em todo o seu território, exigem ações racionais e coletivas que garantam a segurança e a mobilidade urbana, integradas e articuladas às áreas de habitação e de regularização fundiária, possibilitando a melhoria da qualidade de vida e acesso destas políticas públicas por toda a população, em cumprimento às funções sociais da cidade.
112	Chapecó - Nossa Cidade	Promover a gestão municipal urbana e ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura e a oferta de serviços públicos adequados e de qualidade.	O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida, além de melhorar a autoestima de nosso povo.

Página: 1 / 32  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.1.1.3.03.1.1.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho -		20.900.000,00	22.800.000,00	24.880.000,00	27.160.000,00	95.740.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	12.540.000,00	13.680.000,00	14.928.000,00	16.296.000,00	57.444.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	5.225.000,00	5.700.000,00	6.220.000,00	6.790.000,00	23.935.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	3.135.000,00	3.420.000,00	3.732.000,00	4.074.000,00	14.361.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>20.900.000,00</b>	<b>22.800.000,00</b>	<b>24.880.000,00</b>	<b>27.160.000,00</b>	<b>95.740.000,00</b>
1.1.1.3.03.4.1.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros		440.000,00	460.000,00	480.000,00	500.000,00	1.880.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	264.000,00	276.000,00	288.000,00	300.000,00	1.128.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	110.000,00	115.000,00	120.000,00	125.000,00	470.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	66.000,00	69.000,00	72.000,00	75.000,00	282.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>440.000,00</b>	<b>460.000,00</b>	<b>480.000,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>1.880.000,00</b>
1.1.1.8.01.1.1.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -		28.980.000,00	31.000.000,00	33.180.000,00	35.500.000,00	128.660.000,00
Dedução: Renúncia de Receita		-1.100.000,00	-1.160.000,00	-1.220.000,00	-1.280.000,00	-4.760.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	-660.000,00	-696.000,00	-732.000,00	-768.000,00	-2.856.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	-275.000,00	-290.000,00	-305.000,00	-320.000,00	-1.190.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	-165.000,00	-174.000,00	-183.000,00	-192.000,00	-714.000,00
Dedução: Devolução		-600.000,00	-640.000,00	-680.000,00	-720.000,00	-2.640.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	-360.000,00	-384.000,00	-408.000,00	-432.000,00	-1.584.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	-150.000,00	-160.000,00	-170.000,00	-180.000,00	-660.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	-90.000,00	-96.000,00	-102.000,00	-108.000,00	-396.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	17.388.000,00	18.600.000,00	19.908.000,00	21.300.000,00	77.196.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	7.245.000,00	7.750.000,00	8.295.000,00	8.875.000,00	32.165.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	4.347.000,00	4.650.000,00	4.977.000,00	5.325.000,00	19.299.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>27.280.000,00</b>	<b>29.200.000,00</b>	<b>31.280.000,00</b>	<b>33.500.000,00</b>	<b>121.260.000,00</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 2 / 32  
 Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.1.1.8.01.1.2.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -		440.000,00	460.000,00	480.000,00	500.000,00	1.880.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	264.000,00	276.000,00	288.000,00	300.000,00	1.128.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	110.000,00	115.000,00	120.000,00	125.000,00	470.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	66.000,00	69.000,00	72.000,00	75.000,00	282.000,00
Total Receita:						
1.1.1.8.01.1.3.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -		3.900.000,00	2.940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	8.840.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	2.340.000,00	1.764.000,00	588.000,00	612.000,00	5.304.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	975.000,00	735.000,00	245.000,00	255.000,00	2.210.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	585.000,00	441.000,00	147.000,00	153.000,00	1.326.000,00
Total Receita:						
1.1.1.8.01.1.4.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -		440.000,00	460.000,00	480.000,00	500.000,00	1.880.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	264.000,00	276.000,00	288.000,00	300.000,00	1.128.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	110.000,00	115.000,00	120.000,00	125.000,00	470.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	66.000,00	69.000,00	72.000,00	75.000,00	282.000,00
Total Receita:						
1.1.1.8.01.4.1.00.00 - Imposto sobre Transmissão � Inter Vivos, de Bens Imóveis		15.420.000,00	16.580.000,00	17.820.000,00	19.160.000,00	68.980.000,00
Dedução: Devolução		-100.000,00	-120.000,00	-140.000,00	-160.000,00	-520.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	-60.000,00	-72.000,00	-84.000,00	-96.000,00	-312.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	-25.000,00	-30.000,00	-35.000,00	-40.000,00	-130.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	-15.000,00	-18.000,00	-21.000,00	-24.000,00	-78.000,00
Dedução: Renúncia de Receita						
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	-40.000,00	-40.000,00	-40.000,00	-40.000,00	-160.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	-24.000,00	-24.000,00	-24.000,00	-24.000,00	-96.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	-10.000,00	-10.000,00	-10.000,00	-10.000,00	-40.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 3 / 32  
 Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	-6.000,00	-6.000,00	-6.000,00	-6.000,00	-24.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	9.252.000,00	9.948.000,00	10.692.000,00	11.496.000,00	41.388.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	3.955.000,00	4.145.000,00	4.455.000,00	4.790.000,00	17.245.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	2.313.000,00	2.487.000,00	2.673.000,00	2.874.000,00	10.347.000,00
Total Receita:						
1.1.1.8.02.3.1.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal		15.280.000,00	16.420.000,00	17.640.000,00	18.960.000,00	68.300.000,00
Dedução: Renúncia de Receita						
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	-280.000,00	-300.000,00	-320.000,00	-340.000,00	-1.240.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	-168.000,00	-180.000,00	-192.000,00	-204.000,00	-744.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	-70.000,00	-75.000,00	-80.000,00	-85.000,00	-310.000,00
Dedução: Devolução						
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	-42.000,00	-45.000,00	-48.000,00	-51.000,00	-186.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	-140.000,00	-140.000,00	-140.000,00	-140.000,00	-560.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	-84.000,00	-84.000,00	-84.000,00	-84.000,00	-336.000,00
Total Receita:						
1.1.1.8.02.3.2.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e		66.420.000,00	70.940.000,00	75.780.000,00	80.960.000,00	294.100.000,00
Dedução: Devolução						
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	1.080.000,00	4.020.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	564.000,00	588.000,00	612.000,00	648.000,00	2.412.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	235.000,00	245.000,00	255.000,00	270.000,00	1.005.000,00
Total Receita:						
1.1.1.8.02.3.2.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e		940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	1.080.000,00	4.020.000,00
Dedução: Devolução						
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	564.000,00	588.000,00	612.000,00	648.000,00	2.412.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	235.000,00	245.000,00	255.000,00	270.000,00	1.005.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	141.000,00	147.000,00	153.000,00	162.000,00	603.000,00
Total Receita:						
1.1.1.8.02.3.2.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e		940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	1.080.000,00	4.020.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 4 / 32  
 Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.1.1.8.02.3.3.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida		3.720.000,00	2.760.000,00	800.000,00	840.000,00	8.120.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	2.232.000,00	1.656.000,00	480.000,00	504.000,00	4.872.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	930.000,00	690.000,00	200.000,00	210.000,00	2.030.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	558.000,00	414.000,00	120.000,00	126.000,00	1.218.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>3.720.000,00</b>	<b>2.760.000,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>840.000,00</b>	<b>8.120.000,00</b>
1.1.1.8.02.3.4.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida		240.000,00	260.000,00	280.000,00	300.000,00	1.080.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	144.000,00	156.000,00	168.000,00	180.000,00	648.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	60.000,00	65.000,00	70.000,00	75.000,00	270.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	36.000,00	39.000,00	42.000,00	45.000,00	162.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>240.000,00</b>	<b>260.000,00</b>	<b>280.000,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>1.080.000,00</b>
1.1.2.1.01.1.1.01.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal -		1.540.000,00	1.620.000,00	1.700.000,00	1.780.000,00	6.640.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.540.000,00	1.620.000,00	1.700.000,00	1.780.000,00	6.640.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>1.540.000,00</b>	<b>1.620.000,00</b>	<b>1.700.000,00</b>	<b>1.780.000,00</b>	<b>6.640.000,00</b>
1.1.2.1.01.1.1.02.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal -		7.240.000,00	7.620.000,00	8.020.000,00	8.420.000,00	31.300.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	7.240.000,00	7.620.000,00	8.020.000,00	8.420.000,00	31.300.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>7.240.000,00</b>	<b>7.620.000,00</b>	<b>8.020.000,00</b>	<b>8.420.000,00</b>	<b>31.300.000,00</b>
1.1.2.1.01.1.1.03.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal -		660.000,00	700.000,00	740.000,00	780.000,00	2.880.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	660.000,00	700.000,00	740.000,00	780.000,00	2.880.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>660.000,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>740.000,00</b>	<b>780.000,00</b>	<b>2.880.000,00</b>
1.1.2.1.01.1.1.04.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal -		240.000,00	260.000,00	280.000,00	300.000,00	1.080.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	240.000,00	260.000,00	280.000,00	300.000,00	1.080.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>240.000,00</b>	<b>260.000,00</b>	<b>280.000,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>1.080.000,00</b>
1.1.2.1.01.1.2.01.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 5 / 32  
 Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
<b>Total Receita:</b>		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
1.1.2.1.01.1.2.02.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e		1.080.000,00	1.140.000,00	1.200.000,00	1.260.000,00	4.680.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.080.000,00	1.140.000,00	1.200.000,00	1.260.000,00	4.680.000,00
<b>Total Receita:</b>		1.080.000,00	1.140.000,00	1.200.000,00	1.260.000,00	4.680.000,00
1.1.2.1.01.1.2.03.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e		360.000,00	380.000,00	400.000,00	420.000,00	1.560.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	360.000,00	380.000,00	400.000,00	420.000,00	1.560.000,00
<b>Total Receita:</b>		360.000,00	380.000,00	400.000,00	420.000,00	1.560.000,00
1.1.2.1.01.1.2.04.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e		180.000,00	190.000,00	200.000,00	210.000,00	780.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	180.000,00	190.000,00	200.000,00	210.000,00	780.000,00
<b>Total Receita:</b>		180.000,00	190.000,00	200.000,00	210.000,00	780.000,00
1.1.2.1.01.1.2.99.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e		180.000,00	190.000,00	200.000,00	210.000,00	780.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	180.000,00	190.000,00	200.000,00	210.000,00	780.000,00
<b>Total Receita:</b>		180.000,00	190.000,00	200.000,00	210.000,00	780.000,00
1.1.2.1.01.1.3.01.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa -		220.000,00	232.000,00	244.000,00	256.000,00	952.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	220.000,00	232.000,00	244.000,00	256.000,00	952.000,00
<b>Total Receita:</b>		220.000,00	232.000,00	244.000,00	256.000,00	952.000,00
1.1.2.1.01.1.3.02.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa -		440.000,00	464.000,00	488.000,00	512.000,00	1.904.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	440.000,00	464.000,00	488.000,00	512.000,00	1.904.000,00
<b>Total Receita:</b>		440.000,00	464.000,00	488.000,00	512.000,00	1.904.000,00
1.1.2.1.01.1.3.03.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa -		220.000,00	232.000,00	244.000,00	256.000,00	952.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	220.000,00	232.000,00	244.000,00	256.000,00	952.000,00
<b>Total Receita:</b>		220.000,00	232.000,00	244.000,00	256.000,00	952.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 6 / 32  
 Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.1.2.1.01.1.3.04.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa -		110.000,00	116.000,00	122.000,00	128.000,00	476.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	110.000,00	116.000,00	122.000,00	128.000,00	476.000,00
<b>Total Receita:</b>		110.000,00	116.000,00	122.000,00	128.000,00	476.000,00
1.1.2.1.01.1.3.99.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa -		110.000,00	116.000,00	122.000,00	128.000,00	476.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	110.000,00	116.000,00	122.000,00	128.000,00	476.000,00
<b>Total Receita:</b>		110.000,00	116.000,00	122.000,00	128.000,00	476.000,00
1.1.2.1.01.1.4.01.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscal. - Dívida Ativa -		120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00
<b>Total Receita:</b>		120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00
1.1.2.1.01.1.4.02.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscal. - Dívida Ativa -		240.000,00	256.000,00	272.000,00	288.000,00	1.056.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	240.000,00	256.000,00	272.000,00	288.000,00	1.056.000,00
<b>Total Receita:</b>		240.000,00	256.000,00	272.000,00	288.000,00	1.056.000,00
1.1.2.1.01.1.4.03.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscal. - Dívida Ativa -		120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00
<b>Total Receita:</b>		120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00
1.1.2.1.01.1.4.04.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscal. - Dívida Ativa -		60.000,00	64.000,00	68.000,00	72.000,00	264.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	60.000,00	64.000,00	68.000,00	72.000,00	264.000,00
<b>Total Receita:</b>		60.000,00	64.000,00	68.000,00	72.000,00	264.000,00
1.1.2.1.01.1.4.99.00 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscal. - Dívida Ativa -		60.000,00	64.000,00	68.000,00	72.000,00	264.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	60.000,00	64.000,00	68.000,00	72.000,00	264.000,00
<b>Total Receita:</b>		60.000,00	64.000,00	68.000,00	72.000,00	264.000,00
1.1.2.2.01.1.1.01.00 - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal - Limpeza		22.020.000,00	24.660.000,00	27.620.000,00	30.940.000,00	105.240.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	22.020.000,00	24.660.000,00	27.620.000,00	30.940.000,00	105.240.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 7 / 32  
 Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Total Receita:</b>		22.020.000,00	24.660.000,00	27.620.000,00	30.940.000,00	105.240.000,00
1.1.2.2.01.1.1.02.00 - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal - Funrebo		2.780.000,00	2.980.000,00	3.080.000,00	3.180.000,00	12.020.000,00
10005 - Recurso Ordinário - Fundo - Bombeiros	100.0%	2.780.000,00	2.980.000,00	3.080.000,00	3.180.000,00	12.020.000,00
<b>Total Receita:</b>		2.780.000,00	2.980.000,00	3.080.000,00	3.180.000,00	12.020.000,00
1.1.2.2.01.1.1.03.00 - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal - Casan		2.460.000,00	2.580.000,00	2.700.000,00	2.840.000,00	10.580.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	2.460.000,00	2.580.000,00	2.700.000,00	2.840.000,00	10.580.000,00
<b>Total Receita:</b>		2.460.000,00	2.580.000,00	2.700.000,00	2.840.000,00	10.580.000,00
1.1.3.0.00.1.2.00.00 - Contribuição de Melhoria - Multas e Juros		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.1.3.0.00.1.3.00.00 - Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa		260.000,00	280.000,00	300.000,00	320.000,00	1.160.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	260.000,00	280.000,00	300.000,00	320.000,00	1.160.000,00
<b>Total Receita:</b>		260.000,00	280.000,00	300.000,00	320.000,00	1.160.000,00
1.1.3.8.04.1.1.00.00 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras		2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	8.000.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	8.000.000,00
<b>Total Receita:</b>		2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	8.000.000,00
1.2.4.0.00.1.1.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação		11.360.000,00	12.160.000,00	13.020.000,00	13.940.000,00	50.480.000,00
10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública - COSIP	100.0%	11.360.000,00	12.160.000,00	13.020.000,00	13.940.000,00	50.480.000,00
<b>Total Receita:</b>		11.360.000,00	12.160.000,00	13.020.000,00	13.940.000,00	50.480.000,00
1.2.4.0.00.1.2.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação		120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00
10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública - COSIP	100.0%	120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00
<b>Total Receita:</b>		120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00
1.2.4.0.00.1.3.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação		120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 8 / 32  
 Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública - COSIP	100.0%	120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00
<b>Total Receita:</b>		120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00
1.2.4.0.00.1.4.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação		120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00
10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública - COSIP	100.0%	120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00
<b>Total Receita:</b>		120.000,00	128.000,00	136.000,00	144.000,00	528.000,00
1.3.1.0.01.1.1.01.00 - Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Centro de Eventos		760.000,00	800.000,00	840.000,00	880.000,00	3.280.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	760.000,00	800.000,00	840.000,00	880.000,00	3.280.000,00
<b>Total Receita:</b>		760.000,00	800.000,00	840.000,00	880.000,00	3.280.000,00
1.3.1.0.01.1.1.02.00 - Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Efapi		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
<b>Total Receita:</b>		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
1.3.2.1.00.1.1.02.00 - Rem. Dep. Bancário - COSIP		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública - COSIP	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.3.2.1.00.1.1.03.00 - Rem. Dep. Bancário - FUNDEB		220.000,00	240.000,00	260.000,00	280.000,00	1.000.000,00
11800 - Transf. Do FUNDEB - Apl Rem Profis.Magist efet exerc. EB	100.0%	220.000,00	240.000,00	260.000,00	280.000,00	1.000.000,00
<b>Total Receita:</b>		220.000,00	240.000,00	260.000,00	280.000,00	1.000.000,00
1.3.2.1.00.1.1.04.00 - Rem. Dep. Bancário - Conv União Educação		320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
13200 - Transferência de Convênios - União - Educação	100.0%	320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
<b>Total Receita:</b>		320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
1.3.2.1.00.1.1.07.00 - Rem. Dep. Bancário - Conv União Outros		740.000,00	780.000,00	820.000,00	860.000,00	3.200.000,00
13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	100.0%	740.000,00	780.000,00	820.000,00	860.000,00	3.200.000,00
<b>Total Receita:</b>		740.000,00	780.000,00	820.000,00	860.000,00	3.200.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 9 / 32  
Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.3.2.1.00.1.1.08.00 - Rem. Dep. Bancário - Conv Estado Educação		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
16200 - Transferência de Convênios - Estado - Educação	100.0%	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
<b>Total Receita:</b>		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
1.3.2.1.00.1.1.11.00 - Rem. Dep. Bancário - Conv Estado Outros		420.000,00	460.000,00	500.000,00	520.000,00	1.900.000,00
16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	100.0%	420.000,00	460.000,00	500.000,00	520.000,00	1.900.000,00
<b>Total Receita:</b>		420.000,00	460.000,00	500.000,00	520.000,00	1.900.000,00
1.3.2.1.00.1.1.25.00 - Rem. Dep. Bancário - Salário Educação		60.000,00	60.000,00	80.000,00	80.000,00	280.000,00
13600 - Salário Educação	100.0%	60.000,00	60.000,00	80.000,00	80.000,00	280.000,00
<b>Total Receita:</b>		60.000,00	60.000,00	80.000,00	80.000,00	280.000,00
1.3.2.1.00.1.1.27.00 - Rem. Dep. Bancário - Trasn. União Educação - PDDE		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13702 - Outras Transf. FNDE - PDDE	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.3.2.1.00.1.1.28.00 - Rem. Dep. Bancário - Trasn. União Educação - PNAE		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13703 - Outras Transf. FNDE - PNAE	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.3.2.1.00.1.1.29.00 - Rem. Dep. Bancário - Trasn. União Educação - PNATE		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13704 - Outras Transf. FNDE - PNATE	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.3.2.1.00.1.1.32.00 - Rem. Dep. Bancário - Polícia Militar		1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	7.800.000,00
11000 - Transito Militar	100.0%	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	7.800.000,00
<b>Total Receita:</b>		1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	7.800.000,00
1.3.2.1.00.1.1.33.00 - Rem. Dep. Bancário - Polícia Civil		445.000,00	467.000,00	491.000,00	515.000,00	1.918.000,00
11100 - Transito Civil	100.0%	445.000,00	467.000,00	491.000,00	515.000,00	1.918.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 10 / 32  
Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Total Receita:</b>		445.000,00	467.000,00	491.000,00	515.000,00	1.918.000,00
1.3.2.1.00.1.1.34.00 - Rem. Dep. Bancário - Ordinários		1.939.700,00	3.020.000,00	4.100.000,00	1.779.300,00	10.839.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.939.700,00	3.020.000,00	4.100.000,00	1.779.300,00	10.839.000,00
<b>Total Receita:</b>		1.939.700,00	3.020.000,00	4.100.000,00	1.779.300,00	10.839.000,00
1.3.9.0.00.1.1.00.00 - Demais Receitas Patrimoniais - Principal		200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00
<b>Total Receita:</b>		200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00
1.6.1.0.01.1.1.00.00 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal		600.000,00	640.000,00	680.000,00	720.000,00	2.640.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	600.000,00	640.000,00	680.000,00	720.000,00	2.640.000,00
<b>Total Receita:</b>		600.000,00	640.000,00	680.000,00	720.000,00	2.640.000,00
1.6.9.0.99.1.1.00.00 - Outros Serviços - Principal		360.000,00	380.000,00	400.000,00	420.000,00	1.560.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	360.000,00	380.000,00	400.000,00	420.000,00	1.560.000,00
<b>Total Receita:</b>		360.000,00	380.000,00	400.000,00	420.000,00	1.560.000,00
1.7.1.8.01.2.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios -		63.720.000,00	66.900.000,00	70.240.000,00	73.760.000,00	274.620.000,00
Dedução: FUNDEB		-12.744.000,00	-13.380.000,00	-14.048.000,00	-14.752.000,00	-54.924.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	100.0%	-12.744.000,00	-13.380.000,00	-14.048.000,00	-14.752.000,00	-54.924.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	38.232.000,00	40.140.000,00	42.144.000,00	44.256.000,00	164.772.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	15.930.000,00	16.725.000,00	17.560.000,00	18.440.000,00	68.655.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	9.558.000,00	10.035.000,00	10.536.000,00	11.064.000,00	41.193.000,00
<b>Total Receita:</b>		50.976.000,00	53.520.000,00	56.192.000,00	59.008.000,00	219.696.000,00
1.7.1.8.01.3.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios -		2.240.000,00	2.360.000,00	2.480.000,00	2.600.000,00	9.680.000,00
10000 - Recursos Ordinários	75%	1.680.000,00	1.770.000,00	1.860.000,00	1.950.000,00	7.260.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	560.000,00	590.000,00	620.000,00	650.000,00	2.420.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 11 / 32  
 Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Total Receita:</b>		2.240.000,00	2.360.000,00	2.480.000,00	2.600.000,00	9.680.000,00
1.7.1.8.01.4.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%		2.240.000,00	2.360.000,00	2.480.000,00	2.600.000,00	9.680.000,00
10000 - Recursos Ordinários	75%	1.680.000,00	1.770.000,00	1.860.000,00	1.950.000,00	7.260.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	560.000,00	590.000,00	620.000,00	650.000,00	2.420.000,00
<b>Total Receita:</b>		2.240.000,00	2.360.000,00	2.480.000,00	2.600.000,00	9.680.000,00
1.7.1.8.01.5.1.00.00 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
Dedução: FUNDEB		-20.000,00	-20.000,00	-20.000,00	-20.000,00	-80.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	100.0%	-20.000,00	-20.000,00	-20.000,00	-20.000,00	-80.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	100.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
<b>Total Receita:</b>		80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
1.7.1.8.02.1.1.00.00 - Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos		1.640.000,00	1.720.000,00	1.800.000,00	1.900.000,00	7.060.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.640.000,00	1.720.000,00	1.800.000,00	1.900.000,00	7.060.000,00
<b>Total Receita:</b>		1.640.000,00	1.720.000,00	1.800.000,00	1.900.000,00	7.060.000,00
1.7.1.8.02.6.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo e FEP -		560.000,00	580.000,00	600.000,00	640.000,00	2.380.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	560.000,00	580.000,00	600.000,00	640.000,00	2.380.000,00
<b>Total Receita:</b>		560.000,00	580.000,00	600.000,00	640.000,00	2.380.000,00
1.7.1.8.02.9.1.00.00 - Outras Transferências decorrentes de Compensação		220.000,00	240.000,00	260.000,00	280.000,00	1.000.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	220.000,00	240.000,00	260.000,00	280.000,00	1.000.000,00
<b>Total Receita:</b>		220.000,00	240.000,00	260.000,00	280.000,00	1.000.000,00
1.7.1.8.05.1.1.00.00 - Transferências do Salário-Educação - Principal		8.540.000,00	9.060.000,00	9.600.000,00	10.180.000,00	37.380.000,00
13600 - Salário Educação	100.0%	8.540.000,00	9.060.000,00	9.600.000,00	10.180.000,00	37.380.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 12 / 32  
 Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Total Receita:</b>		8.540.000,00	9.060.000,00	9.600.000,00	10.180.000,00	37.380.000,00
1.7.1.8.05.2.1.00.00 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
13702 - Outras Transf. FNDE - PDDE	100.0%	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
<b>Total Receita:</b>		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
1.7.1.8.05.3.1.00.00 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa		3.080.000,00	3.240.000,00	3.400.000,00	3.580.000,00	13.300.000,00
13703 - Outras Transf. FNDE - PNAE	100.0%	3.080.000,00	3.240.000,00	3.400.000,00	3.580.000,00	13.300.000,00
<b>Total Receita:</b>		3.080.000,00	3.240.000,00	3.400.000,00	3.580.000,00	13.300.000,00
1.7.1.8.05.4.1.00.00 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa		320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
13704 - Outras Transf. FNDE - PNATE	100.0%	320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
<b>Total Receita:</b>		320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
1.7.1.8.05.9.1.00.00 - Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do		1.200.000,00	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	5.160.000,00
13704 - Outras Transf. FNDE - PNATE	100.0%	1.200.000,00	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	5.160.000,00
<b>Total Receita:</b>		1.200.000,00	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	5.160.000,00
1.7.1.8.06.1.1.00.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº		420.000,00	440.000,00	460.000,00	480.000,00	1.800.000,00
Dedução: FUNDEB		-84.000,00	-88.000,00	-92.000,00	-96.000,00	-360.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	100.0%	-84.000,00	-88.000,00	-92.000,00	-96.000,00	-360.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	252.000,00	264.000,00	276.000,00	288.000,00	1.080.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	105.000,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00	450.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	63.000,00	66.000,00	69.000,00	72.000,00	270.000,00
<b>Total Receita:</b>		336.000,00	352.000,00	368.000,00	384.000,00	1.440.000,00
1.7.1.8.10.2.1.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a		140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
13200 - Transferência de Convênios - União - Educação	100.0%	140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
<b>Total Receita:</b>		140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 13 / 32  
 Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.7.1.8.10.9.1.00.00 - Outras Transferências de Convênios da União - Principal		1.100.000,00	1.160.000,00	1.220.000,00	1.280.000,00	4.760.000,00
13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	100.0%	1.100.000,00	1.160.000,00	1.220.000,00	1.280.000,00	4.760.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>1.100.000,00</b>	<b>1.160.000,00</b>	<b>1.220.000,00</b>	<b>1.280.000,00</b>	<b>4.760.000,00</b>
1.7.1.8.99.1.1.00.00 - Outras Transferências da União - Principal		520.000,00	540.000,00	560.000,00	580.000,00	2.200.000,00
13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	100.0%	520.000,00	540.000,00	560.000,00	580.000,00	2.200.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>520.000,00</b>	<b>540.000,00</b>	<b>560.000,00</b>	<b>580.000,00</b>	<b>2.200.000,00</b>
1.7.2.8.01.1.1.00.00 - Cota-Parte do ICMS - Principal		121.920.000,00	127.920.000,00	134.220.000,00	140.840.000,00	524.900.000,00
<b>Dedução: FUNDEB</b>		<b>-24.384.000,00</b>	<b>-25.584.000,00</b>	<b>-26.844.000,00</b>	<b>-28.168.000,00</b>	<b>-104.980.000,00</b>
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	100.0%	-24.384.000,00	-25.584.000,00	-26.844.000,00	-28.168.000,00	-104.980.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	73.152.000,00	76.752.000,00	80.532.000,00	84.504.000,00	314.940.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	30.480.000,00	31.980.000,00	33.555.000,00	35.210.000,00	131.225.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	18.288.000,00	19.188.000,00	20.133.000,00	21.126.000,00	78.735.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>97.536.000,00</b>	<b>102.336.000,00</b>	<b>107.376.000,00</b>	<b>112.672.000,00</b>	<b>419.920.000,00</b>
1.7.2.8.01.2.1.00.00 - Cota-Parte do IPVA - Principal		28.940.000,00	30.380.000,00	31.900.000,00	33.500.000,00	124.720.000,00
<b>Dedução: FUNDEB</b>		<b>-5.788.000,00</b>	<b>-6.076.000,00</b>	<b>-6.380.000,00</b>	<b>-6.700.000,00</b>	<b>-24.944.000,00</b>
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	100.0%	-5.788.000,00	-6.076.000,00	-6.380.000,00	-6.700.000,00	-24.944.000,00
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	17.364.000,00	18.228.000,00	19.140.000,00	20.100.000,00	74.832.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	7.235.000,00	7.595.000,00	7.975.000,00	8.375.000,00	31.180.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	4.341.000,00	4.557.000,00	4.785.000,00	5.025.000,00	18.708.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>23.152.000,00</b>	<b>24.304.000,00</b>	<b>25.520.000,00</b>	<b>26.800.000,00</b>	<b>99.776.000,00</b>
1.7.2.8.01.3.1.00.00 - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal		1.600.000,00	1.680.000,00	1.760.000,00	1.840.000,00	6.880.000,00
<b>Dedução: FUNDEB</b>		<b>-320.000,00</b>	<b>-336.000,00</b>	<b>-352.000,00</b>	<b>-368.000,00</b>	<b>-1.376.000,00</b>
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	100.0%	-320.000,00	-336.000,00	-352.000,00	-368.000,00	-1.376.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 14 / 32  
 Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
10000 - Recursos Ordinários	60.0%	960.000,00	1.008.000,00	1.056.000,00	1.104.000,00	4.128.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	25%	400.000,00	420.000,00	440.000,00	460.000,00	1.720.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	15%	240.000,00	252.000,00	264.000,00	276.000,00	1.032.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>1.280.000,00</b>	<b>1.344.000,00</b>	<b>1.408.000,00</b>	<b>1.472.000,00</b>	<b>5.504.000,00</b>
1.7.2.8.01.4.1.00.00 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio		280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
10700 - Contrib. de Intervenção do Domínio Econ. - CIDE	100.0%	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>280.000,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>320.000,00</b>	<b>340.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>
1.7.2.8.01.9.1.00.00 - Outras Transferências dos Estados - Principal		1.500.000,00	1.580.000,00	1.660.000,00	1.740.000,00	6.480.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.500.000,00	1.580.000,00	1.660.000,00	1.740.000,00	6.480.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>1.500.000,00</b>	<b>1.580.000,00</b>	<b>1.660.000,00</b>	<b>1.740.000,00</b>	<b>6.480.000,00</b>
1.7.2.8.10.2.1.00.00 - Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
16200 - Transferência de Convênios - Estado - Educação	100.0%	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>400.000,00</b>
1.7.2.8.10.9.1.00.00 - Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal		8.380.000,00	8.800.000,00	9.240.000,00	9.700.000,00	36.120.000,00
16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	100.0%	8.380.000,00	8.800.000,00	9.240.000,00	9.700.000,00	36.120.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>8.380.000,00</b>	<b>8.800.000,00</b>	<b>9.240.000,00</b>	<b>9.700.000,00</b>	<b>36.120.000,00</b>
1.7.2.8.99.1.1.00.00 - Outras Transferências dos Estados - Principal		900.000,00	940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	3.840.000,00
16600 - Transf. Legais e Const do Estado p/ Desenvolvimento Educação	100.0%	900.000,00	940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	3.840.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>900.000,00</b>	<b>940.000,00</b>	<b>980.000,00</b>	<b>1.020.000,00</b>	<b>3.840.000,00</b>
1.7.3.8.10.9.1.00.00 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios -		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>400.000,00</b>
1.7.4.8.10.1.1.00.00 - Transferência de Convênios de Instituições Privadas -		560.000,00	580.000,00	600.000,00	640.000,00	2.380.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 15 / 32  
 Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	560.000,00	580.000,00	600.000,00	640.000,00	2.380.000,00
<b>Total Receita:</b>		560.000,00	580.000,00	600.000,00	640.000,00	2.380.000,00
1.7.5.8.01.1.1.00.00 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e		84.080.000,00	88.280.000,00	92.700.000,00	97.340.000,00	362.400.000,00
11800 - Transf. Do FUNDEB - Apl Rem Profis.Magist efet exerc. EB	95%	79.876.000,00	83.866.000,00	88.065.000,00	92.473.000,00	344.280.000,00
11900 - Transf. Do FUNDEB - Apl outras Desp da Educ Basica	5%	4.204.000,00	4.414.000,00	4.635.000,00	4.867.000,00	18.120.000,00
<b>Total Receita:</b>		84.080.000,00	88.280.000,00	92.700.000,00	97.340.000,00	362.400.000,00
1.9.1.0.01.1.1.01.00 - Multas Previstas na Legislação de Transito - Principal		9.600.000,00	10.080.000,00	10.580.000,00	11.100.000,00	41.360.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	9.600.000,00	10.080.000,00	10.580.000,00	11.100.000,00	41.360.000,00
<b>Total Receita:</b>		9.600.000,00	10.080.000,00	10.580.000,00	11.100.000,00	41.360.000,00
1.9.1.0.01.1.1.99.00 - Outras Multas Previstas - Principal		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.9.2.2.99.1.1.00.00 - Outras Restituições - Principal		1.500.000,00	1.580.000,00	1.660.000,00	1.740.000,00	6.480.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.500.000,00	1.580.000,00	1.660.000,00	1.740.000,00	6.480.000,00
<b>Total Receita:</b>		1.500.000,00	1.580.000,00	1.660.000,00	1.740.000,00	6.480.000,00
1.9.9.0.98.1.0.00.00 - Multa, Juros e correção - Funreborn		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
10005 - Recurso Ordinário - Fundo - Bombeiros	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.9.9.0.99.1.1.00.00 - Outras Receitas - Primárias - Principal		2.240.000,00	2.340.000,00	2.440.000,00	2.540.000,00	9.560.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	2.240.000,00	2.340.000,00	2.440.000,00	2.540.000,00	9.560.000,00
<b>Total Receita:</b>		2.240.000,00	2.340.000,00	2.440.000,00	2.540.000,00	9.560.000,00
2.1.1.2.00.1.1.00.00 - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno -		21.500.000,00	16.500.000,00	11.500.000,00	11.500.000,00	61.000.000,00
18300 - Operação de Crédito Interna	100.0%	21.500.000,00	16.500.000,00	11.500.000,00	11.500.000,00	61.000.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 16 / 32  
 Data: 10/10/2017

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
Total Receita:		21.500.000,00	16.500.000,00	11.500.000,00	11.500.000,00	61.000.000,00
2.1.2.2.00.1.1.00.00 - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo -		10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00
18600 - Operação de Crédito Externa	100.0%	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00
Total Receita:		10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00
2.2.1.3.00.1.1.00.00 - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal		140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
18900 - Alienação de Bens	100.0%	140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
Total Receita:		140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
2.2.2.0.00.1.1.00.00 - Alienação de Bens Imóveis - Principal		140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
18900 - Alienação de Bens	100.0%	140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
Total Receita:		140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
2.3.0.0.06.1.1.00.00 - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal		480.000,00	500.000,00	520.000,00	540.000,00	2.040.000,00
10000 - Recursos Ordinários	100.0%	480.000,00	500.000,00	520.000,00	540.000,00	2.040.000,00
Total Receita:		480.000,00	500.000,00	520.000,00	540.000,00	2.040.000,00
2.4.1.8.10.2.1.00.00 - Transferências de Convênio da União destinadas a		3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	12.000.000,00
13200 - Transferência de Convênios - União - Educação	100.0%	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	12.000.000,00
Total Receita:		3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	12.000.000,00
2.4.1.8.99.1.0.00.00 - Outras Transferências da União		6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	24.000.000,00
13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	100.0%	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	24.000.000,00
Total Receita:		6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	24.000.000,00
2.4.2.8.10.2.1.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados destinadas a		5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	20.000.000,00
16200 - Transferência de Convênios - Estado - Educação	100.0%	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	20.000.000,00
Total Receita:		5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	20.000.000,00
2.4.2.8.99.1.0.00.00 - Outras Transferências dos Estados		16.040.000,00	16.840.000,00	17.680.000,00	18.560.000,00	69.120.000,00

Página: 17 / 32  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	%	2018	2019	2020	2021	Total
16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	100,0%	16.040.000,00	16.840.000,00	17.680.000,00	18.560.000,00	69.120.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>16.040.000,00</b>	<b>16.840.000,00</b>	<b>17.680.000,00</b>	<b>18.560.000,00</b>	<b>69.120.000,00</b>
<b>Total Órgão:</b>		<b>569.344.700,00</b>	<b>594.027.000,00</b>	<b>618.523.000,00</b>	<b>650.702.300,00</b>	<b>2.432.597.000,00</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 18 / 32  
 Data: 10/10/2017

02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.3.2.1.00.1.1.05.00 - Rem. Dep. Bancário - Conv União Saúde		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
13300 - Transferência de Convênios - União - Saúde	100.0%	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
<b>Total Receita:</b>		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
1.3.2.1.00.1.1.09.00 - Rem. Dep. Bancário - Conv Estado Saúde		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
16300 - Transferência de Convênios - Estado - Saúde	100.0%	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
<b>Total Receita:</b>		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
1.3.2.1.00.1.1.17.00 - Rem. Dep. Bancário - SUS União Atenção Básica		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	100.0%	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
<b>Total Receita:</b>		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
1.3.2.1.00.1.1.18.00 - Rem. Dep. Bancário - SUS União MAC		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.3.2.1.00.1.1.19.00 - Rem. Dep. Bancário - SUS União Vigilância		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	100.0%	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
<b>Total Receita:</b>		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
1.3.2.1.00.1.1.20.00 - Rem. Dep. Bancário - SUS União Assist Farmacêutica		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13804 - Transferências do SUS - Assist. Farm Básica	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.3.2.1.00.1.1.21.00 - Rem. Dep. Bancário - SUS União Gestão		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13807 - Transferências do SUS - Gestão	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.3.2.1.00.1.1.22.00 - Rem. Dep. Bancário - SUS Estado Atenção Básica		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
16701 - Transf. do SUS Estado - Atenção Básica	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 19 / 32  
 Data: 10/10/2017

02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	%	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.3.2.1.00.1.1.23.00 - Rem. Dep. Bancário - SUS Estado MAC		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
16702 - Transf. do SUS Estado - MAC	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.3.2.1.00.1.1.24.00 - Rem. Dep. Bancário - SUS Estado Assist Farmacêutica		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
16704 - Transf. do SUS Estado - Assist. Farm Básica	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.7.1.8.03.1.1.01.00 - Transf SUS - AB - Prog De Melhoria Do Acesso e da		2.740.000,00	2.880.000,00	3.020.000,00	3.180.000,00	11.820.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	100.0%	2.740.000,00	2.880.000,00	3.020.000,00	3.180.000,00	11.820.000,00
<b>Total Receita:</b>		2.740.000,00	2.880.000,00	3.020.000,00	3.180.000,00	11.820.000,00
1.7.1.8.03.1.1.02.00 - Transf SUS - AB - Saúde Da Família - SF		4.420.000,00	4.640.000,00	4.880.000,00	5.120.000,00	19.060.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	100.0%	4.420.000,00	4.640.000,00	4.880.000,00	5.120.000,00	19.060.000,00
<b>Total Receita:</b>		4.420.000,00	4.640.000,00	4.880.000,00	5.120.000,00	19.060.000,00
1.7.1.8.03.1.1.03.00 - Transf SUS - AB - Emap - Equipes Multiprofissionais de		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.7.1.8.03.1.1.04.00 - Transf SUS - AB - Inc Adic Assistência Financeira		280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	100.0%	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
<b>Total Receita:</b>		280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
1.7.1.8.03.1.1.06.00 - Transf SUS - AB - Incentivo para Atenção à Saúde no		760.000,00	800.000,00	840.000,00	880.000,00	3.280.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	100.0%	760.000,00	800.000,00	840.000,00	880.000,00	3.280.000,00
<b>Total Receita:</b>		760.000,00	800.000,00	840.000,00	880.000,00	3.280.000,00
1.7.1.8.03.1.1.07.00 - Transf SUS - AB - Fortalec. de pol. Afetas à atuação da		200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 20 / 32  
 Data: 10/10/2017

02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	%	2018	2019	2020	2021	Total
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	100.0%	200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.08.00 - Transf SUS - AB - Saúde Bucal - SB		200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	100.0%	880.000,00	920.000,00	960.000,00	1.000.000,00	3.760.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.09.00 - Transf SUS - AB - Núcleos de Apoio à Saúde Da Família -		1.100.000,00	1.160.000,00	1.220.000,00	1.280.000,00	4.760.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	100.0%	1.100.000,00	1.160.000,00	1.220.000,00	1.280.000,00	4.760.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.10.00 - Transf SUS - AB - Atenção Domiciliar (EMAD) RAU-ADOM		220.000,00	240.000,00	260.000,00	280.000,00	1.000.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	100.0%	220.000,00	240.000,00	260.000,00	280.000,00	1.000.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.11.00 - Transf SUS - AB - Assistência Financeira Complementar -		3.680.000,00	3.860.000,00	4.060.000,00	4.260.000,00	15.860.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	100.0%	3.680.000,00	3.860.000,00	4.060.000,00	4.260.000,00	15.860.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.12.00 - Transf SUS - AB - PAB Fixo		4.760.000,00	5.000.000,00	5.260.000,00	5.520.000,00	20.540.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	100.0%	4.760.000,00	5.000.000,00	5.260.000,00	5.520.000,00	20.540.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.13.00 - Transf SUS - AF - Pessoas Privadas de Liberdade		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.14.00 - Transf SUS - AF - Programa de Assistência Farmacêutica		1.080.000,00	1.140.000,00	1.200.000,00	1.260.000,00	4.680.000,00
13804 - Transferências do SUS - Assist. Farm Básica	100.0%	1.080.000,00	1.140.000,00	1.200.000,00	1.260.000,00	4.680.000,00
Total Receita:						
		1.080.000,00	1.140.000,00	1.200.000,00	1.260.000,00	4.680.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 21 / 32  
Data: 10/10/2017

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.7.1.8.03.1.1.15.00 - Transf SUS - AF - Programa Farmácia Popular do Brasil		160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	640.000,00
13804 - Transferências do SUS - Assist. Farm Básica	100.0%	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	640.000,00
<b>Total Receita:</b>		160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	640.000,00
1.7.1.8.03.1.1.16.00 - Transf SUS - GEST - Incentivo de Reabilitação		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13807 - Transferências do SUS - Gestão	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.7.1.8.03.1.1.17.00 - Transf SUS - GEST - Programa de Fin. Ações de		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13807 - Transferências do SUS - Gestão	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.7.1.8.03.1.1.19.00 - Transf SUS - MAC - FAEC SIA - Tratamento em Oncologia		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.7.1.8.03.1.1.20.00 - Transf SUS - MAC - FAEC SIA - Opm para Transplantes		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.7.1.8.03.1.1.21.00 - Transf SUS - MAC - FAEC - Cirurgias Eletivas -		1.020.000,00	1.080.000,00	1.140.000,00	1.200.000,00	4.440.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	1.020.000,00	1.080.000,00	1.140.000,00	1.200.000,00	4.440.000,00
<b>Total Receita:</b>		1.020.000,00	1.080.000,00	1.140.000,00	1.200.000,00	4.440.000,00
1.7.1.8.03.1.1.22.00 - Transf SUS - MAC - FAEC SIA - Sistema de Frequência		140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
<b>Total Receita:</b>		140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
1.7.1.8.03.1.1.23.00 - Transf SUS - MAC - FAEC AIH - Tratamentos		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 22 / 32  
Data: 10/10/2017

02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	%	2018	2019	2020	2021	Total
Total Receita:		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.7.1.8.03.1.1.24.00 - Transf SUS - MAC - FAEC AIH - Cirurgia Orofacial		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
Total Receita:		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.7.1.8.03.1.1.25.00 - Transf SUS - MAC - FAEC SIA - Atenção às Pessoas em		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
Total Receita:		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.7.1.8.03.1.1.26.00 - Transf SUS - MAC - FAEC SIA - Mamografia para		300.000,00	320.000,00	340.000,00	360.000,00	1.320.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	300.000,00	320.000,00	340.000,00	360.000,00	1.320.000,00
Total Receita:		300.000,00	320.000,00	340.000,00	360.000,00	1.320.000,00
1.7.1.8.03.1.1.27.00 - Transf SUS - MAC - FAEC SIA - Nefrologia		5.340.000,00	5.600.000,00	5.880.000,00	6.180.000,00	23.000.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	5.340.000,00	5.600.000,00	5.880.000,00	6.180.000,00	23.000.000,00
Total Receita:		5.340.000,00	5.600.000,00	5.880.000,00	6.180.000,00	23.000.000,00
1.7.1.8.03.1.1.28.00 - Transf SUS - MAC - FAEC SIA - Transplantes de Órgãos,		420.000,00	440.000,00	460.000,00	480.000,00	1.800.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	420.000,00	440.000,00	460.000,00	480.000,00	1.800.000,00
Total Receita:		420.000,00	440.000,00	460.000,00	480.000,00	1.800.000,00
1.7.1.8.03.1.1.29.00 - Transf SUS - MAC - FAEC AIH - Transplantes de Órgãos,		1.280.000,00	1.340.000,00	1.400.000,00	1.480.000,00	5.500.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	1.280.000,00	1.340.000,00	1.400.000,00	1.480.000,00	5.500.000,00
Total Receita:		1.280.000,00	1.340.000,00	1.400.000,00	1.480.000,00	5.500.000,00
1.7.1.8.03.1.1.30.00 - Transf SUS - MAC - FAEC AIH - Cirurgias Eletivas -		380.000,00	400.000,00	420.000,00	440.000,00	1.640.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	380.000,00	400.000,00	420.000,00	440.000,00	1.640.000,00
Total Receita:		380.000,00	400.000,00	420.000,00	440.000,00	1.640.000,00
1.7.1.8.03.1.1.31.00 - Transf SUS - MAC - FAEC AIH - Tratamento de Doenças		80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 23 / 32  
 Data: 10/10/2017

02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	%	2018	2019	2020	2021	Total
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.32.00 - Transf SUS - MAC - FAEC SIA - Exame Citopatológico do		80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	640.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.33.00 - Transf SUS - MAC - Teto Municipal Rede Prev Diag Trat		160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	640.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	720.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.34.00 - Transf SUS - MAC - Teto Municipal Melhor em Casa		180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	720.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	1.340.000,00	1.400.000,00	1.480.000,00	1.560.000,00	5.780.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.35.00 - Transf SUS - MAC - Teto Municipal Limite UPA - PO		1.340.000,00	1.400.000,00	1.480.000,00	1.560.000,00	5.780.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	3.700.000,00	3.880.000,00	4.080.000,00	4.280.000,00	15.940.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.36.00 - Transf SUS - MAC - Teto Municipal Rede Psicossocial		3.700.000,00	3.880.000,00	4.080.000,00	4.280.000,00	15.940.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	1.120.000,00	1.180.000,00	1.240.000,00	1.300.000,00	4.840.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.37.00 - Transf SUS - MAC - CEO - Centro de Especialidades		1.120.000,00	1.180.000,00	1.240.000,00	1.300.000,00	4.840.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	480.000,00	500.000,00	520.000,00	540.000,00	2.040.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.38.00 - Transf SUS - MAC - Teto Municipal Rede Brasil sem		480.000,00	500.000,00	520.000,00	540.000,00	2.040.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	400.000,00	420.000,00	440.000,00	460.000,00	1.720.000,00
Total Receita:						
1.7.1.8.03.1.1.39.00 - Transf SUS - MAC - Teto Municipal Rede Brasil sem		400.000,00	420.000,00	440.000,00	460.000,00	1.720.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	400.000,00	420.000,00	440.000,00	460.000,00	1.720.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 24 / 32  
 Data: 10/10/2017

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.7.1.8.03.1.1.39.00 - Transf SUS - MAC - Rede Viver sem Limites - REDEF -		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
<b>Total Receita:</b>		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
1.7.1.8.03.1.1.40.00 - Transf SUS - MAC - Serviços de Atendimento Móvel às		240.000,00	260.000,00	280.000,00	300.000,00	1.080.000,00
13808 - Transferências do SUS - SAMU	100.0%	240.000,00	260.000,00	280.000,00	300.000,00	1.080.000,00
<b>Total Receita:</b>		240.000,00	260.000,00	280.000,00	300.000,00	1.080.000,00
1.7.1.8.03.1.1.41.00 - Transf SUS - MAC - Teto Municipal Rede Viver Sem		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
<b>Total Receita:</b>		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
1.7.1.8.03.1.1.42.00 - Transf SUS - MAC - Teto Municipal da Média e Alta		64.290.000,00	67.525.000,00	70.919.000,00	74.472.000,00	277.206.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	64.290.000,00	67.525.000,00	70.919.000,00	74.472.000,00	277.206.000,00
<b>Total Receita:</b>		64.290.000,00	67.525.000,00	70.919.000,00	74.472.000,00	277.206.000,00
1.7.1.8.03.1.1.43.00 - Transf SUS - MAC - Serviços de Atendimento Móvel às		320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
13808 - Transferências do SUS - SAMU	100.0%	320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
<b>Total Receita:</b>		320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
1.7.1.8.03.1.1.44.00 - Transf SUS - MAC - Teto Municipal Rede Saúde Mental		1.300.000,00	1.360.000,00	1.420.000,00	1.500.000,00	5.580.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	1.300.000,00	1.360.000,00	1.420.000,00	1.500.000,00	5.580.000,00
<b>Total Receita:</b>		1.300.000,00	1.360.000,00	1.420.000,00	1.500.000,00	5.580.000,00
1.7.1.8.03.1.1.45.00 - Transf SUS - MAC - Teto Municipal Rede Cegonha		2.100.000,00	2.200.000,00	2.320.000,00	2.440.000,00	9.060.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	2.100.000,00	2.200.000,00	2.320.000,00	2.440.000,00	9.060.000,00
<b>Total Receita:</b>		2.100.000,00	2.200.000,00	2.320.000,00	2.440.000,00	9.060.000,00
1.7.1.8.03.1.1.46.00 - Transf SUS - MAC - Teto Municipal Rede de Urgência		5.840.000,00	6.140.000,00	6.440.000,00	6.760.000,00	25.180.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	100.0%	5.840.000,00	6.140.000,00	6.440.000,00	6.760.000,00	25.180.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 25 / 32  
 Data: 10/10/2017

02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	%	2018	2019	2020	2021	Total
Total Receita:		5.840.000,00	6.140.000,00	6.440.000,00	6.760.000,00	25.180.000,00
1.7.1.8.03.1.1.47.00 - Transf SUS - VIG - Assistência Financeira Complementar -		960.000,00	1.000.000,00	1.060.000,00	1.120.000,00	4.140.000,00
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	100.0%	960.000,00	1.000.000,00	1.060.000,00	1.120.000,00	4.140.000,00
Total Receita:		960.000,00	1.000.000,00	1.060.000,00	1.120.000,00	4.140.000,00
1.7.1.8.03.1.1.48.00 - Transf SUS - VIG - Programa de Qualificação das Ações		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	100.0%	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
Total Receita:		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
1.7.1.8.03.1.1.49.00 - Transf SUS - VIG - Piso Fixo De Vigilância Em Saúde		380.000,00	400.000,00	420.000,00	440.000,00	1.640.000,00
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	100.0%	380.000,00	400.000,00	420.000,00	440.000,00	1.640.000,00
Total Receita:		380.000,00	400.000,00	420.000,00	440.000,00	1.640.000,00
1.7.1.8.03.1.1.50.00 - Transf SUS - VIG - Incentivos Pontuais para Ações De		80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	100.0%	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
Total Receita:		80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
1.7.1.8.03.1.1.51.00 - Transf SUS - VIG - Inc. Para Implant. e Manut. Ações Serv.		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	100.0%	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
Total Receita:		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
1.7.1.8.03.1.1.52.00 - Transf SUS - VIG - Inc. Adic. Fort. Pol. Afetas à atuação da		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
Total Receita:		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.7.1.8.03.1.1.53.00 - Transf SUS - VIG - Inc. Adic. Assistência Financeira		140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	100.0%	140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
Total Receita:		140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
1.7.1.8.03.1.1.54.00 - Transf SUS - VIG - Inc. as Ações de Vig. Prev e Cont das		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 26 / 32  
 Data: 10/10/2017

02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	%	2018	2019	2020	2021	Total
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	100.0%	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
1.7.1.8.03.1.1.55.00 - Transf SUS - VIG - Fortalec. de pol. Afetas à atuação da	Total Receita:	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	100.0%	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
1.7.1.8.03.1.1.56.00 - Transf SUS - VIG - Piso Fixo de Vigilância Sanitária - Parte	Total Receita:	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.7.1.8.03.1.1.57.00 - Transf SUS - VIG - Piso Fixo de Vigilância Sanitária Parte -	Total Receita:	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	100.0%	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
1.7.1.8.10.1.1.00.00 - Transferências de Convênios da União para o Sistema	Total Receita:	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
13300 - Transferência de Convênios - União - Saúde	100.0%	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
1.7.2.8.03.1.1.01.00 - Transf. Recursos do Estado Programas de Saúde -	Total Receita:	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
16702 - Transf. do SUS Estado - MAC	100.0%	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
1.7.2.8.03.1.1.02.00 - Transf. Recursos do Estado Programas de Saúde -	Total Receita:	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
16704 - Transf. do SUS Estado - Assist. Farm Básica	100.0%	980.000,00	1.020.000,00	1.080.000,00	1.140.000,00	4.220.000,00
1.7.2.8.03.1.1.03.00 - Transf. Recursos do Estado Programas de Saúde -	Total Receita:	980.000,00	1.020.000,00	1.080.000,00	1.140.000,00	4.220.000,00
16701 - Transf. do SUS Estado - Atenção Básica	100.0%	1.240.000,00	1.300.000,00	1.360.000,00	1.420.000,00	5.320.000,00
Total Receita:		1.240.000,00	1.300.000,00	1.360.000,00	1.420.000,00	5.320.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 27 / 32  
Data: 10/10/2017

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.7.2.8.03.1.1.04.00 - Transf. Recursos do Estado para Programas de Saúde -		200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00
16702 - Transf. do SUS Estado - MAC	100.0%	200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00
<b>Total Receita:</b>		200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00
1.7.2.8.03.1.1.05.00 - Transf. Recursos do Estado para Programas de Saúde -		2.300.000,00	2.420.000,00	2.540.000,00	2.660.000,00	9.920.000,00
16702 - Transf. do SUS Estado - MAC	100.0%	2.300.000,00	2.420.000,00	2.540.000,00	2.660.000,00	9.920.000,00
<b>Total Receita:</b>		2.300.000,00	2.420.000,00	2.540.000,00	2.660.000,00	9.920.000,00
1.7.2.8.10.1.1.00.00 - Transferências de Convênio dos Estados para o Sistema		1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
16300 - Transferência de Convênios - Estado - Saúde	100.0%	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
<b>Total Receita:</b>		1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
2.4.1.8.10.1.1.00.00 - Transferências de Convênio da União para o Sistema		1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
13300 - Transferência de Convênios - União - Saúde	100.0%	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
<b>Total Receita:</b>		1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
2.4.2.8.10.1.1.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00
16300 - Transferência de Convênios - Estado - Saúde	100.0%	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00
<b>Total Receita:</b>		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00
<b>Total Órgão:</b>		123.630.000,00	129.485.000,00	135.679.000,00	142.132.000,00	530.926.000,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 28 / 32  
Data: 10/10/2017

03.001 - 01 - Inst. do Sist. Mun. de Prev. de Chap. - RPPS	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.2.1.0.04.2.1.01.00 - Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS -		8.460.000,00	8.880.000,00	9.320.000,00	9.780.000,00	36.440.000,00
10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS - Fundo Previdência	100.0%	8.460.000,00	8.880.000,00	9.320.000,00	9.780.000,00	36.440.000,00
Total Receita:		8.460.000,00	8.880.000,00	9.320.000,00	9.780.000,00	36.440.000,00
1.2.1.0.04.2.1.02.00 - Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS -		5.460.000,00	5.740.000,00	6.020.000,00	6.320.000,00	23.540.000,00
10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS - Fundo Previdência	100.0%	5.460.000,00	5.740.000,00	6.020.000,00	6.320.000,00	23.540.000,00
Total Receita:		5.460.000,00	5.740.000,00	6.020.000,00	6.320.000,00	23.540.000,00
1.2.1.0.04.2.1.03.00 - Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS -		180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	720.000,00
10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS - Fundo Previdência	100.0%	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	720.000,00
Total Receita:		180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	720.000,00
1.2.1.0.04.3.1.00.00 - Contribuição dos Servidores Inativos Cíveis para o RPPS -		280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS - Fundo Previdência	100.0%	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
Total Receita:		280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
1.3.2.1.00.1.1.35.00 - Rem. Dep. Bancário - RPPS		28.320.000,00	29.740.000,00	31.220.000,00	32.780.000,00	122.060.000,00
10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS - Fundo Previdência	100.0%	28.320.000,00	29.740.000,00	31.220.000,00	32.780.000,00	122.060.000,00
Total Receita:		28.320.000,00	29.740.000,00	31.220.000,00	32.780.000,00	122.060.000,00
1.9.2.2.99.1.1.00.00 - Outras Restituições - Principal		1.080.000,00	1.140.000,00	1.200.000,00	1.260.000,00	4.680.000,00
10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS - Fundo Previdência	100.0%	1.080.000,00	1.140.000,00	1.200.000,00	1.260.000,00	4.680.000,00
Total Receita:		1.080.000,00	1.140.000,00	1.200.000,00	1.260.000,00	4.680.000,00
7.0.0.0.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		25.000.000,00	26.260.000,00	27.580.000,00	28.960.000,00	107.800.000,00
10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS - Fundo Previdência	100.0%	25.000.000,00	26.260.000,00	27.580.000,00	28.960.000,00	107.800.000,00
Total Receita:		25.000.000,00	26.260.000,00	27.580.000,00	28.960.000,00	107.800.000,00
Total Órgão:		68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	296.480.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 29 / 32  
 Data: 10/10/2017

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

04.001 - 01 - Fundo Assis. Servidor Público Municipal - FAS	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.2.1.0.99.1.1.00.00 - Outras Contribuições Sociais - Principal		6.820.000,00	7.160.000,00	7.520.000,00	7.900.000,00	29.400.000,00
10004 - Recurso Ordinário - FAS	100.0%	6.820.000,00	7.160.000,00	7.520.000,00	7.900.000,00	29.400.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>6.820.000,00</b>	<b>7.160.000,00</b>	<b>7.520.000,00</b>	<b>7.900.000,00</b>	<b>29.400.000,00</b>
1.3.2.1.00.1.1.30.00 - Rem. Dep. Bancário - FAS		700.000,00	740.000,00	780.000,00	820.000,00	3.040.000,00
10004 - Recurso Ordinário - FAS	100.0%	700.000,00	740.000,00	780.000,00	820.000,00	3.040.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>700.000,00</b>	<b>740.000,00</b>	<b>780.000,00</b>	<b>820.000,00</b>	<b>3.040.000,00</b>
1.7.3.8.10.9.1.00.00 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios -		200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00
10004 - Recurso Ordinário - FAS	100.0%	200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00
<b>Total Receita:</b>		<b>200.000,00</b>	<b>220.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>260.000,00</b>	<b>920.000,00</b>
<b>Total Órgão:</b>		<b>7.720.000,00</b>	<b>8.120.000,00</b>	<b>8.540.000,00</b>	<b>8.980.000,00</b>	<b>33.360.000,00</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 30 / 32  
 Data: 10/10/2017

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

05.001 - 01- Fundo Mun. Assistência Social - FMAS	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.3.2.1.00.1.1.06.00 - Rem. Dep. Bancário - Conv União Social		60.000,00	60.000,00	80.000,00	80.000,00	280.000,00
13100 - Transferência de Convênios - União - Assistência Social	100.0%	60.000,00	60.000,00	80.000,00	80.000,00	280.000,00
<b>Total Receita:</b>		60.000,00	60.000,00	80.000,00	80.000,00	280.000,00
1.3.2.1.00.1.1.10.00 - Rem. Dep. Bancário - Conv Estado Social		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
16100 - Transferência de Convênios - Estado - Assist Social	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.3.2.1.00.1.1.12.00 - Rem. Dep. Bancário - Trasnrf. FNAS Bloco Atenção Básica		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13501 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AB	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.3.2.1.00.1.1.13.00 - Rem. Dep. Bancário - Trasnrf. FNAS Bloco Média		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13502 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - MC	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.3.2.1.00.1.1.14.00 - Rem. Dep. Bancário - Trasnrf. FNAS Bloco Alta		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13503 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AC	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.3.2.1.00.1.1.15.00 - Rem. Dep. Bancário - Trasnrf. FNAS Bloco IGD-SUAS		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13504 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-SUAS	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.3.2.1.00.1.1.16.00 - Rem. Dep. Bancário - Trasnrf. FNAS Bloco IGD-PBF		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13505 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-PBF	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
<b>Total Receita:</b>		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
1.7.1.8.04.1.1.01.00 - Transf - FNAS - Bloco Atenção Básica		1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	7.800.000,00
13501 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AB	100.0%	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	7.800.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 31 / 32  
 Data: 10/10/2017

05.001 - 01- Fundo Mun. Assistência Social - FMAS	%	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Total Receita:</b>		1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	7.800.000,00
1.7.1.8.04.1.1.02.00 - Transf - FNAS - Bloco Média Complexidade		940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	1.080.000,00	4.020.000,00
13502 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - MC	100.0%	940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	1.080.000,00	4.020.000,00
<b>Total Receita:</b>		940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	1.080.000,00	4.020.000,00
1.7.1.8.04.1.1.03.00 - Transf - FNAS - Bloco Alta Complexidade		700.000,00	740.000,00	780.000,00	820.000,00	3.040.000,00
13503 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AC	100.0%	700.000,00	740.000,00	780.000,00	820.000,00	3.040.000,00
<b>Total Receita:</b>		700.000,00	740.000,00	780.000,00	820.000,00	3.040.000,00
1.7.1.8.04.1.1.04.00 - Transf - FNAS - IGD-SUAS		260.000,00	280.000,00	300.000,00	320.000,00	1.160.000,00
13504 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-SUAS	100.0%	260.000,00	280.000,00	300.000,00	320.000,00	1.160.000,00
<b>Total Receita:</b>		260.000,00	280.000,00	300.000,00	320.000,00	1.160.000,00
1.7.1.8.04.1.1.05.00 - Transf - FNAS - IGD-PBF		300.000,00	320.000,00	340.000,00	360.000,00	1.320.000,00
13505 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-PBF	100.0%	300.000,00	320.000,00	340.000,00	360.000,00	1.320.000,00
<b>Total Receita:</b>		300.000,00	320.000,00	340.000,00	360.000,00	1.320.000,00
1.7.1.8.10.3.1.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a		260.000,00	280.000,00	300.000,00	320.000,00	1.160.000,00
13100 - Transferência de Convênios - União - Assistência Social	100.0%	260.000,00	280.000,00	300.000,00	320.000,00	1.160.000,00
<b>Total Receita:</b>		260.000,00	280.000,00	300.000,00	320.000,00	1.160.000,00
1.7.2.8.10.9.1.00.00 - Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal		140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
16100 - Transferência de Convênios - Estado - Assist Social	100.0%	140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
<b>Total Receita:</b>		140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
2.4.2.8.10.9.1.00.00 - Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal		520.000,00	540.000,00	560.000,00	580.000,00	2.200.000,00
16100 - Transferência de Convênios - Estado - Assist Social	100.0%	520.000,00	540.000,00	560.000,00	580.000,00	2.200.000,00
<b>Total Receita:</b>		520.000,00	540.000,00	560.000,00	580.000,00	2.200.000,00
<b>Total Órgão:</b>		5.100.000,00	5.360.000,00	5.640.000,00	5.920.000,00	22.020.000,00

Página: 32 / 32  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

06.001 - 01 - Fundo Munic. Infância e Adolescência - FIA	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.3.2.1.00.1.1.34.00 - Rem. Dep. Bancário - Ordinários		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
10900 - FIA Imposto de Renda	100.0%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
Total Receita:						
1.7.4.0.00.1.1.00.00 - Transferências de Instituições Privadas - Principal		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
10900 - FIA Imposto de Renda	100.0%	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
Total Receita:						
1.7.7.0.00.1.1.00.00 - Transferências de Pessoas Físicas - Principal		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
10900 - FIA Imposto de Renda	100.0%	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
Total Receita:						
Total Órgão:		220.000,00	220.000,00	220.000,00	220.000,00	880.000,00
Total :		774.794.700,00	809.452.000,00	844.442.000,00	887.574.300,00	3.316.263.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Identificação de Programa

Página: 1 / 11  
Data: 10/10/2017

---

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

---

Programa: 101 - Apoio Legislativo

---

Macroobjetivo

---

Objetivo

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.

---

Público alvo

---

Justificativa

Atendimento a legalidade e de acordo com os princípios que regem a administração pública.

---

Diretrizes (Forma de Implementação)

---

Horizonte Temporal

CONTINUO

---

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão executores

51.001 - 51 - Câmara Municipal de Chapecó - CMC

---

Gerente do programa

---

Valor do programa

No PPA: 64.780.000,00

---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Identificação de Programa

Página: 2 / 11

Data: 10/10/2017

---

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

---

Programa: 102 - Boa Governança

---

Macroobjetivo

---

Objetivo

Promover boas práticas de gestão pública, com eficácia, eficiência e efetividade, com a ampliação dos instrumentos democráticos, da publicidade e da transparência dos atos do poder público, e responsabilização dos agentes públicos na gestão dos recursos públicos.

---

Público alvo

---

Justificativa

Promover boas práticas de gestão pública, com eficácia, eficiência e efetividade, com a ampliação dos instrumentos democráticos, da publicidade e da transparência dos atos do poder público, e responsabilização dos agentes públicos na gestão dos recursos públicos. A visão moderna de administração pública deve adequar-se com o planejamento das ações e gestão dos recursos e bens públicos, tendo

---

Diretrizes (Forma de Implementação)

---

Horizonte Temporal

CONTINUO

---

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão executores

- 01.001 - 01 - Gabinete do Prefeito - GP
- 01.002 - 02 - Secretaria de Coord. de Gov. e Gestão- SEGOV
- 01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ
- 01.004 - 04 - Secretaria de Comunicação Social - SECOM
- 01.093 - 93 - Encargos Gerais do Município

Entidade OUTRA ENTIDADE

Órgão executores

- 03.001 - 01 - Inst. do Sist. Mun. de Prev. de Chap. - RPPS
- 

Gerente do programa

---

Valor do programa

No PPA: 599.081.000,00

---



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Identificação de Programa

Página: 3 / 11  
Data:10/10/2017

---

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

---

Programa: 104 - Atendimento Integral Sócio Familiar

---

Macroobjetivo

---

Objetivo

Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos e das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, oportunizando espaços de compartilhamento, observando as relações de gênero e buscando a dignidade e igualdade de direitos.

---

Público alvo

---

Justificativa

As políticas sociais devem garantir os direitos o acesso às ações e serviços públicos a grupos especiais, como idosos, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, sem a visão fragmentada ou assistencial, buscando resolver o problema da "exclusão" de modo cooperativo e solidário, e estabelecer ações positivas por parte dos governos, ONG, OSCIP e iniciativa privada.

---

Diretrizes (Forma de Implementação)

---

Horizonte Temporal  
CONTINUO

---

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão executores

01.001 - 01 - Gabinete do Prefeito - GP

01.009 - 09 - Secretaria de Assistência Social - SEASC

Entidade OUTRA ENTIDADE

Órgão executores

05.001 - 01- Fundo Mun. Assistência Social - FMAS

Entidade OUTRA ENTIDADE

Órgão executores

06.001 - 01 - Fundo Munic. Infância e Adolescência - FIA

---

Gerente do programa

---

Valor do programa

No PPA: 110.536.000,00

---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Identificação de Programa

Página: 4 / 11  
Data: 10/10/2017

---

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

---

Programa: 105 - Escola Forte

---

Macroobjetivo

---

Objetivo

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, e que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.

---

Público alvo

---

Justificativa

A educação municipal de qualidade deve garantir o acesso de crianças, adolescentes e adultos ao processo de ensino-aprendizagem, à educação infantil e fundamental, à capacitação e formação dos profissionais do magistério, com investimentos e manutenção da infraestrutura física, pedagógica e didática, transporte e alimentação escolar, em cumprimento às metas e ações estabelecidas nos

---

Diretrizes (Forma de Implementação)

---

Horizonte Temporal

CONTINUO

---

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão executores

01.005 - 05 - Secretaria de Educação - SEDUC

---

Gerente do programa

---

Valor do programa

No PPA: 776.919.000,00

---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Identificação de Programa

Página: 5 / 11  
Data: 10/10/2017

---

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

---

Programa: 106 - Esporte e Lazer para Todos

---

Macroobjetivo

---

Objetivo

Promover o acesso ao esporte e lazer a todos segmentos da sociedade e aos atletas chapecoenses que participam de competições oficiais, além do apoio aos grupos especiais, como os idosos e pessoas com deficiência nas práticas esportivas.

---

Público alvo

---

Justificativa

Criar alternativas para a atividade de esporte, lazer e de hábitos saudáveis, com fortalecimento de ações de base, demandadas pela sociedade, de forma integrada e intersetorial, incluindo a formação e qualificação de professores e atletas e a inclusão e atenção às pessoas com deficiências e grupos de idosos.

---

Diretrizes (Forma de Implementação)

---

Horizonte Temporal

CONTINUO

---

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão executores

01.013 - 13 - Sec. de Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL

---

Gerente do programa

---

Valor do programa

No PPA: 36.308.000,00

---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Identificação de Programa

Página: 6 / 11  
Data: 10/10/2017

---

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

---

Programa: 107 - Saúde Humanizada

---

Macroobjetivo

---

Objetivo

Promover a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, articuladas com os demais níveis e complexidade da atenção à saúde, garantindo a humanização da saúde, com integralidade, intersetorialidade, resolutividade e qualidade da assistência e acesso às ações e serviços de saúde, fortalecendo as

---

Público alvo

---

Justificativa

O fortalecimento e humanização da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS no âmbito individual e coletivo, integrado às ações e serviços de média e alta complexidade, ao uso racional dos medicamentos e exames demandados, orientados pelos indicadores de vigilância em saúde e ao perfil epidemiológico da população, ampliando cada vez mais a

---

Diretrizes (Forma de Implementação)

---

Horizonte Temporal  
CONTINUO

---

Entidade OUTRA ENTIDADE

Órgão executores

02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Entidade OUTRA ENTIDADE

Órgão executores

04.001 - 01 - Fundo Assis. Servidor Público Municipal - FAS

---

Gerente do programa

---

Valor do programa

No PPA: 661.474.000,00

---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Identificação de Programa

Página: 7 / 11  
Data: 10/10/2017

---

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

---

Programa: 108 - Chapecó Multicultural e Inclusivo

---

Macroobjetivo

---

Objetivo

Promover políticas públicas de apoio, divulgação e valorização de artistas, entidades e empreendimentos culturais chapecoenses, de preservação e revitalização de espaços físicos e do patrimônio histórico, artístico e cultural, e garantia de acesso da população ao conhecimento, formação, produção e manifestação artístico-cultural.

---

Público alvo

---

Justificativa

Chapecó é formada por diversas etnias o que proporciona grande riqueza cultural, cabendo às políticas públicas garantir o acesso cidadão às ações culturais, à preservação do patrimônio histórico e a difusão da cultura chapecoense propiciando valorização dos artistas locais e a divulgação das potencialidades culturais de nosso município.

---

Diretrizes (Forma de Implementação)

---

Horizonte Temporal  
CONTINUO

---

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão executores

01.002 - 02 - Secretaria de Coord. de Gov. e Gestão- SEGOV

01.011 - 11 - Secretaria de Cultura - SECUL

---

Gerente do programa

---

Valor do programa

No PPA: 27.280.000,00

---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Identificação de Programa

Página: 8 / 11  
Data: 10/10/2017

---

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

---

Programa: 109 - Chapecó de Oportunidade

---

Macroobjetivo

---

Objetivo

Promover políticas públicas de apoio aos empreendedores e ao desenvolvimento de negócios produtivos, objetivando a geração de emprego e renda e o fortalecimento do setor de turismo e eventos local.

---

Público alvo

---

Justificativa

A necessidade de geração de oportunidades, empregos e renda estão entre os grandes desafios da gestão pública, exigindo desta o apoio técnico e administrativo aos empreendedores e aos eventos e fomento de negócios, na promoção do turismo, do desenvolvimento sustentável e de novas matrizes econômicas de base tecnológica.

---

Diretrizes (Forma de Implementação)

---

Horizonte Temporal

CONTINUO

---

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão executores

01.001 - 01 - Gabinete do Prefeito - GP

01.002 - 02 - Secretaria de Coord. de Gov. e Gestão- SEGOV

01.010 - 10 - Sec. de Desen. Econômico e Turismo - SEDET

01.012 - 12 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR

---

Gerente do programa

---

Valor do programa

No PPA: 57.839.000,00

---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Identificação de Programa

Página: 9 / 11  
Data: 10/10/2017

---

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

---

Programa: 110 - Chapecó Porteira Aberta

---

Macroobjetivo

---

Objetivo

Promover o desenvolvimento rural e ambiental sustentável, com obras de infraestrutura e difusão de tecnologias e técnicas para incremento da produção e geração de renda, o fomento, aquisição e comercialização de produtos e serviços,

---

Público alvo

---

Justificativa

A necessidade de estabelecer uma política de abastecimento, com valorização de nossos produtores, disponibilizando produtos locais de qualidade ao consumidor chapecoense e aos programas sociais, garantindo os investimentos em serviços e infraestrutura rural, licenciamento ambiental, que melhorem as sua condição de trabalho e de vida no campo.

---

Diretrizes (Forma de Implementação)

---

Horizonte Temporal

CONTINUO

---

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão executores

01.006 - 06 - Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA

01.008 - 08 - Secretaria de Des. Rural e Meio Amb. - SESAU

---

Gerente do programa

---

Valor do programa

No PPA: 32.661.000,00

---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Identificação de Programa

Página: 10 / 11  
Data: 10/10/2017

---

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

---

Programa: 111 - Chapecó do Futuro

---

Macroobjetivo

---

Objetivo

Promover políticas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável, à utilização racional e eficiente de espaços públicos, à mobilidade, proteção e segurança e a melhoria da qualidade de vida da população, a curto, médio e longo prazos, incluindo o acesso à moradia saudável e segura e à regularização fundiária.

---

Público alvo

---

Justificativa

A elaboração de projetos com planejamento espacial e ambiental que visem o desenvolvimento e o crescimento sustentável do município, de forma eficiente e ordenada em todo o seu território, exigem ações racionais e coletivas que garantam a segurança e a mobilidade urbana, integradas e articuladas às áreas de habitação e de regularização fundiária, possibilitando a melhoria da qualidade

---

Diretrizes (Forma de Implementação)

---

Horizonte Temporal

CONTINUO

---

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão executores

01.001 - 01 - Gabinete do Prefeito - GP

01.006 - 06 - Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA

01.007 - 07 - Sec. de Defesa do Cidadão e Mob. - SEDEMOB

01.012 - 12 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR

---

Gerente do programa

---

Valor do programa

No PPA: 169.078.000,00

---



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Identificação de Programa

Página: 11 / 11

Data:10/10/2017

---

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

---

Programa: 112 - Chapecó - Nossa Cidade

---

Macroobjetivo

---

Objetivo

Promover a gestão municipal urbana e ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura e a oferta de serviços públicos adequados e de qualidade.

---

Público alvo

---

Justificativa

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida, além de melhorar a autoestima de nosso povo.

---

Diretrizes (Forma de Implementação)

---

Horizonte Temporal

CONTINUO

---

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão executores

01.002 - 02 - Secretaria de Coord. de Gov. e Gestão- SEGOV

01.006 - 06 - Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA

---

Gerente do programa

---

Valor do programa

No PPA: 436.205.000,00

---

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Programas e Ações

Página: 1 / 6

Data: 10/10/2017

	Total
Função 1 - Legislativa	64.780.000,00
SubFunção 31 - Ação Legislativa	64.780.000,00
Programa 101 - Coordenação e Manutenção das Atividades Legislativas	64.780.000,00
2.990 - Coordenação e Manutenção das Atividades Legislativas	64.780.000,00
Função 4 - Administração	151.919.000,00
SubFunção 122 - Administração Geral	78.293.000,00
Programa 102 - Manut. Gabinete do Prefeito	78.293.000,00
2.001 - Manut. Gabinete do Prefeito	9.277.000,00
2.002 - Manut. Gabinete do Vice-Prefeito	805.000,00
2.005 - Manut. Procuradoria Geral do Município	11.431.000,00
2.008 - Manut. Superintendências Regionais	7.545.000,00
2.009 - Manut. Atividades Ouvidoria Publica	57.000,00
2.011 - Manut. Fundo de Reap. Procuradoria Mun. FURP	98.000,00
2.020 - Manut. Atividades Secretaria de Coord de Governo e Gestão	8.383.000,00
2.021 - Manut. Depto de Gestão de Compras	2.847.000,00
2.022 - Manut. Depto de Recursos Humanos e Saúde do Servidor	12.872.000,00
2.023 - Manut. Depto de Serviços Gerais	19.106.000,00
2.024 - Manut. Depto Almoxarifado Central	4.690.000,00
2.029 - Manut. Diretoria de Captação de Recursos	1.182.000,00
SubFunção 123 - Administração Financeira	3.839.000,00
Programa 102 - Manut. Secretaria da Fazenda	3.839.000,00
2.050 - Manut. Secretaria da Fazenda	3.839.000,00
SubFunção 124 - Controle Interno	6.858.000,00
Programa 102 - Manut. Contadoria Geral do Município	6.858.000,00
2.006 - Manut. Contadoria Geral do Município	5.093.000,00
2.007 - Manut. Controladoria Geral do Município	1.765.000,00
SubFunção 126 - Tecnologia da Informatização	3.896.000,00
Programa 102 - Manut. Depto de Tecnologia de Informação - TI	3.896.000,00
2.025 - Manut. Depto de Tecnologia de Informação - TI	3.896.000,00
SubFunção 129 - Administração de Receitas	37.690.000,00
Programa 102 - Manut. Depto Tributos	37.690.000,00
2.051 - Manut. Depto Tributos	12.958.000,00
2.052 - Manut. Depto Fiscalização	24.732.000,00
SubFunção 131 - Comunicação Social	21.343.000,00
Programa 102 - Manut. Secretaria de Comunicação Social	21.343.000,00
2.060 - Manut. Secretaria de Comunicação Social	21.343.000,00
Função 6 - Segurança Pública	110.151.000,00
SubFunção 181 - Policiamento	92.199.000,00
Programa 111 - Manut. da Guarda Municipal	92.199.000,00
2.131 - Manut. da Guarda Municipal	32.060.000,00
2.132 - Manut. Depto de Fiscalização de Trânsito	30.461.000,00
2.133 - Manut. Depto de Fiscalização de Transporte Público	1.860.000,00
2.134 - Manut. Atividades do CV - Bombeiros	18.100.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Programas e Ações

Página: 2 / 6

Data: 10/10/2017

	Total
2.135 - Manut. Atividades do CV - Policia Militar	7.800.000,00
2.136 - Manut. Atividades do CV - Policia Civil	1.918.000,00
SubFunção 182 - Defesa Civil	17.952.000,00
Programa 111 - Manut. da Secretaria de Defesa do Cidadão	17.952.000,00
2.130 - Manut. da Secretaria de Defesa do Cidadão	17.952.000,00
Função 8 - Assistência Social	110.536.000,00
SubFunção 182 - Defesa Civil	12.000,00
Programa 104 - Manut. Atividades da Coordenação da Defesa Civil	12.000,00
2.178 - Manut. Atividades da Coordenação da Defesa Civil	12.000,00
SubFunção 241 - Assistência ao Idoso	28.740.000,00
Programa 104 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	28.740.000,00
2.901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	28.740.000,00
SubFunção 242 - Assistência ao Portador de Deficiência	14.185.000,00
Programa 104 - Manut. Depto de Proteção Especial - SEASC	14.185.000,00
2.173 - Manut. Depto de Proteção Especial - SEASC	14.185.000,00
SubFunção 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	6.760.000,00
Programa 104 - Manut. Atividades do Conselho Tutelar	6.760.000,00
2.010 - Manut. Atividades do Conselho Tutelar	5.800.000,00
2.961 - Manut. Ativ. Fundo Munic. Para Infância e Adolescência	960.000,00
SubFunção 244 - Assistência Comunitária	60.839.000,00
Programa 104 - Instalação de Unidades de Assistência Social	60.839.000,00
1.060 - Instalação de Unidades de Assistência Social	98.000,00
2.170 - Manut. Atividades Secretaria de Assistência Social - SEASC	26.432.000,00
2.171 - Manut. Depto de Proteção Básica - SEASC	20.936.000,00
2.172 - Manut. Depto de Relações Comunitárias - SEASC	4.464.000,00
2.174 - Manut. Depto de Segurança Alimentar - SEASC	3.819.000,00
2.175 - Manut. Atividades Restaurante Popular	5.090.000,00
Função 9 - Previdência Social	296.480.000,00
SubFunção 272 - Previdência do Regime Estatutário	296.480.000,00
Programa 102 - Manut. Ativ Adm Sist Mun Previd. do Servidor - Simprevi	296.480.000,00
2.801 - Manut. Ativ Adm Sist Mun Previd. do Servidor - Simprevi	5.476.000,00
2.802 - Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Executivo	160.246.000,00
2.803 - Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Legislativo	4.495.000,00
2.804 - Manut. De Benefícios da Previdência a ativos	18.665.000,00
2.811 - Reserva Legal RPPS	107.598.000,00
Função 10 - Saúde	1.005.576.000,00
SubFunção 301 - Atenção Básica	531.668.000,00
Programa 107 - Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saúde	531.668.000,00
2.601 - Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saúde	15.638.000,00
2.605 - Manut. Atenção Basica em Saúde	457.106.000,00
2.608 - Manut. Assistência Farmaceutica	18.366.000,00
2.661 - Manut. - B5 - Gestão do SUS	240.000,00
2.671 - Manut. Das Atividades do CIS-AMOSC	6.958.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Programas e Ações

Página: 3 / 6

Data: 10/10/2017

	Total
2.851 - Manut. Atividades do Fundo Mun Assist. do Servidor-F.A.S.	32.154.000,00
2.852 - Manut. Centro de Atendimento do Servidor	1.206.000,00
SubFunção 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	427.494.000,00
Programa 107 - Construção e Ampliação de Unid. de Saúde	427.494.000,00
1.601 - Construção e Ampliação de Unid. de Saúde	17.528.000,00
2.606 - Manut. Atenção Especializada em Saúde	11.744.000,00
2.610 - Manut. Atividades Hospital Materno Infantil	3.366.000,00
2.631 - Manut. - B2 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	2.017.000,00
2.632 - Manut. - B2 - Centro de Ref em Saúde do Trabalhador - CEREST	498.000,00
2.633 - Manut. - B2 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	2.480.000,00
2.634 - Manut. - B2 - Teto Financeiro Municipal MAC	389.861.000,00
SubFunção 303 - Suporte Profilático e Terapêutico	31.422.000,00
Programa 107 - Aquisição de Material de Uso Permanente - FMS	31.422.000,00
1.603 - Aquisição de Material de Uso Permanente - FMS	168.000,00
2.605 - Manut. Atenção Basica em Saúde	29.503.000,00
2.608 - Manut. Assistência Farmaceutica	1.751.000,00
SubFunção 304 - Vigilância Sanitária	10.771.000,00
Programa 107 - Manut. Vigilancia em Saúde	10.771.000,00
2.607 - Manut. Vigilancia em Saúde	6.252.000,00
2.641 - Manut. - B3 - Vigilância em Saúde	4.519.000,00
SubFunção 305 - Vigilância Epidemiológica	4.221.000,00
Programa 107 - Manut. - B3 - Vigilância em Saúde	4.221.000,00
2.641 - Manut. - B3 - Vigilância em Saúde	4.221.000,00
Função 12 - Educação	776.919.000,00
SubFunção 306 - Alimentação e Nutrição	58.932.000,00
Programa 105 - Manut. Alimentação Escolar	58.932.000,00
2.076 - Manut. Alimentação Escolar	58.932.000,00
SubFunção 361 - Ensino Fundamental	490.046.000,00
Programa 105 - Construção Ampliação Rede Fisica Ensino Fundamental	490.046.000,00
1.010 - Construção Ampliação Rede Fisica Ensino Fundamental	24.640.000,00
2.070 - Manut. Atividades Secretaria de Educação	70.292.000,00
2.071 - Manut. Profis. Magistério - Ensino Fundamental	316.989.000,00
2.073 - Manut. Ensino Fundamental - Outros	54.547.000,00
2.075 - Manut. Escola Agropecuária	546.000,00
2.077 - Manut. do Transporte Escolar	23.032.000,00
SubFunção 365 - Educação Infantil	226.741.000,00
Programa 105 - Construção Ampliação Rede Fisica Educação infantil	226.741.000,00
1.011 - Construção Ampliação Rede Fisica Educação infantil	13.980.000,00
2.072 - Manut. Profis. Magistério - Educação Infantil	162.562.000,00
2.074 - Manut. Educação Infantil - Outros	50.199.000,00
SubFunção 367 - Educação Especial	1.200.000,00
Programa 105 - Manut. Outros convenio FNDE	1.200.000,00
2.079 - Manut. Outros convenio FNDE	1.200.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Programas e Ações

Página: 4 / 6

Data: 10/10/2017

	Total
Função 13 - Cultura	27.280.000,00
SubFunção 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	6.268.000,00
Programa 108 - Manut. Escola de Artes	6.268.000,00
2.213 - Manut. Escola de Artes	6.268.000,00
SubFunção 392 - Difusão Cultural	21.012.000,00
Programa 108 - Manut. Centro de Cultura e Eventos	21.012.000,00
2.027 - Manut. Centro de Cultura e Eventos	710.000,00
2.210 - Manut. Atividades Secretaria de Cultura	15.908.000,00
2.211 - Fundo Municipal de Cultura	2.178.000,00
2.212 - Manut. Biblioteca Municipal	1.675.000,00
2.214 - Manut. de Museus	473.000,00
2.215 - Manut. da PEC	68.000,00
Função 14 - Direitos da Cidadania	6.501.000,00
SubFunção 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	6.501.000,00
Programa 102 - Manut. das Atividades do PROCON	6.501.000,00
2.013 - Manut. das Atividades do PROCON	6.501.000,00
Função 15 - Urbanismo	365.864.000,00
SubFunção 451 - Infra-Estrutura Urbana	330.586.000,00
Programa 109 - Manut. Atividades Secret. De Planejamento	29.935.000,00
2.230 - Manut. Atividades Secret. De Planejamento	11.391.000,00
2.231 - Manut. Depto de Fiscalização de Obras	2.182.000,00
2.232 - Manut. Depto de Elaboração de Projetos e Obras Públicas	15.243.000,00
2.233 - Manut. Depto de Análise e Aprovação de Projetos	1.119.000,00
Programa 111 - Revitalização de Parques e Praças Públicas	54.548.000,00
1.020 - Revitalização de Parques e Praças Públicas	3.262.000,00
1.021 - Implantação e Revitalização de Passeios Públicos	406.000,00
2.137 - Manut. Depto de Mobilidade Urbana	50.880.000,00
Programa 112 - Recuperação/Pavimentação/Espanção de Vias Públicas	246.103.000,00
1.023 - Recuperação/Pavimentação/Espanção de Vias Públicas	164.000.000,00
1.027 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos	693.000,00
2.100 - Manut. Ativ. Secret. de infraestrutura Urbana	15.495.000,00
2.102 - Manut. Depto de Maquinas e Equipamentos	42.947.000,00
2.103 - Manut. Depto de Obras	12.317.000,00
2.104 - Manut. Depto de Estradas	3.490.000,00
2.105 - Manut. da Usina de Asfalto	4.949.000,00
2.107 - Manut. Sinalização Viária	2.212.000,00
SubFunção 452 - Serviços Urbanos	22.270.000,00
Programa 112 - Manut. Depto de Serviços Urbanos	22.270.000,00
2.101 - Manut. Depto de Serviços Urbanos	22.270.000,00
SubFunção 512 - Saneamento Básico Urbano	13.008.000,00
Programa 112 - Construção de Galerias - Micro e Macro Drenagem	13.008.000,00
1.022 - Construção de Galerias - Micro e Macro Drenagem	13.008.000,00
Função 16 - Habitação	4.309.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Programas e Ações

Página: 5 / 6

Data: 10/10/2017

	Total
SubFunção 482 - Habitação Urbana	4.309.000,00
Programa 111 - Manut. Diretoria de Regularização Funciária	4.309.000,00
2.014 - Manut. Diretoria de Regularização Funciária	36.000,00
2.015 - Manut. Ativ Fundo Mun habitação e Interesse Social	70.000,00
2.236 - Manut. Diretoria de Habitação	4.203.000,00
Função 17 - Saneamento	86.238.000,00
SubFunção 512 - Saneamento Básico Urbano	86.238.000,00
Programa 111 - Manut. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial	70.000,00
2.235 - Manut. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial	70.000,00
Programa 112 - Manut. Coleta Resíduos Sólidos Domiciliares e Seletiva	86.168.000,00
2.109 - Manut. Coleta Resíduos Sólidos Domiciliares e Seletiva	84.518.000,00
2.110 - Manut. Fundo Municipal de Saneamento Basico	1.650.000,00
Função 18 - Gestão Ambiental	1.393.000,00
SubFunção 542 - Controle Ambiental	1.393.000,00
Programa 110 - Manut. Horto Florestal	1.393.000,00
2.106 - Manut. Horto Florestal	1.393.000,00
Função 19 - Ciência e Tecnologia	566.000,00
SubFunção 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	566.000,00
Programa 109 - Apoio a Inovação Tecnológica	566.000,00
2.194 - Apoio a Inovação Tecnológica	566.000,00
Função 20 - Agricultura	31.268.000,00
SubFunção 606 - Extensão Rural	29.750.000,00
Programa 110 - Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais	29.750.000,00
2.150 - Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais	20.893.000,00
2.151 - Manut. Ativ. Fundo Municipal de Desenv. Rural e Meio Ambiente	11.000,00
2.152 - Manut. Da Superintendência de Infraestrutura Rural	8.846.000,00
SubFunção 608 - Promoção da Produção Agropecuária	1.518.000,00
Programa 110 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos	1.518.000,00
1.027 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos	1.518.000,00
Função 22 - Indústria	2.189.000,00
SubFunção 661 - Promoção Industrial	2.189.000,00
Programa 109 - Implantação e Desenvolvimento de Distritos Industriais	2.189.000,00
1.070 - Implantação e Desenvolvimento de Distritos Industriais	189.000,00
1.071 - Implantação Parque Tecnológico	2.000.000,00
Função 23 - Comércio e Serviços	25.149.000,00
SubFunção 691 - Promoção Comercial	24.637.000,00
Programa 109 - Manut. Parque Trancredo Neves	24.637.000,00
2.026 - Manut. Parque Trancredo Neves	4.599.000,00
2.190 - Manut. Atividades Secret.Desenvolv.Economico	10.364.000,00
2.191 - Manut. Realização EFAPI 2019/2021	9.556.000,00
2.192 - Manut. Realização Feiras	118.000,00
SubFunção 695 - Turismo	512.000,00
Programa 109 - Manut. das Atividades de Decoração Natalina	512.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

PPA - Programas e Ações

Página: 6 / 6  
Data: 10/10/2017

	Total
2.012 - Manut. das Atividades de Decoração Natalina	469.000,00
2.193 - Manut. Atividades de Promoção do Turismo	43.000,00
Função 25 - Energia	52.144.000,00
SubFunção 752 - Energia Elétrica	52.144.000,00
Programa 112 - Manut. da Iluminação Pública	52.144.000,00
2.108 - Manut. da Iluminação Pública	52.144.000,00
Função 26 - Transporte	16.512.000,00
SubFunção 781 - Transporte Aéreo	16.512.000,00
Programa 112 - Manut. Atividades Aeroporto Municipal	16.512.000,00
2.028 - Manut. Atividades Aeroporto Municipal	16.512.000,00
Função 27 - Desporto e Lazer	36.308.000,00
SubFunção 812 - Desporto Comunitário	36.308.000,00
Programa 106 - Construção/Ampliação/Reforma Praças Esportivas	36.308.000,00
1.090 - Construção/Ampliação/Reforma Praças Esportivas	6.663.000,00
2.250 - Manut. Atividades Secretaria de Esportes e Lazer	17.892.000,00
2.251 - Manut. Ativ. de Apoio ao Esportes	11.753.000,00
Função 28 - Encargos Especiais	144.181.000,00
SubFunção 843 - Serviço da Dívida Interna	30.807.000,00
Programa 102 - Amortização de Dívida	30.807.000,00
0.972 - Amortização de Dívida	30.807.000,00
SubFunção 846 - Outros Encargos Especiais	113.374.000,00
Programa 102 - Encargos Especiais	113.374.000,00
0.971 - Encargos Especiais	91.374.000,00
0.975 - Precatórios	22.000.000,00
Total	3.316.263.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Página: 1 / 8  
Data: 10/10/2017

Anexo 3 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

Fonte de Recurso Programas	2018	2019	2020	2021	Total
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ	467.512.700,00	488.718.000,00	502.471.000,00	525.805.300,00	1.984.507.000,00
10000 - Recursos Ordinários	227.477.301,00	242.410.850,00	250.479.821,00	260.384.028,00	980.752.000,00
101 - Apoio Legislativo	15.200.000,00	15.680.000,00	16.550.000,00	17.350.000,00	64.780.000,00
102 - Boa Governança	71.349.000,00	75.450.000,00	79.695.000,00	76.107.000,00	302.601.000,00
104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	18.756.000,00	19.694.000,00	20.676.000,00	21.710.000,00	80.836.000,00
105 - Escola Forte	21.329.301,00	22.321.850,00	23.541.821,00	24.593.028,00	91.786.000,00
106 - Esporte e Lazer para Todos	7.182.000,00	7.543.000,00	7.918.000,00	8.311.000,00	30.954.000,00
108 - Chapecó Multicultural e Inclusivo	6.329.000,00	6.644.000,00	6.974.000,00	7.321.000,00	27.268.000,00
109 - Chapecó de Oportunidade	11.656.000,00	15.644.000,00	11.749.000,00	17.438.000,00	56.487.000,00
110 - Chapecó Porteira Aberta	7.310.000,00	7.676.000,00	8.060.000,00	8.495.000,00	31.541.000,00
111 - Chapecó do Futuro	20.131.000,00	21.139.000,00	22.193.000,00	23.303.000,00	86.766.000,00
112 - Chapecó - Nossa Cidade	48.235.000,00	50.619.000,00	53.123.000,00	55.756.000,00	207.733.000,00
10005 - Recurso Ordinário - Fundo - Bombeiros	2.800.000,00	3.000.000,00	3.100.000,00	3.200.000,00	12.100.000,00
111 - Chapecó do Futuro	2.800.000,00	3.000.000,00	3.100.000,00	3.200.000,00	12.100.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	50.850.399,00	54.536.150,00	57.352.179,00	62.554.272,00	225.293.000,00
105 - Escola Forte	50.850.399,00	54.536.150,00	57.352.179,00	62.554.272,00	225.293.000,00
10700 - Contrib. de Intervenção do Domínio Econ. - CIDE	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
112 - Chapecó - Nossa Cidade	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública - COSIP	11.740.000,00	12.564.000,00	13.448.000,00	14.392.000,00	52.144.000,00
112 - Chapecó - Nossa Cidade	11.740.000,00	12.564.000,00	13.448.000,00	14.392.000,00	52.144.000,00
11000 - Transito Militar	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	7.800.000,00
111 - Chapecó do Futuro	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	7.800.000,00
11100 - Transito Civil	445.000,00	467.000,00	491.000,00	515.000,00	1.918.000,00
111 - Chapecó do Futuro	445.000,00	467.000,00	491.000,00	515.000,00	1.918.000,00
11800 - Transf. Do FUNDEB - Apl Rem Profis Magist efet exerc. EB	80.096.000,00	84.106.000,00	88.325.000,00	92.753.000,00	345.280.000,00
105 - Escola Forte	80.096.000,00	84.106.000,00	88.325.000,00	92.753.000,00	345.280.000,00
11900 - Transf. Do FUNDEB - Apl outras Desp da Educ Basica	4.204.000,00	4.414.000,00	4.635.000,00	4.867.000,00	18.120.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Anexo 3 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

Página: 2 / 8  
Data: 10/10/2017

Fonte de Recurso Programas	2018	2019	2020	2021	Total
105 - Escola Forte	4.204.000,00	4.414.000,00	4.635.000,00	4.867.000,00	18.120.000,00
13200 - Transferência de Convênios - União - Educação	3.460.000,00	3.480.000,00	3.500.000,00	3.520.000,00	13.960.000,00
105 - Escola Forte	3.460.000,00	3.480.000,00	3.500.000,00	3.520.000,00	13.960.000,00
13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	8.360.000,00	8.480.000,00	8.600.000,00	8.720.000,00	34.160.000,00
106 - Esporte e Lazer para Todos	1.200.000,00	1.300.000,00	1.354.000,00	1.500.000,00	5.354.000,00
108 - Chapecó Multicultural e Inclusivo	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
109 - Chapecó de Oportunidade	81.000,00	87.000,00	90.000,00	94.000,00	352.000,00
111 - Chapecó do Futuro	847.000,00	886.000,00	922.000,00	959.000,00	3.614.000,00
112 - Chapecó - Nossa Cidade	6.229.000,00	6.204.000,00	6.231.000,00	6.164.000,00	24.828.000,00
13600 - Salário Educação	8.600.000,00	9.120.000,00	9.680.000,00	10.260.000,00	37.660.000,00
105 - Escola Forte	8.600.000,00	9.120.000,00	9.680.000,00	10.260.000,00	37.660.000,00
13702 - Outras Transf. FNDE - PDDE	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
105 - Escola Forte	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
13703 - Outras Transf. FNDE - PNAE	3.100.000,00	3.260.000,00	3.420.000,00	3.600.000,00	13.380.000,00
105 - Escola Forte	3.100.000,00	3.260.000,00	3.420.000,00	3.600.000,00	13.380.000,00
13704 - Outras Transf. FNDE - PNATE	1.540.000,00	1.620.000,00	1.700.000,00	1.780.000,00	6.640.000,00
105 - Escola Forte	1.540.000,00	1.620.000,00	1.700.000,00	1.780.000,00	6.640.000,00
16200 - Transferência de Convênios - Estado - Educação	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	20.640.000,00
105 - Escola Forte	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	20.640.000,00
16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	24.840.000,00	26.100.000,00	27.420.000,00	28.780.000,00	107.140.000,00
109 - Chapecó de Oportunidade	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
111 - Chapecó do Futuro	3.780.000,00	11.037.000,00	17.354.000,00	18.709.000,00	50.880.000,00
112 - Chapecó - Nossa Cidade	20.060.000,00	15.063.000,00	10.066.000,00	10.071.000,00	55.260.000,00
16600 - Transf. Legais e Const do Estado p/ Desenvolvimento Educação	900.000,00	940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	3.840.000,00
105 - Escola Forte	900.000,00	940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	3.840.000,00
18300 - Operação de Crédito Interna	21.500.000,00	16.500.000,00	11.500.000,00	11.500.000,00	61.000.000,00
111 - Chapecó do Futuro	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00

Página: 3 / 8  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 3 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

Fonte de Recurso Programas	2018	2019	2020	2021	Total
112 - Chapecó - Nossa Cidade	20.000.000,00	15.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	55.000.000,00
18600 - Operação de Crédito Externa	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00
112 - Chapecó - Nossa Cidade	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00
18900 - Alienação de Bens	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	1.120.000,00
110 - Chapecó Porteira Aberta	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	1.120.000,00

Página: 4 / 8  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 3 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

Fonte de Recurso Programas	2018	2019	2020	2021	Total
INSTITUTO DO SISTEMA MUNICIAP DE PREVIDÊNCIA DE CHAPECÓ	68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	296.480.000,00
10300 - Contrib p/ Regime próp. Previd. Social - RPPS - Fundo Previdência	68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	296.480.000,00
102 - Boa Governança	68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	296.480.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 5 / 8  
 Data: 10/10/2017

Anexo 3 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

Fonte de Recurso Programas	2018	2019	2020	2021	Total
<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPECÓ</b>	<b>6.660.000,00</b>	<b>7.000.000,00</b>	<b>7.360.000,00</b>	<b>7.720.000,00</b>	<b>28.740.000,00</b>
10000 - Recursos Ordinários	1.560.000,00	1.640.000,00	1.720.000,00	1.800.000,00	6.720.000,00
104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	1.560.000,00	1.640.000,00	1.720.000,00	1.800.000,00	6.720.000,00
13100 - Transferência de Convênios - União - Assistência Social	320.000,00	340.000,00	380.000,00	400.000,00	1.440.000,00
104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	320.000,00	340.000,00	380.000,00	400.000,00	1.440.000,00
13501 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AB	1.820.000,00	1.920.000,00	2.020.000,00	2.120.000,00	7.880.000,00
104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	1.820.000,00	1.920.000,00	2.020.000,00	2.120.000,00	7.880.000,00
13502 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - MC	960.000,00	1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	4.100.000,00
104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	960.000,00	1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	4.100.000,00
13503 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AC	720.000,00	760.000,00	800.000,00	840.000,00	3.120.000,00
104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	720.000,00	760.000,00	800.000,00	840.000,00	3.120.000,00
13504 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-SUAS	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
13505 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-PBF	320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
16100 - Transferência de Convênios - Estado - Assist Social	680.000,00	700.000,00	720.000,00	740.000,00	2.840.000,00
104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	680.000,00	700.000,00	720.000,00	740.000,00	2.840.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 6 / 8  
 Data: 10/10/2017

Anexo 3 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

Fonte de Recurso Programas	2018	2019	2020	2021	Total
<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ</b>	<b>223.882.000,00</b>	<b>233.134.000,00</b>	<b>249.991.000,00</b>	<b>265.209.000,00</b>	<b>972.216.000,00</b>
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	100.252.000,00	103.649.000,00	114.312.000,00	123.077.000,00	441.290.000,00
107 - Saúde Humanizada	100.252.000,00	103.649.000,00	114.312.000,00	123.077.000,00	441.290.000,00
13300 - Transferência de Convênios - União - Saúde	3.060.000,00	3.060.000,00	3.060.000,00	3.060.000,00	12.240.000,00
107 - Saúde Humanizada	3.060.000,00	3.060.000,00	3.060.000,00	3.060.000,00	12.240.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	19.140.000,00	20.120.000,00	21.160.000,00	22.220.000,00	82.640.000,00
107 - Saúde Humanizada	19.140.000,00	20.120.000,00	21.160.000,00	22.220.000,00	82.640.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	90.070.000,00	94.545.000,00	99.259.000,00	104.212.000,00	388.086.000,00
107 - Saúde Humanizada	90.070.000,00	94.545.000,00	99.259.000,00	104.212.000,00	388.086.000,00
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	2.080.000,00	2.140.000,00	2.220.000,00	2.300.000,00	8.740.000,00
107 - Saúde Humanizada	2.080.000,00	2.140.000,00	2.220.000,00	2.300.000,00	8.740.000,00
13804 - Transferências do SUS - Assist. Farm Básica	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
107 - Saúde Humanizada	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
13807 - Transferências do SUS - Gestão	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
107 - Saúde Humanizada	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
13808 - Transferências do SUS - SAMU	560.000,00	600.000,00	640.000,00	680.000,00	2.480.000,00
107 - Saúde Humanizada	560.000,00	600.000,00	640.000,00	680.000,00	2.480.000,00
16300 - Transferência de Convênios - Estado - Saúde	2.560.000,00	2.560.000,00	2.560.000,00	2.560.000,00	10.240.000,00
107 - Saúde Humanizada	2.560.000,00	2.560.000,00	2.560.000,00	2.560.000,00	10.240.000,00
16701 - Transf. do SUS Estado - Atenção Básica	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
107 - Saúde Humanizada	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
16702 - Transf. do SUS Estado - MAC	2.580.000,00	2.720.000,00	2.860.000,00	3.000.000,00	11.160.000,00
107 - Saúde Humanizada	2.580.000,00	2.720.000,00	2.860.000,00	3.000.000,00	11.160.000,00
16704 - Transf. do SUS Estado - Assist. Farm Básica	1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	1.160.000,00	4.300.000,00
107 - Saúde Humanizada	1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	1.160.000,00	4.300.000,00

Página: 7 / 8  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 3 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

Fonte de Recurso Programas	2018	2019	2020	2021	Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SERVIDOR PÚBLICO DE CHAPECÓ	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
10004 - Recurso Ordinário - FAS	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
107 - Saúde Humanizada	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 8 / 8  
 Data: 10/10/2017

Anexo 3 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

Fonte de Recurso Programas	2018	2019	2020	2021	Total
<b>FUNDO MUNICIPAL INFÂNCIA/ADOLESCÊNCIA DE CHAPECÓ</b>					
10000 - Recursos Ordinários	240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	960.000,00
104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
10900 - FIA Imposto de Renda	220.000,00	220.000,00	220.000,00	220.000,00	880.000,00
104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	220.000,00	220.000,00	220.000,00	220.000,00	880.000,00
<b>Total:</b>	<b>774.794.700,00</b>	<b>809.452.000,00</b>	<b>844.442.000,00</b>	<b>887.574.300,00</b>	<b>3.316.263.000,00</b>

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPECÓ

### Anexo 3 -Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas

Página: 1 / 5  
Data:10/10/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					1.984.507.000,00
01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
01.001 - 01 - Gabinete do Prefeito - GP					48.947.000,00
Programa:	102 - Boa Governança				42.572.000,00
Objetivo:	Promover boas práticas de gestão pública, com eficácia, eficiência e efetividade, com				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	9.896.000,00	10.379.000,00	10.884.000,00	11.413.000,00	
Programa:	104 - Atendimento Integral Sócio Familiar				5.800.000,00
Objetivo:	Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos e das famílias que se				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	1.346.000,00	1.413.000,00	1.483.000,00	1.558.000,00	
Programa:	109 - Chapecó de Oportunidade				469.000,00
Objetivo:	Promover políticas públicas de apoio aos empreendedores e ao desenvolvimento de				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	109.000,00	114.000,00	120.000,00	126.000,00	
Programa:	111 - Chapecó do Futuro				106.000,00
Objetivo:	Promover políticas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável, à utilização				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	24.000,00	26.000,00	27.000,00	29.000,00	
01.002 - 02 - Secretaria de Coord. de Gov, e Gestão- SEGOV					74.797.000,00
Programa:	102 - Boa Governança				52.976.000,00
Objetivo:	Promover boas práticas de gestão pública, com eficácia, eficiência e efetividade, com				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	12.291.000,00	12.907.000,00	13.549.000,00	14.229.000,00	
Programa:	108 - Chapecó Multicultural e Inclusivo				710.000,00
Objetivo:	Promover políticas públicas de apoio, divulgação e valorização de artistas, entidades				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	165.000,00	173.000,00	182.000,00	190.000,00	
Programa:	109 - Chapecó de Oportunidade				4.599.000,00
Objetivo:	Promover políticas públicas de apoio aos empreendedores e ao desenvolvimento de				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	1.067.000,00	1.121.000,00	1.176.000,00	1.235.000,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 3 - Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas

Página: 2 / 5

Data: 10/10/2017

Programa:	112 - Chapecó - Nossa Cidade	16.512.000,00			
Objetivo:	Promover a gestão municipal urbana e ações integradas nos bairros e interior do				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	3.831.000,00	4.022.000,00	4.224.000,00	4.435.000,00	
01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ					41.529.000,00
Programa:	102 - Boa Governança				41.529.000,00
Objetivo:	Promover boas práticas de gestão pública, com eficácia, eficiência e efetividade, com				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	9.646.000,00	10.122.000,00	10.620.000,00	11.141.000,00	
01.004 - 04 - Secretaria de Comunicação Social - SECOM					21.343.000,00
Programa:	102 - Boa Governança				21.343.000,00
Objetivo:	Promover boas práticas de gestão pública, com eficácia, eficiência e efetividade, com				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	4.952.000,00	5.200.000,00	5.459.000,00	5.732.000,00	
01.005 - 05 - Secretaria de Educação - SEDUC					776.919.000,00
Programa:	105 - Escola Forte				776.919.000,00
Objetivo:	Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade,				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	179.319.700,00	189.038.000,00	198.374.000,00	210.187.300,00	
01.006 - 06 - Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA					424.754.000,00
Programa:	110 - Chapecó Porteira Aberta				1.393.000,00
Objetivo:	Promover o desenvolvimento rural e ambiental sustentável, com obras de				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	323.000,00	340.000,00	356.000,00	374.000,00	
Programa:	111 - Chapecó do Futuro				3.668.000,00
Objetivo:	Promover políticas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável, à utilização				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	860.000,00	900.000,00	935.000,00	973.000,00	
Programa:	112 - Chapecó - Nossa Cidade				419.693.000,00
Objetivo:	Promover a gestão municipal urbana e ações integradas nos bairros e interior do				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	112.713.000,00	105.728.000,00	98.964.000,00	102.288.000,00	
01.007 - 07 - Sec. de Defesa do Cidadão e Mob. - SEDEMOB					161.031.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 3 -Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas

Página: 3 / 5

Data:10/10/2017

Programa:	111 - Chapecó do Futuro	161.031.000,00
Objetivo:	Promover políticas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável, à utilização	
Público alvo:		
	2018	2019
	29.428.000,00	37.962.000,00
	2020	2021
	45.505.000,00	48.136.000,00
01.008 - 08 - Secretaria de Des. Rural e Meio Amb. - SESAU		31.268.000,00
Programa:	110 - Chapecó Porteira Aberta	31.268.000,00
Objetivo:	Promover o desenvolvimento rural e ambiental sustentável, com obras de	
Público alvo:		
	2018	2019
	7.267.000,00	7.616.000,00
	2020	2021
	7.984.000,00	8.401.000,00
01.009 - 09 - Secretaria de Assistência Social - SEASC		75.036.000,00
Programa:	104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	75.036.000,00
Objetivo:	Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos e das famílias que se	
Público alvo:		
	2018	2019
	17.410.000,00	18.281.000,00
	2020	2021
	19.193.000,00	20.152.000,00
01.010 - 10 - Sec. de Desen. Econômico e Turismo - SEDET		22.836.000,00
Programa:	109 - Chapecó de Oportunidade	22.836.000,00
Objetivo:	Promover políticas públicas de apoio aos empreendedores e ao desenvolvimento de	
Público alvo:		
	2018	2019
	4.616.000,00	7.204.000,00
	2020	2021
	2.885.000,00	8.131.000,00
01.011 - 11 - Secretaria de Cultura - SECUL		26.570.000,00
Programa:	108 - Chapecó Multicultural e Inclusivo	26.570.000,00
Objetivo:	Promover políticas públicas de apoio, divulgação e valorização de artistas, entidades	
Público alvo:		
	2018	2019
	6.167.000,00	6.474.000,00
	2020	2021
	6.795.000,00	7.134.000,00
01.012 - 12 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR		34.208.000,00
Programa:	109 - Chapecó de Oportunidade	29.935.000,00
Objetivo:	Promover políticas públicas de apoio aos empreendedores e ao desenvolvimento de	
Público alvo:		
	2018	2019
	6.945.000,00	7.292.000,00
	2020	2021
	7.658.000,00	8.040.000,00
Programa:	111 - Chapecó do Futuro	4.273.000,00
Objetivo:	Promover políticas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável, à utilização	
Público alvo:		
	2018	2019
	991.000,00	1.041.000,00
	2020	2021
	1.093.000,00	1.148.000,00
01.013 - 13 - Sec. de Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL		36.308.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 3 - Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas

Página: 4 / 5

Data: 10/10/2017

Programa:	106 - Esporte e Lazer para Todos	36.308.000,00			
Objetivo:	Promover o acesso ao esporte e lazer a todos segmentos da sociedade e aos atletas				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	8.382.000,00	8.843.000,00	9.272.000,00	9.811.000,00	
01.093 - 93 - Encargos Gerais do Município					144.181.000,00
Programa:	102 - Boa Governança				144.181.000,00
Objetivo:	Promover boas práticas de gestão pública, com eficácia, eficiência e efetividade, com				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	34.564.000,00	36.842.000,00	39.183.000,00	33.592.000,00	
51 - CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
51.001 - 51 - Câmara Municipal de Chapecó - CMC					64.780.000,00
Programa:	101 - Apoio Legislativo				64.780.000,00
Objetivo:	Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	15.200.000,00	15.680.000,00	16.550.000,00	17.350.000,00	
INSTITUTO DO SISTEMA MUNICIPIAL DE PREVIDÊNCIA DE CHAPECÓ					296.480.000,00
03 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECÓ					
03.001 - 01 - Inst. do Sist. Mun. de Prev. de Chap. - RPPS					296.480.000,00
Programa:	102 - Boa Governança				296.480.000,00
Objetivo:	Promover boas práticas de gestão pública, com eficácia, eficiência e efetividade, com				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPECÓ					28.740.000,00
05 - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECÓ					
05.001 - 01 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS					28.740.000,00
Programa:	104 - Atendimento Integral Sócio Familiar				28.740.000,00
Objetivo:	Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos e das famílias que se				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	6.660.000,00	7.000.000,00	7.360.000,00	7.720.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ					972.216.000,00
02 - FM SAÚDE DE CHAPECÓ					
02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS					972.216.000,00
Programa:	107 - Saúde Humanizada				972.216.000,00
Objetivo:	Promover a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária				
Público alvo:					
	2018	2019	2020	2021	
	223.882.000,00	233.134.000,00	249.991.000,00	265.209.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SERVIDOR PÚBLICO DE CHAPECÓ					33.360.000,00

Página: 5 / 5  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 3 - Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas

<b>04 - FUNDO ASSIST. SERV. PÚBLICO MUN. CHAPECÓ</b>					
<b>04.001 - 01 - Fundo Assis. Servidor Público Municipal - FAS</b>					33.360.000,00
Programa:	107 - Saúde Humanizada				33.360.000,00
Objetivo:	Promover a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária				
Público alvo:		2018	2019	2020	2021
		7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00
<b>FUNDO MUNICIPAL INFÂNCIA/ADOLESCÊNCIA DE CHAPECÓ</b>					960.000,00
<b>06 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECÓ</b>					
<b>06.001 - 01 - Fundo Munic. Infância e Adolescência - FIA</b>					960.000,00
Programa:	104 - Atendimento Integral Sócio Familiar				960.000,00
Objetivo:	Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos e das famílias que se				
Público alvo:		2018	2019	2020	2021
		240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00
<b>Total:</b>					<b>3.316.263.000,00</b>

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPECÓ

Página: 1 / 7

Data: 10/10/2017

Anexo 3 -Resumo dos Programas detalhado por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Valor
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ	1.984.507.000,00
101 - Apoio Legislativo	64.780.000,00
10000 - Recursos Ordinários	64.780.000,00
102 - Boa Governança	302.601.000,00
10000 - Recursos Ordinários	302.601.000,00
104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	80.836.000,00
10000 - Recursos Ordinários	80.836.000,00
105 - Escola Forte	776.919.000,00
10000 - Recursos Ordinários	91.786.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	225.293.000,00
11800 - Transf. Do FUNDEB - Apl Rem Profis.Magist efet exerc. EB	345.280.000,00
11900 - Transf. Do FUNDEB - Apl outras Desp da Educ Basica	18.120.000,00
13200 - Transferência de Convênios - União - Educação	13.960.000,00
13600 - Salário Educação	37.660.000,00
13702 - Outras Transf. FNDE - PDDE	320.000,00
13703 - Outras Transf. FNDE - PNAE	13.380.000,00
13704 - Outras Transf. FNDE - PNATE	6.640.000,00
16200 - Transferência de Convênios - Estado - Educação	20.640.000,00
16600 - Transf. Legais e Const do Estado p/ Desenvolvimento Educação	3.840.000,00
106 - Esporte e Lazer para Todos	36.308.000,00
10000 - Recursos Ordinários	30.954.000,00
13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	5.354.000,00
108 - Chapecó Multicultural e Inclusivo	27.280.000,00
10000 - Recursos Ordinários	27.268.000,00
13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	12.000,00
109 - Chapecó de Oportunidade	57.839.000,00
10000 - Recursos Ordinários	56.487.000,00
13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	352.000,00
16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	1.000.000,00
110 - Chapecó Porteira Aberta	32.661.000,00
10000 - Recursos Ordinários	31.541.000,00
18900 - Alienação de Bens	1.120.000,00
111 - Chapecó do Futuro	169.078.000,00
10000 - Recursos Ordinários	86.766.000,00
10005 - Recurso Ordinário - Fundo - Bombeiros	12.100.000,00
11000 - Transito Militar	7.800.000,00
11100 - Transito Civil	1.918.000,00
13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	3.614.000,00
16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	50.880.000,00
18300 - Operação de Crédito Interna	6.000.000,00
112 - Chapecó - Nossa Cidade	436.205.000,00
10000 - Recursos Ordinários	207.733.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 2 / 7  
Data: 10/10/2017

Anexo 3 -Resumo dos Programas detalhado por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Valor
10700 - Contrib. de Intervenção do Domínio Econ. - CIDE	1.240.000,00
10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública - COSIP	52.144.000,00
13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	24.828.000,00
16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	55.260.000,00
18300 - Operação de Crédito Interna	55.000.000,00
18600 - Operação de Crédito Externa	40.000.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CHAPECÓ**

Página: 3 / 7  
Data: 10/10/2017

Anexo 3 -Resumo dos Programas detalhado por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Valor
INSTITUTO DO SISTEMA MUNICIAP DE PREVIDÊNCIA DE CHAPECÓ	296.480.000,00
102 - Boa Governança	296.480.000,00
10300 - Contrib p/ Regime próp. Previd. Social - RPPS - Fundo Previdência	296.480.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 4 / 7

Data: 10/10/2017

Anexo 3 -Resumo dos Programas detalhado por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Valor
<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPECÓ</b>	<b>28.740.000,00</b>
<b>104 - Atendimento Integral Sócio Familiar</b>	<b>28.740.000,00</b>
10000 - Recursos Ordinários	6.720.000,00
13100 - Transferência de Convênios - União - Assistência Social	1.440.000,00
13501 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AB	7.880.000,00
13502 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - MC	4.100.000,00
13503 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AC	3.120.000,00
13504 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-SUAS	1.240.000,00
13505 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-PBF	1.400.000,00
16100 - Transferência de Convênios - Estado - Assist Social	2.840.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 5 / 7

Data: 10/10/2017

Anexo 3 -Resumo dos Programas detalhado por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Valor
<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ</b>	<b>972.216.000,00</b>
<b>107 - Saúde Humanizada</b>	<b>972.216.000,00</b>
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	441.290.000,00
13300 - Transferência de Convênios - União - Saúde	12.240.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	82.640.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	388.086.000,00
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	8.740.000,00
13804 - Transferências do SUS - Assist. Farm Básica	5.400.000,00
13807 - Transferências do SUS - Gestão	240.000,00
13808 - Transferências do SUS - SAMU	2.480.000,00
16300 - Transferência de Convênios - Estado - Saúde	10.240.000,00
16701 - Transf. do SUS Estado - Atenção Básica	5.400.000,00
16702 - Transf. do SUS Estado - MAC	11.160.000,00
16704 - Transf. do SUS Estado - Assist. Farm Básica	4.300.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 6 / 7  
Data: 10/10/2017

Anexo 3 -Resumo dos Programas detalhado por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Valor
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SERVIDOR PÚBLICO DE CHAPECÓ	33.360.000,00
107 - Saúde Humanizada	33.360.000,00
10004 - Recurso Ordinário - FAS	33.360.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CHAPECÓ**

Página: 7 / 7  
Data: 10/10/2017

Anexo 3 -Resumo dos Programas detalhado por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Valor
FUNDO MUNICIPAL INFÂNCIA/ADOLESCÊNCIA DE CHAPECÓ	960.000,00
104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	960.000,00
10000 - Recursos Ordinários	80.000,00
10900 - FIA Imposto de Renda	880.000,00
Total:	3.316.263.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 1 / 20  
 Data: 10/10/2017

**Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ									
01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ									
01.001 - 01 - Gabinete do Prefeito - GP									
0102- Boa Governança									
2001 - Manut. Gabinete do Prefeito									
	Meta Física	Atividade Executada Ano (	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		9.277.000,00	0,00	0,00	9.277.000,00	0,00	0,00	9.277.000,00
2002 - Manut. Gabinete do Vice-Prefeito									
	Meta Física	Atividade Executada Ano (	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		805.000,00	0,00	0,00	805.000,00	0,00	0,00	805.000,00
2005 - Manut. Procuradoria Geral do Município									
	Meta Física	Atividade Executada Ano (	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		11.431.000,00	0,00	0,00	11.431.000,00	0,00	0,00	11.431.000,00
2006 - Manut. Contadoria Geral do Município									
	Meta Física	Atividade Executada Ano (	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		5.093.000,00	0,00	0,00	5.093.000,00	0,00	0,00	5.093.000,00
2007 - Manut. Controladoria Geral do Município									
	Meta Física	Atividade Executada Ano (	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.765.000,00	0,00	0,00	1.765.000,00	0,00	0,00	1.765.000,00
2008 - Manut. Superintendências Regionais									
	Meta Física	Atividade Executada Ano (	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		7.545.000,00	0,00	0,00	7.545.000,00	0,00	0,00	7.545.000,00
2009 - Manut. Atividades Ouvidoria Publica									
	Meta Física	Atividade Executada Ano (	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		57.000,00	0,00	0,00	57.000,00	0,00	0,00	57.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 2 / 20  
 Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
2011 - Manut. Fundo de Reap. Procuradoria Mun. FURP									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		98.000,00	0,00	0,00	98.000,00	0,00	0,00	98.000,00
2013 - Manut. das Atividades do PROCON									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		6.501.000,00	0,00	0,00	6.501.000,00	0,00	0,00	6.501.000,00
0104- Atendimento Integral Sócio Familiar									
2010 - Manut. Atividades do Conselho Tutelar									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		5.800.000,00	0,00	0,00	5.800.000,00	0,00	0,00	5.800.000,00
0109- Chapecó de Oportunidade									
2012 - Manut. das Atividades de Decoração Natalina									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		469.000,00	0,00	0,00	469.000,00	0,00	0,00	469.000,00
0111- Chapecó do Futuro									
2014 - Manut. Diretoria de Regularização Funciária									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		36.000,00	0,00	0,00	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00
2015 - Manut. Ativ Fundo Mun habitação e Interesse Social									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
01.002 - 02 - Secretaria de Coord. de Gov. e Gestão- SEGOV									
			74.797.000,00	0,00	0,00	74.797.000,00	0,00	0,00	74.797.000,00
0102- Boa Governança									

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações

Página: 3 / 20  
Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
2020 - Manut. Atividades Secretaria de Coord de Governo e		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		8.383.000,00	0,00	0,00	8.383.000,00	0,00	0,00	8.383.000,00
2021 - Manut. Depto de Gestão de Compras		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		2.847.000,00	0,00	0,00	2.847.000,00	0,00	0,00	2.847.000,00
2022 - Manut. Depto de Recursos Humanos e Saúde do Servidor		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		12.872.000,00	0,00	0,00	12.872.000,00	0,00	0,00	12.872.000,00
2023 - Manut. Depto de Serviços Gerais		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		19.106.000,00	0,00	0,00	19.106.000,00	0,00	0,00	19.106.000,00
2024 - Manut. Depto Almoxarifado Central		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		4.690.000,00	0,00	0,00	4.690.000,00	0,00	0,00	4.690.000,00
2025 - Manut. Depto de Tecnologia de Informação - TI		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		3.896.000,00	0,00	0,00	3.896.000,00	0,00	0,00	3.896.000,00
2029 - Manut. Diretoria de Captação de Recursos		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.182.000,00	0,00	0,00	1.182.000,00	0,00	0,00	1.182.000,00
0108 - Chapecó Multicultural e Inclusivo									
2027 - Manut. Centro de Cultura e Eventos		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		710.000,00	0,00	0,00	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
0109 - Chapecó de Oportunidade									

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Fisicas e Fiscais por Ações

Página: 4 / 20  
 Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
2026 - Manut. Parque Trancredo Neves									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		4.599.000,00	0,00	0,00	4.599.000,00	0,00	0,00	4.599.000,00
0112- Chapecó - Nossa Cidade									
2028 - Manut. Atividades Aeroporto Municipal									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		16.512.000,00	0,00	0,00	16.512.000,00	0,00	0,00	16.512.000,00
01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ									
			41.529.000,00	0,00	0,00	41.529.000,00	0,00	0,00	41.529.000,00
0102- Boa Governança									
2050 - Manut. Secretaria da Fazenda									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		3.839.000,00	0,00	0,00	3.839.000,00	0,00	0,00	3.839.000,00
2051 - Manut. Depto Tributos									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		12.958.000,00	0,00	0,00	12.958.000,00	0,00	0,00	12.958.000,00
2052 - Manut. Depto Fiscalização									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		24.732.000,00	0,00	0,00	24.732.000,00	0,00	0,00	24.732.000,00
01.004 - 04 - Secretaria de Comunicação Social - SECOM									
			21.343.000,00	0,00	0,00	21.343.000,00	0,00	0,00	21.343.000,00
0102- Boa Governança									
2060 - Manut. Secretaria de Comunicação Social									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		21.343.000,00	0,00	0,00	21.343.000,00	0,00	0,00	21.343.000,00
01.005 - 05 - Secretaria de Educação - SEDUC									
			776.919.000,00	0,00	0,00	776.919.000,00	0,00	0,00	776.919.000,00
0105- Escola Forte									

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações

Página: 5 / 20  
 Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
1010	Construção Ampliação Rede Física Ensino Fundamental	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		24.640.000,00	0,00	0,00	24.640.000,00	0,00	0,00	24.640.000,00
1011	Construção Ampliação Rede Física Educação infantil	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		13.980.000,00	0,00	0,00	13.980.000,00	0,00	0,00	13.980.000,00
2070	Manut. Atividades Secretaria de Educação	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		70.292.000,00	0,00	0,00	70.292.000,00	0,00	0,00	70.292.000,00
2071	Manut. Profis. Magistério - Ensino Fundamental	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		316.989.000,00	0,00	0,00	316.989.000,00	0,00	0,00	316.989.000,00
2072	Manut. Profis. Magistério - Educação Infantil	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		162.562.000,00	0,00	0,00	162.562.000,00	0,00	0,00	162.562.000,00
2073	Manut. Ensino Fundamental - Outros	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		54.547.000,00	0,00	0,00	54.547.000,00	0,00	0,00	54.547.000,00
2074	Manut. Educação Infantil - Outros	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		50.199.000,00	0,00	0,00	50.199.000,00	0,00	0,00	50.199.000,00
2075	Manut. Escola Agropecuária	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		546.000,00	0,00	0,00	546.000,00	0,00	0,00	546.000,00
2076	Manut. Alimentação Escolar	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		58.932.000,00	0,00	0,00	58.932.000,00	0,00	0,00	58.932.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 6 / 20  
 Data: 10/10/2017

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias			Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento					
2077 - Manut. do Transporte Escolar		Atividade Executada Ano (								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00		4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		23.032.000,00	0,00	0,00		23.032.000,00	0,00	0,00	23.032.000,00
2079 - Manut. Outros convenio FNDE		Atividade Executada Ano (								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00		4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.200.000,00	0,00	0,00		1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
01.006 - 06 - Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA			424.754.000,00	0,00	0,00		424.754.000,00	0,00	0,00	424.754.000,00
0110 - Chapecó Porteira Aberta										
2106 - Manut. Horto Florestal		Atividade Executada Ano (								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00		4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.393.000,00	0,00	0,00		1.393.000,00	0,00	0,00	1.393.000,00
0111 - Chapecó do Futuro										
1020 - Revitalização de Parques e Praças Publicas		Atividade Executada Ano (								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00		4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		3.262.000,00	0,00	0,00		3.262.000,00	0,00	0,00	3.262.000,00
1021 - Implantação e Revitalização de Passeios Públicos		Atividade Executada Ano (								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00		4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		406.000,00	0,00	0,00		406.000,00	0,00	0,00	406.000,00
0112 - Chapecó - Nossa Cidade										
1022 - Construção de Galerias - Micro e Macro Drenagem		Atividade Executada Ano (								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00		4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		13.008.000,00	0,00	0,00		13.008.000,00	0,00	0,00	13.008.000,00
1023 - Recuperação/Pavimentação/Espanção de Vias Públicas		Atividade Executada Ano (								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00		4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		164.000.000,00	0,00	0,00		164.000.000,00	0,00	0,00	164.000.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 7 / 20  
 Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
1027	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		693.000,00	0,00	0,00	693.000,00	0,00	0,00	693.000,00
2100	Manut. Ativ. Secret. de infraestrutura Urbana	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		15.495.000,00	0,00	0,00	15.495.000,00	0,00	0,00	15.495.000,00
2101	Manut. Depto de Serviços Urbanos	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		22.270.000,00	0,00	0,00	22.270.000,00	0,00	0,00	22.270.000,00
2102	Manut. Depto de Maquinas e Equipamentos	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		42.947.000,00	0,00	0,00	42.947.000,00	0,00	0,00	42.947.000,00
2103	Manut. Depto de Obras	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		12.317.000,00	0,00	0,00	12.317.000,00	0,00	0,00	12.317.000,00
2104	Manut. Depto de Estradas	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		3.490.000,00	0,00	0,00	3.490.000,00	0,00	0,00	3.490.000,00
2105	Manut. da Usina de Asfalto	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		4.949.000,00	0,00	0,00	4.949.000,00	0,00	0,00	4.949.000,00
2107	Manut. Sinalização Viária	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		2.212.000,00	0,00	0,00	2.212.000,00	0,00	0,00	2.212.000,00
2108	Manut. da Iluminação Pública	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		52.144.000,00	0,00	0,00	52.144.000,00	0,00	0,00	52.144.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 8 / 20  
 Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
2109	Manut. Coleta Resíduos Sólidos Domiciliares e Seletiva	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		84.518.000,00	0,00	0,00	84.518.000,00	0,00	0,00	84.518.000,00
2110	Manut. Fundo Municipal de Saneamento Básico	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.650.000,00	0,00	0,00	1.650.000,00	0,00	0,00	1.650.000,00
01.007 - 07 -	Sec. de Defesa do Cidadão e Mob. - SEDEMOB		161.031.000,00	0,00	0,00	161.031.000,00	0,00	0,00	161.031.000,00
0111	Chapecó do Futuro								
2130	Manut. da Secretaria de Defesa do Cidadão	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		17.952.000,00	0,00	0,00	17.952.000,00	0,00	0,00	17.952.000,00
2131	Manut. da Guarda Municipal	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		32.060.000,00	0,00	0,00	32.060.000,00	0,00	0,00	32.060.000,00
2132	Manut. Depto de Fiscalização de Trânsito	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		30.461.000,00	0,00	0,00	30.461.000,00	0,00	0,00	30.461.000,00
2133	Manut. Depto de Fiscalização de Transporte Público	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.860.000,00	0,00	0,00	1.860.000,00	0,00	0,00	1.860.000,00
2134	Manut. Atividades do CV - Bombeiros	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		18.100.000,00	0,00	0,00	18.100.000,00	0,00	0,00	18.100.000,00
2135	Manut. Atividades do CV - Polícia Militar	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		7.800.000,00	0,00	0,00	7.800.000,00	0,00	0,00	7.800.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 9 / 20  
 Data: 10/10/2017

**Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
2136	Manut. Atividades do CV - Policia Civil	Atividade Executada Ano (							
	Meta Fisica		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.918.000,00	0,00	0,00	1.918.000,00	0,00	0,00	1.918.000,00
2137	Manut. Depto de Mobilidade Urbana	Atividade Executada Ano (							
	Meta Fisica		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		50.880.000,00	0,00	0,00	50.880.000,00	0,00	0,00	50.880.000,00
			31.268.000,00	0,00	0,00	31.268.000,00	0,00	0,00	31.268.000,00
01.008	- 08 - Secretaria de Des. Rural e Meio Amb. - SESAU								
0110	- Chapecó Porteira Aberta								
1027	- Aquisição de Máquinas e Equipamentos	Atividade Executada Ano (							
	Meta Fisica		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.518.000,00	0,00	0,00	1.518.000,00	0,00	0,00	1.518.000,00
2150	- Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais	Atividade Executada Ano (							
	Meta Fisica		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		20.893.000,00	0,00	0,00	20.893.000,00	0,00	0,00	20.893.000,00
2151	- Manut. Ativ. Fundo Municipal de Desenv. Rural e Meio	Atividade Executada Ano (							
	Meta Fisica		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
2152	- Manut. Da Superintendência de Infraestrutura Rural	Atividade Executada Ano (							
	Meta Fisica		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		8.846.000,00	0,00	0,00	8.846.000,00	0,00	0,00	8.846.000,00
			75.036.000,00	0,00	0,00	75.036.000,00	0,00	0,00	75.036.000,00
01.009	- 09 - Secretaria de Assistência Social - SEASC								
0104	- Atendimento Integral Sócio Familiar								
1060	- Instalação de Unidades de Assistência Social	Atividade Executada Ano (							
	Meta Fisica		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		98.000,00	0,00	0,00	98.000,00	0,00	0,00	98.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 10 / 20  
 Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
2170 - Manut. Atividades Secretaria de Assistência Social -		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		26.432.000,00	0,00	0,00	26.432.000,00	0,00	0,00	26.432.000,00
2171 - Manut. Depto de Proteção Básica - SEASC		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		20.936.000,00	0,00	0,00	20.936.000,00	0,00	0,00	20.936.000,00
2172 - Manut. Depto de Relações Comunitárias - SEASC		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		4.464.000,00	0,00	0,00	4.464.000,00	0,00	0,00	4.464.000,00
2173 - Manut. Depto de Proteção Especial - SEASC		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		14.185.000,00	0,00	0,00	14.185.000,00	0,00	0,00	14.185.000,00
2174 - Manut. Depto de Segurança Alimentar - SEASC		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		3.819.000,00	0,00	0,00	3.819.000,00	0,00	0,00	3.819.000,00
2175 - Manut. Atividades Restaurante Popular		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		5.090.000,00	0,00	0,00	5.090.000,00	0,00	0,00	5.090.000,00
2178 - Manut. Atividades da Coordenação da Defesa Civil		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
01.010 - 10 - Sec. de Desen. Econômico e Turismo - SEDET			22.836.000,00	0,00	0,00	22.836.000,00	0,00	0,00	22.836.000,00
0109- Chapecó de Oportunidade									
1070 - Implantação e Desenvolvimento de Distritos Industriais		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		189.000,00	0,00	0,00	189.000,00	0,00	0,00	189.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 11 / 20  
 Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
1071	Implantação Parque Tecnológico	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
2190	Manut. Atividades Secret.Desenvolv.Economico	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		10.364.000,00	0,00	0,00	10.364.000,00	0,00	0,00	10.364.000,00
2191	Manut. Realização EFAP1 2019/2021	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		9.556.000,00	0,00	0,00	9.556.000,00	0,00	0,00	9.556.000,00
2192	Manut. Realização Feiras	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		118.000,00	0,00	0,00	118.000,00	0,00	0,00	118.000,00
2193	Manut. Atividades de Promoção do Turismo	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		43.000,00	0,00	0,00	43.000,00	0,00	0,00	43.000,00
2194	Apoio a Inovação Tecnológica	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		566.000,00	0,00	0,00	566.000,00	0,00	0,00	566.000,00
01.011 - 11 - Secretaria de Cultura - SECUL			26.570.000,00	0,00	0,00	26.570.000,00	0,00	0,00	26.570.000,00
0108 - Chapecó Multicultural e Inclusivo									
2210	Manut. Atividades Secretaria de Cultura	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		15.908.000,00	0,00	0,00	15.908.000,00	0,00	0,00	15.908.000,00
2211	Fundo Municipal de Cultura	Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		2.178.000,00	0,00	0,00	2.178.000,00	0,00	0,00	2.178.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 12 / 20  
 Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
2212 - Manut. Biblioteca Municipal		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.675.000,00	0,00	0,00	1.675.000,00	0,00	0,00	1.675.000,00
2213 - Manut. Escola de Artes		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		6.268.000,00	0,00	0,00	6.268.000,00	0,00	0,00	6.268.000,00
2214 - Manut. de Museus		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		473.000,00	0,00	0,00	473.000,00	0,00	0,00	473.000,00
2215 - Manut. da PEC		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		68.000,00	0,00	0,00	68.000,00	0,00	0,00	68.000,00
01.012 - 12 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR			34.208.000,00	0,00	0,00	34.208.000,00	0,00	0,00	34.208.000,00
0109 - Chapecó de Oportunidade									
2230 - Manut. Atividades Secret. De Planejamento		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		11.391.000,00	0,00	0,00	11.391.000,00	0,00	0,00	11.391.000,00
2231 - Manut. Depto de Fiscalização de Obras		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		2.182.000,00	0,00	0,00	2.182.000,00	0,00	0,00	2.182.000,00
2232 - Manut. Depto de Elaboração de Projetos e Obras Públicas		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		15.243.000,00	0,00	0,00	15.243.000,00	0,00	0,00	15.243.000,00
2233 - Manut. Depto de Análise e Aprovação de Projetos		Atividade Executada Ano (							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.119.000,00	0,00	0,00	1.119.000,00	0,00	0,00	1.119.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 13 / 20  
 Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
0111- Chapecó do Futuro									
2235 - Manut. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
2236 - Manut. Diretoria de Habitação									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		4.203.000,00	0,00	0,00	4.203.000,00	0,00	0,00	4.203.000,00
01.013 - 13 - Sec. de Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL									
			36.308.000,00	0,00	0,00	36.308.000,00	0,00	0,00	36.308.000,00
0106- Esporte e Lazer para Todos									
1090 - Construção/Ampliação/Reforma Praças Esportivas									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		6.663.000,00	0,00	0,00	6.663.000,00	0,00	0,00	6.663.000,00
2250 - Manut. Atividades Secretaria de Esportes e Lazer									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		17.892.000,00	0,00	0,00	17.892.000,00	0,00	0,00	17.892.000,00
2251 - Manut. Ativ. de Apoio ao Esportes									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		11.753.000,00	0,00	0,00	11.753.000,00	0,00	0,00	11.753.000,00
01.093 - 93 - Encargos Gerais do Município									
			144.181.000,00	0,00	0,00	144.181.000,00	0,00	0,00	144.181.000,00
0102- Boa Governança									
0971 - Encargos Especiais									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		91.374.000,00	0,00	0,00	91.374.000,00	0,00	0,00	91.374.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 14 / 20  
Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
Atividade Executada Ano (									
0972 - Amortização de Dívida									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		30.807.000,00	0,00	0,00	30.807.000,00	0,00	0,00	30.807.000,00
Atividade Executada Ano (									
0975 - Precatórios									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		22.000.000,00	0,00	0,00	22.000.000,00	0,00	0,00	22.000.000,00
51 - CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ									
51.001 - 51 - Câmara Municipal de Chapecó - CMC									
			64.780.000,00	0,00	0,00	64.780.000,00	0,00	0,00	64.780.000,00
0101 - Apoio Legislativo									
2990 - Coordenação e Manutenção das Atividades Legislativas									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		64.780.000,00	0,00	0,00	64.780.000,00	0,00	0,00	64.780.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 15 / 20  
Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
INSTITUTO DO SISTEMA MUNICIAP DE PREVIDÊNCIA DE CHAPECÓ									
03 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO									
03.001 - 01 - Inst. do Sist. Mun. de Prev. de Chap. - RPPS									
0102- Boa Governança									
2801 - Manut. Ativ Adm Sist Mun Previd. do Servidor - Simprevi									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		5.476.000,00	0,00	0,00	5.476.000,00	0,00	0,00	5.476.000,00
2802 - Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas -									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		160.246.000,00	0,00	0,00	160.246.000,00	0,00	0,00	160.246.000,00
2803 - Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas -									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		4.495.000,00	0,00	0,00	4.495.000,00	0,00	0,00	4.495.000,00
2804 - Manut. De Benefícios da Previdência a ativos									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		18.665.000,00	0,00	0,00	18.665.000,00	0,00	0,00	18.665.000,00
2811 - Reserva Legal RPPS									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		107.598.000,00	0,00	0,00	107.598.000,00	0,00	0,00	107.598.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 16 / 20  
 Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPECÓ									
05 - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO									
05.001 - 01- Fundo Mun. Assistência Social - FMAS									
0104- Atendimento Integral Sócio Familiar									
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social									
Atividade Executada Ano (									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		28.740.000,00	0,00	0,00	28.740.000,00	0,00	0,00	28.740.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Página: 17 / 20  
Data: 10/10/2017

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ									
02 - FM SAÚDE DE CHAPECÓ									
02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS									
0107 - Saúde Humanizada									
1601 - Construção e Ampliação de Unid. de Saúde									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		17.528.000,00	0,00	0,00	17.528.000,00	0,00	0,00	17.528.000,00
1603 - Aquisição de Material de Uso Permanente - FMS									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		168.000,00	0,00	0,00	168.000,00	0,00	0,00	168.000,00
2601 - Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saúde									
	Meta Física	Atividade Executada Ano (	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		15.638.000,00	0,00	0,00	15.638.000,00	0,00	0,00	15.638.000,00
2605 - Manut. Atenção Básica em Saúde									
	Meta Física	Atividade Executada Ano (	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		486.609.000,00	0,00	0,00	486.609.000,00	0,00	0,00	486.609.000,00
2606 - Manut. Atenção Especializada em Saúde									
	Meta Física	Atividade Executada Ano (	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		11.744.000,00	0,00	0,00	11.744.000,00	0,00	0,00	11.744.000,00
2607 - Manut. Vigilância em Saúde									
	Meta Física	Atividade Executada Ano (	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		6.252.000,00	0,00	0,00	6.252.000,00	0,00	0,00	6.252.000,00
2608 - Manut. Assistência Farmaceutica									
	Meta Física	Atividade Executada Ano (	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		20.117.000,00	0,00	0,00	20.117.000,00	0,00	0,00	20.117.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações

Página: 18 / 20  
 Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto ( UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
2610 - Manut. Atividades Hospital Materno Infantil									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		3.366.000,00	0,00	0,00	3.366.000,00	0,00	0,00	3.366.000,00
2631 - Manut. - B2 - Centro de Especialidades Odontológicas -									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		2.017.000,00	0,00	0,00	2.017.000,00	0,00	0,00	2.017.000,00
2632 - Manut. - B2 - Centro de Ref em Saúde do Trabalhador -									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		498.000,00	0,00	0,00	498.000,00	0,00	0,00	498.000,00
2633 - Manut. - B2 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Atividade Executada Ano (									
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		2.480.000,00	0,00	0,00	2.480.000,00	0,00	0,00	2.480.000,00
2634 - Manut. - B2 - Teto Financeiro Municipal MAC									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		389.861.000,00	0,00	0,00	389.861.000,00	0,00	0,00	389.861.000,00
2641 - Manut. - B3 - Vigilância em Saúde									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		8.740.000,00	0,00	0,00	8.740.000,00	0,00	0,00	8.740.000,00
2661 - Manut. - B5 - Gestão do SUS									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00
2671 - Manut. Das Atividades do CIS-AMOSC									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		6.958.000,00	0,00	0,00	6.958.000,00	0,00	0,00	6.958.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 19 / 20  
 Data: 10/10/2017

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SERVIDOR PÚBLICO DE CHAPECÓ									
04 - FUNDO ASSIST. SERV. PÚBLICO MUN. CHAPECÓ									
04.001 - 01 - Fundo Assis. Servidor Público Municipal - FAS									
0107 - Saúde Humanizada									
2851 - Manut. Atividades do Fundo Mun Assist. do Servidor-F.A.S.									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		32.154.000,00	0,00	0,00	32.154.000,00	0,00	0,00	32.154.000,00
2852 - Manut. Centro de Atendimento do Servidor									
	Meta Física			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meta Financeira		1.206.000,00	0,00	0,00	1.206.000,00	0,00	0,00	1.206.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 20 / 20  
 Data: 10/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
FUNDO MUNICIPAL INFÂNCIA/ADOLESCÊNCIA DE CHAPECÓ									
06 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO									
06.001 - 01 - Fundo Munic. Infância e Adolescência - FIA									
0104- Atendimento Integral Sócio Familiar									
2961 - Manut. Ativ. Fundo Munic. Para Infância e Adolescência									
Meta Física									
Meta Financeira									
			960.000,00	0,00	0,00	960.000,00	0,00	0,00	960.000,00
			960.000,00	0,00	0,00	960.000,00	0,00	0,00	960.000,00
			3.316.263.000,00	0,00	0,00	3.316.263.000,00	0,00	0,00	3.316.263.000,00
		Total Geral:							

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 1 / 23  
Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>	<b>467.512.700,00</b>	<b>488.718.000,00</b>	<b>502.471.000,00</b>	<b>525.805.300,00</b>	<b>1.984.507.000,00</b>
<b>01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>					
01.001 - 01 - Gabinete do Prefeito - GP	11.375.000,00	11.932.000,00	12.514.000,00	13.126.000,00	48.947.000,00
Programa 102 - Boa Governança	9.896.000,00	10.379.000,00	10.884.000,00	11.413.000,00	42.572.000,00
Ação: 2.001 - Manut. Gabinete do Prefeito	2.152.000,00	2.260.000,00	2.373.000,00	2.492.000,00	9.277.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	1.172.000,00	1.230.000,00	1.292.000,00	1.357.000,00	5.051.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra- 10000 - Recursos Ordinários	63.000,00	67.000,00	70.000,00	73.000,00	273.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	526.000,00	552.000,00	580.000,00	609.000,00	2.267.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	391.000,00	411.000,00	431.000,00	453.000,00	1.686.000,00
Ação: 2.002 - Manut. Gabinete do Vice-Prefeito	187.000,00	196.000,00	206.000,00	216.000,00	805.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	46.000,00	48.000,00	50.000,00	53.000,00	197.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra- 10000 - Recursos Ordinários	5.000,00	5.000,00	6.000,00	6.000,00	22.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	136.000,00	143.000,00	150.000,00	157.000,00	586.000,00
Ação: 2.005 - Manut. Procuradoria Geral do Município	2.652.000,00	2.785.000,00	2.924.000,00	3.070.000,00	11.431.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	2.361.000,00	2.479.000,00	2.603.000,00	2.733.000,00	10.176.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra- 10000 - Recursos Ordinários	192.000,00	202.000,00	212.000,00	222.000,00	828.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	99.000,00	104.000,00	109.000,00	115.000,00	427.000,00
Ação: 2.006 - Manut. Contadoria Geral do Município	1.189.000,00	1.244.000,00	1.300.000,00	1.360.000,00	5.093.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	996.000,00	1.046.000,00	1.098.000,00	1.153.000,00	4.293.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra- 10000 - Recursos Ordinários	65.000,00	69.000,00	72.000,00	75.000,00	281.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	128.000,00	129.000,00	130.000,00	132.000,00	519.000,00
Ação: 2.007 - Manut. Controladoria Geral do Município	421.000,00	434.000,00	448.000,00	462.000,00	1.765.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	252.000,00	264.000,00	278.000,00	291.000,00	1.085.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra- 10000 - Recursos Ordinários	18.000,00	19.000,00	19.000,00	20.000,00	76.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	151.000,00	151.000,00	151.000,00	151.000,00	604.000,00
Ação: 2.008 - Manut. Superintendências Regionais	1.751.000,00	1.838.000,00	1.930.000,00	2.026.000,00	7.545.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	1.234.000,00	1.295.000,00	1.360.000,00	1.428.000,00	5.317.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 2 / 23  
Data: 10/10/2017

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra- 10000 - Recursos Ordinários	234.000,00	246.000,00	258.000,00	271.000,00	1.009.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	269.000,00	282.000,00	296.000,00	311.000,00	1.158.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	14.000,00	15.000,00	16.000,00	16.000,00	61.000,00
Ação: 2.009 - Manut. Atividades Ouvidoria Publica	13.000,00	14.000,00	15.000,00	15.000,00	57.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	13.000,00	14.000,00	15.000,00	15.000,00	57.000,00
Ação: 2.011 - Manut. Fundo de Reap. Procuradoria Mun. FURP	23.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	98.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	9.000,00	9.000,00	10.000,00	10.000,00	38.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	14.000,00	15.000,00	15.000,00	16.000,00	60.000,00
Ação: 2.013 - Manut. das Atividades do PROCON	1.508.000,00	1.584.000,00	1.663.000,00	1.746.000,00	6.501.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	1.241.000,00	1.303.000,00	1.368.000,00	1.437.000,00	5.349.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra- 10000 - Recursos Ordinários	85.000,00	89.000,00	94.000,00	98.000,00	366.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	182.000,00	192.000,00	201.000,00	211.000,00	786.000,00
Programa 104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	1.346.000,00	1.413.000,00	1.483.000,00	1.558.000,00	5.800.000,00
Ação: 2.010 - Manut. Atividades do Conselho Tutelar	1.346.000,00	1.413.000,00	1.483.000,00	1.558.000,00	5.800.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	1.213.000,00	1.273.000,00	1.337.000,00	1.404.000,00	5.227.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra- 10000 - Recursos Ordinários	75.000,00	79.000,00	82.000,00	87.000,00	323.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	58.000,00	61.000,00	64.000,00	67.000,00	250.000,00
Programa 109 - Chapecó de Oportunidade	109.000,00	114.000,00	120.000,00	126.000,00	469.000,00
Ação: 2.012 - Manut. das Atividades de Decoração Natalina	109.000,00	114.000,00	120.000,00	126.000,00	469.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	109.000,00	114.000,00	120.000,00	126.000,00	469.000,00
Programa 111 - Chapecó do Futuro	24.000,00	26.000,00	27.000,00	29.000,00	106.000,00
Ação: 2.014 - Manut. Diretoria de Regularização Funciária	8.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	36.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra- 10000 - Recursos Ordinários	8.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	36.000,00
Ação: 2.015 - Manut. Ativ Fundo Mun habitação e Interesse Social	16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	70.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas 10000 - Recursos Ordinários	16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	70.000,00
01.002 - 02 - Secretaria de Coord. de Gov. e Gestão- SEGOV	17.354.000,00	18.223.000,00	19.131.000,00	20.089.000,00	74.797.000,00
Programa 102 - Boa Governança	12.291.000,00	12.907.000,00	13.549.000,00	14.229.000,00	52.976.000,00

Página: 3 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
Ação: 2.020 - Manut. Atividades Secretaria de Coord de Governo e Gestão	1.945.000,00	2.043.000,00	2.144.000,00	2.251.000,00	8.383.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.227.000,00	1.288.000,00	1.352.000,00	1.419.000,00	5.286.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	3.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	15.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	669.000,00	703.000,00	737.000,00	775.000,00	2.884.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	46.000,00	48.000,00	51.000,00	53.000,00	198.000,00
Ação: 2.021 - Manut. Depto de Gestão de Compras	661.000,00	693.000,00	728.000,00	765.000,00	2.847.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	404.000,00	424.000,00	445.000,00	468.000,00	1.741.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	54.000,00	56.000,00	59.000,00	62.000,00	231.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	203.000,00	213.000,00	224.000,00	235.000,00	875.000,00
Ação: 2.022 - Manut. Depto de Recursos Humanos e Saúde do Servidor	2.987.000,00	3.136.000,00	3.292.000,00	3.457.000,00	12.872.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.471.000,00	2.594.000,00	2.723.000,00	2.860.000,00	10.648.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	299.000,00	314.000,00	330.000,00	347.000,00	1.290.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	217.000,00	228.000,00	239.000,00	250.000,00	934.000,00
Ação: 2.023 - Manut. Depto de Serviços Gerais	4.433.000,00	4.655.000,00	4.887.000,00	5.131.000,00	19.106.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.437.000,00	2.559.000,00	2.686.000,00	2.821.000,00	10.503.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	682.000,00	716.000,00	752.000,00	789.000,00	2.939.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.314.000,00	1.380.000,00	1.449.000,00	1.521.000,00	5.664.000,00
Ação: 2.024 - Manut. Depto Almoxarifado Central	1.088.000,00	1.143.000,00	1.199.000,00	1.260.000,00	4.690.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	365.000,00	383.000,00	402.000,00	422.000,00	1.572.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	46.000,00	49.000,00	51.000,00	54.000,00	200.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	677.000,00	711.000,00	746.000,00	784.000,00	2.918.000,00
Ação: 2.025 - Manut. Depto de Tecnologia de Informação - TI	903.000,00	949.000,00	997.000,00	1.047.000,00	3.896.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	629.000,00	661.000,00	694.000,00	729.000,00	2.713.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	100.000,00	105.000,00	111.000,00	116.000,00	432.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	174.000,00	183.000,00	192.000,00	202.000,00	751.000,00
Ação: 2.029 - Manut. Diretoria de Captação de Recursos	274.000,00	288.000,00	302.000,00	318.000,00	1.182.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	195.000,00	205.000,00	215.000,00	226.000,00	841.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 4 / 23  
Data: 10/10/2017

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	64.000,00	67.000,00	70.000,00	74.000,00	275.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	14.000,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00	62.000,00
Programa 108 - Chapecó Multicultural e Inclusivo	165.000,00	173.000,00	182.000,00	190.000,00	710.000,00
Ação: 2.027 - Manut. Centro de Cultura e Eventos	165.000,00	173.000,00	182.000,00	190.000,00	710.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	116.000,00	122.000,00	128.000,00	134.000,00	500.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	19.000,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	82.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00
Programa 109 - Chapecó de Oportunidade	1.067.000,00	1.121.000,00	1.176.000,00	1.235.000,00	4.599.000,00
Ação: 2.026 - Manut. Parque Trancredo Neves	1.067.000,00	1.121.000,00	1.176.000,00	1.235.000,00	4.599.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	97.000,00	102.000,00	107.000,00	112.000,00	418.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	22.000,00	23.000,00	24.000,00	26.000,00	95.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	948.000,00	996.000,00	1.045.000,00	1.097.000,00	4.086.000,00
Programa 112 - Chapecó - Nossa Cidade	3.831.000,00	4.022.000,00	4.224.000,00	4.435.000,00	16.512.000,00
Ação: 2.028 - Manut. Atividades Aeroporto Municipal	3.831.000,00	4.022.000,00	4.224.000,00	4.435.000,00	16.512.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	556.000,00	584.000,00	613.000,00	644.000,00	2.397.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	65.000,00	68.000,00	72.000,00	75.000,00	280.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	3.210.000,00	3.370.000,00	3.539.000,00	3.716.000,00	13.835.000,00
01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	9.646.000,00	10.122.000,00	10.620.000,00	11.141.000,00	41.529.000,00
Programa 102 - Boa Governança	9.646.000,00	10.122.000,00	10.620.000,00	11.141.000,00	41.529.000,00
Ação: 2.050 - Manut. Secretaria da Fazenda	899.000,00	938.000,00	980.000,00	1.022.000,00	3.839.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	704.000,00	739.000,00	776.000,00	814.000,00	3.033.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	73.000,00	77.000,00	80.000,00	84.000,00	314.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	112.000,00	112.000,00	113.000,00	113.000,00	450.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00	42.000,00
Ação: 2.051 - Manut. Depto Tributos	3.006.000,00	3.157.000,00	3.315.000,00	3.480.000,00	12.958.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.863.000,00	3.006.000,00	3.157.000,00	3.314.000,00	12.340.000,00

Página: 5 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	37.000,00	39.000,00	41.000,00	43.000,00	160.000,00
10000 - Recursos Ordinários					
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	47.000,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	204.000,00
10000 - Recursos Ordinários					
3.3.93 - Aplicação Direta Decorrente de	59.000,00	62.000,00	65.000,00	68.000,00	254.000,00
10000 - Recursos Ordinários					
Ação: 2.052 - Manut. Depto Fiscalização	5.741.000,00	6.027.000,00	6.325.000,00	6.639.000,00	24.732.000,00
10000 - Recursos Ordinários					
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	4.937.000,00	5.184.000,00	5.443.000,00	5.715.000,00	21.279.000,00
10000 - Recursos Ordinários					
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	750.000,00	788.000,00	827.000,00	869.000,00	3.234.000,00
10000 - Recursos Ordinários					
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	54.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	219.000,00
10000 - Recursos Ordinários					
01.004 - 04 - Secretaria de Comunicação Social - SECOM	4.952.000,00	5.200.000,00	5.459.000,00	5.732.000,00	21.343.000,00
Programa 102 - Boa Governança	4.952.000,00	5.200.000,00	5.459.000,00	5.732.000,00	21.343.000,00
Ação: 2.060 - Manut. Secretaria de Comunicação Social	4.952.000,00	5.200.000,00	5.459.000,00	5.732.000,00	21.343.000,00
10000 - Recursos Ordinários					
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	109.000,00	115.000,00	120.000,00	126.000,00	470.000,00
10000 - Recursos Ordinários					
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
10000 - Recursos Ordinários					
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	4.842.000,00	5.084.000,00	5.338.000,00	5.605.000,00	20.869.000,00
10000 - Recursos Ordinários					
01.005 - 05 - Secretaria de Educação - SEDUC	179.319.700,00	189.038.000,00	198.374.000,00	210.187.300,00	776.919.000,00
Programa 105 - Escola Forte	179.319.700,00	189.038.000,00	198.374.000,00	210.187.300,00	776.919.000,00
Ação: 1.010 - Construção Ampliação Rede Física Ensino Fundamental	6.160.000,00	6.160.000,00	6.160.000,00	6.160.000,00	24.640.000,00
13600 - Salário Educação					
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00
16200 - Transferência de Convênios -					
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	20.640.000,00
13200 - Transferência de Convênios -					
Ação: 1.011 - Construção Ampliação Rede Física Educação infantil	3.465.000,00	3.485.000,00	3.505.000,00	3.525.000,00	13.980.000,00
13200 - Transferência de Convênios -					
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	3.460.000,00	3.480.000,00	3.500.000,00	3.520.000,00	13.960.000,00
13600 - Salário Educação					
Ação: 2.070 - Manut. Atividades Secretaria de Educação	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	14.873.000,00	16.773.900,00	17.710.100,00	20.935.000,00	70.292.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	12.781.000,00	14.577.900,00	15.406.100,00	18.515.000,00	61.280.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.					
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	894.000,00	939.000,00	986.000,00	1.035.000,00	3.854.000,00
10000 - Recursos Ordinários					
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	608.601,00	638.750,00	669.921,00	703.728,00	2.621.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.					
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	582.399,00	611.250,00	641.079,00	673.272,00	2.508.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.					
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	7.000,00	7.000,00	7.000,00	8.000,00	29.000,00

Página: 6 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
Ação: 2.071 - Manut. Profis. Magistério - Ensino Fundamental	73.545.000,00	77.222.000,00	81.084.000,00	85.138.000,00	316.989.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	22.050.000,00	23.148.000,00	24.292.000,00	25.494.000,00	94.984.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	38.078.000,00	39.986.000,00	41.999.000,00	44.111.000,00	164.174.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	4.204.000,00	4.414.000,00	4.635.000,00	4.867.000,00	18.120.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	4.466.000,00	4.689.000,00	4.924.000,00	5.170.000,00	19.249.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	4.747.000,00	4.985.000,00	5.234.000,00	5.496.000,00	20.462.000,00
Ação: 2.072 - Manut. Profis. Magistério - Educação Infantil	37.716.000,00	39.603.000,00	41.582.000,00	43.661.000,00	162.562.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	360.000,00	378.000,00	396.000,00	416.000,00	1.550.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	37.271.000,00	39.135.000,00	41.092.000,00	43.146.000,00	160.644.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	85.000,00	90.000,00	94.000,00	99.000,00	368.000,00
Ação: 2.073 - Manut. Ensino Fundamental - Outros	12.626.000,00	13.311.000,00	13.983.000,00	14.627.000,00	54.547.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.109.000,00	1.164.000,00	1.222.000,00	1.283.000,00	4.778.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	66.000,00	69.000,00	73.000,00	76.000,00	284.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes	856.000,00	898.000,00	943.000,00	990.000,00	3.687.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	321.000,00	338.000,00	355.000,00	373.000,00	1.387.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	4.890.000,00	5.131.000,00	5.390.000,00	5.662.000,00	21.073.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	5.384.000,00	5.711.000,00	6.000.000,00	6.243.000,00	23.338.000,00
Ação: 2.074 - Manut. Educação Infantil - Outros	11.597.000,00	12.133.000,00	12.847.000,00	13.622.000,00	50.199.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	367.000,00	386.000,00	405.000,00	425.000,00	1.583.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	13.000,00	13.000,00	14.000,00	15.000,00	55.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes	1.210.000,00	1.270.000,00	1.334.000,00	1.400.000,00	5.214.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	9.500.000,00	9.900.000,00	10.500.000,00	10.900.000,00	40.800.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	507.000,00	564.000,00	594.000,00	882.000,00	2.547.000,00
Ação: 2.075 - Manut. Escola Agropecuária	127.000,00	133.000,00	140.000,00	146.000,00	546.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	50.700,00	53.100,00	55.900,00	58.300,00	218.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	76.300,00	79.900,00	84.100,00	87.700,00	328.000,00
Ação: 2.076 - Manut. Alimentação Escolar	13.672.700,00	14.357.100,00	15.071.900,00	15.830.300,00	58.932.000,00

Página: 7 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	10.849.000,00	11.392.000,00	11.961.000,00	12.558.000,00	46.760.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	2.823.700,00	2.965.100,00	3.110.900,00	3.272.300,00	12.172.000,00
Ação: 2.077 - Manut. do Transporte Escolar	5.258.000,00	5.565.000,00	5.986.000,00	6.223.000,00	23.032.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.114.000,00	1.165.000,00	1.225.000,00	1.293.000,00	4.797.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.704.000,00	1.840.000,00	2.081.000,00	2.130.000,00	7.755.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.540.000,00	1.620.000,00	1.700.000,00	1.780.000,00	6.640.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	900.000,00	940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	3.840.000,00
Ação: 2.079 - Manut. Outros convenio FNDE	280.000,00	295.000,00	305.000,00	320.000,00	1.200.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	200.000,00	215.000,00	225.000,00	240.000,00	880.000,00
01.006 - 06 - Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA	113.896.000,00	106.968.000,00	100.255.000,00	103.635.000,00	424.754.000,00
Programa 110 - Chapecó Porteira Aberta	323.000,00	340.000,00	356.000,00	374.000,00	1.393.000,00
Ação: 2.106 - Manut. Horto Florestal	323.000,00	340.000,00	356.000,00	374.000,00	1.393.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	205.000,00	216.000,00	226.000,00	238.000,00	885.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	41.000,00	43.000,00	45.000,00	47.000,00	176.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	77.000,00	81.000,00	85.000,00	89.000,00	332.000,00
Programa 111 - Chapecó do Futuro	860.000,00	900.000,00	935.000,00	973.000,00	3.668.000,00
Ação: 1.020 - Revitalização de Parques e Praças Publicas	767.000,00	800.000,00	831.000,00	864.000,00	3.262.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	17.000,00	18.000,00	18.000,00	19.000,00	72.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	750.000,00	782.000,00	813.000,00	845.000,00	3.190.000,00
Ação: 1.021 - Implantação e Revitalização de Passeios Públicos	93.000,00	100.000,00	104.000,00	109.000,00	406.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	11.000,00	12.000,00	12.000,00	13.000,00	48.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	82.000,00	88.000,00	92.000,00	96.000,00	358.000,00
Programa 112 - Chapecó - Nossa Cidade	112.713.000,00	105.728.000,00	98.964.000,00	102.288.000,00	419.693.000,00
Ação: 1.022 - Construção de Galerias - Micro e Macro Drenagem	3.271.000,00	3.249.000,00	3.276.000,00	3.212.000,00	13.008.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	109.000,00	115.000,00	120.000,00	126.000,00	470.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	3.162.000,00	3.134.000,00	3.156.000,00	3.086.000,00	12.538.000,00
Ação: 1.023 - Recuperação/Pavimentação/Espanção de Vias Públicas	53.500.000,00	43.500.000,00	33.500.000,00	33.500.000,00	164.000.000,00

Página: 8 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	12.000.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	20.000.000,00	15.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	55.000.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	20.000.000,00	15.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	55.000.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00
Ação: 1.027 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos	161.000,00	169.000,00	177.000,00	186.000,00	693.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	161.000,00	169.000,00	177.000,00	186.000,00	693.000,00
Ação: 2.100 - Manut. Ativ. Secret. de infraestrutura Urbana	3.595.000,00	3.776.000,00	3.963.000,00	4.161.000,00	15.495.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.378.000,00	2.497.000,00	2.621.000,00	2.752.000,00	10.248.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	132.000,00	139.000,00	146.000,00	153.000,00	570.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	924.000,00	970.000,00	1.018.000,00	1.069.000,00	3.981.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	161.000,00	170.000,00	178.000,00	187.000,00	696.000,00
Ação: 2.101 - Manut. Depto de Serviços Urbanos	5.168.000,00	5.425.000,00	5.696.000,00	5.981.000,00	22.270.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	544.000,00	571.000,00	599.000,00	629.000,00	2.343.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	592.000,00	621.000,00	652.000,00	685.000,00	2.550.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	3.841.000,00	4.033.000,00	4.235.000,00	4.446.000,00	16.555.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	191.000,00	200.000,00	210.000,00	221.000,00	822.000,00
Ação: 2.102 - Manut. Depto de Maquinas e Equipamentos	9.957.000,00	10.460.000,00	10.989.000,00	11.541.000,00	42.947.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.391.000,00	2.510.000,00	2.636.000,00	2.768.000,00	10.305.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	339.000,00	356.000,00	374.000,00	392.000,00	1.461.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	6.947.000,00	7.294.000,00	7.659.000,00	8.041.000,00	29.941.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
Ação: 2.103 - Manut. Depto de Obras	2.858.000,00	3.001.000,00	3.150.000,00	3.308.000,00	12.317.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.744.000,00	1.832.000,00	1.923.000,00	2.019.000,00	7.518.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	248.000,00	260.000,00	273.000,00	287.000,00	1.068.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	866.000,00	909.000,00	954.000,00	1.002.000,00	3.731.000,00
Ação: 2.104 - Manut. Depto de Estradas	810.000,00	850.000,00	893.000,00	937.000,00	3.490.000,00

Página: 9 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	669.000,00	703.000,00	738.000,00	775.000,00	2.885.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	69.000,00	72.000,00	76.000,00	79.000,00	296.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	72.000,00	75.000,00	79.000,00	83.000,00	309.000,00
Ação: 2.105 - Manut. da Usina de Asfalto	1.149.000,00	1.205.000,00	1.266.000,00	1.329.000,00	4.949.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	345.000,00	362.000,00	380.000,00	399.000,00	1.486.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	52.000,00	54.000,00	57.000,00	60.000,00	223.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	752.000,00	789.000,00	829.000,00	870.000,00	3.240.000,00
Ação: 2.107 - Manut. Sinalização Viária	513.000,00	539.000,00	566.000,00	594.000,00	2.212.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	513.000,00	539.000,00	566.000,00	594.000,00	2.212.000,00
Ação: 2.108 - Manut. da Iluminação Pública	11.740.000,00	12.564.000,00	13.448.000,00	14.392.000,00	52.144.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	3.000.000,00	3.500.000,00	4.000.000,00	4.500.000,00	15.000.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	7.960.000,00	8.358.000,00	8.776.000,00	9.215.000,00	34.309.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	780.000,00	706.000,00	672.000,00	677.000,00	2.835.000,00
Ação: 2.109 - Manut. Coleta Resíduos Sólidos Domiciliares e Seletiva	19.609.000,00	20.590.000,00	21.619.000,00	22.700.000,00	84.518.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	19.448.000,00	20.420.000,00	21.441.000,00	22.513.000,00	83.822.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	161.000,00	170.000,00	178.000,00	187.000,00	696.000,00
Ação: 2.110 - Manut. Fundo Municipal de Saneamento Basico	382.000,00	400.000,00	421.000,00	447.000,00	1.650.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	255.000,00	267.000,00	280.000,00	298.000,00	1.100.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	67.000,00	70.000,00	75.000,00	78.000,00	290.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	60.000,00	63.000,00	66.000,00	71.000,00	260.000,00
01.007 - 07 - Sec. de Defesa do Cidadão e Mob. - SEDEMOB	29.428.000,00	37.962.000,00	45.505.000,00	48.136.000,00	161.031.000,00
Programa 111 - Chapecó do Futuro	29.428.000,00	37.962.000,00	45.505.000,00	48.136.000,00	161.031.000,00
Ação: 2.130 - Manut. da Secretaria de Defesa do Cidadão	4.165.000,00	4.373.000,00	4.592.000,00	4.822.000,00	17.952.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.710.000,00	1.795.000,00	1.885.000,00	1.979.000,00	7.369.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	136.000,00	143.000,00	150.000,00	158.000,00	587.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	2.319.000,00	2.435.000,00	2.557.000,00	2.685.000,00	9.996.000,00
Ação: 2.131 - Manut. da Guarda Municipal	7.438.000,00	7.811.000,00	8.201.000,00	8.610.000,00	32.060.000,00



Página: 10 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	6.265.000,00	6.578.000,00	6.907.000,00	7.252.000,00	27.002.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	1.030.000,00	1.082.000,00	1.136.000,00	1.192.000,00	4.440.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	143.000,00	151.000,00	158.000,00	166.000,00	618.000,00
Ação: 2.132 - Manut. Depto de Fiscalização de Trânsito	7.068.000,00	7.421.000,00	7.791.000,00	8.181.000,00	30.461.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	972.000,00	1.020.000,00	1.071.000,00	1.125.000,00	4.188.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	126.000,00	132.000,00	138.000,00	145.000,00	541.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	5.970.000,00	6.269.000,00	6.582.000,00	6.911.000,00	25.732.000,00
Ação: 2.133 - Manut. Depto de Fiscalização de Transporte Público	432.000,00	453.000,00	476.000,00	499.000,00	1.860.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	226.000,00	237.000,00	249.000,00	261.000,00	973.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	172.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	166.000,00	174.000,00	183.000,00	192.000,00	715.000,00
Ação: 2.134 - Manut. Atividades do CV - Bombeiros	4.300.000,00	4.500.000,00	4.600.000,00	4.700.000,00	18.100.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.100.000,00	1.200.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	5.100.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1.700.000,00	1.800.000,00	1.700.000,00	1.800.000,00	7.000.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
Ação: 2.135 - Manut. Atividades do CV - Policia Militar	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	7.800.000,00
3.3.30 - Transferencias a Estados e ao	457.000,00	480.000,00	504.000,00	529.000,00	1.970.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.146.000,00	1.213.000,00	1.278.000,00	1.343.000,00	4.980.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	197.000,00	207.000,00	218.000,00	228.000,00	850.000,00
Ação: 2.136 - Manut. Atividades do CV - Policia Civil	445.000,00	467.000,00	491.000,00	515.000,00	1.918.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	332.000,00	348.000,00	366.000,00	384.000,00	1.430.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	113.000,00	119.000,00	125.000,00	131.000,00	488.000,00
Ação: 2.137 - Manut. Depto de Mobilidade Urbana	3.780.000,00	11.037.000,00	17.354.000,00	18.709.000,00	50.880.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	3.780.000,00	11.037.000,00	17.354.000,00	18.709.000,00	50.880.000,00
01.008 - 08 - Secretaria de Des. Rural e Meio Amb. - SESAU	7.267.000,00	7.616.000,00	7.984.000,00	8.401.000,00	31.268.000,00
Programa 110 - Chapecó Porteira Aberta	7.267.000,00	7.616.000,00	7.984.000,00	8.401.000,00	31.268.000,00
Ação: 1.027 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos	372.000,00	377.000,00	382.000,00	387.000,00	1.518.000,00

Página: 11 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	92.000,00	97.000,00	102.000,00	107.000,00	398.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	1.120.000,00
Ação: 2.150 - Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais	4.841.000,00	5.081.000,00	5.336.000,00	5.635.000,00	20.893.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	3.123.000,00	3.279.000,00	3.443.000,00	3.616.000,00	13.461.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	367.000,00	386.000,00	403.000,00	424.000,00	1.580.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes	58.000,00	61.000,00	64.000,00	68.000,00	251.000,00
3.3.71 - Transferências a Consórcios	23.000,00	25.000,00	26.000,00	27.000,00	101.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.270.000,00	1.330.000,00	1.400.000,00	1.500.000,00	5.500.000,00
Ação: 2.151 - Manut. Ativ. Fundo Municipal de Desenv. Rural e Meio Ambiente	2.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	11.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	2.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	11.000,00
Ação: 2.152 - Manut. Da Superintendência de Infraestrutura Rural	2.052.000,00	2.155.000,00	2.263.000,00	2.376.000,00	8.846.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	463.000,00	486.000,00	510.000,00	536.000,00	1.995.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.583.000,00	1.662.000,00	1.746.000,00	1.833.000,00	6.824.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	6.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	27.000,00
01.009 - 09 - Secretaria de Assistência Social - SEASC	17.410.000,00	18.281.000,00	19.193.000,00	20.152.000,00	75.036.000,00
Programa 104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	17.410.000,00	18.281.000,00	19.193.000,00	20.152.000,00	75.036.000,00
Ação: 1.060 - Instalação de Unidades de Assistência Social	23.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	98.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	23.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	98.000,00
Ação: 2.170 - Manut. Atividades Secretaria de Assistência Social - SEASC	6.133.000,00	6.440.000,00	6.761.000,00	7.098.000,00	26.432.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	4.749.000,00	4.986.000,00	5.235.000,00	5.497.000,00	20.467.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	35.000,00	37.000,00	38.000,00	40.000,00	150.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes	499.000,00	524.000,00	550.000,00	577.000,00	2.150.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	813.000,00	854.000,00	897.000,00	941.000,00	3.505.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	37.000,00	39.000,00	41.000,00	43.000,00	160.000,00
Ação: 2.171 - Manut. Depto de Proteção Básica - SEASC	4.858.000,00	5.100.000,00	5.355.000,00	5.623.000,00	20.936.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.549.000,00	2.676.000,00	2.810.000,00	2.950.000,00	10.985.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	6.000,00	6.000,00	6.000,00	7.000,00	25.000,00

Página: 12 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	2.303.000,00	2.418.000,00	2.539.000,00	2.666.000,00	9.926.000,00
Ação: 2.172 - Manut. Depto de Relações Comunitárias - SEASC	1.035.000,00	1.088.000,00	1.142.000,00	1.199.000,00	4.464.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	425.000,00	447.000,00	469.000,00	492.000,00	1.833.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	54.000,00	57.000,00	60.000,00	63.000,00	234.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	556.000,00	584.000,00	613.000,00	644.000,00	2.397.000,00
Ação: 2.173 - Manut. Depto de Proteção Especial - SEASC	3.291.000,00	3.456.000,00	3.628.000,00	3.810.000,00	14.185.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.801.000,00	1.892.000,00	1.986.000,00	2.085.000,00	7.764.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	308.000,00	323.000,00	339.000,00	356.000,00	1.326.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.182.000,00	1.241.000,00	1.303.000,00	1.369.000,00	5.095.000,00
Ação: 2.174 - Manut. Depto de Segurança Alimentar - SEASC	886.000,00	930.000,00	977.000,00	1.026.000,00	3.819.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	301.000,00	316.000,00	332.000,00	348.000,00	1.297.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	59.000,00	62.000,00	65.000,00	69.000,00	255.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	526.000,00	552.000,00	580.000,00	609.000,00	2.267.000,00
Ação: 2.175 - Manut. Atividades Restaurante Popular	1.181.000,00	1.240.000,00	1.302.000,00	1.367.000,00	5.090.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.172.000,00	1.231.000,00	1.292.000,00	1.357.000,00	5.052.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	9.000,00	9.000,00	10.000,00	10.000,00	38.000,00
Ação: 2.178 - Manut. Atividades da Coordenação da Defesa Civil	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
01.010 - 10 - Sec. de Desen. Econômico e Turismo - SEDET	4.616.000,00	7.204.000,00	2.885.000,00	8.131.000,00	22.836.000,00
Programa 109 - Chapecó de Oportunidade	4.616.000,00	7.204.000,00	2.885.000,00	8.131.000,00	22.836.000,00
Ação: 1.070 - Implantação e Desenvolvimento de Distritos Industriais	44.000,00	47.000,00	48.000,00	50.000,00	189.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	16.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	40.000,00	43.000,00	44.000,00	46.000,00	173.000,00
Ação: 1.071 - Implantação Parque Tecnológico	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Ação: 2.190 - Manut. Atividades Secret.Desenvolv.Economico	2.404.000,00	2.525.000,00	2.651.000,00	2.784.000,00	10.364.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 13 / 23  
Data: 10/10/2017

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.197.000,00	1.257.000,00	1.320.000,00	1.386.000,00	5.160.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	151.000,00	159.000,00	166.000,00	175.000,00	651.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	983.000,00	1.032.000,00	1.084.000,00	1.138.000,00	4.237.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	73.000,00	77.000,00	81.000,00	85.000,00	316.000,00
Ação: 2.191 - Manut. Realização EFAP I 2019/2021	0,00	4.455.000,00	0,00	5.101.000,00	9.556.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	0,00	4.455.000,00	0,00	5.101.000,00	9.556.000,00
Ação: 2.192 - Manut. Realização Feiras	27.000,00	29.000,00	30.000,00	32.000,00	118.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	27.000,00	29.000,00	30.000,00	32.000,00	118.000,00
Ação: 2.193 - Manut. Atividades de Promoção do Turismo	10.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	43.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	43.000,00
Ação: 2.194 - Apoio a Inovação Tecnológica	131.000,00	138.000,00	145.000,00	152.000,00	566.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes	90.000,00	94.000,00	99.000,00	104.000,00	387.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	41.000,00	44.000,00	46.000,00	48.000,00	179.000,00
01.011 - 11 - Secretaria de Cultura - SECUL	6.167.000,00	6.474.000,00	6.795.000,00	7.134.000,00	26.570.000,00
Programa 108 - Chapecó Multicultural e Inclusivo	6.167.000,00	6.474.000,00	6.795.000,00	7.134.000,00	26.570.000,00
Ação: 2.210 - Manut. Atividades Secretaria de Cultura	3.691.000,00	3.876.000,00	4.068.000,00	4.273.000,00	15.908.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	3.189.000,00	3.349.000,00	3.516.000,00	3.692.000,00	13.746.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	9.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	37.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	484.000,00	509.000,00	534.000,00	561.000,00	2.088.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	9.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	37.000,00
Ação: 2.211 - Fundo Municipal de Cultura	506.000,00	531.000,00	557.000,00	584.000,00	2.178.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	382.000,00	401.000,00	421.000,00	442.000,00	1.646.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	121.000,00	127.000,00	133.000,00	139.000,00	520.000,00
Ação: 2.212 - Manut. Biblioteca Municipal	389.000,00	408.000,00	429.000,00	449.000,00	1.675.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	155.000,00	162.000,00	171.000,00	179.000,00	667.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-	32.000,00	34.000,00	36.000,00	37.000,00	139.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 14 / 23  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	120.000,00	126.000,00	132.000,00	139.000,00	517.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	82.000,00	86.000,00	90.000,00	94.000,00	352.000,00
Ação: 2.213 - Manut. Escola de Artes	1.455.000,00	1.527.000,00	1.603.000,00	1.683.000,00	6.268.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.160.000,00	1.217.000,00	1.278.000,00	1.342.000,00	4.997.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	220.000,00	231.000,00	242.000,00	254.000,00	947.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	75.000,00	79.000,00	83.000,00	87.000,00	324.000,00
Ação: 2.214 - Manut. de Museus	110.000,00	115.000,00	121.000,00	127.000,00	473.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	110.000,00	115.000,00	121.000,00	127.000,00	473.000,00
Ação: 2.215 - Manut. da PEC	16.000,00	17.000,00	17.000,00	18.000,00	68.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	16.000,00	17.000,00	17.000,00	18.000,00	68.000,00
01.012 - 12 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR	7.936.000,00	8.333.000,00	8.751.000,00	9.188.000,00	34.208.000,00
Programa 109 - Chapecó de Oportunidade	6.945.000,00	7.292.000,00	7.658.000,00	8.040.000,00	29.935.000,00
Ação: 2.230 - Manut. Atividades Secret. De Planejamento	2.643.000,00	2.775.000,00	2.914.000,00	3.059.000,00	11.391.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.586.000,00	1.666.000,00	1.749.000,00	1.836.000,00	6.837.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	172.000,00	181.000,00	190.000,00	199.000,00	742.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	332.000,00	348.000,00	366.000,00	384.000,00	1.430.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	553.000,00	580.000,00	609.000,00	640.000,00	2.382.000,00
Ação: 2.231 - Manut. Depto de Fiscalização de Obras	506.000,00	532.000,00	558.000,00	586.000,00	2.182.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	387.000,00	407.000,00	427.000,00	448.000,00	1.669.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	59.000,00	62.000,00	65.000,00	69.000,00	255.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00
Ação: 2.232 - Manut. Depto de Elaboração de Projetos e Obras Públicas	3.537.000,00	3.713.000,00	3.899.000,00	4.094.000,00	15.243.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.975.000,00	3.123.000,00	3.280.000,00	3.444.000,00	12.822.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	457.000,00	480.000,00	504.000,00	529.000,00	1.970.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	105.000,00	110.000,00	115.000,00	121.000,00	451.000,00
Ação: 2.233 - Manut. Depto de Análise e Aprovação de Projetos	259.000,00	272.000,00	287.000,00	301.000,00	1.119.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	258.000,00	271.000,00	285.000,00	299.000,00	1.113.000,00

Página: 15 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Programa 111 - Chapecó do Futuro	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
Ação: 2.235 - Manut. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial	991.000,00	1.041.000,00	1.093.000,00	1.148.000,00	4.273.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	70.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Ação: 2.236 - Manut. Diretoria de Habitação	15.000,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	66.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	975.000,00	1.024.000,00	1.075.000,00	1.129.000,00	4.203.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Programa 106 - Esporte e Lazer para Todos	816.000,00	857.000,00	900.000,00	945.000,00	3.518.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	141.000,00	148.000,00	155.000,00	163.000,00	607.000,00
01.013 - 13 - Sec. de Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL	18.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	78.000,00
Ação: 1.090 - Construção/Ampliação/Reforma Praças Esportivas	8.382.000,00	8.843.000,00	9.272.000,00	9.811.000,00	36.308.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	8.382.000,00	8.843.000,00	9.272.000,00	9.811.000,00	36.308.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1.504.000,00	1.619.000,00	1.689.000,00	1.851.000,00	6.663.000,00
Ação: 2.250 - Manut. Atividades Secretaria de Esportes e Lazer	304.000,00	319.000,00	335.000,00	351.000,00	1.309.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.200.000,00	1.300.000,00	1.354.000,00	1.500.000,00	5.354.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	4.151.000,00	4.361.000,00	4.576.000,00	4.804.000,00	17.892.000,00
Ação: 2.251 - Manut. Ativ. de Apoio ao Esportes	2.166.000,00	2.276.000,00	2.388.000,00	2.508.000,00	9.338.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Programa 102 - Boa Governança	226.000,00	238.000,00	249.000,00	261.000,00	974.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.719.000,00	1.805.000,00	1.895.000,00	1.989.000,00	7.408.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	172.000,00
Ação: 2.251 - Manut. Ativ. de Apoio ao Esportes	2.727.000,00	2.863.000,00	3.007.000,00	3.156.000,00	11.753.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes	2.626.000,00	2.758.000,00	2.896.000,00	3.040.000,00	11.320.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	101.000,00	105.000,00	111.000,00	116.000,00	433.000,00
01.093 - 93 - Encargos Gerais do Município	34.564.000,00	36.842.000,00	39.183.000,00	33.592.000,00	144.181.000,00
Ação: 0.971 - Encargos Especiais	34.564.000,00	36.842.000,00	39.183.000,00	33.592.000,00	144.181.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	21.200.000,00	22.260.000,00	23.373.000,00	24.541.000,00	91.374.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Programa 102 - Boa Governança	703.000,00	738.000,00	775.000,00	813.000,00	3.029.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	8.016.000,00	8.417.000,00	8.838.000,00	9.280.000,00	34.551.000,00

Página: 16 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.50 - Transferências a Instituições	1.180.000,00	1.239.000,00	1.301.000,00	1.366.000,00	5.086.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	11.301.000,00	11.866.000,00	12.459.000,00	13.082.000,00	48.708.000,00
Ação: 0.972 - Amortização de Dívida	7.364.000,00	7.582.000,00	7.810.000,00	8.051.000,00	30.807.000,00
3.2.90 - Aplicações Diretas	282.000,00	296.000,00	310.000,00	326.000,00	1.214.000,00
4.6.90 - Aplicações Diretas	7.082.000,00	7.286.000,00	7.500.000,00	7.725.000,00	29.593.000,00
Ação: 0.975 - Precatórios	6.000.000,00	7.000.000,00	8.000.000,00	1.000.000,00	22.000.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	6.000.000,00	7.000.000,00	8.000.000,00	1.000.000,00	22.000.000,00
51 - CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
51.001 - 51 - Câmara Municipal de Chapecó - CMC	15.200.000,00	15.680.000,00	16.550.000,00	17.350.000,00	64.780.000,00
Programa 101 - Apoio Legislativo	15.200.000,00	15.680.000,00	16.550.000,00	17.350.000,00	64.780.000,00
Ação: 2.990 - Coordenação e Manutenção das Atividades Legislativas	15.200.000,00	15.680.000,00	16.550.000,00	17.350.000,00	64.780.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	10.600.000,00	11.000.000,00	11.800.000,00	12.500.000,00	45.900.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-	470.000,00	550.000,00	620.000,00	670.000,00	2.310.000,00
3.3.50 - Transferências a Instituições	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	3.750.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	3.800.000,00	15.050.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00

Página: 17 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
<b>INSTITUTO DO SISTEMA MUNICIAP DE PREVIDÊNCIA DE CHAPECÓ</b>	<b>68.780.000,00</b>	<b>72.240.000,00</b>	<b>75.840.000,00</b>	<b>79.620.000,00</b>	<b>296.480.000,00</b>
<b>03 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECÓ</b>					
03.001 - 01 - Inst. do Sist. Mun. de Prev. de Chap. - RPPS	68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	296.480.000,00
Programa 102 - Boa Governança	68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	296.480.000,00
Ação: 2.801 - Manut. Ativ Adm Sist Mun Previd. do Servidor - Simprevi	1.271.000,00	1.334.000,00	1.400.000,00	1.471.000,00	5.476.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	388.000,00	407.000,00	427.000,00	449.000,00	1.671.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	860.000,00	903.000,00	948.000,00	995.000,00	3.706.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	23.000,00	24.000,00	25.000,00	27.000,00	99.000,00
Ação: 2.802 - Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Executivo	37.179.000,00	39.038.000,00	40.990.000,00	43.039.000,00	160.246.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	37.179.000,00	39.038.000,00	40.990.000,00	43.039.000,00	160.246.000,00
Ação: 2.803 - Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Legislativo	1.043.000,00	1.095.000,00	1.150.000,00	1.207.000,00	4.495.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.043.000,00	1.095.000,00	1.150.000,00	1.207.000,00	4.495.000,00
Ação: 2.804 - Manut. De Benefícios da Previdência a ativos	4.345.000,00	4.552.000,00	4.770.000,00	4.998.000,00	18.665.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	4.145.000,00	4.352.000,00	4.570.000,00	4.798.000,00	17.865.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
Ação: 2.811 - Reserva Legal RPPS	24.942.000,00	26.221.000,00	27.530.000,00	28.905.000,00	107.598.000,00
7.7.90 - RESERVA DO RPPS	24.942.000,00	26.221.000,00	27.530.000,00	28.905.000,00	107.598.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Página: 18 / 23  
Data: 10/10/2017

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPECÓ	6.660.000,00	7.000.000,00	7.360.000,00	7.720.000,00	28.740.000,00
05 - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO					
05.001 - 01 - Fundo Mun. Assistência Social - FIMAS					
Programa 104 - Atendimento Integral Sócio Familiar					
Ação: 2.901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social					
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	470.000,00	510.000,00	550.000,00	590.000,00	2.120.000,00
13501 - Transf. Sist Único de Assist Social					
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	340.000,00	360.000,00	380.000,00	400.000,00	1.480.000,00
13502 - Transf. Sist Único de Assist Social					
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
13504 - Transf. Sist Único de Assist Social					
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
13503 - Transf. Sist Único de Assist Social					
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.500.000,00	1.580.000,00	1.660.000,00	1.740.000,00	6.480.000,00
10000 - Recursos Ordinários					
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.350.000,00	1.410.000,00	1.470.000,00	1.530.000,00	5.760.000,00
13501 - Transf. Sist Único de Assist Social					
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	620.000,00	640.000,00	660.000,00	700.000,00	2.620.000,00
13502 - Transf. Sist Único de Assist Social					
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	620.000,00	660.000,00	700.000,00	740.000,00	2.720.000,00
13503 - Transf. Sist Único de Assist Social					
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	120.000,00	140.000,00	160.000,00	180.000,00	600.000,00
13504 - Transf. Sist Único de Assist Social					
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00
13505 - Transf. Sist Único de Assist Social					
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	420.000,00	440.000,00	460.000,00	480.000,00	1.800.000,00
16100 - Transferência de Convênios -					
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
10000 - Recursos Ordinários					
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	320.000,00	340.000,00	380.000,00	400.000,00	1.440.000,00
13100 - Transferência de Convênios -					
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
13504 - Transf. Sist Único de Assist Social					
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	480.000,00
13505 - Transf. Sist Único de Assist Social					
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	1.040.000,00
16100 - Transferência de Convênios -					

Página: 19 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ</b>	<b>223.882.000,00</b>	<b>233.134.000,00</b>	<b>249.991.000,00</b>	<b>265.209.000,00</b>	<b>972.216.000,00</b>
<b>02 - FM SAÚDE DE CHAPECÓ</b>					
02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	223.882.000,00	233.134.000,00	249.991.000,00	265.209.000,00	972.216.000,00
Programa 107 - Saúde Humanizada	4.384.000,00	4.382.000,00	4.382.000,00	4.380.000,00	17.528.000,00
Ação: 1.601 - Construção e Ampliação de Unid. de Saúde	350.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00	1.400.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	3.047.000,00	3.046.000,00	3.046.000,00	3.045.000,00	12.184.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	987.000,00	986.000,00	986.000,00	985.000,00	3.944.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	39.000,00	42.000,00	42.000,00	45.000,00	168.000,00
Ação: 1.603 - Aquisição de Material de Uso Permanente - FMS	13.000,00	14.000,00	14.000,00	15.000,00	56.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	13.000,00	14.000,00	14.000,00	15.000,00	56.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	13.000,00	14.000,00	14.000,00	15.000,00	56.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	13.000,00	14.000,00	14.000,00	15.000,00	56.000,00
Ação: 2.601 - Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saúde	3.628.000,00	3.810.000,00	4.000.000,00	4.200.000,00	15.638.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.896.000,00	3.041.000,00	3.193.000,00	3.353.000,00	12.483.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	252.000,00	264.000,00	278.000,00	291.000,00	1.085.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	480.000,00	505.000,00	529.000,00	556.000,00	2.070.000,00
Ação: 2.605 - Manut. Atenção Basica em Saúde	110.827.000,00	114.711.000,00	125.896.000,00	135.175.000,00	486.609.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	76.885.000,00	79.130.000,00	88.586.000,00	96.085.000,00	340.686.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	11.663.000,00	12.246.000,00	12.858.000,00	13.501.000,00	50.268.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	319.000,00	335.000,00	352.000,00	369.000,00	1.375.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	12.220.000,00	12.855.000,00	13.531.000,00	14.210.000,00	52.816.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.560.000,00	1.560.000,00	1.560.000,00	1.560.000,00	6.240.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	75.000,00	78.000,00	82.000,00	86.000,00	321.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	6.845.000,00	7.187.000,00	7.547.000,00	7.924.000,00	29.503.000,00
Ação: 2.606 - Manut. Atenção Especializada em Saúde	2.725.000,00	2.861.000,00	3.004.000,00	3.154.000,00	11.744.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.512.000,00	2.638.000,00	2.770.000,00	2.908.000,00	10.828.000,00

Página: 20 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	213.000,00	223.000,00	234.000,00	246.000,00	916.000,00
Ação: 2.607 - Manut. Vigilância em Saúde	1.451.000,00	1.523.000,00	1.599.000,00	1.679.000,00	6.252.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	1.254.000,00	1.316.000,00	1.382.000,00	1.451.000,00	5.403.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	197.000,00	207.000,00	217.000,00	228.000,00	849.000,00
Ação: 2.608 - Manut. Assistência Farmaceutica	4.677.000,00	4.898.000,00	5.145.000,00	5.397.000,00	20.117.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	1.964.000,00	2.062.000,00	2.165.000,00	2.273.000,00	8.464.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	47.000,00	49.000,00	52.000,00	54.000,00	202.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	1.160.000,00	4.300.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	406.000,00	427.000,00	448.000,00	470.000,00	1.751.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-	781.000,00	820.000,00	861.000,00	904.000,00	3.366.000,00
Ação: 2.610 - Manut. Atividades Hospital Materno Infantil	781.000,00	820.000,00	861.000,00	904.000,00	3.366.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes	468.000,00	491.000,00	516.000,00	542.000,00	2.017.000,00
Ação: 2.631 - Manut. - B2 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	468.000,00	491.000,00	516.000,00	542.000,00	2.017.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	116.000,00	121.000,00	127.000,00	134.000,00	498.000,00
Ação: 2.632 - Manut. - B2 - Centro de Ref em Saúde do Trabalhador - CEREST	116.000,00	121.000,00	127.000,00	134.000,00	498.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	560.000,00	600.000,00	640.000,00	680.000,00	2.480.000,00
Ação: 2.633 - Manut. - B2 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	483.000,00	520.000,00	556.000,00	591.000,00	2.150.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	77.000,00	80.000,00	84.000,00	89.000,00	330.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	90.472.000,00	94.979.000,00	99.719.000,00	104.691.000,00	389.861.000,00
Ação: 2.634 - Manut. - B2 - Teto Financeiro Municipal MAC	87.856.000,00	92.221.000,00	96.819.000,00	101.649.000,00	378.545.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	2.580.000,00	2.720.000,00	2.860.000,00	3.000.000,00	11.160.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	36.000,00	38.000,00	40.000,00	42.000,00	156.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	2.080.000,00	2.140.000,00	2.220.000,00	2.300.000,00	8.740.000,00
Ação: 2.641 - Manut. - B3 - Vigilância em Saúde	633.000,00	620.000,00	624.000,00	625.000,00	2.502.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	468.000,00	491.000,00	516.000,00	542.000,00	2.017.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	170.000,00	178.000,00	187.000,00	196.000,00	731.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes					

Página: 21 / 23  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	792.000,00	833.000,00	874.000,00	917.000,00	3.416.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	17.000,00	18.000,00	19.000,00	20.000,00	74.000,00
Ação: 2.661 - Manut. - B5 - Gestão do SUS	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
Ação: 2.671 - Manut. Das Atividades do CIS-AMOSC	1.614.000,00	1.696.000,00	1.780.000,00	1.868.000,00	6.958.000,00
3.1.71 - Transf. a Consórcios Públicos	6.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	27.000,00
3.3.71 - Transferências a Consórcios	8.000,00	8.000,00	9.000,00	9.000,00	34.000,00
3.3.93 - Aplicação Direta Decorrente de	1.594.000,00	1.674.000,00	1.757.000,00	1.845.000,00	6.870.000,00
4.4.71 - Transferências a Consórcios	6.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	27.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 22 / 23  
Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SERVIDOR PÚBLICO DE CHAPECÓ	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
04 - FUNDO ASSIST. SERV. PÚBLICO MUN. CHAPECÓ					
04.001 - 01 - Fundo Assis. Servidor Público Municipal - FAS	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
Programa 107 - Saúde Humanizada	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
Ação: 2.851 - Manut. Atividades do Fundo Mun Assist. do Servidor-F.A.S.	7.440.000,00	7.826.000,00	8.232.000,00	8.656.000,00	32.154.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	7.440.000,00	7.826.000,00	8.232.000,00	8.656.000,00	32.154.000,00
Ação: 2.852 - Manut. Centro de Atendimento do Servidor	280.000,00	294.000,00	308.000,00	324.000,00	1.206.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	258.000,00	271.000,00	284.000,00	299.000,00	1.112.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	22.000,00	23.000,00	24.000,00	25.000,00	94.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 23 / 23  
Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
<b>FUNDO MUNICIPAL INFÂNCIA/ADOLESCÊNCIA DE CHAPECÓ</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>960.000,00</b>
06 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECÓ					
06.001 - 01 - Fundo Munic. Infância e Adolescência - FIA	240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	960.000,00
Programa 104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	960.000,00
Ação: 2.961 - Manut. Ativ. Fundo Munic. Para Infância e Adolescência	240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	960.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	720.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
<b>Total</b>	<b>774.794.700,00</b>	<b>809.452.000,00</b>	<b>844.442.000,00</b>	<b>887.574.300,00</b>	<b>3.316.263.000,00</b>

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

PPA - Fontes de Recurso da Receita

Página: 1 / 2  
Data: 10/10/2017

Recurso	2018	2019	2020	2021	Total
10000Recursos Ordinários	279.699.700,00	296.520.000,00	313.268.000,00	330.303.300,00	1.219.791.000,00
10004Recurso Ordinário - FAS	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
10005Recurso Ordinário - Fundo - Bombeiros	2.800.000,00	3.000.000,00	3.100.000,00	3.200.000,00	12.100.000,00
10100Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	46.955.000,00	49.471.000,00	51.699.000,00	55.156.000,00	203.281.000,00
10200Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	53.505.000,00	56.265.000,00	58.917.000,00	62.376.000,00	231.063.000,00
10300Contrib p/ Regime Próp. Previd. Social - RPPS	68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	296.480.000,00
10700Contrib. de Intervenção do Domínio Econ. -	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
10800Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública -	11.740.000,00	12.564.000,00	13.448.000,00	14.392.000,00	52.144.000,00
10900FIA Imposto de Renda	220.000,00	220.000,00	220.000,00	220.000,00	880.000,00
11000Transito Militar	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	7.800.000,00
11100Transito Civil	445.000,00	467.000,00	491.000,00	515.000,00	1.918.000,00
11800Transf. Do FUNDEB - Apl Rem Profis.Magist	80.096.000,00	84.106.000,00	88.325.000,00	92.753.000,00	345.280.000,00
11900Transf. Do FUNDEB - Apl outras Desp da Educ	4.204.000,00	4.414.000,00	4.635.000,00	4.867.000,00	18.120.000,00
13100Transferência de Convênios - União -	320.000,00	340.000,00	380.000,00	400.000,00	1.440.000,00
13200Transferência de Convênios - União -	3.460.000,00	3.480.000,00	3.500.000,00	3.520.000,00	13.960.000,00
13300Transferência de Convênios - União - Saúde	3.060.000,00	3.060.000,00	3.060.000,00	3.060.000,00	12.240.000,00
13400Transferência de Convênios - União - Outros	8.360.000,00	8.480.000,00	8.600.000,00	8.720.000,00	34.160.000,00
13501Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS	1.820.000,00	1.920.000,00	2.020.000,00	2.120.000,00	7.880.000,00
13502Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS	960.000,00	1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	4.100.000,00
13503Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS	720.000,00	760.000,00	800.000,00	840.000,00	3.120.000,00
13504Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
13505Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS	320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
13600Salário Educação	8.600.000,00	9.120.000,00	9.680.000,00	10.260.000,00	37.660.000,00
13702Outras Transf. FNDE - PDDE	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
13703Outras Transf. FNDE - PNAE	3.100.000,00	3.260.000,00	3.420.000,00	3.600.000,00	13.380.000,00
13704Outras Transf. FNDE - PNATE	1.540.000,00	1.620.000,00	1.700.000,00	1.780.000,00	6.640.000,00
13801Transferências do SUS - Atenção Básica	19.140.000,00	20.120.000,00	21.160.000,00	22.220.000,00	82.640.000,00
13802Transferências do SUS - MAC	90.070.000,00	94.545.000,00	99.259.000,00	104.212.000,00	388.086.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 PPA - Fontes de Recurso da Receita

Página: 2 / 2  
 Data: 10/10/2017

Recurso	2018	2019	2020	2021	Total
13803 Transferências do SUS - Vigilância	2.080.000,00	2.140.000,00	2.220.000,00	2.300.000,00	8.740.000,00
13804 Transferências do SUS - Assist. Farm Básica	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
13807 Transferências do SUS - Gestão	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
13808 Transferências do SUS - SAMU	560.000,00	600.000,00	640.000,00	680.000,00	2.480.000,00
16100 Transferência de Convênios - Estado - Assist	680.000,00	700.000,00	720.000,00	740.000,00	2.840.000,00
16200 Transferência de Convênios - Estado -	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	20.640.000,00
16300 Transferência de Convênios - Estado - Saúde	2.560.000,00	2.560.000,00	2.560.000,00	2.560.000,00	10.240.000,00
16400 Transferência de Convênios - Estado - Outros	24.840.000,00	26.100.000,00	27.420.000,00	28.780.000,00	107.140.000,00
16600 Transf. Legais e Const do Estado p/	900.000,00	940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	3.840.000,00
16701 Transf. do SUS Estado - Atenção Básica	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
16702 Transf. do SUS Estado - MAC	2.580.000,00	2.720.000,00	2.860.000,00	3.000.000,00	11.160.000,00
16704 Transf. do SUS Estado - Assist. Farm Básica	1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	1.160.000,00	4.300.000,00
18300 Operação de Crédito Interna	21.500.000,00	16.500.000,00	11.500.000,00	11.500.000,00	61.000.000,00
18600 Operação de Crédito Externa	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00
18900 Alienação de Bens	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	1.120.000,00
<b>Total:</b>	<b>774.794.700,00</b>	<b>809.452.000,00</b>	<b>844.442.000,00</b>	<b>887.574.300,00</b>	<b>3.316.263.000,00</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Fontes de Recurso da Despesa

Página: 1 / 2  
 Data: 10/10/2017

Recurso	2018	2019	2020	2021	Total
10000 - Recursos Ordinários	229.057.301,00	244.070.850,00	252.219.821,00	262.204.028,00	987.552.000,00
10004 - Recurso Ordinário - FAS	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
10005 - Recurso Ordinário - Fundo - Bombeiros	2.800.000,00	3.000.000,00	3.100.000,00	3.200.000,00	12.100.000,00
10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	50.850.399,00	54.536.150,00	57.352.179,00	62.554.272,00	225.293.000,00
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	100.252.000,00	103.649.000,00	114.312.000,00	123.077.000,00	441.290.000,00
10300 - Contrib p/ Regime Próp. Previd. Social - RPPS - Fundo Previdência	68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	296.480.000,00
10700 - Contrib. de Intervenção do Domínio Econ. - CIDE	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública - COSIP	11.740.000,00	12.564.000,00	13.448.000,00	14.392.000,00	52.144.000,00
10900 - FIA Imposto de Renda	220.000,00	220.000,00	220.000,00	220.000,00	880.000,00
11000 - Transito Militar	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	7.800.000,00
11100 - Transito Civil	445.000,00	467.000,00	491.000,00	515.000,00	1.918.000,00
11800 - Transf. Do FUNDEB - Apl Rem Profs.Magist efet exerc. EB	80.096.000,00	84.106.000,00	88.325.000,00	92.753.000,00	345.280.000,00
11900 - Transf. Do FUNDEB - Apl outras Desp da Educ Basica	4.204.000,00	4.414.000,00	4.635.000,00	4.867.000,00	18.120.000,00
13100 - Transferência de Convênios - União - Assistência Social	320.000,00	340.000,00	380.000,00	400.000,00	1.440.000,00
13200 - Transferência de Convênios - União - Educação	3.460.000,00	3.480.000,00	3.500.000,00	3.520.000,00	13.960.000,00
13300 - Transferência de Convênios - União - Saúde	3.060.000,00	3.060.000,00	3.060.000,00	3.060.000,00	12.240.000,00
13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	8.360.000,00	8.480.000,00	8.600.000,00	8.720.000,00	34.160.000,00
13501 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AB	1.820.000,00	1.920.000,00	2.020.000,00	2.120.000,00	7.880.000,00
13502 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - MC	960.000,00	1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	4.100.000,00
13503 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AC	720.000,00	760.000,00	800.000,00	840.000,00	3.120.000,00
13504 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-SUAS	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
13505 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-PBF	320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
13600 - Salário Educação	8.600.000,00	9.120.000,00	9.680.000,00	10.260.000,00	37.660.000,00
13702 - Outras Transf. FNDE - PDDE	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
13703 - Outras Transf. FNDE - PNAE	3.100.000,00	3.260.000,00	3.420.000,00	3.600.000,00	13.380.000,00
13704 - Outras Transf. FNDE - PNATE	1.540.000,00	1.620.000,00	1.700.000,00	1.780.000,00	6.640.000,00
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	19.140.000,00	20.120.000,00	21.160.000,00	22.220.000,00	82.640.000,00
13802 - Transferências do SUS - MAC	90.070.000,00	94.545.000,00	99.259.000,00	104.212.000,00	388.086.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 PPA - Fontes de Recurso da Despesa

Página: 2 / 2  
 Data: 10/10/2017

Recurso	2018	2019	2020	2021	Total
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	2.080.000,00	2.140.000,00	2.220.000,00	2.300.000,00	8.740.000,00
13804 - Transferências do SUS - Assist. Farm Básica	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
13807 - Transferências do SUS - Gestão	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
13808 - Transferências do SUS - SAMU	560.000,00	600.000,00	640.000,00	680.000,00	2.480.000,00
16100 - Transferência de Convênios - Estado - Assist Social	680.000,00	700.000,00	720.000,00	740.000,00	2.840.000,00
16200 - Transferência de Convênios - Estado - Educação	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	20.640.000,00
16300 - Transferência de Convênios - Estado - Saúde	2.560.000,00	2.560.000,00	2.560.000,00	2.560.000,00	10.240.000,00
16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	24.840.000,00	26.100.000,00	27.420.000,00	28.780.000,00	107.140.000,00
16600 - Transf. Legais e Const do Estado p/ Desenvolvimento Educação	900.000,00	940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	3.840.000,00
16701 - Transf. do SUS Estado - Atenção Básica	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
16702 - Transf. do SUS Estado - MAC	2.580.000,00	2.720.000,00	2.860.000,00	3.000.000,00	11.160.000,00
16704 - Transf. do SUS Estado - Assist. Farm Básica	1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	1.160.000,00	4.300.000,00
18300 - Operação de Crédito Interna	21.500.000,00	16.500.000,00	11.500.000,00	11.500.000,00	61.000.000,00
18600 - Operação de Crédito Externa	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00
18900 - Alienação de Bens	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	1.120.000,00
<b>Total:</b>	<b>774.794.700,00</b>	<b>809.452.000,00</b>	<b>844.442.000,00</b>	<b>887.574.300,00</b>	<b>3.316.263.000,00</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 1 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>	<b>467.512.700,00</b>	<b>488.718.000,00</b>	<b>502.471.000,00</b>	<b>525.805.300,00</b>	<b>1.984.507.000,00</b>
<b>01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>					
01.001 - 01 - Gabinete do Prefeito - GP	11.375.000,00	11.932.000,00	12.514.000,00	13.126.000,00	48.947.000,00
Função 4 - Administração	8.388.000,00	8.795.000,00	9.221.000,00	9.667.000,00	36.071.000,00
Subfunção 122 - Administração Geral	6.778.000,00	7.117.000,00	7.473.000,00	7.845.000,00	29.213.000,00
Programa 102 - Boa Governança	6.778.000,00	7.117.000,00	7.473.000,00	7.845.000,00	29.213.000,00
Ação: 2.001 - Manut. Gabinete do Prefeito	2.152.000,00	2.260.000,00	2.373.000,00	2.492.000,00	9.277.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.172.000,00	1.230.000,00	1.292.000,00	1.357.000,00	5.051.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.172.000,00	1.230.000,00	1.292.000,00	1.357.000,00	5.051.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	63.000,00	67.000,00	70.000,00	73.000,00	273.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	63.000,00	67.000,00	70.000,00	73.000,00	273.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	526.000,00	552.000,00	580.000,00	609.000,00	2.267.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	526.000,00	552.000,00	580.000,00	609.000,00	2.267.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	391.000,00	411.000,00	431.000,00	453.000,00	1.686.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	391.000,00	411.000,00	431.000,00	453.000,00	1.686.000,00
Ação: 2.002 - Manut. Gabinete do Vice-Prefeito	187.000,00	196.000,00	206.000,00	216.000,00	805.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	46.000,00	48.000,00	50.000,00	53.000,00	197.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	46.000,00	48.000,00	50.000,00	53.000,00	197.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	5.000,00	5.000,00	6.000,00	6.000,00	22.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	5.000,00	5.000,00	6.000,00	6.000,00	22.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	136.000,00	143.000,00	150.000,00	157.000,00	586.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	136.000,00	143.000,00	150.000,00	157.000,00	586.000,00
Ação: 2.005 - Manut. Procuradoria Geral do Município	2.652.000,00	2.785.000,00	2.924.000,00	3.070.000,00	11.431.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.361.000,00	2.479.000,00	2.603.000,00	2.733.000,00	10.176.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	2.361.000,00	2.479.000,00	2.603.000,00	2.733.000,00	10.176.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	192.000,00	202.000,00	212.000,00	222.000,00	828.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	192.000,00	202.000,00	212.000,00	222.000,00	828.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	99.000,00	104.000,00	109.000,00	115.000,00	427.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 2 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	99.000,00	104.000,00	109.000,00	115.000,00	427.000,00
Ação: 2.008 - Manut. Superintendências Regionais	1.751.000,00	1.838.000,00	1.930.000,00	2.026.000,00	7.545.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.234.000,00	1.295.000,00	1.360.000,00	1.428.000,00	5.317.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.234.000,00	1.295.000,00	1.360.000,00	1.428.000,00	5.317.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	234.000,00	246.000,00	258.000,00	271.000,00	1.009.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	234.000,00	246.000,00	258.000,00	271.000,00	1.009.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	269.000,00	282.000,00	296.000,00	311.000,00	1.158.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	269.000,00	282.000,00	296.000,00	311.000,00	1.158.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	14.000,00	15.000,00	16.000,00	16.000,00	61.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	14.000,00	15.000,00	16.000,00	16.000,00	61.000,00
Ação: 2.009 - Manut. Atividades Ouvidoria Publica	13.000,00	14.000,00	15.000,00	15.000,00	57.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	13.000,00	14.000,00	15.000,00	15.000,00	57.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	13.000,00	14.000,00	15.000,00	15.000,00	57.000,00
Ação: 2.011 - Manut. Fundo de Reap. Procuradoria Mun. FURP	23.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	98.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	9.000,00	9.000,00	10.000,00	10.000,00	38.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	9.000,00	9.000,00	10.000,00	10.000,00	38.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	14.000,00	15.000,00	15.000,00	16.000,00	60.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	14.000,00	15.000,00	15.000,00	16.000,00	60.000,00
SubFunção 124 - Controle Interno	1.610.000,00	1.678.000,00	1.748.000,00	1.822.000,00	6.858.000,00
Programa 102 - Boa Governança	1.610.000,00	1.678.000,00	1.748.000,00	1.822.000,00	6.858.000,00
Ação: 2.006 - Manut. Contadoria Geral do Município	1.189.000,00	1.244.000,00	1.300.000,00	1.360.000,00	5.093.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	996.000,00	1.046.000,00	1.098.000,00	1.153.000,00	4.293.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	996.000,00	1.046.000,00	1.098.000,00	1.153.000,00	4.293.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	65.000,00	69.000,00	72.000,00	75.000,00	281.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	65.000,00	69.000,00	72.000,00	75.000,00	281.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	128.000,00	129.000,00	130.000,00	132.000,00	519.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	128.000,00	129.000,00	130.000,00	132.000,00	519.000,00
Ação: 2.007 - Manut. Controladoria Geral do Município	421.000,00	434.000,00	448.000,00	462.000,00	1.765.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 3 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90 - Aplicações Diretas	252.000,00	264.000,00	278.000,00	291.000,00	1.085.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	252.000,00	264.000,00	278.000,00	291.000,00	1.085.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	18.000,00	19.000,00	19.000,00	20.000,00	76.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	18.000,00	19.000,00	19.000,00	20.000,00	76.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	151.000,00	151.000,00	151.000,00	151.000,00	604.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	151.000,00	151.000,00	151.000,00	151.000,00	604.000,00
Função 8 - Assistência Social	1.346.000,00	1.413.000,00	1.483.000,00	1.558.000,00	5.800.000,00
SubFunção 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	1.346.000,00	1.413.000,00	1.483.000,00	1.558.000,00	5.800.000,00
Programa 104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	1.346.000,00	1.413.000,00	1.483.000,00	1.558.000,00	5.800.000,00
Ação: 2.010 - Manut. Atividades do Conselho Tutelar	1.346.000,00	1.413.000,00	1.483.000,00	1.558.000,00	5.800.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	1.213.000,00	1.273.000,00	1.337.000,00	1.404.000,00	5.227.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.213.000,00	1.273.000,00	1.337.000,00	1.404.000,00	5.227.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	75.000,00	79.000,00	82.000,00	87.000,00	323.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	75.000,00	79.000,00	82.000,00	87.000,00	323.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	58.000,00	61.000,00	64.000,00	67.000,00	250.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	58.000,00	61.000,00	64.000,00	67.000,00	250.000,00
Função 14 - Direitos da Cidadania	1.508.000,00	1.584.000,00	1.663.000,00	1.746.000,00	6.501.000,00
SubFunção 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.508.000,00	1.584.000,00	1.663.000,00	1.746.000,00	6.501.000,00
Programa 102 - Boa Governança	1.508.000,00	1.584.000,00	1.663.000,00	1.746.000,00	6.501.000,00
Ação: 2.013 - Manut. das Atividades do PROCON	1.508.000,00	1.584.000,00	1.663.000,00	1.746.000,00	6.501.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	1.241.000,00	1.303.000,00	1.368.000,00	1.437.000,00	5.349.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.241.000,00	1.303.000,00	1.368.000,00	1.437.000,00	5.349.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	85.000,00	89.000,00	94.000,00	98.000,00	366.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	85.000,00	89.000,00	94.000,00	98.000,00	366.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	182.000,00	192.000,00	201.000,00	211.000,00	786.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	182.000,00	192.000,00	201.000,00	211.000,00	786.000,00
Função 16 - Habitação	24.000,00	26.000,00	27.000,00	29.000,00	106.000,00
SubFunção 482 - Habitação Urbana	24.000,00	26.000,00	27.000,00	29.000,00	106.000,00

Página: 4 / 36  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

	2018	2019	2020	2021	Total
Programa 111 - Chapecó do Futuro	24.000,00	26.000,00	27.000,00	29.000,00	106.000,00
Ação: 2.014 - Manut. Diretoria de Regularização Funciária	8.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	36.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	8.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	36.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	8.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	36.000,00
Ação: 2.015 - Manut. Ativ Fundo Mun habitação e Interesse Social	16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	70.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	70.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	70.000,00
Função 23 - Comércio e Serviços	109.000,00	114.000,00	120.000,00	126.000,00	469.000,00
SubFunção 695 - Turismo	109.000,00	114.000,00	120.000,00	126.000,00	469.000,00
Programa 109 - Chapecó de Oportunidade	109.000,00	114.000,00	120.000,00	126.000,00	469.000,00
Ação: 2.012 - Manut. das Atividades de Decoração Natalina	109.000,00	114.000,00	120.000,00	126.000,00	469.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	109.000,00	114.000,00	120.000,00	126.000,00	469.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	109.000,00	114.000,00	120.000,00	126.000,00	469.000,00
01.002 - 02 - Secretaria de Coord. de Gov. e Gestão- SEGOV	17.354.000,00	18.223.000,00	19.131.000,00	20.089.000,00	74.797.000,00
Função 4 - Administração	12.291.000,00	12.907.000,00	13.549.000,00	14.229.000,00	52.976.000,00
SubFunção 122 - Administração Geral	11.388.000,00	11.958.000,00	12.552.000,00	13.182.000,00	49.080.000,00
Programa 102 - Boa Governança	11.388.000,00	11.958.000,00	12.552.000,00	13.182.000,00	49.080.000,00
Ação: 2.020 - Manut. Atividades Secretaria de Coord de Governo e Gestão	1.945.000,00	2.043.000,00	2.144.000,00	2.251.000,00	8.383.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.227.000,00	1.288.000,00	1.352.000,00	1.419.000,00	5.286.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.227.000,00	1.288.000,00	1.352.000,00	1.419.000,00	5.286.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	3.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	15.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	3.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	15.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	669.000,00	703.000,00	737.000,00	775.000,00	2.884.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	669.000,00	703.000,00	737.000,00	775.000,00	2.884.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	46.000,00	48.000,00	51.000,00	53.000,00	198.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	46.000,00	48.000,00	51.000,00	53.000,00	198.000,00
Ação: 2.021 - Manut. Depto de Gestão de Compras	661.000,00	693.000,00	728.000,00	765.000,00	2.847.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	404.000,00	424.000,00	445.000,00	468.000,00	1.741.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 5 / 36  
Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	404.000,00	424.000,00	445.000,00	468.000,00	1.741.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	54.000,00	56.000,00	59.000,00	62.000,00	231.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	54.000,00	56.000,00	59.000,00	62.000,00	231.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	203.000,00	213.000,00	224.000,00	235.000,00	875.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	203.000,00	213.000,00	224.000,00	235.000,00	875.000,00
Ação: 2.022 - Manut. Depto de Recursos Humanos e Saúde do Servidor	2.987.000,00	3.136.000,00	3.292.000,00	3.457.000,00	12.872.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	2.471.000,00	2.594.000,00	2.723.000,00	2.860.000,00	10.648.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	2.471.000,00	2.594.000,00	2.723.000,00	2.860.000,00	10.648.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	299.000,00	314.000,00	330.000,00	347.000,00	1.290.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	299.000,00	314.000,00	330.000,00	347.000,00	1.290.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	217.000,00	228.000,00	239.000,00	250.000,00	934.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	217.000,00	228.000,00	239.000,00	250.000,00	934.000,00
Ação: 2.023 - Manut. Depto de Serviços Gerais	4.433.000,00	4.655.000,00	4.887.000,00	5.131.000,00	19.106.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	2.437.000,00	2.559.000,00	2.686.000,00	2.821.000,00	10.503.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	2.437.000,00	2.559.000,00	2.686.000,00	2.821.000,00	10.503.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	682.000,00	716.000,00	752.000,00	789.000,00	2.939.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	682.000,00	716.000,00	752.000,00	789.000,00	2.939.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	1.314.000,00	1.380.000,00	1.449.000,00	1.521.000,00	5.664.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.314.000,00	1.380.000,00	1.449.000,00	1.521.000,00	5.664.000,00
Ação: 2.024 - Manut. Depto Almoarifado Central	1.088.000,00	1.143.000,00	1.199.000,00	1.260.000,00	4.690.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	365.000,00	383.000,00	402.000,00	422.000,00	1.572.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	365.000,00	383.000,00	402.000,00	422.000,00	1.572.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	46.000,00	49.000,00	51.000,00	54.000,00	200.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	46.000,00	49.000,00	51.000,00	54.000,00	200.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	677.000,00	711.000,00	746.000,00	784.000,00	2.918.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	677.000,00	711.000,00	746.000,00	784.000,00	2.918.000,00
Ação: 2.029 - Manut. Diretoria de Captação de Recursos	274.000,00	288.000,00	302.000,00	318.000,00	1.182.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	195.000,00	205.000,00	215.000,00	226.000,00	841.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 6 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	195.000,00	205.000,00	215.000,00	226.000,00	841.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	64.000,00	67.000,00	70.000,00	74.000,00	275.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	64.000,00	67.000,00	70.000,00	74.000,00	275.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	14.000,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00	62.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	14.000,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00	62.000,00
SubFunção 126 - Tecnologia da Informatização	903.000,00	949.000,00	997.000,00	1.047.000,00	3.896.000,00
Programa 102 - Boa Governança	903.000,00	949.000,00	997.000,00	1.047.000,00	3.896.000,00
Ação: 2.025 - Manut. Depto de Tecnologia de Informação - TI	903.000,00	949.000,00	997.000,00	1.047.000,00	3.896.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	629.000,00	661.000,00	694.000,00	729.000,00	2.713.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	629.000,00	661.000,00	694.000,00	729.000,00	2.713.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	100.000,00	105.000,00	111.000,00	116.000,00	432.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	100.000,00	105.000,00	111.000,00	116.000,00	432.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	174.000,00	183.000,00	192.000,00	202.000,00	751.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	174.000,00	183.000,00	192.000,00	202.000,00	751.000,00
Função 13 - Cultura	165.000,00	173.000,00	182.000,00	190.000,00	710.000,00
SubFunção 392 - Difusão Cultural	165.000,00	173.000,00	182.000,00	190.000,00	710.000,00
Programa 108 - Chapecó Multicultural e Inclusivo	165.000,00	173.000,00	182.000,00	190.000,00	710.000,00
Ação: 2.027 - Manut. Centro de Cultura e Eventos	165.000,00	173.000,00	182.000,00	190.000,00	710.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	116.000,00	122.000,00	128.000,00	134.000,00	500.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	116.000,00	122.000,00	128.000,00	134.000,00	500.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	19.000,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	82.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	19.000,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	82.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00
Função 23 - Comércio e Serviços	1.067.000,00	1.121.000,00	1.176.000,00	1.235.000,00	4.599.000,00
SubFunção 691 - Promoção Comercial	1.067.000,00	1.121.000,00	1.176.000,00	1.235.000,00	4.599.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 7 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Programa 109 - Chapecó de Oportunidade	1.067.000,00	1.121.000,00	1.176.000,00	1.235.000,00	4.599.000,00
Ação: 2.026 - Manut. Parque Trancredo Neves	1.067.000,00	1.121.000,00	1.176.000,00	1.235.000,00	4.599.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	97.000,00	102.000,00	107.000,00	112.000,00	418.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	97.000,00	102.000,00	107.000,00	112.000,00	418.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	22.000,00	23.000,00	24.000,00	26.000,00	95.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	22.000,00	23.000,00	24.000,00	26.000,00	95.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	948.000,00	996.000,00	1.045.000,00	1.097.000,00	4.086.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	948.000,00	996.000,00	1.045.000,00	1.097.000,00	4.086.000,00
Função 26 - Transporte	3.831.000,00	4.022.000,00	4.224.000,00	4.435.000,00	16.512.000,00
SubFunção 781 - Transporte Aéreo	3.831.000,00	4.022.000,00	4.224.000,00	4.435.000,00	16.512.000,00
Programa 112 - Chapecó - Nossa Cidade	3.831.000,00	4.022.000,00	4.224.000,00	4.435.000,00	16.512.000,00
Ação: 2.028 - Manut. Atividades Aeroporto Municipal	3.831.000,00	4.022.000,00	4.224.000,00	4.435.000,00	16.512.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	556.000,00	584.000,00	613.000,00	644.000,00	2.397.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	556.000,00	584.000,00	613.000,00	644.000,00	2.397.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	65.000,00	68.000,00	72.000,00	75.000,00	280.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	65.000,00	68.000,00	72.000,00	75.000,00	280.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	3.210.000,00	3.370.000,00	3.539.000,00	3.716.000,00	13.835.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	3.210.000,00	3.370.000,00	3.539.000,00	3.716.000,00	13.835.000,00
01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	9.646.000,00	10.122.000,00	10.620.000,00	11.141.000,00	41.529.000,00
Função 4 - Administração	9.646.000,00	10.122.000,00	10.620.000,00	11.141.000,00	41.529.000,00
SubFunção 123 - Administração Financeira	899.000,00	938.000,00	980.000,00	1.022.000,00	3.839.000,00
Programa 102 - Boa Governança	899.000,00	938.000,00	980.000,00	1.022.000,00	3.839.000,00
Ação: 2.050 - Manut. Secretaria da Fazenda	899.000,00	938.000,00	980.000,00	1.022.000,00	3.839.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	704.000,00	739.000,00	776.000,00	814.000,00	3.033.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	704.000,00	739.000,00	776.000,00	814.000,00	3.033.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	73.000,00	77.000,00	80.000,00	84.000,00	314.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	73.000,00	77.000,00	80.000,00	84.000,00	314.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	112.000,00	112.000,00	113.000,00	113.000,00	450.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 8 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	112.000,00	112.000,00	113.000,00	113.000,00	450.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00	42.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00	42.000,00
SubFunção 129 - Administração de Receitas	8.747.000,00	9.184.000,00	9.640.000,00	10.119.000,00	37.690.000,00
Programa 102 - Boa Governança	8.747.000,00	9.184.000,00	9.640.000,00	10.119.000,00	37.690.000,00
Ação: 2.051 - Manut. Depto Tributos	3.006.000,00	3.157.000,00	3.315.000,00	3.480.000,00	12.958.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.863.000,00	3.006.000,00	3.157.000,00	3.314.000,00	12.340.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	2.863.000,00	3.006.000,00	3.157.000,00	3.314.000,00	12.340.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	37.000,00	39.000,00	41.000,00	43.000,00	160.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	37.000,00	39.000,00	41.000,00	43.000,00	160.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	47.000,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	204.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	47.000,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	204.000,00
3.3.93 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	59.000,00	62.000,00	65.000,00	68.000,00	254.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	59.000,00	62.000,00	65.000,00	68.000,00	254.000,00
Ação: 2.052 - Manut. Depto Fiscalização	5.741.000,00	6.027.000,00	6.325.000,00	6.639.000,00	24.732.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	4.937.000,00	5.184.000,00	5.443.000,00	5.715.000,00	21.279.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	4.937.000,00	5.184.000,00	5.443.000,00	5.715.000,00	21.279.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	750.000,00	788.000,00	827.000,00	869.000,00	3.234.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	750.000,00	788.000,00	827.000,00	869.000,00	3.234.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	54.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	219.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	54.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	219.000,00
01.004 - 04 - Secretaria de Comunicação Social - SECOM	4.952.000,00	5.200.000,00	5.459.000,00	5.732.000,00	21.343.000,00
Função 4 - Administração	4.952.000,00	5.200.000,00	5.459.000,00	5.732.000,00	21.343.000,00
SubFunção 131 - Comunicação Social	4.952.000,00	5.200.000,00	5.459.000,00	5.732.000,00	21.343.000,00
Programa 102 - Boa Governança	4.952.000,00	5.200.000,00	5.459.000,00	5.732.000,00	21.343.000,00
Ação: 2.060 - Manut. Secretaria de Comunicação Social	4.952.000,00	5.200.000,00	5.459.000,00	5.732.000,00	21.343.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	109.000,00	115.000,00	120.000,00	126.000,00	470.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	109.000,00	115.000,00	120.000,00	126.000,00	470.000,00

Página: 9 / 36  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	4.842.000,00	5.084.000,00	5.338.000,00	5.605.000,00	20.869.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	4.842.000,00	5.084.000,00	5.338.000,00	5.605.000,00	20.869.000,00
01.005 - 05 - Secretaria de Educação - SEDUC	179.319.700,00	189.038.000,00	198.374.000,00	210.187.300,00	776.919.000,00
Função 12 - Educação	179.319.700,00	189.038.000,00	198.374.000,00	210.187.300,00	776.919.000,00
SubFunção 306 - Alimentação e Nutrição	13.672.700,00	14.357.100,00	15.071.900,00	15.830.300,00	58.932.000,00
Programa 105 - Escola Forte	13.672.700,00	14.357.100,00	15.071.900,00	15.830.300,00	58.932.000,00
Ação: 2.076 - Manut. Alimentação Escolar	13.672.700,00	14.357.100,00	15.071.900,00	15.830.300,00	58.932.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	13.672.700,00	14.357.100,00	15.071.900,00	15.830.300,00	58.932.000,00
83.44% 10000 - Recursos Ordinários	10.849.000,00	11.392.000,00	11.961.000,00	12.558.000,00	46.760.000,00
16.56% 13703 - Outras Transf. FNDE - PNAE	2.823.700,00	2.965.100,00	3.110.900,00	3.272.300,00	12.172.000,00
SubFunção 361 - Ensino Fundamental	112.589.000,00	119.164.900,00	125.063.100,00	133.229.000,00	490.046.000,00
Programa 105 - Escola Forte	112.589.000,00	119.164.900,00	125.063.100,00	133.229.000,00	490.046.000,00
Ação: 1.010 - Construção Ampliação Rede Física Ensino Fundamental	6.160.000,00	6.160.000,00	6.160.000,00	6.160.000,00	24.640.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	6.160.000,00	6.160.000,00	6.160.000,00	6.160.000,00	24.640.000,00
16.23% 13600 - Salário Educação	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00
100.0% 16200 - Transferência de Convênios - Estado - Educação	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	20.640.000,00
Ação: 2.070 - Manut. Atividades Secretaria de Educação	14.873.000,00	16.773.900,00	17.710.100,00	20.935.000,00	70.292.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	12.781.000,00	14.577.900,00	15.406.100,00	18.515.000,00	61.280.000,00
100.0% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	12.781.000,00	14.577.900,00	15.406.100,00	18.515.000,00	61.280.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	894.000,00	939.000,00	986.000,00	1.035.000,00	3.854.000,00
100.0% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	894.000,00	939.000,00	986.000,00	1.035.000,00	3.854.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	1.191.000,00	1.250.000,00	1.311.000,00	1.377.000,00	5.129.000,00
51.1% 10000 - Recursos Ordinários	608.601,00	638.750,00	669.921,00	703.728,00	2.621.000,00
48.9% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	582.399,00	611.250,00	641.079,00	673.272,00	2.508.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	7.000,00	7.000,00	7.000,00	8.000,00	29.000,00
100.0% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	7.000,00	7.000,00	7.000,00	8.000,00	29.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 10 / 36  
Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Ação: 2.071 - Manut. Profs. Magistério - Ensino Fundamental	73.545.000,00	77.222.000,00	81.084.000,00	85.138.000,00	316.989.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	64.332.000,00	67.548.000,00	70.926.000,00	74.472.000,00	277.278.000,00
34.26% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	22.050.000,00	23.148.000,00	24.292.000,00	25.494.000,00	94.984.000,00
59.21% 11800 - Transf. Do FUNDEB - Apl Rem Profs.Magist efet exerc. EB	38.078.000,00	39.986.000,00	41.999.000,00	44.111.000,00	164.174.000,00
6.53% 11900 - Transf. Do FUNDEB - Apl outras Desp da Educ Basica	4.204.000,00	4.414.000,00	4.635.000,00	4.867.000,00	18.120.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	9.213.000,00	9.674.000,00	10.158.000,00	10.666.000,00	39.711.000,00
48.47% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	4.466.000,00	4.689.000,00	4.924.000,00	5.170.000,00	19.249.000,00
51.53% 11800 - Transf. Do FUNDEB - Apl Rem Profs.Magist efet exerc. EB	4.747.000,00	4.985.000,00	5.234.000,00	5.496.000,00	20.462.000,00
Ação: 2.073 - Manut. Ensino Fundamental - Outros	12.626.000,00	13.311.000,00	13.983.000,00	14.627.000,00	54.547.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.109.000,00	1.164.000,00	1.222.000,00	1.283.000,00	4.778.000,00
100.0% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	1.109.000,00	1.164.000,00	1.222.000,00	1.283.000,00	4.778.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	66.000,00	69.000,00	73.000,00	76.000,00	284.000,00
100.0% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	66.000,00	69.000,00	73.000,00	76.000,00	284.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	856.000,00	898.000,00	943.000,00	990.000,00	3.687.000,00
100.0% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	856.000,00	898.000,00	943.000,00	990.000,00	3.687.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	10.595.000,00	11.180.000,00	11.745.000,00	12.278.000,00	45.798.000,00
2.87% 10000 - Recursos Ordinários	321.000,00	338.000,00	355.000,00	373.000,00	1.387.000,00
43.59% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	4.890.000,00	5.131.000,00	5.390.000,00	5.662.000,00	21.073.000,00
53.54% 13600 - Salário Educação	5.384.000,00	5.711.000,00	6.000.000,00	6.243.000,00	23.338.000,00
Ação: 2.075 - Manut. Escola Agropecuária	127.000,00	133.000,00	140.000,00	146.000,00	546.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	127.000,00	133.000,00	140.000,00	146.000,00	546.000,00
39.93% 10000 - Recursos Ordinários	50.700,00	53.100,00	55.900,00	58.300,00	218.000,00
60.07% 13703 - Outras Transf. FNDE - PNAE	76.300,00	79.900,00	84.100,00	87.700,00	328.000,00
Ação: 2.077 - Manut. do Transporte Escolar	5.258.000,00	5.565.000,00	5.986.000,00	6.223.000,00	23.032.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	5.258.000,00	5.565.000,00	5.986.000,00	6.223.000,00	23.032.000,00
34.11% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	1.114.000,00	1.165.000,00	1.225.000,00	1.293.000,00	4.797.000,00
40.44% 13600 - Salário Educação	1.704.000,00	1.840.000,00	2.081.000,00	2.130.000,00	7.755.000,00
5.56% 13704 - Outras Transf. FNDE - PNATE	1.540.000,00	1.620.000,00	1.700.000,00	1.780.000,00	6.640.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 11 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
13.32% 16600 - Transf. Legais e Const do Estado p/ Desenvolvimento Educação	900.000,00	940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	3.840.000,00
SubFunção 365 - Educação Infantil	52.778.000,00	55.221.000,00	57.934.000,00	60.808.000,00	226.741.000,00
Programa 105 - Escola Forte	52.778.000,00	55.221.000,00	57.934.000,00	60.808.000,00	226.741.000,00
Ação: 1.011 - Construção Ampliação Rede Física Educação infantil	3.485.000,00	3.485.000,00	3.505.000,00	3.525.000,00	13.980.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	3.485.000,00	3.485.000,00	3.505.000,00	3.525.000,00	13.980.000,00
99.86% 13200 - Transferência de Convênios - União - Educação	3.460.000,00	3.480.000,00	3.500.000,00	3.520.000,00	13.960.000,00
2.75% 13600 - Salário Educação	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
Ação: 2.072 - Manut. Profis. Magistério - Educação Infantil	37.716.000,00	39.603.000,00	41.582.000,00	43.661.000,00	162.562.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	37.631.000,00	39.513.000,00	41.488.000,00	43.562.000,00	162.194.000,00
0.96% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	360.000,00	378.000,00	396.000,00	416.000,00	1.550.000,00
99.04% 11800 - Transf. Do FUNDEB - Apl Rem Profis. Magist efet exerc. EB	37.271.000,00	39.135.000,00	41.092.000,00	43.146.000,00	160.644.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	85.000,00	90.000,00	94.000,00	99.000,00	368.000,00
100.0% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	85.000,00	90.000,00	94.000,00	99.000,00	368.000,00
Ação: 2.074 - Manut. Educação Infantil - Outros	11.597.000,00	12.133.000,00	12.847.000,00	13.622.000,00	50.199.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	367.000,00	386.000,00	405.000,00	425.000,00	1.583.000,00
100.0% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	367.000,00	386.000,00	405.000,00	425.000,00	1.583.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	13.000,00	13.000,00	14.000,00	15.000,00	55.000,00
100.0% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	13.000,00	13.000,00	14.000,00	15.000,00	55.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1.210.000,00	1.270.000,00	1.334.000,00	1.400.000,00	5.214.000,00
100.0% 10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	1.210.000,00	1.270.000,00	1.334.000,00	1.400.000,00	5.214.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	10.007.000,00	10.464.000,00	11.094.000,00	11.782.000,00	43.347.000,00
93.5% 10000 - Recursos Ordinários	9.500.000,00	9.900.000,00	10.500.000,00	10.900.000,00	40.800.000,00
5.89% 13600 - Salário Educação	507.000,00	564.000,00	594.000,00	882.000,00	2.547.000,00
SubFunção 367 - Educação Especial	280.000,00	295.000,00	305.000,00	320.000,00	1.200.000,00
Programa 105 - Escola Forte	280.000,00	295.000,00	305.000,00	320.000,00	1.200.000,00
Ação: 2.079 - Manut. Outros convenio FNDE	280.000,00	295.000,00	305.000,00	320.000,00	1.200.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	280.000,00	295.000,00	305.000,00	320.000,00	1.200.000,00
2.12% 13702 - Outras Transf. FNDE - PDDE	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00

Página: 12 / 36  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

	2018	2019	2020	2021	Total
97.88% 13703 - Outras Transf. FNDE - PNAE	200.000,00	215.000,00	225.000,00	240.000,00	880.000,00
01.006 - 06 - Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA	113.896.000,00	106.968.000,00	100.255.000,00	103.635.000,00	424.754.000,00
Função 15 - Urbanismo	81.842.000,00	73.074.000,00	64.411.000,00	65.722.000,00	285.049.000,00
SubFunção 451 - Infra-Estrutura Urbana	73.403.000,00	64.400.000,00	55.439.000,00	56.529.000,00	249.771.000,00
Programa 111 - Chapecó do Futuro	860.000,00	900.000,00	935.000,00	973.000,00	3.668.000,00
Ação: 1.020 - Revitalização de Parques e Praças Públicas	767.000,00	800.000,00	831.000,00	864.000,00	3.262.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	767.000,00	800.000,00	831.000,00	864.000,00	3.262.000,00
6.78% 10000 - Recursos Ordinários	17.000,00	18.000,00	18.000,00	19.000,00	72.000,00
30.35% 13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	750.000,00	782.000,00	813.000,00	845.000,00	3.190.000,00
Ação: 1.021 - Implantação e Revitalização de Passeios Públicos	93.000,00	100.000,00	104.000,00	109.000,00	406.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	93.000,00	100.000,00	104.000,00	109.000,00	406.000,00
11.82% 10000 - Recursos Ordinários	11.000,00	12.000,00	12.000,00	13.000,00	48.000,00
88.18% 13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	82.000,00	88.000,00	92.000,00	96.000,00	358.000,00
Programa 112 - Chapecó - Nossa Cidade	72.543.000,00	63.500.000,00	54.504.000,00	55.556.000,00	246.103.000,00
Ação: 1.023 - Recuperação/Pavimentação/Espanção de Vias Públicas	53.500.000,00	43.500.000,00	33.500.000,00	33.500.000,00	164.000.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	53.500.000,00	43.500.000,00	33.500.000,00	33.500.000,00	164.000.000,00
2.98% 10000 - Recursos Ordinários	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
7.32% 13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	12.000.000,00
57.89% 16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	20.000.000,00	15.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	55.000.000,00
37.93% 18300 - Operação de Crédito Interna	20.000.000,00	15.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	55.000.000,00
27.59% 18600 - Operação de Crédito Externa	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00
Ação: 1.027 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos	161.000,00	169.000,00	177.000,00	186.000,00	693.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	161.000,00	169.000,00	177.000,00	186.000,00	693.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	161.000,00	169.000,00	177.000,00	186.000,00	693.000,00
Ação: 2.100 - Manut. Ativ. Secret. de infraestrutura Urbana	3.595.000,00	3.776.000,00	3.963.000,00	4.161.000,00	15.495.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.378.000,00	2.497.000,00	2.621.000,00	2.752.000,00	10.248.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	2.378.000,00	2.497.000,00	2.621.000,00	2.752.000,00	10.248.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	132.000,00	139.000,00	146.000,00	153.000,00	570.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 13 / 36  
Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	132.000,00	139.000,00	146.000,00	153.000,00	570.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	924.000,00	970.000,00	1.018.000,00	1.069.000,00	3.981.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	924.000,00	970.000,00	1.018.000,00	1.069.000,00	3.981.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	161.000,00	170.000,00	178.000,00	187.000,00	696.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	161.000,00	170.000,00	178.000,00	187.000,00	696.000,00
Ação: 2.102 - Manut. Depto de Maquinas e Equipamentos	9.957.000,00	10.460.000,00	10.989.000,00	11.541.000,00	42.947.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.391.000,00	2.510.000,00	2.636.000,00	2.768.000,00	10.305.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	2.391.000,00	2.510.000,00	2.636.000,00	2.768.000,00	10.305.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	339.000,00	356.000,00	374.000,00	392.000,00	1.461.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	339.000,00	356.000,00	374.000,00	392.000,00	1.461.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	7.227.000,00	7.594.000,00	7.979.000,00	8.381.000,00	31.181.000,00
99.93% 10000 - Recursos Ordinários	6.947.000,00	7.294.000,00	7.659.000,00	8.041.000,00	29.941.000,00
4.14% 10700 - Contrib. de Intervenção do Domínio Econ. - CIDE	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
Ação: 2.103 - Manut. Depto de Obras	2.858.000,00	3.001.000,00	3.150.000,00	3.308.000,00	12.317.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.744.000,00	1.832.000,00	1.923.000,00	2.019.000,00	7.518.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.744.000,00	1.832.000,00	1.923.000,00	2.019.000,00	7.518.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	248.000,00	260.000,00	273.000,00	287.000,00	1.068.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	248.000,00	260.000,00	273.000,00	287.000,00	1.068.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	866.000,00	909.000,00	954.000,00	1.002.000,00	3.731.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	866.000,00	909.000,00	954.000,00	1.002.000,00	3.731.000,00
Ação: 2.104 - Manut. Depto de Estradas	810.000,00	850.000,00	893.000,00	937.000,00	3.490.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	669.000,00	703.000,00	738.000,00	775.000,00	2.885.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	669.000,00	703.000,00	738.000,00	775.000,00	2.885.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	69.000,00	72.000,00	76.000,00	79.000,00	296.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	69.000,00	72.000,00	76.000,00	79.000,00	296.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	72.000,00	75.000,00	79.000,00	83.000,00	309.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	72.000,00	75.000,00	79.000,00	83.000,00	309.000,00
Ação: 2.105 - Manut. da Usina de Asfalto	1.149.000,00	1.205.000,00	1.266.000,00	1.329.000,00	4.949.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 14 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90 - Aplicações Diretas	345.000,00	362.000,00	380.000,00	399.000,00	1.486.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	345.000,00	362.000,00	380.000,00	399.000,00	1.486.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	52.000,00	54.000,00	57.000,00	60.000,00	223.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	52.000,00	54.000,00	57.000,00	60.000,00	223.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	752.000,00	789.000,00	829.000,00	870.000,00	3.240.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	752.000,00	789.000,00	829.000,00	870.000,00	3.240.000,00
Ação: 2.107 - Manut. Sinalização Viária	513.000,00	539.000,00	566.000,00	594.000,00	2.212.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	513.000,00	539.000,00	566.000,00	594.000,00	2.212.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	513.000,00	539.000,00	566.000,00	594.000,00	2.212.000,00
SubFunção 452 - Serviços Urbanos	5.168.000,00	5.425.000,00	5.696.000,00	5.981.000,00	22.270.000,00
Programa 112 - Chapecó - Nossa Cidade	5.168.000,00	5.425.000,00	5.696.000,00	5.981.000,00	22.270.000,00
Ação: 2.101 - Manut. Depto de Serviços Urbanos	5.168.000,00	5.425.000,00	5.696.000,00	5.981.000,00	22.270.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	544.000,00	571.000,00	599.000,00	629.000,00	2.343.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	544.000,00	571.000,00	599.000,00	629.000,00	2.343.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	592.000,00	621.000,00	652.000,00	685.000,00	2.550.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	592.000,00	621.000,00	652.000,00	685.000,00	2.550.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	3.841.000,00	4.033.000,00	4.235.000,00	4.446.000,00	16.555.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	3.841.000,00	4.033.000,00	4.235.000,00	4.446.000,00	16.555.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	191.000,00	200.000,00	210.000,00	221.000,00	822.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	191.000,00	200.000,00	210.000,00	221.000,00	822.000,00
SubFunção 512 - Saneamento Básico Urbano	3.271.000,00	3.249.000,00	3.276.000,00	3.212.000,00	13.008.000,00
Programa 112 - Chapecó - Nossa Cidade	3.271.000,00	3.249.000,00	3.276.000,00	3.212.000,00	13.008.000,00
Ação: 1.022 - Construção de Galerias - Micro e Macro Drenagem	3.271.000,00	3.249.000,00	3.276.000,00	3.212.000,00	13.008.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	3.271.000,00	3.249.000,00	3.276.000,00	3.212.000,00	13.008.000,00
73.21% 10000 - Recursos Ordinários	109.000,00	115.000,00	120.000,00	126.000,00	470.000,00
92.61% 13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	3.162.000,00	3.134.000,00	3.156.000,00	3.086.000,00	12.538.000,00
Função 17 - Saneamento	19.991.000,00	20.990.000,00	22.040.000,00	23.147.000,00	86.168.000,00
SubFunção 512 - Saneamento Básico Urbano	19.991.000,00	20.990.000,00	22.040.000,00	23.147.000,00	86.168.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 15 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Programa 112 - Chapecó - Nossa Cidade	19.991.000,00	20.990.000,00	22.040.000,00	23.147.000,00	86.168.000,00
Ação: 2.109 - Manut. Coleta Resíduos Sólidos Domiciliares e Seletiva	19.609.000,00	20.590.000,00	21.619.000,00	22.700.000,00	84.518.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	19.448.000,00	20.420.000,00	21.441.000,00	22.513.000,00	83.822.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	19.448.000,00	20.420.000,00	21.441.000,00	22.513.000,00	83.822.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	161.000,00	170.000,00	178.000,00	187.000,00	696.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	161.000,00	170.000,00	178.000,00	187.000,00	696.000,00
Ação: 2.110 - Manut. Fundo Municipal de Saneamento Basico	382.000,00	400.000,00	421.000,00	447.000,00	1.650.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	382.000,00	400.000,00	421.000,00	447.000,00	1.650.000,00
66.07% 10000 - Recursos Ordinários	255.000,00	267.000,00	280.000,00	298.000,00	1.100.000,00
17.42% 13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	67.000,00	70.000,00	75.000,00	78.000,00	290.000,00
15.62% 16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	60.000,00	63.000,00	66.000,00	71.000,00	260.000,00
Função 18 - Gestão Ambiental	323.000,00	340.000,00	356.000,00	374.000,00	1.393.000,00
SubFunção 542 - Controle Ambiental	323.000,00	340.000,00	356.000,00	374.000,00	1.393.000,00
Programa 110 - Chapecó Porteira Aberta	323.000,00	340.000,00	356.000,00	374.000,00	1.393.000,00
Ação: 2.106 - Manut. Horto Florestal	323.000,00	340.000,00	356.000,00	374.000,00	1.393.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	205.000,00	216.000,00	226.000,00	238.000,00	885.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	205.000,00	216.000,00	226.000,00	238.000,00	885.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	41.000,00	43.000,00	45.000,00	47.000,00	176.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	41.000,00	43.000,00	45.000,00	47.000,00	176.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	77.000,00	81.000,00	85.000,00	89.000,00	332.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	77.000,00	81.000,00	85.000,00	89.000,00	332.000,00
Função 25 - Energia	11.740.000,00	12.564.000,00	13.448.000,00	14.392.000,00	52.144.000,00
SubFunção 752 - Energia Elétrica	11.740.000,00	12.564.000,00	13.448.000,00	14.392.000,00	52.144.000,00
Programa 112 - Chapecó - Nossa Cidade	11.740.000,00	12.564.000,00	13.448.000,00	14.392.000,00	52.144.000,00
Ação: 2.108 - Manut. da Iluminação Publica	11.740.000,00	12.564.000,00	13.448.000,00	14.392.000,00	52.144.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	3.000.000,00	3.500.000,00	4.000.000,00	4.500.000,00	15.000.000,00
100.0% 10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública - COSIP	3.000.000,00	3.500.000,00	4.000.000,00	4.500.000,00	15.000.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	7.960.000,00	8.358.000,00	8.776.000,00	9.215.000,00	34.309.000,00

Página: 16 / 36  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública - COSIP	7.960.000,00	8.358.000,00	8.776.000,00	9.215.000,00	34.309.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	780.000,00	706.000,00	672.000,00	677.000,00	2.835.000,00
100.0% 10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública - COSIP	780.000,00	706.000,00	672.000,00	677.000,00	2.835.000,00
01.007 - 07 - Sec. de Defesa do Cidadão e Mob. - SEDEMOB	29.428.000,00	37.962.000,00	45.505.000,00	48.136.000,00	161.031.000,00
Função 6 - Segurança Pública	25.648.000,00	26.925.000,00	28.151.000,00	29.427.000,00	110.151.000,00
SubFunção 181 - Policiamento	21.483.000,00	22.552.000,00	23.559.000,00	24.605.000,00	92.199.000,00
Programa 111 - Chapecó do Futuro	21.483.000,00	22.552.000,00	23.559.000,00	24.605.000,00	92.199.000,00
Ação: 2.131 - Manut. da Guarda Municipal	7.438.000,00	7.811.000,00	8.201.000,00	8.610.000,00	32.060.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	6.265.000,00	6.578.000,00	6.907.000,00	7.252.000,00	27.002.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	6.265.000,00	6.578.000,00	6.907.000,00	7.252.000,00	27.002.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	1.030.000,00	1.082.000,00	1.136.000,00	1.192.000,00	4.440.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.030.000,00	1.082.000,00	1.136.000,00	1.192.000,00	4.440.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	143.000,00	151.000,00	158.000,00	166.000,00	618.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	143.000,00	151.000,00	158.000,00	166.000,00	618.000,00
Ação: 2.132 - Manut. Depto de Fiscalização de Trânsito	7.068.000,00	7.421.000,00	7.791.000,00	8.181.000,00	30.461.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	972.000,00	1.020.000,00	1.071.000,00	1.125.000,00	4.188.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	972.000,00	1.020.000,00	1.071.000,00	1.125.000,00	4.188.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	126.000,00	132.000,00	138.000,00	145.000,00	541.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	126.000,00	132.000,00	138.000,00	145.000,00	541.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	5.970.000,00	6.269.000,00	6.582.000,00	6.911.000,00	25.732.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	5.970.000,00	6.269.000,00	6.582.000,00	6.911.000,00	25.732.000,00
Ação: 2.133 - Manut. Depto de Fiscalização de Transporte Público	432.000,00	453.000,00	476.000,00	499.000,00	1.860.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	226.000,00	237.000,00	249.000,00	261.000,00	973.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	226.000,00	237.000,00	249.000,00	261.000,00	973.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	172.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	172.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	166.000,00	174.000,00	183.000,00	192.000,00	715.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	166.000,00	174.000,00	183.000,00	192.000,00	715.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 17 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Ação: 2.134 - Manut. Atividades do CV - Bombeiros	4.300.000,00	4.500.000,00	4.600.000,00	4.700.000,00	18.100.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.100.000,00	1.200.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	5.100.000,00
100.0% 10005 - Recurso Ordinário - Fundo - Bombeiros	1.100.000,00	1.200.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	5.100.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	3.200.000,00	3.300.000,00	3.200.000,00	3.300.000,00	13.000.000,00
53.85% 10005 - Recurso Ordinário - Fundo - Bombeiros	1.700.000,00	1.800.000,00	1.700.000,00	1.800.000,00	7.000.000,00
46.15% 18300 - Operação de Crédito Interna	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
Ação: 2.135 - Manut. Atividades do CV - Policia Militar	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	7.800.000,00
3.3.30 - Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	457.000,00	480.000,00	504.000,00	529.000,00	1.970.000,00
100.0% 11000 - Transito Militar	457.000,00	480.000,00	504.000,00	529.000,00	1.970.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.146.000,00	1.213.000,00	1.278.000,00	1.343.000,00	4.980.000,00
100.0% 11000 - Transito Militar	1.146.000,00	1.213.000,00	1.278.000,00	1.343.000,00	4.980.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	197.000,00	207.000,00	218.000,00	228.000,00	850.000,00
100.0% 11000 - Transito Militar	197.000,00	207.000,00	218.000,00	228.000,00	850.000,00
Ação: 2.136 - Manut. Atividades do CV - Policia Civil	445.000,00	467.000,00	491.000,00	515.000,00	1.918.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	332.000,00	348.000,00	366.000,00	384.000,00	1.430.000,00
100.0% 11100 - Transito Civil	332.000,00	348.000,00	366.000,00	384.000,00	1.430.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	113.000,00	119.000,00	125.000,00	131.000,00	488.000,00
100.0% 11100 - Transito Civil	113.000,00	119.000,00	125.000,00	131.000,00	488.000,00
SubFunção 182 - Defesa Civil	4.165.000,00	4.373.000,00	4.592.000,00	4.822.000,00	17.952.000,00
Programa 111 - Chapecó do Futuro	4.165.000,00	4.373.000,00	4.592.000,00	4.822.000,00	17.952.000,00
Ação: 2.130 - Manut. da Secretaria de Defesa do Cidadão	4.165.000,00	4.373.000,00	4.592.000,00	4.822.000,00	17.952.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.710.000,00	1.795.000,00	1.885.000,00	1.979.000,00	7.369.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.710.000,00	1.795.000,00	1.885.000,00	1.979.000,00	7.369.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	136.000,00	143.000,00	150.000,00	158.000,00	587.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	136.000,00	143.000,00	150.000,00	158.000,00	587.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	2.319.000,00	2.435.000,00	2.557.000,00	2.685.000,00	9.996.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	2.319.000,00	2.435.000,00	2.557.000,00	2.685.000,00	9.996.000,00
Função 15 - Urbanismo	3.780.000,00	11.037.000,00	17.354.000,00	18.709.000,00	50.880.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 18 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
SubFunção 451 - Infra-Estrutura Urbana	3.780.000,00	11.037.000,00	17.354.000,00	18.709.000,00	50.880.000,00
Programa 111 - Chapecó do Futuro	3.780.000,00	11.037.000,00	17.354.000,00	18.709.000,00	50.880.000,00
Ação: 2.137 - Manut. Depto de Mobilidade Urbana	3.780.000,00	11.037.000,00	17.354.000,00	18.709.000,00	50.880.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	3.780.000,00	11.037.000,00	17.354.000,00	18.709.000,00	50.880.000,00
100.0% 16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	3.780.000,00	11.037.000,00	17.354.000,00	18.709.000,00	50.880.000,00
01.008 - 08 - Secretaria de Des. Rural e Meio Amb. - SESAU	7.267.000,00	7.616.000,00	7.984.000,00	8.401.000,00	31.268.000,00
Função 20 - Agricultura	7.267.000,00	7.616.000,00	7.984.000,00	8.401.000,00	31.268.000,00
SubFunção 606 - Extensão Rural	6.895.000,00	7.239.000,00	7.602.000,00	8.014.000,00	29.750.000,00
Programa 110 - Chapecó Porteira Aberta	6.895.000,00	7.239.000,00	7.602.000,00	8.014.000,00	29.750.000,00
Ação: 2.150 - Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais	4.841.000,00	5.081.000,00	5.336.000,00	5.635.000,00	20.893.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	3.123.000,00	3.279.000,00	3.443.000,00	3.616.000,00	13.461.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	3.123.000,00	3.279.000,00	3.443.000,00	3.616.000,00	13.461.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	367.000,00	386.000,00	403.000,00	424.000,00	1.580.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	367.000,00	386.000,00	403.000,00	424.000,00	1.580.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	58.000,00	61.000,00	64.000,00	68.000,00	251.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	58.000,00	61.000,00	64.000,00	68.000,00	251.000,00
3.3.71 - Transferências a Consórcios Públicos	23.000,00	25.000,00	26.000,00	27.000,00	101.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	23.000,00	25.000,00	26.000,00	27.000,00	101.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.270.000,00	1.330.000,00	1.400.000,00	1.500.000,00	5.500.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.270.000,00	1.330.000,00	1.400.000,00	1.500.000,00	5.500.000,00
Ação: 2.151 - Manut. Ativ. Fundo Municipal de Desenv. Rural e Meio Ambiente	2.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	11.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	2.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	11.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	2.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	11.000,00
Ação: 2.152 - Manut. Da Superintendência de Infraestrutura Rural	2.052.000,00	2.155.000,00	2.263.000,00	2.376.000,00	8.846.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	463.000,00	486.000,00	510.000,00	536.000,00	1.995.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	463.000,00	486.000,00	510.000,00	536.000,00	1.995.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.583.000,00	1.662.000,00	1.746.000,00	1.833.000,00	6.824.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.583.000,00	1.662.000,00	1.746.000,00	1.833.000,00	6.824.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 19 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
4.4.90 - Aplicações Diretas	6.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	27.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	6.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	27.000,00
Subfunção 608 - Promoção da Produção Agropecuária	372.000,00	377.000,00	382.000,00	387.000,00	1.518.000,00
Programa 110 - Chapecó Porteira Aberta	372.000,00	377.000,00	382.000,00	387.000,00	1.518.000,00
Ação: 1.027 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos	372.000,00	377.000,00	382.000,00	387.000,00	1.518.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	372.000,00	377.000,00	382.000,00	387.000,00	1.518.000,00
41.54% 10000 - Recursos Ordinários	92.000,00	97.000,00	102.000,00	107.000,00	398.000,00
116.91% 18900 - Alienação de Bens	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	1.120.000,00
01.009 - 09 - Secretaria de Assistência Social - SEASC	17.410.000,00	18.281.000,00	19.193.000,00	20.152.000,00	75.036.000,00
Função 8 - Assistência Social	17.410.000,00	18.281.000,00	19.193.000,00	20.152.000,00	75.036.000,00
Subfunção 182 - Defesa Civil	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
Programa 104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
Ação: 2.178 - Manut. Atividades da Coordenação da Defesa Civil	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
Subfunção 242 - Assistência ao Portador de Deficiência	3.291.000,00	3.456.000,00	3.628.000,00	3.810.000,00	14.185.000,00
Programa 104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	3.291.000,00	3.456.000,00	3.628.000,00	3.810.000,00	14.185.000,00
Ação: 2.173 - Manut. Depto de Proteção Especial - SEASC	3.291.000,00	3.456.000,00	3.628.000,00	3.810.000,00	14.185.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	1.801.000,00	1.892.000,00	1.986.000,00	2.085.000,00	7.764.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.801.000,00	1.892.000,00	1.986.000,00	2.085.000,00	7.764.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	308.000,00	323.000,00	339.000,00	356.000,00	1.326.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	308.000,00	323.000,00	339.000,00	356.000,00	1.326.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	1.182.000,00	1.241.000,00	1.303.000,00	1.369.000,00	5.095.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.182.000,00	1.241.000,00	1.303.000,00	1.369.000,00	5.095.000,00
Subfunção 244 - Assistência Comunitária	14.116.000,00	14.822.000,00	15.562.000,00	16.339.000,00	60.839.000,00
Programa 104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	14.116.000,00	14.822.000,00	15.562.000,00	16.339.000,00	60.839.000,00
Ação: 1.060 - Instalação de Unidades de Assistência Social	23.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	98.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	23.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	98.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 20 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	23.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	98.000,00
Ação: 2.170 - Manut. Atividades Secretaria de Assistência Social - SEASC	6.133.000,00	6.440.000,00	6.761.000,00	7.098.000,00	26.432.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	4.749.000,00	4.986.000,00	5.235.000,00	5.497.000,00	20.467.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	4.749.000,00	4.986.000,00	5.235.000,00	5.497.000,00	20.467.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	35.000,00	37.000,00	38.000,00	40.000,00	150.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	35.000,00	37.000,00	38.000,00	40.000,00	150.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	499.000,00	524.000,00	550.000,00	577.000,00	2.150.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	499.000,00	524.000,00	550.000,00	577.000,00	2.150.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	813.000,00	854.000,00	897.000,00	941.000,00	3.505.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	813.000,00	854.000,00	897.000,00	941.000,00	3.505.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	37.000,00	39.000,00	41.000,00	43.000,00	160.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	37.000,00	39.000,00	41.000,00	43.000,00	160.000,00
Ação: 2.171 - Manut. Depto de Proteção Básica - SEASC	4.858.000,00	5.100.000,00	5.355.000,00	5.623.000,00	20.936.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.549.000,00	2.676.000,00	2.810.000,00	2.950.000,00	10.985.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	2.549.000,00	2.676.000,00	2.810.000,00	2.950.000,00	10.985.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	6.000,00	6.000,00	6.000,00	7.000,00	25.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	6.000,00	6.000,00	6.000,00	7.000,00	25.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	2.303.000,00	2.418.000,00	2.539.000,00	2.666.000,00	9.926.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	2.303.000,00	2.418.000,00	2.539.000,00	2.666.000,00	9.926.000,00
Ação: 2.172 - Manut. Depto de Relações Comunitárias - SEASC	1.035.000,00	1.088.000,00	1.142.000,00	1.199.000,00	4.464.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	425.000,00	447.000,00	469.000,00	492.000,00	1.833.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	425.000,00	447.000,00	469.000,00	492.000,00	1.833.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	54.000,00	57.000,00	60.000,00	63.000,00	234.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	54.000,00	57.000,00	60.000,00	63.000,00	234.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	556.000,00	584.000,00	613.000,00	644.000,00	2.397.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	556.000,00	584.000,00	613.000,00	644.000,00	2.397.000,00
Ação: 2.174 - Manut. Depto de Segurança Alimentar - SEASC	886.000,00	930.000,00	977.000,00	1.026.000,00	3.819.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	301.000,00	316.000,00	332.000,00	348.000,00	1.297.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 21 / 36  
Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	301.000,00	316.000,00	332.000,00	348.000,00	1.297.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	59.000,00	62.000,00	65.000,00	69.000,00	255.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	59.000,00	62.000,00	65.000,00	69.000,00	255.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	526.000,00	552.000,00	580.000,00	609.000,00	2.267.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	526.000,00	552.000,00	580.000,00	609.000,00	2.267.000,00
Ação: 2.175 - Manut. Atividades Restaurantes Populares	1.181.000,00	1.240.000,00	1.302.000,00	1.367.000,00	5.090.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	1.172.000,00	1.231.000,00	1.292.000,00	1.357.000,00	5.052.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.172.000,00	1.231.000,00	1.292.000,00	1.357.000,00	5.052.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	9.000,00	9.000,00	10.000,00	10.000,00	38.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	9.000,00	9.000,00	10.000,00	10.000,00	38.000,00
01.010 - 10 - Sec. de Desen. Econômico e Turismo - SEDET	4.616.000,00	7.204.000,00	2.885.000,00	8.131.000,00	22.836.000,00
Função 19 - Ciência e Tecnologia	131.000,00	138.000,00	145.000,00	152.000,00	566.000,00
Subfunção 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	131.000,00	138.000,00	145.000,00	152.000,00	566.000,00
Programa 109 - Chapecó de Oportunidade	131.000,00	138.000,00	145.000,00	152.000,00	566.000,00
Ação: 2.194 - Apoio à Inovação Tecnológica	131.000,00	138.000,00	145.000,00	152.000,00	566.000,00
3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	90.000,00	94.000,00	99.000,00	104.000,00	387.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	90.000,00	94.000,00	99.000,00	104.000,00	387.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	41.000,00	44.000,00	46.000,00	48.000,00	179.000,00
100.0% 13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	41.000,00	44.000,00	46.000,00	48.000,00	179.000,00
Função 22 - Indústria	2.044.000,00	47.000,00	48.000,00	50.000,00	2.189.000,00
Subfunção 661 - Promoção Industrial	2.044.000,00	47.000,00	48.000,00	50.000,00	2.189.000,00
Programa 109 - Chapecó de Oportunidade	2.044.000,00	47.000,00	48.000,00	50.000,00	2.189.000,00
Ação: 1.070 - Implantação e Desenvolvimento de Distritos Industriais	44.000,00	47.000,00	48.000,00	50.000,00	189.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	44.000,00	47.000,00	48.000,00	50.000,00	189.000,00
8.47% 10000 - Recursos Ordinários	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	16.000,00
91.53% 13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	40.000,00	43.000,00	44.000,00	46.000,00	173.000,00
Ação: 1.071 - Implantação Parque Tecnológico	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 22 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
15.05% 10000 - Recursos Ordinários	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
15.05% 16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Função 23 - Comércio e Serviços	2.441.000,00	7.019.000,00	2.692.000,00	7.929.000,00	20.081.000,00
SubFunção 691 - Promoção Comercial	2.431.000,00	7.009.000,00	2.681.000,00	7.917.000,00	20.038.000,00
Programa 109 - Chapecó de Oportunidade	2.431.000,00	7.009.000,00	2.681.000,00	7.917.000,00	20.038.000,00
Ação: 2.190 - Manut. Atividades Secret.Desenvolv.Economico	2.404.000,00	2.525.000,00	2.651.000,00	2.784.000,00	10.364.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.197.000,00	1.257.000,00	1.320.000,00	1.386.000,00	5.160.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.197.000,00	1.257.000,00	1.320.000,00	1.386.000,00	5.160.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	151.000,00	159.000,00	166.000,00	175.000,00	651.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	151.000,00	159.000,00	166.000,00	175.000,00	651.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	983.000,00	1.032.000,00	1.084.000,00	1.138.000,00	4.237.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	983.000,00	1.032.000,00	1.084.000,00	1.138.000,00	4.237.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	73.000,00	77.000,00	81.000,00	85.000,00	316.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	73.000,00	77.000,00	81.000,00	85.000,00	316.000,00
Ação: 2.191 - Manut. Realização EFAPI 2019/2021	0,00	4.455.000,00	0,00	5.101.000,00	9.556.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	0,00	4.455.000,00	0,00	5.101.000,00	9.556.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	0,00	4.455.000,00	0,00	5.101.000,00	9.556.000,00
Ação: 2.192 - Manut. Realização Feiras	27.000,00	29.000,00	30.000,00	32.000,00	118.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	27.000,00	29.000,00	30.000,00	32.000,00	118.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	27.000,00	29.000,00	30.000,00	32.000,00	118.000,00
SubFunção 695 - Turismo	10.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	43.000,00
Programa 109 - Chapecó de Oportunidade	10.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	43.000,00
Ação: 2.193 - Manut. Atividades de Promoção do Turismo	10.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	43.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	43.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	43.000,00
01.011 - 11 - Secretaria de Cultura - SECUL	6.167.000,00	6.474.000,00	6.795.000,00	7.134.000,00	26.570.000,00
Função 13 - Cultura	6.167.000,00	6.474.000,00	6.795.000,00	7.134.000,00	26.570.000,00
SubFunção 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.455.000,00	1.527.000,00	1.603.000,00	1.683.000,00	6.268.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 23 / 36  
Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Programa 108 - Chapecó Multicultural e Inclusivo	1.455.000,00	1.527.000,00	1.603.000,00	1.683.000,00	6.268.000,00
Ação: 2.213 - Manut. Escola de Artes	1.455.000,00	1.527.000,00	1.603.000,00	1.683.000,00	6.268.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.160.000,00	1.217.000,00	1.278.000,00	1.342.000,00	4.997.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.160.000,00	1.217.000,00	1.278.000,00	1.342.000,00	4.997.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	220.000,00	231.000,00	242.000,00	254.000,00	947.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	220.000,00	231.000,00	242.000,00	254.000,00	947.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	75.000,00	79.000,00	83.000,00	87.000,00	324.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	75.000,00	79.000,00	83.000,00	87.000,00	324.000,00
SubFunção 392 - Difusão Cultural	4.712.000,00	4.947.000,00	5.192.000,00	5.451.000,00	20.302.000,00
Programa 108 - Chapecó Multicultural e Inclusivo	4.712.000,00	4.947.000,00	5.192.000,00	5.451.000,00	20.302.000,00
Ação: 2.210 - Manut. Atividades Secretaria de Cultura	3.691.000,00	3.876.000,00	4.068.000,00	4.273.000,00	15.908.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	3.189.000,00	3.349.000,00	3.516.000,00	3.692.000,00	13.746.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	3.189.000,00	3.349.000,00	3.516.000,00	3.692.000,00	13.746.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	9.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	37.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	9.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	37.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	484.000,00	509.000,00	534.000,00	561.000,00	2.088.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	484.000,00	509.000,00	534.000,00	561.000,00	2.088.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	9.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	37.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	9.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	37.000,00
Ação: 2.211 - Fundo Municipal de Cultura	506.000,00	531.000,00	557.000,00	584.000,00	2.178.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	385.000,00	404.000,00	424.000,00	445.000,00	1.658.000,00
99.28% 10000 - Recursos Ordinários	382.000,00	401.000,00	421.000,00	442.000,00	1.646.000,00
0.72% 13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	121.000,00	127.000,00	133.000,00	139.000,00	520.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	121.000,00	127.000,00	133.000,00	139.000,00	520.000,00
Ação: 2.212 - Manut. Biblioteca Municipal	389.000,00	408.000,00	429.000,00	449.000,00	1.675.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	155.000,00	162.000,00	171.000,00	179.000,00	667.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	155.000,00	162.000,00	171.000,00	179.000,00	667.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 24 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	32.000,00	34.000,00	36.000,00	37.000,00	139.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	32.000,00	34.000,00	36.000,00	37.000,00	139.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	120.000,00	126.000,00	132.000,00	139.000,00	517.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	120.000,00	126.000,00	132.000,00	139.000,00	517.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	82.000,00	86.000,00	90.000,00	94.000,00	352.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	82.000,00	86.000,00	90.000,00	94.000,00	352.000,00
Ação: 2.214 - Manut. de Museus	110.000,00	115.000,00	121.000,00	127.000,00	473.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	110.000,00	115.000,00	121.000,00	127.000,00	473.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	110.000,00	115.000,00	121.000,00	127.000,00	473.000,00
Ação: 2.215 - Manut. da PEC	16.000,00	17.000,00	17.000,00	18.000,00	68.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	16.000,00	17.000,00	17.000,00	18.000,00	68.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	16.000,00	17.000,00	17.000,00	18.000,00	68.000,00
01.012 - 12 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR	7.936.000,00	8.333.000,00	8.751.000,00	9.188.000,00	34.208.000,00
Função 15 - Urbanismo	6.945.000,00	7.292.000,00	7.658.000,00	8.040.000,00	29.935.000,00
Subfunção 451 - Infra-Estrutura Urbana	6.945.000,00	7.292.000,00	7.658.000,00	8.040.000,00	29.935.000,00
Programa 109 - Chapecó de Oportunidade	6.945.000,00	7.292.000,00	7.658.000,00	8.040.000,00	29.935.000,00
Ação: 2.230 - Manut. Atividades Secret. De Planejamento	2.643.000,00	2.775.000,00	2.914.000,00	3.059.000,00	11.391.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	1.586.000,00	1.666.000,00	1.749.000,00	1.836.000,00	6.837.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.586.000,00	1.666.000,00	1.749.000,00	1.836.000,00	6.837.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	172.000,00	181.000,00	190.000,00	199.000,00	742.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	172.000,00	181.000,00	190.000,00	199.000,00	742.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	332.000,00	348.000,00	366.000,00	384.000,00	1.430.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	332.000,00	348.000,00	366.000,00	384.000,00	1.430.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	553.000,00	580.000,00	609.000,00	640.000,00	2.382.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	553.000,00	580.000,00	609.000,00	640.000,00	2.382.000,00
Ação: 2.231 - Manut. Depto de Fiscalização de Obras	506.000,00	532.000,00	558.000,00	586.000,00	2.182.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	387.000,00	407.000,00	427.000,00	448.000,00	1.669.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	387.000,00	407.000,00	427.000,00	448.000,00	1.669.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 25 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	59.000,00	62.000,00	65.000,00	69.000,00	255.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	59.000,00	62.000,00	65.000,00	69.000,00	255.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00
Ação: 2.232 - Manut. Depto de Elaboração de Projetos e Obras Públicas	3.537.000,00	3.713.000,00	3.899.000,00	4.094.000,00	15.243.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	2.975.000,00	3.123.000,00	3.280.000,00	3.444.000,00	12.822.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	2.975.000,00	3.123.000,00	3.280.000,00	3.444.000,00	12.822.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	457.000,00	480.000,00	504.000,00	529.000,00	1.970.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	457.000,00	480.000,00	504.000,00	529.000,00	1.970.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	105.000,00	110.000,00	115.000,00	121.000,00	451.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	105.000,00	110.000,00	115.000,00	121.000,00	451.000,00
Ação: 2.233 - Manut. Depto de Analise e Aprovação de Projetos	259.000,00	272.000,00	287.000,00	301.000,00	1.119.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	258.000,00	271.000,00	285.000,00	299.000,00	1.113.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	258.000,00	271.000,00	285.000,00	299.000,00	1.113.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
Função 16 - Habitação	975.000,00	1.024.000,00	1.075.000,00	1.129.000,00	4.203.000,00
SubFunção 482 - Habitação Urbana	975.000,00	1.024.000,00	1.075.000,00	1.129.000,00	4.203.000,00
Programa 111 - Chapecó do Futuro	975.000,00	1.024.000,00	1.075.000,00	1.129.000,00	4.203.000,00
Ação: 2.236 - Manut. Diretoria de Habitação	975.000,00	1.024.000,00	1.075.000,00	1.129.000,00	4.203.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	816.000,00	857.000,00	900.000,00	945.000,00	3.518.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	816.000,00	857.000,00	900.000,00	945.000,00	3.518.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	141.000,00	148.000,00	155.000,00	163.000,00	607.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	141.000,00	148.000,00	155.000,00	163.000,00	607.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	18.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	78.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	18.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	78.000,00
Função 17 - Saneamento	16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	70.000,00
SubFunção 512 - Saneamento Básico Urbano	16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	70.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 26 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Programa 111 - Chapecó do Futuro	16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	70.000,00
Ação: 2.235 - Manut. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial	16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	70.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	70.000,00
5.71% 10000 - Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
94.29% 13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	15.000,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	66.000,00
01.013 - 13 - Sec. de Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL	8.382.000,00	8.843.000,00	9.272.000,00	9.811.000,00	36.308.000,00
Função 27 - Desporto e Lazer	8.382.000,00	8.843.000,00	9.272.000,00	9.811.000,00	36.308.000,00
SubFunção 812 - Desporto Comunitário	8.382.000,00	8.843.000,00	9.272.000,00	9.811.000,00	36.308.000,00
Programa 106 - Esporte e Lazer para Todos	8.382.000,00	8.843.000,00	9.272.000,00	9.811.000,00	36.308.000,00
Ação: 1.090 - Construção/Ampliação/Reforma Praças Esportivas	1.504.000,00	1.619.000,00	1.689.000,00	1.851.000,00	6.663.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1.504.000,00	1.619.000,00	1.689.000,00	1.851.000,00	6.663.000,00
19.65% 10000 - Recursos Ordinários	304.000,00	319.000,00	335.000,00	351.000,00	1.309.000,00
80.35% 13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	1.200.000,00	1.300.000,00	1.354.000,00	1.500.000,00	5.354.000,00
Ação: 2.250 - Manut. Atividades Secretaria de Esportes e Lazer	4.151.000,00	4.361.000,00	4.576.000,00	4.804.000,00	17.892.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.166.000,00	2.276.000,00	2.388.000,00	2.508.000,00	9.338.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	2.166.000,00	2.276.000,00	2.388.000,00	2.508.000,00	9.338.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	226.000,00	238.000,00	249.000,00	261.000,00	974.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	226.000,00	238.000,00	249.000,00	261.000,00	974.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.719.000,00	1.805.000,00	1.895.000,00	1.989.000,00	7.408.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.719.000,00	1.805.000,00	1.895.000,00	1.989.000,00	7.408.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	172.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	172.000,00
Ação: 2.251 - Manut. Ativ. de Apoio ao Esportes	2.727.000,00	2.863.000,00	3.007.000,00	3.156.000,00	11.753.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	2.626.000,00	2.758.000,00	2.896.000,00	3.040.000,00	11.320.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	2.626.000,00	2.758.000,00	2.896.000,00	3.040.000,00	11.320.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	101.000,00	105.000,00	111.000,00	116.000,00	433.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	101.000,00	105.000,00	111.000,00	116.000,00	433.000,00
01.093 - 93 - Encargos Gerais do Município	34.564.000,00	36.842.000,00	39.183.000,00	33.592.000,00	144.181.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 27 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Função 28 - Encargos Especiais	34.564.000,00	36.842.000,00	39.183.000,00	33.592.000,00	144.181.000,00
SubFunção 843 - Serviço da Dívida Interna	7.364.000,00	7.582.000,00	7.810.000,00	8.051.000,00	30.807.000,00
Programa 102 - Boa Governança	7.364.000,00	7.582.000,00	7.810.000,00	8.051.000,00	30.807.000,00
Ação: 0.972 - Amortização de Dívida	7.364.000,00	7.582.000,00	7.810.000,00	8.051.000,00	30.807.000,00
3.2.90 - Aplicacoes Diretas	282.000,00	296.000,00	310.000,00	326.000,00	1.214.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	282.000,00	296.000,00	310.000,00	326.000,00	1.214.000,00
4.6.90 - Aplicacoes Diretas	7.082.000,00	7.286.000,00	7.500.000,00	7.725.000,00	29.593.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	7.082.000,00	7.286.000,00	7.500.000,00	7.725.000,00	29.593.000,00
SubFunção 846 - Outros Encargos Especiais	27.200.000,00	29.260.000,00	31.373.000,00	25.541.000,00	113.374.000,00
Programa 102 - Boa Governança	27.200.000,00	29.260.000,00	31.373.000,00	25.541.000,00	113.374.000,00
Ação: 0.971 - Encargos Especiais	21.200.000,00	22.260.000,00	23.373.000,00	24.541.000,00	91.374.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	703.000,00	738.000,00	775.000,00	813.000,00	3.029.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	703.000,00	738.000,00	775.000,00	813.000,00	3.029.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	8.016.000,00	8.417.000,00	8.838.000,00	9.280.000,00	34.551.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	8.016.000,00	8.417.000,00	8.838.000,00	9.280.000,00	34.551.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu	1.180.000,00	1.239.000,00	1.301.000,00	1.366.000,00	5.086.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	1.180.000,00	1.239.000,00	1.301.000,00	1.366.000,00	5.086.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	11.301.000,00	11.866.000,00	12.459.000,00	13.082.000,00	48.708.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	11.301.000,00	11.866.000,00	12.459.000,00	13.082.000,00	48.708.000,00
Ação: 0.975 - Precatórios	6.000.000,00	7.000.000,00	8.000.000,00	1.000.000,00	22.000.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	6.000.000,00	7.000.000,00	8.000.000,00	1.000.000,00	22.000.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	6.000.000,00	7.000.000,00	8.000.000,00	1.000.000,00	22.000.000,00
51 - CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
51.001 - 51 - Câmara Municipal de Chapecó - CMC	15.200.000,00	15.680.000,00	16.550.000,00	17.350.000,00	64.780.000,00
Função 1 - Legislativa	15.200.000,00	15.680.000,00	16.550.000,00	17.350.000,00	64.780.000,00
SubFunção 31 - Ação Legislativa	15.200.000,00	15.680.000,00	16.550.000,00	17.350.000,00	64.780.000,00
Programa 101 - Apoio Legislativo	15.200.000,00	15.680.000,00	16.550.000,00	17.350.000,00	64.780.000,00
Ação: 2.990 - Coordenação e Manutenção das Atividades Legislativas	15.200.000,00	15.680.000,00	16.550.000,00	17.350.000,00	64.780.000,00

Página: 28 / 36  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	10.600.000,00	11.000.000,00	11.800.000,00	12.500.000,00	45.900.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	10.600.000,00	11.000.000,00	11.800.000,00	12.500.000,00	45.900.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	470.000,00	550.000,00	620.000,00	670.000,00	2.310.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	470.000,00	550.000,00	620.000,00	670.000,00	2.310.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	3.750.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	3.800.000,00	15.050.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	3.750.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	3.800.000,00	15.050.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00
100.0% 10000 - Recursos Ordinários	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 29 / 36  
Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
<b>INSTITUTO DO SISTEMA MUNICIAP DE PREVIDÊNCIA DE CHAPECÓ</b>	<b>68.780.000,00</b>	<b>72.240.000,00</b>	<b>75.840.000,00</b>	<b>79.620.000,00</b>	<b>296.480.000,00</b>
03 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECÓ					
03.001 - 01 - Inst. do Sist. Mun. de Prev. de Chap. - RPPS	68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	296.480.000,00
Função 9 - Previdência Social	68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	296.480.000,00
SubFunção 272 - Previdência do Regime Estatutário	68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	296.480.000,00
Programa 102 - Boa Governança	68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	296.480.000,00
Ação: 2.801 - Manut. Ativ Adm Sist Mun Previd. do Servidor - Simprevi	1.271.000,00	1.334.000,00	1.400.000,00	1.471.000,00	5.476.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	388.000,00	407.000,00	427.000,00	449.000,00	1.671.000,00
100.0% 10300 - Contrib p/ Regime Próp. Previd. Social - RPPS - Fundo	388.000,00	407.000,00	427.000,00	449.000,00	1.671.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	860.000,00	903.000,00	948.000,00	995.000,00	3.706.000,00
100.0% 10300 - Contrib p/ Regime Próp. Previd. Social - RPPS - Fundo	860.000,00	903.000,00	948.000,00	995.000,00	3.706.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	23.000,00	24.000,00	25.000,00	27.000,00	99.000,00
100.0% 10300 - Contrib p/ Regime Próp. Previd. Social - RPPS - Fundo	23.000,00	24.000,00	25.000,00	27.000,00	99.000,00
Ação: 2.802 - Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Executivo	37.179.000,00	39.038.000,00	40.990.000,00	43.039.000,00	160.246.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	37.179.000,00	39.038.000,00	40.990.000,00	43.039.000,00	160.246.000,00
100.0% 10300 - Contrib p/ Regime Próp. Previd. Social - RPPS - Fundo	37.179.000,00	39.038.000,00	40.990.000,00	43.039.000,00	160.246.000,00
Ação: 2.803 - Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Legislativo	1.043.000,00	1.095.000,00	1.150.000,00	1.207.000,00	4.495.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.043.000,00	1.095.000,00	1.150.000,00	1.207.000,00	4.495.000,00
100.0% 10300 - Contrib p/ Regime Próp. Previd. Social - RPPS - Fundo	1.043.000,00	1.095.000,00	1.150.000,00	1.207.000,00	4.495.000,00
Ação: 2.804 - Manut. De Benefícios da Previdência a ativos	4.345.000,00	4.552.000,00	4.770.000,00	4.998.000,00	18.665.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	4.145.000,00	4.352.000,00	4.570.000,00	4.798.000,00	17.865.000,00
100.0% 10300 - Contrib p/ Regime Próp. Previd. Social - RPPS - Fundo	4.145.000,00	4.352.000,00	4.570.000,00	4.798.000,00	17.865.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
100.0% 10300 - Contrib p/ Regime Próp. Previd. Social - RPPS - Fundo	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
Ação: 2.811 - Reserva Legal RPPS	24.942.000,00	26.221.000,00	27.530.000,00	28.905.000,00	107.598.000,00
7.7.90 - RESERVA DO RPPS	24.942.000,00	26.221.000,00	27.530.000,00	28.905.000,00	107.598.000,00
100.0% 10300 - Contrib p/ Regime Próp. Previd. Social - RPPS - Fundo	24.942.000,00	26.221.000,00	27.530.000,00	28.905.000,00	107.598.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 30 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPECÓ</b>	<b>6.660.000,00</b>	<b>7.000.000,00</b>	<b>7.360.000,00</b>	<b>7.720.000,00</b>	<b>28.740.000,00</b>
<b>05 - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO</b>					
05.001 - 01 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS	6.660.000,00	7.000.000,00	7.360.000,00	7.720.000,00	28.740.000,00
Função 8 - Assistência Social	6.660.000,00	7.000.000,00	7.360.000,00	7.720.000,00	28.740.000,00
SubFunção 241 - Assistência ao Idoso	6.660.000,00	7.000.000,00	7.360.000,00	7.720.000,00	28.740.000,00
Programa 104 - Atendimento Integral Sócio Familiar	6.660.000,00	7.000.000,00	7.360.000,00	7.720.000,00	28.740.000,00
Ação: 2.901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	6.660.000,00	7.000.000,00	7.360.000,00	7.720.000,00	28.740.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	950.000,00	1.010.000,00	1.070.000,00	1.130.000,00	4.160.000,00
50.96% 13501 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AB	470.000,00	510.000,00	550.000,00	590.000,00	2.120.000,00
35.58% 13502 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - MC	340.000,00	360.000,00	380.000,00	400.000,00	1.480.000,00
13.46% 13504 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-SUAS	140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
100.0% 13503 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AC	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	4.830.000,00	5.090.000,00	5.350.000,00	5.630.000,00	20.900.000,00
36.49% 10000 - Recursos Ordinários	1.500.000,00	1.580.000,00	1.660.000,00	1.740.000,00	6.480.000,00
27.7% 13501 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AB	1.350.000,00	1.410.000,00	1.470.000,00	1.530.000,00	5.760.000,00
13.11% 13502 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - MC	620.000,00	640.000,00	660.000,00	700.000,00	2.620.000,00
12.39% 13503 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AC	620.000,00	660.000,00	700.000,00	740.000,00	2.720.000,00
2.25% 13504 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-SUAS	120.000,00	140.000,00	160.000,00	180.000,00	600.000,00
4.05% 13505 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-PBF	200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00
10.14% 16100 - Transferência de Convênios - Estado - Assist Social	420.000,00	440.000,00	460.000,00	480.000,00	1.800.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	780.000,00	800.000,00	840.000,00	860.000,00	3.280.000,00
10.34% 10000 - Recursos Ordinários	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
43.9% 13100 - Transferência de Convênios - União - Assistência Social	320.000,00	340.000,00	380.000,00	400.000,00	1.440.000,00
3.45% 13504 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-SUAS	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
20.69% 13505 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-PBF	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	480.000,00
44.83% 16100 - Transferência de Convênios - Estado - Assist Social	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	1.040.000,00



Página: 31 / 36  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

	2018	2019	2020	2021	Total
<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ</b>	<b>223.882.000,00</b>	<b>233.134.000,00</b>	<b>249.991.000,00</b>	<b>265.209.000,00</b>	<b>972.216.000,00</b>
<b>02 - FM SAÚDE DE CHAPECÓ</b>					
02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	223.882.000,00	233.134.000,00	249.991.000,00	265.209.000,00	972.216.000,00
Função 10 - Saúde	223.882.000,00	233.134.000,00	249.991.000,00	265.209.000,00	972.216.000,00
SubFunção 301 - Atenção Básica	113.555.000,00	117.561.000,00	128.886.000,00	138.306.000,00	498.308.000,00
Programa 107 - Saúde Humanizada	113.555.000,00	117.561.000,00	128.886.000,00	138.306.000,00	498.308.000,00
Ação: 2.601 - Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saúde	3.628.000,00	3.810.000,00	4.000.000,00	4.200.000,00	15.638.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.896.000,00	3.041.000,00	3.193.000,00	3.353.000,00	12.483.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	2.896.000,00	3.041.000,00	3.193.000,00	3.353.000,00	12.483.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	252.000,00	264.000,00	278.000,00	291.000,00	1.085.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	252.000,00	264.000,00	278.000,00	291.000,00	1.085.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	480.000,00	505.000,00	529.000,00	556.000,00	2.070.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	480.000,00	505.000,00	529.000,00	556.000,00	2.070.000,00
Ação: 2.605 - Manut. Atenção Basica em Saúde	103.982.000,00	107.524.000,00	118.349.000,00	127.251.000,00	457.106.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	76.885.000,00	79.130.000,00	88.586.000,00	96.085.000,00	340.686.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	76.885.000,00	79.130.000,00	88.586.000,00	96.085.000,00	340.686.000,00
3.1.91 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	11.663.000,00	12.246.000,00	12.858.000,00	13.501.000,00	50.268.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	11.663.000,00	12.246.000,00	12.858.000,00	13.501.000,00	50.268.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	15.359.000,00	16.070.000,00	16.823.000,00	17.579.000,00	65.831.000,00
2.92% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	319.000,00	335.000,00	352.000,00	369.000,00	1.375.000,00
93.08% 13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	12.220.000,00	12.855.000,00	13.531.000,00	14.210.000,00	52.816.000,00
10.47% 16300 - Transferência de Convênios - Estado - Saúde	1.560.000,00	1.560.000,00	1.560.000,00	1.560.000,00	6.240.000,00
11.98% 16701 - Transf. do SUS Estado - Atenção Básica	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	75.000,00	78.000,00	82.000,00	86.000,00	321.000,00
100.0% 13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	75.000,00	78.000,00	82.000,00	86.000,00	321.000,00
Ação: 2.608 - Manut. Assistência Farmaceutica	4.271.000,00	4.471.000,00	4.697.000,00	4.927.000,00	18.366.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.964.000,00	2.062.000,00	2.165.000,00	2.273.000,00	8.464.000,00
64.61% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	1.964.000,00	2.062.000,00	2.165.000,00	2.273.000,00	8.464.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 32 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90 - Aplicações Diretas	2.307.000,00	2.409.000,00	2.532.000,00	2.654.000,00	9.902.000,00
7.18% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	47.000,00	49.000,00	52.000,00	54.000,00	202.000,00
75.92% 13804 - Transferências do SUS - Assist. Farm Básica	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
60.45% 16704 - Transf. do SUS Estado - Assist. Farm Básica	1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	1.160.000,00	4.300.000,00
Ação: 2.661 - Manut. - B5 - Gestão do SUS	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
100.0% 13807 - Transferências do SUS - Gestão	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
Ação: 2.671 - Manut. Das Atividades do CIS-AMOSC	1.614.000,00	1.696.000,00	1.780.000,00	1.868.000,00	6.958.000,00
3.1.71 - Transf. a Consórcios Públicos	6.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	27.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	6.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	27.000,00
3.3.71 - Transferências a Consórcios Públicos	8.000,00	8.000,00	9.000,00	9.000,00	34.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	8.000,00	8.000,00	9.000,00	9.000,00	34.000,00
3.3.93 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	1.594.000,00	1.674.000,00	1.757.000,00	1.845.000,00	6.870.000,00
100.0% 13802 - Transferências do SUS - MAC	1.594.000,00	1.674.000,00	1.757.000,00	1.845.000,00	6.870.000,00
4.4.71 - Transferências a Consórcios Públicos	6.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	27.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	6.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	27.000,00
Subfunção 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	99.506.000,00	104.254.000,00	109.249.000,00	114.485.000,00	427.494.000,00
Programa 107 - Saúde Humanizada	99.506.000,00	104.254.000,00	109.249.000,00	114.485.000,00	427.494.000,00
Ação: 1.601 - Construção e Ampliação de Unid. de Saúde	4.384.000,00	4.382.000,00	4.382.000,00	4.380.000,00	17.528.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	4.384.000,00	4.382.000,00	4.382.000,00	4.380.000,00	17.528.000,00
10.45% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	350.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00	1.400.000,00
107.4% 13300 - Transferência de Convênios - União - Saúde	3.047.000,00	3.046.000,00	3.046.000,00	3.045.000,00	12.184.000,00
34.6% 16300 - Transferência de Convênios - Estado - Saúde	987.000,00	986.000,00	986.000,00	985.000,00	3.944.000,00
Ação: 2.606 - Manut. Atenção Especializada em Saúde	2.725.000,00	2.861.000,00	3.004.000,00	3.154.000,00	11.744.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	2.512.000,00	2.638.000,00	2.770.000,00	2.908.000,00	10.828.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	2.512.000,00	2.638.000,00	2.770.000,00	2.908.000,00	10.828.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	213.000,00	223.000,00	234.000,00	246.000,00	916.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	213.000,00	223.000,00	234.000,00	246.000,00	916.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 33 / 36  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Ação: 2.610 - Manut. Atividades Hospital Materno Infantil	781.000,00	820.000,00	861.000,00	904.000,00	3.366.000,00
3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	781.000,00	820.000,00	861.000,00	904.000,00	3.366.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	781.000,00	820.000,00	861.000,00	904.000,00	3.366.000,00
Ação: 2.631 - Manut. - B2 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	468.000,00	491.000,00	516.000,00	542.000,00	2.017.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	468.000,00	491.000,00	516.000,00	542.000,00	2.017.000,00
100.0% 13802 - Transferências do SUS - MAC	468.000,00	491.000,00	516.000,00	542.000,00	2.017.000,00
Ação: 2.632 - Manut. - B2 - Centro de Ref em Saúde do Trabalhador - CEREST	116.000,00	121.000,00	127.000,00	134.000,00	498.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	116.000,00	121.000,00	127.000,00	134.000,00	498.000,00
100.0% 13802 - Transferências do SUS - MAC	116.000,00	121.000,00	127.000,00	134.000,00	498.000,00
Ação: 2.633 - Manut. - B2 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	560.000,00	600.000,00	640.000,00	680.000,00	2.480.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	483.000,00	520.000,00	556.000,00	591.000,00	2.150.000,00
100.0% 13808 - Transferências do SUS - SAMU	483.000,00	520.000,00	556.000,00	591.000,00	2.150.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	77.000,00	80.000,00	84.000,00	89.000,00	330.000,00
100.0% 13808 - Transferências do SUS - SAMU	77.000,00	80.000,00	84.000,00	89.000,00	330.000,00
Ação: 2.634 - Manut. - B2 - Teto Financeiro Municipal MAC	90.472.000,00	94.979.000,00	99.719.000,00	104.691.000,00	389.861.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	90.436.000,00	94.941.000,00	99.679.000,00	104.649.000,00	389.705.000,00
97.14% 13802 - Transferências do SUS - MAC	87.856.000,00	92.221.000,00	96.819.000,00	101.649.000,00	378.545.000,00
4.61% 16702 - Transf. do SUS Estado - MAC	2.580.000,00	2.720.000,00	2.860.000,00	3.000.000,00	11.160.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	36.000,00	38.000,00	40.000,00	42.000,00	156.000,00
100.0% 13802 - Transferências do SUS - MAC	36.000,00	38.000,00	40.000,00	42.000,00	156.000,00
SubFunção 303 - Suporte Profilático e Terapêutico	7.290.000,00	7.656.000,00	8.037.000,00	8.439.000,00	31.422.000,00
Programa 107 - Saúde Humanizada	7.290.000,00	7.656.000,00	8.037.000,00	8.439.000,00	31.422.000,00
Ação: 1.603 - Aquisição de Material de Uso Permanente - FMS	39.000,00	42.000,00	42.000,00	45.000,00	168.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	39.000,00	42.000,00	42.000,00	45.000,00	168.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	13.000,00	14.000,00	14.000,00	15.000,00	56.000,00
33.33% 13300 - Transferência de Convênios - União - Saúde	13.000,00	14.000,00	14.000,00	15.000,00	56.000,00
33.33% 16300 - Transferência de Convênios - Estado - Saúde	13.000,00	14.000,00	14.000,00	15.000,00	56.000,00
Ação: 2.605 - Manut. Atenção Basica em Saúde	6.845.000,00	7.187.000,00	7.547.000,00	7.924.000,00	29.503.000,00

Página: 34 / 36  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	6.845.000,00	7.187.000,00	7.547.000,00	7.924.000,00	29.503.000,00
100.0% 13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	6.845.000,00	7.187.000,00	7.547.000,00	7.924.000,00	29.503.000,00
Ação: 2.608 - Manut. Assistência Farmaceutica	406.000,00	427.000,00	448.000,00	470.000,00	1.751.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	406.000,00	427.000,00	448.000,00	470.000,00	1.751.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	406.000,00	427.000,00	448.000,00	470.000,00	1.751.000,00
Subfunção 304 - Vigilância Sanitária	2.552.000,00	2.634.000,00	2.739.000,00	2.846.000,00	10.771.000,00
Programa 107 - Saúde Humanizada	2.552.000,00	2.634.000,00	2.739.000,00	2.846.000,00	10.771.000,00
Ação: 2.607 - Manut. Vigilancia em Saúde	1.451.000,00	1.523.000,00	1.599.000,00	1.679.000,00	6.252.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.254.000,00	1.316.000,00	1.382.000,00	1.451.000,00	5.403.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	1.254.000,00	1.316.000,00	1.382.000,00	1.451.000,00	5.403.000,00
3.1.91 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	197.000,00	207.000,00	217.000,00	228.000,00	849.000,00
100.0% 10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	197.000,00	207.000,00	217.000,00	228.000,00	849.000,00
Ação: 2.641 - Manut. - B3 - Vigilância em Saúde	1.101.000,00	1.111.000,00	1.140.000,00	1.167.000,00	4.519.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	633.000,00	620.000,00	624.000,00	625.000,00	2.502.000,00
100.0% 13803 - Transferências do SUS - Vigilância	633.000,00	620.000,00	624.000,00	625.000,00	2.502.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	468.000,00	491.000,00	516.000,00	542.000,00	2.017.000,00
100.0% 13803 - Transferências do SUS - Vigilância	468.000,00	491.000,00	516.000,00	542.000,00	2.017.000,00
Subfunção 305 - Vigilância Epidemiológica	979.000,00	1.029.000,00	1.080.000,00	1.133.000,00	4.221.000,00
Programa 107 - Saúde Humanizada	979.000,00	1.029.000,00	1.080.000,00	1.133.000,00	4.221.000,00
Ação: 2.641 - Manut. - B3 - Vigilância em Saúde	979.000,00	1.029.000,00	1.080.000,00	1.133.000,00	4.221.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	170.000,00	178.000,00	187.000,00	196.000,00	731.000,00
100.0% 13803 - Transferências do SUS - Vigilância	170.000,00	178.000,00	187.000,00	196.000,00	731.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	792.000,00	833.000,00	874.000,00	917.000,00	3.416.000,00
100.0% 13803 - Transferências do SUS - Vigilância	792.000,00	833.000,00	874.000,00	917.000,00	3.416.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	17.000,00	18.000,00	19.000,00	20.000,00	74.000,00
100.0% 13803 - Transferências do SUS - Vigilância	17.000,00	18.000,00	19.000,00	20.000,00	74.000,00

Página: 35 / 36  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

	2018	2019	2020	2021	Total
<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SERVIDOR PÚBLICO DE CHAPECÓ</b>	<b>7.720.000,00</b>	<b>8.120.000,00</b>	<b>8.540.000,00</b>	<b>8.980.000,00</b>	<b>33.360.000,00</b>
<b>04 - FUNDO ASSIST. SERV. PÚBLICO MUN. CHAPECÓ</b>					
04.001 - 01 - Fundo Assis. Servidor Público Municipal - FAS	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
Função 10 - Saúde	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
SubFunção 301 - Atenção Básica	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
Programa 107 - Saúde Humanizada	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
Ação: 2.851 - Manut. Atividades do Fundo Mun Assist. do Servidor-F.A.S.	7.440.000,00	7.826.000,00	8.232.000,00	8.656.000,00	32.154.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	7.440.000,00	7.826.000,00	8.232.000,00	8.656.000,00	32.154.000,00
100.0% 10004 - Recurso Ordinário - FAS	7.440.000,00	7.826.000,00	8.232.000,00	8.656.000,00	32.154.000,00
Ação: 2.852 - Manut. Centro de Atendimento do Servidor	280.000,00	294.000,00	308.000,00	324.000,00	1.206.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	258.000,00	271.000,00	284.000,00	299.000,00	1.112.000,00
100.0% 10004 - Recurso Ordinário - FAS	258.000,00	271.000,00	284.000,00	299.000,00	1.112.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	22.000,00	23.000,00	24.000,00	25.000,00	94.000,00
100.0% 10004 - Recurso Ordinário - FAS	22.000,00	23.000,00	24.000,00	25.000,00	94.000,00

Página: 36 / 36  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

	2018	2019	2020	2021	Total
<b>FUNDO MUNICIPAL INFÂNCIA/ADOLESCÊNCIA DE CHAPECÓ</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>960.000,00</b>
<b>06 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECÓ</b>					
<b>06.001 - 01 - Fundo Munic. Infância e Adolescência - FIA</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>960.000,00</b>
<b>Função 8 - Assistência Social</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>960.000,00</b>
<b>Subfunção 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>960.000,00</b>
<b>Programa 104 - Atendimento Integral Sócio Familiar</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>960.000,00</b>
<b>Ação: 2.961 - Manut. Ativ. Fundo Munic. Para Infância e Adolescência</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>960.000,00</b>
<b>3.3.90 - Aplicações Diretas</b>	<b>200.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>800.000,00</b>
<b>10.0% 10000 - Recursos Ordinários</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>80.000,00</b>
<b>90.0% 10900 - FIA Imposto de Renda</b>	<b>180.000,00</b>	<b>180.000,00</b>	<b>180.000,00</b>	<b>180.000,00</b>	<b>720.000,00</b>
<b>4.4.90 - Aplicações Diretas</b>	<b>40.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>160.000,00</b>
<b>100.0% 10900 - FIA Imposto de Renda</b>	<b>40.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>160.000,00</b>
<b>Total</b>	<b>774.794.700,00</b>	<b>809.452.000,00</b>	<b>844.442.000,00</b>	<b>887.574.300,00</b>	<b>3.316.263.000,00</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PM CHAPECÓ - FL CHAPECÓ - TESTE**  
 Demonstrativo Fontes de Recurso Receita X Despesa

Página: 1 / 4

Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
<b>10000 Recursos Ordinários</b>					
Receita:	279.699.700,00	296.520.000,00	313.268.000,00	330.303.300,00	1.219.791.000,00
Despesa:	229.057.301,00	244.070.850,00	252.219.821,00	262.204.028,00	987.552.000,00
Diferença:	50.642.399,00	52.449.150,00	61.048.179,00	68.099.272,00	232.239.000,00
<b>10004 Recurso Ordinário - FAS</b>					
Receita:	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
Despesa:	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>10005 Recurso Ordinário - Fundo - Bombeiros</b>					
Receita:	2.800.000,00	3.000.000,00	3.100.000,00	3.200.000,00	12.100.000,00
Despesa:	2.800.000,00	3.000.000,00	3.100.000,00	3.200.000,00	12.100.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>10100 Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação</b>					
Receita:	46.955.000,00	49.471.000,00	51.699.000,00	55.156.000,00	203.281.000,00
Despesa:	50.850.399,00	54.536.150,00	57.352.179,00	62.554.272,00	225.293.000,00
Diferença:	-3.895.399,00	-5.065.150,00	-5.653.179,00	-7.398.272,00	-22.012.000,00
<b>10200 Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde</b>					
Receita:	53.505.000,00	56.265.000,00	58.917.000,00	62.376.000,00	231.063.000,00
Despesa:	100.252.000,00	103.649.000,00	114.312.000,00	123.077.000,00	441.290.000,00
Diferença:	-46.747.000,00	-47.384.000,00	-55.395.000,00	-60.701.000,00	-210.227.000,00
<b>10300 Contrib p/ Regime Próp. Previd. Social - RPPS - Fundo Previdência</b>					
Receita:	68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	296.480.000,00
Despesa:	68.780.000,00	72.240.000,00	75.840.000,00	79.620.000,00	296.480.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>10700 Contrib. de Intervenção do Domínio Econ. - CIDE</b>					
Receita:	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
Despesa:	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>10800 Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública - COSIP</b>					
Receita:	11.740.000,00	12.564.000,00	13.448.000,00	14.392.000,00	52.144.000,00
Despesa:	11.740.000,00	12.564.000,00	13.448.000,00	14.392.000,00	52.144.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>10900 FIA Imposto de Renda</b>					
Receita:	220.000,00	220.000,00	220.000,00	220.000,00	880.000,00
Despesa:	220.000,00	220.000,00	220.000,00	220.000,00	880.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>11000 Transito Militar</b>					
Receita:	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	7.800.000,00
Despesa:	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	7.800.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>11100 Transito Civil</b>					
Receita:	445.000,00	467.000,00	491.000,00	515.000,00	1.918.000,00
Despesa:	445.000,00	467.000,00	491.000,00	515.000,00	1.918.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>11800 Transf. Do FUNDEB - Apl Rem Profis.Magist efet exerc. EB</b>					
Receita:	80.096.000,00	84.106.000,00	88.325.000,00	92.753.000,00	345.280.000,00
Despesa:	80.096.000,00	84.106.000,00	88.325.000,00	92.753.000,00	345.280.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>11900 Transf. Do FUNDEB - Apl outras Desp da Educ Basica</b>					
Receita:	4.204.000,00	4.414.000,00	4.635.000,00	4.867.000,00	18.120.000,00
Despesa:	4.204.000,00	4.414.000,00	4.635.000,00	4.867.000,00	18.120.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13100 Transferência de Convênios - União - Assistência Social</b>					

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PM CHAPECÓ - FL CHAPECÓ - TESTE**  
 Demonstrativo Fontes de Recurso Receita X Despesa

Página: 2 / 4

Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Receita:	320.000,00	340.000,00	380.000,00	400.000,00	1.440.000,00
Despesa:	320.000,00	340.000,00	380.000,00	400.000,00	1.440.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13200 Transferência de Convênios - União - Educação</b>					
Receita:	3.460.000,00	3.480.000,00	3.500.000,00	3.520.000,00	13.960.000,00
Despesa:	3.460.000,00	3.480.000,00	3.500.000,00	3.520.000,00	13.960.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13300 Transferência de Convênios - União - Saúde</b>					
Receita:	3.060.000,00	3.060.000,00	3.060.000,00	3.060.000,00	12.240.000,00
Despesa:	3.060.000,00	3.060.000,00	3.060.000,00	3.060.000,00	12.240.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13400 Transferência de Convênios - União - Outros</b>					
Receita:	8.360.000,00	8.480.000,00	8.600.000,00	8.720.000,00	34.160.000,00
Despesa:	8.360.000,00	8.480.000,00	8.600.000,00	8.720.000,00	34.160.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13501 Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AB</b>					
Receita:	1.820.000,00	1.920.000,00	2.020.000,00	2.120.000,00	7.880.000,00
Despesa:	1.820.000,00	1.920.000,00	2.020.000,00	2.120.000,00	7.880.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13502 Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - MC</b>					
Receita:	960.000,00	1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	4.100.000,00
Despesa:	960.000,00	1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	4.100.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13503 Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AC</b>					
Receita:	720.000,00	760.000,00	800.000,00	840.000,00	3.120.000,00
Despesa:	720.000,00	760.000,00	800.000,00	840.000,00	3.120.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13504 Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-SUAS</b>					
Receita:	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
Despesa:	280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13505 Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-PBF</b>					
Receita:	320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
Despesa:	320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13600 Salário Educação</b>					
Receita:	8.600.000,00	9.120.000,00	9.680.000,00	10.260.000,00	37.660.000,00
Despesa:	8.600.000,00	9.120.000,00	9.680.000,00	10.260.000,00	37.660.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13702 Outras Transf. FNDE - PDDE</b>					
Receita:	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
Despesa:	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13703 Outras Transf. FNDE - PNAE</b>					
Receita:	3.100.000,00	3.260.000,00	3.420.000,00	3.600.000,00	13.380.000,00
Despesa:	3.100.000,00	3.260.000,00	3.420.000,00	3.600.000,00	13.380.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13704 Outras Transf. FNDE - PNATE</b>					
Receita:	1.540.000,00	1.620.000,00	1.700.000,00	1.780.000,00	6.640.000,00
Despesa:	1.540.000,00	1.620.000,00	1.700.000,00	1.780.000,00	6.640.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13801 Transferências do SUS - Atenção Básica</b>					
Receita:	19.140.000,00	20.120.000,00	21.160.000,00	22.220.000,00	82.640.000,00
Despesa:	19.140.000,00	20.120.000,00	21.160.000,00	22.220.000,00	82.640.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PM CHAPECÓ - FL CHAPECÓ - TESTE**  
 Demonstrativo Fontes de Recurso Receita X Despesa

Página: 3 / 4  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13802 Transferências do SUS - MAC</b>					
Receita:	90.070.000,00	94.545.000,00	99.259.000,00	104.212.000,00	388.086.000,00
Despesa:	90.070.000,00	94.545.000,00	99.259.000,00	104.212.000,00	388.086.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13803 Transferências do SUS - Vigilância</b>					
Receita:	2.080.000,00	2.140.000,00	2.220.000,00	2.300.000,00	8.740.000,00
Despesa:	2.080.000,00	2.140.000,00	2.220.000,00	2.300.000,00	8.740.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13804 Transferências do SUS - Assist. Farm Básica</b>					
Receita:	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
Despesa:	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13807 Transferências do SUS - Gestão</b>					
Receita:	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
Despesa:	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>13808 Transferências do SUS - SAMU</b>					
Receita:	560.000,00	600.000,00	640.000,00	680.000,00	2.480.000,00
Despesa:	560.000,00	600.000,00	640.000,00	680.000,00	2.480.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>16100 Transferência de Convênios - Estado - Assist Social</b>					
Receita:	680.000,00	700.000,00	720.000,00	740.000,00	2.840.000,00
Despesa:	680.000,00	700.000,00	720.000,00	740.000,00	2.840.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>16200 Transferência de Convênios - Estado - Educação</b>					
Receita:	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	20.640.000,00
Despesa:	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	20.640.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>16300 Transferência de Convênios - Estado - Saúde</b>					
Receita:	2.560.000,00	2.560.000,00	2.560.000,00	2.560.000,00	10.240.000,00
Despesa:	2.560.000,00	2.560.000,00	2.560.000,00	2.560.000,00	10.240.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>16400 Transferência de Convênios - Estado - Outros</b>					
Receita:	24.840.000,00	26.100.000,00	27.420.000,00	28.780.000,00	107.140.000,00
Despesa:	24.840.000,00	26.100.000,00	27.420.000,00	28.780.000,00	107.140.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>16600 Transf. Legais e Const do Estado p/ Desenvolvimento Educação</b>					
Receita:	900.000,00	940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	3.840.000,00
Despesa:	900.000,00	940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	3.840.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>16701 Transf. do SUS Estado - Atenção Básica</b>					
Receita:	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
Despesa:	1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>16702 Transf. do SUS Estado - MAC</b>					
Receita:	2.580.000,00	2.720.000,00	2.860.000,00	3.000.000,00	11.160.000,00
Despesa:	2.580.000,00	2.720.000,00	2.860.000,00	3.000.000,00	11.160.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>16704 Transf. do SUS Estado - Assist. Farm Básica</b>					
Receita:	1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	1.160.000,00	4.300.000,00
Despesa:	1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	1.160.000,00	4.300.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PM CHAPECÓ - FL CHAPECÓ - TESTE**  
 Demonstrativo Fontes de Recurso Receita X Despesa

Página: 4 / 4  
 Data: 10/10/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
<b>18300 Operação de Crédito Interna</b>					
Receita:	21.500.000,00	16.500.000,00	11.500.000,00	11.500.000,00	61.000.000,00
Despesa:	21.500.000,00	16.500.000,00	11.500.000,00	11.500.000,00	61.000.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>18600 Operação de Crédito Externa</b>					
Receita:	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00
Despesa:	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>18900 Alienação de Bens</b>					
Receita:	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	1.120.000,00
Despesa:	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	1.120.000,00
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Receita:</b>	<b>774.794.700,00</b>	<b>809.452.000,00</b>	<b>844.442.000,00</b>	<b>887.574.300,00</b>	<b>3.316.263.000,00</b>
<b>Total Despesa:</b>	<b>774.794.700,00</b>	<b>809.452.000,00</b>	<b>844.442.000,00</b>	<b>887.574.300,00</b>	<b>3.316.263.000,00</b>

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Relação de Despesas Planejadas

Página: 1 / 21  
Data: 10/10/2017

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ										
OUTRO ORÇÃO										
01.001 - 01 - Gabinete do Prefeito - GP						11.141.000,00	11.686.000,00	12.256.000,00	12.855.000,00	47.938.000,00
2.001 - Manut. Gabinete do Prefeito						2.152.000,00	2.260.000,00	2.373.000,00	2.492.000,00	9.277.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )	A	4.122.102								
	3.1.90.00.00			10000		1.172.000,00	1.230.000,00	1.292.000,00	1.357.000,00	5.051.000,00
	3.1.91.00.00			10000		63.000,00	67.000,00	70.000,00	73.000,00	273.000,00
	3.1.91.00.00			10000		63.000,00	67.000,00	70.000,00	73.000,00	273.000,00
	3.3.90.00.00			10000		526.000,00	552.000,00	580.000,00	609.000,00	2.267.000,00
	4.4.90.00.00			10000		391.000,00	411.000,00	431.000,00	453.000,00	1.686.000,00
2.002 - Manut. Gabinete do Vice-Prefeito										
Atividade Executada Ano ( Ano )	A	4.122.102				187.000,00	196.000,00	206.000,00	216.000,00	805.000,00
	3.1.90.00.00			10000		46.000,00	48.000,00	50.000,00	53.000,00	197.000,00
	3.1.91.00.00			10000		5.000,00	5.000,00	6.000,00	6.000,00	22.000,00
	3.3.90.00.00			10000		136.000,00	143.000,00	150.000,00	157.000,00	586.000,00
2.005 - Manut. Procuradoria Geral do Município										
Atividade Executada Ano ( Ano )	A	4.122.102				2.652.000,00	2.785.000,00	2.924.000,00	3.070.000,00	11.431.000,00
	3.1.90.00.00			10000		2.361.000,00	2.479.000,00	2.603.000,00	2.733.000,00	10.176.000,00
	3.1.91.00.00			10000		192.000,00	202.000,00	212.000,00	222.000,00	828.000,00
	3.1.91.00.00			10000		192.000,00	202.000,00	212.000,00	222.000,00	828.000,00
	3.3.90.00.00			10000		99.000,00	104.000,00	109.000,00	115.000,00	427.000,00
2.006 - Manut. Contadoria Geral do Município										
Atividade Executada Ano ( Ano )	A	4.124.102				1.189.000,00	1.244.000,00	1.300.000,00	1.360.000,00	5.093.000,00
	3.1.90.00.00			10000		996.000,00	1.046.000,00	1.098.000,00	1.153.000,00	4.293.000,00
	3.1.91.00.00			10000		65.000,00	69.000,00	72.000,00	75.000,00	281.000,00
	3.3.90.00.00			10000		128.000,00	129.000,00	130.000,00	132.000,00	519.000,00
2.007 - Manut. Controladoria Geral do Município										
Atividade Executada Ano ( Ano )	A	4.124.102				421.000,00	434.000,00	448.000,00	462.000,00	1.765.000,00
	3.1.90.00.00			10000		252.000,00	264.000,00	278.000,00	291.000,00	1.085.000,00
	3.1.91.00.00			10000		18.000,00	19.000,00	19.000,00	20.000,00	76.000,00
	3.3.90.00.00			10000		151.000,00	151.000,00	151.000,00	151.000,00	604.000,00
2.008 - Manut. Superintendências Regionais										
Atividade Executada Ano ( Ano )	A	4.122.102				1.517.000,00	1.592.000,00	1.672.000,00	1.755.000,00	6.536.000,00
	3.1.90.00.00			10000		1.234.000,00	1.295.000,00	1.360.000,00	1.428.000,00	5.317.000,00
	3.3.90.00.00			10000		269.000,00	282.000,00	296.000,00	311.000,00	1.158.000,00
	4.4.90.00.00			10000		14.000,00	15.000,00	16.000,00	16.000,00	61.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Página: 2 / 21  
 Data: 10/10/2017

Relação de Despesas Planejadas

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
2.009 - Manut. Atividades Ouvidoria Publica			A		4.122.102	13.000,00	14.000,00	15.000,00	15.000,00	57.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00		10000		13.000,00	14.000,00	15.000,00	15.000,00	57.000,00
2.010 - Manut. Atividades do Conselho Tutelar			A		8.243.104	1.346.000,00	1.413.000,00	1.483.000,00	1.558.000,00	5.800.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.1.90.00.00		10000		1.213.000,00	1.273.000,00	1.337.000,00	1.404.000,00	5.227.000,00
		3.1.91.00.00		10000		75.000,00	79.000,00	82.000,00	87.000,00	323.000,00
		3.1.91.00.00		10000		75.000,00	79.000,00	82.000,00	87.000,00	323.000,00
		3.3.90.00.00		10000		58.000,00	61.000,00	64.000,00	67.000,00	250.000,00
2.011 - Manut. Fundo de Reap. Procuradoria Mun.			A		4.122.102	23.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	98.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00		10000		9.000,00	9.000,00	10.000,00	10.000,00	38.000,00
		4.4.90.00.00		10000		14.000,00	15.000,00	15.000,00	16.000,00	60.000,00
2.012 - Manut. das Atividades de Decoração Natalina			A		23.695.109	109.000,00	114.000,00	120.000,00	126.000,00	469.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00		10000		109.000,00	114.000,00	120.000,00	126.000,00	469.000,00
2.013 - Manut. das Atividades do PROCON			A		14.422.102	1.508.000,00	1.584.000,00	1.663.000,00	1.746.000,00	6.501.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.1.90.00.00		10000		1.241.000,00	1.303.000,00	1.368.000,00	1.437.000,00	5.349.000,00
		3.1.91.00.00		10000		85.000,00	89.000,00	94.000,00	98.000,00	366.000,00
		3.3.90.00.00		10000		182.000,00	192.000,00	201.000,00	211.000,00	786.000,00
2.014 - Manut. Diretoria de Regularização Funciária			A		16.482.111	8.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	36.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.1.91.00.00		10000		8.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	36.000,00
2.015 - Manut. Ativ Fundo Mun habitação e Interesse			A		16.482.111	16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	70.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00		10000		16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	70.000,00
<b>OUTRO ORGÃO</b>										
01.002 - 02 - Secretaria de Coord. de Gov. e Gestão- SEGOV						14.722.000,00	15.459.000,00	16.230.000,00	17.042.000,00	63.453.000,00
2.020 - Manut. Atividades Secretaria de Coord de			A		4.122.102	1.945.000,00	2.043.000,00	2.144.000,00	2.251.000,00	8.383.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.1.90.00.00		10000		1.227.000,00	1.288.000,00	1.352.000,00	1.419.000,00	5.286.000,00
		3.1.91.00.00		10000		3.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	15.000,00
		3.3.90.00.00		10000		669.000,00	703.000,00	737.000,00	775.000,00	2.884.000,00
		4.4.90.00.00		10000		46.000,00	48.000,00	51.000,00	53.000,00	198.000,00
2.021 - Manut. Depto de Gestão de Compras			A		4.122.102	661.000,00	693.000,00	728.000,00	765.000,00	2.847.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Relação de Despesas Planejadas

Página: 3 / 21  
Data: 10/10/2017

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
2.022 - Manut. Depto de Recursos Humanos e Saúde Atividade Executada Ano ( Ano )	3.1.90.00.00	10000		10000		404.000,00	424.000,00	445.000,00	468.000,00	1.741.000,00
	3.1.91.00.00	10000		10000		54.000,00	56.000,00	59.000,00	62.000,00	231.000,00
	3.1.91.00.00	10000		10000		54.000,00	56.000,00	59.000,00	62.000,00	231.000,00
	3.3.90.00.00	10000		10000		203.000,00	213.000,00	224.000,00	235.000,00	875.000,00
2.023 - Manut. Depto de Serviços Gerais Atividade Executada Ano ( Ano )	3.1.90.00.00	10000		10000		2.471.000,00	2.594.000,00	2.723.000,00	2.860.000,00	10.648.000,00
	3.1.91.00.00	10000		10000		299.000,00	314.000,00	330.000,00	347.000,00	1.290.000,00
	3.3.90.00.00	10000		10000		217.000,00	228.000,00	239.000,00	250.000,00	934.000,00
						1.996.000,00	2.096.000,00	2.201.000,00	2.310.000,00	8.603.000,00
2.024 - Manut. Depto Almoxxarifado Central Atividade Executada Ano ( Ano )	3.1.91.00.00	10000		10000		682.000,00	716.000,00	752.000,00	789.000,00	2.939.000,00
	3.3.90.00.00	10000		10000		1.314.000,00	1.380.000,00	1.449.000,00	1.521.000,00	5.664.000,00
						1.088.000,00	1.143.000,00	1.199.000,00	1.260.000,00	4.690.000,00
						365.000,00	383.000,00	402.000,00	422.000,00	1.572.000,00
2.025 - Manut. Depto de Tecnologia de Informação - TI Atividade Executada Ano ( Ano )	3.1.91.00.00	10000		10000		46.000,00	49.000,00	51.000,00	54.000,00	200.000,00
	3.1.91.00.00	10000		10000		46.000,00	49.000,00	51.000,00	54.000,00	200.000,00
	3.3.90.00.00	10000		10000		677.000,00	711.000,00	746.000,00	784.000,00	2.918.000,00
						903.000,00	949.000,00	997.000,00	1.047.000,00	3.896.000,00
2.026 - Manut. Parque Trancredo Neves Atividade Executada Ano ( Ano )	3.1.90.00.00	10000		10000		629.000,00	661.000,00	694.000,00	729.000,00	2.713.000,00
	3.1.91.00.00	10000		10000		100.000,00	105.000,00	111.000,00	116.000,00	432.000,00
	3.1.91.00.00	10000		10000		100.000,00	105.000,00	111.000,00	116.000,00	432.000,00
	3.3.90.00.00	10000		10000		174.000,00	183.000,00	192.000,00	202.000,00	751.000,00
2.027 - Manut. Centro de Cultura e Eventos Atividade Executada Ano ( Ano )						1.067.000,00	1.121.000,00	1.176.000,00	1.235.000,00	4.599.000,00
	3.1.90.00.00	10000		10000		97.000,00	102.000,00	107.000,00	112.000,00	418.000,00
	3.1.91.00.00	10000		10000		22.000,00	23.000,00	24.000,00	26.000,00	95.000,00
	3.3.90.00.00	10000		10000		948.000,00	996.000,00	1.045.000,00	1.097.000,00	4.086.000,00
2.027 - Manut. Centro de Cultura e Eventos Atividade Executada Ano ( Ano )	3.1.90.00.00	10000		10000		116.000,00	122.000,00	128.000,00	134.000,00	500.000,00
	3.1.91.00.00	10000		10000		19.000,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	82.000,00
	3.1.91.00.00	10000		10000		19.000,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	82.000,00
	3.3.90.00.00	10000		10000		30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Relação de Despesas Planejadas

Página: 4 / 21  
Data: 10/10/2017

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
<b>2.028 - Manut. Atividades Aeroporto Municipal</b>										
Atividade Executada Ano ( Ano )			A		26.781.112	3.831.000,00	4.022.000,00	4.224.000,00	4.435.000,00	16.512.000,00
		3.1.90.00.00		10000		556.000,00	584.000,00	613.000,00	644.000,00	2.397.000,00
		3.1.91.00.00		10000		65.000,00	68.000,00	72.000,00	75.000,00	280.000,00
		3.3.90.00.00		10000		3.210.000,00	3.370.000,00	3.539.000,00	3.716.000,00	13.835.000,00
<b>2.029 - Manut. Diretoria de Captação de Recursos</b>										
Atividade Executada Ano ( Ano )			A		4.122.102	79.000,00	83.000,00	87.000,00	92.000,00	341.000,00
		3.1.91.00.00		10000		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		3.1.91.00.00		10000		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		3.3.90.00.00		10000		64.000,00	67.000,00	70.000,00	74.000,00	275.000,00
		4.4.90.00.00		10000		14.000,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00	62.000,00
<b>OUTRO ORÇÃO</b>										
<b>01.003 - 03 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ</b>										
Atividade Executada Ano ( Ano )			A		4.123.102	9.646.000,00	10.122.000,00	10.620.000,00	11.141.000,00	41.529.000,00
<b>2.050 - Manut. Secretaria da Fazenda</b>										
Atividade Executada Ano ( Ano )			A			899.000,00	938.000,00	980.000,00	1.022.000,00	3.839.000,00
		3.1.90.00.00		10000		704.000,00	739.000,00	776.000,00	814.000,00	3.033.000,00
		3.1.91.00.00		10000		73.000,00	77.000,00	80.000,00	84.000,00	314.000,00
		3.3.90.00.00		10000		112.000,00	112.000,00	113.000,00	113.000,00	450.000,00
		4.4.90.00.00		10000		10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00	42.000,00
<b>2.051 - Manut. Depto Tributos</b>										
Atividade Executada Ano ( Ano )			A		4.129.102	3.006.000,00	3.157.000,00	3.315.000,00	3.480.000,00	12.958.000,00
		3.1.90.00.00		10000		2.863.000,00	3.006.000,00	3.157.000,00	3.314.000,00	12.340.000,00
		3.1.91.00.00		10000		37.000,00	39.000,00	41.000,00	43.000,00	160.000,00
		3.3.90.00.00		10000		47.000,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	204.000,00
		3.3.93.00.00		10000		59.000,00	62.000,00	65.000,00	68.000,00	254.000,00
<b>2.052 - Manut. Depto Fiscalização</b>										
Atividade Executada Ano ( Ano )			A		4.129.102	5.741.000,00	6.027.000,00	6.325.000,00	6.639.000,00	24.732.000,00
		3.1.90.00.00		10000		4.937.000,00	5.184.000,00	5.443.000,00	5.715.000,00	21.279.000,00
		3.1.91.00.00		10000		750.000,00	788.000,00	827.000,00	869.000,00	3.234.000,00
		3.3.90.00.00		10000		54.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	219.000,00
<b>OUTRO ORÇÃO</b>										
<b>01.004 - 04 - Secretaria de Comunicação Social - SECOM</b>										
Atividade Executada Ano ( Ano )			A		4.131.102	110.000,00	116.000,00	121.000,00	127.000,00	474.000,00
<b>2.060 - Manut. Secretaria de Comunicação Social</b>										
Atividade Executada Ano ( Ano )			A			110.000,00	116.000,00	121.000,00	127.000,00	474.000,00
		3.1.90.00.00		10000		109.000,00	115.000,00	120.000,00	126.000,00	470.000,00
		3.1.91.00.00		10000		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
Relação de Despesas Planejadas

Página: 5 / 21  
Data: 10/10/2017

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
<b>OUTRO ORÇÃO</b>										
01.005 - 05 - Secretaria de Educação - SEDUC						174.947.700,00	184.601.000,00	193.869.000,00	205.612.300,00	759.030.000,00
1.010 - Construção Ampliação Rede Física Ensino			A		12.361.105	6.160.000,00	6.160.000,00	6.160.000,00	6.160.000,00	24.640.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
	4.4.90.00.00			13600		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00
	4.4.90.00.00			16200		5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	5.160.000,00	20.640.000,00
2.070 - Manut. Atividades Secretaria de Educação			A		12.361.105	13.979.000,00	15.834.900,00	16.724.100,00	19.900.000,00	66.438.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
	3.1.90.00.00			10100		12.781.000,00	14.577.900,00	15.406.100,00	18.515.000,00	61.280.000,00
	3.3.90.00.00			10100		582.399,00	611.250,00	641.079,00	673.272,00	2.508.000,00
	4.4.90.00.00			10100		7.000,00	7.000,00	7.000,00	8.000,00	29.000,00
2.071 - Manut. Profis. Magistério - Ensino Fundamental			A		12.361.105	73.545.000,00	77.222.000,00	81.084.000,00	85.138.000,00	316.989.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
	3.1.90.00.00			10100		22.050.000,00	23.148.000,00	24.292.000,00	25.494.000,00	94.984.000,00
	3.1.90.00.00			11800		38.078.000,00	39.986.000,00	41.999.000,00	44.111.000,00	164.174.000,00
	3.1.90.00.00			11900		4.204.000,00	4.414.000,00	4.635.000,00	4.867.000,00	18.120.000,00
	3.1.91.00.00			10100		4.466.000,00	4.689.000,00	4.924.000,00	5.170.000,00	19.249.000,00
	3.1.91.00.00			11800		4.747.000,00	4.985.000,00	5.234.000,00	5.496.000,00	20.462.000,00
2.072 - Manut. Profis. Magistério - Educação Infantil			A		12.365.105	37.716.000,00	39.603.000,00	41.582.000,00	43.661.000,00	162.562.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
	3.1.90.00.00			10100		360.000,00	378.000,00	396.000,00	416.000,00	1.550.000,00
	3.1.90.00.00			11800		37.271.000,00	39.135.000,00	41.092.000,00	43.146.000,00	160.644.000,00
	3.1.91.00.00			10100		85.000,00	90.000,00	94.000,00	99.000,00	368.000,00
	3.1.91.00.00			10100		85.000,00	90.000,00	94.000,00	99.000,00	368.000,00
2.073 - Manut. Ensino Fundamental - Outros			A		12.361.105	12.626.000,00	13.311.000,00	13.983.000,00	14.627.000,00	54.547.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
	3.1.90.00.00			10100		1.109.000,00	1.164.000,00	1.222.000,00	1.283.000,00	4.778.000,00
	3.1.91.00.00			10100		66.000,00	69.000,00	73.000,00	76.000,00	284.000,00
	3.3.50.00.00			10100		856.000,00	898.000,00	943.000,00	990.000,00	3.687.000,00
	3.3.50.00.00			10100		856.000,00	898.000,00	943.000,00	990.000,00	3.687.000,00
	3.3.90.00.00			10000		321.000,00	338.000,00	355.000,00	373.000,00	1.387.000,00
	3.3.90.00.00			10000		321.000,00	338.000,00	355.000,00	373.000,00	1.387.000,00
	3.3.90.00.00			10100		4.890.000,00	5.131.000,00	5.390.000,00	5.662.000,00	21.073.000,00
	3.3.90.00.00			10100		4.890.000,00	5.131.000,00	5.390.000,00	5.662.000,00	21.073.000,00
	3.3.90.00.00			13600		5.384.000,00	5.711.000,00	6.000.000,00	6.243.000,00	23.338.000,00
	3.3.90.00.00			13600		5.384.000,00	5.711.000,00	6.000.000,00	6.243.000,00	23.338.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Relação de Despesas Planejadas

Página: 6 / 21  
Data: 10/10/2017

Ação / Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
2.074 - Manut. Educação Infantil - Outros Atividade Executada Ano ( Ano )		A		12.365.105	11.584.000,00	12.120.000,00	12.833.000,00	13.607.000,00	50.144.000,00
	3.1.90.00.00		10100		367.000,00	386.000,00	405.000,00	425.000,00	1.583.000,00
	3.3.50.00.00		10100		1.210.000,00	1.270.000,00	1.334.000,00	1.400.000,00	5.214.000,00
	3.3.50.00.00		10100		1.210.000,00	1.270.000,00	1.334.000,00	1.400.000,00	5.214.000,00
	3.3.90.00.00		10000		9.500.000,00	9.900.000,00	10.500.000,00	10.900.000,00	40.800.000,00
	3.3.90.00.00		13600		507.000,00	564.000,00	594.000,00	882.000,00	2.547.000,00
2.075 - Manut. Escola Agropecuária Atividade Executada Ano ( Ano )		A		12.361.105	127.000,00	133.000,00	140.000,00	146.000,00	546.000,00
	3.3.90.00.00		10000		50.700,00	53.100,00	55.900,00	58.300,00	218.000,00
	3.3.90.00.00		13703		76.300,00	79.900,00	84.100,00	87.700,00	328.000,00
2.076 - Manut. Alimentação Escolar Atividade Executada Ano ( Ano )		A		12.306.105	13.672.700,00	14.357.100,00	15.071.900,00	15.830.300,00	58.932.000,00
	3.3.90.00.00		10000		10.849.000,00	11.392.000,00	11.961.000,00	12.558.000,00	46.760.000,00
	3.3.90.00.00		13703		2.823.700,00	2.965.100,00	3.110.900,00	3.272.300,00	12.172.000,00
2.077 - Manut. do Transporte Escolar Atividade Executada Ano ( Ano )		A		12.361.105	5.258.000,00	5.565.000,00	5.986.000,00	6.223.000,00	23.032.000,00
	3.3.90.00.00		10100		1.114.000,00	1.165.000,00	1.225.000,00	1.293.000,00	4.797.000,00
	3.3.90.00.00		13600		1.704.000,00	1.840.000,00	2.081.000,00	2.130.000,00	7.755.000,00
	3.3.90.00.00		13704		1.540.000,00	1.620.000,00	1.700.000,00	1.780.000,00	6.640.000,00
	3.3.90.00.00		16600		900.000,00	940.000,00	980.000,00	1.020.000,00	3.840.000,00
2.079 - Manut. Outros convênio FNDE Atividade Executada Ano ( Ano )		A		12.367.105	280.000,00	295.000,00	305.000,00	320.000,00	1.200.000,00
	3.3.90.00.00		13702		80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
	3.3.90.00.00		13703		200.000,00	215.000,00	225.000,00	240.000,00	880.000,00
<b>OUTRO ORÇÃO</b>									
01.006 - 06 - Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA					109.684.000,00	102.306.000,00	95.105.000,00	97.957.000,00	405.052.000,00
1.020 - Revitalização de Parques e Praças Públicas Atividade Executada Ano ( Ano )		A		15.451.111	767.000,00	800.000,00	831.000,00	864.000,00	3.262.000,00
	4.4.90.00.00		10000		17.000,00	18.000,00	18.000,00	19.000,00	72.000,00
	4.4.90.00.00		13400		750.000,00	782.000,00	813.000,00	845.000,00	3.190.000,00
1.022 - Construção de Galerias - Micro e Macro Atividade Executada Ano ( Ano )		A		15.512.112	3.271.000,00	3.249.000,00	3.276.000,00	3.212.000,00	13.008.000,00
	4.4.90.00.00		10000		109.000,00	115.000,00	120.000,00	126.000,00	470.000,00
	4.4.90.00.00		13400		3.162.000,00	3.134.000,00	3.156.000,00	3.086.000,00	12.538.000,00
1.023 - Recuperação/Pavimentação/Espanção de Vias Atividade Executada Ano ( Ano )		A		15.451.112	53.500.000,00	43.500.000,00	33.500.000,00	33.500.000,00	164.000.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Relação de Despesas Planejadas

Página: 7 / 21  
Data: 10/10/2017

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
		4.4.90.00.00		18600		10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00
1.027 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos	Atividade Executada Ano ( Ano )		A		15.451.112	161.000,00	169.000,00	177.000,00	186.000,00	693.000,00
		4.4.90.00.00		10000		161.000,00	169.000,00	177.000,00	186.000,00	693.000,00
2.100 - Manut. Ativ. Secret. de infraestrutura Urbana	Atividade Executada Ano ( Ano )		A		15.451.112	3.595.000,00	3.776.000,00	3.963.000,00	4.161.000,00	15.495.000,00
		3.1.90.00.00		10000		2.378.000,00	2.497.000,00	2.621.000,00	2.752.000,00	10.248.000,00
		3.1.91.00.00		10000		132.000,00	139.000,00	146.000,00	153.000,00	570.000,00
		3.3.90.00.00		10000		924.000,00	970.000,00	1.018.000,00	1.069.000,00	3.981.000,00
		4.4.90.00.00		10000		161.000,00	170.000,00	178.000,00	187.000,00	696.000,00
2.101 - Manut. Depto de Serviços Urbanos	Atividade Executada Ano ( Ano )		A		15.452.112	5.168.000,00	5.425.000,00	5.696.000,00	5.981.000,00	22.270.000,00
		3.1.90.00.00		10000		544.000,00	571.000,00	599.000,00	629.000,00	2.343.000,00
		3.1.91.00.00		10000		592.000,00	621.000,00	652.000,00	685.000,00	2.550.000,00
		3.3.90.00.00		10000		3.841.000,00	4.033.000,00	4.235.000,00	4.446.000,00	16.555.000,00
		4.4.90.00.00		10000		191.000,00	200.000,00	210.000,00	221.000,00	822.000,00
2.102 - Manut. Depto de Maquinas e Equipamentos	Atividade Executada Ano ( Ano )		A		15.451.112	9.618.000,00	10.104.000,00	10.615.000,00	11.149.000,00	41.486.000,00
		3.1.90.00.00		10000		2.391.000,00	2.510.000,00	2.636.000,00	2.768.000,00	10.305.000,00
		3.3.90.00.00		10000		6.947.000,00	7.294.000,00	7.659.000,00	8.041.000,00	29.941.000,00
		3.3.90.00.00		10000		6.947.000,00	7.294.000,00	7.659.000,00	8.041.000,00	29.941.000,00
		3.3.90.00.00		10700		280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
		3.3.90.00.00		10700		280.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00	1.240.000,00
2.103 - Manut. Depto de Obras	Atividade Executada Ano ( Ano )		A		15.451.112	2.858.000,00	3.001.000,00	3.150.000,00	3.308.000,00	12.317.000,00
		3.1.90.00.00		10000		1.744.000,00	1.832.000,00	1.923.000,00	2.019.000,00	7.518.000,00
		3.1.91.00.00		10000		248.000,00	260.000,00	273.000,00	287.000,00	1.068.000,00
		3.3.90.00.00		10000		866.000,00	909.000,00	954.000,00	1.002.000,00	3.731.000,00
2.104 - Manut. Depto de Estradas	Atividade Executada Ano ( Ano )		A		15.451.112	810.000,00	850.000,00	893.000,00	937.000,00	3.490.000,00
		3.1.90.00.00		10000		669.000,00	703.000,00	738.000,00	775.000,00	2.885.000,00
		3.1.91.00.00		10000		69.000,00	72.000,00	76.000,00	79.000,00	296.000,00
		3.3.90.00.00		10000		72.000,00	75.000,00	79.000,00	83.000,00	309.000,00
		3.3.90.00.00		10000		72.000,00	75.000,00	79.000,00	83.000,00	309.000,00
2.105 - Manut. da Usina de Asfalto	Atividade Executada Ano ( Ano )		A		15.451.112	1.149.000,00	1.205.000,00	1.266.000,00	1.329.000,00	4.949.000,00
		3.1.90.00.00		10000		345.000,00	362.000,00	380.000,00	399.000,00	1.486.000,00

Página: 8 / 21  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
Relação de Despesas Planejadas

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
2.106 - Manut. Horto Florestal Atividade Executada Ano ( Ano )	A	3.1.91.00.00	A	10000	18.542.110	52.000,00	54.000,00	57.000,00	60.000,00	223.000,00
		3.3.90.00.00		10000		752.000,00	789.000,00	829.000,00	870.000,00	3.240.000,00
		3.1.90.00.00		10000		323.000,00	340.000,00	356.000,00	374.000,00	1.393.000,00
		3.1.91.00.00		10000		205.000,00	216.000,00	226.000,00	238.000,00	885.000,00
		3.3.90.00.00		10000		41.000,00	43.000,00	45.000,00	47.000,00	176.000,00
2.107 - Manut. Sinalização Viária Atividade Executada Ano ( Ano )	A	3.3.90.00.00	A	10000	15.451.112	77.000,00	81.000,00	85.000,00	89.000,00	332.000,00
		3.3.90.00.00		10000		513.000,00	539.000,00	566.000,00	594.000,00	2.212.000,00
		3.3.90.00.00		10000		513.000,00	539.000,00	566.000,00	594.000,00	2.212.000,00
		3.3.90.00.00		10000		513.000,00	539.000,00	566.000,00	594.000,00	2.212.000,00
		3.3.90.00.00		10000		7.960.000,00	8.358.000,00	8.776.000,00	9.215.000,00	34.309.000,00
2.108 - Manut. da Iluminação Publica Atividade Executada Ano ( Ano )	A	3.3.90.00.00	A	10800	25.752.112	7.960.000,00	8.358.000,00	8.776.000,00	9.215.000,00	34.309.000,00
		3.3.90.00.00		10800		7.960.000,00	8.358.000,00	8.776.000,00	9.215.000,00	34.309.000,00
		3.3.90.00.00		10000		19.609.000,00	20.590.000,00	21.619.000,00	22.700.000,00	84.518.000,00
		3.3.90.00.00		10000		19.448.000,00	20.420.000,00	21.441.000,00	22.513.000,00	83.822.000,00
		4.4.90.00.00		10000		161.000,00	170.000,00	178.000,00	187.000,00	696.000,00
2.110 - Manut. Fundo Municipal de Saneamento Basico Atividade Executada Ano ( Ano )	A	3.3.90.00.00	A	10000	17.512.112	382.000,00	400.000,00	421.000,00	447.000,00	1.650.000,00
		3.3.90.00.00		10000		255.000,00	267.000,00	280.000,00	298.000,00	1.100.000,00
		3.3.90.00.00		13400		67.000,00	70.000,00	75.000,00	78.000,00	290.000,00
		3.3.90.00.00		16400		60.000,00	63.000,00	66.000,00	71.000,00	260.000,00
		OUTRO ORÇÃO								
2.130 - Manut. da Secretaria de Defesa do Cidadão Atividade Executada Ano ( Ano )	A	3.1.90.00.00	A	10000	6.182.111	23.860.000,00	25.038.000,00	26.164.000,00	27.341.000,00	102.403.000,00
		3.1.91.00.00		10000		4.165.000,00	4.373.000,00	4.592.000,00	4.822.000,00	17.952.000,00
		3.3.90.00.00		10000		1.710.000,00	1.795.000,00	1.885.000,00	1.979.000,00	7.369.000,00
		3.1.91.00.00		10000		136.000,00	143.000,00	150.000,00	158.000,00	587.000,00
		3.3.90.00.00		10000		2.319.000,00	2.435.000,00	2.557.000,00	2.685.000,00	9.996.000,00
2.131 - Manut. da Guarda Municipal Atividade Executada Ano ( Ano )	A	3.1.90.00.00	A	10000	6.181.111	7.438.000,00	7.811.000,00	8.201.000,00	8.610.000,00	32.060.000,00
		3.1.90.00.00		10000		6.265.000,00	6.578.000,00	6.907.000,00	7.252.000,00	27.002.000,00
		3.1.91.00.00		10000		1.030.000,00	1.082.000,00	1.136.000,00	1.192.000,00	4.440.000,00
		3.1.91.00.00		10000		1.030.000,00	1.082.000,00	1.136.000,00	1.192.000,00	4.440.000,00
		3.1.91.00.00		10000		1.030.000,00	1.082.000,00	1.136.000,00	1.192.000,00	4.440.000,00

Página: 9 / 21  
Data: 10/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
Relação de Despesas Planejadas

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total	
2.132 - Manut. Depto de Fiscalização de Trânsito Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00	A	10000	6.181.111	143.000,00	151.000,00	158.000,00	166.000,00	618.000,00	
					7.068.000,00	7.421.000,00	7.791.000,00	8.181.000,00	30.461.000,00		
		3.1.90.00.00		10000			972.000,00	1.020.000,00	1.071.000,00	1.125.000,00	4.188.000,00
		3.1.91.00.00		10000			126.000,00	132.000,00	138.000,00	145.000,00	541.000,00
2.133 - Manut. Depto de Fiscalização de Transporte Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00	A	10000	6.181.111	5.970.000,00	6.269.000,00	6.582.000,00	6.911.000,00	25.732.000,00	
					432.000,00	453.000,00	476.000,00	499.000,00	1.860.000,00		
		3.1.90.00.00		10000			226.000,00	237.000,00	249.000,00	261.000,00	973.000,00
		3.1.91.00.00		10000			40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	172.000,00
2.134 - Manut. Atividades do CV - Bombeiros Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00	A	10000	6.181.111	166.000,00	174.000,00	183.000,00	192.000,00	715.000,00	
					4.300.000,00	4.500.000,00	4.600.000,00	4.700.000,00	18.100.000,00		
		3.3.90.00.00		10005			1.100.000,00	1.200.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	5.100.000,00
		4.4.90.00.00		10005			1.700.000,00	1.800.000,00	1.700.000,00	1.800.000,00	7.000.000,00
2.135 - Manut. Atividades do CV - Polícia Militar Atividade Executada Ano ( Ano )		4.4.90.00.00	A	18300	6.181.111	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00	
					457.000,00	480.000,00	504.000,00	529.000,00	1.970.000,00		
		3.3.30.00.00		11000			457.000,00	480.000,00	504.000,00	529.000,00	1.970.000,00
OUTRO ORÇÃO											
01.008 - 08 - Secretaria de Des. Rural e Meio Amb. - SESAU 1.027 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Atividade Executada Ano ( Ano )			A	20.608.110		7.267.000,00	7.616.000,00	7.984.000,00	8.401.000,00	31.268.000,00	
					372.000,00	377.000,00	382.000,00	387.000,00	1.518.000,00		
					280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	1.120.000,00		
		4.4.90.00.00		18900							
2.150 - Manut. da Secr. Agricultura e Serv. Rurais Atividade Executada Ano ( Ano )			A	20.606.110		4.841.000,00	5.081.000,00	5.336.000,00	5.635.000,00	20.893.000,00	
		3.1.90.00.00		10000			3.123.000,00	3.279.000,00	3.443.000,00	3.616.000,00	13.461.000,00
		3.1.91.00.00		10000			367.000,00	386.000,00	403.000,00	424.000,00	1.580.000,00
		3.3.50.00.00		10000			58.000,00	61.000,00	64.000,00	68.000,00	251.000,00
2.151 - Manut. Ativ. Fundo Municipal de Desenv. Rural e Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.50.00.00	A	10000	20.606.110	58.000,00	61.000,00	64.000,00	68.000,00	251.000,00	
		3.3.71.00.00		10000			23.000,00	25.000,00	26.000,00	27.000,00	101.000,00
		3.3.71.00.00		10000			23.000,00	25.000,00	26.000,00	27.000,00	101.000,00
		3.3.90.00.00		10000			1.270.000,00	1.330.000,00	1.400.000,00	1.500.000,00	5.500.000,00
2.151 - Manut. Ativ. Fundo Municipal de Desenv. Rural e Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00	A	10000	20.606.110	1.270.000,00	1.330.000,00	1.400.000,00	1.500.000,00	5.500.000,00	
					2.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	11.000,00		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 10 / 21  
 Data: 10/10/2017

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
		4.4.90.00.00		10000		2.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	11.000,00
2.152 - Manut. Da Superintendência de Infraestrutura	A				20.606.110	2.052.000,00	2.155.000,00	2.263.000,00	2.376.000,00	8.846.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.1.90.00.00		10000		463.000,00	486.000,00	510.000,00	536.000,00	1.995.000,00
		3.3.90.00.00		10000		1.583.000,00	1.662.000,00	1.746.000,00	1.833.000,00	6.824.000,00
		4.4.90.00.00		10000		6.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	27.000,00
<b>OUTRO ORÇÃO</b>										
01.009 - 09 - Secretaria de Assistência Social - SEASC						11.998.000,00	12.599.000,00	13.227.000,00	13.888.000,00	51.712.000,00
1.060 - Instalação de Unidades de Assistência Social	A				8.244.104	23.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	98.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		4.4.90.00.00		10000		23.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	98.000,00
2.170 - Manut. Atividades Secretaria de Assistência	A				8.244.104	5.285.000,00	5.549.000,00	5.826.000,00	6.117.000,00	22.777.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.1.90.00.00		10000		4.749.000,00	4.986.000,00	5.235.000,00	5.497.000,00	20.467.000,00
		3.3.50.00.00		10000		499.000,00	524.000,00	550.000,00	577.000,00	2.150.000,00
		4.4.90.00.00		10000		37.000,00	39.000,00	41.000,00	43.000,00	160.000,00
2.171 - Manut. Depto de Proteção Básica - SEASC	A				8.244.104	2.303.000,00	2.418.000,00	2.539.000,00	2.666.000,00	9.926.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.3.90.00.00		10000		2.303.000,00	2.418.000,00	2.539.000,00	2.666.000,00	9.926.000,00
2.172 - Manut. Depto de Relações Comunitárias -	A				8.244.104	1.035.000,00	1.088.000,00	1.142.000,00	1.199.000,00	4.464.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.1.90.00.00		10000		425.000,00	447.000,00	469.000,00	492.000,00	1.833.000,00
		3.1.91.00.00		10000		54.000,00	57.000,00	60.000,00	63.000,00	234.000,00
		3.3.90.00.00		10000		556.000,00	584.000,00	613.000,00	644.000,00	2.397.000,00
2.173 - Manut. Depto de Proteção Especial - SEASC	A				8.242.104	2.109.000,00	2.215.000,00	2.325.000,00	2.441.000,00	9.090.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.1.90.00.00		10000		1.801.000,00	1.892.000,00	1.986.000,00	2.085.000,00	7.764.000,00
		3.1.91.00.00		10000		308.000,00	323.000,00	339.000,00	356.000,00	1.326.000,00
		3.1.91.00.00		10000		308.000,00	323.000,00	339.000,00	356.000,00	1.326.000,00
2.174 - Manut. Depto de Segurança Alimentar - SEASC	A				8.244.104	59.000,00	62.000,00	65.000,00	69.000,00	255.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.1.91.00.00		10000		59.000,00	62.000,00	65.000,00	69.000,00	255.000,00
2.175 - Manut. Atividades Restaurante Popular	A				8.244.104	1.181.000,00	1.240.000,00	1.302.000,00	1.367.000,00	5.090.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.3.90.00.00		10000		1.172.000,00	1.231.000,00	1.292.000,00	1.357.000,00	5.052.000,00
		4.4.90.00.00		10000		9.000,00	9.000,00	10.000,00	10.000,00	38.000,00

Página: 11 / 21  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
Relação de Despesas Planejadas

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
2.178 - Manut. Atividades da Coordenação da Defesa			A		8.182.104	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00		10000		3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
<b>OUTRO ORÇÃO</b>										
01.010 - 10 - Sec. de Desen. Econômico e Turismo - SEDET						3.633.000,00	6.172.000,00	1.801.000,00	6.993.000,00	18.599.000,00
1.070 - Implantação e Desenvolvimento de Distritos			A		22.661.109	44.000,00	47.000,00	48.000,00	50.000,00	189.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		4.4.90.00.00		10000		4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	16.000,00
		4.4.90.00.00		13400		40.000,00	43.000,00	44.000,00	46.000,00	173.000,00
1.071 - Implantação Parque Tecnológico			A		22.661.109	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		4.4.90.00.00		10000		1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
		4.4.90.00.00		16400		1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
2.190 - Manut. Atividades Secret.Desenvolv.Economico			A		23.691.109	1.421.000,00	1.493.000,00	1.567.000,00	1.646.000,00	6.127.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.1.90.00.00		10000		1.197.000,00	1.257.000,00	1.320.000,00	1.386.000,00	5.160.000,00
		3.1.91.00.00		10000		151.000,00	159.000,00	166.000,00	175.000,00	651.000,00
		3.1.91.00.00		10000		151.000,00	159.000,00	166.000,00	175.000,00	651.000,00
		4.4.90.00.00		10000		73.000,00	77.000,00	81.000,00	85.000,00	316.000,00
2.191 - Manut. Realização EFAPI 2019/2021			A		23.691.109	0,00	4.455.000,00	0,00	5.101.000,00	9.556.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00		10000		0,00	4.455.000,00	0,00	5.101.000,00	9.556.000,00
		3.3.90.00.00		10000		0,00	4.455.000,00	0,00	5.101.000,00	9.556.000,00
2.192 - Manut. Realização Feiras			A		23.691.109	27.000,00	29.000,00	30.000,00	32.000,00	118.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00		10000		27.000,00	29.000,00	30.000,00	32.000,00	118.000,00
2.193 - Manut. Atividades de Promoção do Turismo			A		23.695.109	10.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	43.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00		10000		10.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	43.000,00
2.194 - Apoio a Inovação Tecnológica			A		19.573.109	131.000,00	138.000,00	145.000,00	152.000,00	566.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.50.00.00		10000		90.000,00	94.000,00	99.000,00	104.000,00	387.000,00
		3.3.50.00.00		10000		90.000,00	94.000,00	99.000,00	104.000,00	387.000,00
		3.3.90.00.00		13400		41.000,00	44.000,00	46.000,00	48.000,00	179.000,00
<b>OUTRO ORÇÃO</b>										
01.011 - 11 - Secretaria de Cultura - SECUL						2.501.000,00	2.624.000,00	2.755.000,00	2.892.000,00	10.772.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Relação de Despesas Planejadas

Página: 12 / 21  
Data: 10/10/2017

Ação / Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
2.210 - Manut. Atividades Secretaria de Cultura Atividade Executada Ano ( Ano )		A		13.392.108	502.000,00	527.000,00	552.000,00	581.000,00	2.162.000,00
	3.1.91.00.00		10000		9.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	37.000,00
	3.1.91.00.00		10000		9.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	37.000,00
	3.3.90.00.00		10000		484.000,00	509.000,00	534.000,00	561.000,00	2.088.000,00
	4.4.90.00.00		10000		9.000,00	9.000,00	9.000,00	10.000,00	37.000,00
2.211 - Fundo Municipal de Cultura Atividade Executada Ano ( Ano )		A		13.392.108	385.000,00	404.000,00	424.000,00	445.000,00	1.658.000,00
	3.3.90.00.00		10000		382.000,00	401.000,00	421.000,00	442.000,00	1.646.000,00
	3.3.90.00.00		13400		3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
2.212 - Manut. Biblioteca Municipal Atividade Executada Ano ( Ano )		A		13.392.108	269.000,00	282.000,00	297.000,00	310.000,00	1.158.000,00
	3.1.90.00.00		10000		155.000,00	162.000,00	171.000,00	179.000,00	667.000,00
	3.1.91.00.00		10000		32.000,00	34.000,00	36.000,00	37.000,00	139.000,00
	3.1.91.00.00		10000		32.000,00	34.000,00	36.000,00	37.000,00	139.000,00
	4.4.90.00.00		10000		82.000,00	86.000,00	90.000,00	94.000,00	352.000,00
2.213 - Manut. Escola de Artes Atividade Executada Ano ( Ano )		A		13.391.108	1.235.000,00	1.296.000,00	1.361.000,00	1.429.000,00	5.321.000,00
	3.1.90.00.00		10000		1.160.000,00	1.217.000,00	1.278.000,00	1.342.000,00	4.997.000,00
	3.3.90.00.00		10000		75.000,00	79.000,00	83.000,00	87.000,00	324.000,00
2.214 - Manut. de Museus Atividade Executada Ano ( Ano )		A		13.392.108	110.000,00	115.000,00	121.000,00	127.000,00	473.000,00
	3.3.90.00.00		10000		110.000,00	115.000,00	121.000,00	127.000,00	473.000,00
<b>OUTRO ORÇÃO</b>									
01.012 - 12 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR					7.194.000,00	7.553.000,00	7.933.000,00	8.330.000,00	31.010.000,00
2.230 - Manut. Atividades Secret. De Planejamento Atividade Executada Ano ( Ano )		A		15.451.109	2.471.000,00	2.594.000,00	2.724.000,00	2.860.000,00	10.649.000,00
	3.1.90.00.00		10000		1.586.000,00	1.666.000,00	1.749.000,00	1.836.000,00	6.837.000,00
	3.3.90.00.00		10000		332.000,00	348.000,00	366.000,00	384.000,00	1.430.000,00
	4.4.90.00.00		10000		553.000,00	580.000,00	609.000,00	640.000,00	2.382.000,00
2.231 - Manut. Depto de Fiscalização de Obras Atividade Executada Ano ( Ano )		A		15.451.109	59.000,00	62.000,00	65.000,00	69.000,00	255.000,00
	3.1.91.00.00		10000		59.000,00	62.000,00	65.000,00	69.000,00	255.000,00
	3.1.91.00.00		10000		59.000,00	62.000,00	65.000,00	69.000,00	255.000,00
2.232 - Manut. Depto de Elaboração de Projetos e Atividade Executada Ano ( Ano )		A		15.451.109	3.432.000,00	3.603.000,00	3.784.000,00	3.973.000,00	14.792.000,00
	3.1.90.00.00		10000		2.975.000,00	3.123.000,00	3.280.000,00	3.444.000,00	12.822.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Relação de Despesas Planejadas

Página: 13 / 21  
 Data: 10/10/2017

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total	
2.233 - Manut. Depto de Analise e Aprovação de Atividade Executada Ano ( Ano )		3.1.91.00.00	A	10000	15.451.109	457.000,00	480.000,00	504.000,00	529.000,00	1.970.000,00	
		3.1.91.00.00		10000		457.000,00	480.000,00	504.000,00	529.000,00	1.970.000,00	
		3.1.90.00.00	A	10000	15.451.109	259.000,00	272.000,00	287.000,00	301.000,00	1.119.000,00	
		3.1.91.00.00		10000		258.000,00	271.000,00	285.000,00	299.000,00	1.113.000,00	
			A	10000	17.512.111	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00	
						16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	70.000,00	
	2.235 - Manut. Fundo Municipal de Desenvolvimento Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00	A	10000	17.512.111	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
			3.3.90.00.00		13400		15.000,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	66.000,00
	2.236 - Manut. Diretoria de Habitação Atividade Executada Ano ( Ano )		3.1.90.00.00	A	10000	16.482.111	957.000,00	1.005.000,00	1.055.000,00	1.108.000,00	4.125.000,00
			3.1.91.00.00		10000		816.000,00	857.000,00	900.000,00	945.000,00	3.518.000,00
OUTRO ORÇÃO	01.013 - 13 - Sec. de Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL		A	27.812.106	27.812.106	6.878.000,00	7.224.000,00	7.583.000,00	7.960.000,00	29.645.000,00	
				4.151.000,00		4.361.000,00	4.576.000,00	4.804.000,00	17.892.000,00		
		3.1.90.00.00	A	10000	27.812.106	2.166.000,00	2.276.000,00	2.388.000,00	2.508.000,00	9.338.000,00	
		3.1.91.00.00		10000		226.000,00	238.000,00	249.000,00	261.000,00	974.000,00	
		3.3.90.00.00	A	10000	27.812.106	1.719.000,00	1.805.000,00	1.895.000,00	1.989.000,00	7.408.000,00	
		4.4.90.00.00		10000		40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	172.000,00	
	2.251 - Manut. Ativ. de Apoio ao Esportes Atividade Executada Ano ( Ano )			A	27.812.106	27.812.106	2.727.000,00	2.863.000,00	3.007.000,00	3.156.000,00	11.753.000,00
			3.3.50.00.00		10000		2.626.000,00	2.758.000,00	2.896.000,00	3.040.000,00	11.320.000,00
			3.3.50.00.00	A	10000	27.812.106	2.626.000,00	2.758.000,00	2.896.000,00	3.040.000,00	11.320.000,00
			3.3.90.00.00		10000		101.000,00	105.000,00	111.000,00	116.000,00	433.000,00
OUTRO ORÇÃO	01.093 - 93 - Encargos Gerais do Município		A	28.846.102	28.846.102	16.181.000,00	17.690.000,00	19.224.000,00	12.785.000,00	65.880.000,00	
				9.899.000,00		10.394.000,00	10.914.000,00	11.459.000,00	42.666.000,00		
		3.1.90.00.00	A	10000	28.846.102	703.000,00	738.000,00	775.000,00	813.000,00	3.029.000,00	
		3.1.91.00.00		10000		8.016.000,00	8.417.000,00	8.838.000,00	9.280.000,00	34.551.000,00	
		3.3.50.00.00	A	10000	28.846.102	1.180.000,00	1.239.000,00	1.301.000,00	1.366.000,00	5.086.000,00	
		3.3.50.00.00		10000		1.180.000,00	1.239.000,00	1.301.000,00	1.366.000,00	5.086.000,00	

Página: 14 / 21  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
Relação de Despesas Planejadas

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total	
0.972 - Amortização de Dívida Atividade Executada Ano ( Ano )		A			28.843.102	282.000,00	296.000,00	310.000,00	326.000,00	1.214.000,00	
		3.2.90.00.00	10000			282.000,00	296.000,00	310.000,00	326.000,00	1.214.000,00	
		3.2.90.00.00		10000		282.000,00	296.000,00	310.000,00	326.000,00	1.214.000,00	
0.975 - Precatórios Atividade Executada Ano ( Ano )		A			28.846.102	6.000.000,00	7.000.000,00	8.000.000,00	1.000.000,00	22.000.000,00	
		3.3.90.00.00	10000			6.000.000,00	7.000.000,00	8.000.000,00	1.000.000,00	22.000.000,00	
		3.3.90.00.00		10000		6.000.000,00	7.000.000,00	8.000.000,00	1.000.000,00	22.000.000,00	
OUTRO ORÇÃO											
51.001 - 51 - Câmara Municipal de Chapecó - CMC		A			1.31.101	15.200.000,00	15.680.000,00	16.550.000,00	17.350.000,00	64.780.000,00	
2.990 - Coordenação e Manutenção das Atividades Atividade Executada Ano ( Ano )		A				15.200.000,00	15.680.000,00	16.550.000,00	17.350.000,00	64.780.000,00	
		3.1.90.00.00		10000		10.600.000,00	11.000.000,00	11.800.000,00	12.500.000,00	45.900.000,00	
		3.1.91.00.00		10000		470.000,00	550.000,00	620.000,00	670.000,00	2.310.000,00	
		3.3.50.00.00		10000		80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00	
		3.3.90.00.00		10000		3.750.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	3.800.000,00	15.050.000,00	
		4.4.90.00.00		10000		300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 15 / 21  
 Data: 10/10/2017

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
<b>INSTITUTO DO SISTEMA MUNICIAP DE PREVIDÊNCIA DE CHAPECÓ</b>										
<b>OUTRO ORÇÃO</b>										
03.001 - 01 - Inst. do Sist. Mun. de Prev. de Chap. - RPPS						39.670.000,00	41.643.000,00	43.715.000,00	45.890.000,00	170.918.000,00
2.801 - Manut. Ativ Adm Sist Mun Previd. do Servidor -			A		9.272.102	39.670.000,00	41.643.000,00	43.715.000,00	45.890.000,00	170.918.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )						1.248.000,00	1.310.000,00	1.375.000,00	1.444.000,00	5.377.000,00
		3.1.90.00.00		10300		388.000,00	407.000,00	427.000,00	449.000,00	1.671.000,00
		3.3.90.00.00		10300		860.000,00	903.000,00	948.000,00	995.000,00	3.706.000,00
		3.3.90.00.00		10300		860.000,00	903.000,00	948.000,00	995.000,00	3.706.000,00
2.802 - Manut. da Previdência Social Inativos e			A		9.272.102	37.179.000,00	39.038.000,00	40.990.000,00	43.039.000,00	160.246.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )						3.1.90.00.00				
				10300		37.179.000,00	39.038.000,00	40.990.000,00	43.039.000,00	160.246.000,00
2.803 - Manut. da Previdência Social Inativos e			A		9.272.102	1.043.000,00	1.095.000,00	1.150.000,00	1.207.000,00	4.495.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )						3.3.90.00.00				
				10300		1.043.000,00	1.095.000,00	1.150.000,00	1.207.000,00	4.495.000,00
		3.3.90.00.00		10300		1.043.000,00	1.095.000,00	1.150.000,00	1.207.000,00	4.495.000,00
2.804 - Manut. De Benefícios da Previdência a ativos			A		9.272.102	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.3.90.00.00		10300		200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
		3.3.90.00.00		10300		200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
Relação de Despesas Planejadas

Página: 16 / 21  
Data: 10/10/2017

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPECÓ										
OUTRO ORÇÃO										
05.001 - 01- Fundo Mun. Assistência Social - FMAS										
2.901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social										
Atividade Executada Ano ( Ano )										
			A		8.241.104	6.660.000,00	7.000.000,00	7.360.000,00	7.720.000,00	28.740.000,00
	3.1.90.00.00	13501				470.000,00	510.000,00	550.000,00	590.000,00	2.120.000,00
	3.1.90.00.00	13502				340.000,00	360.000,00	380.000,00	400.000,00	1.480.000,00
	3.1.90.00.00	13504				140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
	3.3.50.00.00	13503				100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
	3.3.90.00.00	10000				1.500.000,00	1.580.000,00	1.660.000,00	1.740.000,00	6.480.000,00
	3.3.90.00.00	10000				1.500.000,00	1.580.000,00	1.660.000,00	1.740.000,00	6.480.000,00
	3.3.90.00.00	13501				1.350.000,00	1.410.000,00	1.470.000,00	1.530.000,00	5.760.000,00
	3.3.90.00.00	13501				1.350.000,00	1.410.000,00	1.470.000,00	1.530.000,00	5.760.000,00
	3.3.90.00.00	13502				620.000,00	640.000,00	660.000,00	700.000,00	2.620.000,00
	3.3.90.00.00	13502				620.000,00	640.000,00	660.000,00	700.000,00	2.620.000,00
	3.3.90.00.00	13503				620.000,00	660.000,00	700.000,00	740.000,00	2.720.000,00
	3.3.90.00.00	13503				620.000,00	660.000,00	700.000,00	740.000,00	2.720.000,00
	3.3.90.00.00	13504				120.000,00	140.000,00	160.000,00	180.000,00	600.000,00
	3.3.90.00.00	13504				120.000,00	140.000,00	160.000,00	180.000,00	600.000,00
	3.3.90.00.00	13505				200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00
	3.3.90.00.00	13505				200.000,00	220.000,00	240.000,00	260.000,00	920.000,00
	3.3.90.00.00	16100				420.000,00	440.000,00	460.000,00	480.000,00	1.800.000,00
	3.3.90.00.00	16100				420.000,00	440.000,00	460.000,00	480.000,00	1.800.000,00
	4.4.90.00.00	10000				60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
	4.4.90.00.00	13100				320.000,00	340.000,00	380.000,00	400.000,00	1.440.000,00
	4.4.90.00.00	13504				20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
	4.4.90.00.00	13505				120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	480.000,00
	4.4.90.00.00	16100				260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	1.040.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Relação de Despesas Planejadas

Página: 17 / 21  
Data: 10/10/2017

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ										
OUTRO ORÇÃO										
02.001 - 01 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS										
1.601 - Construção e Ampliação de Unid. de Saúde										
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		4.4.90.00.00	A	10200	10.302.107	220.629.000,00	229.716.000,00	246.404.000,00	261.443.000,00	958.192.000,00
		4.4.90.00.00		13300		220.629.000,00	229.716.000,00	246.404.000,00	261.443.000,00	958.192.000,00
		4.4.90.00.00		16300		4.384.000,00	4.382.000,00	4.382.000,00	4.380.000,00	17.528.000,00
						350.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00	1.400.000,00
						3.047.000,00	3.046.000,00	3.046.000,00	3.045.000,00	12.184.000,00
						987.000,00	986.000,00	986.000,00	985.000,00	3.944.000,00
1.603 - Aquisição de Material de Uso Permanente - FMS										
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		4.4.90.00.00	A	10200	10.303.107	39.000,00	42.000,00	42.000,00	45.000,00	168.000,00
		4.4.90.00.00		10200		13.000,00	14.000,00	14.000,00	15.000,00	56.000,00
		4.4.90.00.00		13300		13.000,00	14.000,00	14.000,00	15.000,00	56.000,00
		4.4.90.00.00		16300		13.000,00	14.000,00	14.000,00	15.000,00	56.000,00
2.601 - Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saúde										
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.1.90.00.00	A	10200	10.301.107	3.148.000,00	3.305.000,00	3.471.000,00	3.644.000,00	13.568.000,00
		3.1.90.00.00		10200		2.896.000,00	3.041.000,00	3.193.000,00	3.353.000,00	12.483.000,00
		3.1.91.00.00		10200		252.000,00	264.000,00	278.000,00	291.000,00	1.085.000,00
		3.1.91.00.00		10200		252.000,00	264.000,00	278.000,00	291.000,00	1.085.000,00
2.605 - Manut. Atenção Básica em Saúde										
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.1.90.00.00	A	10200	10.301.107	110.827.000,00	114.711.000,00	125.896.000,00	135.175.000,00	486.609.000,00
		3.1.90.00.00		10200		76.885.000,00	79.130.000,00	88.586.000,00	96.085.000,00	340.686.000,00
		3.1.90.00.00		13801		6.845.000,00	7.187.000,00	7.547.000,00	7.924.000,00	29.503.000,00
		3.1.91.00.00		10200		11.663.000,00	12.246.000,00	12.858.000,00	13.501.000,00	50.268.000,00
		3.3.90.00.00		10200		319.000,00	335.000,00	352.000,00	369.000,00	1.375.000,00
		3.3.90.00.00		13801		12.220.000,00	12.855.000,00	13.531.000,00	14.210.000,00	52.816.000,00
		3.3.90.00.00		16701		1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
		4.4.90.00.00		13801		75.000,00	78.000,00	82.000,00	86.000,00	321.000,00
2.606 - Manut. Atenção Especializada em Saúde										
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.1.90.00.00	A	10200	10.302.107	2.725.000,00	2.861.000,00	3.004.000,00	3.154.000,00	11.744.000,00
		3.1.91.00.00		10200		2.512.000,00	2.638.000,00	2.770.000,00	2.908.000,00	10.828.000,00
		3.1.91.00.00		10200		213.000,00	223.000,00	234.000,00	246.000,00	916.000,00
2.607 - Manut. Vigilância em Saúde										
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.1.90.00.00	A	10200	10.304.107	1.451.000,00	1.523.000,00	1.599.000,00	1.679.000,00	6.252.000,00
		3.1.90.00.00		10200		1.254.000,00	1.316.000,00	1.382.000,00	1.451.000,00	5.403.000,00
		3.1.91.00.00		10200		197.000,00	207.000,00	217.000,00	228.000,00	849.000,00
2.608 - Manut. Assistência Farmaceutica										
Atividade Executada Ano ( Ano )										
			A		10.303.107	2.713.000,00	2.836.000,00	2.980.000,00	3.124.000,00	11.653.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 18 / 21  
 Data: 10/10/2017

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
		3.1.91.00.00		10200		406.000,00	427.000,00	448.000,00	470.000,00	1.751.000,00
		3.1.91.00.00		10200		406.000,00	427.000,00	448.000,00	470.000,00	1.751.000,00
		3.3.90.00.00		10200		47.000,00	49.000,00	52.000,00	54.000,00	202.000,00
		3.3.90.00.00		13804		1.260.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.440.000,00	5.400.000,00
		3.3.90.00.00		16704		1.000.000,00	1.040.000,00	1.100.000,00	1.160.000,00	4.300.000,00
2.610 - Manut. Atividades Hospital Materno Infantil			A		10.302.107	781.000,00	820.000,00	861.000,00	904.000,00	3.366.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.3.50.00.00		10200		781.000,00	820.000,00	861.000,00	904.000,00	3.366.000,00
		3.3.50.00.00		10200		781.000,00	820.000,00	861.000,00	904.000,00	3.366.000,00
2.631 - Manut. - B2 - Centro de Especialidades			A		10.302.107	468.000,00	491.000,00	516.000,00	542.000,00	2.017.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.3.90.00.00		13802		468.000,00	491.000,00	516.000,00	542.000,00	2.017.000,00
		3.3.90.00.00		13802		468.000,00	491.000,00	516.000,00	542.000,00	2.017.000,00
2.632 - Manut. - B2 - Centro de Ref em Saúde do			A		10.302.107	116.000,00	121.000,00	127.000,00	134.000,00	498.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.3.90.00.00		13802		116.000,00	121.000,00	127.000,00	134.000,00	498.000,00
		3.3.90.00.00		13802		116.000,00	121.000,00	127.000,00	134.000,00	498.000,00
2.633 - Manut. - B2 - Serviço de Atendimento Móvel de			A		10.302.107	560.000,00	600.000,00	640.000,00	680.000,00	2.480.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.1.90.00.00		13808		483.000,00	520.000,00	556.000,00	591.000,00	2.150.000,00
		3.3.90.00.00		13808		77.000,00	80.000,00	84.000,00	89.000,00	330.000,00
2.634 - Manut. - B2 - Teto Financeiro Municipal MAC			A		10.302.107	90.472.000,00	94.979.000,00	99.719.000,00	104.691.000,00	389.861.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.3.90.00.00		13802		87.856.000,00	92.221.000,00	96.819.000,00	101.649.000,00	378.545.000,00
		3.3.90.00.00		16702		2.580.000,00	2.720.000,00	2.860.000,00	3.000.000,00	11.160.000,00
		4.4.90.00.00		13802		36.000,00	38.000,00	40.000,00	42.000,00	156.000,00
2.641 - Manut. - B3 - Vigilância em Saúde			A		10.304.107	1.271.000,00	1.289.000,00	1.327.000,00	1.363.000,00	5.250.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.1.90.00.00		13803		633.000,00	620.000,00	624.000,00	625.000,00	2.502.000,00
		3.3.50.00.00		13803		170.000,00	178.000,00	187.000,00	196.000,00	731.000,00
		3.3.90.00.00		13803		468.000,00	491.000,00	516.000,00	542.000,00	2.017.000,00
2.661 - Manut. - B5 - Gestão do SUS			A		10.301.107	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.3.90.00.00		13807		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
		3.3.90.00.00		13807		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
2.671 - Manut. Das Atividades do CIS-AMOSC			A		10.301.107	1.614.000,00	1.696.000,00	1.780.000,00	1.868.000,00	6.958.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
		3.1.71.00.00		10200		6.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	27.000,00
		3.3.71.00.00		10200		8.000,00	8.000,00	9.000,00	9.000,00	34.000,00
		3.3.71.00.00		10200		8.000,00	8.000,00	9.000,00	9.000,00	34.000,00

Página: 19 / 21  
Data: 10/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
Relação de Despesas Planejadas

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
		3.3.93.00.00		13802		1.594.000,00	1.674.000,00	1.757.000,00	1.845.000,00	6.870.000,00
		4.4.71.00.00		10200		6.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	27.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 20 / 21  
 Data: 10/10/2017

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SERVIDOR PÚBLICO DE CHAPECÓ										
OUTRO ORÇÃO										
04.001 - 01 - Fundo Assis. Servidor Público Municipal - FAS						7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
2.851 - Manut. Atividades do Fundo Mun Assist. do	A				10.301.107	7.720.000,00	8.120.000,00	8.540.000,00	8.980.000,00	33.360.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00		10004		7.440.000,00	7.826.000,00	8.232.000,00	8.656.000,00	32.154.000,00
		3.3.90.00.00		10004		7.440.000,00	7.826.000,00	8.232.000,00	8.656.000,00	32.154.000,00
2.852 - Manut. Centro de Atendimento do Servidor	A				10.301.107	280.000,00	294.000,00	308.000,00	324.000,00	1.206.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )		3.3.90.00.00		10004		258.000,00	271.000,00	284.000,00	299.000,00	1.112.000,00
		3.3.90.00.00		10004		258.000,00	271.000,00	284.000,00	299.000,00	1.112.000,00
		4.4.90.00.00		10004		22.000,00	23.000,00	24.000,00	25.000,00	94.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Relação de Despesas Planejadas

Página: 21 / 21  
 Data: 10/10/2017

Ação /	Produto	Conta Despesa	Tipo	Recurso	Fun. Progr.	2018	2019	2020	2021	Total
FUNDO MUNICIPAL INFÂNCIA/ADOLESCÊNCIA DE CHAPECÓ										
OUTRO ORÇÃO										
06.001 - 01 - Fundo Munic. Infância e Adolescência - FIA						240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	960.000,00
2.961 - Manut. Ativ. Fundo Munic. Para Infância e			A		8.243.104	240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	960.000,00
Atividade Executada Ano ( Ano )										
	3.3.90.00.00			10000		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
	3.3.90.00.00			10000		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
	3.3.90.00.00			10900		180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	720.000,00
	3.3.90.00.00			10900		180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	720.000,00
	4.4.90.00.00			10900		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
Total						689.881.700,00	713.205.000,00	737.681.000,00	774.947.300,00	2.915.715.000,00

Página: 1 / 22  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

**Programa**

101 - Apoio Legislativo

**Objetivos**

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.

**Justificativas**

Atendimento a legalidade e de acordo com os princípios que regem a administração pública.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Ações	Produto (Un. de Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2990 - Coordenação e Manutenção das Atividades Legislativas		10000 - Recursos Ordinários		15.050.000,00
2990 - Coordenação e Manutenção das Atividades Legislativas		10000 - Recursos Ordinários		45.900.000,00
2990 - Coordenação e Manutenção das Atividades Legislativas		10000 - Recursos Ordinários		320.000,00
2990 - Coordenação e Manutenção das Atividades Legislativas		10000 - Recursos Ordinários		2.310.000,00
2990 - Coordenação e Manutenção das Atividades Legislativas		10000 - Recursos Ordinários		1.200.000,00
<b>Total:</b>			<b>64.780.000,00</b>	



Página: 2 / 22  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

**Programa**

102 - Boa Governança

**Objetivos**

Promover boas práticas de gestão pública, com eficácia, eficiência e efetividade, com a ampliação dos instrumentos democráticos, da publicidade e da transparência dos atos do

**Justificativas**

Promover boas práticas de gestão pública, com eficácia, eficiência e efetividade, com a ampliação dos instrumentos democráticos, da publicidade e da transparência dos atos do

Diretrizes (Forma de implementação)

Ações	Produto (Un. de Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
0971 - Encargos Especiais		10000 - Recursos Ordinários		48.708.000,00
0971 - Encargos Especiais		10000 - Recursos Ordinários		5.086.000,00
0971 - Encargos Especiais		10000 - Recursos Ordinários		3.029.000,00
0971 - Encargos Especiais		10000 - Recursos Ordinários		34.551.000,00
0972 - Amortização de Dívida		10000 - Recursos Ordinários		1.214.000,00
0972 - Amortização de Dívida		10000 - Recursos Ordinários		29.593.000,00
0975 - Precatórios		10000 - Recursos Ordinários		22.000.000,00
2001 - Manut. Gabinete do Prefeito		10000 - Recursos Ordinários		273.000,00
2001 - Manut. Gabinete do Prefeito		10000 - Recursos Ordinários		5.051.000,00
2001 - Manut. Gabinete do Prefeito		10000 - Recursos Ordinários		2.267.000,00
2001 - Manut. Gabinete do Prefeito		10000 - Recursos Ordinários		1.686.000,00
2002 - Manut. Gabinete do Vice-Prefeito		10000 - Recursos Ordinários		197.000,00
2002 - Manut. Gabinete do Vice-Prefeito		10000 - Recursos Ordinários		586.000,00
2002 - Manut. Gabinete do Vice-Prefeito		10000 - Recursos Ordinários		22.000,00
2005 - Manut. Procuradoria Geral do Município		10000 - Recursos Ordinários		828.000,00
2005 - Manut. Procuradoria Geral do Município		10000 - Recursos Ordinários		427.000,00
2005 - Manut. Procuradoria Geral do Município		10000 - Recursos Ordinários		10.176.000,00
2006 - Manut. Contadoria Geral do Município		10000 - Recursos Ordinários		519.000,00
2006 - Manut. Contadoria Geral do Município		10000 - Recursos Ordinários		4.293.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Página: 3 / 22  
Data: 10/10/2017

2006 - Manut. Contadoria Geral do Município	10000 - Recursos Ordinários	281.000,00
2007 - Manut. Controladoria Geral do Município	10000 - Recursos Ordinários	604.000,00
2007 - Manut. Controladoria Geral do Município	10000 - Recursos Ordinários	1.085.000,00
2007 - Manut. Controladoria Geral do Município	10000 - Recursos Ordinários	76.000,00
2008 - Manut. Superintendências Regionais	10000 - Recursos Ordinários	1.009.000,00
2008 - Manut. Superintendências Regionais	10000 - Recursos Ordinários	1.158.000,00
2008 - Manut. Superintendências Regionais	10000 - Recursos Ordinários	5.317.000,00
2008 - Manut. Superintendências Regionais	10000 - Recursos Ordinários	61.000,00
2009 - Manut. Atividades Ouvidoria Publica	10000 - Recursos Ordinários	57.000,00
2011 - Manut. Fundo de Reap. Procuradoria Mun. FURP	10000 - Recursos Ordinários	38.000,00
2011 - Manut. Fundo de Reap. Procuradoria Mun. FURP	10000 - Recursos Ordinários	60.000,00
2013 - Manut. das Atividades do PROCON	10000 - Recursos Ordinários	5.349.000,00
2013 - Manut. das Atividades do PROCON	10000 - Recursos Ordinários	366.000,00
2013 - Manut. das Atividades do PROCON	10000 - Recursos Ordinários	786.000,00
2020 - Manut. Atividades Secretaria de Coord de Governo e Gestão	10000 - Recursos Ordinários	198.000,00
2020 - Manut. Atividades Secretaria de Coord de Governo e Gestão	10000 - Recursos Ordinários	15.000,00
2020 - Manut. Atividades Secretaria de Coord de Governo e Gestão	10000 - Recursos Ordinários	5.286.000,00
2020 - Manut. Atividades Secretaria de Coord de Governo e Gestão	10000 - Recursos Ordinários	2.884.000,00
2021 - Manut. Depto de Gestão de Compras	10000 - Recursos Ordinários	1.741.000,00
2021 - Manut. Depto de Gestão de Compras	10000 - Recursos Ordinários	231.000,00
2021 - Manut. Depto de Gestão de Compras	10000 - Recursos Ordinários	875.000,00
2022 - Manut. Depto de Recursos Humanos e Saúde do Servidor	10000 - Recursos Ordinários	10.648.000,00
2022 - Manut. Depto de Recursos Humanos e Saúde do Servidor	10000 - Recursos Ordinários	1.290.000,00
2022 - Manut. Depto de Recursos Humanos e Saúde do Servidor	10000 - Recursos Ordinários	934.000,00
2023 - Manut. Depto de Serviços Gerais	10000 - Recursos Ordinários	2.939.000,00
2023 - Manut. Depto de Serviços Gerais	10000 - Recursos Ordinários	10.503.000,00
2023 - Manut. Depto de Serviços Gerais	10000 - Recursos Ordinários	5.664.000,00
2024 - Manut. Depto Almoxarifado Central	10000 - Recursos Ordinários	200.000,00
2024 - Manut. Depto Almoxarifado Central	10000 - Recursos Ordinários	1.572.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Página: 4 / 22  
 Data: 10/10/2017

2024 - Manut. Depto Almoxarifado Central	10000 - Recursos Ordinários	2.918.000,00
2025 - Manut. Depto de Tecnologia de Informação - TI	10000 - Recursos Ordinários	2.713.000,00
2025 - Manut. Depto de Tecnologia de Informação - TI	10000 - Recursos Ordinários	432.000,00
2025 - Manut. Depto de Tecnologia de Informação - TI	10000 - Recursos Ordinários	751.000,00
2029 - Manut. Diretoria de Captação de Recursos	10000 - Recursos Ordinários	4.000,00
2029 - Manut. Diretoria de Captação de Recursos	10000 - Recursos Ordinários	275.000,00
2029 - Manut. Diretoria de Captação de Recursos	10000 - Recursos Ordinários	841.000,00
2029 - Manut. Diretoria de Captação de Recursos	10000 - Recursos Ordinários	62.000,00
2050 - Manut. Secretaria da Fazenda	10000 - Recursos Ordinários	314.000,00
2050 - Manut. Secretaria da Fazenda	10000 - Recursos Ordinários	3.033.000,00
2050 - Manut. Secretaria da Fazenda	10000 - Recursos Ordinários	450.000,00
2050 - Manut. Secretaria da Fazenda	10000 - Recursos Ordinários	42.000,00
2051 - Manut. Depto Tributos	10000 - Recursos Ordinários	12.340.000,00
2051 - Manut. Depto Tributos	10000 - Recursos Ordinários	160.000,00
2051 - Manut. Depto Tributos	10000 - Recursos Ordinários	204.000,00
2051 - Manut. Depto Tributos	10000 - Recursos Ordinários	254.000,00
2052 - Manut. Depto Fiscalização	10000 - Recursos Ordinários	3.234.000,00
2052 - Manut. Depto Fiscalização	10000 - Recursos Ordinários	21.279.000,00
2052 - Manut. Depto Fiscalização	10000 - Recursos Ordinários	219.000,00
2060 - Manut. Secretaria de Comunicação Social	10000 - Recursos Ordinários	20.869.000,00
2060 - Manut. Secretaria de Comunicação Social	10000 - Recursos Ordinários	470.000,00
2060 - Manut. Secretaria de Comunicação Social	10000 - Recursos Ordinários	4.000,00
2801 - Manut. Ativ Adm Sist Mun Previd. do Servidor - Simprevi	10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS -	3.706.000,00
2801 - Manut. Ativ Adm Sist Mun Previd. do Servidor - Simprevi	10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS -	1.671.000,00
2801 - Manut. Ativ Adm Sist Mun Previd. do Servidor - Simprevi	10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS -	99.000,00
2802 - Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas -	10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS -	160.246.000,00
2803 - Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas -	10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS -	4.495.000,00
2804 - Manut. De Benefícios da Previdência a ativos	10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS -	17.865.000,00
2804 - Manut. De Benefícios da Previdência a ativos	10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS -	800.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Página: 5 / 22  
Data: 10/10/2017

2811 - Reserva Legal RPPS

10300 - Contrib p/ Regime Próp. Previd. Social - RPPS -

107.598.000,00

Total: 599.081.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Página: 6 / 22  
Data: 10/10/2017

Programa

104 - Atendimento Integral Sócio Familiar

Objetivos

Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos e das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, oportunizando espaços de compartilhamento, justificativas

As políticas sociais devem garantir os direitos o acesso às ações e serviços públicos a grupos especiais, como idosos, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com

Diretrizes (Forma de implementação)

Ações	Produto (Un. de Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1060 - Instalação de Unidades de Assistência Social		10000 - Recursos Ordinários		98.000,00
2010 - Manut. Atividades do Conselho Tutelar		10000 - Recursos Ordinários		323.000,00
2010 - Manut. Atividades do Conselho Tutelar		10000 - Recursos Ordinários		250.000,00
2010 - Manut. Atividades do Conselho Tutelar		10000 - Recursos Ordinários		5.227.000,00
2170 - Manut. Atividades Secretaria de Assistência Social - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		20.467.000,00
2170 - Manut. Atividades Secretaria de Assistência Social - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		3.505.000,00
2170 - Manut. Atividades Secretaria de Assistência Social - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		160.000,00
2170 - Manut. Atividades Secretaria de Assistência Social - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		2.150.000,00
2170 - Manut. Atividades Secretaria de Assistência Social - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		150.000,00
2171 - Manut. Depto de Proteção Básica - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		9.926.000,00
2171 - Manut. Depto de Proteção Básica - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		25.000,00
2171 - Manut. Depto de Proteção Básica - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		10.985.000,00
2172 - Manut. Depto de Relações Comunitárias - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		234.000,00
2172 - Manut. Depto de Relações Comunitárias - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		1.833.000,00
2172 - Manut. Depto de Relações Comunitárias - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		2.397.000,00
2173 - Manut. Depto de Proteção Especial - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		1.326.000,00
2173 - Manut. Depto de Proteção Especial - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		7.764.000,00
2173 - Manut. Depto de Proteção Especial - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		5.095.000,00
2174 - Manut. Depto de Segurança Alimentar - SEASC		10000 - Recursos Ordinários		1.297.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Página: 7 / 22  
Data: 10/10/2017

2174 - Manut. Depto de Segurança Alimentar - SEASC	10000 - Recursos Ordinários	2.267.000,00
2174 - Manut. Depto de Segurança Alimentar - SEASC	10000 - Recursos Ordinários	255.000,00
2175 - Manut. Atividades Restaurante Popular	10000 - Recursos Ordinários	5.052.000,00
2175 - Manut. Atividades Restaurante Popular	10000 - Recursos Ordinários	38.000,00
2178 - Manut. Atividades da Coordenação da Defesa Civil	10000 - Recursos Ordinários	12.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	10000 - Recursos Ordinários	240.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	10000 - Recursos Ordinários	6.480.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	13100 - Transferência de Convênios - União - Assistência	1.440.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	13501 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União -	2.120.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	13501 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União -	5.760.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	13502 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União -	1.480.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	13502 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União -	2.620.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	13503 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União -	400.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	13503 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União -	2.720.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	13504 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União -	560.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	13504 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União -	80.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	13504 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União -	600.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	13505 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União -	480.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	13505 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União -	920.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	16100 - Transferência de Convênios - Estado - Assist	1.040.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	16100 - Transferência de Convênios - Estado - Assist	1.800.000,00
2901 - Manut. Fundo Municipal de Assistência Social	10000 - Recursos Ordinários	80.000,00
2961 - Manut. Ativ. Fundo Munic. Para Infância e Adolescência	10900 - FIA Imposto de Renda	160.000,00
2961 - Manut. Ativ. Fundo Munic. Para Infância e Adolescência	10900 - FIA Imposto de Renda	720.000,00
Total:		110.536.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Página: 8 / 22  
 Data: 10/10/2017

**Programa**

105 - Escola Forte

**Objetivos**

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, e que permitam gerar mais oportunidades de construção

**Justificativas**

A educação municipal de qualidade deve garantir o acesso de crianças, adolescentes e adultos ao processo de ensino-aprendizagem, à educação infantil e fundamental, à

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Ações	Produto (Un. de Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1010 - Construção Ampliação Rede Física Ensino Fundamental		13600 - Salário Educação		4.000.000,00
1010 - Construção Ampliação Rede Física Ensino Fundamental		16200 - Transferência de Convênios - Estado - Educação		20.640.000,00
1011 - Construção Ampliação Rede Física Educação Infantil		13200 - Transferência de Convênios - União - Educação		13.960.000,00
1011 - Construção Ampliação Rede Física Educação Infantil		13600 - Salário Educação		20.000,00
2070 - Manut. Atividades Secretaria de Educação		10000 - Recursos Ordinários		2.621.000,00
2070 - Manut. Atividades Secretaria de Educação		10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação		2.508.000,00
2070 - Manut. Atividades Secretaria de Educação		10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação		3.854.000,00
2070 - Manut. Atividades Secretaria de Educação		10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação		61.280.000,00
2070 - Manut. Atividades Secretaria de Educação		10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação		29.000,00
2071 - Manut. Profis. Magistério - Ensino Fundamental		10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação		94.984.000,00
2071 - Manut. Profis. Magistério - Ensino Fundamental		10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação		19.249.000,00
2071 - Manut. Profis. Magistério - Ensino Fundamental		11800 - Transf. Do FUNDEB - Apl Rem Profis.Magist efet		164.174.000,00
2071 - Manut. Profis. Magistério - Ensino Fundamental		11800 - Transf. Do FUNDEB - Apl Rem Profis.Magist efet		20.462.000,00
2071 - Manut. Profis. Magistério - Ensino Fundamental		11900 - Transf. Do FUNDEB - Apl outras Desp da Educ		18.120.000,00
2072 - Manut. Profis. Magistério - Educação Infantil		10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação		368.000,00
2072 - Manut. Profis. Magistério - Educação Infantil		10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação		1.550.000,00
2072 - Manut. Profis. Magistério - Educação Infantil		11800 - Transf. Do FUNDEB - Apl Rem Profis.Magist efet		160.644.000,00
2073 - Manut. Ensino Fundamental - Outros		10000 - Recursos Ordinários		1.387.000,00
2073 - Manut. Ensino Fundamental - Outros		10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação		4.778.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Página: 9 / 22  
 Data: 10/10/2017

2073 - Manut. Ensino Fundamental - Outros	10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	284.000,00
2073 - Manut. Ensino Fundamental - Outros	10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	3.687.000,00
2073 - Manut. Ensino Fundamental - Outros	10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	21.073.000,00
2073 - Manut. Ensino Fundamental - Outros	13600 - Salário Educação	23.338.000,00
2074 - Manut. Educação Infantil - Outros	10000 - Recursos Ordinários	40.800.000,00
2074 - Manut. Educação Infantil - Outros	10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	1.583.000,00
2074 - Manut. Educação Infantil - Outros	10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	55.000,00
2074 - Manut. Educação Infantil - Outros	10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	5.214.000,00
2074 - Manut. Educação Infantil - Outros	13600 - Salário Educação	2.547.000,00
2075 - Manut. Escola Agropecuária	10000 - Recursos Ordinários	218.000,00
2075 - Manut. Escola Agropecuária	13703 - Outras Transf. FNDE - PNAE	328.000,00
2076 - Manut. Alimentação Escolar	10000 - Recursos Ordinários	46.760.000,00
2076 - Manut. Alimentação Escolar	13703 - Outras Transf. FNDE - PNAE	12.172.000,00
2077 - Manut. do Transporte Escolar	10100 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	4.797.000,00
2077 - Manut. do Transporte Escolar	13600 - Salário Educação	7.755.000,00
2077 - Manut. do Transporte Escolar	13704 - Outras Transf. FNDE - PNATE	6.640.000,00
2077 - Manut. do Transporte Escolar	16600 - Transf. Legais e Const do Estado p/	3.840.000,00
2079 - Manut. Outros convenio FNDE	13702 - Outras Transf. FNDE - PDDE	320.000,00
2079 - Manut. Outros convenio FNDE	13703 - Outras Transf. FNDE - PNAE	880.000,00
<b>Total:</b>		<b>776.919.000,00</b>



Página: 10 / 22  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

**Programa**

106 - Esporte e Lazer para Todos

**Objetivos**

Promover o acesso ao esporte e lazer a todos segmentos da sociedade e aos atletas chapecoenses que participam de competições oficiais, além do apoio aos grupos especiais,

**Justificativas**

Criar alternativas para a atividade de esporte, lazer e de hábitos saudáveis, com fortalecimento de ações de base, demandadas pela sociedade, de forma integrada e

Diretrizes (Forma de implementação)

Ações	Produto (Un. de Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1090 - Construção/Ampliação/Reforma Praças Esportivas		10000 - Recursos Ordinários		1.309.000,00
1090 - Construção/Ampliação/Reforma Praças Esportivas		13400 - Transferência de Convênios - União - Outros		5.354.000,00
2250 - Manut. Atividades Secretaria de Esportes e Lazer		10000 - Recursos Ordinários		974.000,00
2250 - Manut. Atividades Secretaria de Esportes e Lazer		10000 - Recursos Ordinários		9.338.000,00
2250 - Manut. Atividades Secretaria de Esportes e Lazer		10000 - Recursos Ordinários		7.408.000,00
2250 - Manut. Atividades Secretaria de Esportes e Lazer		10000 - Recursos Ordinários		172.000,00
2251 - Manut. Ativ. de Apoio ao Esportes		10000 - Recursos Ordinários		433.000,00
2251 - Manut. Ativ. de Apoio ao Esportes		10000 - Recursos Ordinários		11.320.000,00
<b>Total:</b>			<b>36.308.000,00</b>	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Página: 11 / 22  
 Data: 10/10/2017

**Programa**

107 - Saúde Humanizada

**Objetivos**

Promover a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, articuladas com

**Justificativas**

O fortalecimento e humanização da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS no âmbito individual e coletivo, integrado às ações

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Ações	Produto (Un. de Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1601 - Construção e Ampliação de Unid. de Saúde		10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde		1.400.000,00
1601 - Construção e Ampliação de Unid. de Saúde		13300 - Transferência de Convênios - União - Saúde		12.184.000,00
1601 - Construção e Ampliação de Unid. de Saúde		16300 - Transferência de Convênios - Estado - Saúde		3.944.000,00
1603 - Aquisição de Material de Uso Permanente - FMS		10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde		56.000,00
1603 - Aquisição de Material de Uso Permanente - FMS		13300 - Transferência de Convênios - União - Saúde		56.000,00
1603 - Aquisição de Material de Uso Permanente - FMS		16300 - Transferência de Convênios - Estado - Saúde		56.000,00
2601 - Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saúde		10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde		1.085.000,00
2601 - Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saúde		10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde		12.483.000,00
2601 - Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saúde		10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde		2.070.000,00
2605 - Manut. Atenção Básica em Saúde		10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde		50.268.000,00
2605 - Manut. Atenção Básica em Saúde		10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde		1.375.000,00
2605 - Manut. Atenção Básica em Saúde		10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde		340.686.000,00
2605 - Manut. Atenção Básica em Saúde		13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica		29.503.000,00
2605 - Manut. Atenção Básica em Saúde		13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica		52.816.000,00
2605 - Manut. Atenção Básica em Saúde		13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica		321.000,00
2605 - Manut. Atenção Básica em Saúde		16300 - Transferência de Convênios - Estado - Saúde		6.240.000,00
2605 - Manut. Atenção Básica em Saúde		16701 - Transf. do SUS Estado - Atenção Básica		5.400.000,00
2606 - Manut. Atenção Especializada em Saúde		10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde		10.828.000,00
2606 - Manut. Atenção Especializada em Saúde		10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde		916.000,00

Página: 12 / 22  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

2607 - Manut. Vigilância em Saúde	10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	849.000,00
2607 - Manut. Vigilância em Saúde	10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	5.403.000,00
2608 - Manut. Assistência Farmaceutica	10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	1.751.000,00
2608 - Manut. Assistência Farmaceutica	10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	8.464.000,00
2608 - Manut. Assistência Farmaceutica	10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	202.000,00
2608 - Manut. Assistência Farmaceutica	13804 - Transferências do SUS - Assist. Farm Básica	5.400.000,00
2608 - Manut. Assistência Farmaceutica	16704 - Transf. do SUS Estado - Assist. Farm Básica	4.300.000,00
2610 - Manut. Atividades Hospital Materno Infantil	10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	3.366.000,00
2631 - Manut. - B2 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	13802 - Transferências do SUS - MAC	2.017.000,00
2632 - Manut. - B2 - Centro de Ref em Saúde do Trabalhador -	13802 - Transferências do SUS - MAC	498.000,00
2633 - Manut. - B2 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência -	13808 - Transferências do SUS - SAMU	330.000,00
2633 - Manut. - B2 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência -	13808 - Transferências do SUS - SAMU	2.150.000,00
2634 - Manut. - B2 - Teto Financeiro Municipal MAC	13802 - Transferências do SUS - MAC	378.545.000,00
2634 - Manut. - B2 - Teto Financeiro Municipal MAC	13802 - Transferências do SUS - MAC	156.000,00
2634 - Manut. - B2 - Teto Financeiro Municipal MAC	16702 - Transf. do SUS Estado - MAC	11.160.000,00
2641 - Manut. - B3 - Vigilância em Saúde	13803 - Transferências do SUS - Vigilância	2.502.000,00
2641 - Manut. - B3 - Vigilância em Saúde	13803 - Transferências do SUS - Vigilância	2.017.000,00
2641 - Manut. - B3 - Vigilância em Saúde	13803 - Transferências do SUS - Vigilância	3.416.000,00
2641 - Manut. - B3 - Vigilância em Saúde	13803 - Transferências do SUS - Vigilância	74.000,00
2641 - Manut. - B3 - Vigilância em Saúde	13803 - Transferências do SUS - Vigilância	731.000,00
2661 - Manut. - B5 - Gestão do SUS	13807 - Transferências do SUS - Gestão	240.000,00
2671 - Manut. Das Atividades do CIS-AMOSC	10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	34.000,00
2671 - Manut. Das Atividades do CIS-AMOSC	10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	27.000,00
2671 - Manut. Das Atividades do CIS-AMOSC	10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	27.000,00
2671 - Manut. Das Atividades do CIS-AMOSC	13802 - Transferências do SUS - MAC	6.870.000,00
2851 - Manut. Atividades do Fundo Mun Assist. do Servidor-F.A.S.	10004 - Recurso Ordinário - FAS	32.154.000,00
2852 - Manut. Centro de Atendimento do Servidor	10004 - Recurso Ordinário - FAS	94.000,00
2852 - Manut. Centro de Atendimento do Servidor	10004 - Recurso Ordinário - FAS	1.112.000,00

Página: 13 / 22  
Data: 10/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Total: 1.005.576.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Página: 14 / 22  
 Data: 10/10/2017

**Programa**

108 - Chapecó Multicultural e Inclusivo

**Objetivos**

Promover políticas públicas de apoio, divulgação e valorização de artistas, entidades e empreendimentos culturais chapecoenses, de preservação e revitalização de espaços

**Justificativas**

Chapecó é formada por diversas etnias o que proporciona grande riqueza cultural, cabendo às políticas públicas garantir o acesso cidadão às ações culturais, à preservação do

Diretrizes (Forma de implementação)

Ações	Produto (Un. de Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2027 - Manut. Centro de Cultura e Eventos		10000 - Recursos Ordinários		82.000,00
2027 - Manut. Centro de Cultura e Eventos		10000 - Recursos Ordinários		128.000,00
2027 - Manut. Centro de Cultura e Eventos		10000 - Recursos Ordinários		500.000,00
2210 - Manut. Atividades Secretaria de Cultura		10000 - Recursos Ordinários		37.000,00
2210 - Manut. Atividades Secretaria de Cultura		10000 - Recursos Ordinários		2.088.000,00
2210 - Manut. Atividades Secretaria de Cultura		10000 - Recursos Ordinários		37.000,00
2210 - Manut. Atividades Secretaria de Cultura		10000 - Recursos Ordinários		13.746.000,00
2211 - Fundo Municipal de Cultura		10000 - Recursos Ordinários		1.646.000,00
2211 - Fundo Municipal de Cultura		10000 - Recursos Ordinários		520.000,00
2211 - Fundo Municipal de Cultura		13400 - Transferência de Convênios - União - Outros		12.000,00
2212 - Manut. Biblioteca Municipal		10000 - Recursos Ordinários		139.000,00
2212 - Manut. Biblioteca Municipal		10000 - Recursos Ordinários		352.000,00
2212 - Manut. Biblioteca Municipal		10000 - Recursos Ordinários		517.000,00
2212 - Manut. Biblioteca Municipal		10000 - Recursos Ordinários		667.000,00
2213 - Manut. Escola de Artes		10000 - Recursos Ordinários		324.000,00
2213 - Manut. Escola de Artes		10000 - Recursos Ordinários		947.000,00
2213 - Manut. Escola de Artes		10000 - Recursos Ordinários		4.997.000,00
2214 - Manut. de Museus		10000 - Recursos Ordinários		473.000,00
2215 - Manut. da PEC		10000 - Recursos Ordinários		68.000,00

Página: 15 / 22  
Data: 10/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Total: 27.280.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Página: 16 / 22  
 Data: 10/10/2017

**Programa**

109 - Chapecó de Oportunidade

**Objetivos**

Promover políticas públicas de apoio aos empreendedores e ao desenvolvimento de negócios produtivos, objetivando a geração de emprego e renda e o fortalecimento do setor

**Justificativas**

A necessidade de geração de oportunidades, empregos e renda estão entre os grandes desafios da gestão pública, exigindo desta o apoio técnico e administrativo aos

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Ações	Produto (Un. de Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1070 - Implantação e Desenvolvimento de Distritos Industriais		10000 - Recursos Ordinários		16.000,00
1070 - Implantação e Desenvolvimento de Distritos Industriais		13400 - Transferência de Convênios - União - Outros		173.000,00
1071 - Implantação Parque Tecnológico		10000 - Recursos Ordinários		1.000.000,00
1071 - Implantação Parque Tecnológico		16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros		1.000.000,00
2012 - Manut. das Atividades de Decoração Natalina		10000 - Recursos Ordinários		469.000,00
2026 - Manut. Parque Trancredo Neves		10000 - Recursos Ordinários		418.000,00
2026 - Manut. Parque Trancredo Neves		10000 - Recursos Ordinários		95.000,00
2026 - Manut. Parque Trancredo Neves		10000 - Recursos Ordinários		4.086.000,00
2190 - Manut. Atividades Secret. Desenvolv. Economico		10000 - Recursos Ordinários		651.000,00
2190 - Manut. Atividades Secret. Desenvolv. Economico		10000 - Recursos Ordinários		5.160.000,00
2190 - Manut. Atividades Secret. Desenvolv. Economico		10000 - Recursos Ordinários		316.000,00
2190 - Manut. Atividades Secret. Desenvolv. Economico		10000 - Recursos Ordinários		4.237.000,00
2191 - Manut. Realização EFAPI 2019/2021		10000 - Recursos Ordinários		9.556.000,00
2192 - Manut. Realização Feiras		10000 - Recursos Ordinários		118.000,00
2193 - Manut. Atividades de Promoção do Turismo		10000 - Recursos Ordinários		43.000,00
2194 - Apoio a Inovação Tecnológica		10000 - Recursos Ordinários		387.000,00
2194 - Apoio a Inovação Tecnológica		13400 - Transferência de Convênios - União - Outros		179.000,00
2230 - Manut. Atividades Secret. De Planejamento		10000 - Recursos Ordinários		6.837.000,00
2230 - Manut. Atividades Secret. De Planejamento		10000 - Recursos Ordinários		1.430.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Página: 17 / 22  
Data: 10/10/2017

2230 - Manut. Atividades Secret. De Planejamento	10000 - Recursos Ordinários	742.000,00
2230 - Manut. Atividades Secret. De Planejamento	10000 - Recursos Ordinários	2.382.000,00
2231 - Manut. Depto de Fiscalização de Obras	10000 - Recursos Ordinários	255.000,00
2231 - Manut. Depto de Fiscalização de Obras	10000 - Recursos Ordinários	258.000,00
2231 - Manut. Depto de Fiscalização de Obras	10000 - Recursos Ordinários	1.669.000,00
2232 - Manut. Depto de Elaboração de Projetos e Obras Públicas	10000 - Recursos Ordinários	1.970.000,00
2232 - Manut. Depto de Elaboração de Projetos e Obras Públicas	10000 - Recursos Ordinários	12.822.000,00
2232 - Manut. Depto de Elaboração de Projetos e Obras Públicas	10000 - Recursos Ordinários	451.000,00
2233 - Manut. Depto de Análise e Aprovação de Projetos	10000 - Recursos Ordinários	1.113.000,00
2233 - Manut. Depto de Análise e Aprovação de Projetos	10000 - Recursos Ordinários	6.000,00
Total:		57.839.000,00



Página: 18 / 22  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

**Programa**

110 - Chapecó Porteira Aberta

**Objetivos**

Promover o desenvolvimento rural e ambiental sustentável, com obras de infraestrutura e difusão de tecnologias e técnicas para incremento da produção e geração de renda, o

**Justificativas**

A necessidade de estabelecer uma política de abastecimento, com valorização de nossos produtores, disponibilizando produtos locais de qualidade ao consumidor chapecoense  
Diretrizes (Forma de implementação)

Ações	Produto (Un. de Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1027 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos		10000 - Recursos Ordinários		398.000,00
1027 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos		18900 - Alienação de Bens		1.120.000,00
2106 - Manut. Horto Florestal		10000 - Recursos Ordinários		885.000,00
2106 - Manut. Horto Florestal		10000 - Recursos Ordinários		176.000,00
2106 - Manut. Horto Florestal		10000 - Recursos Ordinários		332.000,00
2150 - Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais		10000 - Recursos Ordinários		1.580.000,00
2150 - Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais		10000 - Recursos Ordinários		13.461.000,00
2150 - Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais		10000 - Recursos Ordinários		251.000,00
2150 - Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais		10000 - Recursos Ordinários		5.500.000,00
2150 - Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais		10000 - Recursos Ordinários		101.000,00
2151 - Manut. Ativ. Fundo Municipal de Desenv. Rural e Meio		10000 - Recursos Ordinários		11.000,00
2152 - Manut. Da Superintendência de Infraestrutura Rural		10000 - Recursos Ordinários		1.995.000,00
2152 - Manut. Da Superintendência de Infraestrutura Rural		10000 - Recursos Ordinários		6.824.000,00
2152 - Manut. Da Superintendência de Infraestrutura Rural		10000 - Recursos Ordinários		27.000,00
<b>Total:</b>				<b>32.661.000,00</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Página: 19 / 22  
 Data: 10/10/2017

**Programa**

111 - Chapecó do Futuro

**Objetivos**

Promover políticas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável, à utilização racional e eficiente de espaços públicos, à mobilidade, proteção e segurança e a melhoria da

**Justificativas**

A elaboração de projetos com planejamento espacial e ambiental que visem o desenvolvimento e o crescimento sustentável do município, de forma eficiente e ordenada em todo

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Ações	Produto (Un. de Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1020 - Revitalização de Parques e Praças Públicas		10000 - Recursos Ordinários		72.000,00
1020 - Revitalização de Parques e Praças Públicas		13400 - Transferência de Convênios - União - Outros		3.190.000,00
1021 - Implantação e Revitalização de Passeios Públicos		10000 - Recursos Ordinários		48.000,00
1021 - Implantação e Revitalização de Passeios Públicos		13400 - Transferência de Convênios - União - Outros		358.000,00
2014 - Manut. Diretoria de Regularização Fundiária		10000 - Recursos Ordinários		36.000,00
2015 - Manut. Ativ Fundo Mun habitação e Interesse Social		10000 - Recursos Ordinários		70.000,00
2130 - Manut. da Secretaria de Defesa do Cidadão		10000 - Recursos Ordinários		7.369.000,00
2130 - Manut. da Secretaria de Defesa do Cidadão		10000 - Recursos Ordinários		587.000,00
2130 - Manut. da Secretaria de Defesa do Cidadão		10000 - Recursos Ordinários		9.996.000,00
2131 - Manut. da Guarda Municipal		10000 - Recursos Ordinários		27.002.000,00
2131 - Manut. da Guarda Municipal		10000 - Recursos Ordinários		4.440.000,00
2131 - Manut. da Guarda Municipal		10000 - Recursos Ordinários		618.000,00
2132 - Manut. Depto de Fiscalização de Trânsito		10000 - Recursos Ordinários		25.732.000,00
2132 - Manut. Depto de Fiscalização de Trânsito		10000 - Recursos Ordinários		4.188.000,00
2132 - Manut. Depto de Fiscalização de Trânsito		10000 - Recursos Ordinários		541.000,00
2133 - Manut. Depto de Fiscalização de Transporte Público		10000 - Recursos Ordinários		715.000,00
2133 - Manut. Depto de Fiscalização de Transporte Público		10000 - Recursos Ordinários		973.000,00
2133 - Manut. Depto de Fiscalização de Transporte Público		10000 - Recursos Ordinários		172.000,00
2134 - Manut. Atividades do CV - Bombeiros		10005 - Recurso Ordinário - Fundo - Bombeiros		5.100.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Página: 20 / 22  
 Data: 10/10/2017

2134 - Manut. Atividades do CV - Bombeiros	10005 - Recurso Ordinário - Fundo - Bombeiros	7.000.000,00
2134 - Manut. Atividades do CV - Bombeiros	18300 - Operação de Crédito Interna	6.000.000,00
2135 - Manut. Atividades do CV - Polícia Militar	11000 - Transito Militar	1.970.000,00
2135 - Manut. Atividades do CV - Polícia Militar	11000 - Transito Militar	4.980.000,00
2135 - Manut. Atividades do CV - Polícia Militar	11000 - Transito Militar	850.000,00
2136 - Manut. Atividades do CV - Polícia Civil	11100 - Transito Civil	1.430.000,00
2136 - Manut. Atividades do CV - Polícia Civil	11100 - Transito Civil	488.000,00
2137 - Manut. Depto de Mobilidade Urbana	16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	50.880.000,00
2235 - Manut. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial	10000 - Recursos Ordinários	4.000,00
2235 - Manut. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial	13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	66.000,00
2236 - Manut. Diretoria de Habitação	10000 - Recursos Ordinários	3.518.000,00
2236 - Manut. Diretoria de Habitação	10000 - Recursos Ordinários	78.000,00
2236 - Manut. Diretoria de Habitação	10000 - Recursos Ordinários	607.000,00
<b>Total:</b>		<b>169.078.000,00</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
 PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

Página: 21 / 22  
 Data: 10/10/2017

**Programa**

112 - Chapecó - Nossa Cidade

**Objetivos**

Promover a gestão municipal urbana e ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura e a oferta de serviços públicos adequados e de

**Justificativas**

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Ações	Produto (Un. de Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1022 - Construção de Galerias - Micro e Macro Drenagem		10000 - Recursos Ordinários		470.000,00
1022 - Construção de Galerias - Micro e Macro Drenagem		13400 - Transferência de Convênios - União - Outros		12.538.000,00
1023 - Recuperação/Pavimentação/Espanção de Vias Públicas		10000 - Recursos Ordinários		2.000.000,00
1023 - Recuperação/Pavimentação/Espanção de Vias Públicas		13400 - Transferência de Convênios - União - Outros		12.000.000,00
1023 - Recuperação/Pavimentação/Espanção de Vias Públicas		16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros		55.000.000,00
1023 - Recuperação/Pavimentação/Espanção de Vias Públicas		18300 - Operação de Crédito Interna		55.000.000,00
1023 - Recuperação/Pavimentação/Espanção de Vias Públicas		18600 - Operação de Crédito Externa		40.000.000,00
1027 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos		10000 - Recursos Ordinários		693.000,00
2028 - Manut. Atividades Aeroporto Municipal		10000 - Recursos Ordinários		2.397.000,00
2028 - Manut. Atividades Aeroporto Municipal		10000 - Recursos Ordinários		280.000,00
2028 - Manut. Atividades Aeroporto Municipal		10000 - Recursos Ordinários		13.835.000,00
2100 - Manut. Ativ. Secret. de Infraestrutura Urbana		10000 - Recursos Ordinários		10.248.000,00
2100 - Manut. Ativ. Secret. de Infraestrutura Urbana		10000 - Recursos Ordinários		570.000,00
2100 - Manut. Ativ. Secret. de Infraestrutura Urbana		10000 - Recursos Ordinários		3.981.000,00
2100 - Manut. Ativ. Secret. de Infraestrutura Urbana		10000 - Recursos Ordinários		696.000,00
2101 - Manut. Depto de Serviços Urbanos		10000 - Recursos Ordinários		2.343.000,00
2101 - Manut. Depto de Serviços Urbanos		10000 - Recursos Ordinários		2.550.000,00
2101 - Manut. Depto de Serviços Urbanos		10000 - Recursos Ordinários		16.555.000,00
2101 - Manut. Depto de Serviços Urbanos		10000 - Recursos Ordinários		822.000,00

Página: 22 / 22  
Data: 10/10/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
PPA - Modelo Da Planilha de Despesa

2102 - Manut. Depto de Maquinas e Equipamentos	10000 - Recursos Ordinários	10.305.000,00
2102 - Manut. Depto de Maquinas e Equipamentos	10000 - Recursos Ordinários	1.461.000,00
2102 - Manut. Depto de Maquinas e Equipamentos	10000 - Recursos Ordinários	29.941.000,00
2102 - Manut. Depto de Maquinas e Equipamentos	10700 - Contrib. de Intervenção do Domínio Econ. - CIDE	1.240.000,00
2103 - Manut. Depto de Obras	10000 - Recursos Ordinários	7.518.000,00
2103 - Manut. Depto de Obras	10000 - Recursos Ordinários	1.068.000,00
2103 - Manut. Depto de Obras	10000 - Recursos Ordinários	3.731.000,00
2104 - Manut. Depto de Estradas	10000 - Recursos Ordinários	2.885.000,00
2104 - Manut. Depto de Estradas	10000 - Recursos Ordinários	296.000,00
2104 - Manut. Depto de Estradas	10000 - Recursos Ordinários	309.000,00
2105 - Manut. da Usina de Asfalto	10000 - Recursos Ordinários	1.486.000,00
2105 - Manut. da Usina de Asfalto	10000 - Recursos Ordinários	223.000,00
2105 - Manut. da Usina de Asfalto	10000 - Recursos Ordinários	3.240.000,00
2107 - Manut. Sinalização Viária	10000 - Recursos Ordinários	2.212.000,00
2108 - Manut. da Iluminação Publica	10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública -	34.309.000,00
2108 - Manut. da Iluminação Publica	10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública -	15.000.000,00
2108 - Manut. da Iluminação Publica	10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública -	2.835.000,00
2109 - Manut. Coleta Resíduos Sólidos Domiciliares e Seletiva	10000 - Recursos Ordinários	83.822.000,00
2109 - Manut. Coleta Resíduos Sólidos Domiciliares e Seletiva	10000 - Recursos Ordinários	696.000,00
2110 - Manut. Fundo Municipal de Saneamento Basico	10000 - Recursos Ordinários	1.100.000,00
2110 - Manut. Fundo Municipal de Saneamento Basico	13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	290.000,00
2110 - Manut. Fundo Municipal de Saneamento Basico	16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	260.000,00
<b>Total:</b>		<b>436.205.000,00</b>

1  
10/10/2017ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
RESUMO DA RECEITA E DESPESA POR FONTE DE RECURSOS

	RECEITA POR FONTE DE RECURSOS					DESPESA POR FONTE DE RECURSO				
	2018	2019	2020	2021	SOMA	2.018	2.019	2.020	2.021	SOMA
10000 - Recursos Ordinários	279.699.700	296.520.000	313.268.000	330.303.300	1.219.791.000	229.057.301	244.070.850	252.219.821	262.204.028	987.552.000
10004 - Recurso Ordinário - FAS	7.720.000	8.120.000	8.540.000	8.980.000	33.360.000	7.720.000	8.120.000	8.540.000	8.980.000	33.360.000
10005 - Recurso Ordinário - Fundo - Bombeiros	2.800.000	3.000.000	3.100.000	3.200.000	12.100.000	2.800.000	3.000.000	3.100.000	3.200.000	12.100.000
101010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação	46.955.000	49.471.000	51.699.000	55.156.000	203.281.000	50.850.399	54.536.150	57.352.179	62.554.272	225.293.000
10200 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde	53.505.000	56.265.000	58.917.000	62.376.000	231.063.000	100.252.000	103.649.000	114.312.000	123.077.000	441.290.000
10300 - Contrib p/ Regime Prop. Previd. Social - RPPS - Fundo Previdência	68.780.000	72.240.000	75.840.000	79.620.000	296.480.000	68.780.000	72.240.000	75.840.000	79.620.000	296.480.000
10700 - Contrib. de Intervenção do Domínio Econ. - CIDE	280.000	300.000	320.000	340.000	1.240.000	280.000	300.000	320.000	340.000	1.240.000
10800 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumin. Pública - COSIP	11.740.000	12.564.000	13.448.000	14.392.000	52.144.000	11.740.000	12.564.000	13.448.000	14.392.000	52.144.000
10900 - FIA Imposto de Renda	220.000	220.000	220.000	220.000	880.000	220.000	220.000	220.000	220.000	880.000
11000 - Transito Militar	1.800.000	1.900.000	2.000.000	2.100.000	7.800.000	1.800.000	1.900.000	2.000.000	2.100.000	7.800.000
11100 - Transito Civil	445.000	467.000	491.000	515.000	1.918.000	445.000	467.000	491.000	515.000	1.918.000
11800 - Transf. Do FUNDEB - Apl Rem Profs.Magist efet exerc. EB	80.096.000	84.106.000	88.325.000	92.753.000	345.280.000	80.096.000	84.106.000	88.325.000	92.753.000	345.280.000
11900 - Transf. Do FUNDEB - Apl outras Desp da Educ Basica	4.204.000	4.414.000	4.635.000	4.867.000	18.120.000	4.204.000	4.414.000	4.635.000	4.867.000	18.120.000
13100 - Transferência de Convênios - União - Assistência Social	320.000	340.000	380.000	400.000	1.440.000	320.000	340.000	380.000	400.000	1.440.000
13200 - Transferência de Convênios - União - Educação	3.460.000	3.480.000	3.500.000	3.520.000	13.960.000	3.460.000	3.480.000	3.500.000	3.520.000	13.960.000
13300 - Transferência de Convênios - União - Saúde	3.060.000	3.060.000	3.060.000	3.060.000	12.240.000	3.060.000	3.060.000	3.060.000	3.060.000	12.240.000
13400 - Transferência de Convênios - União - Outros	8.360.000	8.480.000	8.600.000	8.720.000	34.160.000	8.360.000	8.480.000	8.600.000	8.720.000	34.160.000
13501 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AB	1.820.000	1.920.000	2.020.000	2.120.000	7.880.000	1.820.000	1.920.000	2.020.000	2.120.000	7.880.000
13502 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - MC	960.000	1.000.000	1.040.000	1.100.000	4.100.000	960.000	1.000.000	1.040.000	1.100.000	4.100.000
13503 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AC	720.000	760.000	800.000	840.000	3.120.000	720.000	760.000	800.000	840.000	3.120.000
13504 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-SUAS	280.000	300.000	320.000	340.000	1.240.000	280.000	300.000	320.000	340.000	1.240.000
13505 - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - IGD-PBF	320.000	340.000	360.000	380.000	1.400.000	320.000	340.000	360.000	380.000	1.400.000
13600 - Salário Educação	8.600.000	9.120.000	9.680.000	10.260.000	37.660.000	8.600.000	9.120.000	9.680.000	10.260.000	37.660.000
13702 - Outras Transf. FNDE - PDDE	80.000	80.000	80.000	80.000	320.000	80.000	80.000	80.000	80.000	320.000
13703 - Outras Transf. FNDE - PNAE	3.100.000	3.260.000	3.420.000	3.600.000	13.380.000	3.100.000	3.260.000	3.420.000	3.600.000	13.380.000
13704 - Outras Transf. FNDE - PNATE	1.540.000	1.620.000	1.700.000	1.780.000	6.640.000	1.540.000	1.620.000	1.700.000	1.780.000	6.640.000
13801 - Transferências do SUS - Atenção Básica	19.140.000	20.120.000	21.160.000	22.220.000	82.640.000	19.140.000	20.120.000	21.160.000	22.220.000	82.640.000
13802 - Transferências do SUS - MAC	90.070.000	94.545.000	99.259.000	104.212.000	388.086.000	90.070.000	94.545.000	99.259.000	104.212.000	388.086.000
13803 - Transferências do SUS - Vigilância	2.080.000	2.140.000	2.220.000	2.300.000	8.740.000	2.080.000	2.140.000	2.220.000	2.300.000	8.740.000
13804 - Transferências do SUS - Assist. Farm Básica	1.260.000	1.320.000	1.380.000	1.440.000	5.400.000	1.260.000	1.320.000	1.380.000	1.440.000	5.400.000
13807 - Transferências do SUS - Gestão	60.000	60.000	60.000	60.000	240.000	60.000	60.000	60.000	60.000	240.000
13808 - Transferências do SUS - SAMU	560.000	600.000	640.000	680.000	2.480.000	560.000	600.000	640.000	680.000	2.480.000
16100 - Transferência de Convênios - Estado - Assist Social	680.000	700.000	720.000	740.000	2.840.000	680.000	700.000	720.000	740.000	2.840.000
16200 - Transferência de Convênios - Estado - Educação	5.160.000	5.160.000	5.160.000	5.160.000	20.640.000	5.160.000	5.160.000	5.160.000	5.160.000	20.640.000
16300 - Transferência de Convênios - Estado - Saúde	2.560.000	2.560.000	2.560.000	2.560.000	10.240.000	2.560.000	2.560.000	2.560.000	2.560.000	10.240.000
16400 - Transferência de Convênios - Estado - Outros	24.840.000	26.100.000	27.420.000	28.780.000	107.140.000	24.840.000	26.100.000	27.420.000	28.780.000	107.140.000
16600 - Transf. Legais e Const do Estado p/ Desenvolvimento Educação	900.000	940.000	980.000	1.020.000	3.840.000	900.000	940.000	980.000	1.020.000	3.840.000
16701 - Transf. do SUS Estado - Atenção Básica	1.260.000	1.320.000	1.380.000	1.440.000	5.400.000	1.260.000	1.320.000	1.380.000	1.440.000	5.400.000
16702 - Transf. do SUS Estado - MAC	2.580.000	2.720.000	2.860.000	3.000.000	11.160.000	2.580.000	2.720.000	2.860.000	3.000.000	11.160.000
16704 - Transf. do SUS Estado - Assist. Farm Básica	1.000.000	1.040.000	1.100.000	1.160.000	4.300.000	1.000.000	1.040.000	1.100.000	1.160.000	4.300.000
18300 - Operação de Crédito Interna	21.500.000	16.500.000	11.500.000	11.500.000	61.000.000	21.500.000	16.500.000	11.500.000	11.500.000	61.000.000
18600 - Operação de Crédito Externa	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	40.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	40.000.000
18900 - Alienação de Bens	280.000	280.000	280.000	280.000	1.120.000	280.000	280.000	280.000	280.000	1.120.000
SOMA	774.794.700	809.452.000	844.442.000	887.574.300	3.316.263.000	774.794.700	809.452.000	844.442.000	887.574.300	3.316.263.000

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/PMCS/2017

Publicação Nº 1404990

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2017.  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: CAMILO EMPÓRIO DOS PÃES LTDA – ME.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/PMCS/2017.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios (merenda escolar), no atendimento a todas as escolas da rede municipal de Cocal do Sul.

Assinatura: 14/09/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/PMCS/2017

Publicação Nº 1404901

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 83/2017.  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: JUCEMAR VIEIRA – ME.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/PMCS/2017.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços para serviços de lavagem de veículos, no atendimento a frota do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 22/09/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 34.465,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/PMCS/2017

Publicação Nº 1404889

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 86/2017.  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA – EPP.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/PMCS/2017.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de peças de desgaste para máquinas pesadas, para uso nas máquinas do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 05/10/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 32.770,00 (trinta e dois mil e setecentos e setenta reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/PMCS/2017

Publicação Nº 1404945

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 90/2017.  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: DEATEC ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA – ME.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/PMCS/2017.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de material de copa e cozinha, para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 05/10/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 1.081,00 (um mil e oitenta e um reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO DO CONTRATO 31/FMS/2017

Publicação Nº 1404920

CONTRATO Nº: 31/2017.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
CONTRATADA: EQUIPEL COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI – ME.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15/FMS/2017.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 14/FMS/2017.

Objeto: Aquisição de mobiliário sob medida, destinado para prédios públicos do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 22/09/2017.

Vigência: Início: 22/09/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais).

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da Atividade
11.01.2.027.4.4.90.00.00.00.00.00	59	Manutenção do programa piso atenção básica fixo

# Concórdia

## PREFEITURA

### NOTIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 38/2017-1 - PMC

Publicação Nº 1404854

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
DECISÃO ADMINISTRATIVA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 38/2017-1

Processo Licitatório nº 38/2017-1 PMC  
Pregão Eletrônico SRP nº 5/2017 PMC  
Ata de Registro de Preços nº 135/2017 PMC  
Contratada: PABLO RAFAEL BRITO DE VARGAS - CNPJ: 24.994.427/0001-10.

Notificada a detentora da Ata de registro de Preços, via edital, na data de 20/09/2017, e não havendo a mesma apresentado Defesa Administrativa no prazo legal, decide o Gestor de Contratos pela RESCISÃO UNILATERAL da Ata de Registro de Preços e aplicação da seguinte penalidade.

- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Concórdia, pelo prazo de dois anos, conforme Cláusula Oitava, item 8.1.2.2;

Poderá ainda ser apresentado recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei 8.666/93, devendo ainda juntar as provas que julgar necessário.

Concórdia-SC, 18 de outubro de 2017  
ANGELO BENINI FANTIN  
Gestor de Contratos



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 703/2017

Publicação Nº 1405167

DECRETO Nº 703/2017

“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS PARA COMPOR a Comissão Permanente de Licitações DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, e dá outras providências”.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão Permanente de Licitações do Município de Cordilheira Alta, com a finalidade de dirigir e julgar os procedimentos licitatórios e os registros cadastrais deste Município, os seguintes servidores:

I – Titulares:

- a) PRESIDENTE: Patricia Strada Machado - matrícula n. 13497-02;
- b) 1º MEMBRO: Adriana de Cezaro Moresco - matrícula n. 4089-01;
- c) 2º MEMBRO: Flaviano Perim - matrícula n. 13348-02;

II – Suplentes:

- a) 1º SUPLENTE: Nilvete Aparecida Sartor Atuatti - matrícula n. 293-02;
- b) 2º SUPLENTE: Emanuelle Cella Tozzo - matrícula n. 6261-03;
- c) 3º SUPLENTE: Cachtiuze Magnanti - matrícula n. 13455-01.
- d) 4º SUPLENTE: Solange Maria Dervanoski Lanzarin - matrícula n. 1203-01;

Parágrafo Único. Os titulares da Comissão serão representados, quando ausentes, por qualquer dos suplentes que se fizerem presentes, respeitando-se a ordem de designação.

Art. 2º As decisões da Comissão serão tomadas com a presença de 03 (três) membros, no mínimo, e mediante voto singular de cada um deles.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 485/2017.

Cordilheira Alta/SC, 18 de Outubro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### DECRETO Nº 704/2017

Publicação Nº 1405169

DECRETO Nº 704/2017

“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS PARA COMPOR a Equipe Técnica responsável pelas licitações na modalidade Pregão, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Equipe Técnica responsável pelas licitações na modalidade Pregão do Município de Cordilheira Alta os seguintes servidores:

I - Pregoeiro Oficial:

- a) TITULAR: Adriana de Cezaro Moresco - matrícula n. 4089-01;

II - Equipe de Apoio:

- a) TITULAR: Patricia Strada Machado - matrícula n. 13497-02;
- b) TITULAR: Flaviano Perim - matrícula n. 13348-02;
- c) 1º SUPLENTE: Nilvete Aparecida Sartor Atuatti - matrícula n. 293-02;
- d) 2º SUPLENTE: Emanuelle Cella Tozzo - matrícula n. 6261-03;
- e) 3º SUPLENTE: Cachtiuze Magnanti - matrícula n. 13455-01;
- f) 4º SUPLENTE: Solange Maria Dervanoski Lanzarin - matrícula n. 1203-01.

§ 1º Quando da ausência do Pregoeiro Oficial, caberá aos servidores Patricia Strada Machado e Solange Maria Dervanoski Lanzarin a sua substituição, respeitando-se a ordem de designação.

§ 2º Os titulares da Equipe de Apoio serão representados, quando ausentes, por qualquer dos suplentes que se fizerem presentes, respeitando-se a ordem de designação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 484/2017.

Cordilheira Alta/SC, 18 de Outubro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO Nº 705/2017**

Publicação Nº 1405746

DECRETO Nº 705/2017

"DISPÕE SOBRE A Nomeação DE Comissão PARA REALIZAR A CHAMADA PÚBLICA - Edital nº 04/2017 - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito em exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições dispostas no Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Constitui Comissão Especial para a realização de todas as etapas da Chamada Pública - Edital nº 04/2017 - destinada à contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento de vaga de Professor de Geografia – 10h, existente no Magistério Público Municipal no ano letivo de 2017.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial da Chamada Pública - Edital nº 04/2017 - sob a presidência da primeira, os seguintes servidores: Maíke Elize Techio; Adriana Ines Lanzarin; Sonia Fatima Cenci; Vania Cristina Graciani e Eder Pizzatto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 18 de Outubro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 04/2017 - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL DE PROFESSOR DE GEOGRAFIA - 10H**

Publicação Nº 1405747

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2017

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito em Exercício do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará CHAMADA PÚBLICA visando à contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento de vaga de Professor de Geografia - 10h, existente no Magistério Público Municipal no ano letivo de 2017, em razão do não preenchimento nos Editais de Processo Seletivo nº 05/2016 e nº 01/2017, sempre sob amparo de excepcional interesse público, com a estrita observância dos princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade e eficiência administrativa, a qual se regerá pelas Instruções Especiais contidas neste Edital, bem como pelas demais disposições legais vigentes, sob o comando da Comissão Especial, e considerando os itens a seguir:

**1. DA CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO:**

1.1 Ficam convocados os interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública - nos termos do Edital nº 04/2017 - mediante apresentação na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, munidos da seguinte documentação (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório):

1) Cédula de Identidade e CPF; 2) Comprovante da habilitação; 3) Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 31/12/2016; e 4) Formulário próprio de inscrição para Chamada Pública - Anexo I deste Edital - conforme cronograma a seguir:

Data	Horário	Área de Atuação/Disciplina
26/10/2017	Das 14h às 17h	Professor de Geografia - 10h

**2. DA VAGA**

Cargo	Carga Horária	Local	Turno	Término Contrato	Vaga Vinculada
Professor de Geografia	10h semanais	Escola Básica Municipal Fernando Machado	Vespertino	Término do ano letivo (previsto para 20/12/17) ou retorno ao cargo do professor titular	Sim (Professor titular nomeado para cargo de provimento comissionado - Diretor de Escola - no Governo do Estado de Santa Catarina)

Habilitação exigida:

Área de Atuação/ Disciplina	Habilitado	Não Habilitado
Professor de Geografia	Curso superior completo na área de atuação	Cursando ensino superior a partir da 4ª fase

**3. DA CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

3.1 A classificação desta Chamada Pública ocorrerá por ordem de formação acadêmica dos candidatos.

3.2 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga será dada preferência ao que possuir maior habilitação.

3.3 Havendo dois ou mais professores com a mesma habilitação será dada preferência ao que tiver maior tempo de serviço no Magistério

e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

3.4 Havendo dois ou mais professores não-habilitados, será dada preferência ao que tiver maior tempo de serviço no Magistério e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

#### 4. DA CONVOCAÇÃO

4.1 O candidato classificado estará sendo convocado para assumir a vaga no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar daquela data, devendo entregar no Departamento de Recursos Humanos do Município de Cordilheira Alta os seguintes documentos:

- Prova de ser brasileiro nato ou naturalizado, idade mínima 18 anos (cópia identidade);
- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia do título eleitoral; Comprovante da última votação;
- Fotocópia Certidão de casamento ou nascimento ou declaração de convivência;
- Fotocópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia do Diploma ou Certificado de conclusão para comprovar a escolaridade exigida e inscrição no órgão fiscalizador da profissão;
- Fotocópia de inscrição no Pis/Pasep;
- 01 foto 3x4;
- Declaração de endereço atualizado ou cópia da fatura de água, luz ou telefone;
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- No caso de acumulação legal de cargo, função ou emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares;
- Declaração de BENS ou IRRF;
- Declaração de dependentes para fins de abatimento no Imposto de Renda na Fonte;
- Fotocópia do certificado militar ou dispensa CDI ( masculino);
- Atestado de Aptidão Mental para o exercício do cargo; (psicóloga);
- Laudo Médico oficial para exercício do cargo (permitir-se-á prazo maior para apresentação deste documento);
- Folha Corrida Judicial;
- Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral dos últimos 05 (cinco) anos;
- Conta Corrente – Banco do Brasil
- Comprovante de frequência escolar, para crianças a partir de 07 (sete) anos, no caso de menor inválido que não frequente a escola por motivo de invalidez, deve ser apresentado atestado médico que confirme o fato.

4.2 O candidato que deixar de assumir as suas funções no prazo de 02 (dois) dias úteis perderá o direito à vaga, ficando excluído da listagem da chamada pública do ano letivo em andamento.

4.3 O candidato chamado para assumir vaga deverá entregar a documentação de que trata o item 4.1 deste Edital no Departamento de Recursos Humanos do Município de Cordilheira Alta.

#### 5. DA REMUNERAÇÃO

5.1 A remuneração a ser paga, com base na legislação municipal vigente, é a seguinte:

Cargo	Carga Horária	Vencimento	Regência De Classe (20%)
Professor Habilitado	10h semanais	R\$ 674,12	R\$ 134,82
Professor Não Habilitado	10h semanais	R\$ 539,29	R\$ 107,86

#### 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

6.2. O candidato terá direito à remuneração a partir do primeiro dia em que entrar em exercício, desde que efetivada a sua contratação, respeitadas as disposições editalícias e legais pertinentes.

6.3 A inexistência das informações, falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do respectivo Edital de Convocação da Chamada Pública, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

6.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial composta pelo Decreto nº 705/2017, respeitada a legislação em vigor.

Cordilheira Alta/SC, 18 de Outubro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em exercício

#### ANEXO I

#### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

#### CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2017

Nº Inscrição: \_\_\_\_\_ (preenchimento exclusivo da Comissão Especial)

\*Preenchimento obrigatório pelo candidato

Área de Atuação/Disciplina\*: \_\_\_\_\_

Nome\*: \_\_\_\_\_

Idade\*: \_\_\_\_\_

Data Nascimento\*: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Local\*: \_\_\_\_\_

Estado Civil\*: \_\_\_\_\_ RG\*: \_\_\_\_\_ CPF\*: \_\_\_\_\_

E-mail\*: \_\_\_\_\_ Fone Fixo\*: \_\_\_\_\_ Celular\*: \_\_\_\_\_

Escolaridade\*:

- ( ) Pós Graduação (Especialização/Mestrado/Doutorado) \_\_\_\_\_  
( ) Licenciatura Plena \_\_\_\_\_  
( ) Licenciatura Curta \_\_\_\_\_  
( ) Estudos Adicionais \_\_\_\_\_  
( ) Magistério \_\_\_\_\_  
( ) Cursando \_\_\_\_\_ Período: \_\_\_\_\_  
( ) Ensino Médio \_\_\_\_\_  
( ) Outro: \_\_\_\_\_

Tempo de Serviço (para preenchimento exclusivo da Comissão Especial, conforme documentação apresentada):

- Magistério Municipal: \_\_\_\_\_ anos, \_\_\_\_\_ meses, \_\_\_\_\_ dias;  
- Magistério Estadual: \_\_\_\_\_ anos, \_\_\_\_\_ meses, \_\_\_\_\_ dias;  
- Magistério Particular: \_\_\_\_\_ anos, \_\_\_\_\_ meses, \_\_\_\_\_ dias;  
Total: \_\_\_\_\_ anos, \_\_\_\_\_ meses, \_\_\_\_\_ dias.

Assinatura do Candidato\*: \_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável pelo recebimento da Inscrição: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ATENÇÃO: O preenchimento deste documento (duas vias) em desacordo com as orientações nele contidas e/ou com as disposições editais correlatas autorizará a recusa do recebimento da respectiva inscrição.

### **EXTRATO CHAMADA PÚBLICA - EDITAL N. 04/2017 - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL DE PROFESSOR DE GEOGRAFIA - 10H**

Publicação Nº 1405749

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito em exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que estará realizando Chamada Pública - Edital nº 04/2017 - destinada à contratação em caráter temporário e emergencial de Professor de Geografia - 10h, para atuar na Escola Básica Municipal Fernando Machado no período vespertino.

A inscrição somente será efetuada via presencial, junto à Secretaria de Educação, no endereço: Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, no dia 26/10/2017 - das 14h às 17h.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone 49 – 33589100.

Cordilheira Alta (SC), em 18 de Outubro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em exercício

### **EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 112/2017**

Publicação Nº 1405208

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº48/2017

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 112/2017

SOLICITANTES: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS EM TRANSPORTE COLETIVO TERRESTRE, PARA OS PACIENTES ATENDIDOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO FORA DO DOMÍLIO (TFD), INCLUINDO SERVIÇOS DE TRANSLADO DO TERMINAL RODOVIÁRIO ATÉ O ESTABELECIMENTO DE SAÚDE PRESTADOR DE SERVIÇO (IDA E VOLTA).

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$69.366,80(Sessenta e nove mil trezentos e sessenta e seis reais oitenta centavos).

ADJUDICAÇÃO: Deacido o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora a empresa: REUNIDAS TURISMO S.A no valor total de R\$69.366,80, adjudicado em favor das empresas mencionadas, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 18 de Outubro de 2017.

Adriana De Cezaro Moresco

Pregoeiro

**LEI 1.230/2017**

Publicação Nº 1405171

LEI N. 1.230/2017

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DA FINALIDADE**

Art. 1º O Fundo Municipal de Assistência Social de Cordilheira Alta – FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, instituído pela Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, tem como objetivo proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e os benefícios da política de assistência social.

Art. 2º Caberá a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, enquanto órgão responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, gerir o FMAS, sob orientação e acompanhamento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Parágrafo Único. O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

**CAPÍTULO II  
DA CONSTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

Art.3º Constituem recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;

VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - recursos provenientes das receitas advindas dos estacionamento públicos, cujo índice será definido pelo Chefe do Poder Executivo, não podendo ser inferior a quarenta por cento da receita bruta;

VIII - doações em espécie;

IX - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

X - outras receitas que venham ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos previstos no inciso I serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS.

§ 2º Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social de Cordilheira Alta (FMAS).

**CAPÍTULO III  
DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

Art. 4º Os recursos repassados pelo FMAS destinam-se ao:

I - cofinanciamento dos serviços de caráter continuado e de programas e projetos de assistência social, destinado ao custeio de ações e ao investimento em equipamentos públicos da rede socioassistencial do município;

II - cofinanciamento da estruturação da rede socioassistencial do Município, incluindo ampliação e construção de equipamentos públicos, para aprimorar a capacidade instalada e fortalecer o Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

III - atendimento, em conjunto com o Município, às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV - aprimoramento da gestão de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada - IGDSUAS, para a utilização no âmbito do Município, conforme legislação específica;

V - apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa Bolsa Família pelo Município, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGDPBF, conforme legislação específica;

VI - atendimento das despesas de operacionalização que visem implementar ações de assistência social.

VII - custeio das despesas dos Conselheiros Municipais e Trabalhadores de Assistência Social em representações e ou participações em seminários, capacitações e eventos relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

VIII - apoio e financiamento da conferência municipal de assistência social, em conjunto com a administração municipal, e das demais conferências, com a deliberação do CMAS.

§ 1º Os recursos de que tratam os incisos I, IV e V deverão ser transferidos, de forma regular e automática, diretamente pelo FNAS e FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§ 2º Os recursos de que trata o inciso I também poderão ser utilizados pelos entes federados:

a) para pagamento de profissionais que integrem equipes de referência, nos termos do art. 6º-E da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e conforme a Resolução do CNAS vigente.

b) para capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de estudos e pesquisas essenciais à execução de serviços, programas e projetos e benefícios de assistência social.

§ 3º Os recursos de que trata o inciso IV e V devem ser utilizados conforme cadernos de orientação do Índice de Gestão Descentralizada do IGD-Programa Bolsa Família, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGD SUAS.

§ 4º O repasse de recursos para as entidades e organizações de



assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com as normativas vigentes.

#### CAPÍTULO IV DAS CONDIÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS E DO FEAS PARA O FMAS

Art. 5º São condições para transferência de recursos do FNAS ao FMAS de Cordilheira Alta:

I - a instituição e o funcionamento de Conselho de Assistência Social;

II - a instituição e o funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social, devidamente constituído como unidade orçamentária;

III - a elaboração de Plano Municipal de Assistência Social; e

IV - a comprovação orçamentária de recursos próprios destinados à assistência social, alocados em seus respectivos fundos de assistência social.

Parágrafo único. O planejamento das atividades a serem desenvolvidas com recursos do FNAS e do FEAS integrará o Plano de Assistência Social, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e aprovado pelo CMAS.

Art. 6º Os recursos transferidos do FNAS e do FEAS ao Município serão aplicados segundo prioridades estabelecidas no plano de ação, aprovado por seu respectivo conselho.

Art. 7º O cofinanciamento federal de serviços, programas e projetos de assistência social e de sua gestão, no âmbito do SUAS, será realizado por meio de blocos de financiamento.

Parágrafo único. Consideram-se blocos de financiamento o conjunto de serviços, programas e projetos, devidamente tipificados e agrupados, e sua gestão, na forma definida em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

#### CAPÍTULO V DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 8º A prestação de contas da utilização de recursos federais de que tratam os incisos I, IV e V do art. 4º, repassados para o fundo de assistência social do município, será realizada por meio de declaração anual dos entes recebedores ao ente transferidor, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo conselho de assistência social, que comprovará a execução das ações.

§ 1º Para fins de prestação de contas dos recursos federais de que trata inciso I do art. 4º, considera-se relatório de gestão as informações relativas à execução física e financeira dos recursos transferidos, declaradas pelos entes federados em instrumento informatizado específico, disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 2º A prestação de contas, na forma do caput, será submetida à aprovação do FMAS e posteriormente encaminhada ao FNAS e ao FEAS.

Art. 9º A utilização e prestação de contas de recursos federais e estaduais recebidos pelo fundo de assistência social do Município, de que tratam os incisos IV e V do art. 4º, observará o disposto em legislação específica.

Art. 10. Os recursos de que trata o inciso I do art. 4º poderão ser

repassados pelos fundos municipais para entidades e organizações que compõem a rede socioassistencial, observados os critérios estabelecidos pelos respectivos conselhos, o disposto no art. 9º da Lei nº 8.742, de 1993, e a legislação aplicável.

Art. 11. Os demonstrativos da execução orçamentária e financeira do FMAS serão submetidos à apreciação do CMAS trimestralmente, de forma sintética, e anualmente, de forma analítica.

#### CAPÍTULO VI DO CONTROLE SOCIAL

Art. 12. No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos, aos critérios de partilha, ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social divulga amplamente para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, e projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS);

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS);

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política.

V - decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FNAS, ou não regular, não autorizando referido repasse;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

a) análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o plano municipal de assistência social;

c) execução e aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) qualidade dos serviços prestados;

f) articulação com as demais políticas intersetoriais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social (REDESUAS), se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços cofinanciados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X - certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, e propor medidas saneadoras para sua regularização, caso identifique-se irregularidades;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas cabíveis para regularização;

XII - Elaborar Parecer sobre a Utilização dos Recursos ao Tribunal Contas do Estado - TCE

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 18 de Outubro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em exercício

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

## LEI 1.231/2017

Publicação Nº 1405172

LEI N. 1.231/2017

DISPÕE SOBRE ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E FICA SANCIONADA A SEGUINTE LEI:

## CAPÍTULO I DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Política da Assistência Social do Município de Cordilheira

Alta, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 16, parágrafo único, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social de Cordilheira Alta é vinculado a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com despesas referentes a passagens, traslados, alimentação, hospedagens de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício das suas atribuições.

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§ 1º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas à execução dos benefícios, programas, projetos e serviços prestados pela Política Municipal de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social inscritas no CMAS, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§ 2º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Municipal de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários desta Política.

## CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA E DO EXERCÍCIO

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I - elaborar seu Regimento Interno, conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a Política Municipal, elaborada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III - convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento e constituir a comissão organizadora;

IV - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política Municipal de Assistência Social;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano municipal de capacitação permanente de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), em consonância com o Plano Nacional e

Estadual de capacitação;

VIII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito do município e efetiva participação dos segmentos de representação dos conselhos;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo fundo municipal de assistência social – FMAS, conforme DECRETO Nº 7.788, DE 15 DE AGOSTO DE 2012.

X - aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, e serviços;

XII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social no município;

XIII - informar ao gestor municipal da Assistência Social sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de assistência social, para que este adote as medidas cabíveis;

XIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal, efetivado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB, estabelecido na NOB/SUAS;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XVII - publicar no respectivo meio oficial do município todas as suas deliberações;

XVIII - exercer o controle social da gestão do trabalho no âmbito do SUAS; conforme prescrito na NOBSUAS/RH;

XIX - Eleger entre seus membros a mesa diretora do conselho;

XX - Fiscalizar e acompanhar o benefício de prestação continuada – BPC e o Programa Bolsa Família – PBF;

XXI - Acompanhar a gestão integrada de serviços e benefícios socioassistenciais;

Art. 4º Para o exercício de suas competências, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

a) o plano municipal de assistência social;

b) o plano de ação;

c) a proposta orçamentária da secretaria de assistência social para apreciação e aprovação;

d) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF);

e) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete trimestral e prestação de contas ao final do exercício;

f) as informações relativas ao montante de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;

g) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;

h) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

i) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

j) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético da execução física e financeira.

II - das entidades e organizações de assistência social:

a) o estatuto social;

b) o plano de trabalho;

c) o relatório anual de execução do plano de trabalho;

III - do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

a) os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas e resoluções;

b) o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede Suas).

V - da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas competências.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

##### Seção I

##### Da Composição

Art. 5º O Conselho de Assistência Social deverá ser composto por 50% de representantes do governo e 50% de representantes da sociedade civil, com o presidente eleito, entre os seus membros, em reunião plenária, com a alternância do governo e da sociedade civil na Presidência e na Vice-presidência em cada mandato, sendo permitido uma única recondução.

§ 1º Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução, por igual período.

§ 2º Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato.

§ 3º Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do



Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno.

§ 4º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto por 6 membros titulares e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - três representantes de secretarias municipais e respectivos suplentes, e que sejam servidores que detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública, da seguinte forma:

- a) um da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
- b) um da Secretaria Municipal de Educação,
- c) um da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

II - três representantes da Sociedade Civil e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) dois representantes dos usuários ou de organizações e usuários da assistência social;
- b) um representante de entidade de trabalhadores do setor.

Parágrafo único. Caso o município não contar com um dos segmentos conforme alíneas a ou b poderá compor as vagas disponíveis com um dos demais segmentos.

§ 5º A eleição da sociedade civil ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público, tendo como candidatos e eleitores os segmentos descritos no parágrafo anterior, inciso II. Deve-se, ainda, observar:

I - caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público;

II - após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto;

III - o processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

§ 6º A nomeação é de responsabilidade do respectivo Chefe do Poder Executivo, e a posse dos conselheiros ocorram em prazo adequado e suficiente para não existir descontinuidade do funcionamento do conselho.

Art. 6º Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso, conforme Resolução 14 do CNAS, de 2014.

Art. 7º Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§ 1º As entidades e organizações de assistência social podem ser

consideradas isoladas ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e da Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do CMAS;

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do CMAS.

§ 2º As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742/93, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos.

§ 3º Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

Art. 8º Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS, conforme Resolução 14 do CNAS, de 2014.

Art. 9º Os conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art. 10. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

## Seção II Do Funcionamento

Art. 11. O Plenário reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 12. Os Conselhos têm autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas.

Art. 13. O Conselho de Assistência Social deverá ter uma Secretaria Executiva com assessoria técnica, devendo ter conhecimento sobre a política de assistência social, indicada pelo secretário municipal de assistencial social.

§ 1º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho de Assistência Social, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, devendo contar com pessoal técnico-administrativo;

§ 2º A Secretaria Executiva poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para prestar apoio técnico-logístico.

Art. 14. As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores, os representantes de outras entidades, outros representantes dos usuários ou de organizações de usuários, ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

I - de Normas, Regulamentos e Inscrições;

II - de Financiamento e Orçamento;

III - de Políticas;

IV - de Divulgação e Comunicação.

Art. 15. No início de cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do Conselho, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos os conselheiros, titulares e suplentes, e os técnicos do Conselho.

Art. 16. Devem ser programadas ações de capacitação dos conselheiros por meio de palestras, fóruns ou cursos, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação e, para tanto, deve-se prever recursos financeiros nos orçamentos, utilizando-se para este fim os recursos repassados pelo governo municipal, estadual e federal.

Art. 17. O Conselho deve estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - racionalização dos eventos dos Conselhos, de maneira a garantir a participação dos conselheiros, principalmente daqueles que fazem parte de outros Conselhos;

V - garantia da construção de uma política pública efetiva.

Seção III

Do Desempenho

Art. 18. Para o bom desempenho do Conselho, é fundamental que os conselheiros:

I - sejam assíduos às reuniões;

II - participem ativamente das atividades do Conselho;

III - colaborem no aprofundamento das discussões para auxiliar nas decisões do Colegiado;

IV - divulguem as discussões e as decisões do Conselho nas instituições que representam e em outros espaços;

V - contribuam com experiências de seus respectivos segmentos, com vistas ao fortalecimento da Assistência Social;

VI - mantenham-se atualizados em assuntos referentes à área de assistência social, indicadores socioeconômicos do País, Estado e Município, políticas públicas, orçamento, financiamento, demandas da sociedade, considerando as suas especificidades;

VII - colaborem com o Conselho no exercício do controle social;

VIII - atuem, articuladamente, com o seu suplente e em sintonia com a sua entidade;

IX - desenvolvam habilidades de negociação e prática de gestão intergovernamental;

X - estudem e conheçam a legislação da Política de Assistência Social;

XI - aprofundem o conhecimento e o acesso a informações referentes à conjuntura nacional e internacional relativa à política social;

XII - mantenham-se atualizados a respeito do custo real dos serviços e programas de assistência social e dos indicadores socioeconômicos da população, que demandam esses serviços, para então argumentar, adequadamente, as questões de orçamento e cofinanciamento;

XIII - busquem aprimorar o conhecimento in loco da rede pública e privada prestadora de serviços socioassistenciais;

XIV - mantenham-se atualizados sobre o fenômeno da exclusão social, sua origem estrutural e nacional, para poderem contribuir com a construção da cidadania e no combate à pobreza e à desigualdade social no município;

XV - acompanhem, permanentemente, as atividades desenvolvidas pelas entidades e organizações de assistência social, para assegurar a qualidade dos serviços oferecidos aos beneficiários das ações de assistência social.

Seção IV

Da Organização

Art. 19. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

II - da Mesa Diretora;

III - das Comissões;

IV - da Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do

**Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).**

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de no mínimo dois anos, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

- I - o Presidente;
- II - o Vice-Presidente;
- III - o 1º Secretário;
- IV - o 2º Secretário.

§ 3º Serão criados Grupos Temáticos, de caráter temporário, sempre que o conselho avaliar necessário.

**CAPÍTULO IV  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 20. Será emitida declaração a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

Art. 21. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 22. As Assembleias Gerais do CMAS e as reuniões das Comissões são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 23. O Regimento Interno do CMAS complementarà a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei, devendo ser submetido e aprovado pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação pelo CMAS.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 18 de Outubro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em exercício

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**LEI 1.232/2017**

Publicação Nº 1405173

LEI Nº 1.232/2017

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA E DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e FICA SANCIONADA a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

DA DEFINIÇÃO, DOS USUÁRIOS E DOS OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Seção I****Da Definição**

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, a fim de garantir o atendimento às necessidades básicas.

**Seção II  
Dos Usuários**

Art. 2º Constitui o público usuário da Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como:

I - famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade;

II - ciclos de vida;

III - identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual;

IV - desvantagem pessoal resultante de deficiências;

V - exclusão pela pobreza;

VI - falta de acesso às demais políticas públicas;

VII - uso de substâncias psicoativas;

VIII - diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos;

IX - inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal;

X - estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem apresentar risco pessoal e social.

**Seção III  
Dos Objetivos**

Art. 3º A política da assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais, promovendo a universalização dos direitos sociais.

## CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

### Seção I Dos Princípios

Art. 4º A política da assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao direito em acessar benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

### Seção II Das Diretrizes

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa e comando único das ações no Município;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações;

III - primazia da responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social na condução da política de assistência social;

IV - centralidade na família para concepção e implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

## CAPÍTULO III DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos de proteção social básica ou especial, e concedem benefícios, dirigidos às famílias e aos indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, respeitados as deliberações do Conselho Nacional e Estadual de Assistência Social, bem como do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

§ 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, executam ações voltadas prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social.

§ 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social.

## CAPÍTULO IV DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 7º A gestão das ações na assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), executadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com os seguintes objetivos:

I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;

II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;

III - estabelecer as responsabilidades do município na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;

IV - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;

V - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e

VI - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

§ 1º As ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.

§ 2º O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social, abrangidas por esta Lei.

§ 3º A instância gestora da Política Municipal de Assistência Social é a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 8º A assistência social organiza-se pelos seguintes níveis de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos e de rompimento de vínculo.

Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

Art. 9º As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades e organizações de assistência social



vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço conforme preconiza a Tipificação nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009, exceto o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, os quais devem ser executados exclusivamente pelo município.

§ 1º A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pela Secretaria Municipal que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

2º Para o reconhecimento referido no parágrafo anterior, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social; e

II - integrar o Sistema de Cadastro Nacional de Entidades.

§ 3º As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS poderão celebrar Termos de Colaboração ou de Fomento com o poder público, por meio de chamamento público, para a execução dos serviços, garantindo financiamento nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias.

§ 4º As demais questões relacionadas ao processo de inscrição e acompanhamento das entidades e organizações de assistência social serão definidas em resolução do CMAS, conforme normativas e resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

#### Seção I Da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Art. 10. A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social compete:

I - coordenar e organizar o SUAS em âmbito municipal;

II - planejar, executar, monitorar e avaliar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

III - organizar a rede socioassistencial por níveis de proteção social básica e especial;

IV - manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos benefícios eventuais;

V - realizar a gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda;

VI - promover a articulação intersetorial dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos;

VII - elaborar programas e projetos, sempre vinculados aos serviços socioassistenciais;

VIII - efetivar e acompanhar convênios com a rede prestadora de serviços;

IX - gerenciar o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e outros fundos especiais relacionados aos Conselhos de direitos a ela vinculados;

X - apoiar e oferecer estrutura para a realização da conferência municipal;

XI - gerir os programas de transferência de renda e benefícios

eventuais;

XII - elaborar o Plano de Assistência Social de forma participativa, submetendo-o à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

XIII - assessorar técnica e administrativamente o Conselho Municipal de Assistência Social e Conselhos de direitos a ela vinculados;

XIV - desenvolver serviços de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, ofertados em quantidade e qualidade aos usuários, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

XV - desenvolver o serviço de vigilância sócio territorial;

XVI - desenvolver o serviço de informação, monitoramento e avaliação;

XVII - elaborar e executar a política de recursos humanos de acordo com a NOB/RH.

XVIII - instituir a educação permanente, para trabalhadores e conselheiros da assistência social;

XIX - organizar e fazer a gestão da política de habitação, conforme prevê o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SINHIS.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social é constituída pela seguinte estrutura:

§ 1º Diretamente vinculados a Assistência Social - Gestão Direta:

I - Secretário Municipal;

II - Gerente de Proteção Social;

§ 2º Órgãos Colegiados vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - o Conselho Municipal de Assistência Social;

II - o Conselho Municipal da Pessoa Idosa;

III - o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

IV - o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

VII - Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação.

§ 3º Órgãos de execução de atividades meio:

I - a Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento;

II - o Departamento de Recursos Humanos;

III - o Departamento de Compras, Licitações e Contratos;

IV - a assessoria jurídica, através da Procuradoria Geral;

V - a Assessoria de Comunicação.

Seção II  
Dos Serviços Ofertados

Art. 12. A Proteção Social Básica será responsável por executar os seguintes serviços:

I - serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF);

II - serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;

III - serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Art. 13. A Proteção Social Especial de média complexidade será responsável por executar os seguintes serviços:

I - serviço de proteção e atendimento especializado para famílias e indivíduos (PAEFI);

II - serviço especializado em abordagem social;

III - serviço de proteção social para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC);

IV - serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias;

V - serviço especializado para pessoas em situação de rua.

Art. 14. A proteção social especial de alta complexidade será responsável por executar os seguintes serviços:

I - serviço de acolhimento institucional, nas seguintes modalidades:

- a) abrigo institucional;
- b) casa lar;
- c) casa de passagem;
- d) residência inclusiva.

II - serviço de acolhimento em república;

III - serviço de acolhimento em família acolhedora;

IV - serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Art. 15. Os serviços de proteção social básica serão executados ou referenciados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Art. 16. O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é unidade de referência territorializada, que tem por objetivo a atuação com famílias, seus membros e indivíduos, residentes no município, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, e provendo a inclusão das famílias nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade por meio das seguintes ações:

I - promover o acompanhamento socioassistencial de famílias em um determinado território;

II - potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade;

III - contribuir com o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando o seu protagonismo;

IV - desenvolver programas que envolvam diversos setores, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre

gerações;

V - atuar de forma preventiva, evitando que as famílias integrantes do público-alvo tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Art. 17. O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS contará com uma equipe de referência, conforme previsto na NOB/RH e na Resolução n. 17/2011.

Parágrafo único. A criação ou ampliação dos cargos públicos, equipes técnicas de referência obrigatórias para execução dos serviços da proteção social básica, sua remuneração e as diretrizes para a sua carreira serão estabelecidas em Lei Complementar.

Art. 18. Os serviços de proteção social de média complexidade serão executados ou referenciados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Art. 19. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS se constitui em unidade pública e pólo de referência, responsável pela execução, coordenação e articulação dos serviços da proteção social especial de média complexidade, que se dará por meio das seguintes ações:

I - articular, coordenar e operar a rede de serviços públicos socioassistenciais, demais políticas públicas e de garantia de direitos, no âmbito do município;

II - prestar atendimento especializado às crianças, aos adolescentes, aos homens e às mulheres vítimas de violência sexual e doméstica, bem como aos seus familiares;

III - prestar atendimento às pessoas em situação de mendicância na rua e de rua;

IV - auxiliar e acompanhar as crianças e os adolescentes que estejam sob medida protetiva ou medida pertinente aos pais ou responsáveis, bem como de suporte para reinserção social;

V - auxiliar e acompanhar os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e os adolescentes que se encontram em medida de semiliberdade ou internação, bem como suas famílias;

VI - monitorar e acompanhar os serviços de média complexidade oferecidos no município ou regionalizados às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas com deficiência, dentre outros.

Art. 20. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS contará com uma equipe, conforme previsto na NOB/SUAS-RH e Resolução n. 17/2011, obedecendo ao critério de atendimento de até 50 pessoas/indivíduos.

Parágrafo único. A criação ou ampliação dos cargos públicos, equipes técnicas de referência obrigatórias para execução dos serviços da proteção social especial de média complexidade, sua remuneração e as diretrizes para a sua carreira serão estabelecidas em Lei Complementar.

Art. 21. Os serviços de média complexidade poderão ser executados por equipe de referência alocada no órgão gestor municipal, exclusiva para atendimento de proteção social especial, quando o município justificar não ter demanda o suficiente para instituir espaço físico de CREAS, ou então atender por meio do CREAS Regional, executado pelo Estado.

Art. 22. O serviço de proteção social especial de alta complexidade constitui-se no acolhimento em diferentes equipamentos, conforme

citado no Art. 14, destinados às famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos, a fim de garantir proteção integral.

Parágrafo único. A criação ou ampliação dos cargos públicos, equipes técnicas de referência obrigatórias para execução dos serviços da proteção social especial de alta complexidade, sua remuneração e as diretrizes para a sua carreira serão estabelecidas em Lei Complementar.

Art. 23. Deverá ser replicada as equipes de referência da proteção especial de média e alta complexidade, sempre que a demanda municipal dos serviços justificar.

Art. 24. As equipes de referências para atendimento direto nos serviços de alta complexidade, em especial para atendimento de crianças e adolescentes, devem seguir as Orientações Técnicas para Crianças e Adolescentes, bem como para atendimento de idosos deve seguir as orientações da Política da Política para Pessoa Idosa, além daquelas orientações estabelecidas na NOB/RH.

Art. 25. Os serviços de alta complexidade serão implantados no município quando se justificar por meio da demanda, sendo possível a instituição destes serviços em forma de convênio, consórcio público ou regionalizado entre municípios, desde que garanta a convivência familiar e comunitária.

Art. 26. Os serviços de alta complexidade, que não exigem equipe de referência no equipamento, poderão ser executados por equipe de referência alocada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

### Seção III Dos Benefícios Eventuais

Art. 27. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelo CMAS e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelo Conselho.

§ 2º Os benefícios eventuais serão concedidos articulados com a execução dos serviços socioassistenciais e são complementares ao atendimento das famílias.

§ 3º Os benefícios serão concedidos, conforme a Lei Municipal específica, mediante parecer social.

### Seção IV Dos Programas e Projetos

Art. 28. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços socioassistenciais.

Parágrafo único. Os programas de que trata este artigo serão definidos pelos respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos os objetivos e princípios que regem esta lei, com prioridade para a inserção profissional e social.

Art. 29. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria

das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e a sua organização social.

### SEÇÃO V Do Financiamento

Art. 30. O financiamento dos serviços, programas, projetos e benefícios, estabelecidos nesta lei far-se-á com os recursos da União, do Estado e do Município de Ibirama, das demais contribuições sociais previstas no art. 195 da Constituição Federal de 1988, além daqueles que compõem o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

§ 1º A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social deverá participar ativamente da elaboração do PPA, LDO e LOA do município, garantindo a alocação de recursos necessários para a execução da política municipal de Assistência Social.

§ 2º Cabe a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 3º O financiamento da assistência social deve ser efetuado mediante cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, devendo os recursos serem alocados no fundo municipal de assistência social e serem destinados à operacionalização, execução, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política.

### CAPÍTULO V DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 31. Compete ao Município:

I - executar com qualidade dos serviços socioassistenciais, programas e projeto;

II - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

III - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV - cofinanciar o aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos de assistência social;

V - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social.

### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. É condição para os repasses de recursos do governo Federal e Estadual, que o Município mantenha a efetiva instituição e funcionamento:

I - o Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

II - o Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;

III - o Plano de Assistência Social.

Parágrafo único. É, também, condição para transferência de recursos do FNAS ao Município, a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus

respectivos Fundos de Assistência Social.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 18 de Outubro de 2017.

ALTEMIR PEDERSETTI

Prefeito Municipal em exercício

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

## LEI 1.233/2017

Publicação Nº 1405175

LEI Nº 1.233/2017

“DEFINE E REGULAMENTA OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E FICA SANZIONADA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias residentes do Município de Cordilheira Alta, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

§ 1º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 2º Os benefícios eventuais devem integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

I - vulnerabilidade social compreende situações ou identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos – situações essas que tem origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas. A vulnerabilidade não é somente financeira; ela envolve a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania.

§ 3º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual, conforme critérios estabelecidos nesta lei.

§ 4º É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 5º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, adolescente, jovens, a pessoa idosa, a pessoa com

deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 6º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer social, elaborado por:

I - Assistentes sociais que compõe as equipes de referência que atuam nos serviços de proteção social básica e especial.

II - Assistente Social responsável pela gestão dos benefícios eventuais, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º A inclusão ou alteração de critérios para acesso aos benefícios eventuais deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 4º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo, e será concedido conforme § 6º do Art. 2º.

§ 1º Para cálculo da renda per capita será considerado:

a) Rendimento da Família: folha de pagamento (salário bruto), declaração de trabalho autônomo/informal, comprovante de aposentadoria ou pensão por morte ou invalidez, pensão alimentícia, valores recebidos pelos Programas Federais, tais como: BPC, seguro desemprego, licença-maternidade, licença saúde e transferência monetária federal.

b) Gastos: Comprovantes de valor de aluguel (contrato e recibo), de financiamento de terreno ou casa, de pagamento de pensão alimentícia e com gastos com medicação (comprovados com receita médica e nota fiscal).

§ 2º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal per capita familiar, ou na falta de algum documento, o Assistente Social da equipe de referência ou o Assistente Social responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais na gestão terá autonomia para a concessão de benefício, por meio de justificativa, a qual deverá constar anexa ao parecer social.

§ 3º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

Art. 5º São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio por natalidade;

II - auxílio por morte;

III - situações de vulnerabilidade temporária;

IV - calamidade pública.

Art. 6º O auxílio natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

I - necessidades do recém-nascido;

II - apoio à família no caso de morte da mãe.

III - apoio a mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido.

§ 1º O benefício pode ser solicitado até o 60º dia após o nascimento.

§ 2º São documentos essenciais para concessão do auxílio por natalidade:

I - declaração de nascido vivo ou certidão de nascimento da criança;



II - certidão de natimorto

III - comprovante de rendimentos e gastos da família;

VI - comprovante de residência;

V - carteira de identidade e CPF do beneficiado;

§ 3º O valor conferido ao auxílio natalidade será de 1/2 (meio) salário mínimo vigente.

§ 4º É vedada a concessão de auxílio por natalidade para a família que estiver segurada pelo salário-maternidade, previsto no art. 18, I, 'g', da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 7º O auxílio por morte atenderá:

I - despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II - necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros;

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I - atestado de óbito;

II - comprovante de residência;

III - comprovante de rendimentos e gastos da família;

IV - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

V - carteira de identidade e CPF do (falecido)

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 dias após o óbito.

§ 3º O valor conferido ao auxílio funeral será de 1 (um) salário mínimo vigente.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de alta complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral ao município.

§ 5º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria de Assistência Social e Habitação e será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 6º referente ao § 4º e § 5º o município poderá arcar com 100% dos custos.

Art. 8º Os benefícios por natalidade e por morte podem ser pagos, diretamente a um integrante da família beneficiária ou pessoa autorizada mediante declaração.

Art. 9º A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material;

III - danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de alimentação;

II - da falta de documentação;

III - da falta de domicílio, quando:

a) da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos membros da família;

b) da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

c) de desastres e de calamidade pública;

d) de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I - comprovante de residência;

II - comprovante de rendimentos e gastos da família;

III - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

§ 3º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social.

Art. 10 A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

§ 1º O auxílio em situação de calamidade pública será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública, salvo em caso da perda de todos os pertences pessoais:

I - comprovante de residência;

II - comprovante de rendimentos e gastos da família;

III - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

Art. 11 Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

IV - garantir a inserção e o acompanhamento das famílias beneficiárias nos serviços ofertados pela proteção social básica e especial, para a superação das situações de vulnerabilidade social, fortalecendo a autonomia das famílias.

V - divulgar o acesso aos benefícios eventuais no município;

VI - encaminhar ao CMAS relatório semestral de gestão dos benefícios eventuais.

VII - viabilizar a articulação com as demais políticas intersetoriais e com o Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 12 Ao Conselho Municipal de Assistência Social compete:

I - acompanhar periodicamente a concessão desses benefícios, no âmbito do município, por meio do relatório de concessões fornecidas pelo órgão gestor da Assistência Social;

II - acompanhar a relação dos tipos de benefícios concedidos e também dos benefícios negados e as justificativas da não concessão;

III - fiscalizar a regulamentação da prestação dos benefícios eventuais em consonância com a Política Nacional e o Plano Municipal de Assistência.

IV - fiscalizar a responsabilidade do município na efetivação do direito, a destinação de recursos financeiros do município e do estado título de cofinanciamento do custeio dos benefícios eventuais; e

V - acompanhar as ações do município na organização do atendimento aos beneficiários de modo a manter a integração de serviços, benefícios e programas de transferência de renda.

Art. 13 Não são provisões da política de assistência social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso (Redação dada pela Resolução nº 39, de 2009).

Art. 14 As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social (Redação dada pela Resolução nº 39, de 2009).

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 18 de Outubro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em exercício

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

## LEI 1.234/2017

Publicação Nº 1405176

Lei Nº 1.234/2017

“INSTITUI, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DE CORDILHEIRA ALTA, A GRATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica, no âmbito do Poder Executivo de Cordilheira Alta, instituída a Gratificação de Licitação, a ser atribuída mensalmente aos servidores designados para compor a Comissão Permanente de Licitações e a Equipe Técnica do Pregão, conforme disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02.

§ 1º O valor da Gratificação de Licitação de que trata o caput será o seguinte:

I - Presidente da Comissão Permanente de Licitações: R\$ 600,00 (seiscentos reais);

II - Membro Titular da Comissão Permanente de Licitações: R\$ 300,00 (trezentos reais);

III - Pregoeiro Oficial Titular: R\$ 600,00 (seiscentos reais);

IV - Membro Titular da Equipe de Apoio ao Pregoeiro Oficial: R\$ 200,00 (duzentos reais).

§ 2º Caso o servidor seja designado simultaneamente como Pregoeiro, Presidente ou Membro da Comissão Permanente de Licitações e ou da Equipe de Apoio, deverá optar, expressamente, sob qual atividade pretende perceber a Gratificação referida na presente Lei, ficando vedada a percepção cumulativa.

§ 3º O valor da gratificação será reajustado na mesma data e com o mesmo índice da revisão geral dos servidores do Poder Executivo Municipal.

§ 4º O servidor designado como suplente da Comissão Permanente de Licitações ou da Equipe Técnica do Pregão, quando em substituição ao respectivo titular, fará jus a Gratificação proporcional aos dias em que estiver em plena atuação.

§ 5º Ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações e ao Pregoeiro Oficial titular compete informar, mensalmente, ao Departamento de Recursos Humanos, a participação efetiva dos respectivos servidores nas atividades, com vistas à atribuição do valor da Gratificação a ser consignada em folha de pagamento mensal.

Art. 2º Não terá direito a percepção da Gratificação, pelo prazo de seu afastamento, o servidor titular que estiver ausente por qualquer motivo, mesmo sendo esse período remunerado, uma vez que o recebimento desta vantagem se vincula à sua efetiva participação na Comissão Permanente de Licitações ou na Equipe Técnica do Pregão.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária específica da Secretaria a qual o servidor estiver vinculado.

Art. 4º A Gratificação disciplinada nesta Lei não será incorporada ao vencimento do servidor, nem incidirá encargos sociais, possuindo, assim, caráter meramente indenizatório.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 18 de Outubro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em exercício

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2017

Publicação Nº 1405305

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
Estado de Santa Catarina  
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2017  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS  
Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 30a/2017  
Empresa com preços registrados: IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA ME  
CNPJ: 05.984.055/0001-05  
Item: 23  
Total: R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais)

Ata registro de preço Nº 30b/2017  
Empresa com preços registrados: ANDRADE ESPORTES EIRELI ME  
CNPJ: 75.553.131/0001-03  
Item: 4  
Total: R\$ 1.725,00 (mil setecentos e vinte e cinco reais).

Ata registro de preço Nº 30c/2017  
Empresa com preços registrados: MUCELIN & MUCELIN LTDA ME  
CNPJ: 82.122.292/0001-08  
Item: 13, 14, 17, 24, 27, 30, 31, 32 e 35  
Total: R\$ 8.935,18 (oito mil novecentos e trinta e cinco reais e dezoito centavos).

Ata registro de preço Nº 30d/2017  
Empresa com preços registrados: FRANCESQUETT ATACADO E VA-REJO EIRELI EPP  
CNPJ: 13.674.709/0001-14  
Item: 1, 7, 8 11, 15, 18, 20, 22, 28, 29, 33 e 34  
Total: R\$ 3.439,50 (três mil quatrocentos e trinta e nove reais e cinq- enta centavos).

Ata registro de preço Nº 30e/2017  
Empresa com preços registrados: VIDELIVROS COMÉRCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA ME  
CNPJ: 04.449.998/0001-67  
Item: 3, 6, 9, 10, 12, 16, 19 e 26  
Total: R\$ 8.053,50 (oito mil e cinq- enta e três reais e cinq- enta centavos).

Ata registro de preço Nº 30f/2017  
Empresa com preços registrados: MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA  
CNPJ: 02.459.406/0001-62  
Item: 2, 5, 21 e 25  
Total: R\$ 2.917,50 (quatro mil quinhentos e trinta reais).

Coronel Freitas (SC), 05 de outubro de 2017.  
Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2017

Publicação Nº 1405306

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
Estado de Santa Catarina  
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2017  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS  
Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 31/2017  
Empresa com preços registrados: CESAR AUGUSTO BARELLA 68303033972  
CNPJ: 13.105.765/0001-38  
Item: 1  
Total: R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)

Coronel Freitas (SC), 5 de outubro de 2017.  
Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 7915/2017

Publicação Nº 1405250

DECRETO Nº. 7.915, 20 de Setembro de 2017.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. IZEU JONAS TOZETTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº 2.163/2016.  
DECRETA

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.  
Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.  
Função: 04 – Administração.  
Sub-função: 122 – Administração Geral.  
Programa: 0003- Administração Geral.  
Ação: 2.088 – Transferência a Consórcios Públicos, Subvenções, Contribuições e Auxílios.  
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins lucrativos. R\$15.000,00

Art. 2º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.  
Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.  
Função: 04 – Administração.  
Sub-função: 122 – Administração Geral.  
Programa: 0003- Administração Geral.  
Ação: 2.088 – Transferência a Consórcios Públicos, Subvenções, Contribuições e Auxílios.

Elemento: 3.3.93.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos. R\$12.000,00

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.  
Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.  
Função: 04 – Administração.  
Sub-função: 122 – Administração Geral.  
Programa: 0003- Administração Geral.  
Ação: 2.088 – Transferência a Consórcios Públicos, Subvenções, Contribuições e Auxílios.  
Elemento: 3.3.72.00.00.00.00.00.01.0000 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos. R\$ 500,00

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.  
Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.  
Função: 04 – Administração.  
Sub-função: 122 – Administração Geral.  
Programa: 0003- Administração Geral.  
Ação: 2.088 – Transferência a Consórcios Públicos, Subvenções, Contribuições e Auxílios.  
Elemento: 4.4.71.00.00.00.00.00.01.0000 – Transferências a Consórcios Públicos.  
R\$ 2.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Setembro de 2017.  
Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon  
Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO Nº 7922/2017

Publicação Nº 1405252

DECRETO Nº. 7.922, 29 De Setembro De 2017.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 99/2017, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93;

### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 99/2017 – Inexigibilidade de Licitação Nº. 1/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a PAMPA PRODUÇÕES E PUBLICIDADE LTDA com o item Nº: 1, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Setembro de 2017.  
Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do

centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon  
Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO Nº 7923/2017

Publicação Nº 1405254

DECRETO Nº. 7.923, 03 De Outubro De 2017.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente a Lei Municipal Nº 2.206/2017.

### DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e empenhar na dotação própria do Orçamento atual do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 81,00 (oitenta e um reais), para pagamento de despesas relativas ao exercício financeiro de 2015, da Secretaria Municipal de Saúde, para a CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, portadora do CNPJ Nº 80.095.466/0001-57, conforme a seguir discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
AÇÃO 2.091		
ELEMENTO 3.3.90.00.00.0	CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA	R\$ 81,00
0.00.00.00.01.0002		
TOTAL		R\$ 81,00

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da ação acima discriminada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Outubro de 2017.  
Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon  
Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO Nº 7924/2017

Publicação Nº 1405256

DECRETO Nº. 7.924, 03 De Outubro De 2017.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente a Lei Nº 2.207/2017.

### DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e empenhar na dotação própria do Orçamento atual do Município, o valor de R\$ 505,00 (quinhentos e cinco reais), para pagamento de despesas relativas ao exercício financeiro de 2014, da Secretaria De Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para a CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, portadora do CNPJ Nº



80.095.466/0001-57, conforme a seguir discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
ACÇÃO 2.044	CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA	R\$ 505,00
ELEMENTO 3.3.90.30.24.0 0.00.00.00.01.0000		
TOTAL		R\$ 505,00

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da ação acima discriminada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Outubro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO Nº 7925/2017

Publicação Nº 1405258

DECRETO Nº. 7.925, 04 De Outubro De 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 102/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 36/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 102/2017 – Dispensa de Licitação Para Compras e Serviços Nº. 36/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a WEBER SEGURANÇA LTDA - EPP com o item Nº: 1, no valor de R\$ 2.836,00 (Dois mil e oitocentos e trinta e seis reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Outubro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO Nº 7926/2017

Publicação Nº 1405261

DECRETO Nº. 7.926, 05 De Outubro De 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 96/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 96/2017 – Pregão Presencial Nº. 53/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a ELG MÓVEIS PLANEJADOS LTDA - ME com os itens Nºs: 1 e 2 no valor de R\$ 6.302,00 (seis mil e trezentos e dois reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Outubro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO Nº 7927/2017

Publicação Nº 1405263

DECRETO Nº. 7.927, 05 De Outubro De 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 88/2017, TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 1/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 88/2017 – Tomada de Preços Para Compras e Serviços Nº. 1/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a TRANS'GA-BRIELLI LTDA - ME com o item Nº: 1, no valor de R\$ 11.180,00 (Onze mil e cento e oitenta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Outubro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7928/2017**

Publicação Nº 1405265

DECRETO Nº. 7.928, 05 De Outubro De 2017.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 97/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 97/2017 – Pregão Presencial Nº. 54/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a ANDRADE ESPORTES LTDA com o item Nº: 4 no valor de R\$ 1.725,00 (um mil e setecentos e vinte e cinco reais); FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI – EPP com os itens Nºs: 1, 7, 8, 11, 15, 18, 20, 22, 28, 29, 33 e 34 no valor de R\$ 3.439,50 (três mil e quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos); IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA – ME com o item Nº 23, no valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais); MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA – EPP com os itens Nºs: 2, 5, 21 e 25 no valor de R\$ 2.917,50 (dos mil e novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos); MUCELIN E MUCELIN com os itens Nºs: 13, 14, 17, 24, 27, 30, 31, 32 e 35 no valor de R\$ 8.935,18 (oito mil e novecentos e trinta e cinco reais e dezito centavos); VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS com os itens Nºs: 3, 6, 9, 10, 12, 16, 19 e 26 no valor de R\$ 8.053,50 (oito mil e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Outubro de 2017.  
Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7929/2017**

Publicação Nº 1405267

DECRETO Nº. 7.929, 05 De Outubro De 2017.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 82/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 82/2017 – Pregão Presencial Nº. 43/2017, do Município, na sua exata ordem de

classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a CESAR AUGUSTO BARELLA 68303033972 com o item Nº: 1 no valor de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais);

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Outubro de 2017.  
Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7930/2017**

Publicação Nº 1405269

DECRETO Nº. 7.930, 05 De Outubro DE 2017.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.163/2016.  
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verba por superávit do exercício anterior no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 41.944,15 (quarenta e um mil e novecentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.  
Unidade: 06.01 – Departamento De Serviços Urbanos.  
Função: 06 – Segurança Pública.  
Sub - função: 182 – Defesa Civil.  
Programa: 0017 – Trânsito Seguro.  
Ação: 2.048 – Manutenção do Convênio do Trânsito.  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0056 – Superávit do Exercício Anterior. R\$ 41.944,15

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior, são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016, conforme Decreto nº 7.734/2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Outubro de 2017.  
Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7931/2017**

Publicação Nº 1405271

DECRETO Nº. 7.931, 10 De Outubro De 2017.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 12/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 5/2017, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 12/2017 – Dispensa de Licitação Para Compras e Serviços Nº. 5/2017, do Fundo Municipal de Saúde, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a ELISANGELA DA SILVA com o item Nº: 1, no valor de R\$ 8.281,76 (Oito mil e duzentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de Outubro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7932/2017**

Publicação Nº 1405272

DECRETO Nº. 7.932, 10 de Outubro de 2017.  
INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE CONVITES, TOMADAS DE PREÇOS, CONCORRENCIAS E LEILÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal Nº. 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Permanente de Julgamento de Convites, Tomadas de Preços, Concorrências e Leilão, da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Saúde e da Câmara Municipal de Vereadores, para o exercício de 2017.

Art. 2º. A comissão criada por este Decreto será regida pelo disposto neste ato e pelas normas previstas na Lei Nº. 8.666/93.

Art. 3º. A referida Comissão fica assim constituída: Andressa Regina Gollo (Presidente), Carolina Rosalen Piva (Vice-Presidente), Raquel Milani (Membro), Joraci Pagnussat (Membro), Paulo Cesar Strada (Membro).

Parágrafo 1º. A designação de que trata o caput deste artigo será pelo prazo de 01 (um) ano, vedada à recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente.

Parágrafo 2º. As decisões da Comissão serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 4º. São atribuições da Comissão Permanente de Licitação:

I - Autuar o processo licitatório quando da sua instauração;  
II - registrar os procedimentos nos livros próprios conforme prevê a Lei Federal Nº. 8.666/93, de 21/06/93 e 8.883/94, de 08/06/94;  
III - elaborar o ato convocatório e a minuta do contrato;  
IV - enviar o ato convocatório e a minuta do contrato para apreciação pela assessoria jurídica do Município;  
V - providenciar a publicação do ato convocatório;  
VI - receber a documentação de habilitação;  
VII - julgar a documentação de habilitação;  
VIII - julgar as propostas;  
IX - após a conclusão do processo licitatório, encaminhar ao Executivo Municipal para homologação.

Art. 5º. As autenticações dos documentos dos processos licitatórios ficam restritas ao presidente e vice-presidente.

Art. 6º. As sessões da Comissão Permanente de Licitação serão realizadas na sala de reuniões no paço municipal, sito à Avenida Santa Catarina, 1022, nos dias e horários previstos no ato convocatório do processo licitatório, podendo a Comissão funcionar com somente 03 (três) membros permanentes.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 7.797/2017

Gabinete do Prefeito, 10 de Outubro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

**LEI Nº 2.206/2017**

Publicação Nº 1405275

LEI Nº. 2.206 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e empenhar na dotação própria do Orçamento atual do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 81,00 (oitenta e um reais), para pagamento de despesas relativas ao exercício financeiro de 2015, da Secretaria Municipal de Saúde, para a CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, portadora do CNPJ Nº 80.095.466/0001-57, conforme a seguir discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
AÇÃO 2.091		
ELEMENTO 3.3.90.00.00.0	CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA	R\$ 81,00
0.00.00.00.01.0002		
TOTAL		R\$ 81,00

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da ação acima discriminada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Outubro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.207/2017

Publicação Nº 1405277

LEI Nº. 2.207 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e empenhar na dotação própria do Orçamento atual do Município, o valor de R\$ 505,00 (quinhentos e cinco reais), para pagamento de despesas relativas ao exercício financeiro de 2014, da Secretaria De Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para a CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, portadora do CNPJ Nº 80.095.466/0001-57, conforme a seguir discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
AÇÃO 2.044	CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA	R\$ 505,00
ELEMENTO 3.3.90.30.24.0		
0.00.00.00.01.0000		
TOTAL		R\$ 505,00

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da ação acima discriminada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Outubro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.208/2017

Publicação Nº 1405278

LEI Nº. 2.208 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.456/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. IZEU JONAS TOZETTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica alterado o Art.1º com a seguinte redação:

“ Escolinha Municipal de Esportes Meu Campeão” (NR).

Art. 2º. Fica acrescido/alterado ao Art.5º a seguinte redação:

“Serão contratados por prazo determinado, através de processo seletivo, e ou Processo Licitatório o pessoal para desempenhar as funções nas escolinhas” (NR).

Art. 3º. Ficam revogados os incisos I e II do Art. 5º da Lei 1.456/2005.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de Outubro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.209/2017

Publicação Nº 1405280

LEI Nº. 2.209 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar Municipal 1.347/2003 e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os subitens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01 e 25.02 da Lista de Serviços instituída pelo artigo 1º da Lei Complementar 1.347/2003, e constante no anexo I – Tabela de Serviços, passam a ter as seguintes redações:

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metropolitano, ferroviário e aquaviário de passageiros.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

Art. 2º A Lista de Serviços instituída pelo artigo 1º da Lei Complementar 1.347/2003, e constante no anexo I – Tabela de Serviços, fica acrescida dos subitens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.25 e 25.05, a vigor com as seguintes redações:

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de



áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelos prestadores de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Art. 3º O artigo 4º da Lei Complementar nº 1.347/2003, passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 4º. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I ao XXV, quando o imposto será devido no local:

[...]

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

[...]

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;

[...]

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços

[...]

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista de serviços;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da lista de serviços.

Art. 4º Fica acrescido ao artigo 12 da Lei Complementar nº 1.347/2003, os seguintes parágrafos:

§ 5º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 6º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 5º Os subitens da Lista de Serviços instituída pelo artigo 1º da Lei Complementar 1.347/2003, e constante no anexo I – Tabela de Serviços, passam a vigor com as seguintes alíquotas:

ITEM	ALÍQUOTA
1.01	3%
1.02	3%
1.03	3%
1.04	3%
1.05	3%
1.06	3%
1.07	3%
1.08	3%
1.09	3%
2.01	3%

3.02	5%
3.03	5%
3.04	5%
3.05	5%
4.01	3%
4.02	3%
4.03	3%
4.04	3%
4.05	3%
4.06	3%
4.07	3%
4.08	3%
4.09	3%
4.10	3%
4.11	3%
4.12	3%
4.13	3%
4.14	3%
4.15	3%
4.16	3%
4.17	3%
4.18	3%
4.19	3%
4.20	3%
4.21	3%
4.22	3%
4.23	3%
5.01	3%
5.02	3%
5.03	3%
5.04	3%
5.05	3%
5.06	3%
5.07	3%
5.08	3%
5.09	3%
6.01	3%
6.02	3%
6.03	3%
6.04	3%
6.05	3%
6.06	3%
7.01	3%
7.02	3%
7.03	3%
7.04	3%
7.05	3%
7.06	3%
7.07	3%
7.08	3%
7.09	3%
7.10	3%
7.11	3%
7.12	3%
7.13	3%
7.16	3%
7.17	3%
7.18	3%
7.19	3%
7.20	3%
7.21	3%
7.22	3%
8.01	2%

8.02	2%
9.01	3%
9.02	3%
9.03	3%
10.01	3%
10.02	3%
10.03	3%
10.04	3%
10.05	3%
10.06	3%
10.07	3%
10.08	3%
10.09	3%
10.10	3%
11.01	5%
11.02	5%
11.03	5%
11.04	5%
12.01	2%
12.02	2%
12.03	2%
12.04	2%
12.05	2%
12.06	2%
12.07	2%
12.08	2%
12.09	2%
12.10	2%
12.11	2%
12.12	2%
12.13	2%
12.14	2%
12.15	2%
12.16	2%
12.17	2%
13.02	5%
13.03	5%
13.04	5%
13.05	5%
14.01	4%
14.02	4%
14.03	4%
14.04	4%
14.05	4%
14.06	4%
14.07	4%
14.08	4%
14.09	4%
14.10	4%
14.11	4%
14.12	4%
14.13	4%
14.14	4%
15.01	5%
15.02	5%
15.03	5%
15.04	5%
15.05	5%
15.06	5%
15.07	5%
15.08	5%
15.09	5%
15.10	5%
15.11	5%

15.12	5%
15.13	5%
15.14	5%
15.15	5%
15.16	5%
15.17	5%
15.18	5%
16.01	5%
16.02	5%
17.01	5%
17.02	5%
17.03	5%
17.04	5%
17.05	5%
17.06	5%
17.08	5%
17.09	5%
17.10	5%
17.11	5%
17.12	5%
17.13	5%
17.14	5%
17.15	5%
17.16	5%
17.17	5%
17.18	5%
17.19	5%
17.20	5%
17.21	5%
17.22	5%
17.23	5%
17.24	5%
17.25	5%
18.01	5%
19.01	5%
20.01	5%
20.02	5%
20.03	5%
21.01	5%
22.01	5%
23.01	5%
24.01	5%
25.01	4%
25.02	4%
25.03	4%
25.04	4%
25.05	4%
26.01	5%
27.01	4%
28.01	4%
29.01	4%
30.01	4%
31.01	4%
32.01	4%
33.01	5%
34.01	5%
35.01	5%
36.01	5%
37.01	5%
38.01	5%
39.01	5%
40.01	5%

Art. 6º A Lei Complementar nº 1.347/2003, fica acrescida dos

seguintes Artigos:

Art. 27A - O vencimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza se dará no dia 10 do mês subsequente ao mês em que ocorreu o fato gerador.

Art. 12A- O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar.

Parágrafo único: na hipótese de descumprimento do disposto no caput, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Art. 7º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 17 de Outubro de 2017

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1223/2017

Publicação Nº 1404829

DECRETO Nº 1223/2017  
DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 109 de 15 de maio de 1986 Lei de Loteamentos com alterações dadas pela Lei Complementar nº 119 de 24 de março de 2013, DECRETA:

“AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE UMA ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE TADEU BELISARIO RODRIGUES FURTADO E GISLAINE DOS SANTOS LOURENÇO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 1º - Autoriza o desmembramento de uma área de terras de 324,7152m², dentro de uma área maior com superfície total de 600,00m², terreno de propriedade de Tadeu Belizário Rodrigues Furtado e Gislaïne dos Santos Lourenço da Silva, localizado na Rua Julia de Souza Ruivo esquina com a Rua Venezuela, bairro São João, cadastro imobiliário nº 01.03.053.0228.001.001 e 01.03.053.0192.001.001, registrado no Cartório do Ofício de Registro de Imóveis de Correia Pinto matrícula nº 3.127, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A área desmembrada ficará com área superficial de 324.7152m², com a seguinte confrontação: Inicia-se no marco denominado '7', georreferenciado no Sistema de Referências Geocêntrico para as Américas, DATUM – SIRGAS2000, MC-51°W, nas coordenadas Planas Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 562609.692 m e N= 6947870.308 m, situado no início da confrontação, Daí segue confrontando com VALDERI com o azimute de 149°35'23" e a distância de 20.79 m até o marco 3'(E = 562620.217 m e N = 6947852.377 m), Daí segue confrontando com RUA JULIA DE SOUZA RUIVO com azimute de 221°55'51" e a distância de 11.55 m até o marco 4' (E= 562612.498 m e N= 6947843.783 m), Daí segue confrontando com RUA VENEZUELA com azimute de 300°06'08" e a distância de 5.29 m até o marco 5'(E = 562607.918 m e N = 6947846.438 m) Daí segue confrontando com RUA VENEZUELA com o azimute de 324°28'51" e a distância de 20.02 m até o marco 6' (E= 562596.286 m e N= 6947862.724 m) Daí segue confrontando com CLEBERSON BORGES com o azimute de 60° 32'08" e a distância de 15.40 m até o marco 0=PP'(E= 562609.692 m e N = 6947870.308 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 324.7152 m².

Art. 3º - A área remanescente ficará com a área superficial de 275.2848m², com as seguintes confrontações: Inicia-se no marco denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema de Referências Geocêntrico para as Américas, DATUM – SIRGAS2000, MC-51°W, nas coordenadas Planas Retangulares Relativas, Sistemas UTM: E= 562622.764 m e N= 6947877.249 m, situado no início da confrontação, Daí segue confrontando com MARIA HELENA CASSOL com o azimute 145°59'24" e a distância de 1.53 m até o marco 1'(E= 562623.620 m e N= 6947875.981 m), Daí segue confrontando com MARIA HELENA CASSOL com azimute de 145°58'52" e a distância de 13.64 m até o marco 2'(E= 562631.251 m e N= 6947864.677 m), Daí segue confrontando com RUA JULIA DE SOUZA RUIVO com azimute de 221°53'42" e a distância de 16.52 m até o marco 3'

(E= 562620.217 m e N= 6947852.377 m), Daí segue confrontando com TADEU BELISÁRIO R. FURTADO com o azimute de 329°35'23" e a distância de 20.79 m até o marco 7'(E= 562609.692 m e N= 6947870.308 m), Daí segue confrontando com CLEVERSON BORGES com azimute de 62°01'54" e a distância de 14.80 m até o marco 0=PP' (E= 562622.764 m e N = 6947877.249 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 275.2848 m².

Art. 4º - O desmembramento autorizado neste Decreto se dá conforme memorial descritivo e solicitação do proprietário, constante do Requerimento Administrativo nº 1130/2017, de 04 de outubro de 2017.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de outubro de 2017.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 17 de outubro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG  
Chefe de Gabinete

### PREGÃO PRESENCIAL PMCP Nº 53/2017

Publicação Nº 1404885

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PREGÃO PRESENCIAL 53/2017 – PMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA, USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, Tipo: Menor Preço por Item. Abertura dos envelopes: 31/10/2017 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 18 de outubro de 2017.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

### RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 15/2017 FMS

Publicação Nº 1405251

I RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 15/2017 FMS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida

Duque de Caxias, 1569 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a RERRATIFICAÇÃO ao edital do Pregão Presencial - Processo nº 15/2017 FMS, alterando-se os descritivos dos seguintes itens:

Item (4.2.), Onde se lê: "De Entrega, imediato a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), conforme solicitação, mediante autorização emitida e assinada pelo responsável do setor de compras do Município de Correia Pinto/SC.". Passa a ser lido: "De Entrega, em até 20 (vinte) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), conforme solicitação, mediante autorização emitida e assinada pelo responsável do setor de compras do Município de Correia Pinto/SC.".

As correções aplicam-se no (13.10.), item 1 do Termo de Referência, no Anexo III, Modelo da Proposta, item (7.5.2) da Minuta de Contrato do Registro de Preços, item § 3º da Minuta de Contrato.

Feitas as devidas correções e entendendo que estas não afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, mantém-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, no dia 25/10/2017 às 09h00min, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

Correia Pinto/SC, 18 de outubro de 2017.  
Celso Rogério Alves Ribeiro  
Prefeito

## **TOMADA DE PREÇO Nº 51/2017 PMCP I RERRATIFICAÇÃO**

Publicação Nº 1404999

I RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO Nº 51/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a RERRATIFICAÇÃO dos anexos, ANEXO 01 - Orçamento (Planilha de Quantitativos e Custos Unitários) e o ANEXO 02 - Cronograma Global, vinculados ao edital da Tomada de Preços - Processo nº 51/2017 PMCP, alterando-se o Valor Global do ANEXO 01 - Orçamento (Planilha de Quantitativos e Custos Unitários), Onde se lê: TOTAL 590.926,41 Passa a ser lido: TOTAL 587.926,44, e alterando o ANEXO 02 - Cronograma Global.

Item 1.2 do Edital, Onde se lê: "O valor máximo aceito para a prestação do objeto referido no item 1.1, é de R\$ 590.926,41 (Quinhentos e Noventa Mil, Novecentos e Vinte e Seis Reais e Quarenta e Um Centavos).", Passa a ser lido: "O valor máximo aceito para a prestação do objeto referido no item 1.1, é de R\$ 587.926,44 (Quinhentos e Oitenta e Sete Mil, Novecentos e Vinte e Seis Reais e Quarenta e Quatro Centavos).".

Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, altera-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, para o dia 06/11/2017 às 09h00min, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

Correia Pinto/SC, 18 de outubro de 2017.  
Celso Rogério Alves Ribeiro  
Prefeito

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 106, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1404801

DECRETO Nº 106, de 17 de outubro de 2017.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO EDITAL Nº 04/2017 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO que o Município de Porã, Estado de Santa Catarina, realizou no dia 16 de outubro de 2017, a análise dos títulos entregues referente ao Processo Seletivo Simplificado n.º 04/2017, destinado ao provimento de vagas em caráter temporário do Município;

CONSIDERANDO, os prazos estabelecidos pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado 04/2017 sendo dado conhecimento de todos os atos até a publicação do seu resultado final, com a relação nominal dos classificados nos sites [www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br), no dia 16 de outubro de 2017;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica HOMOLOGADO o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital n.º 04/2017 tendo em vista a classificação final publicada no dia 16 de outubro de 2017 conforme previsto no Cronograma, e em conformidade com o Anexo I do presente Decreto.

Registre-se e Publique-se,

Gabinete do Prefeito, 17 de outubro de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAHER  
Secretário de Administração e Fazenda

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL Nº 04/2017  
ANEXO I

#### CLASSIFICAÇÃO FINAL

MOTORISTA	CLASSIFICAÇÃO
VALDIR ELEMAR LANZ	001 COLOCADO
DARLEI PARISOTTO	002 COLOCADO
ARLANDO NILSON	003 COLOCADO
ADELAR RAUBER	004 COLOCADO
SIDNEI STEIN	005 COLOCADO
RODRIGO COSTA	006 COLOCADO
ANTONIO CARLOS AVILA MACHADO	007 COLOCADO
JOACIR SAATKAMP	008 COLOCADO

### EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2017

Publicação Nº 1405765

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 0134/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a empresa T & R SECCHI MECÂNICA LTDA ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DO VEÍCULO CAMINHÃO CAÇAMBA, PLACA MLV-7966.

Processo Licitatório nº 1777/2017, Dispensa por Limite n.º 1665/2017.

Valor total: R\$ 6.842,64

Data: 10/10/2017.

JIRO Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal

### EXTRATO PREGÃO Nº 94/2017

Publicação Nº 1405580

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2017 - O Município de Cunha Porã/SC, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório sob nº 1809/2017 na modalidade Pregão Presencial "Sistema de Registro de Preços" nº 094/2017, com julgamento por item, cujo objeto é Locação, montagem e desmontagem de tendas abertas para eventos do Município de Cunha Porã. Os envelopes serão recebidos até dia 01/11/2017, às 08horas e a abertura será realizada às 08h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto. de Licitações. Cunha Porã/SC, em 19/10/2017. JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

### LEI Nº 2754, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1405164

LEI Nº 2.754, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

"INSTITUCIONALIZA O PROGRAMA CAMINHOS DA PRODUÇÃO, DISPÕE SOBRE A LARGURA DAS ESTRADAS MUNICIPAIS RURAIS E RESPECTIVAS FAIXAS DE DOMÍNIO, FIXA LIMITAÇÕES DE USO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica institucionalizado no âmbito do Município de Cunha Porã o "Programa Caminhos da Produção", que reger-se-á no que couber pelas normas técnicas da engenharia e por esta lei.

Art. 2º. O objetivo desta lei é adequar as estradas rurais municipais, priorizando as áreas de maior concentração de agricultura familiar para melhorar o escoamento da produção e reduzir os custos e as perdas dos produtos perecíveis, além de garantir uma melhor circulação de bens e pessoas na área rural, reduzindo custos de manutenção das estradas.

Art. 3º. As estradas de rodagem são federais, estaduais ou municipais, a saber:

I. Federais: as que constam no Plano Geral da República;



II. Estaduais: as que constam no Cadastro do Estado de Santa Catarina;

III. Municipais: as que constam no Cadastro da Prefeitura Municipal de Cunha Porã/SC, as quais ligam pontos locais entre si.

Art. 4º. O sistema viário rural é composto pelas denominadas estradas municipais rurais.

Parágrafo único. São denominadas estradas municipais rurais as estradas existentes no território do Município situadas fora do perímetro urbano e que servem ao trânsito público na área rural de pessoas, animais e veículos, conservadas e administradas pelo Município, construídas ou não pelo poder público, excluídas as integrantes do sistema rodoviário federal e estadual.

Art. 5º. As estradas de rodagem são públicas ou particulares, a saber:

I. Públicas: as estradas que servem ao trânsito habitual a diversos usuários;

II. Particulares: os caminhos reservados para uso exclusivo de um ou mais usuários com moradia ou propriedade no local e que delas se servem.

Art. 6º. As estradas municipais rurais ficam classificadas hierarquicamente na forma abaixo:

I. Estradas Principais: as que ligam a sede do Município com as dos Municípios limítrofes ou que façam conexão de caráter intermunicipal;

II. Estradas Secundárias: as que ligam a sede do Município com suas localidades principais, que interligam uma comunidade à outra;

III. Estradas Vicinais: as que partem das Estradas Principais ou Secundárias atendendo um ou mais moradores, sem dar acesso a outras vias.

Art. 7º. O Município providenciará, nas estradas sob sua jurisdição, sinalização em caráter permanente, como a colocação de tabuletas ou placas que indiquem a denominação das estradas, itinerários, marcos quilométricos e os pontos de referências úteis aos viajantes.

Art. 8º. Ninguém poderá abrir, fechar, desviar ou modificar estradas, sem licença prévia da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Para abertura de canais ou bueiros, destinados às águas das lavouras ou outros fins, o interessado obrigar-se-á:

I. Não prejudicar a parte transitável, assumir a responsabilidade de zelar pela conservação sob suas expensas, e efetuar os reparos que se fizerem necessários;

II. A construção de bueiro ou canal será de alvenaria e ultrapassará um metro das laterais da faixa de rodagem, e as cabeceiras serão com cristas em forma de cumeeira ou arco, condição exigível para classificar como obra particular, sendo que em casos especialíssimos e a critério da Secretaria Municipal de Infraestrutura a construção poderá ser feita de madeira;

III. Não deixar formar-se elevação nas ditas construções que venham a dificultar o trânsito;

IV. Construir tantos bueiros quantos foram necessários ao encaminhamento das águas de lavouras, obedecendo às determinações do inciso II deste parágrafo.

Art. 9º. Nas estradas municipais é expressamente proibido:

I. Construir muros, cercas ou tapumes de qualquer natureza, sem licença da Prefeitura Municipal;

II. Arrancar, quebrar ou danificar de qualquer modo os marcos quilômetros e os sinais convencionais de trânsito, placas, tabuletas e outras sinalizações colocadas nas estradas de rodagem;

III. Fazer escavações no leito das estradas ou seus taludes;

IV. Encaminhar águas servidas ou pluviais para o leito de estradas, impedir, dificultar ou represar o escoamento das águas, fazer baragem que levem as águas a aproximarem-se do leito das estradas

a menos de cinco metros em época de enchentes;

V. Atirar nas estradas pregos, arames, pedaços de metais, vidros, louças e outros objetos capazes de ferir pessoas e animais ou danificar veículos que nelas transitarem;

VI. Plantar vegetais de porte, que possa prejudicar, pela umidade provocada pela sombra, a consistência de faixa de rodagem ou que venha a prejudicar a visibilidade em relação ao tráfego de veículos.

Art. 10. A licença para abertura de caminho e estradas somente será permitida sob a condição de ficar a cargo dos interessados a sua abertura.

Art. 11. As estradas e caminhos públicos, mesmo que abertos por particulares, terão as dimensões técnicas determinadas pela Prefeitura Municipal, de acordo com o solo, fluxo de veículos e fins a que se destinarem.

Parágrafo Único. Nos casos em que o Município de Cunha Porã realizar a abertura ou alargamento de estradas e caminhos públicos não será devida indenização aos proprietários dos imóveis, exceto nos casos em que for necessário derrubar as benfeitorias consolidadas no local.

Art. 12. Os escoadouros de águas pluviais das estradas feitas pelo município serão realizados de forma que não prejudiquem a parte transitável das estradas e nem as áreas de produção agrícola do produtor.

Parágrafo único. O Município se resguardará o direito quando da necessidade técnica de efetuar a construção de tanques/bacias fora dos limites dos art. 13, 14 e 15 desta lei.

Art. 13. As "estradas principais" terão, entre cercas, uma largura mínima de 12,00m (doze metros), ou seja, as cercas confinantes que formam os corredores estarão situadas, no mínimo, a 6,00 m (seis metros) do eixo central da faixa.

Art. 14. As "estradas secundárias" terão, entre cercas, uma largura mínima de 10,00 m (dez metros), ou seja, as cercas confinantes que formam os corredores estarão situadas, no mínimo, a 5,00m (cinco metros) do eixo central da faixa.

Art. 15. As "estradas vicinais" terão, entre cercas, uma largura de 8,00m (oito metros), ou seja, as cercas confinantes que formam os corredores estarão situadas, no mínimo, a 4,00m (quatro metros) do eixo central da faixa.

Art. 16. Nas estradas e caminhos existentes até a promulgação desta Lei as medidas serão consideradas tomando-se por base o seu eixo obedecendo-se o que estabelece a presente legislação.

Art. 17. Toda propriedade rural que faça divisa com estrada municipal fica obrigada ao atendimento das exigências desta lei quando da realização de serviços de georeferenciamento e/ou retificação de área e perímetro.

Art. 18. A falta de atendimento ao disposto nessa Lei acarretará ao infrator a multa de 50 (cinquenta) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) para efeitos fiscais, além da obrigação de restabelecer na área de domínio, a condição inicial, no prazo de 30 (trinta) dias da notificação, findo os quais, a multa será duplicada.

Parágrafo Único. Para os casos omissos aplicam-se subsidiariamente os dispositivos do Código de Posturas do Município e legislação pertinente.

Art. 19. A Administração Municipal desenvolverá projetos de interesse social para melhoria da conservação e manutenção das estradas e caminhos públicos para adequação às exigências desta lei.

Art. 20. O acompanhamento do “Programa Caminhos da Produção” será realizado pelo Comitê Agropecuário, pela Secretaria de Obras e Infraestrutura e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente.

Art. 21. A presente Lei será regulamentada no que couber, por Decreto do Poder Executivo, especialmente para determinar quais são as estradas principais, previstas no art. 13 desta lei.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito, 18 de outubro de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 105, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1404773

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ****DECRETO Nº 105, de 17 de outubro de 2017.****DISPÕE SOBRE O USO DE VAGAS  
ESPECIAIS DE ESTACIONAMENTO PARA  
PESSOAS PORTADORAS DE  
DEFICIÊNCIA FÍSICA, VISUAL OU COM  
MOBILIDADE REDUZIDA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que compete ao Município, a teor do art. 30, I, da Constituição Federal, legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO que o art. 24, II, VI, VII e X, do Código de Trânsito Brasileiro destina ao Órgão e Entidade Executivos de Trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, a competência para gerir questões pertinentes ao estacionamento de veículos;

CONSIDERANDO as deliberações do DEMUTRAN;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica regulamentada a implantação de vagas de estacionamento de veículos conduzidos ou que transportem pessoas portadoras de deficiência física com mobilidade reduzida, na forma estabelecida pelas Leis Nacionais nos 10.048 e 10.098, ambas do ano de 2000, e pelo Decreto no 5.296/2004, de acordo com as regras estabelecidas pela Resolução nº 236/2007, do Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 2º. Fica definido o Cartão de Identificação, para que as pessoas com deficiência física, visual ou mobilidade reduzida, temporária ou permanente, utilizem as vagas especiais a elas destinadas pela sinalização específica.

§ 1º. O portador do Cartão de Identificação o colocará sobre o painel do veículo que está sendo utilizado para o seu transporte, enquanto estacionado em vagas especiais.

§ 2º. Para facilitar reconhecimento dos veículos utilizados por pessoas portadoras de deficiência, quando estacionados em vagas especiais a elas destinadas e sujeitos à fiscalização de trânsito, fica estabelecido o modelo do Cartão de Identificação, na forma do Anexo II, parte integrante deste Decreto.

RUA MOURA BRASIL, Nº 1639 - FONE (49) 3646.3300 CNPJ: 83.021.147/0001-95 CEP 89890-000 - CUNHA PORÃ SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ**

Art. 3º. A deficiência física, visual ou a mobilidade reduzida, temporária ou permanente, deverão ser comprovadas perante o DEMUTRAN, ao qual será solicitado o Cartão de Identificação.

§ 1º. Cabe ao DEMUTRAN a análise do pedido, bem como a confecção e o fornecimento do Cartão de Identificação, de uso exclusivo do deficiente físico.

§ 2º. A deficiência física, visual ou mobilidade reduzida, temporária ou permanente, será definida de acordo com critérios médicos e científicos, sujeitando-se à legislação vigente.

Art. 4º. Ao solicitar o Cartão de Identificação ao DEMUTRAN, o deficiente físico, visual ou com mobilidade reduzida deverá anexar os seguintes documentos:

I - atestado médico, original ou cópia autenticada, emitido há no máximo 2 (dois) meses, comprovando a deficiência física, visual ou mobilidade reduzida, no qual contenha as seguintes informações:

a) descrição da deficiência física, visual ou mobilidade reduzida;  
b) informação se há necessidade de uso de próteses ou aparelhos ortopédicos;

c) nos casos de mobilidade reduzida, o esclarecimento se ela é temporária ou permanente e, na hipótese de ser temporária, a estimativa aproximada de sua duração;

d) nome, CRM, assinatura do médico.

II - autorização expressa do usuário para a divulgação de seus dados médicos, com as finalidades previstas neste decreto;

III - documentos pessoais do Cidadão Portador da Necessidade (RG e CPF);

IV – comprovante de residência.

§ 1º. O requerimento poderá ser formulado por procuração.

§ 2º. Nos casos em que o deficiente físico, visual ou com mobilidade reduzida não possa responder pelo uso indevido do Cartão de Identificação, cabe aos pais, tutores ou curadores formular o seu requerimento, ficando este(s) responsável(is) pela utilização do documento requerido.

§ 3º. O requerimento (Anexo I) deverá ser protocolizado no Setor de Identificação do Município.

§ 4º. O DEMUTRAN poderá determinar a realização de exames, perícias ou procedimentos complementares, se entender necessário.

§ 6º. O Cartão de Identificação tem validade e destina-se exclusivamente para a utilização de vagas de estacionamento e não comprova a condição de deficiência física, visual ou a mobilidade reduzida para quaisquer outras finalidades.

Art. 5º. Poderá ser emitida segunda via do Cartão de Identificação em caso de perda, furto, roubo ou dano, mediante requerimento fundamentado assinado por quem está capacitado à solicitação do Cartão de Identificação.

Parágrafo único. O pedido de segunda via deverá estar acompanhado:

I - de Boletim de Ocorrência Policial, ou documento similar, se for o caso;

II - do cartão danificado, se for o caso.

RUA MOURA BRASIL, Nº 1639 - FONE (49) 3646.3300 CNPJ: 83.021.147/0001-95 CEP 89890-000 - CUNHA PORÃ SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ**

Art. 6º O prazo de validade dos Cartões de Identificação será de:

- I - de 5 (cinco) anos, para as pessoas com deficiência física ou visual;
- II - de 6 (seis) meses para as pessoas com mobilidade reduzida temporária, de acordo com duração estimada da redução, renovável sempre que necessário.

Art. 7º. Em caso de renovação do Cartão de Identificação deverá ser apresentado novo requerimento, acompanhado dos documentos relacionados no art. 4º.

Parágrafo único. A entrega do novo Cartão de Identificação será feita mediante devolução do cartão anteriormente fornecido, ressalvados os casos previstos no art. 5º desta resolução.

Art.8º. Somente tem validade o Cartão de Identificação original, que deverá ser:

- I - colocado sobre o painel do veículo, deixando visível a foto, o número de identificação e o prazo de validade;
- II - apresentado às autoridades de trânsito ou aos seus agentes, sempre que solicitado, acompanhado de documento de identidade do seu usuário.

Art. 9º. O Cartão de Identificação será recolhido pela autoridade de trânsito ou por seus agentes, na forma da legislação, se constatadas irregularidades que podem ser assim consideradas:

- I - o empréstimo do cartão a terceiros;
- II - o uso de cópia do cartão, efetuada por qualquer processo;
- III - o porte do cartão com rasuras ou falsificado;
- IV – o uso do cartão por ocasião da utilização da vaga especial sem que o veículo tenha sido utilizado para o transporte da pessoa com deficiência física, visual ou mobilidade reduzida;
- IV - o uso do cartão em desacordo com as disposições nele contidas ou com a finalidade para a qual foi expedido.

Parágrafo único. Nos termos da legislação, cabe à autoridade de trânsito garantir o exercício do contraditório, da ampla defesa e do recurso, bem como fixar o prazo de retenção do documento em decisão fundamentada.

Art. 10. O Cartão de Identificação deverá ser imediatamente devolvido se cessarem os motivos de seu fornecimento.

Art. 11. A autoridade de trânsito poderá, a qualquer tempo, declarar a invalidade do Cartão de Identificação ou determinar a sua devolução, por motivo tecnicamente justificado.

Art. 12. O uso do cartão não exime do dever de observância de todas as regras de trânsito estabelecidas para o local, conforme regulamentado pela legislação.

RUA MOURA BRASIL, Nº 1639 - FONE (49) 3646.3300 CNPJ: 83.021.147/0001-95 CEP 89890-000 - CUNHA PORÃ SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ**

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 17 de outubro de 2017.

**JAIRO EBELING**  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

**RUDINEI PEDRO KAER**  
Secretario de Administração e Fazenda

RUA MOURA BRASIL, Nº 1639 - FONE (49) 3646.3300 CNPJ: 83.021.147/0001-95 CEP 89890-000 - CUNHA PORÃ SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ**

**ANEXO I**

**REQUERIMENTO**

**AO**

**DEMUTRAN – Departamento Municipal de Trânsito  
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – Santa Catarina**

Eu, nome do responsável ou solicitante, brasileiro(a), devidamente registrado sob RG nº 00000000 – SSP/XX e CPF nº 000.000.000-00, venho REQUERER registro junto a esse órgão para ser fornecido Credencial para estacionamento em Vaga Especial, conforme Resolução nº 012/2007 – CETRAN/SC e Decreto Federal nº 5.296/2004, autorizando a divulgação de meus dados médicos para as finalidades previstas no Decreto nº 105/2017.

Em anexo:

- ✓ Atestado comprobatório (Médico, Fisioterapeuta, Psicológico, Psiquiátrico...);
- ✓ Documentos Pessoais do Cidadão Portador da Necessidade (RG e CPF);
- ✓ Comprovante de Residência.

Nestes Termos,  
P. Deferimento.

Cunha Porã – SC, ..... de ..... de 2017.

**NOME DO REQUERENTE**  
**Requerente**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

ANEXO II  
CARTÃO IDENTIFICAÇÃO



- Estado de Santa Catarina

Município de Cunha Porã

Departamento Municipal de Trânsito

ESTACIONALMENTO VAGA ESPECIAL

REGISTRO nº \_\_\_\_\_ / 2017



VALIDADE: \_\_\_\_\_

.....  
Presidente do DEMUTRAN

conforme RESOLUÇÃO nº 01/2/2017 - CETRAN/SC e DECRETO FEDERAL nº 5.296/2004

RUA MOURA BRASIL, Nº 1639 - FONE (49) 3646.3300 CNPJ: 83.021.147/0001-95 CEP 89890-000 - CUNHA PORÃ SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

NOME DO USUÁRIO: \_\_\_\_\_

**REGRAS DE UTILIZAÇÃO**

1. Este cartão somente terá validade se for original e deverá:
  - 1.1. Ser colocado sobre o painel do veículo, com a frente voltada para cima;
  - 1.2. Ser apresentado à autoridade de trânsito ou aos seus agente, sempre que solicitado.
2. O cartão de Identificação será recolhido pela autoridade de trânsito ou por seus agentes na forma da legislação, se constatadas irregularidade que podem ser assim consideradas:
  - I- o empréstimo do cartão a terceiros;
  - II- o uso de cópia do cartão. Efetuada por qualquer processo;
  - III- o porte de cópia do cartão com rasuras ou falsificado;
  - IV- o uso do cartão por ocasião da utilização da vaga especial sem que o veículo tenha sido utilizado para o transporte da pessoa com deficiência física, visual ou mobilidade reduzida;
  - V- o uso do cartão em desacordo com as disposições nele contidas ou com a finalidade para a qual foi expedido.
3. Este cartão é válido exclusivamente para estacional em vagas especiais.
4. O uso do cartão não exime do dever de observância de todas as regras de trânsito estabelecidas para o local. Conforme regulamentado pela sinalização.
5. A utilização indevida deste cartão, o desrespeito às regras de trânsito e à sinalização local, sujeitará o infrator às medidas administrativas, penalidades e providências previstas em lei.
6. Estas regras de utilização do cartão sintetizam as normas relacionadas ao seu uso, mas não eximem o portador de conhecer e cumprir as demais regras vigentes pertinentes à matéria.

RUA MOURA BRASIL, Nº 1639 - FONE (49) 3646.3300 CNPJ: 83.021.147/0001-95 CEP 89890-000 - CUNHA PORÃ SC

# Cunhataí

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 094/2017

Publicação Nº 1405510

DECRETO Nº 094/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso II da Lei Municipal n.º 863 de 07 de Dezembro de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 917,00(Novecentos e Dezessete Reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	1
Função	Agricultura	20
Sub-Função	Extensão Rural	606
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE	15
Atividade	Incentivo através de concessão de bônus financeiro	2.081
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	03.00.000000 - (177)
		Valor
		917,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2016, conforme Decreto n.º 003/2017, na Destinação de Recurso Superávit Financeiro de recursos S.F Recursos Ordinários - DR n.º 03.00 no valor de R\$ - 917,00(Novecentos e Dezessete Reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se. Gabinete do prefeito, 18 de Outubro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 224/2017

Publicação Nº 1405492

PORTARIA Nº 224 DE 17 DE OUTUBRO 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, o Art. 105 da Lei Compl. nº. 002/2007;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 dias de licença para Tratamento de Saúde do Servidor Municipal CLAUDINEI WAGNER do dia 09 de outubro 2017 a 23 de outubro 2017, ocupante do cargo de provimento ACT'S de Operador de Maquinas e Equipamentos, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos a 09/10/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 17 de outubro 2017.  
LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.



# Curitibanos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.941/2017

Publicação Nº 1405610

DECRETO Nº 4.941/2017

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI Nº 5.960/2017

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

#### Decreta

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.960/2017 no montante de R\$ 1.026.000,00 (um milhão vinte e seis mil reais) a saber :

#### SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2004 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURIDICA

3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 130.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0002.2006 MANUT. DA SECRET. DE ADMIN. E FINANÇAS

3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 150.000,00

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.2061 MANUT. DAS ATIV. DA SECRETARIA DE OBRAS

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 300.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

26.781.0019.2064 MANUT. DO AEROPORTO MUNICIPAL

3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 16.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

26.782.0028.2072 MANUT. DA MALHA RODOV. MUNICIPAL

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.06 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

04.121.0002.2007 MANUT. DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 230.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 1.026.000,00

Art. 2º . Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ORDINÁRIOS.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 10 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dez dias do mês de outubro do

ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 4.935/2017

Publicação Nº 1405601

DECRETO Nº 4.935/2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REVOGA DECRETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e consoante determina a Lei Complementar nº 182/2017,

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, na forma do que determina o artigo 5º da Lei Complementar nº 182/2017,

I – Representantes área governamental

a) Representantes Da Secretaria de Assistência Social e Habitação

Titular : Angélica da Silva

Suplente : Mary Hellen Bordignon Dacol Ribeiro

Titular : Lucineia Ventura Amorin

Suplente : Elvis Rossano de Lima

b) Representante da Secretaria de Planejamento

Titular : Lenora Elisa Borsarini

Suplente : Eliseu Flôr

c) Representante da Secretaria de Educação e Cultura

Titular : Cleusa Maria Pomiecinski

Suplente : Joelma Aparecida Vargas

d) Representante da Secretaria de Administração e Finanças

Titular : Eliane França de Souza Prandi

Suplente : Adailton Alves

e) Representante da Secretaria de Saúde

Titular : Fabiana Hemkmaier

Suplente : Lucélia Fátima Mozena

II – Representante da área não governamental

a) Representantes dos usuários da Política de Assistência Social

Titular: Ivonete Cordeiro

Suplente Irenilda Aparecida da Silva

Titular: Raquel Alcântara

Suplente: Erondina Meirelles Heinz

b) Representante das entidades de assistência Social

Titular : Jeanie Ribeiro Isphar Wendt

Suplente: Nayara Webber

Titular: Janice Agostini

Suplente: Débora Aparecida Mendes

c) Representante dos trabalhadores do SUAS

Titular: Priscila Zamboni

Suplente : Juarez Lima Varela

Titular : Paula Juliana Lima Martins

Andrea Fossati Agostini Correa

Art. 2º. A diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social fica assim constituída:

- Presidente : Jeanie Ribeiro Isphar Wendt
- Vice-Presidente: Lucineia Ventura Amorin
- Secretária Priscila Zamboni

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se o Decreto n. 4.902/2017.

Curitibanos, 02 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos dois dias do mês de outubro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Marcio Damiani Poletto de Souza Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação	Jeanie Ribeiro Isphar Wendt Presidente CMAS
--	--

## DECRETO NR 4.946/2017

Publicação Nº 1405281

DECRETO Nº 4.946/2017

HOMOLOGA REGULAMENTO ELEITORAL DO CONSELHO FISCAL E CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPESMUC.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma disposta pela Lei Complementar nº 015/2000

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Regulamento Eleitoral do Conselho Fiscal e Conselho Administrativo do IPESMUC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitibanos -SC constante do anexo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Curitibanos, 16 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal de Curitibanos.

Marisa Lemos Guetten Maciel  
Diretora IPESMUC

## DECRETO Nº 4.905/2017

Publicação Nº 1405590

DECRETO Nº 4.905/2017

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma do Decreto nº 2.945/2001 :

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado por dois anos, o prazo de validade do concurso público a que se refere o Edital 001/2015 da Prefeitura Municipal, cujo resultado foi homologado pelo Decreto 4.630/2015 vigorando até 24 de julho de 2019 na forma prevista pelo artigo 3º do Regulamento Geral para concursos do Município de Curitibanos, aprovado pelo decreto 2.945/2001.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 24 de julho de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal de Curitibanos.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 4.916/2017

Publicação Nº 1405591

DECRETO Nº 4.916/2017

DIVULGA LISTA DE BENEFICIÁRIOS QUE ADERIRAM A LOTES NO LOTEAMENTO NOVA ALVORADA NA MODALIDADE DE AUTO CONSTRUÇÃO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e no art. 6º da Lei Complementar n. 140/2015,

DECRETA

Art. 1º. Divulga a lista de beneficiários que aderiram à aquisição de lotes do Loteamento Nova Alvorada na modalidade de autoconstrução para os fins previstos no art. 6º da Lei complementar n. 140/2015 conforme lista anexa.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de agosto de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Marcio Damiani Poletto de Souza  
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

**DECRETO Nº 4.931/2017**

Publicação Nº 1405594

**DECRETO Nº 4.931/2017**

REGULAMENTA O SERVIÇO DE FAMÍLIA ACOLHEDORA, QUE VISA PROPICIAR O ACOLHIMENTO FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES AFASTADOS DO CONVÍVIO FAMILIAR POR DECISÃO JUDICIAL, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 5.736/2016 DE 08 DE ABRIL DE 2016.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 5.736/2016.

**DECRETA**  
**CAPÍTULO I**  
**DO SERVIÇO**

Art. 1º. O Serviço de Família Acolhedora que visa propiciar o acolhimento familiar de crianças e adolescentes, instituído pela Lei nº 5.736/2016 de 08 de abril de 2016 será regulamentado pelas normas deste decreto.

Art. 2º O Serviço de Família Acolhedora é instrumento de garantia de convivência familiar e comunitária e visa auxiliar no custeio de despesas geradas com os cuidados de crianças e adolescentes inseridas em famílias que não disponham de recursos financeiros suficientes para o provimento de suas necessidades básicas.

§1º Entende-se por beneficiários desse Programa, crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, que tenham sido afastados ou destituídos do poder familiar, sendo que a concessão do subsídio será pago ao mantenedor da guarda e por ele gerido.

§2º Para efeitos da Lei nº 5.736/2016 considera-se:

I – A Família Acolhedora é aquela que atende aos dispositivos da Lei 5.736/2016, que, conforme as disposições do art. 227, caput, e seu § 3º, inciso VI, e § 7º da Constituição Federal, atua como parte integrante da política de atendimento à criança e ao adolescente do Município de Curitiba/SC, de proteção social especial de alta complexidade.

II – A convivência familiar e comunitária é um direito assegurado às crianças e aos adolescentes de terem condições protegidas e saudáveis para o seu desenvolvimento e estabilidade nas dimensões do indivíduo e da sociedade: físico, psíquico e social. Pressupõe a existência da família e da comunidade, como espaços capazes de propiciar à criança e ao adolescente a proteção e a efetivação dos direitos próprios à condição da pessoa em desenvolvimento e, tendo como matriz o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que impõe à família, à sociedade e ao Estado, o dever de assegurar o direito à vida, à saúde e à convivência familiar e comunitária.

**CAPÍTULO II**  
**CRITÉRIOS PARA INCLUSÃO NO SERVIÇO**

Art. 3º. São requisitos para a inclusão do beneficiário neste Serviço:

I – A existência da situação de vulnerabilidade e risco da criança e do adolescente, necessitando de afastamento imediato do convívio familiar por determinação Judicial.

II – A realização de estudo psicossocial pela a equipe técnica do Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade do Município, a fim de analisar e encaminhar expediente requerendo acolhimento em família acolhedora;

III – A inscrição da família acolhedora no CAD ÚNICO;

IV – Possuir domicílio civil no mínimo por um ano no município de Curitiba;

V – A existência da determinação judicial requisitando a inclusão no serviço de família acolhedora;

Art.4º - São condições impostas para o recebimento do subsídio:

I – Manter matrícula e frequência da criança ou adolescente beneficiário, na rede de ensino;

II – Manter atualizada a vacinação da criança ou adolescente beneficiário;

III – A utilização do benefício para suprir as necessidades das demandas do acolhimento, garantindo-lhes, assim, pleno desenvolvimento à criança ou adolescente;

IV – Garantir a frequência e participação da criança ou adolescentes nos serviços oferecidos pelo CRAS;

VI – É obrigatório o comparecimento do titular da guarda nas reuniões solicitadas pela equipe técnica do serviço de acolhimento em família acolhedora.

**CAPÍTULO III**  
**DO SUBSÍDIO**  
**SEÇÃO I**  
**DO VALOR**

Art. 5º - O subsídio previsto nesta lei tem como teto (01) salário mínimo por criança ou adolescente a ser pago mensalmente à família acolhedora.

Parágrafo único: Em caso de acolhimento pela mesma família de mais de uma criança e/ou adolescente, o valor do será proporcional ao número de criança e/ou adolescente até o máximo de 3 (três) vezes o valor mensal, ainda que o número de crianças e/ou adolescentes acolhidos ultrapasse 3 (três) de acordo com o parecer técnico da equipe do serviço.

**SEÇÃO II**  
**DO RECEBIMENTO**

Art. 6º As famílias cadastradas no Serviço receberão o subsídio financeiro previsto no Art. 5º, por meio de depósito bancário em conta corrente ou poupança em nome do responsável titular da família acolhedora;

§ 1º O titular da família acolhedora deve apresentar os seguintes documentos para execução do pagamento do subsídio financeiro:

I - Declaração Bancária em seu nome contendo número da conta e agência;

II - RG; CPF

III - Comprovante de residência.

§ 2º A família acolhedora poderá optar pelo recebimento ou não do subsídio financeiro;

§ 3º A família acolhedora que tenha recebido o subsídio financeiro e não tenha cumprido com os dispositivos da Lei 5.736/2016 ou deste decreto, fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.

§ 4º Nos casos de desligamento, a família acolhedora receberá subsídio proporcionalmente aos dias de permanência da criança e do adolescente, com base no subsídio previsto no art. 5º.

Art.7º - O subsídio poderá ser concedido durante o tempo máximo de até 02 (dois) anos.

Parágrafo único: Excepcionalmente o período de acolhimento a que se refere o caput poderá ser prorrogado ou revogado por determinação judicial.

Art.8º A equipe técnica de referência do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade deverá encaminhar mensalmente relatório situacional ao órgão gestor da Assistência Social do município com vistas a justificar o pagamento do subsídio.

**SEÇÃO III**  
**DO BLOQUEIO OU SUSPENSÃO**

Art. 9º O subsídio será bloqueado automaticamente na hipótese de descumprimento das condições previstas na lei 5737/2016, até que sejam apurados os fatos que motivaram o bloqueio.

**CAPÍTULO IV**  
**DO DESLIGAMENTO DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA**

Art.10. O desligamento da criança ou adolescente do serviço de Família Acolhedora ocorrerá mediante as seguintes circunstâncias, alternativamente:

I – Restabelecimento ao núcleo familiar natural;

- II – Óbito do beneficiário;
- III – Quando alcançada a maioridade civil e/ou emancipação do beneficiário;
- IV – Encaminhamento para adoção;
- VI – Colocação em família extensa mediante estabelecimento judicial de guarda.

#### CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.11. O Serviço de Família Acolhedora será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, executado e acompanhado pela equipe técnica do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Assistência Social.

Art.12. Os recursos financeiros para a concessão do Subsídio a que se refere esse Serviço serão advindos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e do FIA.

Art.13. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com parecer prévio da Procuradoria Jurídica.

Art. 14. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 25 de setembro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Marcio Damiani Poletto de Souza  
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

#### DECRETO Nº 4.932/2017

Publicação Nº 1405596

DECRETO Nº 4.932/2017

CEDE O USO DE EQUIPAMENTOS AO 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma do item 2.1.11 da cláusula segunda do Termo de Convênio n. 15.621/2012-3  
DECRETA

Art. 1º. Fica cedido para uso do 2º Batalhão do Bombeiro Militar de Curitibanos, os bens, veículos e equipamentos permanentes adquiridos com recurso do convênio celebrado com o Estado de Santa Catarina sob n. 15.621/2012-3, conforme termo de cessão em anexo.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 26 de setembro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### DECRETO Nº 4.933/2017

Publicação Nº 1405597

DECRETO Nº 4.933/2017

INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E TERAPÊUTICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, REVOGA DECRETO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e Considerando a Política Nacional de Medicamentos, aprovada pela Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece no item 3.1, como uma de suas diretrizes, a adoção de Relação de Medicamentos Essenciais e, como uma de suas prioridades; Considerando a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, aprovada pela Resolução CNS nº 338, de 6 de maio de 2004, que define como um de seus eixos estratégicos, no inciso I do art. 2º, a garantia de acesso e equidade às ações de saúde, incluindo a Assistência Farmacêutica;

Considerando que de acordo com a Política Nacional de Medicamentos oficializada pela Portaria nº 1.044 de 05/05/2010, a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) deve ser a base para a organização de listas estaduais e municipais, visando o processo de descentralização da gestão, tornando-se, portanto, meio fundamental para orientar a prescrição, a dispensação e o abastecimento de medicamentos, particularmente no âmbito do Sistema Único de Saúde;

DECRETA

Art. 1º. Fica instituída a COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, e TERAPÊUTICA, essencial ao Sistema Municipal de Saúde, que têm entre os principais objetivos o estabelecimento da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME); a discussão e recomendação de protocolos de condutas clínicas, e a assessoria técnica relativas aos aspectos éticos e de biossegurança médica.

Art. 2º. São as atribuições da Comissão, dentro de um processo dinâmico, contínuo, multidisciplinar e participativo:

- a) Assessorar a Secretaria Municipal de Saúde e suas áreas técnicas;
- b) Discutir e validar Protocolos Clínicos e Terapêuticos de interesse do Sistema Municipal de Saúde;
- c) Elaborar, atualizar e divulgar periodicamente a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME);
- d) Definir normas e diretrizes para a avaliação da prescrição, dispensação e utilização de medicamentos constantes na REMUME;
- e) Avaliar e emitir parecer sobre as solicitações de inclusão, exclusão ou substituição de itens da REMUME;
- f) Propor ações educativas e informativas visando o uso racional de medicamentos.

Art. 3º. A elaboração da REMUME terá como referência a última lista em utilização pelo município, a de medicamentos essenciais da OMS, a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), os protocolos de tratamento clínicos publicados pelo Ministério da Saúde e entidades científico-profissionais nacionais e internacionais e os diversos trabalhos da revisão da farmacoterapia baseada em evidência, publicados por instituições e centros de reconhecida competência e pela colaboração de médicos, farmacêuticos e demais profissionais de saúde com sua experiência prático-teórica.

Art. 4º. A REMUME seguirá os seguintes parâmetros:

- a) Seleção de medicamentos com eficácia comprovada e documentação consistente na literatura internacional;
- b) Indicação em mais de uma doença;
- c) Disponibilidade no mercado nacional;
- d) Considerações críticas quanto ao perfil de interação, segurança, relação benefício/risco, possibilidade de ampliar a adesão ao



tratamento;

e) Facilidade de administração, manuseio, comodidade posológica e condições de armazenagem e estabilidade;

f) As decisões devem ser baseadas em custo apenas após a segurança, eficácia e necessidades terapêuticas serem estabelecidas;

g) A classificação da REMUME deve estabelecer a disponibilidade dos medicamentos nos vários níveis de atenção: uso geral, uso hospitalar, uso restrito e alto custo.

Art. 5º. A Comissão contará, entre profissionais de saúde, obrigatoriamente, com médicos, farmacêuticos, enfermeiros e odontólogos, bem como identificará a necessidade de consultores nas áreas de terapêutica e farmacologia clínica, quando necessário.

Art. 6º. A solicitação de inclusão, exclusão ou substituição de qualquer medicamento, pelos profissionais de saúde da rede de SMS, bem como pelas empresas da indústria e comércio de medicamentos, será registrada através de formulário próprio encaminhado à Comissão. O retorno da análise feita pelos membros da Comissão ao profissional requisitante será de responsabilidade do Coordenador da Comissão.

Art. 7º. A Comissão será composta pelos membros nominados abaixo, sob a presidência da primeira, como Responsável Técnico da Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal da Saúde e vinculada ao Gabinete do Secretário Municipal de Saúde.

- Gainandréia de Almeida Solano Righes - farmacêutica
- Bárbara Luana Gomes Roveda - Farmacêutica
- Luely Kadowaki Katto - Enfermeira
- Marcelo Finger - Odontólogo
- Edson Mauro da Silva - Médico

Art. 8º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n. 4.913/2017.

Curitiba, 26 de setembro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Altamir Carvalho Goetten  
Secretário de Saúde

## DECRETO Nº 4.934/2017

Publicação Nº 1405599

DECRETO Nº 4.934/2017

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 5.851/2016  
DECRETA

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 39.200,00 (Trinta e nove mil e duzentos reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.851/2016,

DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

20.606.0024.2071 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCR...  
R\$ 26.200,00

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 13.000,00

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

20.606.0024.2071 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 39.200,00

Art. 2º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.851/2016

DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.06 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

04.121.0002.2007 MANUT. DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 20.000,00

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.06 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

04.121.0002.2007 MANUT. DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º. Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 53.600,00 (cinquenta e três mil e seiscentos reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.851/2016.

DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDUSTRIA, COM. E TURISMO

22.661.0025.2065 MANUT. DA SECRETARIA DE IND. COM. E TURISMO

3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 27.000,00

3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCR...  
R\$ 16.600,00

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 10.000,00

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDUSTRIA, COM. E TURISMO

22.661.0025.2065 MANUT. DA SECRETARIA DE IND. COM. E TURISMO

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 53.600,00

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 26 de setembro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete na secretaria e no mural

público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 4.936/2017

Publicação Nº 1405602

DECRETO Nº 4.936/2017

APROVA MODELO DE RECADASTRAMENTO DE SERVIDORES E ESTABELECE REGRAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba:

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovado o "Censo dos servidores Municipais de Curitiba", para fins de cadastramento dos servidores municipais conforme modelo anexo.

Art. 2º. O Censo dos servidores Municipais será realizado com todos os servidores da administração direta, autarquia e fundações municipais no período de 05 a 16 de outubro de 2017.

Art. 3º. Fica designado o Departamento de Recursos Humanos como responsável por encaminhar aos Secretários Municipais uma via do modelo para fins de cadastramento, e solicitar sua devolução no prazo previsto no presente decreto.

Art. 4º. Caberá a cada Secretário Municipal designar um servidor para coordenar os trabalhos de sua Secretaria na distribuição e recolhimento do Censo a ser preenchido por cada servidor Municipal.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 03 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 4.937/2017

Publicação Nº 1405604

DECRETO Nº 4.937/2017

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, **Decreta**

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.851/2016, no montante de R\$ 50.900,00 (cinquenta mil e novecentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0002.2006 MANUT. DA SECRET. DE ADMIN. E FINANÇAS

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 50.000,00

3393000000.00.1000 APLIC DIR DEC. DE OPE. ENTRE ÓRG ..... R\$ 900,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 50.900,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ORDINÁRIOS no valor de R\$ 50.900,00 (Cinquenta mil e novecentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 03 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 4.938/2017

Publicação Nº 1405605

DECRETO Nº 4.938/2017

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, **Decreta**

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.851/2016, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1009 EQUIP. E MAT. PERMANENTE - ENSINO FUNDAMENTAL

4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos de IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 03 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos três dias do mês de outubro do

ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

## DECRETO Nº 4.939/2017

Publicação Nº 1405606

DECRETO Nº 4.939/2017

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 5.953/2017.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, **D e c r e t a**

Art. 1º. Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.851/2016 do orçamento do Fundo Municipal de Educação no valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) para atender as ações desenvolvidas pela administração, na forma da lei nº 5.953/2017 a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1044 AQUISIÇÃO DE TERRENO ENSINO INFANTIL

44900000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 700.000,00

44900000.00.3036 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 250.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para abertura do crédito especial terão origem no excesso de arrecadação do RECURSO DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS no valor de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), e no superávit financeiro do Exercício 2016 de RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

## DECRETO Nº 4.940/2017

Publicação Nº 1405609

DECRETO Nº 4.940/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA FORMA DA LEI Nº 5.954/2017.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, **D e c r e t a**

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do

orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 5.954/2017 no montante de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

008.243.0005.2013 MANUT. DO CONSELHO TUTELAR

31900000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 54.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 54.000,00

Art. 2º . Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso ORDINÁRIA.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Marcio Damiani Poletto de Souza  
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

## DECRETO Nº 4.942/2017

Publicação Nº 1405615

DECRETO Nº 4.942/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO IPESMUC NA FORMA DA LEI Nº 5.961/2017.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do IPESMUC na forma autorizada pela Lei n. 5.961/2017 no montante de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) a saber :

ANULAÇÃO

14.00 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS

14.01 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS

09.272.0007.0015 MANUT. DOS INATIVOS E PENSIONISTAS PREF. – FINAN.

31900000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 180.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 180.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.961/2017 no montante de R\$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

14.00 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS

14.01 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS

09.272.0007.0013 MANUT. DAS ATIVIDADES DO IPESMUC EXECUTIVO – FINAN.

31900000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 180.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 180.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

14.00 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS

14.01 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS

09.272.0007.0013 MANUT. DAS ATIVIDADES DO IPESMUC EXECUTIVO – FINAN.

3190000000.00.1004 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 700.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 700.000,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO FINANCEIRO.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Marisa Lemos Guetten Maciel

Diretora IPESMUC

## DECRETO Nº 4.943/2017

Publicação Nº 1405616

DECRETO Nº 4.943/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA FORMA DA LEI Nº 5.962/2017

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, **D e c r e t a**

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.962/2017 no montante de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais) a saber :

### ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0006.2036 RGPS - ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS

3190000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS ... R\$ 40.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2034 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS

3190000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS..... R\$ 140.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0006.2042 RPPS - ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS

3191000000.00.1001 APLIC. DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAM ..... R\$ 50.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0006.2043 RGPS - ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS

3190000000.00.1001 APLICAÇÕES. DIRETAS .... R\$ 20.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.2041 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

- PRÓPRIOS

3190000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS .... R\$ 240.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 490.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.962/2017 no montante de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais) a saber:

### SUPLEMENTAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0006.2035 RPPS - ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS

3191000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇAMENT ..... R\$ 30.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL

4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS ... R\$ 460.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 490.000,00

Art. 3º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.962/2017 no montante de R\$ 2.455.600,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil seiscentos reais) a saber :

### ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0006.2039 RGPS - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%

3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 120.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2037 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%

3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 400.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2040 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%

3190000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 350.000,00

3350000000.00.1019 TRANSF. A INST. PRIV. S. FINS LUCRAT ..... R\$ 105.600,00

3390000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 500.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.2047 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%

3190000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 660.000,00

3390000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 320.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 2.455.600,00

Art. 4º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.962/2017 no montante de R\$ 2.455.600,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil seiscentos reais) a saber:

### SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0006.2038 RPPS - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%

3191000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇAMENT ... R\$ 30.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0006.2045 RPPS - ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%



3191000000.00.1018 APLIC. DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMEN-  
TARIAS ..... R\$ 170.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0006.2046 RGPS - ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%  
3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS ... R\$ 75.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0014.2044 MANUTENÇÃO ENSINO INFANTIL - FUNDEB  
60%  
3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS ... R\$ 800.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL  
4490000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 1.380.600,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 2.455.600,00

Art. 5º . Para cobertura das suplementações acima ficam utilizado  
recursos das dotações anuladas por esta lei.

Art. 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de outubro de 2017.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dez dias do mês de outubro do  
ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.  
Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

## DECRETO Nº 4.944/2017

Publicação Nº 1405617

DECRETO Nº 4.944/2017  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO NA FORMA DA LEI Nº  
5.963/2017.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de  
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo  
artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

### Decreta

Art. 1º. Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.851/2016 do  
orçamento da Prefeitura de Curitiba no valor de R\$ 15.000,00  
(quinze mil reais) para atender as ações desenvolvidas pela admi-  
nistração, na forma da Lei n. 5.963/2017 saber:

### ABRE CRÉDITO ESPECIAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.07 SECRETARIA DA IND. COMÉRCIO E TURISMO  
22.661.0025.1033 INFRA ESTRUTURA P/ IMPLAN. DE INDÚSTRIAS  
4493000000.00.3000 APL. DIRETA DEC. OP. ENTRE ÓRGÃOS.. R\$  
15.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para abertura do crédito especial  
terão origem no superávit financeiro do exercício de 2016 confor-  
me balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de outubro de 2017.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dez dias do mês de outubro do  
ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.  
Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 4.945/2017

Publicação Nº 1405618

DECRETO Nº 4.945/2017  
HOMOLOGA E TORNA PADRÃO O PROTOCOLO MUNICIPAL DE  
ATENÇÃO ÀS MULHERES NO PRÉ NATAL DE BAIXO RISCO

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de  
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo  
artigo 79 inciso IX e art. 202 da Lei Orgânica do Município de Cur-  
itiba,

### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado e torna padrão o Protocolo Municipal de  
Atenção à Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus na  
atenção primária em saúde a ser observado pela equipe de servi-  
dores da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba,  
conforme anexo que passa a integrar o presente decreto.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de outubro de 2017.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos onze dias do mês de outubro do  
ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Altamir Carvalho Goetten  
Secretário de Saúde

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÕES DOS MEMBROS DOS CONSELHOS DELIBERATIVOS E FISCAL DO IPESMUC 2017

Publicação Nº 1405279

IPESMUC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos  
do Município de Curitiba - SC  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÕES DOS MEMBROS DOS  
CONSELHOS DELIBERATIVOS E FISCAL DO IPESMUC.

A Diretora Executiva do IPESMUC - Instituto de Previdência So-  
cial dos Servidores Públicos do Município de Curitiba - SC, no  
uso das atribuições legais, CONVOCA a todos os segurados do  
IPESMUC, servidores Ativos e Inativos da Prefeitura Municipal de  
Curitiba, bem como das Fundações e Autarquias instituídas e  
mantidas pelo Município, e ainda dos servidores ativos e inativos  
do Poder Legislativo para as eleições dos membros dos Conselhos  
Deliberativos e Fiscal que se realizarão no dia 13 de novembro de  
2017, das 13:00 às 17:00 horas, através de Urna itinerante que  
será acompanhada por dois servidores da comissão eleitoral, junta-  
mente com fiscais dos candidatos se assim desejarem.

Os registros das candidaturas serão recebidos nos dias 30 e 31  
de outubro de 2017, nas dependências do IPESMUC, no horário  
das 13:00 às 19:00 horas, com apresentação da cópia da Car-  
teira de Identidade. Para 2/3 dos candidatos ao Conselho Fiscal  
necessário cópia de comprovantes de conhecimento técnicos em

Administração e/ou Contabilidade (ensino médio). O requerimento será preenchido no ato da inscrição e os registros NÃO poderão ser realizados por Procuração.

Os candidatos deverão indicar para qual Conselho estão aportando os registros de suas respectivas candidaturas, estando assim definidas de acordo com os artigos 72 e 74, da Lei Complementar n. 015/2002:

– PARA O CONSELHO ADMINISTRATIVO: 06 (seis) membros titulares sendo:

1) Titulares:

- a) 03 (Três) vagas para servidores ativos do Poder Executivo
- b) 02 (duas) vagas para servidores inativos do Poder Executivo
- c) 01 (uma) vaga para servidor ativo ou inativo do Poder Legislativo

2) Suplentes:

- a) 02 (dois) servidores ativos do Poder Executivo;
- b) 01 (um) servidor inativo do Poder Executivo.

- PARA O CONSELHO FISCAL do IPESMUC, objeto desta eleição, são as abaixo relacionadas:

- a) 02 (duas) vagas para membro titular e 02 (duas) vagas para suplentes dentre os servidores ativos do Poder Executivo Municipal
- b) 01 (uma) vaga para membro titular e 01 vaga para suplente dos servidores inativos de um dos poderes

Poderão concorrer aos cargos de membros titulares ou suplentes do Conselho Fiscal os candidatos que possuírem a condição de servidores efetivos e terem implementado o estágio probatório, sendo que além destas condições 2/3 (dois terços) destes membros deverão possuir conhecimentos técnicos em administração ou contabilidade, obedecendo ao disposto no § 1º do artigo 74 da Lei Complementar Municipal nº 015/2000. A votação dar-se-á no dia 13 de novembro de 2017 no horário das 13:00 as 19:00 horas e, por decisão da comissão eleitoral a votação poderá ocorrer através de urnas itinerantes. Para considerar-se válida a eleição será necessário o quorum mínimo de 30% dos eleitores. As funções de conselheiro administrativo e conselheiro fiscal são considerados de relevante serviço público e não serão remuneradas. Os conselheiros eleitos tomarão posse até o dia 25 de novembro de 2017. Todas as normas para a condução e desenvolvimento do processo eleitoral estão estabelecidas no Regime Eleitoral devidamente aprovado pela Diretoria Executiva do IPESMUC e aprovado pelo Prefeito Municipal que se encontrará afixado no mural da sede da Prefeitura Municipal e do IPESMUC.

Curitibanos, 18 de outubro de 2017.

Marisa Lemos Guetten Maciel  
Diretora IPESMUC

Comissão Eleitoral

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 208/2017**

Publicação Nº 1405585

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 208/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONFECÇÃO DE RUAS PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o

envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 31/10/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 31/10/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 17 de Outubro de 2017.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 209/2017**

Publicação Nº 1405140

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 209/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 31/10/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 18:00 horas do dia 31/10/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 17 de Outubro de 2017.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 210/2017**

Publicação Nº 1405586

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 210/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGA E BOTIJÃO DE GÁS P 13 E P 45 PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o

envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 31/10/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 31/10/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 17 de Outubro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 213/2017**

Publicação Nº 1405588

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 213/2017

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 01/11/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 01/11/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 18 de Outubro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 214/2017**

Publicação Nº 1405676

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 214/2017

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS FORD CARGO, FIAT DUCATO E RENAULT LOGAN, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 01/11/2017,

no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 01/11/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 18 de Outubro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 215/2017**

Publicação Nº 1405671

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 215/2017

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação e credenciamento até as 13:30 horas do dia 03/11/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 03/11/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 18 de Outubro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 5.960/2017**

Publicação Nº 1405628

LEI Nº 5.960/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL .

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.851/2016 no montante de R\$ 1.026.000,00 (um milhão vinte e seis mil reais ) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2004 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURIDICA

3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 130.000,00



02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.123.0002.2006 MANUT. DA SECRET. DE ADMIN. E FINANÇAS  
3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 150.000,00  
3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
15.452.0018.2061 MANUT. DAS ATIV. DA SECRETARIA DE OBRAS  
3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 300.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
26.781.0019.2064 MANUT. DO AEROPORTO MUNICIPAL  
3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 16.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
26.782.0028.2072 MANUT. DA MALHA RODOV. MUNICIPAL  
3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.06 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
04.121.0002.2007 MANUT. DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 230.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 1.026.000,00

Art. 2º . Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ORDINÁRIOS.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de outubro de 2017.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

20 de setembro de 2017.

OF/PROJUR/261/2017  
Assunto: Projeto de Lei nº 084/2017

Senhor Presidente

Por meio deste encaminhamos à vossa apreciação o Projeto de Lei n. 084/2017 que visa suplementar dotações próprias da Prefeitura Municipal com base no excesso de arrecadação.

Atenciosamente

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
Ivan França Moreira  
DD. Presidente da Câmara de Vereadores  
Curitiba - SC

## LEI Nº 5.953/2017

Publicação Nº 1405620

LEI Nº 5.953/2017  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.851/2016 do orçamento do Fundo Municipal de Educação no valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) para atender as ações desenvolvidas pela administração, a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL  
07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0014.1044 AQUISIÇÃO DE TERRENO ENSINO INFANTIL  
44900000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 700.000,00  
44900000.00.3036 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 250.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para abertura do crédito especial terão origem no excesso de arrecadação do RECURSO DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS no valor de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), e no superávit financeiro do Exercício 2016 de RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de outubro de 2017.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

## LEI Nº 5.954/2017

Publicação Nº 1405621

LEI Nº 5.954/2017  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 5.851/2016 no montante de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO  
04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
008.243.0005.2013 MANUT. DO CONSELHO TUTELAR  
3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 54.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 54.000,00

Art. 2º . Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso ORDINÁRIA.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 04 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Marcio Damiani Poletto de Souza

Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

### LEI Nº 5.955/2017

Publicação Nº 1405624

LEI Nº 5.955/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS - APADAC COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar Termo de Colaboração com Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos - APADAC inscrita no CNPJ sob nº 78.497.989/0001-88 objetivando o repasse de recursos financeiros para atendimento do Projeto constante do Plano de Trabalho aprovado no Termo de dispensa de Chamamento Público n. 005/2017, de acordo com as normas da Lei n. 13.019/2014.

Art. 2º - O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do Presente termo de colaboração é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cujo repasse será efetuado em quatro parcelas a partir do mês de setembro de 2017.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
08.243.0005.2012 MANUT. ATIV. FUNDO MUN. CRIANÇA E DO ADOLESC.  
3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR .....  
R\$ 5.000,00

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 04 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Marcio Damiani Poletto de Souza

Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

### LEI Nº 5.957/2017

Publicação Nº 1405248

LEI Nº 5.957/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CURITIBANOS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar Termo de Colaboração com Casa de Recuperação Água da Vida - CRAVI inscrita no CNPJ sob nº 02.011.062/0002-49 objetivando o repasse de recursos financeiros para atendimento do Projeto constante do Plano de Trabalho aprovado no Edital de Chamamento Público n. 003/2017, de acordo com as normas da Lei n. 13.019/2014.

Art. 2º - O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do Presente termo de colaboração é de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) cujo repasse será efetuado em quatro parcelas a partir do mês de setembro de 2017.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
08.243.0005.2012 MANUT. ATIV. FUNDO MUN. CRIANÇA E DO ADOLESC.  
3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR .....  
R\$ 23.000,00

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 04 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima

Secretário de Educação e Cultura

**LEI Nº 5.958/2017**

Publicação Nº 1405625

LEI Nº 5.958/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER BENS MÓVEIS POR DOAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação e incorporar ao Patrimônio Municipal os bens móveis abaixo relacionados doados pelas Associações de Pais e Professores de Núcleos Municipais adquiridos com recursos do Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

**I - APP NUCLEO MUNICIPAL ROTARY**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
Gabinete 4 baias com fonte ATX, Motherboard 1150 com 4GB de memória DDR3, HD 500GB, gravador CD/DVD, Processador Intel I3-4170 3,70 GHz, teclado/mouse.	02/12/0016	10.896	02	R\$ 2.310,00	R\$ 2.310,00

**II – APP Centro de Educação Infantil São Luiz**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
Telefone Intelbras TS 3110 sem fio preto	28/11/2016	11.936	01	R\$ 159,00	R\$ 159,00
Televisor GE	28/11/2016	11.936	01	R\$ 999,00	R\$ 999,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 1.158,00</b>

**III – APP Núcleo Municipal Getúlio Vargas**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
Painel Mural recados	26/04/2016	333	01	R\$ 339,83	R\$ 339,83
Armário Branco TX15 sem porta com suportes para bobina	11/03/2016	320	01	R\$ 1.010,00	R\$ 1.010,00
Banco MDF Branc 1cmX 2m	05/02/2016	307	01	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
Balcão MDF Branco 15mmX 2.5mt	05/02/2016	307	01	R\$ 1.550,00	R\$ 1.550,00
Caixa de som amplificada	04/02/2016	482	01	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
Microscópio Monocular Biológico	04/02/2016	482	01	R\$ 1.510,00	R\$ 1.510,00
Banco sob media 3,80LXO, 50AXO, 4OP, com 8 portas de giro/abrir com fechadura, material branco	01/11/2016	378	01	R\$ 2.126,90	R\$ 2.126,90
Balcão por arquivo com 1,20LXO,90AXO,60P com 3 portas giro branco, TX Perfil anodizado	04/10/2016	368	01	R\$ 965,00	R\$ 965,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 9.701.73</b>

**IV – APP Centro de Educação Infantil São Francisco de Assis**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
Armário 2 portas acoplado com mesinha de computador	26/12/2016	339	01	R\$ 1.316,00	R\$ 1.316,00

**V – APP Centro de Educação Infantil Santa Rita de Cássia**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
DVD Mondial D15 Karaokê c/ score USB Bivolt	29/09/2016	11.325	02	R\$ 129,00	R\$ 258,00
Guilhotina Papel GPM 297 Menno	29/09/2016	8354	01	R\$ 210,00	R\$ 210,00
<b>Total</b>					<b>R\$ 468,00</b>

**VI – APP Centro de Educação Oscar Ferreira**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
Máquina de costura Singer Promise	28/06/2016	4164	01	R\$ 689,00	R\$ 689,00

**VII – APP Centro de Educação Infantil Norma Berneck**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
Climatizador e umidificador de ar portátil quente/frio	30/08/2016	358613	05	R\$ 379,00	R\$ 1.895,00

**VIII – APP Centro de Educação Infantil Itaxir Perin**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
Máquina de algodão doce	16/05/2016	7298	01	R\$ 980,00	R\$ 980,00
Tacho de fritura 7,0 l Progás	17/05/2016	7944	01	R\$ 370,00	R\$ 370,00
Forno Microondas 30 l	18/05/2016	4074	01	R\$ 506,14	R\$ 506,14

DVD Player MP3	18/05/2016	4074	02	R\$ 145,93	R\$ 291,86
Lavadora a pressão	6694	19/12/2016	01	R\$ 850,00	R\$ 850,00
TOTAL					R\$ 2.998,00

**IX – APP Centro de Educação Infantil Irmã Irene**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
Televisor LED 20 pol. Philco	16/09/2016	4312	01	R\$ 772,00	R\$ 772,00

**X – APP Centro de Educação Infantil Bom Jesus (01)**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
DVD Player USB Philips DVP 2820X	10/03/2016	1624	01	R\$ 149,00	R\$ 149,00
Enceradeira INDS ROMHER A-25 220 V	10/03/2016	4154	01	R\$ 1.486,80	R\$ 1.486,50
Multifuncional Jato de Tinta Maxify Canon MB 5310	10/03/2016	1938	01	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00
TOTAL					R\$ 2.785,80

**XI – APP Centro de Educação Infantil Bom Jesus (02)**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
Forno Elextrlux MEP41 M.Ondas 220 V	21/10/2016	11560	01	R\$ 500,00	R\$ 500,00
Secadora Muller Solaris Mais 220 V	21/10/2016	11560	01	R\$ 352,00	R\$ 352,00
Multiprocessador Philco Master Kitchen 500 W	21/10/2016	11560	01	R\$ 299,00	R\$ 299,00
Extrator de suco 300 W Bivol Agrato	24/10/2016	4610	01	R\$ 195,00	R\$ 195,00
Tacho de frituras 7,0L Pragás	21/10/2016	8416	01	R\$ 339,00	R\$ 339,00
TOTAL					R\$ 1.943,00

**XII – APP Centro de Educação Infantil Bernardo Von Muller Berneck**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
DVD Mondial D15 karaokê PR Bivolt	15/09/2016	37703	05	R\$ 127,50	R\$ 637,50

**XIII – APP Centro de Educação Infantil Alfredo Lemzer**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
Refrigerador 2p 462 L defrost	20/06/2016	4147	01	R\$ 2.095,00	R\$ 2.095,00
Kit de áudio portátil Walkman formado por misturador de som caixa ativa/passiva	29/08/2016	4924	01	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00
Armário Guarda volume	17/11/2016	196	02	R\$ 1.213,00	R\$ 2.426,00
Total					R\$ 6.221,00

**XIV – APP Núcleo Municipal Teresa Lemos Preto**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
Cilindro CB-30 Style Bivolt Braesi	26/09/201	8336	01	R\$ 2.730,00	R\$ 2.730,00

**XV – APP Núcleo Municipal Alirio Luis de Almeida**

Descrição do bem	Data aquisição	Nº NF	Qtidade	Valor Unitario	Valor Total
Televisor 24" tela Plana	17/10/2016	5697	01	R\$ 1.228,00	R\$ 1.228,00

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de outubro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima Secretário de Educação e Cultura	Amaury Silva Secretário Municipal de Administração e Finanças
--	--

**LEI Nº 5.959/2017**

Publicação Nº 1405627

LEI Nº 5.959/2017

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. O Orçamento do Município de Curitiba, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

**I - DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2018, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com as normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Art. 3º. A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º. Os Demonstrativos e Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
- Demonstrativo III- Das Metas fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
- Demonstrativo V - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
- Demonstrativo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS Com Projeção Atuarial
- Demonstrativo VII- Estimativa e compensação da renúncia de Receita
- Demonstrativo VIII- Margem de expansão das Despesas obrigatórias de caráter continuado
- Demonstrativo IX -Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as Receitas

- Demonstrativo X - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as Despesas
- Demonstrativo XI- Metodologia e Memória de cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário
- Demonstrativo XII- Metodologia e Memória de cálculo das Metas Anuais para o resultado nominal.
- Demonstrativo XIII- Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Demonstrativo XIV- Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Demonstrativo XV – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

Demonstrativo XVI- Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programa.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, são consolidados.

**METAS ANUAIS**

Art. 5º. Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes.

Parágrafo Único - Os valores correntes dos exercícios de 2018, 2019 e 2020 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pelas normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Art. 6º. Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, traduz as variações do Patrimônio do Município.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.**

Art. 7º. O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos.

Parágrafo Único - De conformidade com as normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2017, 2018, 2019 e 2020.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.**

Art. 8º. A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.**

Art. 9º. O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**



Art. 10. Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais, parcelamento de débitos e contratos a longo prazo.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2017, 2018, 2019 e 2020.

## II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 11. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018, estão definidas e demonstradas nos anexos extraídos do Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

## III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 12. O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e Fundos, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Parágrafo Único: O orçamento dos fundos poderá ser incorporado ao orçamento 2018 da Prefeitura Municipal apenas como unidade orçamentária, mediante lei específica.

Art. 13. A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Fundações e Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores.

## IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 14. O Orçamento para exercício de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e Fundos. (arts. 1º, § 1º; 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 15. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º

da LRF).

Art. 16. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal e para recondução do montante da dívida consolidada aos limites estabelecidos, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º e 31, § 1º, II da LRF)

I – proibição de realizar operações de crédito interna ou externa por antecipação de receita

II – redução de até 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

III – redução dos investimentos programados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 17. Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2017.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 18. O orçamento para o exercício de 2018, de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados a no máximo 10% da Receita Orçamentária prevista, destinada a obtenção de resultado primário, atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo de Riscos Fiscais desta lei. (Art. 5º, III "b" da LRF).

Parágrafo Único: Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal.

Art. 21. Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a

qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 22. A renúncia de receita estimada para o exercício de 2018, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, de atendimento à saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas da aplicação dos recursos, na forma estabelecida pelo Manual de Prestação de contas do Município.

Art. 24. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda o equivalente a Três vezes o valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 26. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 27. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 28. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo Único -O remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2018, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 (art. 167, I da Constituição Federal).

Parágrafo único: Para as ações já existentes e relacionados nos anexos do Plano Plurianual – Lei 5.931/2017, fica o Poder Executivo autorizado a incluir novas modalidades de aplicação e fontes de recursos por decreto.

Art. 30. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da

LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 31. A lei orçamentária para 2018, poderá autorizar o Executivo Municipal a utilizar em até 100% o Excesso de Arrecadação para suplementação de dotações orçamentárias, respeitadas as fontes de recurso.

Art. 32. A lei orçamentária para 2018, poderá autorizar o Executivo Municipal a utilizar em até 100% o Superávit Financeiro do exercício anterior para Suplementação de dotações orçamentárias, respeitadas as fontes de recurso.

Art. 33. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2018 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 34. A Lei Orçamentária para 2018 poderá autorizar o Poder Executivo Municipal a utilizar os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou seu excesso, para abertura de créditos adicionais suplementares.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35. A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observados os limites estabelecidos pela resolução do Senado Federal e na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 36. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 37. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 38. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018.

Art. 39. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 40. O Poder Executivo Municipal adotará as seguintes medidas, obedecido a ordem abaixo, para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I – redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- IV – proibição de contratação ou admissão de pessoal a qualquer título, ressalvadas as hipóteses do parágrafo único do art. 22 da LRF;
- V – demissão de servidores municipais não estáveis na forma da Lei Complementar nº 026/2002;
- VI – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

Art. 41. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 42. O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 43. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 44. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45. O Município poderá receber assistência técnica e cooperação financeira da União para modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária com vistas ao cumprimento das normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 46. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

Parágrafo Único - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 47. Serão considerados legais as despesas com multas e juros

pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência financeira.

Art. 48. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 49. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 50. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de outubro de 2017

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 5.961/2017

Publicação Nº 1405629

LEI Nº 5.961/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO IPESMUC.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do IPESMUC na forma autorizada pela Lei n. 5.851/2016 no montante de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) a saber :

#### ANULAÇÃO

14.00 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS

14.01 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS

09.272.0007.0015 MANUT. DOS INATIVOS E PENSIONISTAS PREF. – FINAN.

31900000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 180.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO .. R\$ 180.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.851/2016 no montante de R\$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais) a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

14.00 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS

14.01 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS

09.272.0007.0013 MANUT. DAS ATIVIDADES DO IPESMUC EXECUTIVO – FINAN.

31900000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 180.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 180.000,00

#### SUPLEMENTAÇÃO

14.00 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS  
 14.01 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS  
 09.272.0007.0013 MANUT. DAS ATIVIDADES DO IPESMUC EXECUTIVO – FINAN.  
 3190000000.00.1004 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 700.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 700.000,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO FINANCEIRO.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi  
 Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Marisa Lemos Guetten Maciel  
 Diretora IPESMUC

## LEI Nº 5.962/2017

Publicação Nº 1405631

LEI Nº 5.962/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
 Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.851/2016 no montante de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais) a saber :

### ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.361.0006.2036 RGPS - ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS  
 3190000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS ... R\$ 40.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.361.0010.2034 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS  
 3190000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS..... R\$ 140.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.365.0006.2042 RPPS - ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS  
 3191000000.00.1001 APLIC. DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAM ..... R\$ 50.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.365.0006.2043 RGPS - ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS  
 3190000000.00.1001 APLICAÇÕES. DIRETAS .... R\$ 20.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.365.0014.2041 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS  
 3190000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS .... R\$ 240.000,00  
 TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 490.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.851/2016 no montante de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais) a saber:

### SUPLEMENTAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.361.0006.2035 RPPS - ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS  
 3191000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇAMENT ..... R\$ 30.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL  
 4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS ... R\$ 460.000,00  
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 490.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.851/2016 no montante de R\$ 2.455.600,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil seiscentos reais) a saber :

### ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.361.0006.2039 RGPS - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%  
 3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 120.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.361.0010.2037 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%  
 3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 400.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.361.0010.2040 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%  
 3190000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 350.000,00  
 3350000000.00.1019 TRANSF. A INST. PRIV. S. FINS LUCRAT ..... R\$ 105.600,00  
 3390000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 500.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.365.0014.2047 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%  
 3190000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 660.000,00  
 3390000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 320.000,00  
 TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 2.455.600,00

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.851/2016 no montante de R\$ 2.455.600,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil seiscentos reais) a saber:

### SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.361.0006.2038 RPPS - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%  
 3191000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇAMENT ... R\$ 30.000,00



07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0006.2045 RPPS - ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%  
3191000000.00.1018 APLIC. DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMEN-  
TARIAS ..... R\$ 170.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0006.2046 RGPS - ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%  
3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS ... R\$ 75.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0014.2044 MANUTENÇÃO ENSINO INFANTIL - FUNDEB  
60%  
3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS ... R\$ 800.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL  
4490000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 1.380.600,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 2.455.600,00

Art. 5º . Para cobertura das suplementações acima ficam utilizado  
recursos das dotações anuladas por esta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo-  
gadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de outubro de 2017.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de outubro do ano de  
dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.  
Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

## LEI Nº 5.963/2017

Publicação Nº 1405632

LEI Nº 5.963/2017

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVI-  
DÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de  
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara  
aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º.Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.851/2016 do  
orçamento da Prefeitura de Curitiba no valor de R\$ 15.000,00  
(quinze mil reais) para atender as ações desenvolvidas pela admi-  
nistração, a saber:

### ABRE CRÉDITO ESPECIAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.07 SECRETARIA DA IND. COMÉRCIO E TURISMO  
22.661.0025.1033 INFRA ESTRUTURA P/ IMPLAN. DE INDÚSTRIAS  
4493000000.00.3000 APL. DIRETA DEC. OP. ENTRE ÓRGÃOS.. R\$  
15.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para abertura do crédito especial  
terão origem no superávit financeiro do exercício de 2016 confor-  
me balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo-  
gadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de outubro de 2017.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de outubro do ano de  
dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.  
Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

## REGULAMENTO ELEITORAL DO CONSELHO FISCAL CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPESMUC 2017

Publicação Nº 1405282

IPESMUC

REGULAMENTO ELEITORAL DO CONSELHO FISCAL CONSELHO  
ADMINISTRATIVO DO IPESMUC

### 1 - DO OBJETO

Este REGULAMENTO estabelece normas do processo eleitoral para  
escolha de membros do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal  
do IPESMUC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públi-  
cos do Município de Curitiba - SC, para o biênio 2017/2019 a  
seguir denominado simplesmente IPESMUC nos termos dos artigos  
71 e seguintes da Lei Complementar n. 015/2000 com as altera-  
ções promovidas pela Lei Complementar n. 032/2004 e 107/2013

### 2 - DA COMISSÃO ELEITORAL

#### 2.1 - DA COMPOSIÇÃO

2.1.1. A organização e a condução dos trabalhos do processo elei-  
toral, em consonância com a legislação em vigor, ficarão a cargo  
da Comissão Eleitoral, designada pela Diretoria Executiva do IPES-  
MUC, e composta de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplen-  
tes, todos segurados do instituto e com, no mínimo 05 (cinco)  
anos de vinculação ao IPESMUC. 2.1.2. Não poderão integrar a  
Comissão Eleitoral:

- a) Os membros do Conselho Administrativo, da Diretoria-Executiva  
e do Conselho Fiscal da IPESMUC;
- b) Os candidatos a qualquer cargo eletivo do IPESMUC, bem como  
pessoas ligadas a estes por parentesco de 1º (primeiro) grau, por  
consanguinidade ou afinidade;
- c) Segurado que esteja cumprindo pena de suspensão de serviço  
ou respondendo a Processo Administrativo no IPESMUC;
- d) Segurado que estiver em atraso de contribuições para a IPES-  
MUC.

2.1.3. O Presidente da Comissão Eleitoral será escolhido por elei-  
ção pelos membros da própria Comissão, em sua 1ª reunião.

2.1.4. É vedado aos membros da Comissão Eleitoral manifestar-se,  
de qualquer forma, a favor ou contra os candidatos durante o pro-  
cesso eleitoral sob pena de afastamento do infrator, por decisão da  
Diretoria Executiva do IPESMUC.

2.1.6. A Comissão Eleitoral será constituída com antecedência mí-  
nima de 05 (cinco) dias antes da convocação das eleições.

#### 2.2 - DAS COMPETÊNCIAS

A Comissão Eleitoral compete planejar, coordenar, organizar, di-  
vulgar, operacionalizar, supervisionar, julgar recursos, proclamar  
resultado e fiscalizar todos os procedimentos do processo eleitoral  
e demais assuntos relativos ao mesmo.

#### 2.3 - DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações da Comissão Eleitoral serão tomadas por maioria  
de votos, cabendo ao Presidente da Comissão, além do voto co-  
mum, o voto de desempate.

### 3 - DA CONVOCAÇÃO

A convocação das eleições será feita pela Comissão Eleitoral, até o dia 20 de outubro de 2017, mediante ampla divulgação, que possa ser comprovada, para conhecimento geral dos Segurados da IPESMUC.

### 4 - DOS ELEITORES

Poderão exercer o direito de voto todos os Segurados descritos no artigo 5º da Lei Complementar n. 015/2000 com as alterações da LC 032/2004 em dia com suas obrigações perante esta, não se aceitando voto por procuração.

(Art. 5º - É segurado do IPESMUC:

I - o segurado-ativo, assim classificado o servidor ativo titular de cargo de provimento efetivo do Município de Curitiba, incluídas suas autarquias e fundações, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

II - revogado

III - revogado

IV - o segurado-inativo, assim classificado o servidor que tenha se aposentado pelo IPESMUC, em face de sua condição de segurado ativo;

V - o segurado-inativo, assim classificado o servidor inativo que tenha adquirido esta condição nos termos das Leis nº 2.609/92 e 2.610/92;)

### 5 - DAS VAGAS

5.1 - As vagas para comporem o Conselho Administrativo do IPESMUC, objeto desta eleição são as seguintes:

5.1.1 - 06 (seis) membros titulares sendo:

- a) 03 (Três) vagas para servidores ativos do Poder Executivo
- b) 02 (duas) vagas para servidores inativos do Poder Executivo
- c) 01 (uma) vaga para servidor ativo ou inativo do Poder Legislativo

5.1.2 - 03 (três) membros suplentes sendo:

- a) 02 (dois) servidores ativos do Poder Executivo;
- b) 01 (um) servidor inativo do Poder Executivo.

5.2 - As vagas para comporem o Conselho Fiscal da IPESMUC, objeto desta eleição, são as abaixo relacionadas:

5.2.1. 02 (duas) vagas para membro titular e 02 (duas) vagas para suplentes para os servidores ativos do Poder Executivo Municipal.

5.2.2 - 01 (uma) vaga para membro titular e 01 (uma) vaga para suplente dos servidores inativos de um dos Poderes.

5.3 - Os candidatos serão escolhidos com votos de servidores segurados e vinculados ao IPESMUC.

5.4 - Os mandatos terão duração de 02 (dois) anos, permitida a recondução e a reeleição por tão somente igual período, sendo obrigatória a renovação de 2/3 (dois terços) dos membros a cada mandato.

### 6 - DOS CANDIDATOS

#### 6.1 - DOS REQUISITOS

6.1.1 - Poderão concorrer aos cargos de membros titulares ou suplentes do Conselho Administrativo os candidatos que possuírem a condição de servidores efetivos e terem implementado o estágio probatório, mediante inscrição de candidatura individual.

6.1.2 - Poderão concorrer aos cargos de membros titulares ou suplentes do Conselho Fiscal os candidatos que possuírem a condição de servidores efetivos e terem implementado o estágio probatório, sendo que além destas condições 2/3 (dois terços) destes membros deverão possuir conhecimentos técnicos em administração ou contabilidade.

6.1.3 - Além das condições acima, ainda serão exigidos dos candidatos:

a) ser Segurado de Plano de Benefícios da IPESMUC com, no mínimo, 5

(cinco) anos de vinculação contínua;

b) Para 2/3 (dois terços) das vagas do Conselho fiscal, capacidade técnica compatível, relativamente a conhecimentos de contabilidade, e experiência comprovada em uma das seguintes atividades: auditoria, economia ou profissional que detenha experiência em atividades afins às das atribuições do Conselho Fiscal;

c) não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado, nos termos das normas legais vigentes;

d) não ter sofrido penalidade administrativa por infração à legislação da seguridade social ou como servidor público, na forma das normas legais;

#### 6.2 - DOS IMPEDIMENTOS

6.2.1. Não poderá concorrer ao cargo de membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal do IPESMUC o Segurado que:

a) como ex-membro da Diretoria-Executiva, esteja com prestação de contas pendente de aprovação pelo Conselho Deliberativo;

b) seja ligado por parentesco até o 2º (segundo) grau, por consangüinidade ou afinidade, a membros do Conselho Administrativo, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal da IPESMUC em mandatos

simultâneos;

c) seja membro da Comissão Eleitoral de que trata este REGULAMENTO

ELEITORAL;

d) esteja cumprindo pena de suspensão de serviço ou respondendo a Processo Administrativo no Município;

e) esteja aposentado por invalidez ou afastado em gozo de auxílio-doença;

d) exerça mandato como membro do Conselho Fiscal.

6.2.2. Os candidatos a que se refere o subitem 6.1.1., somente poderão concorrer a um único cargo eletivo para membro dos Conselhos do IPESMUC.

#### 6.3 - DA INSCRIÇÃO

6.3.1. A inscrição para membro do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal dar-se-á por registro de candidatura individual.

6.3.2. O pedido de registro de candidatura deverá ser dirigido à Comissão Eleitoral e entregue na Secretaria da Comissão Eleitoral, nas dependências do IPESMUC contendo registros de data e hora da entrega, em duas vias do formulário próprio, devidamente assinadas pelo candidato, contendo:

a) declaração formal do candidato de que é conhecedor dos textos do Estatuto e Regulamentos dos Planos de Benefícios e de Serviços Assistenciais da IPESMUC, bem como, deste REGULAMENTO ELEITORAL;

b) número da matrícula como Segurado do IPESMUC;

6.3.3. Não serão aceitos requerimentos apresentados à Comissão Eleitoral, após o prazo determinado para o encerramento de registro de candidatura, sendo vedado qualquer recurso a esta deliberação, bem como não será aceita a inscrição por procuração ou por fax.

6.3.4. As inscrições serão feitas nos dias 30 e 31 de outubro de 2017, no horário de 13:00 às 19:00 horas nas dependências da IPESMUC.

6.3.5. Após o encerramento do prazo de inscrição das candidaturas, a Comissão Eleitoral avaliará, no prazo de 24 horas, as condições de elegibilidade dos candidatos e divulgará a lista dos candidatos habilitados até as 17h00min horas deste dia.

6.3.6. Do indeferimento do registro de candidatura, pela Comissão Eleitoral caberá recurso, em única e última instância, a esta no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da data da ciência da decisão.

6.3.7. A Comissão Eleitoral terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para apreciar, decidir e comunicar a sua decisão ao candidato e ao impetrante do recurso.

**6.4 - DA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO**

Devem solicitar desincompatibilização, 05 (cinco) dias antes do início das inscrições, candidatos que sejam membros do Conselho Deliberativo ou da Diretoria-Executiva da IPESMUC.

A Lei Complementar no 015/2000 em seu artigo 72 § 3º e artigo 74 § 3º permite a recondução e a reeleição por somente igual período.

**6.5 - DA DIVULGAÇÃO**

A Comissão Eleitoral divulgará os registros das candidaturas no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de encerramento de apreciação de recursos de elegibilidade previsto no subitem 6.3.7.

**6.6 - DA IMPUGNAÇÃO**

6.6.1. A impugnação de candidatos poderá ser apresentada por qualquer

Segurado apto a votar, perante a Comissão Eleitoral, até 02 (dois) dias corridos após a divulgação dos registros das candidaturas.

6.6.2. A Comissão Eleitoral apreciará, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, o pedido de impugnação apresentado e, se cabível, notificará o candidato para apresentação de defesa.

6.6.3. O Candidato notificado conforme subitem 6.6.2 terá o prazo de 02 (dois) dias para apresentar sua defesa, que deverá ser apreciada, decidida, em única e última instância e comunicada à decisão ao candidato, no prazo de 02 (dois) dias pela Comissão Eleitoral.

**7 - DA PROPAGANDA ELEITORAL**

A forma, meios e locais para a propaganda eleitoral será definida pela Comissão Eleitoral de comum acordo com os candidatos.

**8 - DA FISCALIZAÇÃO**

A Comissão Eleitoral definirá a quantidade de fiscais permitidos para acompanhamento do processo eleitoral, da votação e da apuração, bem como, a forma permitida para atuação dos fiscais.

**9 - DA VOTAÇÃO**

9.1 - A Comissão Eleitoral divulgará amplamente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, horários e locais, forma de votação para conhecimento dos eleitores, bem como o modelo das cédulas eleitorais.

9.2 - A votação dar-se-á no dia 13 de novembro de 2017 no horário das 13:00 as 19:00 horas e, por decisão da comissão eleitoral a votação poderá ocorrer através de urnas itinerantes

9.3 - É obrigatória a apresentação de qualquer documento com foto para exercício do voto.

**10 - DA APURAÇÃO**

10.1 - A apuração dos votos será realizada pela Junta Apuradora constituída pela Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 02 (dois) dias após o encerramento da votação.

10.2 - Os votos nulos e brancos não serão computados para nenhum dos candidatos.

10.3 - Após a conclusão dos trabalhos a Junta Apuradora confeccionará o Mapa de Apuração e encaminhará à Comissão Eleitoral.

**11 - DO RESULTADO**

11.1 - Serão proclamados eleitos os candidatos que obtiveram o maior número de votos, na seguinte ordem:

11.1.1 – Para o Conselho Administrativo

03 candidatos mais votados dentre os servidores ativos do Poder Executivo como titulares

02 candidatos mais votados dentre os servidores inativos do Poder Executivo como titulares

01 candidato mais votado dentre os servidores do Poder Legislativo como titular.

03 candidatos mais votados conforme a condição e representatividade para a suplência

**11.1.2 – Para o Conselho Fiscal**

02 candidatos mais votados dentre os servidores ativos do Poder Executivo

01 candidato mais votado dentre os servidores inativos do Poder Executivo

Obs.: dentre os candidatos do conselho fiscal serão eleitos 2/3 entre os mais votados que possuam conhecimentos técnicos em administração ou contabilidade.

11.2 - Em caso de empate do número de votos entre os candidatos, serão adotados os seguintes critérios de desempate, por ordem:

a) maior experiência profissional, considerando os requisitos exigidos e a situação funcional do servidor.

b) maior tempo de vinculação ao IPESMUC;

c) maior idade.

11.3 - A Comissão Eleitoral, com base no resultado da apuração, elaborará o relatório final do processo eleitoral, encaminhando-o ao Conselho Deliberativo para homologação do candidato.

**12 - DO RECURSO**

12.1 - Os eventuais recursos por quaisquer dos candidatos sobre os resultados da eleição serão interpostos perante o Conselho Deliberativo, no prazo de 24 horas contado a partir da divulgação do resultado.

12.2 - O Conselho Deliberativo terá o prazo de 24 horas para pronunciar-se quanto ao(s) recurso(s) apresentado(s).

**13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1 - Os casos omissos e as dúvidas levantadas serão dirimidas pela Comissão Eleitoral.

13.2 - A duração do processo eleitoral inicia com a designação da Comissão Eleitoral até a proclamação do resultado final, quando então será dissolvida a referida Comissão.

13.3 – Para considerar-se válida a eleição será necessário o quorum mínimo de 30% dos eleitores.

13.4 – As funções de conselheiro administrativo e conselheiro fiscal são considerados de relevante serviço público e não serão remuneradas.

13.5 – Os conselheiros eleitos tomarão posse até o dia 25 de novembro de 2017.

Curitiba, 16 de outubro de 2017.

Marisa Lemos Guetten Maciel

Diretora IPESMUC

Membros do conselho deliberativo

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2017**

Publicação Nº 1405142

**TERMO DE COLABORAÇÃO 07/2017**

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA/SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E A CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, e a CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA, inscrita no CNPJ sob nº. 02.011.062/0002-49, com sede na Rua Osvaldo Aranha, nº 135 – São Luiz, doravante denominada(o) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, por seu representante legal Ailton Buck, inscrita no CPF sob n. 462.868.709-97, RG 1.179.167, residente e domiciliada em Curitiba, resolvem celebrar o presente termo de colaboração, regendo-se pelo

disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Municipal 4.870/2017, consoante Edital de Chamamento Público 003/2017 e Lei Municipal nº 5.957/2017 mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de colaboração, decorrente da dispensa de chamamento público nº 003/2017, tem por objeto executar ações de Prevenção e combate ao uso de substâncias psicoativas, álcool e outras drogas, para crianças e adolescentes que residem em Curitiba, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Federal 13.019/14 e Decreto 4.870/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

##### I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

b) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

##### II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelas despesas decorrentes de aquisição de equipamentos e materiais permanentes;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 23.000,00 (vinte três mil reais), cujo repasse será efetuado em 04 parcelas, a partir do mês de setembro de 2017.

3.2 – Os Créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente termo são provenientes do orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FIA, autorizado pela Lei 5.851/2016, funcional programática:

##### FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.243.0005.2012 MANUT. ATIV. FUNDO MUN. CRIANÇA E DO ADOLESC.

3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR .....  
R\$ 23.000,00

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Colaboração, a título de contrapartida, na forma de bens ou serviços economicamente mensuráveis, percentual igual ou superior ao recurso recebido da Administração Pública Municipal. Não será exigido o depósito do valor correspondente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VI - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

VII - pagar despesas com remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas,

VIII - aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração terá vigência no período compreendido entre a data de assinatura do termo colaboração até dia 20/12/2017, sem interrupção de atendimento durante o prazo de vigência.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado.

II - Relatório de Execução Físico-Financeira assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.

III - Notas e comprovantes fiscais originais ou em cópias autenticadas, incluindo recibos emitidos em nome da organização da sociedade civil;

IV - Extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria;

V - Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica quando houver;

VI - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes quando houver;

VII - relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos quando for o caso;

VIII - lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

Parágrafo único: A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

7.2 - A Administração pública considerará ainda em sua análise, relatório da visita técnica in loco, realizada durante a execução da parceria, quando houver:

7.3 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.4 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, adotará providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.5 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou anti-econômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES**

8.1 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

8.2 Os valores previstos para a execução do plano de trabalho poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

Anelise Lang

Gestor do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Representante legal da organização da sociedade civil

**CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

9.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com a administração pública, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Curitiba, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único: As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

9.2. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

10.1 O presente termo de colaboração poderá ser:

I - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;

e) pela superveniência de norma legal, ou fato que o torne materialmente inexecutável;

f) pela extinção da OSC durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo, por ato de um dos partícipes, mediante prévio aviso daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

12.1 - Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo de colaboração.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes.

Curitiba, 06 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

# Descanso

## PREFEITURA

### **DECRETO 1898/2017 CRIA O PROGRAMA "ÁGUA BOA – VIDA SAUDÁVEL", QUE VISA CONSCIENTIZAR A COMUNIDADE DA IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, CONCEDE INCENTIVOS PARA PROTEÇÃO DE FONTES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NAS PROPRIEDADES RURAIS**

Publicação Nº 1405313

DECRETO Nº 1898/2017, de 18 de outubro de 2017.

CRIA O PROGRAMA "ÁGUA BOA – VIDA SAUDÁVEL", QUE VISA CONSCIENTIZAR A COMUNIDADE DA IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, CONCEDE INCENTIVOS PARA PROTEÇÃO DE FONTES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NAS PROPRIEDADES RURAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo o Art. 3º, alínea "a", § 1º, da Lei nº 071/97, de 24.04.1997, Lei nº 268/2000, de 17.04.2000, alíneas "h" alterada e "j" e "l" acrescidas pela Lei nº 852/2009, de 19.06.2009, alterada pela Lei nº 859/2009, de 20.07.2009 e artigo 86, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica criado o programa "ÁGUA BOA – VIDA SAUDÁVEL", que visa promover a conscientização da comunidade para a importância do gerenciamento adequado dos recursos hídricos do município, divulgar a Política e o Sistema Nacional e Estadual de Gerenciamento, bem como estimular a adoção de práticas e medidas de proteção da água, do solo e da vida, cultivando água boa no desenvolvimento de iniciativas de sustentabilidade ambiental, no âmbito da Secretaria da Agricultura, neste município de Descanso. Parágrafo único – Será comemorada a "Semana da Água" na última semana do mês de setembro, quando se comemora o início da primavera, sob a coordenação do Poder Executivo Municipal, que atuará em sintonia com órgãos, instituições, empresas e comunidade em geral.

Art. 2º O programa tem como objetivo:

I – a ampla participação da comunidade, instituições parceiras, órgãos de diversas esferas governamentais, ONG's e associações com a:

II – a diversidade do cultivo da água boa, que garante a gestão compartilhada dos cuidados com o meio ambiente e com o ser humano e aponta para um caminho de esperança na construção coletiva de um lugar ambientalmente correto para se viver;

III – as medidas para diminuição da quantidade de sedimentos lançados nos recursos hídricos, melhorando sua qualidade;

IV – recuperar e preservar fontes e nascentes, de forma a garantir a qualidade da água para consumo humano;

V – captação das águas das chuvas, para segurança no abastecimento, principalmente nas épocas de estiagem;

VI – recuperação da mata ciliar e limpeza de rios, córregos, com a coleta de lixo e a produção de mudas nativas.

Art. 3º Para construção de proteção de fontes de água nas propriedades rurais o município fornecerá gratuitamente até:

I – 03 tubos com diâmetro interno de 60 cm;

II – 05 horas de serviços com retroescavadeira subsidiados em 100% (cem por cento) para abertura e limpeza das fontes, onde for necessário, bem como a execução da proteção, colocação dos tubos e aterramento;

III – transporte de até 03 cargas de pedras rachões, com caminhão caçamba, da cascalheira até o local da fonte, subsidiado em 100% (cem por cento);

IV – análise de potabilidade bacteriológica da água, subsidiada em 100% (cem por cento).

Parágrafo único – Os incentivos serão concedidos limitado a uma fonte por propriedade para uso próprio, salvo quando for destinado a servir outra família poderá ser contemplado.

Art. 4º Poderão beneficiar-se dos incentivos às propriedades localizadas no Município, e que estejam sendo efetivamente utilizadas para fins agropecuários, exploradas por produtores rurais, e atendam os seguintes requisitos:

a) ser proprietário, arrendatário, parceiro, meeiro, que explore atividades na agropecuária em terras localizadas no município de Descanso;

b) possuir bloco de produtor rural de Descanso;

c) não estar em débito com a municipalidade por serviços correlatos já prestados;

d) inscrito junto à Secretaria da Agricultura;

e) levantamento das necessidades de materiais na fonte (rachão, tubos, máquina);

Art. 5º O produtor que for beneficiado com o programa deverá firmar termo de compromisso pela execução e proteção da fonte e/ou cisterna, podendo reflorestar com plantio de mudas nativas, gramado ou simples isolamento da área.

Art. 6º Como contrapartida do produtor, caberá o fornecimento das pedras rachão, próprias ou adquiridas que utilizar na fonte, bem como lona virgem para cobertura do rachão, tampa de 0,80 cm para fechamento da fonte, mão-de-obra necessária e outros para melhor proteção do reservatório de captação.

Art. 7º O programa incentiva ainda a construção de cisternas, que consiste na captação das águas dos telhados de aviários, pocilgas e outras construções nas propriedades rurais a baixo custo, que visam metas de:

I – redução do consumo de água das fontes e redução do custo de fornecimento da mesma na época de estiagem;

II – oferece maior segurança no abastecimento de água em épocas de estiagem;

III – contribuir com o meio ambiente, conservando os recursos hídricos;

IV – diminuir o custo para o agricultor e Poder Público no transporte de água com trator e caminhão tanque, canalizando estes recursos para outras obras.

Art. 8º O município se reserva o direito de efetuar inspeções técnicas de rotina, a fim de avaliar a manutenção e conservação da fonte, podendo aplicar as sanções legais, no caso de descumprimento de qualquer obrigação.

Art. 9º Os produtores rurais deverão requerer os serviços na Secretaria da Agricultura, com antecedência, para a devida programação e viabilização do cronograma de trabalho.

Art. 10. Ficam condicionados os serviços em propriedades com viabilidade de acesso, alicie, declive, banhado, pedras, tocos, e entulhos em demasia e outros que possam prejudicar os equipamentos e riscos de integridade física do operador.

Art. 11. Os casos omissos e as dúvidas que porventura sejam suscitadas serão resolvidos pelo Secretário da Agricultura em consonância com o Chefe do Poder Executivo, bem como a expedir atos administrativos complementares necessários para a plena execução deste Decreto.

Art. 12. Os recursos necessários para a manutenção do programa e outros necessários para cumprimento do presente regulamento, correrão a conta de dotações orçamentárias do município vigentes à época, bem como advindos de convênios e/ou outros ajustes.

Art. 13. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1550/2014, de 05 de março de 2014.

Descanso - SC, 18 de outubro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo Prefeito de Descanso	Geraldo Roque Brugnerotto Secretário de Agricultura
--	--

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### DECRETO 5743/2017 RESULTADO FINAL PROVA PRÁTICA

Publicação Nº 1405389

DECRETO Nº 5.743/2017.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA PROVA PRÁTICA, APÓS OS RECURSOS, REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2017

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final da prova prática relativo ao Processo Seletivo Edital nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme segue:

MOTORISTA CAT. "D E/OU E"				
Nº	Insc.	Candidato	Nota	Classificação
26	514	Gilmar Barichello	4,90	Classificado
53	164	Peterson Filipe De Borba Cecilio	4,90	Classificado
9	69	Antonio Sergio Da Silva De Lima	4,80	Classificado
31	430	Jandir De Farias	4,80	Classificado
34	438	Jeferson Volnei Rothe	4,80	Classificado
41	412	Marcelo Rodrigo De Souza Burin	4,80	Classificado
60	507	Valdeci Ferreira Da Silva	4,80	Classificado
65	130	Vanderlei Ricardo Bender	4,80	Classificado
66	165	Vanderlei Thorne De Avila	4,80	Classificado
6	93	Anderson Luis Dos Santos Moraes	4,70	Classificado
15	34	Diego Luiz Zeppe Tenroller	4,70	Classificado
19	643	Elsso Hausschild	4,70	Classificado
21	256	Eraldo Matias	4,70	Classificado
24	699	Gilberto Antônio Burin	4,70	Classificado
36	539	Josiano Arnold	4,70	Classificado
58	527	Silmar Luiz Holz	4,70	Classificado
11	382	Carlos Augusto Pchenetchuk	4,60	Classificado
14	675	Cristiano Napolao De Lara	4,60	Classificado
27	248	Henrique José Estreich	4,60	Classificado
37	469	Junior Giovanaz	4,60	Classificado
44	203	Marcos Adriano De Ré	4,60	Classificado
51	436	Ozias Alves Delgado	4,60	Classificado
62	764	Valdinei Ferreira Da Silva	4,60	Classificado
7	712	Antonio Bertoli	4,50	Classificado
10	599	Artur Chaves Viana	4,50	Classificado
16	204	Ederson Roque Da Silva	4,50	Classificado
20	370	Elto Pruciano	4,50	Classificado
23	700	Genir Luiz Terra	4,50	Classificado
29	192	Jaimir Beal	4,50	Classificado
25	157	Gilberto Claudinei Leskiu	4,40	Classificado
50	380	Osmar Vilmar Guth	4,40	Classificado
56	404	Sandro Bohnenberger	4,40	Classificado
5	408	Alexandre Burig	4,10	Classificado

40	11	Luiz Marcelo Ramalho	4,10	Classificado
64	349	Vanderlei Portella Da Silva	4,10	Classificado
55	330	Rosalino Rodrigues Dos Santos	3,80	Classificado
57	368	Sergio Pruciano	3,60	Classificado
61	566	Valdecir Silveira	3,30	Classificado
2	559	Aldemir Da Silva	Reprovado	Desclassificado
3	532	Aldori Alves Teixeira	Reprovado	Desclassificado
8	175	Antonio Chies	Reprovado	Desclassificado
35	10	José Renato Dal Acua Verona	Reprovado	Desclassificado
39	92	Luiz Carlos Dos Santos Moraes	Reprovado	Desclassificado
42	314	Marcia De Lara Moreira	Reprovado	Desclassificado
47	154	Marcos Roberto Ebbing	Reprovado	Desclassificado
48	491	Narciso Panzenhagen	Reprovado	Desclassificado
49	766	Nilson Valdecir Markus	Reprovado	Desclassificado
52	697	Pedro Ivan Da Silva	Reprovado	Desclassificado
54	637	Rafael Skittberg	Reprovado	Desclassificado
67	49	Vladimir Kurek	Reprovado	Desclassificado
1	437	Abel Guralh	Faltante	Desclassificado
4	691	Alex Lourenço Dambros	Faltante	Desclassificado
12	160	Carlos Wilian Cruz	Faltante	Desclassificado
13	618	Claudemir Soares Da Silva	Faltante	Desclassificado
17	634	Edivandro De Oliveira Soares	Faltante	Desclassificado
18	196	Eleandro Sehnem	Faltante	Desclassificado
22	352	Evandro Luiz Schrader	Faltante	Desclassificado
28	338	Itelmar Fernandes	Faltante	Desclassificado
30	626	Jandir Correa	Faltante	Desclassificado
32	476	Jean Do Nascimento	Faltante	Desclassificado
33	625	Jeferson Cardoso	Faltante	Desclassificado
38	530	Lucas Derner Carneiro	Faltante	Desclassificado
43	582	Marcio Adriano Ferreira Da Silva	Faltante	Desclassificado
45	630	Marcos Gian Colombo	Faltante	Desclassificado
46	171	Marcos Leandro Schirmer	Faltante	Desclassificado
59	57	Tiago Rex	Faltante	Desclassificado
63	150	Valmir Jung De Souza	Faltante	Desclassificado

Art. 2º - Para o cargo de Motorista "CNH Cat. D e/ou E" somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 1,00 (um ponto) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três pontos), na Prova Prática, conforme especificado no edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2017.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 18/10/2017.

NORMÉLIO PÉRCIO  
Secretário Municipal



**DECRETO 5744/2017 RESULTADO APÓS CORREÇÃO DOS CARTÕES PROCESSO SELETIVO 001/2017**

Publicação Nº 1405395

DECRETO Nº 5.744/2017.

HOMOLOGA O RESULTADO APÓS A CORREÇÃO DOS CARTÕES DE RESPOSTA DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2017

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado após a correção dos cartões de resposta relativo ao Processo Seletivo Edital nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme segue:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS							
Insc.	Candidato	Data nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
696	Gessica Gois Perins	08/02/1992	7,20	1,05	0,70	8,95	1º
418	Edson Antônio Forster	17/06/1986	6,60	1,05	1,05	8,70	2º
538	Girlene Andrade Brum	10/10/1982	6,60	1,40	0,35	8,35	3º
268	Beatriz Ohana Santos Galdino	15/03/1998	6,60	1,05	0,70	8,35	4º
604	Jonas Vogt	28/12/1998	6,00	1,40	0,70	8,10	5º
249	Daniela Fatima Garbin	12/04/1987	6,60	1,05	0,35	8,00	6º
16	Ana Cris Binsfeld	06/12/1990	6,60	1,05	0,35	8,00	7º
445	Elizete Bueno Fortes	22/12/1993	6,60	1,05	0,35	8,00	8º
420	Fernando Luiz Braun	22/01/1999	6,60	0,70	0,70	8,00	9º
651	Celso Luiz Rukat	06/08/1962	5,40	1,75	0,70	7,85	10º
131	Erineide De Arruda Motta	31/01/1975	6,00	1,05	0,70	7,75	11º
639	Norberto Nunes Cavalheiro	30/09/1977	6,00	1,05	0,70	7,75	12º
141	Vera Lúcia Ramos Johann	02/04/1979	6,00	1,05	0,70	7,75	13º
286	Raquel Roberto Da Silva Castillo	24/03/1983	6,00	1,05	0,70	7,75	14º
648	Elis Cristina De Moraes Padilha	24/02/1984	6,00	1,05	0,70	7,75	15º
733	Marcelo Luiz Santana Da Silva	26/03/1991	6,00	1,05	0,70	7,75	16º
52	Jaqueline Bohnenberger Prado	02/07/1987	6,60	0,70	0,35	7,65	17º
704	Francieli Poleselo	12/01/1992	6,60	0,70	0,35	7,65	18º
116	Danieli Eliana Kesterke Pruciano	28/08/1995	5,40	1,40	0,70	7,50	19º
389	Gioneide Dichel	27/07/1997	6,00	1,05	0,35	7,40	20º
658	Inês Maria Domerasky	20/12/1965	6,00	0,70	0,70	7,40	21º
455	Rosenilda De Melo	04/07/1978	6,00	0,70	0,70	7,40	22º
234	Marcilei Elanir Ross	16/09/1981	6,00	0,70	0,70	7,40	23º
465	Edina Sinara Fernandes Finger	08/09/1983	5,40	1,40	0,35	7,15	24º
232	Gilmar De Vargas	31/05/1985	5,40	1,05	0,70	7,15	25º
357	Alcenir Marconsoni	28/09/1990	5,40	1,05	0,70	7,15	26º
713	Cleberon Torres	08/12/1995	5,40	0,70	1,05	7,15	27º
378	Ivonete Edilaine Kafer Chini	20/11/1981	6,00	0,70	0,35	7,05	28º
87	Milena Leticia Jagnow	07/01/2000	6,00	0,70	0,35	7,05	29º
690	Rilde Rosa Dutra De Campos	16/05/1959	5,40	1,05	0,35	6,80	30º
467	Emilia Margarete Da Silva Carnette	25/04/1967	5,40	1,05	0,35	6,80	31º
145	Joelma Soares	23/01/1976	5,40	1,05	0,35	6,80	32º
199	Marilei Kaisekamp Bino	04/02/1977	5,40	1,05	0,35	6,80	33º
578	Roselei Soares	30/06/1977	5,40	1,05	0,35	6,80	34º
235	Rosenilda Dos Santos Bettim	01/08/1978	5,40	1,05	0,35	6,80	35º
622	Jaison De Lara	03/08/1990	5,40	1,05	0,35	6,80	36º
606	Claudinei De Oliveira	18/06/1992	5,40	1,05	0,35	6,80	37º

400	Tania Mara De Oliveira	16/11/1969	5,40	0,70	0,70	6,80	38º
17	Diogo Kaisekamp Silva	01/04/1992	5,40	0,70	0,70	6,80	39º
723	Elisandrea Winter Engraff	21/05/1980	6,00	0,35	0,35	6,70	40º
88	Ana Carolina Correia De Almeida Balland	22/10/1993	6,00	0,35	0,35	6,70	41º
184	Evelin Farias Prestes	18/09/1999	4,80	1,40	0,35	6,55	42º
301	Silvia Valdameri	28/12/1980	4,80	1,05	0,70	6,55	43º
422	Eliane Leonilda Alves Da Rosa	13/11/1987	4,80	0,70	1,05	6,55	44º
673	Marisa De Almeida Vargas	04/03/1984	5,40	0,70	0,35	6,45	45º
243	Roque De Carvalho	24/02/1988	5,40	0,70	0,35	6,45	46º
616	Valdeci Siqueira	21/12/1980	5,40	0,35	0,70	6,45	47º
608	Elisa Santos	28/10/1989	4,20	1,75	0,35	6,30	48º
73	Izaías Alves Ribas Mendonça	31/01/1985	4,80	1,05	0,35	6,20	49º
339	Sidinei Dos Santos	24/02/1992	4,80	1,05	0,35	6,20	50º
247	Josiane Da Silva Maier	08/09/1992	4,80	1,05	0,35	6,20	51º
3	Joselia Brizola De Campos	01/07/1972	4,80	0,70	0,70	6,20	52º
628	Zanete Norberto	14/06/1973	4,80	0,70	0,70	6,20	53º
317	Elias Carvalho	23/12/1985	4,80	0,70	0,70	6,20	54º
610	Weverton Villas Boas	07/09/1993	4,80	0,70	0,70	6,20	55º
242	Rafael De Souza Carvalho	01/11/1994	4,80	0,70	0,70	6,20	56º
275	Jozani De Oliveira Gabriel	26/07/1973	5,40	0,35	0,35	6,10	57º
558	João Carlos Da Silva Soares	16/11/1973	5,40	0,35	0,35	6,10	58º
334	Aline Silva E Silva	11/09/1989	5,40	0,35	0,35	6,10	59º
462	Eliziane De Fátima Da Costa	13/03/1991	5,40	0,35	0,35	6,10	60º
710	Gessica De Oliveira Da Silva	07/08/1999	5,40	0,35	0,35	6,10	61º
106	Igor Nunes Da Silva	28/06/1998	4,20	1,40	0,35	5,95	62º
362	Joelma Ferreira Leal	18/10/1975	4,80	0,70	0,35	5,85	63º
757	Marcia Miranda	18/07/1982	4,80	0,70	0,35	5,85	64º
316	Andressa Da Silva Duarte	17/05/1996	4,80	0,70	0,35	5,85	65º
446	Sandro Do Couto	25/06/1986	4,20	0,70	0,70	5,60	66º
415	Giovane Oliveira Da Silva	29/08/1997	4,20	0,70	0,70	5,60	67º
159	Marilice De Mello Poleselo	26/10/1979	4,80	0,35	0,35	5,50	68º
178	Juraci De Castro Rodrigues	20/08/1983	4,80	0,35	0,35	5,50	69º
753	Edina Da Silva Brum De Deus	01/08/1998	4,80	0,35	0,35	5,50	70º
721	Lays Da Silveira Siqueira	01/11/1999	4,80	0,35	0,35	5,50	71º
13	Ester Da Silva Prestes	06/04/1986	4,80	0,00	0,70	5,50	72º
555	Luiz Cunes Da Silva	15/11/1972	3,60	1,40	0,35	5,35	73º
726	Jeferson Locatelli	15/02/1997	3,60	1,40	0,35	5,35	74º
152	Marli Pires Da Silva	11/08/1982	4,20	0,70	0,35	5,25	75º
176	Ivanilda Aparecida Pimentel Rodrigues	12/10/1986	4,20	0,70	0,35	5,25	76º
431	Adriana Chaves De Jesus	12/07/1988	4,20	0,70	0,35	5,25	77º
513	Claudiomir Sandri	27/01/1989	4,20	0,70	0,35	5,25	78º
488	Vanessa De Souza	05/11/1998	4,20	0,70	0,35	5,25	79º
727	Anderson Arenhart	18/06/1999	4,20	0,70	0,35	5,25	80º
642	Cleiton Dos Santos Gomes	19/12/1996	4,20	0,00	1,05	5,25	81º
397	Salanir Gularte Ribeiro	07/04/1965	4,80	0,35	0,00	5,15	82º
313	Roseli De Fatima Da Silva	30/08/1972	4,80	0,00	0,35	5,15	83º
518	Natacha Aparecida Barbosa	15/08/1998	3,60	1,05	0,35	5,00	84º
470	Gilmar Antonio Nath	24/01/1967	4,20	0,70	0,00	4,90	85º



123	Adriana Soares Bueno	21/08/1987	4,20	0,70	0,00	4,90	86º
278	Noeli Eckert	01/04/1970	4,20	0,35	0,35	4,90	87º
331	Salete Santos Oliveira	29/06/1979	4,20	0,35	0,35	4,90	88º
747	Alison Iran Silva Câmara	30/09/1995	4,20	0,35	0,35	4,90	89º
423	Roseli Da Silva Nottar	24/12/1973	3,60	0,70	0,35	4,65	90º
627	Marlene Batista Rodrigues	13/04/1979	3,60	0,70	0,35	4,65	91º
553	Paulo Roberto Paez Fernandes	24/07/1979	3,60	0,70	0,35	4,65	92º
375	Geneci Da Silva	29/04/1983	3,60	0,70	0,35	4,65	93º
280	Emerson José Zabott	14/02/1974	3,60	0,35	0,70	4,65	94º
208	Cleonara Machado	26/07/1977	3,60	0,35	0,70	4,65	95º
402	Marceli Geovana Zanatta	23/09/1997	3,60	0,35	0,70	4,65	96º
238	Andréia Dos Santos Fortes	08/01/1996	4,20	0,00	0,35	4,55	97º
233	Viviane Sutel Maier	20/03/1989	3,00	1,05	0,35	4,40	98º
708	Ires Salete Simon Leal	30/05/1969	3,00	0,70	0,70	4,40	99º
237	Ilimar Roberto Porn	29/05/1963	3,60	0,35	0,35	4,30	100º
568	João Antonio Soares Carvalho	07/06/1998	3,60	0,35	0,35	4,30	101º
609	Mariza Fátima Mendes	09/10/1993	2,40	1,05	0,70	4,15	102º
121	Elton Jose Eberhard	31/07/1956	3,00	0,70	0,35	4,05	103º
740	Nilson Fernandes De Lara	09/05/1974	3,00	0,70	0,35	4,05	104º
364	Rozeli Do Couto	30/10/1980	3,00	0,70	0,35	4,05	105º
573	Luiz Fernando Brum Lopes	26/02/1997	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
644	Claudia Salete Martini	05/09/1985	3,00	0,00	0,70	3,70	Desc.
623	Luiza Rodrigues Nunes	22/07/1959	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.
579	Neiva Loraci Gaige	04/07/1975	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.
612	Janice Cristine Bueno	14/12/1992	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.
495	Jossane Rodrigues Torres	19/11/1988	3,00	0,00	0,35	3,35	Desc.
94	Rosa Brizola	05/07/1979	2,40	0,35	0,35	3,10	Desc.
665	Soeli Aparecida Rodrigues Cavalheiro Palhano	27/07/1970	1,80	0,70	0,35	2,85	Desc.
405	Marcia De Fatima Barbosa	05/04/1983	2,40	0,35	0,00	2,75	Desc.
729	Beatriz Locatelli Arenhart	10/07/1974	1,20	0,35	0,35	1,90	Desc.
191	Nelcinda Almeida Da Silva	08/08/1958	1,80	0,00	0,00	1,80	Desc.
297	José Antunes	10/01/1965	1,80	0,00	0,00	1,80	Desc.
624	Joarez Valdecir Oliveira	24/08/1979	0,60	0,35	0,35	1,30	Desc.
463	Fraquciely Nunes Monteiro	17/07/1983	1,20	0,00	0,00	1,20	Desc.
137	Leonir Teixeira Dutra	12/09/1972	0,00	0,35	0,35	0,70	Desc.
279	Nadir Terezinha De Oliveira	16/09/1975	0,60	0,00	0,00	0,60	Desc.
244	Marlei Sutel Da Silva Maier	11/07/1969	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
149	Eliane Soares Da Silva	13/07/1978	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
715	Felipe Eduardo Baumgardt	11/07/1999	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
487	Rosalino De Oliveira	30/08/1956	Faltante				Desc.
496	Nerilde Brizola De Oliveira	07/09/1973	Faltante				Desc.
570	Terezinha Palamar Erd Cruz	03/10/1975	Faltante				Desc.
14	Janete Aparecida Da Rocha	14/05/1977	Faltante				Desc.
502	Rosangela Gomes	29/09/1977	Faltante				Desc.
461	Ozeias Nicola Almiron	03/07/1978	Faltante				Desc.
580	Sara Vogt	15/09/1978	Faltante				Desc.
12	Guiomar Dos Santos	11/10/1978	Faltante				Desc.
439	Eliane Loirida Da Silva Prado	01/08/1979	Faltante				Desc.

86	Eloir Norlok	03/09/1982	Faltante	Desc.
621	Luciane Machado	26/09/1983	Faltante	Desc.
180	Jucelia Peixoto	19/07/1986	Faltante	Desc.
369	Ilse Fatima De Azevedo	08/07/1989	Faltante	Desc.
563	Veridiane Dall Agnol	03/12/1990	Faltante	Desc.
340	Judite Bueno Terra Carvalho	03/12/1994	Faltante	Desc.
629	Luanara Colombo	14/09/1996	Faltante	Desc.
769	Fernando Dos Santos	07/04/1997	Faltante	Desc.
358	Raquel Oliveira Da Silva	04/07/1998	Faltante	Desc.
666	Jean Oliveira Da Silva	27/08/1998	Faltante	Desc.
100	Emerson Nigolino	28/09/1998	Faltante	Desc.
185	Alexandro Arenhart	10/12/1998	Faltante	Desc.

## MONITOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Insc.	Candidato	Data nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
387	Josiane Vasques Dos Santos	16/10/1985	6,00	0,70	0,70	7,40	1º
782	Maria Luiza Leorato Marques Da Silva Faquinello	19/12/1997	5,40	1,05	0,35	6,80	2º
205	Maiara Poleselo	07/10/1999	5,40	0,35	1,05	6,80	3º
77	Adrina Carminatti Do Nascimento Dos Santos	17/04/1995	4,80	1,40	0,35	6,55	4º
70	Maristela Piva Siebeneichler	24/06/1998	4,80	1,05	0,70	6,55	5º
97	Adriane Ines Klein	02/12/1989	4,80	0,70	1,05	6,55	6º
64	Alzemara Carminatti Delgado	24/03/1994	5,40	1,05	0,00	6,45	7º
770	Marilete Da Silva Bueno	09/08/1984	5,40	0,70	0,35	6,45	8º
350	Chrislayne Das Graças Fernandes	01/09/1998	5,40	0,70	0,35	6,45	9º
591	Maria Teresinha Roesler	01/12/1973	5,40	0,35	0,70	6,45	10º
225	Crisliane Vasques Dos Santos	12/03/1984	5,40	0,35	0,70	6,45	11º
588	Leticia Adriana Roesler	03/05/1996	5,40	0,35	0,70	6,45	12º
714	Mayara Gabriela Jung	29/03/1997	4,20	1,05	1,05	6,30	13º
522	Paola Caroline Barp	02/08/1996	4,80	1,05	0,35	6,20	14º
617	Angela Maria Oliveira	17/10/1970	4,80	0,70	0,70	6,20	15º
732	Bruna Letícia Zich Gaspar	17/05/1998	4,80	0,70	0,70	6,20	16º
498	Angelica Norbak	20/07/1998	4,80	0,70	0,70	6,20	17º
645	Ana Paula Soares	24/08/1998	4,80	0,70	0,70	6,20	18º
731	Patrícia Thainá De Quevedo Verona	18/07/1995	4,80	1,05	0,00	5,85	19º
246	Lurdes Aparecida Vilant	24/10/1982	4,80	0,70	0,35	5,85	20º
309	Gizeli Dos Santos	25/12/1996	4,80	0,70	0,35	5,85	21º
677	Celia Domingues Woiciekoski	28/07/1970	4,80	0,35	0,70	5,85	22º
458	Emília Roziane Bronstrup	09/07/1992	5,40	0,00	0,35	5,75	23º
287	Iliane Henicka Weis	18/06/1984	3,60	1,75	0,35	5,70	24º
167	Elisângela Batistella Sampaio	15/08/1983	4,20	1,05	0,35	5,60	25º
179	Jussara Peixoto	08/07/1984	4,20	1,05	0,35	5,60	26º
598	Jessica Rommel	30/01/1996	4,20	1,05	0,35	5,60	27º
367	Ana Claudia De Lara	17/05/1993	4,20	0,70	0,70	5,60	28º
679	Cristiane Terezinha Pereira Da Silva Meireles	27/12/1994	4,20	0,70	0,70	5,60	29º
96	Cristina Zanardi	03/12/1997	4,20	0,70	0,70	5,60	30º
592	Vanessa Da Silva Camargo	22/06/1998	4,20	0,70	0,70	5,60	31º
593	Ivonete De Camargo Pavin	13/09/1977	4,80	0,70	0,00	5,50	32º
562	Clarice Greef Dos Santos	21/03/1987	4,80	0,70	0,00	5,50	33º

702	Eduarda Stefani Ventura	06/07/1999	4,80	0,70	0,00	5,50	34º
65	Maiara May Nava	21/09/1993	4,80	0,35	0,35	5,50	35º
385	Daiana Soeli Da Silva	02/10/1997	3,60	1,05	0,70	5,35	36º
319	Jaqueline Maria Leonor Costa	16/03/1999	3,60	0,70	1,05	5,35	37º
516	Fabiana Karen Mello De Bairro	14/05/1995	4,20	1,05	0,00	5,25	38º
459	Marilei Petry	19/11/1979	4,20	0,70	0,35	5,25	39º
289	Maria Lucia De Christo	23/09/1981	4,20	0,70	0,35	5,25	40º
460	Simone Simoneto De Camargo	20/08/1989	4,20	0,70	0,35	5,25	41º
736	Raquel De Oliveira Banfi	24/11/1993	4,20	0,70	0,35	5,25	42º
759	Jeane De Lurdes Sberse	19/12/1994	4,20	0,70	0,35	5,25	43º
682	Cristiani Dos Santos De Miranda	26/03/1997	4,20	0,70	0,35	5,25	44º
48	Maieli Nicole Kerkhoven	18/11/1998	4,20	0,35	0,70	5,25	45º
163	Jessica Karine De Rocco	25/04/1991	3,00	1,40	0,70	5,10	46º
662	Bernardete Mallmann	27/01/1978	3,60	1,05	0,35	5,00	47º
760	Elizane Samara Fritzen Kreiner	01/07/1993	3,60	1,05	0,35	5,00	48º
209	Geni Alves Dos Santos Fortes	19/07/1995	3,60	1,05	0,35	5,00	49º
136	Jéssica Paola Da Silva	19/01/1999	3,60	1,05	0,35	5,00	50º
778	Isolde Da Costa Silveira Bortolini	28/01/1962	3,60	0,35	1,05	5,00	51º
536	Aline Lilian Putrick	14/09/1993	4,20	0,35	0,35	4,90	52º
335	Elizane Rosa Sapper	21/05/1996	4,20	0,35	0,35	4,90	53º
6	Luana Florencio Linck	05/03/1998	4,20	0,35	0,35	4,90	54º
99	Ingrid Bianca Llorian	20/12/1995	4,20	0,00	0,70	4,90	55º
752	Vanessa Toral Grevenhagen Dickel	07/05/1997	3,00	1,05	0,70	4,75	56º
394	Marilene De Fátima Alves Brandão	13/05/1973	3,00	0,70	1,05	4,75	57º
42	Keila Mara Silva Morais	23/10/1986	3,00	0,70	1,05	4,75	58º
453	Marlene Eggres	21/03/1967	3,60	0,70	0,35	4,65	59º
254	Silvane Stolarski Schmidt	11/08/1976	3,60	0,70	0,35	4,65	60º
689	Idete Casagrande	18/02/1980	3,60	0,70	0,35	4,65	61º
649	Ana Paula Muniz Soares	26/10/1994	3,60	0,70	0,35	4,65	62º
531	Thais Fernanda De Morais Siqueira	30/03/1995	3,60	0,70	0,35	4,65	63º
613	Jéssica De Fátima Franzen	10/05/1999	3,60	0,70	0,35	4,65	64º
611	Anthony Torres Lemes	18/05/1995	4,20	0,35	0,00	4,55	65º
739	Marieli Santos De Lima	22/12/1988	4,20	0,00	0,35	4,55	66º
390	Daiane Daros	27/05/1986	3,00	1,05	0,35	4,40	67º
619	Juliana De Mattos Cequeira	26/07/1990	3,00	1,05	0,35	4,40	68º
41	Ivone Te Resinha Dos Santos	18/01/1972	3,00	0,70	0,70	4,40	69º
758	Ediane Mello	05/07/1997	3,00	0,70	0,70	4,40	70º
523	Poliana Lopes De Pizzol	06/11/1999	3,00	0,70	0,70	4,40	71º
372	Grasiela De Campos	14/02/1992	3,00	0,35	1,05	4,40	72º
193	Liciane Hart	14/03/1980	3,60	0,70	0,00	4,30	73º
722	Tailana Maria Haubert	11/04/1999	3,60	0,70	0,00	4,30	74º
383	Apereida Serafini	25/08/1979	3,60	0,35	0,35	4,30	75º
174	Eliane Verfer Chies	05/05/1991	3,60	0,35	0,35	4,30	76º
603	Jessica Liciane Schenkel Roos	28/02/1992	3,60	0,35	0,35	4,30	77º
110	Gizeli Caroline Da Costa	25/02/1994	3,60	0,35	0,35	4,30	78º
326	Caroline Mees	25/08/1999	3,60	0,35	0,35	4,30	79º
650	Ana Paula Paez Fernandes	19/12/1993	2,40	1,05	0,70	4,15	80º
482	Claudete Martinez Pinheiro Conterno	01/09/1980	3,00	1,05	0,00	4,05	81º

323	Josiane Bolico Da Silva	06/09/1991	3,00	1,05	0,00	4,05	82º
468	Luiza Andréa Mariano	09/12/1994	3,00	1,05	0,00	4,05	83º
250	Ivete De Fatima Faé	26/04/1970	3,00	0,70	0,35	4,05	84º
216	Fernanda Cristina Reichert	08/12/1991	3,00	0,70	0,35	4,05	85º
681	Fernanda Iarai Wajand	01/06/1996	3,00	0,70	0,35	4,05	86º
337	Elaine Krieger Barp	30/08/1975	3,60	0,35	0,00	3,95	Desc.
441	Aline Mieres Pazine	03/02/1998	2,40	1,05	0,35	3,80	Desc.
144	Daniel Rangel	24/07/1986	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
28	Fernanda Dos Santos Azeredo	14/12/1988	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
718	Camila Marluci Staudt	12/04/1989	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
777	Isabella Paula Santos Galdino	20/08/1999	3,00	0,70	0,00	3,70	Desc.
414	Eunice Lopes Leal De Lara	28/02/1977	3,00	0,35	0,35	3,70	Desc.
774	Cristina Graff	30/08/1997	3,00	0,35	0,35	3,70	Desc.
641	Roselde Dos Santos	30/09/1991	2,40	1,05	0,00	3,45	Desc.
571	Shaiane Do Nascimento De Lima	15/12/1992	2,40	1,05	0,00	3,45	Desc.
80	Camila Gomes De Oliveira Welter	07/01/1996	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.
291	Ana Julia Barboza	03/01/2000	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.
544	Eduarda Fernanda Xavier Da Rocha	13/06/2000	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.
694	Roselaine Nogueira Santos	07/09/1981	2,40	0,35	0,70	3,45	Desc.
543	Clarice Aparecida Xavier Da Rocha	01/01/1986	3,00	0,35	0,00	3,35	Desc.
325	Micheli Olivera Dutra	10/07/1998	3,00	0,35	0,00	3,35	Desc.
186	Marlete Vargas	25/03/1969	3,00	0,00	0,35	3,35	Desc.
407	Deisiane Beatriz Stefan	06/04/1996	2,40	0,70	0,00	3,10	Desc.
391	Monica Adriana Alves Ferreira	06/08/1997	2,40	0,35	0,35	3,10	Desc.
68	Larissa Daiane Kurek	01/12/1997	1,80	0,35	0,70	2,85	Desc.
56	Silvana Andreia Abreu De Lima	10/12/1997	1,80	0,35	0,70	2,85	Desc.
647	Vanusa Severio Correa Padilha	17/02/1985	1,80	0,70	0,00	2,50	Desc.
36	Vanessa Zeppe Hagge	30/06/1998	2,40	0,00	0,00	2,40	Desc.
567	Daiana Da Silva	02/10/1994	1,80	0,35	0,00	2,15	Desc.
327	Cheila Oliveira Dutra	10/07/1998	1,80	0,35	0,00	2,15	Desc.
719	Katia Cristina Zuse	07/02/1977	1,80	0,00	0,35	2,15	Desc.
311	Janinha De Fatima Meneghel	29/05/1977	0,60	0,00	0,00	0,60	Desc.
276	Adriana Seiber Da Silva	27/11/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
126	Janice Perim	18/05/1991	Faltante				Desc.
477	Marciane Da Silva Israel	15/05/1992	Faltante				Desc.
772	Dayani De Fatima Lara Ferreira	15/05/1993	Faltante				Desc.
342	Kassiane Cristina Werner	15/11/1994	Faltante				Desc.
433	Carine De Vargas Camargo	14/06/1995	Faltante				Desc.
763	Beatriz Maria Hofstetter Haskel	22/07/1995	Faltante				Desc.
761	Gessica Pricila Leite	27/11/1995	Faltante				Desc.
489	Ellen Lais Correa Ventura	25/06/1996	Faltante				Desc.
89	Natiele Fernanda Machado Zenatti	26/02/1998	Faltante				Desc.
755	Andreia De Carli	01/03/1998	Faltante				Desc.
365	Carmem Luana De Castro	13/08/1998	Faltante				Desc.
750	Jaqueline Cristiane Zachow	29/03/1999	Faltante				Desc.

## MOTORISTA CAT. "D E/OU E"

Insc.	Candidato	Data nasc.	CE	LP	CG	Prova Prática	Total	Class.
-------	-----------	------------	----	----	----	---------------	-------	--------



438	Jeferson Volnei Rothe	05/07/1980	2,28	0,18	0,18	4,80	7,44	1º
164	Peterson Filipe De Borba Cecilio	10/09/1988	2,09	0,18	0,18	4,90	7,35	2º
430	Jandir De Farias	12/04/1981	2,09	0,18	0,18	4,80	7,25	3º
165	Vanderlei Thorme De Avila	04/05/1977	2,09	0,09	0,27	4,80	7,25	4º
527	Silmar Luiz Holz	09/02/1993	2,28	0,18	0,09	4,70	7,25	5º
69	Antonio Sergio Da Silva De Lima	20/04/1976	2,09	0,18	0,09	4,80	7,16	6º
34	Diego Luiz Zeppe Tenroller	11/07/1988	2,09	0,18	0,09	4,70	7,06	7º
93	Anderson Luis Dos Santos Moraes	20/02/1992	2,09	0,18	0,09	4,70	7,06	8º
203	Marcos Adriano De Ré	08/10/1983	2,09	0,18	0,18	4,60	7,05	9º
469	Junior Giovanaz	12/12/1989	2,09	0,18	0,18	4,60	7,05	10º
514	Gilmar Barichello	07/04/1973	1,90	0,18	0,00	4,90	6,98	11º
130	Vanderlei Ricardo Bender	19/06/1981	1,90	0,09	0,18	4,80	6,97	12º
539	Josiano Arnold	25/11/1986	1,71	0,27	0,27	4,70	6,95	13º
412	Marcelo Rodrigo De Souza Burin	28/01/1991	1,71	0,09	0,27	4,80	6,87	14º
382	Carlos Augusto Pchenetchuk	08/08/1977	1,90	0,09	0,09	4,60	6,68	15º
436	Ozias Alves Delgado	10/03/1985	1,90	0,00	0,18	4,60	6,68	16º
675	Cristiano Napolao De Lara	24/06/1987	1,71	0,36	0,00	4,60	6,67	17º
204	Ederson Roque Da Silva	04/01/1987	1,90	0,18	0,09	4,50	6,67	18º
404	Sandro Bohnenberger	04/08/1992	1,90	0,27	0,09	4,40	6,66	19º
380	Osmar Vilmar Guth	19/07/1983	1,71	0,36	0,09	4,40	6,56	20º
11	Luiz Marcelo Ramalho	09/03/1979	2,09	0,18	0,18	4,10	6,55	21º
349	Vanderlei Portella Da Silva	23/09/1973	2,09	0,09	0,18	4,10	6,46	22º
507	Valdeci Ferreira Da Silva	26/09/1974	1,52	0,09	0,00	4,80	6,41	23º
248	Henrique José Estreich	05/10/1963	1,52	0,27	0,00	4,60	6,39	24º
157	Gilberto Claudinei Leskiu	06/03/1976	1,52	0,09	0,27	4,40	6,28	25º
764	Valdinei Ferreira Da Silva	15/11/1988	1,52	0,09	0,00	4,60	6,21	26º
192	Jaimir Beal	15/05/1967	1,33	0,09	0,09	4,50	6,01	27º
370	Elto Pruciano	10/01/1968	1,14	0,36	0,00	4,50	6,00	28º
643	Elso Hausschild	28/11/1976	0,95	0,18	0,09	4,70	5,92	29º
408	Alexandre Burig	11/08/1967	1,52	0,00	0,09	4,10	5,71	30º
700	Genir Luiz Terra	01/10/1980	0,95	0,09	0,09	4,50	5,63	31º
712	Antonio Bertoli	13/06/1949	0,76	0,18	0,18	4,50	5,62	32º
330	Rosalino Rodrigues Dos Santos	11/04/1974	0,95	0,09	0,00	3,80	4,84	33º
10	José Renato Dal Acua Verona	17/02/1987	2,28	0,18	0,18	0,00	2,64	Desc.
637	Rafael Skittberg	12/01/1983	2,28	0,27	0,00	0,00	2,55	Desc.
150	Valmir Jung De Souza	12/03/1973	2,28	0,18	0,09	0,00	2,55	Desc.
559	Aldemir Da Silva	10/04/1976	2,09	0,27	0,00	0,00	2,36	Desc.
314	Marcia De Lara Moreira	29/03/1977	2,09	0,09	0,18	0,00	2,36	Desc.
491	Narciso Panzenhagen	05/04/1990	2,09	0,18	0,00	0,00	2,27	Desc.
57	Tiago Rex	27/11/1990	2,09	0,09	0,09	0,00	2,27	Desc.
154	Marcos Roberto Ebbing	09/07/1982	1,90	0,18	0,18	0,00	2,26	Desc.
175	Antonio Chies	26/06/1989	1,90	0,18	0,09	0,00	2,17	Desc.
618	Claudemir Soares Da Silva	24/03/1985	1,71	0,27	0,18	0,00	2,16	Desc.
196	Eleandro Sehnem	20/10/1988	1,71	0,18	0,18	0,00	2,07	Desc.
92	Luiz Carlos Dos Santos Moraes	27/06/1965	1,52	0,00	0,27	0,00	1,79	Desc.
338	Itelmar Fernandes	30/12/1974	1,33	0,18	0,18	0,00	1,69	Desc.
697	Pedro Ivan Da Silva	21/05/1976	1,33	0,18	0,18	0,00	1,69	Desc.
49	Vladimir Kurek	23/12/1977	1,33	0,18	0,18	0,00	1,69	Desc.

171	Marcos Leandro Schirmer	27/04/1984	1,52	0,00	0,09	0,00	1,61	Desc.
766	Nilson Valdecir Markus	12/04/1976	1,14	0,27	0,09	0,00	1,50	Desc.
368	Sergio Pruciano	10/01/1968	0,76	0,18	0,00	-	0,94	Desc.
599	Artur Chaves Viana	19/07/1959	0,57	0,18	0,00	-	0,75	Desc.
532	Aldori Alves Teixeira	14/11/1968	0,57	0,18	0,00	-	0,75	Desc.
699	Gilberto Antônio Burin	16/12/1969	0,00	0,00	0,00	-	0,00	Desc.
256	Eraldo Matias	30/03/1983	0,00	0,00	0,00	-	0,00	Desc.
566	Valdecir Silveira	19/05/1989	0,00	0,00	0,00	-	0,00	Desc.
352	Evandro Luiz Schrader	14/04/1974	Faltante					Desc.
626	Jandir Correa	22/10/1980	Faltante					Desc.
437	Abel Guralh	30/05/1985	Faltante					Desc.
530	Lucas Derner Carneiro	14/08/1986	Faltante					Desc.
625	Jeferson Cardoso	08/10/1986	Faltante					Desc.
476	Jean Do Nascimento	16/05/1987	Faltante					Desc.
634	Edivandro De Oliveira Soares	02/06/1987	Faltante					Desc.
582	Marcio Adriano Ferreira Da Silva	13/01/1988	Faltante					Desc.
630	Marcos Gian Colombo	28/05/1991	Faltante					Desc.
160	Carlos Wilian Cruz	14/02/1992	Faltante					Desc.
691	Alex Lourenço Dambros	17/09/1992	Faltante					Desc.

## PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO - DIONÍSIO CERQUEIRA

Insc.	Candidato	Data nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
504	Edson Daniel Siqueira Da Veiga	22/03/1982	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
299	Andreia Aparecida Agatti	13/01/1986	3,00	0,28	0,20	-	3,48	Desc.
509	Vilson Jose Prestes	14/10/1989	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
294	Denize Cristina Dias	30/05/1986	2,50	0,00	0,60	-	3,10	Desc.
636	Bárbara Frizon Zanini	20/12/1990	2,00	0,28	0,20	-	2,48	Desc.
361	Geni De Almeida Gaige	02/11/1973	2,50	0,28	0,00	-	2,78	Desc.
547	Rúbia Taisi Pinheiro	14/05/1990	2,00	0,84	0,20	-	3,04	Desc.
426	Marizane Cavalheiro Martins Avila	16/08/1974	1,00	0,28	0,40	-	1,68	Desc.
448	Tauana Benini Schwinn	01/10/1991	1,00	0,00	0,20	-	1,20	Desc.

## PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
529	Mirian Kelen Da Silva De Lima	18/03/1987	3,50	0,28	0,20	-	3,98	Desc.
21	Gracieli Batistella Ribeiro	06/12/1990	2,50	0,28	0,20	-	2,98	Desc.
540	Leidiane Pereira De Oliveira	28/03/1993	2,00	0,56	0,20	-	2,76	Desc.
62	Andreia Ribeiro Marconsoni	08/03/1996	2,00	0,56	0,20	-	2,76	Desc.
451	Julio Da Silva Camargo	09/07/1989	Faltante					Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
308	Álison Girardi	14/12/1989	5,00	0,28	0,40	1,70	7,38	1º
517	Odirlei Vivan	19/04/1981	4,00	0,56	0,40	1,70	6,66	2º
32	Osvaldo Odair Urban	29/08/1982	4,00	0,28	0,40	1,10	5,78	3º
85	Monique Maria Tressoldi Nichtewitz	10/12/1990	3,50	0,56	0,00	1,70	5,76	4º
701	Adriel Bregalda	13/02/1995	3,50	0,56	0,40	0,70	5,16	5º
200	Volmar Vanini	07/09/1974	3,00	0,28	0,40	-	3,68	-



417	Alex Junior Machado	14/12/1989	3,00	0,00	0,60	-	3,60	-
595	Eduardo Da Rosa Duarte	10/10/1994	3,00	0,56	0,20	-	3,76	-
528	Deisy Tatiana Pacheco	20/10/1979	2,00	0,56	0,60	-	3,16	-
693	Marcio De Camargo	26/01/1986	2,00	0,56	0,20	-	2,76	-
494	Adriane Maria Fae	09/01/1982	2,50	0,28	0,20	-	2,98	-
194	Sidinéia Carvalho De Freitas Alberti	08/01/1990	2,00	0,28	0,40	-	2,68	-
403	Marcos Eduardo Dos Santos	16/12/1981	3,00	0,56	0,40	-	3,96	-
5	Debora Dos Santos	06/09/1991	2,50	0,00	0,00	-	2,50	-
703	Tainá Olivia Rodrigues De Azevedo	19/09/1995	2,50	0,28	0,20	-	2,98	-
660	Franciele Matiolo	14/03/1990	Faltante					Desc.
363	Nicholas Rossini Rohenkohl	16/11/1992	Faltante					Desc.
429	Diânatan Sissgler	17/05/1994	Faltante					Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
262	Marcelo Assunção De Camargo	30/01/1979	3,50	0,56	0,40	1,40	5,86	1º
310	Amanda Luiza Rauber Godinho	06/06/1997	3,50	0,56	0,00	0,00	4,06	2º
692	Sander Celio Santos Da Silva	27/06/1995	3,50	0,28	0,20	-	3,98	-
347	Wilian Limana	13/10/1995	2,50	0,84	0,40	-	3,74	-
589	Gilvanio De Almeida Vargas	16/07/1986	2,50	0,56	0,40	-	3,46	-
656	Jean Carlos Busch	08/06/1996	3,00	0,56	0,20	-	3,76	-
177	Andrieli Tainara Tomazi	08/12/1998	3,00	0,56	0,00	-	3,56	-
590	Gabriel Allan De Lima	25/05/1999	3,00	0,00	0,20	-	3,20	-
751	Maico Juliano Dickel	18/05/1993	1,00	0,84	0,20	-	2,04	-
725	Fabricio Carniel Cavalli	20/02/1997	2,00	0,56	0,20	-	2,76	-
373	Patricia De Campos	20/05/1993	1,00	0,28	0,20	-	1,48	-
381	Névio Paulo Moschen	13/11/1986	2,00	0,28	0,00	-	2,28	-
61	Denise Da Silva Santos Backes	30/01/1992	2,00	0,00	0,20	-	2,20	-
148	Sandra Do Couto	12/12/1988	1,50	0,28	0,00	-	1,78	-
450	Claudomiro Da Silva Camargo	26/04/1994	Faltante					Desc.
127	Juliana Lima Meotti	23/10/1995	Faltante					Desc.
75	Carlos Henrique Feil	17/05/1998	Faltante					Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
253	Daiane Raquel Regner	16/07/1990	5,50	0,28	0,60	2,00	8,38	1º
707	Patrícia De Marchi Mattos	28/04/1990	5,50	0,84	0,20	1,70	8,24	2º
227	Angela Vargas Priebe	25/08/1988	5,50	0,56	0,40	1,70	8,16	3º
508	Nelsi De Fatima Benatti Bonifacio	18/02/1966	5,50	0,28	0,00	2,00	7,78	4º
231	Eliane Gheno Haefliger	07/11/1980	5,00	0,56	0,40	1,70	7,66	5º
300	Sandra Mara Da Rosa	02/07/1979	5,50	0,56	0,40	1,10	7,56	6º
102	Cleonara De Lima Vieira	18/09/1990	5,50	0,56	0,40	1,10	7,56	7º
9	Bruna Cecilia Pauli	29/04/1993	5,50	0,56	0,40	1,00	7,46	8º
341	Salete De Fátima Gularte	27/03/1963	5,00	0,56	0,20	1,70	7,46	9º
263	Ediane Benedito	08/10/1992	5,00	0,28	0,40	1,70	7,38	10º
30	Marceli Liliani Schmitt	05/04/1994	5,00	0,28	0,40	1,70	7,38	11º
296	Serli Villani Cordeiro	04/03/1969	5,00	0,00	0,40	1,90	7,30	12º
142	Aline Bregalda This	20/01/1990	4,50	0,84	0,20	1,70	7,24	13º

215	Idiane Perosso Schmiddel	06/11/1995	5,00	0,84	0,00	1,10	6,94	14º
521	Vera Terezinha Ruschel Barp	25/07/1977	4,50	0,28	0,40	1,70	6,88	15º
427	Gabriela Seffrin	12/11/1993	5,00	0,56	0,20	1,10	6,86	16º
1	Cristieli Karla Lauxen	03/12/1994	5,00	0,56	0,20	1,10	6,86	17º
189	Aline Beal	05/09/1995	5,00	0,56	0,20	1,10	6,86	18º
170	Marizete Ruviano	19/09/1977	4,50	0,00	0,60	1,70	6,80	19º
33	Francielle Barbara Hubner Bortoli	20/12/1982	5,00	0,28	0,40	1,00	6,68	20º
321	Édina Salla Fenali Dellani	06/01/1989	4,50	0,28	0,20	1,70	6,68	21º
240	Fabiele Aparecida Martinazzo	15/02/1989	4,50	0,00	0,40	1,70	6,60	22º
31	Fernanda Letícia Urban	22/05/1996	4,50	0,56	0,40	1,10	6,56	23º
168	Eliane Kollenberg	25/03/1981	4,00	0,56	0,00	2,00	6,56	24º
602	Nilsa Marilei Schuler Schenkel	12/11/1967	4,00	0,28	0,20	2,00	6,48	25º
324	Maristela Cristina Albuquerque Santana	10/03/1969	4,00	0,28	0,20	2,00	6,48	26º
686	Rita Andrea Dos Santos	01/09/1978	5,00	0,00	0,20	1,10	6,30	27º
359	Roselei Lurdes Dos Santos Kieling	04/03/1982	4,50	0,00	0,20	1,60	6,30	28º
535	Katia Aparecida De Almeida Flores	23/01/1968	4,00	0,28	0,40	1,60	6,28	29º
270	Elisane Barbieri	10/07/1982	3,50	0,84	0,20	1,70	6,24	30º
138	Rosani Cleusa Baptistella	20/06/1978	4,50	0,00	0,40	1,30	6,20	31º
223	Maria Roseli Israel Da Silva	11/02/1978	4,50	0,28	0,00	1,40	6,18	32º
38	Cleide Luzia Gabriel	13/11/1974	4,00	0,28	0,20	1,70	6,18	33º
217	Maristela Aparecida Da Silva	13/03/1990	4,00	0,00	0,40	1,70	6,10	34º
524	Suélen Fátima Gaidarji De Gironi	16/03/1991	4,50	0,56	0,00	1,00	6,06	35º
646	Maristela Rodrigues De Azevedo	20/08/1968	4,00	0,00	0,00	2,00	6,00	36º
230	Judite Muller	07/12/1994	4,50	0,28	0,20	1,00	5,98	37º
376	Soeli Maria Roesler	22/10/1968	4,00	0,56	0,20	1,10	5,86	38º
484	Gilvana Loff Cenci	07/10/1995	4,50	0,00	0,20	1,10	5,80	39º
162	Janete Terezinha Righi	10/05/1976	4,00	0,28	0,40	1,10	5,78	40º
481	Jaqueline Luzia Kureck Wust	23/09/1987	4,00	0,56	0,20	0,90	5,66	41º
213	Juliane Perosso Kempka	06/07/1982	4,00	0,56	0,00	1,10	5,66	42º
607	Tatiane Kleinibing Do Nascimento	10/12/1987	5,00	0,00	0,40	0,00	5,40	43º
549	Janete Juliana Melo Do Nascimento	10/04/1983	3,50	0,28	0,40	1,10	5,28	44º
749	Tayana Mayara Moreira	11/09/1992	4,50	0,28	0,20	0,00	4,98	45º
670	Elenir Terezinha Witcel Dias	18/05/1958	3,50	0,56	0,20	0,00	4,26	46º
454	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	19/06/1993	3,50	0,28	0,20	-	3,98	Desc.
393	Glauca Ferreira Cabral Marcante	09/11/1986	3,50	0,28	0,00	-	3,78	Desc.
198	Solange Fernandes Da Silva	20/10/1981	3,50	0,28	0,00	-	3,78	Desc.
333	Marialva Fortes	03/12/1979	3,00	0,00	0,20	-	3,20	Desc.
452	Marcilene Elanise Roos Schenkel	26/01/1990	2,00	0,84	0,20	-	3,04	Desc.
140	Marlei Loreni B. De Camargo	06/07/1979	1,50	0,00	0,00	-	1,50	Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
585	Fabiane Cristina Marques Da Silva	23/02/1974	5,50	0,56	0,40	2,00	8,46	1º
271	Lidiane Fatima Jacomelli Zuffo	15/08/1985	5,50	1,12	0,40	1,00	8,02	2º
545	Ana Carolina Medina	29/05/1993	5,50	0,28	0,40	1,40	7,58	3º
236	Tauana Cristina Da Silva De Moraes	13/01/1996	5,50	0,28	0,40	1,40	7,58	4º
738	Sirlei Girardi	04/07/1973	5,50	0,28	0,20	1,60	7,58	5º
45	Márcia Adriana Hoeflinger	22/07/1976	5,50	0,00	0,20	1,40	7,10	6º



222	Thaynnara Catarina Schenckel Bueno	28/08/1988	5,50	0,56	0,00	1,00	7,06	7º
471	Lais Tatiane Pereira De Oliveira	16/07/1991	5,50	0,28	0,20	1,00	6,98	8º
19	Simone Rodrigues De Quevedo	21/08/1974	5,00	0,56	0,00	1,40	6,96	9º
277	Alessandra Severia Do Nascimento	18/09/1991	4,50	0,56	0,40	1,20	6,66	10º
474	Tainara Borges Faquinello Bugança	16/09/1994	4,50	0,00	0,00	2,00	6,50	11º
440	Gabrieli Vanessa Dickel	24/08/1999	5,50	0,56	0,40	0,00	6,46	12º
765	Rosilei Alves Siqueira	29/07/1982	4,50	0,56	0,00	1,20	6,26	13º
664	Geovani Maria Andrade Brum	20/07/1981	3,50	0,56	0,60	1,60	6,26	14º
743	Fernanda Aparecida Lovis	30/12/1984	4,50	0,28	0,20	1,00	5,98	15º
267	Ivete Maria Von Dentz	20/07/1963	4,50	0,00	0,40	1,00	5,90	16º
717	Walisthon Dos Santos Ramos	03/09/1998	4,50	0,00	0,40	1,00	5,90	17º
572	Patricia De Conto Da Silva	26/09/1991	3,50	0,84	0,20	1,20	5,74	18º
475	Adenize Lucia Canzi	12/09/1986	5,00	0,28	0,40	0,00	5,68	19º
195	Kettlyn Iamaia Silva	27/07/1996	4,00	0,28	0,40	1,00	5,68	20º
685	Ilda Teresinha Boscato	31/07/1966	4,50	0,56	0,60	0,00	5,66	21º
615	Magna Alecia Dorneles De Carvalho	02/07/1985	4,50	0,28	0,40	0,40	5,58	22º
519	Jéssica Daiane De Campos Stefan	09/10/1993	3,50	0,84	0,00	1,00	5,34	23º
657	Cristiane Gomes Brizola	22/09/1986	3,50	0,56	0,00	1,00	5,06	24º
353	Luana Bohnenberger Dickel	19/01/1997	3,50	0,56	0,00	1,00	5,06	25º
655	Lucinara Cristina Fornari	01/02/1999	5,00	0,00	0,00	0,00	5,00	26º
424	Edina Da Silva Polese	14/05/1989	4,50	0,28	0,20	0,00	4,98	27º
586	Daniela Rodrigues Weiss Ramos	16/10/1996	3,50	0,84	0,20	0,00	4,54	28º
554	Ana Paula De Andrade	27/04/1996	3,50	0,56	0,20	0,00	4,26	29º
315	Giseli Aparecida De Oliveira Colman	04/05/1996	3,50	0,28	0,40	0,00	4,18	30º
668	Cristina Aparecida Macedo	26/08/1999	3,50	0,56	0,00	0,00	4,06	31º
754	Daiane De Oliveira	04/12/1990	3,00	0,84	0,20	0,00	4,04	32º
683	Marta Vaz	27/06/1991	3,50	0,28	0,20	-	3,98	Desc.
190	Claudineia Conforti	08/03/1996	3,50	0,00	0,00	-	3,50	Desc.
735	Andrieli Da Silva Hauschildt	30/09/1990	3,00	0,28	0,20	-	3,48	Desc.
640	Ana Carolina Da Silva Siqueira	23/03/2000	2,50	0,56	0,40	-	3,46	Desc.
245	Luana Deckmann	06/01/1997	3,50	0,00	0,00	-	3,50	Desc.
328	Marileuza Ramos Da Silva Somavilla	21/03/1980	3,00	0,28	0,00	-	3,28	Desc.
581	Débora Medeiros De Souza	10/01/1996	3,00	0,00	0,20	-	3,20	Desc.
371	Tatiane Vargas	02/01/1995	3,00	0,00	0,20	-	3,20	Desc.
112	Tais Alessandra Hagge	02/03/1997	3,50	0,28	0,20	-	3,98	Desc.
166	Jéssica Carolina Bublitz Do Carmo	13/02/1998	3,00	0,56	0,20	-	3,76	Desc.
302	Marciani Tomazoni Rodrigues	27/02/1987	1,50	0,28	0,00	-	1,78	Desc.

## PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
22	Anderson Lenin Ongaro	05/08/1987	5,00	1,12	0,60	1,80	8,52	1º
226	Luciana Fátima Medeiros Guimarães	07/10/1990	5,00	0,56	0,20	1,70	7,46	2º
428	Cristiane Bina Cardoso	11/07/1992	5,00	0,56	0,20	1,70	7,46	3º
392	Graciela Neumann	21/01/1984	5,00	0,28	0,40	1,10	6,78	4º
635	Tatiane Dos Santos De Miranda	21/05/1990	4,50	0,28	0,20	1,70	6,68	5º
132	Maria Soledad Neis	12/02/1988	4,00	1,12	0,20	1,10	6,42	6º
115	Raquel Fatima Da Silva	18/12/1989	4,00	0,28	0,60	0,00	4,88	7º
478	Marli Alves Ferreira	30/09/1981	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.

565	Enadete Aparecida De Carvalho	07/09/1968	3,00	0,28	0,20	-	3,48	Desc.
413	Deise Cristiane Da Silva Da Fonseca	12/12/1991	3,00	0,00	0,00	-	3,00	Desc.
767	Raquelly Taube	23/06/1992	Faltante					Desc.
PROFESSOR DE ESPANHOL - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
272	Glauca Andrade Strunkis	20/12/1979	2,50	0,00	0,40	-	2,90	Desc.
PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
577	Patricia Cabral	29/05/1988	6,00	0,28	0,00	1,70	7,98	1º
298	Zanete Beal	07/07/1965	4,50	0,56	0,20	2,00	7,26	2º
129	Roselei Grassi Bender	17/04/1990	5,00	0,00	0,40	1,70	7,10	3º
290	Marluci Carneiro Camargo	24/06/1989	4,50	0,28	0,60	1,70	7,08	4º
444	Kelen Juliane Faquinello	09/09/1983	4,50	0,56	0,00	2,00	7,06	5º
557	Aderlaine Mognon	03/12/1980	4,00	0,84	0,20	2,00	7,04	6º
541	Veronica Borges Da Silva	29/08/1985	4,50	0,28	0,20	2,00	6,98	7º
556	Marli Corti	11/09/1966	4,00	0,84	0,00	2,00	6,84	8º
265	Evani Goularte	21/01/1973	5,00	0,28	0,20	1,30	6,78	9º
434	Gislaine Fátima Dos Anjos Souza	03/10/1973	4,00	0,56	0,20	2,00	6,76	10º
605	Loiva Santa Catarina Busch	08/06/1976	4,00	0,84	0,60	1,30	6,74	11º
8	Marcela Siqueira	04/03/1985	4,00	0,56	0,40	1,70	6,66	12º
288	Daiana Karine Nicola	25/02/1984	4,50	0,28	0,20	1,60	6,58	13º
125	Marines Machado De Barros Weirich	27/10/1968	4,00	0,28	0,60	1,70	6,58	14º
155	Claudete De Jesus Dombroski	03/12/1956	4,00	0,28	0,20	2,00	6,48	15º
151	Tatiane Deeter Do Nascimento	17/06/1992	4,50	0,28	0,60	1,10	6,48	16º
220	Claudete Lucia Scalco Lanza	01/11/1985	4,50	0,28	0,00	1,70	6,48	17º
156	Gisele Aparecida Da Veiga	05/09/1976	4,00	0,28	0,20	2,00	6,48	18º
695	Paula Juliana Aita De Sa	15/01/1983	4,00	0,28	0,40	1,70	6,38	19º
322	Adriane Jaqueline Kroth Hermes	12/01/1978	3,50	0,56	0,20	2,00	6,26	20º
27	Heriberto Francisco Xavier	13/12/1984	5,00	0,56	0,60	0,00	6,16	21º
202	Bruna Dos Santos Tiburski	15/04/1995	4,00	0,56	0,40	1,10	6,06	22º
447	Rosane Dos Santos	28/07/1983	3,50	0,56	0,00	2,00	6,06	23º
72	Leci Roseclei Schrader	12/01/1978	3,50	0,84	0,00	1,70	6,04	24º
320	Juliana De Avila Mees	06/12/1988	3,50	0,56	0,00	1,70	5,76	25º
511	Edina Alves Da Rosa	22/04/1979	3,50	0,28	0,40	1,40	5,58	26º
779	Sueli Cristina Sabbi Severnini	09/09/1976	4,50	0,28	0,40	0,00	5,18	27º
632	Marzeli Da Silva	13/11/1974	3,50	0,28	0,20	-	3,98	Desc.
292	Eunice De Camargo	15/06/1984	3,50	0,28	0,20	-	3,98	Desc.
505	Marcia Adriane De Bairro Da Veiga	30/10/1981	2,50	0,84	0,20	-	3,54	Desc.
224	Sandra Teresinha Krewer Puttkamer	28/03/1966	3,50	0,00	0,40	-	3,90	Desc.
574	Tânia Regina Bedin De Oliveira	07/01/1979	3,50	0,28	0,20	-	3,98	Desc.
653	Tatiane Dos Santos Righi	09/11/1989	3,00	0,28	0,20	-	3,48	Desc.
443	Marilucia De Christo Barp	23/09/1981	3,00	0,56	0,20	-	3,76	Desc.
281	Ozirda De Lara	10/04/1959	2,00	0,56	0,20	-	2,76	Desc.
771	Marivone Berwian	24/09/1982	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
24	Luciana Moreira Da Silva	21/09/1984	3,00	0,00	0,20	-	3,20	Desc.
66	Simoni Ester Schrader	23/12/1975	2,00	0,00	0,60	-	2,60	Desc.

492	Rosani Gisch Allebrandt	22/07/1985	2,00	0,00	0,40	-	2,40	Desc.
548	Dilaite Rosa Alves	17/01/1978	2,50	0,56	0,20	-	3,26	Desc.
282	Odete De Lara De Lima	25/09/1964	1,00	0,00	0,20	-	1,20	Desc.
742	Nilcemar Fátima De Oliveira	14/02/1979	Faltante					Desc.
698	Silvana Aparecida Da Silva	23/11/1983	Faltante					Desc.
PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
490	Joseane Batista	28/03/1991	5,00	0,28	0,40	1,40	7,08	1º
273	Cleison Da Silva	16/02/1994	4,00	0,56	0,40	1,00	5,96	2º
101	Simone Assis Borba	13/01/1987	3,00	1,12	0,20	1,40	5,72	3º
44	Cristiani Da Costa Silva	10/04/1985	3,50	0,56	0,20	1,00	5,26	4º
584	Larissa Godoy De Oliveira	16/12/1996	4,50	0,28	0,40	0,00	5,18	5º
776	Cleonice Teresinha Maroni	26/03/1983	4,00	0,56	0,20	0,00	4,76	6º
329	Cleureci Gonçalves Fortes Siqueira	03/06/1987	3,50	0,00	0,40	-	3,90	Desc.
37	Rosenilda Da Silva	30/12/1988	3,50	0,00	0,20	-	3,70	Desc.
512	Jéssica Thaís Da Silva	21/10/1993	3,50	0,00	0,20	-	3,70	Desc.
354	Elisa Dalla Vecchia Urban	03/06/1984	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
614	Ivarlei Borsato	01/11/1985	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
241	Rosane Eckert Angeli	13/10/1977	2,50	0,00	0,20	-	2,70	Desc.
587	Rute Borges Da Silva	21/08/1994	2,50	0,28	0,20	-	2,98	Desc.
456	Fabiola Rakel Marinho	25/10/1976	3,50	0,28	0,20	-	3,98	Desc.
775	Debora Cristina Kunh	17/09/1990	2,00	0,28	0,20	-	2,48	Desc.
497	Ivoneite Do Carmo Rosa	15/11/1961	2,00	0,00	0,40	-	2,40	Desc.
135	Cássia Erica De Freitas	12/08/1997	2,50	0,28	0,60	-	3,38	Desc.
620	Rosane Rodrigues De Moraes Franck	01/08/1979	Faltante					Desc.

Art. 2º - Para os cargos de Monitor para Educação Infantil e Auxiliar de Serviços Gerais somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas das provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto no edital.

Art. 3º - Para o cargo de Motorista "CNH Cat. D e/ou E" somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 1,00 (um ponto) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três pontos), na Prova Prática, conforme especificado no edital.

Art. 4º - Para os de Professores Habilitados e Professores Não Habilitados, somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas das provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto no edital.

Art. 5º - Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 6º. Os candidatos terão os dias 19 e 20.10.2017 para interposição de recurso em face da correção dos cartões de resposta, pelo site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2017.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 18/10/2017.

NORMÉLIO PÉRCIO  
Secretário Municipal

**DECRETO 5745/2017 RESULTADO APÓS CORREÇÃO DOS CARTÕES CONCURSO 001/2017**

Publicação Nº 1405402

DECRETO Nº 5.745/2017.

HOMOLOGA O RESULTADO APÓS A CORREÇÃO DOS CARTÕES DE RESPOSTA DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2017

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado após a correção dos cartões de resposta relativo ao Concurso Público Edital nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme segue:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
167	Vanessa De Souza Cazari	10/03/1986	5,95	1,20	0,60	7,75	1º
116	Acidio Pecos Valduga	17/07/1987	5,60	0,80	0,60	7,00	2º
123	Sibeli Vettorazzi	11/03/1995	5,25	0,80	0,80	6,85	3º
2	Giovani Macedo	12/08/1989	4,55	1,40	0,80	6,75	4º
69	Marcelo Luiz Ferlin Dambros	01/07/1983	4,20	1,20	1,00	6,40	5º
18	Osvaldo Odair Urban	29/08/1982	4,20	1,00	1,00	6,20	6º
158	Wilian Limana	13/10/1995	4,55	0,80	0,80	6,15	7º
207	Ailton De Oliveira	17/05/1975	4,20	1,00	0,80	6,00	8º
27	Monique Maria Tressoldi Nichtewitz	10/12/1990	4,20	1,00	0,80	6,00	9º
125	Alex Junior Machado	14/12/1989	4,20	0,80	0,80	5,80	10º
118	Marqueli Petry Weber	21/10/1995	4,55	0,80	0,40	5,75	11º
196	Eduardo Da Rosa Duarte	10/10/1994	4,20	0,40	1,00	5,60	12º
117	Edivaldo Duarte Gularte	28/05/1989	3,50	1,20	0,80	5,50	13º
73	Marcelo Assunção De Camargo	30/01/1979	3,85	1,00	0,60	5,45	14º
9	Karina Simoni	22/06/1985	3,85	1,00	0,60	5,45	15º
221	Tainá Olivia Rodrigues De Azevedo	19/09/1995	4,55	0,40	0,40	5,35	16º
216	Marcio De Camargo	26/01/1986	3,85	0,60	0,80	5,25	17º
217	Sander Celio Santos Da Silva	27/06/1995	4,20	0,80	0,20	5,20	18º
41	Helena Kollenberg	09/03/1987	4,20	0,40	0,60	5,20	19º
209	Sidinéia Carvalho De Freitas Alberti	08/01/1990	3,50	1,00	0,60	5,10	20º
92	Álison Girardi	14/12/1989	3,85	0,60	0,60	5,05	21º
48	Volmar Vanini	07/09/1974	3,15	0,80	1,00	4,95	Desc.
163	Deisy Tatiana Pacheco	20/10/1979	3,50	0,80	0,60	4,90	Desc.
32	Odirlei Vivan	19/04/1981	3,50	0,60	0,80	4,90	Desc.
131	Marcos Ricieri De Christo	19/05/1993	3,50	0,80	0,60	4,90	Desc.
204	Thainã Aparecida Dos Santos	22/10/1993	3,85	0,60	0,40	4,85	Desc.
224	Ana Paula Goncalves	26/07/1992	4,20	0,60	0,00	4,80	Desc.
210	Franciele Matiolo	14/03/1990	3,15	0,60	1,00	4,75	Desc.
43	Flávio Aguiar Prestes Nogueira	19/11/1991	3,15	0,60	1,00	4,75	Desc.
121	Marcos Eduardo Dos Santos	16/12/1981	3,15	0,40	1,00	4,55	Desc.
169	Angélica Borghetti	03/08/1990	3,15	0,60	0,80	4,55	Desc.
148	Adriane Maria Fae	09/01/1982	3,50	0,60	0,40	4,50	Desc.
220	Adriel Bregalda	13/02/1995	3,50	0,40	0,60	4,50	Desc.
5	Debora Dos Santos	06/09/1991	3,15	0,80	0,40	4,35	Desc.
78	Gustavo Andrioli	15/07/1993	3,50	0,40	0,40	4,30	Desc.
79	Sandra Do Couto	12/12/1988	2,80	0,80	0,00	3,60	Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
70	Daiane Raquel Regner	16/07/1990	5,95	1,00	0,60	7,55	1º
93	Andressa Ferronato	16/06/1993	5,95	0,80	0,80	7,55	2º
201	Ivarlei Borsato	01/11/1985	5,25	1,20	0,80	7,25	3º
231	Paula Juliana Aita De Sa	15/01/1983	5,25	1,00	1,00	7,25	4º
170	Marcia Inês Panzenhagen Pinheiro	11/05/2001	5,60	0,80	0,80	7,20	5º
214	Ilda Teresinha Boscato	31/07/1966	4,90	1,20	1,00	7,10	6º
59	Thaynnara Catarina Schenckel Bueno	28/08/1988	4,90	1,20	1,00	7,10	7º
203	Claudia Cristina Barbosa	10/01/1973	5,25	1,20	0,60	7,05	8º
184	Karine Andréa Liesenfeld	17/05/1984	4,55	1,20	1,00	6,75	9º
102	Maristela Cristina Albuquerque Santana	10/03/1969	4,90	1,00	0,80	6,70	10º
46	Marizete Ruviano	19/09/1977	4,90	1,00	0,80	6,70	11º
139	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	19/06/1993	4,90	1,00	0,80	6,70	12º
67	Fabiele Aparecida Martinazzo	15/02/1989	5,25	0,60	0,80	6,65	13º
34	Roselei Grassi Bender	17/04/1990	5,25	0,60	0,60	6,45	14º
62	Angela Vargas Priebe	25/08/1988	4,20	1,40	0,80	6,40	15º
219	Silvana Aparecida Da Silva	23/11/1983	4,55	1,40	0,40	6,35	16º
227	Juliana Seibel Freddi	11/03/1990	4,55	1,40	0,40	6,35	17º
65	Eliane Gheno Haefliger	07/11/1980	4,55	1,00	0,80	6,35	18º
16	Francielle Barbara Hubner Bortoli	20/12/1982	4,20	1,40	0,60	6,20	19º
87	Eunice De Camargo	15/06/1984	4,20	1,40	0,60	6,20	20º
31	Marlene Lúcia Bourscheidt	26/07/1984	4,20	1,20	0,80	6,20	21º
222	Patrícia De Marchi Mattos	28/04/1990	4,55	0,80	0,80	6,15	22º
206	Bárbara Frizon Zanini	20/12/1990	4,55	0,80	0,80	6,15	23º
75	Ediane Benedito	08/10/1992	4,55	0,80	0,80	6,15	24º
176	Roseli T. Egger Barichello	17/04/1975	3,85	1,40	0,80	6,05	25º
157	Salete Rohr Dos Santos	03/08/1977	3,85	1,40	0,80	6,05	26º
173	Janete Juliana Melo Do Nascimento	10/04/1983	4,20	1,00	0,80	6,00	27º
174	Claudiane Pauli	25/03/1990	4,55	1,20	0,20	5,95	28º
17	Fernanda Letícia Urban	22/05/1996	4,55	0,60	0,80	5,95	29º
119	Gláucia Ferreira Cabral Marcante	09/11/1986	4,90	0,20	0,80	5,90	30º
22	Márcia Adriana Hoeflinger	22/07/1976	3,85	1,00	1,00	5,85	31º
76	Ivanilde Lourdes Mees Liesenfeld	08/02/1982	4,20	0,80	0,80	5,80	32º
238	Patricia De Conto Da Silva	26/09/1991	4,20	0,60	1,00	5,80	33º
226	Thaiza Dos Santos	29/06/1989	4,55	0,80	0,40	5,75	34º
80	Lidiane Fatima Jacomelli Zuffo	15/08/1985	3,50	1,40	0,80	5,70	35º
235	Nair Noraci David Schneider	22/10/1965	3,85	1,00	0,80	5,65	36º
15	Marceli Liliani Schmitt	05/04/1994	3,85	0,80	1,00	5,65	37º
50	Bruna Dos Santos Tiburski	15/04/1995	4,20	1,20	0,20	5,60	38º
111	Roselei Lurdes Dos Santos Kieling	04/03/1982	4,20	1,00	0,40	5,60	39º
90	Sandra Mara Da Rosa	02/07/1979	4,20	0,80	0,60	5,60	40º
97	Beatriz De Mello Martini	21/09/1984	4,20	0,80	0,60	5,60	41º
99	Édina Salla Fenali Dellani	06/01/1989	4,20	0,80	0,60	5,60	42º
20	Cleide Luzia Gabriel	13/11/1974	3,50	1,20	0,80	5,50	43º
126	Isaura Reichert	23/05/1982	3,85	1,00	0,60	5,45	44º
115	Soeli Maria Roesler	22/10/1968	3,85	0,80	0,80	5,45	45º
37	Rosani Cleusa Baptistella	20/06/1978	4,20	0,60	0,60	5,40	46º

29	Cleonara De Lima Vieira	18/09/1990	4,20	0,60	0,60	5,40	47º
212	Ivonete De Camargo Pavin	13/09/1977	3,50	1,40	0,40	5,30	48º
190	Rozeli Pinheiro Wronski	15/10/1988	3,85	1,00	0,40	5,25	49º
12	Eliane Kollenberg	25/03/1981	3,85	0,60	0,80	5,25	50º
199	Loiva Santa Catarina Busch	08/06/1976	3,15	1,40	0,60	5,15	51º
213	Graciele Rodrigues Teles	07/09/1990	3,15	1,20	0,80	5,15	52º
39	Aline Bregalda This	20/01/1990	3,50	1,20	0,40	5,10	53º
4	Magna Alecia Dorneles De Carvalho	02/07/1985	3,50	1,00	0,60	5,10	54º
233	Denise Fátima Gubert	24/12/1973	3,50	0,80	0,80	5,10	55º
45	Janete Terezinha Righi	10/05/1976	3,85	0,60	0,60	5,05	56º
7	Marcela Siqueira	04/03/1985	3,85	0,60	0,60	5,05	57º
74	Karin Deolinda Schlichting Reineri	28/08/1983	4,20	0,20	0,60	5,00	58º
151	Karline Elizabete Back	25/05/1984	3,15	1,00	0,80	4,95	Desc.
1	Cristieli Karla Lauxen	03/12/1994	3,15	1,20	0,60	4,95	Desc.
98	Juliana De Avila Mees	06/12/1988	3,50	0,60	0,80	4,90	Desc.
145	Gilvana Loff Cenci	07/10/1995	3,50	1,00	0,40	4,90	Desc.
186	Patricia Cabral	29/05/1988	3,85	0,40	0,60	4,85	Desc.
160	Vera Terezinha Ruschel Barp	25/07/1977	3,15	1,00	0,60	4,75	Desc.
144	Marli Alves Ferreira	30/09/1981	3,15	1,00	0,60	4,75	Desc.
89	Andreia Aparecida Agatti	13/01/1986	3,15	0,80	0,80	4,75	Desc.
101	Josiane Bolico Da Silva	06/09/1991	3,50	0,60	0,60	4,70	Desc.
107	Dulce Machado Da Silva	14/05/1992	3,50	0,80	0,40	4,70	Desc.
133	Tayana Mayara Moreira	11/09/1992	3,50	1,00	0,20	4,70	Desc.
8	Bruna Cecilia Pauli	29/04/1993	3,50	0,60	0,60	4,70	Desc.
66	Tauana Cristina Da Silva De Moraes	13/01/1996	3,85	0,80	0,00	4,65	Desc.
187	Jessica Andressa Koczinski	17/12/1991	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
52	Idiane Perosso Schmiddel	06/11/1995	3,15	0,80	0,60	4,55	Desc.
58	Rosiele Barbosa	01/07/1994	3,50	0,60	0,40	4,50	Desc.
154	Edina Alves Da Rosa	22/04/1979	2,45	1,20	0,80	4,45	Desc.
47	Solange Fernandes Da Silva	20/10/1981	2,80	0,80	0,80	4,40	Desc.
137	Marcilene Elanise Roos Schenkel	26/01/1990	2,80	0,80	0,80	4,40	Desc.
128	Gabriela Seffrin	12/11/1993	3,15	0,80	0,40	4,35	Desc.
64	Judite Muller	07/12/1994	3,15	1,00	0,20	4,35	Desc.
189	Aline Beal	05/09/1995	3,15	0,80	0,40	4,35	Desc.
88	Serli Villani Cordeiro	04/03/1969	2,10	1,40	0,80	4,30	Desc.
105	Nelsi De Fatima Benatti Bonifacio	18/02/1966	2,45	1,20	0,60	4,25	Desc.
96	Marcia De Lara Moreira	29/03/1977	2,80	0,60	0,80	4,20	Desc.
138	Elisangela Cleni Meotti	24/11/1979	2,80	0,60	0,80	4,20	Desc.
103	Marileuza Ramos Da Silva Somavilla	21/03/1980	2,80	0,60	0,80	4,20	Desc.
91	Marilucia De Christo Barp	23/09/1981	2,80	1,00	0,40	4,20	Desc.
136	Rosane Dos Santos	28/07/1983	2,45	1,00	0,60	4,05	Desc.
63	Fernanda De Oliveira Camara	01/12/1989	2,45	1,00	0,60	4,05	Desc.
110	Vera Marilei Becker	04/02/1978	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.
215	Rita Andrea Dos Santos	01/09/1978	2,80	0,60	0,60	4,00	Desc.
147	Rosani Gisch Allebrandt	22/07/1985	2,80	0,40	0,80	4,00	Desc.
165	Katia Aparecida De Almeida Flores	23/01/1968	3,15	0,40	0,40	3,95	Desc.
51	Juliane Perosso Kempka	06/07/1982	3,15	0,40	0,40	3,95	Desc.
6	Neiva Cristine Da Silva	15/01/1995	2,10	1,40	0,40	3,90	Desc.



195	Maristela Rodrigues De Azevedo	20/08/1968	2,80	0,40	0,60	3,80	Desc.
208	Tatiane Dos Santos Righi	09/11/1989	2,80	0,60	0,40	3,80	Desc.
135	Debora Eliane Da Costa Siqueira	17/04/1976	2,10	1,00	0,60	3,70	Desc.
38	Marlei Loreni B. De Camargo	06/07/1979	2,10	0,80	0,80	3,70	Desc.
198	Jessica Liciane Schenkel Roos	28/02/1992	2,10	1,00	0,60	3,70	Desc.
81	Elisane Barbieri	10/07/1982	2,80	0,40	0,40	3,60	Desc.
112	Fernanda Aparecida Lovis	30/12/1984	2,80	0,40	0,40	3,60	Desc.
60	Maria Roseli Israel Da Silva	11/02/1978	2,80	0,20	0,40	3,40	Desc.
229	Dananja Ardenghi	11/03/1989	2,10	0,80	0,40	3,30	Desc.
114	Deise Cristiane Da Silva Da Fonseca	12/12/1991	2,10	0,60	0,60	3,30	Desc.
94	Janinha De Fatima Meneghel	29/05/1977	2,45	0,60	0,20	3,25	Desc.
232	Kellin Regina Krasuski	16/10/1981	2,45	0,40	0,40	3,25	Desc.
54	Maristela Aparecida Da Silva	13/03/1990	1,75	0,80	0,60	3,15	Desc.
156	Ana Carolina Medina	29/05/1993	1,75	0,80	0,60	3,15	Desc.
120	Elizete Aparecida Raube Vargas	12/10/1981	2,10	0,40	0,60	3,10	Desc.
228	Andrieli Da Silva Hauschildt	30/09/1990	1,40	0,60	0,80	2,80	Desc.
202	Alessandra Severia Do Nascimento	18/09/1991	1,75	0,60	0,40	2,75	Desc.
108	Salete De Fátima Gularte	27/03/1963	2,10	0,40	0,20	2,70	Desc.
141	Marilei Petry	19/11/1979	1,75	0,20	0,40	2,35	Desc.
122	Cristiane Formagini	08/11/1986	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
181	Claudia Zanini	02/04/1993	Faltante				Desc.

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
14	Heriberto Francisco Xavier	13/12/1984	5,95	1,20	0,80	7,95	1º
146	Joseane Batista	28/03/1991	4,90	1,40	1,00	7,30	2º
134	Kelen Juliane Faquinello	09/09/1983	5,25	1,20	0,80	7,25	3º
36	Elisiane Da Rocha	03/09/1986	5,25	1,20	0,80	7,25	4º
171	Evelin Carini De Quevedo Albrecht	24/08/1984	4,90	1,20	1,00	7,10	5º
42	Tatiane Deeter Do Nascimento	17/06/1992	4,90	1,20	0,80	6,90	6º
10	Sandra Teresa Gularte De Camargo	01/10/1976	5,25	0,80	0,80	6,85	7º
100	Adriane Jaqueline Kroth Hermes	12/01/1978	4,90	1,40	0,40	6,70	8º
132	Marzeli Da Silva	13/11/1974	4,90	1,20	0,60	6,70	9º
57	Claudete Lucia Scalco Lanza	01/11/1985	4,90	1,20	0,60	6,70	10º
242	Sueli Cristina Sabbi Severnini	09/09/1976	4,90	1,00	0,80	6,70	11º
205	Tatiane Dos Santos De Miranda	21/05/1990	4,90	1,00	0,80	6,70	12º
86	Marluci Carneiro Camargo	24/06/1989	5,25	1,00	0,40	6,65	13º
153	Marcia Adriane De Bairro Da Veiga	30/10/1981	4,90	1,20	0,40	6,50	14º
161	Dionara Decarli	16/02/1989	4,55	1,20	0,60	6,35	15º
179	Aderlaine Mognon	03/12/1980	4,55	1,00	0,60	6,15	16º
225	Alix Patricia Angonese Zanatta	25/09/1974	4,20	1,00	0,80	6,00	17º
56	Marli Claudete Alves Delgado	10/02/1976	4,55	1,00	0,40	5,95	18º
61	Sandra Teresinha Krewer Puttkamer	28/03/1966	4,55	0,80	0,60	5,95	19º
172	Cariciane Arend	14/04/1984	3,85	1,00	1,00	5,85	20º
192	Elisa Dalla Vecchia Urban	03/06/1984	3,85	1,20	0,60	5,65	21º
23	Leci Roseclei Schrader	12/01/1978	3,85	1,00	0,80	5,65	22º
104	Cleureci Gonçalves Fortes Siqueira	03/06/1987	3,85	0,80	1,00	5,65	23º
237	Silvia Daiana Da Silva Santos	26/12/1994	4,20	1,00	0,40	5,60	24º

183	Gessi Carminha Noronha Dos Santos	14/01/1962	4,20	0,80	0,60	5,60	25º
49	Gisele Aparecida Da Veiga	05/09/1976	4,20	0,80	0,60	5,60	26º
129	Gislaine Fátima Dos Anjos Souza	03/10/1973	3,50	1,20	0,80	5,50	27º
85	Daiana Karine Nicola	25/02/1984	3,50	1,20	0,80	5,50	28º
178	Marli Corti	11/09/1966	4,20	0,80	0,40	5,40	29º
124	Rosamar Mazzoneto	27/06/1977	3,50	1,00	0,80	5,30	30º
175	Fabio Vinicio Zanin Ottobelli	24/07/1992	3,50	1,00	0,80	5,30	31º
77	Evani Goularte	21/01/1973	3,85	1,00	0,40	5,25	32º
241	Oleide Tresoldi Vargas De Camargo	31/07/1985	3,85	1,00	0,40	5,25	33º
33	Marines Machado De Barros Weirich	27/10/1968	2,80	1,40	1,00	5,20	34º
24	Simoni Ester Schrader	23/12/1975	3,15	1,20	0,80	5,15	35º
84	Ozirda De Lara	10/04/1959	3,50	1,20	0,40	5,10	36º
166	Veronica Borges Da Silva	29/08/1985	3,85	0,80	0,40	5,05	37º
150	Raul Cezar Galvão	06/11/1972	4,20	0,00	0,80	5,00	38º
155	Jéssica Thaís Da Silva	21/10/1993	3,15	1,20	0,60	4,95	Desc.
185	Tânia Regina Bedin De Oliveira	07/01/1979	3,85	0,20	0,80	4,85	Desc.
3	Luciana Moreira Da Silva	21/09/1984	3,15	1,00	0,60	4,75	Desc.
19	Rosenilda Da Silva	30/12/1988	3,50	0,80	0,40	4,70	Desc.
44	Claudete De Jesus Dombroski	03/12/1956	3,85	0,80	0,00	4,65	Desc.
106	Marialva Fortes	03/12/1979	3,15	0,60	0,80	4,55	Desc.
68	Rosane Eckert Angeli	13/10/1977	3,50	0,40	0,60	4,50	Desc.
197	Nilsa Marilei Schuler Schenkel	12/11/1967	2,80	0,80	0,60	4,20	Desc.
236	Marivone Berwian	24/09/1982	2,80	0,60	0,80	4,20	Desc.
21	Cristiani Da Costa Silva	10/04/1985	3,15	0,60	0,40	4,15	Desc.
28	Marinês Maria De Souza Domingos	03/09/1975	2,45	0,60	0,80	3,85	Desc.
140	Cleison Da Silva	16/02/1994	2,80	0,60	0,40	3,80	Desc.
142	Marli Zorzi	12/05/1972	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.
193	Rute Borges Da Silva	21/08/1994	2,10	1,00	0,40	3,50	Desc.
83	Odete De Lara De Lima	25/09/1964	2,10	0,20	0,00	2,30	Desc.
177	Evandro Tressoldi De Almeida Vargas	18/12/1980	Faltante				Desc.
182	Silvana Sewald	15/04/1994	Faltante				Desc.

Art. 2º - Somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 5,00 (cinco) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas das provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto no edital.

Art. 3º - Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 4º. Os candidatos terão os dias 19 e 20.10.2017 para interposição de recurso em face da correção dos cartões de resposta, pelo site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2017.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 18/10/2017.

NORMÉLIO PÉRCIO  
Secretário Municipal



**EXTRATO DISPENSA 49/2017 - FMS**

Publicação Nº 1405047

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/17

HOMOLOGAÇÃO: 18/10/17

CONTRATADO: DANIELE SAMPAIO COLVARA - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MEDICO ESPECIALIZADO EM CARÁTER DE EMERGENCIA PARA ATENDIMENTOS NECESSÁRIOS AS GESTANTES MUNICIPEIS DE DIONISIO CERQUEIRA - SC, JUNTO AOS ESFs.

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.800,00 (treze mil oitocentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

DATA: 18/10/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal

# Dona Emma

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO 7/2017

Publicação Nº 1404922

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DONA EMMA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 10/2017 - fms

Pregão Presencial nº. 7/2017 – fms

O Fundo Municipal de Saúde de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 10.416.064/0001-21, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 10:00 horas do dia 01 de novembro de 2017, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório objetivando a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de sistema informatizado de gestão da saúde. O edital completo encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: [www.donaemma.sc.gov.br](http://www.donaemma.sc.gov.br). Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail [compras@donaemma.sc.gov.br](mailto:compras@donaemma.sc.gov.br).

Dona Emma (SC), 18 de outubro de 2017.

SIMÃO HASCKEL

Gestor do FMS

# Ermo

## PREFEITURA

### LEI N° 431, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação N° 1404858

LEI N° 431, de 17 de outubro de 2017.

Autoriza a Alienação de Imóveis do Patrimônio Municipal e da outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 8 da Lei Orgânica Municipal, a alienar os seguintes bens imóveis que compõem o patrimônio municipal, mediante prévia avaliação e procedimento licitatório:

I - um terreno rural localizado sito à Estrada Geral Água Branca, Município de Ermo com área de 3.342,50m<sup>2</sup> (três mil trezentos e quarenta e dois metros e cinq- enta centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte com 64 (sessenta e quatro) metros, com terras de Eloi Gregorini; ao Sul com 31,50 (trinta e um metros e cinq- enta centímetros), com o Rio Água Branca; ao Leste com 54,00 (cinquenta e quatro) metros, com terras de Arcelino Cantalício de Souza e ao Oeste com 86,00 (oitenta e seis) metros, com a estrada geral. Este imóvel está registrado sob a matrícula nº 6.538.

II - um terreno rural localizado sito à Estrada Geral Vista Alegre, Município de Ermo com área de 504,00 m<sup>2</sup>(quinhentos e quatro metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, com 21 (vinte e um) metros, com terras de Abel Acordi; ao Sul, com 27 (vinte sete) metros com terras de Joventino Possamai; ao Leste, com 18 (dezoito) metros, com terras de Abel Acordi e ao Oeste, com 24 (vinte e quatro) metros, novamente com terras de Abel Acordi. Este imóvel está registrado sob a matrícula nº 5.888.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo – SC, 17 de outubro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 1896/2017

Publicação Nº 1405287

#### ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 1896/2017

Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 37/2017

As 09:30 horas do dia 18 de outubro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 059/2017, para realizar a abertura dos envelopes, classificação da proposta de preço e realizar a habilitação da proponente interessada em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO E/OU TESTE SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO EFETIVO DO PODER PUBLICO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório as seguintes empresas:

Código Fornecedor	Nome do Fornecedor
2281	ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI - ME
4003	RL&Z CONFIANÇA ASSESSORIA E SOLUÇÕES EM CONCURSOS LTDA - ME

Iniciada a sessão com a presença somente do representante da empresa RL&Z CONFIANÇA ASSESSORIA E SOLUÇÕES EM CONCURSOS LTDA - ME, sendo que o representante da empresa ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI - ME protocolou a entrega dos documentos do credenciamento junto com os envelopes da proposta de preços e Habilitação e não se apresentou para abertura do certame. Finalizando o credenciamento passou-se para a abertura e o julgamento das propostas apresentadas pelas proponentes interessadas. Após a classificação da Proposta de preços e rodada de lances do Processo Licitatório à empresa RL&Z CONFIANÇA ASSESSORIA E SOLUÇÕES EM CONCURSOS LTDA - ME foi considerada vencedora, conforme item abaixo:

ITENS	QUANT. DE VAGAS	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	24,00	SVÇ	Serviços especializados para realização de Concurso Publico e/ou teste seletivo para preenchimento de vagas do quadro efetivo do Poder Publico do município de Flor do Sertão.	R\$ 700,00

O valor total é de R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais).

Encerada a fase de julgamento das propostas e rodada de lances, o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente pois atendeu todas as exigências contidas no edital.

Findos os trabalhos de classificação das propostas e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezessete.

LEANDRO NEUHAUS		DIOGO DE BEM	ROSMARI ZANELLA
Membro da comissão		Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47/2017

Publicação Nº 1405290

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 47/2017

Processo Licitatório nº. 1896/2017

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 37/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 18/10/2017

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa RL&Z CONFIANÇA ASSESSORIA E SOLUÇÕES EM CONCURSOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.527.937/0001-12 estabelecida na Rua Gentil Crestani, nº. 132, na cidade de Palma Sola, neste ato representada pela Sra. Udinara Vanusa Zanchettin, inscrita no CPF/MF sob nº. 071.135.749-80 e Identidade nº. 5.567.059, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1896/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 37/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO E/OU TESTE SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO EFETIVO DO PODER PUBLICO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT. DE VAGAS	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT. – R\$
1	24,00	SVC	Serviços especializados para realização de Concurso Público e/ou teste seletivo para preenchimento de vagas do quadro efetivo do Poder Público do município de Flor do Sertão.	700,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A realização será conforme a demanda da administração.

### III - DO CONCURSO PUBLICO E/OU TESTE SELETIVO

a) - Sob pena de inviabilizar a contratação ou gerar a rescisão contratual com a força do artigo 78 e seguintes da lei 8.666/93, a Contratada ficará responsável pelo GERENCIAMENTO; PLANEJAMENTO; ELABORAÇÃO DOS EDITAIS; ELABORAÇÃO DOS EXTRATOS PARA PUBLICAÇÕES LEGAIS NECESSÁRIAS; COMPILAÇÃO DE TODA A MATÉRIA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONCURSO PUBLICO E/OU TESTE SELETIVO; ELABORAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS E TÍTULOS, COM APLICAÇÃO DAS PROVAS AOS CANDIDATOS INSCRITOS; ANÁLISE E RESPOSTAS AOS EVENTUAIS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES; CORREÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS; FORNECIMENTO DO RESULTADO PARCIAL (PRÉVIO) E FINAL ATRAVÉS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATANTE, SOB ENCARGO E DESPESA DA CONTRATADA, enfim, realização do Concurso Público e/ou teste seletivo em todas as suas fases até o trânsito final do resultado final para os cargos acima dispostos;

b) - SEM CUSTO ADICIONAL INCLUI-SE NO OBJETO DESTA CERTAME TAMBÉM O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE PROGRAMA OU SISTEMA DE INFORMÁTICA APTO A REALIZAR AS INSCRIÇÕES ONLINE NO SITE DA PREFEITURA DOS PRETENDENTES AO CONCURSO PUBLICO E/OU TESTE SELETIVO.

c) - As inscrições e taxas relacionadas ao Concurso Público e o Teste Seletivo, bem como os emolumentos originados de eventuais recursos, serão revertidas aos cofres públicos municipais na forma da lei;

d) - O edital do Concurso Público e/ou teste seletivo a ser realizado e o local de aplicação das provas, deverá observar com rigor o Decreto nº 3.298/1999 que regulamentou a Lei nº 7.853/1989 que, por seu turno, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, homenageando ainda as cotas mínimas destinadas aos candidatos especiais que se declarem nessa condição no ato da inscrição (Constituição Federal no art. 37, VIII), peculiaridades que deverão estar explicitamente estabelecidas no ato convocatório;

e) - O edital do Concurso Público e/ou teste seletivo, prever que será terminantemente proibida a inserção de qualquer forma de sinal ou marca sobre a prova ou gabarito que possa ser interpretado como identificação de determinado candidato e, caso ocorra o procedimento, deverá ser alertado no ato convocatório do Concurso Público e/ou teste seletivo a imediata desclassificação do candidato;

f) - As provas e gabaritos oficiais gerados para o Concurso Público e/ou teste seletivo pretendido serão da inteira responsabilidade da empresa Contratada e deverão ser mantidos sob severa guarda e sigilo, inseridos em invólucros lacrados e inviolados com sinal especial sobre a abertura do envelope onde deverá constar o carimbo da empresa e a uxória de seu representante legal até o momento oportuno (aplicação das provas e encerramento do certame).

g) - A divulgação dos gabaritos ocorrerá através de publicação em meios eletrônicos, no átrio do município e em jornais de circulação regional.

h) - Os resultados prévios e finais somente ocorrerão através de sessão ou audiência pública.

### IV - DOS PRAZOS DO CONCURSO PUBLICO E/OU TESTE SELETIVO

8.1 – O prazo se inicia imediatamente após assinatura do contrato, tendo como prazo Máximo para execução dos serviços 80 (oitenta) dias contados da data de assinatura do contrato.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Planejar, organizar e realizar o Concurso Público ou Teste Seletivo em conformidade com os termos do edital, da Proposta e desta Ata;

II – Elaborar os Editais normativos do Concurso Público e/ou teste seletivo, os manuais de orientação aos candidatos, os avisos, os comunicados e os demais atos relacionados ao Concurso Público e/ou teste seletivo, submetendo-os à prévia aprovação do Município;

III – Manter contatos permanentes com o município através da secretaria de Administração durante o decorrer do processo, mormente para fornecer informações e/ou esclarecimentos, bem como para dirimir problemas e controvérsias acerca do Concurso Público e/ou teste seletivo futuro;

IV – Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências impostas pelo item 2.1 do edital do Pregão em apreço;

V – Fornecer ao município após a realização de cada fase do Concurso Público e/ou teste seletivo, relatórios contendo as listagens dos resultados apurados e a listagem oficial para a realização de audiência pública que deverá ser organizada inteiramente pela empresa na sede do Município;

VI – Responsabilizar-se pelo recrutamento e formação de bancas examinadoras para elaborar e corrigir provas a serem aplicadas e examinar eventuais recursos;

VII – Manter absoluto sigilo, inclusive em relação a qualquer agente ou servidor Municipal, no que se refere a elaboração, reprodução, guarda, transporte, distribuição e segurança das provas a serem aplicadas, cujo acesso às informações pertinentes ficará restrito às pessoas responsáveis pelo trabalho;

VIII – Abster-se de dar publicidade acerca de qualquer informação referente ao Concurso Público e/ou teste seletivo, o que somente poderá ser feito após a prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal;

IX – Responsabilizar-se pela recepção, exame e resolução de consultas e recursos interpostos em qualquer fase do Concurso Público e/ou teste seletivo, submetendo as decisões às instâncias hierarquicamente superiores e, uma vez resolvidas as questões, dar conhecimento formal ao município, inclusive com a entrega das cópias dos atos praticados;

X – Atender Juridicamente o certame (Concurso Público e/ou teste seletivo), especialmente em relação aos recursos dele decorrente, sendo defeso a utilização de servidores do Contratante;

XI – Responsabilizar-se pela aplicação e correção das provas;

XII – Prestar todo e qualquer atendimento ao candidato;

XIII – Observar rigorosamente as legislações correlatas ao certame e as exigências do edital Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 37/2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega e qualidade dos Serviços o secretário de Administração junto com a comissão especial para o Concurso Público e/ou teste seletivo.

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017 e 2018.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de outubro de 2017.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		UDINARA VANUSA ZANCHETTIN
CPF: 503.319.819-04		CPF: 071.135.749-80
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**DECRETO Nº. 096/2017**

Publicação Nº 1405288

DECRETO nº. 96/2017

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 1896/2017, e dá outras providências.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 059/2017, sobre o processo de licitação nº. 1896/2017, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO E/OU TESTE SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO EFETIVO DO PODER PUBLICO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

RL&Z CONFIANÇA ASSESSORIA E SOLUÇÕES EM CONCURSOS LTDA ME	R\$ 16.800,00
---	---------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 18dias do mês de outubro de 2017.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFER	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração



# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/ PMF/2017

Publicação Nº 1405039

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 48/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 29/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para prestação de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional, para atender as necessidades do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 18/04/2018  
3ª Publicação

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/ PMF/2017

Publicação Nº 1405041

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 92/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 51/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de alimentos e afins (coffe break) para diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 17/07/2018  
2ª Publicação

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 52/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/ PMF/2017

Publicação Nº 1405043

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 93/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 52/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS

VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de galerias (aduelas) de concreto armado pré-moldado para atender as necessidades do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 18/07/2018  
2ª Publicação

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/PMF/2017

Publicação Nº 1404764

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 153/PMF/2017.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de gêneros de alimentação para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 06 de novembro de 2017 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br) ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.

Forquilha, 18 de outubro de 2017.  
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 154/PMF/2017;

Publicação Nº 1404816

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 154/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de brinquedos diversos, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de novembro de 2017 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede

da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br) ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 18 de outubro de 2017.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/  
FMS/2017;**

Publicação Nº 1405028

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 19/FMS/2017;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais diversos para atender as necessidades do Programa das Ações de Alimentação e Nutrição da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, para período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de novembro de 2017 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br) ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 18 de outubro de 2017.  
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AGENTE DE ENDEMIAS

Publicação Nº 1405577

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT  
Nº. 0022 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para as funções públicas abaixo descritas para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e preenchimento de vagas para o ano de 2017, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 186, de 03 de novembro de 2016, nas condições e prazos abaixo estabelecidas. CONSIDERANDO que não existem aprovados para convocação e em lista de classificação para a função, através do Edital de Processo Seletivo n. 0003/2017, nos termos do artigo 4º, da Lei Complementar Municipal n. 186/2016 e artigo 4º, da Lei Complementar Municipal n. 187/2016, nas condições e prazos abaixo estabelecidas.

#### 1 - DAS INSCRIÇÕES

1.1 As inscrições serão realizadas no período de 18 de outubro a 17 de novembro de 2017, no horário das 13:30 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e ponto facultativo), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal de Fraiburgo, localizada na Av. Rio das Antas, 185, Centro, CEP 89.580-000.

1.2 No ato de inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ter completado 18 (dezoito anos) de idade até o último dia da inscrição;
- c) estar em gozo dos direitos políticos;
- d) estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- e) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- f) possuir a qualificação exigida para a função conforme item 1.3 do presente edital.

1.3 O candidato interessado em participar do processo seletivo deverá realizar a inscrição no local e prazos estabelecidos conforme item 1.1 do presente edital, optando pela função pública indicada no quadro que se apresenta a seguir:

#### I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código	Função Pública	Carga Horária Semanal	Vencimento	Qualificação Exigida
1.	Agente Epidemiológico	40 horas	R\$ 1014,00	- Ensino Fundamental; - Habilitação mínima "AB".

1.4 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- c) Certidão de Casamento ou Nascimento;
- d) Certidão de Nascimento dos Filhos com até 16 anos;
- e) Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício da função;
- f) Diplomas, Certificados e ou comprovantes de cursos;
- g) Certidões de Tempo de Serviço na área específica de atuação;
- h) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- i) Comprovante de Residência.

1.5 A inscrição será efetuada pelo Departamento de Gestão de Pessoal, que fornecerá ao inscrito o respectivo comprovante.

1.6 Não será admitida inscrição condicional, com falta de documentos.

1.7 A inscrição poderá ser efetuada através de procuração com firma reconhecida.

1.8 Não poderá ser efetuada mais de 1 (uma) inscrição para o mesmo código ou para códigos diferentes dentro do mesmo quadro geral de inscrições.

1.9 Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição, exceto dos dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone, requeridos por escrito.

1.10 Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não serão admitidas quaisquer outras

inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

## 2 – DA CLASSIFICAÇÃO

2.1 A classificação do processo seletivo será através da soma dos pontos atribuídos aos títulos, abaixo estabelecidos:

### I – Quadro de Pontos

Pontos	Títulos
02 04 06 08 10	Cursos de aperfeiçoamento na área específica de atuação, concluídos até a data da inscrição: até 50 horas de 51 horas até 100 horas de 101 horas até 150 horas de 151 horas até 200 horas acima de 200 horas
01 02 03 04 05	Cursos de aperfeiçoamento em outras áreas de atuação, iniciados a partir de 2014 e concluídos até a data da inscrição: até 50 horas de 51 horas até 100 horas de 101 horas até 150 horas de 151 horas até 200 horas acima de 200 horas
01 02 03 04 05	Tempo de Serviço na área específica de atuação, contagem até a data da inscrição: de 6 meses até 12 meses de 13 meses até 24 meses de 25 meses até 36 meses de 37 meses até 48 meses acima de 48 meses

2.2 Na computação dos pontos os títulos já considerados para pontuação não serão somados novamente.

2.3 A classificação ocorrerá distintamente por código, em ordem decrescente da soma total dos pontos obtidos.

2.4 Em caso de empate, terá melhor classificação o candidato que atender os seguintes critérios por ordem de eliminação:

- 1º) obter maior número de pontos a título de cursos de aperfeiçoamento na área específica de atuação.
- 2º) maior número de filhos com até 16 anos.
- 3º) portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício da função.
- 4º) maior idade.

2.5 Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

- a) apresentar dados inverídicos na sua inscrição;
- b) não atender os requisitos de habilitação necessários para a função escolhida;
- c) descumprir qualquer item deste edital;
- d) houver sido punido em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicante houver perante o Município de Fraiburgo, por infração disciplinar, com aplicação de penalidade de advertência, repreensão, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão, destituição de função gratificada, enquanto perdurar seus efeitos, nos termos da Lei Complementar 186/2016 ou 109/10.

2.6 Julgadas as inscrições com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências deste edital, a lista dos candidatos considerados aptos será divulgada no mural da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e na página da internet [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

2.7 O candidato que se sentir prejudicado na classificação, terá até 02 (dois) dias após a data de publicação da lista citada no item anterior no órgão oficial para apresentar recurso, devendo este ser por escrito, fundamentado e encaminhado ao Prefeito Municipal de Fraiburgo.

## 3 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 A convocação obedecerá à ordem rigorosa da classificação.

3.2 A convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência deste Edital ocorrerá mediante Termo de Convocação, tendo o candidato 03 (três) dias para comparecer, no horário de expediente do Departamento de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, munido com os documentos relacionados no item 3.6 deste edital.

3.3 A não manifestação no prazo estipulado no item anterior implicará na eliminação do candidato no processo seletivo.

3.4 O contratado será remunerado de conformidade com o vencimento vinculado a função na qual efetuou sua inscrição.

3.5 O contrato de trabalho poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do município, sendo que o contratado será remunerado proporcionalmente pelo número de horas semanais trabalhadas.

3.6 No ato da contratação o candidato deverá apresentar:

- a) Atestado médico de aptidão para o desempenho da atividade, conforme dispuser regulamento próprio do Município de Fraiburgo;
- b) Declaração que a posse da função não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
- c) Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pelo Departamento de Gestão de Pessoal.

3.7 O candidato convocado ficará a disposição do Município, devendo exercer as funções relativas ao código no qual se inscreveu nos locais em que o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

3.7.1 A pedido do interessado poderá haver a ampliação ou redução de carga horária, mediante requerimento assinado, protocolado e encaminhado ao Prefeito Municipal que terá prazo de até 15 dias para manifestar-se, devidamente justificado o interesse público.

3.7.2 O contratado que efetuar pedido de rescisão contratual por sua iniciativa, antes da data prevista para o término do contrato deverá comunicar por escrito com prazo de antecedência de 30 (trinta) dias a contar da data do requerimento, devendo cumprir obrigatoriamente este prazo de aviso, sob pena de desconto na rescisão, a título de indenização do valor correspondente.

3.8 O ato convocatório cessará os efeitos quando expirar prazo do contrato e seus aditivos, ou na data final de sua validade previamente estabelecida.

3.9 As normas de contratação seguirão o regime especial de contratação e a legislação estatutária Municipal, no que couber, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Município.

#### 4 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pelas mesmas.

4.2 A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

4.3 Não será oferecido transporte para os contratados que residam fora do Município de Fraiburgo.

4.4 O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Município de Fraiburgo.

4.5 Caso o candidato não queira ou tenha impedimento de exercer a função ao qual foi convocado, será eliminado da lista pertencente ao processo seletivo que esteja vinculado.

4.6 Os convocados que não estiverem em pleno gozo de suas prerrogativas profissionais junto ao seu órgão de classe, para início de suas atividades, serão eliminados deste processo seletivo.

4.7 Em caso de alteração de endereço ou telefone do candidato, é obrigatória sua atualização junto ao Departamento de Gestão de Pessoal, sob pena de, uma vez não localizado no momento da convocação, ser considerado desistente da vaga.

4.8 Os contratados que apresentarem irregularidades durante a vigência de seu contrato, junto ao órgão de classe, será motivo de rescisão contratual sem direito a qualquer tipo de indenização.

4.9 A rescisão do contrato vigente, a pedido do contratado, em qualquer função pública do Município de Fraiburgo, implicará no impedimento automático para contratação por este Edital.

4.10 O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Secretaria de Administração e Planejamento do Município.

4.11 O presente edital poderá ser impugnado em pedido fundamentado encaminhado ao Prefeito Municipal de Fraiburgo, em até 02 (dois) dias úteis da sua publicação no órgão oficial do município.

4.12 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração e Planejamento.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital.

Fraiburgo, SC, 16 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0114\_2017 - PMF - RP 0080-2017 - DOM**

Publicação Nº 1405560

Aviso do Pregão Presencial nº 0114/2017– PMF

Registro de Preço Nº 0080/2017

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, para atendimento da Secretaria de Ação Social (CRAS, CREAS, Grupos de Convivência da Terceira Idade, Fortalecimento de Vínculos e Equoterapia), durante os meses de outubro de 2017 a maio de 2018. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 30.10.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 18 de outubro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 195-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES) 2017**

Publicação Nº 1405567

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 195/2017**

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

**FAZ SABER:**

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

**1 – DOS PROCEDIMENTOS**

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	Auxiliar Educacional da Educação Infantil	201º e 202º classificados	20/10/2017 às 9 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

**2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO**

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;



g) Certificado de Reservista (somente para homens);

h) Registro Civil de nascimento ou casamento;

i) Registro dos filhos menores de 14 anos;

j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;

k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional – Educação Infantil	Ensino Médio

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 18 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

\* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial.

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 196-2017 ( PROF EDUCAÇÃO INFANTIL) 2017

Publicação Nº 1405569

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 196/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0020/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0020/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

#### 1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0020/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
01	Professor da Educação Infantil – Habilitado	1- ROSANGELA APARECIDA DUARTE FURTADO	20/10/2017 às 8 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0020/2017 deverão ser observadas.

**2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO**

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0020/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 0020/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Professor da Educação Infantil - Habilitado	Obrigatório Formação Superior Completa em Pedagogia ou Curso Normal Superior, ou Formação Superior Completa na área de atuação e/ou Licenciatura Plena (Educação Infantil)

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 0020/2017: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 18 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

\* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 197 -2017 ( AAN) 2017**

Publicação Nº 1405570

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 197/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 009/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:



**1 – DOS PROCEDIMENTOS**

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	34º ao 35º classificados	20/10/2017 às 9 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão ser observadas.

**2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO**

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 009/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
  - b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
  - c) Cartão PIS/PASEP;
  - d) CPF;
  - e) Identidade;
  - f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
  - g) Certificado de Reservista (somente para homens);
  - h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
  - i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
  - j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
  - k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
  - m) Conta bancária (BRADESCO);
- OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
  - o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);
  - p) Carteirinha de saúde atualizada.

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 009/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar de Alimentação e Nutrição	Diploma ou certificado de conclusão do Ensino Fundamental

2.4 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 18 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

\* Contato via telefone e publicado em Diário Oficial

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 198 -2017 ( ASG) 2017**

Publicação Nº 1405572

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 198/2017

FIAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0015/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;  
FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0015/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

**1 – DOS PROCEDIMENTOS**

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 015/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
01	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	1 – FERNANDA SOUZA DA SILVA 2 – VALÉRIA DE SOUZA 3 – ERICA CAMARGO	20/10/2017 às 10 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 015/2017 deverão ser observadas.

**2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO**

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 015/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- 01 foto ¾ recente;
- Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- Cartão PIS/PASEP;
- CPF;
- Identidade;
- Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- Certificado de Reservista (somente para homens);
- Registro Civil de nascimento ou casamento;
- Registro dos filhos menores de 14 anos;
- Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- Atestado de Saúde Ocupacional;
- Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- Conta bancária (BRADESCO);
- Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- Carteira de saúde atualizada (Somente para Agente de Serviços Gerais e Auxiliar de Alimentação e Nutrição)

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 0015/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Agente de Serviços Gerais	Ensino Fundamental completo

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 0015/2017: "A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação."

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não

aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 18 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Ligação via telefone e Publicado em Diário Oficial

## EXTRATO DA AT17PMF150

Publicação Nº 1405525

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF150  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: SERGIO WALTRICK MOREIRA ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de transporte de máquinas pesadas para realização de trabalhos no interior deste Município e nos bairros afastados do perímetro urbano.

Data da Ata: 18.10.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 18.10.2017 a 30.09.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0223/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0107/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0077/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unitário-R\$
1	200	Viagem	Viagem de transporte de máquina pesada com percurso inferior a 30 (trinta) quilômetros – caminhão prancha.	364,52
2	8000	Km	Viagem de transporte de máquina pesada com percurso superior a 30 (trinta) quilômetros – caminhão prancha.	9,30
3	400	Hora	Permanência do equipamento no local de transporte – caminhão prancha.	7,99

Fraiburgo (SC), 18 de outubro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

## PORTARIA Nº 28172017

Publicação Nº 1405537

PORTARIA Nº 2817, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 121/2017, da Secretaria de Ação Social;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor – Educação Física, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 31 (trinta e uma) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora KAROLINE CONTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.548.829-98, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 02 de outubro de 2017 até 17 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 28182017**

Publicação Nº 1405539

PORTARIA Nº 2818, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 11 de setembro de 2017 e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 990/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a professora Maricleia Pirola, a qual se encontra em Licença Maternidade;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PATRICIA DE ALMEIDA DIAS DE ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 000.181.749-30, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de outubro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 28192017**

Publicação Nº 1405543

PORTARIA Nº 2819, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de LEONECI HAASE, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 960.586.339-15, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 28202017**

Publicação Nº 1405544

PORTARIA Nº 2820, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 99/2017 da Secretaria de Ação Social;

Considerando a necessidade dos serviços de Monitor Social para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LEONECI HAASE, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 960.586.339-15, na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de outubro de 2017 até 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 28212017**

Publicação Nº 1405547

PORTARIA Nº 2821, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 99/2017 da Secretaria de Ação Social;

Considerando a necessidade dos serviços de Monitor Social para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DAIANA CAMARGO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 069.228.029-42, na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de outubro de 2017 até 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0014\_2017-PMF DOM**

Publicação Nº 1404814

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 00014/2017 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

A Prefeita torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de impermeabilização com manta asfáltica aluminizada na cobertura do prédio do Paço Municipal, situada na Avenida Rio das Antas, nº 185, Centro, em Fraiburgo(SC), CEP 89.580-000, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (Anexos ao PAL), houve a participação da empresa: MITRA CONSTRUTORA LTDA-ME – enquadrada como microempresa e S.J CONSTRUTORA LTDA – ME – enquadrada como microempresa. Quando da abertura dos envelopes de habilitação, foi INABILITADA pela Comissão a empresa: MITRA CONSTRUTORA LTDA-ME por não ter apresentado os documentos constantes dos itens 4.2.3 “b” do Edital, acervo técnico que atendessem ao objeto solicitado, tendo em vista que não consta em seu acervo serviços de impermeabilização com manta asfáltica. Restando então HABILITADA a empresa S.J CONSTRUTORA LTDA – ME. Desta forma transcorrido “in albis” o prazo recursal de 5 dias úteis, previsto no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93, será designada data para abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS da empresa habilitada. Havendo interposição de recursos as empresas serão intimadas posteriormente.

Fraiburgo (SC), 18 de outubro de 2017.

Claudete Ghelher Mathias – Prefeita

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0014\_2017-PMF DOM**

Publicação Nº 1405551

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 00014/2017 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

A Prefeita torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de impermeabilização com manta asfáltica aluminizada na cobertura do prédio do Paço Municipal, situada na Avenida Rio das Antas, nº 185, Centro, em Fraiburgo(SC), CEP 89.580-000, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (Anexos ao PAL), houve a participação da empresa: MITRA CONSTRUTORA LTDA-ME – enquadrada como microempresa e S.J CONSTRUTORA LTDA – ME – enquadrada como microempresa. Quando da abertura dos envelopes de habilitação, foi INABILITADA pela Comissão a empresa: MITRA CONSTRUTORA LTDA-ME por não ter apresentado os documentos constantes dos itens 4.2.3 “b” do Edital, acervo técnico que atendessem ao objeto solicitado, tendo em vista que não consta em seu acervo serviços de impermeabilização com manta asfáltica. Restando então HABILITADA a empresa S.J CONSTRUTORA LTDA – ME. Desta forma transcorrido “in albis” o prazo recursal de 5 dias úteis, previsto no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93, será designada data para abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS da empresa habilitada. Havendo interposição de recursos as empresas serão intimadas posteriormente.

Fraiburgo (SC), 18 de outubro de 2017.

Claudete Ghelher Mathias – Prefeita

**TERMO DE RENÚNCIA ANDERSON PAULO GIRARDI**

Publicação Nº 1405553

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Monitor Social para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: ANDERSON PAULO GIRARDI

Inscrição nº: 417

Cargo: 16 – Monitor Social

Classificação: 9º Lugar

Data da Convocação: 11/10/2017

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 14/10/2017

Fraiburgo (SC), 18 de outubro de 2017.

ANDERSON PAULO GIRARDI

**TERMO DE RENÚNCIA LUANA PATRICIA GARCES RIBEIRO**

Publicação Nº 1405555

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Monitor Social para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: LUANA PATRICIA GARCES RIBEIRO

Inscrição nº: 899

Cargo: 16 – Monitor Social

Classificação: 7º Lugar

Data da Convocação: 10/10/2017

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 13/10/2017

Fraiburgo (SC), 18 de outubro de 2017.

LUANA PATRICIA GARCES RIBEIRO

**TERMO DE RENÚNCIA THAIS ALVES DOS REIS**

Publicação Nº 1405557

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Monitor Social para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: THAIS ALVES DOS REIS

Inscrição nº: 294

Cargo: 16 – Monitor Social

Classificação: 8º Lugar

Data da Convocação: 11/10/2017

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 14/10/2017

Fraiburgo (SC), 18 de outubro de 2017.

THAIS ALVES DOS REIS



**Frei Rogério****PREFEITURA****DECRETO Nº 924/2017 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1404815

DECRETO Nº 924/2017 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017  
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, IV da Lei Orgânica do município

**DECRETA:**

Art.1º- Fica nomeado o Conselho de Turismo do Município de Frei Rogério com a seguinte composição:

PRESIDENTE: Itamir Gasparini

VICE-PRESIDENTE: Elzami Miwa Onaka

1º SECRETÁRIO: Solange Leandro de Souza

2º SECRETÁRIO: Thayná Posanski Bogo

1º TESOUREIRO: Anderson Luiz de Lorenzi

2º TESOUREIRO: Elcio Pedrão

**SUPLENTES:**

1º Veneranda Faquin Pilon

2º Silvana Raimond Mazzuco

3º Thayan de Paula Gasparini Ribeiro

4º Adhemar Ogawa

5º Tatiane da Silva

6º Naoki Ogawa

7º Rodrigo Novacoski

Art. 2º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário em especial ao Decreto nº 907/2017 de 30 de agosto de 2017.

Frei Rogério, 18 de outubro de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

**NOTIFICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NR. 0014/2017**

Publicação Nº 1404821

**NOTIFICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NR. 0014/2017**

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal do Município de Frei Rogério – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Federal 13.019/2014, e suas alterações posteriores; veem através deste, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000 e demais legislações vigentes; Tornar Público e Notificar os partidos políticos, sindicatos, entidades governamentais e não governamentais, e a população em geral; que a Prefeitura Municipal de Frei Rogério recebeu transferência de recursos financeiros do Governo estadual, conforme segue abaixo:

Data da Liberação	Órgão concedente	Contrato de Repasse / Convênio	Objeto	Valor da liberação em (R\$)
04/10/2017	Governo do Estado de Santa Catarina por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional de Curitibaanos	2016TR 1644	Aquisição de Televisores e Placar Eletrônico	Parcela 06 e 07 – no valor de R\$ 5.536,36 cada

Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura Municipal junto ao Setor de Convênios.

Frei Rogério, 09 de Outubro de 2017.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

**NOTIFICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NR. 0015/2017**

Publicação Nº 1404823

**NOTIFICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NR. 0015/2017**

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal do Município de Frei Rogério – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Federal 13.019/2014, e suas alterações posteriores; veem através deste, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000 e demais legislações vigentes; Tornar Público e Notificar os partidos políticos, sindicatos, entidades governamentais e não governamentais, e a população em geral; que a Prefeitura Municipal de Frei Rogério recebeu transferência de recursos financeiros do Governo estadual, conforme segue abaixo:

Data da Liberação	Órgão concedente	Contrato de Repasse / Convênio	Objeto	Valor da liberação em (R\$)
04/10/2017	Governo do Estado de Santa Catarina por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional de Curitibaanos	2016TR 350	Construção de Banheiros e Vestiários junto ao Campo de Futebol no Núcleo Tríticola.	Parcela 5 e 6 – no valor de R\$ 2.916,48 cada

Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura Municipal junto ao Setor de Convênios.

Frei Rogério, 09 de Outubro de 2017.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

**NOTIFICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NR. 0016/2017**

Publicação Nº 1404825

**NOTIFICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NR. 0016/2017**

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal do Município de Frei Rogério – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Federal 13.019/2014, e suas alterações posteriores; veem através deste, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000 e demais legislações vigentes; Tornar Público e Notificar os partidos políticos, sindicatos, entidades governamentais e não governamentais, e a população em geral; que a Prefeitura Municipal de Frei Rogério recebeu transferência de recursos financeiros do Governo estadual, conforme segue abaixo:

Data da Liberação	Órgão concedente	Contrato de Repasse / Convênio	Objeto	Valor da liberação em (R\$)
04/10/2017	Governo do Estado de Santa Catarina por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional de Curitibaanos	2016TR 1633	Aquisição de Pedra Brita para revestimento primário das Estradas Municipais de Frei Rogério (Lote 14)	Parcela 2 – no valor de R\$ 11.109,89

Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura Municipal junto ao Setor de Convênios.

Frei Rogério, 09 de Outubro de 2017.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

**NOTIFICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NR. 0017/2017**

Publicação Nº 1404826

**NOTIFICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NR. 0017/2017**

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal do Município de Frei Rogério – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Federal 13.019/2014, e suas alterações posteriores; veem através deste, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000 e demais legislações vigentes; Tornar Público e Notificar os partidos políticos, sindicatos, entidades governamentais e não governamentais, e a população em geral; que a Prefeitura Municipal de Frei Rogério recebeu transferência de recursos financeiros do Governo estadual, conforme segue abaixo:

Data da Liberação	Órgão concedente	Contrato de Repasse / Convênio	Objeto	Valor da liberação em (R\$)
30/08/2017	Governo do Estado de Santa Catarina por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional de Curitibaanos	2015TR 863	SC RURAL	Parcela 3 – No valor de R\$ 160.000,00

Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura Municipal junto ao Setor de Convênios.

Frei Rogério, 09 de Outubro de 2017.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

**NOTIFICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NR. 0018/2017**

Publicação Nº 1404828

**NOTIFICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NR. 0018/2017**

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal do Município de Frei Rogério – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Federal 13.019/2014, e suas alterações posteriores; veem através deste, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000 e demais legislações vigentes; Tornar Público e Notificar os partidos políticos, sindicatos, entidades governamentais e não governamentais, e a população em geral; que a Prefeitura Municipal de Frei Rogério recebeu transferência de recursos financeiros do Governo estadual, conforme segue abaixo:

Data da Liberação	Órgão concedente	Contrato de Repasse / Convênio	Objeto	Valor da liberação em (R\$)
29/09/2017	Governo do Estado de Santa Catarina por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional de Curitiba	2016TR1245	Construção de Capela Mortuária no Município de Frei Rogério	Repasse Parcela 06 e 07 no valor de R\$ 5.555,46 cada

Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura Municipal junto ao Setor de Convênios.

Frei Rogério, 09 de Outubro de 2017.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal



# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE065/2017

Publicação N° 1405458

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 065/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, pretendendo a locação de equipamentos de sonorização e estrutura de palco para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 31/10/2017. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 31/10/2017, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 18 de Outubro de 2017.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### LEI Nº 3.809, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1405563

LEI Nº 3.809, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GASPAR DO DIA MUNICIPAL DO CICLISTA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do município de Gaspar o "Dia Municipal do Ciclista", a ser comemorado anualmente no dia 19 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 05 de outubro de 2017.  
Kleber Edson Wan-Dall  
Prefeito

### PORTARIA SMS 002/2017

Publicação Nº 1405351

PORTARIA SMS 002/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA COMPOR O

### COMITÊ DE INVESTIGAÇÃO DE ÓBITO MATERNO-INFANTIL

A Secretária Municipal de Saúde de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de compor o Comitê de Investigação de Óbito Materno-Infantil com abrangência na Região da AMMVI (Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí), RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como membro titular do Comitê de investigação de Óbito Materno-Infantil, representando o município de Gaspar, a servidora efetiva Solange da Silva, CPF 947.698.779-00.

Art. 2º - Nomear como membro suplente do Comitê de investigação de Óbito Materno-Infantil, representando o município de Gaspar, a servidora efetiva Lídia Carolina Mamus Ribeiro, CPF 049.803.539-59.

Art 3º - A presente portaria entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário, devendo ser remetida cópia da mesma as unidades de saúde da família deste município, ao Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e a 15ª Secretaria de Desenvolvimento regional.

Gaspar, 16 de outubro de 2017.

Maria Bernadete Tomazini

Secretária Municipal de Saúde

Decreto 7.605/2017

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO = PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

Publicação Nº 1405346

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO.

DATA: 18/10/2017 HORÁRIO: 14h

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 004/2017.

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, com início às 14h, realizou-se na sala de reuniões do prédio sede da Câmara de Vereadores de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, em Gaspar, Santa Catarina, sessão pública para o recebimento e julgamento de propostas e documentos relativos à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 004/2017, que tem por objeto aquisição, através de aquisição de combustível, tipo gasolina comum, com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para atender as necessidades da frota de veículos da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos. cujas especificações e preços máximos são os constantes do Termo de Referência – Anexo I do edital. Presentes ao ato estiveram o Pregoeiro, servidor Jorge Luiz Matos de Oliveira e os membros da Equipe de Apoio, Patrícia Terezinha Cunhaque Duarte e Pedro Paulo Schramm, todos designados pelas Resoluções nº 06 e 30/2017. Aberto o certame verificou-se a presença de apenas uma única empresa interessada, qual seja Posto Zimmermann Ltda, inscrita no CNPJ nº 83.110.726/0001-02, representada pelo senhor Júlio Cesar Zimmermann, portador do CPF: 217.515.609-53, conforme documentos anexos. Desta forma, consoante descreve a Lei

Complementar 123/2016, cancela-se este procedimento/sessão para a qual designo nova data para dia seis de novembro de dois mil e dezessete às 14 horas. Encaminha-se à Presidência desta Casa afim de que proceda a ratificação da indicação da nova data e horário descritos acima, bem como encaminhe DOM (Diário Oficial dos Municípios) novo comunicado dessa nova sessão para recebimento e julgamento de propostas. Em virtude do cancelamento desta sessão, os envelopes 01 e 02 entregues pela empresa foram a ela devolvidos sem a abertura dos mesmos, para que não influencie em uma possível alteração dos valores dos itens descritos no edital. Em seguida, a sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura desta ATA. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro encerrou a reunião às 14h15, cuja Ata vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e o representante da única empresa que compareceu ao ato.

Jorge Luiz Matos de Oliveira Pregoeiro	Patrícia Terezinha Cunhaque Duarte Membro da Equipe de Apoio
Pedro Paulo Schramm Membro da Equipe de Apoio	Posto Zimmermann Ltda

**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO = PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017**

Publicação Nº 1405338

**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO.**

DATA: 16/10/2017 HORÁRIO: 14h

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 006/2017.

Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, com início às 14h, realizou-se na sala de reuniões do prédio sede da Câmara de Vereadores de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, em Gaspar, Santa Catarina, sessão pública para o recebimento e julgamento de propostas e documentos relativos à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 006/2017, que tem por objeto aquisição, através de compra, de 02 (dois) aparelhos televisores de 40", 01 (um) aparelho televisor de 55", e equipamentos de informática como: 01 (um) Scanner Vertical De Alta Velocidade, 05 (cinco) Microcomputadores 2.3 GHz (ou superior), 17 (dezessete) Notebooks, 01 (uma) Impressora a Laser, 05 (cinco) Monitores LED LCD 18,5", 05 (cinco) Monitores LED LCD 18,5" Wide Screen GIRATÓRIO, 90°, 05 (cinco) Nobreaks - Potência 700VA (uso em microcomputador), 01 (um) Projetor LCD, 01 (uma) Câmera Digital Profissional, novos, cujas especificações e preços máximos são os constantes do Termo de Referência – Anexo I do edital. Presentes ao ato estiveram o Pregoeiro, servidor Jorge Luiz Matos de Oliveira e os membros da Equipe de Apoio, Patrícia Terezinha Cunhaque Duarte e Pedro Paulo Schramm, todos designados pelas Resoluções nº 06 e 30/2017. Única empresa interessada que se fez presente foi HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob nº 06635187/0001-86, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 440, bairro Campinas, município de São José (SC), CEP nº 88101-320, telefone convencional nº (48) 3241-2442, celular nº (48), 996885059 e-mail: harley@hajinfo.com.br, representada pelo senhor Eduardo Hammes, inscrito no CPF sob nº 085.956.279-40, com endereço residencial na Servidão Paulo João Muniz, nº 40, fundos, Biguaçu/SC. Considerando que apenas uma empresa compareceu ao certame para oferecer seus produtos, bem como, tendo esta informado que os valores do edital estão abaixo dos valores praticados na região, o pregoeiro decidiu que o procedimento fosse cancelado e encaminhado ao setor de compras desta edilidade, afim de que proceda com nova pesquisa de valores. Ato contínuo, encaminha este procedimento à mesa diretora da edilidade para averiguação da necessidade de alteração do edital e demais procedimentos cabíveis. Os envelopes 01 e 02 entregues pela empresa foram a ela devolvidos sem a abertura dos mesmos, para que não influencie em uma possível alteração dos valores dos itens descritos no edital. Em seguida, a sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura desta ATA. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro encerrou a reunião às 14h40, cuja Ata vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e o representante da única empresa que compareceu ao ato.

Jorge Luiz Matos de Oliveira Pregoeiro	Patrícia Terezinha Cunhaque Duarte Membro da Equipe de Apoio
Pedro Paulo Schramm Membro da Equipe de Apoio	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP

**AVISO DE LICITAÇÃO - 2ª TENTATIVA = EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017**

Publicação Nº 1405336

**CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR****AVISO DE LICITAÇÃO  
2ª TENTATIVA****EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2017****PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017**

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, regime de execução INDIRETA – EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, tendo por objeto Aquisição de combustível, tipo gasolina comum, com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para atender as necessidades da frota de veículos da Câmara de Vereadores de Gaspar, na forma e condições previstas no Edital de Licitação nº 004/2017, Pregão Presencial nº 004/2017: Interessado: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar. Modalidade: Pregão Presencial. Tipo: Menor Preço Global. Regime de Execução: Indireta – Empreitada por Preço Unitário. Regência: Resolução nº 050, de 29 de junho de 2017, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis. Acesso Eletrônico ao Edital e Participação: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) (link: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) (link: Publicações - Licitações – Pregão)). Entrega dos Envelopes: na sessão pública a ser realizada no dia 06 de novembro de 2017, com início às 14h. Local de Recebimento dos Envelopes: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por Prédio do GASCIC) até às 13h45min. Abertura dos Envelopes: na sessão pública a ser realizar no dia 06 de novembro de 2017, às 14h. Local das Sessões Públicas: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por Prédio do GASCIC). O Edital e anexos estão disponíveis no site da Câmara Municipal de Gaspar: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) (link: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) (link: Publicações – Licitações – Pregão)).

Gaspar/SC, 18 de outubro de 2017.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

**ERRATA DE EXTRATO DO CONTRATO 009/2017 - CORREÇÃO DO VALOR CONTRATUAL DE R\$ 6.888,00 (SEIS MIL, OITOCENTOS E OITENTA E OITO REAIS). PARA: R\$ 6.564,00 (SEIS MIL QUINHENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS).**

Publicação Nº 1405345

ARRATA do Extrato do Contrato Nº 009/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.  
PROCESSO Nº 011/2017  
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017  
CONTRATADA: JADSON PEREIRA  
OBJETO DO CONTRATO: É OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, COM A FINALIDADE DE ATENDER A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DE ACORDO COM O CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2016, O QUAL FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE ANEXAÇÃO OU TRANSCRIÇÃO.  
CORREÇÃO DO VALOR CONTRATUAL DE R\$ 6.888,00 (SEIS MIL, OITOCENTOS E OITENTA E OITO REAIS).  
PARA: R\$ 6.564,00 (SEIS MIL QUINHENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS).

Governador Celso Ramos, 18 de outubro de 2017.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 040/2017 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO KIT LANCHE PARA USO NOS EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.**

Publicação Nº 1405182

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040 /2017  
Ata de Registro de Preços nº 040 /2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017  
PROCESSO Nº 29/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.  
CONTRATADO: – ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME  
ITENS (2,3,25,26,27,33,38,40,41,47,50,85,86,92,108,109,110,116,121,123,124,130,133)  
CONTRATADO: – L&M COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS  
ITENS (5,7,10,11,12,16,17,18,21,22,23,24,28,34,36,39,42,48,49,51,55,58,72,82,88,90,93,94,95,99,100,101,104,105,106,107,111,117,119,122,125,131,132,134,138,141,155,165)  
CONTRATADO: – MOMM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA -EPP  
ITENS (4,15,20,37,46,54,87,98,103,120,129,137)  
CONTRATADO: – PLANETA COMERCIAL LTDA  
ITENS (13,29,30,32,35,43,44,45,56,57,59,60,62,63,64,65,66,67,68,69,70,71,73,74,75,76,77,78,79,80,81,83,84,96,112,113,115,118,126,127,128,139,140,142,143,145,146,147,148,149,150,151,152,

153,154,156,157,158,159,160,161,162,163,164,166,167).  
CONTRATADO: – SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS ALIMENTOS  
ITENS (8,14,19,31,52,53,61,91,97,102,114,135,136,144)  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO KIT LANCHE PARA USO NOS EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.  
PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 06 de Junho de 2017.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 010/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, REALINHAMENTO E PINTURA DE MEIO FIO E REAPROVEITAMENTO E RECOLOCAÇÃO DE LAJOTA, ALÉM DOS SERVIÇOS DE CAPINA E VARRIÇÃO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Publicação Nº 1405283

CONTRATO Nº 10/2017

TERMO DO CONTRATO Nº 10/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA CONSTRUJED PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI. TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, REALINHAMENTO E PINTURA DE MEIO FIO E REAPROVEITAMENTO E RECOLOCAÇÃO DE LAJOTA, ALÉM DOS SERVIÇOS DE CAPINA E VARRIÇÃO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, REFERENTE A TOMADA DE PREÇO Nº14/2017.

O Município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Praça 06 de novembro, Centro – 01, CNPJ/MF Nº. 82.892.373/0001-89, daqui por diante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu representante Legal Sr. JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal e de outro lado a empresa CONSTRUJED PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI Ramos/SC, CEP: 88.190-000, CNPJ/MF Nº. 05.473.841/0001-30, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Fernando Alberto Burgueno Lopez, CPF nº334.800.870-00, firmam o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

1.1 O presente contrato vincula-se a Tomada de Preço nº 14/2017 e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO DO CONTRATO**

2. O objeto do presente contrato será executado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO**

3.1 O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, REALINHAMENTO E PINTURA DE MEIO FIO E REAPROVEITAMENTO E RECOLOCAÇÃO DE LAJOTA, ALÉM DOS SERVIÇOS DE CAPINA E VARRIÇÃO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme quantidades, condições e especificações descritas na Tomada de Preço e seus anexos.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta do Orçamento do Município de Governador Celso Ramos, para o exercício 2017, por meio dos órgãos da administração direta e indireta.

Unidade	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
12.01	2.058	3.3.90.39.21.00.00.00 (117)

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

Pelo objeto descrito na Cláusula Terceira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor de R\$ 148.126,86 (cento e quarenta e oito mil, cento e vinte e seis reais e oitenta e seis centavos).

**CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

Os preços contratados somente poderão ser alterados, excepcionalmente, em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA– DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

I.O prazo para conclusão das obras será de 30 (trinta) dias a partir da assinatura deste contrato pelas partes.

II. O prazo de vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 13/04/2017, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, na forma da Lei, até o limite de 60 (sessenta) meses.

**CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

I. A Contratada não poderá subcontratar os serviços contratados, salvo quanto aos itens que, por sua especialização, requeiram o emprego de firma ou profissionais especialmente habilitados e desde que haja prévia permissão do Contratante, por escrito, antes da assinatura do Contrato.

II. Na hipótese de subcontratação os pagamentos serão efetuados à Contratada, conforme estabelecido na Cláusula Nona, competindo a esta a responsabilidade exclusiva de pagar a subcontratada pela subcontratação ajustada.

**CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão fiscalizados pelo Departamento Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, a quem caberá:

I. Verificar se os serviços executados estão de acordo com o Projeto Básico;

II. Verificar a entrega das medições para pagamento das faturas;

III. Solucionar problemas executivos;

IV. Participar de todos os atos que se fizerem necessários à fiel execução dos serviços contratados.

V. O Departamento Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, responsável pela fiscalização dos serviços, objeto desta Tomada de Preço, poderá solicitar da empresa contratada o afastamento de qualquer empregado cuja atuação e permanência no serviço prejudique a execução dos trabalhos, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, obrigando-se a declarar os motivos desta decisão.

VI. A empresa contratada será obrigada a readequar, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que não estiverem em conformidade com a solicitação feita pela Secretaria Municipal de Planejamento.

VII. Aceitos os serviços, a responsabilidade da contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

**CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

I. Os serviços executados serão pagos mediante aprovação das medições que deverão ser apresentadas a cada 15 (quinze) dias.

II. O pagamento dos serviços será feito pelo Município de Governador Celso Ramos, com prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada e respectiva emissão da Nota Fiscal referente ao período.

III. Quando houver erro, de qualquer natureza, na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de nota de correção, não devendo ser computado esse intervalo de tempo, para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratado.

IV. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações advindas da execução dos serviços prestados, nem implicará em aceitação dos serviços em desacordo com o previsto nesta Tomada de Preço e seus anexos.

V. O Município poderá sustar o pagamento da nota fiscal/fatura, nos seguintes casos:

a. Paralisação dos serviços por parte da CONTRATADA, até o reinício.

b. Execução defeituosa dos serviços até que sejam refeitos ou reparados.

c. Existência de qualquer débito para com o Município até que seja efetivamente pago ou descontado de eventuais créditos que a CONTRATADA tenha perante o Município.

d. Não atendimento de qualquer obrigação contratual ou exigências da Fiscalização do Município.

e. No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o INSS e ISS.

VI. A contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, junto com a Nota Fiscal, no original ou em fotocópia autenticada, comprovante de recolhimento referente ao FGTS e INSS.

NOTA: Para as empresas, cujos produtos e serviços estejam enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades



Econômicas - CNAE, descritos no Anexo único dos Protocolos ICMS 42 de 03/07/2009 e ICMS 82 de 26/03/2010, que estabelece a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em substituição a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, estas deverão se adequar ao disposto nos referidos protocolos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA- DAS ALTERAÇÕES

As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;
- II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- III - fiscalizar lhe a execução;
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei, o licitante vencedor ficará sujeito as seguintes penalidades:

I. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta pela recusa injustificada em assinar ou retirar o respectivo instrumento contratual;

II. multa moratória, não compensatória, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, expresso em reais, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;

III. multa compensatória equivalente ao valor integral do contrato, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em reais, pela rescisão determinada por ato unilateral do MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no caso de inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a prestar as seguintes tarefas:

I. Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no Projeto Básico, assim como as normas técnicas vigentes.

II. Cumprir fielmente o que estabelece o contrato de forma que os serviços a serem executados mantenham as condições estabelecidas na Tomada de Preço e seus anexos.

III. Todas as ferramentas e instrumentos necessários à manutenção deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

IV. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados pela CONTRATADA;

V. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas, decorrentes de danos, seja por culpa sua ou qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao

cumprimento do presente Contrato;

VI. Em nenhuma hipótese, veicular publicidade acerca dos serviços executados ao CONTRATANTE, a não ser que haja prévia e expressa autorização.

VII. Submeter-se à fiscalização por parte do CONTRATANTE, acatando as determinações e especificações contidas no Quadro de Quantidades e Custos;

VIII. Atender prontamente as instruções expedidas pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços, especialmente no que pertence à metodologia a ser adotada e às demais questões administrativas que forem suscitadas;

IX. Não se obrigar perante terceiros, dando o presente contrato como garantia ou compensar direitos de créditos decorrentes da execução dos serviços ora pactuados em operações bancárias e/ou financeiras, sem prévia autorização expressa do CONTRATANTE.

X. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de salários, encargos sociais, horas-extras, impostos, bem como quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados quando em serviço, e por tudo quanto à legislação vigente lhes assegure, inclusive férias, aviso prévio, indenização e quaisquer outros direitos.

XI. Fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados e nota fiscal do serviço do presente.

XII. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

XIII. Atentar para as normas de segurança nas dependências do CONTRATANTE, devendo apresentar seus operários devidamente identificados por meio de crachás e/ou uniformizados;

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

II. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;

III. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio de servidor devidamente designado;

IV. Atestar e efetuar o pagamento das faturas correspondentes ao objeto deste Contrato.

V. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

VI. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto ao acompanhamento e fiscalização do objeto e à aplicação de sanções à CONTRATADA;

VII. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

VIII. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas contratadas;

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS HIPÓTESES DE RECISÃO

15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos

artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I. A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato.

II. A CONTRATADA se obriga a utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo CONTRATANTE para execução do contrato.

III. Para efeito deste contrato, não será considerado como precedente, novação ou renúncia aos direitos que a lei e o presente contrato assegurem às partes, a tolerância quanto a eventuais descumprimentos ou infrações relativas às cláusulas e condições estipuladas no presente contrato.

IV. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação desta Licitação.

V. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados ou preposto quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

VI. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

#### DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO E DOS CASOS OMISSOS

I. Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu/SC, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou ações oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

II. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar os impasses, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõe a Lei nº 8.666/1993, e demais legislações aplicáveis.

E, por estarem assim ajustados e de acordo, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Governador Celso Ramos (SC), 13 de Março de 2017.

CONSTRUJED PRESADORA DE SERVIÇOS EIRELI.
Fernando Alberto Burgueno Lopez
Contratado

Juliano Duarte Campos  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1209 - 2017 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017

Publicação Nº 1405494

LEI Nº 1209 / 2017

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2017.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 783.000,00(Setecentos e oitenta e três mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

#### ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	492.000,00
12.361.0003.1003	Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental	198.960,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	198.960,00
(27) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	198.960,00
0.1.01.00000	Recursos Ordinários MDEB	198.960,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	293.040,00
(29)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	293.040,00
0.1.06.0000	Recurso Salário Educação	293.040,00
12.365.0003.1005	Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	291.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	60.000,00
(32) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	60.000,00
0.1.01.00000	Recursos Ordinários MDEB	60.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	66.000,00
(33) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	66.000,00
0.1.13.00000	Recurso 40% Fundeb	66.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	165.000,00
(34) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	165.000,00
0.1.06.0000	Recurso Salário Educação	165.000,00
Total		783.000,00

#### SUPLEMENTAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	783.000,00
12.361.0003.1004	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	80.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	80.000,00
(30) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	80.000,00
0.1.01.00000	Recursos Ordinários MDEB	80.000,00
12.361.0003.2010	Funcionamento de Manutenção do Ensino Fundamental	494.960,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	178.960,00
(43) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	178.960,00
0.1.01.00000	Recursos Ordinários MDEB	178.960,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	250.000,00
(47) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	250.000,00
0.1.06.0000	Recurso Salário Educação	250.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	66.000,00
(46) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	66.000,00
0.1.13.0000	Recurso 40% Fundeb	66.000,00
12.361.003.2012	Manutenção do Transporte Escolar	50.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	50.000,00
(60) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.06.0000	Recurso Salário Educação	50.000,00
12.365.0003.2014	Funcionamento de Manutenção do Ensino Infantil- Creche	100.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	100.000,00
(67) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.06.0000	Recurso Salário Educação	100.000,00

12.365.0003.2066	Funcionamento de Manutenção do Ensino Pré- Escolar	58.040,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	58.040,00
(73) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	58.040,00
0.1.06.0000	Recurso Salário Educação	58.040,00
Total		783.000,00

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 16 de outubro de 2017.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI Nº 1210 - 2017 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017

Publicação Nº 1405511

LEI Nº 1210 / 2017

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2017.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

#### ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0004.2020	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.6.28.000139	Superávit Financeiro Transferência SUS	50.000,00

#### SUPLEMENTAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0004.1006	Reforma e/ou Ampliação de UBS	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.6.28.000139	Superávit Financeiro Transferência SUS	50.000,00

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 16 de outubro de 2017.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI Nº 1211 - 2017 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017

Publicação Nº 1405520

LEI Nº 1211 / 2017

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2017.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 185.000,00 (Cento e oitenta e cinco Mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

#### ANULAÇÕES:

1701	SECRETARIA DA PESCA E MARICULTURA	185.000,00
20.602.0007.1017	Construção do Estaleiro dos Pescadores	185.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	185.000,00
(155)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	185.000,00
0.1.00.00000	Recursos Ordinários	185.000,00
Total		185.000,00

#### SUPLEMENTAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	185.000,00
04.121.0008.2054	Melhoria e Manutenção Da secretaria de Planejamento	185.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	185.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	185.000,00
0.1.00.00000	Recursos Ordinários	185.000,00

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 16 de outubro de 2017.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

### PORTARIA SAMAE GCR 68/2017 - PRORROGAÇÃO LICENÇA (PERICIA MÉDICA)

Publicação Nº 1404861

PORTARIA Nº 068/2017

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 1085/2016

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE (Auxílio Doença) o servidor o Sr. EZEQUIEL COSTA, matrícula nº 63, no cargo

de Encanador do Quadro de Pessoal desta Autarquia – Samae. Cfe: Concessão de Prorrogação do Auxílio Doença do INSS Benefício nº 619.523.176-6 (Até a Data do dia 28/12/2017)

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 16 de Outubro de 2017.

NEDISON NILDO MARTINS  
Diretor Geral do Samae



# Gravatal

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.866

Publicação Nº 1404797

LEI ORDINÁRIA Nº 1.866 DE

19 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA PMSC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I e III do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso, pelo período de 10 (dez) anos, com o ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Rodovia SC 401, nº. 4600, km 5, Saco Grande, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 82.951.229/0001-76, por intermédio da PMSC – POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede à Rua Visconde de Ouro Preto, nº. 549, Centro, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.931.550/0001-51, com a finalidade do término de construção, pela CESSIONÁRIA, da Companhia da Polícia Militar de Gravatal-SC, um terreno contendo uma edificação de 448,15m² para uso exclusivo pela 2ª Companhia de Polícia Militar da Guarnição Especial de Braço do Norte (GEBN) – Gravatal, com as seguintes características:

I – Um terreno situado na cidade de Gravatal – SC, com as seguintes confrontações: medindo de frente vinte e seis metros e cinquenta centímetros (26,50m) que os fazem com a Rua Manoel José Candido, nos fundos mede vinte e cinco (25) metros, que os fazem com terras de Sidnei Iung e Marneo Henrique de Melo; de um lado mede vinte sete (27) metros, que os fazem com a Rua Francisco Kindermann; perfazendo a área de 682,38 m², com uma edificação em alvenaria medindo 448,15 m².

II – A disponibilização dos recursos por parte do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, e o término da construção acima especificada para fim exclusivo da Companhia de Polícia Militar de Guarnição Especial de Braço do Norte (GEBN), deverá ocorrer até o prazo final de 31 de dezembro de 2018, data em que, não realizadas as obras retornará ao patrimônio público municipal.

Parágrafo Único: A edificação objeto desta Lei deverá ter seu uso destinado exclusivamente a execução dos serviços administrativos, de vídeo-monitoramento, bem como, do policiamento ostensivo motorizado realizado pela 2ª Companhia de Polícia Militar da Guarnição Especial de Braço do Norte, sediada no Município de Gravatal, ficando a cessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução do serviço e pelo bom uso do imóvel.

Art. 2º No termo de cessão de uso a ser firmado com o Estado de Santa Catarina, deverá constar a obrigação do mesmo em honrar com todas as despesas necessárias à conclusão da obra objeto da presente autorização.

Art. 3º As despesas decorrentes da manutenção, conservação e utilização do imóvel, também deverão ser previstas por ocasião da celebração do termo de cessão de uso, às expensas do Estado de Santa Catarina, por intermédio da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, bem como, à conta das receitas provenientes de Convênios Municipais celebrados entre Município, Estado de Santa Catarina e Polícia Militar de Santa Catarina, respeitadas as receitas com aplicação vinculada por lei ou submetidas aos limites do objeto próprio desses acordos.

Art. 4º Vetado.

Art. 5º No prazo improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da sanção da presente lei, o município apresentará a Câmara de Vereadores na forma do artigo 116, da Lei n. 8.666/1993, o competente Termo de Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, para cumprimento do objeto, disposto no artigo 1º da presente lei.

Parágrafo único. Não havendo a celebração do convênio no prazo estabelecido no caput, o bem retorna ao patrimônio do município, com destinação ao funcionamento do Poder Legislativo Municipal.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Gravatal, 19 de Outubro de 2017.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 19/10/2017

Bruna Mendonça Leandro

# Guaramirim

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇOS- PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 147/2017

Publicação Nº 1405148

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS  
CONCORRÊNCIA p/ Obras e Serviços de Engenharia  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 147/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA RUA HERVINO HANEMANN POR MEIO DO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA

Às nove horas(s), do décimo oitavo dia do mês de outubro de dois mil e dezessete, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria Nº 581/2016, sob a presidência do Sr. Carlos Felipe Fischer, tendo comparecido os seguintes membros Fernanda de Resende Rien Machado e Adriana Anastácio Nunes para o ato de abertura das propostas, referente a licitação acima referida, conforme e-mail encaminhado aos licitantes e publicação em veículo oficial.

Da mesma forma, compareceu o Sr. Vinícius Barbosa – Arquiteto e Urbanista (este para análise dos dados técnicos da proposta, inclusive BDI).

Nenhum representante credenciado compareceu ao ato.

Procedeu-se a abertura do envelope de proposta dos licitantes, estes que já haviam sido rubricados pela comissão de licitação e representantes presentes na sessão anterior.

As propostas foram distribuídas aos membros da Comissão e equipe técnica para o devido estudo e análise de preço e outros fatores previstos no respectivo edital, classificando-se as empresas na seguinte forma:

EMPRESA	VALOR GLOBAL	CLASSIFICAÇÃO
EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI.	R\$ 144.600,32	1º COLOCADO
SÓLIDOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA	R\$ 150.196,42	2º COLOCADO
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	R\$ 169.408,90	3º COLOCADO

A licitante Soberana Serviços e Construções Eireli apresentou a proposta para execução do objeto no valor de R\$ 158.800,00, porém a formulação da proposta fora executada em desacordo com as previsões editalícias, especialmente quanto ao item 1.3 da planilha de itens e quantidades, pois segundo o projeto urbanístico são necessários a execução de 2.142,63 m2 para o item 1.3 (Passeio intertravado – cor natural), contudo, a empresa considerou em sua proposta apenas a quantidade de 1.935,49 m2, razão pela qual a proposta foi desclassificada.

Registre-se que ao exame da planilha orçamentária da Licitante Efetiva Construções Eireli Ltda. pela Comissão de Licitação e pela equipe técnica acima citada, verifica-se que o preço global ofertado está de acordo com os patamares mínimo e máximo estipulados por esta Administração, constantes no Instrumento Convocatório, sendo este viável exeq-ível e portanto aceitável.

Assim, a Comissão, declara, pelo critério de menor preço, a Licitante Efetiva Construções Eireli Ltda, vencedora do Processo de

Licitação 147/2017, pelo valor global de R\$144.600,32 (cento e quarenta e quatro mil, seiscentos reais e trinta e dois centavos). Diante do julgamento das propostas, abre-se prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina a alínea "b", do inciso I, do artigo 109, da Lei nº. 8.666/93. O prazo recursal fluíra a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata de Julgamento, que vai assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Carlos Felipe Fischer	Fernanda de R. R. Machado	Adriana Anastácio Nunes
Presidente	Membro	Membro
ÁREA TÉCNICA		

Vinícius Barbosa  
Arquiteto e Urbanista

### AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 145/2017 - PMG - ERRATA 01

Publicação Nº 1404916

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA I ao Edital da Tomada de Preços nº. 145/2017 que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE GESTÃO CONTÁBIL APLICADA AO SETOR PÚBLICO, ASSESSORIA, ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO NAS ÁREAS FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA AOS SERVIDORES E RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DAS ENTIDADES MUNICIPAIS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 . DAS ALTERAÇÕES

- Alteração no item XI – Da documentação.

#### 2. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO (Passará a conter)

A data de abertura fica designada o dia 07 de novembro de 2017 às 09h00min.

As demais informações contidas no Edital permanecem inalteradas. O Edital com a alteração e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 17 de outubro de 2017.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 10 ADITIVO 91 2013**

Publicação Nº 1405476

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO DECIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 34/2013

Processo de Licitação: 91/2013 –PMG.  
Modalidade: Tomada de Preço – Obras e Serviço de Engenharia  
Tipo: Menor Preço Global.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE EXECUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA (PADRÃO FNDE) DA EMEF GERMANO LAFIN.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: A. R. G. INDUSTRIAL LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.095/0001-65, estabelecida na Rodovia SC 302, n.º 1860, Bairro Barragem Oeste, Taió - SC

Aditivo de Supressão :

Fica aditivado o valor de R\$ 8.150,30 ( oito mil cento e cinq- enta reais e trinta centavos ) conforme parecer técnico 18 2016.

Dotação

1005  
44905198  
33600

Data da Assinatura: 28/11/2016

GUARAMIRIM (SC), 28/11/2016.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO 11 ADITIVO 91 2013**

Publicação Nº 1405478

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO DECIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 34/2013

Processo de Licitação: 91/2013 –PMG.  
Modalidade: Tomada de Preço – Obras e Serviço de Engenharia  
Tipo: Menor Preço Global.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE EXECUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA (PADRÃO FNDE) DA EMEF GERMANO LAFIN.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: A. R. G. INDUSTRIAL LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.095/0001-65, estabelecida na Rodovia SC 302, n.º 1860, Bairro Barragem Oeste, Taió - SC

Aditivo de Prazo

Prorrogado por mais 90 ( sessenta ) dias

Data da Assinatura: 13/03/2017

Vigência até: 13/06/2017.

GUARAMIRIM (SC), 13/03/2017.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO 7 ADITIVO 91 2013**

Publicação Nº 1405453

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO SETIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 34/2013

Processo de Licitação: 91/2013 –PMG.  
Modalidade: Tomada de Preço – Obras e Serviço de Engenharia  
Tipo: Menor Preço Global.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE EXECUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA (PADRÃO FNDE) DA EMEF GERMANO LAFIN.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: A. R. G. INDUSTRIAL LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.095/0001-65, estabelecida na Rodovia SC 302, n.º 1860, Bairro Barragem Oeste, Taió - SC

Aditivo de Prazo

Prorrogado por mais 90 ( sessenta ) dias

Data da Assinatura: 12/09/2016

Vigência até: 13/12/2016.

GUARAMIRIM (SC), 12/09/2016.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO 8 ADITIVO 91 2013**

Publicação Nº 1405454

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 34/2013

Processo de Licitação: 91/2013 –PMG.  
Modalidade: Tomada de Preço – Obras e Serviço de Engenharia  
Tipo: Menor Preço Global.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE EXECUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA (PADRÃO FNDE) DA EMEF GERMANO LAFIN.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: A. R. G. INDUSTRIAL LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.095/0001-65, estabelecida na Rodovia SC 302, n.º 1860, Bairro Barragem Oeste, Taió - SC

Aditivo de Valor

Fica aditivado o valor de R\$ 2.728,27 ( dois mil setecentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos ) conforme parecer técnico 17 2016.

Dotação

1005  
44905198  
33600

Data da Assinatura: 28/11/2016

GUARAMIRIM (SC), 28/11/2016.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO 9 ADITIVO 91 2013**

Publicação Nº 1405455

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO  
34/2013

Processo de Licitação: 91/2013 –PMG.  
Modalidade: Tomada de Preço – Obras e Serviço de Engenharia  
Tipo: Menor Preço Global.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE EXECUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA (PADRÃO FNDE) DA EMEF GERMANO LAFIN.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: A. R. G. INDUSTRIAL LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.095/0001-65, estabelecida na Rodovia SC 302, n.º 1860, Bairro Barragem Oeste, Taió - SC

Aditivo de Prazo

Prorrogado por mais 90 ( sessenta ) dias

Data da Assinatura: 12/12/2016.

Vigência até: 13/03/2017.

GUARAMIRIM (SC), 12/12/2016.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### 004/2017 CONTRATO RATEIO CONDER

Publicação Nº 1405048

#### CONTRATO 004/2017

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de Guarujá do Sul e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER.

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio que celebram entre si o Município de GUARUJÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.027.045/0001-87, com sede à Rua Paraná, nº338, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Claudio Junior Weschenfelder, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-CONDER, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, centro, município de São Miguel do Oeste, neste ato representado pelo seu presidente Sr. Genésio Bressiani, prefeito municipal de Belmonte, portador da Carteira de Identidade nº1.853.258, inscrito no CPF sob o nº 707.799.379-53, residente e domiciliado na Rua Maurício Cardoso, nº 431, centro, município de Belmonte, SC, resolvem firmar o presente Contrato de Rateio objetivando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais a continuidade dos serviços transferidos, conforme Protocolo de Intenções e 1ª Alteração Contratual.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, Lei Federal nº 8.666/93, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, legislação municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções/1ª Alteração Contratual do CONDER, Lei Municipal nº 2.528, de 24 de maio de .2017, bem como, as cláusulas do Contrato de Consórcio Público – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS NORMAS LEGAIS

É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.

Parágrafo Único. Consideram-se despesas do Consórcio entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:

- Despesas de instalação, aquisição de equipamentos, mobiliário e manutenção da estrutura existente, inclusive reposição.
- Despesas de execução do objeto e das finalidades do Consórcio previstos no contrato de consórcio público.
- Despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas previstas em lei.
- Despesas relativas à prestação de serviços, aquisição de materiais de uso e consumo, locação de softwares de gestão, necessários para o desempenho das atividades administrativas e financeiras do Consórcio.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO

Para a execução do objeto deste Contrato de Rateio, e pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o Município de GUARUJÁ DO SUL repassará ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) com o seguinte desdobramento:

Parcela	Vencimento	Valor
01	20/10/2017	500,00
02	30/10/2017	500,00
03	30/11/2017	500,00
04	30/12/2017	500,00

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta da rubrica orçamentária de acordo com a Lei Orçamentária Anual sob nº 2.500/2016 e Lei 2.557/2017 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

3.1.71	36,03%	180,15	720,60
3.3.71	53,87%	269,35	1.077,40
4.4.71	10,10%	50,50	202,00
	100,00%	500,00	2.000,00

#### CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos



entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do CONDER:

- Acompanhar e controlar a qualidade técnica dos serviços prestados durante todo o processo, através de relatórios das atividades;
- Fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo Município.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do Município:

- Acompanhar os serviços oferecidos pelo Consórcio;
- Auxiliar o Consórcio a ampliar o rol de benefícios para os consorciados;
- Definir conjuntamente com o Consórcio a necessidade de novos serviços.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato de rateio terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31/12/2017, podendo ser prorrogado no final do ano, por um período de até 60 (sessenta) meses.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, para dirimir as questões e/ou procedimentos decorrentes ao cumprimento deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais questões serão resolvidas consoante às disposições do Estatuto Social do CONDER e das normas da Lei Federal nº 11.107/2005, bem como pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral.

E por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato de Rateio em 02(duas) vias de igual teor e forma.

São Miguel do Oeste, SC, 18 de outubro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER  
Prefeito de Guarujá do Sul

Testemunhas:

Nome: .....  
CPF: .....

Nome: .....  
CPF: .....

### 005/2017 CONTRATO PROGRAMA ÁGUA É VIDA

Publicação Nº 1405049

#### CONTRATO DE PROGRAMA Nº 005/2017

Pelo presente instrumento de CONTRATO DE PROGRAMA que celebram entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, centro, município de São Miguel do Oeste, SC, CEP 89900-000, PROGRAMA “ÁGUA É VIDA” neste ato representado pelo seu presidente Sr. Genésio Bressiani, prefeito municipal de Belmonte, portador da Carteira de Identidade nº 1.853.258, inscrito no CPF sob o nº 707.799.379-53, residente e domiciliado na Rua Maurício Cardoso, nº 431, centro, município de Belmonte, SC e o MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL, com sede na Rua Paraná, nº 338., CNPJ nº 83.027.045/0001-87, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Claudio Junior Weschenfelder, portador da Carteira de Identidade nº 4.899.402, inscrito no CPF sob o nº 061.266.679-48, residente e domiciliado na Rua Principal, s/n Linha Barro Preto, município de Guarujá do Sul, SC resolvem firmar o presente Contrato de Programa com o objetivo de utilizar os serviços de perfuração de poços tubulares profundos para captação de água em localidades de domínio público municipal oferecidos pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, conforme cláusulas e condições seguintes:

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª. Aplica-se ao presente Contrato de Programa as disposições da legislação federal de licitações, concessões de serviços públicos e de consórcios públicos - Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005 e ao Decreto nº 6.017/2007, bem com Lei Municipal de Ratificação do Consórcio Público.

Cláusula 2ª. O Contrato de Programa é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula 3ª. Pelo presente Contrato de Programa o município de Guarujá do Sul outorga ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a realização de serviços de perfuração de poços tubulares profundos, em observância ao Termo de Cooperação Técnica e Cessão de Uso formalizados entre a Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca e Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e Termo de Cessão de Uso formalizado entre a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER.

**DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

Cláusula 4º. O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER será responsável pela execução do objeto deste contrato, cuja prestação dos serviços tem como finalidade:

- I - Perfurar poços tubulares profundos, conforme cronograma de trabalho, objetivando sistemas de captação de água em localidades de domínio público municipal para abastecimento coletivo, priorizando os municípios que tenham histórico recente de situações de emergência e/ou calamidade pública em decorrência de estiagem e/ou secas;
- II - Possibilitar às administrações públicas uma reserva estratégica de pronto acesso para abastecimento das redes públicas de distribuição de água para consumo humano em períodos de escassez;
- III - Perfurar poços tubulares profundos para captação de água, visando ao bem estar social das comunidades no território de abrangência dos Municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, Programa “Água é Vida”, bem como amenizar, prevenir ou cessar os efeitos da estiagem e das secas;
- IV - Articular com as políticas de desenvolvimento regional de proteção e preservação ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população local, sobretudo aquela residente nas áreas rurais;
- V - Atender ao disposto ao Termo de Cooperação Técnica e Cessão de Uso formalizados entre a Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca e Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e Termo de Cessão de Uso formalizado entre a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER..

Parágrafo único: Para cumprir com suas finalidades o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, através do Programa “Água é Vida” poderá:

- I – adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;
- II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;
- III - realizar licitações em nome dos municípios consorciados e que integram o Programa “Água é Vida”, mediante autorização do município, viabilizando o cumprimento dos objetivos previstos no caput deste artigo;
- IV - efetuar credenciamento e/ou licitação para contratação de serviços e insumos necessários ao regular desenvolvimento das atividades afetas ao Programa “Água é Vida”;
- V - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93;
- VI – outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços de acordo com as normas estabelecidas neste Contrato de Programa.

**DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

Cláusula 5ª. O Programa “Água é Vida” do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER apresentará mensalmente aos consorciados integrantes do programa:

- I – Relatórios dos serviços executados;
- II – Relatório financeiro das receitas e despesas.

Cláusula 6ª. A prestação de contas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, pertinente ao Programa “Água é Vida” obedecerá às normas de contabilidade pública.

**DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS**

Cláusula 7ª. Os entes consorciados, participantes do Programa “Água é Vida”, tem direito de acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER em relação ao referido programa, mediante o recebimento de informações acerca das atividades realizadas pelo mesmo.

Cláusula 8ª. São deveres dos entes consorciados, participantes do Programa “Água é Vida”:

- I – prestar as informações e documentações solicitadas pelo Programa “Água é Vida” do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER;
- II – zelar pela correta execução dos serviços de perfuração de poços profundos tubulares em seus municípios;
- III – transferir de acordo com o Contrato de Rateio os recursos financeiros necessários à execução do Programa “Água é Vida”.

**DOS DIREITOS E DEVERES DO PROGRAMA “ÁGUA É VIDA” DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER**

Cláusula 9ª. São direitos do Programa “Água é Vida”:

- I – as receitas advindas da prestação de serviços em projetos para terceiros, governos, patrocínios e eventos executados que não interfiram nem comprometam a qualidade dos serviços prestados aos consorciados;
- II – exigir o cumprimento das normas estabelecidas no presente Contrato de Programa bem como no Contrato de Rateio a fim de proporcionar a execução de suas finalidades.

Cláusula 10. São deveres do programa “Água é Vida”:

- I – fornecer um canal de comunicação com os consorciados que possibilite o encaminhamento e resolução de dúvidas acerca da utilização de seus serviços;
- II – praticar a cobrança dos valores constantes do Contrato de Rateio celebrado com os municípios participantes.

**DA FISCALIZAÇÃO**

Cláusula 11. Incumbe a Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER acompanhar as atividades desenvolvidas pelo Programa “Água é Vida”, bem como a correta aplicação dos recursos financeiros, dentro das diretrizes estabelecidas no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto Social.

**DAS PENALIDADES**

Cláusula 12. Será excluído do Programa “Água é Vida” do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER o município consorciado que deixar de efetuar o pagamento das parcelas mensais devidas pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único: A exclusão prevista neste artigo não exime o participante do pagamento do valor previsto no contrato de rateio e das despesas de manutenção dos equipamentos que compõe o kit de perfuração de poços até o termo final do programa, qual seja, 31 de dezembro de 2018, devendo o Programa “Água é Vida” do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER proceder à execução dos direitos.

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula 13. O presente Contrato de Programa possui prazo até 31 de dezembro de 2018, mas somente se extinguirá depois de cumpridas todas as suas obrigações.

Parágrafo único: No caso de extinção do Contrato de Programa, bens próprios e recursos do Programa “Água é Vida” do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, reverterão ao patrimônio dos municípios consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos, apurados conforme Contrato de Rateio.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula 14. Na primeira etapa de perfuração de poços, cada município que aderir ao programa “Água é Vida” terá direito promover a perfuração de 03 (três) poços até que todos os municípios consorciados sejam contemplados e, encerrado este ciclo, será deliberado acerca da segunda etapa do programa.

Cláusula 15. A ordem de atendimento aos municípios consorciados que aderirem ao programa “Água é Vida” será de acordo com a ordem de entrega das licenças e demais documentação exigida para a perfuração dos poços, junto ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER.

Cláusula 16. As demais questões aqui não disciplinadas serão resolvidas consoante as disposições do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e das normas da Lei nº 11.107/2005, bem como pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral.

São Miguel do Oeste, 18 de outubro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente CONDER  
Prefeito

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito do Município de Guarujá do Sul  
Belmonte

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**006/2017 CONTRATO RATEIO ÁGUA É VIDA**

Publicação Nº 1405050

**CONTRATO DE RATEIO Nº 006/2017**

De um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, centro, município de São Miguel do Oeste, SC, CEP 89900-000, neste ato representado pelo seu presidente Sr. Genésio Bressiani, doravante denominado CONSÓRCIO e de outro lado o Município de Guarujá do Sul com sede na Rua Paraná, nº .338, CNPJ nº 83.027.045/0001-87, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Claudio Junior Weschenfelder, doravante denominado MUNICÍPIO resolvem firmar o presente Contrato de Rateio com o objetivo de estruturar o Programa de Perfuração de Poços Artesianos – “Água é Vida”, oferecido pelo CONDER, tendo como base legal a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005 e ao Decreto nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, Lei Municipal de Ratificação do Consórcio Público e Contrato de Programa, conforme cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato de Rateio é o estruturar o Programa de Perfuração de Poços Artesianos do município de Guarujá do Sul, conforme Termo de Cooperação Técnica e Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, firmado entre a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e entre a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços previstos na cláusula anterior serão prestados pelo CONSÓRCIO contratado na sede do CONDER ou "in loco", conforme necessidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência a partir de outubro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES**

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o MUNICÍPIO contratante pagará ao CONSÓRCIO contratado o valor total de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), com o seguinte desdobramento:

Parcela	Vencimento	Valor
01	30/10/2017	1.500,00
02	30/11/2017	1.500,00
03	30/12/2017	1.500,00
04	30/01/2018	1.500,00
05	28/02/2018	1.500,00
06	30/03/2018	1.500,00
07	30/04/2018	1.500,00
08	30/05/2018	1.500,00
09	30/06/2018	1.500,00
10	30/07/2018	1.500,00
11	30/08/2018	1.500,00
12	30/09/2018	1.500,00
13	30/10/2018	1.500,00
14	30/11/2018	1.500,00
15	30/12/2018	1.500,00
TOTAL		22.500,00

**CLÁUSULA QUINTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante acompanhamento da Secretaria Municipal de Agricultura de cada Município.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

O valor contratual previsto será pago em 15 (quinze) parcelas até o dia 30 de cada mês, implicando na imediata suspensão dos serviços em caso de inadimplência por parte do MUNICÍPIO contratante.

§ 1º As despesas decorrentes do presente contrato serão pagas mediante a utilização dos respectivos recursos constantes na Lei Orçamentária 2.500/2016 e Lei 2.557/2017 – dotação 04.07.04.122.0002.2.110.3.3.930-0001.

§ 2º Será excluído do consórcio público, o ente consorciado que deixar de efetuar o pagamento das parcelas mensais devidas pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO**

São obrigações do CONSÓRCIO:

- Acompanhar e controlar a qualidade técnica durante todo o processo, através de relatórios das atividades;
- Colocar a disposição do MUNICÍPIO contratante os serviços contratados;
- Orientar as Secretarias Municipais de Agricultura em relação aos procedimentos adotados;
- Fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo MUNICÍPIO contratante.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

São obrigações do MUNICÍPIO:

- Acompanhar os serviços oferecidos pelo CONSÓRCIO;
- Definir conjuntamente com o CONSÓRCIO a necessidade de novos serviços;
- Indicar local em que deverá ser executado o serviço de perfuração de poços tubulares profundos, mediante comprovação de domínio público seja por meio de documento que demonstre a propriedade do Poder Público ou por meio de servidão administrativa;
- Apresentar projeto construtivo e executivo de poço tubular profundo atestado por geólogo, conforme normas vigentes e padrões exigidos pelo órgão ambiental responsável;
- Providenciar e arcar com os custos referentes aos licenciamentos ambientais exigidos que deverão ser aprovados pelo órgão ambiental responsável;
- Apresentar declaração atestando que o local da obra está em conformidade com as diretrizes de uso e ocupação do solo para atividade de perfuração de poço tubular profundo;
- Assinar termo de compromisso em que se obrigue a realizar as obras complementares de adução, distribuição e armazenamento da água obtida por meio de realização do poço tubular profundo, bem como a mantê-lo e conservá-lo, de modo a atender as necessidades das pessoas beneficiadas com a ação;
- Realizar o transporte dos equipamentos da origem até o município;
- Abastecer o comboio quando estiver no município realizando a perfuração de poços artesianos profundos e, findados os trabalhos, realizar o abastecimento completo do comboio, alojando-os adequadamente em seu parque de máquinas, zelando pela conservação dos mesmos

até que outro município consorciado venha a utilizá-los;

j) Disponibilizar mão de obra de apoio de no mínimo 01 (um) servidor na execução da obra;

k) Realizar teste de vazão e análise da quantidade da água;

l) Arcar com os custos de aquisição e instalação de bomba e demais materiais necessários para o revestimento dos poços profundos perfurados;

m) Realizar o tamponamento do poço tubular profundo perfurado com nenhuma vazão de água ou vazão de água insuficiência para sua instalação;

n) Promover o pagamento do valor de até R\$ 2,00 (dois reais) ao sondador do programa "Água é Vida" por metro de poço perfurado e do valor de até 1,00 (um real) ao auxiliar de sondador do programa "Água é Vida" por metro de poço perfurado, sendo que os valores apurados deverão ser pagos pelos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER que promoverá o repasse aos prestadores dos serviços;

o) Arcar com as despesas de revisão e manutenção dos equipamentos que compõe o kit de perfuração de poços, mediante rateio com os demais municípios consorciados que aderirem ao programa "Água é Vida";

p) Realizar o pagamento do valor de rateio e das despesas de manutenção dos equipamentos do programa "Água é Vida" até o termo final do programa, qual seja, 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, o MUNICÍPIO ficará sujeito à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência, sendo suspensos os serviços até a regularização da dívida.

Parágrafo único. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 60 (sessenta) dias, o MUNICÍPIO poderá ser excluído do CONSÓRCIO sendo que a exclusão não exime o município do pagamento dos valores constantes neste contrato, até o termo final do programa, qual seja, 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste, SC, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

São Miguel do Oeste, 18 de outubro de 2017

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

CLAUDIO JUNIOR WECHENFELDER  
Prefeito de Guarujá do Sul

Testemunhas:

Nome: .....  
CPF: .....

Nome: .....  
CPF: .....

**167/2017**

Publicação Nº 1405046

DECRETO Nº 167/2017

"CRIA META NO PPA 2014/2017, CRIA META NA LDO/2017 E ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2017"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJÁ DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.557/17 de 18 de outubro de 2017.

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 2.306/2013 de 04/10/2013 concernentes à Lei do PPA - Plano Plurianual, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), objetivando incluir ação no corrente ano no que concerne à nova despesa do Município de Guarujá do Sul, em conformidade com os prescritos neste ato. PARÁGRAFO ÚNICO Fica criada a Ação de Nº 2.110 e Ação de Nº 2.111 na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 2.306/2013 de 04/10/2013 – PPA, com a seguinte discriminação:

#### 2.110 – MANUTENÇÃO DO CONDER

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
Manutenção do CONDER	Atividade	UN	1	2.000,00	0.1.0000

#### 2.111 – MANUTENÇÃO CONDER/PROGRAMA ÁGUA É VIDA

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
-------	---------	---------	------	-------	-------

Manutenção CONDER/Programa Água é Vida	Atividade	UN	1	4.500,00	0.1.0000
--	-----------	----	---	----------	----------

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 2.501/2016 de 31/08/2016, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, através da constituição de Crédito Adicional Especial no valor de 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), com o intuito de adicionar dotação orçamentária, relacionada no Título DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA, para aplicação junto ao Município de Guarujá do Sul, deste ente federado.

PARÁGRAFO ÚNICO Fica criada a Ação de Nº 2.110 e Ação de Nº 2.111 na Relação das Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 2.501/2016 de 31/08/2016, LDO com a seguinte discriminação:

#### 2.110 – MANUTENÇÃO DO CONDER

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
Manutenção do CONDER	Atividade	UN	1	2.000,00	0.1.0000

#### 2.111 – MANUTENÇÃO CONDER/PROGRAMA ÁGUA É VIDA

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
Manutenção CONDER/Programa Água é Vida	Atividade	UN	1	4.500,00	0.1.0000

Art. 3º Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de Guarujá do Sul, e fica alterada a Lei nº. 2.505/2016 de 18/10/2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, na importância de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

ATIVIDADE: 0407.04.122.0002.2.110

04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

07 – Encargos Gerais do Município

04 - Administração

122 - Administração Geral

0002 - Administração e Planejamento

2.110 - Manutenção do CONDER

3.1.71.00.00.00.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 720,60

3.3.71.00.00.00.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.077,40

4.4.71.00.00.00.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 202,00

ATIVIDADE: 0607.20.606.0026.2.111

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

01 – Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo

20 - Agricultura

606 - Extensão Rural

0026 ☐ Promoção e Extensão Rural

2.111 - Manutenção CONDER/Programa Água é Vida

3.3.93.00.00.00.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.500,00

Soma ..... R\$ 6.500,00

Art 4º Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

PROJETO: 0607.17.511.0005.1.015

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

01 – Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo

17 - Saneamento

511 - Saneamento Básico Rural

0008 – Abastecimento de Água

1.015 - Ampliação Sistemas de Distribuição de Água

4.4.90.00.00.00.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 6.500,00

Soma ..... R\$ 6.500,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 DE OUTUBRO DE 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER,

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

**2556/2017**

Publicação Nº 1405044

LEI Nº. 2.556/2017

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL A ADERIR AO PROGRAMA "ÁGUA É VIDA" CRIADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, FIRMANDO O RESPECTIVO CONTRATO DE PROGRAMA E CONTRATO DE RATEIO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,

Faz saber que a CÂMARA DE VEREADORES DE GUARUJÁ DO SUL aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o ingresso deste município ao Programa "Água é Vida" criado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER mediante a formalização do competente Contrato de Programa e Contrato de Rateio, que são parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município Guarujá do Sul/SC, 18 de outubro de 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER,  
Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora  
Secretário Administração e Fazenda

**2557/2017**

Publicação Nº 1405045

Lei Nº 2.557/2017

"CRIA META NO PPA 2014/2017, CRIA META NA LDO/2017 E ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2017"

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 2.306/2013 de 04/10/2013 concernentes à Lei do PPA - Plano Plurianual, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), objetivando incluir ação no corrente ano no que concerne à nova despesa do Município de Guarujá do Sul, em conformidade com os prescritos neste ato. PARÁGRAFO ÚNICO Fica criada a Ação de Nº 2.110 e Ação de Nº 2.111 na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 2.306/2013 de 04/10/2013 – PPA, com a seguinte discriminação:

**2.110 – MANUTENÇÃO DO CONDER**

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
Manutenção do CONDER	Atividade	UN	1	2.000,00	0.1.0000

**2.111 – MANUTENÇÃO CONDER/PROGRAMA ÁGUA É VIDA**

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
Manutenção CONDER/Programa Água é Vida	Atividade	UN	1	4.500,00	0.1.0000

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 2.501/2016 de 31/08/2016, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, através da constituição de Crédito Adicional Especial no valor de 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), com o intuito de adicionar dotação orçamentária, relacionada no Título DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA, para aplicação junto ao Município de Guarujá do Sul, deste ente federado.

PARÁGRAFO ÚNICO Fica criada a Ação de Nº 2.110 e Ação de Nº 2.111 na Relação das Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 2.501/2016 de 31/08/2016, LDO com a seguinte discriminação:

**2.110 – MANUTENÇÃO DO CONDER**

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
Manutenção do CONDER	Atividade	UN	1	2.000,00	0.1.0000

**2.111 – MANUTENÇÃO CONDER/PROGRAMA ÁGUA É VIDA**

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
Manutenção CONDER/Programa Água é Vida	Atividade	UN	1	4.500,00	0.1.0000

Art. 3º Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de Guarujá do Sul, e fica alterada a Lei nº. 2.505/2016 de 18/10/2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, na importância de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

ATIVIDADE: 0407.04.122.0002.2.110  
04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
07 – Encargos Gerais do Município  
04 - Administração  
122 - Administração Geral  
0002 - Administração e Planejamento  
2.110 - Manutenção do CONDER  
3.1.71.00.00.00.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 720,60  
3.3.71.00.00.00.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.077,40  
4.4.71.00.00.00.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 202,00

ATIVIDADE: 0607.20.606.0026.2.111  
06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO  
01 – Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo  
20 - Agricultura  
606 - Extensão Rural  
0026 ☐ Promoção e Extensão Rural  
2.111 - Manutenção CONDER/Programa Água é Vida  
3.3.93.00.00.00.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.500,00

Soma ..... R\$ 6.500,00

Art 4º Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

PROJETO: 0607.17.511.0005.1.015  
06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO  
01 – Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo  
17 - Saneamento  
511 - Saneamento Básico Rural  
0008 – Abastecimento de Água  
1.015 - Ampliação Sistemas de Distribuição de Água  
4.4.90.00.00.00.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 6.500,00

Soma ..... R\$ 6.500,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 DE OUTUBRO DE 2017.  
CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER,  
Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora  
Secretário Administração e Fazenda

## **ERRATA DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PL 65/2017**

Publicação Nº 1405322

Estado de Santa Catarina.

Município de Guarujá do Sul.

ERRATA DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Processo Licitatório nº. 65/2017 - Dispensa de Licitação nº. 06/2017

Objeto: Contratação de empresa para Serviço de elaboração de projeto do Centro Municipal Poliesportivo, recreativo e Cultura, a ser construído sobre os Lotes nº. 101 e 102 da Quadra 08, situados na Avenida João Pessoa esquina São Paulo, Centro, Guarujá do Sul.

A Errata AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO do Processo Licitatório nº. 65/2017 - Dispensa de Licitação nº. 06/2017 publicada no DOM/SC dia 18 de outubro de 2017, Edição 2364, Pagina 309, teve erro de digitação:

ONDE SE LÊ: VALOR R\$ 11.950,00

passa a LÊ-SE: VALOR R\$ 11.952,80

Guarujá do Sul, SC, em 18 outubro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.



**EXTRATO DE CONTRATO E TERMO ADITIVO - 58/2017 E TA 02 CT 55/2017**

Publicação Nº 1404760

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 58/2017.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 65/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 06/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: ALISSON VINICIUS DA SILVA & CIA LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para Serviço de elaboração de projeto do Centro Municipal Poliesportivo, recreativo e Cultura, a ser construído sobre os Lotes nº. 101 e 102 da Quadra 08, situados na Avenida João Pessoa esquina São Paulo, Centro, Guarujá do Sul. VALOR: R\$ 11.952,80

EXECUÇÃO: 60 DIAS

VIGENCIA: Até 31 de dezembro de 2018.

Guarujá do Sul, SC, 17 de outubro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 55/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 33/2017 – TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: CONSTRUTORA FIEL EIRELI ME

OBJETO: . Fica prorrogado o prazo de execução constante na Clausula Primeira do Primeiro Termo Aditivo do Contrato, até 18 de novembro de 2017. ( Rede de drenagem pluvial / Etapa 01, do Loteamento Industrial Alcides Volkweis )

Guarujá do Sul, SC, 18 de outubro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelde,

Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL 2.558/2017**

Publicação Nº 1405542

Lei Municipal n. 2.558/2017.

Dispõe sobre a desafetação dos imóveis das Matrículas nº 936, 7.166, 10.925, 3.701, 3.861, 3.916 e 3.915, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam desafetados os bens imóveis a seguir relacionados, que se encontram destinados a estabelecimento de ensino, qual seja:

a) Parte do Lote Rural nº 38 (trinta e oito), com área de 10.000,0m² situado na Linha Barro Preto, Município de Guarujá do Sul, sobre o qual existe uma edificação em alvenaria, cobertura de Eternit 6mm, aberturas de ferro e madeira, com aproximadamente 91,44m², não averbada, confrontando: ao NORTE, com parte do Lote Rural nº 37, por linha seca, ao SUDESTE, com parte do mesmo lote rural nº 38, por linha seca; ao SUL, com a parte do mesmo lote rural nº 38 por linha seca, e ao NOROESTE, com parte dos lotes rurais 13 e 16, por linha seca, matrícula atual n. 936, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, adquirido por doação do Governo do Estado de Santa Catarina conforme Lei Estadual 11.290, de 28 de

dezembro de 1999.

b) Parte Lote Colonial nº 08 (oito), com área de 2.000,0m², situado na Linha Taquarussu, Município de Guarujá do Sul, sobre o qual existe uma edificação em alvenaria, cobertura de telha de barro, aberturas de vidro, madeira e ferro, com aproximadamente 107,92m², não averbada, confrontando-se ao NORTE, com parte do mesmo lote nº 08, por linha seca, ao SUL, com parte do mesmo lote nº 08, por uma estrada municipal, ao LESTE, com parte do Lote Colonial nº 11, por linha seca e ao OESTE, com parte do mesmo lote nº 08 e por uma estrada municipal, matrícula atual n. 10.925, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca;

c) Parte do Lote Rural nº 99, (Noventa e nove) com área de 2.500,0m², situado na Linha Cembrani, Município de Guarujá do Sul, sem acessões, confrontando-se ao NORDESTE, com uma estrada municipal, ao SUDESTE com parte do mesmo lote rural nº 99, por linha reta e seca; ao SUDOESTE, com parte do mesmo lote rural nº 99 por linha reta e seca e ao NOROESTE, com parte do mesmo lote rural nº 99 por linha reta e seca, matrícula atual n. 7.166, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca;

d) Parte do Lote Rural nº 41, (Quarenta e um) com área de 1.655,0m², situado na linha Cattani, Município de Guarujá do Sul, sobre o qual existe uma edificação em alvenaria, com piso em parquet, aberturas de ferro e cobertura de telhas de barro, com 99,30m², confrontando-se ao NORTE, com parte do mesmo lote rural nº 41, por linha seca, ao LESTE com parte do mesmo lote rural nº 41, por linha seca; ao SUL, com parte do mesmo lote rural nº 41 e por uma estrada municipal e ao OESTE, com parte do mesmo lote rural nº 41 por linha seca, matrícula atual n. 3.701, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca;

e) Parte do Lote Rural nº 27, (Vinte e sete) com área de 850,0m², situado na linha Coronel, Município de Guarujá do Sul, sobre o qual existe uma edificação em alvenaria, com piso em parquet, aberturas de ferro e cobertura de telhas de barro, com 85,30m², confrontando-se ao NORTE, com a Rodovia RGS 258, ao LESTE com parte do mesmo lote rural nº 27; ao SUL, com parte do mesmo lote rural nº 27 e ao OESTE, com parte do mesmo lote rural nº 27, matrícula atual n. 3.861, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca;

f) Parte do Lote Rural nº 06, (seis) com área de 5.000,0m², situado na linha Caravaggio, Município de Guarujá do Sul, sobre o qual existe uma edificação em alvenaria, com piso em parquet, aberturas de ferro e cobertura de telhas de barro, com 100,0m², confrontando-se ao NORTE, com parte do mesmo lote rural nº 06, por linha seca, ao LESTE com parte do mesmo lote rural nº 06, separado por uma estrada municipal GRS 050; ao SUL, com parte do mesmo lote rural nº 06, separado por uma estrada municipal GRS 050, e ao OESTE, com o lote rural nº 10, separado em parte por uma estrada municipal GRS 174, matrícula atual n. 3.915, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca;

g) Parte do Lote Rural nº 04, (quatro) com área de 3.225,0m², situado na linha Possatto Baixo, Município de Guarujá do Sul, sobre o qual existe uma edificação em alvenaria, com piso em parquet, aberturas de ferro e cobertura de telhas de barro, com 100,0m², confrontando-se ao NORTE, com parte do mesmo lote rural nº 04, por linha seca, ao LESTE com parte do mesmo lote rural nº 04, por linha seca; ao SUL, com parte do mesmo lote rural nº 04, por linha seca, e ao OESTE, com parte do lote rural nº 04, separado por uma estrada municipal, matrícula atual n. 3.916, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca;

Parágrafo único. Os imóveis ora desafetados ficam automaticamente traspassados para a categoria de bem dominial, integrando o patrimônio disponível do Município.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,  
em 18 de Outubro de 2017  
66º ano da Fundação e 55º ano da Instalação.

Claudio Júnior Weschenfelder  
Prefeito Municipal.

Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Julio Cesar Della Flora  
Secretario da Administração e Fazenda

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2018

Publicação Nº 1404756

Comunicado Audiência Pública –  
LOA – Lei Orçamentária Anual de 2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, comunica que no próximo dia 20, às 15h00 será realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste Audiência Pública do LOA – Lei Orçamentária Anual de 2018.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2017

Publicação Nº 1405589

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
EXTRATO CONTRATO Nº 051/2017

CONTRATANTE:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:

JOAÇABA AUTO LTDA.

OBJETO: Fornecimento de 02 veículos automotores terrestres, zero quilômetro, ano de fabricação-modelo 2017/2018 e ou superior com capacidade mínima de 05 (cinco lugares) nacional e/ou importado para uso da Secretaria Municipal de Saúde

VALOR R\$ 79.200,00 (Setenta e nove mil e duzentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste (SC), 18 de outubro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito

José Carlos Fuganti  
Pela contratada

### LEI COMPLEMENTAR Nº 355/2017.

Publicação Nº 1405403

LEI COMPLEMENTAR Nº 355/2017.

Altera a redação dos incisos I e III, do artigo 1º, da Lei Complementar nº 354/2017.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º...

I – Rua Sebastião Antônio da Silva, com extensão de 415,13m (quatrocentos e quinze metros e treze centímetros);(pavimentação a paralelepípedos);

III – Estrada municipal Serra Alta, com extensão de 762,00 (setecentos e sessenta e dois metros);(pavimentação asfáltica).

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Complementar nº 354/2017.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, 18 de outubro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1316/2017

Publicação Nº 1405459

PORTARIA Nº 1316/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido conforme requerimento, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora ANA PAULA PEREIRA HOFFMANN (Matr. 4027), a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 17 de outubro de 2017, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Outubro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal



# Ibiam

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 60 - DL - SALETE JUSTINA ZAMPRONNE

Publicação Nº 1405090

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 060/2017

Termo de Contrato, REFERENTE ALUGUEL DE BRINQUEDOS INFLAVEIS, MESA DE PEBOLIM, CAMA ELASTICA, PISCINA DE BOLINHA PARA EVENTO DO DIA DAS CRIANÇAS QUE SE REALIZARÁ NO DIA 01/10/2017 A TARDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa IRMAOS ROS-SATO E CIA LTDA ME, autorizado através do Processo nº 76/2017, Dispensa de Licitação nº. 35/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: SALETE JUSTINA ZAMPRONNE VARGAS

CNPJ: 19.156.075/0001-94

Endereço: Rua Emilio Bergamini, 77 – Bairro Frei Rogerio. Tangara - SC CEP: 89642-000

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE ALUGUEL DE BRINQUEDOS INFLAVEIS, MESA DE PEBOLIM, CAMA ELASTICA, PISCINA DE BOLINHA PARA EVENTO DO DIA DAS CRIANÇAS QUE SE REALIZARÁ NO DIA 01/10/2017 A TARDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 1.225,00 (um mil duzentos e vinte e cinco reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 114

Unidade Orçamentária: Fundo da Infância e Adolescente.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, Conforme o Decreto Municipal 2989/2017, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL dos produtos.

INICIO: 09/2017.

TÉRMINO: 10/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além

da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.  
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 29 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE IBIAM  
IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
SALETE JUSTINA ZAMPRONNE VARGAS

Testemunhas:

Luciane R. Baseggio      Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF – 049.256.219-98      CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO 61 - DL - LUIS ROBERTO DA SILVA**

Publicação Nº 1405153

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 061/2017

Termo de Contrato, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL COM PERSONAGENS INFANTIS, PARA EVENTO DO DIA DAS CRIANÇAS REALIZADO PELO CONSELHO TUTELAR, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa LUIS ROBERTO DA SILVA PASCOAL - MEI, autorizado através do Processo nº 77/2017, Dispensa de Licitação nº. 36/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20  
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: LUIS ROBERTO DA SILVA PASCOAL - MEI  
CNPJ: 15.013.845/0001-99

Endereço: RUA SÃO PAULO, 85 – SANTA GEMA – VIDEIRA - SC  
CEP: 89560-000

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL COM PERSONAGENS INFANTIS, PARA EVENTO DO DIA DAS CRIANÇAS REALIZADO PELO CONSELHO TUTELAR, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

Apresentação Musical: R\$ 2.600,00  
Aluguel de Carrinho de Pipoca e Algodão doce: R\$ 948,00  
Deslocamento: R\$ 100,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 3.648,00 (três mil, seiscentos e quarenta e oito reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 114  
Unidade Orçamentária: Fundo da Infância e Adolescente.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, Conforme o Decreto Municipal 2989/2017, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL dos produtos.

INÍCIO: 09/2017.  
TÉRMINO: 10/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste

Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 29 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE IBIAM

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

LUIS ROBERTO DA SILVA PASCOAL - MEI

Testemunhas:

Luciane R. Baseggio

CPF – 049.256.219-98

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi

Advogado – OAB/SC 32.184

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 62 - DL - ESQUADRIAS ABERFERRO

Publicação Nº 1405159

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 062/2017

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESPELHOS NO TAMANHO 7 MT DE LARGURA X 2 MT DE ALTURA, NO CENTRO DE MULTIPLO USO, PARA SER UTILIZADO NAS OFICINAS OFERECIDAS PELO CRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ESQUADRIAS ABERFERRO LTDA ME, autorizado através do Processo nº 78/2017, Dispensa de Licitação nº. 37/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNPJ-MF nº. 14.760.897/0001-66

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: ESQUADRIAS ABERFERRO LTDA ME

CNPJ: 04.489.065/0001-01

Endereço: RUA MARIA RITA G. DE OLIVEIRA, 132 – CENTRO – IBIAM - SC CEP: 89652-000

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESPELHOS NO TAMANHO 7 MT DE LARGURA X 2 MT DE ALTURA, NO CENTRO DE MULTIPLO USO, PARA SER UTILIZADO NAS OFICINAS OFERECIDAS PELO CRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 5.141,00 (cinco mil Cento e quarenta e um reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 10

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal da Assistência Social

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, Conforme o Decreto Municipal 2989/2017, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal,

certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL dos produtos.

INICIO: 10/2017.

TÉRMINO: 10/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 02 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE IBIAM

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

ESQUADRIAS ABERFERRO LTDA ME

Testemunhas:

Luciane R. Baseggio  
CPF – 049.256.219-98

Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

#### PORTARIA 310 - HOMOLOGA MANG. HIDRÁULICAS

Publicação Nº 1405131

PORTARIA Nº 310, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 036/2017 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 036/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Registro de Preços, cujo objeto visa a aquisição de mangueiras hidráulicas e terminais, e adjudica o objeto licitado à empresa: MECANICA AGRÍCOLA PALAVRO LTDA, inscrita no CNPJ 01.444.735/0001-77 pelo valor total de R\$ 15.079,00.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE OUTUBRO DE 2017.  
IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

## **PORTARIA 311 - REVOGA RECUPERAÇÃO DE CAMINHÃO**

Publicação Nº 1405125

PORTARIA Nº 311, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

DECLARA FRACASSADA CERTAME LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando que referida licitação restou deserta, RESOLVE:

Art. 1º Determina ao setor competente o lançamento de novo certame licitatório.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE OUTUBRO DE 2017.  
IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

## **TERMO ADITIVO - 017 - MARTINI E FRANCISCATTO**

Publicação Nº 1405126

TERMO ADITIVO 017/2017  
CONTRATO ADITADO N.º 012/2016

Terceiro Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA - EPP, Contrato Administrativo 012/2016, Tomada de Preços 003/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: AV 20 de Julho, 649, Bairro: CENTRO CEP: 89652-000

Centro, Ibiã - SC.

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA – EPP

CNPJ-MF n.º. 23.108.271/0001-60

Endereço: Rua Dolores Duram, nº 393, Itoupava Norte, Blumenau – SC,

CEP: 89.052.020

Representada por: ULYSSES MARTINI

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO**

O MUNICÍPIO DE IBIAM e MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA – EPP, na data de 16 de dezembro de 2016, firmaram contrato

de "Prestação de Serviços de Obra de Engenharia", autorizado através do contrato administrativo 012/2016.

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO**

2.1 Considerando que a obra está em fase final de execução;

2.2 Considerando o pedido formulado pela empresa através de requerimento e deferido pelo Prefeito Municipal, o contrato é aditado até 22/11/2017.

### **CLAUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 Devido o Aditivo ser somente de prazo, não há dotação orçamentária.

### **CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1 As demais cláusulas do Contrato 012/2016 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º, Art. 65).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 22 de setembro de 2017.

IVANIR ZANIN  
MUNICÍPIO DE IBIAM  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA – EPP

### **TESTEMUNHAS**

Luciane Baseggio  
CPF: 049.256.219-98

Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF: 490.157.409-30

RAFAEL GONZATTO ARALDI  
Advogado – OAB/SC 32.184

# Ibicaré

## PREFEITURA

### EDITAL TOMADA DE PREÇO 1/2017 CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER E ESPORTE

Publicação Nº 1405213

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2017

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 1/2017

O Município de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Ibicaré inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.448/0001-30, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade de Tomada de Preços, Modalidade: Obras e Serviços de Engenharia, do Tipo Menor Preço GLOBAL sob o regime de execução conforme cronograma físico-financeiro, para a implantação de uma área de lazer e esporte no Município de Ibicaré, com 136,59 m<sup>2</sup>, através de recursos do SEITEC ( Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, à Cultura e ao Esporte) conforme Contrato de Apoio Financeiro nº. 2017TR001308, juntamente com a participação de recursos próprios do Município de Ibicaré-SC. Os envelopes de habilitação e propostas deverão ser entregues até às 09:00 horas do dia 20 de novembro de 2017, no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibicaré, regendo-se o processo licitatório, pela Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e demais legislação vigente pertinente à matéria. e as condições deste Edital de Licitação.

OBJETO: Contratação em regime de empreitada por preço Global de empresa especializada para a execução da Obra de implantação de uma área de Lazer e Esporte no Município de Ibicaré - SC, com 136,59 m<sup>2</sup>, com fornecimento de material e mão de obra dos serviços descritos nos memoriais descritivos planilhas orçamentárias e projetos, que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui estivessem transcritos.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: [licitacao@ibicare.sc.gov.br](mailto:licitacao@ibicare.sc.gov.br), site: [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br), FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 18 de outubro de 2017

Gianfranco Volpato

Prefeito

# Ibirama

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 4.139, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017 - SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1405359

DECRETO nº 4.139, de 10 de outubro de 2017.

“SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e fundamentos no Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.263 de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Por conta do Superávit Financeiro do exercício de 2016 nas fontes de recursos 03000000 – Recursos Ordinários fica suplementado o elemento de despesa a seguir especificado.

05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
001 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
0015.0451.0041.1012 – Pavimentação de Vias Urbanas  
03000000 – Recursos Ordinários  
344900 – Aplicações Diretas ... R\$ 2.000,00  
TOTAL ..... R\$ 2.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de outubro de 2017.

ADRIANO POFFO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
Secretário de Administração e Finanças

# Ilhota

## PREFEITURA

### REPUBLICAÇÃO POR ERRO PORTARIA 009 ILHOTAPREV

Publicação Nº 1404841

PORTARIA nº 009, de 16 de Outubro de 2017.

O Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de Ilhota – ILHOTAPREV, considerando o disposto no Processo Administrativo nº 2017005

#### RESOLVE:

Art. 1º. Anular a portaria n.º 008 de 02 de Setembro de 2017, publicada em 13 de Outubro de 2017, em razão de erro nas datas indicadas em seu texto.

Art. 2º. Conceder aposentadoria voluntária por idade, nos termos do artigo 40, §1º, III, “b” da Constituição Federal do Brasil de 1988 e art. 24 da Lei Complementar 88/2017 a servidora ISOLDE TEREZINHA DEBARBA, detentora da matrícula funcional nº 1405-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ilhota.

Art. 3º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais, considerando o disposto no Processo Administrativo nº 2017005.

Parágrafo Único. A revisão geral anual dos proventos de aposentadoria se dará sem paridade, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2017.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Ilhota, 16 de Outubro de 2017.

João Roberto Vieira

Superintendente

Instituto de Previdência Municipal de Ilhota

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO 02-2017

Publicação Nº 1404953

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2017

APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, DO EXERCÍCIO DE 2015.

FRANCISCO DOMINGOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da sua atribuição legal, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Ilhota, referentes ao exercício financeiro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 18 de outubro de 2017.

Francisco Domingos

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó

Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos santos Fidel

1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Arnoldo Adriano

2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota



# Imarui

## PREFEITURA

### 2º RESULTADO CREDENCIAMENTO – CHAMADA PÚBLICA PMI Nº 005/2017

Publicação Nº 1404757

#### RESULTADO CREDENCIAMENTO – CHAMADA PÚBLICA PMI Nº 005/2017

O Município de Imaruí, através da Secretaria de Educação, vem através deste divulgar o resultado do credenciamento da Chamada Pública nº 005/2017 referente à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução FNDE n.º 26/2013. Fornecedor Local: Sérgio Laurentino (CPF 031.720.059-33), itens 05, 17, 22 e 41.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2017 – SAMAE

Publicação Nº 1404919

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2017 – SAMAE

Dispensa Samae nº 001/2017. Contratante: Samae de Imaruí. CNPJ do Contratado: 15.357.495/0001-88. Contratado: MBC Serviços de Saneamento Ambiental Ltda. Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e do sistema comercial, com fornecimento de equipamento e mão de obra para o Samae. Fundamentação legal: Inciso IV do Art. 24 da Lei 8.666/93. Vigência: 180 dias após assinatura do contrato. Valor total: R\$ 922.347,66 (dividido conforme grupo de trabalho especificado no contrato). Dotação: Proj. Atv.: 2.300 – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.000 – Cód Red.: 08. Proj. Ativ.: 2.301 – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.165 – Cód. Red.: 10. Data de assinatura: 24/04/2017. Signatário pelo Samae: Romoaldo Raimundo, pela contratada: Giselle Pessoa Bianchini do Carmo.

# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 23/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017 (SEMUSA)

Publicação Nº 1405565

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO Nº 23/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde, comunica, que realizará às 16:30 horas, do dia 31 de Outubro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pela Lei complementar nº 147, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE”. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de outubro de 2017

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretária Municipal da SEMUSA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 95/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017 (PMI-SEAD)

Publicação Nº 1405388

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 95/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEAD – Secretaria Municipal de Administração, comunica, que realizará, às 15:30 horas do dia 31 de Outubro de 2017, licitação na modalidade de pregão presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na lei nº 10.520/2002, pela lei complementar nº 123/2006, pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo decreto Nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, decreto Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, pela lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível “AQUISIÇÃO DE MICRO-COMPUTADORES, NOTEBOOKS E THIN CLIENTS COM GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.”

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link portal da transparência.

Imbituba, 19 de outubro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário de Administração

### EXTRATO DE SUSPENSÃO PROCESSO Nº 20/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017 (DEMUTRAN- POLÍCIA MILITAR)

Publicação Nº 1405674

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUTRAN

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial nº. 13/2017, Processo Licitatório nº 20/2017, para revisão do Edital.

Imbituba, 19 de outubro de 2017.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 717/2017

Publicação Nº 1405666

PORTARIA PMI/SEAD Nº 717, de 18 de outubro de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. MÁRIO CÉSAR MAGALHÃES, Fiscal de Obras e Posturas, inscrito no CPF sob o n.º 306.036.689-68, admitido em 01 de agosto de 1982, contrato nº 375, referente ao q- inq- ênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017	06.11.2017 a 03.02.2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de outubro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## Indaial

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2017

Publicação Nº 1405138

ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.32/2017

Processo Licitatório Nº 17/00000158 Pregão Nº 60/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.32/2017 Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, de um lado o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e RG sob nº 4.365.137-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, apartamento 604, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 17/00000158 - Pregão Nº 60/2017, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1.	FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):
1.1	AGROARTES PUBLICIDADE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.675.141/0001-00, estabelecida à RUA DOS PIONEIROS, nº 1082 – Bairro CENTRO, no município de Agrolândia – Santa Catarina.
1.2	FOOT COMERCIAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.397.879/0001-73, estabelecida à RUA GOTTLIEB REIF, nº 68 – Bairro ESCOLA AGRÍCOLA, no município de Blumenau – Santa Catarina.
1.3	MADEVIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.197.303/0001-60, estabelecida à RUA AMANDUS OLSEN, nº 999 – Bairro LENÇOL, no município de Rio Negrinho – Santa Catarina.
1.4	SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.150.434/0001-17, estabelecida à RUA JULIANO LUCCHI, nº 134 – Bairro AREA INDUSTRIAL, no município de Palhoça – Santa Catarina.
1.5	E.L. WESTPHAL SINALIZAÇÕES VIÁRIAS ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.604.388/0001-35, estabelecida à RUA FRIEDA KRUGER, nº 338 – Bairro SALTO DO NORTE, no município de Blumenau – Santa Catarina.
1.6	RD COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.037.457/0001-76, estabelecida à RUA Carlos Eggert, nº – Bairro VILA LALAU, no município de Jaraguá do Sul – Santa Catarina.
2.	DO OBJETO:
2.1.	Aquisição de matérias para sinalização viária do DEMUTTIN.
2.2.	Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.
3.	VALORES REGISTRADOS:
3.1.	Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:
3.1.1.	

## 583626 - AGROARTES PUBLICIDADE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA-ME

Lote: 8 - LOTE 08 - PARAFUSO - PORCA - ARRUELA - PREGO.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
50	PARAFUSO CABEÇA SEXTAVADA ZINCADA 5/16 X 4 COM PORCA.	UNIDADE		600	R\$0,99	R\$594,00
51	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16 X 2.3/4 COM PORCA E ARRUELA COM ROSCA INTEIRA.	UNIDADE		1.000	R\$0,98	R\$980,00
52	PARAFUSO 5/16X3.	UNIDADE		100	R\$1,01	R\$101,00
53	PARAFUSO 5/16 X 2.1/2 SEXTAVADO COM PORCA DE 02 ARRUELAS.	UNIDADE		2.000	R\$0,89	R\$1.780,00
54	PERFILADO 38MM PARAFUSO LENTILHA 5/16 X 1/2	UNIDADE		1.000	R\$0,32	R\$320,00
55	PORCA SEXTAVADA	UNIDADE		2.000	R\$0,29	R\$580,00
56	ARRUELA LISA ZINCADA 5/16.	UNIDADE		3.000	R\$0,19	R\$570,00
57	PREGO 17 X 27	QUILO		10	R\$13,98	R\$139,80
58	PREGO 12 X 12	QUILO		10	R\$21,99	R\$219,90
				Total Lote:		R\$5.284,70
				Total Fornecedor:		R\$5.284,70

## 696757 - FOOT COMERCIAL LTDA ME

Lote: 6 - LOTE 06 - ESPELHO - FITA - ROLO - PINCEL - ESPATULA - ESCOVA.



Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
33	ESPELHO DE SEGURANÇA CONVEXO COM SUPORTE DE ALUMÍNIO DE 80 CM.	UNIDADE		10	R\$409,50	R\$4.095,00
34	Fita em polietileno para sinalização e isolamento de áreas, zebra laranja e branca, com espessura de 0,04 mm, largura de 7 cm e 200 m de comprimento	ROLO		500	R\$11,97	R\$5.985,00
35	FITA KRAFT LARGA CREPADO, SATURADO, COBERTO COM ADESIVO A BASE DE SOLVENTE BORRACHA E RESINAS SINTÉTICAS, MEDINDO 25 X 50M.	UNIDADE		600	R\$12,97	R\$7.782,00
36	Rolo de pintura de lã de carneiro, largura 23 cm, furo do rolo 36 mm e altura do lã 25 mm. (acompanhando 20unid. garfo(aço galvanizado) modelo gaiola para rolos com furo 36 mm. profissional)	UNIDADE		50	R\$23,25	R\$1.162,50
37	Rolo de pintura de lã de carneiro c/ garfo, largura 10 cm e altura do lã 25 mm.	UNIDADE		50	R\$19,11	R\$955,50
38	PINCEL 3/4	UNIDADE		10	R\$2,71	R\$27,10
39	PINCEL 1 1/2	UNIDADE		20	R\$5,30	R\$106,00
40	PINCEL Nº 03.	UNIDADE		10	R\$13,30	R\$133,00
41	PINCEL Nº 04..	UNIDADE		10	R\$18,48	R\$184,80
42	PINCEL CHATO Nº 10.	UNIDADE		10	R\$6,38	R\$63,80
43	PINCEL CHATO Nº 12.	UNIDADE		10	R\$6,94	R\$69,40
44	PINCEL CHATO Nº 08	UNIDADE		10	R\$36,95	R\$369,50
45	PINCEL REDONDO Nº 10.	UNIDADE		10	R\$25,57	R\$255,70
46	PINCEL REDONDO Nº 16.	UNIDADE		10	R\$39,09	R\$390,90
47	ESPATULA DE AÇO INOX	UNIDADE		10	R\$4,19	R\$41,90
48	ESCOVA MANUAL DE ARAME DE AÇO.	UNIDADE		10	R\$7,79	R\$77,90
				Total Lote:		R\$21.700,00

Lote: 9 - LOTE 09 - CONE.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
59	Cone de sinalização: Cone para sinalização e segurança injetado em PVC nas cores laranja ou preto. Possui duas faixas 250 candelas, soldadas eletronicamente no cone. As faixas são confeccionadas em PVC prismático com espessura de 0,25 mm e com forro de PVC com espessura de 0,20 mm. Altura: 75 cm Peso: 2,20 kg	UNIDADE		200	R\$67,50	R\$13.500,00
				Total Lote:		R\$13.500,00
				Total Fornecedor:		R\$35.200,00

757780 - MADEVIA LTDA EPP

Lote: 3 - LOTE 03 - TINTA ACRÍLICA.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
19	Tinta acrílica para demarcação viária cor branca, lata 18 litros conforme NBR 11862:2012. Conforme termo de Referência.	LATA		200	R\$130,97	R\$26.194,00
20	Tinta acrílica para demarcação viária cor amarela, lata 18 litros conforme NBR 11862:2012. Conforme termo de referência.	LATA		100	R\$135,06	R\$13.506,00
				Total Lote:		R\$39.700,00

Lote: 4 - LOTE 04 - TINTA - SOLVENTE - MICROESFERA.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
21	Tinta acrílica para demarcação viária cor preta, lata 18 litros conforme NBR 11862:2012. Conforme termo de referência.	LATA		20	R\$149,50	R\$2.990,00
22	Tinta acrílica para demarcação viária na cor azul, lata 18 litros conforme NBR 11862:2012. Conforme termo de referência.	LATA		10	R\$149,50	R\$1.495,00
23	Solvente para tinta acrílica de demarcação viária lata com 18 litros. Conforme termo de referência.	UNIDADE		100	R\$105,65	R\$10.565,00
24	Microesfera de vidro incolor tipo IIA, atendendo norma ABNT/NBR 16184:2013 - embalagem de 25 kg. Conforme termo de referência.	UNIDADE		150	R\$99,00	R\$14.850,00
				Total Lote:		R\$29.900,00

Lote: 5 - LOTE 05 - TINTA SPRAY - SOLVENTE - TINTA ESMALTE.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
25	TINTA SPRAY PRETA FOSCA 400 ML CAIXA COM 06 UNIDADES.	CAIXA		5	R\$73,35	R\$366,75

26	TINTA SPRAY BRANCA 400 ML CAIXA COM 06 UNIDADES	CAIXA		5	R\$73,35	R\$366,75
27	SOLVENTE ÁGUA RÁS. EMBALAGEM COM MÍNIMO DE 05 LITROS.	GALÃO		30	R\$46,05	R\$1.381,50
28	TINTA ESMALTE SINTETICA BRANCA 3,6LT	LATA		6	R\$66,60	R\$399,60
29	TINTA ESMALTE SINTETICO PRETO FOSCO 3,6L	LATA		10	R\$66,60	R\$666,00
30	TINTA ESMALTE SINTETICO VERMELHO 3,6L	LATA		6	R\$66,60	R\$399,60
31	Tinta esmalte sintética cor azul del rey lata fosca.	LATA		5	R\$66,60	R\$333,00
32	TINTA ESMALTE SINTETICO LARANJA 3,6L	LATA		5	R\$77,35	R\$386,75
				Total Lote:		R\$4.299,95
				Total Fornecedor:		R\$73.899,95

## 758027 - SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA

Lote: 10 - LOTE 10 - PELÍCULA.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
60	Película retrorrefletiva tipo I grau técnico NBR 14644:2013 - na cor laranja com 0,08 mm de espessura e 1,22 m, 7 anos de garantia. Conforme termo de referência.	METRO		20	R\$97,60	R\$1.952,00
61	Película retrorrefletiva tipo III alta intensidade prismática NBR 14644:2013 - na cor amarela com 0,08 mm de espessura e 1,22 m, 10 anos de garantia. Conforme termo de referência.	METRO		40	R\$139,95	R\$5.598,00
62	Película retrorrefletiva tipo III alta intensidade prismática NBR 14644:2013 - na cor branca com 0,08 mm de espessura e 1,22 m, 10 anos de garantia. Conforme termo de referência.	METRO		40	R\$177,27	R\$7.090,80
63	MÁSCARA DE TRANSPARÊNCIA 1M.	UNIDADE		60	R\$41,80	R\$2.508,00
64	Película tipo IV NBR 14644:2013-na cor preta com 0,08 mm de espessura e 1,22 m, 12 anos de garantia. Conforme termo de referência.	METRO		40	R\$116,53	R\$4.661,20
65	Película tipo III alta intensidade prismática NBR 14644:2013 - na cor vermelha com 0,08mm de espessura e 1,22m, 10 anos de garantia. Conforme termo de referência	METRO		40	R\$177,25	R\$7.090,00
				Total Lote:		R\$28.900,00
				Total Fornecedor:		R\$28.900,00

## 851078 - E.L. WESTPHAL SINALIZAÇÕES VIÁRIAS ME

Lote: 1 - LOTE 01 - PLACAS

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Placa de sinalização complementar de regulamentações informações complementares cfme legislação CTB - 0,50 x 0,20 m. confeccionada em chapa de aço galvanizado nº 18, com 1,25 mm de espessura, verso fundo pintado com tinta anticorrosiva, na cor preto fosco, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: telefone de contato, número e ano da licitação. Algarismos pretos adesivados com película tipo IV 12 anos, fundo branco adesivado com película retrorrefletiva com alta intensidade prismática tipo III 10 anos. Conforme solicitação do Demuttin. Conforme termo de referência.	UNIDADE		60	R\$15,00	R\$900,00
2	Placa de sinalização complementar de advertência - informações complementares conforme legislação CTB - 0,50 x 0,20 m - confeccionada em chapa de aço galvanizada nº 18, com 1,25 mm de espessura, verso fundo pintado com tinta anticorrosiva, na cor preta fosco, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: telefone de contato, número e ano da licitação. Orla preta adesivado com película tipo IV 12 anos, fundo amarelo adesivado com película retrorrefletiva com alta intensidade tipo III 10 anos. Conforme solicitação do Demuttin. Conforme termo de referência.	UNIDADE		50	R\$15,00	R\$750,00
3	Placas informações complementares conforme legislação CTB 0,50 x 0,20 m confeccionada em chapa de aço galvanizada nº 18 com 1,25 mm verso fundo pintado com tinta anticorrosiva na cor preta fosca, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação, telefone de contato, número e ano da licitação; [mensagem] estacionar - art.181 XVII - em desacordo com as condições regulamentadas especificamente pela sinalização: infração - grave = 5pts; penalidade - multa = R\$ 195,93; medida administrativa - remoção do veículo. algarismos pretos, orla vermelha, adesivados com película refletiva grau 7 anos fundo branco adesivado com película refletiva grau técnico prismático tipo III-AI. Conforme termo de referência.	UNIDADE		20	R\$15,00	R\$300,00

4	Placa de identificação de limite de município conforme resolução nº 486/2014 - CONTRAN, medindo 1,00 m x 0,70 m. Confeccionada em chapa de aço galvanizada nº 18, com 1,25 mm de espessura; verso fundo pintado com tinta anticorrosiva, na cor preta fosca, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: telefone de contato, número e ano da licitação. Fundo azul munsell película retrorrefletiva tipo I 7 anos, código 5pb2/8, orla e escrita branca adesivado com película retrorrefletiva com alta intensidade prismática tipo III 10 anos. Conforme solicitação do Demuttin. Conforme termo de referência.	UNIDADE	10	R\$135,00	R\$1.350,00
5	Placa educativa cfme legislação do ctb 1,00 x 2,00 M [mensagem] "terminal rodoviário - prefeito Werner pabst" confeccionada em chapa de aço galvanizada nº 18, com 1,2 mm de espessura; verso fundo pintado com tinta anticorrosiva, na cor preta fosca, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: telefone de contato, número e ano da licitação; orla e letras brancas adesivadas com película retrorrefletiva com alta intensidade tipo III 10 anos; fundo azul Munsell adesivada com película retrorrefletiva grau técnico tipo I 7 anos. suporte: rígido em aço galvanizado com duas colunas de aço 1010/20 diâmetro 2", parede mínima 2,5 mm, extensão 3500 mm, fechado numa extremidade, com tratamento anticorrosivo, galvanizado a fogo, interno e externo, NBR6323:2016 pintado tinta epox cor preta, parafusos (francês)/ arruela/porca inox, tamanho compatível com a fixação placa/ coluna. conforme solicitação do Demuttin. Conforme termo de referência.	UNIDADE	2	R\$410,00	R\$820,00
6	Placa de sinalização de regulamentação - cfme Legislação CTB - 0,50 m de diâmetro, confeccionada em chapa de aço galvanizado nº 18, com 1,25 mm de espessura, verso fundo pintado com tinta anticorrosiva, na cor preto fosco, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: telefone de contato,número e ano da licitação. Algarismos setas, letras e símbolos pretos adesivado com película tipo IV 12 anos, fundo branco adesivado com película retrorrefletiva alta intensidade tipo III 10 anos. Conforme solicitação do Demuttin. Conforme termo de referência.	UNIDADE	150	R\$46,00	R\$6.900,00
7	Placa de sinalização de regulamentação - R1 - cfme legislação CTB - 50 cm. Confeccionada em chapa de aço galvanizado nº 18, com 1,25 mm de espessura, verso fundo pintado com tinta anticorrosiva, na cor preto fosco, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: telefone de contato, número e ano da licitação. Letra e orla adesivado com película retrorrefletiva de alta intensidade prismática tipo III 10 anos, fundo adesivado com película retrorrefletiva grau técnico tipo I 7 anos. Conforme solicitação do Demuttin. Conforme termo de referência.	UNIDADE	80	R\$47,00	R\$3.760,00
8	Placa de serviço auxiliar conforme CTB, 0,40 x 0,60 m, confeccionada em chapa de aço galvanizada nº 18, com 1,2 mm de espessura; verso fundo pintado com tinta anticorrosiva, na cor preta fosca, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: telefone de contato, número e ano da licitação, quadro interno branco adesivado com película retrorrefletiva com alta intensidade prismática tipo III 10 anos; pictograma preto adesivada com película tipo IV 12 anos, fundo adesivado com película retrorrefletiva grau técnico tipo I 7 anos. Conforme solicitação do Demuttin. Conforme termo de referência.	UNIDADE	40	R\$45,00	R\$1.800,00
9	Placa retangular cfme legislação CTB 0,60 x 0,80 com regulamentação R6-b - mensagem complementar "idoso" - "deficiente físico" - [mensagem] obrigatório o uso do cartão". Confeccionada em chapa de aço galvanizada nº 18, com 1,25 mm de espessura; verso fundo pintado com tinta anticorrosiva, na cor preta fosca, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: telefone de contato, número e ano da licitação; algarismos pretos adesivados com película tipo IV 12 anos, complementação, símbolo azul na placa de deficiente físico, ambos adesivados com película retrorrefletiva grau técnico tipo I- 7 anos. Fundo branco adesivado com película retrorrefletiva com alta intensidade prismática tipo III 10 anos. Cfme solicitação do Demuttin, quantia variável com o complemento idoso ou deficiente físico. Conforme termo de referência.	UNIDADE	60	R\$90,00	R\$5.400,00
10	Placa de sinalização de advertência - cfme legislação CTB - 0,50 m de lado - confeccionada em chapa de aço galvanizada nº 18, com 1,25 mm de espessura, verso fundo pintado com tinta anticorrosiva, na cor preta fosco, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: telefone de contato, número e ano da licitação. Orla preta adesivado com película tipo IV 12 anos, fundo amarelo adesivado com película retrorrefletiva com alta intensidade tipo III 10 anos. Conforme solicitação do Demuttin. Conforme termo de referência.	UNIDADE	200	R\$47,00	R\$9.400,00



11	Placa retangular conforme legislação do CTB 0,50 x 0,80 m com regulamentação R6-b - [mensagem complementar] "motos, ciclos e similares - art. 181XVIII - em desacordo com as condições regulamentadas especificamente pela sinalização: infração - grave = 5pts; penalidade - multa R\$ 195,23; medida administrativa - remoção do veículo". Confeccionada em chapa de aço galvanizada Nº 18, com 1,25 mm de espessura verso fundo pintado com tinta anticorrosiva na cor preta fosca, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: telefone de contato, Número e ano da licitação. Algarismos adesivado com película tipo IV 12 anos, orla vermelha na complementação adesivado com película retrorrefletiva grau técnico tipo I - 7 anos. Fundo Branco adesivado com película retrorrefletiva com alta intensidade prismática tipo III 10 anos. Conforme solicitação do Demuttin. Conforme termo de referência.	UNIDADE		30	R\$75,00	R\$2.250,00
12	Placa complementar - "início" e "término" conforme Legislação do CTB - 15 x 50M - confeccionada em Chapa de aço galvanizado nº 18, com 1,25 mm de Espessura, verso fundo pintado com tinta anticorrosiva, na cor preto fosco, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: telefone de contato, número e ano da licitação. Letra adesivado com película tipo IV - 12 anos. Fundo branco adesivado com película retrorrefletiva grau técnico tipo I 7 anos. Conforme solicitação do Demuttin. Conforme termo de referência.	UNIDADE		140	R\$13,00	R\$1.820,00
13	Placa de sinalização de regulamentação - R2 - cfme legislação CTB- lado 75 cm e orla 10cm. Confeccionada em chapa de aço galvanizado nº 18, com 1,25 mm de espessura, verso fundo pintado com tinta anticorrosiva, na cor preto fosco, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: telefone de contato, número e ano da licitação. Letra e orla adesivado com película retrorrefletiva de alta intensidade prismática tipo III 10 anos, fundo adesivado com película retrorrefletiva grau técnico tipo I 7 anos. Conforme solicitação do Demuttin. Conforme termo de referência.	UNIDADE		20	R\$105,00	R\$2.100,00
14	Plotagem de placa de orientação de destino, tipo aérea, cfm CTB 2,00 x 1,00 m. verso fundo pintado com tinta anticorrosiva, na cor preta fosca, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: Telefone de contato, número e ano da licitação; orla, tarja, seta letra algarismo e símbolo adesivado com película retrorrefletiva com alta intensidade prismática tipo III 10 anos; pictograma preto adesivado com película tipo IV 12 anos, fundo Adesivado com película retrorrefletiva grau técnico tipo I - 7 anos. Conforme solicitação do Demuttin. A chapa de aço galvanizada nº 18 com 1,25mm de Espessura será fornecida pelo Demuttin. Conforme termo de referência.	UNIDADE		10	R\$385,00	R\$3.850,00
15	Placa retangular conforme legislação do CTB 0,50 x 0,80 m com regulamentação R6-b -[mensagem complementar] estacionamento oblíquo - proibido motos - art. 181 XVII - em desacordo com as condições regulamentadas especificamente pela sinalização: infração - GRAVE- 5 PTS; penalidade -multa R\$195,23 medida administrativa - remoção do Veículo". Confeccionada em chapa de aço galvanizada nº 18, com 1,25 mm de espessura; verso fundo pintado com tinta anticorrosiva, na cor preta fosca, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: telefone de contato, número e ano da Licitação. Algarismos adesivado com película tipo IV 12 anos orla vermelha na complementação adesivado com película retrorrefletiva com grau técnico tipo I- 7 anos. Fundo branco adesivado com película retrorrefletiva com alta intensidade prismática tipo III 10 anos. Conforme solicitação do Demuttin. Conforme termo de referência.	UNIDADE		20	R\$75,00	R\$1.500,00
16	Placa retangular conforme legislação do CTB 0,50 x 0,80 m com regulamentação R6-b - [mensagem complementar] "carga e descarga - art. 181 XVII - em desacordo com as condições Regulamentadas especificamente pela sinalização: Infração- GRAVE = 5 PTS; penalidade - multa R\$ 195,23; medida administrativa - remoção do veículo. Confeccionada em chapa de aço galvanizada nº 18, com 1,25 mm de espessura; verso fundo pintado com tinta anticorrosiva, na cor preta fosca, adesivado informação da empresa ganhadora da licitação: telefone de contato, número e ano da licitação. Algarismos adesivado com película tipo IV 12 anos, orla vermelha na complementação adesivado com película retrorrefletiva grau técnico tipo I- 7 anos. Fundo branco adesivado com película retrorrefletiva com alta intensidade prismática tipo III 10 anos. Conforme solicitação do Demuttin. Conforme termo de referência.	UNIDADE		20	R\$75,00	R\$1.500,00
				Total Lote:		R\$44.400,00
Lote: 7 - LOTE 07 - PRISMAS.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
49	Prismas de concreto, conforme termo de referência	UNIDADE		100	R\$49,00	R\$4.900,00

					Total Lote:	R\$4.900,00
					Total Fornecedor:	R\$49.300,00
911470 - RD COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI ME						
Lote: 2 - LOTE 02 - COLUNA TUBULAR.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
17	Coluna tubular em aço tipo SAE 1010/20, diâmetro externo de 2", parede mínima 2,5 mm extensão de 3000 mm, fechado numa extremidade, c/ tratamento anticorrosivo, galvanizada a fogo, interno e externo, norma técnica ABNT NBR 6323:2016.	UNIDADE		400	R\$70,79	R\$28.316,00
18	Coluna tubular em aço tipo SAE 1010/20, diâmetro externo de 2", parede mínima 2,5 mm extensão de 3500 mm, fechado numa extremidade, c/ tratamento anticorrosivo, galvanizada a fogo, interno e externo, norma técnica ABNT NBR 6323:2016.	UNIDADE		150	R\$90,85	R\$13.627,50
					Total Lote:	R\$41.943,50
					Total Fornecedor:	R\$41.943,50
					Total Homologação:	R\$234.528,15

3.2.	Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.
4.	REAJUSTE DE PREÇOS:
4.1.	Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
4.2.	Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
5.	EXECUÇÃO DAS COMPRAS:
5.1.	As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
5.1.1.	A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da descrição básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
5.1.2.	O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
5.2.	O OGRP realizará as compras parceladamente.
5.3.	Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.
6.	FISCALIZAÇÃO:
6.1.	O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
6.2.	À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
6.2.2.	Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
6.2.3.	6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
6.2.4.	Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
6.3.	O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.
7.	PRAZO DE VALIDADE:
7.1.	O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
8.	OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:



8.1.		Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
8.2.		Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
8.3.		Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
8.4.		Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
8.5.		Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
8.6.		Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
8.7.		Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
8.8.		8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 158/2017 - Edital de Pregão nº 60/2017.
9.		<b>OBRIGAÇÕES DO OGRP:</b>
9.1.		Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
9.2.		Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
9.3.		Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
9.4.		Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.
10.		<b>SANÇÕES:</b>
10.1.		Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
10.2.		Multa, de acordo com os seguintes critérios:
	a)	No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
	b)	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
	c)	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
	d)	No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
	e)	Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
	f)	Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
	g)	No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
10.3.		Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
10.4.		Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
	a)	Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
	b)	Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

	c)	Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
	d)	Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
10.5.		O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
11.		RESCISÃO DA ATA:
11.1.		Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
	a)	descumprir as condições da ata de registro de preços;
	b)	não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
	c)	não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
	d)	sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.
11.2.		Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.
12.		DISPOSIÇÕES GERAIS:
12.1.		Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
12.2.		Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
12.3.		A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
12.4.		O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.
13.		FORO:
13.1.		O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.
14.		LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
14.1.		Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
	a)	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
	b)	Lei Orgânica do Município de Indaial;
	c)	Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
	d)	Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
	e)	Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
	f)	Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
	g)	Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
	h)	Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
	i)	Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
	j)	Decreto Municipal no 654/2014.
15.		AS PARTES:

15.1.	Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.
-------	---

Indaial/SC, em 16 de outubro de 2017.

MUNICIPAL DE INDAIAL André Luiz Moser Prefeito Municipal	
AGROARTES PUBLICIDADE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA-ME VICENTE CELESTINO POLONI Representante	FOOT COMERCIAL LTDA ME TELMO NAZARIO Representante
MADEVIA LTDA EPP WILSON BAIER Representante	SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA LUIZ HENRIQUE MOREIRA Representante
E.L. WESTPHAL SINALIZAÇÕES VIÁRIAS ME LICELI WESTPHAL Representante	RD COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI ME ALEXANDRE INNOCENTI ORTIZ Representante
Testemunhas:	
Assinatura:	
Nome Legível:	
CPF:	
Assinatura:	
Nome Legível:	
CPF:	

## CONTRATO Nº 185/2017

Publicação Nº 1405149

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 185/2017

CONTRATADA: ANA CRISTINA NAZARI.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a locação de um imóvel para instalação da sede administrativa do 3º Pelotão da Polícia Militar.

VALOR: R\$ 38.400,00

PRAZO: 02 de outubro de 2017 a 02 de outubro de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 02/10/2017.

## LEI Nº 5481/2017

Publicação Nº 1405128

. LEI Nº 5481

. de 09 de outubro de 2017

OFICIALIZA O "FIM DE SEMANA DO SOM AUTOMOTIVO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(Autoria: Vereador Flávio Augusto Ferri Molinari).

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica oficializado o "FIM DE SEMANA DO SOM AUTOMOTIVO", no município de Indaial.

Art. 2º - O evento acontecerá anualmente, no terceiro fim de semana do mês de agosto.

Parágrafo único – A organização do evento poderá ser promovida por entidades privadas em parceria com o poder público.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 09 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RODRIGO KOENIG FRANÇA MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Procurador-Geral do Município Chefe de Gabinete

**RESCISÃO AO CONTRATO Nº 060/2016**

Publicação Nº 1405190

**RESCISÃO AO CONTRATO Nº 060/2016**

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH – DEMUTTIN – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CARRERA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 72.378.102/0001-56, com sede na Rua Itajaí, nº 869, Bairro Vorstadt, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal Sr. Lívio Utech, brasileiro, casado, inscrito sob CPF nº 380.459.319-49 e Cédula de Identidade nº 3/R 888.375-SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Presidente Costa e Silva, nº 2.566, Bairro Testo Rega, na cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, resolvem rescindir o Contrato nº 060/2016, firmado em 05 de abril de 2016, nos termos que segue:

1 - O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir de 16 de outubro de 2017, conforme artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e cláusula décima terceira, item 13.2.2., do contrato, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de rescisão em 04 (quatro) vias de igual teor, forma e para os mesmos fins.

Indaial/SC, em 06 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	CARRERA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA Lívio Utech Contratada
---	--

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Sílvia César da Silva Secretário Municipal	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Ozinil Martins de Souza Secretário Municipal
FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Katiúscia Simone Harbs Secretária Municipal	FUNDO MUN. DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Isold Thurow Secretário Municipal	FUND. MUN DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Márcio Moisés Selhorst Diretor Executivo
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Fabiano dos Santos Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**RESCISÃO AO CONTRATO Nº 235/2014**

Publicação Nº 1405209

**RESCISÃO AO CONTRATO Nº 235/2014**

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, FROTA SIM LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 81.632.283/0001-96, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 500, bairro Estreito, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Nery Inácio Ezequiel Barth, brasileiro, gerente-geral, inscrito no CPF sob nº 009.079.149/50 e Cédula de Identidade nº 4.120.352, residente na Rua General Estilac Leal, nº 260,

bairro Coqueiros, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, resolvem rescindir o Contrato nº 235/2014, firmado em 27 de agosto de 2014, nos termos que segue:

1 - O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir de 11 de outubro de 2017, conforme artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e cláusula décima terceira, item 13.2.2., do contrato, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de rescisão em 03 (três) vias de igual teor, forma e para os mesmos fins.

Indaial/SC, 06 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	FROTA SIM LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA Nery Inácio Ezequiel Barth Contratada
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Sílvia César da Silva Secretário Municipal	SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Fabiano dos Santos Secretário Municipal
FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Ozinil Martins de Souza Diretor Executivo Interino	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Márcio Moisés Selhorst Diretor Executivo

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Rodrigo Koenig França  
OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

## TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 153/2017

Publicação Nº 1405154

### 1 TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 153/2017

1 O MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Elaine Cristine Theilacker, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 049.530.699-19 e Cédula de Identidade nº 4465714-5 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Adolfo Michel, nº 175, bairro Estrada das Areias, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL – INDAPREV, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.855.180/0001-32, com sede à Rua Castelo Branco, nº 109, Sala 02, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Salvador Bastos, Diretor-Presidente do INDAPREV, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 146.753.159-68 e Cédula de Identidade nº 335.110-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 6.459, bairro Estrada das Areias, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM, pessoa jurídica de direito privado, associação civil de caráter educativo, científico e cultural, sem fins lucrativos, conforme estabelece seu Estatuto, reconhecido de utilidade pública pelo Governo Federal (Decreto nº 34.661, de 19 de novembro de 1953, ratificado pelos Decretos s/nº de 27 de maio de 1992 e de 26 de agosto de 1992) e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 2.149, de 04 de agosto de 1993), de fins filantrópicos pelo Conselho Nacional de Serviço Social (Certificado de 8 de maio de 1974), com inscrição também no Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, registro no CNPJ (Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas) sob nº 33645482/0001-96, sediado na cidade do Rio de Janeiro, na Rua do Rosário, nº 72, com entrada pela Rua Buenos Aires, nº. 19, Centro, Rio de Janeiro, RJ, neste ato representado por seu Superintendente Geral, Sr. Paulo Timm, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob nº 457.512.429-04 e Cédula de Identidade sob nº 2/R 849.400, residente à Rua Negreiros Lobatto, nº 30, apto 104, Bairro Lagoa, na cidade do Rio de Janeiro – Estado de Rio de Janeiro, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei

Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

2

### 3 CLÁUSULA PRIMEIRA:

4

5 Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 153/2017 visa a inclusão da FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Elaine Cristine Theilacker, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 049.530.699-19 e Cédula de Identidade nº 4465714-5 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Adolfo Michel, nº 175, bairro Estrada das Areias, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, bem como do INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL – INDAPREV, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.855.180/0001-32, com sede à Rua Castelo Branco, nº 109, Sala 02, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Salvador Bastos, Diretor-Presidente do INDAPREV, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 146.753.159-68 e Cédula de Identidade nº 335.110-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 6.459, bairro Estrada das Areias, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina.

### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

6 Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

7

8 Indaial/SC, em 23 de agosto de 2017.

9 MUNICÍPIO DE INDAIAL 10 André Luiz Moser 11 Prefeito	12 INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL 13 Paulo Timm 14 Superintendente Geral
15 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS 16 Sílvio César da Silva 17 Secretário Municipal	18 FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS 19 Elaine Cristine Theilacker 20 Diretora Executiva
21 INSTITUTO DE APOSENTADORIA PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL – INDAPREV 22 Salvador Bastos 23 Diretor Presidente	24 PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO 25 Rodrigo Koenig França 26 OAB/SC 47.689

27 Testemunhas:

28

29 Assinatura:

30 Nome Legível

31 CPF.:

32 Assinatura:

33 Nome Legível

34 CPF.:

## TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONVÊNIO Nº 001/2017

Publicação Nº 1405152

### 1 TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONVÊNIO Nº 001/2017

1 O MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato por sua representante legal Sra. Katiuscia Simone Harbs, brasileira, Secretária de Assistência Social, inscrita no CPF sob nº 796.531.979-91 e Cédula de Identidade nº 2.967.699, residente e domiciliada à Rua Vitória, nº 99, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONVENIADO, e o, MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1069, bairro Centro, na cidade de Rodeio – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Paulo Roberto Weiss, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 765.097.459-68 e Cédula de Identidade nº 30676746, residente e domiciliado na rua Barão do Rio Branco, nº 2493, bairro Gávea, na cidade de Rodeio – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONVENIENTE, com fundamento na Lei Municipal nº 4.989, de 04 de junho de 2014 e Lei Municipal nº 5.246, de 11 de dezembro de 2015, firmam o presente Termo Aditivo de Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

2

3 CLÁUSULA PRIMEIRA:

4

5 Diante da solicitação de prorrogação de prazo em anexo, a cláusula quinta, do convênio, que tem como objeto o acolhimento de duas Adolescentes na Casa de Acolhimento denominada "Abrigo Institucional Ademir Keunecke", conforme Artigo 5º, Parágrafo Único, da Lei Municipal nº 5.246/2015, passa vigorar da seguinte forma:

6

1 CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DO CONVÊNIO

7

8 O prazo do presente Convênio será de 14 de outubro de 2017 até 13 de janeiro de 2018, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do convênio original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

9 Por estarem justas e convenientes, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

10

11 Indaial (SC), 13 de outubro de 2017.

12

13

14

15 MUNICÍPIO DE INDAIAL	18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
16 André Luiz Moser	19 Katiúscia Simone Harbs
17 Conveniado	20 Conveniado

21

22

23

24 MUNICÍPIO DE RODEIO	27 PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
25 Paulo Roberto Weiss	28 Rodrigo Koenig França
26 Conveniente	29 OAB/SC 47.689

30

31

32

33 Testemunhas:

34

35

36 Assinatura:

37 Nome Legível

38 CPF.:

39

40

41 Assinatura:

42 Nome Legível

43 CPF.:



# Iporã do Oeste

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2017

Publicação Nº 1404911

“EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/2017, QUE INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS NA RUA JOSÉ SCALABRIM E PEDRO KOSSMANN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO HECK, Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Vereadores de Iporã do Oeste/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 80-A, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, CONVOCA os moradores de abrangência das Ruas José Scalabrim e Pedro Kossmann e comunidade em geral do Município de Iporã do Oeste para a AUDIÊNCIA PÚBLICA de apresentação e discussão do Projeto de Lei Complementar 009/2017, que Institui Contribuição de Melhorias e dá outras providências. A Audiência Pública, objeto desta convocação, será realizada em data, horário e local a seguir definidos:

DATA: 30/10/2017

HORÁRIO: 19h00min.

LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste/SC.

Iporã do Oeste – SC, 17 de outubro de 2017.

Mário Heck

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Vereadores de Iporã do Oeste/SC



# Ipuacú

## PREFEITURA

### 3 ADTO CT PREF 79/2014

Publicação Nº 1404839

DATA DESTE TERMO ADITIVO: 06/10/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº 79 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

CONTRATADA: DE MARCHI SERVIÇOS DE LOCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 06.216.142/0001-77,

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações; e também Processo Licitatório PREF 52/2014, Carta Convite PREF nº 12/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Consiste o presente aditivo na alteração de vigência constantes nas Cláusulas Sexta do Contrato Pref n. 79 de outubro de 2014.

Agora, passa a ser de 48 meses (quarenta e oito meses), ou seja, de 07 de outubro de 2014 que foi a data de assinatura do contrato original, à 05 de outubro de 2018, podendo ser prorrogado por interesse público, mediante Termo Aditivo devidamente justificado.

### DECRETO 263 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017. REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO PREF 60/2017, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO PREF 10/2017.

Publicação Nº 1405174

DECRETO 263

DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO PREF 60/2017, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO PREF 10/2017.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e Considerando a necessidade de adequação da legislação municipal em relação ao Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores públicos municipais;

Considerando a disposição da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal a qual prevê que "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial";

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado Processo Licitatório PREF 60/2017, modalidade de Tomada de Preço PREF 10/2017, com data de 16 de outubro 2017, o qual tem por objeto a seleção de propostas para contratação de empresa especializada para realização organização e operacionalização de Concurso Público de provas objetivas e de prova e títulos e prova prática para a admissão de servidores, para preenchimento de vagas para a Prefeitura Municipal de Ipuacú-SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú-SC, em 18 de outubro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO

Advogado-MAT nº. 704

### DECRETO Nº 262 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017. PROMOVE RETIFICAÇÃO DO DECRETO 254 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1405170

DECRETO Nº 262

DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

PROMOVE RETIFICAÇÃO DO DECRETO 254 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes na Legislação em vigor;

DECRETA:

Art. 1º. Fica retificado o Art. 1º do Decreto 254 de 05 de outubro de 2017, sendo a carga horária da servidora MARIA SAUGO, ocupante do cargo de Professor II, 20 horas semanais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú-SC, em 16 de outubro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

### PORTARIA Nº 188 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017. DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ATUAR COMO ENTREVISTADOR DO CADASTRO ÚNICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Publicação Nº 1405177

PORTARIA Nº 188

DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ATUAR COMO ENTREVISTADOR DO CADASTRO ÚNICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público ADAIR PALIANO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, para responder a partir desta data, pela função de Entrevistador do Cadastro Único do Programa Bolsa Família.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu- SC, em 17 de outubro de 2017.  
CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuauçu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 189 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.**

Publicação Nº 1405179

PORTARIA Nº 189  
DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MU-  
NICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita Municipal de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar nº 026, de 09 de junho de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias a Servidora abaixo relacionada, no período que especifica, conforme atestado médico apresentado nesta data:

SERVIDORA	CARGO	PERÍODO
LUANA COSTA MARIN	Professor II – 40h	16/10/2017 à 14/04/2018

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data, com efeitos retroativos ao dia 16 de outubro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu- SC, em 17 de outubro de 2017.  
CLORI PEROZA  
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretária de administração e fazenda

**REVOGAÇÃO PL PREF 60.2017 TP PREF 10.2017**

Publicação Nº 1405241

**EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que REVOGA Processo Licitatório PREF n.60/2017, Tipo Tomada de preços PREF n. 10/2017, (técnica e preço).

Entrega de envelopes: Até às 08h30min de 21 de novembro

Objeto: Consiste na seleção de propostas para contratação de empresa especializada para realização organização e operacionalização de Concurso Público de provas objetivas e de prova e títulos e prova prática para a admissão de servidores, para preenchimento de vagas para a Prefeitura Municipal de Ipuauçu-SC, compreendendo todas as fases conforme especificação e quadro de cargos constante no Anexo I - Termo de referência deste edital. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável Sumula 473 STF. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuauçu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuauçu - SC, em 18 de outubro de 2017.

CLORI PEROZA  
Prefeita Municipal

# Ipumirim

## PREFEITURA

### DECRETO N. 2.317 DE 17 DE OUTUBRO DE 2.017

Publicação Nº 1405199

DECRETO Nº 2.317 de 17 de outubro de 2.017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 43.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.788 de 17 de outubro de 2.016 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.017 – LDO e dá outras providências e combinado com os incisos I e II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I ao III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.793 de 14 de dezembro de 2.016, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.017 – LOA,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 29, Projeto/Atividade 26.782.0026.1.033 - Infra-Estrutura para o Trânsito de Pessoas e Mercadorias, elemento 4490000000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 33.000,00.

II - Código reduzido 31, Projeto/Atividade 10.301.0005.1.041 - Estruturação e modernização da Saúde Pública, elemento 4490000000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.3.0066 - SUS Vigilância em Saúde, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 10.000,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 43.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 33.000,00.

II - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0066 - SUS Vigilância em Saúde, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 10.000,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 43.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 10 de outubro de 2.017.

Ipumirim-SC, 17 de outubro de 2.017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

### DECRETO N. 2.318 DE 17 DE OUTUBRO DE 2.017

Publicação Nº 1405203

DECRETO Nº 2.318 de 17 de outubro de 2.017

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO TOTAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO VALOR DE R\$ 333.000,00.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II e § 2º do artigo 34 da Lei 1788/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.017 – LDO e dá outras providências e inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal 1.809 de 11 de outubro de 2.017,

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito especial:

I - Código reduzido 136, Projeto/Atividade 20.606.0004.2.014 - Ações de Parceria com Associações de Agricultores, elemento 3390000000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 333.000,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 333.000,00

Art. 2º O crédito especial constante no artigo anterior será aberto por conta da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

I - Código reduzido 70, Projeto/Atividade 20.606.0004.2.014 - Ações de Parceria com Associações de Agricultores, elemento 3350000000000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 333.000,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 333.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 17 de outubro de 2.017.

Ipumirim-SC, 17 de outubro de 2.017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

# Irati

## PREFEITURA

### **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2017 - FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICÍPIO DE IRATI/SC E F.M.S. DE IRATI/SC**

Publicação Nº 1405507

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 065/2017

Processo Licitatório Nº 065/2017

Edital: Tomada de Preços Nº 004/2017

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA – MUNICÍPIO DE IRATI/SC E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 08.11.2017

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 08.11.2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, pelo site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br), ou através de do e-mail: [irati@irati.sc.gov.br](mailto:irati@irati.sc.gov.br)

Irati – SC, 16 de outubro de 2017.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 32/2017 - FMS

Publicação Nº 1404850

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 32/2017

Contratante – Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratado – MATERNIDADE E CIRURGIA NOSSA SENHORA DO RÓCIO S.A.

Objeto - "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS ELETIVAS E EXAMES ESPECIALIZADOS ELETIVOS EXCEDENTES AO OFERTADO PELO GESTOR ESTADUAL DO SUS, O QUE OCORRE TARVÉS DAS RESPECTIVAS CENTRAIS DE REGULAÇÃO, DESTINADO A POPULAÇÃO DE IRINEÓPOLIS, PARA O PERÍODO DE 12 MESES".

Valor –R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Vigência – 03/10/2017 a 02/10/2018.

Base Legal – Procedimento de Licitação nº 19/2017, modalidade Pregão Presencial n.º 07/2017, Lei 8.666/93 consolidada.

Giseli Kempinski

Gestora do FMS

– Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até o dia 04/10/2018.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Facultado pelo artigo 65, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Sétima do Contrato nº 26/2016, o presente Termo Aditivo não sofrerá reajuste.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 05 de outubro de 2017.

GISELI KEMPINSKI GESTORA DO FUNDO MUNICI- PAL DE SAÚDE	ALFREDO ROEDER JUNIOR OLOS TECNOLOGIA LTDA EPP
Contratante	Contratada
Testemunhas:	

### CONTRATO Nº 34/2017 - FMS

Publicação Nº 1405297

CONTRATO Nº 34/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

1º Termo Aditivo ao Contrato de Serviço de processamento de Dados nº 26/2016, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Olos Tecnologia Ltda EPP.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, de ora em diante denominado de Contratante; de outro lado a empresa Olos Tecnologia Ltda EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 85.260.354/0001-28, com sede a rua Tufie Mahfud, nº 210, sala 301,303 e 304, Centro, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Alfredo Roeder Junior, sob o CPF nº 516.083.089-87 e RG nº 1.041.162-3 SSP/SC, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 05/2016, modalidade Pregão Presencial n.º 02/2016, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima do Contrato nº 26/2016, de acordo com o Ofício nº 570/2017, da Senhora Giseli Kempinski, Gestora do FMS, e deferido em 03 de outubro de 2017, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira

Nome: Gessica Greschechen

CPF: 072.218.599-57

Nome: Josilaine Montoski

CPF: 081.276.439-04

### DECRETO N.º 3.300/2017

Publicação Nº 1404883

DECRETO Nº 3.300 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 04 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, à ASSOCIAÇÃO FORÇA DA NATUREZA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.575.432/0001-56, com sede situada na Localidade de Pé da Serra, Município de Irineópolis – SC, o uso de:

- 01 LAMINA NIVELADORA REVERSÍVEL 2,50 MT – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6832;
- 01 ARADO SUBSOLADOR 05 HASTES SEM DISCOS – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 8682;
- 01 PLAINA TRASEIRA PL285 2,5M KOHLER, LT 1640 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10093;
- 01 DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO 3000KG IAC, Nº DE SÉRIE 2258 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10803;
- 01 ROÇADEIRA COSTAL FS 220 COM FACA 3P – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10076;
- 01 ROÇADEIRA COSTAL FS 220 COM FACA – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10078;
- 01 FORRAGEIRA/ENSILADEIRA IBL - FE-30S C/ ALIMENTADOR C/CARDAM C/ACESSÓRIOS P/TRATOR ANO FAB. 2003, SÉRIE N. 129313/129314, MARCA IBL – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 3961, Placa de Patrimônio n.º 4105;



- 01 RASPO TRANSPORTADOR HIDRÁULICO LARGURA 2,00 METROS 220 KG REFORÇADO MARCA MANJA PT2 N.º SÉRIE 512 ANO 2017 COR VERMELHA – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 14278;
- 01 CAÇAMBA CARREGADEIRA RASEIRA DE 1 M DE LARGURA CAPACIDADE 0,30M3 COM ACIONAMENTO DA DESCARGA MANUAL 180KG MARCA ALMEIDA ANO 2017 COR AZUL N. SÉRIE 2017-3850 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 14280;
- 01 ROÇADEIRA A TRATOR AGROPRATA SÉRIE 1138 COR VERDE ANO 2017 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 14283.

Art. 2º - Os bens em referência deverão ser utilizados pelo Permissionário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais.

Art. 3º - Os bens relacionados serão entregues ao Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos serem devolvidos ao Município em iguais condições, até o dia 31/12/2020.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Fica revogado o Decreto n.º 3.258/2017, de 10 de agosto de 2017 e demais disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 04 de outubro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Termo de Compromisso Nº 025/2017, que a Associação Força da Natureza, assina perante a Prefeitura Municipal de Irineópolis - SC

ASSOCIAÇÃO FORÇA DA NATUREZA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.575.432/0001-56, com sede na Localidade de Pé da Serra, Município de Irineópolis - SC, através de seu representante legal, Sr. Anderson Renato Kostulski, portador do CPF nº 050.859.299-26, RG nº 4.470.526/SSP-SC, presidente, assume o compromisso de cumprir as condições gerais constantes do termo de outorga nº 025/2017, referente à permissão de uso, à título precário, de:

- 01 LAMINA NIVELADORA REVERSÍVEL 2,50 MT – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6832;
- 01 ARADO SUBSOLADOR 05 HASTES SEM DISCOS – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 8682;
- 01 PLATINA TRASEIRA PL285 2,5M KOHLER, LT 1640 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10093;
- 01 DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO 3000KG IAC, Nº DE SÉRIE 2258 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10803;
- 01 ROÇADEIRA COSTAL FS 220 COM FACA 3P – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10076;
- 01 ROÇADEIRA COSTAL FS 220 COM FACA – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10078;
- 01 FORRAGEIRA/ENSILADEIRA IBL - FE-30S C/ ALIMENTADOR C/CARDAM C/ACESSÓRIOS P/TRATOR ANO FAB. 2003, SÉRIE N. 129313/129314, MARCA IBL – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 3961, Placa de Patrimônio n.º 4105;
- 01 RASPO TRANSPORTADOR HIDRÁULICO LARGURA 2,00 METROS 220 KG REFORÇADO MARCA MANJA PT2 N.º SÉRIE 512 ANO 2017 COR VERMELHA – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 14278;
- 01 CAÇAMBA CARREGADEIRA RASEIRA DE 1 M DE LARGURA CAPACIDADE 0,30M3 COM ACIONAMENTO DA DESCARGA MANUAL 180KG MARCA ALMEIDA ANO 2017 COR AZUL N. SÉRIE 2017-3850 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 14280;
- 01 ROÇADEIRA A TRATOR AGROPRATA SÉRIE 1138 COR VERDE ANO 2017 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 14283.

Ciente do seu texto e efeitos correlatos, bem como as obrigações a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente permissão de uso será a título gratuito.

Os bens em referência deverão ser utilizados pelo Permissionário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Se ocorrer danos aos bens objetos da presente permissão, a usuários ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente ao PERMISSSIONÁRIO.

Parágrafo primeiro - Todas as reparações necessárias à conservação do objeto da permissão deverão ser executadas imediatamente pelo PERMISSSIONÁRIO, às suas expensas, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente.

Parágrafo segundo - Caso as reparações não sejam executadas de imediato, a PERMITENTE reserva-se no direito de executá-las, devendo ser ressarcida pelo PERMISSSIONÁRIO dos dispêndios havidos, podendo para tanto, promover a execução judicial das quantias gastas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Todas e quaisquer benfeitorias realizadas nos bens objetos da presente permissão ficam, desde já, incorporadas aos mesmos, renunciando ao PERMISSSIONÁRIO, ao eventual direito à retenção e/ou indenização.

#### CLÁUSULA QUARTA

O PERMISSSIONÁRIO consente que a PERMITENTE exerça constante fiscalização, no tocante ao cumprimento das condições estabelecidas neste ajuste, no termo de outorga de permissão de uso nº 025/2017, Decreto nº 3.300/2017.

#### CLÁUSULA QUINTA

São, ainda, obrigações do PERMISSSIONÁRIO:

- a) manter o objeto de permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo e restituí-lo na mais perfeita ordem;
- b) solicitar prévia autorização expressa e escrita da PERMITENTE, para executar quaisquer reparações, modificações e benfeitorias na objeto permissionado;
- c) sujeitar-se as exigências da saúde pública, autoridades municipais, estaduais e federais;
- d) afastar do serviço qualquer pessoa cuja permanência for julgada inconveniente pela PERMITENTE;
- e) cumprir as normas, regulamentos, circulares, ordens de serviço, etc., emanadas da PERMITENTE, com os quais o PERMISSSIONÁRIO declara estar de acordo;
- f) não traspassar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto da permissão a terceiros, sob pena de rescisão imediata da Permissão.

#### CLÁUSULA SEXTA

O PERMISSSIONÁRIO declara estar ciente das faculdades e prerrogativas concedidas ao ente PERMITENTE, por força da discricionariedade e precariedade inerentes ao Instituto da permissão de uso.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

Fica eleito o foro da Comarca de Porto União – SC, para dirimência das dúvidas decorrentes do termo de outorga de permissão de uso e do termo de compromisso, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Irineópolis - SC, 04 de outubro de 2017.

ASSOCIAÇÃO FORÇA DA NATUREZA

ANDERSON RENATO KOSTULSKI

PERMISSIONÁRIO

**TESTEMUNHAS:**

Nome: ALEX ROBERTO BENDLIN CPF: 050.754.549-41	Nome: JENIFFER ALINE AVANCINI CPF: 055.797.789-45
---	--

Assessoria Jurídica

De acordo, 04/10/2017.

Dra. Ana Maria Onevetch

Advogada

OAB/PR 58083

Termo De Outorga De Permissão De Uso Nº 025/2017

A Prefeitura Municipal de Irineópolis - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa situada na Rua Paraná, n.º 200, Centro, Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Juliano Pozzi Pereira, portador do CPF n.º 455.173.049-15, RG n.º 23ªR 827.405-SSP-SC, residente e domiciliado em Irineópolis - SC, com base no Decreto n.º 3.300/2017 e através deste instrumento, outorga permissão de uso, a título precário, de:

- 01 LAMINA NIVELADORA REVERSÍVEL 2,50 MT – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6832;
- 01 ARADO SUBSOLADOR 05 HASTES SEM DISCOS – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 8682;
- 01 PLAINA TRASEIRA PL285 2,5M KOHLER, LT 1640 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10093;
- 01 DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO 3000KG IAC, Nº DE SÉRIE 2258 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10803;
- 01 ROÇADEIRA COSTAL FS 220 COM FACA 3P – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10076;
- 01 ROÇADEIRA COSTAL FS 220 COM FACA – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10078;
- 01 FORRAGEIRA/ENSILADEIRA IBL - FE-30S C/ ALIMENTADOR C/CARDAM C/ACESSÓRIOS P/TRATOR ANO FAB. 2003, SÉRIE N. 129313/129314, MARCA IBL – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 3961, Placa de Patrimônio n.º 4105;
- 01 RASPO TRANSPORTADOR HIDRÁULICO LARGURA 2,00 METROS 220 KG REFORÇADO MARCA MANJA PT2 N.º SÉRIE 512 ANO 2017 COR VERMELHA – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 14278;
- 01 CAÇAMBA CARREGADEIRA RASEIRA DE 1 M DE LARGURA CAPACIDADE 0,30M3 COM ACIONAMENTO DA DESCARGA MANUAL 180KG MARCA ALMEIDA ANO 2017 COR AZUL N. SÉRIE 2017-3850 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 14280;
- 01 ROÇADEIRA A TRATOR AGROPRATA SÉRIE 1138 COR VERDE ANO 2017 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 14283.

Ciente do seu texto e efeitos correlatos, bem como as obrigações a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Os bens acima descritos deverão ser utilizados pelo Permissionário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais, não sendo admitido, em qualquer tempo, o uso

diverso da destinação aqui prevista, devendo ainda, a sua utilização, obedecer as condições gerais da outorga, bem como as especificações constantes no Termo de Compromisso nº 025/2017, assinado pelo PERMISSIONÁRIO.

Parágrafo primeiro - Não será permitida a transferência da permissão de uso a terceiros, sob pena de rescisão imediata da presente Permissão.

Parágrafo segundo - A presente permissão de uso será à título gratuito.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

No caso de haver qualquer alteração ou modificação nas condições estabelecidas no termos de outorga ou de compromisso, não caracterizadoras de transferência, será exigida a aprovação prévia e escrita da PERMITENTE para tanto.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Ocorrendo as hipóteses previstas na Cláusula Segunda, deverá ser formalizado novo termo de outorga ou compromisso, em substituição ao anterior.

**CLÁUSULA QUARTA**

As demais condições e obrigações, referentes a presente permissão de uso, constarão do respectivo Termo de Compromisso.

**CLÁUSULA QUINTA**

A presente permissão de uso vigorará pelo prazo de 04 de outubro de 2017 à 31 de dezembro de 2020.

**CLÁUSULA SEXTA**

Tem a PERMITENTE o poder discricionário de, a qualquer tempo, alterar, modificar ou revogar a presente permissão de uso, unilateralmente, mediante notificação extrajudicial.

Parágrafo único - Ficará a permissão de uso rescindida de pleno direito e independente de notificação ou interpelação de qualquer natureza, nas hipóteses seguintes:

- a) alteração, pelo PERMISSIONÁRIO, da destinação prevista ou qualquer outra julgada inconveniente pela PERMITENTE;
- b) dissolução, falência, concordata ou mudança na representatividade legal do PERMISSIONÁRIO;
- c) inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente e/ou do termo de compromisso, firmado pelo PERMISSIONÁRIO;
- d) transferência da presente permissão de uso a terceiros.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

As benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias, realizadas pelo PERMISSIONÁRIO, ficam incorporadas ao bem objeto da presente permissão, sem direito à retenção ou qualquer indenização, seja a que título for.

Irineópolis - SC, 04 de outubro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**TESTEMUNHAS:**

Nome: ALEX ROBERTO BENDLIN  
CPF: 050.754.549-41

Nome: JENIFFER ALINE AVANCINI  
CPF: 055.797.789-45

Assessoria Jurídica

De acordo, 04/10/2017.

Dra. Ana Maria Onevetch  
Advogada  
OAB/PR 58083

## ERRATA A PORTARIA 357/2017

Publicação Nº 1404840

### ERRATA

O GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, pela presente,

RETIFICA o erro material existente na Portaria Nº 357/2017, publicada no DOM/SC, em 03/10/2009, Edição nº 2354, pg. 685, para que, onde se lê: "... em substituição a servidora efetiva Angelita Nigrin, em gozo de férias regulamentares....", leia-se: "...em substituição a servidora efetiva Josiane Alves Massaneiro, em licença por motivo de doença em pessoa da família....".

Irineópolis, 16 de Outubro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

## LEI COMPLEMENTAR Nº 124/2017

Publicação Nº 1405062

LEI COMPLEMENTAR Nº 124/2017.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS 63 E 65 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI: Art. 1º - A Lei Complementar nº 001/1997 de 30/12/1997, que "Institui o Regime Jurídico para os Funcionários Públicos do Município, das Autarquias, das Fundações instituídas pelo Município estabelece diretrizes gerais para sua implantação e dá outras providências", passa a vigorar com as alterações e inserções, conforme redação dada pela presente Lei Complementar.

Art. 2º - Os artigos 63 e 65 passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63 – O funcionário perderá:

I- A remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo motivo justificado;

II- 1/3 da remuneração, durante o afastamento por motivo de suspensão preventiva ou prisão preventiva, pronúncia por crime comum ou denúncia por crime funcional, ou ainda, condenação por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia;

III- 2/3 da remuneração durante o período de afastamento em virtude de condenação por sentença definitiva, de pena que não determina a demissão;

IV- A remuneração total, durante o afastamento por motivo de suspensão preventiva, com direito ao pagamento se absolvido, decretada em caso de alcance ou malversação do dinheiro público e cumprimento de pena judicial que não determine a demissão;

§ 1º - O disposto nos incisos I e II aplica-se também, aos casos julgados de contravenção penal.

§ 2º- Serão consideradas como tolerância para efeitos de compensação os primeiros e os últimos cinco minutos de cada marcação no ponto eletrônico sendo que ultrapassada tal tolerância os atrasos diários serão descontados automaticamente na folha de pagamento do servidor, salvo justificativas previstas em lei ou mediante autorização do chefe imediato.

§3º- O comparecimento depois da primeira hora de expediente ou a retirada da última hora, serão computados como ausência, para todos os efeitos legais e descontados automaticamente."

"Art. 65 – Nos casos de faltas sucessivas serão computadas para efeito de desconto, os dias de repouso, domingos e feriados intercalados, imediatamente anteriores e imediatamente posteriores.

Parágrafo Único- Nos casos de faltas injustificadas em apenas um período do dia serão descontados proporcionalmente os descansos semanais remunerados de que trata o caput do artigo."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis - SC, 16 de Outubro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 366/2017

Publicação Nº 1404838

PORTARIA Nº 366/2017.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRINEÓPOLIS - CMDCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 c/c com o artigo 6.º da Lei n.º 1.837/2015, de 23de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo período de 02 (dois) anos, como segue:

### I. DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

a) Secretaria Municipal da Educação

Efetivo: Lilian Cibeli Dziedzic

Suplente: Tania Lezan;

b) Secretaria Municipal da Saúde:

Efetivo: Daniela Aparecida Fritzen Randig

Suplente: Sintia Bendlin Franz;

c) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário

Efetivo: Jaci Baggenstoss Binder

Suplente: Rosana Donda Ruckl;

d) Secretaria Municipal da Administração

Efetivo: Patrícia Fabiane Fronczak

Suplente: Lucio Flávio de Lima;

e) Polícia Militar de Irineópolis

Efetivo: Sd. Marcos Cendron

Suplente: Sgt. Claudio Nei Pereira.

### II. DOS ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS

a) Associação de Pais e Professores da E. E. B Horácio Nunes

Efetivo: Lourdes Cristina Parastchuk



Suplente: Analay Marques;  
b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
Efetivo: Kelly Alamara Kochan Ruckl  
Suplente: Lirian Margareth Batschauer Oliveira;  
c) Associação de Pais e Professores do G.E. Dalmo Edson Sfair  
Efetivo: Dulcineia Aparecida Santana Turra  
Suplente: Sheila Abdalla Bohrer;  
d) Associação de Pais e Professores do G.E. Zélia Milles  
Efetivo: Maria Pavarin  
Suplente: Simone Zielinski;  
e) Cáritas Bom Samaritano  
Efetivo: Elisa Maydl

Suplente: Cléris Mauro Schafaschek.  
Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos da Portaria n.º 361/2015 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 17 de Outubro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

## HOSPITAL BOM JESUS

### RESOLUÇÃO 037/2017

Publicação Nº 1404616

RESOLUÇÃO NR. 037/2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES A SERVIDORA EFETIVA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001,

#### RESOLVE:

Art 1st - Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares (Licença não Remunerada), no período de 19.10.2017 a 18.10.2018, a servidora efetiva SOLANGE LECH.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19.10.2017

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 19 de outubro de 2017.  
WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS  
Presidente.

### RESOLUÇÃO 038/2017

Publicação Nº 1404618

RESOLUÇÃO NR. 038/2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES A SERVIDORA EFETIVA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001,

#### RESOLVE:

Art 1st - Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares (Licença não Remunerada), no período de 19.10.2017 a 18.10.2018, a servidora efetiva ROSANE APARECIDA DE OLIVEIRA.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19.10.2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 19 de outubro de 2017.  
WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS  
Presidente.

### RESOLUÇÃO 039/2017

Publicação Nº 1404620

RESOLUÇÃO NR. 039/2017  
CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e, amparada no que dispõe o Art. 2º, inciso V da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento a sentença judicial nos autos de Ação Civil Pública nº 5002802-12.2012.4.04.7211/SC, a qual condenou o Hospital Municipal Bom Jesus a contratar ou manter, caso já tenham sido contratados, enfermeiros em número suficiente a sua necessidade, de modo que exista pelo menos um profissional enfermeiro para atuar presencialmente em suas dependências durante todo o período de funcionamento;

CONSIDERANDO o disposto no Termo de Ajustamento de Conduta –TAC nº 06/2017;

CONSIDERANDO que o artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal veda apenas a acumulação remunerada de cargos públicos;

#### RESOLVE:

Art 1st - CONTRATAR, SOLANGE LECH, nascida em 15/02/1981, portadora do CPF nº 007.822.559-06, RG. nº 3.770.749 SESP/SC, para no período de 19.01.2017 a 31.01.2018, exercer as atividades de Enfermeira (40 horas semanais) junto ao Hospital Municipal Bom Jesus, conforme CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 05/2017, visando suprir necessidades temporárias e emergenciais.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19.10.2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, de 19 de outubro de 2017.  
WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS  
Presidente

**RESOLUÇÃO 040/2017**

Publicação Nº 1404621

RESOLUÇÃO NR. 040/2017

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e, amparada no que dispõe o Art. 2º, inciso V da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento a sentença judicial nos autos de Ação Civil Pública nº 5002802-12.2012.4.04.7211/SC a qual condenou o Hospital Municipal Bom Jesus a contratar ou manter, caso já tenham sido contratados, enfermeiros em número suficiente a sua necessidade, de modo que exista pelo menos um profissional enfermeiro para atuar presencialmente em suas dependências durante todo o período de funcionamento;

CONSIDERANDO o disposto no Termo de Ajustamento de Conduta –TAC nº 06/2017;

CONSIDERANDO que o artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal veda apenas a acumulação remunerada de cargos públicos;

RESOLVE:

Art 1st - CONTRATAR por tempo determinado, ROSANE ÁPARECIDA DE OLIVEIRA, nascida em 02/11/1972, portadora do CPF nº 916.090.039-37, RG. nº 3.535.654 SESP/SC, para no período de 19.10.2017 a 31.01.2018, exercer as atividades de Enfermeira (40 horas semanais) junto ao Hospital Municipal Bom Jesus, conforme CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 06/2017, visando suprir necessidades temporárias e emergenciais.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19.10.2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, de 19 de outubro de 2017.  
WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS  
Presidente.

**RESOLUÇÃO 041/2017**

Publicação Nº 1405151

RESOLUÇÃO NR. 041/2017

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e, amparada no que dispõe o Art. 2º, inciso V da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento a sentença judicial nos autos de Ação Civil Pública nº 5002802-12.2012.4.04.7211/SC a qual condenou o Hospital Municipal Bom Jesus a contratar ou manter, caso já tenham sido contratados, enfermeiros em número suficiente a sua necessidade, de modo que exista pelo menos um profissional enfermeiro para atuar presencialmente em suas dependências durante todo o período de funcionamento;

CONSIDERANDO o disposto no Termo de Ajustamento de Conduta –TAC nº 06/2017;

RESOLVE:

Art 1st - CONTRATAR, JOSIELE ZANELLA, nascida em 25.04.1994, portadora do CPF nº 097.847.329-98, RG. nº 5.996.678 SESP/SC, para no período de 19.10.2017 a 31.01.2018, exercer as atividades de Enfermeira (40 horas semanais) junto ao Hospital Municipal Bom Jesus, conforme CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 07/2017, visando suprir necessidades temporárias e emergenciais.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19.10.2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 19 de outubro de 2017.  
WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS  
Presidente

## Itá

## PREFEITURA

**ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2017, PP 037/2017**

Publicação Nº 1405406

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 059/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2017 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos dezoito do mês de outubro de dois mil e dezessete às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 004 de 06 de janeiro de 2017, senhor Pregoeiro Ronei Trevisol, Silviane Carla Mertins e Julcimar Antonio Zotti, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº. 059/2017, Pregão Presencial nº 037/2017, objetivando a possível aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, materiais de construção e correlatos para manutenção das atividades das secretarias municipais. Apresentaram envelopes de Propostas de Preços e Documentação as seguintes empresas: CONTATO SOLUÇÕES ELETRICAS E HIDRÁULICAS, ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, PRÉ FABRICADOS SGANZERLA LTDA ME, COMERCIAL DGX LTDA ME, CANEPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME, CENTRO OESTE COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME, TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA, B R COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, BRITAX – BRITAGEM KPB LTDA ME, ARTEFATOS DE CIMENTO ROSSI LTDA ME, MUDAR TINTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA, COMERCIAL CERÂMICA SEARA LTDA ME e DISBRAPLAC LTDA EPP neste ato, representadas pelos Senhores (as) Jania Martini, Wagner Nunes, Neodi Sganzerla, Diego Galina, Tiago Caneppele, Sandro Baldissera, Gustavo da Silva, Taina Ebertz, André Baroni, Valmir Patzlaff, Adilio Rossi, Luciano Viott, Andreia Paludo, Gilmar Alflen e Claudiomir Verza ; as empresas CONTATO SOLUÇÕES ELETRICAS E HIDRÁULICAS, ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, PRÉ FABRICADOS SGANZERLA LTDA ME, COMERCIAL DGX LTDA ME, CANEPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME, OESTE COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME, TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, BRITAX – BRITAGEM KPB LTDA ME, ARTEFATOS DE CIMENTO ROSSI LTDA ME, MUDAR TINTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA, COMERCIAL CERÂMICA SEARA LTDA ME e DISBRAPLAC LTDA EPP comprovaram a condição de micro empresa ou empresa de pequeno porte. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que as licitantes atenderam à disposição da Lei. Abertos os envelopes de propostas de preços, conferidos, rubricados os documentos neles existentes, e registrado no sistema COMPRAS. Abertos os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue, a empresa COMERCIAL CERAMICA SEARA LTDA ME se sagrou vencedora nos itens 11, 14, 19, 20, 31, 33, 34, 35, 36, 41, 42, e 45 do edital com o valor total de R\$ 97.894,00 (noventa e sete mil oitocentos e noventa e quatro reais); a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO ROSSI LTDA ME se sagrou vencedor nos itens 23, 24, 48 e 50 do edital com o valor total de R\$ 28.805,00 (vinte e oito mil oitocentos e cinco reais); a empresa MUDAR TINTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, se sagrou vencedora nos itens 02, 03, 07, 12, 15, 18, 30 e 43 do edital com o valor total de R\$ 88.996,00 (oitenta e oito mil novecentos e noventa e seis reais); a empresa CONTATO SOLUÇÕES ELETRICAS E HIDRÁULICAS, se sagrou vencedora nos itens 22 e 25 do edital com o valor total de R\$ 29.750,00 (vinte e nove mil setecentos e cinquenta reais); a empresa OESTE COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME, se

sagrou vencedora nos itens 16, 17, 21 e 37 do edital com o valor total de R\$ 33.435,00 (trinta e três mil quatrocentos e trinta e cinco reais); a empresa CANEPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME, se sagrou vencedora nos itens 10, 49, 51, 52 e 56, do edital com o valor total de R\$ 76.710,00 (setenta e seis mil setecentos e dez reais); a empresa COMERCIAL DGX LTDA ME, se sagrou vencedora no item 13 do edital com o valor total de R\$ 8.152,00 (oito mil cento e cinquenta e dois reais); a empresa ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME se sagrou vencedora nos itens 26, 27, 28, 29, 38, 39 e 40 do edital com o valor total de R\$ 42.292,40 (quarenta e dois mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta centavos); a empresa B R COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA se sagrou vencedora nos itens 01, 04, 06, 32, 53 e 55 do edital com o valor total de R\$ 79.925,00 (setenta e nove mil novecentos e vinte e cinco reais); a empresa JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA ME se sagrou vencedora nos itens 44, 46 e 47 do edital com o valor total de R\$ 40.810,00 (quarenta mil oitocentos e dez reais); a empresa: BRITAGEM KPB LTDA EPP se sagrou vencedora nos itens; 5 e 9 do edital com o valor total de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais). O critério de classificação foi o de menor preço por lance por item. O pregoeiro interrompeu a sessão as 11hs45min avisando a todos do retorno as 13hs-30min. Reiniciado os trabalhos no horário determinado, se fizeram presentes somente os representantes das empresas: ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, CANEPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME, CENTRO OESTE COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME, DISBRAPLAC LTDA EPP, JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA e ARTEFATOS DE CIMENTO ROSSI LTDA ME; Classificadas as empresas, prosseguiu-se para a abertura dos envelopes de documentação das licitantes vencedoras do certame; Os envelopes foram abertos, os documentos neles contidos foram rubricados pelos licitantes presentes, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; da análise da documentação, restou em HABILITAR as empresas vencedoras por cumprirem os requisitos do edital. O senhor Pregoeiro intima o Participante do certame a colocar na nota fiscal o número do processo e o número da Ata de Registro de Preços; e manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso não houve manifestação; Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) e entregue pessoalmente aos licitantes presentes.

Ronei Trevisol      Silviane Carla Mertins  
Pregoeiro              Equipe de Apoio

Julcimar Antônio Zotti  
Equipe de apoio

ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME  
Licitante

CANEPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME  
Licitante

CENTRO OESTE COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME  
Licitante

JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA  
Licitante

DISBRAPLAC LTDA EPP  
Licitante

ARTEFATOS DE CIMENTO ROSSI LTDA ME  
Licitante

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO – DL 11/2017

Publicação Nº 1405344

Dispensa de Licitação nº 11/2017 – OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Brigadistas, para a XIX Festa do Boi Ralado e dos festejos de comemoração do aniversário de 99 anos de emancipação político-administrativa do Município de Itaiópolis SC – Contrato nº 43/2017. CONTRATADA: MALIN EVENTOS LTDA. ME. Valor: R\$ 7.920,00. Vigência: 30 dias. Itaiópolis, 16 de outubro de 2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

### EXTRATO DE CONTRATO – IL Nº 04/2017

Publicação Nº 1405343

Inexigibilidade de Licitação nº 04/2017 – OBJETO: contratação de leiloeiro oficial para realização de Leilão Público de bens patrimoniais móveis inservíveis em desuso pertencentes ao Município – Contrato nº 41/2017. CONTRATADO: Pulo Pizzolatti Neto. Valor: taxa de 5% sobre o valor de venda do bem arrematado. Vigência: 31/12/2017. Itaiópolis, 04 de outubro de 2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

### EXTRATO DE CONTRATO – DL Nº 10/2017

Publicação Nº 1405335

Dispensa de Licitação nº 10/2017 – OBJETO: construção de um ponto de táxi, no Calçadão Papa João Paulo II, com fornecimento de mão de obra e materiais – Contrato nº 42/2017. CONTRATADA: Josemar Alves ME. Valor: R\$ 8.049,33. Vigência: 30 dias, a contar da OS. Itaiópolis, 06 de outubro de 2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

### EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2017

Publicação Nº 1405348

Nº ADITIVO: 1º

Nº CONTRATO: 10/2017

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Kostecki Locação e Transportes Ltda. ME

OBJETO: fica prorrogado o Contrato até 31-12-2017, a contar de 1º/10/2017.

Itaiópolis, 30/09/2017 Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### AVISO DE LICITAÇÃO PR 07/2017

Publicação Nº 1405189

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE ITAIÓPOLIS/SC; Pregão Presencial nº 07/2017; Objeto: Aquisição de equipamento permanente para uso no setor de copa e cozinha da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Entrega dos Envelopes; Até às 14:00 horas do dia 07 de novembro de 2017; Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 07 de novembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br) - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 18/10/2017. Benedito Bento Marques, Administrador Hospitalar.

# Itapema

## PREFEITURA

**PROCESSO 051.2017 - TOMADA DE PREÇO  
02.004.2017 - CONTRATO - ILUMINAÇÃO RUA 262-A**

Publicação Nº 1405612

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO CONTRATO  
047/2017

PROCESSO: 051/2017

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para revitalização da iluminação pública da Rua 462 A, Bairro Jardim Praia Mar, do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias

VALOR: R\$ 115.393,90 (Cento e quinze mil trezentos e noventa e três reais e noventa centavos).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA

DATA DA ASSINATURA: 06/09/2017

Itapema, 06 de setembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS  
PREFEITA MUNICIPAL

**PROCESSO 078.2016 - CONTRATO 009.2017 -  
ADITIVO - PLM - PAVIMENTAÇÃO RUA 406**

Publicação Nº 1405333

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA  
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 078/2016

CONTRATO Nº 009/2017

ADITIVO: Segundo

OBJETO: Contratação de empresa para execução de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua 406, conforme projetos, memorial, orçamento estimativo e cronograma anexo ao processo.

ADITIVO DE PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 90 (noventa) dias.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA

VIGÊNCIA CONTRATO: Até 04 de janeiro de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2017

Itapema, 06 de outubro de 2017.

Nilza Nilda Simas  
Prefeita de Itapema

**PROCESSO 051.2017 - TOMADA DE PREÇO  
02.004.2017 - HOMOLOGAÇÃO - ILUMINAÇÃO RUA  
262-A**

Publicação Nº 1405613

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 051/2017

TOMADA DE PREÇO 02.004.2017

BASE LEGAL: Art. 24, inc. I, da Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para revitalização da iluminação pública da Rua 462 A, Bairro Jardim Praia Mar, do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

VALOR TOTAL: R\$ 115.393,90 (Cento e quinze mil trezentos e noventa e três reais e noventa centavos).

PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias

EMPRESA: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA

DATA HOMOLOGAÇÃO: 04/09/2017

Itapema, 06 de setembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS  
Prefeita de Itapema



# Itapiranga

## PREFEITURA

### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2017 – FMS

Publicação Nº 1404762

#### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2017 – FMS

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua São José, 66, neste Município de Itapiranga - SC, portador do CPF nº 423.045.559-34, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve celebrar o 1º Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços nº 027/2017 - FMS, celebrado com a empresa KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, inscrito no CNPJ nº 15.068.089/0001-03, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, nº 287 – A, Centro, CEP 99.940-000, Município de Ibiacá – RS, vencedora do Processo Licitatório nº 005/2017 - FMS na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, de conformidade com o que preceitua o art. 65, § 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 1 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1 - Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada e de acordo com Parecer Jurídico nº 138/2017, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços, a partir desta data, altera-se o valor do item 104 da Ata de Registro de Preço nº 027/2017 – FMS que passa a ser pago conforme descrito a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual	Preço Total Acrescido
104	800,00	FR.	LORATADINA 1MG/ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML	PRATI DONADUZZI	1,669	2,152	386,40
Total							386,40

#### 2 – DA RATIFICAÇÃO

2.1 - As demais cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços nº 027/2017 - FMS permanecem inalteradas. O disposto no presente termo de Apostilamento passa a ser parte integrante do contrato.

Itapiranga – SC, 10 de outubro de 2017.

JORGE WELTER  
Prefeito Municipal

Nodivar Carati  
Assessor Jurídico do Município  
OAB/SC Nº 30.520-A

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 196/2017

Publicação Nº 1405379

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 196/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PARA REFORMA GARAGEM DE MÁQUINAS E CONSTRUÇÃO DO NOVO ALMOXARIFADO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 08h30 do dia 03/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 17 de outubro de 2017.

Lauro Schlickmann  
Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 192/2017**

Publicação Nº 1405451

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 192/2017

O Município de Itapiranga, TORNA PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, que que fica RETIFICADO o objeto da licitação, que passa a ter a seguinte redação:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LOTEAMENTO DA ÁREA ESCOLAR EXISTENTE NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, LOCALIZADA NA LINHA SANTA FÉ ALTA, COM ÁREA TOTAL DE 61.824,80 M², COM LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE PARTE DA ÁREA (INCLUINDO AS EDIFICAÇÕES EXISTENTES E EM CONSTRUÇÃO), PROJETO URBANÍSTICO, TER-  
RAPLANAGEM E DRENAGEM, REDE DE ÁGUA E REDE DE ESGOTO, CONTENDO TODOS OS MEMORIAIS DESCRITIVOS, ORÇAMENTOS INDIVIDUALIZADOS, BEM COMO TODAS AS LICENÇAS CONFORME ESTABELECIDO NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

A retificação ocorre a fim de melhor adequar o objeto do certame às necessidades do Município. Tendo em vista que a alteração não interfere na elaboração das propostas, fica mantido o prazo de abertura inicialmente estabelecido, consoante o disposto no Artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93.

Informações complementares: o Edital Retificado em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7700.

Lauro Schlickmann

Itapiranga, SC, 18 de Outubro de 2017.

**TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 051/2017 - FMS**

Publicação Nº 1405296

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 051/2017 - FMS

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, neste ato representado pelo Administrador do Fundo Municipal de Saúde Sr. DAVINO RAUBER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Itapiranga - SC, portador do CPF nº 637.197.469-68, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, por força deste instrumento e com fundamento na cláusula quinta da Ata de Registro de Preços nº 051/2017 e no Decreto Municipal 101/2016.

Resolve:

Art. 1º - Cancelar, a partir desta data, a Ata de Registro de Preços nº 051 - FMS, decorrente do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 085/2017, adjudicado a empresa FLYMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 25.034.906/0001-58, com sede na Rua Santos Dumont, nº 1094, Aeroporto, CEP 99709-096, Município de Erechim - RS, em decorrência da mesma não efetuar a entrega dos produtos solicitados, conforme prevê o item 5.2.2.5 da Ata de Registro de Preços.

Itapiranga - SC, 11 de outubro de 2017.

DAVINO RAUBER

Administrador FMS

**TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 149/2017**

Publicação Nº 1405302

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 149/2017

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Itapiranga - SC, portador do CPF nº 423.045.559-34, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, por força deste instrumento e com fundamento na cláusula quinta da Ata de Registro de Preços nº 149/2017 e no Decreto Municipal 101/2016.

Resolve:

Art. 1º - Cancelar, a partir desta data, a Ata de Registro de Preços nº 149/2017, decorrente do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 085/2017, itens adjudicados a empresa FLYMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 25.034.906/0001-58, com sede na Rua Santos Dumont, nº 1094, Aeroporto, CEP 99709-096, Município de Erechim - RS, em decorrência da mesma não efetuar a entrega dos produtos solicitados, conforme prevê o item 5.2.2.5 da Ata de Registro de Preços.

Itapiranga - SC, 11 de outubro de 2017.

JORGE WELTER

Prefeito Municipal

**TERMO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2017**

Publicação Nº 1405321

TERMO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2017

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, neste ato representado pelo Administrador do Fundo Municipal de Saúde Sr. DAVINO RAUBER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Itapiranga - SC, portador do CPF nº 637.197.469-68, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, por força deste instrumento e com fundamento na cláusula quinta da Ata de Registro de Preços nº 020/2017 e no Decreto Municipal 101/2016.

Resolve:

Art. 1º - Cancelar, a partir desta data, o registro de preço do item de nº 078 - FENITOINA 100 MG; da Ata de Registro de Preços nº 020/2017 - FMS, decorrente do Pregão Eletrônico nº 005/2017 - FMS, adjudicado a empresa MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 06.935.554/0001-67, com sede na Rua Pedro Toniollo II, nº 1141, Bairro Industrial, CEP 99.900-000, Município de Getulio Vargas - RS, em decorrência da desistência do item cotado no processo licitatório, conforme parecer jurídico nº 140/2017.

Art. 2º - Exceto quanto ao item cancelado por este termo, ficam mantidos os efeitos da Ata de Registro de Preços nº 020/2017.

Itapiranga - SC, 18 de outubro de 2017.

DAVINO RAUBER

Administrador FMS



## Itapoá

## PREFEITURA

## ATA DO PREGÃO Nº 86/2017 - MOVEIS PAESE

Publicação Nº 1405227

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo oitavo dia do mês de outubro de 2017, a partir das 14:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). ISABELA RAICIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, DAIANE BATISTA e MARIZA APARECIDA FILLA nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 86/2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA EQUIPAR A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO PAESE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
OSMAR ORLANDI JUNIOR ME	ORMAR ORLANDI JUNIOR
MAW COMÉRCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA	MARCIO ANDRE WOLLNER

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatada que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
OSMAR ORLANDI JUNIOR ME	1	R\$ 3.900,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir

os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 18 de outubro de 2017.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL	
Pregoeira	
DAIANE BATISTA	MARIZA APARECIDA FILLA
Membro	Membro

Licitantes:

OSMAR ORLANDI JUNIOR ME  
ORMAR ORLANDI JUNIOR

## ATA DO PREGÃO Nº 88/2017 - CARNES IPTU

Publicação Nº 1405460

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo oitavo dia do mês de outubro de 2017, a partir das 16:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). ISABELA RAICIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, SUZANA BESEN MARTINS e RODRIGO FERNANDES DE SOUZA nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 88/2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DOS CARNÊS DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) DO EXERCÍCIO ANO 2018, (PATROCINADOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ATRAVÉS DE REEMBOLSO AO MUNICÍPIO), E DA TAXA DE LICENCIAMENTO E LOCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (TLLF) RECURSO PRÓPRIO, DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
POSTMIX SOLUCOES GRAFICAS LTDA	DILSON LINO
OSAKA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ME	FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
FIRST PRINT SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA	APARECIDO BARBOSA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatada que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
OSAKA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ME	1	R\$ 22.370,00

m  
Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 18 de outubro de 2017.

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Pregoeira	
SUZANA BESEN MARTINS Membro	RODRIGO FERNANDES DE SOUZA Membro

Licitantes:

POSTMIX SOLUCOES GRAFICAS LTDA DILSON LINO	OSAKA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
FIRST PRINT SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA APARECIDO BARBOSA	

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2017 - LOCAÇÃO CIDADANIA

Publicação Nº 1405356

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ANTONIO CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, corretor de imóveis, portador do CI.RG nº 3325107-6 SESP/PR, e do CNPF/MF nº 365.516.278-20, residente e domiciliado a Rua 1.070, nº 475, Bairro Balneário Paese, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000.

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº13/2017 – PROCESSO Nº124/2017.

Objeto: Locação de um imóvel comercial, com aproximadamente 90m2, localizado no Balneário Jardim Pérola do Atlântico, para a instalação da Divisão da Cidadania.

VALOR R\$: 20.400,00

DATA DA ASSINATURA: 10/10/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/10/2018

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 18 de outubro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

## DISPENSA Nº 13/2017 - LOCAÇÃO DIVISÃO DE CIDADANIA

Publicação Nº 1405350

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017  
PROCESSO Nº 124/2017

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando que a localização do imóvel atende o interesse público por se tratar de local adequado conforme justificativa apresentada pela Chefia de Gabinete.

Considerando que o imóvel atende aos interesses quanto a sua estrutura e espaço físico.

Considerando que a Divisão de Cidadania é de extrema importância aos munícipes, pois engloba vários serviços de confecção de documentação.

Considerando desta forma, a 250 metros da Sede da Prefeitura, está sendo locado um local amplo, com aproximadamente 90m, sendo um banheiro, uma sala ampla onde serão acomodados todos os funcionários mais três salas menores para Chefia e arquivo, além de uma copa, varanda e mezanino, centralizando, enfim, o Departamento de Cidadania.

Considerando que toda a população será beneficiada com tal mudança, pois em um só lugar poderá solucionar seus problemas relacionados à documentação, além do bom espaço que irá encontrar e da proximidade com a Sede da Prefeitura.

Considerando o Parecer Jurídico nº 142/2017 da Procuradoria Jurídica desta municipalidade.

Considerando que o valor a ser pago a título de aluguel é compatível com o preço de mercado, conforme 03 (três) avaliações realizadas pelos corretores: Aparecido de Cássio Ferreira de Souza, Creci nº 22.661/SC, no valor de R\$ 1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais); Paulo Cezar Menezes, Creci nº 12.236/SC, no valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) e Julio Cezar Calvo, Creci nº 20431/SC, no valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);

Autoriza a locação do objeto abaixo descrito:

1. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei n 8.666/93.

2. OBJETO: Locação de um imóvel comercial, com aproximadamente 90m<sup>2</sup>, localizado no Balneário Jardim Pérola do Atlântico, para a instalação da Divisão da Cidadania.

3. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: imóvel comercial mobiliado com área de 90 m<sup>2</sup> em formato retangular com perímetro de 6,85 x 12,15 externa, sito no lote nº 01, da quadra nº 60 do Balneário Jardim Pérola do Atlântico, Avenida Dra. Zilda Arns Neumann, nº 573, registrado sob a Matrícula nº 21.538 no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá, edificado com uma construção de alvenaria com forro PVC, composta de 8 compartimentos sendo 4 salas, 1 BWC com box de vidro temperado, 1 copa, 1 varanda e 1 mezanino de 2x3 – 6m<sup>2</sup>. Área externa de estacionamento de frente para as ruas relativas ao recuo;

4. VALOR E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO E FUNDAMENTO DAS DESPESAS: O preço total para locação deste imóvel, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais) que será pago em 12 (doze) parcelas de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) mensais.

5. DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS: Correrá pela dotação orçamentária conta:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Progr.	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
o Gabinete	013	003	001	004	122	004	2004	0100000	333903618

6. PRAZO DE VIGÊNCIA: Inicia em 10/10/2017, finalizando-se em 10/10/2018, podendo ser prorrogado ou renovado, ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da administração pública.

7. CONTRATADO: ANTONIO CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, corretor de imóveis, portador do CI.RG nº 3325107-6 SESP/PR, e do CNPF/MF nº 365.516.278-20, residente e domiciliado a Rua 1.070, nº 475, Bairro Balneário Paese, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000.

Itapoá, 18 de outubro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Município de Itapoá  
Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
Chefe de Gabinete

## TERMO ADITIVO Nº 33/2017

Publicação Nº 1405246

TERMO ADITIVO Nº 33/2017 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2014. (12º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, ato representado pela Secretária de Administração a Sra. JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, portadora do CNPF/MF nº 987.496.849-49 e CI.RG nº 3.148.607-0 SSP/SC, pela Secretária de Educação, a Sra. LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA, portadora do CNPF/MF nº 794.072.939-04 e CI.RG nº 5.227.976-3 SESP/PR, pela Secretária de Saúde, a Sra. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA, portadora do CNPF/MF nº 378.350.339/68 e CI.RG nº 771.538-2 SSP/SC e pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARLON ROBERTO NEUBER, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 4/C 32845399 e CNPF/MF nº 909.610.489-72, residente e domiciliado à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 617, neste Município, e de outro lado a Empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, com sede à Rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.201-095, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41, e Inscrição Estadual: 251.310.469, representada neste ato pelo Diretor Comercial, o Sr. RONALDO BEKENDORF, portador do CNPF/MF nº 751.256.849-53, e do CI.RG nº 2.768.759-7 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditar a Contratação de empresa para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, roçador, cozinheiro e agente operacional, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2013 - PROCESSO Nº 99/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo visa prorrogar a vigência do respectivo Contrato Administrativo em 2 (dois) meses.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

Prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 16/2014, em 2 (dois) meses contados a partir do dia 19/10/2017, neste período com vigência condicionada à homologação do processo licitatório na modalidade de Concorrência nº 02/2017, Processo nº 47/2017.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO**

Altera cláusula segunda "Do Preço", acrescentando o valor de R\$ 367.108,04 (trezentos e sessenta e sete mil cento e oito reais e quatro centavos), correspondente ao valor total para o período de prorrogação, conforme apresentado na planilha a seguir:

Item	Descrição	Quant.	Secretaria	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total Período
1	Auxiliar de Serviços Gerais 6h 2ª a 6ª	5	1 Administração e Finanças	R\$ 3.333,57	R\$ 3.333,57	R\$ 6.667,14
			1 Agricultura e Pesca		R\$ 3.333,57	R\$ 6.667,14
			2 Planejamento e Urbanismo		R\$ 6.667,14	R\$ 13.334,28
			1 Secretaria de Saúde		R\$ 3.333,57	R\$ 6.667,14
2	Auxiliar de Serviços Gerais 8h 2ª a 6ª	37	22 Educação - Ensino Fundamental	R\$ 4.087,29	R\$ 89.920,38	R\$ 179.840,76
			4 Educação - Ensino Infantil		R\$ 16.349,16	R\$ 32.698,32
			1 Meio Ambiente, Cultura e Turismo		R\$ 4.087,29	R\$ 8.174,58
			1 Esporte e Juventude		R\$ 4.087,29	R\$ 8.174,58
			1 Adm/Assist. 2º Aditivo nº 31/2014		R\$ 4.087,29	R\$ 8.174,58
			5 Educação - Edu. Infantil 4º Aditivo		R\$ 20.436,45	R\$ 40.872,90
			3 Educação - Ens. Fund. 4º Aditivo		R\$ 12.261,87	R\$ 24.523,74
3	Aux. Serv. Ger. 8h 2ª/6ª (c/insalub.)	2	2 Secretaria de Saúde	R\$ 3.994,34	R\$ 7.988,68	R\$ 15.977,36
7	Cozinheiro 8h 2ª a 6ª	2	1 Educação - Ensino Fundamental	R\$ 3.833,88	R\$ 3.833,88	R\$ 7.667,76
			1 Educação - Ens. Fund. 4º Aditivo		R\$ 3.833,88	R\$ 7.667,76
Valor Total					R\$ 273.796,92	R\$ 367.108,04

**CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 16/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 16/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 18 de outubro de 2017.

<b>CONTRATANTE</b> MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC MARLON ROBERTO NEUBER PREFEITO MUNICIPAL	<b>CONTRATADA</b> ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA RONALDO BEKENDORF
JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO  SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA SECRETÁRIA DE SAÚDE	LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
Testemunhas:	Nome:
Nome:	CPF/MF:
CNPJ/MF:	

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2017.**

Publicação Nº 1405634

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2017  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2017  
AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata ADRIANA MENEGHETTI para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
- Certidão de Nascimento dos Filhos ;
- Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
- Certificado do Curso de Auxiliar de Enfermagem;
- Registro no COREN/SC;
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;
- Atestado de Vacinação das Crianças menores de 05 anos.

Itapoá, 18 de outubro de 2017.  
Sandra Regina Medeiros da Silva  
Secretária Municipal de Saúde

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL PUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017/PMI OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 3 CAMINHÕES BASCULANTE E DE 3 CAÇAMBAS BASCULANTE PARA O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

Publicação Nº 1405030

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 55/2017

Processo: 73/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 3 CAMINHÕES BASCULANTE E DE 3 CAÇAMBAS BASCULANTES PARA O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 01 de novembro de 2017 até as 09h00min horas no setor de Protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Dia 01 de novembro de 2017 às 09h30min horas na sala de Reuniões da Prefeitura. Início para etapa de lances: às 10h00min horas na sala de reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 19 de outubro de 2017 – Adriano José Coelho - Prefeito em Exercício



# Jaborá

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 156/2017

Publicação Nº 1404855

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 27/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 41/2017.

Contrato Administrativo nº: 156/2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS NOVAS, MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PARA RECUPERAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS DO ROLO COMPACTADOR, MÁQUINA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ - SC.

Valor: R\$ 17.947,94 (dezesete mil novecentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2017, admitindo-se prorrogação de prazo nos termos da legislação vigente.

Contratantes: Município de Jaborá/SC.

Contratada: MEPITA MECANICA PESADA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 75.831.545/0001-49.

Jaborá, SC, 18 de outubro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2017

Publicação Nº 1404979

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2017

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Jaborá/SC, através do Município de Jaborá, em cumprimento da ratificação procedida pelo Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação a seguir:

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA MAQUINA TIPO, ROLO COMPACTADOR, PARA AUXILIAR NOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC.

FAVORECIDO: JV SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA - ME

VALOR ESTIMADO: R\$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94.

Jaborá (SC), 18 de outubro de 2017.

Aldo Guarese

Presidente da Comissão

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017 DESERTA

Publicação Nº 1404875

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 4/2017

O MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes realizada em 17 de outubro de 2017, às 14:30 h., referente ao Processo Licitatório nº 37/2017, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA E/OU ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM PROJETOS E OBRAS DE REVITALIZAÇÃO/REFORMA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS RELATIVOS À REVITALIZAÇÃO E REFORMA DO ANTIGO "JUVENATO SÃO PASCOAL, foi declarada DESERTA, uma vez que não acudiram participantes.

Jaborá, 18 de outubro de 2017.

Aldo Guarese

Presidente da Comissão

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017-FMS

Publicação Nº 1404936

#### EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor Preço Por Item

**OBJETO:** O presente Edital consiste na aquisição de EQUIPAMENTOS DE ÓRTESES E PRÓTESES, destinadas para auxiliar o meio de locomoção de pacientes atendidos pelo Fundo Municipal de Saúde, conforme nova regulação da Secretaria Estadual da Saúde (SES), que descreve a superintendência de serviços especializados e regulação sobre a concessão aos usuários da rede do SUS, com a implantação da rede de cuidados à saúde da pessoa com deficiência estabelecida pela Portaria GM/MS 793 de 24/04/2012, em conformidade com as especificações e quantidades descritas no Item I-Objeto e demais Anexos deste Edital.

**DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO:** Este edital terá disputa ampla a todos os interessados, em virtude do certame nº 29/2017, no atendimento da LC 147/2014 restar Deserto.

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

**DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES:** Até às 13:30 horas do dia 01 de novembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Orçamento estimado para aquisição: R\$ 77.124,35 (setenta e sete mil cento e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos).

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 11 de outubro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

JONAS GERMANO SCHMIDT  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 141/2017

Publicação Nº 1404934

#### EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 141/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TIPO: Menor Preço Global

**OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de uma caixa de corrida para adequação de

acessibilidade e uma plataforma elevatória vertical enclausurada com acionamento hidráulico para portadores de necessidades especiais, para o Centro Administrativo Municipal (CAM), localizado na Rua Walter Marquardt, 1111 no Bairro Barra do Rio Molha em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

**REGIMENTO:** Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

**PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES:** até as 08:30 horas do dia 07 de novembro de 2017, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

**ABERTURA dos ENVELOPES:** 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

**RETIRADA DO EDITAL E ANEXO:** O edital estará disponível na Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br) sem qualquer custo. Os Anexos do Edital (Projeto Básico, Memorial Descrito e Planilha orçamentária/quantitativa), deverão ser retirados na Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no endereço acima, no horário das 08:00 às 11:00hs e das 13:00 às 16:00hs, mediante apresentação do comprovante de pagamento de taxa de R\$ 20,00 (vinte reais), que deverá ser retirada no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, no mesmo horário.

**VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 80.342,74 (oitenta mil trezentos e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 09 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

### EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2017

Publicação Nº 1405766

#### EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2017

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

29º SCHUTZENFEST

TIPO: Menor Preço por Item

#### COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados na licitação por Pregão Presencial acima, que está promovendo alteração no item 5.2.11 do Edital. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista a alteração modificar a formulação das propostas, esta Administração Pública comunica aos interessados que está reabrindo o prazo e marcando nova data para o recebimento das propostas e abertura da sessão pública, conforme segue:

**DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES:** Até às 09:00h do dia 31/10/2017 no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul – SC.



O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes: às 10:00h do dia 31/10/2017, na sala de reuniões da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, localizada na ARENA JARAGUÁ, na Rua Gustavo Hagedorn, 636, bairro Nova Brasília, Jaraguá do Sul. As demais informações permanecem inalteradas. Jaraguá do Sul (SC), 16 de outubro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

## **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 126/2017 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Publicação Nº 1405303

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 126/2017  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, torna público aos interessados que se encontra aberto CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE FISIOTERAPIA, destinados aos servidores municipais vítimas de acidente de trabalho, em atendimento a Lei Complementar nº 154/2014, nas condições e prazos estipulados no presente edital.

JUSTIFICATIVA: No caso concreto, a licitação mostra-se desvantajosa para o interesse público a ser atendido, melhor coadunando-se com tal finalidade o credenciamento, posto que permite a seleção de todos os profissionais que atenderem aos requisitos do regulamento. Quanto maior o número de credenciados, melhor será o atendimento ao interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: inexigibilidade de competição por encontrarem-se preenchidos os requisitos legais do artigo 25, caput da Lei 8.666/93, qual seja, da inviabilidade de competição.

PRAZO E LOCAL PARA CREDENCIAMENTO: a partir de 26 de outubro de 2017, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs na Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos da Prefeitura Municipal situada à Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul-SC, através da Comissão Permanente de Licitações, de acordo com o Decreto Municipal nº 11.185/2017.

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Gerência de Saúde Ocupacional pelo telefone 0(47) 2106-8098 na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Walter Marquardt nº 1111, no Bairro Barra do Rio Molha em Jaraguá do Sul/SC.

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço supracitado, ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br).

Jaraguá do Sul, 18 de setembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017 - FROAGRO**

Publicação Nº 1404929

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017 - FROAGRO  
FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO  
RURAL E AGRICULTURA

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal nº 6.291/2011 e Decreto 8.440/2012.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Este edital terá disputa ampla a todos os interessados, em virtude do certame nº 008/2017, no atendimento da LC 147/2014 restar Frustrado.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 06 de novembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 hs do dia 06 de novembro de 2017, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 60.307,12 (sessenta mil trezentos e sete reais e doze centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 11 de outubro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

DANIEL PEACH  
Gestor do Froagro

## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2017**

Publicação Nº 1404935

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2017  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PARQUES INFANTIS, destinados para as Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Este edital terá disputa ampla a todos os interessados, em virtude do certame nº 115/2017, no atendimento da LC 147/2014 restar Frustrado.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 horas do dia 06 de novembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 14:00 hs do dia 06 de novembro de 2017, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 11 de outubro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

### **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 153/2017**

Publicação Nº 1405764

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 153/2017  
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER  
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Constitui a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de gestão financeira de bilheteria e de tiro ao alvo, com fornecimento de mão de obra, software e equipamentos necessários para gerenciamento financeiro, destinados à 29ª Schützenfest, no período de 09 a 19 de novembro de 2017, em conformidade com o ANEXO I – Especificações dos Serviços e ANEXO X – Termo de Referência, deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO: Em atendimento a LC 147/2014, o item deste edital se enquadra na participação exclusiva para ME/EPP, sendo permitido as G.E. formularem proposta para o item, que somente será considerada em caso de inexistir o número mínimo de três licitantes na condição de ME/EPP.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 11:00 hs do dia 31/10/2017 no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul – SC.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes: às 13:30 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, localizada na ARENA JARAGUÁ, na Rua Gustavo Hagedorn, 636, bairro Nova Brasília, Jaraguá do Sul.

VALOR MÁXIMO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)  
Jaraguá do Sul (SC), 16 de outubro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

### **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017**

Publicação Nº 1405784

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017  
Processos: 007/2017-FMAS, 11/2017-FMS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/ ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO/EDUCAÇÃO/CULTURA, ESPORTE E LAZER  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
TIPO: menor preço GLOBAL

O Município de Jaraguá do Sul, através da Pregoeira e equipe de Apoio comunica aos participantes do Pregão Presencial 30/2017 que após julgamento do Recurso Interposto tempestivamente pela empresa VELTI TECNOLOGIA, SISTEMAS E ENGENHARIA LTDA ME, exarada pelo Secretário Municipal da Administração Sr. Argos José Burgardt e Sr. Prefeito Municipal Sr. Antídio Aleixo Lunelli (encaminhado e cientificado pelos participantes do certame e publicado no D.O.M. – Diário Oficial dos Municípios no dia 17/10/2017), ficam as empresas convocadas para abertura da Habilitação da empresa segunda colocada no certame AHGORA SISTEMAS S/A, ficando marcada sessão pública para o dia 20/10/2017 às 13:15 hs, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e contratos.

Jaraguá do Sul (SC), 18 de outubro de 2017.

Rosinei Aparecida Gretter Dias

Elían Gustavo Hermes Vareiro

Sidnei Correa de Almeida

Pregoeira e Equipe de Apoio  
Decreto nº 11.334/2017

De acordo:

Samarone de Mira Zimmermann  
Diretor de T.I.

### **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2017**

Publicação Nº 1404932

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2017  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
TIPO: Menor Preço Por Lote

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de Desenvolvimento e Aplicação do software de BUSINESS INTELLIGENCE (BI), para construção e implantação de consultas e painéis de apoio à decisão e aquisição de licenciamento de ferramenta BI e serviços de horas técnicas, na condição de serviços de consultoria, instalação e desenvolvimento e aplicação do software de BI ao longo de 12 (doze) meses, visando prover serviços especializados na área de BI e Gestão Estratégica com finalidade de atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, conforme especificações

e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002. Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000. Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002. Decreto Municipal nº 6737/2009, de 09 de julho de 2009 e Lei Complementar Federal 147/2014, 7 de agosto de 2014.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 01 de novembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 409.566,68 (quatrocentos e nove mil quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito

centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br) Jaraguá do Sul (SC), 25 de setembro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

## **ERRATA AO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 324/2017**

Publicação Nº 1405787

ERRATA AO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 324/2017

O Município de Jaraguá do Sul, através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que em função de erro de digitação, fica corrigido o extrato onde consta o número do Processo Licitatório passa a ler: Inexigibilidade nº 130/2017 ao Credenciamento nº 097/2017.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2017.  
Antônio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2017**

Publicação Nº 1405724

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: AR FIOREZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de medicamentos para atendimento a Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário R\$
09	06	Caixas	ALENTHUS XR 150MG (CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29672	83,9000
55	24	Caixas	DIVALPROATO DE SÓDIO 250MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 11456	44,4000
56	2000	Comp.	DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG ER – CÓDIGO 24847	1,4200
134	12	Caixas	OMNIC 0,4MG – TANSULOSINA 0,4MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 13030	82,3500
182	28	Caixas	TICAGRELOR 90MG (BRILINTA 90MG) – CAIXAS COM 60 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 28602	310,5000

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 23/08/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antônio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Michel Marcello

Antônio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt  
Gestor do FMS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2017**

Publicação Nº 1405726

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2017**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: MAIOCHI INSTALAÇÕES E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS CORTANTES (lâminas, canto de lâminas, unhas ) ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 76/2017, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da Contratada referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
01	108 Disputa Ampla	UN	Lâmina côncava 13 furos (patrola) largura de 8" e espessura de 3/4" – furo 5/8" - dureza entre 400 a 550 HB com tratamento térmico.	434,00
03	30	UN	Lâmina côncava 13 furos (patrola) largura de 8" e espessura de 3/4" – furo 3/4" – dureza entre 400 a 550 HB com tratamento térmico.	479,00
04	40	UN	Lâmina côncava 15 furos (patrola) largura de 8" e espessura de 3/4" – furo 3/4" - dureza entre 400 a 550 HB com tratamento térmico.	576,00
05	200	UN	Unha de concha p/escavadeira PC 200 – dureza mínima 400 HB com tratamento térmico.	49,00
07	06	UN	Lâmina 3/4 11 furos p/trator de esteira komatsu D 65 – dureza mínima 400 HB com tratamento térmico.	596,00
09	18	UN	Laminas da concha dianteira p/ retroescavadeira randon RD 406 – 12 furos - furo de 3/4" – dureza mínima de 400 HB com tratamento térmico.	730,00
12	06	UN	Canto de lâmina 1" curvo p/trator de esteira komatsu D-50-65 – dureza mínima 400 HB com tratamento térmico.	195,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro, com o Sr. Macio, no horário das 7:30 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antidio Aleixo Lunelli e Eluisa Hertel Maiochi

Antidio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2017**

Publicação Nº 1405727

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2017**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017 e Processo 001/2017-FROHAB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e o FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL - FROHAB

CONTRATADA: BENTEC COMÉRCIO DE SEMENTES LTDA - EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de adubos e uréia, destinados para ajardinamento do calçadão, praças, jardins e trevos e atender aos Programas habitacionais na manutenção nos taludes dos loteamentos com fins habitacionais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 28/2017, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
04	1.300	SC	Adubo orgânico composto de galinha – sc c/25 kg	20,80
06	40	SC	Adubo químico NPK 4-14-8 – sc c/25 kg	51,00
08	35	SC	Uréia – sc c/25 kg	49,50

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.



**PAGAMENTOS:** Os pagamentos serão realizados até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos e/ou Fundo Rotativo Habitacional - Frohab.

**PRAZO DE ENTREGA:** A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile e/ou e-mail.

**LOCAL DE ENTREGA:** As entregas deverão ser efetuadas no Setor de Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sito a Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro.

**DATA DA ASSINATURA:** 19/09/2017.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Antidio Aleixo Lunelli, Luis Fernando Almeida e Ronaldo Polleim

Antidio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

Luis Fernando Almeida  
Coordenador do Frohab

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2017

Publicação Nº 1405728

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2017

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017 e Processo 001/2017-FROHAB

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e o FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL - FROHAB

**CONTRATADA:** JULCIMAR ANDRE BORDIGNON & CIA LTDA ME

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de adubos destinados para ajardinamento do calçamento, praças, jardins e trevos e atender aos Programas habitacionais na manutenção nos taludes dos loteamentos com fins habitacionais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 28/2017, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
05	180	SC	Adubo fertilizante turfa – sc c/25 kg	24,00
07	60	SC	Adubo químico NPK 10-10-10 – sc c/25 kg	59,80

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**PAGAMENTOS:** Os pagamentos serão realizados até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos e/ou Fundo Rotativo Habitacional - Frohab.

**PRAZO DE ENTREGA:** A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile e/ou e-mail.

**LOCAL DE ENTREGA:** As entregas deverão ser efetuadas no Setor de Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sito a Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro.

**DATA DA ASSINATURA:** 19/09/2017.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Antidio Aleixo Lunelli, Luis Fernando Almeida e Jonecler Bordignon

Antidio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

Luis Fernando Almeida  
Coordenador do Frohab

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2017

Publicação Nº 1405729

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2017

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2017

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

**CONTRATADA:** ETIPLASTI COM. E SERV. EM PLÁSTICOS LTDA EPP

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço o fornecimento de medalhas, troféus, pin's e comendas, destinados à premiação em eventos culturais realizados pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I do Pregão presencial 120/2017, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
01	80	Unid.	Troféu em acrílico cristal 6mm, com impressão UV + base em acrílico preto 6mm + impressão serigráfica em dourado na base – tamanho aproximado: 21cm altura, em conformidade com o Anexo IX – Termo de Referência. (Código 13068)	42,30
02	40	Unid.	Troféu em acrílico cristal 6mm, com impressão UV + base em acrílico preto 6mm + impressão serigráfica em dourado na base – tamanho aproximado: 17cm altura, em conformidade com o Anexo IX – Termo de Referência. (Código 20320)	48,40
03	15	Unid.	Troféu em acrílico cristal 6mm, com impressão UV + base em acrílico preto 6mm + impressão serigráfica em dourado na base – tamanho aproximado: 21cm altura, em conformidade com o Anexo IX – Termo de Referência. (Código 35571)	46,73
04	30	Unid.	Troféu em acrílico cristal 6mm, com impressão UV + base em acrílico preto 6mm + impressão serigráfica em dourado na base – tamanho aproximado: 17cm altura, em conformidade com o Anexo IX – Termo de Referência, em conformidade com o Anexo IX – Termo de Referência. (Código 35569)	42,30
05	70	Unid.	Troféu em acrílico cristal 6mm, com impressão UV – 21 cm de altura – base 6mm com impressão, em conformidade com o Anexo IX – Termo de Referência. (Código 35568)	64,30
06	160	Unid.	Medalha em acrílico cristal 3mm com impressão UV + branco total – fita verde-bandeira-tamanho 6,5cm, em conformidade com o Anexo IX – Termo de Referência. (Código 35570)	6,35
07	100	Unid.	Troféu em acrílico cristal 6mm, corte laser formato especial, + base, com impressão Direto no Acrílico, + 4 pingos de silicone na base; na base deverá ser aplicadas etiquetas personalizadas adesivas em vinil com impressão digital. Tamanho aproximado:15 cm altura, em conformidade com o Anexo IX – Termo de Referência. (Código 35565)	66,40
08	18	Unid.	Troféu em acrílico cristal 8mm, impressão UV, base acrílico preto. Plaqueta metal personalizada na base. Tamanho aproximado:25 cm altura, em conformidade com o Anexo IX – Termo de Referência. (Código 35566)	105,00
09	360	Unid.	Medalha de ordem honorífica em acrílico cristal 4mm, recorte especial, impressão UV, metal (ouro, prata e bronze) com formato especial, gravação em alto e baixo-relevo, ressaltado sobre acrílico com fita de cetim cor verde 22mm. Tamanho aproximado 5x7cm, em conformidade com o Anexo IX – Termo de Referência. (Código 35570)	10,50

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**PAGAMENTOS:** Os pagamentos serão realizados em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.

**PRAZO DE ENTREGA:** Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme a necessidade do Município que será formalizada através de Autorização de Fornecimento, emitida com antecedência mínima de 05 dias do evento, respeitando a vigência da Ata do Registro de Preços.

**LOCAL DE ENTREGA:** Na seda de Arena Jaraguá, localizada na Rua Gustavo Hagedorn, 636, bairro Nova Basília – Jaraguá do Sul.

**DATA DA ASSINATURA:** 25/09/2017.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Antidio Aleixo Lunelli e Jean Fernando Craes.

Antidio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2017

Publicação Nº 1405730

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2017

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2017

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

**CONTRATADA:** BECKUS ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS LTDA ME

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço para contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I do Pregão presencial 121/2017, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Descrição dos objetos	Valor unit. do item (R\$)
03	13	<p>Sonorização Tipo 03</p> <p>02 Mesa de som de o mínimo 32 canais com 16 Mandadas de Auxiliar</p> <p>01 Multicabo 32 vias Splitado 50 metros</p> <p>01 Equalizador de no mínimo 31 bandas estéreo</p> <p>01 Processador com no mínimo 06 vias</p> <p>08 Caixas de alta frequência, processadas e amplificadas</p> <p>01 Microfones sem fio e pedestais</p> <p>08 Microfones Dinâmicos com pedestais</p> <p>01 Kit de microfones para bateria/percussão</p> <p>01 Bateria 07 peças completa e devidamente montada</p> <p>01 Amplificador de Baixo</p> <p>01 Amplificadores de Guitarra</p> <p>04 Caixas de Graves com 02 alto-falantes de 18"com potência e cabos</p> <p>01 Notebook</p> <p>06 Monitores chão (retorno) com no mínimo 03 potências e cabos</p> <p>02 Microfones sem fio e pedestais</p> <p>10 Microfones Dinâmicos com pedestais</p> <p>01 Kit de microfones para bateria/percussão</p> <p>01 Bateria 07 peças completa e devidamente montada</p> <p>01 Amplificador de Baixo de no mínimo 150w com 01 caixa 1x15" e 01 caixa 4x10".</p> <p>02 Amplificadores de Guitarra de no mínimo 100w</p> <p>Cabos e conexões necessárias para a ligação de todo equipamento descrito.</p> <p>Iluminação</p> <p>24 Par led 3 watt</p> <p>02 Minibrutes</p> <p>06 Moving Bean 200r</p> <p>01 Mesa de luz digital de 24 canais DMX</p> <p>01 Dimmer de 12 canais de 4kw</p> <p>01 Máquina de fumaça com ventilador</p> <p>Estrutura metálica necessária para a iluminação e sonorização acima descrita.</p> <p>Alimentação e cabeamento necessário para os equipamentos acima descritos.</p>	2.240,00

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**PAGAMENTOS:** Os pagamentos serão realizados em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.

**PRAZO DE ENTREGA:** Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme a necessidade do Município que será formalizada através de Autorização de Fornecimento, contendo a indicação do dia, do horário de início do evento e do local onde os serviços devem ser prestados, emitida com antecedência mínima de 05 dias da efetiva prestação de serviço a título de agendamento, respeitando a vigência da Ata do Registro de Preços prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

**DATA DA ASSINATURA:** 25/09/2017.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Antidio Aleixo Lunelli e Alceu Euclides Wielgosz

Antidio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 283/2017

Publicação Nº 1405732

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 283/2017

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2017.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

**CONTRATADA:** SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

**DO OBJETO:** O objeto do presente contrato consiste na prestação de assessoria técnica especializada na área de orientação de elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos Órgãos Governamentais Federais, Organismos Internacionais e Embaixadas, e na área de captação de recursos junto ao Governo Federal, Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais e Organismos Internacionais.

**DO VALOR:** O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, o valor mensal de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais) totalizando o valor de R\$ 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais) pela totalidade do contrato.

**DO PAGAMENTO:** O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, em moeda corrente do país, em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica e relatório de entregas, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso no Gabinete do Prefeito.



DO PRAZO: O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando no primeiro dia útil seguinte a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido pela Lei Federal n. 8.666/93, a critério das partes e da necessidade do município. O prazo de vigência é igual ao prazo de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - O recurso orçamentário decorrente deste edital correrá por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017 e 2018, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
04.122.0300.2.020.3.3.90	Manut. das ativ. admin. do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	3.3.90 – Aplicações Diretas	01	Próprios

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Lilio Chaves Cabral.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2017

Publicação Nº 1405737

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: SÃO BENTO ALIMENTOS E EVENTOS EIRELI ME

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto o fornecimento de refeições (café, almoço, lanche e janta), a serem servidas, diariamente, para os atletas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, durante competições municipais, regionais e estaduais, em conformidade com as descrições e valores.

DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores contemplados no item 1.1 da cláusula primeira deste contrato, correspondentes à remuneração da arbitragem por modalidade, categoria e número de jogos.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 dias após a finalização de cada evento esportivo e fornecimento do buffet, mediante apresentação da nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, e do respectivo relatório de refeições servidas no evento, bem como cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº 209, de 20/05/99; A nota fiscal a ser emitida deverá prever, quando for o caso, a retenção do INSS a que se refere à Ordem de Serviço nº 209 INSS/DAF.

DO PRAZO: O prazo de execução para a realização dos serviços será até 31 de dezembro de 2017, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes. A vigência do contrato será igual ao prazo de execução acima, acrescido de 60(sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 21/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Ademir Dalmolin.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 331/2017

Publicação Nº 1405740

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 331/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: M MÓBILE EIRELI – EPP

DO OBJETO: O objeto do presente CONTRATO consiste no fornecimento de ACESSÓRIOS MÓVEIS E DE COZINHA SOB MEDIDA, destinados ao C.M.E.I Maria Mokwa Kiatkoski da Rede Municipais de Ensino, localizada na Rua 832 – Francisco Gretter, no Bairro Ribeirão Cavallo, em conformidade com as quantidades descritas no Item I do edital e demais anexos.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 64.560,24 (sessenta e quatro mil quinhentos e sessenta reais e vinte e quatro centavos), pela totalidade do objeto licitado.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega total dos itens vencidos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria de Educação.

PRAZO DE ENTREGA: O prazo para entrega e instalação será de até 90 (noventa) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da Autorização de Fornecimento e assinatura deste contrato. O prazo de vigência do contrato é igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

LOCAL DE ENTREGA: Na sede do C.M.E.I Maria Mokwa Koathosky, localizado na Rua 832 – Francisco Gretter no Bairro Braço do Ribeirão Cavallo em Jaraguá do Sul/SC.

DATA DA ASSINATURA: 27/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Luiz Amarildo Mueller

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 333/2017**

Publicação Nº 1405742

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 333/2017**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAULINÉIA LOTTERMANN REIS – ME

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de móveis escolares, destinados para a EMEB Jonas Alves de Souza e CMEI Mokwa Kiatkoski da Rede Municipais de Ensino, em conformidade com o Item 01 - Especificações e Quantidades, Anexo VII – Locais para entrega.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores conforme segue:

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
06	14	Unid.	CONJUNTO PARA REFEITÓRIO INFANTIL COMPOSTO DE UMA MESA E DOIS BANCOS: Mesa: Estrutura em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 para os pés em 30x30(parede 1,20mm) e requadro superior em tubo 30x50(parede 1,20mm) que unidas entre si formam uma peça única. Na peça do requadro estão soldados seis suportes de chapa de aço nas dimensões 30x20x2mm que servirão para fixação do tampo. Fechamento dos topos com ponteiros plásticos injetados 30x30 fixadas através de encaixe. Soldagem dos componentes que formam a estrutura deverão ser ligados entre si através de solda pelo processo MIG em todas as junções. Proteção da superfície com tratamento especial ecologicamente correto denominado sistema "nanoceramic". Em monovia aérea o produto é banhado por sistema spray em vários estágios, anticorrosivo e desengraxante. Pintura por sistema ELETROSTÁTICO em epóxi-pó, processo de cura em estufa a 220°C. Tampo(2000x700mm) em MDF de 18mm de espessura revestido com laminado melamínico de 0,8mm de espessura, na cor ovo. Acabamento das bordas com PVC tipo "T" fixados através de encaixe. Fixado à estrutura através de seis parafusos 4.5x16. Altura: 580mm. Bancos: Estrutura em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 para os pés em 30x30(parede 1,20mm) e requadro superior em tubo 30x50(parede 1,20mm) que unidas entre si formam uma peça única. Na peça do requadro estão soldados seis suportes de chapa de aço nas dimensões 30x20x2mm que servirão para fixação do tampo. Fechamento dos topos com ponteiros plásticos injetados 30x30 internas fixadas através de encaixe. Soldagem dos componentes que formam a estrutura deverão ser ligados entre si através de solda pelo processo MIG em todas as junções. Proteção da superfície com tratamento especial ecologicamente correto denominado sistema "nanoceramic". Em monovia aérea o produto é banhado por sistema spray em vários estágios, anticorrosivo e desengraxante. Pintura por sistema ELETROSTÁTICO em epóxi-pó, processo de cura em estufa a 220°C. Assento (2000x350mm) em MDF de 18mm de espessura revestido com laminado melamínico de 0,8mm de espessura, na cor ovo. Acabamento das bordas com PVC tipo "T" fixados através de encaixe. Fixado à estrutura através de seis parafusos 4.5x16. Altura: 340mm. MARCA: REIFLEX	519,00
10	20	Cjto	CONJUNTO INFANTIL 1 MESA COM 4 CADEIRAS Mesa infantil 80x80x58 confeccionada em MDF 15mm revestida em fórmica lisa brilhante em cores suaves (azul, amarelo, verde) com acabamento em perfil de PVC tipo T na , quatro pernas em tubo 1" p. 0,90; ponteiros para os tubos em polipropileno tipo bola. Cadeiras 4 pés confeccionada em tubo 3/4 parede 1,06mm; com 02 travessas de reforço, ponteiros externas para os pés em polipropileno de alta resistência fixadas através de encaixe; assento/encosto em compensado semianatômico de 10mm assento 30x30cm e encosto 30x16cm revestidos em fórmica lisa brilhante em cores suaves (azul, amarelo, verde) ; fixação das estruturas por meio de rebite de alumínio maciço de 5mm tipo lentilha. O metal recebe tratamento por imersão antiferrugem e pintura epóxi pó poliéster na cor preta. MARCA: REIFLEX	924,80

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega total dos itens vencidos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria de Educação.

PRAZO DE ENTREGA: O prazo para a execução dos serviços será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

LOCAL DE ENTREGA: No CMEI MARIA MOKWA KIATKOSKI, localizado na Rua 832, Francisco Gretter, no Bairro Braço Ribeirão Cavalo em Jaraguá do Sul/SC e EMEB JONAS ALVES DE SOUZA, localizado na Rua Ir. Leandro, nº 3339, no Bairro Tifa Martins em Jaraguá do Sul/SC, de acordo com as quantidades para cada local, constantes no Anexo VII do Edital.

DATA DA ASSINATURA: 29/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Leandro Alberto Kerber.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 338/2017**

Publicação Nº 1405744

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 338/2017**

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 102/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: TRUST CONSTRUTORA LTDA EPP.

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para reforma das salas 11 a 15 do Edifício Gardênia, localizado na rua Leopoldo Malheiro nº 15, no centro de Jaraguá do Sul, com área total de 322,81m², para nova sede do Procon, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 132.073,29 (cento e trinta e dois mil setenta e três reais e vinte e nove centavos) referente à mão de obra e R\$ 162.618,05 (cento e sessenta e dois mil seiscentos e dezoito reais e cinco centavos) referente aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 294.691,34 (duzentos e noventa e quatro mil seiscentos e noventa e um reais e trinta e quatro centavos), em conformidade com o disposto no item 5.2 seguinte. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo a medição à devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento.

DO PRAZO: O prazo para execução dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. A ordem de serviço deverá ser emitida em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por igual período, devidamente justificado no processo licitatório.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - A despesa do objeto desta licitação correrá por conta do seguinte recurso orçamentário do exercício de 2017, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
14.122.0300.1.030.4.4.90	Reforma da Sede do PROCON	4.4.90 – Aplicações Diretas	5	FMDDD

DATA DA ASSINATURA: 03/10/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Diogo Ferronato.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 339/2017**

Publicação Nº 1405745

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 339/2017**

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 101/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME.

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de material e mão de obra, para substituir a estrutura de cobertura de parte da edificação com área de 550,19m², substituição de telas, colocação de calhas, instalação elétrica preventiva de incêndio na E.M.E.B Erich Blossfeld, localizada na Rua Antônio Ribeiro nº 354 no Bairro Ilha da Figueira, município de Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 106.666,68 (cento e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos) referente à mão de obra e R\$ 159.999,98 (cento e cinquenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) referente aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 266.666,66 (duzentos e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), em conformidade com o disposto no item 5.2 seguinte. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo a medição à devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento.

DO PRAZO: O prazo para execução dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. A ordem de serviço deverá ser emitida em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por igual período, devidamente justificado no processo licitatório.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - A despesa do objeto desta licitação correrá por conta do seguinte recurso orçamentário do exercício de 2017, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.117.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Ensino Fundamental	4.4.90 – Aplicações Direta	128	Salário Educação

DATA DA ASSINATURA: 05/10/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Lincon Truppel Machado,

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO CONTRATO Nº XXX/2017

Publicação Nº 1405743

EXTRATO DO CONTRATO Nº xxx/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: SUPRIMÓVEIS EIRELI - EPP

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de móveis escolares, destinados para a EMEB Jonas Alves de Souza e CMEI Mokwa Kiatkoski da Rede Municipais de Ensino, em conformidade com o Item 01 - Especificações e Quantidades, Anexo VII – Locais para entrega.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores conforme segue:

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
03	08	Unid.	<p>MESA RETA COM 03 GAVETAS</p> <p>Mesa medindo 1200 x 500 x 750mm</p> <p>Tampo, laterais e painel frontal confeccionados em chapa de madeira MDF 18mm na cor ovo.</p> <p>Sistema de fixação composto por parafusos</p> <p>Bordas retas com acabamento em fita de PVC 2,0mm de espessura para o tampo e laterais e 2mm para o painel frontal na cor e padrão do revestimento colada ao substrato de madeira pelo processo "hot melt".</p> <p>Torre vertical confeccionada em chapa de aço de 1,2mm de espessura, em forma de paralelogramo regular, com ângulos de 90/45 graus, fixada meio de dispositivos plásticos de pressão, localizada na face chanfrada interna da torre (voltada ao usuário).</p> <p>Base com sapata em material plástico injetado com Ø de 89mm e 19mm de altura, sistema de fixação por meio de barra roscada reforçada de 3/8" com haste de 44mm para permitir a regulagem de altura.</p> <p>As estruturas em aço receberão pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi.</p> <p>Gaveteiro fixo com 03 gavetas medindo 350x 500x340mm de altura, confeccionado em chapa de madeira MDF. Bordas retas com acabamento em fita de PVC 0,5mm de espessura na cor, colada ao substrato de madeira pelo processo "hot melt".</p> <p>Gavetas convencionais no mesmo material e acabamento do corpo, sendo 03mm de espessura para o fundo horizontal e 18mm para demais partes, com correções de 450 mm de comprimento, fabricadas em chapa de aço dobrada com pintura epóxi na cor branca, roldanas de nylon, fixadas por meio de parafusos.</p> <p>Sistema de chaveamento com aplicação frontal, travamento lateral das gavetas simultaneamente composto por chave, rotação de 180º, cilindro com corpo 20mm de comprimento, Ø de 19mm, abas para fixação e acabamento cromado.</p> <p>Puxador tipo alça, com 110mm de comprimento e confeccionados em tubo de aço com Ø e altura de 5 mm, acabamento cromado liso e fixados por meio de parafusos métricos M4 x 26mm.</p> <p>Tampo, gavetas na cor ovo.</p> <p>MARCA: AKON</p>	412,50
12	04	Unid.	<p>ARQUIVO DE AÇO -</p> <p>Tipo vertical com 4 gavetas deslizantes em carrinhos telescópicos, formato ofício para pastas suspensas, com chave de fechamento simultâneo, com portas etiquetas e puxador embutido na cor cinza, estrutura de aço chapa 24 com tratamento antiferrugem e pintura epóxi a pó na cor cinza cristal.</p> <p>Dimensões: A 1335mm x P 710mm x L 470 mm.</p> <p>MARCA: AKON</p>	864,50

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega total dos itens vencidos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria de Educação.

**PRAZO DE ENTREGA:** O prazo para a execução dos serviços será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

**LOCAL DE ENTREGA:** No CMEI MARIA MOKWA KIATKOSKI, localizado na Rua 832, Francisco Gretter, no Bairro Braço Ribeirão Cavalo em Jaraguá do Sul/SC e EMEB JONAS ALVES DE SOUZA, localizado na Rua Ir. Leandro, nº 3339, no Bairro Tifa Martins em Jaraguá do Sul/SC, de acordo com as quantidades para cada local, constantes no Anexo VII do Edital.

**DATA DA ASSINATURA:** 29/09/2017.

**FORO:** COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Antídio Aleixo Lunelli e Anderson Santos Farias.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO Nº 329/2016 AO CONTRATO Nº 312/2014

Publicação Nº 1405739

### EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO Nº 329/2016 AO CONTRATO Nº 312/2014

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2014.

**FUNDAMENTO:** artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/91.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

**CONTRATADA:** LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.

**DO OBJETO:** Constitui objeto deste contrato prestação de vigilância humana armada e/ou desarmada, destinado para segurança de diversos locais do município, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, Anexo XIII – Planilha de composição de custo, nos locais como segue:

Nº	LOCAL	POSTO	TIPO	ENDEREÇO	TURNO	DATA INÍCIO
02	Secretaria de Obras	01 Posto 02 Vigilantes	Desarmada	Rua Ângelo Rubini, 600 – Barra do Rio Cerro	12 Horas Diurnas (Das 06 as 18 Horas) de Domingo a Sábado inclusive Feriados e Pontos Facultativos.	13/08/2014
03	Centro de Resgate Social	01 Posto 02 Vigilantes	Desarmada	Rua João Januário Ayroso, 1855 – Jaraguá Esquerdo	12 Horas Noturnas de Segunda a Sexta e 24 Horas Sábados, Domingos, Feriados e Pontos Facultativos	01/08/2014
07	Arena Jaraguá – Fundação Municipal de Esportes (FME)	01 Posto 02 Vigilantes	Desarmada	Rua Gustavo Hagedorn, 636 – Nova Brasília	12 Horas Noturnas de Segunda a Sexta e 24 Horas Sábados, Domingos, Feriados e Pontos Facultativos	01/08/2014
08	Ginásio Arthur Müller	01 Posto 02 Vigilantes	Desarmada	Rua Eptácio Pessoa, 1.033 – Centro	12 Horas Noturnas de Segunda a Sexta e 24 Horas Sábados, Domingos, Feriados e Pontos Facultativos	01/08/2014
09	Abrigo Institucional – Unidade Tifa Martins (Procad)	01 Posto 04 Vigilantes	Desarmada	Rua Arthur Breithaupt, 333 – Tifa Martins	24 Horas ininterruptas de Segunda a Segunda, inclusive Feriados e Pontos Facultativos..	01/08/2014
11	Centro Esportivo Municipal Murilo Barreto de Azevedo	01 Posto 02 Vigilantes	Desarmada	Rua Francisco Hruschka, s/nº – São Luis	12 Horas Noturnas de Segunda a Sexta e 24 Horas Sábados, Domingos, Feriados e Pontos Facultativos	01/12/2014
12	Centro de Artes e Esportes Unificado (CEU)	01 Postos 02 Vigilantes	Desarmada	Rua Adão Noroschny, s/nº Vila Lenzi	12 Horas Noturnas de Segunda a Sexta e 24 Horas Sábados, Domingos, Feriados e Pontos Facultativos	11/12/2015
13	Estacionamento de veículos apreendidos	01 Posto 04 Vigilantes	Desarmada	Rua Walter Marquardt, – Barra do Rio Molha	24 Horas ininterruptas de Segunda a Segunda, inclusive Feriados e Pontos Facultativos..	10/12/2015

**DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Com fundamento no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal 8.666/93, considerando o Parecer Técnico Contábil e Financeiro n.º 104/2016 FAVORÁVEL referente Solicitação de Reequilíbrio Protocolada por Fornecedor do Município (Revisão/Reequilíbrio Econômico-Financeiro (fls. 91/95) emitido pela Controladoria Geral deste Município em data 20 de setembro de 2017 a respeito de reajuste de preço, e em razão da continuidade do fornecimento do referido serviço e conforme Decisão Administrativa exarada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito fica a partir de 01/02/2017 concedido o reequilíbrio econômico-financeiro, em um percentual de 5,34% no item nº 01 – 24 horas ininterruptas (desarmada), de 5,42% no item nº 02 – 12 horas diurnas (desarmada), de 5,34% no item nº 03 – 12 horas noturnas (armada) e de 5,33% no item nº 03 – 12 horas noturnas (desarmada), passando o preço vigorar conforme segue:

Item	Postos	Descrição	Número de Vigilantes	Valor unitário por posto	Valor mensal do item
01	02	24 horas ininterruptas (desarmada)	08	R\$ 19.522,74	R\$ 39.045,48
02	01	12 horas diurnas (desarmada)	02	R\$ 8.638,07	R\$ 8.638,07
03	05	12 horas noturnas (desarmada)	10	R\$ 12.395,99	R\$ 61.979,95
	00	12 horas noturnas (armada)	00	R\$ 12.413,70	R\$ 0,00
Valor total mensal					R\$ 109.663,50



Considerando o reajuste concedido no item anterior, e considerando o faturamento dos serviços prestados e a serem realizados pela CONTRATADA no período de 01/02/2017 a 31/10/2017 com base no valor revisado do contrato, o valor devido a título de diferença entre o valor praticado anteriormente e o valor reajuste, importará em R\$ 989,35 (novecentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos) no item nº 01 – 24 horas ininterruptas (desarmada), em R\$ 173,86 (cento e setenta e três reais e oitenta e seis centavos) no item nº 02 – 12 horas diurnas (desarmada), em R\$ 628,76 (seiscentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos) o item nº 03 – 12 horas noturnas (armada), e em R\$ 628,77 (seiscentos e vinte e oito reais e setenta e sete centavos) no item nº 03 – 12 horas noturnas (desarmada), o equivalente a R\$ 5.566,41 (cinco mil quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos) por mês, totalizando um valor de R\$ 50.097,69 (cinquenta mil noventa e sete reais e sessenta e nove centavos) relativo a 09 (nove) meses (01/02/2017 a 31/10/2017).

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços, previstos no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 367/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 150/2016, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 293/016, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Sexto Termo Aditivo nº 014/2017, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sétimo Termo Aditivo nº 179/2016, fica prorrogado por mais 03 (três) meses compreendendo o período de 01/08/2017 com término em 31/10/2017. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor pactuado no item 5.1 do contrato original, reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 367/2015, acrescido e suprimido pelos itens 4.1 e 4.2 da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo nº 367/2015, acrescido pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quarto Termo Aditivo, reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 293/2016, inalterado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Sexto Termo Aditivo nº 014/2017, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Sétimo Termo Aditivo nº 179/2017, reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda do presente termo aditivo, o valor mensal passa a ser de R\$ 109.663,50 (cento e nove mil seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
37.01.08.122.0900.2.802	Manutenção das Atividades do Social	3.3.90 – Aplicações Diretas	324	Próprios
05.04.04.122.0300.2.057	Manutenção das Atividades do Patrimônio	3.3.90 – Aplicações Diretas	37	Próprios

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 25/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Willian Lopes de Aguiar.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 125/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2017

Publicação Nº 1405725

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 125/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2017 e Processos 001/2017-Fmas e 017/2017-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMAS e FMS

CONTRATADA: CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES, NOVOS ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 265/2017/SEMOB, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.01.15.122.300.2.302	Manutenção patrimonial – Infraestrutura	3.3.90 – Aplicações Diretas	534	593

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 12/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Maria Santin Camello, Jonas Germano Schmidt e Douglas Cansan.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 148/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2017**

Publicação Nº 1405731

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 148/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2017**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: NUTRIMIL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 943/2017/SEMSA, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.01.10.301.0751.2.661	Assistência a Saúde da Família	3.3.90 – Aplicações Diretas	137	1094

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Marco Aurélio Millnitz.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt

Gestor do FMS

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 292/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 247/2016**

Publicação Nº 1405733

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 292/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 247/2016**

PROCESSO: Inexigibilidade 36/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 59/2014 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CLÍNICA DO PULMÃO E PROCTOCLIN SS LTDA.

OBJETO: O presente Termo tem por objetivo o credenciamento de pessoas jurídicas, para a prestação de serviços especializados no Grupo 03 - Consulta médica especializada em Proctologia, da Tabela Unificada de Procedimentos e Valores do Sistema Único de Saúde – SUS, nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 59/2014.

DA PRORROGAÇÃO: Com fundamento no inciso II, do artigo 57, da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução do contrato original previsto no item 14.1 da cláusula décima quarta, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 29/08/2017 a 28/08/2018. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias dos exercícios de 2017 e 2018, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.01.10.302.0753.2.705	Teto municipal de média e alta complexidade - ambulatoriais	3.3.90 – Aplicações Diretas	100	02
15.01.10.302.0753.2.705	Teto municipal de média e alta complexidade - ambulatoriais	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2018	02
15.01.10.302.0753.2.705	Teto municipal de média e alta complexidade - ambulatoriais	3.3.90 – Aplicações Diretas	100	93
15.01.10.302.0753.2.705	Teto municipal de média e alta complexidade - ambulatoriais	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2018	93

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Alexandre Lorenzini Schlabendorff

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt

Gestor do Fundo Municipal de Saúde



**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 303/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 277/2017**

Publicação Nº 1405735

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 303/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 277/2017**

PROCESSO: Inexigibilidade 95/2017 ao CREDENCIAMENTO 46/2016.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: LABORATÓRIO SANTA HELENA LTDA EPP

OBJETO: O objeto do presente CREDENCIAMENTO é a prestação de serviços técnicos laboratoriais para realização de exames de análises clínicas, destinados para os exames periódicos, admissionais, de retorno ao trabalho, demissionais, avaliações de estágio probatório e de outras avaliações de ordem ocupacional, visando a prevenção dos agravos à saúde relacionada à atividade profissional dos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo V do Edital (Tabela de Preços das Análises Laboratoriais e Exames Clínicos), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento.

DA ALTERAÇÃO: Conforme o Mem. 063/2017/SEMA/DGP/GAS, fica alterada a planilha do item 3.1 da cláusula terceira do Termo de Credenciamento original os quantitativos de valores para 12 (doze) meses, como segue:

Quantidade estimada	Descrição dos exames	Valor unitário R\$	Valor total do item R\$
07	Colinesterase – AMB-28.01.052-3	5,20	34,40
150	Hemograma Completo – AMB-28.04.048-1	7,80	1.170,00
125	Glicose – AMB-28.01.097-3	3,64	455,00
125	Triglicerídeos – AMB 28.01.139-2	5,20	650,00
125	Exame de Rotina de Urina – AMB – 28.13.036-7	5,20	650,00
125	Bacterioscopia – AMB – 28.10.009-3	3,90	487,50
50	Gonadotrofina Corionica (b-HCG) – AMB-28.05.034-7	16,90	845,00
125	Colesterol Total – AMB-28.01.050-7	3,64	455,00
125	Colesterol (HDL) – AMB-28.01.049-3	7,80	975,00
125	Colesterol LDL – AMB-28.01.151-1	10,40	1.300,00
50	Parasitológico – AMB-28.03.014-1	5,20	260,00
20	Fezes – AMB-28.10.023-9	15,60	312,00
20	Culturas em geral – AMB-28.10.058-1	13,00	260,00
01	PSA (ANTIGENO PROSTATICO ESPECÍFICO) RIE – AMB-28.06.162-4	39,00	39,00
02	Cultura de urina com contagem de colônias – AMB-28.10.054-9	13,00	26,00
05	Ácido Fenilglicoxílico – AMB-28.15.003-1	15,60	78,00
05	Ácido Mandélico – AMB-28.15.005-8	15,60	78,00

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 12/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Amilchar Junkes.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 319/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 381/2015**

Publicação Nº 1405736

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 319/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 381/2015**

PROCESSO: Inexigibilidade 46/2015-FMS ao CREDENCIAMENTO 59/2014 – FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei nº 8.666/93.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DENSITON JARAGUÁ SS LTDA.

DO OBJETO: O presente Termo tem por objetivo o credenciamento de pessoas jurídicas, para a prestação de serviços especializados no Grupo 03 - Consulta médica especializada em: Anestesiologia, Angiologia, Cirurgia Geral de Média Complexidade, Cardiologia, Cardio Pediatría, Dermatologia, Endocrinologia e Metabologia, Gastroenterologia, Oftalmologia, Ortopedia, Psiquiatria, Proctologia, Reumatologia, Neurologia, Urologia e Grupo 02 – Procedimento com finalidade Diagnóstica; todos da Tabela Unificada de Procedimentos e Valores do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Tabela de Preços, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 059/2014-FMS.

DO PRAZO: Com fundamento do artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 14.1 da cláusula décima quarta do Termo de Credenciamento original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo aditivo nº 277/2016, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 02/10/2017 com término em 01/10/2018. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária dos exercícios de 2017 e 2018, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.01.10.302.0753.2.705	Teto municipal média e alta complexidade -amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	93
15.01.10.302.0753.2.705	Teto municipal média e alta complexidade -amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2018	93

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 21/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Wander Luiz Watzko.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt  
Gestor de Fundo Municipal de Saúde

## EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 332/2017 AO CONTRATO Nº 301/2016

Publicação Nº 1405741

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 332/2017 AO CONTRATO Nº 301/2016

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 070/2016.

FUNDAMENTO: artigo 65 §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia para aplicação de pintura para demarcação viária em 38.000 m² (trinta e oito mil metros quadrados), em diversas ruas do perímetro urbano do Município, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, em conformidade com o Anexo III – Minuta de Contrato, Anexo V – Memorial Descritivo, Anexo VI - Planilha Orçamentária/Quantitativa e Anexo VII - Projeto Básico, que são partes integrantes do Edital.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65 §1º da Lei nº 8.666/93 e no Memorando nº 304/2017/SEMUR/DTT (anexo), fica acrescido ao Lote 01 (mão de obra – pintura em tinta acrílica em demarcações viárias) a quantidade de 8.500 (oito mil e quinhentos) metros quadrados correspondentes a 10,08% (dez inteiros e oito centésimos por cento) de acréscimo em relação ao contrato original, totalizando o valor de R\$ 91.800,00 (noventa e um mil e oitocentos reais). Em consequência, o valor total do contrato fica em R\$ 1.002.110,00 (um milhão, dois mil e cento e dez reais).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
33.02.15.452.0424.2.261	Manutenção da sinalização viária	3.3.90 – Aplicações Diretas	293	71-Conv. 71-SSP PMJS 12640

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Daniela Beirith Weber Pereira.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 328/2017 AO CONTRATO Nº 405/2014

Publicação Nº 1405738

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 328/2017 AO CONTRATO Nº 405/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 096/2014.

FUNDAMENTO: artigo 57, inciso IV da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: INTELLIBR SISTEMAS LTDA.

DO OBJETO: O presente contrato consiste na prestação de serviços técnicos especializados na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão pública educacional da Secretaria da Educação e suas Unidades Escolares, compreendendo os módulos previstos no Anexo X – Projeto Básico, bem como serviços de conversão de base de dados, implantação e treinamento nos referidos sistemas.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, inciso IV da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução previsto no item 5.1 da Cláusula Quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 402/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 295/2016, fica prorrogado por mais 06 (seis) meses a contar de 09/10/2017 com término em 08/04/2018. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com a contratada o valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 402/2015, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 295/2016, permanece inalterado, conforme demonstrativo dos serviços abaixo:

Serviços	UND	Qtde	Valores Unitários	Valores para 12 meses
Licença de Uso e suas atualizações	Mês	06	13.500,00	81.000,00
Serviços de Suporte Técnico in loco	Hora	225	40,00	9.000,00

Em consequência, o valor total do presente Termo Aditivo fica no valor total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do exercício de 2017 e 2018, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
08.01.12.126.0300.2.101	Implementação do sistema de informática	3.3.90 – Aplicações Diretas	86	66	40.500,00
08.01.12.126.0300.2.101	Implementação do sistema de informática	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2018	66	49.500,00

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 25/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e César Murilo Muller de Jesus.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## ORDEM DE REINÍCIO – Nº 05/2017

Publicação Nº 1404925

### ORDEM DE REINÍCIO – nº 05/2017

Pela presente, fica determinada a contratada, a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, a reiniciar os serviços referentes a prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Rua 561 Alwin Meier, no Bairro Jaraguá 99, com extensão total de 466,28m (quatrocentos e sessenta e seis vírgula vinte e oito metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Tomada de Preços nº 88/2016, e formalizada pelo Contrato nº 279/2016, conforme solicitação da fiscalização, por não mais existirem os motivos que ocasionaram a paralisação da obra.

Salientamos que o prazo de execução original foi suspenso em 27/01/2017 através da Ordem de Paralisação nº 01/2017, conforme justificativas técnicas acostadas ao processo, que o prazo de execução não havia encerrado, havendo prazo remanescente de obra de mais 17 (dezessete) dias para execução, a contar do dia 09 de outubro de 2017;

Jaraguá do Sul, 06 de outubro de 2017.

FELIPE EMMENDÖRFER SCHEUER  
Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA  
CNPJ/MF 03.620.927/0001-12

OBS:- Será lavrada em 6 (seis) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações; d) Controladoria; e) Arquivo no Setor responsável pelas obras; f) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Reinício, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 06 de outubro de 2017.

ONÉSIMO JOSÉ SELL  
Secretário Municipal de Obras

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 077/2017/SEMSA**

Publicação Nº 1405198

PORTARIANº 077/2017/Semsa

Designa os profissionais que irão compor a Comissão de Protocolo de Agente Comunitário de Saúde – ACS da Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul.

JONAS GERMANO SCHMIDT, Secretário Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO teor do Mem. 183/2017/DAB-SEMSA, de 04 de setembro de 2017, da Diretoria de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde;

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR os profissionais relacionados a seguir para compor a Comissão de Protocolo de Agente Comunitário de Saúde – ACS da Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul:

- I. Priscylla Costa Deusdará – Presidente
- II. Gisele Aparecida Morriesen dos Santos – Secretária
- III. Titular: Tatiane Gambeta  
Suplente: Tatiane Denise dos Santos
- IV. Titular: Marivana Althoff Moraes  
Suplente: Lia Mari Aparecida Santos Soares Correa
- V. Titular: Glauceluciane Klabunde Ern  
Suplente: Cristina Sangalli
- VI. Titular: Anderson Ricardo Pisetta  
Suplente: Rosana Torquato Alves
- VII. Titular: Marcio Mario da Silva Machado  
Suplente: Luciana Fiorentini Brignoni Lemes

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT  
Secretário Municipal de Saúde

**RESOLUÇÃO Nº 045/2017/COMPHAAN/JS**

Publicação Nº 1404927

RESOLUÇÃO Nº 045/2017/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Processo: 38883/2015 – Cadastro: 6.972, Impugnação de Tombamento, tendo como requerente, Ilse Margot Krause Vieira da Rosa, Rua 16 – Barão do Rio Branco, 456 – Centro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de setembro de 2017.

CONSIDERANDO que a edificação de alvenaria, constante da MI 77.483, do ano de 1946, integra o “Projeto de Preservação Memória e Identidade de Jaraguá do Sul – Patrimônio Arquitetônico dos Caminhos Históricos”, aprovado através da Resolução nº 002/2010/COMPHAAN/JS.

CONSIDERANDO que a edificação em análise faz ambiência nos caminhos históricos, servindo de referência do desenvolvimento histórico da Cidade

CONSIDERANDO que a Plenária do Comphaan não teve dúvidas em relação à manutenção do Tombamento e preservação do bem.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Não acatar a Impugnação de Tombamento, e decidir pela manutenção do bem e pela sustentação do Tombamento.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de setembro de 2017.

Natália Lúcia Petry  
Presidente do COMPHAAN

**SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 141/2017**

Publicação Nº 1405268

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 141/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUSÃO E PASSAGEM SUBTERRÂNEA DE FIBRA ÓPTICA.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 19/10/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 01/11/2017 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**SAMAE - RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2017**

Publicação Nº 1405273

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
JARAGUÁ DO SUL – SC

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O Samae de Jaraguá do Sul faz saber a todos os interessados que foi prorrogado a data de abertura do Edital do Processo Licitatório nº 143/2017, referente AQUISIÇÃO DE MEDIDOR DE PRESSÃO HIDROSTÁTICA E DISPLAY LCD PARA CONEXÃO EM MEDIDOR DE VAZÃO ULTRASSÔNICO

A sessão de abertura fica remarcada para o dia 31/10/2017 às 10 horas, na Sede do Samae.

O edital encontra-se disponível no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9114

Ademir Izidoro

**SEMED - PORTARIA Nº 1046/2017**

Publicação Nº 1404788

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1046/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 858/2017, de 12.09.2017, que admitiu, GISELE SOARES DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.10.2017 a 20.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1047/2017**

Publicação Nº 1404789

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1047/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 843/2017, de 29.08.2017, que admitiu, IZALETE STAROWSKI, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.10.2017 a 20.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1048/2017**

Publicação Nº 1404790

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1048/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL,

no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 860/2017, de 12.09.2017, que admitiu JUDITE ALICE WERLANG, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.10.2017 a 20.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1049/2017**

Publicação Nº 1404791

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1049/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 797/2017, de 14.08.2017, que prorrogou a portaria de, LUCIANA LEHMERT, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.10.2017 a 20.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1050/2017**

Publicação Nº 1404792

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1050/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 839/2017, de 29.08.2017, que admitiu, MARIA AUGUSTINHA MIRANDA KRAMPITZ, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.10.2017



a 20.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1051/2017**

Publicação Nº 1404793

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1051/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:  
PRORROGAR A PORTARIA Nº 857/2017, de 12.09.2017, que admitiu, MARIELE TEIXEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.10.2017 a 20.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1052/2017**

Publicação Nº 1404794

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1052/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:  
PRORROGAR A PORTARIA Nº 826/2017, de 28.08.2017, que admitiu, RITA DE CASSIA MEISTER, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.10.2017 a 20.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1053/2017**

Publicação Nº 1404795

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1053/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:  
PRORROGAR A PORTARIA Nº 855/2017, de 12.09.2017, que admitiu, ROSANE CECILIA FREIBERGER DALSOCHIO, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.10.2017 a 20.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 outubro de 2017.  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1054/2017**

Publicação Nº 1404796

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1054/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:  
PRORROGAR A PORTARIA Nº 856/2017, de 12.09.2017, que admitiu, VILMA DA APARECIDA BUENO, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.10.2017 a 20.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 outubro de 2017.  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1055/2017**

Publicação Nº 1404798

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1055/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL,

no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 852/2017, de 12.09.2017, que admitiu, ALISONETE DA SILVA BEZERRA BRANDENBURG, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil, no período de 17.10.2017 a 20.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1056/2017**

Publicação Nº 1404799

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1056/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 845/2017, de 29.08.2017, que admitiu, DULCIJANE EUFRAZIO VIEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil, no período de 17.10.2017 a 20.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1057/2017**

Publicação Nº 1404800

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1057/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 854/2017, de 12.09.2017, que admitiu, IZILDA GUEDES DE SOUZA MOREIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil, no período de

17.10.2017 a 20.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1058/2017**

Publicação Nº 1404802

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1058/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 834/2017, de 28.08.2017, que admitiu, JUSSARA CAVALCANTE DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil, no período de 17.10.2017 a 20.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1059/2017**

Publicação Nº 1404803

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1059/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 923/2017, de 22.09.2017, que admitiu, VIVIANE CARLA BRAGA TAVARES, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil, no período de 17.10.2017 a 20.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação



**SEMED - PORTARIA Nº 1060/2017**

Publicação Nº 1404804

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1060/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 853/2017, de 12.09.2017, que admitiu, ELISANGELA MARIS PIRES DALLAGNOLO, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil, no período de 17.10.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1061/2017**

Publicação Nº 1404805

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1061/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 830/2017, de 28.08.2017, que admitiu, MARISTELA REGINA DA SILVA RICARDO, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil, no período de 17.10.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1062/2017**

Publicação Nº 1404806

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1062/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 956/2017, de 26.09.2017, que prorrogou a portaria de ADELITA TERESINHA RISSO, para em Caráter Temporário atuar como Pedagogo, nas Salas de Atendimento Pedagógico – SAP, no período de 17.10.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1063/2017**

Publicação Nº 1404807

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1063/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 964/2017, de 29.09.2017, que admitiu DOROTEIA GRABAS, para em Caráter Temporário atuar como Pedagogo, nas Salas de Atendimento Pedagógico - SAP, no período de 17.10.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1064/2017**

Publicação Nº 1404808

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1064/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 863/2017, de 12.09.2017, que

admitiu, JOSIANE MIRELE BUSARELLO, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 17.10.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 1065/2017**

Publicação Nº 1404809

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1065/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 971/2017, de 29.09.2017, que prorrogou a portaria de KARINE LIMA DE MORAES, para em Caráter Temporário atuar como Pedagogo, nas Salas de Atendimento Pedagógico - SAP, no período de 17.10.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 1066/2017**

Publicação Nº 1404810

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1066/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 818/2017, de 21.08.2017, que admitiu LUCÉLIA MALINOSKI, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.10.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 1067/2017**

Publicação Nº 1404811

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1067/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o período constante na Portaria Nº 821/2017 de 21/08/2017 de 01.09.2017 a 16.09.2017, para 01.09.2017 a 16.10.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 1068/2017**

Publicação Nº 1404812

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1068/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 821/2017, de 21.08.2017, que admitiu MARIA DE LURDES VIEIRA ROSA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.10.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 1069/2017**

Publicação Nº 1404813

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1069/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017,

de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

16.10.2017 .

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o período constante na Portaria Nº 902/2017 de 21/09/2017 de 21.08.2017 a 16.10.2017, para 01.09.2017 a

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

## CÂMARA MUNICIPAL

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017 - PREGÃO PRESENCIAL

Publicação Nº 1405324

#### AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017  
CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

OBJETO: Fornecimento de serviços técnicos a serem prestados por empresa especializada, visando o suporte técnico ou operacional, sustentação, manutenção corretiva, atualização legal, criação de novas funcionalidades, customização e implantação de alterações e melhorias previamente solicitadas e eventuais treinamentos para os módulos de Contabilidade Pública, Compras, Licitações e Contratos, Controle Patrimonial, Controle de Materiais e Portal da Transparência e Gestão de Pessoas do atual sistema de gestão pública da Câmara Municipal e aquisição e implantação de Cessão de Direito de Uso Permanente – CDUP de sistemas de Ponto Eletrônico, Segurança do Trabalho, Medicina Ocupacional, Benefícios e Controle de Descontos e o fornecimento de serviços técnicos a serem prestados por empresa especializada, visando o suporte técnico ou operacional, sustentação, manutenção corretiva, atualização legal, criação de novas funcionalidades, customização e implantação de alterações e melhorias, bem como treinamentos para os usuários dos sistemas a serem adquiridos pela Câmara Municipal de Jaraguá do Sul-SC.

TIPO: Menor Preço Por lote.

REGIMENTO: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4698/2002, de 03 de outubro de 2002.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 9hs do dia 01 de novembro de 2017, na Recepção da Câmara Municipal, sito na Avenida Getúlio Vargas, nº 621, Centro, em Jaraguá do Sul/SC.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 9h30min, do mesmo dia (01/11/2017), na sala de Reuniões, no endereço supracitado.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível na íntegra, na Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.leg.br](http://www.jaraguadosul.sc.leg.br), ou no endereço acima citado, junto à Gerência de Administração e Serviços

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 88.440,00 (Oitenta e oito mil quatrocentos e quarenta reais).

INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidas no endereço acima, ou pelo fone: 0\*\*(47) 3371-2510, ou ainda pelo e-mail: [mauricio@jaraguadosul.sc.leg.br](mailto:mauricio@jaraguadosul.sc.leg.br).

Jaraguá do Sul (SC), 18 de outubro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA  
Presidente

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 117/2013 PMJ TA 07

Publicação Nº 1405645

#### CONTRATO Nº 117/2013/PMJ – TA 07

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 387, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária, MARILENE ZANOLO DETONI, e a empresa ONSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.411.025/0001-05, estabelecida na RUA MARTINHO LUTERO, 322, Bairro CRUZEIRO DO SUL, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. IVAN ZANARDO, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 180.205 e inscrito no CPF sob o nº 003.198.219-00, residente e domiciliado na AV. XV DE NOVEMBRO, 70, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 117/2013/PMJ, firmado em 18/10/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 101/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 61/2013/PMJ, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, como de meio, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança, para as unidades escolares da rede municipal, incluindo-se o PRONATEC (educação de jovens e adultos), no Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 18 de outubro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para a execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Os valores do contrato ficam reajustados em 1,6299%, correspondentes à variação do INPC/IBGE no período de outubro de 2016 a setembro de 2017, passando a vigorar, a contar de 18 de outubro de 2017, conforme discriminado a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MENSAL ATUALIZADO R\$
1	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme – Núcleo Pedagógico Rural de Joaçaba - BR 282 – KM 396 – Linha Abatti	369,70

2	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme – Escola Municipal N. S. de Lourdes - Avenida da Liberdade, 221 – N. S. de Lourdes	417,74
3	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme – CEI Menino Deus	369,70
4	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme – Escola Municipal Rotary Fritz Lucht - Rua Antonio Nunes Varella, 1222 – Vila Pedrini	417,74
5	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme – CEI Nossa Senhora de Lourdes - Rua Arduino Poyer, 66 – N. S. de Lourdes	369,70
6	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Escola Frei Bruno - Travessa Cesário Silva – Santa Tereza	369,70
7	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Escola Municipal Anita Lopes Vieira - Rua João Canalle, 120 – Distrito de Santa Helena	417,74
8	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Centro de Educação Infantil Tempo de Aprender - Rua Severino Fuga – Vila Pedrini	417,74
9	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Centro de Educação Infantil Mundo Encantado - Travessa Cesário Silva, 197 – Bairro Santa Tereza	369,70
10	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Escola JL Anzolin - Rua Angelo Anzolin – Bairro Anzolin	369,70
11	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Centro Educacional Roberto Trompowski – CERT - Avenida Santa Terezinha, 49 – centro.	369,70
12	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Centro de Educação Infantil Rosa Branco - Rua Alberto Saccol – Caetano Branco	369,70
13	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - CEI Clara Zomkowski - Rua Frederico Meyer – Bairro Flor da Serra	369,70
14	Extinto	0,00
15	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Escola Municipal Frida Regensburger - Rua Lindolfo Schneider – Bairro Frei Bruno	369,70
16	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Centro de Educação Infantil Profª. Rita Petry - Loteamento Armindo de Medeiros Haro – São Brás	417,74
VALOR MENSAL TOTAL – R\$		5.785,70

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 69.428,40 (sessenta e nove mil quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta centavos).

As demais cláusulas do contrato original e seus aditivos permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos

os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, 17 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
MARILENE ZANOELO DETONI - Secretária

ONSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA  
IVAN ZANARDO

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

## 215/2015 PMJ TA 03

Publicação Nº 1405184

CONTRATO Nº 215/2015/PMJ – TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, representada neste ato pelo Secretário, Sr. VILSON SARTORI, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com sede administrativa na AV. BEIRA RIO, 333 - CENTRO, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. SIMAR JOSE ROSA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1. 079.721 e inscrito no CPF sob o nº 437.061.009-59, residente e domiciliado na RUA TIRADENTES, 104, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 215/2015/PMJ, firmado em 26 de janeiro de 2015, proveniente do Processo de Licitação nº 84/2014/PMJ – Edital CC nº 11/2014/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, das obras de saneamento básico de parte dos bairros Santa Tereza e Flor da Serra, no Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 03 (três) meses, a contar de 15 de outubro de 2017, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

JOAÇABA (SC), 13 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - CONTRATANTE  
VILSON SARTORI – Secretário

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA - CONTRATADA  
SIMAR JOSE ROSA

Testemunhas:

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_

## DECRETO Nº 5.227 DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1405233

DECRETO Nº 5.227 DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.  
NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas por Lei, e

DECRETA:

Art. 1º O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de que trata o artigo 3º da Lei Nº 2.079 de 18 de março de 1994 e alterações, será constituído para a gestão 2017-2019 pelos seguintes membros:

I - Representante do órgão Regional de Educação Estadual – (GERED)

JANETE GIACOMIN D`AGOSTINI – Titular

II - Representante das Instituições de Ensino Superior

ANA CLÁUDIA GUARAGNI KNOLSSEISEN – Titular  
LUCIVANI GAZZOLA – Suplente

III - Representantes do Órgão Municipal de Educação (SME)

ELCIRA MARGARETH RODRIGUES PINTO – Titular  
NAYARA THAIS LUVIZON – Suplente  
JUÇARA EDITH STEFANES – Titular  
ANA PAULA PEREIRA – Suplente

IV - Representantes da Comunidade Escolar:

a) Representantes da Rede Municipal de Ensino

CRISTIANE TURRA – Titular  
ANGÉLICA RIBEIRO GÁLIO – Suplente  
SHERLON C. DE BASTIANI – Titular  
JANDIRA SALETE ALVES COSTENARO – Suplente  
JACQUELINE S. B. RIGHI – Titular  
CAMILA BRANCO SGARIA – Suplente

b) Representantes da Rede Estadual de Ensino

EDINA RAQUEL CAMAROTO UNGERICH – Titular  
EDINA RAQUEL SPONCHIADO – Titular  
LUIZA HELENA PEDRINI – Titular

c) Representantes da Rede Privada de Ensino.

EVILÁZIO TAMBOSI – Titular  
JOSIANE OLIVO ARRUDA – Suplente  
CAMILA NOEL – Titular  
KATIA REGINA COVOLAN – Suplente  
JANICE GOLÇALVES DA ROSA – Titular  
JUCÉLIA CARDOSO DA SILVA – Suplente  
JONES TIMOTEO MARLOW – Titular

Parágrafo único - O mandato dos Conselheiros será de dois anos, podendo haver substituição a qualquer tempo, a critério dos órgãos e entidades representadas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 13 de outubro de 2017.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito



**RESOLUÇÃO Nº 14/2017-CMAS-JBA**

Publicação Nº 1405575

**RESOLUÇÃO Nº 14/2017-CMAS-JBA**

Aprova prestações de contas que especifica:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o que estabelecem as Portarias 440 e 442 do MDS, além da Resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

**RESOLVE:**

Art.1º Aprovar as prestações de contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e dos valores alocados pelo município ao FMAS no terceiro trimestre de 2017, alocados e gastos no FMAS.

§ 1º. As prestações de contas de que trata o caput deste artigo, estão anexas ao parecer nº 12/2017 aprovado em reunião extraordinária do CMAS em 18/10/2017.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Joaçaba-SC, 18 de outubro de 2017.

Ivone Zanatta

Presidente do CMAS

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2017 - SIMAE**

Publicação Nº 1401383

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0006/2017

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0017/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2017

PROTOCOLO Nº 0797/2017

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual contratação de empresa especializada para realização de exames e perícias médicas para atender às necessidades do Simae, em razão do disposto nos Decretos Municipais nº 2.920/07 e 3.057/07 e suas alterações, e no PCMSO.

**PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:**

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Empresa Vencedora
1	PERÍCIA MÉDICA ATRAVÉS DE UM MÉDICO PERITO QUE DEVERÁ TER ESPECIALIDADE NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO. PARA VALIDAÇÃO DE AFASTAMENTOS DO TRABALHO.	SV	50	R\$ 40,00	BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA - ME
2	PERÍCIAS MÉDICAS ATRAVÉS DE 01 MÉDICO PERITO QUE DEVERÁ TER ESPECIALIDADE NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO PARA EXAMES ADMISSIONAIS/DEMISSIONAIS.	SV	50	R\$ 40,00	

VIGÊNCIA:19/04/2017 a 18/04/2018.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba, 19 de outubro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO JHL0057/2017**

Publicação Nº 1404890

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 57/2017 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> 67/2017 <b>Processo de Licitação:</b> 67/2017 <b>Data do Processo:</b> 20/09/2017
	Folha: 1/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 67/2017  
b ) Licitação Nr.: 57/2017-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 18/10/2017  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM PVC,PP,PEAD,DE FERRO FUNDIDO,PAPELÃO HIDRÁULICO E LACRES A SEREM UTILIZADOS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SIMAE.

				(em Reais R\$)	
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<b><u>ANGOLINI &amp; ANGOLINI LTDA. (6241)</u></b>					
19 VÁLVULA GAVETA FLANGE DN 100 - Marca: ANGOLINI	UN	3,00	0,0000	448,00	1.344,00
20 FLANGE AVULSO DN 50 FOFO - Marca: ANGOLINI	UN	2,00	0,0000	54,70	109,40
21 Junta de Vedação, fabricada a partir de papelão hidráulico, cargas reforçantes e borracha. O produto a ser ofertado não poderá possuir em sua composição AMIANTO, propriedades de compressibilidade e recuperação conforme a norma ASTM F36A, resistência à tração transversal conforme com a norma ASTM F152 e outras propriedades atendendo a norma ASTM F104. DN 100. - Marca: ANGOLINI	PÇ	40,00	0,0000	7,10	284,00
22 JUNTA DE VEDAÇÃO DN 50 MM - Marca: ANGOLINI	PÇ	22,00	0,0000	3,60	79,20
23 FLANGE AVULSO FOFO DN 50 PN 10 - Marca: ANGOLINI	UN	4,00	0,0000	54,70	218,80
24 JUNTA DE VEDAÇÃO DN 150 - Marca: ANGOLINI	UN	30,00	0,0000	14,60	438,00
25 JUNTA DE VEDAÇÃO DN 200 - Marca: ANGOLINI	UN	30,00	0,0000	21,20	636,00
26 JUNTA DE VEDAÇÃO 250MM - Marca: ANGOLINI	UN	30,00	0,0000	23,20	696,00

-----  
Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  <b>CNPJ: 84.591.890/0001-43</b> <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 57/2017 - PR</b>	
	<b>Processo Administrativo: 67/2017</b> <b>Processo de Licitação: 67/2017</b> <b>Data do Processo: 20/09/2017</b>	Folha: 2/3

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **ANGOLINI & ANGOLINI LTDA (6241)**

27	JUNTA DE VEDAÇÃO 300MM - Marca: ANGOLINI	UN	10,00	0,0000	42,00	420,00
28	JUNTA DE VEDAÇÃO DN 350 - Marca: ANGOLINI	UN	8,00	0,0000	50,50	404,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>4.629,40</b>

#### **BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (7046)**

8	COLAR DE TOMADA PP DE 40XDNR 3/4 - Marca: TIGRE	PÇ	400,00	0,0000	11,50	4.600,00
9	CURVA (JOELHO) 45° PVC LONGA P/B COM ANEL DE 110 - Marca: TIGRE	UN	5,00	0,0000	47,00	235,00
10	LUVA PVC JS DE 60 - Marca: TIGRE	UN	50,00	0,0000	5,25	262,50
11	LUVA PVC CORRER DE 75 COM ANÉIS - Marca: TIGRE	PÇ	25,00	0,0000	21,00	525,00
16	LUVA DE CORRER DE 110 COM REFORÇO E ANÉIS - Marca: TIGRE	PÇ	20,00	0,0000	26,00	520,00
17	EXTREMIDADE BOLSA E FLANGE PVC DN 50 DE 60 - Marca: TIGRE	UN	15,00	0,0000	55,00	825,00
18	EXTREMIDADE BOLSA E FLANGE PVC DN 100 DE 110 - Marca: TIGRE	UN	15,00	0,0000	145,00	2.175,00
29	VÁLVULA GAVETA LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO) COM VOLANTE, DN 3" - Marca: DOCOL	UN	18,00	0,0000	305,00	5.490,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>14.632,50</b>

#### **POLIERG IND. E COM. LTDA (6034)**

1	REGISTRO VERTICAL MODELO T (EM FORMA DE T) - Marca: POLIERG	UN	600,00	0,0000	8,70	5.220,00
2	CONJUNTO FORMADO POR DOIS TUBETES COM ROSCA 1/2" E PORCA SEXTAVADA, DEVERÁ POSSUIR BUCHA DE LIGA DE LATÃO E COM FURO PARA PASSAGEM DE FIO METÁLICO. OS TUBETES DEVERÃO SER FORNECIDOS EM FORMATO CURTO E TODO CONJUNTO FABRICADO EM POLIPROPILENO E DEVERAO SER FORNECIDOS COM ARRUELA DE VEDAÇÃO DE BORRACHA NITRILICA, COM ESPESSURA DE 3 MM. DEVERÁ VIR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL PARA CADA CONJUNTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: POLIERG	CJ	600,00	0,0000	4,38	2.628,00
5	ADAPTADOR PVC COM REGISTRO DE 20 X DNR 3/4 - Marca: POLIERG	PÇ	300,00	0,0000	3,49	1.047,00

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**CNPJ: 84.591.890/0001-43  
Rua Tiradentes, 123  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 57/2017 - PR

Processo Administrativo: 67/2017  
Processo de Licitação: 67/2017  
Data do Processo: 20/09/2017

Folha: 3/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****POLIERG IND. E COM. LTDA (6034)**

6 ADAPTADOR COMPRESSÃO DE 63XDNR 2" - Marca: POLIERG PÇ 50,00 0,0000 16,50 825,00

**Total do Fornecedor: 9.720,00****Total Geral: 28.981,90**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (3), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)

-----  
Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

# Jupia

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 29/2017

Publicação N° 1405210

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

PROCESSO LICITATÓRIO n° 43/2017  
PREGÃO PRESENCIAL n° 29/2017

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para a aquisição de veículo novo tipo Pick-up, sendo, que as propostas serão abertas no dia 31 de outubro de 2017, às 08:00 horas.

Maiores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações no horário de expediente, das 07:45 as 11:45 hs e das 13:00 as 17:00 hs, na Rua Rio Branco, 320 ou pelo fone 49 3341-0001.

Jupia SC, em 18 de outubro de 2017.  
AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO  
Prefeito Municipal

# Lages

## PREFEITURA

### ATO DE DISPENSA 66/2017 PML

Publicação Nº 1405467

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 66/2017 - PML

#### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Dispensa de Licitação sob nº 66/2017 – PML, através do Município de Lages, com a empresa:

- GEORGE DE BONA & CIA LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 03.781.780/0001-42.

O valor total da presente Dispensa é de R\$ R\$ \$ 92.320,00 (noventa e dois mil trezentos e vinte reais).

Objeto: "Contratação de horas maquinas para suprir a demanda faltante do plano de trabalho de resposta, mitigação e prevenção, através do convênio nº207tr001439 com o governo do estado, para execução de serviços de limpeza e desassoreamento do Rio Carahá."

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 18 outubro de 2017.

Jean Felipe S. Souza  
Secretário Executivo de proteção e Defesa Civil

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do Exmo. Sr. Jean Felipe S. Souza, Secretário Executivo de Proteção e Defesa Civil, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 18 outubro de 2017.

Antônio Ceron  
Prefeito do Município

### EXTRATO ARP 27-A/2017 - AP OESTE - SMS

Publicação Nº 1405067

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-A/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

PROCESSO Nº 62/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e insumos para a Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da data da

assinatura da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro: Brusque;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 29/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 2.421,12 (dois mil e quatrocentos e vinte e um reais e doze centavos), sendo:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP - CNPJ nº 05.919.156/0001-94 – Rua do Comércio, s/n, bairro Centro, CEP 89882-000, Planalto Alegre/SC.

Lages, 17 de outubro de 2017

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 27-B/2017 - JÚLIO CESAR - SMS

Publicação Nº 1405114

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-B/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

PROCESSO Nº 62/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e insumos para a Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da data da assinatura da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro: Brusque;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 29/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 4.145,00 (quatro mil e cento e quarenta e cinco reais), sendo:

JÚLIO CESAR RODRIGUES DELFES – EPP – CNPJ nº 82.894.718/0001-33 – Rua Mario Ribeiro Ramos, nº 248, bairro Universitário, CEP 88509-340, Lages/SC.

Lages, 17 de outubro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 27-C/2017 - NEW WAY - SMS**

Publicação Nº 1405144

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-C/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

PROCESSO Nº 62/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e insumos para a Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da data da assinatura da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro: Brusque;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 29/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 1.452,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais), sendo:

NEW WAY COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA – ME – CNPJ nº 14.320.1347/0001-38 – Rua José Luciano Nunes, nº 176, bairro Centro, CEP 88340-539, Camboriu/SC.

Lages, 17 de outubro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 27-D/2017 - NUTRI - SMS**

Publicação Nº 1405161

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-D/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

PROCESSO Nº 62/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e insumos para a Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da data da assinatura da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro: Brusque;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na

alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 29/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 27.637,28 (vinte e sete mil e seiscentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos), sendo:

NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME – CNPJ nº 07.814.016/0001-87 – Rua Brasília, nº 220D, bairro Jardim Itália, CEP 898025-320, Chapecó/SC.

Lages, 17 de outubro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 27-E/2017 - SOMA - SMS**

Publicação Nº 1405180

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-E/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

PROCESSO Nº 62/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e insumos para a Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da data da assinatura da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro: Brusque;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 29/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 577,50 (quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), sendo:

SOMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME – CNPJ nº 26.621.024/0001-51 – Rua Plácido Damiani, nº 1200, sala 05, bairro Frei Rogério, CEP 88508-070, Lages/SC

Lages, 17 de outubro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 251/2017 - PML**

Publicação Nº 1404824

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 251/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ DEFESA CIVIL inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: GEORGE DE BONA & CIA LTDA. - EPP inscrita no CNPJ sob n.º 03.781.780/0001-42, estabelecida à Av. Belizario Ramos, 5695 Universitário Lages/SC CEP 88.511-200.

Resolvem celebrar este Contrato, parecer Jurídico nº 1167/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 255/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 66/2017, homologada em 18/10/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, até 31/12/2017, conforme solicitação da Secretária indicando o local;

2.3 Do Contrato, até Cessar sua Emergência, ou até a data máxima de 31/12/2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor a ser pago será de R\$ 92.320,00. (noventa e três mil trezentos e vinte reais).

Lages, 18 de outubro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 34/2017 - DORVALINO - SMS**

Publicação Nº 1405307

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 34/2017 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DORVALINO MOTOS LTDA – CNPJ nº 02.330.219/0001-84, Av. Bom Jesus de Nazaré, nº 826, bairro Aririu, CEP 88135-100, Palhoça/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 64/2017, correlato ao Pregão Eletrônico nº 303/2017, aberto em 11/10/2017 e homologado em 11/10/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de duas motocicletas para uso no Programa da Dengue.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente Contrato;

2.2 Da Execução: até 31/12/2017;

2.3 Da Entrega(s) e Local(is): em até 30 (trinta) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368, Bairro Brusque, nesta cidade de Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso;

2.5 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 20.280,00 (vinte mil e duzentos e oitenta reais).

Lages, 11 de outubro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 35/2017 - SOMA - SMS**

Publicação Nº 1405349

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 35/2017 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DORVALINO MOTOS LTDA – CNPJ nº 02.330.219/0001-84, Av. Bom Jesus de Nazaré, nº 826, bairro Aririu, CEP 88135-100, Palhoça/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 64/2017, correlato ao Pregão Eletrônico nº 303/2017, aberto em 11/10/2017 e homologado em 11/10/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de bicicleta elétrica para uso no Programa da Dengue.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente Contrato;

2.2 Da Execução: até 31/12/2017;

2.3 Da Entrega(s) e Local(is): em até 30 (trinta) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368, Bairro Brusque, nesta cidade de Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso;

2.5 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.230,00 (quatro mil e duzentos e trinta reais).

Lages, 11 de outubro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO DISTRATO AO CONTRATO 25/2016 PML**

Publicação Nº 1405127

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO, N.º 25/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ secretaria municipal de MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: VMI SISTEMAS DE SEGURANÇS LTDA inscrita no CNPJ n.º 05.293.074/0001-87, com sede a AV. hum, 55 Distrito industrial Genesco Aparecido de oliveira lagoa Vermelha/MG CEP 33.400-000

resolvem celebrar este Distrato ao Contrato N.º 25/2016, conforme parecer jurídico nº 1152/2017, Processo Licitatório nº 01/2016, correlato ao Pregão Presencial nº 06/2016, homologada em 21/03/2016, consoante as seguintes fundamentações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Tem por objeto o presente termo de DISTRATO, entre as partes acima já qualificadas, a Rescisão Bilateral do contrato de Prestação de Serviços de Locação de 01 (um) Equipamento de Scanner de Inspeção de Bagagens/Volumes através de Raios-X, para o Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

Conforme previsão expressa do inciso II do Art. 79 da Lei n.º 8.666/93, que nos traz:

“Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

(...)”

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da EMPRESA;

E por estarem justos e certos, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 17 de outubro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO DISTRATO CONTRATO 140/2013 PML**

Publicação Nº 1404847

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO 140/2103 - PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – cep: 88.505-900.

CONTRATADA: BETEL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 04.560.191/0001-05, com sede à Rua Campo Salles, 784 – São Jose do Rio Preto/SP/SP – cep: 15.025-600.

resolvem celebrar este termo de Distrato ao Contrato 140/2013, conforme parecer jurídico nº 1152/2017, Processo Licitatório n.º 60/2013, correlato ao Pregão Presencial n.º 28/2013, aberto em 05/04/2013 e homologado em 16/05/2013, consoante as seguintes fundamentações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Tem por objeto o presente termo de DISTRATO, entre as partes acima já qualificadas, a Rescisão Bilateral do contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Elétrica Eletrônica a Nível Técnico de Campo e de Bancada nos Equipamentos de Rádio Comunicação e Meteorologia, Localizados no Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo, Bairro Guarujá, nesta cidade, para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

Conforme previsão expressa do inciso II do Art. 79 da Lei n.º 8.666/93, que nos traz:

“Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

(...)”

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da EMPRESA;

E por estarem justos e certos, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 17 de outubro de 2017.

Antonio Ceron.

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DISTRATO CONTRATO 45/2016 PML**

Publicação Nº 1404846

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO, N.º 45/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ secretaria municipal de MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: R.A.M.E. PRODUÇÕES DE SOM E MUSICAS - ME inscrita no CNPJ n.º 15.699.263/0001-08, com sede a Rua Eurávio Zanon, 501 Bairro Santa Candida Lages/SC CEP 88.514-550 resolvem celebrar este Distrato ao Contrato 45/2016, conforme parecer jurídico nº 1152/2017, Processo Licitatório nº 70/2016, correlato ao Pregão Presencial nº 43/2016, em conformidade, homologada em 09/06/2016, consoante as seguintes fundamentações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Tem por objeto o presente termo de DISTRATO, entre as partes acima já qualificadas, a Rescisão Bilateral do contrato de Prestação de Serviços de Comunicação de Utilidade Pública, e Sonorização Interna, no Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

Conforme previsão expressa do inciso II do Art. 79 da Lei n.º 8.666/93, que nos traz:

“Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

(...)”

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da EMPRESA;

E por estarem justos e certos, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 17 de outubro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO DISTRATO PERMISSÃO DE USO 05/2016 - PML**

Publicação Nº 1404849

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: DISTRATO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO, N.º 05/2016 PML

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

PERMISSIONÁRIO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS SA CNPJ 09.296.295/0001-60 AV. Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 939 andar 9 Edif. Jatobá Cond. Castelo Branco office Park. Tamboré – Barueri/SP CEP 06.460-040.

resolvem celebrar este Distrato ao Termo de Permissão de Uso n.º 05/2016, em conformidade com parecer jurídico n.º 1152/2017, consoante as seguintes fundamentações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1 Tem por objeto o presente termo de DISTRATO, entre as partes acima já qualificadas, a Rescisão Bilateral da outorgada à Azul Linhas Aéreas Brasileira SA. a Permissão de Uso, por prazo indeterminado, de espaço físico junto ao Aeroporto Antônio Correia Pinto de Macedo, no Município de Lages, com o objetivo de possibilitar as operações de voos no Município de Lages.

1. área para atendimento check in – 6,57m²;

1. Área para BackOffice – 10,64m²;



2. Área ANE para manutenção – 8,85m²;
3. Sala própria para instalação do Rack – 3,22²;
4. Espaço Instalação de um balcão móvel na sala de embarque 1m²,

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

Conforme previsão expressa do inciso II do Art. 79 da Lei n.º 8.666/93, que nos traz:

“Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

(...)”

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da EMPRESA;

E por estarem justos e certos, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 17 de outubro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DO CONTRATO 21/2017**

Publicação Nº 1405548

Extrato do Contrato Nº 21/2017

Vigência: 28/09/2017 Vencto: 27/09/2018

Objeto: Locação de softwares e sistemas.

Contratado: SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA ME

CNPJ: 24.092.271/0001-82

Valor Total: R\$1.300,00 (um mil e trezentos reais) mensais.

Lages (SC) 28 de setembro de 2017.

AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER – Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO 24/2017**

Publicação Nº 1405554

Extrato do Contrato Nº 24/2017

Vigência: 04/10/2017 Vencto: 03/10/2018

Objeto: Mão de Obra Elétrica e outros do Prédio da Câmara Municipal

Contratado: EMTIE - EMP. TECNICA DE INST. ELET. LTDA

CNPJ: 86.883.063/0001-59

Valor Total: R\$55.250,00 (Cinquenta e cinco mil e duzentos e cinquenta reais)

Lages (SC) 04 de Outubro de 2017.

AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER – Presidente

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/FMS/2017

Publicação Nº 1404886

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/FMS/2017

Data e horário da sessão de abertura: 31/10/2017 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição equipamentos de informática e eletrônicos e eletrodomésticos para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde conforme especificações previstas no Termo de Referencia e na minuta contratual em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e no site [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 18 de outubro de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

# Lebon Regis

## PREFEITURA

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°: 39/2017. LICITAÇÃO: PE 02/2017.**

Publicação N° 1405408

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

Contrato N°: 39/2017. Licitação: PE 02/2017.

Objeto: Fica alterada a cláusula segunda do Contrato em epígrafe para modificar o valor total, com endosso da apólice de seguros devido a aquisição de 03 (três) novos veículos, com base legal no artigo 65, inciso II, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: GENTE SEGURADORA S.A. - 90.180.605/0001-02. Valor: R\$2599,40

Vigência: 17/10/2017. Término: 04/07/2018

Lebon Régis, 17/10/2017.

DOUGLAS F DE MELLO-Prefeito Municipal

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 105/2017

Publicação Nº 1405593

DECRETO N.º 105 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.326 de 17 de outubro de 2017,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor de R\$ 169.300,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	169.300,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	169.300,00
Função	12	Educação	169.300,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	169.300,00
Programa	0004	Educação é Tudo	169.300,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental	169.300,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	169.300,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	169.300,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	145.300,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	24.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	169.300,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			169.300,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	100.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	100.000,00
Função	04	Administração	100.000,00
Sub-função	122	Administração Geral	100.000,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	100.000,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da SACF	100.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	100.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	100.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	100.000,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.000,00
Função	12	Educação	6.000,00
Sub-Função	364	Ensino Superior	6.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.000,00
Projeto/ Atividade	2.013	Apoio ao Transporte de Alunos Universitários	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	48.300,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	34.300,00
Função	08	Assistência Social	20.300,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	20.300,00
Programa	07	Vivendo com Amor	20.300,00
Atividade	2.021	Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S	14.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	4.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	14.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	14.000,00
Atividade	2.025	Apoio a Grupo de Mulheres	6.300,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesa Corrente	6.300,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.300,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.300,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.300,00
Função	27	Desporto e Lazer	14.000,00
Sub-função	813	Lazer	14.000,00
Programa	07	Vivendo com Amor	14.000,00
Atividade	2.045	Atividades de Integração do Jovem	14.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesa Corrente	14.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	14.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	14.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	14.000,00
Unidade Orçamentária	04	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	14.000,00
Função	17	Saneamento Básico	14.000,00
Sub-função	512	Saneamento Básico Urbano	14.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	14.000,00
Atividade	2.054	Funcionamento e Manutenção do FMSB	14.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	14.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	14.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	14.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	14.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	15.000,00
Função	20	Agricultura	15.000,00
Sub-função	606	Extensão Rural	15.000,00
Programa	011	Revitalização da Agricultura Familiar	10.000,00
Atividade	1.029	Compra de Equipamentos para grupos de agricultores	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Atividade	1.053	Renovação da Frota da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recursos	0.3.0000	Recursos Ordinários - Superávit Financeiro	5.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			169.300,00
.....			
.....			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de outubro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 106/2017

Publicação Nº 1405598

DECRETO N.º 106 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.327 de 17 de outubro de 2017,

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor de R\$ 61.745,15 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	61.745,15



Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	61.745,15
Função	12	Educação	61.745,15
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	61.745,15
Programa	0004	Educação é Tudo	61.745,15
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental	61.745,15
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	61.745,15
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	61.745,15
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	52.475,88
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	9.269,27
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	61.745,15
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			61.745,15

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	61.745,15
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	61.745,15
Função	12	Educação	61.745,15
Sub-Função	365	Ensino Infantil	61.745,15
Programa	0004	Educação é Tudo	61.745,15
Projeto/ Atividade	2.005	Funcionamento e manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Infantil	61.745,15
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	61.745,15
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	61.745,15
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	52.475,88
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	9.269,27
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	61.745,15
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			61.745,15

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de outubro de 2017.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 107/2017

Publicação Nº 1405600

DECRETO N.º 107 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.328 de 17 de outubro de 2017,

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor de R\$ 36.684,15 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	36.684,15
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	36.684,15
Função	12	Educação	36.684,15
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	36.684,15
Programa	0004	Educação é Tudo	36.684,15
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	36.684,15
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	36.684,15
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	36.684,15
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	31.785,38
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	4.898,77

Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	36.684,15
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			36.684,15

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	36.684,15
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	36.684,15
Função	12	Educação	36.684,15
Sub-Função	365	Ensino Infantil	36.684,15
Programa	0004	Educação é Tudo	36.684,15
Projeto/ Atividade	2.009	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil	36.684,15
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	36.684,15
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	36.684,15
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	31.785,38
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	4.898,77
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	36.684,15
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			36.684,15

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de outubro de 2017.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 108/2017

Publicação Nº 1405603

DECRETO N.º 108 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.329 de 17 de outubro de 2017,

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações do Orçamento Fiscal Vigente no valor de R\$ 7.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	7.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	7.000,00
Função	26	Transporte	7.000,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	7.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	7.000,00
Atividade	1.049	Construção de Ponte de Concreto - Rib. dos Ovos	3.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	3.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,00
Atividade	1.050	Construção de Ponte de Concreto - Alto Vargedo	4.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	4.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			7.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	7.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	7.000,00
Função	12	Educação	7.000,00
Sub-função	306	Alimentação e Nutrição	7.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	7.000,00



Projeto/Atividade	2.011	Merenda Escolar - Ensino Fundamental	2.420,29
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.420,29
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.420,29
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.420,29
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.420,29
Projeto/Atividade	2.012	Merenda Escolar - Ensino Infantil	1.833,62
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.833,62
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.833,62
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.833,62
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.833,62
Projeto/Atividade 2.040			2.746,09
Merenda Escolar - Creche			
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.746,09
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.746,09
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.746,09
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.746,09
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			7.000,00
.....			
.....			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de outubro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 109/2017

Publicação Nº 1405622

DECRETO N.º 109 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.330 de 17 de outubro de 2017,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social no valor de R\$ 6.000,00 de acordo com as seguintes especificações:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.000,00
Função	10	Saúde	6.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	6.000,00
Programa	0006	SAÚDE COM EXCELENCIA	6.000,00
Atividade	2.060	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	2.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	6.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR .....			6.000,00
.....			

Art. 2º. Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	6.000,00
Função	04	Administração	6.000,00
Sub-função	122	Administração Geral	6.000,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	6.000,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da SACF	6.000,00

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000.0	Recursos Ordinários	6.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			6.000,00
.....			
.....			

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de outubro de 2017.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 110/2017

Publicação Nº 1405623

DECRETO N.º 110, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

“SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso I da Lei nº 1.257 de 29 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações do Orçamento Fiscal Vigente, no valor de R\$ 4.140,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	4.095,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	4.095,00
Função	26	Transporte	4.095,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	4.095,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	4.095,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	4.095,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.095,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.095,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.095,00
Fonte de Recursos	0.1.0016	Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Econômico – CIDE	4.095,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	45,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	45,00
Função	28	Administração	45,00
Sub-função	845	Outras Transferências	45,00
Programa	0000	ENCARGOS ESPECIAIS	45,00
Atividade	9.099	Contribuição para o PASEP	45,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	45,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	45,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	45,00
Fonte de Recursos	0.1.0016	Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Econômico – CIDE	45,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR .....			4.140,00
.....			

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação verificado no exercício na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte/Detalhamento	Valor
Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Econômico – CIDE Superávit	0.1.0016	4.140,00
TOTAL DO EXCESSO UTILIZADO .....		R\$ 4.140,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Leoberto Leal, 18 de outubro de 2017.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 111/2017**

Publicação Nº 1405626

DECRETO N.º 111, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso I da Lei nº 1.257 de 29 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente, no valor de R\$ 20.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Função	12	Educação	20.000,00
Sub-função	361	ENSINO FUNDAMENTAL	20.000,00
Programa	04	EDUCAÇÃO É TUDO	20.000,00
Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da SECD – Ensino Fundamental	3.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	3.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0058	Salário Educação	3.000,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	17.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	17.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	17.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	17.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	17.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR .....			20.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação verificado no exercício na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte/Detalhamento	Valor
Transferências do Salário-Educação	0.1.0058	20.000,00
TOTAL DO EXCESSO UTILIZADO .....		20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Leoberto Leal, 18 de outubro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 112/2017**

Publicação Nº 1405630

DECRETO N.º 112, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

“DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO TERRETO RÍO DO MUNICÍPIO AFETADO POR ESTIAGEM 1.4.1.1.0 ”.

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o art.66, inciso VII e IX da Lei Orgânica do Município, e pelo inciso VI do Artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

Considerando, que a ocorrência de estiagem durante os meses de julho a outubro de 2017 diminuiu consideravelmente o volume de águas nos mananciais de superfície e todo o município, e ainda, prejudicou a produção agrícola, que encontrava-se em fase de desenvolvimento;

Considerando, que a inexistência de chuvas resultou em prejuízos significativos a economia municipal de forma geral, principalmente em decorrência da diminuição nas atividades do meio rural, perdendo totalmente ou diminuindo consideravelmente as produções agrícolas e a safra do período, em especial a safra da cebola no município;

Considerando, o Relatório Técnico da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, certificando déficit hídrico na região de Leoberto Leal e adjacências, apresentando registros de situação de nível crítico nos reservatórios, decorrente a estiagem;

Considerando, a recomendação do Presidente do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, conforme Parecer apresentado referente aos prejuízos causados à agricultura do Município;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência em todo território do município, em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem 1.4.1.1.0.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto a comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência a população afetada pelo desastre, sob a coordenação do Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Artigo 5º da Constituição Federal autoriza-se as autoridades administrativas e os Agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único: Será responsabilizado o Agente Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Com base no inciso IV do Artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitações os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedados a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrárias, devendo este Decreto vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Leoberto Leal, 18 de outubro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR 56/2017

Publicação Nº 1405286

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2017

GENIR LOLI – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Contratação de grupo musical italiano, para animar e sonorizar a Festa da Polenta e do Queijo, a abertura dos envelopes será no dia 01 de novembro de 2017, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 18 de outubro de 2017.

Genir Loli - Prefeito Municipal.

### DECRETO 2.980

Publicação Nº 1405363

DECRETO Nº 2.980 de 17 de outubro de 2017.

Regulamenta as Eleições de Diretores de Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

O Prefeito do Município de Lindóia do Sul, senhor Genir Loli, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Complementar nº 300 de 15 de dezembro de 2016.

DECRETA:

CAPÍTULO I

#### DAS ELEIÇÕES

Art. 1º A eleição de Diretores de Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino será realizada simultaneamente nos estabelecimentos de ensino, no último sábado do mês de novembro, das 8h (oito) às 12h (doze).

Parágrafo único. O período de nomeação dos diretores eleitos pela comunidade escolar será de quatro anos e a posse ocorrerá no encerramento do ano letivo em que ocorreram as eleições para efetivo exercício a partir do início do ano subsequente, sendo permitida uma reeleição.

Art. 2º O mandato dos Diretores eleitos no ano de 2017 será fixado até o final do ano letivo do ano de 2020.

Art. 3º Poderá candidatar-se ao cargo de diretor, profissional do magistério, que apresentar:

I – formação a nível superior na área da educação, comprovada no ato da nomeação;

II – ser estável no quadro de pessoal do magistério e/ou educação municipal;

III – experiência na área da educação comprovada de, no mínimo dois anos;

IV – curso de aperfeiçoamento em Gestão Escolar com carga horária mínima de 200 (duzentas) horas, comprovadas no ato da nomeação;

V – apresentação do Plano de Gestão, nos termos definidos no edital que regulamentará o processo eleitoral.

Parágrafo Único: Quando da convocação do primeiro processo eleitoral, a ser realizado no ano de 2017, o candidato ao cargo de Diretor de Escola ficará dispensado de comprovar o curso de aperfeiçoamento em Gestão Escolar, devendo realizá-lo durante a vigência do seu mandato.

Art. 4º Para deferimento das inscrições, o profissional do magistério interessado em participar do pleito deverá:

I - apresentar Plano de Gestão que evidencie a operacionalização da Proposta de Educação Democrática, conforme modelo constante do Anexo I;

II – preencher Ficha de Inscrição para o Processo de Escolha de Diretores, conforme modelo constante do Anexo VI.

Art. 5º Na eleição terão direito a votar:

I – os(as) alunos(as) a partir de 9 (nove) anos de idade, regularmente matriculados na escola;

II – o pai, ou a mãe, ou os responsáveis por alunos(as) matriculados(as) na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e no Ensino Fundamental – Anos Iniciais Regular;

III – os profissionais da educação em exercício na escola, na época da eleição;

IV - os servidores públicos em exercício na escola, na época da eleição.

§ 1º Para efeitos deste Ato, entende-se por responsáveis por alunos(as), conforme o item II deste artigo, pessoa detentora da guarda ou adotante, do menor, devidamente comprovada através de certidão.

§ 2º O voto é individual, sendo a indicação do candidato, manifestação pessoal e secreta.

§ 3º Ninguém poderá votar mais de uma vez, na mesma UE, independentemente do número de filhos matriculados, ainda que represente segmentos diversos, ou acumule cargos, funções ou empregos públicos.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior é extensivo aos profissionais de educação das UEs.

§ 5º Não é permitido o voto por procuração.

Art. 6º Havendo uma única candidatura inscrita, a eleição se dará por referendo da comunidade escolar, sendo considerados eleitos os dirigentes, cuja candidatura obtiver média aritmética de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) do total de votos válidos.

Parágrafo único. Na eventualidade de não ocorrer inscrição de candidatura ou a inscrição de uma única candidatura sendo a mesma rejeitada pela comunidade escolar, novas eleições serão convocadas podendo candidatar-se ao cargo de Diretor servidores não estáveis do quadro de pessoal do magistério e/ou educação municipal. Persistindo a condição de eleição de Diretor deserta, o dirigente do educandário será designado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º Havendo mais de uma candidatura inscrita, será considerado eleito, o candidato, que obtiver a maioria dos votos válidos.

Art. 8º O votante deverá identificar-se através da Carteira de Identidade ou outro documento de identificação.

Parágrafo único. O eleitor que não possuir documento hábil de identificação, terá sua legitimidade de votante atestada pelo Presidente da Mesa Receptora ou proceder conforme as disposições contidas no parágrafo único do art. 29, e no art. 39, deste Ato.

Art. 9º O edital da eleição indicará os requisitos e prazos para inscrição, homologação e divulgação dos candidatos, dia, hora e local de votação e apuração; credenciamento de fiscais de votação e apuração, além de outras instruções necessárias ao desenvolvimento do processo eleitoral.

Parágrafo único. O edital será afixado:

I - no Mural Público Municipal;

II - no mural da Secretaria Municipal de Educação;

III – no mural das UEs.

## CAPÍTULO II

### DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 10º. Compete aos Diretores das UEs e Presidentes das Associações de Pais e Professores a nomeação dos membros da Comissão Eleitoral, a ser composta por até 2 (dois) representantes efetivos e 2 (dois) suplentes, dos seguintes segmentos:

I - profissionais da educação e servidores públicos, em exercício nas UEs;

II – pais ou responsáveis de alunos matriculados nas UEs.

§ 1º As reuniões serão lavradas em atas, em livro próprio para tal finalidade.

§ 2º Os profissionais da educação, integrantes da Comissão Eleitoral, não poderão candidatar-se.

Art. 11º. Compete à Comissão Eleitoral:

I - divulgar, de forma ampla, à comunidade escolar as normas e critérios relativos ao processo eleitoral, conforme Edital de Convocação consignado no Anexo VII;

II - planejar, organizar e executar o processo eleitoral no estabelecimento de ensino;

III - lavrar ata de todas as reuniões e decisões;

IV - preparar a relação de votantes, em ordem alfabética, distribuída em listagens conforme modelos constantes dos Anexos II A a II D e repassá-las às mesas receptoras;

V - carimbar as cédulas com o nome do estabelecimento de ensino;

VI - designar, credenciar e instruir os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras, antecipadamente, utilizando formulário conforme modelo constante dos Anexos IX e X;

V - credenciar os fiscais dos candidatos, conforme modelo constante do Anexo XI;

VI - após o encerramento do processo de votação e escrutinação, acondicionar o material utilizado, encaminhando à Secretaria Municipal de Educação, as atas de votação, escrutinação e de apuração com o resultado final;

VII - guardar todo material da eleição, após o encerramento do processo e encaminhá-lo ao Arquivo Público Municipal;

VIII - divulgar, por seu Presidente, o resultado final do processo eleitoral;

IX - resolver os casos omissos, referentes à eleição, não previstos neste Regulamento e no edital.

§ 1º A Comissão Eleitoral elegerá Presidente e Secretário entre os membros que a compõem, registrando-se em ata, bem como todos os demais trabalhos pertinentes ao processo eleitoral.

§ 2º O Presidente da Comissão Eleitoral zelarà pela manutenção da ordem e pela execução de todas as etapas do processo eleitoral.

§ 3º A Comissão Eleitoral recorrerà à Secretaria Municipal de Educação, através de seu titular, quando se julgar incapaz ou com instrumentos insuficientes para equacionar uma determinada situação.

Art. 12º. Os membros da comunidade escolar, com direito a voto, de acordo com o art. 5º deste Decreto, serão convocados pela Comissão Eleitoral, na forma consignada no edital.

Art. 13º. A inscrição far-se-á por candidatura, numeradas em ordem crescente e conforme ordem de inscrição, cabendo a cada um dos candidatos entregar à Comissão Eleitoral, juntamente com o pedido de inscrição, os seguintes documentos:

I – comprovante de experiência na área de educação de no mínimo dois anos;

II – síntese do Plano de Gestão que pretende executar na UE, referido no art. 4º, deste Decreto.

§ 1º A Comissão Eleitoral afixará, no mural da escola, no primeiro dia útil após o encerramento do prazo de inscrição, o registro das candidaturas.

§ 2º Qualquer membro da comunidade escolar poderá, fundamentadamente, requerer a impugnação de candidato que não satisfaça os requisitos estabelecidos pelo presente Decreto, no prazo de 24h (vinte e quatro), da publicação do registro respectivo.

Art. 14º. A Comissão Eleitoral disporá da relação dos alunos, dos pais ou responsáveis, profissionais da educação e servidores públicos, pertencentes à comunidade escolar, afixando-a no mural da escola, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data da eleição, conforme modelos constantes dos Anexos II A a II D.

Parágrafo único. Qualquer impugnação que trata este artigo, no sentido de incluir ou excluir nomes constantes na mesma, só poderá ser efetuada no prazo de 24h (vinte e quatro) de sua publicação, mediante requerimento dirigido à Comissão Eleitoral.

Art. 15º. A Comissão Eleitoral credenciará até 2 (dois) fiscais por candidatura nas UEs, para acompanhar o processo eleitoral, em cada mesa, desde a votação até o escrutínio dos votos e proclamação dos eleitos.

Art. 16º. Da eleição, será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão Eleitoral, e após recebidos e contados os votos, o resultado verificado será registrado em ata circunstanciada, assinada pelos membros da mesa escrutinadora, fiscais e candidatos que estiverem presentes, e após, as atas serão arquivadas conforme disposto no art. 11, item VII, deste Decreto.

Art. 17º. Qualquer impugnação, relativa ao processo de votação, deverá ser dirigida à Comissão Eleitoral, no ato da ocorrência.

Art. 18º. Eleitos os dirigentes da Escola, a Comissão Eleitoral entregará a documentação relativa ao processo eleitoral, ao responsável legal da Escola, que no prazo de até 2 (dois) dias, comunicará oficialmente os resultados à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. Os Diretores eleitos serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal nos cargos previstos na Lei Complementar Nº 179/2011, de 24 de outubro de 2011 e suas alterações posteriores, com os vencimentos nela consignados.

### CAPÍTULO III



## DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

Art. 19º. As impugnações e os recursos, no processo eleitoral, não terão efeito suspensivo.

Art. 20º. Serão recebidos os recursos que estiverem devidamente instruídos com documentos comprobatórios.

Art. 21º. A Comissão Eleitoral receberá e julgará os pedidos de impugnação e recursos, mediante decisão fundamentada, no prazo de 24h (vinte e quatro), contadas a partir do recebimento.

Parágrafo único. O recebimento das impugnações e dos recursos será feito pelo Presidente da Comissão Eleitoral, mediante termo de recebimento constando local, dia e hora.

Art. 22º. Os pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao Presidente da Mesa Receptora ou Escrutinadora, respectivamente, que decidirão de imediato, e não havendo unanimidade na decisão, a Comissão Eleitoral decidirá, em última instância.

## CAPÍTULO IV

### DA MESA RECEPTORA

Art. 23º. A Mesa Receptora designada pela Comissão Eleitoral, será constituída por votantes, sendo 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, os quais escolherão, dentre os membros efetivos, o Presidente e o Secretário.

§ 1º Não poderão ausentar-se, simultaneamente, dos locais de votação o Presidente e o Secretário.

§ 2º Na ausência temporária do Presidente, o Secretário ocupará suas funções, respondendo pela ordem e execução do processo eleitoral.

Art. 24º. Compete à Mesa Receptora:

I - verificar o número das cédulas oficiais e rubricá-las;

II - verificar, antes do eleitor votar, as coincidências da assinatura existente no documento de Identidade e na Lista de Votação;

III - solucionar imediatamente as dificuldades e/ou dúvidas;

IV - decidir de imediato os pedidos de impugnação contra atos de votação;

V - lavrar ata de votação, anotando todas as ocorrências;

VI - concluída a votação, remeter a documentação à Mesa Escrutinadora.

Art. 25º. A Mesa Receptora será instalada em local adequado, de forma a assegurar a privacidade e o voto secreto.

§ 1º Haverá uma listagem de votantes, em cada mesa, organizada pela Comissão Eleitoral.

§ 2º Será disponibilizada a quantidade de mesas, numeradas, necessárias para atender a realidade de cada estabelecimento de ensino.

§ 3º Poderão permanecer no recinto destinado à Mesa Receptora os seus membros, os fiscais e o eleitor, durante o tempo necessário à votação.

Art. 26º. No recinto onde funcionará a Mesa Receptora será colocada, em local visível, a relação constando o nome do(s) candidato(s), conforme modelo do Anexo V.

Art. 27º. A Mesa Receptora recolherá os votos dos eleitores no período compreendido entre 8h (oito) às 12h (doze), admitida a constituição de dois grupos de mesários para trabalhar de forma ininterrupta.

Art. 28º. Nenhuma autoridade estranha à Mesa poderá intervir, sob qualquer pretexto, em seu regular funcionamento, exceto o Presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 29º. Não constando na lista de votantes nome de eleitor devidamente habilitado, este deverá votar após obter a legitimidade, por escrito, do Presidente da Mesa Receptora.

Parágrafo único. Existindo dúvidas a Mesa Receptora recolherá o voto do eleitor em separado, em envelope devidamente fechado, o qual será depositado na urna com registro em ata, para posterior apreciação pela Mesa Escrutinadora.

Art. 30º. O voto deverá constar em cédula, nos padrões oficiais, carimbada e rubricada, conforme modelo constante do Anexo III.

Parágrafo único. As cédulas oficiais serão providenciadas pela Comissão Eleitoral.

Art. 31º. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de votantes, recebendo a cédula oficial, carimbada e rubricada, onde assinalará, com símbolo X, o quadrado ao lado do nome do candidato escolhido, de maneira pessoal e secreta, depositando a cédula na urna.

Art. 32º. Às 12h (doze), o Presidente da Mesa Receptora, ordenará que sejam distribuídas senhas aos presentes, habilitando-os a votar e impedindo aqueles que se apresentarem após o horário.

Art. 33º. Dos trabalhos da Mesa Receptora será lavrada Ata de Votação, conforme modelo constante do Anexo IV.

## CAPÍTULO V

### DAS MESAS ESCRUTINADORAS

Art. 34º. A apuração será realizada no estabelecimento de ensino, a partir do encerramento da votação.

Art. 35º. A Mesa Escrutinadora, designada pela Comissão Eleitoral, será constituída por votantes, sendo até 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, que escolherão entre si o Presidente e o Secretário.

§ 1º Serão disponibilizadas tantas mesas quantas forem necessárias, numeradas, para atender a realidade de cada UE.

§ 2º O trabalho de escrutinação poderá ser reunido numa única Mesa Escrutinadora, mediante anuência expressa dos candidatos, em livro de atas.

Art. 36º. Recebida a documentação das Mesas de Escrutinação, a Comissão Eleitoral deverá:

I - verificar toda documentação;

II - verificar se a contagem dos votos está correta, procedendo à recontagem, se constatado algum erro;

III - decidir quanto às irregularidades consignadas na Ata;

IV - registrar no mapa de apuração o resultado final, cujo modelo consta do Anexo XII, a soma dos votos alcançados pelos candidatos, bem como a soma dos votos brancos e nulos;

V - apurar e divulgar o resultado final de cada candidato, com o respectivo número de votos e percentual alcançado;

VI - encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes as atas de votação e de escrutinação, e o mapa de apuração com resultado final, cujas fotocópias serão arquivadas no estabelecimento de ensino.

Art. 37º. Nenhuma autoridade estranha à Mesa poderá intervir, sob qualquer pretexto, em seu regular funcionamento, exceto o Presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 38º. A escrutinação será feita ininterruptamente, em sessão pública, no mesmo local de votação e deverá ocorrer imediatamente após o encerramento desta.

Art. 39º. Antes de iniciar a escrutinação, a Mesa deverá analisar os votos em separado constantes dos envelopes, anulando-os, se for o caso, ou incluindo-os entre os demais existentes na urna, preservando o sigilo do voto.

Parágrafo único. Não caberá recurso após a decisão da Comissão Eleitoral, conforme disposto neste Decreto.

Art. 40º. A Mesa Escrutinadora verificará se o número de votantes contidos na Ata de Votação, conforme Anexo IV, coincide com o número de cédulas existentes na urna.

§ 1º Havendo a discordância entre o número de votantes e o número de cédulas da urna, o fato constituirá motivo de averiguação e se resultar em fraude comprovada, poderá a urna ser anulada.

§ 2º Concluído pela Mesa Escrutinadora que a irregularidade resultou de fraude, a urna será impugnada, efetuando-se a contagem dos votos em separado com posterior encaminhamento à Comissão Eleitoral, juntamente com relatório circunstanciado da ocorrência, acompanhado de toda a documentação para decisão final.

Art. 41º. Após fazer a declaração do voto em branco ou nulo, será imediatamente escrita na cédula, com caneta vermelha, a expressão "branco" ou "nulo", respectivamente.

Art. 42º. Serão considerados votos nulos:

I - registrados em cédulas que não correspondem ao modelo oficial e que não estejam devidamente carimbadas e rubricadas;

II - que contenham expressões, frases ou palavras que possam identificar o votante.

§ 1º Será considerado eleito o candidato que obtiver o maior número de votos válidos.

§ 2º Em caso de empate, será considerado vencedor, em ordem de prioridade, o candidato com mais tempo de trabalho no:

I - estabelecimento de ensino;

II - ensino público;

III - mais idoso.

§ 3º As dúvidas suscitadas durante a escrutinação serão resolvidas pelo Presidente da Mesa Escrutinadora.

Art. 43º. Concluídos os trabalhos será lavrada Ata de Escrutinação, conforme modelo constante do Anexo VIII, e todo o material deverá ser encaminhado à Comissão Eleitoral.

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44º. Os concorrentes poderão promover suas candidaturas entre votantes, através da divulgação do Plano de Gestão, apresentada por ocasião do registro do candidato.

Art. 45º. A propaganda irreal, insidiosa ou manifestadamente pessoal contra os concorrentes deverá ser analisada pela Comissão Eleitoral que, se a entender incluída nessas características, determinará sua imediata suspensão, alertando os candidatos, com a devida comunicação, para os procedimentos legais cabíveis, podendo o infrator ser penalizado com a perda da candidatura ou mandato.

Art. 46º. Não poderão compor a Comissão Eleitoral, a Mesa Receptora e a Mesa Escrutinadora, o candidato, seu cônjuge, parente ainda que por afinidade, até 2º grau, nem os servidores que estejam em exercício nas funções de Diretor.

Parágrafo único. É obrigação do candidato informar a ocorrência deste impedimento, sob pena de perda do registro da candidatura ou cassação do mandato.

Art. 47º. O candidato eleito que não apresentar o documento que trata o art. 3º, I, ou não preencher outros requisitos necessários, terá seu mandato cassado, sendo nomeado o classificado remanescente ou na forma estabelecida no parágrafo único do art. 6º.

Art. 48º. Ficam aprovados os Anexos I a XII, deste Decreto.

Art. 49º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 50º. Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

Genir Loli  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em, 17 de Outubro de 2017.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

## ANEXO I

### PLANO DE GESTÃO

I. Dados de Identificação;

II. Introdução (relatar sua trajetória na Educação, evidenciando os motivos que o conduziu a concorrer à eleição de diretores);

III. Justificativa (justificar a razão do trabalho que irá desenvolver na gestão – janeiro/2018 a dezembro/2020 – pautado na Proposta de Educação Democrática);

IV. Objetivos (intenções)

- Geral;
- Específicos;

V. Procedimentos metodológicos (atividades que irá desenvolver para operacionalizar as intenções explicitadas no item IV deste anexo);

Nome do estabelecimento: \_\_\_\_\_

[illegible]

Nome do estabelecimento: \_\_\_\_\_

Nome do Votante		Assinatura
Total de Votantes	Inscritos	Compareceram



## CÉDULA DE VOTAÇÃO

## FRENTE VERSO

Carimbo do estabelecimento de ensino	Nome do Candidato
Rubrica dos Mesários	Nome do Candidato

## ANEXO IV

## ATA DE VOTAÇÃO

Nome do estabelecimento \_\_\_\_\_

Mesa nº \_\_\_\_\_

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês \_\_\_\_\_ de 2017, reuniram-se componentes da Mesa Receptora de votos, acima referida.

Integraram a mesa os seguintes membros:

Houve substituições? Quais as nomeações feitas?

Número (numeral e por extenso) dos votantes por urna, de cada Mesa, que compareceram e votaram.

Houve votos em separado?

Ocorrências

Escrever aqui o inteiro teor da decisão proferida em caso de dúvidas, problemas ou acontecimentos ocorridos durante a votação. Nas folhas de votação há rasuras, emendas ou entrelinhas? Esta Ata tem rasuras, emendas ou entrelinhas?

Assinatura dos mesários e fiscais

OBS.: na falta de espaço, utilizar o verso, não esquecendo de colocar as assinaturas dos mesários

## ANEXO V

## RELAÇÃO DOS CANDIDATOS

Nome e Apellido dos Candidatos	
Nome	Apellido

Nome e Apellido dos Candidatos	
Nome	Apellido

Nome e Apellido dos Candidatos	
Nome	Apellido

Nome e Apellido dos Candidatos	
Nome	Apellido

Nome e Apellido dos Candidatos	
Nome	Apellido

## ANEXO VI

## FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES

Escola: \_\_\_\_\_

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço: \_\_\_\_\_

Assinatura Candidato (a)

Assinatura Comissão

## ANEXO VII

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nome do estabelecimento de Ensino:

Edital de Convocação para o processo de escolha de diretores, pela comunidade escolar.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

O Presidente da Comissão Eleitoral, por este instrumento, afixado na forma e prazo determinados, vem convocar a Comunidade Escolar composta de: os(as) alunos(as) a partir de 9 (nove) anos de idade, regularmente matriculados na escola; o pai ou a mãe, ou o responsável por alunos(as) matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental Regular; os profissionais da educação em exercício na escola, na época da eleição; os servidores públicos em exercício na escola, na época da eleição, para, mediante voto direto e secreto, proceder à escolha do diretor da UE \_\_\_\_\_ no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, no referido estabelecimento de ensino.

Presidente da Comissão Eleitoral

## ANEXO VIII

## ATA DE ESCRUTINAÇÃO

Mesa nº \_\_\_\_\_

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, reuniu-se a Mesa de Escrutinação para contagem de votos da Mesa de Votação nº \_\_\_\_\_, do Estabelecimento \_\_\_\_\_. Integram a Mesa os seguintes membros:

- I. \_\_\_\_\_  
II. \_\_\_\_\_  
III. \_\_\_\_\_

Procedida a escrutinação, foram registrados os seguintes resultados:

Votantes	Votos Brancos		Votos Nulos		Votos Válidos		Candidato A		Candidato B	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total:										

Assinatura dos Escrutinadores

## ANEXO IX

## DESIGNAÇÃO E CREDENCIAMENTO DOS MEMBROS DAS MESAS RECEPTORAS

Nome do estabelecimento:

O Presidente da Comissão Eleitoral no uso de suas atribuições, por este instrumento, designa e credencia:

Nome	Segmento que representa

Para comporem a Mesa Receptora nº \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Presidente da Comissão Eleitoral



## ANEXO X

## DESIGNAÇÃO E CREDENCIAMENTO DOS MEMBROS DAS MESAS ESCRUTINADORAS

Nome do estabelecimento de Ensino:

O Presidente da Comissão Eleitoral no uso de suas atribuições, por este instrumento, designa e credencia:

Nome	Segmento que representa

para Mesa Escrutinadora nº \_\_\_\_\_.  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Presidente da Comissão Eleitoral

## ANEXO XI

## CREDENCIAL DE FISCAL

Nome do Estabelecimento de Ensino:

Mesa nº \_\_\_\_\_

Nome do Fiscal	Nome do Candidato

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Comissão Eleitoral

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL												
fls. 24 DECRETO Nº 2.980 de 17 de outubro de 2017.												
ANEXO XII MAPA DE APURAÇÃO												
Mesa/ Urna:	Nº de Votan- tes	Votos Brancos		Votos Nulos		Candidato A		Candidato B		Candidato C		
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
TOTAL	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	

**PORTARIA Nº 275/2017, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405220

PORTARIA Nº 275/2017, de 09 de Outubro de 2017.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença saúde, a Servidora Pública Municipal Delci Fatima Montac, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - ACS, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, pelo período de 15 (quinze) dias a contar de 05 de Outubro de 2017, conforme atestado médico em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 09 de Outubro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 276/2017, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405221

PORTARIA Nº 276/2017, de 11 de Outubro de 2017.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 38, inciso II, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e nos termos do Artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

I - Exonerar, a pedido, a Servidora Pública Municipal Carolina de Paris, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social – Diretoria de Ação Social, a partir de 11 de Outubro de 2017.

II - Face o disposto neste ato, fica revogada a Portaria nº 031/2016, de 01 de Fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em, 11 de Outubro de 2017.  
GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

## **PORTARIA Nº 277/2017, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405223

PORTARIA Nº 277/2017, de 17 de outubro de 2017.  
AUTORIZA O EXERCÍCIO DE HORÁRIO DIFERENCIADO, EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO A SERVIDOR PÚBLICO.

GENIR LOLI – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 250 da Lei Complementar n. 50, de 10 de janeiro de 2003 e art. 1º, § 5º do Decreto Municipal n. 1.174, de 31 de julho de 2003 e ainda:

Considerando os argumentos constantes no requerimento do servidor Jadirmar Carlos Frigeri, protocolo n. 464, de 23 de agosto de 2017. Considerado que ficou demonstrado o interesse público excepcional e temporário, conforme justificado pela C.I. n. 83/2017, oriunda da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes/Diretoria de Esportes.

Considerando os argumentos contidos no Parecer Jurídico n. 12/2017, de 03 de outubro de 2017.

Considerando o disposto no art. 250 da Lei Complementar n. 50, de 10 de janeiro de 2003 e do § 5º do art. 1º do Decreto Municipal n. 1.174, de 31 de julho de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar, em caráter excepcional e temporário, o exercício de horário diferenciado de trabalho ao servidor público municipal Jadimar Carlos Frigeri, ocupante do cargo de professor, 20 (vinte) horas semanais, matrícula funcional n. 75.

§ 1º. O horário excepcional e diferenciado previsto no caput diz respeito ao cumprimento da carga horária do servidor (20h/semanais):

I – em períodos noturnos, estes durante a semana e/ou;

II – em finais de semana durante o período diurno, excepcionalmente noturno.

§ 2º. O horário noturno não poderá ser cumprido após as 22h00min, exceto por solicitação da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes/Diretoria de Esportes, com a devida justificativa.

Art. 2º. A presente autorização se reveste de caráter excepcional e temporário, enquanto permanecer o interesse da Administração Pública, resguardado o interesse público.

Art. 3º. A fiscalização do cumprimento do horário diferenciado de trabalho incumbirá a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes/Diretoria de Esportes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 17 de Outubro de 2017.  
GENIR LOLI  
Prefeito Municipal  
Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**Luis Alves****PREFEITURA****EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017 (PREFEITURA)**

Publicação Nº 1405135

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017  
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITORES BIOMÉTRICOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 09h45min horas do dia 31/10/2017, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 10h00min horas do dia 31/10/2017.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 19 de outubro de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2017 (PREFEITURA)**

Publicação Nº 1405137

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2017  
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO PADRÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DAS NOVAS RESIDÊNCIAS DA COHAB NO BAIRRO RIO DO PEIXE NESTE MUNICÍPIO.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 09h45min horas do dia 01/11/2017, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 10h00min horas do dia 01/11/2017.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 19 de outubro de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 2455

Publicação Nº 1405139

DECRETO Nº 2455 de 18 de outubro de 2017.

“ATUALIZA PREÇOS PÚBLICOS PARA CONCESSÃO DE USO DOS TERRENOS NO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL FREI BRUNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 613 de 29 de setembro de 2005,

DECRETA:

Art.1º- Ficam atualizados os preços públicos para a concessão de uso dos terrenos no CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL FREI BRUNO, alterando-se os valores atuais dos Anexos I e II, criados pela Lei nº 613 de 29 de setembro de 2005, aplicando-se o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor de 1,6200% verificado nos meses de outubro de 2016 a setembro de 2017.

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei nº 613 de 29 de setembro de 2005, valores atualizados pelo Decreto nº 2455 de 18 de outubro de 2017.

#### ANEXO I

#### CÁLCULO DO VALOR DOS TERRENOS DO CEMITÉRIO

##### PARTE EM USO

TIPO	VALOR (R\$) POR TIPO
TÚMULO DUPLO	588,75
TÚMULO SIMPLES	274,19

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Lei nº 613 de 29 de setembro de 2005, valores atualizados pelo Decreto nº 2455 de 18 de outubro de 2017.

#### ANEXO II

#### CÁLCULO DO VALOR DOS TERRENOS DO CEMITÉRIO

##### PARTE NOVA

TIPO	DIMENSÕES DO TERRENO (cm)	ÁREA POR TERRENO (m2)	VALOR (R\$) POR TIPO
JAZIGO	290X290	8,410	2.197,94
TÚMULO DUPLO	250X225	5,625	1.098,97
TÚMULO SIMPLES	250X135	3,375	549,51

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 132**

Publicação Nº 1404770

PORTARIA Nº 132/17 de 17 de outubro de 2017.

"NOMEIA MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR, o servidor abaixo relacionado para complementar a composição da COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO nomeada pela PORTARIA Nº 128/17 de 20 de setembro de 2017 de que trata o Decreto 2442 de 20/09/2017:

Representante do Executivo  
TIAGO SCHNEIDER

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de outubro de 2017.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

# Macieira

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2017

Publicação Nº 1404987

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA  
ANULAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2017

O Município de Macieira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna pública a ANULAÇÃO da Dispensa de Licitação nº 0003/2017 para a contratação de médico clínico geral para atendimento nas Unidades Básicas de Saúde Sede e KM 30, conforme cronograma da Secretaria Municipal de Saúde, no período de licença médica do servidor efetivo, por não surtir seus efeitos legais.

Desta feita anulando também o Contrato Administrativo nº 0010/2017, com a empresa FEMECH SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI ME.

Considera-se o abandono da Contratada.

Macieira, 17 de outubro de 2017.

ROSEMARI DOS SANTOS OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde



# Mafra

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2017

Publicação Nº 1405143

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2017  
EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO N. 009/2017  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que assinou Termo de Colaboração n. 009/2017 com a SOCIEDADE ESPORTIVA RECREATIVA DOS OPERÁRIOS MAFRENSES ZEPPELIN, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 85.134.419/0001-99, relacionadas à competições automobilísticas, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a serem pagos em parcela única no mês de outubro de 2017. A vigência do termo de colaboração tem início na data da sua assinatura, com vigência até 31 de dezembro de 2017. O inteiro teor deste Termo de Colaboração encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08 às 12 horas e das 13h30 às 17 horas, telefone n. (47) 3642-4009. Mafra (SC), 21 de julho de 2017. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 011/2017

Publicação Nº 1405147

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 011/2017  
EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO N. 010/2017  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que assinou Termo de Colaboração n. 010/2017 com a ASSOCIAÇÃO TERAPÊUTICA NOVO AMANHECER, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 05.510.658/0001-67, a título de concessão de apoio a entidades que atuem para a execução de serviço de acolhimento institucional transitório a indivíduos que estejam em situação de rua (em trânsito) pelo Município de Mafra, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a serem pagos em três parcelas a partir do mês de outubro de 2017. A vigência do termo de colaboração tem início na data da sua assinatura, com vigência até 31 de dezembro de 2017. O inteiro teor deste Termo de Colaboração encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08 às 12 horas e das 13h30 às 17 horas, telefone n. (47) 3642-4009. Mafra (SC), 21 de julho de 2017. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

# Maracajá

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR 57/2017

Publicação Nº 1404771

LEI COMPLEMENTAR Nº 57 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal 2017 – Refis Municipal 2017 – no município de Maracajá, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Programa de Recuperação Fiscal 2017 – Refis Municipal 2017 – destina-se a promover o recebimento de créditos de qualquer natureza da Fazenda Pública Municipal, com vencimentos até 31 de dezembro de 2016, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, com exigibilidade suspensa ou não, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada.

§ 1º Estão excluídos da presente Lei Complementar as despesas decorrentes de processos de execução fiscal e seus respectivos embargos, se houver.

§ 2º Os benefícios de que trata o presente artigo também serão extensivos aos contribuintes com parcelamentos pendentes, não integralmente quitados.

§ 3º Aos devedores que aderirem ao Programa Refis 2017 será concedida a redução dos juros de mora e multa, na forma prevista no artigo 7º desta Lei Complementar, mantidos os valores do principal corrigidos.

Art. 3º O prazo para adesão ao programa aqui instituído se iniciará a partir do primeiro dia útil de vigência desta Lei Complementar, encerrando-se em 10 de dezembro de 2017, observando-se o disposto no artigo 7º.

Art. 4º Poderão pleitear a adesão ao programa ora instituído as pessoas responsáveis pela respectiva obrigação assim definida na legislação vigente.

§ 1º A opção pelo Refis Municipal 2017 poderá ser formalizada até a data mencionada no artigo 3º, mediante requerimento de parcelamento no qual a pessoa física ou jurídica deverá indicar pormenorizadamente quais débitos deverão ser nele incluídos.

§ 2º O requerimento de que trata o parágrafo anterior deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Pessoa Física:

- a) CPF;
- b) RG;
- c) comprovante de residência ( água,luz ou telefone);
- d) procuração pública (se for o caso);

II - Pessoa Jurídica:

- a) contrato social;
- b) CNPJ; e
- c) RG, CPF e comprovante de residência do sócio responsável;
- d) procuração pública(se for o caso);

III - Termo de Confissão de Dívida Ativa;

IV - declaração de desistência, nos termos do inciso II do artigo 6º desta Lei Complementar;

V - cópia de pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, sobre o valor original do crédito devidamente atualizado, para os casos ajuizados.

Art. 5º Para o pagamento à vista, o contribuinte poderá optar pela inclusão individual de cada lançamento que compõe a dívida, exceto os débitos ajuizados e/ou executados, que deverão ser consolidados em sua totalidade.

Parágrafo único - Os débitos assim definidos na forma do caput deste artigo serão consolidados na data do termo de adesão e acrescidos dos encargos legais em conformidade com o Código Tributário Municipal.

Art. 6º A opção pelo Refis Municipal 2017 fica obrigatoriamente condicionada:

I - à assinatura do Termo de Acordo entre as partes, contendo as disposições legais necessárias;

II - ao encerramento comprovado de feitos ajuizados contra o Município, por desistência expressa e irrevogável, com renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do inciso V do caput do artigo 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil –, suportando o contribuinte as custas judiciais, despesas processuais e honorários de sucumbência;

III - ao pagamento pelo contribuinte das custas, despesas processuais e honorários para os débitos em cobrança judicial;

IV - à desistência de todos os recursos, inclusive dos embargos já processados na execução fiscal.

Art. 7º O Programa de Recuperação Fiscal 2017 – Refis Municipal 2017 – será concedido, podendo ser parcelado em até 24 (vinte e quatro) meses, nas seguintes formas:

I - para adesão, mediante pagamento total do débito à vista, até a data limite estabelecida no artigo 3º, com dispensa de 100% (cem por cento) do valor da multa e dos juros de mora;

II - para os requerimentos de adesão protocolados até a data limite estabelecida no artigo 3º:

- a) pagamento em até 3 (três) parcela com dispensa de 90% (noventa por cento) do valor da multa e dos juros de mora;
- b) pagamento em até 6 (seis) parcelas com dispensa de 80% (oitenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora;
- c) pagamento em até 12 (doze) parcelas com dispensa de 70% (setenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora;
- d) pagamento acima de 12 (doze) parcelas com dispensa de 60% (sessenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora;

§ 1º O não pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará a rescisão do parcelamento e prosseguimento da cobrança;

§ 2º As parcelas terão atualização monetária, anualmente, de acordo com o índice INPC-IBGE;

§ 3º Nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais);

§ 4º A primeira parcela do acordo firmado deverá ser paga no ato do parcelamento através de guia de recolhimento (Documento de Arrecadação Municipal - DAM) emitido no Departamento de Tributos do Município.

Art. 8º O pagamento de cada parcela deverá ser realizado através de guia de recolhimento emitido no Departamento de Tributos do Município.

Art. 9º O pagamento previsto nesta Lei Complementar terão vigência temporária, valendo exclusivamente para os efeitos do Refis Municipal 2017.

Art. 10. Serão excluídos do Refis Municipal 2017 os casos de:

I - inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

Parágrafo único - A exclusão do Refis Municipal 2017 acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito, aplicando-se sobre o montante devido todos os acréscimos legais previstos no Código Tributário Municipal.

Art. 11. O cancelamento do acordo firmado dar-se-á independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ficando o inadimplente excluído do programa.

Art. 12. A adesão ao Refis Municipal 2017 não impede que a exatidão dos valores denunciados de forma espontânea pelo devedor, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), seja conferida posteriormente pelo Fisco Municipal, para efeito de lançamento suplementar.

Parágrafo único - Apurado pelo Fisco Municipal inexatidão do valor denunciado espontaneamente pelo devedor, poderá ser o respectivo montante incluído no Refis Municipal 2017, desde que cumpridos pelo contribuinte os requisitos e as exigências desta Lei Complementar.

Art. 13. A opção pelo Refis Municipal 2017 sujeita o contribuinte à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida, hábil a interromper o prazo prescricional, nos termos do artigo 174, parágrafo único, inciso IV, do Código Tributário Nacional (CTN).

Art. 14. O Poder Executivo editará os atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta Lei Complementar.

Art. 15. A instituição do Refis Municipal 2017 pela presente Lei Complementar não impede o ajuizamento de execuções fiscais pelo Município no período de sua vigência.

Art. 16. Ao Município fica autorizado o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa, representativas de créditos tributários ou não, desde que os contribuintes ou devedores estejam devidamente identificados.

Art. 17. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 16 de Outubro de 2017.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar na Secretaria Municipal de Administração em 16 de Outubro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt  
Secretária de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 152/2017

Publicação Nº 1404844

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Contrato Administrativo n. 129/2017

Contratada: Marcos André Annes – ME.

Valor do contrato: 6.000,00

Processo n. 152/2017

Inexigibilidade n. 048/2017

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Contrato Administrativo para contratação do grupo denominado "Os Peraltas", para apresentação artística em decorrência da programação de Natal do Município de Maravilha/SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 07 h e 30min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 18 de outubro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

# Marema

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO. 055/2017 PREGÃO PRESENCIAL N. 036/2017

Publicação Nº 1405463

O Município de Marema, por seu Prefeito Municipal Senhor Adilson Barella, TORNA PÚBLICO a retificação de edital e alteração da data de abertura de Envelopes do Processo Licitatório. 055/2017 Pregão Presencial n. 036/2017 para manutenção do Rodante do Trator de esteira D 41 E – 6. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 31/10/2017, às 08h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 31/10/2017 às 08h30min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital retificado, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 18 de outubro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA 07.2017 LIC 13.2017 (REEQUILIBRIO ECONOMICO) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Publicação Nº 1405084

ADITIVO DE VALOR – equilíbrio economico-financeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2017

Processo Licitatório Nº. 13/2017

Pregão Presencial Nº. 07/2017

registro de preço

Aos 17 dias de outubro do ano de 2017, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05 e o FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 13/2017 - Pregão Presencial Nº. 07/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, resolve-se reequilibrar o valor dos itens abaixo relacionados.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA E ADITIVOS DE RADIADOR PARA USO DA FROTA VEICULAR DE SERVIÇO PÚBLICO DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) BEM COMO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO EQUILIBRIO ECONOMICO E FINANCEIRO

DO VALOR REGISTRADO ANTERIOR AO AUMENTO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Valor Unitário
9	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	FLUIDO DE FREIO NORMAL DOT 3. CAIXA COM 24 FRASCOS DE 500 ML. (G.D.78.4)	CX	R\$ 160,00
10	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	FLUIDO DE FREIO ESPECIAL, DOT 4. CAIXA COM 24 FRASCOS DE 500 ML. (G.D.86.4)	CX	R\$ 211,00
19	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	ÓLEO 140 AP GL 5 ÓLEO DIFERENCIAL), TAMBOR 200 LTS	TAMBOR	R\$ 1.763,00
20	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	ÓLEO EP SAE 80W AP GL 4 ANP 00142, TAMBOR 200 LTS	TAMBOR	R\$ 1.750,00
21	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	FLUIDO HIDRÁULICO PARA TRATORES AGRÍCOLAS E MÁQUINAS FORA DE ESTRADA, TAMBÉM INDICADO PARA USO COMO FLUIDO DE FREIOS E TRANSMISSÃO. PROTEGE AS PARTES LUBRIFICADAS CONTRA DESGASTE E CORROSÃO, SENDO ADEQUADO PARA OPERAÇÕES EM SISTEMAS HIDRÁULICOS DE PRESSÃO ELEVADA. CLASSIFICAÇÃO: API GL-4, CATERPILLAR TO-2 E ALLISON C-3, MASSEY FERGUSON M 1135, 1141 E 1143, FORD M2C86 B E C, JOHN DEERE J20C E CASE MS 1.206, 1.207 E 1.209. VISCOSIDADE: SAE 20W/30	TAMBOR	R\$ 2.070,00

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Valor Unitário litro reajustado
9	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	FLUIDO DE FREIO NORMAL DOT 3. CAIXA COM 24 FRASCOS DE 500 ML. (G.D.78.4)	CX	R\$ 167,27

10	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	FLUIDO DE FREIO ESPECIAL, DOT 4. CAIXA COM 24 FRASCOS DE 500 ML. (G.D.86.4)	CX	R\$ 229,29
19	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	ÓLEO 140 AP GL 5 ÓLEO DIFERENCIAL), TAMBOR 200 LTS	TAMBOR	R\$ 2.064,91
20	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	ÓLEO EP SAE 80W AP GL 4 ANP 00142, TAMBOR 200 LTS	TAMBOR	R\$ 1.898,87
21	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	FLUIDO HIDRÁULICO PARA TRATORES AGRÍCOLAS E MÁQUINAS FORA DE ESTRADA, TAMBÉM INDICADO PARA USO COMO FLUIDO DE FREIOS E TRANSMISSÃO. PROTEGE AS PARTES LUBRIFICADAS CONTRA DESGASTE E CORROSÃO, SENDO ADEQUADO PARA OPERAÇÕES EM SISTEMAS HIDRÁULICOS DE PRESSÃO ELEVADA. CLASSIFICAÇÃO: API GL-4, CATERPILLAR TO-2 E ALLISON C-3, MASSEY FERGUSON M 1135, 1141 E 1143, FORD M2C86 B E C, JOHN DEERE J20C E CASE MS 1.206, 1.207 E 1.209. VISCOSIDADE: SAE 20W/30	TAMBOR	R\$ 2.311,95

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem a este aditivo.

3.2 Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 13/2017 - Multientidade - PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO Nº. 07/2017, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 17 de Outubro de 2017.

VALDIR ZAPPELLINI	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	
Contratante	Contratada

**ATA 18.2017 LIC 36.2017 (REEQUILIBRIO ECONOMICO) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA**

Publicação Nº 1405071

ADITIVO DE VALOR – equilíbrio economico-financeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2017

Processo Licitatório Nº. 36/2017

Pregão Presencial Nº. 25/2017

registro de preço

Aos 17 dias de outubro do ano de 2017, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05 e o FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 36/2017 - Pregão Presencial Nº. 25/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, resolve-se reequilibrar o valor dos itens abaixo relacionados.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA E ADITIVOS DE RADIADOR PARA USO DA FROTA VEICULAR DE SERVIÇO PÚBLICO DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) BEM COMO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO EQUILIBRIO ECONOMICO E FINANCEIRO**



DO VALOR REGISTRADO ANTERIOR AO AUMENTO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Valor Unitário
7	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	ÓLEO LUBRIFICANTE DE PRIMEIRA LINHA 80W90 GL5 TAMBOR 200LT ALTA PERFORMANCE	TAMBOR	R\$ 2.067,00

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO = 17,12%				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Valor Unitário litro reajus- tado
7	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	ÓLEO LUBRIFICANTE DE PRIMEIRA LINHA 80W90 GL5 TAMBOR 200LT ALTA PERFORMANCE	TAMBOR	R\$ 2.420,97

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem a este aditivo.

3.2 Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 36/2017 - Multientidade - PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO Nº. 25/2017, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 17 de Outubro de 2017.

VALDIR ZAPPELLINI	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	
Contratante	Contratada

### CO72.2016AD.04(PMM)-PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Publicação Nº 1405247

PREFEITURA DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO: TERMO DE ADITAMENTO 04 AO CONTRATO 72/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO (COM MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS) DA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA OTTO BAUER (TRECHO I E II) E RUA SANTA CATARINA (TRECHO I) DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

ADITAMENTO (ACRÉSCIMO): R\$ 43.868,02 (QUARENTA E TRINTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E SESENTA E OITO REAIS E DOIS CENTAVOS).

VALDIR ZAPPELLINI – Prefeito em exercício  
Massaranduba (SC), 17 de outubro de 2017

### DECRETO Nº. 3483 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1405141

DECRETO Nº. 3483 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1834 de 10 de Outubro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais Suplementares no Orçamento 2017 no valor de

R\$ 307.830,00 (Trezentos e sete mil oitocentos e trinta reais) nos programas abaixo discriminados:

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE  
0304.028.843.0170.0080 – Amortização da Dívida Pública  
0304 – 33900000 – Aplicações Diretas  
0304 – 10000 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 300.000,00

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0401.025.752.0056.2028 – Manutenção da Iluminação Pública  
0401 – 33900000 – Aplicações Diretas  
0401 – 10800 – Contrib. Custeio Serv. Ilum. Públ. - COSIP  
..... R\$ 7.830,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ 307.830,00 (Trezentos e sete mil oitocentos e trinta reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE  
0304.028.843.0170.0080 – Amortização da Dívida Pública  
0304 – 34690000 – Aplicações Diretas  
0304 – 10000 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 300.000,00

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0401.025.752.0056.2028 – Manutenção da Iluminação Pública  
0401 – 44900000 – Aplicações Diretas  
0401 – 10800 – Contrib. Custeio Serv. Ilum. Públ.- COSIP  
..... R\$ 7.830,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 63.2017 PP 47.2017 -  
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DO  
FMS**

Publicação N° 1405381

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 63/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N° 47/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).  
CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 06/11/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 06/11/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 16 de outubro de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

# Matos Costa

## PREFEITURA

### DECRETO 091/2017

Publicação Nº 1404915

DECRETO N.º 091/2017 – de 17 de outubro de 2017.

Designa Subcomissão Técnica de Julgamento da Tomada de Preços nº 4/2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados(as) os(as) Senhores(as) abaixo relacionados, para comporem a Subcomissão Técnica da Tomada de Preços nº 04/2017, para contratação de agência especializada para prestação de serviços de publicidade e propaganda para a Prefeitura Municipal de Matos Costa-SC, que possibilitem o atendimento das políticas públicas dos setores relativos às campanhas institucionais, educativas, informativas e de utilidade pública:

Membros da Subcomissão Técnica:

I – João Batista Ferreira dos Santos - Jornalista

II – Juciele Marta Baldissarelli - Jornalista.

III – José Carlos Szczotka Publicidade e Propaganda

IV - Giovane Oldair Scheffer - Gestão de Marketing

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contidas no DECRETO N.º 071/2017 – de 14 agosto de 2017.

Registre-se, Publique-se. Matos Costa, 17 de outubro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuvehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

### LEI MUNICIPAL 2.187/2017

Publicação Nº 1404917

Lei Municipal Nº 2.187/2017 – de 17 de outubro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 189.050,47(Cento e oitenta e nove mil, cinquenta reais e quarenta e sete centavos), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Município e Fundos Municipais de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	05.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	
UNIDADE	05.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	
PROJETO	20.606.2001.2020	Manut.da Secret. da Agricultura e do Abastecimento	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	25.664,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS	25.664,00

ORGÃO	06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
UNIDADE	06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
PROJETO	12.365.1201.2022	Manut.das Atividades da Educação Infantil	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0019	Aplicações Diretas	39.086,47
		TOTAL DOS CRÉDITOS	39.086,47

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJETO	15.452.1502.2027	Manut. Iluminação e Limpeza Pública	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	63.300,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS	63.300,00

ORGÃO	09.00	SECRET.DA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
UNIDADE	09.01	SECRET.DA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
PROJETO	22.661.2201.2030	Incentivo a Industria e Comercio	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	6.000,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS	6.000,00

ORGÃO	13.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
UNIDADE	13.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
PROJETO	08.244.0801.2035	Manut. das Atividades da Assistência Social	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	22.000,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS	22.000,00

ORGÃO	03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
-------	-------	-----------------------------	--



UNIDADE	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
PROJETO	12.365.1201.2022	Manut.das Atividades da Educação Infantil	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	33.000,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS	33.000,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 189.050,47(Cento e oitenta e nove mil, cinquenta reais e quarenta e sete centavos), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
UNIDADE	06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
PROJETO	12.365.1201.2023	Manutenção do Transporte Escolar	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.0019	Aplicações Diretas	39.086,47
		TOTAL DOS CRÉDITOS	39.086,47

ORGÃO	06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
UNIDADE	06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
PROJETO	12.365.1201.1007	Ampliação da Rede Física Fundamental	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.0001	Aplicações Diretas	15.000,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS	15.000,00

ORGÃO	06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
UNIDADE	06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
PROJETO	12.365.1201.2024	Manutenção da Educação Especial	
DOTAÇÃO	3.3.50.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.300,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS	10.300,00

ORGÃO	05.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	
UNIDADE	05.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	
PROJETO	20.606.2001.1002	Ampliação da Patrulha Agrícola	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS	15.000,00

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJETO	15.452.1502.1005	Aquisição de Maquinas e Veículos	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.664,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS	10.664,00

ORGÃO	08.00	SECRET. DO DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
UNIDADE	08.02	SECRET. DO DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
PROJETO	13.392.1301.2029	Manut.das Festiv. e Atividades Culturais e Artísticas	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	38.000,00
		TOTAL DOS DEBITOS	38.000,00

ORGÃO	10.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
UNIDADE	10.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
PROJETO	28.846.2800.0000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	6.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	55.000,00
		TOTAL DOS DEBITOS	61.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 17 de outubro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

<p>A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM</p> <p>Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I</p>	<p>A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM</p> <p>Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09</p>
--	--

**PORTARIA 530/2017**

Publicação Nº 1404928

PORTARIA Nº 530/2017 – De 17 de Outubro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, a servidora JANE LUCIA RIBEIRO, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - AMUS, 15 (quinze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017, a serem gozados em 30 (trinta) dias de meio dia no período vespertino, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 17 de Outubro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.	A presente Portaria foi publicada no Mural Municipal, na data supra.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Mural Municipal, na data supra.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 14 2017**

Publicação Nº 1405013

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO 14/2017 PROCESSO LICITATÓRIO 41/2017

**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Em vista das razões alinhadas pelo Presidente da CPL, pelo parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO a Dispensa de Licitação CONTRATAÇÃO DA EMPRESA – JOÃO EDUARDO CARDOSO DA SILVA EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob nº 28.079.543/0001-65, com sede na Rua Frei Rogério, nº 491 Centro, na cidade de Matos Costa – SC, CEP 89420-000.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (VETERINÁRIO), VISANDO A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO NO MUNICÍPIO REFERENTE A INSPEÇÃO DE REBANHOS E SERVIÇOS ANÁLOGOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.

PERÍODO: PELO PERÍODO DE 2,5 MESES.

Valor R\$ 2.500,00, totalizando R\$ 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta reais), nos termos do art. 24, INCISO II da LEI FEDERAL 8.666/93.

Publique-se. Matos Costa, 17 de Outubro de 2017. RAUL RIBAS NETO - Prefeito Municipal.

**PORTARIA 531/2017**

Publicação Nº 1404939

PORTARIA Nº 531/2017 – De 17 de Outubro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado o Senhor EDILSON DO VALE, para o cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional de TÉCNICO para a categoria funcional de TÉCNICO EM ENFERMAGEM SOCORRISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais ou 200 (duzentas) horas mensais de conformidade com a Lei nº 1847/2012 c/c Lei nº 2008/2014, ficando o mesmo designado para desempenhar suas funções junto ao Serviço de Atendimento Móvel de Emergência - SAMU. (Em vaga Vinculada a servidora efetiva titular da vaga afastada de suas atividades normais por atestado médico e Atestado de saúde Ocupacional (ASO) de médico do trabalho).

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 17 de Outubro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Meleiro

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 326-2017

Publicação Nº 1405063

PORTARIA n.º 326/2017

TRATA DO RETORNO DA LICENÇA SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde a servidora EDILENIA MACARINI FREZZA RONCHI, ocupante do cargo de Diretor Geral de Escola, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 18/10/2017.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Outubro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 327-2017

Publicação Nº 1405072

PORTARIA n.º 327/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE DIRETOR GERAL DE ESCOLA

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido a Senhora EDILENIA MACARINI FREZZA RONCHI, do cargo de Diretor Geral de Escola, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 18/10/2017.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Outubro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças



# Modelo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 0142/2017

Publicação Nº 1404833

PORTARIA Nº 0142/2017 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO E ROTEIRO DOS SERVIDORES OCUPANTES DO CARGO DE MOTORISTA NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MODELO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 971/90, 1.960/2010 e em especial as disposições dos art. 53, 54 e 56 da Lei Municipal 1.513/2002,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecida a jornada de trabalho e roteiro para os servidores públicos municipais ocupantes do cargo de motorista, lotados no Departamento da Educação do Município de Modelo – SC, conforme abaixo especificado:

#### Motoristas – Transporte Escolar

Motorista: Cleiton Onghero

- Jornada 01:

Turno Matutino: 07:00 às 10:00 e 11:00 às 13:30

Turno Vespertino: 16:00 às 18:30

ROTEIRO: Mat.: Bairro Palmeiras e Alvorada

Vesp.: Lª Pitinga, Lª Lageado Pedro, Santa Rosa

MOTORISTA: Vilson José de Freitas

- Jornada 02:

Turno Matutino: 10:00 às 13:30

Turno Vespertino: 14:30 às 19:00

ROTEIRO: Linha Janguta, Linha Santa Lúcia

MOTORISTA: Paulo Salvatori

- Jornada 03:

Turno Matutino: 07:00 às 10:00 e 11:00 às 13:30

Turno Vespertino: 16:00 às 18:30

ROTEIRO: Mat.: Bairro Primavera e Lª Ragazzon

Vesp.: Lª Pedra Furada, Lageado Couro, Ouro Verde

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0138/2017 a partir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 16 de outubro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JUSSANE M. T. FRANDOLOSO

Diretora Municipal de Educação Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

### PORTARIA Nº 0143/2017

Publicação Nº 1404836

PORTARIA Nº 0143/2017 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VILSON JOSE DE FREITAS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,  
Considerando o pedido de exoneração do motorista Ademir Souza Leite Turmina,  
Considerando a imperiosa necessidade e interesse público, para atendimento ao transporte escolar,  
Considerando a habilitação para o transporte escolar do servidor,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído ao Servidor Público Municipal VILSON JOSÉ DE FREITAS, matrícula nº 832-0, o exercício das funções do cargo efetivo de Motorista, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Educação.

§ 1º Fica atribuído ao Servidor, a jornada/roteiro 02 dos Motoristas do Transporte Escolar, constante na Portaria nº 0142/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 16 de outubro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento



# Morro Grande

## PREFEITURA

### AVISO - TOMADA DE PREÇOS 2-2017 - PMMG

Publicação Nº 1405005

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2017

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Irmãos Biff, nº 50, CEP 88.925-000, Centro, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Tomada de Preços nº 2/2017, cujo objetivo é a CONTRATAÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO COM REVESTIMENTO COM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE (CAUQ) E DEMAIS SERVIÇOS PERTINENTES NA RODOVIA MUNICIPAL MARLENE PIAZZA ZUCHINALI. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços serão recebidos até às 09h00min do dia 07/11/2017, com abertura no mesmo dia às 09h30min, junto ao Setor de Licitações desta prefeitura no endereço supracitado. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, das 07h00min às 13h00min ou no site [www.morroggrande.sc.gov.br](http://www.morroggrande.sc.gov.br). Maiores informações estará disponível o telefone (48) 3544-0016 ou pelo e-mail [licita@morroggrande.sc.gov.br](mailto:licita@morroggrande.sc.gov.br). Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

### PORTARIA 112/2017

Publicação Nº 1405025

PORTARIA Nº 112/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01/11/2017, aos servidores listados a baixo:

I- AGENOR RIBEIRO PEREIRA, matrícula 343, referente ao período aquisitivo 09/10/2016 a 08/10/2017;

II- GEACIR DE STEFANI SOUZA, matrícula 737, referente ao período aquisitivo 03/08/2016 a 02/08/2017;

III- JULIANA DE SOUZA, matrícula 986, referente ao período aquisitivo 04/01/2016 a 03/01/2017;

IV- ANDREIA SILVESTRE DANIEL, matrícula 987, referente ao período aquisitivo 04/01/2016 a 03/01/2017;

V- KATIA CILENE MARCOMIN DOS SANTOS, matrícula 996, referente ao período aquisitivo 15/02/2016 a 14/02/2017;

VI- ANA PAULA TOMAZI, matrícula 999, referente ao período aquisitivo 15/02/2016 a 14/02/2017.

Parágrafo único. Para o servidor GEACIR DE STEFANI SOUZA, matrícula 737, fica parcelado o período de férias em duas etapas de 15 dias a primeira de 01/11/2017 a 15/11/2017 e a segunda etapa em janeiro de 2018 de 02/01/2018 a 16/01/2018.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 10 de outubro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

### PORTARIA 113/2017

Publicação Nº 1405026

PORTARIA Nº 113/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 08/11/2017 a servidora EDINA ROCHA MACEDO, matrícula 337, referente ao período aquisitivo 03/04/2016 a 02/04/2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 16 de outubro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 472 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1405337

DECRETO Nº 472 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), da seguinte dotação, nas respectivas fontes de recursos:

ÓRGÃO: 27 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes  
UNIDADE: 01 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes  
Função: 06 – Segurança Pública  
Programa: 27– Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar  
Subfunção: 181 – Policiamento  
2.102 – Manutenção e Funcionamento do FUMREBOM  
Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos  
04 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

T O T A L .....  
..... R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 27 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes  
UNIDADE: 01 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes  
Função: 06 – Segurança Pública  
Programa: 27– Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar  
Subfunção: 181 – Policiamento  
2.102 – Manutenção e Funcionamento do FUMREBOM  
Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos  
07 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

T O T A L .....  
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 18 de Outubro de 2017.  
Emílio Vieira  
Prefeito

### DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 70/2017.

Publicação Nº 1405311

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 70/2017.  
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES.  
Fornecedor: VALDIR DO AMARAL FILHO ME  
CNPJ: 12.237.248/0001-50.  
OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE APARELHO DE SOLDA ELÉTRICA 250 AMPERES 220 VOLTS E ELETRODOS DE AÇO PARA MANUTENÇÕES DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, FUNDAMENTO: ART: 24, INCISO, II, LEI 8.666/93.  
VALOR: R\$ 590,00  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.  
Navegantes, 18 de outubro de 2017.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 253/2017 FMS

Publicação Nº 1405552

EXTRATO CONTRATUAL Nº 253/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 030/2017.  
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES.  
Fornecedor: WINAUDIO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS LTDA  
CNPJ: 25.462.640/0001-44  
OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE (COM SUPORTE E MANUTENÇÃO) PARA AUDIOMETRIA, PARA ATENDER AO CENTRO DE ESPECIALIDADES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.  
VALOR: R\$ 2.000,00  
Vigência: 12 meses.  
Recursos: 2.094 3.3.90.00.00.00  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.  
Navegantes, 06 de outubro de 2017.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 255/2017

Publicação Nº 1404856

EXTRATO CONTRATUAL Nº 255/2017  
Processo: DL 154/2017.  
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E CAMINHÃO BASCULANTE) COM OPERADOR, PARA TRANSPORTE DE PEDRAS, DESTINADA A RECONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA DO DECK E RAMPAS DE ACESSO DA PRAIA DO BAIRRO GRAVATÁ, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, CONFORME DECRETO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA Nº 445, DE 17 DE SETEMBRO DE 2017, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 154/2017.  
Contratado: J MIX DEPÓSITO DE MATERIAIS EIRELI  
CNPJ nº 20.613.463/0001-36,  
Valor: R\$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais).  
Recursos: 2.029.3390.00  
Vigência: – 16/03/2018 (180 dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade 17/09/2017)  
Fundamento: Art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93.  
Navegantes, 11 de outubro de 2017.

**LEI COMPLEMENTAR 330/2017 ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 181 DE 27 DE MAIO DE 2013**

Publicação Nº 1405100

LEI COMPLEMENTAR Nº 330 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

"ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 181 DE 27 DE MAIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A ementa da Lei Complementar nº 181 de 27 de Maio de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REVOGA LEI COMPLEMENTAR 155 DE 18/7/2012.

Art. 2º - O Caput do Artigo 1º da Lei Complementar nº 181 de 27 de Maio de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão colegiado que terá apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, de composição paritária, de natureza permanente, de caráter deliberativo, de assessoramento, consultivo e fiscalizador, para:

Art. 3º - O Caput do Artigo 2º da Lei Complementar nº 181 de 27 de Maio de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - COMPED - será composto paritariamente por representantes do (da):

Art. 4º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalterada as demais disposições da lei complementar nº 181 de 27 de Maio de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

KARLILE CUGNIER

Secretária de Administração e Logística

**PORTARIA 2970/2017 INTERROMPE A PEDIDO LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES**

Publicação Nº 1405380

PORTARIA Nº 2970 DE 09 DE OUTUBRO DE 2017

INTERROMPE, A PEDIDO, LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I INTERROMPER, a pedido, a licença para tratamento de assuntos particulares concedido ao servidor FRANCISCO DOS SANTOS, MOTORISTA, com 40 horas semanais.

II O retorno aludido dar-se-á no dia 09/10/2017.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 09/10/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2996/2017 SUSPENDE SERVIDOR DE SUAS FUNÇÕES**

Publicação Nº 1405323

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio nº 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 2996 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

SUSPENDE, DE SUAS FUNÇÕES, SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I SUSPENDER das funções de Professor de História dos Anos Finais, com a carga horária de 40 horas semanais, o servidor André Luiz Tamanini, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, conforme o Termo de Julgamento exarado pela Comissão Disciplinar, Processo Administrativo Disciplinar nº 16/2017, instaurado pela Portaria nº 1754 de 30 de maio de 2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de outubro de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2997/2017 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 1405370

PORTARIA Nº 2997 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora ADRIELLI CAROLINE BRUINSMA DOS ANJOS, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS efetiva – 40 horas (matrícula 63318801), pelo período de 10/10/2017 a 07/04/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 10/10/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 2960,2959,2958,2907/2017**  
**DETERMINA PROGRESSÃO POR DESEMPENHO**

Publicação Nº 1405377

PORTARIA N º 2960 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I PROMOVER LEILA APARECIDA MATIAS PACHECO, no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de GUARDA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, posicionando para a classe/referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito retroativo, a partir de 02.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2959 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I PROMOVER RANIERI CRESCÊNCIO DE SOUZA DOS SANTOS no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de GUARDA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, posicionando para a classe/referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito retroativo, a partir de 02.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2958 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I PROMOVER SÉRGIO NEI DA CRUZ JUNIOR no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de GUARDA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, posicionando para a classe/referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito retroativo, a partir de 02.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2907 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I PROMOVER SAMUEL BOSCHI no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MÉDICO ORTOPEDISTA, 10 horas, posicionando para a classe/referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito retroativo, a partir de 02.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**PORTARIAS 2983,2981,2982,2978,2979,2980,2967,2968,2969/2017 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 1405372

PORTARIA N º 2983 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) BRUNA HELOISE SEDREZ PEREIRA (matrícula 6236901), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 horas, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 09.10.2017 a 06.01.2018, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de outubro de 2017 a 06 de janeiro de 2018, restando ainda 90 (noventa) dias deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 09.10.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2981 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ELIETE TEODORO DAMASCENO CAETANO DE CAMARGO (matrícula 1609205), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA – 20 horas, para usufruir de 60 (sessenta) dias, pelo período de 10.10.2017 a 08.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de outubro de 2017 a 08 de dezembro de 2017, restando ainda 30 (trinta) dias deste período para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 10.10.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2982 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ELIETE TEODORO DAMASCENO CAETANO DE CAMARGO (matrícula 1609208), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA – 20 horas, para usufruir de 60 (sessenta) dias, pelo período de 10.10.2017 a 08.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de outubro de 2017 a 08 de dezembro de 2017, restando ainda 30 (trinta) dias deste período para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 10.10.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2978 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ANNE LISE PEREIRA LEOPOLDINO (matrícula 444601), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA – 40 horas, para usufruir de 60 (sessenta) dias, pelo período de 10.10.2017 a 08.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de outubro de 2017 a 08 de dezembro de 2017, restando ainda 30 (trinta) dias deste período para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 10.10.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2979 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ANGELA CATIA DA SILVA PEREIRA (matrícula 6208802), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 horas, para usufruir de 60 (sessenta) dias, pelo período de 10.10.2017 a 08.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de outubro de 2017 a 08 de dezembro de 2017, restando ainda 30 (trinta) dias deste período para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 10.10.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2980 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) NEUSA NASCIMENTO DE SOUZA (matrícula 240602), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – 40 horas, para usufruir de 60 (sessenta) dias, pelo período de 10.10.2017 a 08.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de outubro de 2017 a 08 de dezembro de 2017, restando ainda 30 (trinta) dias deste período para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 10.10.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2967 DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) MARLUCE CAMILA OURIQUES AMARO (matrícula 6215702), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 horas, para usufruir de 60 (sessenta) dias, pelo período de 09.10.2017 a 07.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de outubro de 2017 a 07 de dezembro de 2017, restando ainda 30 (trinta) dias deste período para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 09.10.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2968 DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003

– Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) MARIA CONCEIÇÃO FRANÇA (matrícula 100802), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – 40 horas, para usufruir de 60 (sessenta) dias, pelo período de 09.10.2017 a 07.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de outubro de 2017 a 07 de dezembro de 2017, restando ainda 30 (trinta) dias deste período para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 09.10.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2969 DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) NAILTON JOSÉ SOARES FORMIGA (matrícula 6211301), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MÉDICO PEDIATRA – 20 horas, para usufruir de 60 (sessenta) dias, pelo período de 09.10.2017 a 07.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de outubro de 2017 a 07 de dezembro de 2017, referente aos 30 (trinta) dias restantes deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 09.10.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIAS 2985,2992/2017 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 1405369

PORTARIA N º 2985 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFI-CA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora LUCIANE GILDA DOS SANTOS, PROFESSORA efetiva – 20 horas (matrícula 6327002), pelo período de 09/10/2017 a 06/04/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 09/10/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2992 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora ANGELA MARIA CIPRIANO GIMENES, MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL efetiva - 30 horas (matrícula 507502), pelo período de 06/10/2017 a 03/04/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 06/10/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIAS 2995,2994/2017 CONCEDE LICENÇA PREMIO**

Publicação Nº 1405374

PORTARIA N º 2995 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) INDIANARA DOS PASSOS RITA (matrícula 445101), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA - 40 horas, para usufruir de 60 (sessenta) dias, pelo período de 10.10.2017 a 08.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de outubro de 2017 a 08 de dezembro de 2017, restando ainda 30 (trinta) dias deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 10.10.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2994 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) LINDAMAR RODRIGUES (matrícula 6248401), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - 40 horas, para usufruir de 60 (sessenta) dias, pelo período de 10.10.2017 a 08.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de outubro de 2017 a 08 de dezembro de 2017, referente aos 60 dias restantes deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 10.10.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIAS 3003,3002,3001/2017 CONCEDE LICENÇA PREMIO**

Publicação Nº 1405376

PORTARIA N º 3003 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) MARLENE SOUZA COUTO (matrícula 19901), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA - 40 horas, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 16.10.2017 a 13.01.2018, referente ao período aquisitivo de 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16 de outubro de 2017 a 13 de janeiro de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 16.10.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3002 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.



**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ALBERTINA MAZZI FLORES (matrícula 449301), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA – 40 horas, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 16.10.2017 a 14.11.2017, referente ao período aquisitivo de 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16 de outubro de 2017 a 14 de novembro de 2017, restando ainda 30 dias deste período para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 16.10.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3001 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) EUSEMARIE COELHO DE SOUZA (matrícula 157406), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA – 40 horas, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 16.10.2017 a 14.11.2017, referente ao período aquisitivo de 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16 de outubro de 2017 a 14 de novembro de 2017, restando ainda 60 dias deste período para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 16.10.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3009,3010/2017 DETERMINA  
PROGRESSÃO POR DESEMPENHO**

Publicação Nº 1405378

PORTARIA N º 3009 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I PROMOVER ADRIANO MOREIRA DE SOUZA, no quadro geral de

servidores por desempenho no cargo de VIGIA, posicionando para a classe/referência "G".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2011/2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo, a partir de 02.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3010 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I PROMOVER JOSÉ CASTRO CRUZ, no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de VIGIA, posicionando para a classe/referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2011/2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo, a partir de 02.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 256/2017

Publicação Nº 1405516

DECRETO Nº. 256/2017 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1101/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba, no exercício 2017, no valor de R\$ 13.580,00 (Treze mil, quinhentos e oitenta reais), no Projeto Atividade 2.016 – Manutenção das Atividades Desportivas, na modalidade 4.4.90 - Aplicação Direta, criando a Fonte 0.3.00 – Superávit – Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.  
Unidade Orçamentária: 03 Departamento de Esportes  
Função: 27 Desporto e Lazer  
Sub-Função: 812 Desporto Municipal  
Programa: 0006 DESPORTO MUNICIPAL  
Projeto/Atividade: 2.016 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS  
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta  
Fonte: 0.3.00 - Superávit - Recursos Ordinários  
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 13.580,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1101/2016 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2016, no valor de R\$ 13.580,00 (Treze mil quinhentos e oitenta reais).

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 16 DE OUTUBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS.  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 257/2017

Publicação Nº 1405517

DECRETO Nº. 257/2017 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova

Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1101/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba no exercício 2017, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), no Projeto Atividade 2.032 - Manutenção das Atividades da Secretaria De Agricultura e Meio Ambiente, na modalidade de aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta – na Fonte 01.00 - Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 08 SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Agricultura  
Função: 20 Agricultura  
Sub-Função: 606 Extensão Rural  
Programa: 0009 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Projeto/Atividade: 2.032 Manutenção das Atividades da Sec. De Agricultura e Meio Ambiente  
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta  
Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários  
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), provenientes da anulação de dotação do Orçamento do Município de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 08 SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Agricultura  
Função: 20 Agricultura  
Sub-Função: 606 Extensão Rural  
Programa: 0009 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Projeto/Atividade: 2.032 Manutenção das Atividades da Sec. De Agricultura e Meio Ambiente  
Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta  
Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários  
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 50.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 17 DE OUTUBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS.  
Assessor Jurídico

# Nova Trento

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2017 - CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

Publicação Nº 1404774

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

#### CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2017 CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

O Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, com base no art. 5º, da Lei Municipal nº 2.553/2014, de 21 de outubro de 2014, torna público que, conforme Ofício nº 271/2017/SSDC, datado de 11/10/2017, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, necessita contratar em caráter de URGÊNCIA:

- 01 (um) Médico Plantonista, em caráter temporário:
- a) Remuneração: R\$ 76,25/hora + Insalubridade 20% sobre o Salário Mínimo;
- b) Requisitos: Ensino Superior em Medicina e Registro no CRM/SC;
- c) Lotação: Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição;
- d) Carga horária disponível: mínimo 6h/Sem.;
- e) Prazo do Contrato: até a Convocação dos Aprovados em Processo Seletivo, não superior a 60 (sessenta) dias;
- f) Regime Jurídico: ACT;
- g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

As inscrições serão realizadas através de formulário próprio (Anexo I), a ser preenchido pessoalmente pelo candidato. Os interessados deverão manifestar seu interesse no setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Nova Trento, nos dias 19, 20 e 23 de outubro de 2017, no período compreendido entre 07h às 13h, munidos da cópia (legível) dos seguintes documentos:

- Cópia do RG;
- Cópia do CPF;
- Cópia do Título Eleitoral;
- Cópia da Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP;
- Cópia do Comprovante da última eleição, em regularidade com a justiça eleitoral;
- Cópia da Certidão de Serviço Militar (Masculino);
- Cópia do Diploma (Superior/ Especialização);
- Cópia do Comprovante do Órgão de Classe (CRM/SC);
- Cópia de Certificados/Diplomas de cursos na área;
- Certidão de Tempo de Serviço.

#### TABELA DE PONTUAÇÃO PARA CURSOS DE CAPACITAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO

Horas de capacitação/ aperfeiçoamento	08 a 80 h	81 a 200h	Acima de 201h
Pontos	2,0	4,0	6,0

#### TABELA DE PONTUAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Tempo de Serviço	01 a 10 meses	11 a 20 meses	21 a 30 meses	Acima de 31 meses
Pontos	1,0	2,0	3,0	4,0

A análise curricular será realizada pela Comissão de Chamamento Público, e dar-se-á mediante somatório de pontos entre 0 (zero) a 10 (dez), por títulos adquiridos, conforme as tabelas acima.

Havendo empate entre os classificados, o critério de desempate será a maior idade. O resultado da classificação parcial será publicado no dia 25 de outubro de 2017, no mural da Prefeitura, no site oficial da Prefeitura ([www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br)) e no DOM/SC. A fase de recurso contra a classificação parcial será no dia 27 de outubro de 2017. O resultado da classificação final será publicado no dia 30 de outubro de 2017, no mural da Prefeitura, no site oficial da Prefeitura ([www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br)) e no DOM/SC.

Mais informações pelo telefone: (48) 3267-3236, ou comparecer ao setor de RH na Prefeitura Municipal de Nova Trento.

Nova Trento, 18 de outubro de 2017.

Gian Francesco Voltolini  
PREFEITO MUNICIPAL

(ANEXO I)  
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Inscrição para Chamamento Público nº 006/2017

Nº de Inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_ (Preenchimento pela Prefeitura) Nome do Candidato: Cargo:

RG: Data de Nasc.: Sexo: M( ) F( )

CPF: Título Eleitoral:

Estado Civil: E-mail:

Endereço: Bairro:

Município: Estado: Fone:

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Chamamento Público. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.

Local e Data: Assinatura do Candidato

Tempo de Serviço: \_\_\_\_a \_\_\_\_m \_\_\_\_d  
Horas de Capacitação/Aperfeiçoamento: \_\_\_\_\_

O próprio candidato faz o cálculo/análise e preenche

Habilitação	Pontuação
Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento	
Tempo de Serviço	
Total de Pontos	

## Ficha de Inscrição

Chamamento Público nº 006/2017

Número da Inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do(a) Candidato(a):

Cargo:

Local e Data:

Assinatura do Candidato

**DECRETO Nº 297/2017 - CONVOCA APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015**

Publicação Nº 1405734

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 297/2017

convoca aprovado no concurso público nº 002/2015 – QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA CHAMADA, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCISCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 20 de outubro de 2017 a 08 de novembro de 2017 (exceto dias 24 e 31 de outubro e 06 de novembro), no horário compreendido

entre 07h às 13h, munido da documentação (cópia e original) abaixo relacionada, observado o grau de instrução do respectivo cargo:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão atualizada de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atual;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

**GABINETE DO PREFEITO**

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos, custeado pelo convocado (Anexo II);

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Quitação do Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIV – Cópia autenticada do Diploma (Ensino Fundamental/ Ensino Médio/ Curso Técnico/ Graduação/ Pós-Graduação/ Mestrado) em conformidade com área que irá atuar;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 19 de outubro de 2017.

**GIAN FRANCESCO VOLTOLINI**

Prefeito Municipal

**JUCELINO MARINO CHINI**

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

**GABINETE DO PREFEITO**

**ANEXO I**

(Decreto nº 297/2017)

**CARGO: ENFERMEIRO (A)**

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
14ª	835	Karla Daiana Machado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

**GABINETE DO PREFEITO**

**ANEXO II – EXAMES MÉDICOS**

(Decreto nº 297/2017)

CARGOS	EXAMES
ENFERMEIRO	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe com laudo, Hemograma, HbsAg, Anti HbsAg, HCV.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

**GABINETE DO PREFEITO**

**ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA**

(Decreto nº 297/2017)

Exmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

## DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, ..... , portador (a) do RG nº ..... e CPF nº ..... , Candidato(a) na ... ..ª posição do Concurso Público - Edital nº ..... , inscrição nº ..... , para o cargo de ..... , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº ..... , publicado no Diário Oficial dos Municípios de ...../ ..... /..... .

Nova Trento, ..... de ..... de 2017.

Assinatura

## PORTARIA Nº 531/2017 "C"

Publicação Nº 1405722

PORTARIA Nº 531/2017 "C"

Prorroga Admissão

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014;

RESOLVE;

PRORROGAR a Portaria 268/2017, que Admitiu em Caráter Temporário a Funcionária Pública ELISANGELA CARDOSO ANDRADE DOS SANTOS, matrícula Nº 7329 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré-Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Município de Nova Trento, a contar de 08 de julho de 2017 a 05 de outubro de 2017, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada conforme Portaria nº 531/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2017

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELISANGELA CARDOSO ANDRADE DOS SANTOS, brasileira, casada, residente e domiciliada no Loteamento Tiago Frederico Tomasoni, s/nº, Bairro Besenello, Município de Nova Trento/SC, portadora do CPF nº 906.657.324-49, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré-Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Município de Nova Trento.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (hum mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 08 de julho de 2017 a 05 de outubro de 2017, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada conforme Portaria nº 531/2017.

### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.



**CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 12 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Elisangela Cardoso Andrade dos Santos  
Contratada

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 12 de julho de 2017.

**TESTEMUNHA:**

Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

**PORTARIA Nº 545/2017 "A"**

Publicação Nº 1405723

**PORTARIA Nº 545/2017 "A"**

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal SUELI MELLO FAGUNDES, matrícula nº 7536, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Francisco João Valle – Bairro Trinta Réis, do Quadro de Pessoal deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30(trinta) dias, a contar de 25 de julho de 2017, conforme atestado médico datado de 25/07/2017, aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 582/2017 "A"**

Publicação Nº 1405035

**PORTARIA Nº 582/2017 "A"**

Prorroga Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 545/2017 "A" que CONCEDEU Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal SUELI MELLO FAGUNDES, matrícula nº 7536, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Francisco João Valle – Bairro Trinta Réis, do Quadro de Pessoal deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 15 de agosto de 2017 a 28 de setembro de 2017, conforme Comunicação de Decisão de Pedido de Auxílio Doença do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, datado de 28/08/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 28 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação



Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 647/2017**

Publicação Nº 1404782

PORTARIA Nº 647/2017  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

### **RESOLVE:**

Prorogar a Portaria Nº 548/2017 que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal GABRIELA SILVEIRA FELICIO, matrícula nº 6759, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 26 de setembro de 2017 a 24 de novembro de 2017, conforme resultado pericial datado de 05/10/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de outubro de 2017.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 649/2017 "A"**

Publicação Nº 1405042

PORTARIA Nº 649/2017 "A"

Prorroga Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

### **RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 582/2017 "A" que CONCEDEU Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal SUELI MELLO FAGUNDES, matrícula nº 7536, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Francisco João Valle – Bairro Trinta Réis, do Quadro de Pessoal deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 29 de setembro de 2017 a 31 de outubro de 2017, conforme Comunicação de Decisão de Pedido de Auxílio Doença do Instituto Nacional de Seguro Social -INSS, datado de 06/10/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 650/2017**

Publicação Nº 1404787

PORTARIA Nº 650/2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal ELIESER LENO DE QUADROS, matrícula nº 7184, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 25 de setembro de 2017 a 09 de outubro de 2017, conforme resultado pericial datado de 06/10/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de outubro de 2017.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 152/2017

Publicação Nº 1404993

#### EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 152/2017

**Objeto:**

Contratação de Agência de Propaganda para prestação dos serviços publicitários.

Visando cumprir com o que determina a Lei.12.232, de 29 de abril de 2010, o Município de Nova Veneza/SC, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estará realizando sorteio dos membros previamente cadastrados, para comporem a Subcomissão técnica que irá analisar os atos relativos ao edital de licitação supramencionado, no dia 30 de outubro de 2017 às 9:00 horas.

**Membros previamente cadastrados:**

- Cristiane de Oliveira Freitas, Assessora de Imprensa;
- Tânia Regina de Faveri Giusti – Jornalista;
- Maria Luiza Darolt – Jornalista;
- José Adílio da Silveira – Assessor de Imprensa;
- Antônio Pereira Rozeng – Jornalista;
- Simone Costa – Assessoria de Comunicação;
- Filipe Machado Casagrande – Jornalista;
- Alexandra Moreira Cavaler – Jornalista;
- Jonatha Pedroso Manique Barreto – Publicitário.

Qualquer interessado poderá impugnar os nomes inscritos na relação anterior, mediante fundamentos jurídicos plausíveis, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio.

Ainda, nos termos do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, fica prorrogado a data prevista para entrega e abertura dos envelopes, como segue:

Dia 07/11/2017

Hora: 13:30 horas

Local: Sala de Licitações localizada na sede administrativa do Município de Nova Veneza.

Nova Veneza/SC 18 de outubro de 2017.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 162/2017

Publicação Nº 1404819

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º 162/2017

Objetivo: Contratação de empresa especializada, para realizar manutenção no carpete da "Cancha de Bocha Charles Grandi", localizada no Complexo Esportivo Antônio Amboni, em Nova Veneza/SC.

Abertura: às 9:00 horas do dia 1º/11/2017.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1781.

Nova Veneza (SC), 18 de outubro de 2017.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 163/2017

Publicação Nº 1405017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º 163/2017

Objetivo: Contratação de empresa especializada, para o planejamento, a divulgação e a realização de processo seletivo público, cujo fim será o provimento de cargos com admissão em caráter temporário para o ano de 2018.

Abertura: às 13:30 horas do dia 1º/11/2017.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1781.

Nova Veneza (SC), 18 de outubro de 2017.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### LEI 557 DE 18/10/2017

Publicação Nº 1405452

Lei Nº 557, de 18 de outubro de 2.017

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 21 DA LEI 199/1998 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica Alterado o art. 21 da Lei 199/1998 que dispõe Sobre Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21. Os Conselheiros Tutelares não são servidores do Quadro da Administração Municipal, mas percebem remuneração mensal no valor de R\$ 660,83 (seiscentos e sessenta reais e oitenta e três centavos) reajustável na mesma data e índice dos aumentos concedidos aos servidores municipais, estando incluídos os pagamentos de plantões e sobreavisos;

§ 1º {...}

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC em 18 de Outubro 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se  
Publique-se

Silvani Zilio Moschen  
Secretária de Administração e Fazenda

### LEI 558 DE 18/10/2017

Publicação Nº 1405562

Lei Nº 558 de 18 de Outubro de 2.017

DISPÕE SOBRE A LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO DA LOA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais. Que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei.

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2018, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

VII - as disposições gerais.

#### CAPÍTULO II

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2018 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos; VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas; XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos ;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;  
XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e  
XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2018, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2018 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência

de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2018/ 2021.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreendem a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.



§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais - 1;
- II - juros e encargos da dívida - 2;
- III - outras despesas correntes - 3;
- IV - investimentos - 4;
- V - inversões financeiras - 5; e
- VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados: I - mediante transferência financeira:

- a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou
- b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminam a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;
- III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e
- V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

- I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964;
- II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

## CAPÍTULO IV

### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

#### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

## Seção II

### Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

## Seção III

### Do Incentivo à Participação Popular

Art. 14. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2018, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

## Seção IV

### Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 16. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

## Seção V

## Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 17. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

## Seção VI

### Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 18. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

## Seção VII

### Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2017 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

## Seção VIII



Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

#### Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

#### Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2018, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

#### Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

### CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível

de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

### CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. No exercício financeiro de 2018, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 28. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 29. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

### CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 31. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada. Art. 33. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43. Da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 35. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos

disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo horizonte/SC, em 18 de Outubro de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito

Registre-se

Publique-se

Silvani Zilio Moschen

Secretária de Administração e Fazenda

## LEI COMPLEMENTAR Nº 051 DE 18/10/2017

Publicação Nº 1405595

Lei Complementar n.º 051 de 18 outubro de 2017

ATUALIZA AS NORMAS TRIBUTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, ESPECIALMENTE PARA ADEQUAÇÃO ÀS NOVAS REGRAS DO ISSQN E DO SIMPLES NACIONAL.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º. O art. 153, 154 e 155, que integram o Capítulo V, do Título II, do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, passam a ter a seguinte redação:

Art. 153. Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário com efeito suspensivo para a Junta Administrativa de Recursos Fiscais - JARF, a ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão de primeira instância.

Art.154. A Junta Administrativa de Recursos Fiscais do Município - JARF será composta por três integrantes, que são:

I - Secretário Municipal responsável pela Administração e Fazenda;

II – Um servidor municipal efetivo da área tributária, administrativa, jurídica ou contábil, desde que não seja o mesmo agente responsável pelo julgamento em primeira instância;

III – Profissional da área jurídica ou contábil domiciliado no Município de Novo Horizonte ou profissional com experiência na área tributária indicado pela Associação dos Municípios da Região Noroeste de Santa Catarina – AMNOROESTE, que deve ser funcionário da associação ou servidor de outro Município associado.

§1º A junta indicada neste artigo precisará se reunir unicamente para avaliar os recursos propostos, não havendo necessidade de publicação, convocação ou outro ato prévio a reunião, e também não precisa ser composta sempre pelos mesmos nomes, cabendo ao Prefeito Municipal indicar os integrantes da junta.

§2º Os recursos serão direcionados para o julgador da primeira instância, que remeterá o processo para a JARF, e, caso a junta não esteja instalada, o julgador da primeira instância remeterá o processo ao Prefeito Municipal, que instalará a junta indicando os componentes nos termos deste artigo.

§3º A Junta Administrativa de Recursos Fiscais do Município prevista neste artigo, poderá ser substituída por outra criada através de consórcio público.

Art.155. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

Art. 2º. O art. 158 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

Art. 158 A decisão na instância superior será proferida pelo órgão julgador no prazo máximo de 30 (trinta) dias, que serão contados da data do recebimento do processo.

Art. 3º. O art. 176 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

Art. 176 O Imposto Predial e Territorial Urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, edificado ou não, localizado na zona urbana do Município de Novo Horizonte.

Art. 4º. Fica acrescido o §3º ao art. 178 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, com a seguinte redação:

§3º Os imóveis utilizados em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, ainda que localizados em zonas urbanas, são contribuintes do imposto territorial rural – ITR, já as áreas integrantes destes imóveis que tenham características urbanas ficam sujeitas

ao IPTU e não ao ITR.

Art. 5º. Os incisos X, XIV e XVII do Art. 209 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, passam a ter a seguinte redação:

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 do Anexo V desta Lei;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 do Anexo V desta Lei;

Art. 6º. São incluídos os incisos XXI, XXII e XXIII e os §3º, §4º e §5º no Art. 209 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, com a seguinte redação:

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 do Anexo V desta Lei;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 do Anexo V desta Lei;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 do Anexo V desta Lei.

...

§3º Na hipótese de aplicação de alíquota inferior ao limite previsto nesta Lei ou de concessão de isenção ou benefício fiscal que reduza alíquota a percentual menor que o definido nesta Lei, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

§4º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09 do Anexo V desta Lei, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§5º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01 do Anexo V desta Lei, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registradas no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 7º. Fica incluído o inciso VII no Art. 279 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, com a seguinte redação:

VII – Nos projetos de regularização fundiária executados pela administração municipal.

Art. 8º. O caput e os incisos I e II do art. 283 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, passam a ter a seguinte redação:

Art. 283. O valor venal, para fins de ITBI, é o valor de mercado do imóvel ou direito transmitido, que será identificado com base nos seguintes critérios:

I – Em relação aos imóveis rurais e direitos reais a eles vinculados, o valor venal será aquele declarado pelo contribuinte ou informado pelo tabelião ou cartorário, desde que não seja menor que o valor fundiário mais comum estabelecido pelo órgão agropecuário do governo estadual.

II – Em relação aos imóveis urbanos e direitos reais a eles vinculados, o valor venal será aquele declarado pelo contribuinte ou informado pelo tabelião ou cartorário, desde que não seja menor que o valor venal utilizado para fins de IPTU.

Art. 9º. O §4º do art. 384 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

§4º Para usufruir dos benefícios fiscais previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, o Microempreendedor Individual deve:

I – Realizar os registros contábeis simplificados exigidos pela legislação federal;

II – Estar em dia com os pagamentos mensais previstos na legislação federal;

III – Não possuir débito em aberto com o fisco municipal em nome do empreendedor individual (pessoa física);

IV – Estar estabelecido no Município de Novo Horizonte e em conformidade com todas as normas sanitárias, de segurança e ambientais pertinentes a suas atividades.

Art. 10. São incluídos o §5º e o §6º no art. 384 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, com a seguinte redação:

§5º No ato de abertura do MEI é necessário apenas o cumprimento do inciso IV do parágrafo anterior e os demais requisitos são necessários para a concessão dos benefícios nos exercícios seguintes a abertura.

§6º O MEI sediado em outra cidade e que venha realizar atividades temporárias no Município deve recolher, normalmente, as taxas previstas nesta Lei referentes aos serviços temporários.

Art. 11. O caput do art. 387 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

Art. 387. O Executivo poderá estabelecer, por meio de Decreto, nos termos da Lei Federal e na forma definida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ISSQN devido por microempresa que aufera receita bruta, no ano-calendário anterior, de até o limite máximo previsto na segunda faixa de receitas brutas anuais.

Art. 12. Ficam revogados o §1º, o §2º, o §3º e o §4º do art. 387 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010.

Art. 13. A coluna Descrição na tabela da Lista de Serviços e Alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza constante no Anexo V do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, passa a vigorar, nos subitens abaixo indicados, com a seguinte redação:

Item	Subitem	Descrição
01.	03.	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.
01.	04.	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

07.	16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.
11.	02.	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.
13.	05.	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.
14.	05.	Restauração, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.
16.	01.	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.
25.	02.	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

Art. 14. Os seguintes subitens e alíquotas são acrescidos na tabela da Lista de Serviços e Alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza constante no Anexo V do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, seguindo a ordem numérica para inclusão:

Item	Subitem	Descrição	Alíquota (percentual fixo sobre o valor do serviço)	% sobre a UFRM para o ISS fixo, pago anualmente
01.	09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	3%	25%
06.	06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	3%	25%
14.	14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	3%	
16.	02.	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	3%	
17.	25.	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	3%	
25.	05.	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	3%	

Art. 15. Ficam revogadas, a partir da publicação desta Lei, toda e qualquer isenção de ISSQN em andamento, em análise ou em fase de aplicação.

Art. 16. Os incisos I, II e III, do § 1º do art. 180 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

I – imóveis não edificadas: 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento)

II – imóveis edificadas: 0,06% (zero vírgula zero seis por cento)

III – imóveis do setor 04, chácaras: 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento).

Art. 17. Ficam alteradas as tabelas dos Anexos II, e III do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, passa a ter os seguintes valores:

#### ANEXO II

##### PLANTA GENÉRICA DE VALORES PARA IMÓVEIS URBANOS

Identificação da Zona Físico-Territorial	Identificação do Setor	Valor do m2 em UFRM
ZONA 01 – Sede do Município	Setor 01	2,00
	Setor 02	1,25
	Setor 03	1,00
	Setor 04	0,63

#### ANEXO III

##### Pauta de Valores das edificações

Residenciais, comerciais, industriais, prestadores de serviços e outras finalidades:

Padrão	Valor em UFRM por metro quadrado de área
Madeira:	10,00
Mista:	15,00
Alvenaria:	22,50

Art. 18. O valor utilizado para a base de cálculo do ITBI, imóveis rurais, de que trata o Anexo IV do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 040, de 29 de setembro de 2010, terá com parâmetro aquele estabelecido pela EPAGRI – Empresa de Pesquisa e Extensão Rural. Parágrafo único – fica alterada a tabela referencia de construções rurais constantes do Anexo IV, na forma abaixo descrita:

Padrão	Valor em UFRM por metro quadrado de área
Madeira:	10,00
Mista:	15,00
Alvenaria:	22,50
Construção coberta sem parede:	7,5

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte/SC, em 18 de Outubro de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Silvani Zilio Moschen

Secretária de Administração e Fazenda



# Orleans

## PREFEITURA

### **2.770 - ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N. 2.690 DE 7/2/2017 -O AUTORIZA FIRMAR CONVENIO COM A FHSO**

Publicação Nº 1405226

LEI N. 2.770 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

"ALERA DISPOSITIVOS DA LEI N. 2.690 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017, QUE AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO E TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS A FUNDAÇÃO HOSPITALAR SANTA OTILIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a redação da Alínea "b" e acrescenta a Alínea "c" ao Artigo 1º da Lei n. 2.690 de 7 de fevereiro de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

"b) Até o limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) mensais, referente aos serviços de pediatra, ginecologista, clínico geral/cirurgião geral, ortopedia e anestesiológico, mediante a apresentação de relatório de atendimento, a ser apresentado até o dia 28 de cada mês, na Secretaria Municipal de Saúde de Orleans. Em caso de não apresentação do relatório de atendimento, fica a entidade impedida de receber a parcela subsequente.

c) O relatório deverá conter o nome do profissional médico, do paciente atendido e a data do atendimento.

Art. 2º No Artigo 2º da Lei n. 2.690 de 7 de fevereiro de 2017, será incluso o seguinte Parágrafo Único:

"Art.2º .....  
....."

Parágrafo Único. O valor acrescido de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) referente aos serviços adicionais de pediatra, ginecologista, clínico geral/cirurgião geral, será pago a partir da competência de outubro de 2017, excetuando-se ao limite previsto no Caput do Artigo.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor os demais dispositivos da lei n. 2.690 de 7 de fevereiro de 2017.

Orleans/SC 17 de outubro de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta secretaria de administração, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

### **2.771 AUXILIO ALIMENTAÇÃO CÂMARA DE VEREDORES**

Publicação Nº 1405228

LEI N. 2.771 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREDORES DE ORLEANS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído aos Servidores da Câmara de Vereadores de Orleans, auxílio-alimentação que será concedido e se regerá conforme segue:

§ 1º O auxílio-alimentação tem caráter indenizatório e não se incorpora ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão por expressa determinação legal.

§ 2º O auxílio-alimentação será concedido ao servidor que não faltar ao serviço no período de apuração do ponto mensal, ressalvado as seguintes hipóteses:

I – falta para internação hospitalar, devidamente justificada com comprovante de internação e atestado médico;

II – falta por acidente de trabalho, devidamente justificada com atestado médico e segunda via da CAT – Comunicado de Acidente de Trabalho ao INSS;

III – falta pelo falecimento de ascendentes ou descendentes (luto), devidamente justificado com a certidão de óbito e documento que caracterize a linha de parentesco descrita neste inciso, em até cinco dias do fato;

V – convocações judiciais;

§ 3º O auxílio-alimentação não será pago aos servidores que estiverem em gozo das seguintes licenças:

I – Licença para o Serviço Militar;

II – Licença para Atividades Políticas;

III – Licença para tratar de Interesses Particulares;

IV – Licença para desempenho de Mandato Classista;

V – Licença sem vencimentos;

VI - Licença por motivo de doença em pessoa da família;

VII – Licença para tratamento de saúde.

§ 4º O auxílio-alimentação será pago nos seguintes valores:

I – R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) aos servidores que não possuírem nenhuma falta, no período de apuração do ponto mensal, sem que esteja nas hipóteses dos incisos do parágrafo anterior;

II – R\$ 100,00 (cem reais) aos servidores que faltarem somente um dia de serviço, no período de apuração do ponto mensal, sem que esteja nas hipóteses dos incisos do parágrafo anterior;

III – R\$ 50,00 (cinquenta reais) aos servidores que faltarem dois dias de serviço, no período de apuração do ponto mensal, sem que esteja nas hipóteses dos incisos do parágrafo anterior;

IV – O servidor que faltar três dias no serviço, sem apresentação das justificativas inseridas nos incisos do parágrafo segundo deste artigo, não terá direito ao auxílio-alimentação.

§5º – Os valores definidos neste artigo serão pagos a partir da competência ponto de agosto de 2017.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica aos servidores que estiverem ocupando o cargo de Diretor Geral e Assessor Jurídico do Legislativo.

Art. 2º As despesas com aplicação da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º Revogam-se as disposições em sentido contrário, e esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC 17 de outubro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta secretaria de administração, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

## **ERRATA CONTRATO 111/2017 PREFEITURA**

Publicação Nº 1405108

### **ERRATA**

Em virtude da ausência do número do processo licitatório referente ao CONTRATO Nº 111/2017 PREFEITURA, PUBLICADO NO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 2363, PÁGINA 948 DO DIA 17/10/2017 (TERÇA-FEIRA), publicamos a errata abaixo para inclusão desta informação, mantendo inalteradas as demais informações.

Extrato de Dispensa de Licitação  
Processo Licitatório: 141/2017  
Contrato Nº.: 111/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada.: FUCRI FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIUMA  
Valor ..... : 543.970,00 (quinhentos e quarenta e três mil novecentos e setenta reais)  
Vigência ..... : Início: 16/10/2017 Término: 16/10/2018  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 193.426,34  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO TERRITORIAL PARA MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO IMOBILIÁRIO, PLANEJAMENTO URBANO, PROJETOS E OBRAS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC.  
FUNDAMENTO LEGAL ARTIGO 24, Inciso XIII DA LEI 8.666/93 CONSOLIDADA.  
Orleans, 17 de Outubro de 2017  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **PROCESSO Nº 142/2017 - CONTRATO Nº 112/2017 PREFEITURA**

Publicação Nº 1405134

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório: 142/2017  
Contrato Nº.: 112/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada.: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL  
Valor ..... : R\$ 683.872,40 (seiscentos e oitenta e três mil oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 18/10/2017 Término: 18/10/2018  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 29/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 193.169,91  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL COM ENSINO, CAPACITAÇÃO E

TREINAMENTO DO CORPO TÉCNICO DE PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO, ANÁLISE DE CONTIGÊNCIAS PASSÍVEIS DE REDUÇÃO E DIAGNÓSTICO DE GESTÃO DE DESPESAS EM PESSOAL. FUNDAMENTO LEGAL ARTIGO 24, Inciso XIII DA LEI 8.666/93 CONSOLIDADA.

Orleans, 18 de Outubro de 2017

JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **PROCESSO Nº 143/2017 PREFEITURA**

Publicação Nº 1405441

PROCESSO Nº 143/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES, ÁRVORES, ADUBO E SUBSTRATO PARA EMBELEZAR A CIDADE.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 03/11/2017 às 09h00min. Abertura das Propostas: dia 03/11/2017, às 09h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 18 de Outubro de 2017.

Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

## **PROCESSO Nº 144/2017 PREFEITURA**

Publicação Nº 1405480

PROCESSO Nº 144/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 03/11/2017 às 14h00min. Abertura das Propostas: dia 03/11/2017, às 14h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 18 de Outubro de 2017.

Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

## **PROCESSO Nº 67/2017 FMS**

Publicação Nº 1405136

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 67/2017 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017 FMS – REGISTRO DE PREÇO

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E COPA PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Data e hora da entrega dos envelopes: 01/11/2017 às 14h00min.

Abertura das Propostas: 01/11/2017 às 14h30min.

Fundamento legal: Leis Federais Nº 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Mais informações no Setor de Licitações, sito a Rua XV de Novembro - 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0131 ou 3886-0109, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)



orleans.sc.gov.br  
Orleans - SC, 18 de Outubro de 2017.  
Luana Debiasi Mattei de Oliveira  
Secretária de Saúde.

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### DISPENSA 016/2017

Publicação Nº 1405243

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2017

Objeto: Construção de uma cabeceira de ponte com pedras e concreto ciclópico, sobre o Rio próximo da COHAB, na localidade de Linha Pinheiro Marcado para recebimento e colocação de 01 (um) kit para transposição de obstáculos, através do termo de compromisso celebrado entre a Defesa Civil e o Município de Ouro Verde. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 18 de outubro de 2017. Amélio Remor Junior Prefeito Municipal.

### DISPENSA 017/2017

Publicação Nº 1405244

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação de redutores de velocidade, na Avenida Pedro Biotto, Vitorio Barreta e João Maria Conrado. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 18 de outubro de 2017. Amélio Remor Junior Prefeito Municipal.

# Paial

## PREFEITURA

### 58-2017 PREGÃO SEGUROS

Publicação Nº 1405124

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Paial  
Departamento de LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório 58/2017  
PREGÃO PRESENCIAL 34/2017  
PROCESSO MULTIENTIDADE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL E FUNDO DE SAUDE DE PAIAL

Objeto:  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO, DESTINADO A COBERTURA DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS e PREDIOS DO MUNICÍPIO  
E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Tipo: MENOR POR LOTE

DATA de ABERTURA DA SESSÃO: 01/11/2017 às 08h45 min  
Entrega de envelopes até: 01/11/2017 até 08 h30 min.  
Local de Abertura: Sede da Prefeitura Municipal- PRÉDIO ADMINISTRATIVO  
Informações complementares: Poderão ser obtidas em horário comercial na Prefeitura Municipal de Paial pelo telefone 49 3451-0045/3451-0046 OU 3451-0025 ou e-mail compras@paial.sc.gov.br ou web site: www.paial.sc.gov.br.  
Paial, 18 de outubro de 2017  
NÉVIO ANTONIO MORTARI  
Prefeito Municipal  
Ordenador de Despesas.

### REVOGAÇÃO PROCESSO 56-2017

Publicação Nº 1405308

PREFEITURA DE PAIAL

NOTA DE REVOGAÇÃO DE EDITAL  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 56/2017  
PP 32/2017

OBJETO:  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO, DESTINADO A COBERTURA DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO  
O PREFEITO MUNICIPAL DE PAIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, atendendo aos pressupostos da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve:  
1. REVOGAR o Proc. Licitatório nº 56/2017, Edital de PREGÃO PRESENCIAL 032/2017

PAIAL, 17 de outubro de 2017  
NÉVIO ANTONIO MORTARI  
Prefeito

# Palhoça

## PREFEITURA

### ERRATA 01 DO EDITAL PREGAO PRESENCIAL RP 114/2017

Publicação Nº 1404933

ERRATA Nº 001/2017

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 114/2017

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital convocatório do PREGÃO PRESENCIAL RP nº.114/2017, no corpo do edital e nas especificações do Termo de Referência Anexo 01, que tem como objeto serviço de recarga de Gas e Vasilhames de gas P13 e P45, para atender as Unidades escolares do Município Palhoça (Desta forma o mesmo fica apazado para o dia 06/11/2017 às 08:30 hs para entrega dos envelopes e sessão de lances. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site palhoça.atende.net.

Palhoça, 17 de outubro de 2017.

Sandra Pereira de Abreu Oliveira  
Pregoeira

### RESULTADO DA PROPOSTA CC 085-2017

Publicação Nº 1405670

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESUMO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA  
PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº085/2017

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos das propostas apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº085/2017, na modalidade CONCORRÊNCIA

PÚBLICA, que consiste na contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para pavimentação em Paver e Sinalização Viária da Rua José Duarte da Silva localizado no Bairro Pachecos (LOTE 01); Drenagem, pavimentação em blocos de concreto intertravados e sinalização da Rua Manuel Carlos Daussen – Trecho 03 localizado no Bairro Caminho Novo (LOTE 02); Pavimentação em Paver e Sinalização Viária da Rua Angelo Funger localizado no Bairro Barra do Aririú (LOTE 03) e Pavimentação em blocos intertravados e sinalização da Rua Walmor Beppler localizado no Bairro São Sebastião (LOTE 04) deste Município.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTE 01- SÓLIDA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI ME ficou classificada em 1º lugar com o valor de R\$ 119.322,69 (cento e dezenove mil trezentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos).

LOTE 02 - PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME ficou classificada em 1º lugar com o valor de R\$ 150.245,88 (cento e cinquenta mil duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos).

Lote 03 – SÓLIDA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI ME ficou classificada em 1º lugar com o valor de R\$ 40.882,72 (quarenta mil oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos)

LOTE 04 - VINICIUS GOEDERT ME ficou classificado em 1º lugar como valor de R\$ 111.883,96 (cento e onze mil oitocentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos).

Palhoça, 18 de outubro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 091/2017

Publicação Nº 1405524

PORTARIA Nº 91 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERA:

Art. 1º - Exonera a pedido o servidor de cargo em comissão do Gabinete do Vereador João Carlos Amandio, conforme relação.

Servidor	Cargo	Vencimentos
Marcos Antônio Cardoso	Assessor Parlamentar	R\$ 4.000,00

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO  
Presidente

### PORTARIA Nº 092/2017

Publicação Nº 1405530

PORTARIA Nº 92 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

#### NOMEAR:

Art. 1º - Para compor o Gabinete do Vereador João Carlos Amandio, o servidor ocupante de cargo em comissão abaixo relacionado, conforme Lei Complementar nº 234 de 22 de dezembro de 2016.

Servidor	Cargo	Vencimentos
ABNER PADILHA CARDOSO	Assessor Parlamentar	R\$ 4.000,00

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Eu, \_\_\_\_\_, Diretor de Controle Interno e  
Eu, \_\_\_\_\_, Coordenadora de Recursos Humanos,  
conferimos a documentação apresentada, e por estarmos de acordo, subscrevemos o presente ato.

FÁBIO COELHO  
Presidente

## PORTARIA Nº 093/2017

Publicação Nº 1405533

PORTARIA Nº 93 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

Art. 1º - Fica alterado o cargo em comissão dos servidores abaixo relacionados de Assessor Parlamentar para Assessor Especial, conforme dispõe a Lei Municipal nº 247, de 28 de setembro de 2017.

Servidor	Gabinete	Vencimentos
Josimar Felix Alves	Vereador Nirdo Arthur Luz	R\$ 6.000,00
Jhonatan Lucas Martins	Vereador Otavio Marcelino M.Filho	R\$ 6.000,00
Jose Nilton Pereira	Vereador Mauricio Roque da Silva	R\$ 6.000,00
Jose Roberto Oliveira da Rosa	Vereador Nelson Martins Filho	R\$ 6.000,00
Abílio Lucas dos Santos	Vereador Edemir Niehues	R\$ 6.000,00
Raquel Maciel	Vereador Mª Rosangela Pratis	R\$ 6.000,00
Erick H. Martins de Andrade	Vereador Fábio Coelho	R\$ 6.000,00
Rinaldo César Senem	Vereador André Carlos Xavier	R\$ 6.000,00
Élcio Pereira Fernandes	Vereador Arlindo Fernandes Moraes	R\$ 6.000,00
Neide Aparecida Surdi Leonel	Vereador Elton Esomerico de Quadros	R\$ 6.000,00
Maycon Cesar da Costa Cerqueira	Vereador Jean Henrique Dias Carneiro	R\$ 6.000,00
Idione Jordão e Silva Vieira	Vereador João Carlos Amandio	R\$ 6.000,00
Eliezer Bueno do Amaral Mafra	Vereador Joel Filipe Gaspar	R\$ 6.000,00
Rodrigo Padilha	Vereador Luciano Pereira	R\$ 6.000,00
Mauricio Leal Junior	Vereador Marcos Roberto de Melo	R\$ 6.000,00
Cleber wessler	Vereador Rodrigo Alves Quintino	R\$ 6.000,00
Thiago da Rosa Generoso	Vereador Rosinei de Souza Horácio	R\$ 6.000,00

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de outubro de 2017, revogadas as

disposições em contrário.

Eu, \_\_\_\_\_, Diretor de Controle Interno e  
Eu, \_\_\_\_\_, Coordenadora de Recursos Humanos,  
conferimos a documentação apresentada, e por estarmos de acordo, subscrevemos o presente ato.

FÁBIO COELHO

Presidente

## PORTARIA Nº 094/2017

Publicação Nº 1405534

PORTARIA Nº 94 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

SUSPENDER:

Art. 1º - Fica suspenso o expediente deste Poder Legislativo no dia 13 de outubro do corrente ano, haja vista a decretação de ponto facultativo pelo Poder Executivo, conforme Decreto nº 2.268, de 06 de outubro de 2017.

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de outubro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO  
Presidente

## PORTARIA Nº 095/2017

Publicação Nº 1405540

PORTARIA Nº 95 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

EXONERAR A PEDIDO, SERVIDORA MUNICIPAL.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido conforme requerimento nº 01/2017, a servidora CAROLINA VALENTIM GOMES, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, lotada no Setor de Estoque, nomeada pela Portaria nº 67, de 19 de julho de 2017, a contar de 29 de outubro de 2017, haja vista posse em outro cargo público efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de outubro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 17 de outubro de 2017.

FÁBIO COELHO  
Presidente

**PORTARIA Nº 096/2017**

Publicação Nº 1405546

PORTARIA Nº 96, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolvem:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica determinado recesso das atividades do Poder Legislativo Municipal no período compreendido entre 22 de dezembro de 2017 a 03 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Ficam determinadas férias coletivas a todos os servidores deste Poder Legislativo no período compreendido entre 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2018.

Art. 3º – Durante o período previsto nos artigos anteriores, o expediente desta Casa Legislativa ficará suspenso.

Art. 4º - Em caso de necessidade, ato do Presidente designará e convocará servidores para o bom andamento dos trabalhos.

Art. 5º - A Câmara Municipal de Palhoça retornará seu expediente normal a partir de 05 de fevereiro de 2018.

Art. 6º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO  
Presidente

**PORTARIA Nº 097/2017**

Publicação Nº 1405549

PORTARIA Nº 97, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

**SUSPENDER LICENÇA PRÊMIO:**

Art. 1º – Será suspensa Licença Prêmio da servidora CRISTIANE APARECIDA DE SILVA, a partir do dia 25 de setembro do corrente ano, que seria usufruída no período de 11 de setembro a 10 de outubro de 2017, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palhoça.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO  
Presidente

# Palma Sola

## PREFEITURA

### ATA DO CREDENCIAMENTO N°. 03/2017 - OFTALMOLOGIA E RESSONÂNCIAS

Publicação N° 1404892

#### CREENCIAMENTO N° 03/2017

Ata da reunião de abertura da documentação e proposta

A comissão de Licitação nomeada pelo Decreto n° 72, de 03/10/2017, reuniu-se na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Palma Sola, SC, sito a Rua Francisco Zanotto, n° 600, centro, no dia 16/10/2017 as 09:00hs para fazer a avaliação da documentação referente ao credenciamento para realização de serviços de oftalmologia e ressonância magnética (tabela SUS e SIS AMESOC) destinados aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de Palma Sola para o ano de 2017, conforme prescrição médica e autorização da Secretaria Municipal de Saúde. Nesta data a Comissão protocolou os envelopes e avaliou a documentação da proponente a seguir nominada: INSTITUTO HOSPITALAR E BENEFICENTE NOSSA SENHORA MERCES, com CNPJ: 85.217.032/0001-04, sito a Rua Rio de Janeiro, n° 115-W, centro, na cidade de Iporão do Oeste - SC – SC. Avaliada a documentação pela Comissão, foi verificado que a empresa Instituto Hospitalar e Beneficente Nossa Senhora Mercês, apresentou toda a documentação em conformidade com o previsto no edital, sendo declarado credenciado a prestar os serviços através dos responsáveis Dr. Eduardo Henrique Marques Menezes, portador do CPF n°. 041.011.799-48, CRM n°. 26.825-PR e José de Mello Rosatelli Neto, portador do CRM n°.24633-SC, sendo que os preços serão os da tabela abaixo.

Item	Estim. Mensal	Descrição	Código SUS	Valor
OFTALMOLOGIA				
01	05	Consulta de Profissional de Nível Superior na Atenção Especializada em Oftalmologia;	03.01.01.007-2	90,00
02	10	Biometria Ultrassônica (monocular)	02.11.06.001-1	40,00
03	10	Tonometria para verificação de pressão intra-ocular	02.11.06.025-9	15,00
04	05	Mapeamento de Retina	02.11.06.012-7	38,00
05	05	Microscopia Especular de Córnea	02.11.06.004-3	40,00
06	05	Facectomia com implante de lente intra-ocular (LIO)	04.05.05.009-7	690,00
07	05	Tratamento cirúrgico de pterígio	04.05.05.036-4	300,00

Como o processo de credenciamento fica em aberto, as demais proponentes que tenham interesse em credenciar-se para prestar os serviços, objeto do presente credenciamento, poderão protocolar a documentação no setor de compras e licitações, a qual será avaliada pela comissão, que determinará o atendimento das exigências do presente edital até 31/12/2017.

Palma Sola, 16 de outubro de 2017.

Marines Fatima Sansigolo Presidente da Comissão	Paulo Cesar Sufredini Membro da Comissão
Suelem Patrícia Soligo Bianchetto Membro da Comissão	
----- Ivana Aparecida Marques Membro da Comissão	



# Papanduva

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2017

Publicação Nº 1405639

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 007/2017, referente a INEXIGIBILIDADE Nº 001/2017 .CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA . Objeto : prorrogação da vigência do contrato por igual período de 01/01/2018 até 31/12/2018.Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 18 de Outubro de 2017. Luiz Henrique Saliba-Prefeito Municipal.

12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 17 de Outubro de 2017. Luiz Henrique Saliba – Prefeito Municipal.

### CONTRATO Nº 049/2017

Publicação Nº 1405664

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

CONTRATO nº 49/2017

Objeto : Contratação de SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA, referente a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 015/2017.Contratada : FYMED SERVIÇOS MÉDICOS E GESTÃO S/S LTDA – ME. Valor global R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) . Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 18 de Outubro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal

### CONTRATO Nº 052/2017

Publicação Nº 1404989

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

CONTRATO nº 52/2017

Objeto : Contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO TUBULAR PARA O SAMAE, referente ao CONVITE nº 005/2017.Contratada : PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA-ME . Valor : R\$ 45.700,00 (quarenta e cinco mil e setecentos reais). Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 10 de Outubro de 2017.

Alexandre Miguel Grabovski – Diretor Presidente da SAMAE

Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal

### ERRATA

Publicação Nº 1405457

ERRATA :

ONDE SE LÊ PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2017

LEIA-SE PREGÃO PRESENCIAL 065/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2017

Objeto: Futuras aquisições de eletrodomésticos e utensílios destinados à manutenção das atividades nas escolas deste município , nas quantidades e especificações no anexo do edital .Entrega dos envelopes: 30 de Outubro de 2017 às 09:00 h. Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. O edital estará disponível no site do município e demais esclarecimentos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às

# Paraíso

## PREFEITURA

### CT 67/2017

Publicação Nº 1405352

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO

DO OBJETO: Contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de organização e execução de Processo Concurso Público que acontecerá no dia 16 (dezesesseis) de Dezembro de 2017, para contratação de servidores públicos municipal, do quadro geral de servidores, conforme legislação municipal vigente.

DO VALOR TOTAL: Considerando acordo firmado pela CONTRATADA com todos os municípios associados, inclusive o CONTRATANTE, 02 (dois) concursos públicos ou testes seletivos por ano, serão realizados aos municípios associados, sem qualquer custo, o Processo Concurso Público objeto deste contrato é o 2º (segundo) do ano em curso realizado pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, assim sendo não haverá custos financeiros a contratante.

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA – AMEOSC.

DA VIGENCIA: A CONTRATADA cumprirá o objeto contratado dentro do prazo estabelecido pelo cronograma de atividades a ser estabelecido no Edital de Processo Seletivo.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 18 de Outubro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

### EDITAL CONCURSO 01/2017

Publicação Nº 1405103

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA ADMISSÃO DE SERVIDORES E COMPOR CADASTRO DE RESERVA PARA O QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito de Paraíso, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com as Leis Municipais nº 255/1997, 531/2001, 532/2001, 613/2002, 614/2002, 1179/2009 e alterações posteriores, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições para Concurso Público destinado para admissão, de servidores sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

##### 1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital do Concurso Público é disciplinado pelo art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislação vigente.

1.1.2. O presente Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público do Município de Paraíso - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Concurso Público serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Paraíso – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)

1.1.4. A inscrição no Concurso Público implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Concurso Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal a se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)

1.1.6. O presente Concurso Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.1.7. São condições para participação no presente Concurso Público:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

f) Possuir obrigatoriamente carteira nacional habilitação (CNH) para os cargos de Motorista Cat. "D", Operador de Máquinas e Equipamentos Cat. "C".

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Concurso Público.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA e PRÁTICA.

1.2. Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento (R\$)	Habilitação	Tipo de Prova
Médico Clínico Geral	01	40hrs	R\$ 16.500,00	Curso Superior específico na área de atuação, com registro no órgão de classe.	Objetiva
Professor II - Ciências	01	15hrs	R\$ 862,05	Curso Superior com habilitação em Ciências.	Objetiva
Agente Administrativo	03	40hrs	R\$ 1.250,00	Ensino Médio Completo.	Objetiva
Monitor de Educação	02	40hrs	R\$ 937,00	Ensino Médio Completo.	Objetiva
Orientador Social	01	40hrs	R\$ 1.203,62	Ensino Médio Completo.	Objetiva
Técnico em Saúde Bucal	01	40hrs	R\$ 1.203,62	Curso de Nível Técnico em Saúde Bucal ou Higiene Bucal, com registro no órgão da classe.	Objetiva
Merendeira	01	40hrs	R\$ 1.003,01	Ensino Fundamental Completo.	Objetiva
Auxiliar de Serviços Gerais	02	40hrs	R\$ 937,00	Alfabetizado.	Objetiva
Motorista (CNH - Cat. "D").	03 + *CR	40hrs	R\$ 1.150,00	Alfabetizado e CNH "D".	Objetiva e Prática
Operador de Máquinas e Equipamentos (CNH - Cat. "C").	03 + *CR	40hrs	R\$ 1.200,00	Alfabetizado e CNH "C".	Objetiva e Prática

\*CR = Cadastro de Reserva.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou PRESENCIAL - ON LINE, no período das 08 horas do dia 19/10/2017 às 23h59min do dia 20/11/2017.

2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET/ON-LINE:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

- a) acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos;
- b) fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;
- c) preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;
- d) imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 21/11/2017.
- e) pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.1.3. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar a sua inscrição on line/via presencial sendo que para tanto deverão se dirigir a Prefeitura Municipal de Paraíso – SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente da Prefeitura.

2.1.1.4. Para a efetivação das inscrições on line/via presencial o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições on line/presencial apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassados pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos a sua inscrição.

2.1.1.5. Na oportunidade de realização da inscrição on line/via presencial será entregue ao candidato o comprovante de sua inscrição, bem como o Boleto Bancário referente a sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min do dia 21/11/2017.

2.1.1.6. Só serão efetivadas as inscrições on line/via presencial dos candidatos que se dirigirem a Prefeitura Municipal de Paraíso – SC, sito à Rua Alcides Zanin, nº 593, durante o período das inscrições, em horário de expediente da Prefeitura até o último dia de inscrição.

2.1.1.7. O Município de Paraíso – SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.1.1.8. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

2.1.1.9. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.2. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.3. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.4. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Paraíso – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.5. O candidato poderá inscrever-se para apenas um (01) cargo que trata o edital. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais RECENTE.

2.6. O valor da taxa de inscrição é fixado de acordo com o nível de escolaridade exigido para o respectivo cargo, nos seguintes valores:

Valor R\$	Escolaridade
R\$ 150,00	Ensino Superior
R\$ 100,00	Ensino Médio/Técnico / Fundamental/Alfabetizado

2.7. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Concurso Público, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.9. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br) do deferimento ou não do pedido.

2.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

## 2.12. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:

2.12.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567 datada de 07/11/1997 poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Concurso Público.

2.12.1.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, à doação.

2.12.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os doadores de sangue deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paraíso, e entregue do dia 19/10/2017 a 07/11/2017, no endereço, sito à Rua Alcides Zanin, 593, Centro – Paraíso – SC, juntamente com os seguintes documentos:

a) Cópia do comprovante de inscrição;

b) Comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais. Para ter direito à isenção, o candidato deve comprovar que realizou, no mínimo, 03 (três) doações no período de um ano;

c) No caso o subitem 2.12.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

c.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a

Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paraíso, sito à Rua Alcides Zanin, 593, Centro – Paraíso, CEP 89906-000, Paraíso – SC, através de cópia autenticada em cartório, sendo que os mesmos devem estar na Prefeitura Municipal de Paraíso – SC até no máximo dia 09/11/2017.

2.12.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Paraíso – SC e nos sites [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br) até o dia 13/11/2017 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.12.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até às 23h59min do dia 21/11/2017, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

### 3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Considerando-se que o presente Concurso Público destina-se também a cadastro de reserva, não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, e que por lei são reservados 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição, deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar à Prefeitura Municipal de Paraíso – SC, sita à Rua Alcides Zanin, 593, Centro – CEP 89906-000, Paraíso – SC, encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, em horário de expediente, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Prefeitura somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Concurso Público, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Paraíso – SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feita por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Prefeitura Municipal de Paraíso – SC, sita à Rua Alcides Zanin, 593, Centro – CEP 89906-000, Paraíso – SC, encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

3.3. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

### 4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Paraíso - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)

### 5. DAS PROVAS

#### 5.1. Da prova objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 16/12/2017, nas dependências do COLÉGIO ESTADUAL ADOLFO SILVEIRA, sito na Rua Alair Schmidt Zanin, Centro, no Município de Paraíso – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Paraíso - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Paraíso – SC não se responsabilizam por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09h e término às 12h.

5.1.3. A relação das salas (ensalamento) será publicada após a homologação das inscrições nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, e terá a duração de 03h, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão – resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais.

5.1.4.2. A prova será composta de 35 (trinta e cinco) questões.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais, conforme quadro abaixo para os cargos de: Médico Clínico Geral, Professor de Ciências, Orientador Social, Agente de Endemias, Monitor de Educação, Agente Administrativo, Técnico em Saúde Bucal, Merendeira e Auxiliar de Serviços Gerais especificados no item 1.2.1 deste edital:



Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos	Nota Mínima do Conjunto das Provas 1, 2 e 3.
1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00	5,00
2 <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa	10	0,20	2,00	
3 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00	
<b>TOTAL</b>	30	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 5,00 (Cinco) pontos, no conjunto/soma das provas 1, 2 e 3 (Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme quadro acima.

5.3. DA PROVA OBJETIVA e PRÁTICA (Modalidade B) - Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais e Prova Prática, conforme quadro abaixo para o cargos de: Motorista (CNH - Cat. "D"), Operador de Máquinas e Equipamento (CNH - Cat. "C") especificados no item 1.2.1 deste edital:

Prova Objetiva	Nº Questões	Peso	Total de Pontos	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos	20	0,10	2,00	1,00
2 <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa	10	0,07	0,70	
3 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Gerais	05	0,06	0,30	
<b>TOTAL è</b>	20	-	3,00	-

Prova Prática	Total de Pontos (Nota)	Nota Mínima da Prova Prática
Prova Prática	7,00	3,00
<b>TOTAL è</b>	7,00	3,00

5.3.1. Para os cargos acima descrito (Motorista, Operador de Máquinas e Equipamento), somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 1,00 (um ponto) no conjunto/soma das provas 1, 2 e 3 (Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três pontos), na Prova Prática, conforme tabelas acima.

5.4. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.4.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.4.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.4.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.4.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Concurso Público.

5.4.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.4.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um cartão resposta.

5.4.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio cartão resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura ótica, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.4.4.3. No Cartão Resposta do candidato constará as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

5.4.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.4.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a marcação correta, sendo que a não marcação correta

invalidará o cartão resposta.

5.4.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta:

5.4.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de resposta, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.4.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.4.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

5.4.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.4.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.4.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.4.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta.

5.4.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.4.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.4.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.4.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão apor no local indicado dos cartões respostas suas assinaturas.

5.4.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.4.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.4.17.3. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.4.17.4. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.4.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.4.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)

5.4.20. O Município de Paraíso e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

## 5.5. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA:

5.5.1. A prova será aplicada aos candidatos ao cargo de Motorista (CNH - Cat. "D"), e Operador de Máquinas e Equipamento (CNH - Cat. "C").

5.5.2. A PROVA PRÁTICA será realizada no dia 16/12/2017, com início às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Paraíso, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, sito à Rua João Batista Gheno, nesta cidade de Paraíso - SC.

5.5.3. O candidato que não estiver presente no dia e horário determinado no item 5.5.2 para realização da prova prática será considerado desistente e, consequentemente, eliminado do Concurso Público, sendo que a partir das 13 horas não será mais permitido o acesso de candidatos ao Parque de Máquinas, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Paraíso - SC não se responsabilizarão por atrasos.

5.5.4. Na prova prática, para a função de Motorista (CNH - Cat. "D"), e Operador de Máquinas e Equipamento (CNH - Cat. "C") o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina ou veículo, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, entre outros critérios pertinentes ao conhecimento da máquina ou do veículo e dos trabalhos a serem realizados com os mesmos. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,70 pontos), Muito Bom (0,60 pontos); Bom (0,50 pontos); Satisfatório (0,40 pontos), Regular (0,30 ponto) e Péssimo (0,00 ponto).

5.5.5. Para a função que se exigir o emprego de veículos, pertencentes ou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Paraíso - SC, poderá ser a critério da fiscalização, excluído o candidato que demonstrar não possuir a necessária capacidade de manejo.

5.5.6. A nota da prova prática será atribuída pontuação/nota escala 0 (zero) a 7,00 (sete).

5.5.7. Para efeitos de atribuição de notas, será eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo 3,00 (três) pontos no total da prova prática e também o que não atingir a nota mínima de 1,00 (um) ponto na prova objetiva.

5.5.8. A média final será: Nota da Prova Objetiva somada com a Nota da Prova Prática.

5.5.9. Para a realização da Prova Prática o candidato deve apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

a) Documento de Identificação original;

b) Carteira Nacional Habilitação para o cargo de Motorista (CNH - Cat. "D"), e Operador de Máquinas e Equipamento (CNH - Cat. "C").

5.5.10. O candidato que faltar, ou seja, não comparecer para realização da prova prática no dia e local informado nos itens acima estará automaticamente desclassificado do certame.

5.5.11. A Comissão de Acompanhamento do Concurso Público reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições



meteorológicas alterar a data e o local das provas práticas. Ocorrendo qualquer alteração, os candidatos poderão ser avisados no dia da prova objetiva.

5.5.12. Em caso de impossibilidade de realização de todas as provas praticas na data prevista, a continuidade das mesmas fica automaticamente regulamentada para continuidade no dia seguinte, a partir das 07h30min até o horário necessário para finalização das mesmas.

#### 5.6. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.6.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Comprovante de Inscrição;
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) Lápis preto e borracha;
- e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.6.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.6.3. O Município de Paraíso e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

#### 5.7. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc.);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

#### 5.8. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.8.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

#### 6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às 09h horas do dia 25/01/2018, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

6.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 7 do presente edital.

6.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente edital.

6.4. A sessão será filmada e acompanhada pelos membros da comissão organizadora do certame do município de Paraíso e da comissão organizadora da Ameosc e por todos os candidatos e interessados que terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

#### 7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

7.1.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Concurso Público na forma do disposto no parágrafo único do art.27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

7.1.2. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

7.1.3. Maior número de acertos na prova Prática (Motorista e Operadores);

7.1.4. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa

7.1.5. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;

7.1.6. Maior Idade;

7.1.7. Sorteio Público.

#### 8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

#### 9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da Prova Objetiva, Aplicação da Prova Prática e do Gabarito Preliminar divulgado: (No período de 19 e 20/12/2017 - Prazo destinado a interposição de recursos em face das Questões da Prova Objetiva, Prova Prática e do Gabarito Preliminar).
- d) da correção dos Cartões Resposta. (No período de 26 a 29/01/2018 - Prazo de interposição de recurso, SOMENTE em face da Correção

dos Cartões Respostas).

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital Anexo I.

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os RECURSOS deverão ser interpostos VIA ONLINE – pelo sistema.

9.4.1. Para a interposição de RECURSO VIA ONLINE o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos.

b) Acessar a “Área do Candidato”.

c) Clicar em “recursos”.

d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.

e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário o mesmo NÃO será apreciado.

f) NÃO serão apreciados recursos referentes às questões da Prova Objetiva e da Prova Prática fora do prazo estipulado por esse edital, qual seja, 19 e 20/12/2017

9.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independentemente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)

9.5.3. Se houver alteração do gabarito preliminar, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independentemente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo edital de resultado final será publicado.

#### 10. DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO PARA OS DEMAIS CARGOS

10.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;

b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;

c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;

d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;

e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior que assim exigir;

f) demais documentos solicitados pela Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paraíso – SC, ou previsto em Legislação Municipal.

10.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Estatutário.

10.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto a Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paraíso – SC.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As publicações sobre o Concurso Público serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Paraíso – SC e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)

11.2. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.3. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Concurso Público em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Paraíso – SC, conforme a legislação vigente.

11.4. O Prefeito do Município de Paraíso – SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Concurso Público mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.5. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Concurso Público é o da Comarca de São Miguel do Oeste – SC.

11.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Requerimento Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;

ANEXO V – Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO VI – Decreto, que regulamenta a Prova Prática;

ANEXO VII – Resolução que institui Comissão Organizadora de Concursos da AMEOSC;

Paraíso – SC, 18 de outubro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei  
Carina Regina Hanauer  
OAB/SC 48019  
Procuradora do Município de Paraíso

ANEXO I  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2017

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	18/10/2017	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Paraíso - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura até o dia 07/11/2017
Inscrições	19/10/2017 a 20/11/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Apresentação dos documentos para candidatos Portadores de Necessidades Especiais.	19/10/2017 a 20/11/2017	Durante o prazo de inscrição, encaminhar à Prefeitura Municipal de Paraíso, aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos em horário de expediente.
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requerem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue)	19/10/2017 a 07/11/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue)	13/11/2017	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.paraíso.sc.gov.br">www.paraíso.sc.gov.br</a> . A partir das 17h.
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA. (Doador de Sangue)	14/11/2017 a 21/11/2017	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.paraíso.sc.gov.br">www.paraíso.sc.gov.br</a>
Último prazo para pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos.	21/11/2017	O boleto para impresso e pagamento deverá ser acessado junto ao site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.paraíso.sc.gov.br">www.paraíso.sc.gov.br</a>
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	27/11/2017	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.paraíso.sc.gov.br">www.paraíso.sc.gov.br</a>
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	28 e 29/11/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	04/12/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.paraíso.sc.gov.br">www.paraíso.sc.gov.br</a> . A partir das 17h.
Publicação do Ensalamento	05/12/2017	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.paraíso.sc.gov.br">www.paraíso.sc.gov.br</a> . A partir das 17h.
Prova Objetiva	16/12/2017	A prova objetiva será realizada no COLÉGIO ESTADUAL ADOLFO SILVEIRA, sito na Rua Alair Schmidt Zanin, Centro, nesta cidade de Paraíso – SC.
Prova Prática.	16/12/2017	A Prova Prática do cargo de Motorista e Operador de Máquinas será aplicada no Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, Paraíso – SC.

Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva.	18/12/2017	A partir das 17h nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.paraíso.sc.gov.br">www.paraíso.sc.gov.br</a>
Prazo destinado a interposição de recursos em face das Questões da Prova Objetiva, Prova Prática e do Gabarito Preliminar.	19 e 20/12/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.paraíso.sc.gov.br">www.paraíso.sc.gov.br</a>
Publicação do julgamento dos recursos interpostos em face das Questões da Prova Objetiva, Prova Prática e do Gabarito Preliminar.	22/01/2018	A partir das 17h nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.paraíso.sc.gov.br">www.paraíso.sc.gov.br</a>
Divulgação do Gabarito Final após análise dos recursos interpostos contra as Questões da Prova Objetiva, Prova Prática e do Gabarito Preliminar.	24/01/2018	A partir das 17h nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.paraíso.sc.gov.br">www.paraíso.sc.gov.br</a>
Sessão Pública para correção dos Cartões Resposta e identificação dos candidatos por cargo.	25/01/2018	Às 09h, na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste – SC.
Publicação da Classificação após Parecer dos Recursos e Correção dos Cartões Resposta.	25/01/2018	A partir das 17h nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.paraíso.sc.gov.br">www.paraíso.sc.gov.br</a>
Prazo de interposição de recurso, SOMENTE em face da correção dos Cartões Respostas.	26 a 29/01/2018	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Parecer dos recursos interpostos contra em face da correção dos Cartões Resposta.	30/01/2018	A partir das 17h nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.paraíso.sc.gov.br">www.paraíso.sc.gov.br</a>
Publicação do Resultado Final	31/01/2018	O Resultado Final por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.paraíso.sc.gov.br">www.paraíso.sc.gov.br</a> também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Iporã Oeste – SC. A partir das 17h.

**ANEXO II****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR****I – LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

**II – CONHECIMENTOS GERAIS:**

Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Lei Orgânica do Município; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

**III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:****MÉDICO CLÍNICO GERAL:**

Conhecimentos inerentes ao programa ESF Estratégia de Saúde da Família. Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde. SUS – Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Neurológicas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Infecciosas. Doenças Dermatológicas. Doenças Oculares. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Ginecologia e Obstetrícia. Doenças Reumatológicas. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde

coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Atenção Básica - Saúde da Família. Estratégia de Saúde da família. Assistência domiciliar. Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. Ética Profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Médico Clínico Geral Medicina Geral: Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Neurológicas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Infeciosas. Doenças Dermatológicas. Doenças Oculares. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Ginecologia e Obstetrícia. Doenças Reumatológicas. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Consciência, educação e boas práticas Profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Ética Profissional.

#### PROFESSOR DE CIÊNCIAS:

Características dos seres vivos: cinco reinos; Corpo humano: células, sistemas, reprodução, AIDS e DSTs; Ecossistemas brasileiros; Vírus: características e viroses; Ar: poluição, contaminação, os diferentes gases e suas funções no ambiente; Solo: poluição, contaminação, características, o solo nos processos de produção; Água: poluição, contaminação, conservação, interação da água com os demais elementos do ambiente; Meio ambiente: preservação, degradação e recuperação ambiental; Massa: força e aceleração; Substâncias químicas e suas propriedades, a tecnologia e a sustentabilidade. Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação educador-educando, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica. Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

##### I – LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

##### II – CONHECIMENTOS GERAIS:

Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Lei Orgânica do Município; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

##### III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### MONITOR DE EDUCAÇÃO:

Constituição Federal, Lei Orgânica do Município. Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Emenda Constitucional 19 e 20. Lei Federal nº 9.394/96 - LDB. Estatuto da Criança e do Adolescente. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Meio ambiente. Ações sobre desenvolvimento da criança, os principais cuidados que deve se ter com as crianças e sua alimentação, pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos.

##### TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL:

Anatomia da cavidade bucal. Anatomia dental. Atribuições da equipe de saúde bucal no programa de saúde da família. Atribuições de pessoal auxiliar em odontologia (Lei 11.889/2008). Biossegurança, controle de infecção, prevenção e controle de riscos. Cárie dentária/cariologia. Dentição humana. Dieta, nutrição, saúde bucal. Doenças periodontais. Doenças transmissíveis e não transmissíveis. Técnicas de escovação supervisionada. Epidemiologia. Equipamento, material e instrumental de uso odontológico. Ergonomia, riscos ocupacionais. Ética. Fluoretos. Identificação dos dentes. Ficha clínica. Imunidade, resistência, seres vivos. Lei Estadual, Municipal de SC referente à saúde bucal. Periodontia, doenças periodontais. Prevenção das doenças bucais. Radiologia odontológica, processamento filme radiográfico. Saúde Pública: História das Políticas de Saúde no Brasil. Educação em Saúde. Financiamento e participação social no SUS. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Níveis de prevenção, de atenção e de aplicação. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde.



Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.

#### ORIENTADOR SOCIAL:

Conceitos gerais: ética, redução de danos, democracia, rede social, direitos sociais, seguridade social, cidadania, Educação em saúde, Proteção Social, violência social. Noções Básicas sobre as Relações Humanas. Os conselhos de direito: da criança e do adolescente, da saúde, da educação e da assistência social. A importância da participação popular na garantia dos direitos sociais. Fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho com famílias. Dinâmica Familiar: noções básicas. A importância da família no convívio social e na proteção social da criança e do adolescente. Trabalho com grupos. A importância da rede socioassistencial, da busca ativa e trabalho em equipe. Legislação: Constituição Federal de 1988; Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004; Política Nacional do Idoso - PNI/1994; Estatuto do Idoso; Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência/ 1989; Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem: Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 e o decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008.

#### AGENTE ADMINISTRATIVO:

Lei Federal 4320/64 e Legislação complementar. Código Tributário Nacional e Municipal. Constituição Federal. Lei Federal 8666/93 e suas alterações. Lei nº 10.520/02 (pregão). Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Direito Administrativo. Noções de Informática. Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Emenda Constitucional 19 e 20. Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento - Decretos - Organograma - Poderes Legislativo e Executivo Municipal - Constituição Federal Art.º 6º a 11.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

##### I – LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

##### II – CONHECIMENTOS GERAIS:

Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Lei Orgânica do Município; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

##### III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo; Boas Maneiras; Comportamento no ambiente de trabalho; Organização do local de trabalho; Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral; Serviços de capina em geral; Limpeza de vias públicas e praças municipais; Noções sobre ajardinamento e poda de árvores; Tarefas de construção; Instrumentos agrícolas; Serviços de lavoura; Aplicação de inseticidas e fungicidas; Lavagem de máquinas e veículos; Limpeza de peças e oficinas; Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação; Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral; Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passarelas, tapetes e utensílios; Coleta de lixo e tipos de recipientes; Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade; Noções de segurança no trabalho; Noções de primeiros socorros.

##### MERENDEIRA:

Contaminação e doenças veiculadas por alimentos. Higiene na manipulação de alimentos e higiene pessoal. Higienização e limpeza do ambiente, dos equipamentos, aparelhos e instalações. Conservação, recebimento e armazenamento de alimentos. Técnicas de preparo de alimentos e administração do tempo de higienização, preparo e distribuição. Controle de estoque de alimentos perecíveis e não perecíveis e desperdício. Controle de temperatura. Técnicas de congelamento e descongelamento de alimentos. Noções básicas de cardápio, seleção dos ingredientes e equivalência de medidas. Qualidade da água: importância da água potável e proteção dos reservatórios; Vestuário adequado. Prevenção e controle de insetos e roedores e destino adequado do lixo. Prevenção de acidentes no trabalho e equipamento de proteção individual.

##### MOTORISTA - CAT "D":

Legislação e Sinalização de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Normas gerais de circulação e conduta. Conceitos e definições sobre segurança no trânsito. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao Meio Ambiente. Cidadania. Noções de mecânica básica. Princípios de manutenção de veículos. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Manobras. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando e manutenção do veículo. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público.

**OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTO - CAT "C":**

Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Código de Trânsito Brasileiro. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia. Primeiros Socorros. Lei Orgânica do Município – Dos Servidores Públicos e do Meio Ambiente.

**ANEXO III****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017****ATRIBUIÇÕES DO CARGO****PROFESSORES DE CIÊNCIAS:**

Atividades inerentes às funções e especialização na área de atuação.

**MÉDICO CLÍNICO GERAL:**

01. Realiza atendimento ambulatorial; 02. Examina o paciente para determinar o diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista; 03. Analisa e interpreta resultados de exames de raio-X, bioquímicos, hematológicos e outros para confirmar e informar o diagnóstico; 04. Prescreve medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de medicação; 05. Mantém registro de paciente examinado, anotando a conclusão diagnóstica, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; 06. Emite atestado de saúde, sanidade e aptidão física e mental, de óbito, para atender determinações legais; 07. Participa de programas de atendimento à população atingida por calamidades, catástrofes e ou epidemias; 08. Integra-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento; 09. Participa da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na respectiva área; 10. Participa das atividades de apoio médico-sanitários da prefeitura; 11. Procede a notificação das doenças compulsórias à autoridade competente; 12. Realiza estudos e inquéritos sobre níveis de saúde da comunidade e sugere medidas destinadas a solução dos problemas levantados; 13. Faz exames pré admissionais e periódicos dos servidores, participando das atividades de prevenção de acidentes de trabalho; 14. Fornece dados estatísticos e apresenta relatórios de suas atividades; 15. Emite laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; 16. Participa na execução de convênios da prefeitura municipal com outros órgãos do Estado do da União; 17. Desempenha outras atividades compatíveis e inerentes com o cargo.

**AGENTE ADMINISTRATIVO:**

+Auxiliar na execução de serviços administrativos diversos tais como:

+Executar de serviços de contabilidade, finanças, serviços humanos, secretariado, patrimônio, obras, protocolo e outros;

+Digitar, datilografar, transcrever por qualquer outro meio documentos, certidões, correspondências internas e externas;

+Realizar cálculos e registros de dados, informes e informações, processando - as para obter finais a serem utilizados para pagamento, recebimento, contabilização, movimentação financeira de recursos humanos e de materiais;

+Elaborar notas de empenho e outros registros contábeis, folhas de pagamentos, contra- cheques, certidões de tempo de serviços, portarias, movimentação e exoneração de pessoal por tempo de serviços;

+Realizar cálculos de pagamento e recebimento de tributos, taxas e impostos exclusivos os de dívida ativa imitando guias de recebimento de recolhimento;

+Elaborar e emitir aviso de débito de tributos municipais, avisos de férias, e de outras licenças previstas em leis, assim como registro de faltas nos accertamentos funcionais dos servidores;

+Auxiliar no controle das contas públicas, tais como: Saldos orçamentários, saldos bancários, prazo de vencimento de débito e crédito;

+Planejar e executar aquisição de material bibliográfico, consultando catálogos de editoras, bibliografia e editores;

+Organizar o serviço de intercâmbio, filiações e organismos, Federações, Associações, Centro de +Documentações e outras Bibliotecas para tornar possível a troca de informações;

+Supervisionar os trabalhos de encadernação e restauração de livros e de mais documentos dando orientação técnicas as pessoas que executam as referida tarefas para assegurar a conservação do material bibliográfico;

+Executar outras tarefas inerentes ao cargo e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos;

**MONITOR DE EDUCAÇÃO:**

Abrange todas as atividades para apoio das atividades educacionais, tais como: Auxiliar os professores em sala de aula; Auxiliar a direção das unidades escolares; Orientar e auxiliar no fornecimento de merenda escolar; Colaborar para a ornamentação da unidade escolar; Auxiliar na limpeza das unidades escolares, orientando os alunos na prática de higiene; Auxiliar na promoção do convívio escolar entre os alunos.

**TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL:**

Compete ao Auxiliar em Saúde Bucal, sempre sob a supervisão do cirurgião-dentista:

1. Organizar e executar atividades de higiene bucal; 2. Processar filmes radiográficos; 3. Preparar o paciente para o atendimento; 4. Auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares; 5. Manipular materiais de uso odontológico; 6. Selecionar moldeiras; 7. Preparar modelos de gesso; 8. Registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal; 9. Executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho; 10. Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal; 11. Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; 12. Desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários; 13. Realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal; 14. Adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção. 15. Arquivo e digitação de relatórios; 16. Auxiliar nos serviços de modelagem de próteses dentárias.

**ORIENTADOR SOCIAL:**

O Orientador Social é responsável, em conjunto com os Facilitadores de Oficinas, pelo planejamento de atividades a serem desenvolvidas em função das demandas específicas dos usuários, articulando-as aos diferentes atores envolvidos no trabalho e às crianças e aos adolescentes do(s) Grupo(s). No caso de ofertas mistas, deve, ainda, manter reuniões regulares com os profissionais responsáveis pelas demais ofertas, bem como recolher informações de frequência junto a esses profissionais. Cabe ao Orientador Social:



- » mediar os processos grupais do Serviço, sob orientação do órgão gestor;
- » participar de atividades de planejamento, sistematizar e avaliar o Serviço, juntamente com a equipe de trabalho responsável pela execução;
- » atuar como referência para crianças/adolescentes e para os demais profissionais que desenvolvem atividades com o Grupo sob sua responsabilidade;
- » registrar a frequência e as ações desenvolvidas, e encaminhar mensalmente as informações para o profissional de referência do CRAS;
- » organizar e facilitar situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas e conteúdos do Serviço;
- » desenvolver oficinas esportivas, culturais e de lazer, em caso de habilidade para tal;
- » identificar e encaminhar famílias para o técnico da equipe de referência do CRAS;
- » participar de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do Serviço;
- » identificar o perfil dos usuários e acompanhar a sua evolução nas atividades desenvolvidas;
- » informar ao técnico da equipe de referência a identificação de contextos familiares e informações quanto ao desenvolvimento dos usuários em seus múltiplos aspectos (emotivos, de atitudes etc.);
- » coordenar o desenvolvimento das atividades realizadas com os usuários;
- » manter arquivo físico da documentação do(s) Grupo(s), incluindo os formulários de registro das atividades e de acompanhamento dos usuários.

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

Execução de trabalhos e serviços gerais de limpeza, de trabalhos braçais, manutenção e conservação, entre as quais: Executar trabalhos rotineiros de limpezas em geral em edifícios, prédios, dependências, escolas, posto de saúde e outros locais, espanando, varrendo, lavando, encerrando e lustrando móveis e utensílios, copos, vasilhames, panelas e outros para manter as condições de higiene e conservação; Arrumar banheiros e toaletes, limpado e reabastecendo – os para conserva-los em condições de uso; Coletar o lixo depositar em lixeiros retirando – os para local adequado acondicionando em sacos próprios para depósito em lixeiras coleta o incineração se for o caso; Preparar alimentos como: café, chás entre outros, servindo-os aos demais, as autoridades e visitantes em horários predeterminados ou quando solicitados; Cuidar e procurar manter em bom estado os objetos e utensílios sob a sua guarda e responsabilidade e aqueles necessários ao desenvolvimento de suas atividades; Executar a limpeza e a retirada de entulhos, lixos e outros resíduos de valas, valetas, bocas de lobo, canalização de águas pluviais e esgoto; Executar a capina, roçagem e a remoção de vegetação das vias públicas, facilitando o trânsito de pessoas e veículos; Carregar, remover e descarregar materiais como: terra, areia, brita, asfalto e outros materiais utilizando veículos automotores, carrinhos de mão e outros meios, destinados ao recapeamento e a recuperação das rodovias e outras vias de uso coletivo; Remover e transportar materiais necessários a preparação de argamassas, separando e juntando nas proporções determinadas pelo superior imediato;

#### MERENDEIRA:

Controlar a entrada e saída dos alimentos com registro diário na ficha de controle; Observar os aspectos dos alimentos antes e depois de sua preparação, quanto ao cheiro, cor e sabor; Abrir apenas as embalagens para o consumo do dia; Guardar bem fechadas as que não forem utilizadas totalmente; Verificar o cardápio do dia; Providenciar com antecedência a merenda, segundo as técnicas de preparo para que esteja pronta no horário estabelecido e na temperatura adequada; Lavar os utensílios de distribuição antes e depois de usá-los; Quando necessário, colocar os gêneros alimentícios de molho na véspera de seu uso; Controlar o consumo de gás, material de limpeza, entre outros; Cuidar da conservação do fogão, bem como controle das panelas, pratos, canecas, tigela e todos os outros utensílios de cozinha;

A merendeira é responsável por:

Manter a mais rigorosa higiene nas dependências de armazenamento, cantina, preparo e distribuição da merenda;

Manter um bom relacionamento com o (a) diretor (a), professores, alunos e demais funcionários; tratar com delicadeza as crianças;

Apresentar-se sempre limpa, com touca e avental, com as unhas limpas e aparadas. Seja um exemplo! Não esquecendo principalmente da higiene das mãos. Toda vez que fizer uma atividade diferente ou fora da cozinha, lave as mãos antes de retornar e manipular os alimentos; Nunca mexer nos alimentos com feridas ou cortes; Tampe as panelas e nunca deixe os alimentos expostos a moscas e mosquitos; A cozinha deve estar limpa antes e após a preparação dos alimentos. Usar a criatividade, procurando tornar a merenda saborosa e nutritiva; Fazer exames de saúde regularmente; Manter-se sempre informada participando de capacitações em sua área profissional.

#### MOTORISTA:

Atividades de execução específicas, de natureza operacional, abrangendo a condução e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e cargas, e outras atividades correlatas das quais: Conduzir automóveis, e outros veículos de pequeno porte para transporte de passageiros; Conduzir ambulâncias e auxiliar nos trabalhos de embarque e desembarque de doentes e acompanhantes; Conduzir automóveis em trajetos determinados de acordo com as regras de trânsito e as instruções recebidas, para efetuar transporte de particulares, funcionários, autoridades e outros; Vistoriar os veículos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento; Zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer anomalia para garantir a segurança dos passageiros, cargas e transeuntes e outros veículos; Examinar as ordens de serviços, verificando o itinerário a ser seguido, os horários, o número de viagens e outras instruções, para programar suas tarefas; Providenciar os serviços de manutenção do veículo, comunicando as falhas e solicitando reparos, para assegurar seu perfeito estado, recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o a garagem, para permitir sua guarda, manutenção e abastecimento; Conduzir ônibus e outros veículos de grande porte, para transporte de cargas e passageiros; Dirigir ônibus municipal, conduzindo-o no itinerário previsto, segundo as regras de trânsito, para transporte de passageiros dentro de uma localidade ou de longa distância; Conduzir caminhão basculante, acionando os comandos de marchas e direção e o mecanismo basculante, para transportar materiais diversos como: terra, pedras, minerais e cascalho; Vistoriar os veículos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento; Zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer anomalia para garantir a segurança dos passageiros, cargas e transeuntes e outros veículos; Examinar as ordens de serviços, verificando o itinerário a ser seguido, os horários, o número de viagens e outras instruções, para programar suas tarefas; Providenciar os serviços de manutenção do veículo, comunicando as falhas e solicitando reparos, para assegurar seu perfeito estado, recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o a garagem, para permitir sua guarda, manutenção e abastecimento.

#### OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS:

Atividade qualificada de menor grau de complexidade, de natureza repetitiva, abrangendo operação e manutenção de máquinas e

equipamentos, e outras atividades correlatas, dentre as quais: Operar máquinas e implementos agrícolas leves tais como: retroescavadeira, trator de pneus, carreta agrícola, distribuidor de adubo e outros similares; Fazer a regulação dos maquinários, acoplar em implementos ao sistema mecanizado, abastecer os dispositivos do equipamento, operar as máquinas nas operações de aração, adubação, plantio, colheita e outras atividades agrícolas; Regular o peso e a bitola do trator, graduando os dispositivos de conexão para possibilitar a acoplagem dos implementos mecânicos, selecionar os implementos desejados, separando os diversos tipos de acordo com a textura do solo e a espécie de cultura, para acopla-los ao trator, engatar as peças ao sistema mecanizado acionando os dispositivos do equipamento, para proceder a lavra da terra, abastecer os dispositivos do trator com adubos, sementes e outras substâncias, dosando-as nas quantidades determinadas para distribuí-la no solo durante as operações de preparo e plantio; Manobras as máquinas e equipamentos pelas áreas de serviços, movimentando-as dentro das técnicas exigidas e observadas as irregularidades do terreno, para efetuar um serviço de qualidade ideal; Fazer a manutenção das máquinas e implementos, abastecendo-os, limpando e lubrificando seus componentes e executando outras operações necessárias ao seu funcionamento para conservá-los em condições de uso; Registrar as operações realizadas anotando diariamente os tipos e os períodos de trabalhos, os processos utilizados, podendo ainda efetuar pequenos reparos nos equipamentos e implementos.

#### ANEXO IV

##### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

##### REQUERIMENTO ISENÇÃO TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE

Para:  
Comissão Organizadora do CONCURSO PÚBLICO

Eu \_\_\_\_\_ portador(a) do documento de identidade sob nº \_\_\_\_\_, inscrição nº \_\_\_\_\_, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao CONCURSO PÚBLICO, Edital Nº 001/2017.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Estadual nº 10.567 datada de 07/11/1997. (Doador de Sangue)

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

Paraíso – SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

#### CANDIDATO(A)

Documentos anexos:

- 1: \_\_\_\_\_
- 2: \_\_\_\_\_
- 3: \_\_\_\_\_

#### ANEXO V

##### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

##### PORTARIA DESIGNA COMISSÃO MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO

##### PORTARIA Nº 617/2017

Dispõe sobre a designação de servidores para a Comissão Municipal de Acompanhamento do Concurso Público Nº 001/2017 e do Concurso para Emprego Público Nº 001/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/ SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais Sr. Raimundo Ovídio Maldaner, CPF nº 430.158.089-15, matrícula nº 567, Sr. Claudemir Stanga, CPF nº 053.841.139-28, matrícula nº 1426, Sra. Liziane Frantz, CPF nº 058.702.629-41, matrícula nº 1326 e a Sra. Denise Aparecida Bacin, CPF nº 015.990.059-05, matrícula nº 1082, para, sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal de Acompanhamento dos Concurso Público Nº 001/2017 e Concurso para Emprego Público Nº 001/2017, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo instaurado através dos respectivos Editais.

Art. 2º Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificarem quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 11 de outubro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 11 de outubro de 2017 - Servidor Responsável

ANEXO VI

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017  
DECRETO QUE REGULAMENTA A PROVA PRÁTICA

DECRETO Nº 1949/2017

REGULAMENTA AS PROVAS PRÁTICAS PARA A FUNÇÃO DE MOTORISTA – Categoria “D” E OPERADOR DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS – Categoria “C”.

Valdecir Antonio Casagrande, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI, do art. 64 da Lei Orgânica Municipal e demais disposições constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º. As provas práticas a que se refere o Edital do Concurso Público nº 01/2017, serão aplicadas para os cargos/funções de MOTORISTA – Categoria “D” e Operador de Maquinas e Equipamentos – Categoria “C”, a ser realizada no dia 16 de Dezembro de 2017, com início às 13:00 horas, tendo como local a Garagem da Prefeitura Municipal de Paraíso, sito à Rua João Batista Gheno, Centro, nesta cidade de Paraíso - SC, para demonstração de habilidades práticas com equipamentos e veículos, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes, a ordem de início do teste prático, obedecido ao disposto nos itens 5.5 e referendos do referido Edital, sendo a mesma realizada para: I – MOTORISTA Categoria “D” e OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS categoria “C”, o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução das máquinas ou veículos, sendo avaliado: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios); postura; sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem); manobras (estacionar, frente e marcha à ré, na estrada); câmbio; aceleração; uso do freio (freio motor); retrovisor; direção defensiva/ofensiva; e realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,70 ponto); Muito Bom (0,60) Bom (0,50 ponto); Satisfatório (0,40 ponto); Regular (0,30 ponto) e Péssimo (0,00 ponto), com os veículos e máquinas, conforme segue:

Motorista – CNH D:

Caminhão Basculante VW 26260 E, Placa MIZ 4874, ano 2011.

Operador de Máquinas e Equipamentos

Retroescavadeira Caterpillar 4x4, ano 2013.

Parágrafo único. Em caso de mau tempo que inviabilize a sua realização, as provas serão realizadas em outra data previamente marcada e comunicada aos candidatos através da imprensa rádio e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)

Art. 2º. Ficam convocados e designados os servidores públicos municipais, Hilberto Schanne, Diretor da Divisa de Transportes e Tráfego Rodoviário, Florindo Telles de Souza, Valmir Wichinieski, para fiscalizar, acompanhar e dar suporte aos administradores da aplicação das provas práticas, no dia, hora e local fixados.

Art. 3º. Somente os candidatos munidos de Carteira de Identidade, Ficha de Inscrição e Carteira Nacional de Habilitação terão acesso à prova prática.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paraíso, SC, 11 de Outubro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e

Publicado na data supra

Paraíso (SC), 11 de Outubro de 2017.

Servidor Responsável

ANEXO VII

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

RESOLUÇÃO Nº 001/2017 - COMISSÃO ORGANIZADORA CONCURSOS DA AMEOSC

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para acompanhamento de Concursos Públicos e Testes Seletivos realizados pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul - SC e Presidente da AMEOSC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os funcionários JUSSARA SALETE REGINATTO, JACSON SONAGLIO, UDINARA VANUSA ZANCHETTIN e ÉDINA G. TREMEA SPIRONELLO para comporem a Comissão Organizadora da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC nos Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade.

Art. 2º - Compete a Comissão Organizadora da AMEOSC a elaboração dos editais que regulamentarão os Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade, mediante a supervisão e aquiescência do ente público que solicitou o certame, elaboração e aplicação das provas objetivas e práticas coordenando, fiscalizando e acompanhando as mesmas, correção dos cartões respostas, pontuação e classificação dos candidatos, receber e analisar eventuais recursos interpostos e emitir relação dos candidatos aprovados para homologação da autoridade competente.

Art. 3º - A Comissão Organizadora da Ameosc poderá requisitar, tanto para a Ameosc quanto ao ente público que realiza o processo de seleção, recursos humanos, financeiros, equipamentos, materiais e instalações necessárias para a regular realização dos certames.

Art. 4º - São impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Parágrafo único: Verificando os membros da presente Comissão o deferimento de inscrição de candidato que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, deverá solicitar seu desligamento da Comissão.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2017.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal de Guarujá do Sul

Presidente da AMEOSC

# Passo de Torres

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 0015/2017

Publicação Nº 1405066

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PORTARIA Nº 0015 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

“DETERMINA PERÍODO DE FÉRIAS A SERVIDOR”

O cidadão Altemir Catel Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Conceder férias, a Servidora Celia Colares Luis, servente, com início no dia 23/10/2017 e término em 21/11/2017, referente ao período aquisitivo de 13/01/2016 à 12/01/2017.

As férias de que determina esta Portaria, poderá ser interrompida, se houver necessidade inadiável da presença do servidor ao serviço.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Altemir Catel Cardoso  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

André Cardoso  
1º Secretário

# Passos Maia

## PREFEITURA

### RECURSO AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE

Publicação Nº 1404972

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC  
RECURSO AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
Valor: R\$ 15.210,00  
Data:13/10/2017

Passos Maia, SC, 18de outubro de 2017.  
Leomar Roberto Listoni  
Prefeito Municipal

### RECURSO BOLSA FAMILIA

Publicação Nº 1404973

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC  
RECURSO BOLSA FAMILIA  
Valor: R\$ 1.430,00  
Data:10/10/2017

Passos Maia, SC, 18de outubro de 2017.  
Leomar Roberto Listoni  
Prefeito Municipal

### RECURSO INCENTIVO PONTUAIS PARA AÇÕES DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DE SAUDE

Publicação Nº 1404974

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC  
RECURSO INCENTIVO PONTUAIS PARA AÇÕES DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DE SAUDE  
Valor: R\$ 873,63  
Data:11/10/2017

Passos Maia, SC, 18de outubro de 2017.  
Leomar Roberto Listoni  
Prefeito Municipal

### RECURSO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Publicação Nº 1404977

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC  
RECURSO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
Valor: R\$ 10.554,79  
Data:13/10/2017

Passos Maia, SC, 18de outubro de 2017.  
Leomar Roberto Listoni  
Prefeito Municipal

### RECURSO NASF FEDERAL

Publicação Nº 1404980

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC  
RECURSO NASF FEDERAL  
Valor: R\$ 8.000,00  
Data:16/10/2017

Passos Maia, SC, 18de outubro de 2017.  
Leomar Roberto Listoni  
Prefeito Municipal

### RECURSO PSF PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA

Publicação Nº 1404981

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC  
RECURSO PSF PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA  
Valor: R\$ 17.825,00  
Data:17/10/2017

Passos Maia, SC, 18de outubro de 2017.  
Leomar Roberto Listoni  
Prefeito Municipal

### RECURSO QUOTA SALARIO EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1404983

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC  
RECURSO QUOTA SALARIO EDUCAÇÃO  
Valor: R\$ 22.949,49  
Data:16/10/2017

Passos Maia, SC, 18de outubro de 2017.  
Leomar Roberto Listoni  
Prefeito Municipal

### RECURSO SAUDE BUCAL

Publicação Nº 1404984

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC  
RECURSO SAUDE BUCAL  
Valor: R\$ 5.575,00  
Data:16/10/2017

Passos Maia, SC, 18de outubro de 2017.  
Leomar Roberto Listoni  
Prefeito Municipal

### RECURSO – PROGRAMA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - PMAQ

Publicação Nº 1404971

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC  
RECURSO – PROGRAMA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - PMAQ  
Valor: R\$ 10.200,00  
Data:17/10/2017

Passos Maia, SC, 18de outubro de 2017.  
Leomar Roberto Listoni  
Prefeito Municipal



# Penha

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1093/2017

Publicação Nº 1405415

PORTARIA N.º 1093 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a Sra. GISELI DOS SANTOS, do cargo de SERVENTE/MERENDEIRA da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 164/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 1094/2017

Publicação Nº 1405416

PORTARIA N.º 1094/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. LEANDRO BITTENCOURT BRASIL, com efeito a partir de 14/10/2017 a 15/01/2018, de acordo com o 3º Termo Aditivo nº 74/2017 ao Contrato nº 03/2016 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 1095/2017

Publicação Nº 1405418

PORTARIA N.º 1095/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. GUSTAVO CHEROBIN, com efeito a partir de 25/10/2017 a 15/01/2018, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 75/2017 ao Contrato nº 30/2016 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

### PORTARIA Nº 1096/2017

Publicação Nº 1405419

PORTARIA N.º 1096/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. RAPHAEL ALEXANDRE DE PAIVA BERTACCHINI, com efeito a partir de 14/10/2017 a 15/01/2018, de acordo com o 3º Termo Aditivo nº 76/2017 ao Contrato nº 07/2016 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

--	--



**PORTARIA Nº 1097/2017**

Publicação Nº 1405421

PORTARIA N.º 1097/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. CHRISTIAN DE MELLO FERREIRA, com efeito a partir de 24/10/2017 a 15/01/2018, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 77/2017 ao Contrato nº 29/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1098/2017**

Publicação Nº 1405424

PORTARIA N.º 1098/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. RICARDO NUNES BUENO, com efeito a partir de 24/10/2017 a 15/01/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 78/2017 ao Contrato nº 40/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1099/2017**

Publicação Nº 1405425

PORTARIA N.º 1099/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. CASSIA DA COSTA MONTEIRO, com efeito a partir de 17/10/2017 a 15/01/2018, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 79/2017 ao Contrato nº 10/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1100/2017**

Publicação Nº 1405426

PORTARIA N.º 1100/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. JEBSEN YANAGIHARA COELHO GALVÃO, com efeito a partir de 18/10/2017 a 15/01/2018, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 80/2017 ao Contrato nº 24/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1101/2017**

Publicação Nº 1405427

PORTARIA N.º 1101/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. NAYARA DOS SANTOS GOMES, com efeito a partir de 25/10/2017 a 15/01/2018, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 81/2017 ao Contrato nº 29/2016 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1102/2017**

Publicação Nº 1405430

PORTARIA N.º 1102/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. ESTEPHANIA ZAMBELLI DE FREITAS, com efeito a partir de 14/10/2017 a 15/01/2018, de acordo com o 3º Termo Aditivo nº 82/2017 ao Contrato nº 08/2016 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1103/2017**

Publicação Nº 1405432

PORTARIA N.º 1103/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. KAREN ADRIANA CAMPOS PATÓRIO, com efeito a partir de 25/10/2017 a 15/01/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 83/2017 ao Contrato nº 50/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1104/2017**

Publicação Nº 1405433

PORTARIA N.º 1104/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. THIAGO GUIMARÃES SILVA, com efeito a partir de 26/10/2017 a 15/01/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 84/2017 ao Contrato nº 51/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1105/2017**

Publicação Nº 1405436

PORTARIA N.º 1105/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. JORGE ROBERTO REBELLO, com efeito a partir de 14/10/2017 a 15/01/2018, de acordo com o 3º Termo Aditivo nº 85/2017 ao Contrato nº 04/2016 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1106/2017**

Publicação Nº 1405438

PORTARIA N.º 1106/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. ANA CAROLINA DE SOUZA KUHN, com efeito a partir de 14/10/2017 a 15/01/2018, de acordo com o 3º Termo Aditivo nº 86/2017 ao Contrato nº 01/2016 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1107/2017**

Publicação Nº 1405439

PORTARIA N.º 1107 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores VALDINEIA BORTOLATO GERMANO, EDUARDO LOURIVAL FRANCISCO e MAURILIO PEDRO LEITE para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE SINDICÂNCIA/PROCESSO ADMINISTRATIVO, para apuração dos fatos referentes ao ATENDIMENTO Nº 013/2017 realizado por meio da plataforma 1DOC, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1108/2017**

Publicação Nº 1405440

PORTARIA N.º 1108 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LEMOS para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE SINDICÂNCIA/PROCESSO ADMINISTRATIVO, para apuração dos fatos referentes ao Ofício 0839/2017/01PJ/BPI do MINISTÉRIO PÚBLICO, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1109/2017**

Publicação Nº 1405442

PORTARIA N.º 1109/2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 64, inciso VI c/c Art. 89, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR membros para compor a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, ORIENTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E APROVAÇÃO do objeto do Processo Licitatório nº003/2017-FMT e Pregão Presencial nº 003/2017-FMT, que tem a finalidade contratação de empresa para organização, divulgação e realização da 21ª Edição da Festa Nacional do Marisco, que acontecerá nos dias 07 a 10 de dezembro de 2017, sendo os servidores:

- Diego Luis Matiello
- Luiz Eduardo Bueno
- Elton Cantenor Teixeira
- Roseane Nascimento
- Arnaldo Dias
- Grazziele Moratelli Volpi

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1110/2017**

Publicação Nº 1405443

PORTARIA N.º 1110/2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 64, inciso VI c/c Art. 89, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria Nº 366/2017 onde ficava nomeado o CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE, sendo composto pelos seguintes membros:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

Titular: MICHELE GOLIN CASAGRANDE COLOSSI - CPF: 077.845.189-51

Suplente: DEISE IZONETE DE SOUZA - CPF 004.458.489-01

REPRESENTANTES DE DOSCENTES, DISCENTES OU TRABALHADORES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO:

Titular: FRANCIELI FORTES RIBEIRO - CPF: 002.225.750-00  
Suplente: LIA RAMOS DA SILVA - CPF: 540.411.635-00  
Titular: ROSÁLIA KIRSCHNER PINTO - CPF: 523.451.149-91 - VICE-PRESIDENTE  
Suplente: ADRIANA EDIT VERÍSSIMO - CPF: 871.029.279-91

REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS:

Titular: AIRES MANOEL DE NOVAES JUNIOR - CPF: 712.798.065-15 - PRESIDENTE

Suplente: MARIA APARECIDA MACIEL - CPF: 729.415.539-91

Titular: JAIRO IOLANDO VIEIRA - CPF: 914.629.599-20

Suplente: ELIZABETE DOS SANTOS VIEIRA - CPF: 029.972.939-79

REPRESENTANTES DE ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS:

Titular: AMARILDO VICENTE ZORRER - CPF: 485.382.139-20

Suplente: CLEBER MARCIEL NEUMANN - CPF: 040.233.849-92

Titular: EMÍDIA GRABOSKI - CPF: 452.317.709-06

Suplente: PEDRO JOÃO VIEIRA - CPF: 536.770.809-91

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05/10/2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1111/2017**

Publicação Nº 1405444

PORTARIA N.º 1111/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "c", da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 3140/2017, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores VALDINEIA BORTOLATO GERMANO, ARLETE FLORES e AUDENIR ANTONIO MARCOS, para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação com o objetivo de emitir relatório técnico para avaliação da parceria de forma contínua, observados os artigos 58 a 60 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 2º Os Membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação não serão remunerados a qualquer título, sendo suas funções consideradas de relevante interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da

Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## PORTARIA Nº 1112/2017

Publicação Nº 1405446

PORTARIA N.º 1112/2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 696/2017 (para apuração dos fatos devido ao Boletim de Ocorrência e ao relatório referente ao professor ACT JEFERSON ALMEIDA DOS SANTOS) composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e JOSE ROBERTO DARUGNA JUNIOR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

## RESOLUÇÃO Nº 001/2017 DE 15 DE SETEMBRO DE 2017 DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO E RENOVAÇÃO DE PROGRAMAS PARA ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPIS) NO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE PENHA / SC (CMI).

Publicação Nº 1405519

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI – PENHA/SC

=====

RESOLUÇÃO Nº 001/2017 DE 15 DE SETEMBRO DE 2017  
Dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição e renovação de programas para atendimento à pessoa idosa em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPis) no Conselho Municipal do Idoso de Penha / SC (CMI).

O CONSELHO MUNICIPAL DE PENHA - CMI – Penha/SC, em reunião ordinária no dia 15 de Setembro de 2017, foi aprovado em unanimidade a Instituição de Longa Permanência ÁGAPE, a qual está dentro dos critérios estabelecidos e nos conformes da Lei; O CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA – CEI/SC, em reunião Plenária realizada no dia 09 de dezembro de 2014, no uso das competências que lhe confere a Lei Estadual nº10.073,

de 30 de janeiro de 1996, que rege o Conselho Estadual do Idoso – CEI/SC, e ainda:

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e define, em seus artigos 3º e 4º, as entidades de modalidade asilares e não asilares de atendimento; CONSIDERANDO a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso –que prevê, no art. 48, parágrafo único, a obrigatoriedade das entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa inscreverem seus programas nos Conselhos Municipais do Idoso e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual do Idoso;

CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 283, de 26 de setembro de 2005, que Aprova o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para ILPis de caráter residencial;

CONSIDERANDO a Resolução de nº 012, de 11 de abril de 2008, do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, CNDI, que estabelece parâmetros e diretrizes para a regulamentação do Art. 35 da Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços das entidades com a pessoa idosa abrigada;

CONSIDERANDO a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências; CONSIDERANDO o Conselho Municipal da Pessoa Idosa (CMI) de Penha, através do Conselho Estadual da Pessoa Idosa de Santa Catarina, seguindo os critérios já estabelecidos;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer que, as Instituições de Longa Permanência da Pessoa Idosa do Município (ILPis), se inscreva junto ao Conselho Municipal seguindo as normatizações a seguir conforme a Resolução 002/2014 CEI/SC.

§ 1º A validade da certificação será de 03 (três) anos.

Art. 2º As ILPis são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observados os seguintes requisitos:

- I – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- II – apresentar objetivos institucionais e plano de trabalho compatíveis com os princípios da legislação vigente;
- III - estar regularmente constituída;
- IV – demonstrar a idoneidade de seus dirigentes.

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS

### 1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1 – Denominação da ILPI (Incluindo Razão Social e Nome Fantasia, se for o caso):

1.2 – Endereço Completo (incluindo telefones, endereço eletrônico e site, se for o caso)

1.3 - Registros:

1.3.1 Entidade SEM fins lucrativos-anexar:

- CNPJ;
- Data de fundação e data de início das atividades.
- Estatuto registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos;
- Ata de eleição da última Diretoria registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos;
- Declaração de vínculo com a Mantenedora, quando for caso;
- Certificação como Entidade de Assistência Social, nos termos da Lei 12.101/2009, se for o caso, ou Declaração de que não é certificada como Entidade



de Assistência Social.

## DADOS GERENCIAIS

### 2.1 DIRIGENTE

2.1.1 Nome do Dirigente da Entidade/Instituição

2.1.2 Formação

2.1.3 Cargo

2.1.4 RG e CPF (Anexar cópia legível do documento)

2.1.5 Endereço completo (inclusive telefones e e-mail)

### 2.2 RESPONSÁVEL TÉCNICO

2.2.1 Nome do Responsável Técnico da Entidade/Instituição

2.2.2 Formação

2.2.3 Conselho profissional – número e validade do registro

2.2.4 RG e CPF (Anexar cópia legível do documento)

2.2.5 Endereço completo (inclusive telefones e email)

### NATUREZA JURÍDICA DA INSTITUIÇÃO

3.1 Instituição Pública (se for o caso)

3.1.1 Informar Lei ou Decreto de criação, vinculação administrativa e outros documentos pertinentes.

Conselho Municipal e/ou Estadual de Assistência Social.

3.2.3 Informar se tem Certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social (Lei 12.101/2009)

3.2.4 Informar o valor das mensalidades cobradas dos residentes (valor máximo e mínimo se for o caso).

3.2.5 Informar se possui convênios ou parcerias, com órgãos públicos ou privados, indicando modalidade, finalidade e valor, quando for o caso.

### CAPACIDADE INSTALADA

4.1 – ( ) Prédio próprio ( ) Prédio alugado ( ) Prédio cedido sem ônus

4.2 Número máximo de vagas: ( ) Homens ( ) Mulheres

4.3 Número de vagas conforme nível de dependência do Idoso

4.3.1 Independentes ( ) Homens ( ) Mulheres ( ) Total

4.3.2 Dependência I ( ) Homens ( ) Mulheres ( ) Total

4.3.3 Dependência II ( ) Homens ( ) Mulheres ( ) Total

4.3.4 Dependência III ( ) Homens ( ) Mulheres ( ) Total

4.4 Área construída: ..... m<sup>2</sup>

4.5 Área territorial: ..... m

### NÚMERO DE RESIDENTES (na data do preenchimento)

5.1 Independentes ( ) Homens ( ) Mulheres ( ) Total

5.1 Dependência I ( ) Homens ( ) Mulheres ( ) Total

5.2 Dependência II ( ) Homens ( ) Mulheres ( ) Total

5.3 Dependência III ( ) Homens ( ) Mulheres ( ) Total

### 6. LISTA DE ESPERA

6.1 Tem lista de espera?

6.1.1 ( ) Não

( ) Não faz lista de espera

( ) Não há demanda para lista de espera porque tem vagas

( ) Outro motivo 6.1.2 ( ) SIM IDADE\* Grau de dependência\* -70 anos 70 a -80 anos 80 ou + anos Indep. I II III

Nº de idosos: Feminino Masculino Total \* Se disponível

### RELATÓRIO DE ATIVIDADE Se PLANO DE AÇÃO

O Relatório de Atividades do ano anterior (pode ser ano-calendário ou 12 meses anteriores) deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

Objetivos (Indicar quais objetivos institucionais foram atingidos e em que nível.)

Capacidade instalada e melhorias (Apresentar a capacidade máxima de atendimento, consideradas as condições para o atendimento com qualidade; informar se houve melhorias na estrutura física, se houve aquisição de móveis e equipamentos, etc.)

Usuários e ocupação (Descrever por número, gênero e grau de dependência os residentes, se houve abandono ou mortes, acidentes graves ou outras questões de saúde na ILPI.)

Área de Abrangência e Critérios de Ingresso (Indicar a procedência geográfica dos usuários da ILPI, e os critérios de ingresso.)

Atividades (Apresentar relatório das atividades anuais – de rotina – e especiais – indicando datas e locais dessas atividades. Indicar se todos os residentes participaram, se houve parcerias, etc.)

Orçamento/ Financeiro (Relacionar a origem dos recursos para financiamento da ILPI, tanto para recursos materiais como recursos humanos, informando déficit ou superávit.)

Articulação com rede social pública e privada (indicar a conexão e parcerias com outros serviços, programas, projetos e organizações dos poderes Executivo (p.ex. CRAS, CREAS, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, etc.), Judiciário e Ministério Público e organizações da sociedade civil.)

Protagonismo do Idoso (Demonstrar a forma de participação dos idosos residentes no planejamento, execução e avaliação das atividades da ILPI.) O Plano de Ação para os três anos vindouros

O Plano de Ação para os três anos vindouros (pode ser anos-calendário ou 36 meses vindouros) deverá conter, no mínimo, os seguintes itens: 1. Objetivos (Indicar os objetivos institucionais e como serão atendidos, destacando, se for o caso, as prioridades para cada ano.)

2. Capacidade instalada e melhorias (Apresentar a capacidade máxima anual de atendimento, consideradas as condições para o atendimento com qualidade; informar se há planejamento de melhorias/acréscimos na estrutura física (descrever), se haverá aquisição de móveis e equipamentos, etc.)

3. Usuários (Descrever por número, gênero e grau de dependência os residentes previstos para os próximos três anos; informar se há lista de espera, indicando número, gênero e grau de dependência dos inscritos.)

4. Área de Abrangência e Critérios de Ingresso (Indicar a procedência geográfica dos usuários da ILPI e os critérios de ingresso.)

5. Atividades (Apresentar projeção das atividades anuais – de rotina – e especiais – indicando possíveis datas e locais dessas atividades. Indicar se há atividades especiais planejadas para todos os idosos residentes, se essas atividades envolvem parcerias com entidades da sociedade civil, órgãos governamentais ou comunidade em geral.)

6. Orçamento/Financeiro (Relacionar a origem dos recursos para financiamento da ILPI, tanto para recursos materiais como recursos humanos, informando o quantitativo mínimo esperado por ano.)

7. Articulação com rede social pública e privada (Indicar a conexão do programa com outros serviços, programas, projetos e organizações dos poderes executivos (p.ex. CRAS, CREAS, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, etc.), Judiciário, Ministério Público e entidades da sociedade civil.)

8. Protagonismo do Idoso (Demonstrar a forma de participação dos idosos residentes no planejamento, execução e avaliação das atividades da ILPI.)

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA INSTITUIÇÃO PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS

Firmam, o presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços, de um lado a Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI – doravante CONTRATADA (nome da empresa, natureza jurídica – sem fins lucrativos, (dizer se é certificada ou não como Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos da Lei 12.101/2009), endereço, CNPJ), neste ato representada por (Nome responsável, nº documento de identidade, nº CPF, nacionalidade, estado civil e profissão) e, de outro lado, o CONTRATANTE (nome, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, nº carteira de identidade, nº do CPF, profissão, endereço completo), representante 2 do idoso acolhido, doravante denominado RESIDENTE 3 (nome, nº identidade, nº do CPF).

Este instrumento não se regerá pelas leis do inquilinato vigentes ou futuras, mas, sim, pelas Cláusulas abaixo, regidas pela legislação que lhe for aplicável, especialmente o Código Civil Brasileiro, o Estatuto do Idoso e, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor, instituídos pelas Leis 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e, nº 10.741, de 1ª de outubro de 2003, e Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, respectivamente, às quais as partes integrantes se obrigam a respeitar, por si e por seus sucessores. Assim, as partes acima qualificadas, de comum acordo, firmam o presente contrato

nos termos que seguem:

I – DO OBJETOCláusula Primeira – É objeto do presente contrato a prestação do serviço de cuidados especiais na modalidade residencial na ILPI(nome) destinada a pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, de ambos os sexos (ou especificar se de apenas um sexo) independentes (especificar se aceita com grau de dependência I, II e/ou III, conforme RDC 283/2005 da ANVISA), oferecendo atendimento de:

## II – DOS DEVERES DA CONTRATADA

### Cláusula Segunda – São deveres da CONTRATADA

I - Manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades do RESIDENTE, bem como provê-lo com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob pena da lei, conforme estabelecido no §3o do art.37 e inciso I do parágrafo único do art.48 da Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do idoso.

II - Oferecer atendimento de moradia digna ao RESIDENTE adotando os princípios estabelecidos no art.49 da Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso.

III - Primar pelo pleno cumprimento de obrigações, segundo o que estabelece o art.50 da Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, observando os direitos e as garantias expressos em lei de que são titulares os idosos, em especial: 5

- a) Fornecer vestuário adequado (isso quando o RESIDENTE necessitar);
  - b) fornecer alimentação suficiente (seis refeições ao dia), conforme cardápio preparado por nutricionista;
  - c) fornecer alimentação de acordo com a dieta especial do RESIDENTE, que deverá ser revista sempre que sua condição de saúde for alterada;
  - d) diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares, oportunizando visitas e demandando a presença de familiares quando estes não o fizerem por conta própria;
  - e) comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, caso haja situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;
  - f) oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas;
  - g) proporcionar cuidados de enfermagem continuada e supervisão na administração de medicamentos, conforme a necessidade do RESIDENTE;
  - h) promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer, incentivando a participação do RESIDENTE;
  - i) propiciar assistência religiosa ao RESIDENTE de acordo com sua crença;
  - j) fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receber do RESIDENTE/CONTRATANTE;
  - k) manter arquivo de anotações com o nome do RESIDENTE, e do CONTRATANTE onde constem nomes de outros parentes, endereços completos para contato, inclusive telefones e e-mails, data e circunstâncias de eventos especiais com o RESIDENTE, sua evolução e relacionamento na ILPI, relação de seus pertences, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;
  - l) manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica para o bom atendimento do RESIDENTE;
  - m) garantir ao RESIDENTE convivência comunitária;
  - n) oferecer atendimento psicossocial ao RESIDENTE e à sua família, se for o caso;
  - o) promover articulação com a rede de serviços existentes(CREAS, CRAS, etc.) para atendimento à família do RESIDENTE bem como para garantir seu acesso a serviços especializados (quando for o caso);
  - p) oferecer atendimento médico conforme contratadoe devidamente descrito nos parágrafos abaixo:
- §3º – Qualquer informação de foro clínico relacionada com o RESIDENTE será prestada ao CONTRATANTE por pessoa capacitada e designada para tal fim pela administração da ILPI ou pelo próprio médico que o atender; caso seja o médico da CONTRATADA, a

entrevista ocorrerá em dia de consulta e com hora previamente agendada.

§4º – Em caso de falta de medicamentos, e impossibilitada sua obtenção junto ao SUS ou junto à família do RESIDENTE, a CONTRATADA fica responsável pela compra dos mesmos, sendo o custo devido integrado na mensalidade seguinte.

§5º – A CONTRATADA não será responsabilizada por eventuais acidentes do RESIDENTE, exceto na hipótese de comprovada negligência, imprudência ou imperícia.

§6º - Em caso de agravamento do grau de dependência do RESIDENTE e não podendo o CONTRATANTE ou outros familiares auxiliar no custeio de profissionais extraordinários, a ILPI buscará junto ao SUS o apoio necessário e, quando for o caso, poderá remover o RESIDENTE para outras alas da Instituição, para facilitar a otimização de cuidadores.

## III – DA ADMISSÃO

Cláusula Terceira–A CONTRATADA declara que, no ato da admissão, recebeu as documentações de identificação do RESIDENTE (especificar: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, cartão do SUS/plano de saúde), assim como cópia da carteira de identidade, CPF, endereços postais, eletrônicos e contatos telefônicos do seu responsável pela institucionalização (CONTRATANTE) (Especificar).

§1º - A admissão foi precedida de visita domiciliar pela equipe técnica da ILPI (ou não - especificar).

§2º – A partir da data de admissão, fica o RESIDENTE sob avaliação por um período de adaptação de noventa dias (90 dias).

§3º – Não sendo aprovada sua permanência pela equipe técnica da CONTRATADA, o RESIDENTE será desligado.

§4º – No ato de admissão, o representante legal da família (CONTRATANTE) assinou declaração (formulário fornecido pela CONTRATADA com anexação de documentos médicos quando for o caso) sobre o estado de saúde do RESIDENTE e, inclusive, se já esteve internado em alguma outra instituição, esclarecendo onde, por quanto tempo, por quantas vezes e sob que diagnóstico, a qual passa a integrar o prontuário do RESIDENTE.

Cláusula Quarta–A CONTRATADA garantirá condições de segurança e confiabilidade para que o RESIDENTE mantenha seus pertences pessoais e será responsável pela reparação civil (art. 932 Inciso IV do Código Civil Brasileiro) em caso de dano.

§1º – Os pertences particulares trazidos pelo RESIDENTE foram declarados no ato de sua admissão, passando a respectiva declaração a integrar o presente contrato.

## IV – DAS NORMAS E REGIMENTO INTERNO

Cláusula Quinta–O RESIDENTE declara, por si e por intermédio de seu responsável pela institucionalização (CONTRATANTE), conhecer e estar de acordo com as Normas e Regimento Interno da CONTRATADA, as quais passam a fazer parte integrante do presente contrato, obrigando-se a respeitá-las integralmente. Parágrafo Único- Cópia do Regimento Interno foi fornecida ao CONTRATANTEe aoRESIDENTE, eestará à disposição dos órgãos de fiscalização.

## V –DAS RESPONSABILIDADES DOS FAMILIARES

Cláusula Sexta - Os familiares e o responsável pela institucionalização(CONTRATANTE, mesmo que seja Serviço Social do Município, entidade assistencial, etc.) têm obrigação de visitar o RESIDENTE, fazer contatos por cartas, telefone, internet, podendo, quando as condições geográficas e de saúde do RESIDENTE o permitirem, levá-lo para passeios de fins de semana, festas de família, viagens de férias, etc. Cláusula Sétima – Nas internações hospitalares, os responsáveis pelo RESIDENTE (o CONTRATANTE e/ou outra pessoa por ele indicada) deverão acompanhá-lo durante todo o período que se fizer necessário.

§1º – Em caso de óbito do RESIDENTE, fica o setor de Serviço Social da CONTRATADA responsável por fornecer as orientações aos familiares.

§2º – As providências decorrentes de óbito serão tomadas por



familiares.

§3º – O familiar deverá apresentar a certidão do óbito do RESIDENTE à instituição até cinco dias do ocorrido para que sejam tomadas as providências que lhe couberem.

§4º – Fica na responsabilidade do CONTRATANTE notificar o óbito do RESIDENTE aos órgãos competentes, em especial ao INSS ou outro órgão pagador de aposentadorias e/ou pensões.

#### VI – DA FORMA DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA

Cláusula Oitava – Haverá contribuição mensal por RESIDENTE para o custeio da instituição, no valor de: .....10, pela qual se responsabilizam o CONTRATANTE e o RESIDENTE 11, 12 Parágrafo Único. A primeira contribuição do residente à ILPI será efetuada após 30 dias de sua admissão.

#### VII – DO PRAZO

Cláusula Nona – O presente Contrato de Prestação de Serviço terá prazo indeterminado de vigência, podendo ser rescindido conforme estabelece o capítulo da rescisão. Parágrafo Único – O reajuste da contribuição ocorrerá quando reajustados os benefícios do RESIDENTE (ou, se paga pela família ou outro responsável, completados 12 meses do contrato).

13 VIII – DA RESCISÃO Cláusula Décima– Poderá o presente instrumento ser rescindido pela CONTRATADA, desde que motivada.

§1º – A rescisão motivada pela CONTRATADA deve ser avisada previamente, por escrito, ao responsável pelo acolhimento (CONTRATANTE) se houver necessidade de novo domicílio coletivo para o RESIDENTE, no prazo mínimo de (30) trinta dias.

§2º – A rescisão do contrato pela CONTRATADA será motivada na hipótese de o RESIDENTE colocar em risco a integridade física de outros RESIDENTES e funcionários da instituição ou também pelo não-cumprimento das normas e regimento interno da ILPI.

§3º – A rescisão do contrato pela CONTRATADA será também motivada na hipótese de ocorrência de algum problema grave de saúde do RESIDENTE que retire da CONTRATADA as condições necessárias de infraestrutura adequada à necessidade da pessoa idosa no que se refere ao atendimento personalizado de saúde.

§4º O RESIDENTE em sua plena faculdade mental poderá a qualquer momento solicitar o seu desligamento da instituição, sendo efetivada a rescisão do contrato após contato e autorização do CONTRATANTE.

§5º Nenhum dos casos de rescisão previstos neste instrumento poderá gerar direito e/ou obrigação de pagamento de qualquer indenização por parte da CONTRATADA ao CONTRATANTE, ao RESIDENTE e/ou a seus familiares.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Décima Primeira– Fica pactuado entre as partes a ausência de qualquer tipo de relação de subordinação.

§1º – Qualquer modificação que afete os termos, condições ou especificações do presente Contrato de Prestação de Serviço, deverá ser objeto de alteração por escrito entre CONTRATADA e CONTRATANTE e conhecimento do RESIDENTE.

§2º – Salvo com a expressa autorização do CONTRATANTE, não pode a CONTRATADA transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer a rescisão imediata.

§3º – O RESIDENTE em pleno gozo de suas faculdades mentais e/ou o CONTRATANTE poderão permitir, desde que por escrito, o uso de imagem, sem qualquer ônus, em favor da ILPI, através de fotografias, folders, vídeos institucionais, página de internet, panfletos e/ou quaisquer outros meios de propaganda que venham a ser veiculadas em qualquer tipo de mídia, em todo o território nacional e que tenham como único objetivo a divulgação da ILPI.

§4º – Não poderá ser imputada à CONTRATADA, qualquer responsabilidade relacionada com acidentes a que o RESIDENTE venha a sofrer fora das suas instalações, quando acompanhado ou

autorizado pelo CONTRATANTE.

§5º – É permitida ao RESIDENTE a utilização de objetos próprios, tais como rádio, televisor, telefone, computador ou outros quando não prejudicarem seu tratamento e não caracterizarem risco a sua segurança e/ou aos demais RESIDENTES.

§6º – Os acidentes ocorridos nas dependências da CONTRATADA, que não caracterizem ausência de medidas preventivas (corrimão, piso antiderrapante, tapetes e outros) não serão de responsabilidade da mesma.

§7º–(Definir como fica a autorização para sair da Instituição a passeio14.)

Cláusula Décima Segunda – O CONTRATANTE está obrigado a informar à CONTRATADA condição sabida de doença ou lesão preexistente, previamente à assinatura deste contrato, sob pena de imputação de falsidade ideológica, sujeito à suspensão ou denúncia deste contrato e eventual responsabilização criminal.

Cláusula Décima Terceira – O CONTRATANTE reconhece expressamente que seu vínculo contratual é apenas com a CONTRATADA, mesmo nos casos em que os cuidados com a Definir no contrato se há ou não autorização para o RESIDENTE sair da Instituição, para passeios, com ou sem pernoites, sem acompanhamento ou acompanhado de amigos ou familiares diversos. CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA – CEI/SC saúde venham a se dar por intermédio de outros estabelecimentos, o que manifesta sua incondicional concordância para todos os fins de direito.

Cláusula Décima Quarta – Rescindido o contrato, obriga-se a CONTRATADA a entregar ao CONTRATANTE todos os pertences do RESIDENTE, bem como cópia de prontuário médico e demais atendimentos realizados.

Cláusula Décima Quinta– Qualquer tolerância em relação ao estabelecido nas cláusulas deste contrato não implica perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado.

Cláusula Décima Sexta– Os casos omissos e eventuais dúvidas deverão ser resolvidos entre as partes por intermédio de termo aditivo ao presente contrato, quando couber.

Cláusula Décima Sétima– Fica eleito o Foro local para dirimir qualquer dúvida oriunda deste instrumento.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas.

(Local data e ano). (Nome e assinatura do CONTRATANTE)

Nome e assinatura do RESIDENTE (quando possível)

(Nome e assinatura do responsável pela CONTRATADA)

Testemunhas: (Nome endereço e CPF de duas testemunhas)

Art. 3º esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha 15 de Setembro de 2017.

Julieta de Sá Ribas

Presidente

Conselho Municipal do Idoso - CMI

# Petrolândia

## PREFEITURA

### **TERMO DE COLABORAÇÃO 02 2017 - FUNDAÇÃO LAR DA TERCEIRA IDADE PADRE ANTÔNIO DIAS**

Publicação Nº 1405007

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 003/2017.

Extrato do TERMO DE COLABORAÇÃO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Petrolândia e a FUNDAÇÃO LAR DA TERCEIRA IDADE PADRE ANTÔNIO DIAS, da cidade de Camboriú/SC, portadora do CNPJ 00.133.818/0001-82, tendo como objeto a cooperação na manutenção de vagas para idosos oriundos do Município de Petrolândia/SC na prestação de Serviço Social Especial de Alta Complexidade na modalidade de Acolhimento Institucional em Instituição de Longa Permanência para Idosos. Valor máximo por interno de um salário mínimo nacional. Validade 12 meses. Data: 11/10/2017. Petrolândia/SC, em 19 de outubro de 2017. Joel Longen – Prefeito Municipal.

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 335/2017

Publicação Nº 1405061

#### CONTRATO Nº 335/2017

Termo de Contrato de CONSERTO VEÍCULO TOYOTA - HILUX celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECANICA RUBINI, autorizado através do Processo n. 279/2017, Licitação n. 179DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

#### CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

#### CONTRATADA:

Empresa: MECANICA RUBINI

CNPJ-MF nº 10.647.867/0001-97

Endereço: RUA PAULO OGLIARI, 160, DOIS PINHEIROS – VIDEIRA/SC.

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 179DL2017, datado de 20/09/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

##### 1. O termo de contrato tem por objeto CONSERTO VEÍCULO TOYOTA - HILUX

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	35577 - JOGO DE PASTILHAS DE FREIO	PÇ	1	198,30	198,30
2	35578 - LITROS DE OLEO DE MOTOR	L	6,9	27,00	186,30
3	31650 - FILTRO DE ÓLEO	PÇ	1	37,80	37,80
4	29992 - FILTRO DE AR	PÇ	1	98,50	98,50
5	29993 - FILTRO DE COMBUSTIVEL	PÇ	1	48,90	48,90
6	35579 - OLEO DIFERENCIAL DT	L	1,5	30,00	45,00
7	35580 - OLEO DIFERENCIAL TRAZ	L	2,5	30,00	75,00
8	36108 - OLEO CAIXA TRANSFERENCIA	L	1,6	32,00	51,20
9	35581 - OLEO DE CAMBIO AUTOMATICO	L	4	65,00	260,00
10	35582 - FILTRO DE OLEO CAMBIO AUTOMATICO	PÇ	1	249,90	249,90
11	29647 - COLA SILICONE [23047]	un	1	26,00	26,00
12	3730 - 71004748 ANEL VEDACAO [3736]	un	2	4,00	8,00
13	23310 - jogo de lonas de freio [40977]	PÇ	1	242,60	242,60
14	13064 - tambor de freio [13073]	un	2	162,00	324,00
15	34720 - FLUIDO DE FREIO	PÇ	1	30,00	30,00
16	23029 - correia do alternador [40696]	PÇ	1	69,70	69,70
17	35611 - ROL. GUIA CORREIA ALTERNADOR	PÇ	1	184,70	184,70
18	30823 - CRUZETA CARDAM	un	1	98,40	98,40
19	29871 - TERMINAL DE BATERIA	PÇ	1	12,50	12,50
20	35612 - VIDRO DE PORTA TRASEIRA	PÇ	1	269,00	269,00
21	35613 - MAQUINA DE VIDRO PORTA TRASEIRA	PÇ	1	277,80	277,80
22	35614 - PARACHOQUE TRASEIRO CROMADO	PÇ	1	773,20	773,20
23	29976 - LANTERNA TRASEIRA	un	1	218,40	218,40
24	35615 - LAMPADA 2 POLOS	PÇ	2	2,50	5,00
25	35583 - POLIR LATARIA	un	1	400,00	400,00
26	34838 - MÃO DE OBRA MECANICA	un	1	280,00	280,00
27	36109 - TUBO DE FLUIDO DE FREIO DOT 4	un	1	25,00	25,00
28	23223 - palhetas de limpador de para brisa [40890]	PÇ	1	65,00	65,00
29	36110 - ADITIVO COMBUSTÍVEL	un	1	15,00	15,00
30	36111 - ADITIVO PARA BRISAS	L	1	8,50	8,50

31	36112 - PINÇA DE FREIO ESQUERDA	un	1	1.493,20	1.493,20
32	36113 - PINÇA DE FREIO DIREITA	un	1	1.456,00	1.456,00
33	25228 - cano de freio dianteiro [2002061]	PÇ	1	65,20	65,20

TOTAL CONTRATADO: R\$ 7.598,10 (sete mil e quinhentos e noventa e oito reais e dez centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
26 - Transporte  
782 - Transporte Rodoviário  
23 - Estradas Vicinais  
42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
150 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;  
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;  
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;  
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;  
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 179DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 20 de setembro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

MECANICA RUBINI

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**PORTARIA 385**

Publicação Nº 1404851

PORTARIA Nº 385, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017  
NOMEIA MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº. 1.222 de 05 outubro de 2006,

**RESOLVE**

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros e respectivos suplentes para compor a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI:

I – REPRESENTANTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO E RO-  
DOVIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO- PPTRAN  
TITULAR – Silvana Mugnol  
SUPLENTE – Hadriel Dalmolin

II – REPRESENTANTE DA SOCIEDADE, COM LIGAÇÃO NA ÁREA  
DE TRÂNSITO  
TITULAR – Marcelo Bruno Filipin  
SUPLENTE – Agostinho Panceri

III – REPRESENTANTE COM CONHECIMENTO NA ÁREA DE TRÂN-  
SITO  
TITULAR – Dhoney Antônio Vian  
SUPLENTE – Cesar Luiz Finger

Art. 2º. A presidência da JARI será exercida pelo Sr. Dhoney Antô-  
nio Vian e a Secretaria será exercida pela Sra Silvana Mugnol

Art. 3º O mandato dos membros da JARI será pelo prazo de 01  
(um) ano, permitida a recondução.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogada a portaria 112, de 08 de fevereiro de 2017.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 17 DE OUTU-  
BRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 388 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405036

PORTARIA Nº 388 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.  
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 078/2017 E ADJUDICA O OBJETO À  
EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado  
de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em  
vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da  
Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 078/2017, modalidade PREGÃO  
PRESENCIAL, visando Aquisição de Merenda Escolar e adjudica o  
objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. MERCEARIA TIA LORENA LTDA, inscrita no CNPJ /MF sob  
nº. 85.220.564/0001-92, os Lotes nº: 01 (R\$ 8.659,05), 02 (R\$  
1.119,00), e 03 (R\$ 7.023,85).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 18 DE OUTU-  
BRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 063/2017**

Publicação Nº 1405038

TERMO ADITIVO 063/2017  
CONTRATO 058/2017

Termo Aditivo de Contrato de Mão de Obra Mecânica celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e  
a empresa POPP MECÂNICA E AUTO PECAS LTDA, autorizado através do Processo n. 040/2017, Licitação n. 018PR2017, modalidade Pregão.

**CONTRATANTE:**

Município de Pinheiro Preto  
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto -SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: POPP MECÂNICA E AUTO PECAS LTDA  
CNPJ-MF nº 07.434.575/0001-61  
Endereço: ROD. SC 303 S/N - KM 3, 0

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 018PR2017, datado de 16/01/2017, na forma e condições estabe-  
lecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**

1. O termo de contrato tem por objeto Mão de Obra Mecânica



Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	MÃO DE OBRA MECÂNICA ONIBUS	hr	59,57	54,89	3.269,54

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
12 - Educação  
361 - Ensino Fundamental  
12 - Desenvolvimento Educacional  
32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
116 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
101 - Recursos de Imposto e Transferencias de Impostos Educacao

3.3 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º), bem como o item 16.10 do edital convocatório da licitação e cláusula VII, item 7.1, do contrato ora aditado.

O aditivo está sendo realizado sob regime de urgência.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 10 de outubro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

POPP MECÂNICA E AUTO PECAS LTDA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**TERMO ADITIVO 064/2017**

Publicação Nº 1405040

TERMO ADITIVO 064/2017

CONTRATO ADITADO N.º 057/2017

Termo aditivo ao Contrato de "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÃO DE OBRA MECÂNICA NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL" celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA, autorizado através Processo n. 040/2017, Licitação nº 018/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, regime de execução integral, fornecimento parcelado, preço unitário.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: ALDIR BADO

CNPJ-MF n.º.13.358.085/0001-26

Endereço: Rua Reinaldo Bressan – Vila Bressan. P.Preto/SC

Representada por: Aldir Bado



**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO**

Prestação de serviços de mão de obra mecânica em veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO**

2.1 Fica aditado o contrato na seguinte forma:

Item	Qnt.	Und.	Produto	Valor/hora/ unit
06	70	Hora	MÃO DE OBRA CONserto de Maquinas Agrícolas, que compreende ensiladeira, distribuidor orgânico, plantadeira, grade aradora e outros.	58,00
05	32	Hora	MÃO DE OBRA DE SOLDA ELÉTRICA (ELETRODO).	50,00

**CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 057/2017 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:20 - Agricultura  
Subfunção:606 - Extensão Rural  
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural  
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA  
Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

3.3 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º), bem como o item 16.10 do edital convocatório da licitação e cláusula VII, item 7.1, do contrato ora aditado.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 10 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
Aldir Bado

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

# Piratuba

## PREFEITURA

### ADENDO 001 A TOMADA DE PREÇO Nº 0010/2017

Publicação Nº 1405098

MUNICÍPIO DE PIRATUBA – SC

ADENDO 001 A TOMADA DE PREÇO Nº 0010/2017

O Município de Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra referente a 1º etapa do Centro de Eventos do Parque de Exposição sofreu alterações na planilha orçamentária nas unidades de medidas, ficando inalterado o Edital.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Demais informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras do Município de Piratuba, situado à Rua Governador Jorge Lacerda, nº 272, Centro, em horário comercial, ou pelo telefone (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 18 de outubro de 2017.

Carlos Alberto Maltauro  
Supervisor de Compras

### ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - FMS

Publicação Nº 1405564

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - FMS

O Município de Piratuba, SC, através do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para realização de Processo Seletivo, sofreu alteração no Edital, e alterando a data de recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e documentações de habilitação para o dia 31 de outubro de 2017, às 08h15, sendo a abertura da licitação neste mesmo dia às 08h30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 18 de outubro de 2017.

Vanderlei Weber  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### PORTARIA N. 461/2017

Publicação Nº 1404941

PORTARIA Nº461/2017

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores

Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017.

CONTRATA

JOSIANE SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Boa Vista, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº4.555.791 e CPF sob o nº 039.593.129-03, para exercer em caráter temporário do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, constante no Anexo I, Grupo D, da lei complementar nº 67/2015, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 10-INI do Anexo III da mesma lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 31 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 06 de outubro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 06 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA N. 462/2017

Publicação Nº 1404942

PORTARIA Nº462/2017, de 16 de outubro de 2017

CONVOCA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM FÉRIAS REGULARES PARA RETORNO AS ATIVIDADES

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, e considerando.

CONVOCA

ALCIANE BORGES DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua das Flores nº894, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 3.928.784 e CPF sob o nº 037.486.929.43, em férias regulares no período de 02 de outubro à 31 de outubro de 2017, conforme portaria nº 451/2017, para o retorno das atividades funcionais no período de 16 à 20 de outubro de 2017, pelo motivo de fechamento do registro do ponto dos servidores e geração da folha de pagamento. O gozo será concedido no período de 06, 07, 08, 09 e 12 de março de 2018.

Ficam cessados os efeitos da Portaria nº 455/2017, de 02 de outubro de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 16 de outubro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93  
Em 16 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA N. 463/2017**

Publicação Nº 1404943

PORTARIA Nº 463/2017, de 10 de abril de 2.017  
Redistribui servidora efetiva para atuar junto a Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Econômico.

O Prefeito Municipal de Piratuba – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I, combinado com o § 1º do artigo 58 da lei complementar nº 65/2015 que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Piratuba, das fundações municipais e dá outras providências,  
REDISTRIBUI

ADRIANE RITTER BRINCKMAM, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua São Joaquim, nº06, nesta Cidade e Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº6.688.924 e CPF sob o nº 955.635.209-00, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais Internos, para a Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Econômico.

A jornada de trabalho é a estabelecida para a Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Econômico.

Nos termos do artigo 20 da lei complementar nº 65/2015, fica estabelecido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação para entrar em exercício no novo órgão, sob pena da aplicação das normas estabelecidas no artigo 165 da lei retro citada.

Ficam revogadas as disposições em contrário.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, em 16 de outubro de 2.017.  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93  
Em 16 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA N. 464/2017**

Publicação Nº 1404946

PORTARIA Nº 464/2017  
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

RESOLVE

Designar os servidores municipais GUSTAVO RIBEIRO PEREIRA,

Odontólogo, SOELITON DE OLIVEIRA, Agente de Vigilância Sanitária, JANETE RODRIGUES DE BARROS, Auxiliar Administrativo, todos servidores efetivos para, comporem a Comissão de Processo Administrativo com fulcro no artigo 185 do estatuto dos servidores públicos, em face da servidora Rosana Maria Sandrin. O primeiro servidor como Presidente da Comissão, o segundo como Secretário e o terceiro como Membro.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 16 de outubro de 2017.  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93  
Em 16 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

# Pomerode

## PREFEITURA

### 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 045 / 2017 - PRAZO

Publicação Nº 1405437

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 045 /  
2017  
PRAZO

Processo Administrativo n.º 043 / 2017.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 003 / 2017.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER E IMPLANTAR PLACAS DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA VIÁRIA PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COM RECURSOS DO CONVÊNIO FIRMADO JUNTO AO MINISTÉRIO DO TURISMO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CONTRATO DE REPASSE N.º 822525 / 2015 / MINISTÉRIO DO TURISMO / CAIXA - PROCESSO N.º 2622.1026375-03 / 2015) E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, MEDIANTE CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PROJETO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Prorrogação – 60 dias – prazo final – 19/12/2017.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 60 (sessenta) dias, de acordo com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 045 / 2017 e Lei Federal n.º 8.666/93, em virtude da demora na liberação dos recursos do Convênio firmado junto ao Ministério de Turismo (Contrato de Repasse n.º 822525 / 2015 / MINISTÉRIO DO TURISMO / CAIXA - Processo n.º 2622.1026375-03 / 2015), impedindo assim, a execução dos serviços dentro do prazo pré-determinado em licitação.

Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante; Mariana Pirihi Peres da Silva, Sinasc Sinalização e Construção de Rodovias Ltda., Contratada.

Pomerode / SC, 06 de Outubro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

### 8.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 061 / 2014 - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Publicação Nº 1405429

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

8.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 061 /  
2014  
REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Processo Administrativo n.º 067 / 2014.

Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA II, LOCALIZADA NA RUA PROGRESSO, N.º 1.400, BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DA OBRA, ATRAVÉS DE RECURSOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA - MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO N.º TC/PAC 0430/2014, CUJAS AÇÕES ESTÃO INSERIDAS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC2, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Acréscimo de Reequilíbrio Econômico Financeiro no valor de R\$100.702,11 (cem mil, setecentos e dois reais e onze centavos).

Justificativa: Reequilíbrio Econômico Financeiro em razão da majoração de insumos e equipamentos necessários para a execução da obra, em conformidade com a CLÁUSULA NONA do Contrato Administrativo n.º 061/2014 e de acordo com o Artigo 65, Inciso II, alínea "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como o Parecer Jurídico n.º 109/2017/PROGEM emitido em 05/09/2017.

Pomerode / SC, 17 de Outubro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

### 9.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 061 / 2014 - PRAZO

Publicação Nº 1405434

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

9.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 061 /  
2014

PRAZO

Processo Administrativo n.º 067 / 2014.

Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA II, LOCALIZADA NA RUA PROGRESSO, N.º 1.400, BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DA OBRA, ATRAVÉS DE RECURSOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA - MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO N.º TC/PAC 0430/2014, CUJAS AÇÕES ESTÃO INSERIDAS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC2, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Prorrogação – 180 dias – prazo final – 01/05/2018.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 061 / 2014 e Lei Federal n.º 8.666/93, tendo em vista a demora na liberação dos recursos do convênio firmado junto a Fundação Nacional da Saúde - FUNASA.

Pomerode / SC, 17 de Outubro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 880/2017

Publicação Nº 1404778

DECRETO Nº 880/2017, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

"NOMEIA DIRETORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. MARINA GUIDINI, portadora do CPF 088.911.189-82, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para desempenhar suas funções no setor de Compras e Licitações.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 881/2017

Publicação Nº 1404779

DECRETO Nº 881/2017, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO CONFORME ESPECIFICA."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. FRANCIELI BARBIERI RIBEIRO DE MORAIS, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 09/10/2017, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 882/2017

Publicação Nº 1404780

DECRETO Nº 882/2017 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratar de Assuntos Particulares, a Funcionária Pública Municipal Sra. SIDIANE DE FATIMA FOGAÇA GUIDINI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por um período de 2 (dois) anos a contar desta datado dia 24 de outubro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado em data supra.

### DECRETO 883/2017

Publicação Nº 1404781

DECRETO Nº 883/2017, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. GILVANA XAVIER RIBEIRO, ocupante do cargo de PROFESSORA, sem habilitação, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 15/02/2016 a 14/02/2017, e que serão gozadas de 09/10/2017 a 07/11/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.



Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **DECRETO 884/2017**

Publicação Nº 1404784

DECRETO Nº 884/2017, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. SIDIANE LOURDES PAGLIA, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 15/02/2016 a 14/02/2017, e que serão gozadas de 21/10/2017 A 19/11/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



**ATA PROCESSO Nº 83/2017**

Publicação Nº 1405464

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA</b>  CNPJ: 82.777.236/0001-01 RUA MADRE MARIA THEODORA, 264 C.E.P.: 89683-000 - Ponte Serrada - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 10/2017 - TP</b>  Processo Administrativo: 83/2017 Processo de Licitação: 83/2017 Data do Processo: 29/09/2017
	Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO GLOBAL DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO EXECUTIVO ANEXO APROVADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, MANDATÁRIA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 83/2017 (Sequência: 1)**

Ao(s) 18 de Outubro de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 356/2017, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 83/2017, Licitação nº. 10/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

AZ CONSTRUÇÃO LTDA, POGGERE CONSTRUÇÕES LTDA EPP,, CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP, FORMATTO ENGENHARIA LTDA, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, Nicolli e Mendes engenharia e obras.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Foram vistoriados todos os documentos das empresas participantes pelos representantes das empresas presentes. Sendo apresentados os seguintes recursos pelas empresas participantes: Foram impugnados a documentação da empresa Nicolli e Mendes engenharia e obras, AZ Construções LTDA, Construções Herval LTDA, Poggere Construções LTDA, referente ao item 3.4.3.6 do edital, sendo que todas apresentaram certidões de falência e concordata, não apresentando porém a certidão do fórum e cartórios da sede da empresa licitante, a comissão entendeu por habilitar as empresas quanto a este item. A empresa Formato Engenharia apresentou questionamento ao item 3.2.7 do edital referente as empresas Lappa Construções ERELLI ME e F Sigma, a Comissão quanto a este item não atendeu o pedido a recorrente pois estas empresas apresentaram certidão em que não encontram-se em débito com o CREA, tendo a pessoa física bem como seus encarregados técnicos. A comissão entendeu por habilitar as empresas enquanto este item. A comissão licitatória inabilitou a empresa Nicolli e Mendes engenharia e obras LTDA EPP por não apresentar as certidões do item 3.1 do edital. Foi inabilitado também a empresa estrutural comércio e construção LTDA, por não apresentar certidão do FGTS. Foram habilitadas as empresas AZ CONSTRUÇÃO LTDA, POGGERE CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP, FORMATTO ENGENHARIA LTDA. A EMPRESA ESTRUTURAL COMÉRCIO LTDA e a empresa NICOLLI e MENDES Engenharia e Obras apresentaram a intenção de recurso, quanto a inabilitação. A comissão permanente de licitação determinou a publicação do resultado da fase de habilitação no diário oficial dos municípios, bem como no portal de transparência do site da prefeitura municipal no dia 19/10/2017, ficando aberto o prazo para recurso até 24/10/2017. Não havendo interposição de recursos ou sendo os mesmos intempestivos. Os envelopes contendo as propostas de preços das empresas participantes foram vistoriados e rubricados pelos presentes, e permanecerão lacrados em poder da comissão de licitações até a data de abertura dos mesmos em sessão pública. Em caso de interposição de recurso serão as demais empresas intimadas no dia 25/10/2017 por correio eletrônico para apresentarem suas contrarrazões no prazo legal. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a presente sessão, cujo termo depois de lido e analisado foi devidamente assinado pelos presentes.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ponte Serrada, 18 de Outubro de 2017

**COMISSÃO:**

MARINA GUIDINI	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
ALICE CRISTINA FROZZA	- ..... - MEMBRO DA COMISSÃO
DENISE BARBOSA	- ..... - MEMBRO DA COMISSÃO
RODRIGO PECINATO GIRARDI	- ..... - MEMBRO DA COMISSÃO
ANDRÉ LUIZ PANIZZI	- ..... - ACESSOR JURÍDICO

**ATA PROCESSO Nº 84/2017**

Publicação Nº 1405487

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 11/2017 - TP</b>
CNPJ: 82.777.236/0001-01 RUA MADRE MARIA THEODORA, 264 C.E.P.: 89683-000 - Ponte Serrada - SC	Processo Administrativo: 84/2017 Processo de Licitação: 84/2017 Data do Processo: 29/09/2017
	Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA QUADRA DO GINÁSIO DE ESPORTES JORGE KONDER BORNHAUSEN, CONFORME PROJETO APROVADO NA PROPOSTA TRANSFERÊNCIA Nº 19429/FUNDOSOCIAL/ADRXE.

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr.**

Ao(s) 18 de Outubro de 2017, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 356/2017, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 84/2017, Licitação nº. 11/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

**CONSTRUTORA HERVAL LTDA EPP**

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- FORAM VISTADOS TODOS OS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES PELO REPRESENTANTE DA PARTICIPANTE. FOI HABILITADA A EMPRESA CONSTRUÇÃO HERVAL LTDA EPP E DESABILITADA A EMPRESA ADRIANA MACIEL CHAVES ME POR APRESENTAR A CERTIDÃO SIMPLIFICADA VENCIDA NOS TERMOS DO ART. 3.2.8 ALÍNEA B DO EDITAL. A REPRESENTANTE DA EMPRESA CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA SOLICITOU A DESCLASSIFICAÇÃO TAMBÉM DA EMPRESA ADRIANA MACIEL CHAVES QUE NA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO O CONTRATO SOCIAL NÃO EXISTIR A ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS CONFORME ESTABELECIDO NO CONTRATO. A COMISSÃO SE PRONUNCIARÁ SOBRE ESSE ITEM NA APRESENTAÇÃO DO RECURSO DA EMPRESA INABILITADA. A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DETERMINOU A PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS BEM COMO NO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL NO DIA 19/10/2017. FICA ABERTO O PRAZO PARA RECURSO ATÉ 24/10/2017. NÃO HAVENDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS OU SENDO INEPESTIVOS SERÁ MARCADO AUDIÊNCIA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS. OS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS DAS EMPRESAS PARTICIPANTES FORAM VISTADOS RUBRICADOS PELOS PRESENTES, E PERMANECERÃO LACRADOS EM PODER DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES ATÉ A DATA DE ABERTURA DOS MESMOS EM SESSÃO PÚBLICA. EM CASO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SERÃO AS DEMAIS EMPRESAS INTIMADAS NO DIA 25/10/2017 POR CORREIO ELETRÔNICO PARA APRESENTAREM SUAS CONTRARRAÇÕES NO PRAZO LEGAL. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR DEU-SE POR ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO, CUJO TERMO DEPOIS DE LIDO E ANALISADO FOR DEVIDMENTE ASSINADOS PELOS PRESENTES.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ponte Serrada, 18 de Outubro de 2017

**COMISSÃO:**

Marina Guidini	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
ALICE CRISTINA FROZZA	- ..... - MEMBRO DA COMISSÃO
DENISE BARBOSA	- ..... - MEMBRO DA COMISSÃO
RODRIGO PECINATO GIRARDI	- ..... - MEMBRO DA COMISSÃO
ANDRÉ LUIZ PANIZZI	- ..... - ACESSOR JURÍDICO

# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 011/2017 - FMEDUCA

Publicação Nº 1405579

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial Nº 011/2017 - FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de empresa especializada na elaboração de Processo Seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário, para atendimento de Verão 2017/2018 e início do Ano Letivo 2018 em unidades educacionais da rede municipal de ensino, para diversos cargos, incluindo todas as etapas, inscrições, prova objetiva, recursos, relatórios, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 31/10/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 31/10/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ramal 213 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 19 de Outubro de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 2559, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1405318

LEI MUNICIPAL Nº 2559, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Institui e dispõe sobre o Programa Primeira Infância no SUAS (Programa Criança Feliz), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

#### CAPÍTULO I DO PROGRAMA

##### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Porto Belo, o Programa Primeira Infância no SUAS, denominado, na esfera do poder público municipal, salvo disposição legal e/ou regulamentar em contrário, para todos os fins, como Programa Criança Feliz.

Art. 2º O programa de que trata esta Lei possui a finalidade essencial de potencializar a atenção às gestantes, às crianças na primeira infância e suas famílias, em especial, àquelas em situação

de vulnerabilidade social e funcionará de acordo com as diretrizes, objetivos e metas do Programa Criança Feliz, instituído pelo Decreto Federal nº 8.869, de 5 de outubro de 2016 e de conformidade com o disposto nas normas desta.

Art. 3º O programa terá coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão integrante da estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Porto Belo e será constituído na esfera do Serviço de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, sendo dele parte integrante.

Parágrafo único. O programa será desenvolvido em caráter inter-setorial e integrado, com condução e implementação em regime de responsabilidade compartilhada a partir da articulação entre as políticas públicas das áreas de assistência social, de saúde e de educação, sem prejuízo da interligação e conexão com os demais campos que tenham afinidade com o tema.

##### SEÇÃO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos do programa:

I - promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil na primeira infância;

II - apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;

III - colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;

IV - mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitam;

V - integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.

##### SEÇÃO III DOS COMPONENTES, AÇÕES E GRUPOS FAMILIARES PRIORITÁRIOS

Art. 5º Para alcançar os objetivos elencados no art. 4º desta Lei, o programa de que trata esta Lei fica constituído dos componentes que seguem:

I - a realização de visitas domiciliares periódicas, por profissional capacitado, e de ações complementares que apoiem gestantes e famílias e favoreçam o desenvolvimento da criança na primeira infância;

II - a capacitação e a formação continuada de profissionais que atuem junto às gestantes e às crianças na primeira infância, com vistas à qualificação do atendimento e ao fortalecimento da inter-setorialidade;

III - o desenvolvimento de conteúdo e material de apoio para o atendimento inter-setorial às gestantes, às crianças na primeira infância e às suas famílias;

IV - a promoção de estudos e pesquisas acerca do desenvolvimento infantil integral.

Art. 6º O programa atenderá gestantes, crianças de até 6 (seis) anos de idade e suas famílias, mediante ações de estímulo, promoção, apoio e acompanhamento do desenvolvimento infantil, tendo as seguintes pessoas e/ou grupos familiares prioritários:

I - gestantes e crianças de até 3 (três) anos de idade e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

II - crianças de até 6 (seis) anos de idade e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC;

III - crianças de até 6 (seis) anos de idade afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias.

Parágrafo único. As pessoas e/ou famílias atendidas pelo programa serão selecionadas através de relatório do Programa Federal Bolsa Família disponibilizado pelo Sistema Rede SUAS do Ministério de Desenvolvimento Social e União, observados os territórios com maior incidência de vulnerabilidades sociais.

Art. 7º Os componentes e ações estabelecidos nesta seção serão operacionalizados com vistas ao fortalecimento da referência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos respectivos territórios de abrangência, potencializando a perspectiva preventiva sob o foco do Serviço de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

## CAPÍTULO II

### DA EQUIPE DO PROGRAMA

#### SEÇÃO I

##### DA EQUIPE DO PROGRAMA

Art. 8º O Município de Porto Belo, por intermédio do Poder Executivo, visando à consecução das disposições e objetivos da política pública de que trata esta Lei, disponibilizará pessoal para formação da equipe do programa cuja atuação será coordenada pela Secretaria de Assistência Social.

Art. 9º Sem prejuízo da integração de outros profissionais em decorrência das necessidades e demandas inerentes ao programa, a equipe técnica será constituída por profissionais devidamente capacitados e investidos no emprego público do cargo temporário de Nível Médio denominado Agente Social, e um comissionado Nível Superior, com experiência na área social, preferencialmente no trabalho com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, que exercerá o Cargo de Coordenador do Programa.

#### SEÇÃO II

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. O Poder Executivo criará, por ato próprio, o Comitê Gestor do programa o qual terá a atribuição de apoiar o planejamento e articulação de suas ações.

Art. 11. A contratação dos profissionais do Programa para o cargo de Agente Social dar-se-á através de processo seletivo nos termos da Lei Municipal nº 2022, de 13 de dezembro de 2012, bem como o cargo comissionado de Coordenador do Programa será de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo.

Art. 12. Os integrantes do Programa permanecerão contratados no Município de Porto Belo, enquanto for mantido o incentivo financeiro do Governo Federal, na forma prevista em lei.

Parágrafo único. As vagas extinguir-se-ão automaticamente, quando da extinção do Programa.

Art. 13. A cobertura das despesas decorrentes desta Lei correrá à conta de recursos repassados do Programa Criança Feliz, mediante cofinanciamento pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e/ou Ministério de Desenvolvimento Social/União Federal e de dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual do Poder Executivo do Município de Porto Belo.

Art. 14. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar, no que couber, por Decreto, a presente Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de outubro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

#### ANEXO I

Cargo: Agente Social, NÍVEL CE-04

1. Descrição Sintética: Planejar e realizar a visita às famílias do

programa em conformidade com o método CCD, e com apoio e acompanhamento do Supervisor, observando os protocolos de visita e fazendo os devidos registros das informações acerca das atividades desenvolvidas, consultando e recorrendo ao Supervisor sempre que necessário, registrando as visitas em formulário próprio, bem como identificando e discutindo com o correspondente Supervisor as demandas e situações que requeiram encaminhamentos para a rede SUAS, visando sua efetivação.

#### 2. Atribuições típicas:

I – planejar e realizar a visita às famílias do programa, observando os protocolos de visita e fazendo os devidos registros das informações acerca das atividades desenvolvidas;

II – desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família;

III – desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re) construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais;

IV – assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social;

V – apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa;

VI – atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora;

VII – apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações;

VIII - apoiar e participar no planejamento das ações;

IX – organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade;

X – acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades;

XI – apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade;

XII – apoiar no processo de mobilização e campanhas intersectoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais;

XIII – apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações;

XIV – apoiar os demais membros da equipe de referência em todas as etapas do processo de trabalho;

XV – apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar;

XVI – apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;

XVII – apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados;

XVIII – apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado;

XIX – desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;

XX – apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;

XXII – informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra;

XXIII – acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos;

XXIV – apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas.

XXV – observar e cumprir os horários, normas e recomendações determinados pela Supervisão;

XXVI – reunir-se periodicamente com a Supervisão do programa e profissionais da secretaria para o planejamento de atividades e discussão de problemas;

XXVII – zelar pelo material sob sua responsabilidade e eventualmente executar serviços de manutenção diária na unidade a que pertence;

XXVIII – colaborar e participar de festas, eventos comemorativos, feiras e demais atividades extras promovidas na unidade em que estiver lotado ou promovidas pela secretaria;

3. Requisitos para provimento:

I – idade mínima de 18 anos;

II – ensino médio completo.

4. Carga horária semanal: 40 (quarenta) horas.

5. Salário/vencimento básico: R\$ 1.019,41 (Um mil e dezenove reais e quarenta e um centavos).

Cargo: Coordenador do Programa, NÍVEL DAI-25

1. Descrição Sintética: operacionalizar o Programa Primeira Infância no SUAS, por meio da organização das atividades das suas instâncias decisórias e técnicas, da articulação entre os parceiros das políticas setoriais locais e da disseminação das decisões e encaminhamentos realizados nessas esferas.

2. Atribuições típicas:

I – figurar como ponto de apoio do Visitar Social, apoiando o trabalho das visitas, orientando e estimulando as reflexões conjuntas acerca das demandas provenientes das famílias atendidas;

II – fazer a interlocução do programa com as instâncias de gestão, notadamente o Comitê Gestor e a Coordenação do programa no âmbito do Estado;

III – articular-se com as diferentes áreas para a instituição e composição do Comitê Gestor e do Grupo Técnico Municipal e apoiar seus trabalhos;

IV – coordenar procedimentos para regulamentação do Programa em seu âmbito;

V – disponibilizar orientações e outros materiais sobre o Programa adicionais àqueles disponibilizados pela Coordenação Nacional e Estadual, quando necessário;

VI – manter permanente articulação com as áreas que integram o Programa em âmbito local, com Comitê Gestor e com o Grupo Técnico Municipal/Distrital, de modo a assegurar alinhamento e convergência de esforços;

VII – manter articulação com o Comitê Gestor Municipal visando à elaboração do Plano de Ação do programa em seu âmbito;

VIII – coordenar a integração entre as diferentes áreas que compõem o Programa, visando à implantação do Plano de Ação e o monitoramento das ações de responsabilidade do Município;

IX – articular-se com a Gestão Municipal da Assistência Social e das demais áreas que integram o Programa em âmbito local para a realização de seminários intersetoriais e outras ações de mobilização;

X – divulgar o programa em âmbito local para a rede e para as famílias;

XI – mobilizar o debate intersetorial e a sensibilização de diferentes setores para participação e apoio ao Programa, inclusive gestores municipais, conselhos setoriais e de direitos, coordenadores do Cadastro Único e do Bolsa Família e outros;

XII – acompanhar a implantação das ações do Programa de sua responsabilidade, considerando, dentre outros aspectos, as orientações, protocolos e referências metodológicas e para a elaboração do Plano de Ação disponibilizadas pela Coordenação Nacional;

XIII – coordenar a realização de diagnóstico local sobre a Primeira Infância, com informações de diferentes políticas e contemplando, necessariamente, aquelas que versem sobre o público prioritário;

XIV – apoiar o processo de territorialização das famílias que

compõem o público prioritário das visitas domiciliares, apoiar os trabalhos do Comitê Gestor e a busca ativa;

XV – articular com a Gestão da Assistência Social a composição da equipe das visitas domiciliares (visitadores e supervisor) e sua participação nas ações de capacitação e educação permanente desenvolvidas pelo Estado/União;

XVI – apoiar a participação dos supervisores e visitadores nas ações desenvolvidas pelo Estado para a capacitação dos supervisores e visitadores;

XVII – planejar, em articulação com o Comitê Gestor, ações complementares de capacitação e educação permanente;

XVIII – assegurar o registro das visitas domiciliares e implantar ações de monitoramento do Programa de acordo com diretrizes nacionais.

XIX – executar outras atribuições afins.

XX – dirigir, em caráter excepcional, veículo de serviço ou de representação do município, desde que possua Carteira Nacional de Habilitação na categoria exigida, em cada caso, pelo Código de Trânsito Brasileiro e desde que assine termo de responsabilidade em que conste a sua obrigação em verificar, antes da partida, se o veículo está em condições de trafegar em via pública, nos termos da lei, bem como de que está ciente da sua responsabilidade por qualquer ato doloso ou culposos que venha a cometer na direção do veículo;

XXI – desempenhar outras atribuições afins.

3. Requisitos para provimento:

I – idade mínima de 21 anos;

II – ensino superior completo, com experiência na área social, preferencialmente no trabalho com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social; Conhecimentos e experiências em gestão pública e coordenação de equipes; Conhecimento da legislação referente à política de assistência social, de direitos sociais e de defesa de direitos; Conhecimento da rede de proteção socioassistencial, de políticas públicas e de defesa de direitos do território e da cidade; Habilidade para comunicação, mediação de conflitos, planejamento, monitoramento e acompanhamento de serviços.

3. Carga horária semanal: 40 (quarenta) horas.

4. Salário/vencimento básico: R\$ 2.038,80 (dois mil e trinta e oito reais e oitenta centavos).

## LEI MUNICIPAL Nº 2560, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1405320

LEI MUNICIPAL Nº 2560, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Atribui Símbolo da Secretaria de Assistência Social do Município de Porto Belo conforme específica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica atribuído como símbolo da Secretaria de Assistência Social do Município de Porto Belo a representação gráfica anexa, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O símbolo conterá a seguinte composição:

I - Coração parcialmente aberto na parte Inferior, representando a proteção e o cuidado;

II - Desenho colorido representando as pessoas atendidas pelas políticas públicas da Assistência Social em suas diversidades, entre elas: deficientes, crianças, lactantes, adultos, jovens, gestantes e idosos;

III - O Nome da Secretaria Municipal de Assistência Social escrito nas cores Verde ou Preto, seguido pelo nome do Município de Porto Belo e a abreviatura do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O símbolo pode ser utilizado completo, como na



representação gráfica anexa a presente Lei, ou somente até o nome da Secretaria, suprimido o nome do Município assim como a UF.

Art. 4º O símbolo da secretaria deverá ser utilizado em conjunto com o Brasão Municipal, símbolo oficial do Município.

Art. 5º Não será permitido o uso comercial do símbolo definido nesta lei por terceiros, sem prévia autorização do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de outubro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

ANEXO I

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 329/2017

Publicação Nº 1405202

DECRETO Nº 329, de 11 de outubro de 2017.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bens Móveis Municipais ao Grupo Ecológico Rio Tamanduá, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, ao Grupo Ecológico Rio Tamanduá, inscrito no CNPJ sob o nº 08.936.852/0001-05, regido por estatuto, declarado de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.895, de 06 de julho de 2011, com sede no Município de Porto União (SC), o uso gratuito dos bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (um) Pulverizador 200 (duzentos) litros, usado, tanque de polietileno, reservatório de água, filtro embutido no tanque, com 02 (duas) saídas, 02 (dois) registros de barra, 01 (um) registro de retorno, 01 (um) registro para agitador de calda, lava frascos, regulador de pressão, manômetro, filtro na boca de tanque, 02 (dois) filtros de pinha, 01 (uma) peneira para cada bico, bomba de ar 30, barra de pulverização com 07 (sete) metros e 14 (quatorze) bicos;

- 01 (uma) Plantadeira usada, tratorizada, hidráulica, 03 (três) linhas para milho e 04 (quatro) linhas para soja, com pneus usados;

- 01 (um) trator agrícola usado, Modelo T3230-4, Ano 2012, tração nas 04 (quatro) rodas, com motor 03 cilindros, refrigerado à água, com potência 32 CV, tomada de potência de 540 a 1000 RTM, embreagem duplo estágio, direção hidrostática, transmissão de 08 (oito) velocidades à frente e 02 (duas) à ré, com pesos traseiros e dianteiros, com teto de proteção, cinto de segurança, com pneus nas dianteiras 6,00 X 12 e na traseira 9,5 X 24;

- 01 (uma) ensiladeira marca PINHEIRO, usada, acoplada com cardã, de uma linha de descarga direta na carreta, altura mínima de corte 1,30 mm, tamanho de corte 5 a 7 mm, indicada para cultura de milho, sorgo e girassol;

- 01 (um) arado subsolador marca NETZ, usado, de 05 (cinco) garras, com disco de corte frontal, hidráulico.

- 01 (uma) roçadeira de trator marca JAN, usada, largura de corte 1,70m, altura de corte de 4 a 20 centímetros, com peso aproximado de 400 Kg;

- 01 (um) refrigerador doméstico, usado, 343 litros, marca Eletrolux, 220 v;

- 01 (um) freezer horizontal, usado, 300 litros, marca Eletrolux, 220v;

- 01 (um) liquidificador industrial, usado, marca Vitalex;

- 01 (um) forno a gás, usado, 04 bocas, marca Venâncio;

- 01 (um) forno refratário, usado, a gás, marca Venâncio;

- 01 (um) fogão a gás, usado, 04 bocas, marca Venâncio;

- 01 (uma) mesa de Inox, usada, de trabalho simples;

- 01 (um) caldeirão hotel nº 45 de 68,3 litros, usado, marca Nova ABC;

- 02 (duas) caçarolas hotel nº 45 de 31,7 litros, usadas, marca Nova ABC.

Art. 2º Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º Os bens acima especificados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 11 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

#### TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal do Grupo Ecológico Rio Tamanduá, inscrito no CNPJ sob o nº 08.936.852/0001-05, regida por estatuto, com sede no Município de Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, os bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (um) Pulverizador 200 (duzentos) litros, usado, tanque de polietileno, reservatório de água, filtro embutido no tanque, com 02 (duas) saídas, 02 (dois) registros de barra, 01 (um) registro de retorno, 01 (um) registro para agitador de calda, lava frascos, regulador de pressão, manômetro, filtro na boca de tanque, 02 (dois) filtros de pinha, 01 (uma) peneira para cada bico, bomba de ar 30, barra de pulverização com 07 (sete) metros e 14 (quatorze) bicos;

- 01 (uma) Plantadeira usada, tratorizada, hidráulica, 03 (três) linhas para milho e 04 (quatro) linhas para soja, com pneus usados;

- 01 (um) trator agrícola usado, Modelo T3230-4, Ano 2012, tração nas 04 (quatro) rodas, com motor 03 cilindros, refrigerado à água, com potência 32 CV, tomada de potência de 540 a 1000 RTM, embreagem duplo estágio, direção hidrostática, transmissão de 08



(oito) velocidades à frente e 02 (duas) à ré, com pesos traseiros e dianteiros, com teto de proteção, cinto de segurança, com pneus nas dianteiras 6,00 X 12 e na traseira 9,5 X 24;

- 01 (uma) ensiladeira marca PINHEIRO, usada, acoplada com car-dã, de uma linha de descarga direta na carreta, altura mínima de corte 1,30 mm, tamanho de corte 5 a 7 mm, indicada para cultura de milho, sorgo e girassol;

- 01 (um) arado subsolador marca NETZ, usado, de 05 (cinco) garras, com disco de corte frontal, hidráulico.

- 01 (uma) roçadeira de trator marca JAN, usada, largura de corte 1,70m, altura de corte de 4 a 20 centímetros, com peso aproximado de 400 Kg;

- 01 (um) refrigerador doméstico, usado, 343 litros, marca Eletrolux, 220 v;

- 01 (um) freezer horizontal, usado, 300 litros, marca Eletrolux, 220v;

- 01 (um) liquidificador industrial, usado, marca Vitalex;

- 01 (um) forno a gás, usado, 04 bocas, marca Venâncio;

- 01 (um) forno refratário, usado, a gás, marca Venâncio;

- 01 (um) fogão a gás, usado, 04 bocas, marca Venâncio;

- 01 (uma) mesa de Inox, usada, de trabalho simples;

- 01 (um) caldeirão hotel nº 45 de 68,3 litros, usado, marca Nova ABC;

- 02 (duas) caçarolas hotel nº 45 de 31,7 litros, usadas, marca Nova ABC.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Per-missionária com a finalidade específica de promover o desenvol-vimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - Os bens móveis acima relacionados serão entregues à Perm-issionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2020.

04 - Necessitando os bens de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foram recebidos, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descum-primento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmen-te pela utilização dos bens móveis supra mencionados, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclu-sivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unila-teralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 11 de outubro de 2017.

PERMITENTE: ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte Interino

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: LUCAS ALVES BENDLIN

RG nº 5.996.881/SSP/SC

CPF nº 100.813.989-05

## DECRETO Nº 330/2017

Publicação Nº 1405204

DECRETO Nº 330, de 18 de outubro de 2017.

Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Ca-tarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.466, de 31 de maio de 2017,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA MÁRIO BONFLEUR, para o cargo de Provimto em Comissão de Supervisor do Distrito de São Miguel da Serra, Símbolo SU, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.466, de 31 de maio de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte Interino

## EXTRATO DE CONTRATO 272/2017

Publicação Nº 1405413

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 272/2017

Partes: Município de Porto União e Tratorbig Peças para Tratores Ltda – EPP.

Objeto: Fornecimento de 02 (dois) rolamentos 23238MBW33C3 e 02 (dois) rolamentos 22330KMBW33C3, para a manutenção do Britador Faço 6240, que faz parte do Conjunto de Britagem na Localidade do Rio Bonito.

Valor: R\$ 19.980,00 (dezenove mil novecentos e oitenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 143/2017, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 02 de outubro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Tratorbig Peças para Tratores Ltda – EPP.  
Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO 275/2017**

Publicação Nº 1405410

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 275/2017  
Partes: Município de Porto União e Cilia Tecnologia Ltda.  
Objeto: Locação de Software que auxiliará na compra de peças para manutenção da frota de veículos do Município.  
Valor: R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Dispensa de Licitação 017/2017, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 05 de outubro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Cilia Tecnologia Ltda.  
Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO 276/2017**

Publicação Nº 1405417

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 276/2017  
Partes: Município de Porto União e Comercial JDC Materiais de Construção Ltda – ME.  
Objeto: Fornecimento de ferros de construção para uso em obras do município.  
Valor: R\$ 202.036,00 (duzentos e dois mil e trinta e seis reais).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 144/2017, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 05 de outubro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Comercial JDC Materiais de Construção Ltda – ME.  
Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO 277/2017**

Publicação Nº 1405411

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 277/2017  
Partes: Município de Porto União e Hugo Marcelo Gomes Corrêa 01692363905.  
Objeto: Contratação da Banda Tulipa para tocar no FEC – Festival Estudantil da Canção “A Voz do Centenário”.  
Valor: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).  
Vigência: 90 (noventa) dias.  
Base legal: Dispensa de Licitação 018/2017, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 06 de outubro de 2017.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Hugo Marcelo Gomes Corrêa 01692363905.  
Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 077/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1405390

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 077/2017 - Educação  
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 018/2017 – Educação.  
Partes: Município de Porto União e Máxima Atacadista EIRELI.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 05 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 078/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1405391

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 078/2017 - Educação  
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 013/2017 – Educação.  
Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski - ME.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 05 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 079/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1405392

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 079/2017 - Educação  
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 016/2017 – Educação.  
Partes: Município de Porto União e Solo Comercial EIRELI.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 05 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 080/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1405393

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 080/2017 - Educação  
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 019/2017 – Educação.  
Partes: Município de Porto União e Comercial Onix Ltda - EPP.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 05 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 081/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1405394

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 081/2017 - Educação  
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 012/2017 – Educação.  
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 05 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 082/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1405396

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 082/2017 - Educação  
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 017/2017 – Educação.  
Partes: Município de Porto União e Vinicius Guilherme dos Santos Informática - ME.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 05 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 083/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1405397

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 083/2017 - Educação  
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 014/2017 – Educação.  
Partes: Município de Porto União e Dipar Distribuidora de Papéis e Revistas Ltda.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 05 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 084/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1405398

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 084/2017 - Educação  
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 015/2017 – Educação.  
Partes: Município de Porto União e Blu Distribuidora de Papelaria EIRELI - ME.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 05 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 271/2017**

Publicação Nº 1405405

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 271/2017.  
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 099/2017.  
Partes: Município de Porto União e Josiany Novacki Cleto EIRELI - EPP.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL**

Glosa-se o valor de R\$ 25.325,12 (vinte e cinco mil trezentos e vinte e cinco reais e doze centavos) do aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 02 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 273/2017**

Publicação Nº 1405407

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 273/2017.  
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 232/2016.  
Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI - EPP.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 03 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 274/2017**

Publicação Nº 1405409

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 274/2017.  
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 233/2016.  
Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI - EPP.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se até 04/06/2018 a vigência do aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 04 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1007/2017 - RH**

Publicação Nº 1405116

PORTARIA Nº 1007, de 09 de outubro de 2017.

Deferir a Averbação de Tempo de Serviço junto ao INSS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sob o nº 14702003.1.00052/00-2, da servidora JUCIMARA APARECIDA MARQUES ANJOS IENTZ.

**RESOLVE:**

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 4.019 dias, ou seja, 11 (onze) anos, 00 (zero) meses e 04 (quatro) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período Empregador Tempo de Contribuição/Aproveitamento  
- 16/01/1984 a 19/01/1995 – Município de Porto União – SC 11a 00m 04d Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua

assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1008/2017 - RH**

Publicação Nº 1405120

PORTARIA Nº 1008, de 09 de outubro de 2017.

Deferir a Averbação de Tempo de Serviço junto ao INSS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sob o nº 20722007.1.00109/00-5, da servidora MARIA JUSSARA MARQUES DOS ANJOS RUCINSKI.

**RESOLVE:**

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 3.214 dias, ou seja, 08 (oito) anos, 09 (nove) meses e 19 (dezenove) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período Empregador Tempo de Contribuição/Aproveitamento  
- 01/04/1986 a 19/01/1995 – Município de Porto União – SC 08a 09m 19d Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 143/2017**

Publicação Nº 1405414

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 205/2017  
Pregão Presencial 143/2017

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Tratorbig Peças para Tratores Ltda – EPP.

Porto União SC, 02 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 144/2017**

Publicação Nº 1405422

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 206/2017  
Pregão Presencial 144/2017

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Comercial JDC Materiais de Construção Ltda – ME.

Porto União SC, 05 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº009/2017 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº001/2017**

Publicação Nº 1405185

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº001/2017

A CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO UNIÃO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.529.933/0001-06, com sede na Praça Hercílio Luz, s/nº, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PREGOEIRA, designada pela Resolução nº 230/2017 e da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Resolução nº 228/2017 comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº072/2017, na Modalidade Pregão Presencial, do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, com a finalidade de selecionar propostas objetivando o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de reserva, emissão, marcação, cancelamento, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais, internacionais, e correlatos, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002; 8.666/93 e alterações posteriores, que regulamenta respectivamente o Pregão Presencial e o Registro de Preços.

Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação, serão recebidos para protocolo junto a Diretoria Administrativa da Câmara Municipal, até as 10h00m do dia 31 de Outubro iniciando-se a sessão pública às 10h15m no Plenário da Câmara, no mesmo endereço.

A presente licitação tem por objeto a seleção de propostas objetivando o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de reserva, emissão, marcação, cancelamento, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais, internacionais, e correlatos, constantes no Edital completo, o qual se encontra à disposição dos interessados no Endereço supra-mencionado, na sede da Câmara Municipal de Porto União e também através do endereço eletrônico: <http://cmpu.sc.gov.br/>.

Maira Teresinha Lusa  
Pregoeira



# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### PROCESSO 015 2017 FMS

Publicação Nº 1405561

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

Fundo Municipal de Saúde

PROCESSO Nº. 15/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 09.11.2017, Registro de Preços para aquisição de materiais como: porta sanfonada, divisórias, portas de vidro e toldos para colocar nas Unidades de Saúde do Município.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, em 18 de Setembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### PROCESSO 065 2017

Publicação Nº 1405558

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 65/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 07.11.2017, para Registro de preços para aquisição de materiais de Construção e acabamento para manutenção e acabamento da edificação do Quartel do Corpo de Bombeiros do Município de Pouso Redondo. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, em 18 de Setembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### PROCESSO 063 2017

Publicação Nº 1405514

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 63/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017 - REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADE

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 01.11.2017, para Registro de preços para aquisição de materiais esportivos para uso da SME (Secretaria Municipal de Esportes ). Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, em 18 de Setembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### PROCESSO 066 2017

Publicação Nº 1405559

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 66/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 08.11.2017, para Registro de Preços para aquisição de materiais para uso na Chapeação do Município, e outras Secretarias e fundo do Município... Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, em 18 de Setembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### PROCESSO 064 2017

Publicação Nº 1405556

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 64/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 06.11.2017, para Registro de Preços de locação de som, luzes e estruturas de palco para eventos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes, e demais secretarias do município.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, em 18 de Setembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

# Praia Grande

## PREFEITURA

### CONTRATO 125/2017- PREFEITURA

Publicação N° 1405669

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

CONTRATO N°. 125/2017

PROCESSO N.º 22/2017 – PREGÃO N.º 02/2017

CONTRATADA: HERCIDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE.

DO VALOR: R\$ 11.500,00

DA VIGENCIA: 16/10/2017 à 31/12/2017.

Praia Grande, 16 de Outubro de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.



# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 255, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1405758

DECRETO Nº. 255, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.0024.2.024 Manutenção Bloco Atenção Básica

MODALIDADE:	(39) 3.3.90.00.0.3.0002.0000-	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0002.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	30.000,00
TOTAL GERAL			R\$	30.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2016 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 19 de outubro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 256, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.6

Publicação Nº 1405759

DECRETO Nº. 256 DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016 e Lei 876, de 17 e maio de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), destinado a acrescentar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.0035.2.035 – Manutenção do Ensino Fundamental

MODALIDADE:	(150) 3.3.90.00.0.3.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0001- Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	10.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.365.0038.2.038 Manutenção do Ensino Infantil

MODALIDADE:	(151) 3.3.90.00.0.3.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0001.0000 – Recurso Próprios Educação				
TOTAL			R\$	10.000,00
TOTAL GERAL			R\$	20.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2016 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964,

na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 19 de outubro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

## **EXTRATO DE PREGÃO 47/2017-PM - ÔNIBUS ALUNOS**

Publicação Nº 1405178

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 83/2017-PM

Pregão Presencial 47/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, cujo objeto é "Contratação de Pessoa Jurídica para TRANSPORTE DE ALUNOS em viagem de estudos à cidade de ITÁ/SC, no dia 29 de novembro de 2017.". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 31 de outubro de 2017, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 18 de outubro de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### RESUMO PUBLICAÇÃO-2017-AQUISIÇÃO DE TRATOR E ENSILADEIRA

Publicação Nº 1404982

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - O Município de Rancho Queimado, torna público que até às 15:00 horas do dia 31 de outubro de 2017, estará recebendo propostas para aquisição de trator e implementos agrícolas, conforme proposta de transferência nº 024627/2017 e contrato nº 847258/2017, de acordo com o anexo I do Edital. O edital na sua íntegra, contendo todas as especificações encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site [www.ranchoqueimado.sc.gov.br](http://www.ranchoqueimado.sc.gov.br). Rancho Queimado/SC, em 18 de outubro de 2017 – Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

### RESUMO PUBLICAÇÃO-2017-AQUISIÇÃO DE TRATOR E ENXADA

Publicação Nº 1404978

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - O Município de Rancho Queimado, torna público que até às 14:00 horas do dia 31 de outubro de 2017, estará recebendo propostas para aquisição de trator e implemento agrícola, conforme proposta de transferência nº 036715/2017 e contrato nº 847565/2017, de acordo com o anexo I do Edital. O edital na sua íntegra, contendo todas as especificações encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site [www.ranchoqueimado.sc.gov.br](http://www.ranchoqueimado.sc.gov.br). Rancho Queimado/SC, em 18 de outubro de 2017 – Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

### RESUMO PUBLICAÇÃO-2017-MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA

Publicação Nº 1404976

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017 - PARA REGISTRO DE PREÇOS. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - O Município de Rancho Queimado, torna público que até às 10:00 horas do dia 31 de outubro de 2017, estará recebendo propostas para aquisição de material de higiene e limpeza para a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Educação, conforme descritos no anexo I do Edital. O edital na sua íntegra, contendo todas as especificações encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site [www.ranchoqueimado.sc.gov.br](http://www.ranchoqueimado.sc.gov.br). Rancho Queimado/SC, em 16 de outubro de 2017 – Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 449 CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO A SERVIDORA ELITE ZANGHELINI

Publicação Nº 1405097

Portaria nº. 449, de 16 de outubro de 2017.

"Concede licença por motivo de casamento a servidora ELITE ZANGHELINI".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER, a servidora ELITE ZANGHELINI, matrícula nº 34260, licença de 05 (cinco) dias úteis por motivo de casamento, conforme prevê o art. 128 de lei nº 960/1994.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de outubro de 2017.  
Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 448 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ELIZETE FARIAS DA SILVA

Publicação Nº 1405101

Portaria nº. 448, de 11 de outubro de 2017.

"Concede Férias a Servidora ELIZETE FARIAS DA SILVA".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora ELIZETE FARIAS DA SILVA, Matrícula 32967, 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 à 29/02/2016 , tendo como período de gozo: 16 de outubro a 25 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 16/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de outubro de 2017.  
Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 450 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EVA CORBANI LONGEN

Publicação Nº 1405102

Portaria nº. 450, de 16 de outubro de 2017.

"Concede Férias a Servidora EVA CORBANI LONGEN".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora EVA CORBANI LONGEN, Matrícula 32907, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2015 à 01/01/2016, tendo como período de gozo: 16 de outubro a 04 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de outubro de 2017.  
Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

### RESOLUÇÃO 004 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1405145

**RESOLUÇÃO 004/2017**

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Físico Financeiro para Cofinanciamento do Governo Federal do Sistema Único da Assistência Social - Exercício 2016.

O conselho Municipal de Assistência Social, órgão deliberativo de caráter permanente e de âmbito Municipal, constituído por entidades do Governo e Sociedade Civil aprovaram a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica Aprovado o Demonstrativo Físico Financeiro para Cofinanciamento do Governo Federal do Sistema Único da Assistência Social no exercício de 2016 referentes aos recursos da Gestão e Serviços.

Art. 2.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação, revogam-se as disposições ao contrário.

Rio do Campo, 02 de outubro de 2017.  
Jean Carlos Kulkamp  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 6608

Publicação Nº 1405094

DECRETO Nº 6608, de 19 de outubro de 2017.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.789, de 15 de dezembro de 2016, e com a Lei nº 5.827, de 21 de junho de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito especial, no valor de R\$ 459.315,78 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e quinze reais e setenta e oito centavos), por conta da tendência de excesso de arrecadação, de acordo com o que determina o art. 12 da Lei Orçamentária nº 5789, de 15 de dezembro de 2016, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.095	Blatb – Pab Fixo – Ações Básicas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01380100	Pab Fixo	R\$	459.315,78
	TOTAL	R\$	459.315,78

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO

19 de outubro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO

19 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito em Exercício de Rio do Sul

### DECRETO Nº 6606, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1404994

DECRETO Nº 6606, de 18 de outubro de 2017.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

DECRETA:

Art. 1º- Nomeia (32) trinta e dois membros, sendo (16) dezesseis titulares e (16) dezesseis suplentes para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul

I – Oito representantes governamentais, sendo:

a) Quatro membros integrantes da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social:

Titular: Marcela Nicoletti

Suplente: Tamara Feltrin

Titular: Arinka Teixeira Beber

Suplente: Gabriela Bavaresco Lanzarin

b) Quatro membros integrante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Joice Danusa Justo

Suplente: Ana Claudia Lemckuhl

Titular: Marciani da Rocha

Suplente: Ana Gabriela de Souza Mendes

c) Dois membros integrantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Maria Cristina Mafra

Suplente: Mara Lúcia Probst

d) Dois membros integrantes da Fundação Cultural:

Titular: Edwirges Idalina Machado da Silva

Suplente: Edson dos Santos Wessler

e) Dois membros integrantes da Fundação de Desportos:

Titular: Roberto Ferreira Junior

Suplente: Graciano Ledra

f) Dois membros integrantes da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

Titular: Patrícia Raquel Mayr

Suplente: José Luiz do Nascimento

II- Dezesesseis representantes da Sociedade Civil, sendo (8) oito titulares e (8) suplentes

a) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Sul - APAE:

Titular: Josiani Koth

Suplente: Jean Marcos Baumer

b) Obra Kolping Estadual de Santa Catarina:

Titular: Patrícia de Lourdes P. de Souza

Suplente: Raquel Kopsch

c) Associação Jardins de Infância Vovó Belinha:

Titular: Adriana Elisabeth Zimemermann

Suplente: Ingelior Christen de Oliveira

d) Centro Comunitário Divino Espírito Santo:

Titular: Janete Terezinha Zanis de Oliveira

Suplente: Simone Cristina de Oliveira Sebold

e) Centro de Integração Empresa Escola – CIEE:

Titular: Karise Robetti

Suplente: Jessica Losi Todesco

f) Associação para Recuperação de Alcoólatras e Toxicômanos – APRAT:

Titular: Patrick Münzfeld

Suplente: Célia Andreani Kaufmann

g) Associação Mover Caminhos

Titular: Patricia Perini Münzfeld

Suplente: Roselene Nogueira de Oliveira

h) Centro Assistencial de Caridade Nossa Senhora da Conceição – CACNSC:

Titular: Jorge Miguel Freitas

Suplente: Grasielle Maria Freitas Koepf

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

17 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em Exercício

**LEI 5864**

Publicação Nº 1405089

LEI Nº 5.864, de 19 de outubro de 2017.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica aberto o crédito especial, no valor de R\$ 459.315,78 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e quinze reais e setenta e oito centavos), por conta da tendência de excesso de arrecadação, de acordo com o que determina o art. 12 da Lei Orçamentária nº 5789, de 15 de dezembro de 2016, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.095	Blatb – Pab Fixo – Ações Básicas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01380100	Pab Fixo	R\$	459.315,78
	TOTAL	R\$	459.315,78

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO

19 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito em Exercício de Rio do Sul

**PORTARIA Nº 1306/DGP**

Publicação Nº 1405082

PORTARIA N.1306/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, a servidora SUSIANE BALDO REINICKE ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2017 1 00116 028 0048801 00 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de MICAEL REINICKE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Prh

**PORTARIA Nº 1307/DGP**

Publicação Nº 1405092

PORTARIA N. 1307/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, à servidora DÉBORA PINHEIRO ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme certidão de nascimento n.º 106823 01 55 2017 1 00008 046 0002828 80 do cartório de registro civil do município de Agrônômica, onde encontra-se o assento de BRUNO EDINGER.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Prh



**PREGÃO PRESENCIAL 040/2017**

Publicação Nº 1405328

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2017  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, SC, com sede na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, cidade de Rio do Sul, CEP 89.160-045, inscrito no CNPJ sob nº 10.469.199/0001-55, Telefone (47) 3531-1400 / 3531-1437, torna público o presente edital Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Motoboy, para Transporte de Material Biológico para a Realização de Exames de Laboratório (Espécie humano de risco mínimo), da UPA ( Unidade de Ponto Atendimento ), para o Laboratório do hospital Regional , com fornecimento de combustível, equipadas com baú e mensageiro motorizado, sob demanda, para atendimento às necessidades da UPA, por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, cujas Especificações encontram-se detalhadas no Termo de Referência Anexo I deste Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 31/10/2017, às 13h30min na Sala de Licitações no seguinte endereço Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Praça. 25 de Julho, nº01, Centro, Departamento de Processos Licitatórios.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 15h00 do dia 31/10/2017, na Sala de Licitações, endereço idem ao da entrega e abertura das propostas.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, situada a Rua Tuiuti, 154, bairro Centro, Rio do Sul/SC, Departamento de Processos Licitatórios a partir 07h30min às 11h30min das 13h00 às 17h00, ou através do site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) ou e-mail [maria.oliveira@riodosul.sc.gov.br](mailto:maria.oliveira@riodosul.sc.gov.br).

Rio do Sul (SC), em 19 de outubro de 2017.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIA DE SAÚDE MUNICIPAL DE RIO DO SUL

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
PREFEITO MUNICIPAL, DE RIO DO SUL

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2017**

Publicação Nº 1404880

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2017

OBJETO: Pregão Presencial para Contratação de empresa especializada para fornecimento de software de gestão pública, em ambiente web, provimento de data center, com manutenção de cópia do banco de dados em ambiente de informática do município, por meio de redundância ou download, incluindo ainda serviços de instalação, migração de dados, treinamento, implantação, manutenção, garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico. Município de Rio do Sul.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 01/11/2017, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 01/11/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos e também no sítio eletrônico do Município, no endereço [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul (SC), 16 de outubro de 2017.  
PAULO JOSÉ CUNHA  
Prefeito Municipal em Exercício

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário de Administração e Fazenda

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2017**

Publicação Nº 1404881

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2017

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição parcelada de Macadame Seco para a Manutenção em diversas Ruas do Município. Secretaria de Obras do Município de Rio do Sul.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/11/2017, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 06/11/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento - licitações

Rio do Sul (SC), 18 de outubro de 2017.  
PAULO JOSÉ CUNHA  
Prefeito Municipal em Exercício

FABIO ALEXANDRINI  
Secretário Municipal de Infraestrutura

**DECRETO 6598**

Publicação Nº 1404853

DECRETO nº 6.598 de 17 de outubro de 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DE TERRA PERTENCENTE AO SENHOR CARLOS WANSELOW.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município e alínea "i" do artigo 5º do Decreto-Lei nº 3365/41, DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, área de terra contendo a área de 42,05 m<sup>2</sup> (quarenta e dois metros e cinco decímetros quadrados), que integra uma área maior de 489,95m<sup>2</sup> (quatrocentos e oitenta e nove metros e noventa e cinco decímetros quadrados), pertencente ao senhor CARLOS WANSELOW, situada na Rua Anita Garibaldi, bairro Centro, nesta cidade, conforme termo de transcrição nº 6.417 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul - SC, tendo a área a ser desapropriada as confrontações constantes do mapa e matrícula em anexo, que são partes integrantes do presente Decreto.

Art. 2º - A área declarada de utilidade pública no artigo anterior, destina-se a adequação dos passeios públicos, nos moldes do Plano de Mobilidade Urbana.

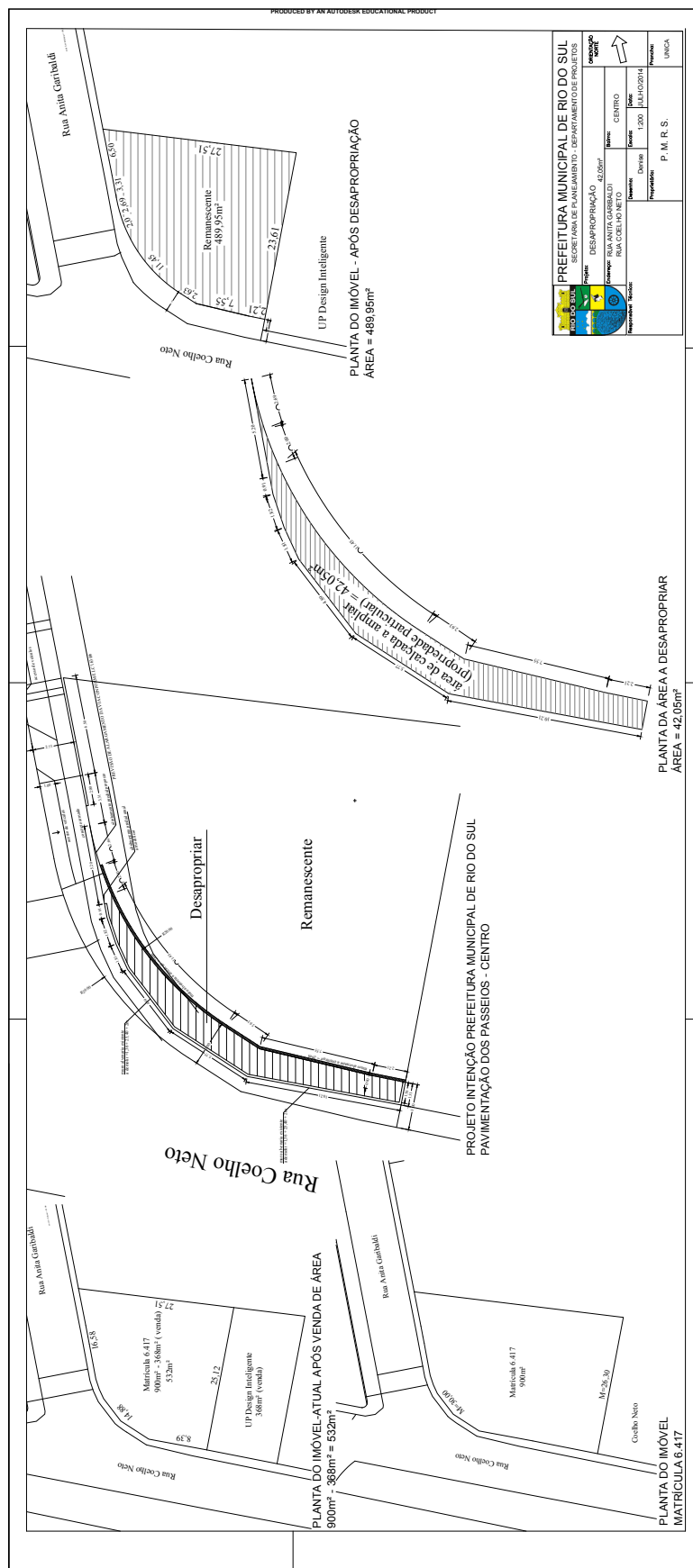
Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO,  
17 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA  
Prefeito Municipal em Exercício.



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 1012/2017**

Publicação Nº 1405155

PORTARIA No 1012, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Leonardo Simon Rutzen

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 01 a 10 de novembro de 2017, ao servidor Leonardo Simon Rutzen, Técnico Legislativo – Área Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2016– 2017, de acordo com a Lei Complementar nº 309, de 01/12/2015 – Consolidação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 11 a 20 de novembro de 2017 em abono pecuniário.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (10 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 125 da Lei Complementar nº 309/2015, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora GeralTHAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa**PORTARIA Nº 1013/2017**

Publicação Nº 1405156

PORTARIA No 1013, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Sabrina Roseni Cabral da Silva

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 16 a 25 de novembro de 2017, referente ao período 2016 – 2017, a servidora Sabrina Roseni Cabral da Silva, Técnica Legislativa – Área Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 309, de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (20 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 125 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora GeralTHAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa**PORTARIA Nº 1014/2017**

Publicação Nº 1405309

PORTARIA No 1014, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a Concessão de Adicional de Qualificação ao servidor Roberto Andrade Bastos

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de Adicional de Qualificação – AQ, ao seguinte servidor efetivo da respectiva Carreira do Quadro de Pessoal dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Rio do Sul, de conformidade com o que preceitua o art. 36 da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011:

I – Adicional de Qualificação – AQ, em 2% (dois por cento) sobre o vencimento básico, em virtude da juntada de certificados de capacitação, totalizando 100 horas-aula:

1. Roberto Andrade Bastos, Categoria Funcional de Procurador Legislativo;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 18 de outubro de 2017.  
HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora GeralTHAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 94/2017 - AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (EDUCAÇÃO)

Publicação Nº 1404988

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 94/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (EDUCAÇÃO), conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 30/10/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 30/10/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 18 de outubro de 2017.

ROSELI SAMAGAIA

Secretária de Educação

# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2017

Publicação Nº 1405748

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2017

O Município de Rio Fortuna – SC, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 82.926.585/0001-30, com sede à Av. Sete de Setembro, 1175, Centro, Rio Fortuna - SC, 88760-000, de acordo com a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e as disposições contidas no Decreto nº 21.981/32, bem como no presente Edital e seu(s) anexo(s), sob a coordenação e condução do LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E RURAL, BEL. ULISSES DONIZETE RAMOS, registrado na JUCESC, sob nº AARC- 309 e FAESC-041, CPF nº 102.471.938-36, estabelecido em Balneário Camboriú/SC, à Rua Nepal, 910 Pavimento Térreo - Nações - CEP 88.338-215, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO, tipo MAIOR LANCE, nas MODALIDADES PRESENCIAL E ON-LINE SIMULTANEAMENTE, para alienação de bens móveis inservíveis ao município, distribuídos em lotes conforme ANEXO I do edital, mediante as seguintes condições:

A nenhum participante do Leilão é dado direito de não conhecer os termos do Edital ou da Lei 8.666/93 e alterações. "Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que a não conhece". (Decreto, Lei 4.657/42, LICCB); bem como aceitar as condições do leilão e arrematar os bens no estado que se encontram.

#### 1 - DATA, LOCAL E HORÁRIO:

O Leilão realizar-se-á:

1.1. DATA: 14/11/2017

1.2. HORÁRIO: 09hrs

1.3. LOCAL: SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA

1.4. A MODALIDADE ON-LINE: Dar-se-á através da através do site do Leiloeiro Oficial, endereço eletrônico [www.donizetteleiloes.com.br](http://www.donizetteleiloes.com.br) - plataforma eletrônica baseada na rede mundial de computadores - Internet, realizado data e hora acima citadas.

1.5. Os interessados em participar deste Certame Simultâneo, deverão estar presentes na data, local e horário indicados no item 1 e os arrematantes na modalidade OnLine (internet) deverão estar devidamente logados/habilitados por meio de login e senha, disponibilizados mediante procedimentos de cadastramento no sistema on-line de lances pelo site [www.donizetteleiloes.com.br](http://www.donizetteleiloes.com.br) com antecedência mínima de vinte e quatro horas anteriores a data e hora do dia do leilão, obedecendo as exigências previstas em lei.

1.6. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização deste evento na data marcada, o Leilão ficará automaticamente prorrogado para o dia útil subsequente, no mesmo local e horário.

#### 2 - VISITAÇÃO PÚBLICA

2.1. Será permitida a visitação aos bens/lotas para avaliação, exame visual e funcional, vedados quaisquer outros procedimentos tais como: manuseio, abertura, partidas, retirada de peças e ou amostras; afim de que o interessado tenha pleno conhecimento do estado atual em que o bem se encontra, tanto físico como de funcionamento.

2.2. Os bens objetos deste leilão, divididos em lotes, poderão ser vistoriados e examinados pelos interessados no período compreendido nos dias 06, 07, 08, 09 e 10 de novembro de 2017 das 07h00minh às 13h00minh, estando os lotes localizados nos seguintes locais: Na Sede da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna.

2.3. A visitação para avaliação e exame visual do(s) lote(s) será obrigatoriamente acompanhada por funcionário designado pela Prefeitura de Rio Fortuna- SC;

2.4. Para realizar a visita e vistoria prévia do(s) lote(s), é obrigatório ao visitante interessado apresentar a Prefeitura de Rio Fortuna - SC seus documentos de identificação pessoal oficial.

#### 3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do Leilão pessoas físicas absolutamente capazes para os atos da vida civil e inscritas no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, e jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, desde que não estejam cumprindo sanção administrativa nos termos do art. 87, inciso II e IV, da Lei de Licitações.

3.2. É vedada a participação, direta ou indireta de servidores públicos do Município e da Administração Municipal.

3.2. Os interessados em participar do presente certame poderão retirar (gratuitamente) cópias integrais do Edital no endereço eletrônico do LEILOEIRO no link [www.donizetteleiloes.com.br](http://www.donizetteleiloes.com.br) na Prefeitura Municipal ou no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna [www.riofortuna.sc.gov.br](http://www.riofortuna.sc.gov.br)

3.3. Não poderão arrematar em leilão pessoas físicas e jurídicas que se encontrem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, bem como as que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, estadual, Municipal ou que estejam cumprindo sanção de suspensão temporária de participação em licitação ou impedidas de contratar, inclusive emittentes de cheques sem provisão de fundos repassados ao Leiloeiro.

3.4. Qualquer cidadão poderá acompanhar o desenvolvimento do leilão, desde que não interfira de modo a perturbar ou mesmo impedir a realização dos trabalhos sob pena das sanções previstas na Lei.

3.5. Na modalidade ON-LINE, os interessados deverão ofertar lances através da internet, devendo neste caso efetuar o cadastro no site [www.donizetteleiloes.com.br](http://www.donizetteleiloes.com.br), dar aceite nas condições descritas no Termo de Adesão bem como enviar a documentação em até 24 horas antes da data do Leilão. As normas para o cadastro, bem como relação de documentos para envio, estão apresentadas no site supracitado. Após análise do cadastro e documentação e, considerado o interessado apto à participar do leilão on-line, o mesmo receberá via e-mail, login e senha específica para este leilão, a fim de que efetue e homologue seus lances nos lotes de seu interesse.

3.6. A não apresentação da documentação de habilitação dentro do prazo acima estipulado, aos arrematantes ON-LINE, impedirá o interessado de participar do leilão ficando, portanto, inabilitado para a modalidade on-line.

#### 4 - DAS GARANTIAS - ARRAS OU SINAL

4.1. Ao arrematar um lote presencialmente, o arrematante vencedor deverá, após a batida do martelo do leiloeiro, assinar o COMPROVANTE DE ARREMATACÃO, juntando a este documento de identificação oficial com foto, ficha cadastral, dois cheques "calção" como garantia da promessa de compra, um destinado ao valor integral do lote nominal a Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, outro para a comissão do leiloeiro nominal ao Leiloeiro Publico ou outro documento que exija o leiloeiro Oficial.

4.2. Ao arrematante on-line, no ato da realização de seu cadastro no sistema de lances on-line, faz confirmação do CONTRATO DE ADESÃO DIGITAL, onde ao arrematar qualquer bem leiloado pelo



referido sistema está ciente da confirmação da venda, e das regras contidas no edital deste certame.

4.3. O Comitente, declara ser responsável pelos bens objeto do Leilão, possuindo-os livres e desembaraçados de quaisquer ônus, assumindo total responsabilidade quanto à procedência e regular situação jurídica destes bens.

4.4. DO LANCE INICIAL, PREÇO MÍNIMO DE VENDA DO BEM OU PREÇO DE RESERVA.

4.4.1. É o valor mínimo aceitável pela comitente para a venda do bem/lote. Esse valor atribuído para o lance inicial está exibido no site do Leiloeiro Público Oficial no campo "valor inicial do leilão" ou "valor de abertura", independentemente do "valor reservado" ou "preço de reserva". O preço de reserva não será revelado aos eventuais interessados, em nenhuma hipótese.

4.5. LANCE INICIAL - LANCE CONDICIONAL

4.5.1. Quando o maior lance ofertado não atingir o preço de reserva e a critério do Leiloeiro Público Oficial, poderão ser aceitos lances condicionais, os quais ficarão sujeitos a posterior aprovação do comitente.

4.6. Os lances condicionais serão válidos pelo prazo de até 02 (dois) dias úteis após a data do leilão. Aprovado o lance pela Comitente dentro desse prazo, o arrematante estará obrigado ao pagamento do preço do bem arrematado, da comissão do Leiloeiro Público Oficial no prazo de 24 horas (vinte e quatro horas) subsequentes. Caso o comitente não aprove o valor ofertado ou não se manifeste neste prazo, o lance será desconsiderado, não sendo devido qualquer valor pelo proponente/arrematante.

## 5 - DOS LANCES

5.1. Os participantes do Leilão Presencial deverão proferir seus lances verbalmente, a partir do valor mínimo de avaliação estabelecido no ANEXO I deste edital, considerando-se vencedor o licitante que houver feito o maior lance aceito pelo LEILOEIRO, concomitantemente com o Leilão OnLine.

5.2. Os participantes do Leilão ON-LINE deverão proferir seus lances através do site [www.donizetteleiloes.com.br](http://www.donizetteleiloes.com.br), obedecendo a sequência previamente descrita no ANEXO I do edital, e que também estará disponível sua ordem no site/sistema e simultaneamente com o Leilão Presencial.

5.3. O Leilão acontecerá Simultaneamente (Presencial e OnLine) na data e horário acima descrito, será dado tempo suficiente entre os lances, havendo cronômetro gerenciador de tempo do sistema/site, de modo que possibilite aos interessados e habilitados no leilão ON-LINE a efetuarem seus lances em igualdade de condições frente aos lances presenciais.

5.4 Os lances efetuados são IRRETRATÁVEIS, assim por nenhuma hipótese ou pretexto serão cancelados, e se vencedores, geram uma obrigação contratual, onde no ato da arrematação será gerada e enviada por e-mail ao ARREMATANTE ON-LINE a FICHA DE ARREMATACÃO do bem e os dados bancários da Prefeitura de Rio Fortuna - SC para pagamento do valor integral do lote, como os dados bancários do LEILOEIRO para o pagamento de sua comissão, sendo a garantia de promessa de compra além das garantias supra citadas no subitem 4.1, a qual deverá ser paga, a VISTA, no ato do encerramento do pregão.

5.5. O LEILOEIRO, a fim de racionalizar os trabalhos, estabelece diferença mínima, entre um lance e outro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) para sucessão dos lances. Podendo ainda o Leiloeiro definir outros valores durante o pregão, a fim de ampliar a competição e estimular os lances.

5.6. Poderá o leiloeiro por necessidade de ocasião ou a fim de ampliar a competição e estimular os lances, alternar a sequência dos lotes, agrupamento de lotes, exclusão total ou parcial, realizando a notificação aos arrematantes on-line via sistema de mensagens do sistema, e verbalmente aos arrematantes presenciais, sem que caiba qualquer reclamação ou interpelação judicial contra o LEILOEIRO.

5.7. Na sucessão de lances, a diferença não poderá ser inferior ao que for determinado pelo(s) Leiloeiro(s) antes do início do Leilão.

5.8. O lance que não for sucedido de outro de maior valor, será considerado vencedor, cabendo ao LEILOEIRO OFICIAL, assim declará-lo. A manutenção e o intervalo dos lances ficarão a critério do Leiloeiro Oficial.

5.9. Não havendo ofertas aos bens apregoados, por serem estes considerados preços acima dos praticados no mercado, ou supervalorização dos bens, a comissão de Leilão ou Prefeitura de Rio Fortuna - SC, poderá, ao final do Leilão, estudar a possibilidade de aceitar ofertas dos arrematantes ao(s) bem (ns) que não obtiveram lances após serem apregoados por 2 vezes, desde que esta não seja preço vil. Nestes casos, deverá ser obtida, também, a anuência da Prefeitura de Rio Fortuna - SC, que reserva seu direito de aceitar ou rejeitar total ou parcialmente as propostas apresentadas, ou ainda revogar esta licitação, de acordo com o Artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

## 6 - DAS CONDIÇÕES DE ARREMATACÃO E PAGAMENTO

6.1. Os bens serão vendidos à VISTA, no estado físico e nas condições de funcionamento em que se encontram, não cabendo a Prefeitura de Rio Fortuna - SC, nem ao LEILOEIRO, nem a qualquer outro que não seja o ARREMATANTE, qualquer responsabilidade quanto a consertos, reparos, remoção ou providências referentes a eventuais defeitos, correndo única e exclusivamente as expensas do arrematante todo o ônus daí decorrente.

6.2. No ato da arrematação, o participante deverá apresentar obrigatoriamente, os seguintes documentos:

Pessoas Físicas: RG, CPF, comprovante de residência e, quando for o caso, procuração com firma reconhecida por verdadeira ou Instrumento Público de Procuração outorgada pela Pessoa Física/Licitante.

Pessoas Jurídicas: Contrato Social e eventuais alterações, CNPJ, Inscrição Estadual, RG e CPF do(s) representante(s), juntamente, conforme o caso, com procuração outorgada na forma do contrato/estatuto social, com firma reconhecida por verdadeira ou Instrumento Público de Procuração ou cópia do ato de designação autenticado em cartório.

6.3. Os documentos explicitados no subitem anterior poderão ser exibidos no original ou mediante cópia integral, legível em boa forma, autenticada em cartório.

6.4. Os pagamentos serão a VISTA e são IRRETRATÁVEIS, não havendo devolução dos valores pagos em razão da desistência da compra, descumprimento do edital e outros.

6.5. A forma de pagamento referente ao VALOR INTEGRAL DA ARREMATACÃO DOS LOTES deverá ser em moeda corrente nacional, por meio de depósito em dinheiro no caixa bancário, ou via DOC/TED ou cheque nominal ao favorecido Município de Rio Fortuna - SC, CC Agência 5301-5, Conta 40.488-8, BANCO DO BRASIL 001. Devendo os arrematantes tanto presenciais quanto on-line, remeter cópia do comprovante para os e-mails [leiloeiro@donizetteleiloes.com.br](mailto:leiloeiro@donizetteleiloes.com.br) e [licitacoes@riofortuna.sc.gov.br](mailto:licitacoes@riofortuna.sc.gov.br), sendo em todos os casos sujeitos a verificação e confirmação da Prefeitura de Rio Fortuna - SC. O lote somente será liberado para o arrematante após a compensação dos créditos em nome do COMITENTE e do LEILOEIRO OFICIAL. Não são aceitos cheques de terceiros.

6.6. Sobre os valores de cada arrematação INCIDIRÃO 5% (CINCO POR CENTO), a cargo do arrematante, referente à COMISSÃO DO LEILOEIRO (Decreto-Lei nº 21.981/32 e Decreto nº 22.427/33). E deverão ser creditados em nome do mesmo sob os seguintes dados bancários: favorecido Ulisses Donizete Ramos, CPF nº 102.471.938-36, Banco do Brasil, Agência 1498-2, Conta Corrente 17.105-0 enviar comprovante para [leiloeiro@donizetteleiloes.com.br](mailto:leiloeiro@donizetteleiloes.com.br).

6.6.1 - Caso o arrematante não realize os pagamentos no prazo marcado, ficará sujeito as sanções previstas nos artigos 81, 93 e 95 da Lei 8.666/93 e 335 do Decreto-Lei 2.848/40.

6.6.2 - As alíquotas do ICMS catarinense são determinadas segundo a essencialidade dos produtos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, art. 155, § 2º, III. Assim, nas operações internas e nas interestaduais para destinatário não contribuinte do



imposto, aplicam-se as alíquotas, de acordo com o produto, fixadas pelo RICMS-SC/2001. Entretanto, no caso de operações interestaduais destinadas a contribuintes, aplicam-se as alíquotas de 7% ou de 12%, de acordo com o Estado de destino das mercadorias. (Constituição Federal de 1988, art. 155, § 2º, III; RICMS-SC/2001, arts. 26 e 27), as expensas por conta do ARREMATANTE.

6.7. A Prefeitura Municipal de Rio Fortuna - SC nada pagará ao LEILOEIRO OFICIAL.

6.8. Os bens objeto do presente leilão, serão arrematados pelo MAIOR LANCE oferecido à vista, assim sendo não serão admitidos quaisquer parcelamentos.

6.9. Para julgamento das propostas será adotado o critério de MAIOR LANCE oferecido à vista.

6.10. Os lances ofertados on-line serão apresentados simultaneamente em leilão, no ato do pregão, não conferindo ao proponente de lances on-line, quaisquer direitos nas seguintes hipóteses, sejam quais forem os motivos: eventual recusa do lance pelo leiloeiro oficial; quedas ou falhas no sistema, na conexão de internet, linha telefônica ou outras ocorrências, tendo em vista que tais meios são apenas facilitadores de oferta, com os riscos inerentes à ocorrência de eventuais falhas ou impossibilidades técnicas, imprevistos e intempéries.

6.11. Após a arrematação consumada com a batida do martelo, ao zerar do cronômetro gerenciador de tempo do sistema/site, sob nenhuma hipótese ou pretexto será aceita a desistência dos arrematantes quanto aos lotes arrematados.

6.12. A devolução do cheque do emitente, seja esta por insuficiência de fundos, divergência de assinatura, contra ordem, rasura ou quaisquer alíneas passíveis de devolução bancária, configurar-se-á falta de pagamento, sujeitará o arrematante às penalidades previstas no art. 171 do CPP, e como fraude em licitação pública, conforme previsto no art. 93 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 7 - DA ENTREGA DOS BENS

7.1. A retirada do(s) bem(ns), desde que devidamente comprovada sua quitação, por parte do COMITENTE e do LEILOEIRO, será realizada em data(s) convenientes acertadas entre a Prefeitura de Rio Fortuna - SC por meio do Departamento de Patrimônio com Sr. Paulo, (47) 3631-6028 e o ARREMATANTE, segundo as especificações descritas neste edital.

7.1.2. O(s) arrematante(s) deverá (ao) comparecer na Prefeitura Municipal de Rio Fortuna - SC, munidos da Nota de Venda em Leilão, comprovante de pagamento, documentos de identificação pessoal e procuração pública quando for o caso, para a retirada do bem arrematado, devendo agendar prévio horário com o Departamento de Patrimônio.

7.2. Os lotes de veículos somente serão liberados após a emissão do protocolo de transferência de propriedade junto ao DETRAN.

7.2.1. O comitente não tem qualquer responsabilidade ou autonomia quanto a questões pertinentes as informações documentais de registro dos lotes de automotores. Portanto mudanças de categorias/espécie tipo dos veículos deverão seguir as normas e regulamentações da lei nº 9.503/97 (CTB), sendo a consulta e regularização de inteira responsabilidade do arrematante.

7.3. É vedada a entrega de bens arrematados a terceiros, salvo com apresentação de instrumento procuratório lavrado em Tabelionato de Notas com poderes específicos.

7.4. O serviço de retirada dos lotes arrematados será realizado pelo arrematante, sob fiscalização da Prefeitura de Rio Fortuna - SC ou pessoa por ela designada.

7.5. É proibido ao arrematante ceder, permutar, vender, ou de qualquer forma negociar o(s) lote(s) que houver arrematado, antes do pagamento e emissão da(s) nota(s) de venda. Não haverá, em hipótese alguma, substituição dessas notas.

7.6. Caberá aos arrematantes a retirada dos bens em seu local de guarda no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da emissão da Nota de Venda em Leilão. Findo esse prazo, incorrerá em multa diária no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor do bem arrematado, até o limite de 30 (trinta) dias. Ultrapassado

este prazo e permanecendo os bens no local, a arrematação será cancelada, sem que caiba ao arrematante direito à restituição dos valores pagos, inclusive da comissão do Leiloeiro.

7.7. No ato da retirada, o Arrematante deverá providenciar a suas expensas os meios e a mão de obra própria ou de terceiros, bem como fornecer-lhes os equipamentos de proteção e segurança individuais (EPI's) necessários e exigidos na forma da lei, para este carregamento; cabendo em todos os casos unicamente ao arrematante a responsabilidade civil e criminal quanto à integridade física, segurança e por todos os atos dos envolvidos neste procedimento, dentro da área de armazenamento ou do perímetro do imóvel do comitente.

7.7.1. Não serão permitidos desmontes, reparos, transformações ou retiradas parciais de componentes do(s) bem, ou dos lotes arrematados, enquanto os mesmos ainda estiverem no local de armazenamento da Prefeitura de Rio Fortuna - SC, devendo os mesmos ser removidos totalmente no estado em que se encontram.

7.7.2. Os veículos cuja documentação encontram-se irregulares, deverão ser removidos através de veículo próprio para transporte ou rebocador, a expensas do arrematante e não poderão ser utilizados até regularização, auferindo-se a mesma regra para veículos sucateados.

7.8. O transporte dos bens arrematados, assim como as despesas com a retirada, carregamento, frete, seguro, etc., correrão por conta e risco do arrematante. A Prefeitura de Rio Fortuna SC e o LEILOEIRO OFICIAL não se responsabilizam por acidentes no ato da retirada dos bens arrematados.

7.9. A não retirada do bem pelo arrematante no prazo estipulado ocasionará perda do valor pago, bem como perda do valor da comissão paga ao Leiloeiro, ficando o arrematante sujeito as penalidades previstas nos arts. 335 e 345 do CPP e; arts. 93 e 95 da Lei 8.666/93. A venda será considerada nula e o bem reverterá ao patrimônio da Prefeitura de Rio Fortuna - SC.

## 8 - DAS PROVIDÊNCIAS JUNTO AO DETRAN

8.1. Caberá a Prefeitura de Rio Fortuna - SC encaminhar ao DETRAN, cópias autenticadas dos comprovantes de transferência de propriedade, devidamente assinados e datados, com vistas ao atendimento do disposto no art. 134 da Lei nº 9.503/97.

8.2. Obriga-se, o ARREMATANTE, proceder com a transferência de propriedade junto ao DETRAN, no prazo de 30 dias a contar da data de assinatura do recibo de compra e venda do veículo, a partir deste prazo, as expensas são de sua responsabilidade.

8.3. Antes da retirada do veículo, é responsabilidade do ARREMATANTE remover qualquer elemento, logomarca, adesivos, pinturas ou numeração de patrimônio que identifique o veículo ou bem como propriedade da Prefeitura de Rio Fortuna - SC.

## 9 - DAS PENALIDADES

9.1. Todo aquele que impedir, perturbar, fraudar, afastar ou procurar afastar arrematantes por oferecimentos de vantagens ou qualquer outro meio ilícito, estará sujeito às sanções previstas nos arts 93 a 95 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A falta de pagamento do valor de arrematação sujeita o arrematante, além da multa estabelecida no item 6.3, às seguintes sanções administrativas, indicadas nos incisos III e IV, do art. 87 da Lei nº 8.666/93:

9.2.1. Suspensão temporária de participação em Licitação, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

9.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Prefeitura de Rio Fortuna - SC ou LEILOEIRO pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na condição anterior.

9.3. As sanções previstas nos subitens 9.2.1. e 9.2.2. são aplicáveis

também aos licitantes que se envolvam na prática de atos ilícitos, nocivos ao Leilão, conforme art. 335 da Lei nº 2.848/40 (CPP).

#### 10 - DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

10.1. Quaisquer esclarecimentos e/ou impugnações a este Leilão poderão ser interpostos, por escrito, junto ao Setor Jurídico da Prefeitura de Rio Fortuna - SC, sendo protocolados no Protocolo Geral, dirigidos Presidente da Comissão de Licitações e endereçados ao LEILOEIRO OFICIAL.

10.2. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido, junto à Prefeitura de Rio Fortuna - SC, até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o evento, conforme previsto no § 1º do Artigo 41 da Lei 8.666/93.

10.3. Observado o disposto no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, o licitante poderá apresentar recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de julgamento das propostas/lances, anulação ou revogação deste Leilão.

#### 11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Em razão de conveniência a Prefeitura de Rio Fortuna - SC poderá adiar ou revogar o presente Edital, no todo ou em parte, modificar as condições nele estabelecidas ou mesmo, por motivos justificados, retirar do Leilão qualquer um dos bens descritos neste Edital, sem que aos interessados caiba indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.2. A participação no Leilão implica no conhecimento e aceitação tácita, por parte dos concorrentes, das exigências e condições estabelecidas no presente edital.

11.3. Informações adicionais relativas ao evento serão prestadas pelo Leiloeiro Oficial Ulisses Donizete Ramos, em horário comercial através dos fones: (47) 3063 0319/(47) 99911-1606 ou e-mail: leiloeiro@donizetteleiloes.com.br.

11.4. Faz parte integrante deste edital o memorial descritivo dos bens a serem leiloados – ANEXO I.

11.5. Os arrematantes receberão os bens no estado físico e de conservação em que se encontram, sendo por conta dos mesmos toda e qualquer despesa inerente à formalização da transferência de sua propriedade nos órgãos competentes, tais como mudança de domicílio, mudança de características e IPVA proporcional quando for o caso. Demais despesas com emplacements e fretes também serão pagos por conta do arrematante.

11.6. Os bens descritos nesse Edital serão alienados no estado e condições de funcionamento em que se encontram, pressupondo-se, de forma absoluta, que foram visitados, examinados e vistoriados previamente pelos licitantes, que não poderão alegar desconhecimento quanto ao estado de conservação dos mesmos, não cabendo quaisquer reclamações posteriores à arrematação, quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, nem tampouco abatimento de preço, pedido de restituição de valores ou a devolução dos bens.

11.7. As características dos bens e, não obstante, o estado em que se encontram, estão descritas detalhadamente no ANEXO I deste edital.

11.8. A descrição dos lotes se sujeita às correções, apregoadas no momento do leilão, para cobertura de omissões ou eliminação de distorções acaso verificadas.

11.9. Encerrado o Leilão, será lavrado o Auto de Venda em Leilão no qual constarão os lotes vendidos com a correspondente identificação dos arrematantes. O Auto será assinado mediante a prestação de contas junto ao comitente.

11.10. Após a comprovação do pagamento, o comitente, efetuará a transferência efetiva ao arrematante, entregando a este toda a documentação necessária e pertinente ao lote adquirido, não cabendo ao Leiloeiro Público Oficial quaisquer responsabilidades sobre estas ações.

11.11. Os atos de adjudicação e homologação serão praticados nos termos da Lei nº 8.666/93, cabendo ao comitente a adjudicação de cada lote ao respectivo arrematante.

11.12. O oferecimento de lances nas modalidades PRESENCIAL OU NA MODALIDADE ON-LINE (via internet), para aquisição dos bens implica no conhecimento e total aceitação das condições previstas neste edital.

11.13. Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei 8.666/93, com as alterações posteriores, independentes de menção expressa.

11.14. O presente Edital será publicado oficialmente em mídias cabíveis de publicação e divulgação, podendo também ser visualizado e retirado no site [www.donizetteleiloes.com.br](http://www.donizetteleiloes.com.br), como também no mural de editais e site na internet da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna SC.

11.15. Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones (47) 9911-1606 (Leiloeiro), (47) 3063 0319 (Escritório), ou através do e-mail: [contato@donizetteleiloes.com.br](mailto:contato@donizetteleiloes.com.br).

11.16. Em hipótese alguma será aceita desistência dos arrematantes ou alegações de desconhecimento das condições deste Edital, bem como do estado de conservação do objeto arrematado para eximir-se da obrigação gerada.

#### 12 - DA ELEIÇÃO DO FORO

12.1. Para dirimir dúvidas, controvérsias, ou quaisquer questões oriundas do presente EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2017, promovido por Município de Rio Fortuna - SC, tanto o Prefeitura de Rio Fortuna - SC, como o LEILOEIRO OFICIAL e os LICITANTES, elegem e aceitam expressamente como forma de resolução, a MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM, conforme Lei 9.307/96, indicando, desde logo, na qualidade de órgão auxiliar da justiça a MEDIAR Câmara de Conciliação Mediação e Arbitragem S/S Ltda.-ME, órgão auxiliar da justiça de natureza privada, independente e imparcial, especializada na solução de conflitos individuais e coletivos, em todas as áreas de direito disponível, podendo ainda, atuar em todo território nacional e internacional, inscrita no CNPJ sob nº 24.958.784/0001-23, estabelecida em Barra Velha/SC, na Rua Paraná nº 360 - Cjto. 03 - 1º andar - Centro - CEP 88.390-000, e-mail: [contato@merdiararbitragem.com.br](mailto:contato@merdiararbitragem.com.br), para dirimir toda e qualquer controvérsia que houver, desistindo de qualquer outra forma de resolução de conflito(s), por mais privilegiado que seja, não permitindo qualquer modificação, conforme preceituam os Artigos 62 e 63, do novo CPC.

12.2. Por estarem todos os participantes do presente certame licitatório bem cientes, tendo sido lidas as cláusulas e demais termos do presente Edital de Leilão Público, sendo pessoas esclarecidas, inteligentes, e a redação lançada explicada de forma a não haver dúvida, concordaram, e da concordância, expressam a aquiescência do todo inserido no presente edital, têm como verdade real, seguindo-se aos ensinamentos da autonomia da vontade, exercida de forma plena, para afastar qualquer entendimento futuro, em sentido diverso, bem ainda, como este Edital está publicado oficialmente nas mídias cabíveis de publicação e divulgação, bem como visualizado e extraídas suas cópias no site [www.donizetteleiloes.com.br](http://www.donizetteleiloes.com.br), com sua participação neste certame, declaram-se plenamente cientes da eleição da via da MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM NA SOLUÇÃO DE TODO E QUALQUER CONFLITO ORIUNDO DO PRESENTE CERTAME LICITATÓRIO.

Rio Fortuna – SC, 18 de Outubro de 2017.

Lindomar Ballmann

Prefeito Municipal de Rio Fortuna/SC

#### ANEXO I

(DESCRIÇÃO E VALOR DOS LANCES INICIAIS DOS BENS)

I – Veículo GM/VECTRA SEDAN ELITE, ano de fabricação 2010, modelo 2010, bicomustível, placa MHY8396, Chassi 9BGAC69CO-AB280054, Renavam 219009813; Valor: 20.000,00 (vinte mil reais).

II – Pulverizador para Trator Marca Montana, modelo 600 SLC, Sem Barras com 7 Metros de Mangueira e com Suporte com Pistola; Valor: 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

III – Distribuidor de Calcário e Fertilizantes Dca 6000 Budny; Valor: 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)

IV – Carreta Caçamba Agrícola para Trator de 6 Ton. Metálica, com Pistão P/Basculamento e Bomba e Cardan, Marca IPACOL. Valor: 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3.907/2017

Publicação Nº 1404785

DECRETO Nº 3.907/2017	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 254.468,50 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

02.01– Gabinete do Prefeito	
04.122.0002.2.003000 – Manutenção das Atividades do Departamento de Controle Interno	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

03.01– Departamento de Administração	
04.122.0004.2.004000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	25.000,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

03.02– Departamento da Fazenda	
04.123.0005.2.006000 – Manutenção das Atividades da Administração Financeira e Contábil	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	26.558,50
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

03.02– Departamento da Fazenda	
04.129.0005.2.007000 – Manutenção das Atividades do Depto de Tributação	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

03.03– Encargos Especiais	
28.846.0031.0.001000 – Pagamento de Inativos a Cargo do Tesouro Municipal	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.710,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	
28.846.0031.0.003000 – Pagamento de Precatórios	

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	60.000,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

05.01– Departamento de Assistência Social	
08.242.0012.2.018000 – Manutenção das Atividades do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

06.02– Departamento de Cultura	
13.392.0019.2.031000 – Manutenção das Atividades da Biblioteca Pública Municipal	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	1.200,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

06.03 – Departamento de Esportes	
27.812.0020.2.033000 – Manutenção das Atividades do Depto de Esportes	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	25.000,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

08.01– Departamento de Infraestrutura, Obras e Transportes	
26.782.0027.2.038000 – Manutenção das Atividades de Abertura e Conservação de Estradas Vicinais	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	75.000,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, no valor de R\$ 254.468,50 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016, da fonte de recursos: 100 – Recursos Próprios.

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 188.000,00 (Cento e oitenta e oito mil reais) , através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal , conforme discriminação a seguir:

03.01– Departamento de Administração	
04.243.0013.2.019000 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

06.01– Departamento de Educação	
12.361.0014.2.024000 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

06.01– Departamento de Educação	
12.361.0014.2.025000 – Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	55.000,00
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

06.01– Departamento de Educação	
12.365.0014.2.027000 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	70.000,00
Fonte: 118 – Transferência do FUNDEB (remuneração profissionais do Magistério)	

08.02– Departamento de Urbanismo	
15.452.0028.2.040000 – Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	46.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte: 100 – Superávit Recursos Próprios	

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 188.000,00 (Cento e oito mil Oito mil, setecentos e cinquenta reais), conforme discriminação a seguir

02.01– Gabinete do Prefeito	
04.122.0002.2.002000 – Manutenção das Atividades da Administração Superior	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

03.01– Departamento de Administração	
04.122.0006.2.005000 – Contribuição a Entidades Municipalistas	
3.3.50.00.00 – Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

03.01– Departamento de Administração	
04.243.0013.2.019000 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

05.03– Fundo da Criança e do Adolescente	
08.243.0013.2.020000 – Contribuição a Casa Lar	
3.3.50.00.00 – Aplicações Diretas	15.000,00

Fonte: 100 – Recursos Próprios	
--------------------------------	--

06.01– Departamento de Educação	
12.361.0014.2.024000 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	70.000,00
Fonte: 118 – Transferência do FUNDEB (remuneração profissionais do Magistério)	

06.01– Departamento de Educação	
12.365.0014.2.028000 – Manutenção das Atividades dos Pre Escolares	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	14.000,00
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

06.01– Departamento de Educação	
12.367.0017.2.029000 – Ações de Apoio a Educação Especial	
3.3.50.00.00 – Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
3.3.50.00.00 – Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

06.02– Departamento de Cultura	
13.392.0019.2.031000 – Manutenção das Atividades de Apoio a Cultura	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00

07.01– Departamento de Agricultura	
20.606.0021.2.036000 – Manutenção das Atividades de Assistência aos Agricultores	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	48.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

08.02– Departamento de Urbanismo	
15.452.0028.2.040000 – Manutenção das Atividades de Iluminação Pública	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 5º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 355.457,73 (Trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

06.01– Departamento de Educação	
12.361.0014.2.023000 – Manutenção das Atividades da Administração da Educação	



3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	35.000,00
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

06.01– Departamento de Educação	
12.365.0014.2.028000 – Manutenção das Atividades dos Pré Escolares	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	85.000,00
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

06.01– Departamento de Educação	
12.365.0014.2.027000 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	80.000,00
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

06.01– Departamento de Educação	
12.361.0014.2.025000 – Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

07.01– Departamento de Agricultura	
20.511.0026.1.012000 – Ampliação da Rede Distribuição D'Água em Comunidades do Município	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	11.457,73
Fonte: 189 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	

08.01– Departamento de Infra Estrutura, Obras e Transportes	
26.782.0027.2.038000 – Manutenção das Atividades de Abertura e Conservação de Estradas Vicinais	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	100.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte: 139 – Fundo Especial do Petróleo	

Art. 6º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, no valor de R\$ 355.457,73 (Trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos), são provenientes do Provável Excesso de arrecadação, conforme discriminação a seguir

Fonte	Descrição	Valor
100	Recursos Próprios	100.000,00
101	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	234.000,00
139	Fundo Especial do Petróleo	10.000,00
189	Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	11.457,73

Total	355.457,73
-------	------------

Art. 7º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º– Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 18 de outubro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## DECRETO 3.908/2017

Publicação Nº 1404786

DECRETO Nº 3.908/2017	ALTERA O PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS E A LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVES DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

### DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o PPA – Plano Plurianual nº 2.071/2013, de 12 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 1.051 – AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 2º. Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.222/2016, de 16 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 1.051 – AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 148.599,37 (Cento e quarenta e oito mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.1.051000 – Ampliação da Unidade Básica de Saúde	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	48.699,37
Fonte: 389 – Superávit Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	99.900,00
Fonte: 133 – Transferências de Convênios – União / Saúde	
TOTAL	148.599,37

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, da fonte de recursos 133 – Transferências de Convênios – União / Saúde, mais especificamente recursos do Programa de Requalificação de UBS – Ampliação.

Art. 5º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes da anulação das seguintes

dotações orçamentárias, no valor de R\$ 48.699,37 (Quarenta e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos), conforme discriminação a seguir:

08.02– Departamento de Urbanismo	
15.451.0028.1.048000 – Implantação de Lombadas, Faixa Elevada, Redutor de Velocidade e Rotular	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	48.699,37
Fonte: 389 – Superávit Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 18 de outubro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## **PORTARIA 8586/2017**

Publicação Nº 1405750

PORTARIA Nº 8586/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal, MILTON GRADE, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2014 à 01 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 18 de outubro de 2017 à 16 de novembro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 18 de outubro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos



# Salto Veloso

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017

Publicação Nº 1405354

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra ABERTO o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2017, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COLHEDORA DE FORRAGENS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE CONTRATO DE REPASSE Nº 844249/2017/MAPA/CAIXA.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 31/10/2017 até as 14h00min.

Abertura: 31/10/2017, às 14h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 18 DE OUTUBRO DE 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

### PORTARIA Nº 371/2017

Publicação Nº 1405057

PORTARIA Nº. 371 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR O CARGO DE MOTORISTA CLASSE III – 40 HORAS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear e dar posse por Concurso Público, o Sr. MARCOS ROBERTO FRIGO, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA CLASSE III, 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Transporte, Obras e Urbanismo, com vencimentos referentes ao código CPE 12, do Anexo II, Tabela II, Grupo IV.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 17 de outubro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

### PORTARIA Nº 372/2017

Publicação Nº 1405058

PORTARIA Nº. 372 DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 18 de outubro de 2017 a 15 de janeiro de 2018, conforme Artigo 83, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor DANILO TOMAZI, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Técnico Agrícola.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 18 de outubro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

### PORTARIA Nº 373/2017

Publicação Nº 1405059

PORTARIA Nº 373 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

ADMISSÃO DE SERVIDORA EM CARATER TEMPORÁRIO NO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Nº 1516 de 10 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir a Sra. PAULA GRASIELE BORGIA para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de AUXILIAR DE LIMPEZA, 20 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 18 de outubro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

### PORTARIA Nº 374/2017

Publicação Nº 1405060

PORTARIA Nº. 374 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71,

73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. DILVANE ANTÔNIO DOS SANTOS, pelo período de 06/10/2017 a 11/01/2018, correspondente a 98 dias, conforme perícia médica parte integrante da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de outubro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeito Municipal

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 069/2017

Publicação Nº 1405529

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 01 de Novembro de 2017 às 09h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica visando à contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas e adesivos de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pelas Secretarias Municipais. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: [licitacoes@santacecilia.sc.gov.br](mailto:licitacoes@santacecilia.sc.gov.br) site: [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br).

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h00min do dia 01/11/2017.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h30min do dia 01/11/2017

Santa Cecília, 18 de Outubro de 2017.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

# Santa Rosa de Lima

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO 16/2017 FMS

Publicação Nº 1404985

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Data, Horário e Local de Abertura: 01 de novembro de 2017, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000 ou pelo

e-mail [licitacao@santarosadelima.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadelima.sc.gov.br).

Santa Rosa de Lima, 18 de outubro de 2017.

SALÉSIO WIEMES

Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE INCLUSÃO E PRORROGAÇÃO EDITAL PR 101\_2017

Publicação Nº 1405721

#### AVISO DE INCLUSÃO E PRORROGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 101/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL leva ao conhecimento dos interessados que, no edital de pregão supracitado, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA DE SANTA ROSA DO SUL, é feita a seguinte inclusão:

NO ANEXO i, DA PLANINHA ORÇAMENTARIA fica incluído:

Descrição nos itens/veículos 1, 2, 3 e 4, das coberturas:

- ASSISTÊNCIA 200KM - 24 HORAS POR DIAS X 07 DIAS POR SEMANA;

Em virtude das alterações, fica prorrogada a data de entrega dos envelopes e abertura para o dia 31/10/2017 às 09h30min.

Mantém-se inalteradas as demais condições do Edital. Feita a retificação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei.

Santa Rosa do Sul, 18 de Outubro de 2017.

LUANA DE SOUZA PEREIRA

PREGOEIRA

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº. 230/2017

Publicação Nº 1404830

DECRETO Nº 230/2017

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1308/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde				
15	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde				
5	0102	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 16 de Outubro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO TP CONCURSO PUBLICO 01**

Publicação Nº 1405255

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 6/2017 - TP</b>
<b>CNPJ:</b> 01.612.847/0001-90 <b>Avenida Tancredo Neves, 337</b> <b>C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 78/2017 <b>Data do Processo:</b> 02/10/2017
	Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de serviços especializados para realização de concurso público no município de Santa Terezinha do Progresso/SC, compreendendo as fases: elaboração do edital, coordenar e receber as inscrições, elaborar todas as provas escritas com questões inéditas, aplicação e correção das provas escritas e práticas, recrutamento e treinamento dos fiscais de salas no dia da prova, classificação dos candidatos, divulgação dos resultados e demais atividades afins.

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 1/2017 (Sequência: 1)**

Ao(s) 17 de Outubro de 2017, às 08:30 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 12/2017, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 78/2017, Licitação nº. 6/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Fizeram-se presente as empresas AIRTON KERBES ME, E ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI ME, com seus representantes devidamente credenciados

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Aberta a sessão e estando os documentos devidamente rubricados, foi feita a conferência da documentação pelo presidente e membros da comissão. Após a conferência as empresas ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI ME e AIRTON KERBES ME foram inabilitadas por não comprovar a qualificação técnica da equipe que elabora o concurso item 5.5 do edital, abrindo-se o prazo de 8 (oito) dias úteis o qual estipula o art. 48 inciso II parágrafo 3º. da Lei Federal nº. 8.666/93. A comissão marca a data da nova sessão para o dia 27 de Outubro de 2017, às 08:30 horas para a entrega do envelope da documentação. Os proponentes deverão apresentar novamente toda a documentação exigida no edital. Os proponentes declaram estar de acordo com o parecer exarado pela comissão de licitações. Os envelopes das propostas de preços ficarão arquivados junto ao processo licitatório para a abertura posterior a habilitação.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Santa Terezinha do Progresso, 17 de Outubro de 2017

**COMISSÃO:**

JOSÉ ROBERTO MORANDINI - ..... - Presidente da Comissão de Licitação  
SELMAR MAGRO - ..... - MEMBRO  
ILIDIANE SECCHI - ..... - SECRETARIA  
ADEMIR ANTONIO DETOFOL - ..... - MEMBRO  
MARCIA JACOBY - ..... - MEMBRO

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

DANIEL BREDA - ..... - Representante  
RODRIGO ANTUNES PARIS - ..... - Representante



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 520/2017

Publicação Nº 1405230

DECRETO Nº 0520, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 14.930,00 (quatorze mil, novecentos e trinta reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 – Meio Ambiente

Atividade: 4.008 – Consórcio Quiriri – Contrato de Rateio

(507) 3.3.71.70.00.00.00 100 – Rateio Pela Partic. em Consórcio  
..... R\$ 14.930,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 – Meio Ambiente

Atividade: 4.008 – Consórcio Quiriri – Contrato de Rateio

(506) 3.1.71.70.00.00.00 100 – Rateio Pela Partic. em Consórcio  
..... R\$ 10.000,00

(508) 4.4.71.70.00.00.00 100 – Rateio Pela Partic. em Consórcio  
..... R\$ 4.930,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 521/2017

Publicação Nº 1405232

DECRETO Nº 0521, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 109.000,00 (cem e nove mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 – Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(67) 3.3.90.30.00.00.00 017 – Material de Consumo.....  
R\$ 100.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 02 – Encargos Especiais

Atividade: 0.086 – Pagamentos Pensionistas

(277) 3.1.90.01.00.00.00 100 – Aposentadorias e Reformas  
..... R\$ 9.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 – Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(69) 3.3.90.39.00.00.00 017 – Outros Serviços de Terceiros – PJ....  
R\$ 100.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 02 – Encargos Especiais

Atividade: 0.086 – Pagamentos Pensionistas

(278) 3.1.90.03.00.00.00 100 – Pensões .....  
..... R\$ 9.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### ERRATA DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 040/2017 - FMS

Publicação Nº 1404958

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

ERRATA DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 040/2017 - FMS

Na publicação do Extrato do Termo Aditivo acima referenciado, no DOM/SC Edição nº 2363, de 17 de outubro de 2017, pág. 1092, no local que se lê "EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 016/2017 - FMS, leia-se "EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 040/2017 - FMS, entendendo-se, portanto, retificado o acima exposto no extrato e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 184/2017

Publicação Nº 1405319

EXTRATO DO CONTRATO Nº 184/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IPM SISTEMAS LTDA.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema Informatizado de Gestão para Prefeitura Municipal, Fundações, Autarquias e Câmara Municipal, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 168/2017, o qual fica fazendo parte integrante deste contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito.

DO VALOR: R\$ 419.633,76 – valor total.  
DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar desta data.  
São Bento do Sul, 09 de outubro de 2017.  
ASS: MARGARETH BAYERL KEISER, pela Secretaria de Administração do Município.  
NILVA MARLI LARSEN HOLZ, como Chefe de Gabinete do Município.  
ROSILANE ZÉLIA DOS SANTOS, pela Secretaria de Finanças do Município.  
IPM SISTEMAS LTDA, como Contratada.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 178/2017

Publicação Nº 1405317

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 178/2017

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 130/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, em 22 de junho de 2016, conforme Edital de Tomada de Preços nº 130/2016.

Considerando o objeto do Contrato nº 130/2016, que constitui no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para a execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica das ruas do Conjunto Habitacional Wilfried A. Weihermann, constituído das Ruas C, D, Luiz Carlos Contezini e Wilfried Afonso Weihermann, Bairro Lençol, conforme memorial descritivo, projetos e Convênio nº 2016 TR1000 em anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 130/2016;

Considerando que a CONTRATADA solicitou Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao valor do Contrato acima citado devido ao aumento no custo do material "Concreto Betuminoso a Quente com CAP 50/70. Usinagem e Aplicação -CBUQ - 2,4t/m³ espessura de 5cm", visto que houve paralisação na execução das obras devido ao atraso no repasse do recurso para pagamento da Contratada, conforme documentado no Processo Administrativo nº 4182/2017, em anexo ao Termo Aditivo;

Considerando que a solicitação foi deferida conforme Parecer Jurídico nº 464/2017, documento em anexo ao Termo Aditivo, faz-se necessário aditar o referido contrato, com base no Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 31.683,61 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta e três reais e sessenta e um centavos), referente ao equilíbrio econômico-financeiro de 410,25 toneladas (quantidade encontrada na planilha orçamentária) do item "Concreto Betuminoso a Quente com CAP 50/70. Usinagem e Aplicação -CBUQ - 2,4t/m³ espessura de 5cm", sendo que o valor unitário de R\$ 244,97/t, passa para R\$ 322,20/t, conforme a tabela SINAPI de julho/2017, para pagamentos conforme Contrato Original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 22 de junho de 2016, Termo Aditivo nº 288/2016 de 09 de dezembro de 2016, Termo Aditivo nº 074/2017 de 27 de março de 2017 e Termo Aditivo nº 159/2017 de 28 de agosto de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 28 de setembro de 2017.

Ass: LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, como Contratada.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 181/2017

Publicação Nº 1405327

#### TERMO ADITIVO Nº 181/2017

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DE Nº 166/1996 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, EM 25 DE JULHO DE 1996, CONFORME EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 85/1996.

Considerando o Contrato Administrativo nº 166/96, firmado entre o Município de São Bento do Sul, e a empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda., que tem por objeto "Termo de Permissão para Exploração dos Serviços de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros" com vigência de 20 anos, que foi assinado em 25 de julho de 1996, com vigência e término em 24 de julho de 2016;

Considerando o Decreto Municipal nº 0428, de 19 de julho de 2017, que determina ao órgão colegiado de que trata o Decreto Municipal nº 337, de 09/05/2017, a retomada imediata dos trabalhos, procedendo-se, no prazo máximo de 435 (quatrocentos e trinta e cinco dias):

I – a adequação da legislação municipal ao disposto na Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana;

II – a formatação de um projeto de serviço de transporte coletivo urbano de passageiros, inclusive com reformulação de linhas e horários;

III – a confecção e aprovação do edital de licitação visando à outorga dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros;

IV – o envio do edital ao Tribunal de Contas de Santa Catarina e o cumprimento de eventuais medidas corretivas;

V – a realização da licitação até ulteriores termos e a devolução para homologação e adjudicação de objeto e, ainda, à consequente emissão da ordem de serviço.

Considerando o Art. 2º do Decreto Municipal supracitado que autoriza em prol dos usuários e em caráter precário e excepcionalíssimo, a partir de 20/07/2017 e impreterivelmente até 26/09/2018 (totalizando 435 dias), a celebração de termos aditivos de prazo do Contrato nº 166/1996.

Ante ao exposto, faz-se necessário com urgência a prorrogação do contrato nº 116/1996 através do 4º Termo Aditivo, a contar de 18 de outubro de 2017 pelo período de 90 (noventa) dias, nos termos do art. 2º, parágrafo único do Decreto Municipal nº 0428, nos seguintes termos:

Pelo presente Termo Aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.051.398/0001-00, com sede na Rua Jorge Lacerda nº 75, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. MAGNO BOLLMANN, portador do CPF nº 019.658.839-15, doravante denominado simplesmente CONTRANTE e de outro, a empresa NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.770.033/0001-85, e Inscrição Municipal nº 224, com sede na Rua João Stoeberl nº 119, neste Município, neste ato representado pelo Sr. FLAVIO HENRIQUE DE OLIVEIRA LIMA, portador do CPF nº 045.200.556-60, estabelecem o que abaixo segue:

1º - Fica prorrogada a vigência do referido Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 18 de outubro de 2017 e com término em 15 de janeiro de 2018, nos termos do Art. 2º, Parágrafo Único do Decreto Municipal nº 0428, de 19 de julho de 2017.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo,

firmado em 25 de julho de 1996, Termo Aditivo nº 165/2016 de 27 de julho de 2016, Termo Aditivo nº 016/2017 de 17 de janeiro de 2017 e Termo Aditivo nº 138/2017 de 20 de julho de 2017 permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
PREFEITO MUNICIPAL  
PERMITENTE

NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTE COLETIVOS

PERMISSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

MARGARETH BAYERL KEISER  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TIAGO MARTINHUK  
DIRETOR DE SUP. E PATRIMÔNIO

GIANCARLO GROSSI  
OAB/SC 24.329  
PROCURADOR JURÍDICO  
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL

### AUDIÊNCIA PÚBLICA SECRETARIA DE FINANÇAS SOBRE LOA 2018

Publicação Nº 1405667

#### E D I T A L

O Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul e o Presidente da Comissão de Finanças, Contas e Orçamento, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.689 de 27 de julho de 1993, COMUNICA que a Secretária Municipal de Finanças, Senhora ROSILANE ZÉLIA DOS SANTOS, apresentará em AUDIÊNCIA PÚBLICA, as propostas para Lei Orçamentária Anual – LOA de 2018.

Data: 20 de Outubro de 2017

Hora: 09:00 hs

Local: Plenário Câmara de Vereadores

Câmara Municipal de São Bento do Sul, 17 de Outubro de 2017.

Edimar Geraldo Salomon

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Marco Rodrigo Redlich

Presidente da Comissão de Finanças, Contas e Orçamento

### PORTARIA Nº 035, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1405587

PORTARIA Nº 035, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

“Nomeia Assessor Parlamentar.”

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Senhora Eliane Aparecida Machado ao cargo de Assessor Parlamentar do Vereador Daguiomar Nogueira, Símbolo CC-5, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de outubro de 2017.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2017.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### DECRETO CTB Nº 64/2017

Publicação Nº 1405515

Decreto CTB Nº 64/2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1400/2016, de 23 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01.04.122.0001.2.003-3.3.90.00.00.00.00.748 - Aplicações Diretas R\$ 11.500,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de outubro de 2017

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

### DECRETO CTB Nº 65/2017

Publicação Nº 1405614

Decreto CTB Nº 65/2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1400/2016, de 23 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de \$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

07.01.12.365.0006.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 50.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de outubro de 2017

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

# São Carlos

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO DE AVISO - EDITAL 35/2017 - ADM

Publicação Nº 1405776

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS

#### TERMO DE RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

ONDE SE LÊ:

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 035/2017 - FMS

Processo ADM. nº 1035/2017 - FMS  
Pregão Presencial nº 035/2017  
Tipo: Menor Preço por Item

LEIA-SE:

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 034/2017 - FMS

Processo ADM. nº 034/2017 - FMS  
Pregão Presencial nº 034/2017  
Tipo: Menor Preço por Item

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS, 18 de outubro de 2017.  
RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO



# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 231 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1404887

DECRETO Nº 231 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre composição do Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada, e pela Lei n. 1725, de 23/10/13;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 1466, de 07 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre regulamentação da Lei n. 1725, de 23 de outubro de 2013, que cria o Sistema Municipal de Defesa Civil (SIMDEC), o Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC), o Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC) e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) no Município de São Domingos/SC e dá outras providências;

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC) passa a ser composto pelos seguintes membros:

I - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil: Paulo Afonso Roani;

II - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos: Ari Pertille;

III - Secretaria Municipal de Saúde: Gilmar Antonio Brandalize;

IV - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: Flávio Triches;

V - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes: Ivonete Rodrigues Hennerich;

VI - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Andressa Lorenzon;

VII - Secretaria Municipal de Assistência Social: Sandra Maria Fiorese;

VIII - Coordenadoria Regional de Defesa Civil: Luciano Peri;

IX- Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina: Maycon Cardoso André;

Polícia Militar de Santa Catarina: Flavio Mushinski,  
Polícia Civil de Santa Catarina: Oswaldo Artilheiro Neto;

X- Representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina: João Henrique Duarte;

XI - Representante do Poder Judiciário: Elmar Saul Favero;

XII - Representante do Poder Legislativo Municipal: Gleicon Tiaraju Cardoso;

XIII - Associação dos Bombeiros Comunitários: Vanderlei Lisboa;

XIV - Câmara dos Dirigentes Lojistas: Cristiane Teixeira;

XV - Clubes de Serviço: Aloir Maciel;

XVI - Sindicato Rural: Hercílio de Freitas,  
Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar:, Josiane Rotava  
Sindicato dos Trabalhadores em Educação: Sirlene Conte;

§ 1º O COMDEC será presidido pela Chefe do Poder Executivo Municipal de São Domingos/SC.

§ 2º No exercício de suas atividades, poderá o COMDEC solicitar de pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações, em decorrência da calamidade pública e fenômenos anormais.

§ 3º A participação no Conselho Municipal de Defesa Civil será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC, tendo em vista sua função de órgão de assessoramento do Poder Executivo de São Domingos/SC, desenvolver as seguintes atividades:

I - deliberar sobre a política municipal de defesa civil;

II - promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de defesa civil, observada sua autonomia de atuação e suas instâncias de deliberação;

III - coletar, processar e disponibilizar informações e dados históricos ou estatísticos relativos à defesa civil;

IV - atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais órgãos dos municípios da região, federais e estaduais de defesa civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.

V - supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUMDEC, da forma que segue:

a) fixar as diretrizes operacionais do FUMDEC;

b) ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação de recursos financeiros disponíveis;

c) sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;

d) disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

e) decidir sobre a aplicação dos recursos;

f) analisar e aprovar anualmente as contas do FUMDEC;

g) promover o desenvolvimento do FUMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;

h) apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;

i) definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente decreto,

correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 229, de 09 de outubro de 2017.

São Domingos (SC), 17 de outubro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

## **PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 145/2017**

Publicação Nº 1404951

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE n. 145/2017

PREGÃO PRESENCIAL PREFE n. 045/2017

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 31 de outubro de 2017, estará recebendo as propostas dos interessados visando a AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO VAN PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 224) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 16 de outubro de 2017.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.



# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 14.541/2017

Publicação Nº 1404902

PORTARIA nº 14.541, de 16 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ANTONIO MANOEL DUARTE, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 821.450.679-49, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, nível CC04, da Fundação Cultural Ilha de São Francisco - FUCISF, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 2 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 2 de outubro de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 14.131, de 30 de março de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 16 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 14.547/2017

Publicação Nº 1404903

PORTARIA nº 14.547, de 17 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e conforme o art. 5º, da Lei Complementar nº 55, de 22 de maio de 2014, o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e de acordo com o Processo nº 9962/2017,

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Auxílio Escolar para o Curso Técnico em Segurança do Trabalho, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, à servidora ELAINE CRISTINA MARTINS TAVARES, matrícula nº 7956207, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras e Serviços, a partir da data do Processo nº 9962, de 9 de junho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 9 de junho de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 17 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 14.548/2017

Publicação Nº 1404906

PORTARIA nº 14.548, de 17 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e conforme o art. 1º, §10, da Lei Complementar nº 52, de 10 de março de 2014, o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e de acordo com o Processo nº 14334/2017,

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Auxílio Escolar para o Curso de Tecnologia em Gestão Pública, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, ao servidor JOSÉ ARALDO BATISTA, matrícula nº 500240, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, a partir da data do Processo nº 14334, de 22 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 22 de agosto de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 17 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 14.549/2017

Publicação Nº 1404910

PORTARIA nº 14.549, de 17 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e conforme o art. 1º, §10, da Lei Complementar nº 52, de 10 de março de 2014, o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e de acordo com o Processo nº 15240/2017,

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Auxílio Escolar para o Curso de Gestão Pública, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, ao servidor LUCIANO FELIPE PEREIRA OZÓRIO, matrícula nº 8117977, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, a partir da data do Processo nº 15240, de 6 de setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 6 de setembro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 17 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL 043/2017 FMSAÚDE**

Publicação Nº 1404767

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
LICITAÇÃO Nº 043/2017**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº. 14.448 de 30/08/2017, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09:00H (Nove horas) do dia 01 de Novembro de 2017, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01 - Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº 123/06, nº 127/07, nº 147/14, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

**1. DA LICITAÇÃO****1.1 – DO OBJETO**

1.1 Aquisição de material médico – hospitalar para o Programa de Oxigenoterapia, caixas térmicas para transporte de vacinas e amostras biológicas, materiais médico-hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Estratégia da Saúde da Família (ESF), em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

**2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.**

2.1. Local: Sala de Licitações, Rua Hercílio Luz, 09 – Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se a via postal) para o Pregoeiro impreterivelmente até às 09:00 (Nove horas) horas do dia 01 de Novembro de 2017.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES às 09:00 (Nove horas) horas do dia 01 de Novembro de 2017, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

**3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO**

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: 06 (seis) meses para os lotes 01 e 03 e entrega imediata para o lote 02

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Lote

3.4. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	2701 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2065 – Manutenção do Programa de Gestão Plena
Elemento de Despesa	339030 36 – Material Hospitalar
Vínculo do Recurso	13810 – Media e Alta Compl. Ambul. E hosp.. MAC

Unidade Orçamentária	2701 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2063 – Manutenção do Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças
Elemento de Despesa	339030 19 – Material de Acondicionamento e Embalagem
Vínculo do Recurso	13807 – Vigilância em Saúde

Unidade Orçamentária	2701 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2066 – Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Família
Elemento de Despesa	339030 36 – Material Hospitalar
Vínculo do Recurso	13815 – Transferência SUS PMAQ

3.6. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após entrega da NF devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

**4. DOS ANEXOS**

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;  
Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;  
Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;  
Anexo VI. Minuta do Contrato

## 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

## 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail [licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para,

além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de idoneidade e que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 7.1, 7.2, 7.2.1 e 7.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 7.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 043/2017  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 043/2017  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 9 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 11 deste Edital.

## 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) O seguinte título: "PROPOSTA DE PREÇOS PARA O PREGÃO Nº 043/2017".

b) O nome comercial da proponente, número do CNPJ, endereço, telefone, fac-símile ou e-mail e dados bancários.

c) Indicação individualizada da marca e característica dos produtos que estejam sendo cotados e as especificações completas desses bens, que deverão estar de acordo com as exigências constantes do Anexo I, não se admitindo propostas alternativas.

d) Cotação dos preços em moeda nacional, já incluídos tributos, fretes, taxas, seguros e outras despesas incidentes.

e) Os preços unitários e os totais expressos em algarismo e por extenso, como também, o total do LOTE.

e.1 em caso de divergência entre os preços unitários e os totais, prevalecerão os primeiros.

e.2) ocorrendo discordância entre o valor em algarismo e por extenso contido na proposta prevalece o valor por extenso.

10.3.4. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, contado da data prevista para entrega dos envelopes.

10.3.3. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, salvante as alterações decorrentes da etapa de lances ou a correção de meros erros formais.

10.3.4. Poderão ser corrigidos pelo pregoeiro erros meramente matemáticos.

10.3.5. A falta de rubrica, data e/ou assinatura na proposta somente poderá ser suprida por representante da proponente, com poderes para tal fim, que esteja presente na reunião de abertura dos envelopes.

10.3.6. Se da proposta constar condições materiais mais vantajosas que as exigidas neste edital, elas não serão consideradas para efeito de escalonamento das ofertas, mas vincularão o proponente na execução contratual.

10.3.7. Os preços ofertados na proposta serão fixos e irrevogáveis.

10.3.8. A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

10.3.9. Os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

10.3.10. Na formulação da proposta deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.3.11. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.3.12. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.3.13. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.3.14. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

## 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

## 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:



- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo (s) preço (s), inferior (es) ao (s) preço (s) da (s) proposta (s) melhor (es) classificada (s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a (s) detentora (s) da (s) melhor (es) oferta (s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja (m) microempresa (s) ou empresa (s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço (s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúbia interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

#### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

##### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

##### 14.1.1. RELATIVOS A CAPACIDADE JURIDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato Consolidado, devidamente arquivado no Registro do Comércio, em se tratando de Sociedades Empresárias e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;
- c) Registro do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira;

OBS: Os documentos relacionados nas alíneas do item "13.1.1" não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

##### 14.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

##### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

##### 14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

- b) b) Alvará Sanitário Estadual ou Municipal;

14.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.5 A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.6. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;



14.7. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.8. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.9. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.10. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.11.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

## 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

## 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

- a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

- I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;
- II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;
- III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;
- IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;
- V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.
- VII - Deverá manter em funcionamento no município um estabelecimento comercial compatível com o objeto do presente edital, durante a vigência do contrato;

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e o respectivo comprovante de abastecimento.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
- d) nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontadas de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Pela inadequabilidade do (s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) as penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) as multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica este ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

### 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 16 de Outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

#### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA 1.0 OBJETIVO

Aquisição de material médico- hospitalar para compor o Programa de Oxigenoterapia para um período de seis meses, aquisição de caixas térmicas a serem utilizadas no transporte de vacinas e amostras biológicas, aquisição de material médico – hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESF), (itens que foram desertos) para um período de seis meses.

**2.0 JUSTIFICATIVA**

A aquisição de Material para o Programa de Oxigenoterapia visa complementar o atendimento aos usuários cadastrados na oxigenoterapia domiciliar, a aquisição das caixas térmicas visa garantir a adequada conservação das vacinas e das amostras biológicas do laboratório municipal e a aquisição de material médico hospitalar se faz necessária para suprir a demanda das Unidades de Saúde, nos atendimentos diários à população.

**3.0 ESPECIFICAÇÃO****LOTE 1 – material para oxigenoterapia**

ITEM	PRODUTO	Unidade	Quant	Valor Unt Médio	Valor Total Médio
01	Cateter de Oxigênio tipo óculos	Unid	100	R\$ 1,87	R\$ 187,00
02	Máscaras de Venturi Infantil	Unid	12	R\$ 17,30	R\$ 207,60
03	Máscaras de Alta Concentração Adulto	Unid	25	R\$ 13,23	R\$ 330,75
04	Máscaras de Alta Concentração Infantil	Unid	25	R\$ 15,40	R\$ 385,00
05	Umidificador	Unid	50	R\$ 19,43	R\$ 971,50
06	Fluxometro para oxigênio	Unid	15	R\$ 70,66	R\$ 1.059,90
07	Manômetro	Unid	15	R\$ 197,50	R\$ 2.962,50
08	Extensor (látex)	Metro	150	R\$ 7,45	R\$ 1.117,50
09	Máscara de oxigênio adulto para traqueostomia com conector para cilindro de oxigênio.	Unid	05	R\$ 10,00	R\$ 50,00
10	Máscara de oxigênio infantil para traqueostomia com conector para cilindro de oxigênio	Unid	05	R\$ 10,26	R\$ 51,30

**VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 7.323,05**

**LOTE 2 – Caixas Térmicas**

ITEM	PRODUTO	Unidade	Quant	Valor Unt Médio	Valor Total Médio
01	Caixa Térmica Capacidade 20 litros, cor azul ou vermelha, alça superior, travamento automático, com termômetro acoplado. Material interno Poliuretano	Unid	3	R\$ 285,00	R\$ 855,00
02	Caixa Térmica Capacidade 12 litros, cor azul ou vermelha, alça superior, travamento automático, com termômetro acoplado. Material interno Poliuretano	Unid	22	R\$ 189,00	R\$ 4.158,00
03	Caixa Térmica Capacidade 05 litros, cor azul ou vermelha, alça superior, travamento automático, com termômetro acoplado. Material interno Poliuretano	Unid	03	R\$ 132,50	R\$ 397,50

**VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 5.410,50**

**LOTE 3 – material médico hospitalar**

ITEM	PRODUTO	Unidade	Quant	Valor Unt Médio	Valor Total Médio
01	Curativo Adesivo hipoalérgico. Caixa com 500 unidades	Unid	30	R\$ 26,16	R\$ 784,80
02	CLOREXIDINA ALCOÓLICA 0,5 %: anti-séptico tópico para uso hospitalar e a base de clorexidina, na concentração de 5%, forma farmacêutica alcoólica. forma de apresentação: frasco resistente, tipo almotolia, com capacidade para 100 ml. para uso no preparo do campo operatório anti-sepsia da pele. no rotulo do produto devera conter: indicação de uso, reações adversas e precauções, modo de usar, composição, numero de lote e validade mínima de dois anos da época da entrega.	FR	100	R\$ 19,00	R\$ 1.900,00

03	CLOREXIDINA SOLUÇÃO AQUOSA 0,2 %: antisséptico tópico à base de clorexidina, em solução aquosa, contendo 0,2 % de clorexidina na forma de digluconato. forma de apresentação: frasco resistente, tipo almotolia, com capacidade para 100 ml. para uso no preparo do campo operatório anti-sepsia da pele. no rotulo do produto devera conter: indicação de uso, reações adversas e precauções, modo de usar, composição, numero de lote e validade mínima de dois anos da época da entrega.	FR	120	R\$ 19,00	R\$ 2.280,00
04	Povedine Tópico – 100 ml (almotolia)	FR	200	R\$ 10,75	R\$ 2.150,00
05	Protetor labial com fator mínimo 30 fps, bastão contendo no mínimo 4,8 g.	Unid	150	R\$ 21,95	R\$ 3.292,50
06	Vaselina Líquida 1000 ml	FR	40	R\$ 30,00	R\$ 1.200,00

VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 11.607,30

3.1 A EMPRESA VENCEDORA DO ITEM: 05 do terceiro lote, deverá apresentar amostra para aprovação e análise técnica, no prazo de no máximo 05(cinco) dias úteis após o certame.

3.2 JUNTO COM A PROPOSTA AS EMPRESAS DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE CERTIFICADOS:

3.2.1 – Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (LEGIVEL). (Dispostos na mesma ordem da listagem de itens do Anexo I do edital, identificando em seu cabeçalho o número do item, destacando as informações preferencialmente com caneta marca texto).

3.2.2 – as propostas deverão estar em conformidade prevista neste edital, com páginas numeradas, fixadas com espirais ou presilhas para fácil manuseio seguindo a sequência abaixo:

- Proposta de itens com: marcas, valor unitário, valor total e número de certificação da ANVISA para todos os itens certificados.
- Aos itens que são isentos de certificação deverá ser apresentada a documentação inerente a sua isenção.
- Certificação da ANVISA, conforme número impresso na proposta, em ordem crescente dos itens impressos.

3.3 – PRAZO DE ENTREGA

3.3.1 - A entrega dos materiais médico-hospitalar será de forma parcelada, de acordo com os pedidos solicitados pelo setor de Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sendo que a entrega deverá ser feita na totalidade do pedido dentro prazo máximo de até 10 (dez) dias contados da data de solicitação durante o período de 6 (seis) meses.

3.3.2 – A entrega das caixas térmicas deverá ser realizada no prazo de 15 dias após o pedido solicitado pelo setor de Vigilância Epidemiológica.

3.3.3 - A entrega fora do prazo estabelecido acima acarretará automaticamente em advertência a empresa, ficando intimada a efetuar a entrega no prazo estendido de 05 (cinco) dias corridos, sendo que novo descumprimento de prazo acarretará sanções, conforme preconiza este edital.

3.3.4 - Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde.

3.3.5 - O pedido de prorrogação do prazo de entrega, concedido em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de 01 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada, em conformidade com o Art. 57, §1, da Lei nº 8.666/93.

4. – FISCALIZAÇÃO

4.1 A fiscalização do fornecimento dos materiais será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC, por meio de servidores designados conforme segue:

Coordenadoria do Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde  
Coordenadoria da Vigilância Epidemiológica

4.2 A fiscalização reserva-se ao direito de recusar os produtos e materiais que não atenderem as marcas constantes da proposta ofertada, bem como, as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.

5. – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



A(s) empresa(s) vencedora(s) se obriga(ão) a:

- a) executar os serviços em estrita conformidade com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços;
- b) responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados, sob pena de responder pelos danos causados a Administração;
- c) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
- a) aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;
- b) manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação;
- c) cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- d) Fornecer amostras solicitadas dos materiais para análise e aprovação. Nenhum produto ou material será aceito sem que estejam de acordo com as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.
- c) É de responsabilidade da(s) vencedora(s) a apresentação dos documentos para comprovação de isenção fiscal, nos termos dos Arts. 3 e 4 da Instrução Normativa 480/2004 da Secretaria da Receita Federal.

#### 6. – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul obriga-se a:

://www.saofranciscodosul.sc.gov.br

- a) efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento;
- b) comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na entrega do objeto;

#### 7. - DO REAJUSTE

8.1 Os preços contratuais resultante do objeto da presente licitação serão fixos e Irreajustáveis.

#### 8. – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, o Município poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

- a) advertência, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;
- b) multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total empenhado, em virtude de atraso no cumprimento das obrigações estabelecidas, aplicada até o limite de cinco dias;
- c) multa de 2% (dois por cento), sobre o valor integral do empenho, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

8.2 – Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do empenho global, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 02 (dois) dias do indicado para entrega do objeto.

8.3 – A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 8.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

8.4 – A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pelo fornecedor, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

8.5 - As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor, se houver, ou cobradas judicialmente.

#### 9 – ACEITAÇÃO DO OBJETO

a) Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, mediante recibo, o objeto desta licitação será recebida:

I – provisoriamente, imediatamente depois de efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

II – definitivamente, em até 15 (quinze) dias úteis.

b) Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

c) Independentemente da aceitação, o fornecedor garantirá a qualidade de cada unidade do produto/material fornecido pelo prazo



estabelecido na respectiva garantia pelo produtor ou fabricante, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido.

#### 10.1 – PROBLEMAS NA ACEITAÇÃO DO OBJETO.

Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o especificado ou com a proposta, com defeito ou incompleto, a Fiscalização Notificará por escrito a empresa, interrompendo-se os prazos de recebimento, e ficando suspenso o pagamento até que sanada a situação.

##### 10.1.1 – MATERIAL ENTREGUE EM DESCONFORMIDADE OU COM DEFEITO

Em caso de material entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo pela fiscalização para que a empresa substitua o mesmo, que terá início a partir da data do Termo de Recusa de Material. O Fornecedor ficará obrigado a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado.

Serão recusados apenas os itens que se encontrar em desacordo. Quando a recusa for parcial, será estabelecido o prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados pela fiscalização.

##### 10.1.2 – MATERIAL INCOMPLETO

a) O Fornecedor deverá entregar todo o material solicitado através de pedido, em caso de entrega parcial será enviada Notificação, informando o ocorrido, e considerar-se-á como inadimplemento contratual, tendo em vista a não entrega de todos os itens solicitados.

b) Se a nota fiscal não estiver de acordo com os produtos e materiais entregues, será estabelecido o prazo de até 03 dias úteis para a substituição da mesma por outra contendo apenas os itens recebidos.

##### 10.1.3 – NOTA FISCAL EM DESCONFORMIDADE COM O EMPENHO

Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho. Em caso de divergência, será estabelecido o prazo de até 03 dias úteis para o fornecedor fazer a substituição, sendo que deverá ser justificada formalmente qualquer ocorrência que a leve a descumprir os deveres estabelecidos neste Termo. A aceitação da justificativa ficará a critério e responsabilidade do Fiscal.

#### 11. – FORMA DE EXECUÇÃO

//www.saofranciscodosul.sc.gov.br

Os produtos e materiais serão solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde, através do setor de Almoxarifado, no período de 06 (seis) meses.

#### 12. – LOCAL PARA ENTREGA :

##### 12.1 – MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR

Setor de Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde

Rua: Aldo Possamai (lateral da subida para o Hospital de Caridade)

Bairro: Centro Cidade: São Francisco do Sul – SC

Horário de entrega: De 2ª à 6ª feira, das 08:00h às 13:00h

##### 12.2 – CAIXAS TÉRMICAS

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC / Vigilância Epidemiológica

Rua: Manoel A. Bueno, 387 (fundos do Hospital Nossa Senhora da Graça)

Bairro: Rocío Grande Cidade: São Francisco do Sul - SC

#### 13. – LOCAL DE ENTREGA DA NOTA FISCAL

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC / Setor Compras

Rua: Manoel A. Bueno, 387 (fundos do Hospital Nossa Senhora da Graça)

Bairro: Rocío Grande Cidade: São Francisco do Sul - SC

#### 14.- PAGAMENTO

a) O pagamento dar-se-á ao Fornecedor no prazo de 30 (trinta dias) após a entrega do pedido, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente vistada pelo Fiscal do Contrato, atestando o recebimento dos materiais pelo Fundo Municipal de Saúde.

b) A nota fiscal deverá ser entregue no Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, no período entre o 1º dia útil até no máximo o 24º dia útil do mês corrente.

Nádia Moreira Raposo

Secretária Municipal de Saúde

Port. Nº 14.197/2017

#### ANEXO II

#### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Ao:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ..... , representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ..... , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... , e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ..... , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº 043/2017, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 043/2017

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

Ao:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 043/2017

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 035/2017 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de ..... , Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO V

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao:  
Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul  
A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 043/2017

Pelo presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017, cujo objeto é a Aquisição de ....., de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO  
PREGÃO Nº 043/2017

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Instrumento Particular de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 01.744.089/0001-63, neste ato representado por sua Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. Nadia Moreira Raposo, brasileira, casada, inscrita no CPF. sob nº 035.961.299-74, residente e domiciliada nesta cidade, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrita no CPF. sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada na \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade \_\_\_\_\_, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório Nº 043/2017 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, de conformidade com a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações, têm entre si justo e acertado o seguinte:

## CLÁUSULA 1ª - OBJETO

1.1 O Presente Contrato tem por objeto a Aquisição de material médico – hospitalar para o Programa de Oxigenoterapia, caixas térmicas para transporte de vacinas e amostras biológicas, materiais médico-hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Estratégia da Saúde da Família (ESF), em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

## CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Perfaz o presente Contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_\_, irrecorrível, cujo pagamento dar-se-á à CONTRATADA mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente visada pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde atestando a entrega dos produtos.

## CLÁUSULA 3ª – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste Contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	2701 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2065 – Manutenção do Programa de Gestão Plena
Elemento de Despesa	339030 36 – Material Hospitalar
Vínculo do Recurso	13810 – Media e Alta Compl. Ambul. E hosp.. MAC

Unidade Orçamentária	2701 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2063 – Manutenção do Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças
Elemento de Despesa	339030 19 – Material de Acondicionamento e Embalagem
Vínculo do Recurso	13807 – Vigilância em Saúde

Unidade Orçamentária	2701 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2066 – Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Família
Elemento de Despesa	339030 36 – Material Hospitalar
Vínculo do Recurso	13815 – Transferência SUS PMAQ

**CLÁUSULA 4ª – ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

Os preços contratuais resultantes do objeto da presente licitação serão fixos e irrevogáveis.

**CLÁUSULA 5ª – PENALIDADES**

5.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, o Município poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

- a) advertência, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;
- b) multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total empenhado, em virtude de atraso no cumprimento das obrigações estabelecidas, aplicada até o limite de cinco dias;
- c) multa de 2% (dois por cento), sobre o valor integral do empenho, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

5.3. A sanção prevista na alínea "d", do subitem 5.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

5.4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

5.5 As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos à contratada, se houver, ou cobradas judicialmente.

**CLÁUSULA 6ª - RESCISÃO CONTRATUAL**

O presente Contrato poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, nos casos previstos no Capítulo III – Seção V, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações.

**CLÁUSULA 7ª - ENCARGOS**

A CONTRATADA assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, bem como dos demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste contrato.

**CLÁUSULA 8ª – PRAZO E ENTREGA**

A entrega deverá ser feita gradativamente conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde, pelo período de 06 (seis) meses.

**CLÁUSULA 9ª - BASE LEGAL**

Onde este Contrato for omissivo, prevalecerão as normas da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações.

**CLÁUSULA 10ª - FORO**

Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca.

E, por estarem acordes, assinam o presente Contrato em 04(quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Francisco do Sul, 00 de \_\_\_\_\_ de 2017.

NADIA MOREIRA RAPOSO Gestora do Fundo Municipal de Saúde CONTRATANTE		CONTRATADA
--	--	------------

**TESTEMUNHAS:**

CPF:		CPF:
------	--	------

# São João Batista

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017 PREGÃO PRESENCIAL 019/SISAM/2017

Publicação Nº 1405239

Ata de Registro de Preços Nº 012/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017

PROCESSO Nº 033/SISAM/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/SISAM/2017

No dia 18 do mês de outubro do ano de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/10/2017, RESOLVE registrar o preço da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA DE CALCETEIRO, COLOCAÇÃO DE TUBOS E COLOCAÇÃO DE MEIO FIO, DESTINADAS A PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME PROJETO APRESENTADO, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. A licitante registrada para a execução do serviços é:

LL OBRAS LTDA ME CNPJ Nº 12.674.640/0001-66
Item: 01, 03
Valor total homologado ao licitante: R\$ 146.315,00 (cento e quarenta e seis mil trezentos e quinze reais).
AZ CONSTRUÇÕES, EDIFICAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA - ME CNPJ Nº 08.352.945/0001-84
Item: 02
Valor total homologado ao licitante: R\$ 32.900,00 (trinta e dois mil e novecentos reais).

Este instrumento não obriga o SISAM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a execução, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os serviços deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os serviços deverão ser executados de imediato, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 18 de outubro de 2017 – Andreia Costa Azevedo – Diretora Geral

### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 052/FMS/2016

Publicação Nº 1405163

Extrato do segundo termo aditivo ao Contrato nº 052/FMS/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de São João Batista - SC; Contratada: Recicle Catarinense de Resíduos LTDA – CNPJ nº 95.886.735/0001-70; Processo Licitatório 035/FMS/2016: Pregão Presencial 022/FMS/2016; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 17/10/2018; Despesa orçamentária: (40) 3.3.90.39.28.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 10/10/2017.

### LEI MUNICIPAL 3.751, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1405310

Lei Municipal 3.751, de 16 de outubro de 2017.

CRIA A SEMANA DO SAPATEIRO NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Semana do Sapateiro no Município de São João Batista, a ser comemorada de 23 a 29 de outubro de cada ano, em homenagem e memória dos sapateiros.

Art. 2º A Semana do Sapateiro tem por objetivo um momento de homenagem aos trabalhadores das indústrias calçadistas.

Art. 3º Todos os anos da Semana do Sapateiro, o Executivo Municipal, em conjunto com os segmentos da comunidade, poderá promover atividades concernentes aos trabalhadores do polo calçadista.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 16 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL 3.752, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1405312

Lei Municipal 3.752, de 18 de outubro de 2017.

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA, NO VALOR DE R\$ 30.000,00.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder contribuição financeira no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçado de São João Batista, CNPJ nº 83.819.292/0001-16, para custear despesas com a Semana do Sapateiro, que será realizada nos dias 23 a 29 de outubro de 2017, no Município de São João Batista.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte modalidade:

06 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

0601 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

23.695.0007.2.086 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento.

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00.0 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 3º O beneficiário prestará contas da correta aplicação da contribuição prevista no artigo 1º desta Lei, no prazo máximo de 30 dias, contados da efetiva concessão do benefício, conforme determina a legislação específica.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 18 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL 3.753, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405314

Lei Municipal 3.753, de 18 de outubro de 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER, SOB A FORMA DE DOAÇÃO, PARTE DE IMÓVEL SITUADO NO BAIRRO TIMBEZINHO, NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, sob a forma de doação, a área de 2.086,00m², conforme memorial descritivo anexo a presente Lei, sendo a área especificada parte do imóvel registrado no Registro de Imóveis da Comarca de São João Batista sob a matrícula n. 12.337, que tem área total de 185.096,74 m² e está situada na localidade de Timbezinho, neste Município, de propriedade de Sociedade Educacional e Assistencial Bethânia.

Art. 2º O objeto da doação será destinado à implantação de via pública com o objetivo de melhorar o atendimento de estabelecimento educacional.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 18 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 040/SISAM/2017 - TOMADA DE PREÇOS 004/2017**

Publicação Nº 1404817

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 040/SISAM/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 004/SISAM/2017

O SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 07.585.406/0001-22, com sede na Rua José Antônio Soares, nº 2533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por intermédio de Andréia Costa Azevedo, Diretora Geral do SISAM, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/SISAM/2017 – Tomada de Preços 004/SISAM/2017, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA ESTRADA GERAL DE ARATACA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, TERMO DE REFERÊNCIA, ESPECIFICAÇÃO PARA ASSENTAMENTO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, PROJETOS E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL; Entrega dos envelopes: até às 14h15min do dia 08/11/2017. Abertura dos envelopes: 14h30min do dia 08/11/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal 206 ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 18 de outubro de 2017. Andréia Costa Azevedo – Diretora Geral do SISAM



**DECRETO Nº 3229/17**

Publicação Nº 1404882

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**DECRETO Nº 3229/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 57.429,51 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO****04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.122.0002.2.018 - Manutenção da Secretaria da Educação

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.426,50

12.361.0002.2.010 - Manutenção do Ensino Fund. - SALÁRIO EDUCAÇÃO

3.3.90.00.00.00.00.00.0004 - Aplicacoes Diretas

Valor - 30.000,00

**05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA****05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

06.182.0006.2.076 - Manutenção do Sistema de Transito Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0300 - Aplicacoes Diretas

Valor - 2,00

06.182.0006.2.076 - Manutenção do Sistema de Transito Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1,01

**14 - ENCARGOS GERAIS****14.01 - ENCARGOS GERAIS**

28.843.0000.0.100 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

4.6.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 6.000,00

**17 - FUNJUVE****17.01 - FUNJUVE**

13.392.0008.2.097 - Manutenção da Diretoria de Cultura

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 20.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO****04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.122.0002.2.018 - Manutenção da Secretaria da Educação

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.426,50

12.361.0002.2.010 - Manutenção do Ensino Fund. - SALÁRIO EDUCAÇÃO

4.4.90.00.00.00.00.00.0004 - Aplicacoes Diretas

Valor - 30.000,00

**05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA****05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

06.182.0006.2.076 - Manutenção do Sistema de Transito Municipal

4.4.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1,01

06.182.0006.2.076 - Manutenção do Sistema de Transito Municipal

4.4.90.00.00.00.00.00.0300 - Aplicacoes Diretas

Valor - 2,00

**14 - ENCARGOS GERAIS****14.01 - ENCARGOS GERAIS**

28.843.0000.0.100 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 6.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**17 - FUNJUVE**

**17.01 - FUNJUVE**

13.392.0008.2.097 - Manutenção da Diretoria de Cultura

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 20.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 16 de Outubro de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 16/10/2017

---

**Assessoria de Comunicação**

**DECRETO Nº 3230/17**

Publicação Nº 1404884

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**DECRETO Nº 3230/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 35.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

06.182.0006.2.076 - Manutenção do Sistema de Trânsito Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0300 - Aplicações Diretas

Valor - 20.000,00

**14 - ENCARGOS GERAIS**

14.01 - ENCARGOS GERAIS

28.845.0000.0.101 - Contribuições ao PASEP

3.3.90.00.00.00.00.00.0300 - Aplicações Diretas

Valor - 15.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do SUPERÁVIT FINANCEIRO.

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 16 de Outubro de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 16/10/2017

---

**Assessoria de Comunicação**

**DECRETO Nº 3231/17**

Publicação Nº 1404944

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**DECRETO Nº 3231/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 24.779,85 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**09 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL****09.01 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL**

08.243.0005.2.055 - Proteção Especial de Média Complexidade

3.3.90.00.00.00.00.00.0036 - Aplicacoes Diretas

Valor - 8.836,96

08.243.0005.2.054 - Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0036 - Aplicacoes Diretas

Valor - 3.065,39

08.243.0005.2.054 - Serviços de Proteção Social Básica

4.4.90.00.00.00.00.00.0036 - Aplicacoes Diretas

Valor - 3.040,54

08.243.0005.2.055 - Proteção Especial de Média Complexidade

4.4.90.00.00.00.00.00.0036 - Aplicacoes Diretas

Valor - 9.836,96

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social - Proteção Social Básica e Proteção Especial de Média Complexidade .

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 17 de Outubro de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 17/10/2017

\_\_\_\_\_  
Assessoria de Comunicação

**DECRETO Nº 3233/17**

Publicação Nº 1405332

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**DECRETO Nº 3233/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 90.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO****04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.014 - Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0008 - Aplicacoes Diretas

Valor - 45.000,00

**05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA****05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

06.182.0006.2.076 - Manutenção do Sistema de Transito Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicacoes Diretas

Valor - 45.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 17 de Outubro de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 17/10/2017

\_\_\_\_\_  
**Assessoria de Comunicação**

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### LEI 1732/2017 - ALTERAÇÃO LEI DO LOTEAMENTO HEIMATLAND EGON GRINGS

Publicação Nº 1405191

LEI Nº 1732/17, DE 17/10/2017.

ALTERA A LEI N. 1.720/17 DE 04/07/2017, AUTORIZA A DOAÇÃO DE ÁREA PARA FORMAÇÃO DO PROLONGAMENTO E ALARGAMENTO DA RUA RIO PARDO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Complementar 018/2012, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso V do artigo 3º da Lei n. 1.720/17 de 04/07/2017, onde constou como sendo de 4.140,32m² a área para formação do prolongamento da Rua Rio Pardo, quando, na verdade, a área é de 3.977,70m² (três mil, novecentos e setenta e sete metros e setenta decímetros quadrados).

Art. 2º Ficam alterados os incisos VI e VII do artigo 3º da Lei n. 1.720/17 de 04/07/2017, passando a vigorar o seguinte texto:

Art. 3º .....

.....

VI – a área institucional 1, da quadra 3, com 3.028,21m²;

VII – a área institucional 2, da quadra 4, com 1.157,15m².

Art. 3º Fica alterado o inciso II do artigo 4º da Lei n. 1.720/17 de 04/07/2017, passando a vigorar o seguinte texto:

Art. 4º .....

.....

II – a servidão administrativa pela estrada rural, identificada no presente projeto de loteamento que dá acesso aos reservatórios de água que abastecem o loteamento, estando desde já autorizado pelo município a lavratura da competente escritura pública para formalização do ato.

Art. 4º Fica alterado o inciso II do artigo 5º da Lei n. 1.720/17 de 04/07/2017, passando a vigorar o seguinte texto:

Art. 5º .....

.....

II – a servidão administrativa, identificada no presente projeto de loteamento, que dá acesso ao ETE, estando desde já autorizado pelo município a lavratura da competente escritura pública para formalização do ato.

Art. 5º Fica alterado o caput artigo 6º da Lei n. 1.720/17 de 04/07/2017, passando a vigorar o seguinte texto:

Art. 6º O registro das doações e das servidões administrativas previstas nos artigos 4º e 5º desta lei, deverão ser efetuadas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, após o registro do loteamento, junto ao registro dei móveis, com fundamento na Lei complementar 018/2012.

Art. 6º Fica o município autorizado a receber em forma de doação, sem ônus aos cofres públicos, a área de 429,96m² (quatrocentos e vinte e nove metros e noventa e seis decímetros quadrados), do Lote Rural nº. 71-C, de propriedade de Ismael Henrique Grings, matriculado sob o n. 15.067 no Ofício de Registro de Imóveis de Itapiranga/SC, confrontante ao Loteamento Heimatland, conforme mapa em anexo a esta lei, para formação e alargamento do prolongamento da Rua Rio Pardo, ficando autorizada também a lavratura

da competente escritura pública para formalização do ato.

Art. 7º Fica alterada a alínea “e” do inciso III – das descrições das áreas de rua, do memorial descritivo do loteamento que passa a ter a seguinte redação:

III – Da descrição das áreas das ruas

.....

e) Rua Rio Pardo: A rua possui largura de 12,00 (doze) metros, sendo 8,00 (oito) metros de pavimento e 2,00 (dois) metros de calçada em suas laterais, com a área total de 3.977,70m² (três mil, novecentos e setenta e sete metros e setenta decímetros quadrados), além de um recuo de 4,00 (quatro) metros, na direção sudeste, para futuro alargamento da via, e, um recuo de 3,00 (três) metros, onde a via encontra o lote rural n. 69 da Cia de Turismo São João do Oeste S/A, destinado à criação de refúgio para acesso ao Parque Termas São João.

Art. 8º Ficam todos os demais dispositivos da Lei n. 1.720/17, que não alterados pela presente Lei, inalterados e ratificados.

Art. 9º Fica igualmente o Executivo Municipal autorizado a consolidar a presente Lei à Lei Municipal nº 1.720/2017.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 17 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

### LEI 1733/2017 - CRIA E REGULAMENTA A OUVIDORIA PÚBLICA MUNICIPAL

Publicação Nº 1405192

LEI Nº 1733/17, DE 17/10/2017.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA OUVIDORIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica criada a Ouvidoria do Município de São João do Oeste, tendo por objetivo assegurar, de modo permanente e eficaz, a preservação dos princípios de legalidade, moralidade e eficiência dos atos dos agentes da Administração Direta e Indireta, inclusive das empresas públicas e sociedades nas quais o Município detenha capital majoritário, e entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população.

Art. 2º. A Ouvidoria será o canal de comunicação direta entre a sociedade e a Administração Municipal, recebendo reclamações, denúncias, sugestões, solicitações e elogios, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.

Art. 3º. Compete à Ouvidoria do Município de São João do Oeste:

I - receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores civis e militares da Administração Pública Municipal direta e indireta e daquelas entidades referidas no artigo 1º desta lei;

II - receber sugestões de aprimoramento, críticas, elogios e pedidos de informação sobre as atividades da Administração Pública Municipal;

III - diligenciar junto às unidades administrativas competentes, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior;

IV - manter o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas pelas unidades administrativas, excepcionados os casos em que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;

V – elaborar e divulgar relatórios de suas atividades, bem como, permanentemente, os serviços da Ouvidoria do Município junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

VI - promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração pública;

VII - organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas;

§ 1º. A Ouvidoria manterá sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção dos denunciantes, quando requerer o caso ou assim for solicitado.

§ 2º. A Ouvidoria manterá espaço para contato no site do município, bem como, atendimento presencial, destinado a receber as denúncias e reclamações, garantindo o sigilo da fonte de informação.

Art. 4º. A ouvidoria ficará vinculada ao Sistema de Controle Interno, sendo designado servidor responsável pelo acolhimento inicial das manifestações, através de decreto emitido pelo executivo municipal.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 17 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

## **LEI 1734/2017 - CRIA E DENOMINA O CENTRO CULTURAL DE SJO**

Publicação Nº 1405194

LEI Nº 1734/17, DE 17/10/2017.

**CRIA E DENOMINA O CENTRO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente lei:

Art. 1º - Fica instituído e criado o Centro Cultural do município de São João do Oeste, com a denominação "Centro Cultural José Helmuth Körbes", com o propósito de garantir a preservação, a valorização e o fomento da cultura no município.

Art. 2º - O Centro Cultural José Helmuth Körbes abrange todas as atividades culturais do município de São João do Oeste, incluindo as aulas de canto e música, danças, Biblioteca Pública e Museu Municipal.

Parágrafo Único – A Biblioteca Pública estará inserida no complexo Centro Cultural José Helmuth Körbes, no entanto, permanecerá com a denominação "Biblioteca Pública Municipal Pe. Afonso Hansen".

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 17 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### ERRATA PROCESSO 67/2017

Publicação Nº 1405420

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
ERRATA DE LICITAÇÃO

Processo Nº 67/2017 Multientidade  
Pregão Presencial Nº: 48/2017 - Registro de preços  
Objeto: Contratação de empresa(s) para manutenção preventiva e corretiva de veículos, incluindo mão de obra, peças e acessórios genuínos ou originais para atendimento da frota municipal e órgãos conveniados.

#### NO EDITAL

Onde se lê:

10.4.2 Declaração formal de que dispõe de instalações físicas, equipamentos e pessoal capacitado no município de São Joaquim para executar os serviços contratados, em conformidade com as especificações constantes no Termo de referência - Anexo II.

Leia-se:

10.4.2 Declaração formal de que dispõe de instalações físicas, equipamentos e pessoal capacitado EM ÁREA DE ABRANGÊNCIA DE NO MÁXIMO 100km DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM-SC para executar os serviços contratados, em conformidade com as especificações constantes no Termo de referência - Anexo II.

NO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

Onde se lê:

A exigência da execução dos serviços no próprio município tem o objetivo de alcançar maior presteza e eficiência na realização dos serviços afetos à conservação da frota de veículos oficiais, bem como possibilitar, na prática, a fiscalização dos serviços pelo servidor designado como Fiscal do Contrato

Leia-se:

A exigência da execução dos serviços EM ÁREA DE ABRANGÊNCIA DE NO MÁXIMO 100km DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM-SC tem o objetivo de alcançar maior presteza e eficiência na realização dos serviços afetos à conservação da frota de veículos oficiais, bem como possibilitar, na prática, a fiscalização dos serviços pelo servidor designado como Fiscal do Contrato.

São Joaquim, 18 de outubro de 2017  
Raquel Moreira Henrique Fernandes  
Diretora de compras

### PP 56/2017

Publicação Nº 1405237

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº 77/2017  
Pregão Presencial 56/2017 - Registro de preço

Objeto: Aquisição de fotocópias com comodato de máquinas, para as Secretarias e Fundos Municipais de São Joaquim.

Entrega dos Envelopes e abertura do certame: 30/10/2017 às 13:30 horas

O Processo será regido pela lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 18 de outubro de 2017

Departamento de Compras

### RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO PROCESSO 79/2017 PMSJ

Publicação Nº 1405069

#### RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017

OBJETO: a contratação de Empresa prestadora de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de máquinas das Secretarias de Obras e Viação, Agricultura e Meio Ambiente e Educação, compreendendo peças em geral, óleos e filtros genuínos da marca da máquina ou veículo pesado, e serviços especializados no que se refere à parte mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores, estofaria, tapeçaria, suspensão, lanterna-gem em geral.

A licitante RETRASAA RECUPERADORA DE TRARORES LTDA – EPP, CNPJ nº 77.910.693/0001-84, apresentou, INTEMPESTIVAMENTE, IMPUGNAÇÃO referente ao Pregão Presencial nº 58/2017.

#### 1. DA INTEMPESTIVIDADE

A empresa em epigrafe protocolou o requerimento no setor mencionado do edital no dia 16/10/2017, sendo que o prazo para a impugnação era de 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o certame conforme item 20.6 do Edital:

20.6 'A impugnação ao ato convocatório poderá ser protocolada na Diretoria de Compras até 05(cinco) dias úteis antes da data fixada para a realização da Sessão Pública, sendo obrigatoriamente dirigida à Secretaria Municipal de Administração, Diretoria de Compras – aos cuidados da Comissão de Licitação -, acompanhada de cópias autenticadas do Ato Constitutivo do Outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, conforme art. 41 da Lei 8.666/93 e diplomas complementares'.

Vale ressaltar que no item 2.1 na referida impugnação mostra como base legal o Art. 41 § 2o, da Lei 8.666/93; o mesmo trás em sua redação as modalidades: 'concorrência, convite, tomada de preços ou concurso e leilão'; qual não se enquadra em nenhuma delas o processo licitatório Nº 79/2017.

O prazo para a impugnação das demais modalidades não descritas a cima será de acordo com o Art. 41,§ 1o da Lei 8.666/93 onde diz: 'Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o



pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113'.

Portanto, INTEMPESTIVA a impugnação apresentada.  
RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO (encontram-se em anexo).

Diante das razões apresentadas pela empresa RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA EPP a Diretoria de Compras, buscou as CONTRARRAZÕES com o setor responsável pela elaboração do Edital, e assim se posicionou:

#### DECISÃO

Diante do exposto a Diretora de Compras entende que a RAZÃO não assiste à impugnante.

Considera-se, portanto, INPROCEDENTE a impugnação ao item

15.2 do Edital, apresentada pela empresa RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA EPP, não devendo o mesmo ser alterado. Tendo em vista o NÃO ACOLHIMENTO DA IMPUGNAÇÃO decide-se pela continuidade do processo licitatório que tem como objeto: a contratação de Empresa prestadora de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de máquinas das Secretarias de Obras e Viação, Agricultura e Meio Ambiente e Educação, compreendendo peças em geral, óleos e filtros genuínos da marca da máquina ou veículo pesado, e serviços especializados no que se refere à parte mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores, estofaria, tapeçaria, suspensão, lanternagem em geral.

São Joaquim 18 de outubro de 2017.

RAQUEL MOREIRA HENRIQUE FERNANDES  
Diretora de Compras

## CÂMARA MUNICIPAL

### RETIFICAÇÃO DA ATA Nº 30/2017

Publicação Nº 1405360

RETIFICAÇÃO DA ATA Nº 30/2017 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOAQUIM/SC REALIZADA NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2017

Em tempo: Não se fez constar na ata do dia quatro de setembro de dois mil e dezessete a solenidade de posse do Vice-Presidente da Câmara Sérgio Oliveira de Souza, ante a renúncia do Presidente à época Luiz Carlos Fernandes, mesmo tendo a posse ocorrido. Assim se faz necessário a presente Retificação:

ATA Nº 30/2017 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOAQUIM/SC REALIZADA NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2017

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Rua Manoel Joaquim Pinto, número cinquenta e três, no Município de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, às dezoito horas, reuniu-se na Câmara Municipal de Vereadores, ordinariamente, sob a Presidência do vereador Sérgio Oliveira de Souza; Primeiro Secretário, vereador Antônio Dalton Nunes Silveira; presente ainda os Senhores vereadores: Admir Nunes, Clodoaldo de Souza Costa, Ilton Carvalho, Jefferson Antonio Biolo Monteiro, Joaquim Costa Borges Junior, Luiz Carlos Fernandes e Roni Antonio da Silveira. I- POSSE DO VICE-RESIDENTE: Iniciada a Sessão, constatada a renúncia do Vereador Luiz Carlos Fernandes do Cargo da Presidência, foi empossado como Presidente o Vereador Sérgio Oliveira de Souza, então Vice-Presidente, na forma do artigo 43 do Regimento Interno, assumindo a partir de então todos os atributos legais para o cargo de Presidente a partir da presente data; II - DO QUORUM: Constatado o número legal de vereadores para dar início à Sessão, o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos, convidando a todos para em pé o acompanharem em oração, o que foi feito. III - APROVAÇÃO DA ATA: O Presidente colocou a ata nº 28/2017 em discussão. Não havendo discussão, colocou em votação, os favoráveis permaneçam sentados, os contrários levantem-se. Aprovada por sete votos e uma ausência do vereador Jefferson. IV - EXPEDIENTE: O Senhor Presidente solicitou ao Vereador Antonio Dalton, 1º Secretário, que fizesse a leitura da entrada de proposições e/ou outros expedientes do Poder Executivo, do qual constou: - OF./GAB.PREFEITO/Nº 287/2017, do Poder Executivo Municipal de 16/08/2017, encaminhando a Lei 4.492/2017 e Lei 4.493/2017; - OF./GAB.PREFEITO/Nº 297/2017, do Poder Executivo Municipal de 23/08/2017 encaminhando Projeto de Lei nº 34/2017: "Que

autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar valores transferidos a menor nos meses julho e agosto/2017, para a Associação Beneficente Bento Cavalheiro conforme Termo de Colaboração", em regime de extrema urgência. - OF./GAB.PREFEITO/Nº 304/2017, do Poder Executivo Municipal de 25/08/2017 encaminhando Projeto de Lei nº 35/2017: "Que autoriza o Poder Executivo Municipal a fixar normas para o transporte escolar público no município de São Joaquim-SC e dá outras providências"; para apreciação e votação. - OF./GAB.PREFEITO/Nº 300/2017, do Poder Executivo Municipal de 25/08/2017 encaminhando Projeto de Lei nº 36/2017: "Que autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder a título de comodato as dependências do Ginásio Municipal Juraci Santos para a realização da taça São Joaquim de Futsal"; para apreciação e votação. - OF./GAB.PREFEITO/Nº 307/2017, do Poder Executivo Municipal de 28/08/2017 encaminhando Projeto de Lei Complementar nº 37/2017: "Que altera dispositivos da lei complementar nº 2.562/2003 - Código Tributário Municipal, com as alterações posteriores e dá outras providências"; em regime de urgência. - OF./GAB.PREFEITO/Nº 313/2017, do Poder Executivo Municipal de 31/08/2017 encaminhando Projeto de Lei nº 38/2017: "Que estima a receita e fixa a despesa do município de São Joaquim para o exercício de 2018"; para apreciação e votação. - OF./GAB.PREFEITO/Nº 313/2017, do Poder Executivo Municipal de 31/08/2017 encaminhando Projeto de Lei nº 39/2017: "Que estabelece as diretrizes orçamentárias do município de São Joaquim, para o exercício de 2018, e dá outras providências"; para apreciação e votação. - OF./GAB.PREFEITO/Nº 313/2017, do Poder Executivo Municipal de 31/08/2017 encaminhando Projeto de Lei nº 40/2017: "Que dispõe sobre o plano plurianual do município de São Joaquim para o quadriênio 2018/2021 e dá outras providências"; para apreciação e votação. - OF./GAB.PREFEITO/Nº 314/2017, do Poder Executivo Municipal de 31/08/2017 encaminhando Projeto de Lei nº 41/2017: "Que autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir penalidades"; para apreciação e votação. AINDA DO EXPEDIENTE: - Ofício/Uveres 25/17, comunicando que a Uveres providenciou o parcelamento dos débitos, inclusive os de natureza tributária e solicitam a colaboração do pagamento da mensalidade; - Ofício nº 123/CM/2017, de 15/08/2017, enviado pela Câmara ao Poder Executivo Municipal encaminhando projetos de lei nº 16 e 28 e retificação da indicação nº 30; - Ofício Circular nº TC/GAP - 007/2017, do TCE-SC, ref. Plano Nacional de Educação - PNE; - Ofício nº 162/2017, de 17/08/2017, da APAE de São Joaquim, apresentando prestação de contas referente ao empenho nº 276 de 06/06/2017; - Ofício nº 0877/2017/GIGOV/CR, da Caixa Econômica Federal, de 22/08/2017, referente ao Crédito de Recursos Financeiros - Orçamento Geral da

União;- Ofício nº 0891/2017/GIGOV/CR, da Caixa Econômica Federal, de 24/08/2017, referente ao Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União;- Ofício nº 0892/2017/GIGOV/CR, da Caixa Econômica Federal, de 24/08/2017, referente ao Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União;- Ofício nº 0893/2017/GIGOV/CR, da Caixa Econômica Federal, de 24/08/2017, referente ao Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União;- Requerimento de autoria do Senhor Guilherme Moraes Erthal, de 21/08/2017, solicitando as dependências do Ginásio de Esportes Municipal Juraci Santos para a realização da Taça Armazém de Futsal;- Ofício nº 904/2017/GIGOV/CR, da Caixa Econômica Federal, de 30/08/2017, referente ao Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União;- Ofício nº 905/2017/GIGOV/CR, da Caixa Econômica Federal, de 30/08/2017, referente ao Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União;- Ofício Circular nº TC/GAP – 009/2017, do TCE-SC, ref. 2º TCE em debate: Tema “Judicialização da Saúde”. EXPEDIENTE DOS VEREADORES: Nada consta. PEQUENO EXPEDIENTE: Não houve inscritos. GRANDE EXPEDIENTE: O Presidente: “concedo a palavra aos Vereadores inscritos, por até 15 minutos e neste espaço poderá sofrer aparte”. Por ordem de inscrição tem a palavra o Senhor vereador Antonio Dalton desejou boa sorte ao Presidente Sergio. Fez alguns pedidos ao Presidente, entre eles, para que tome alguns cuidados na condução desta Casa. Falou que consulte os vereadores dos assuntos que ocorrerem, que consulte o plenário para não ter uma avacalhagem. Disse que cometeu um erro de ter votado contra a transmissão ao vivo das sessões da Câmara de Vereadores. Falou que deveria ter votado a favor, pois só assim toda a população saberia das verdades e não verdades que são acometidas a esta Casa Legislativa. O vereador Joaquim Junior disse que é necessário que o Presidente faça tudo aquilo que o vereador Antonio Dalton solicitou, pois esta é a função de presidente onde deverá conduzir esta Casa e também os vereadores. Disse que se estivesse ficado para votar a carta de renúncia e a sessão tivesse sido presidida pelo vereador Sergio, que deveria ter o presidido, ele estaria presente para votar contra a carta de renúncia. Falou que espera que esta Casa seja presidida por quem tem competência e ainda pediu ao vereador Sergio para que ouça seus pares, pois a Câmara é regida por oito vereadores e presidida por um vereador. Relatou da situação das calçadas no Bairro Madre Paulina e esclareceu que aquele projeto é da gestão passada. O vereador Sergio comentou sobre a viagem a Brasília, entre eles, a aquisição a pedido da Secretária Terezinha Godoi de um aparelho para acompanhamento das gestantes, que não ficará no Posto de Saúde, mas sim no hospital. Disse que dia dezoito foi cadastrado R\$ 709.000,00 (setecentos e nove mil reais) para a saúde, sendo que veio da bancada catarinense. COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS: não houve. INTERVALO: O Presidente colocou em votação o intervalo, os favoráveis permaneçam sentados, os contrários levantem-se. Aprovado por sete votos o intervalo de dez minutos. ORDEM DO DIA: O vereador Joaquim Junior solicitou que seja votada a dispensa dos pareceres do projeto nº 34/2017 e que cada vereador manifeste seu voto. O vereador Sergio colocou em votação a dispensa dos pareceres do projeto nº 34/2017 das Comissões de Constituição, Finanças e Saúde. Os favoráveis permaneçam sentados, os contrários levantem-se. Aprovado por oito votos favoráveis. O Presidente colocou em votação o regime de extrema urgência. Os favoráveis permaneçam sentados, os contrários levantem-se. Aprovado o regime de extrema urgência do projeto nº 34/2017. Colocou em votação e discussão o projeto nº 34/2017. Os favoráveis permaneçam sentados, os contrários levantem-se. Aprovado por cinco votos favoráveis, entre eles os vereadores Antonio Dalton, Clodoaldo, Joaquim Junior, Jefferson e Roni. Dois votos contrários dos vereadores Admir e Ilton. Uma ausência do vereador Luiz Carlos. O presidente Sergio consultou os vereadores proponentes de requerimento se poderia colocar a votação os requerimentos verbais dos vereadores Jefferson, Joaquim Junior e Antonio Dalton. O vereador Jefferson falou que seu requerimento acompanha o requerimento do vereador Antonio Dalton. O vereador Antonio Dalton citou o requerimento para o senhor Stelio

Bonelli Porto e também o requerimento ao Secretário da Fazenda que pode ser extensivo à senhora Lara sobre os valores que ficaram disponíveis no final do ano. O vereador Joaquim Junior disse transformou em convite para o representante do site São Joaquim On Line viesse a esta Casa e devido também a uma solicitação da legislatura passada do vereador Jefferson. O vereador Joaquim Junior falou sobre o requerimento para a ADR referente as reformas na cidade. O Presidente Sergio disse que o ofício já foi encaminhado. O presidente colocou em votação o requerimento referente ao ex-diretor Stelio Bonelli Porto. Os favoráveis permaneçam sentados, os contrários levantem-se. Aprovado por oito votos. Colocou em votação os outros requerimentos dos outros vereadores. Os favoráveis permaneçam sentados, os contrários levantem-se. Aprovado por oito votos favoráveis os requerimentos verbais. O vereador Joaquim Junior disse que os requerimentos quase que na sua totalidade, com exceção do requerimento da ADR, no qual já foi encaminhado, todos o foram feitos e não foi dado encaminhamento por falta de prosseguimento da Mesa. Retificou parte da informação dizendo que foi por inoperância e ineficiência do Presidente da Mesa. O Presidente Sergio disse que o vereador Luiz Carlos Fernandes renunciou ao cargo de presidente e assumiu a presidência o vereador Sergio Oliveira de Souza, portanto ficou vago o cargo de vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de São Joaquim. O Presidente Sergio perguntou aos vereadores se aceitariam antecipar a sessão do dia dezoito de setembro para o dia onze de setembro. Colocou em deliberação ao plenário, sendo que aceitaram antecipar o dia da sessão. O vereador Jefferson pediu que colocasse em deliberação do plenário o pedido de vistas do projeto nº 36/2017. O Presidente Sergio colocou em deliberação o pedido de vistas do projeto nº 36/2017. Os favoráveis permaneçam sentados, os contrários levantem-se. Aprovado por oito votos favoráveis.

ENCERRAMENTO: Antes de encerrar a Sessão, o Presidente convocou os senhores vereadores para Sessão Ordinária a realizar-se dia onze de setembro de dois mil e dezessete, às dezoito horas. Encerrou-se a Sessão. E para constar eu, Adriana Nunes Matos, lavrei a presente ata que fica a disposição dos Senhores vereadores na Secretaria de acordo com o art. 159 do RI, e que depois de discutida e aprovada, vai assinada pelo Presidente, vereador Sérgio Oliveira de Souza e pelo 1º Secretário, vereador Antônio Dalton Nunes Silveira. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim-SC, em 04/09/2017.

Presidente: Sérgio Oliveira de Souza

Primeiro Secretário: Antonio Dalton Nunes Silveira

# São José

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2017 – FMCT – REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1405150

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2017 – FMCT – REPUBLICAÇÃO – Processo nº 566/2017 – Proc. adm. 6484/2017 - Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO DE EMPRESAS INTERESSADAS EM PATROCINAR/APOIAR A FEIRA DA FREGUESIA 2017/2018, DE ACORDO COM O DESCRITIVO NO TERMO DE REFERÊNCIA. Data e período de recebimento do envelope até o dia 06/11/2017 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381- 0178.

### CONTRATO/CT: Nº 094/2017

Publicação Nº 1405304

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 094/2017 – TP 013/2017 – Processo 503/2017 – Proc. Adm. 7216/2017 - Contratado: KS CONSTRUÇÕES LTDA. – ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E REVITALIZAÇÃO DO BECO DA CARIOCA – CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ/AC, VINCULADO À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS. Prazo O prazo de vigência do contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da sua assinatura. Valor: R\$ 101.488,78 (cento e um mil, quatrocentos e oitenta mil reais e setenta e oito centavos). Data da Assinatura do Contrato: 06 de outubro de 2017

.

.

### PREGÃO PRESENCIAL 023/2017

Publicação Nº 1405383

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 023/2017 – Processo nº 161/2017 – Proc. Adm. 1881/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES (EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, INSTRUMENTAIS, COMPUTADORES, SOM PORTÁTIL, BEBEDOUROS, MÓVEIS, ELETROPORTÁTEIS, CAIXA DE SOM E OUTROS) E DE CONSUMO (CORDA, FRASCO UMIDIFICADOR, HALTERES, TAPETES, TRAVESSEIROS E OUTROS) PARA ATENDER A INAUGURAÇÃO DA POLICLÍNICA DE FORQUILHINHAS E DEMAIS UNIDADES VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC.. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 31/10/2017 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 31/10/2017 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

### RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2017

Publicação Nº 1405608

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2017 – Processo nº 624/2017 – Proc. Adm. 8553/2017. Fornecedor: COMPULAB COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE ANTIVÍRUS LICENÇAS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, PARA INSTALAÇÃO EM EQUIPAMENTOS COM WINDOWS OU LINUX E GERENCIAMENTO REMOTO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 64.521,18 – sessenta e quatro mil, quinhentos e vinte e um reais e dezoito centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 225/2017

Publicação Nº 1405680

PORTARIA Nº 225/2017

DESIGNA A SERVIDORA ADRIANA MACIEL PEREIRA PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA, PROCESSO 067/2017, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente

executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Adriana Maciel Pereira para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Hidromineral Santa Rita, Processo nº 067/2017, Ata de Registro de Preços nº 006/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:



a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

### **PORTARIA Nº 226/2017**

Publicação Nº 1405681

PORTARIA Nº 226/2017

DESIGNA A SERVIDORA ADRIANA MACIEL PEREIRA PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM COPAL ALIMENTOS LTDA, PROCESSO Nº 067/2017, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Adriana Maciel Pereira para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Copal Alimentos LTDA, Processo nº 067/2017, Ata de Registro de Preços nº 07/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

### **PORTARIA Nº 227/2017**

Publicação Nº 1405682

PORTARIA Nº 227/2017

DESIGNA A SERVIDORA ADRIANA ISOLETE DE SOUZA PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM A CLARO S.A, PROCESSO Nº 003/2016, CONTRATO Nº 001/2016.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Adriana Isolete de Souza para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com a Claro S.A., Processo nº 003/2016, Contrato nº 001/2016.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 228/2017**

Publicação Nº 1405683

**PORTARIA Nº 228/2017**

DESIGNA A SERVIDORA ADRIANA ISOLETE DE SOUZA PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM ECT – EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, PROCESSO Nº 005/2013, CONTRATO Nº 9912322575.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Adriana Isolete de Souza para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com a ECT – Empresa de Correios e Telégrafos, Processo nº 005/2013, Contrato nº 9912322575.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 229/2017**

Publicação Nº 1405684

**PORTARIA Nº 229/2017**

DESIGNA O SERVIDOR MARCELO ALESSANDRO MACAGNAN PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM HARLEY DE AGUIAR JÚNIOR, PROCESSO Nº 008/2017, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua

inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Marcelo Alessandro Macagnan para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Harley de Aguiar Júnior, Processo nº 008/2017, Ata de Registro de Preços nº 008/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 230/2017**

Publicação Nº 1405685

**PORTARIA Nº 230/2017**

DESIGNA O SERVIDOR MARCELO ALESSANDRO MACAGNAN PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM PWM SISTEMAS DE ENERGIA E INFORMÁTICA LTDA, PROCESSO Nº 008/2017, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Marcelo Alessandro Macagnan para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com PWM Sistemas de Energia e Informática LTDA, Processo nº 008/2017, Ata de Registro de Preços nº 009/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam

prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

### **PORTARIA Nº 231/2017**

Publicação Nº 1405686

PORTARIA Nº 231/2017

DESIGNA A SERVIDORA ADRIANA MACIEL PEREIRA PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME, PROCESSO Nº 10/2017, ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 11/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Adriana Maciel Pereira para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME, Processo nº 10/2017, Ata de Registro de Preços nº 11/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

### **PORTARIA Nº 232/2017**

Publicação Nº 1405687

PORTARIA Nº 232/2017

DESIGNA A SERVIDORA ADRIANA MACIEL PEREIRA PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM CELIA REGINA W. SANI - ME, PROCESSO Nº 10/2017, ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 12/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Adriana Maciel Pereira para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com CELIA REGINA W. SANI - ME, Processo nº 10/2017, Ata de Registros de Preços nº 12/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

### **PORTARIA Nº 233/2017**

Publicação Nº 1405688

PORTARIA Nº 233/2017

DESIGNA A SERVIDORA ADRIANA MACIEL PEREIRA PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM CELIA REGINA W. SANI - ME, PROCESSO Nº 10/2017, ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 13/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Adriana Maciel Pereira para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com CELIA REGINA W. SANI - ME, Processo nº 10/2017, Ata de Registros de preços nº 13/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 234/2017**

Publicação Nº 1405689

PORTARIA Nº 234/2017

DESIGNA A SERVIDORA ADRIANA MACIEL PEREIRA PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM CELIA REGINA W. SANI - ME, PROCESSO Nº 10/2017, ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 14/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Adriana Maciel Pereira para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com CELIA REGINA W. SANI - ME, Processo nº 10/2017, Ata de Registros de preços nº 14/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 235/2017**

Publicação Nº 1405690

PORTARIA Nº 235/2017

DESIGNA O SERVIDOR ROBERVAL ROGÉRIO WAN-DALL PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, PROCESSO Nº 31/2016, CONTRATO Nº 03/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Roberval Rogério Wan-Dall para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, Processo nº 31/2016, Contrato nº 03/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.



Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

### **PORTARIA Nº 236/2017**

Publicação Nº 1405691

#### **PORTARIA Nº 236/2017**

DESIGNA O SERVIDOR EDMO CIDADE DE JESUS PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM DBJUS INFORMAÇÃO E SERVIÇOS EMPRESARIAIS, PROCESSO Nº 90/2017, EMPENHO Nº 244/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Edmo Cidade de Jesus para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com DBJus Informação e Serviços Empresariais, Processo nº 90/2017, Empenho nº 244/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

### **PORTARIA Nº 237/2017**

Publicação Nº 1405692

#### **PORTARIA Nº 237/2017**

DESIGNA O SERVIDOR PAULO ROBERTO CORREIA PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM GR SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA - EPP, PROCESSO Nº 76/2017, CONTRATO Nº 005/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Paulo Roberto Correia para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com GR Serviços Elétricos Ltda - EPP, Processo nº 76/2017, Contrato nº 005/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

### **PORTARIA Nº 238/2017**

Publicação Nº 1405693

#### **PORTARIA Nº 238/2017**

DESIGNA A SERVIDORA PRISCILLA THIESEN BECSI PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM ABC & MÃO DE OBRA E COMÉRCIO DE VIDROS - EIRELI, PROCESSO Nº 068/2017, CONTRATO Nº 004/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Priscilla Thiesen Becsi para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com ABC & Mão de Obra e Comércio de Vidros - EIRELI, Processo nº 068/2017, Contrato nº 004/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 239/2017**

Publicação Nº 1405694

**PORTARIA Nº 239/2017**

DESIGNA O SERVIDOR ROMEU ERCKMANN PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM BKZ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL (POSTO ONIX), PROCESSO 045/2017, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Romeu Erckmann para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com BKZ Comércio de Combustível (Posto Onix), Processo nº 045/2017, Ata de Registro de Preços nº 001/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência

do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 240/2017**

Publicação Nº 1405695

**PORTARIA Nº 240/2017**

DESIGNA A SERVIDORA ADRIANA ISOLETE DE SOUZA PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM CLEBER BORGES, PROCESSO 047/2017, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Adriana Isolete de Souza para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Cleber Borges, Processo nº 047/2017, Ata de Registro de Preços nº 004/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 241/2017**

Publicação Nº 1405696

**PORTARIA Nº 241/2017**

DESIGNA A SERVIDORA ADRIANA ISOLETE DE SOUZA PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO COM A NOVA SICILIANO INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLACAS METÁLICAS LTDA., PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Adriana Isolete de Souza para responder pela fiscalização da execução do contrato com a Nova Siciliano Indústria e Comercio de Placas Metálicas LTDA., Pregão Presencial nº 002/2017, Ata de Registro de Preços nº 005/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2017 - TP Nº 011/2017

Publicação Nº 1405157

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, através do SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que que resolve RETIFICAR o item 12.1 - Alínea “f” e o subitem 3.1.4 do Anexo I-A, ambos do Edital de abertura do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2017. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. ENG. Nº 011/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, ESTRUTURAL, ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO, DE CLIMATIZAÇÃO E PPCI PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA MARIA GORETTI DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE –SC. (Publicado no DOM/SC em 10/10/2017, ed. 2359, pg.1097). Designando-se nova data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 06/11/2017, às 08h15min e 08h30min respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)

São Lourenço do Oeste – SC, 18 de Outubro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2017 - SRP - PR Nº 120/2017

Publicação Nº 1405753

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, através do SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que que resolve RETIFICAR o item 1 do Edital de abertura do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE BOMBONS DE CHOCOLATE A SEREM DISTRIBUÍDAS NOS EVENTOS COMEMORATIVOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE PARTICIPAM DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV NO NÚCLEO DE ATENÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE – NACA VINCULADO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. (Publicado no DOM/SC em 09/10/2017, ed. 2358, pg.1012). Designando-se nova data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 31/10/2017, às 14h15min e 14h30min respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de Outubro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 5.760, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1404769

DECRETO Nº 5.760, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Permite o uso gratuito da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, pertencente ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 75, inciso I, alínea “g”, da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015;

CONSIDERANDO que a realização do evento é alusiva ao dia das crianças e que essas possuem condição peculiar de desenvolvimento e prioridade absoluta no que se refere às políticas públicas, inclusive àquelas voltadas à cultura, primando pelo seu desenvolvimento pessoal e social;

CONSIDERANDO que pelos motivos acima elencados há interesse público em apoiar o evento, eis que promovido em parceria com o Instituto Cultural de São Lourenço, através da participação dos alunos pertencentes a referida autarquia, hipótese prevista no caput do artigo 13, da Lei nº 2.219, de 22 de maio de 2015, sendo do interesse do Município concretizar sua colaboração, com a permissão da utilização gratuita da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso gratuito da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, de São Lourenço do Oeste/SC, para a realização do evento alusivo ao dia das crianças, a ser promovido na data de 21 de outubro de 2017, pela empresa Parati S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 82.945.932/0001-71, em parceria com o Instituto Cultural de São Lourenço.

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a Permissionária que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de outubro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR 65 2017

Publicação Nº 1404897

LEI COMPLEMENTAR Nº. 65/2017

=====

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 31/2007 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - E ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal, em exercício, de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar

Art. 1º. Com a presente Lei, fica acrescido o §3º, ao artigo 40 da Lei Complementar nº. 31/2007, o qual passará a vigor com a seguinte redação:

Art. 40. (...).

(...);

§ 3º Não serão executados serviços diversos para os contribuintes que se encontram inscritos em Dívida Ativa no Município de São Miguel da Boa Vista/SC.

Art. 2º. Os itens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01 e 25.02, da Lista de Serviços - ISSQN instituída pelo artigo 164 e fixados na Tabela XI, da Lei Complementar nº. 31/2007, passam a vigor com a seguinte redação:

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14.05 – Restauração, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

Art. 3º. A Lista de Serviços instituída pelo artigo 164, Tabela XI da Lei Complementar nº. 31/2007, fica acrescida dos itens 1.09, 6.06, 14.14, 15.01, 16.02, 17.25 e 25.05, os quais passam a vigor com a seguinte redação:

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelos prestadores de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº. 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

(...);

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

(...);

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

(...);

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

(...);

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

(...);

17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

(...);

25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.



Art. 4º. Os subitens da Lista de Serviços, mencionados no art. 3º. da presente Lei, passam a vigor com as seguintes alíquotas:

ITEM	ALÍQUOTA
...	...
1.09	3%
...	...
6.06	2%
...	...
14.14	3%
...	...
15.01	5%
...	...
16.02	3%
...	...
17.25	3%
...	...
25.05	3%

Art. 5º. Fica alterado o 'caput' e os incisos X, XIV e XVII do artigo 168 da Lei Complementar nº. 31/2007, bem como acrescido os incisos XXI, XXII e XXIII ao artigo 168 da Lei Complementar nº. 31/2007, os quais passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 168. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I ao XXIII, quando do imposto será devido no local:

(...);

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

(...);

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;

(...);

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços;

(...);

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista de serviços;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da lista de serviços.

Art. 6º. Altera a redação dos artigos 236 e 237 da Lei Complementar nº. 31/2007, os quais passarão a vigor com a seguinte redação:

Art. 236 - A taxa de Serviços Diversos tem como fato gerador a prestação de serviços pelo Município, solicitado pelo contribuinte e descritos na Tabela XV.

Art. 237 - É considerado contribuinte, todo aquele que estiver devidamente inscrito, não possuir dívida ativa no cadastro tributário municipal e que solicitar a prestação dos serviços, constantes da Tabela XV.

Art. 7º. Fica alterada a redação e valores dos itens 01 e 14 da Tabela XIV, da Lei Complementar nº. 34/09, que passam a vigorar com a seguinte redação:

#### TABELA XIV

#### LICENÇA PARA ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE

ESPECIFICAÇÃO	Dia UFRM	Mês UFRM	Ano/fração UFRM
1. Alimentação preparada, doces, salgados e similares:			
a) Trailer, veículos e similares	44,00	100,00	400,00
b) Quiosques e barracas	44,00	100,00	400,00
c) Carrinho, tabuleiro, balaio e outros	44,00	100,00	400,00
2. Frutas, verduras, flores e produtos coloniais:			
a) Barracas e quiosques	44,00	100,00	400,00
b) Veículos de tração animal	44,00	100,00	400,00
c) Veículos automotores	44,00	100,00	400,00
d) Feirantes			
3. Tecidos, roupas, confecções de roupas, lingerie e similares	44,00	100,00	400,00
4. Jóias, bijuterias, outros artigos de luxo e similares (bancas e outros)	44,00	100,00	400,00
5. Utensílios e uso doméstico (bancas e outros).	44,00	100,00	400,00
6. Brinquedos e armarinhos, miudezas e outros artigos	44,00	100,00	400,00

7. Bebidas - bebidas alcoólicas, refrigerantes, sucos, refrescos e similares	44,00	100,00	400,00
8. Enxovais, cobertores e similares	44,00	100,00	400,00
9. Perfumes, cosméticos e similares	44,00	100,00	400,00
10. Redes, tapetes, esteiras, chapéus, capas de acetos e similares por vendedor	44,00	100,00	400,00
11. Circos, shows e parques de diversões	isento	isento	isento
12. Carnês, rifas, bingos, etc	44,00	100,00	-
13. Outros, que por sua natureza não se enquadrem nos itens acima	44,00	100,00	400,00
14. Qualquer das atividades descritas nos itens 1 a 13, acima, desde que desenvolvidas por Município Miguelboavistense, nos termos do § 2º, do Art. 271 da Lei Complementar nº. 31, de 31/12/2007.	10,00	15,00	90,00

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, respeitando os prazos legais.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina,  
aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2017.

VILMAR SCHMAEDECHE

Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

## LEI COMPLEMENTAR 66 2017

Publicação Nº 1404896

LEI COMPLEMENTAR Nº. 66/2017

=====

DISPÕE SOBRE NOVA PLANTA GENÉRICA DE VALORES PARA CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS, A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE ELES – ITBI -, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECHE, Prefeito Municipal, em exercício, de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar

Art. 1º - Pela presente Lei Complementar, fica atribuída nova redação ao artigo 1º, da Lei Complementar nº. 33, de 22 de dezembro de 2008, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - A planta genérica de valores, servirá de base de cálculo para recolhimento do Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Eles – ITBI e como base de cálculo para avaliações de imóveis para qualquer finalidade, conforme tabelas anexas à Lei Complementar nº 33, de 22/12/2008.

Art. 2º. Altera a redação do artigo 2º, inciso I e II, da Lei Complementar nº. 33/2008, os quais passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Ficam igualmente aprovados os setores 01 e 02, para avaliação dos imóveis, conforme a sua localização, para o recolhimento do ITBI, assim distribuídos:

I – SETOR 01, formado pelos lotes urbanos que confrontam com a Avenida São Miguel, com a Rua São Luiz, com a Rua Henrique Limberger, com a Rua João Hugo Hoss, com a Rua Edvino Schwerz, com a Rua Ito Petter e com a Rua Aldino Aldino Jacob Schneider;  
II – SETOR 02, formado pelos lotes urbanos que confrontam com as demais Ruas do Perímetro Urbano da Cidade de São Miguel da Boa Vista.

Art. 3º. Fica alterada a redação e valores das Tabelas I, II e VII, da Lei Complementar nº. 33/08, que passam a vigorar com a seguinte redação:

TABELA I

TABELA DO VALOR GENÉRICO DO METRO QUADRADO DO LOTE RURAL

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL	UFRM/m²
Terras totalmente declinadas	0,45
Terras parcialmente declinadas	0,55
Terras mecanizáveis	0,65
Terras mecanizadas	0,80
Chácaras urbanas utilizadas para fins agrícolas	6,0
Lotes Rurais desmembrados com autorização do INCRA, destinados à instalação de indústria, comércio ou outra atividade (com até 19.999,99m²).	6,0

TABELA II

TABELA DO VALOR GENÉRICO DO METRO QUADRADO DO LOTE URBANO

SETORES	UFRM/m²
SETOR 1	55,0
SETOR 2	45,0

(...);

TABELA VII

VALOR GENÉRICO DO METRO QUADRADO, CONFORME CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO.

TIPO DA CONSTRUÇÃO	VALORES EM UFRM POR m²
Casa de madeira bruta	140,00
Casa de madeira beneficiada	340,00
Casa mista (alvenaria e madeira)	400,00
Casa de alvenaria baixo padrão	200,00
Casa de alvenaria padrão médio	430,00
Casa de alvenaria alto padrão	500,00
Casa Popular em Alvenaria	200,00
Casa Popular em Madeira	140,00
Apartamento	500,00
Sala Comercial/Serviços	500,00
Loja	500,00
Galpão de madeira	50,00
Galpão de alvenaria	70,00



Paiol de alvenaria	70,00
Aviário	100,00
Pocilga/estábulo	50,00
Telheiro	70,00
Fábrica/Indústria	430,00
Especial	430,00
Garagem/Box	90,00
Outras	90,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, respeitando os prazos legais.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina,  
aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

## LEI COMPLEMENTAR 67 2017

Publicação Nº 1404895

LEI COMPLEMENTAR Nº. 67/2017

=====

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE NATUREZA EFETIVA PARA PROVIMENTO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal, em exercício, de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,  
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar

Art. 1º - Fica acrescido ao Quadro de Pessoal do Poder Executivo o cargo e função pública constante no Anexo I, Grupo I, desta Lei.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizadas dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º - O novo cargo criado terá suas atribuições definidas conforme Anexo II desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando o novo cargo acrescido à Lei Complementar nº. 048/2012.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina,  
aos 10 dias do mês de outubro do ano de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

### ANEXO I

DO QUADRO DE PESSOAL, DA CARGA HORÁRIA E DO VENCIMENTO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC.

#### GRUPO I

##### SERVIÇOS GERAIS

Nível	Código	Cargo	Vencimento	Vaga(s)	Carga Horária Semanal
008	01.08	Auxiliar de Mecânica, Borracharia e Lavagem.	1.678,57	01	40 horas

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina,  
aos 10 dias do mês de outubro do ano de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

### ANEXO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC.

**GRUPO I  
SERVIÇOS GERAIS****AUXILIAR DE MECÂNICA E BORRACHARIA**

Escolaridade: Ensino Fundamental

**Atribuições:**

- Auxiliar o Mecânico em todas as suas atribuições;
- Executa tarefas auxiliares na manutenção de mecânica preventiva ou corretiva, separando, disponibilizando, lavando e guardando peças e ferramentas necessárias do uso em serviço, bem como realizando outras tarefas solicitadas pelo mecânico ou superior imediato.
- Realizar os trabalhos de borracharia, como trocar pneus e remendar câmaras de ar; recauchutar pneumáticos; vulcanizar câmaras de ar; verificar as condições dos pneus dos veículos que compõem a frota municipal; calibrar e balancear pneus e conjunto de rodas;
- Controlam a vida útil e utilização do pneu;
- Efetua conserto de pneus a frio e a quente;
- Executa tarefas de lavagem (interna e externa) e lubrificação de veículos, caminhões, máquinas, equipamentos e utensílios da municipalidade;
- Suspender os veículos e máquinas, através de elevadores e/ou em rampas, para a limpeza das partes inferiores.
- Controlar a periodicidade da lavagem dos veículos e máquinas.
- Efetua polimento da estrutura metálica dos veículos e máquinas;
- Lubrifica máquinas e equipamentos, selecionando material de limpeza e ferramentas para lubrificação, retirando excesso de lubrificantes das máquinas e equipamentos lubrificados;
- Cuidar do local de trabalho, limpando e organizando o espaço físico e recursos materiais sob sua responsabilidade durante o turno, com a finalidade de assegurar a ordem e a vida útil satisfatória dos equipamentos;
- Dirigir veículos automotores da frota da Prefeitura Municipal, transportando servidores, peças, materiais e documentos, quando necessário e na falta de motoristas;
- Zelar pela saúde, segurança e meio ambiente pessoal e dos alheios, atentando-se constantemente para operações perigosas com riscos de acidentes, bem como utilizando equipamento de proteção individual, quando necessário, a fim de manter a integridade física própria e a de terceiros;
- Solicitar a orientação do superior imediato, quando do surgimento de dúvidas atinentes ao desenvolvimento das tarefas, contribuindo desta forma para a eficácia do trabalho;
- Participar de treinamentos e seminários que propiciem o aprimoramento e o aperfeiçoamento do conhecimento no próprio setor de atuação ou cargo exercido, objetivando a melhoria contínua, bem como o desenvolvimento profissional e pessoal;
- Executar outras atribuições e atividades afins que lhe forem atribuídas pelo superior hierárquico ou Chefe do Poder Executivo; e
- Desempenhar e cumprir as normas legais, em obediência à legislação em vigor.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina,  
aos 10 dias do mês de outubro do ano de 2017.

**VILMAR SCHMAEDECKE**

Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

**LEI COMPLEMENTAR 68 2017**

Publicação Nº 1404894

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 68/2017**

=====

**DISPÕE SOBRE EXTINÇÃO DE 01 (UMA) VAGA DO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal, em exercício, de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar

Art. 1º - Fica extinto 01 (uma) vaga do cargo de Operador de Máquinas, Carga Horária Semanal 40 (quarenta) horas, Nível 027, Código 03.07, do Grupo III, atividade de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, do Município de São Miguel da Boa Vista/SC.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar serão custeadas pelo orçamento municipal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina,  
aos 10 dias do mês de outubro do ano de 2017.

**VILMAR SCHMAEDECKE**

Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

**LEI ORDINARIA 1059**

Publicação Nº 1404909

LEI ORDINÁRIA Nº. 1059/2017

=====

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS COM EVENTOS ALUSIVOS A COMEMORAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO ANIVERSÁRIO, DE 26 (VINTE E SEIS) ANOS, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a custear despesas, com gastos de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), alusivos aos diversos eventos e confraternizações que serão realizados em comemoração ao aniversário, de 26 (vinte e seis) anos, do Município de São Miguel da Boa Vista/SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes da realização da presente Lei correm por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, aos 13 dias do mês de setembro do ano de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

**LEI ORDINARIA 1060**

Publicação Nº 1404908

LEI ORDINÁRIA Nº. 1060/2017

=====

AUTORIZA ALTERAR A LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº 1026/2016 PARA O EXERCÍCIO DE 2017, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017 – Lei Municipal nº 1026, de 06 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a remanejamento orçamentário no Município, através da abertura do Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) conforme a seguir identificado:

Órgão: 05	-SECERTARIA DE SAUDE E ASSISTENTE SOCIAL	
Unidade: 01	- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0009.2.056	- PROGRAMA SAUDE MENTAL	
3.1.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0038	- Aplicações Diretas – NASF	5.000,00
10.301.0009.2.056	- PROGRAMA SAUDE MENTAL	
3.1.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0002	- Aplicações Diretas – Recursos Ordinários Próprios	50.000,00
Total		55.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor constante no Art. 1º fica REDUZIDO o valor de até R\$ 55.000,00 da seguinte dotação Orçamentária:

Órgão: 05	-SECERTARIA DE SAUDE E ASSISTENTE SOCIAL	
Unidade: 01	- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0009.2.035	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SAUDE PUBLICA.	
3.1.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0002	- Aplicações Diretas – Recursos ordinários próprios	20.000,00
10.301.0009.2.037	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EQUIPE DO ESF	

3.1.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0002	- Aplicações Diretas – Recursos ordinários próprios	30.000,00
10.301.0009.2.065	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO NASF	
3.3.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0038	- Aplicações Diretas – NASF	5.000,00
	Total	55.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, aos 13 dias do mês de setembro do ano de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

## LEI ORDINARIA 1061

Publicação Nº 1404907

LEI ORDINÁRIA Nº. 1061/2017

=====

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS/AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º. Fica o Município de São Miguel da Boa Vista/SC autorizado a repassar recursos financeiros para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da CIS/AMERIOS, formado pelos municípios que integram a Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS.

Parágrafo Único. O referido repasse destina-se a manutenção das atividades do CIS/AMERIOS e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, mediante contrato de rateio entre os consorciados.

Art. 2º. O repasse mencionado no “caput” do artigo 1º será mensal e terá início em outubro de 2017, que será destinado ao pagamento de consultas, exames e procedimentos cirúrgicos autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde deste município.

§ 1º. O município contribuirá mensalmente com o valor de até R\$ 7,00 (sete reais) por habitante;

§ 2º. Havendo despesas excedentes ao valor da contribuição mensal, no que se refere aos procedimentos autorizados de consultas e exames, fica o município obrigado ao seu pagamento, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao que se deu origem a despesa, mediante apresentação de recibo do CIS/AMERIOS.

Art. 3º. O município contribuirá para a manutenção do software de Gerenciamento da Secretaria de Saúde, da empresa Inovadora Sistemas de Gestão Ltda o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais;

Art. 4º. O município contribuirá para a manutenção do Programa de Gerenciamento do Consórcio, Secretarias Municipais de Saúde e Profissionais Credenciados no CIS/AMERIOS, para controle dos agendamentos de consultas e exames o valor de 100,00 (cem

reais) mensais, também da empresa Inovadora Sistemas de Gestão Ltda.

Art. 5º. Fica ratificado o Protocolo de Intenções com as devidas alterações estatutárias do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS.

Parágrafo Único. A adesão do município ao CIS/AMERIOS dar-se-á nos termos de Protocolo de Intenções e da minuta do Estado Social que trata o “caput” deste artigo.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução da presente ocorrerão por conta do orçamento vigente.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, aos 20 dias do mês de setembro do ano de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

## LEI ORDINARIA 1062

Publicação Nº 1404905

LEI ORDINÁRIA Nº. 1062/2017

=====

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O orçamento do Município de São Miguel da Boa Vista, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da Administração Pública municipal;
- II – a organização e a estrutura dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração, a execução dos orçamentos do Município e as suas alterações;
- IV – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VI – as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VII – as disposições gerais;

Art. 2º. A presente Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias Gerais para o exercício de 2018 e compreende o Poder Legislativo, o Poder Executivo e os Fundos Municipais.

Art. 3º. No projeto de lei do Orçamento para o exercício 2018, os valores da receita serão estimados e os da despesa fixados. Onde o Poder Executivo tomará medidas para sua correção e compatibilização de valores, até o limite previsto pela legislação em vigor, podendo para tanto, no decorrer do exercício, abrir Créditos Adicionais Suplementares e Especiais observados as autorizações específicas e os dispositivos da presente Lei.

Art. 4º. A Lei Orçamentária, bem como as suas alterações, não destinarão recursos para a execução de projetos e atividades típicas da Administração Estadual ou Federal, ressalvando-se aquelas autorizadas como cooperação técnica e financeira intergovernamental.

Art. 5º. A Lei Orçamentária incluirá os recursos correspondentes às Receitas e Despesas de todos os órgãos mantidos pelo Município.

## CAPÍTULO I

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 6º. Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, corroborados com a Lei Orgânica do Município, ficam estabelecidos que as prioridades e metas para o exercício financeiro de 2018, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2018, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a Despesa orçada com a Receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das Contas Públicas.

Art. 7º. As metas fiscais para o exercício financeiro de 2018 são as especificadas no Anexo - Das Metas Fiscais, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2018, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, em atendimento ao estabelecido no art. 4º, I, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

## CAPÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º. O Orçamento para o exercício financeiro de 2018, leva em conta a Estrutura Organizacional do Município e abrangerá o Poder Legislativo, Poder Executivo e os Fundos Municipais.

Art. 9º. A Lei de Orçamento evidenciará, em cada Unidade Gestora, a Receita por rubrica e a Despesa por função, subfunção, programa, projeto/atividade e modalidade de aplicação, na forma dos

seguintes Demonstrativos:

- I – Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº. 4.320/1964;
- II – Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº. 4.320/1964;
- III – Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº. 4.320/1964;
- IV – Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº. 4.320/1964;
- V – Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº. 4.320/1964;
- VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº. 4.320/1964;
- VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº. 4.320/1964;
- VIII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº. 4.320/1964;
- IX – Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº. 4.320/1964 e art. 12, da Lei Complementar nº. 101/2000;
- X – Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº. 4.320/1964;
- XI – Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº. 9.394/1996;
- XII – Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;
- XIII – Demonstrativo das Receitas de Impostos e das Despesas com Saúde, Emenda Constitucional 29;
- XIV – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 101/2000; e,
- XV – Demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº. 101/2000;
- XVI – Demonstrativo do Resultado Primário.

Parágrafo único. Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias nº. 42/1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 10. O orçamento fiscal discriminará a despesa pela unidade orçamentária específica, detalhada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, dentro de cada projeto/atividade, conforme a seguir discriminada:

- 3.1 – Pessoal e Encargos Sociais;
- 3.2 – Juros e Encargos da Dívida;
- 3.3 – Outras Despesas Correntes;
- 4.4 – Investimentos;
- 4.5 – Inversões Financeiras; e,
- 4.6 – Amortização da Dívida.

Art. 11. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

- I – Quadro Demonstrativo da evolução da receita arrecadada dos exercícios de 2015, 2016 e 2017 e projetada para 2019 e 2020, com justificativa da estimativa para 2018, acompanhado de metodologia e memória de cálculo;
- II – Quadro Demonstrativo da evolução da despesa empenhada em nível de modalidade de aplicação dos exercícios de 2015, 2016 e 2017, e projetada para 2019 e 2020, com justificativa para os valores fixados para 2018;
- III – Quadro Demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo dos Exercícios Anteriores, e saldo no último do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;
- IV – Quadro Demonstrativo da dívida flutuante, com identificação



das contas e saldos no último mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;  
V – Quadro Demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior a remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;  
VI – Quadro Demonstrativo das receitas correntes líquidas, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento.

Art. 12. Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, o Poder Executivo e seus Fundos Municipais, através das suas Unidades, encaminharão ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 30 de outubro de 2017 - conforme determina a Lei Orgânica do Município, suas respectivas propostas orçamentárias observadas os parâmetros e diretrizes estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

### CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art.13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2018, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas. A elaboração do projeto de lei orçamentária terá como base às previsões da receita, que observarão as normas técnicas e legais, tais como: alterações da legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante que serão acompanhadas de evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquela em que se referir, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas. Após a obtenção de previsão das receitas, serão fixadas as despesas de acordo com as programações constantes no Plano Plurianual – PPA e nesta Lei.

Art. 14. O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alteração do Plano Plurianual 2018/2021, que tenham sido projetos de lei específicos.

Art. 15. O Poder Legislativo terá como limites, de despesas correntes e de capital em 2018, até 7% (sete por cento) da receita oriunda de tributos a ser efetivamente arrecadada em 2017, conforme definido no inciso I, do art. 29A da Constituição Federal/88.

Art. 16. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 17. Na programação da despesa não poderão ser:  
I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;  
II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária, salvo casos especiais;  
III – incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 18. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:  
I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;  
II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

Art. 19. Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos

internos e externos e para pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos poderão, mediante comprovação da necessidade, ter destinação diversa daquelas à que foram destinadas.

Art. 20. Somente poderão ser incluídas na lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito devidamente aprovadas pelo Poder Legislativo, através de Lei específica.

Art. 21. É vedada a inclusão de dotações na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílio” para entidades de direito público ou privado, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – voltadas para o ensino especial;

II – voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III – consórcios intermunicipais de saúde e assistência social, constituídos, exclusivamente, por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas regionais de saúde;

IV – voltadas ao atendimento de ações que buscam o desenvolvimento do comércio, indústria, agricultura e agropecuária do Município;

V – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 1º O Poder Executivo somente poderá repassar recursos de que trata este artigo, mediante aprovação, pelo Poder Legislativo com Lei específica;

§ 2º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de pleno funcionamento, emitida por duas autoridades locais, comprovando o mandato de sua diretoria, além da documentação necessária e as que forem exigidas pelo Tribunal de Contas e Lei nº. 13.019/2014.

§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 22. A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a, no máximo de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 23. Constituem passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles previstos no ANEXO – Dos Riscos Fiscais, em atendimento ao estabelecido no art. 4º, I, § 3º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação do exercício corrente e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 24. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda o valor para dispensa de licitação fixada no inciso I do Art. 24 da Lei nº. 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado em Lei específica, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das Unidades Gestoras, na forma de Crédito Adicional Especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, e alterações posteriores.

**CAPÍTULO IV****DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 26. No exercício financeiro de 2018, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativo e Executivo deverão observar os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar a que se refere o art. 169 da Constituição Federal.

Art. 27. O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observado os limites e as regras estabelecidas na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no Orçamento do Município.

Art. 28. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá, com autorização do poder executivo, autorizar a realização de horas extras pelos servidores municipais, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V, da LRF).

Art. 29. O Executivo Municipal adotará na ordem que se apresentam as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos Artigos 19 e 20 da LRF:

- I – Eliminação de vantagens concedidas aos servidores;
- II – Eliminação das despesas com horas extras;
- III - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

Art. 30. Os contratos de terceirização de mão-de-obra por pessoais físicos que se referirem a substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização".

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal excluída as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 31. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**CAPÍTULO V****DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 32. A Lei que concede ou amplia incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após regulamentação e adoção de medidas de compensação, Parágrafo único. O Código Tributário Municipal poderá ser alterado ou modificado de acordo com as necessidades de interesse público municipal.

Art. 33. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**CAPÍTULO VI****DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 34. Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2018, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 35. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 36. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**CAPÍTULO VII****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 37. Ocorrendo Assistência Técnica e Cooperação Financeira pela União prevista no Art. 64 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá estruturar-se para implantar "Sistema de Controle de Custos e Avaliação de Resultados", previsto no Art. 4º, I "e" da LRF.

Art. 38. Caso seja necessária à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas do equilíbrio financeiro, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos de cada Poder.

§ 1º Somente será permitida limitação de empenho nas dotações orçamentárias no grupo de natureza de despesa "pessoal e encargos sociais" quando houver dotação única vinculada à respectiva fonte de recurso.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação de empenho.

Art. 39. As receitas de capital derivadas da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público poderão ser aplicadas para custeio de despesas do regime geral de previdência social, conforme estabelece o Art. 44 da LRF.

Art. 40. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros de mora pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 41. São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesa, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 42. O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Administração e Fazenda, deverá atender, no prazo máximo previsto na Lei Orgânica Municipal, prorrogável por igual período, desde que solicitado com antecedência ao vencimento deste, contados da data do recebimento, as solicitações de informações encaminhadas pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal, relativo à aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificados posteriormente ao encaminhamento do projeto de lei.

Art. 43. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de Dezembro de 2017, a programação



dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Município;

III – pagamento de serviço da dívida; e,

IV – transferências ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 44. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observadas os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 45. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 46. Nos termos do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320/64, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar, através de Decreto, suplementações por conta do Excesso de Arrecadação e Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 47. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar, via Decreto, dotações de uma Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 48. O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar Convênios com os Governos Estadual e Federal, para a realização de obras ou serviços de competência do Município.

Art. 49. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 51. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

## LEI ORDINARIA 1063

Publicação Nº 1404904

LEI ORDINÁRIA Nº. 1063/2017

=====

AUTORIZA PREFEITO, SECRETÁRIOS MUNICIPAL, SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS A DIRIGIREM VEÍCULOS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º. O Prefeito Municipal, secretários municipal, servidores nomeados para cargos efetivos ou em comissão, no interesse do

serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Motorista ou não houver motorista disponível, poderão dirigir veículos oficiais dos órgãos ou entidades a que pertençam, desde que possuidores de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e autorização expressa do Prefeito Municipal.

§1º. A possibilidade de que trata o caput deste artigo depende de autorização prévia e expressa do prefeito municipal, concedida mediante solicitação do servidor ou agente público, conforme formulário próprio constante do anexo I desta lei, dispensada a autorização e formulário apenas no caso do Prefeito Municipal.

§2º. É condição para a autorização de que trata o §1º. a apresentação, pelos servidores ou agentes públicos respectivos, da Carteira Nacional de Habilitação na categoria exigida, em cada caso, pelo Código de Trânsito Brasileiro.

§3º. Os servidores e agentes públicos autorizados devem assinar termo de responsabilidade em que conste a sua obrigação em verificar, antes da partida, se o veículo está em condições de trafegar em via pública, nos termos da lei, bem como de que são cientes da sua responsabilidade por qualquer ato doloso ou culposos que venha a cometer na direção do veículo, em conformidade com o anexo II desta lei.

Art. 2º. Fica acrescido às atribuições dos servidores e agentes públicos do Município, que em caráter excepcional, quando necessário para o cumprimento das atribuições que lhe são próprias, e se não houver motorista disponível, desde que devidamente habilitado, poderá dirigir veículo oficial, após ser devidamente autorizado.

Art. 3º. O controle da manutenção e conservação dos veículos que serão utilizados pelos servidores e agentes públicos autorizados por esta lei, fica a cargo do Secretário onde o servidor estiver lotado.

Art. 4º. As normas do Código de Trânsito Brasileiro devem ser rigorosamente observadas pelo condutor do veículo oficial.

Art. 5º. O agente público autorizado a conduzir veículo oficial que for autuado por infração às normas de trânsito estará sujeito ao procedimento para ressarcimento ao Erário Público.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução da presente ocorrerão por conta do orçamento vigente.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

## ANEXO I

SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL  
Art. 1º, §1º, da Lei Municipal nº. \_\_\_\_/2017.

\_\_\_\_(Nome do Servidor) \_\_\_\_\_, servidor lotado na Secretaria \_\_\_\_\_, CNH nº. \_\_\_\_\_, categoria \_\_\_\_\_, solicita autorização para dirigir veículo do município, em caráter excepcional, das \_\_\_\_ horas do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, até as \_\_\_\_ horas do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, para cumprimento de suas atribuições, em razão de não haver motorista disponível.

São Miguel da Boa Vista/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

Servidor

Autorizo a excepcionalidade, mediante assinatura e apresentação do termo de responsabilidade, ao servidor solicitante de autorização para dirigir veículo Oficial.

Prefeito Municipal.

NEXO II

TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL  
Art. 1º, §3º, da Lei Ordinária nº. \_\_\_\_/2017.

\_\_\_\_ (Nome do Servidor) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, servidor lotado na Secretaria \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, ao dirigir veículo da frota municipal, declara que assume a responsabilidade:

- de verificar, antes da partida, se o veículo está em condições de trafegar em via pública, contendo os itens de segurança exigidos.
- de preencher devidamente a planilha do veículo.
- de conduzir o veículo com zelo, atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito, observando as normas de trânsito vigentes.
- pelas consequências decorrentes de infração à legislação de trânsito, e, se houver, assumindo as multas decorrentes da infração de trânsito.
- de comunicar, de imediato, toda e qualquer ocorrência anormal de ordem mecânica ou acidental que, porventura, aconteça com o veículo em uso.
- de não dar carona a pessoas estranhas às atividades institucionais.
- de não desviar o curso e/ou finalidade do deslocamento.

DECLARA estar ciente que, no caso de ocorrer dano, de ordem mecânica ou acidental no veículo, onde fique comprovada sua imperícia e/ou imprudência, haverá apuração da ocorrência, que poderá importar em indenização/ressarcimento do dano causado.

Servidor

A cargo do Secretário encarregado do controle da manutenção e conservação de veículos, que indicará o veículo a ser utilizado:

Veículo: \_\_\_\_\_

Placas: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Secretário

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 100/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1404960

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 100/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2017  
TOMADA DE PREÇO Nº 19/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DESTINADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NA COMUNIDADE DE LINHA FATIMA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SC Nº 2017TR00391, PROCESSO SDR 01 00001584/2016 (ER011456164), DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

CONTRATADO: ALEX CONSTRUTORA LTDA - ME  
VIGÊNCIA: Prorrogado até 09/12/2017  
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER  
ASSINA pela CONTRATADA: RENATO ROQUE GUSI  
São Miguel do Oeste, SC., 18 de outubro de 2017

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 57/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1405368

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2017 – PR 140/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO 213/2017 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE LIXO (MOVEIS EM DESUSO), TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE LÂMPADAS FLUORESCENTES; E, SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA PARA PREDIOS PÚBLICOS E COMUNIDADES CARENTES, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

CETRIC CENT DE TRAT DE RES SOL INDUSTRIAL E COMERCIAL CHAPECÓ LTDA, vencedora dos itens 1 E 2 no valor de R\$ 67.940,00 (sessenta e sete mil e novecentos e quarenta reais).

Total da Licitação: R\$ 67.940,00 (sessenta e sete mil e novecentos e quarenta reais)

ASSINATURA: 18/10/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

### CONTRATO 120/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1404862

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

CONTRATO 120/2017

Processo Licitatório nº 205/2017

Inexigibilidade nº 08/2017

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009, e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano de 2017.

CONTRATADO: ALEXANDRE LAUERMANN

VALOR: R\$ 7.635,10

VIGÊNCIA: 30/12/2017

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: ALEXANDRE LAUERMANN

São Miguel do Oeste, SC., 17 de outubro de 2017

### CONTRATO 121/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1404863

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

CONTRATO 121/2017

Processo Licitatório nº 205/2017

Inexigibilidade nº 08/2017

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009, e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano de 2017.

CONTRATADO: ANA BAUMGRATZ

VALOR: R\$ 4.356,00

VIGÊNCIA: 30/12/2017

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: ANA BAUMGRATZ

São Miguel do Oeste, SC., 17 de outubro de 2017

### CONTRATO 122/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1404864

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

CONTRATO 122/2017

Processo Licitatório nº 205/2017

Inexigibilidade nº 08/2017

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009, e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano de 2017.

CONTRATADO: LEONARDO SUSSEK

VALOR: R\$ 9.086,00

VIGÊNCIA: 30/12/2017

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: LEONARDO SUSSEK

São Miguel do Oeste, SC., 17 de outubro de 2017

### CONTRATO 123/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1404865

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

CONTRATO 123/2017

Processo Licitatório nº 205/2017

Inexigibilidade nº 08/2017

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009, e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de

Ensino, para o ano de 2017.  
CONTRATADO: MARCIO JOSÉ SANTIN  
VALOR: R\$ 2.839,64  
VIGÊNCIA: 30/12/2017  
ASSINA pela CONTRANTANTE: ALFREDO SPIER  
ASSINA pela CONTRATADA: MARCIO JOSÉ SANTIN  
São Miguel do Oeste, SC., 17 de outubro de 2017

**CONTRATO 124/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1404866

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
CONTRATO 124/2017  
Processo Licitatório nº 205/2017  
Inexigibilidade nº 08/2017  
OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009, e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano de 2017.  
CONTRATADO: NERIO STEDILE  
VALOR: R\$ 5.566,00  
VIGÊNCIA: 30/12/2017  
ASSINA pela CONTRANTANTE: ALFREDO SPIER  
ASSINA pela CONTRATADA: NERIO STEDILE  
São Miguel do Oeste, SC., 17 de outubro de 2017

**CONTRATO 125/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1404867

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
CONTRATO 125/2017  
Processo Licitatório nº 205/2017  
Inexigibilidade nº 08/2017  
OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009, e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano de 2017.  
CONTRATADO: TEREZINHA BUZIM  
VALOR: R\$ 4.965,59  
VIGÊNCIA: 30/12/2017  
ASSINA pela CONTRANTANTE: ALFREDO SPIER  
ASSINA pela CONTRATADA: TEREZINHA BUZIM  
São Miguel do Oeste, SC., 17 de outubro de 2017

**CONTRATO 126/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1404868

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
CONTRATO 126/2017  
Processo Licitatório nº 205/2017  
Inexigibilidade nº 08/2017  
OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009, e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano de 2017.  
CONTRATADO: VALDECIR LUIZ SCHMITZ  
VALOR: R\$ 2.548,07  
VIGÊNCIA: 30/12/2017

ASSINA pela CONTRANTANTE: ALFREDO SPIER  
ASSINA pela CONTRATADA: VALDECIR LUIZ SCHMITZ  
São Miguel do Oeste, SC., 17 de outubro de 2017

**CONTRATO 127/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1404871

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
CONTRATO 127/2017  
Processo Licitatório nº 205/2017  
Inexigibilidade nº 08/2017  
OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009, e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano de 2017.  
CONTRATADO: VICENTE KNOB  
VALOR: R\$ 6.772,00  
VIGÊNCIA: 30/12/2017  
ASSINA pela CONTRANTANTE: ALFREDO SPIER  
ASSINA pela CONTRATADA: VICENTE KNOB  
São Miguel do Oeste, SC., 17 de outubro de 2017

**CONTRATO 128/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1404873

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
CONTRATO 128/2017  
Processo Licitatório nº 205/2017  
Inexigibilidade nº 08/2017  
OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009, e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano de 2017.  
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES 25 DE MAIO  
VALOR: R\$ 30.427,00  
VIGÊNCIA: 30/12/2017  
ASSINA pela CONTRANTANTE: ALFREDO SPIER  
ASSINA pela CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES 25 DE MAIO  
São Miguel do Oeste, SC., 17 de outubro de 2017

**CONTRATO 129/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1404938

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
CONTRATO 129/2017  
Processo Licitatório nº 212/2017  
Tomada de Preço nº 28/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA ESTRUTURA DE ABRIGO DE PASSAGEIROS DESTINADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO PARTES INTEGRANTES DESTA PROCESSO LICITATÓRIO.  
CONTRATADO: AFONSO TOMCZAK - ME  
VALOR: R\$ 165.000,00  
VIGÊNCIA: 18/12/2017  
ASSINA pela CONTRANTANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: AFONSO TOMCZAK  
São Miguel do Oeste, SC., 18 de outubro de 2017

**DECRETO 8.916 - ALTERA O DECRETO 8.895**

Publicação Nº 1405521

DECRETO Nº 8.916/2017

Dá nova redação às alíneas 'a' e 'b' do inciso I, E A ALÍNEA "A" DO INCISO II, do art. 1º do Decreto n. 8.895/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e com base no art. 3º, alínea "b", art. 82, § 2º e artigo 88 da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano).

**DECRETA**

Art. 1º As alíneas 'a' e 'b' do inciso I, e a alínea "a" do inciso II, do art. 1º do Decreto n. 8.895/2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º .....

I - .....

a) Parte do lote rural nº65-C com 5.232,28m², sendo 729,20m² não edificáveis, da matrícula nº 34.025, confrontando em conjunto: Ao Nordeste com parte do lote rural nº65-C de Delmiro Clóvis Roldo, por linha seca, medindo 48,89 metros; Ao Leste com parte do lote rural nº65-B de Antônio Reinaldo Matana por linha seca, medindo 102,75 metros; Ao Sul com a linha que delimita a faixa de domínio da Rodovia SC-492, por linha seca, medindo 48,75 metros; Ao Oeste com parte do mesmo lote rural nº65-C, por linha seca, medindo 116,37 metros.

b) Parte do lote rural nº65-C com 5.531,17m², sendo 675,00m² não edificáveis, da matrícula nº34.025, confrontando em conjunto: Ao Nordeste com parte do lote rural nº65-C de Delmiro Clóvis Roldo, por linha seca, medindo 46,91 metros; Ao Leste com parte do mesmo lote rural nº65-C de Flávio Wathier, por linha seca, medindo 116,37 metros; Ao Sul com a linha que delimita a faixa de domínio da Rodovia SC-492, por linha seca, medindo 45,00 metros; Ao Oeste com parte do mesmo lote rural nº65-C, Flávio Wathier por linha seca, medindo 129,46 metros.

II - .....

a) Parte do lote rural nº65-C com 55.098,30m², sendo 4.212,80m² de faixa de domínio e 2.803,90 m² de faixa não edificável, confrontando em conjunto: Ao Nordeste com parte do lote rural nº65-C de Delmiro Clóvis Roldo, por linha seca; Ao Leste com parte do mesmo lote rural nº65-C de Flávio Wathier, por linha seca, medindo 129,46 metros; Ao Norte com a linha que delimita a faixa de domínio da Rodovia SC-492, por linha seca, medindo 93,75 metros; Novamente ao Leste com parte do lote rural nº65-B de Antônio Reinaldo Matana, por linha seca; Ao Sul com parte do lote rural nº65-C de Valdir Palú, por linha seca; Ao Oeste com parte do lote rural nº65-C, de Valdir Palú, Mauro Antônio Lazarotto e Flávio Wathier por linha seca.

Art.2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,

Em, 10 de outubro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Camila Pires da Silva

Assessoria Especial

**LEI 7.449 - AUTORIZA A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS AO 11º BATALHÃO DE PM**

Publicação Nº 1405541

LEI Nº 7.449/2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS AO 11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE FRONTEIRA DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, a doar ao ESTADO DE SANTA CATARINA, especificamente ao 11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE FRONTEIRA, os bens móveis adquiridos através de convênio de trânsito nos anos de 2014, 2015 e 2016.

Art. 2º Os bens a serem doados, constantes do anexo, parte integrante da presente Lei, destinam-se exclusivamente para utilização do 11º Batalhão de Polícia Militar de Fronteira.

Art. 3º Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 4º Em caso de reversão dos bens móveis descritos na presente lei ao patrimônio público municipal, esses serão revertidos, sem ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 5º Todas as despesas oriundas dos bens ora doados correrão, a partir da sua transferência, à conta do 11º batalhão de polícia militar de fronteira.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 17 de outubro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Camila Pires da Silva

Assessoria Especial



**PROCESSO Nº 241/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1404969

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Inexigibilidade tendo como objeto: Aquisição de licença para uso de software para cálculos estruturais, projetos elétricos e hidro sanitários para utilização na Secretaria Municipal Desenvolvimento Urbano, para elaboração de projetos de interesse do Município de São Miguel do Oeste - SC. Contratado: MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA - EPP. Valor Total de R\$ 48.312,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312006. São Miguel do Oeste - SC, 18 de outubro de 2017.  
ALFREDO SPIER  
Secretário Municipal de Administração

**PROCESSO Nº 242/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1405235

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 242/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item. OBJETO: Futuro e eventual aquisição de pneus novos, câmara nova e protetor destinados para a conservação e manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal da Infraestrutura, de acordo com o anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 7 de novembro de 2017. Abertura: às 14hs. do mesmo dia. Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br) São Miguel do Oeste/SC, 18 de outubro de 2017.  
ALFREDO SPIER  
Secretário Municipal de Administração

**PROCESSO Nº 48/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1404827

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de patins destinados as crianças e adolescentes atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, visando o desenvolvimento do Projeto "Patinagem para Todos", conforme Autos nº 0001400-43.2016.8.24.0067, número do Alvará 17.067.003.00942, de acordo com o anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 07 de novembro de 2017.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 18 de outubro de 2017.

MARTA REGINA SOTILLI

Secretaria Municipal de Assistência Social

**PROCESSO Nº 49/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1405373

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social através do Secretário de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Futuro e eventual aquisição de formula infantil destinado para as crianças do Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor e também para Atendimento as Famílias com vulnerabilidade social conforme lei Municipal nº 7.144/2015 e Decreto nº 8.840/2017, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 09h45min do dia 07 de novembro de 2017.

Abertura: às 10h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 18 de outubro de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**RESCISÃO CONTRATO 81/2016 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1404777

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016

CONTRATO Nº 81/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADOS AOS PROFESSORES E ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: CLOVIS MULINARI - ME

RESCISÃO: A partir de 01/11/2017

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

São Miguel do Oeste, SC., 13 de outubro de 2017.

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 114/2017

Publicação Nº 1405022

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO Nº 114/2017

Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1124/2017.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação de recursos do Incentivo PNAISP na dotação abaixo identificada:

#### 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2094 – Funcionamento e Manutenção do Sistema Prisional R\$ 160.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.2.064.089 – Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 18 de outubro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 115/2017

Publicação Nº 1405034

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE (048) 3277-0122/3277-0220.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO Nº 115/2017

DESIGNA O SERVIDOR ALLAN FRANCISCO DE SOUZA PARA SER RESPONSÁVEL PELA UTILIZAÇÃO DE DESPESA SOBRE REGIME DE ADIANTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica,

#### DECRETA:

Art. 1º - Designa o Servidor ALLAN FRANCISCO DE SOUZA, Matrícula 3267, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete nesta Municipalidade, como sendo responsável pela utilização de despesa sobre o regime de Adiantamento da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/Gabinete.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de outubro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 371/2017

Publicação Nº 1404820

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### PORTARIA nº 371/2017

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor RODRIGO LAUTERTE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor RODRIGO LAUTERTE, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 18/10/2017, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de outubro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.



# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.278/2017, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1405757

DECRETO Nº 4.278/2017, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO  
ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 9.217,00 (nove mil duzentos e dezessete reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil - "Creches"  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0032 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.617,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura  
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 5.600,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.600,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 10 de Outubro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 4.279/2017, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1405762

DECRETO Nº 4.279/2017, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO  
ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura  
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Indenizações Restituições Trabalhistas R\$ 850,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 850,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 10 de Outubro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças  
Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 21/2017-FAS**

Publicação Nº 1405064

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 21/2017-FAS

Dispensa de Licitação nº. 19/2017-FAS

Processo nº. 26/2017-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BARRA SUL – TURISMO NAUTICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.511.976/0001-30, estabelecida na Avenida Atlântica, nº 6006, sala 08, Bairro Barra Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.330-908.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para Passeio de Barco Pirata em Balneário Camboriú para o Projeto do CRAS, da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Passeio de Barco Pirata em Balneário Camboriú, com saída na Saída do Rio Camboriú, navegando na orla marítima de Balneário Camboriú. Passando pela praia central contornando a Ilha das Cabras, seguindo para Praia de Laranjeiras. Barco com capacidade para mais de 100 pessoas, com duração do passeio de no mínimo 1 hora, show temático (Piratas) durante o passeio, diversos horário de saída e retorno durante o dia. O barco deve possuir banheiros a bordo. Crianças de 6 à 12 anos	10	Unidade	20,00	200,00
02	Passeio de Barco Pirata em Balneário Camboriú, com saída na Saída do Rio Camboriú, navegando na orla marítima de Balneário Camboriú. Passando pela praia central contornando a Ilha das Cabras, seguindo para Praia de Laranjeiras. Barco com capacidade para mais de 100 pessoas, com duração do passeio de no mínimo 1 hora, show temático (Piratas) durante o passeio, diversos horário de saída e retorno durante o dia. O barco deve possuir banheiros a bordo. Pessoas de 13 à 59 anos	18	Unidade	39,00	702,00
03	Passeio de Barco Pirata em Balneário Camboriú, com saída na Saída do Rio Camboriú, navegando na orla marítima de Balneário Camboriú. Passando pela praia central contornando a Ilha das Cabras, seguindo para Praia de Laranjeiras. Barco com capacidade para mais de 100 pessoas, com duração do passeio de no mínimo 1 hora, show temático (Piratas) durante o passeio, diversos horário de saída e retorno durante o dia. O barco deve possuir banheiros a bordo. Pessoas acima de 60 anos	1	Unidade	20,00	20,00
TOTAL R\$					922,00

Valor do Contrato: R\$ 922,00 (novecentos e vinte e dois reais).

Data da Assinatura: 18/10/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 131/2017-PMS**

Publicação Nº 1405158

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 131/2017-PMS

Dispensa de Licitação nº. 79/2017-PMS - Processo nº. 215/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo

Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIAN CARD INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 03.592.583/0001-85, estabelecida na Rua Almirante Tamandaré nº 460, América, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.204-140.

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de empresa especializada em confecção de crachás de identificação para suprir as necessidades das Secretarias do Município de Schroeder/SC conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Crachás em PVC laminado simples com impressão digital colorida dos dados. Impressão de dados variáveis frente e verso do crachá. Impressões: frente: colorida; verso: preta. Dimensões: espessura de 0,76 mm, largura de 54mm e altura de 86mm. Sem tarja magnética ou painel de assinatura. Impressão do layout conforme modelo definido pelo Município de Schroeder.	161	Unid.	2,90	466,90
02	Cordões lisos na cor preta. Dimensões: 80 cm comprimento x 10mm largura com presilha e acabamento em metal.	161	Unid.	0,90	144,90
03	Porta vídeo card transparente conforme modelo compatível com os crachás. Sem perfuração. Material: plástico.	161	Unid.	0,35	56,35
TOTAL R\$					668,15

Valor do contrato: R\$ 668,15 (seiscentos e sessenta e oito reais e quinze centavos).

Data da Assinatura: 18/10/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

## I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 106/2017-PMS

Publicação Nº 1405755

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500  
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

### I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 106/2017-PMS

PROCESSO Nº. 211/2017-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 106/2017-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de hidrojateamento (limpeza de tubulação de esgoto em via pública) para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

ANEXO VIII  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 106/2017-PMS  
TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de hidrojateamento (limpeza de tubulação de esgoto em via pública) para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
------	-----------	-------	-------	-------------------------------	----------------------------

1	Contração de Empresa especializada em serviços de limpeza com hidrojateamento ( limpeza de tubulação de esgoto e água) - caminhão com motorista/ajudante; tanque combinado com modelo de sistema de vácuo/sucção/ 12 metros cúbicos e de deslocamento de ar e capacidade mínima do tanque de 15.000 Lt de resíduos, com mangueira de sucção com comprimento de mínimo 50 metros e diâmetro mínimo 3,5 polegadas. Sistema de hidrojato com tanque com capacidade útil mínima de 5.000 Lt de água, com mangueira de no mínimo 120 metros com diâmetro mínimo de 2,5 polegadas, vazão mínima de 260 l/ min e pressão máxima de 160 KGF/ centímetro cúbico. Ano de fabricação do caminhão 2000 ou superior. A hora começará a ser contada, a partir da chegada do caminhão ao pátio ou local do serviço. Equipamentos de segurança pessoal e do equipamento é compromisso da contratada.	300	Hora	320,00	96.000,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					96.000,00

Schroeder, 19 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

## I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 107/2017-PMS

Publicação Nº 1405768

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500  
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

### I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 107/2017-PMS

PROCESSO Nº. 212/2017-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 107/2017-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

ANEXO VIII  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 107/2017-PMS  
TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	Pneu novo modelo ATR, 4 X 4 SUV ( Spot Utlity Vehicle camionhetes) , largura da banda 215 (21,5 cm), perfil 65 (215 mm = 13,975 cm), diâmetro do aro 16", índice de carga por eixomínimo 98 (750 Kg), índice de velocidade mínimo T (190 Km/h), dimensões aproximadas do pneu (cm)- AxCxL 68,6 X 68,6 X21,5, peso aproximado 11,35 Kg, aplicabilidade terra/asfalto e garantia 60 meses.	8	Unid.	620,00	4.960,00
02	Pneu novo radial 175/70 R14 - dobrô, Kangoo, 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	32	Unid.	220,00	7.040,00
03	Pneu novo radial 205/75 R16C - boxer, master - 08 lonas 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	20	Unid.	450,00	9.000,00

04	Pneu novo radial - Sprinter 225/70 R15C - 08 Lonas 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	8	Unid.	440,00	3.520,00
05	Pneu novo radial 215/75, R17,5 - 12 lonas microônibus Iveco - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	16	Unid.	610,00	9.760,00
06	Pneu novo radial 185/65 R15 - Pálio e Logan - C. Tutelar, Procon, Vigilância e Polícia Militar/Civil - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	60	Unid.	250,00	15.000,00
07	Pneu novo radial 185 R14 - 8 lonas - Kombi - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	8	Unid.	330,00	2.640,00
08	Pneu novo radial 175/70 R13 - corsa, vivace,saveiro,, celta, uno - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	80	Unid.	160,00	12.800,00
09	Pneu novo radial 205/60 R16 - Fluence - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	8	Unid.	330,00	2.640,00
10	Pneu novo radial 175/65 R14 - prisma - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	20	Unid.	210,00	4.200,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					71.560,00

Schroeder, 19 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.312/2017

Publicação Nº 1405760

LEI Nº.2.312/2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$190.500,00 (CENTO E NOVENTA MIL E QUINHENTOS REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2017, no valor de até R\$190.500,00 (cento e noventa mil e quinhentos reais), como segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO				
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO				
17.512.3007.1.316 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
4.4.90.52.00.00	00.01.0224	Equipamento e Material permanente		141.000,00
06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
01 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO				
15.451.3003.2.311 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
3.1.90.39.00.00	00.01.0039	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica		10.000,00
3.1.90.30.00.00	00.01.0039	Material de Consumo		39.500,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO				
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO				
17.512.3007.1.315 – CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS				
4.4.90.51.00.00	00.01.0224	Obras e Instalações		141.000,00

02 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
01 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO			
15.451.3014.2.345 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO			
4.4.90.51.00.00	00.01.0039	Obras e Instalações	49.500,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº2.254/2016 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 18 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

## LEI Nº 2.313/2017

Publicação Nº 1405761

LEI Nº.2.313/2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$159.750,00 (CENTO E CINQUENTA E NOVE MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2017, no valor de até R\$159.750,00 (cento e cinquenta e nove mil e setecentos e cinquenta reais), como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
01 – DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER			
27.812.3010.2.330 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS			
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	59.750,00

03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
04.122.3001.2.305 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	100.000,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇO URBANOS			
02 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
15.451.3003.1.306 – PAVIMENTAÇÃO URBANA			
4.4.90.51.00.00	00.01.0000	Obras e Instalações	159.750,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº2.254/2016 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 18 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico



**PORTARIA Nº 7.234/2017, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1405751

PORTARIA Nº 7.234/2017, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

REESTRUTURA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SCHROEDER - COMED.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.786/2010, de 16 de março de 2010,

**RESOLVE :**

Art. 1º Reestruturar a composição do Conselho Municipal de Educação de Schroeder - COMED, a saber:

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL:

- Elisa Andréia da Silva de Assis

II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL: - Tainá Larissa Eggert

III - REPRESENTANTES DO CORPO DOCENTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

- REPRESENTANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL DO 1º AO 5º ANO: - Claudiane Maria Ehlke Vieira

- REPRESENTANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL DO 6º AO 9º ANO: - Cristiane Finckler Lavaqui

- REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: - Maria do Carmo Vasconcellos Pompermaier

- REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL: - Lourdes Zelfeld Zoz

IV - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS:

- Sérgio Ari Bonatto

V - REPRESENTANTE DOS DIRETORES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

- Andréia Welter

VI - REPRESENTANTE DOS DIRETORES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL:

- Dionata dos Santos Ramos

VII - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO:

- Aneli Arlete Souza

VIII - REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

- Carla Cristina Maffezzolli Jordan

IX - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - "BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS"

- Gilmara Cristina Rosa Nazário Esser

X - REPRESENTANTE DAS APPs DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

- Kleberson Wendt

XI - REPRESENTANTE DAS APPs DOS JARDINS DE INFÂNCIA MUNICIPAIS:

- Andrea Ramos Faust Vieira

XII - REPRESENTANTE DAS APPs DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL:

- Charlene Aparecida Ferreira Scoz

**SUPLENTE:**

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO:

- Beatriz Cristina Jarschel

REPRESENTANTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

- Danieli Lutes Pereira Kautzmann

REPRESENTANTE DAS APPs:

- Aparecido Dalvino Alves

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 17 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.235/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1405763

PORTARIA Nº 7.235/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da servidora Sra. CARMEN MARCIA GEISLER VASEL, de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 17 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico



## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 101/2017-PMS

Publicação Nº 1404872

Página: 1/28

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017

Número do Registro de Preços: 87/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AGUA SANITÁRIA COM CLORO ATIVO - GALÃO DE 5 LITROS. Com registro No Ministério da Saúde ou ANVISA.	GL	VERDESAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIE (13719)	VERDESAN	0	3,7300	1
2			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	BELLA DONA	0	3,7400	2
3			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Belladona	0	3,9300	3
4			ZELI ODETE DA SILVA - ME (13182)	Belladona	0	3,9900	4
5			J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BELLA DONA	0	3,9900	5
2	Alcool etílico hidratado 70%, produto saponante notificado na ANVISA Nº25.351... ou a expressão "REG. IMS N° 3.XXXX.XXXX". Frasco 1 Litro.	LT	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Itajaí	0	3,2000	1
2			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	FLOPS	0	3,2300	2
3			LUIZ MINOLI NETTO - ME (13718)	ARAUCARIA	0	3,6500	3
3	ÁLCOOL LÍQUIDO HIDRATADO (92,8° NPM) COM 01 LITRO CADA.	LT	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Itajaí	0	3,6000	1
2			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	FLOPS	0	3,6500	2
3			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	FLOPS	0	4,6000	3
4	AMACIANTE DE ROUPAS, COM 2 LTs. Composição: Tensioativo catiônico, ceramidas, preservante, umedante, corante, opacificante, perfume e água. Componente ativo: Clorato de cálcio, dióxido de amônio.	UN	VERDESAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIE (13719)	VERDESAN	0	2,6600	1
2			ZELI ODETE DA SILVA - ME (13182)	Belladona	0	2,9000	2

Página: 2/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

Número do Registro de Preços: 87/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretária de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Beladona Soft	0	2,9500	3
6	Balde plástico com capacidade para 15 litros, diversas cores.	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Arqplast	0	3,1200	1
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	AROPLAST	0	3,1300	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	AROPLAST	0	3,5300	3
7	Bloqueador solar fator mínimo FPS 30, contra raios UVA 95% e UVB, com vitamina E, frasco com quantidade mínima de 110ml. Fabricação brasileira.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ALGSUN	0	8,9900	1
			LUZ MINOLI NETTO - ME (13718)	PROSUN	0	9,0000	2
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	NUTRIEX	0	15,0700	3
8	Borracha substituível para rodo para rodo de alumínio de 60cm.	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Sanches	0	4,8500	1
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	2000	0	4,8600	2
9	Bonifador plástico 500ml, azul, vermelho e transparente	UN	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	NOBRE	0	2,7900	1
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Pratik	0	2,8000	2
			FEP COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS (12912)	TRAPPECO	0	4,7500	3
10	Caixa de Palito de fosforo com 240un de 5cm, com fosforo dorado de potássio e aglutinantes.	CX	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	FIAT LUX	0	2,2000	1

Página: 3/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

**Número do Registro de Preços: 87/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Cera líquida inodor com polímero acrílico, emulsão de polietileno, antidesbrapante, surfatante, plastificantes, dispersantes, conservante, essência e água. GALÃO 5 LITROS	GL	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	FIAT LUX	0	2,2300	2
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	FIATLUX	0	2,4000	3
			ZELLODETE DA SILVA - ME (13182)	Belladona	0	14,9900	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BELLA DONA	0	15,0000	2
12	Colheres descartáveis, plástica, sobre mesa medindo aproximadamente 12 cm super resistente, pacote com 50 unidades.	PCT	VERDESAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIE (13719)	VERDESAN	0	15,5000	3
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Strawplas	0	2,1900	1
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	PLASTILANIA	0	2,2000	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	STRAWPLAS	0	2,3700	3
13	COPO DESCARTAVEL DE 50 ML, PACOTE COM 100 UNIDADES, PESO MÍNIMO POR COPO DE 2,2GR, PRODUZIDO CONFORME NBR Nº: 14865/202	PCT	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	COPOBEL	0	1,0300	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	TOTALPLAST	0	1,0400	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	MINAPLAST	0	1,0500	3
			DISQUEMIED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	MINASPLAST	0	1,1000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 4/28

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

Número do Registro de Preços: 87/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	MINAPLAST	0	1,1400	5
14	Copo descartável para água em poliestireno branco, capacidade de 180 ml, pesando 2,2g cada copo, medindo aproximadamente 7cm de diâmetro da boca, 4,2cm de diâmetro do fundo e 7,5cm de altura. O copo deve trazer gravado em relevo, com caracteres visíveis e de forma indelevel, a marca do fabricante, a capacidade e o símbolo de identificação de material para reciclagem. Embalados em mangas invioláveis com 100un. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade em conformidade com a NBR14865 e NBR 13230 da ABNT.	PCT	J.P DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	TOTALPLAST	0	1,9200	1
			PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	MINAPLAST	0	2,0500	2
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Coposul	0	2,1500	3
15	Copo Termico/Isopor 100 ml. Pcte 25 un	PCT	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Copobrás	0	2,9900	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	COPOBRAS	0	3,0000	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	DART	0	3,1500	3
16	Desinfetante para uso geral, de eucalipto ou lavanda, concentrado, bactericida, biodegradável, com Registro no Ministério da Saúde. Galão de 5lt.	GL	ZELI ODETE DA SILVA - ME (13182)	Beladona	0	3,9800	1
			J.P DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BELLA DONA	0	3,9900	2
			VERDERSAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIE (13719)	VERDESAN	0	4,1000	3
17	DESODORIZADOR EM AEROSOL DE AMBIENTE NO MÍNIMO 360 ML, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS, COMPOSTO ÁLCOOL ETILICO, PROPYLENOGLICOL, ANTIOXIDANTES, FRAGRANCIA E PROPOLIENTE.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ULTRA FRESH	0	5,1400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 5/28

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

Número do Registro de Preços: 87/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LUZ MINOLINETTO - ME (13718)	ULTRA FRESH	0	5,1500	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	U. FRESH	0	5,4700	3
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Ultrafresh	0	5,5000	4
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	ULTRA FRESH	0	5,7900	5
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	ULTRAFRESH	0	5,8100	6
18	Detergente líquido neutro com 500 ml. Ideal para louças, talheres e utensílios domésticos. Com fórmula concentrada e biodegradável.Com registro No Ministério da Saúde ou ANVISA.	UN	ZELI ODETE DA SILVA - ME (13182)	Belladona	0	0,9800	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	BELLA DONA	0	0,9900	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	B. DONA	0	1,0000	3
19	Disco para máquinas industriais de lavar pisos, super removedor preto 350mm. Composto por filamentos de nylon e partículas abrasivas espalhadas por todo o disco.	UN	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	BETTANIN	0	11,9900	1
			FEP COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS (12912)	BRIT	0	12,0000	2
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Betanin	0	15,2000	3
20	ESCOVA COM CERDAS PLÁSTICAS PARA LAVAR ROUPA COM NO MÍNIMO 102mmX260mm.	UN	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	LIMPA MANIA	0	1,7800	1
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Desafio	0	1,7900	2

Página: 6/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

**Número do Registro de Preços: 87/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	L. MANIA	0	1,9900	3
21	Escova para limpeza de vaso sanitário, em nylon, cabo plástico, com cerdas arredondadas e suporte (estojo) de plástico.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ORIGINAL	0	2,8900	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	ORIGINAL	0	2,9000	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13716)	PLANETA	0	3,0000	3
22	ESCOVÃO COM CERCAS DE PLÁSTICO COM CABO DE MADEIRA, MEDINDO 30CMX8CM	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Verplast	0	4,1500	1
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	PEROVINHA	0	4,1600	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	CANADA	0	6,3700	3
23	Espanador de penas. Tamanho do cabo: 25 cm Comprimento das plumas: 15 cm.	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Duster	0	11,0000	1
			ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		0	12,3500	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	PEROVINHA	0	13,1200	3
24	Espuma de látex de aço com agente antibactericida, fibra 100% virgem, pesando 60gr e 8 unidades por pacote.	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Inove	0	0,7900	1
			LUIZ MINIO NETTO - ME (13718)	TOP BRILHO	0	0,8000	2

Página: 7/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

**Número do Registro de Preços: 87/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	VEGA	0	0,8500	3
25	Espunja de limpeza, dupla face, uma face macia e outra áspera, espuma/fibra sintética, formato retangular, abrasividade alta/mínima, aplicação limpeza em geral.	UN	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	BETTANIN	0	0,3600	1
			LUZ MINOLI NETTO - ME (13718)	BRILHEX	0	0,3700	2
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Betanin	0	0,3800	3
26	Flanela extra macia. Composição: 100% algodão. Tamanho: 28 x 38 cm. Cor: Laranja.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MARINS	0	0,8800	1
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	MARTINS	0	0,8900	2
			ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		0	0,9000	3
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	MARTINS	0	0,9200	4
27	Guardanapos 100% fibras naturais, tamanho 30cmX32,5cm, pacote c/ 50und.	PCT	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Face Face	0	1,0800	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	SORELA	0	1,0900	2
			COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	PRACTICE	0	1,1400	3
28	Lenço de Papel, cor branca, medidas mínimas de 14,2 x 21,4cm, embalagem com 50 unidades, produzido com matéria prima 100% natural. Ideais também para limpeza de objetos delicados, como cubetas.	PCT	SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	KISS	0	2,7900	1
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Anjinho	0	3,2000	2



Página: 8/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

**Número do Registro de Preços: 87/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	LIMPA VIDROS COM NO MÍNIMO 500 ML, EM EMBALAGEM COM GATILHO.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	KISS	0	3,9900	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	BELLA DONA	0	2,8900	1
			ZELI ODETE DA SILVA - ME (13182)	Beladona	0	2,9000	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BELLA DONA	0	2,9000	3
30	LIMPADOR / DESENGRAXANTE DE MÚLTIPLAS FUNÇÕES (para remoção de óleos, graxas impregnadas e sujeiras diversas de piso, vidros, mármore, banheiros, marquises, fôrnicas, metais, estofados e carpetes) diluição máxima de 10% em água. Galão com 5 litros.	GL	ZELI ODETE DA SILVA - ME (13182)	Beladona	0	6,4900	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BELLA DONA	0	6,5000	2
			VERDESAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIE (13719)	VERDESAN	0	7,2000	3
32	LIMPADOR MULTUSO C/ 500ML, VÁRIAS FRAGÂNCIAS. COMPOSIÇÃO: Tensioativo catiônico, ceramidas, preservante, umectante, corante, opacificante, perfume e água. Componente ativo: Clorato de dimetil amônio	FR	ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		0	1,2900	1
			ZELI ODETE DA SILVA - ME (13182)	Beladona	0	1,3000	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	B. DONA	0	1,3000	3
33	Lixeira de 20lt, em formato redondo, confeccionada polietileno rotomoldado, liso interno e externamente, com tampa basculante, na cor branca.	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Beltsch	0	22,0000	1
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	PLASVALE	0	31,8900	2

Página: 9/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

Número do Registro de Preços: 87/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP (11915)		0	33,1000	3
34	Lixeira de 50lt. em formato redondo, confeccionada polietileno rotomoldado, liso interno e externamente, com tampa basculante, na cor branca.	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Plasvale	0	48,0000	1
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	PLASVALE	0	50,6300	2
			COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP (11915)		0	58,2000	3
35	Lixeira plástica vazada capacidade mínima 9 litros. Cores diversas.	UN	TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	AROPLAST	0	1,4900	1
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	AROPLAST	0	2,2900	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	AROPLAST	0	2,9500	3
36	LUSTRA MOVEIS CREMOSO, FRAGRÂNCIA DE JASMIM, QUE PROJETA DE MANCHAS DE ÁGUA - FRASCO COM 200ML	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	WORKER	0	1,4900	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	WORKER	0	1,5000	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	WORKER	0	1,5600	3
37	LUVAS DE LATEX DESCARTÁVEIS, TAMANHO P - M - G - CAIXA COM 100 PARES	CX	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	VOLK	0	10,4500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	DESCARPAC+	0	10,4900	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	DESCARPAC+	0	10,5000	3

Página: 10/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

Número do Registro de Preços: 87/2017			Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA, INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. G (PAR)	PAR	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	VOLK	0	1,3300	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	VOLK	0	1,3400	2
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	TALGE	0	1,6200	3
39	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA, INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. M (PAR)	PAR	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	VOLK	0	1,3300	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	VOLK	0	1,3500	2
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	TALGE	0	1,6200	3
40	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA, INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. P (PAR)	PAR	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	VOLK	0	1,3300	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	VOLK	0	1,3500	2
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	TALGE	0	1,6200	3
41	MULTINSETICIDA AEROSOL - FRASCO C/ NO MÍNIMO 300ML	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ULTRA INSET	0	4,9900	1
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Ultrainset	0	5,0300	2
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	INSECT FREE	0	5,0900	3
			LUZ MINIOI NETTO - ME (13718)	ULTRA INSET	0	5,3500	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 11/28

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 87/2017**

Número do Registro de Preços: 87/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	PÁ DE LIXO DE PLÁSTICO, 20CMX30CM=	UN	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	MARINGA	0	1,8000	1
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	CANADA	0	1,8200	2
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	CANADA	0	1,8600	3
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Verplast	0	1,9000	4
43	PANO CRU PARA TIRAR PÓ NA COR BRANCA, MEDINDO 40CMX20CM	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Panopratic	0	0,8500	1
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	MARTINS	0	0,8600	2
			COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	TECELAGEMI	0	1,1000	3
44	PANO DE CHÃO ALVEADO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 0,60 X 0,80 CM	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Panopratic	0	2,2800	1
			COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP (11915)		0	2,7300	2
			FEP COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS (12912)	AP/MP	0	2,7500	3
45	PANO DE CHAO CRU COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 0,60 X 0,80 CM	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Panopratic	0	2,0800	1
			COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP (11915)		0	2,3800	2
			LUIZ MINOLI NETTO - ME (13718)	MARTINS	0	2,6000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 12/28

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

Número do Registro de Preços: 87/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

46	PANO DE PRATO GRANDE, NAS MEDIDAS MÍNIMAS DE 40 X 62 CM	UN	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	TECELAGEM I	0	1,4500	1
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	MARTINS	0	1,6600	2
			COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP (11915)		0	1,7500	3
47	PAPEL HIGIÊNICO ESPECIAL, SUPERBRANCO, FOLHA DUPLA, NEUTRO COM NO MÍNIMO 30 M - FARDOS COM 64 ROLOS,	FD	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	FOFINHO	0	42,9300	1
			ZELIODETE DA SILVA - ME (13182)	Ness	0	45,9900	2
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Qualite Campir	0	46,0000	3
			J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	FOFINHO	0	46,0000	4
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	QUALLUX	0	46,5600	5
48	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO BRANCO SIMPLES COM 500 METROS - PACOTE C/ 08 ROLOS	PCT	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Maripal	0	28,0000	1
			DISQUEMEX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	ALPHES	0	35,0000	2
			VILLA PAPEIS LTDA - EPP (13449)	Lipgel	0	37,4000	3
49	Papel toalha cor branca medidas mínimas 20 X 21 cm com 2 dobras, pacote com mínimo 1000 folhas.	PCT	VILLA PAPEIS LTDA - EPP (13449)	Sol	0	4,7900	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 13/28

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

**Número do Registro de Preços: 87/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretária de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	DAMA	0	4,8000	2
			ZELI ODETE DA SILVA - ME (13182)	Lipcel	0	5,0700	3
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Qualitux	0	5,4000	4
50	PAPEL TOALHA FOLHA SIMPLES 100% CELULOSE, PARA TOALHEIRO, FOLHAS COM NO MÍNIMO 19 X 21 CM - CAIXA COM NO MÍNIMO 4.800 FOLHAS.	CX	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BRIQUARAGU	0	29,9000	1
			ZELI ODETE DA SILVA - ME (13182)	Lipcel	0	29,9500	2
			ESTER MONTANH-ER AMORIM ME (13716)		0	32,0000	3
51	PAPEL TOALHA FOLHA SIMPLES BRANCO PARA TOALHEIRO, FOLHAS COM NO MÍNIMO 20 X 20 CM - CAIXA COM NO MÍNIMO 4.800 FOLHAS.	CX	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BRIQUARAGU	0	24,9000	1
			VILLA PAPÉIS LTDA - EPP (13449)	Sol	0	24,9800	2
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Qualitux	0	27,9000	3
52	PAPEL TOALHA FOLHAS DUPLAS SUPER ABSORVENTE PARA COZINHA, BOBINAS COM NO MÍNIMO 60 FOLHAS PICOTADAS, EMBALAGEM COM 2 BOBINAS.	PCT	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	FACE A FACE	0	1,9800	1
			COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	SORELA	0	1,9900	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	SORELA	0	2,5800	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	SORELLA	0	2,8000	4

Página: 14/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

**Número do Registro de Preços: 87/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	PEDRA SANITÁRIA PERFUMADA COM NO MÍNIMO 25 G COM HASTE - AROMAS DIVERSOS	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	SANY	0	0,6900	1
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	SANY	0	0,7000	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	SANY	0	0,7100	3
			LUZ MINIO NETTO - ME (13718)	SANY	0	0,7400	4
			J.P DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	SANY MIX	0	0,7500	5
54	Pratos de papelão Nº 4 medida 20 cm de diâmetro, pacote com 100 unidades.	PCT	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	FRITSW	0	6,0000	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	MINAS	0	8,9000	2
55	Prendedor de roupas de madeira. Pacote com 12un.	PCT	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	GABOARDI	0	0,9300	1
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	BOTH	0	1,1000	2
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	PEROVINHA	0	1,4300	3
56	Protetor Solar facial FPS 60, para todos os tipos de pele. Formula Oil Free. Embalagem 50 ml	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ALGSUN	0	12,7900	1
			LUZ MINIO NETTO - ME (13718)	PROSUN	0	12,8000	2
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	LUVEX	0	26,2100	3



Página: 15/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

Número do Registro de Preços: 87/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

58	Removedor de ocre e de impermeabilizante, com princípio ativo butil glicol. Frasco 5lts	GL	VERDESAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIE (13719)	VERDESAN	1
2			COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	VERDESAN	2
3			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	VERDESAN	3
1		UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ALGSUN	1
2			LUIZ MINOLI NETTO - ME (13718)	REPELMAX	2
3			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	OFF KIDS	3
1		UN	LUIZ MINOLI NETTO - ME (13718)	REPELMAX	1
2			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Insect Free	2
3			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	OFF KIDS	3
1		UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Global	1
2			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	CANADÁ	2
3			LUIZ MINOLI NETTO - ME (13718)	APOENA	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 16/28

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

**Número do Registro de Preços: 87/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	Sabão em pasta biodegradável, com 500gr. Composição: ácidos graxos, hidróxido de potássio, sal sódico do edna, corante, fragrância e água.	UN	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	CRISTAL ROS	0	2,7400	1
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	CRISTAL ROS	0	2,7500	2
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Dipol	0	3,9000	3
63	SABÃO EM PEDRA GLICERINADO, PACOTE COM 200 G - 5 UNIDADES POR EMBALAGEM.	UN	LUZ MINOLINETTO - ME (13718)	BARRA NOVA	0	4,0000	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ZAVASKI	0	4,1000	2
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	BARRA NOVA	0	4,3900	3
64	SABÃO EM PÓ DE 1ª QUALIDADE, PACOTE 5KG. Composição: Alquil benzeno sulfonato de sódio, linear, bentonita sodica, carbonato de sódio, tripolifosfato de sódio, sulfato de sódio, silicato de sódio, 4,4 BIs (2 sulfoesteril bifenil dissódico), pigmento azul 15, enzimas, CMC, perfume e água. Contém: Tensioativo biodegradável.	PCT	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ULTRA CLASSE	0	12,3800	1
			COMERCIAL MULTIVILLE LTDA - EPP (11915)		0	12,3900	2
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Breeze	0	15,5000	3
65	Sabão líquido lava roupas remoção de manchas, maior rendimento, diluição instantânea sem deixar resíduos, branco incolor, perfume e maquiagem. Composição mínima: tensioativo não iônico, estabilizantes, branqueador óptico, aditivo, corante, coadjuvantes, conservante, fragrância, quelante e água. Embalagem 5 litros. Com registro No Ministério da Saúde ou ANVISA.	GL	VERDERSAN COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIE (13719)	VERDESAN	0	8,0500	1
			ZELI ODETE DA SILVA - ME (13182)	Beladna	0	8,0900	2
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Beladna	0	10,5000	3

Página: 17/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

**Número do Registro de Preços: 87/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
66	SABONETE LÍQUIDO CONCENTRADO PEROLADO, CREMOSO,VARIAS FRAGÂNCIAS PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS; GALÃO 05 LITROS.Com registro No Ministério da Saúde ou ANVISA.	GL	ZELI ODETE DA SILVA - ME (13182)	Belladona	0	7,9500	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	B. DONA	0	8,0000	2
			VERDESAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIE (13719)	VERDESAN	0	8,2000	3
67	SACO PLÁSTICO BRANCO DE LIXO, 20 LITROS (38X52X0,04) C/ EMBLEMA INFECTANTE; C/ 100 UND.	PCT	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Talge	0	7,5500	1
			LUIZ MINIOLI NETTO - ME (13718)	LICITATUDO	0	8,6000	2
			ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		0	8,6400	3
68	SACO PLÁSTICO BRANCO DE LIXO, 50 LITROS (62X75X0,04) C/ EMBLEMA INFECTANTE; C/ 100 UND.	PCT	LUIZ MINIOLI NETTO - ME (13718)	LICITATUDO	0	13,0000	1
			ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		0	20,1900	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	KOLPLAST	0	22,5000	3
69	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 100 LITROS (73X87X0,07) 7 MICRAS ESPESURA, C/ 100 UND.	PCT	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IDEAL	0	21,4900	1
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Badenplast	0	21,5000	2
			LUIZ MINIOLI NETTO - ME (13718)	LICITATUDO	0	26,1500	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

Página: 18/28

Número do Registro de Preços: 87/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

70	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 30 LITROS (39X52X0,04) C/ 100 UND.	PCT	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	COMERCIALIZ	1
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Baderplast	2
			J.P DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	NAVEPLAST	3
71	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 50 LITROS (62X75X0,07) C/ 100 UND.	PCT	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	COMERCIALIZ	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IDEAL	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	PEGA LIXO	3
72	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 60 LITROS (62X75X0,07) C/ 100 UND.	PCT	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IDEAL	1
			COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	COMERCIALIZ	2
			COMERCIAL MULTIVILLE LTDA - EPP (11915)		3
73	SAPONACEO LIQUIDO CREMOSO - FRASCO 200 ML	UN	ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		1
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	WORKER	2
			LUIZ MINOLI NETTO - ME (13718)	PERFECT	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 19/28

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 87/2017**

Número do Registro de Preços: 87/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
74	Suporte (dispenser) para Papel Higiênico Rolão 500 m. Dimensão do Produto (Altura x Largura x Profundidade): 28,5 x 27,5 x 13,5 cm. Peso do Produto com Embalagem: 551g. Peças para fixação. Branco em polipropileno.	UN	LUIZ MINIOLI NETTO - ME (13718)	BELLPLUS	0	16,0000	1
			J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BRIQUARAGU	0	17,5000	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	PANDOLFO	0	18,4300	3
76	Suporte em acrílico para copos descartáveis de 180 ml	UN	J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BRIUARAGUÁ	0	14,9900	1
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Premisse	0	15,0000	2
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	ALDINOX	0	15,7000	3
77	Suporte para pano multiuso de 300mt em chapa metálica.Largura 40cm, profundidade 40cm, superfície para fixação de 21cm.	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Betanin	0	49,2000	1
78	VASSOURA COM CERDAS PIACAVA SINTETICA PLUMADA COM CABO DE MADEIRA.	UN	LUIZ MINIOLI NETTO - ME (13718)	HARACEM	0	3,6000	1
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Verplast	0	4,5900	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	CANADÁ	0	4,8700	3
79	VASSOURA DE PALHA REFORÇADA COM CABO DE MADEIRA	UN	LUIZ MINIOLI NETTO - ME (13718)	HARACEM	0	9,6300	1
			J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	COLONIAL	0	9,6400	2

Página: 20/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

Número do Registro de Preços: 87/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	COLONO	0	10,4000	3
80	Rodo de mão 14 cm. Composição: plástico, dimensões: 18 x 14 x 2 cm.	UN	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	CANADÁ	0	1,7900	1
			LIMPEXGEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Verplast	0	2,7000	2
			ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		0	3,5700	3
81	Lixeira com pedal fabricada em polipropileno 24 litros cor branca. Formato redondo.	UN	LUIZ MINOLI NETTO - ME (13718)	SÃO BERNAR	0	24,9000	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	PLASVALE	0	32,3000	2
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	PLASVALE	0	32,3000	3
83	SABONETE LÍQUIDO ANTISSEPTICO/BACTERICIDA PARA MÃOS, INODORO, GALÃO DE 5 LITROS. Recomendado para higienização das mãos. Com Ph Neutro. Eliminação de 99,99% das bactérias. Tem aplicação em cozinhas industriais, indústrias alimentícias, laboratórios, hospitais, etc.	UN	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	VERDESAN	0	11,4000	1
			VERDESAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIE (13719)	VERDESAN	0	12,0000	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	VERDESAN	0	18,8500	3
84	ÁLCOOL EM GEL, 70%, PARA ANTISSEPSEA DAS MÃOS, GALÃO DE 5 LITROS. Recomendado para profissionais das áreas de saúde e alimentos. Elimina 99,99% dos germes e bactérias. Com álcool 70%. Aprovado pela ANVISA. Propriedades físico-químicas: pH 100%; 6,8 - 7,0. Solubilidade na água: 100%. Diluição: pronto para usar. Sem diluir.	UN	ZELI ODETE DA SILVA - ME (13182)	Balladona	0	15,9900	1
			J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BELLA DONA	0	16,0000	2

Página: 21/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 87/2017**

Número do Registro de Preços: 87/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VERDERSAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIE (137719)	VERDESAN	0	19,8000	3
85	HIPOCLORITO DE SÓDIO A 2,5%. Para higienização de alimentos. Embalagem com 1 litro.	UN	ZELI ODETE DA SILVA - ME (13182)	Beladona	0	1,6500	1
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	MALTEX	0	1,6600	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BELLA DONA	0	1,9000	3
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Girandosol	0	2,9000	4
86	HIPOCLORITO DE SÓDIO A 2,5%. Para higienização de alimentos. Embalagem com 5 litros.	UN	ZELI ODETE DA SILVA - ME (13182)	Beladona	0	4,4900	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BELLA DONA	0	4,5000	2
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	MALTEX	0	5,3200	3
87	SABONETEIRA/FRASCO MULTIUZO, de 450 a 500ml, para sabonete líquido. Plástico resistente, com válvula dosadora (tipo "pump").	UN	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	PR EMBALAG	0	3,8700	1
			LUIZ MINOLI NETTO - ME (13718)	BELLPLUS	0	4,1000	2
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	BETTANIN	0	4,4700	3
88	LIXEIRA 13,5L, COR BRANCA, REDONDA OU RETANGULAR, COM PEDAL. Tampa e corpo em plástico rígido. Pedal com haste rígida. Capacidade: 13,5 litros.	UN	LUIZ MINOLI NETTO - ME (13718)	AGRAPLAST	0	16,1000	1



Página: 22/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

**Número do Registro de Preços: 87/2017 Data do Registro: 18/10/2017 Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	PLASVALE	0	25,6100	2
			ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		0	28,0000	3
89	LIXEIRA 50L, COR BRANCA, RETANGULAR, COM PEDAL. Tampa e corpo em plástico rígido. Pedal com haste rígida. Capacidade: 50 litros.	UN	ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		0	60,4900	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	PLASVALE	0	60,5000	2
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	PLASUTIL	0	61,0000	3
90	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 1 KG. Utilizada para alimentos. Capacidade para 1 kg. Saco plástico de alta densidade, tamanho 20x30cm. Rolo com 1000 unid.	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Meganil	0	7,4800	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	NOSSO FRIZE	0	7,4900	2
			LUIZ MINIOLINETTO - ME (13718)	MAGAMIL	0	14,0000	3
91	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 5 KG. Utilizada para alimentos. Capacidade para 5 kg. Saco plástico de alta densidade, tamanho 35x45cm. Rolo com 1000 unid.	UN	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	NOSSO FRIZ	0	18,0000	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	ORLEPLAST	0	22,3000	2
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Meganil	0	30,9000	3
92	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 15 KG. Utilizada para alimentos. Capacidade para 15 kg. Saco plástico de alta densidade, tamanho 40x60cm. Rolo com 1000 unid.	UN	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	NOSSO FRIZ	0	22,0000	1

Página: 23/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

Número do Registro de Preços: 87/2017			Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	ROLO FILME DE PVC para alimentos. Medidas mínimas (LxO): 28 cm x 30 metros.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	ORLEPLAST	0	29,9000	2
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Megamil	0	46,0000	3
			SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	GIOPACK	0	2,8600	1
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	GIOPACK	0	2,9300	2
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Bompack	0	3,3000	3
94	PANO MULTUSO, VERDE OU AZUL, BOBINA PICOTADA, COM 300 METROS. Bobina de pano multiuso descartável em fibra de rayon, aglutinadas com resina sintética, resistente, absorvente, com ação antibacteriana. Composto por 70% de viscosse e 30% de Polyester. Medidas mínimas: 300 metros x 30 cm (cada pano com tamanho mínimo de 30x50cm). Cores: verde ou azul.	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Talge	0	50,0000	1
			COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	MR PLUS	0	58,0000	2
95	Refil para dispenser de sabonete líquido ou álcool em gel, com capacidade de 800 ml.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	NOBRE	0	68,8400	3
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Nobre	0	3,9700	1
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13668)	PANDOLFO	0	3,9800	2
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	BELL PLUS	0	4,8700	3
96	Lixeira plástica com pedal aço galvanizado. Capacidade mínima 20 litros e máxima 30 litros, na cor branca, formato redondo.	UN	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	48,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 24/28

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 87/2017**

Número do Registro de Preços: 87/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	Lixeira plástica com pedal. Capacidade mínima 100 litros, na cor branca.	UN	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	BELOCH	0	260,0000	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	JAGUAR	0	97,8800	1
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	AROPLAST	0	97,8900	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	98,0000	3
98	Refil para mop confeccionado com fios cortados sem sistema de looping, parte superior em tecido lavável. Fechamento com laços. Dimensão de 60 cm x 12 cm.	UN	LIMPEXGEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Mapolim	0	22,0000	1
99	Refil para mop confeccionado com fios cortados sem sistema de looping, parte superior em tecido lavável. Fechamento com laços. Dimensão de 45 cm x 12 cm.	UN	LIMPEXGEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Mapolim	0	20,8000	1
100	Reservatório para Dispenser de sabonete líquido ou álcool em gel, com capacidade mínima de 800 ml.	UN	SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP (11341)	BRALIMPIA	0	20,8400	2
			LIMPEXGEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)	Belplus	0	3,9700	1
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME (13688)	PANDOLFO	0	3,9800	2
			COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA (13183)	BELL PLUS	0	4,3500	3
101	Filtro de papel para coador de café, nº 103 - mínimo 30 unidades na caixa.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	BRIGITTA	0	2,1800	1
			TIAGO DANIEL VEDAN - ME (13717)	FOLHA LEV	0	2,1900	2

Página: 25/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

**Número do Registro de Preços: 87/2017      Data do Registro: 18/10/2017      Válido até: 18/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FEP COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS (12912)	BT	0	2,4500	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BRIGITTA	0	2,4500	4

Página: 26/28

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017

Número do Registro de Preços: 87/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI - ME - (13242)		0	2,4500	5

Página: 27/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017**

Número do Registro de Preços: 87/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2017**

**PROCESSO Nº 196/2017**

- (6852) - DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD
- (10124) - J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
- (11341) - SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP
- (11915) - COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP
- (12403) - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
- (12756) - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP
- (12912) - FEP COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS
- (13178) - LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP
- (13182) - ZELI ODETE DA SILVA - ME
- (13183) - COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA
- (13242) - ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI - ME -
- (13249) - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP
- (13449) - VILLA PAPEIS LTDA. - EPP
- (13668) - MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME
- (13715) - PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME
- (13716) - ESTER MONTANHER AMORIN ME
- (13717) - TIAGO DANIEL VEDAN - ME
- (13718) - LUIZ MINOLI NETTO - ME

Página: 28/28

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2017

Número do Registro de Preços: 87/2017		Data do Registro: 18/10/2017		Válido até: 18/10/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2017  
PROCESSO Nº 196/2017  
(13719) - VERDESAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIE

Schroeder, 18 de Outubro de 2017.



**ATA TOMADA DE PREÇOS 02/2017-SANEAMENTO (SEQUÊNCIA 02)**

Publicação Nº 1405294

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 2/2017 - TP</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 8/2017 Data do Processo: 14/08/2017
	Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 14/2017 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) para construção de Almoarifado da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental com área total de 86,61m², na Rua Bela Vista, Centro, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

A comissão reuniu-se para esclarecer os atos narrados na ata 13/2017 (sequência: 1) de 02 de outubro de 2017, tendo em vista o que diz o artigo 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, "As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. § 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação", visto que a empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME ainda não foi declarada vencedora do certame e que ainda não foi considerada inabilitada pois o prazo que confere o artigo supracitado começa a contar a partir do momento que a mesma for declarada vencedora do certame, caso for. Sendo assim e por não ter havido interposição de recursos fica marcada para o dia 20 de outubro de 2017 às 14h30min a continuação do certame com a abertura das propostas das empresas ENGECON SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA - EPP, SL CONSTRUTORA LTDA - EPP e FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata às empresas participantes.

Schroeder, 18 de Outubro de 2017

**COMISSÃO:**

DANIELA SAMULESCKI	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
IVANDRA DE SOUZA	- ..... - Secretária
ANA PAULA KREIS	- ..... - Membro
WALTER EGIDIO MUKAI	- ..... - Membro efetivo
CEZAR SANTOS DE JESUS	- ..... - Membro efetivo
NÁTALIA KERSTEN BRUMULLER	- ..... - Membro Suplente
ILMAR JOSÉ PREREIRA BORGES FILHO	- ..... - Membro Suplente

**ATA TOMADA DE PREÇOS 14/2017-PMS (SEQUÊNCIA 02)**

Publicação Nº 1405008

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 14/2017 - TP</b>
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: <b>183/2017</b> Data do Processo: <b>04/09/2017</b>
Folha: 1/1	

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 184/2017 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para a construção de marquise e brise metálico na nova sede do PROCON, na cidade de Schroeder, com área da marquise de 52,13 m², área do brise 56,25 m² e perímetro do brise 62,50 m, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

A comissão reuniu-se após transcorrido o prazo de 10 dias úteis para apresentação da nova Certidão de Negativa Federal da empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME visto que a empresa não protocolou tal documento a mesma está inabilitada pois não apresentou a documentação de acordo com o edital na fase de habilitação. Diante do exposto e por não ter havido interposição de recursos fica marcada para o dia 20 de outubro de 2017 às 13h30min a continuação do certame com a abertura da proposta da empresa habilitada a empresa OMVS CONTRUTORA LTDA-ME. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata às empresas participantes.

Schroeder, 18 de Outubro de 2017

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Ana Paula Kreis	- ..... - Membro
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro
Ivandra de Souza	- ..... - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro Suplente
Ilmar José Pereira Borges Filho	- ..... - Membro Suplente

**ATA TOMADA DE PREÇOS 14/2017-PMS (SEQUÊNCIA 03)**

Publicação Nº 1405240

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 14/2017 - TP</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 183/2017 <b>Data do Processo:</b> 04/09/2017
	Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 185/2017 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para a construção de marquise e brise metálico na nova sede do PROCON, na cidade de Schroeder, com área da marquise de 52,13 m², área do brise 56,25 m² e perímetro do brise 62,50 m, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

A comissão reuniu-se para rever os atos narrados na ata 184/2017 (sequência: 2) de 18 de outubro de 2017, tendo em vista o que diz o artigo 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, "As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. § 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação", visto que a empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME ainda não foi declarada vencedora do certame e que ainda não foi considerada inabilitada pois o prazo que confere o artigo supracitado começa a contar a partir do momento que a mesma for declarada vencedora do certame, caso for. Sendo assim e por não ter havido interposição de recursos fica marcada para o dia 20 de outubro de 2017 às 13h30min a continuação do certame com a abertura das propostas das empresas OMVS CONSTRUTORA LTDA-ME e FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata às empresas participantes.

Schroeder, 18 de Outubro de 2017

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Ana Paula Kreis	- ..... - Membro
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro
Ivandra de Souza	- ..... - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro Suplente
Ilmar José Pereira Borges Filho	- ..... - Membro Suplente

**DISPENSA 79/2017-PMS**

Publicação Nº 1405129

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 79/2017 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 215/2017 Data: 18/10/2017</b>

Folha: 1/2

<b>Fornecedor:</b> LIAN CARD INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA <b>Endereço:</b> RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, Nº 460 <b>Cidade:</b> Joinville - SC <b>CNPJ:</b> 03.592.583/0001-85	<b>Código:</b> 12161  <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> Contratação de empresa especializada em confecção de crachás de identificação para suprir as necessidades das Secretarias do Município de Schroeder/SC.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	161,00	Crachás em PVC laminado simples com impressão digital colorida dos dados. Impressão de dados variáveis frente e verso do crachá. Impressões: frente: colorida; verso: preta. Dimensões: espessura de 0,76 mm, largura de 54mm e altura de 86mm. Sem tarja magnética ou painel de assinatura. Impressão do layout conforme modelo definido pelo Município de Schroeder.	UN	2,90	466,90
2	161,00	Cordões lisos na cor preta. Dimensões: 80 cm comprimento x 10mm largura com presilha e acabamento em metal.	UN	0,90	144,90
3	161,00	Porta vídeo card transparente conforme modelo compatível com os crachás. Sem perfuração. Material: plástico.	UN	0,35	56,35

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

A contratação de empresa especializada na confecção de crachás se faz necessária para identificação dos servidores desse Município. A utilização da modalidade de dispensa se faz necessária devido a licitação de crachás de 2016 ter sido deserta.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 18 de Outubro de 2017

OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 79/2017 - DL**Processo Nr.:** 215/2017  
**Data:** 18/10/2017

Folha: 2/2

11/10/2017

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 11 de Outubro de 2017

**Valor da Despesa:**

668,15 (seiscentos e sessenta e oito reais e quinze centavos)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**DISPENSA Nº 19/2017-FAS**

Publicação Nº 1404755

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 19/2017 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 26/2017</b> <b>Data: 18/10/2017</b>
Folha: 1/2	

Fornecedor: BARRA SUL - TURISMO NAUTICO LTDA.  
Endereço: AV ATLANTICA, 6006, SALA 08  
Cidade: Balneário Camboriú - SC  
CNPJ: 08.511.976/0001-30

Código: 13724

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para Passeio de Barco Pirata em Balneário Camboriú para o Projeto do CRAS, da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	10,00	Passeio de Barco Pirata em Balneário Camboriú, com saída na Saída do Rio Camboriú, navegando na orla marítima de Balneário Camboriú. Passando pela praia central contornando a Ilha das Cabras, seguindo para Praia de Laranjeiras. Barco com capacidade para mais de 100 pessoas, com duração do passeio de no mínimo 1 hora, show temático (Piratas) durante o passeio, diversos horários de saída e retorno durante o dia. O barco deve possuir banheiros a bordo. Crianças de 6 à 12 anos	UN	20,00	200,00
2	18,00	Passeio de Barco Pirata em Balneário Camboriú, com saída na Saída do Rio Camboriú, navegando na orla marítima de Balneário Camboriú. Passando pela praia central contornando a Ilha das Cabras, seguindo para Praia de Laranjeiras. Barco com capacidade para mais de 100 pessoas, com duração do passeio de no mínimo 1 hora, show temático (Piratas) durante o passeio, diversos horários de saída e retorno durante o dia. O barco deve possuir banheiros a bordo. Pessoas de 13 à 59 anos	UN	39,00	702,00
3	1,00	Passeio de Barco Pirata em Balneário Camboriú, com saída na Saída do Rio Camboriú, navegando na orla marítima de Balneário Camboriú. Passando pela praia central contornando a Ilha das Cabras, seguindo para Praia de Laranjeiras. Barco com capacidade para mais de 100 pessoas, com duração do passeio de no mínimo 1 hora, show temático (Piratas) durante o passeio, diversos horários de saída e retorno durante o dia. O barco deve possuir banheiros a bordo. Pessoas acima de 60 anos	UN	20,00	20,00

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

**II** - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Conforme prevê no planejamento do grupos do CRAS e da Secretaria de Assistência Social, a cada final de ano é feito uma atividade para o encerramento das atividades do ano.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 19/2017 - DLProcesso Nr.: 26/2017  
Data: 18/10/2017

Folha: 2/2

Schroeder, 18 de Outubro de 2017

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

16/10/2017

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 16 de Outubro de 2017

**Valor da Despesa:** 922,00 (novecentos e vinte e dois reais)**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal



# Seara

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO DE REMOÇÃO

Publicação Nº 1404766

EDITAL Nº 47/2017 - de 18/10/2017.

Abre inscrições para o Concurso Público de Remoção a pedido para Membros Efetivos do Magistério Público Municipal destinado a lotação de vagas em Escolas da rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições conferidas pelo artigo nº 108 e inciso X da Lei Orgânica Municipal e pelos artigos 55 a 57 e artigo 226 da Lei Complementar nº. 18, de 28 de Novembro de 2003 e artigos 14 a 16 da Lei Complementar nº 21, de 15 de Dezembro de 2003, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos Membros do Magistério Público Municipal, que a Secretaria Municipal da Educação estará recebendo, no período de 18 a 27 de Outubro de 2017, inscrições ao Concurso Público de Remoção, mediante pedido de Remoção, destinado a lotação de vagas em Escolas da Rede Municipal de Ensino, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e pela legislação vigente:

#### 1. DAS INSCRIÇÕES

1.1 Serão realizadas no período de 18 a 27 de outubro de 2017, das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Beira Rio, nº 5, centro, nesta cidade e Município de Seara - SC.

1.2 São requisitos para inscrições:

1.2.1 Ser membro efetivo ou estável do quadro do magistério público municipal;

1.2.2 Ter o estágio probatório concluído e homologado;

1.2.3 Estar em exercício em Escola Municipal ou na Secretaria Municipal da Educação;

1.2.4 Não estar em licença para tratamento de interesses particulares;

1.2.5 Não ter sofrido penalidade por falta disciplinar;

1.2.6 Ter a mesma carga horária da vaga pretendida, a mesma categoria funcional e o mesmo regime de trabalho;

1.3 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia dos documentos abaixo especificados, acompanhado dos originais, para conferência:

1.3.1 Requerimento, dirigido ao Prefeito Municipal, devidamente preenchido e assinado pelo servidor, indicando a vaga pretendida, cujo modelo será fornecido pela Secretaria Municipal da Educação;

1.3.2 Comprovantes de habilitação em fotocópias autenticadas por funcionário da Secretaria Municipal da Educação, mediante a apresentação dos documentos originais;

1.3.3 Declaração de tempo de serviço no magistério público municipal, expedida pela Secretaria Municipal da Educação, tendo como data limite o dia 31 de outubro de 2017.

1.3.4 Certidão de nascimento ou casamento.

1.4 O candidato que apresentar documentação incompleta, terá sua inscrição indeferida.

1.5 A documentação apresentada no ato da inscrição será examinada em conformidade com as exigências deste edital e da legislação vigente, e satisfeitas as exigências, a Administração homologará as inscrições e fará a publicação no Mural público Municipal, situado no átrio de acesso da Prefeitura Municipal de Seara na Avenida Anita Garibaldi 371 e no site do município <http://www.seara.sc.gov.br/> através do link "PUBLICAÇÕES", listado ao lado direito da página no quadro GOVERNO.

1.6 Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas poderão recorrer na forma estabelecida no item 5 – Da reconsideração, do presente edital.

1.7 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

#### 2. DAS VAGAS

2.1 - O quadro de vagas será o seguinte:

Ordem	Nome da escola	Área de Atuação	Nº. de Vagas
01	CEI. Chapeuzinho Vermelho	Educação Infantil	02
02	CEI. Dona Ilse	Educação Infantil	02
03	CEI. Sete Anões	Educação Infantil	01
04	EN. Lira Camila Petry	Séries iniciais	01
05	EN. São Rafael	Língua Portuguesa	01
06	EN. Deolindo Zílio	Geografia	01
07	EN. Lira Camila Petry	Ciências	01
08	EN. Lira Camila Petry	Geografia	01
09	EN. Lira Camila Petry	História	01
10	EN. Deolindo Zílio	Matemática	01
11	EN. Rosina Nardi	Artes	01
12	CEI. Chapeuzinho Vermelho	Educação Física	01
13	CEI. Dona Ilse	Educação Física	01

2.2 As vagas de professor previstas no item 2.1, são de 20 horas semanais.

### 3. DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 Caso haja mais de um candidato por vaga serão observados os critérios de desempate definidos pelo parágrafo único do art. 16 da Lei Complementar nº. 21, de 15 de dezembro de 2003:

- I – maior grau de instrução;
- II – maior tempo no magistério público municipal;
- III – maior idade;
- IV – casado.

### 4 - DO RESULTADO FINAL:

4.1 - O resultado final será homologado até o dia 01 de dezembro de 2017, mediante edital a ser publicado na forma do subitem 1.5 do presente edital.

### 5. DA RECONSIDERAÇÃO

5.1 O candidato terá 03 (três) dias úteis, contados a partir do dia seguinte da publicação do Edital previsto no subitem 4.1 para solicitar reconsideração, não sendo computados os dias em que não houver expediente na Prefeitura Municipal.

5.2 Os recursos interpostos por candidatos, contestando decisões inerentes a classificação deverão ser protocolados na Secretaria Municipal da Educação.

5.3 O prazo para resposta ao candidato, do recurso protocolado, será de até 03 (três) dias úteis contados a partir do último dia do prazo para solicitar reconsideração prevista no subitem 5.1.

5.4 Da classificação, o candidato poderá recorrer, ao Prefeito Municipal, em última instância, sobre a decisão da Secretaria Municipal da Educação, que terá o prazo de 5 (cinco) dias para julgá-lo.

### 6. DA LOTAÇÃO

6.1 A nova lotação dar-se-á por ato do Prefeito Municipal, imediatamente, após o encerramento do presente concurso, com vigência a partir do ano 2018.

6.2 A remoção somente será concretizada se o número de alunos/turmas matriculados na Unidade Escolar for mantido.

### 7 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1 O Requerimento de inscrição estará disponibilizado para o candidato no local da inscrição.

7.2 O candidato deverá revisar o requerimento de inscrição e verificar a exatidão das informações nele contidas, tomando-se após a assinatura do mesmo.

7.3 Não será admitida inscrição condicional, por correspondência e nem por procuração.

7.4 O candidato que no ato de inscrição prestar declarações falsas ou inexatas ou apresentar documentos adulterados terá sua remoção cancelada e anulados todos os atos decorrentes.

7.5 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do presente Concurso Público de Remoção.

7.6 O processo seletivo será conduzido e supervisionado pela Secretaria Municipal da Educação, que executará todas as fases do processo.

7.7 A Secretaria Municipal da Educação poderá contratar profissional ou entidade com idoneidade reconhecida para execução e realização da análise documental prevista neste Edital nos termos da legislação vigente, emitindo para tal parecer conclusivo.

7.8 Não havendo terceirização para a execução das etapas previstas na forma do presente item, a Secretaria Municipal da Educação poderá requisitar servidores públicos municipais, efetivos ou não, ou assessorias para participarem do processo previsto neste edital.

7.9 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação e Setor Jurídico da Prefeitura Municipal.

Seara, SC., 18 de Outubro de 2017.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 18 de Outubro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

## **EDITAL DE PROGRESSÃO POR ESCOLARIDADE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

Publicação Nº 1404765

EDITAL Nº 48/2017 - de 18/10/2017

Abre inscrições para membros do magistério público municipal para Progressão por Nova Habilitação.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, DE SEARA, Estado de Santa Catarina – SC, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº. 108, X da Lei Orgânica do Município e nos termos dos artigos 227 e 228 da Lei Complementar nº. 18 de 28 de novembro 2003 e dos artigos 19, 20 e 21 da Lei Complementar nº. 21 de 15 de dezembro 2003, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos Membros do Magistério Público Municipal, que a Secretaria Municipal da Educação estará recebendo, no período de 18 a 27 de Outubro de 2017, solicitação para Progressão por Nova Habilitação, nos termos legais supracitados e normas deste edital.

### **1. DOS REQUISITOS.**

1.1. Ser membro efetivo do quadro do magistério público municipal.

1.2. Ter o estágio probatório concluído e homologado.

1.3. Ter nova habilitação profissional, correlata à área específica de atuação.

1.4. Estar em exercício em escola municipal ou na Secretaria Municipal da Educação.

1.5. Não estar em licença para tratamento de interesses particulares.

1.6. Não ter sofrido penalidade por falta disciplinar.

### **2. DA DOCUMENTAÇÃO.**

2.1 Requerimento, devidamente preenchido e assinado pelo servidor do Magistério, acompanhado de:

2.1.1 Diploma de curso superior de licenciatura plena e histórico escolar. Certificado e histórico escolar de especialização ou diploma de mestrado ou doutorado, conforme o caso. (Cópias e Originais para conferência).

2.1.2 Os documentos comprobatórios dos cursos de especialização citados no subitem "2.1.1" devem atender ao disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Educação ou Conselho Estadual de Educação.

### **3. DO REQUERIMENTO**

3.1 O requerimento acompanhado com os devidos documentos previstos no item 2 e seus subitens deverá ser protocolado das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, nas dependências da Secretaria Municipal da Educação, situada na Rua Beira Rio, nº 5, andar superior do Banco do Brasil, nesta cidade e Município de Seara-SC até a data prevista no preâmbulo deste edital.

### **4. DO RESULTADO**

4.1 O resultado será divulgado pela Secretaria Municipal da Educação até o dia 07/12/2017, por Decreto a ser afixado na Secretaria Municipal da Educação, no Mural Público Municipal, situado no átrio de acesso da Prefeitura Municipal de Seara na Avenida Anita Garibaldi 371 e no site do Município <http://www.seara.sc.gov.br/> através do link "PUBLICAÇÕES", listado ao lado direito da página no quadro GOVERNO.

### **5. DA RECONSIDERAÇÃO**

5.1 Após a divulgação do resultado o candidato terá 03 (três) dias úteis, contados a partir do dia seguinte da publicação para solicitar reconsideração.

5.2 Os recursos interpostos por candidatos, contestando decisões inerentes ao resultado deverão ser protocolados na Secretaria Municipal da Educação.

5.3 O prazo para resposta ao candidato, do recurso protocolado, será de até de 03 (três) dias úteis, contados a partir do dia seguinte da solicitação.

5.4 Do resultado, o candidato poderá recorrer ao Prefeito Municipal, em última instância, sobre a decisão da Secretaria Municipal da Educação, que terá o prazo de 05 (cinco) dias para julgá-lo.

### **6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

6.1 Serão aceitas, para a solicitação do progresso por nova habilitação, as declarações de conclusão de curso de licenciatura plena e

de pós-graduação, ficando, contudo, condicionada a apresentação até 01/12/2017, da documentação exigida no item 2 e seus subitens.

6.2 Os documentos referidos no item 2 e seus subitens e subitem 6.1 serão considerados para o presente progresso, desde que a conclusão da nova habilitação profissional tenha ocorrido até 30 de setembro de 2017.

6.3 Os servidores do magistério, afastados para o exercício de cargo em comissão, função de confiança, serão considerados como se em efetivo exercício estivessem.

6.4 A Prefeitura Municipal, através do setor competente, expedirá ato concedendo a progressão, conforme lei vigente.

6.5 O membro do magistério, que prestar declaração falsa ou apresentar documento adulterado, terá cancelado e anulado o ato do progresso por nova habilitação.

6.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação e setor Jurídico da Prefeitura Municipal.

Seara - SC., 18 de Outubro de 2017.  
FLAVIO RAGAGNIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se  
Em 18 de Outubro de 2017

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

## PORTARIA Nº 427/2017

Publicação Nº 1405474

Portaria nº. 427/2017. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e da outras providências, resolve, Conceder, A servidora Adelcia Faller, matrícula 216505, contratada em caráter temporário para exercer a função de Técnica em Enfermagem, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 17 a 31 de outubro de 2017, mediante remuneração pelo Município e a partir de 01 de novembro de 2017, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS. Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 18 de outubro de 2017.

Flavio Ragagnin  
Prefeito Municipal em Exercício  
Registra-se e Publica-se  
Em 18 de outubro de 2017.  
Neri Cosmann  
Secretário da Administração

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2017 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2017

Publicação Nº 1405315

Processo Licitatório nº 131/2017– Inexigibilidade de Licitação nº 009/2017.

Objeto: Credenciamento para fornecimento de cascalho.

Justificativa: O Município de Seara lançou Edital de Chamamento Público nº 001/2017, objetivando o credenciamento para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, a ser utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, o Sr. Alecir Antonio Paludo, comprovou capacidade para tal fornecimento, ficando o mesmo habilitado.

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 16 de outubro de 2017.  
Flavio Ragagnin  
Prefeito Municipal em Exercício

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2017 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2017

Publicação Nº 1405316

Processo Licitatório nº 132/2017– Inexigibilidade de Licitação nº 010/2017.

Objeto: Credenciamento para fornecimento de cascalho.

Justificativa: O Município de Seara lançou Edital de Chamamento Público nº 001/2017, objetivando o credenciamento para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, a ser utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, o Sr. Adelino José Ebertz e Sra. Ivani Mansolf Ebertz, comprovaram capacidade para tal fornecimento, ficando os mesmos habilitados.

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 16 de outubro de 2017.  
Flavio Ragagnin  
Prefeito Municipal em Exercício

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2017

Publicação Nº 1405364

Processo Licitatório nº. 133/2017.  
Edital de Tomada de Preços nº. 009/2017.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livre respectivo, impreterivelmente até às 08h30min do dia 06/11/2017, documentação e propostas referentes à contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global, para execução de obra de pavimentação com pedras polidricas irregulares em 4.444,00 m2, de estradas vicinais da comunidade de Vila Nova, neste Município. A íntegra do Edital e anexo poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br), e informações serão fornecidas no horário de expediente pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 18 de outubro de 2017.  
Flavio Ragagnin  
Prefeito Municipal em Exercício

# Sombrio

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 239/2017

Publicação Nº 1405412

DECRETO Nº 239, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 579.000,00 (quinhentos e setenta e nove mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 01.01 - GABINETE DO PREFEITO

2.002 - Gestão do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.00.0080(2) - Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00

#### 02.01 - SECRET. DE ADMINIST. E PLANEJAMENTO

2.004 - Gestão da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(5) - Aplicações Diretas  
..... R\$ 60.000,00

#### 03.01 - GERENCIA DE FINANÇAS

2.007 - Gestão da Secretaria de Finanças

3.3.90.00.00.00.00.0080(19) - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

#### 04.03 - DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS

2.008 - Fiscalização e Sinalização do Trânsito

3.3.90.00.00.00.00.00.0060(35) - Aplicações Diretas  
..... R\$ 34.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0060(38) - Aplicações Diretas  
..... R\$ 45.000,00

2.007 - Manut. do Serviço e Destino Final do Lixo

3.1.90.00.00.00.600.00.0080(47) - Aplicações Diretas  
..... R\$ 20.000,00

#### 05.04 - DIRET. DE ASSISTENCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

2.024 - Gestão da Secretaria de Educação

3.3.90.00.00.00.00.00.0086(62) Aplicações Diretas .....  
R\$ 10.000,00

2.025 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0086(69) - Aplicações Diretas  
..... R\$ 200.000,00

2.027 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0086(79) - Aplicações Diretas  
..... R\$ 50.000,00

2.051 - Manutenção do Ensino Infantil - CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00.0086(75) - Aplicações Diretas  
..... R\$ 50.000,00

2.052 - Manutenção do Ensino Infantil - PRE- ESCOLA

3.3.90.00.00.00.00.00.0086(167) Aplicações Diretas  
..... R\$ 50.000,00

#### 03.02 - FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.012 - Gestão da Política de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....

..... R\$ 10.000,00

2.014 - Proteção e Atenção às Famílias e Indivíduos

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....

..... R\$ 10.000,00

2.015 - Apoio à Pessoa Idosa

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

..... R\$ 5.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 80 e 86.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 02 de outubro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

### JULGAMENTO RECURSO TP 19-2017

Publicação Nº 1405355

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO RECURSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2017

A Presidente do Fundo Municipal de Saúde na forma do § 1º do art. 109 da Lei 8.666/93, torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada para executar o complemento de obra da construção de uma unidade de básica de saúde PADRÃO IV, conforme localização, projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e área a ser construída, tudo isso constantes dos anexos ao edital. A empresa JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME, pleiteando a reconsideração da decisão de inabilitá-la, decisão esta tomada na Ata 002 do dia 15/09/2017. A comissão permanente de licitações decidiu pelo recebimento do recurso, e, no mérito por seu provimento com base no item 5.1.8.3 do edital. Restam habilitadas para o prosseguimento do presente certame as empresas JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME e ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Fica marcado para o dia 20/10/2017 as 14h00min a abertura dos envelopes 02 das empresas habilitadas. Sombrio-SC, 17 de outubro de 2017.

Gislane Dias da Cunha

Secretaria Municipal de Saúde



**JULGAMENTO RECURSO TP 20-2017**

Publicação Nº 1405357

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESULTADO RECURSO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017  
TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2017

A Presidente do Fundo Municipal de Saúde na forma do § 1º do art. 109 da Lei 8.666/93, torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada para executar o complemento de obra da construção de uma unidade de básica de saúde PADRÃO I, conforme localização, projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e área a ser construída, tudo isso constantes dos anexos ao edital. A empresa JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME, pleiteando a reconsideração da decisão de inabilitá-la, decisão esta tomada na Ata 002 do dia 15/09/2017. A comissão permanente de licitações decidiu pelo recebimento do recurso, e, no mérito por seu provimento com base no item 5.1.8.3 do edital. Restam habilitadas para o prosseguimento do presente certame as empresas JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME e ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Fica marcado para o dia 20/10/2017 as 14h30min a abertura dos envelopes 02 das empresas habilitadas. Sombrio-SC, 17 de outubro de 2017.

Gislane Dias da Cunha  
Secretaria Municipal de Saúde

**JULGAMENTO RECURSO TP 21-2017**

Publicação Nº 1405358

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESULTADO RECURSO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017  
TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2017

A Presidente do Fundo Municipal de Saúde na forma do § 1º do art. 109 da Lei 8.666/93, torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada para executar o complemento de obra da construção de uma unidade de básica de saúde PADRÃO I, conforme localização, projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e área a ser construída, tudo isso constantes dos anexos ao edital. A empresa JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME, pleiteando a reconsideração da decisão de inabilitá-la, decisão esta tomada na Ata 002 do dia 15/09/2017. A comissão permanente de licitações decidiu pelo recebimento do recurso, e, no mérito por seu provimento com base no item 5.1.8.3 do edital. Restam habilitadas para o prosseguimento do presente certame as empresas JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME e ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Fica marcado para o dia 20/10/2017 as 14h30min a abertura dos envelopes 02 das empresas habilitadas. Sombrio-SC, 17 de outubro de 2017.

Gislane Dias da Cunha  
Secretaria Municipal de Saúde

**LEI 2334/2017**

Publicação Nº 1404822

LEI Nº. 2334, DE 17 DE OUTUBRO 2017.

REVOGA LEI Nº 120, DE 17 DE SETEMBRO DE 1963, DE "CONSA-  
GRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO, AO SAGRADO CORAÇÃO  
DE JESUS", E INTRONIZAÇÃO DE SUA IMAGEM NA PREFEITURA  
MUNICIPAL", E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS",

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso,  
faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Muni-  
cipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica revogada na integra a Lei nº 120, de 17 de setembro  
de 1963, de "Consagração do Município de Sombrio, ao Sagrado  
Coração de Jesus", e Intronização de sua Imagem na Prefeitura  
municipal", e estabelece outras providências".

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio (SC), 17 de outubro de 2017.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretária Municipal de Finanças e Administração

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 0207/2017

Publicação Nº 1404772

DECRETO Nº 0207, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.  
Considerando erro na leitura da data inicial do atestado medico do Dr Anderson Braun.

Fica revogado o decreto n º 0186/2017, passando a valer, concede licença tratamento saúde do servidor Edir Vivan, a partir de 06.09.2017 a 04.11.2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal EDIR VIVAN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com lotação Secretaria Municipal de Agricultura

Obras e Transportes, pelo período de 60 (sessenta dias) dias a contar de 06.09.2017 até 04.11.2017, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto 0186/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 18 de outubro de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor do Departamento de Administração

### DECRETO N 0208/2017

Publicação Nº 1405365

DECRETO Nº 0208/2017 DE 18/10/2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1.113 de 22 de dezembro de 2016.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro e Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 822,05 (oitocentos e vinte e dois reais e cinco centavos), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente do Fundo Municipal de Saúde:

05.01.0010.0301.0008.2.026- Manutenção da farmácia básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00(67)	0.3.00.003567	Investimentos- Aplicações Diretas (3567)	R\$ 797,72
4.4.90.00(68)	0.3.00.01567	Investimentos- Aplicações Diretas (1567)	R\$ 24,33

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ 822,05 (oitocentos e vinte e dois reais e cinco centavos), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2016 (Fonte de Recurso 3567) superávit Transferência Direta SUS- Programa Qualifar, R\$ 797,72 e Excesso de Arrecadação Transferência Direta SUS- Programa Qualifar, R\$ 24,33. Para Aquisição de Equipamentos para a Farmácia da Unidade de Saúde).

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 18 de Outubro de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal  
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER  
CRC/SC 024848/O-0



**DECRETO N 0209/2017**

Publicação Nº 1405367

DECRETO Nº 0209/2017 DE 18/10/2017

**“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentário Anual- LOA nº 1.113/2016 de 22 de dezembro de 2016.

Artigo 1o – FICA o Setor de Contabilidade autorizado e efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias nos (as) seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal Vigente:

DE:

05.02.0008.0244.0009.2.053- Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (110)	0.1.00.01000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1000)	R\$ 12.000,00
4.4.90.00 (111)	0.1.00.01000	Investimentos- Aplicações Diretas (1000)	R\$ 2.500,00

PARA:

05.02.0008.0244.0009.2.053- Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (109)	0.1.00.010000	Pessoal e encargos Sociais - Aplicações Diretas (1000)	R\$ 14.500,00

DE:

04.01.0012.0361.0006.2.012- Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (49)	0.1.00.001019	Pessoal e encargos Sociais - Aplicações Diretas (1019)	R\$ 50.000,00

PARA:

04.01.0012.0361.0006.2.012- Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (48)	0.1.00.001018	Pessoal e encargos Sociais - Aplicações Diretas (1018)	R\$ 50.000,00

DE:

04.01.0012.0361.0006.2.015- Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (74)	0.1.00.001019	Pessoal e encargos Sociais - Aplicações Diretas (1019)	R\$ 25.000,00

PARA:

04.01.0012.0361.0006.2.015- Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (73)	0.1.00.001018	Pessoal e encargos Sociais - Aplicações Diretas (1018)	R\$ 25.000,00

DE:

06.02.0017.0544.0012.2.037- Manutenção do sistema municipal de distribuição de água

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (150)	0.1.00.001000	Investimentos- Aplicações Diretas (1000)	R\$ 5.400,00

PARA:

06.02.0017.0544.0012.2.037- Manutenção do sistema municipal de distribuição de água

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (149)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1000)	R\$ 5.400,00

DE:

04.01.0010.0301.0008.2.024- Manutenção da estrutura física e equipamentos básicos de saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (23)	0.1.00.001002	Investimentos- Aplicações Diretas (1002)	R\$ 5.000,00

PARA:

04.01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (22)	0.1.00.001002	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1002)	R\$ 5.000,00

Artigo 2o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 18 de outubro de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal  
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER  
CONTADOR CRC/SC 024848/O-0

## **LEI Nº 1.138-2017- LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Publicação Nº 1404859

LEI MUNICIPAL Nº 1.138/2017 DE 16 OUTUBRO DE 2017.

“Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2018 e dá outras providências.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, APROVOU e fica SANCIONADA a seguinte LEI:

### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Orçamento do Município de Sul Brasil - SC, para o exercício de 2018, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e no artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III – a estrutura e organização dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos e das políticas de recursos humanos da administração municipal;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.

### **I – DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são identificadas nos Demonstrativos, Anexos e Relatórios desta lei, a serem remetidos junto ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2018:

- a) Demonstrativo I – Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais;
- b) Demonstrativo II – Anexo de Metas Fiscais – Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo III – Das Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, art. 4º, §2º, inciso III);
- f) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- g) Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- h) Anexo I - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas;
- i) Anexo II – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- j) Anexo III - Relatório sobre projetos em Execução e Despesas com conservação do Patrimônio Público no exercício de 2018 (art. 45 da LRF);
- l) Anexo IV – Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;
- m) Anexo V - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2018;
- n) Anexo VII – Meta Fiscal – Montante da Dívida;
- o) Anexo VIII – Meta Fiscal – Resultado Nominal;
- p) Anexo IX – Meta Fiscal – Resultado Primário;
- q) Anexo X - Metodologia e Memória de Cálculo das metas Anuais para as Receitas – Total das Receitas;
- r) Anexo XI - Demonstrativo da memória de Cálculo das metas Fiscais de Despesas – por programa;
- s) Anexo XII - Demonstrativo da memória de Cálculo das metas Fiscais de Despesas – total de despesas;
- t) Anexo XIII - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita;
- u) Anexo XIV - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Despesas;

### **II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018**

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018, são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I e IV de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e financeiras estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo I e IV, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

### **III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Função, o que caracteriza a melhor forma possível às ações de governo na proposta orçamentária, utilizando-se as funções necessárias

constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

II – Sub-função, o que caracteriza da melhor forma possível a identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, utilizando-se as subfunções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

III – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

V – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

VI – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

VII – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VIII – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

IX – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

X – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XI – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XII – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar, já inscritos;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 407/2011, Portaria Conjunta STN/SOF nº. 001/2012 e alterações posteriores;

§ 2º A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Fundações, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Município.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 407/2011, Portaria Conjunta STN/SOF nº 001/2012 e alterações posteriores, na forma dos Anexos Definidos na Lei nº. 4.320/64, na Lei Complementar nº.101/2000, Portarias da Secretaria de Orçamento Federal e demais legislação aplicável.

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação, ou, dentro de cada unidade orçamentária, observando a vinculação de cada destinação de recursos.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária conterá o que trata o art. 22, inciso I, da Lei 4.320/64.

Art. 9º A Reserva de Contingência do Orçamento de 2018 será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá em até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e Fundo Municipal de Saúde.

Art. 11. Os fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas, sendo efetuadas as transferências do município ao fundo de forma financeira.

§ 1º Os Fundos Municipais, sem personalidade jurídica, serão classificados como Unidades Orçamentária, dentro da Unidade Gestora Central.

§ 2º Os Fundos Municipais, quando não especificados na lei de criação, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 3º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes da Unidade Gestora Central.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13. Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constantes do DEMONSTRATIVO VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei. § 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18. Os orçamentos para o exercício de 2018 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, em até 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO II.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2018, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e nos termos estabelecidos no convênio.

Art. 23. Na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderá haver a inclusão de dotações a título de contribuições, auxílios e subvenções sociais a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada e poderão igualmente serem incluídos recursos destinados a promoção do desenvolvimento econômico do Município contemplando estímulos econômicos e incentivos fiscais a serem concedidos à iniciativa privada.

Parágrafo único. Da mesma forma deverão ser considerados os gastos inerentes a processos judiciais e extra – judiciais, honorários advocatícios e outros honorários profissionais, cujo serviços têm por objeto o aumento da participação do município no movimento econômico.

Art. 25. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO III desta lei.

Art. 27. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 28. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 tomando-se por base a média de arrecadação dos últimos três exercícios financeiros.

Art. 29. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Art. 30. A Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2018 poderá conter autorização para:



§ 1º Abertura de Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 25% da Receita Estimada, para o orçamento consolidado, utilizando como fonte de recursos os previstos nos incisos I e II do § 21 do artigo 43 da lei federal nº 4.320/64;

§ 2º Abertura de Créditos Adicionais Suplementares a conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

§ 3º Para a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, ou, dentro de cada unidade orçamentária, observando a vinculação de cada destinação de recursos.

Art. 31. Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta lei.

Art. 32. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão implementadas gradativamente de forma a aprimorar e aperfeiçoar os sistemas para apurar os gastos dos serviços visando demonstrar de forma mais clara e objetiva as ações governamentais.

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 33. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO IV, e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 34. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação, ou unidade orçamentária.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35. A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC nº 101/2000.

Art. 36. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 37. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 35 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E SEUS ENCARGOS E DAS POLITICAS DE RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 38. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 39. No exercício de 2018, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - for observado o limite previsto no artigo anterior.

Art. 40. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 41. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras.

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 42. As políticas de recursos humanos da administração pública municipal compreendem:

I - o gerenciamento das atividades relativas à administração de recursos humanos;

II - a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor;

III - a capacitação dos servidores públicos, com vistas ao exercício das funções no contexto do novo papel do Município;

IV - a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais;

V - o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão;

VI - a realização de concursos públicos para atender as necessidades de pessoal nos diversos órgãos;

VII - a atualização contínua dos sistemas informatizados.

Art. 43. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Sul Brasil, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 44. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular

o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 45. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 46. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 47. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 48. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até 15/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 avos das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 49. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 50. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 51. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal, Estadual ou Municipal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 52. Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil/SC,

em 16 de outubro de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

**ANEXO I DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDA CATEGORIA ECONÔMICA LEI 4.320-64 LDO 2018 LEI 1.138-2017**

Publicação Nº 1405771

**Natureza Jurídica não encontrada**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**

Data: 18/10/2017

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
Receitas Correntes	18.128.480,00	DESPESAS CORRENTES	13.280.480,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	607.930,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.420.937,25
Contribuições	30.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.859.542,75
Receita Patrimonial	101.450,00		
Receita de Serviços	444.300,00		
Transferências Correntes	16.937.800,00		
Outras Receitas Correntes	7.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.374.000,00		
(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORREI	-2.374.000,00		
		Superavit	2.474.000,00
Total	15.754.480,00	Total	15.754.480,00
Superavit do orçamento corrente	2.474.000,00		
Receitas de Capital	3.280.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	5.744.000,00
Operações de Crédito	2.000.000,00	INVESTIMENTOS	5.729.000,00
Alienação de Bens	170.000,00	INVERSOES FINANCEIRAS	15.000,00
Amortização de Empréstimos	20.000,00		
Transferências de Capital	1.090.000,00		
Deficit	2.464.000,00		
Total	5.744.000,00	Total	5.744.000,00

**Resumo**

Receitas Correntes	18.128.480,00	95,24 %	DESPESAS CORRENTES	13.280.480,00	69,77 %
Receitas de Capital	3.280.000,00	17,23 %	DESPESAS DE CAPITAL	5.744.000,00	30,18 %
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.374.000,00	-12,47 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	0,05 %
Total	19.034.480,00	100,00 %	Total	19.034.480,00	100,00 %

\_\_\_\_\_  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
PAULO CESAR HUBNER  
Contador CRC/SC 024848/O-0

\_\_\_\_\_  
VALDECIR TOSETTO  
Sec Resp pela Admin Financeira



**ANEXO II NATUREZA DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA LEI 4.320-64 LDO 2018 LEI 1.138-2017**

Publicação Nº 1405772

**Natureza Jurídica não encontrada**

Página: 1/2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**

Data: 18/10/2017

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>				
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			9.721.351,64
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.790.308,89	
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		40.000,00	
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.750.308,89	
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.931.042,75	
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		197.000,00	
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		16.400,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.660.142,75	
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		57.500,00	
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.526.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		5.511.000,00	
4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		12.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.333.000,00	
4.4.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		1.166.000,00	
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		15.000,00	
4.5.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		15.000,00	
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			10.000,00
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00	
9.9.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>15.257.351,64</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>15.257.351,64</b>
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL</b>				
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.997.128,36
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.180.628,36	
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		12.000,00	
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.168.628,36	
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.816.500,00	
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		1.000,00	
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		12.000,00	
3.3.72.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		1.000,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.622.500,00	
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		180.000,00	
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			173.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		173.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		173.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>3.170.128,36</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>3.170.128,36</b>
<b>Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL</b>				
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			562.000,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		450.000,00	
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		450.000,00	
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		112.000,00	
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		12.000,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		95.000,00	
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		5.000,00	
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			45.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		45.000,00	

**Natureza Jurídica não encontrada**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

**Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 2/2  
Data: 18/10/2017

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL</b>				
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		45.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>607.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>607.000,00</b>
<hr/>				
<b>Total geral das transferências:</b>				<b>0,00</b>
<b>Total geral das despesas:</b>				<b>19.034.480,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>19.034.480,00</b>

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER  
Contador CRC/SC 024848/O-0

VALDECIR TOSETTO  
Sec Resp pela Admin Financeira

**ANEXO II RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA LEI 4.320-64 LDO 2018 LEI 1.138-2017**

Publicação Nº 1405773

**Natureza Jurídica não encontrada**

Página: 1/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**

Data: 18/10/2017

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018****Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.0.0.0.00.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.0.00.00.00	Receitas Correntes			17.250.480,00
4.1.1.0.00.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		607.930,00	
4.1.1.1.0.00.0.00.00.00	Impostos		599.305,00	
4.1.1.1.3.00.0.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	168.000,00		
4.1.1.1.3.03.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	168.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	160.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Princ	160.000,00		
4.1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendime	8.000,00		
4.1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendime	8.000,00		
4.1.1.1.8.00.0.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	431.305,00		
4.1.1.1.8.01.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	325.715,00		
4.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	110.715,00		
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - I	105.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - I	500,00		
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - I	4.750,00		
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - I	465,00		
4.1.1.1.8.01.2.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	190.000,00		
4.1.1.1.8.01.2.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Pr	190.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e	25.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e	25.000,00		
4.1.1.1.8.02.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Ser	105.590,00		
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	105.590,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	105.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e J	235,00		
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativ	235,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativ	120,00		
4.1.1.2.0.00.0.00.00.00	Taxas		8.625,00	
4.1.1.2.2.00.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	8.625,00		
4.1.1.2.2.01.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	8.625,00		
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	8.625,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	8.625,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.01	Taxa de Expedição de Alvará de Funcionamento	5.800,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.02	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	475,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.03	Taxa de Aprovação de Projeto de construção Civil	1.400,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.04	Outras Taxas de Prestação de Serviços	950,00		
4.1.2.0.00.0.00.00.00	Contribuições		30.000,00	
4.1.2.4.0.00.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		30.000,00	
4.1.2.4.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	30.000,00		
4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públ	30.000,00		
4.1.3.0.00.0.00.00.00	Receita Patrimonial		95.850,00	
4.1.3.2.0.00.0.00.00.00	Valores Mobiliários		95.850,00	
4.1.3.2.1.00.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	95.850,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	95.850,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	95.850,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Rem. Dep. Bancários - Recursos Não Vinculados	80.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Rem. Dep. Bancários - FUNDEB	3.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.00.00	Rem. Dep. Bancários - PNAE	100,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.00.00	Rem. Dep. Bancários - PNATE	100,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.00.00	Rem. Dep. Bancários - Salário Educação	3.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.00.00	Rem. Dep. Bancários - Outros Recursos do FNDE	240,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Rem. Dep. Bancários - Transp. Escolar Estadual	100,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.08.00.00	Rem. Dep. Bancários- FEP	250,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.09.00.00	Rem. Dep. Bancários- COSIP	90,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.00	Rem. Dep. Bancários- Conv. Polícia Militar	90,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.11.00.00	Rem. Dep. Bancários- Conv. Polícia Civil	90,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.12.00.00	Rem. Dep. Bancários- Convênio Trânsito Prefeitura	90,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.13.00.00	Rem. Dep. Bancários- Conv. FUNREBOM	200,00		

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 2/5

Data: 18/10/2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.3.2.1.00.1.1.14.00.00	Rem. Dep. Bancários- Recursos Vinculados FNAS	950,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.15.00.00	Rem. Dep. Bancários- Recursos Vinculados- FEAS	150,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.16.00.00	Rem. Dep. Bancários- Recursos Alienação de Bens	5.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.17.00.00	Rem. Dep. Bancários- Recursos PSH	2.200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.18.00.00	Rem. Dep. Bancários- CEX FEX	100,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.19.00.00	Rem. Dep. Bancários- CIDE	100,00		
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		444.300,00	
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		444.300,00	
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	444.300,00		
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	444.300,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	444.300,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.01	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	230.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.02	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destín Final do Esgoto	80.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.03	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	120.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.04	Serviços de Religamento de Água	200,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.05	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	2.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.06	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	100,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.07	Serv. de Terraplanagens Transporte e Remoção de Terr	10.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.08	Outros Serviço Administrativos	1.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.09	Outros Serviços Diversos	1.000,00		
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		16.065.400,00	
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		8.668.400,00	
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Especifica E/M	8.668.400,00		
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	8.132.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota	7.500.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota	7.500.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% C	330.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% C	330.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% C	300.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% C	300.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	2.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rura	2.000,00		
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração d	75.000,00		
4.1.7.1.8.02.1.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hidríx	10.000,00		
4.1.7.1.8.02.1.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hidríx	10.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	65.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Príncipe	65.000,00		
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	179.400,00		
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênc	179.400,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênc	179.400,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.01	Transferências de Recursos FNAS Piso Básico Fixo- Pl	75.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.02	Transferências de Recursos FNAS Proteção Social Bás	80.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.03	Transferências de Recursos FNAS Bloco Gestão SUA	7.600,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.04	Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cad.	16.800,00		
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolv	269.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	126.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	126.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	41.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa N	41.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.01	Transferências Diretas do FNDE Ref ao PNAE - Ens. F	16.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.02	Transferências Diretas do FNDE Ref ao PNAE- Ensino	10.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.03	Transferências Diretas do FNDE Ref ao PNAE - Creche	15.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	42.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa N	42.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.01	Transferências Diretas do FNDE- PNATE - Ensino Funx	29.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.02	Transferências Diretas do FNDE- PNATE - Ensino Infar	7.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.03	Transferências Diretas do FNDE- PNATE - Ensino Méd	6.000,00		
4.1.7.1.8.05.5.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Br	60.000,00		

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 3/5

Data: 18/10/2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.7.1.8.05.5.0.00.00.01	Transferências Diretas do FNDE Programa Brasil Carin	10.000,00		
4.1.7.1.8.05.5.0.00.00.02	Outras Transf. do Fundo Nacional de Desen. da Educa	50.000,00		
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 8	13.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº	13.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº	13.000,00		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Enti		6.147.000,00	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	6.147.000,00		
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	4.375.700,00		
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	4.100.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	4.100.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	200.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	200.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	55.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	55.000,00		
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ecor	20.700,00		
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ecc	20.700,00		
4.1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federa	1.642.500,00		
4.1.7.2.8.10.0.0.00.00.01	Transferência de Convênios dos Estados/Outros	1.615.000,00		
4.1.7.2.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	27.500,00		
4.1.7.2.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	27.500,00		
4.1.7.2.8.10.9.1.00.00.01	Convênio com o Estado- SSP Multas Prefeitura	4.500,00		
4.1.7.2.8.10.9.1.00.00.02	Convênio com o Estado- SSP Polícia Civil	4.500,00		
4.1.7.2.8.10.9.1.00.00.03	Convênio com o Estado- SSP Polícia Militar	4.500,00		
4.1.7.2.8.10.9.1.00.00.04	Convênio com o Estado- FUNREBOM	14.000,00		
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	128.800,00		
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	128.800,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	128.800,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.01	Outras Transferências do Estado - Transporte Escolar	100.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.02	Outras Transf. do Estado/FEAS-PSB-Custeio	17.500,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.03	Outras Transf. do Estado/FEAS/PSB-Investimento	7.500,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.04	Outras Transf. do Estado - FEAS/PSB-Benefícios Even	3.800,00		
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		1.250.000,00	
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	1.250.000,00		
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Dese	1.250.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Des	1.250.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e De	1.250.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		7.000,00	
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		7.000,00	
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	7.000,00		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	7.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	7.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	7.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.01	Restituições de Multas de Trânsito	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.02	Outras Restituições	2.000,00		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			3.175.000,00
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito		2.000.000,00	
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno		2.000.000,00	
4.2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	2.000.000,00		
4.2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	2.000.000,00		
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		170.000,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		160.000,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	160.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	160.000,00		
4.2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis		10.000,00	
4.2.2.2.0.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	10.000,00		
4.2.2.2.0.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal	10.000,00		
4.2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos		20.000,00	
4.2.3.0.0.06.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais	20.000,00		

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 4/5

Data: 18/10/2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.2.3.0.0.06.1.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais	20.000,00		
4.2.3.0.0.06.1.1.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	20.000,00		
4.2.3.0.0.06.1.1.00.00.01	Amortização de Empréstimos Contratuais - PSH	20.000,00		
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital		985.000,00	
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		985.000,00	
4.2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	985.000,00		
4.2.4.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	985.000,00		
4.2.4.1.8.10.0.0.00.00.01	Transferência de Convênios da União/Outros	985.000,00		
9.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EX			
9.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE			-2.374.000,00
9.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	(R) DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE		-2.374.000,00	
9.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	(R) Transferências da União e de suas Entidades		-1.503.000,00	
9.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	(R) Transferências da União - Específica E/M	-1.503.000,00		
9.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	(R) Participação na Receita da União	-1.500.400,00		
9.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	(R) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - C	-1.500.000,00		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - C	-1.500.000,00		
9.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	(R) Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Ru	-400,00		
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial R	-400,00		
9.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	(R) Transferência Financeira do ICMS- Des. Lei 87/96	-2.600,00		
9.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	(R) Transferência Financeira do ICMS- Des. Lei 87/96	-2.600,00		
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	(R) Transferência Financeira do ICMS- Des. Lei 87/96	-2.600,00		
9.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	(R) Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas E		-871.000,00	
9.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	(R) Transferências dos Estados - Específica E/M	-871.000,00		
9.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	(R) Participação na Receita dos Estados	-871.000,00		
9.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	(R) Cota-Parte do ICMS	-820.000,00		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do ICMS - Principal	-820.000,00		
9.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	(R) Cota-Parte do IPVA	-40.000,00		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do IPVA - Principal	-40.000,00		
9.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	(R) Cota-Parte do IPI - Municípios	-11.000,00		
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-11.000,00		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>18.051.480,00</b>
			<b>Total por entidade:</b>	<b>18.051.480,00</b>
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			878.000,00
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		5.600,00	
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		5.600,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	5.600,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.600,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.600,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.01	Transferência de Recursos/SUS/Bloco Atenção Básica	2.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.02	Rem. Dep. Bancários- FMS- Impostos Saúde	2.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.03	Rem. Dep. Bancários- FMS- Bloco Vig. Sanit e Saúde	200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.04	Rem. Dep. Bancários- FMS- Bloco Atenção Básica SU	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.05	Rem. Dep. Bancários- FMS- MAC- SUS- União	200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.06	Rem. Dep. Bancários- FMS- Farmácia Básica SUS- Un	200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.07	Rem. Dep. Bancários- FMS- MAC PROTESES-SUS- U	500,00		
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		872.400,00	
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		788.000,00	
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	788.000,00		
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SU	788.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - S	788.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - S	788.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Transferência de Recursos do SUS- Bloco Atenção Básica	576.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.01	Transferência de Recursos/SUS/União/PAB FIXO	80.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.02	Transferência de Recursos/SUS/União/ACS	110.000,00		

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018****Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 5/5

Data: 18/10/2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.03	Transferência de Recursos/SUS/União/ESF	96.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.04	Transferência de Recursos/SUS/União/SAÚDE BUCAL	28.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.05	Transferência de Recursos/SUS/União/NASF	100.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.06	Transferência de Recursos/SUS/União/PMAQ	126.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.07	Transferência de Recursos/SUS/União/Academia de S	36.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.00.00	Transferência de Recursos do SUS/UNIÃO- Farmácia Bás	41.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.00.01	Transferência de Recursos/SUS/União/Farmácia Básic	17.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.00.02	Transferência de Recursos/SUS/União/QUALIFAR-SUS	24.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	Transferência de Recursos/SUS/União/MAC	143.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.03.00.01	Transferência de Recursos/SUS/União/MAC	53.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.03.00.02	Transferência de Recursos/SUS/União/MAC PRÓTESE	90.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.04.00.00	Transferência de Recursos/SUS/União/ Bloco Vig. Sanitár	28.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.04.00.01	Transferência de Recursos/SUS/União/ Vig. em Saúde	16.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.04.00.02	Transferência de Recursos/SUS/União/PFVISA/ Vig. er	12.000,00		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Enti		84.400,00	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	84.400,00		
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Sa	84.400,00		
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de S	84.400,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de S	84.400,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.01	Transferência de Recursos do SUS Estado/ESF	30.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.02	Transferência de Recursos do SUS Estado/NASF	25.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.03	Transferência de Recursos do SUS Estado/Farmácia Bé	14.400,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.04	Transferência de Recursos do SUS Estado/Lab. Prótes	15.000,00		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			105.000,00
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital		105.000,00	
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		55.000,00	
4.2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	55.000,00		
4.2.4.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	55.000,00		
4.2.4.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	55.000,00		
4.2.4.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	55.000,00		
4.2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Enti		50.000,00	
4.2.4.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entida	50.000,00		
4.2.4.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	50.000,00		
4.2.4.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	50.000,00		
4.2.4.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	50.000,00		
		<b>Total das receitas:</b>		<b>983.000,00</b>
		<b>Total por entidade:</b>		<b>983.000,00</b>
		<b>Total geral das transferências:</b>		<b>0,00</b>
		<b>Total geral das receitas:</b>		<b>19.034.480,00</b>
		<b>Total geral:</b>		<b>19.034.480,00</b>

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER  
Contador CRC/SC 024848/O-0

VALDECIR TOSETTO  
Sec Resp pela Admin Financeira



**ANEXO IX DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES LEI 4.320-64 LDO 2018 LEI 1.138-2017**

Publicação Nº 1405781

Página: 1/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	710.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	1.184.292,75	0,00	42.970,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.894.292,75</b>	<b>0,00</b>	<b>42.970,00</b>

Página: 2/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL						
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	585.300,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A		0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	595.300,00	0,00	0,00	0,00
						3.036.348,89

Página: 3/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A		0,00	0,00	2.291.000,00	67.200,00	755.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		85.000,00	0,00	2.291.000,00	67.200,00	755.000,00
						0,00

Página: 4/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL						
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A		0,00	2.532.000,00	0,00	597.500,00	5.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	2.532.000,00	0,00	597.500,00	5.000,00

Página: 5/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	710.000,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	126.400,00	0,00	1.353.662,75
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	357.500,00	0,00	0,00	3.478.848,89
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	585.300,00
06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A		380.090,00	2.481.750,00	0,00	0,00	0,00	9.119.540,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:		380.090,00	2.481.750,00	357.500,00	126.400,00	10.000,00	15.257.351,64

Página: 6/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
05.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 7/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
05.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	3.170.128,36	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.170.128,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Página: 8/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
05.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 9/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
05.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 10/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
05.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.170.128,36
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.170.128,36</b>

Página: 11/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		607.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>607.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 12/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 13/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 14/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Página: 15/15  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	607.000,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>607.000,00</b>
	<b>Total geral:</b>						<b>19.034.480,00</b>

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER  
Contador CRC/SC 024848/O-0

VALDECIR TOSETTO  
Sec Resp pela Admin Financeira

**ANEXO V FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DE GOVERNO LEI 4.320-64 LDO 2018 LEI 1.138-2017**

Publicação Nº 1405782

**Natureza Jurídica não encontrada**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**

Data: 18/10/2017

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
1 Legislativa	32 Controle Externo
4 Administração	122 Administração Geral
4 Administração	123 Administração Financeira
4 Administração	124 Controle Interno
6 Segurança Pública	181 Policiamento
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
8 Assistência Social	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
10 Saúde	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10 Saúde	304 Vigilância Sanitária
10 Saúde	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
12 Educação	361 Ensino Fundamental
12 Educação	362 Ensino Médio
12 Educação	364 Ensino Superior
12 Educação	365 Educação Infantil
12 Educação	367 Educação Especial
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
15 Urbanismo	452 Serviços Urbanos
15 Urbanismo	782 Transporte Rodoviário
16 Habitação	481 Habitação Rural
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
17 Saneamento	544 Recursos Hídricos
20 Agricultura	511 Saneamento Básico Rural
20 Agricultura	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	606 Extensão Rural
20 Agricultura	608 Promoção da Produção Agropecuária
20 Agricultura	609 Defesa Agropecuária
20 Agricultura	661 Promoção Industrial
22 Indústria	661 Promoção Industrial
24 Comunicações	722 Telecomunicações
25 Energia	752 Energia Elétrica
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	695 Turismo
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER  
Contador CRC/SC 024848/O-0

VALDECIR TOSETTO  
Sec Resp pela Admin Financeira

**ANEXO VI PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO LEI 4.320-64 LDO 2018 LEI 1.138-2017**

Publicação Nº 1405783

Página: 1/8  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
 Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
 Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>					<b>15.257.351,64</b>
<b>Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>5.879.190,00</b>	<b>9.241.761,64</b>	<b>126.400,00</b>	<b>15.257.351,64</b>
<b>Unidade: 02.01 Gabinete do Prefeito</b>		<b>0,00</b>	<b>710.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>710.000,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>710.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>710.000,00</b>
04	Administração		710.000,00		710.000,00
04.122	Administração Geral		613.000,00		613.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		613.000,00		613.000,00
04.122.0002.2.003	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria Jurídica		511.500,00		511.500,00
04.122.0002.2.054	Manutenção do Conselho Tutelar		101.500,00		101.500,00
04.124	Controle Interno		97.000,00		97.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		97.000,00		97.000,00
04.124.0002.2.004	Manutenção do Sistema de Controle Interno		97.000,00		97.000,00
<b>Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA</b>		<b>0,00</b>	<b>1.227.262,75</b>	<b>126.400,00</b>	<b>1.353.662,75</b>
<b>Unidade: 03.01 Departamento de Administração</b>		<b>0,00</b>	<b>908.262,75</b>	<b>126.400,00</b>	<b>1.034.662,75</b>
04	Administração		865.292,75		865.292,75
04.122	Administração Geral		865.292,75		865.292,75
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		680.392,75		680.392,75
04.122.0003.2.005	Gerenciamento Geral do Município		528.592,75		528.592,75
04.122.0003.2.006	Manutenção geral do Patrimônio Público municipal		101.800,00		101.800,00
04.122.0003.2.043	Realização de festividades de emancipação político administrativa		50.000,00		50.000,00
04.122.0005	FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO		184.900,00		184.900,00
04.122.0005.2.011	Contribuição às entidades municipalistas		184.900,00		184.900,00
06	Segurança Pública		42.970,00		42.970,00
06.181	Policimento		42.970,00		42.970,00
06.181.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		42.970,00		42.970,00
06.181.0003.2.007	Manutenção dos Convênios de Trânsito e Rádio Patrulha com a SSP/SC e Corpo de Bombeiros		42.970,00		42.970,00
28	Encargos Especiais			126.400,00	126.400,00
28.846	Outros Encargos Especiais			126.400,00	126.400,00
28.846.0015	OPERAÇÕES ESPECIAIS			126.400,00	126.400,00
28.846.0015.0.001	Contribuição para o PASEP			126.400,00	126.400,00
<b>Unidade: 03.02 Departamento de Fazenda</b>		<b>0,00</b>	<b>319.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>319.000,00</b>
04	Administração		319.000,00		319.000,00
04.123	Administração Financeira		319.000,00		319.000,00
04.123.0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		319.000,00		319.000,00
04.123.0004.2.008	Controle do Cadastro Imobiliário e Econômico		102.500,00		102.500,00

Página: 2/8  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>					
<b>Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA</b>		<b>5.879.190,00</b>	<b>9.241.761,64</b>	<b>126.400,00</b>	<b>15.257.351,64</b>
<b>Unidade: 03.02 Departamento de Fazenda</b>		<b>0,00</b>	<b>1.227.262,75</b>	<b>126.400,00</b>	<b>1.353.662,75</b>
		<b>0,00</b>	<b>319.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>319.000,00</b>
04	Administração		319.000,00		319.000,00
04.123	Administração Financeira		319.000,00		319.000,00
04.123.0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		319.000,00		319.000,00
04.123.0004.2.009	Arrecadação, Pagamentos e Arquivamentos		74.500,00		74.500,00
04.123.0004.2.010	Registro dos Atos Financeiros, Orçamentários e Patrimoniais		142.000,00		142.000,00
<b>Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>		<b>885.490,00</b>	<b>2.593.358,89</b>	<b>0,00</b>	<b>3.478.848,89</b>
<b>Unidade: 04.01 Departamento de Educação</b>		<b>670.490,00</b>	<b>2.365.858,89</b>	<b>0,00</b>	<b>3.036.348,89</b>
12	Educação		2.365.858,89		3.036.348,89
12.306	Alimentação e Nutrição		161.100,00		161.100,00
12.306.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		161.100,00		161.100,00
12.306.0006.2.014	Alimentação Escolar		161.100,00		161.100,00
12.361	Ensino Fundamental		161.100,00		161.100,00
12.361.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		1726.258,89		1.796.758,89
12.361.0006.1.010	Aquisição de veículo para o transporte escolar	70.500,00	1.726.258,89		1.796.758,89
12.361.0006.1.028	Ampliação e Reformas de Salas de Aula e Ginásios de Educação	70.500,00	1.726.258,89		1.796.758,89
12.361.0006.2.012	Manutenção do Ensino Fundamental	10.000,00			10.000,00
12.361.0006.2.013	Transporte Escolar	60.500,00			60.500,00
12.362	Ensino Médio				
12.362.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		1.133.458,89		1.133.458,89
12.362.0006.2.018	Auxílio a estudantes de nível técnico profissionalizante		592.800,00		592.800,00
12.364	Ensino Superior		14.000,00		14.000,00
12.364.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		14.000,00		14.000,00
12.364.0006.2.017	Auxílio a Universitários		14.000,00		14.000,00
12.365	Educação Infantil				
12.365.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		38.500,00		38.500,00
12.365.0006.1.011	Manutenção da Creche		38.500,00		38.500,00
12.365.0006.2.015	Manutenção do Ensino Infantil		337.500,00		337.500,00
12.367	Educação Especial				
12.367.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		337.500,00		337.500,00
12.367.0006.2.016	Ensino Especial		337.500,00		337.500,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
 Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
 Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 3/8  
 Data: 18/10/2017

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>		<b>5.879.190,00</b>	<b>9.241.761,64</b>	<b>126.400,00</b>	<b>15.257.351,64</b>
<b>Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>		<b>895.490,00</b>	<b>2.593.358,89</b>	<b>0,00</b>	<b>3.478.848,89</b>
<b>Unidade: 04.02 Departamento de Esportes</b>		<b>65.000,00</b>	<b>142.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>207.500,00</b>
27	Desporto e Lazer	65.000,00	142.500,00		207.500,00
27.812	Desporto Comunitário	65.000,00	142.500,00		207.500,00
27.812.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER	65.000,00	142.500,00		207.500,00
27.812.0007.1.026	Construção de Dependências Esportivas Interior	65.000,00			65.000,00
27.812.0007.2.019	Eventos, atividades esportivas e lazer		142.500,00		142.500,00
<b>Unidade: 04.03 Departamento de Cultura</b>		<b>0,00</b>	<b>85.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>85.000,00</b>
13	Cultura		85.000,00		85.000,00
13.392	Difusão Cultural		85.000,00		85.000,00
13.392.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER		85.000,00		85.000,00
13.392.0007.2.020	Atividades Culturais		85.000,00		85.000,00
<b>Unidade: 04.04 Departamento de Turismo</b>		<b>150.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>
27	Desporto e Lazer	150.000,00			150.000,00
27.695	Turismo	150.000,00			150.000,00
27.695.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER	100.000,00			100.000,00
27.695.0007.1.012	Construção e Mobiliário de Centro de Eventos	100.000,00			100.000,00
27.695.0016	TURISMO SUSTENTÁVEL	50.000,00			50.000,00
27.695.0016.1.030	Turismo Rural	50.000,00			50.000,00
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL</b>		<b>1.000,00</b>	<b>594.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>595.300,00</b>
<b>Unidade: 05.02 Fundo Municipal de Assistência Social</b>		<b>1.000,00</b>	<b>471.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>472.300,00</b>
08	Assistência Social	1.000,00	471.300,00		472.300,00
08.244	Assistência Comunitária	1.000,00	471.300,00		472.300,00
08.244.0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00	471.300,00		472.300,00
08.244.0009.1.027	Aquisição de veículo	1.000,00			1.000,00
08.244.0009.2.031	Assistência Comunitária		20.000,00		20.000,00
08.244.0009.2.033	Atendimento aos Programas de Assistência Social		270.300,00		270.300,00
08.244.0009.2.053	Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social		181.000,00		181.000,00

Página: 4/8  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>					
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL</b>		<b>5.879.190,00</b>	<b>9.241.761,64</b>	<b>126.400,00</b>	<b>15.257.351,64</b>
<b>Unidade: 05.03 Fundo Municipal para a Infância e Adolescência</b>		<b>1.000,00</b>	<b>584.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>585.300,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>
08	Assistência Social		20.000,00		20.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		20.000,00		20.000,00
08.243.0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL		20.000,00		20.000,00
08.243.0009.2.029	Atendimento ao disposto no estatuto da Criança e Adolescente		10.000,00		10.000,00
08.243.0009.2.034	Atendimentos, socorros e emergência envolvendo menores		10.000,00		10.000,00
<b>Unidade: 05.04 Fundo Municipal de Direitos do Idoso</b>					
		<b>0,00</b>	<b>93.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>93.000,00</b>
08	Assistência Social		93.000,00		93.000,00
08.241	Assistência ao Idoso		93.000,00		93.000,00
08.241.0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL		93.000,00		93.000,00
08.241.0009.2.030	Atendimento a Terceira Idade		93.000,00		93.000,00
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A</b>					
<b>Unidade: 06.01 Departamento de Agricultura</b>		<b>4.992.700,00</b>	<b>4.126.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.119.540,00</b>
		<b>10.500,00</b>	<b>396.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>406.500,00</b>
20	Agricultura	10.500,00	396.000,00		406.500,00
20.606	Extensão Rural		390.000,00		390.000,00
20.606.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		390.000,00		390.000,00
20.606.0010.2.044	Programas de melhoramento genético		110.000,00		110.000,00
20.606.0010.2.049	Assistência Técnica		280.000,00		280.000,00
20.609	Defesa Agropecuária	9.500,00	6.000,00		15.500,00
20.609.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	9.500,00	6.000,00		15.500,00
20.609.0010.1.005	Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentos Abatedouros	9.500,00			9.500,00
20.609.0010.2.046	Manutenção do abatedouro municipal e indústria de queijos		6.000,00		6.000,00
20.661	Promoção Industrial	1.000,00			1.000,00
20.661.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.000,00			1.000,00
20.661.0010.1.006	Equipamentos para agroindústrias e grupos de agricultores	1.000,00			1.000,00
<b>Unidade: 06.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos</b>					
		<b>3.082.500,00</b>	<b>1.003.090,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.085.590,00</b>
08	Assistência Social	10.000,00			10.000,00
08.244	Assistência Comunitária	10.000,00			10.000,00
08.244.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	10.000,00			10.000,00
08.244.0012.1.023	Construção de Casa Mortuária	10.000,00			10.000,00

Página: 5/8  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
 Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
 Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>		<b>5.879.190,00</b>	<b>9.241.761,64</b>	<b>126.400,00</b>	<b>15.257.351,64</b>
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A</b>		<b>4.992.700,00</b>	<b>4.126.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.119.540,00</b>
<b>Unidade: 06.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos</b>		<b>3.082.500,00</b>	<b>1.003.090,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.085.590,00</b>
15	Urbanismo	2.010.000,00	281.000,00		2.291.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	1.010.000,00			1.010.000,00
15.451.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA				
15.451.0012.1.020	Construção de Passeios Públicos	1.010.000,00			1.010.000,00
15.452	Serviços Urbanos		281.000,00		281.000,00
15.452.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		281.000,00		281.000,00
15.452.0012.2.035	Manutenção de ruas, passeios e praças públicas		107.000,00		107.000,00
15.452.0012.2.038	Manutenção da coleta de lixo, limpeza pública.		144.000,00		144.000,00
15.452.0012.2.040	Manutenção dos cemitérios públicos		30.000,00		30.000,00
15.782	Transporte Rodoviário	1.000.000,00			1.000.000,00
15.782.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	1.000.000,00			1.000.000,00
15.782.0012.1.004	Pavimentação de vias urbanas	1.000.000,00			1.000.000,00
17	Saneamento	435.000,00	320.000,00		755.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	160.000,00			160.000,00
17.512.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DIMER	160.000,00			160.000,00
17.512.0011.1.015	Manutenção e Ampliação de Rede de captação e esgotamento sanitário	160.000,00			160.000,00
17.544	Recursos Hídricos	275.000,00	320.000,00		595.000,00
17.544.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DIMER	275.000,00			275.000,00
17.544.0011.1.014	Ampliação de rede de captação e distribuição de água	275.000,00			275.000,00
17.544.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		320.000,00		320.000,00
17.544.0012.2.037	Manutenção do sistema municipal de distribuição de água		320.000,00		320.000,00
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial	597.500,00			597.500,00
22.661.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DIMER	597.500,00			597.500,00
22.661.0011.1.016	Ampliação de programa de geração de emprego e renda	597.500,00			597.500,00
24	Comunicações	597.500,00			597.500,00
24.722	Telecomunicações		5.000,00		5.000,00
24.722.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		5.000,00		5.000,00
24.722.0012.2.036	Manutenção das repetidoras de sinais de TV e Telefonia Rural		5.000,00		5.000,00
25	Energia				
25.752	Energia Elétrica		380.090,00		380.090,00
25.752.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		380.090,00		380.090,00
25.752.0012.2.039	Manutenção e melhorias da iluminação pública		380.090,00		380.090,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
 Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
 Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 6/8  
 Data: 18/10/2017

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>					
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A</b>					
<b>Unidade: 06.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos</b>					
26	Transporte	5.879.190,00	9.241.761,64	126.400,00	15.257.351,64
26.782	Transporte Rodoviário	4.992.700,00	4.126.840,00	0,00	9.119.540,00
26.782.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DIMER	3.082.500,00	1.003.090,00	0,00	4.085.590,00
26.782.0011.2.041	Manutenção e conservação da sinalização				
26.782.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	30.000,00	17.000,00		47.000,00
26.782.0012.1.019	Participação no Consórcio Inter Municipal de Infra-Estrutura	30.000,00	17.000,00		47.000,00
<b>Unidade: 06.03 Departamento Municipal de Estradas e Rodagem</b>					
26	Transporte	1.215.000,00	1.219.750,00	0,00	2.434.750,00
26.782	Transporte Rodoviário	1.215.000,00	1.219.750,00		2.434.750,00
26.782.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DIMER	1.215.000,00	1.219.750,00		2.434.750,00
26.782.0011.1.003	Pavimentação de Estradas Vicinais	660.000,00			660.000,00
26.782.0011.1.018	Ampliação do Parque Rodoviário Municipal	555.000,00			555.000,00
26.782.0011.2.042	Conservação de estradas vicinais		1.219.750,00		1.219.750,00
<b>Unidade: 06.04 Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural</b>					
20	Agricultura	617.500,00	1.508.000,00	0,00	2.125.500,00
20.511	Saneamento Básico Rural	617.500,00	1.508.000,00		2.125.500,00
20.511.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		2.500,00		2.500,00
20.511.0010.2.047	Saneamento básico rural		2.500,00		2.500,00
20.541	Preservação e Conservação Ambiental		5.500,00		5.500,00
20.541.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		5.500,00		5.500,00
20.541.0010.2.048	Preservação Ambiental		5.500,00		5.500,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	617.500,00	1.500.000,00		2.117.500,00
20.608.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	617.500,00	1.500.000,00		2.117.500,00
20.608.0010.1.024	Ampliação da Patrulha Agrícola Mecanizada				
20.608.0010.2.045	Manutenção da Patrulha Agrícola Mecanizada		1.055.000,00		1.055.000,00
20.608.0010.2.050	Fornecimento de sementes e mudas		65.000,00		65.000,00
20.608.0010.2.051	Incentivo a hora máquina para empreendimentos agropecuários		380.000,00		380.000,00

Página: 718  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>		<b>5.879.190,00</b>	<b>9.241.761,64</b>	<b>126.400,00</b>	<b>15.257.351,64</b>
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A</b>		<b>4.992.700,00</b>	<b>4.126.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.119.540,00</b>
<b>Unidade: 06.05 Fundo Municipal de Habitação</b>		<b>67.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>67.200,00</b>
16	Habitação	67.200,00			67.200,00
16.481	Habitação Rural	15.000,00			15.000,00
16.481.0013	HABITAÇÃO PARA SULBRASILENSES	15.000,00			15.000,00
16.481.0013.1.002	Construção e Reforma de Habitações Populares Rurais	15.000,00			15.000,00
16.482	Habitação Urbana	52.200,00			52.200,00
16.482.0013	HABITAÇÃO PARA SULBRASILENSES	52.200,00			52.200,00
16.482.0013.1.001	Habitações Populares Urbanas e Loteamentos Populares	52.200,00			52.200,00
<b>Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Unidade: 99.01 Reserva de Contingência</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
99	Reserva de Contingência				10.000,00
99.999	Reserva de Contingência				10.000,00
99.999.0014	RESERVA DE CONTINGENCIA				10.000,00
99.999.0014.9.001	Reserva de Contingência				10.000,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL</b>		<b>126.000,00</b>	<b>3.044.128,36</b>	<b>0,00</b>	<b>3.170.128,36</b>
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL</b>		<b>126.000,00</b>	<b>3.044.128,36</b>	<b>0,00</b>	<b>3.170.128,36</b>
<b>Unidade: 05.01 Fundo Municipal de Saúde</b>		<b>126.000,00</b>	<b>3.044.128,36</b>	<b>0,00</b>	<b>3.170.128,36</b>
10	Saúde	126.000,00	3.044.128,36		3.170.128,36
10.301	Atenção Básica	126.000,00	2.151.228,36		2.277.228,36
10.301.0008	SAÚDE PARA TODOS	126.000,00	2.151.228,36		2.277.228,36
10.301.0008.1.007	Aquisição de veículo para transporte de passageiros	35.000,00			35.000,00
10.301.0008.1.008	Ampliação e Reforma da da Unidade Sanitária de Saúde	35.000,00			35.000,00
10.301.0008.1.029	Ampliação e Aquisição de Equipamentos para Academia de Saúde	56.000,00			56.000,00
10.301.0008.2.021	Assistência médica - Atenção Básica		1.575.628,36		1.575.628,36
10.301.0008.2.024	Manutenção da estrutura física e equipamentos básicos de saúde		80.000,00		80.000,00
10.301.0008.2.026	Manutenção da farmácia básica		285.600,00		285.600,00
10.301.0008.2.027	Manutenção do CIS AMOSC		210.000,00		210.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		759.700,00		759.700,00
10.302.0008	SAÚDE PARA TODOS		759.700,00		759.700,00
10.302.0008.2.022	Assistência Hospitalar		351.000,00		351.000,00
10.302.0008.2.028	Atendimentos de média a alta complexidade fora do domicílio		408.700,00		408.700,00

Página: 8/8  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL</b>					
Órgão: 05.00	SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	126.000,00	3.044.128,36	0,00	3.170.128,36
Unidade: 05.01	Fundo Municipal de Saúde	126.000,00	3.044.128,36	0,00	3.170.128,36
10	Saúde	126.000,00	3.044.128,36		3.170.128,36
10.304	Vigilância Sanitária		53.000,00		53.000,00
10.304.0008	SAÚDE PARA TODOS		53.000,00		53.000,00
10.304.0008.2.025	Assistência e Vigilância Sanitária		53.000,00		53.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		80.200,00		80.200,00
10.305.0008	SAÚDE PARA TODOS		80.200,00		80.200,00
10.305.0008.2.023	Vigilância Epidemiológica em Saúde		80.200,00		80.200,00
<b>Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL</b>					
Órgão: 01.00	CAMARA DE VEREADORES	0,00	607.000,00	0,00	607.000,00
Unidade: 01.01	Câmara de Vereadores	0,00	607.000,00	0,00	607.000,00
01	Legislativa		607.000,00		607.000,00
01.031	Ação Legislativa		577.000,00		577.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		577.000,00		577.000,00
01.031.0001.2.001	Manutenção das Atividades Legislativas		577.000,00		577.000,00
01.032	Controle Externo		30.000,00		30.000,00
01.032.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		30.000,00		30.000,00
01.032.0001.2.002	Fiscalização de Atos da Administração		30.000,00		30.000,00
<b>Total geral:</b>					<b>19.034.480,00</b>

VALDECIR TOSETTO  
Sec Resp pela Admin Financeira

PAULO CESAR HUBNER  
Contador CRC/SC 024848/O-0

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

**ANEXO VI PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO LEI 4.320-64 LDO 2018 LEI 1.138-2017**

Publicação Nº 1405779

Página: 1/8  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>					<b>15.257.351,64</b>
<b>Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>5.879.190,00</b>	<b>9.241.761,64</b>	<b>126.400,00</b>	<b>15.257.351,64</b>
<b>Unidade: 02.01 Gabinete do Prefeito</b>		<b>0,00</b>	<b>710.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>710.000,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>710.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>710.000,00</b>
04	Administração		710.000,00		710.000,00
04.122	Administração Geral		613.000,00		613.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		613.000,00		613.000,00
04.122.0002.2.003	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria Jurídica		511.500,00		511.500,00
04.122.0002.2.054	Manutenção do Conselho Tutelar		101.500,00		101.500,00
04.124	Controle Interno		97.000,00		97.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		97.000,00		97.000,00
04.124.0002.2.004	Manutenção do Sistema de Controle Interno		97.000,00		97.000,00
<b>Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA</b>		<b>0,00</b>	<b>1.227.262,75</b>	<b>126.400,00</b>	<b>1.353.662,75</b>
<b>Unidade: 03.01 Departamento de Administração</b>		<b>0,00</b>	<b>908.262,75</b>	<b>126.400,00</b>	<b>1.034.662,75</b>
04	Administração		865.292,75		865.292,75
04.122	Administração Geral		865.292,75		865.292,75
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		680.392,75		680.392,75
04.122.0003.2.005	Gerenciamento Geral do Município		528.592,75		528.592,75
04.122.0003.2.006	Manutenção geral do Patrimônio Público municipal		101.800,00		101.800,00
04.122.0003.2.043	Realização de festividades de emancipação político administrativa		50.000,00		50.000,00
04.122.0005	FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO		184.900,00		184.900,00
04.122.0005.2.011	Contribuição às entidades municipalistas		184.900,00		184.900,00
06	Segurança Pública		42.970,00		42.970,00
06.181	Policimento		42.970,00		42.970,00
06.181.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		42.970,00		42.970,00
06.181.0003.2.007	Manutenção dos Convênios de Trânsito e Rádio Patrulha com a SSP/SC e Corpo de Bombeiros		42.970,00		42.970,00
28	Encargos Especiais			126.400,00	126.400,00
28.846	Outros Encargos Especiais			126.400,00	126.400,00
28.846.0015	OPERAÇÕES ESPECIAIS			126.400,00	126.400,00
28.846.0015.0.001	Contribuição para o PASEP			126.400,00	126.400,00
<b>Unidade: 03.02 Departamento de Fazenda</b>		<b>0,00</b>	<b>319.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>319.000,00</b>
04	Administração		319.000,00		319.000,00
04.123	Administração Financeira		319.000,00		319.000,00
04.123.0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		319.000,00		319.000,00
04.123.0004.2.008	Controle do Cadastro Imobiliário e Econômico		102.500,00		102.500,00

Página: 2/8  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>					
<b>Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA</b>					
<b>Unidade: 03.02 Departamento de Fazenda</b>		<b>5.879.190,00</b>	<b>9.241.761,64</b>	<b>126.400,00</b>	<b>15.257.351,64</b>
		0,00	<b>1.227.262,75</b>	<b>126.400,00</b>	<b>1.353.662,75</b>
		0,00	<b>319.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>319.000,00</b>
04	Administração		319.000,00		319.000,00
04.123	Administração Financeira		319.000,00		319.000,00
04.123.0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		319.000,00		319.000,00
04.123.0004.2.009	Arrecadação, Pagamentos e Arquivamentos		74.500,00		74.500,00
04.123.0004.2.010	Registro dos Atos Financeiros, Orçamentários e Patrimoniais		142.000,00		142.000,00
<b>Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>		<b>885.490,00</b>	<b>2.593.358,89</b>	<b>0,00</b>	<b>3.478.848,89</b>
<b>Unidade: 04.01 Departamento de Educação</b>		<b>670.490,00</b>	<b>2.365.858,89</b>	<b>0,00</b>	<b>3.036.348,89</b>
12	Educação		2.365.858,89		3.036.348,89
12.306	Alimentação e Nutrição		161.100,00		161.100,00
12.306.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		161.100,00		161.100,00
12.306.0006.2.014	Alimentação Escolar		161.100,00		161.100,00
12.361	Ensino Fundamental		161.100,00		161.100,00
12.361.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		1.726.258,89		1.796.758,89
12.361.0006.1.010	Aquisição de veículo para o transporte escolar	70.500,00			70.500,00
12.361.0006.1.028	Ampliação e Reformas de Salas de Aula e Ginásios de Educação	70.500,00			70.500,00
12.361.0006.2.012	Manutenção do Ensino Fundamental	10.000,00			10.000,00
12.361.0006.2.013	Transporte Escolar	60.500,00			60.500,00
12.362	Ensino Médio				
12.362.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		1.133.458,89		1.133.458,89
12.362.0006.2.018	Auxílio a estudantes de nível técnico profissionalizante		592.800,00		592.800,00
12.364	Ensino Superior		14.000,00		14.000,00
12.364.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		14.000,00		14.000,00
12.364.0006.2.017	Auxílio a Universitários		14.000,00		14.000,00
12.365	Educação Infantil				
12.365.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		38.500,00		38.500,00
12.365.0006.1.011	Manutenção da Creche		38.500,00		38.500,00
12.365.0006.2.015	Manutenção do Ensino Infantil		337.500,00		337.500,00
12.367	Educação Especial				
12.367.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		337.500,00		337.500,00
12.367.0006.2.016	Ensino Especial		337.500,00		337.500,00
			88.500,00		88.500,00
			88.500,00		88.500,00
			88.500,00		88.500,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
 Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
 Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 3/8  
 Data: 18/10/2017

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>					
<b>Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>					
<b>Unidade: 04.02 Departamento de Esportes</b>		<b>5.879.190,00</b>	<b>9.241.761,64</b>	<b>126.400,00</b>	<b>15.257.351,64</b>
27	Desporto e Lazer				
27.812	Desporto Comunitário				
27.812.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER				
27.812.0007.1.026	Construção de Dependências Esportivas Interior				
27.812.0007.2.019	Eventos, atividades esportivas e lazer				
		65.000,00	142.500,00		207.500,00
		65.000,00	142.500,00		207.500,00
		65.000,00	142.500,00		207.500,00
		65.000,00			65.000,00
			142.500,00		142.500,00
<b>Unidade: 04.03 Departamento de Cultura</b>		<b>0,00</b>	<b>85.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>85.000,00</b>
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural				
13.392.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER				
13.392.0007.2.020	Atividades Culturais				
			85.000,00		85.000,00
			85.000,00		85.000,00
			85.000,00		85.000,00
			85.000,00		85.000,00
			85.000,00		85.000,00
<b>Unidade: 04.04 Departamento de Turismo</b>		<b>150.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>
27	Desporto e Lazer				
27.695	Turismo				
27.695.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER				
27.695.0007.1.012	Construção e Mobiliário de Centro de Eventos				
27.695.0016	TURISMO SUSTENTÁVEL				
27.695.0016.1.030	Turismo Rural				
		150.000,00			150.000,00
		150.000,00			150.000,00
		100.000,00			100.000,00
		100.000,00			100.000,00
		50.000,00			50.000,00
		50.000,00			50.000,00
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL</b>		<b>1.000,00</b>	<b>594.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>595.300,00</b>
<b>Unidade: 05.02 Fundo Municipal de Assistência Social</b>		<b>1.000,00</b>	<b>471.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>472.300,00</b>
08	Assistência Social				
08.244	Assistência Comunitária				
08.244.0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.244.0009.1.027	Aquisição de veículo				
08.244.0009.2.031	Assistência Comunitária				
08.244.0009.2.033	Atendimento aos Programas de Assistência Social				
08.244.0009.2.053	Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social				
		1.000,00	471.300,00		472.300,00
		1.000,00	471.300,00		472.300,00
		1.000,00	471.300,00		472.300,00
			20.000,00		1.000,00
			270.300,00		20.000,00
			181.000,00		270.300,00
					181.000,00

Página: 4/8  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>					
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL</b>		<b>5.879.190,00</b>	<b>9.241.761,64</b>	<b>126.400,00</b>	<b>15.257.351,64</b>
<b>Unidade: 05.03 Fundo Municipal para a Infância e Adolescência</b>		<b>1.000,00</b>	<b>584.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>585.300,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>
08	Assistência Social		20.000,00		20.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		20.000,00		20.000,00
08.243.0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL		20.000,00		20.000,00
08.243.0009.2.029	Atendimento ao disposto no estatuto da Criança e Adolescente		10.000,00		10.000,00
08.243.0009.2.034	Atendimentos, socorros e emergência envolvendo menores		10.000,00		10.000,00
<b>Unidade: 05.04 Fundo Municipal de Direitos do Idoso</b>					
		<b>0,00</b>	<b>93.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>93.000,00</b>
08	Assistência Social		93.000,00		93.000,00
08.241	Assistência ao Idoso		93.000,00		93.000,00
08.241.0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL		93.000,00		93.000,00
08.241.0009.2.030	Atendimento a Terceira Idade		93.000,00		93.000,00
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A</b>					
<b>Unidade: 06.01 Departamento de Agricultura</b>		<b>4.992.700,00</b>	<b>4.126.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.119.540,00</b>
		<b>10.500,00</b>	<b>396.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>406.500,00</b>
20	Agricultura	10.500,00	396.000,00		406.500,00
20.606	Extensão Rural		390.000,00		390.000,00
20.606.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		390.000,00		390.000,00
20.606.0010.2.044	Programas de melhoramento genético		110.000,00		110.000,00
20.606.0010.2.049	Assistência Técnica		280.000,00		280.000,00
20.609	Defesa Agropecuária	9.500,00	6.000,00		15.500,00
20.609.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	9.500,00	6.000,00		15.500,00
20.609.0010.1.005	Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentos Abatedouros	9.500,00			9.500,00
20.609.0010.2.046	Manutenção do abatedouro municipal e indústria de queijos	1.000,00	6.000,00		6.000,00
20.661	Promoção Industrial	1.000,00			1.000,00
20.661.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.000,00			1.000,00
20.661.0010.1.006	Equipamentos para agroindústrias e grupos de agricultores	1.000,00			1.000,00
<b>Unidade: 06.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos</b>					
		<b>3.082.500,00</b>	<b>1.003.090,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.085.590,00</b>
08	Assistência Social	10.000,00			10.000,00
08.244	Assistência Comunitária	10.000,00			10.000,00
08.244.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	10.000,00			10.000,00
08.244.0012.1.023	Construção de Casa Mortuária	10.000,00			10.000,00



Página: 5/8  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
 Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
 Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>					<b>15.257.351,64</b>
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A</b>		<b>5.879.190,00</b>	<b>9.241.761,64</b>	<b>126.400,00</b>	<b>9.119.540,00</b>
<b>Unidade: 06.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos</b>		<b>3.082.500,00</b>	<b>4.126.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.085.590,00</b>
15	Urbanismo	2.010.000,00	281.000,00		2.291.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	1.010.000,00			1.010.000,00
15.451.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	1.010.000,00			1.010.000,00
15.451.0012.1.020	Construção de Passeios Públicos	1.010.000,00			1.010.000,00
15.452	Serviços Urbanos		281.000,00		281.000,00
15.452.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		281.000,00		281.000,00
15.452.0012.2.035	Manutenção de ruas, passeios e praças públicas		107.000,00		107.000,00
15.452.0012.2.038	Manutenção da coleta de lixo, limpeza pública.		144.000,00		144.000,00
15.452.0012.2.040	Manutenção dos cemitérios públicos		30.000,00		30.000,00
15.782	Transporte Rodoviário	1.000.000,00			1.000.000,00
15.782.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	1.000.000,00			1.000.000,00
15.782.0012.1.004	Pavimentação de vias urbanas	1.000.000,00			1.000.000,00
17	Saneamento	435.000,00	320.000,00		755.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	160.000,00			160.000,00
17.512.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DIMER	160.000,00			160.000,00
17.512.0011.1.015	Manutenção e Ampliação de Rede de captação e esgotamento sanitário	160.000,00			160.000,00
17.544	Recursos Hídricos	275.000,00	320.000,00		595.000,00
17.544.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DIMER	275.000,00			275.000,00
17.544.0011.1.014	Ampliação de rede de captação e distribuição de água	275.000,00			275.000,00
17.544.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		320.000,00		320.000,00
17.544.0012.2.037	Manutenção do sistema municipal de distribuição de água		320.000,00		320.000,00
22	Indústria	597.500,00			597.500,00
22.661	Promoção Industrial	597.500,00			597.500,00
22.661.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DIMER	597.500,00			597.500,00
22.661.0011.1.016	Ampliação de programa de geração de emprego e renda	597.500,00			597.500,00
24	Comunicações	597.500,00			597.500,00
24.722	Telecomunicações		5.000,00		5.000,00
24.722.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		5.000,00		5.000,00
24.722.0012.2.036	Manutenção das repetidoras de sinais de TV e Telefonia Rural		5.000,00		5.000,00
25	Energia		380.090,00		380.090,00
25.752	Energia Elétrica		380.090,00		380.090,00
25.752.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		380.090,00		380.090,00
25.752.0012.2.039	Manutenção e melhorias da iluminação pública		380.090,00		380.090,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
 Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
 Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 6/8  
 Data: 18/10/2017

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>					
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A</b>					
<b>Unidade: 06.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos</b>					
26	Transporte	5.879.190,00	9.241.761,64	126.400,00	15.257.351,64
26.782	Transporte Rodoviário	4.992.700,00	4.126.840,00	0,00	9.119.540,00
26.782.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DIMER	3.082.500,00	1.003.090,00	0,00	4.085.590,00
26.782.0011.2.041	Manutenção e conservação da sinalização				
26.782.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	30.000,00	17.000,00		47.000,00
26.782.0012.1.019	Participação no Consórcio Inter Municipal de Infra-Estrutura	30.000,00	17.000,00		47.000,00
<b>Unidade: 06.03 Departamento Municipal de Estradas e Rodagem</b>					
26	Transporte	1.215.000,00	1.219.750,00	0,00	2.434.750,00
26.782	Transporte Rodoviário	1.215.000,00	1.219.750,00		2.434.750,00
26.782.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DIMER	1.215.000,00	1.219.750,00		2.434.750,00
26.782.0011.1.003	Pavimentação de Estradas Vicinais	660.000,00			660.000,00
26.782.0011.1.018	Ampliação do Parque Rodoviário Municipal	555.000,00			555.000,00
26.782.0011.2.042	Conservação de estradas vicinais		1.219.750,00		1.219.750,00
<b>Unidade: 06.04 Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural</b>					
20	Agricultura	617.500,00	1.508.000,00	0,00	2.125.500,00
20.511	Saneamento Básico Rural	617.500,00	1.508.000,00		2.125.500,00
20.511.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		2.500,00		2.500,00
20.511.0010.2.047	Saneamento básico rural		2.500,00		2.500,00
20.541	Preservação e Conservação Ambiental		5.500,00		5.500,00
20.541.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		5.500,00		5.500,00
20.541.0010.2.048	Preservação Ambiental		5.500,00		5.500,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	617.500,00	1.500.000,00		2.117.500,00
20.608.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	617.500,00	1.500.000,00		2.117.500,00
20.608.0010.1.024	Ampliação da Patrulha Agrícola Mecanizada				
20.608.0010.2.045	Manutenção da Patrulha Agrícola Mecanizada		1.055.000,00		1.055.000,00
20.608.0010.2.050	Fornecimento de sementes e mudas		65.000,00		65.000,00
20.608.0010.2.051	Incentivo a hora máquina para empreendimentos agropecuários		380.000,00		380.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
 Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
 Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 718  
 Data: 18/10/2017

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL</b>					
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A</b>		<b>5.879.190,00</b>	<b>9.241.761,64</b>	<b>126.400,00</b>	<b>15.257.351,64</b>
<b>Unidade: 06.05 Fundo Municipal de Habitação</b>		<b>4.992.700,00</b>	<b>4.126.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.119.540,00</b>
		<b>67.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>67.200,00</b>
16	Habitação	67.200,00			67.200,00
16.481	Habitação Rural	15.000,00			15.000,00
16.481.0013	HABITAÇÃO PARA SULBRASILENSES	15.000,00			15.000,00
16.481.0013.1.002	Construção e Reforma de Habitações Populares Rurais	15.000,00			15.000,00
16.482	Habitação Urbana	52.200,00			52.200,00
16.482.0013	HABITAÇÃO PARA SULBRASILENSES	52.200,00			52.200,00
16.482.0013.1.001	Habitações Populares Urbanas e Loteamentos Populares	52.200,00			52.200,00
<b>Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Unidade: 99.01 Reserva de Contingência</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
99	Reserva de Contingência				10.000,00
99.999	Reserva de Contingência				10.000,00
99.999.0014	RESERVA DE CONTINGENCIA				10.000,00
99.999.0014.9.001	Reserva de Contingência				10.000,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUL BRASIL</b>					
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL</b>		<b>126.000,00</b>	<b>3.044.128,36</b>	<b>0,00</b>	<b>3.170.128,36</b>
<b>Unidade: 05.01 Fundo Municipal de Saúde</b>		<b>126.000,00</b>	<b>3.044.128,36</b>	<b>0,00</b>	<b>3.170.128,36</b>
		<b>126.000,00</b>	<b>3.044.128,36</b>	<b>0,00</b>	<b>3.170.128,36</b>
10	Saúde	126.000,00	3.044.128,36		3.170.128,36
10.301	Atenção Básica	126.000,00	2.151.228,36		2.277.228,36
10.301.0008	SAÚDE PARA TODOS	126.000,00	2.151.228,36		2.277.228,36
10.301.0008.1.007	Aquisição de veículo para transporte de passageiros	35.000,00			35.000,00
10.301.0008.1.008	Ampliação e Reforma da da Unidade Sanitária de Saúde	35.000,00			35.000,00
10.301.0008.1.029	Ampliação e Aquisição de Equipamentos para Academia de Saúde	56.000,00			56.000,00
10.301.0008.2.021	Assistência médica - Atenção Básica		1.575.628,36		1.575.628,36
10.301.0008.2.024	Manutenção da estrutura física e equipamentos básicos de saúde		80.000,00		80.000,00
10.301.0008.2.026	Manutenção da farmácia básica		285.600,00		285.600,00
10.301.0008.2.027	Manutenção do CIS AMOSC		210.000,00		210.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		759.700,00		759.700,00
10.302.0008	SAÚDE PARA TODOS		759.700,00		759.700,00
10.302.0008.2.022	Assistência Hospitalar		351.000,00		351.000,00
10.302.0008.2.028	Atendimentos de média a alta complexidade fora do domicílio		408.700,00		408.700,00

Página: 8/8  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUL BRASIL</b>					
Órgão: 05.00	SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	126.000,00	3.044.128,36	0,00	3.170.128,36
Unidade: 05.01	Fundo Municipal de Saúde	126.000,00	3.044.128,36	0,00	3.170.128,36
10	Saúde	126.000,00	3.044.128,36		3.170.128,36
10.304	Vigilância Sanitária		53.000,00		53.000,00
10.304.0008	SAÚDE PARA TODOS		53.000,00		53.000,00
10.304.0008.2.025	Assistência e Vigilância Sanitária		53.000,00		53.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		80.200,00		80.200,00
10.305.0008	SAÚDE PARA TODOS		80.200,00		80.200,00
10.305.0008.2.023	Vigilância Epidemiológica em Saúde		80.200,00		80.200,00
<b>Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL</b>					
Órgão: 01.00	CAMARA DE VEREADORES	0,00	607.000,00	0,00	607.000,00
Unidade: 01.01	Câmara de Vereadores	0,00	607.000,00	0,00	607.000,00
01	Legislativa		607.000,00		607.000,00
01.031	Ação Legislativa		577.000,00		577.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		577.000,00		577.000,00
01.031.0001.2.001	Manutenção das Atividades Legislativas		577.000,00		577.000,00
01.032	Controle Externo		30.000,00		30.000,00
01.032.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		30.000,00		30.000,00
01.032.0001.2.002	Fiscalização de Atos da Administração		30.000,00		30.000,00
<b>Total geral:</b>					<b>19.034.480,00</b>

VALDECIR TOSETTO  
Sec Resp pela Admin Financeira

PAULO CESAR HUBNER  
Contador CRC/SC 024848/O-0

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

# ANEXO VII PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS, POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS LEI 4.320-64 LDO 2018 LEI 1.138-2017

Publicação Nº 1405785

Página: 1/4  
Data: 18/10/2017

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		607.000,00		607.000,00
01.031	Ação Legislativa		577.000,00		577.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		577.000,00		577.000,00
01.032	Controle Externo		30.000,00		30.000,00
01.032.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		30.000,00		30.000,00
04	Administração		1.894.292,75		1.894.292,75
04.122	Administração Geral		1.478.292,75		1.478.292,75
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		613.000,00		613.000,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		680.392,75		680.392,75
04.122.0005	FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO		184.900,00		184.900,00
04.123	Administração Financeira		319.000,00		319.000,00
04.123.0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		319.000,00		319.000,00
04.124	Controle Interno		97.000,00		97.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		97.000,00		97.000,00
06	Segurança Pública		42.970,00		42.970,00
06.181	Policimento		42.970,00		42.970,00
06.181.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		42.970,00		42.970,00
08	Assistência Social	11.000,00	584.300,00		595.300,00
08.241	Assistência ao Idoso		93.000,00		93.000,00
08.241.0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL		93.000,00		93.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		20.000,00		20.000,00
08.243.0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL		20.000,00		20.000,00
08.244	Assistência Comunitária	11.000,00	471.300,00		482.300,00
08.244.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	10.000,00			10.000,00
08.244.0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00	471.300,00		472.300,00
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica	126.000,00	3.044.128,36		3.170.128,36
10.301.0008	SAÚDE PARA TODOS				
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	126.000,00	2.151.228,36		2.277.228,36
10.302.0008	SAÚDE PARA TODOS	126.000,00	2.151.228,36		2.277.228,36
10.304	Vigilância Sanitária		759.700,00		759.700,00
10.304.0008	SAÚDE PARA TODOS		759.700,00		759.700,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		53.000,00		53.000,00
10.305.0008	SAÚDE PARA TODOS		53.000,00		53.000,00
			80.200,00		80.200,00
			80.200,00		80.200,00



Página: 2/4  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	670.490,00	2.365.858,89		3.036.348,89
12.306	Alimentação e Nutrição		161.100,00		161.100,00
12.306.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		161.100,00		161.100,00
12.361	Erisino Fundamental	70.500,00	1.726.258,89		1.796.758,89
12.361.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	70.500,00	1.726.258,89		1.796.758,89
12.362	Erisino Médio		14.000,00		14.000,00
12.362.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		14.000,00		14.000,00
12.364	Erisino Superior		38.500,00		38.500,00
12.364.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		38.500,00		38.500,00
12.365	Educação Infantil	599.990,00	337.500,00		937.490,00
12.365.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	599.990,00	337.500,00		937.490,00
12.367	Educação Especial		88.500,00		88.500,00
12.367.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		88.500,00		88.500,00
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural		85.000,00		85.000,00
13.392.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER		85.000,00		85.000,00
15	Urbanismo	2.010.000,00	281.000,00		2.291.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	1.010.000,00			1.010.000,00
15.451.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	1.010.000,00			1.010.000,00
15.452	Serviços Urbanos		281.000,00		281.000,00
15.452.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		281.000,00		281.000,00
15.782	Transporte Rodoviário	1.000.000,00			1.000.000,00
15.782.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	1.000.000,00			1.000.000,00
16	Habituação				
16.481	Habituação Rural	67.200,00			67.200,00
16.481.0013	HABITAÇÃO PARA SULBRASILENSES	15.000,00			15.000,00
16.482	Habituação Urbana	15.000,00			15.000,00
16.482.0013	HABITAÇÃO PARA SULBRASILENSES	52.200,00			52.200,00
17	Saneamento				
17.512	Saneamento Básico Urbano	435.000,00	320.000,00		755.000,00
17.512.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DMER	160.000,00			160.000,00
17.544	Recursos Hídricos	160.000,00			160.000,00
17.544.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DMER	275.000,00	320.000,00		595.000,00
17.544.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	275.000,00	320.000,00		595.000,00

Página: 3/4  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
20	Agricultura	628.000,00	1.904.000,00		2.532.000,00
20.511	Saneamento Básico Rural		2.500,00		2.500,00
20.511.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		2.500,00		2.500,00
20.541	Preservação e Conservação Ambiental		5.500,00		5.500,00
20.541.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		5.500,00		5.500,00
20.606	Extensão Rural		390.000,00		390.000,00
20.606.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		390.000,00		390.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	617.500,00	1.500.000,00		2.117.500,00
20.608.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	617.500,00	1.500.000,00		2.117.500,00
20.609	Defesa Agropecuária	9.500,00	6.000,00		15.500,00
20.609.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	9.500,00	6.000,00		15.500,00
20.661	Promoção Industrial	1.000,00			1.000,00
20.661.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.000,00			1.000,00
22	Indústria	597.500,00			597.500,00
22.661	Promoção Industrial	597.500,00			597.500,00
22.661.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DIMER	597.500,00			597.500,00
24	Comunicações		5.000,00		5.000,00
24.722	Telecomunicações		5.000,00		5.000,00
24.722.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		5.000,00		5.000,00
25	Energia		380.090,00		380.090,00
25.752	Energia Elétrica		380.090,00		380.090,00
25.752.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		380.090,00		380.090,00
26	Transporte	1.245.000,00	1.236.750,00		2.481.750,00
26.782	Transporte Rodoviário	1.245.000,00	1.236.750,00		2.481.750,00
26.782.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DIMER	1.215.000,00	1.236.750,00		2.451.750,00
26.782.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	30.000,00			30.000,00
27	Desporto e Lazer	215.000,00	142.500,00		357.500,00
27.695	Turismo	150.000,00			150.000,00
27.695.0016	TURISMO SUSTENTÁVEL	50.000,00			50.000,00
27.695.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER	100.000,00			100.000,00
27.812	Desporto Comunitário	65.000,00	142.500,00		207.500,00
27.812.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER	65.000,00	142.500,00		207.500,00



Página: 4/4  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
28	Encargos Especiais			126.400,00	126.400,00
28.846	Outros Encargos Especiais			126.400,00	126.400,00
28.846.0015	OPERAÇÕES ESPECIAIS			126.400,00	126.400,00
99	Reserva de Contingência				10.000,00
99.999	Reserva de Contingência				10.000,00
99.999.0014	RESERVA DE CONTINGENCIA				10.000,00
Total:		6.005.190,00	12.892.890,00	126.400,00	19.034.480,00
Total geral:		6.005.190,00	12.892.890,00	126.400,00	19.034.480,00

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER  
Contador CRC/SC 024848/O-0

VALDECIR TOSETTO  
Sec Resp pela Admin Financeira

# ANEXO VIII DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME VINCULO DOS RECURSOS LEI 4.320-64 LDO 2018 LEI 1.138-2017

Publicação Nº 1405786

Página: 1/4  
Data: 18/10/2017

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	607.000,00		607.000,00
01.031	Ação Legislativa	577.000,00		577.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	577.000,00		577.000,00
01.032	Controle Externo	30.000,00		30.000,00
01.032.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	30.000,00		30.000,00
04	Administração	1.894.292,75		1.894.292,75
04.122	Administração Geral	1.478.292,75		1.478.292,75
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	613.000,00		613.000,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	680.392,75		680.392,75
04.122.0005	FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	184.900,00		184.900,00
04.123	Administração Financeira	319.000,00		319.000,00
04.123.0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	319.000,00		319.000,00
04.124	Controle Interno	97.000,00		97.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	97.000,00		97.000,00
06	Segurança Pública	28.770,00	14.200,00	42.970,00
06.181	Policiermento	28.770,00	14.200,00	42.970,00
06.181.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	28.770,00	14.200,00	42.970,00
08	Assistência Social	545.300,00	50.000,00	595.300,00
08.241	Assistência ao Idoso	43.000,00	50.000,00	93.000,00
08.241.0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL	43.000,00	50.000,00	93.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00		20.000,00
08.243.0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00		20.000,00
08.244	Assistência Comunitária	482.300,00		482.300,00
08.244.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	10.000,00		10.000,00
08.244.0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL	472.300,00		472.300,00
10	Saúde	3.170.128,36		3.170.128,36
10.301	Atenção Básica	2.277.228,36		2.277.228,36
10.301.0008	SAÚDE PARA TODOS	2.277.228,36		2.277.228,36
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	759.700,00		759.700,00
10.302.0008	SAÚDE PARA TODOS	759.700,00		759.700,00
10.304	Vigilância Sanitária	53.000,00		53.000,00
10.304.0008	SAÚDE PARA TODOS	53.000,00		53.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	80.200,00		80.200,00
10.305.0008	SAÚDE PARA TODOS	80.200,00		80.200,00

Página: 2/4  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	1.673.248,89	1.363.100,00	3.036.348,89
12.306	Alimentação e Nutrição	161.100,00		161.100,00
12.306.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	161.100,00		161.100,00
12.361	E ensino Fundamental	956.408,89	840.350,00	1.796.758,89
12.361.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	956.408,89	840.350,00	1.796.758,89
12.362	E ensino Médio	14.000,00		14.000,00
12.362.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	14.000,00		14.000,00
12.364	E ensino Superior	38.500,00		38.500,00
12.364.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	38.500,00		38.500,00
12.365	Educação Infantil	414.740,00	522.750,00	937.490,00
12.365.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	414.740,00	522.750,00	937.490,00
12.367	Educação Especial	88.500,00		88.500,00
12.367.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	88.500,00		88.500,00
13	Cultura			
13.392	Difusão Cultural	85.000,00		85.000,00
13.392.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER	85.000,00		85.000,00
15	Urbanismo			
15.451	Infra-Estrutura Urbana	491.000,00	1.800.000,00	2.291.000,00
15.451.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	10.000,00	1.000.000,00	1.010.000,00
15.452	Serviços Urbanos	10.000,00	1.000.000,00	1.010.000,00
15.452.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	281.000,00		281.000,00
15.782	Transporte Rodoviário	281.000,00		281.000,00
15.782.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	200.000,00	800.000,00	1.000.000,00
		200.000,00	800.000,00	1.000.000,00
16	Habituação			
16.481	Habituação Rural	67.200,00		67.200,00
16.481.0013	HABITAÇÃO PARA SULBRASILENSES	15.000,00		15.000,00
16.482	Habituação Urbana	15.000,00		15.000,00
16.482.0013	HABITAÇÃO PARA SULBRASILENSES	52.200,00		52.200,00
		52.200,00		52.200,00
17	Saneamento			
17.512	Saneamento Básico Urbano	545.000,00	210.000,00	755.000,00
17.512.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DMER	160.000,00		160.000,00
17.544	Recursos Hídricos	160.000,00		160.000,00
17.544.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DMER	385.000,00	210.000,00	595.000,00
17.544.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	75.000,00	200.000,00	275.000,00
		310.000,00	10.000,00	320.000,00

Página: 3/4  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
20	Agricultura	2.327.000,00	205.000,00	2.532.000,00
20.511	Saneamento Básico Rural	2.500,00		2.500,00
20.511.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.500,00		2.500,00
20.541	Preservação e Conservação Ambiental	5.500,00		5.500,00
20.541.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	5.500,00		5.500,00
20.606	Extensão Rural	390.000,00		390.000,00
20.606.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	390.000,00		390.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	1.917.500,00	200.000,00	2.117.500,00
20.608.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.917.500,00	200.000,00	2.117.500,00
20.609	Defesa Agropecuária	10.500,00	5.000,00	15.500,00
20.609.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	10.500,00	5.000,00	15.500,00
20.661	Promoção Industrial	1.000,00		1.000,00
20.661.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.000,00		1.000,00
22	Indústria			
22.661	Promoção Industrial	97.500,00	500.000,00	597.500,00
22.661.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DIVER	97.500,00	500.000,00	597.500,00
24	Comunicações	5.000,00		5.000,00
24.722	Telecomunicações	5.000,00		5.000,00
24.722.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	5.000,00		5.000,00
25	Energia			
25.752	Energia Elétrica	80.090,00	300.000,00	380.090,00
25.752.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	80.090,00	300.000,00	380.090,00
26	Transporte			
26.782	Transporte Rodoviário	1.981.750,00	500.000,00	2.481.750,00
26.782.0011	TRANSPORTES E OBRAS E DIVER	1.981.750,00	500.000,00	2.481.750,00
26.782.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	1.951.750,00	500.000,00	2.451.750,00
27	Desporto e Lazer	30.000,00		30.000,00
27.695	Turismo	307.500,00	50.000,00	357.500,00
27.695.0016	TURISMO SUSTENTÁVEL	150.000,00		150.000,00
27.695.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER	50.000,00		50.000,00
27.812	Desporto Comunitário	100.000,00		100.000,00
27.812.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER	157.500,00	50.000,00	207.500,00

Página: 4/4  
Data: 18/10/2017

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
28	Encargos Especiais	126.400,00		126.400,00
28.846	Outros Encargos Especiais	126.400,00		126.400,00
28.846.0015	OPERAÇÕES ESPECIAIS	126.400,00		126.400,00
99	Reserva de Contingência			10.000,00
99.999	Reserva de Contingência			10.000,00
99.999.0014	RESERVA DE CONTINGENCIA			10.000,00
Total:		14.042.180,00	4.992.300,00	19.034.480,00
Total geral:		14.042.180,00	4.992.300,00	19.034.480,00

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER  
Contador CRC/SC 024848/O-0

VALDECIR TOSETTO  
Sec Resp pela Admin Financeira

# Tangará

## PREFEITURA

### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2017

Publicação Nº 1405236

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº091/2017

Aos dezoito dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezesseite, às quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 091/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS E AGENTES DE SEGURANÇA PARA REALIZAÇÃO DO ACENDER DAS LUZES DO III NATAL ENCANTADO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ. Participam deste certame as seguintes empresas:

1) JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI ME, não representada neste ato;

2) AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME, representada neste ato por Arly Valis Alves Junior.

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor do item 1 e 2 a empresa AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME com o valor total de R\$ 3.320,00 (três mil trezentos e vinte reais) e do item 3 a empresa JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI ME, com o valor total de R\$ 1.750,00 (hum mil setecentos e cinquenta reais). Após abertos os envelopes das documentações que estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 18/10/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 18 de Outubro de 2017.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

\_\_\_\_\_ não representado \_\_\_\_\_  
JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI ME

AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME

### DECRETO N.º 101, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017 "DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 1405473

DECRETO N.º 101, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS QUE ESPECIFICA  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de

Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, VII, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando as comemorações alusivas ao dia de finados;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 03 de novembro de 2017.

Art. 2º. O disposto neste Decreto, em razão da natureza e essencialidade do serviço, o disposto neste Decreto não se aplica à entidade Autárquica Municipal – Hospital Municipal Frei Rogério, ao Abrigo Institucional "Casa Lar", ao SAMU e a Creche Jane Maria Arcari Filippin.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 13 DE OUTUBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

# Tigrinhos

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 026/17

Publicação Nº 1405016

PORTARIA Nº 026/2017

Concede adiantamento de diária (s) para vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 008/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao vereador, GILMAR STIELER, matrícula nº.72, adiantamento equivalente a 4 (quatro) diárias no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), com o objetivo de participar da viagem a Florianópolis – SC, nos dias 24, 25, 26 e 27 de outubro, para participar do Curso “Papel da Câmara Municipal no Plano Diretor”, promovido pela CEAP – Centro de Estudos da Administração Pública.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, DE 18 OUTUBRO DE 2017.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER

Presidente da Câmara de Vereadores

### PORTARIA Nº 028/17

Publicação Nº 1405021

PORTARIA Nº 028/2017

Concede adiantamento de diária (s) para vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 008/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao vereador, ANTONIO MANFRIN, matrícula Nº. 42, adiantamento equivalente a 4 (quatro) diárias no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), com o objetivo de participar da viagem a Florianópolis – SC, nos dias 24, 25, 26 e 27 de outubro, para participar do Curso “Papel da Câmara Municipal no Plano Diretor”, promovido pela CEAP – Centro de Estudos da Administração Pública.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 DE OUTUBRO DE 2017.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER

Presidente da Câmara de Vereadores

### PORTARIA Nº 027/17

Publicação Nº 1405019

PORTARIA Nº 027/2017

Concede adiantamento de diária (s) para vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 008/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao vereador, GILBERTO CYBULSKI, matrícula Nº. 43, adiantamento equivalente a 4 (quatro) diárias no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), com o objetivo de participar da viagem a Florianópolis – SC, nos dias 24, 25, 26 e 27 de outubro, para participar do Curso “Papel da Câmara Municipal no Plano Diretor”, promovido pela CEAP – Centro de Estudos da Administração Pública.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 DE OUTUBRO DE 2017.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER

Presidente da Câmara de Vereadores



# Tijucas

## PREFEITURA

### EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 141/PMT/17 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 106/PMT/17

Publicação Nº 1404937

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 141/PMT/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 106/PMT/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E UNIFORMES PARA O EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TIJUCAS, CONVÊNIO 004-2014.

Empresa Vencedora do Processo: BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA- ME, foi vencedora dos lotes : 01 no valor de R\$4.563,00 (quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais), 03 no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e 04 no valor de R\$ 6.489,90 (seis mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa centavos).

Empresa Vencedora do Processo: RP COMERCIAL LTDA- EPP, foi vencedora do lote: 02 no valor de R\$ 2.470,00 (dois mil, quatrocentos e setenta reais)

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 091/PMT/2017

Publicação Nº 1404843

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 091/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/PMT/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: HYATAN HYURY FAGUNDES – ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO DE PALCO E SOM MÓVEL PARA OS EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$: 9.120,00 (NOVE MIL, CENTO E VINTE REAIS).

TIJUCAS/SC, 11 DE OUTUBRO DE 2017.

### EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 158/PMT/2017

Publicação Nº 1404986

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 158/PMT/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/PMT/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: BOM – VÁCUO E EQUIPAMENTOS, LOCAÇÃO, SANEAMENTO LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REBAIXAMENTO DE LENÇOL FREÁTICO E ESCORAMENTO METÁLICO BLINDADO PARA A OBRA NA AVENIDA HERCÍLIO LUZ, PELA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC.

VALOR: R\$ 29.250,00 (VINTE E NOVE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

TIJUCAS/SC, 18 DE OUTUBRO DE 2017.

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO 01/2017

Publicação Nº 1405001

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2017

DISPÕE SOBRE A APRECIACÃO DO PARECER PRÉVIO DO TCE (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO) DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015, DA PREFEITURA DE TIJUCAS.

Origem: Projeto de Decreto nº 01/2017

Autoria: CFOFF

O Presidente da Câmara Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado o parecer prévio do TCE (Tribunal de Contas do Estado) das Contas do exercício de 2015 da Prefeitura de Tijucas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Tijucas, 10 de outubro de 2017, 157º aniversário de Instalação do Município.

ELÓI PEDRO GERALDO

Presidente

**EXTRATO DE CONTRATO 043/2017**

Publicação Nº 1405774

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2017  
DISPENSA 25/2017

Contratante: Câmara Municipal de Tijucas  
CNPJ: 80.669.864/0001-30  
Contratado: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – EGEM  
CNPJ: 08.940.383/0001-90  
Curso sobre a Lei 13.019/2014 – Passo-a-Passo da Lei e os principais modelos.  
Objeto: A presente Licitação tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS PARA EXECUTAR CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS/SC, conforme especificações no anexo I, da DISPENSA Nº 25/2017 do Processo Licitatório 36/2017.  
Fundamento Legal: Lei 8666/93, Lei 10.520/02, Dec. 7.892/13, Dec. 2.271/97 e IN 02/2008 e alterações.  
Vigência: 05/10/2017 à 31/12/2017  
Valor Global: R\$ 1.000,00  
(mil reais)

**EXTRATO DE CONTRATO 044/2017**

Publicação Nº 1405778

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2017  
DISPENSA 26/2017

Contratante: Câmara Municipal de Tijucas  
CNPJ: 80.669.864/0001-30  
Contratado: FERREIRA & CAMARGO VIDROS E ALUMINIUMS Ltda EPP  
CNPJ: 08.940.383/0001-90  
Objeto: A presente Licitação tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PAINEL DE VIDRO TEMPERADO PARA EXPOSIÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DAS LEGISLATURAS PASSADAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS/SC, conforme especificações no anexo I, da DISPENSA Nº 26/2017 do Processo Licitatório 37/2017.  
Fundamento Legal: Lei 8666/93, Lei 10.520/02, Dec. 7.892/13, Dec. 2.271/97 e IN 02/2008 e alterações.  
Vigência: 09/10/2017 à 31/12/2017  
Valor Global: R\$ 4.898,00  
(quatro mil e oitocentos e noventa e oito reais)

**PORTARIA 52/2017**

Publicação Nº 1404995

PORTARIA N.º 052/2017/CMT, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

DISPENSAR Rafael Spricigo, matrícula n.º 163, ocupante do cargo de provimento efetivo de Jornalista, do exercício da função gratificada de Controlador Interno, prevista na Lei nº 2672/2017, a partir de 01 de setembro de 2017.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 53/2017**

Publicação Nº 1404996

PORTARIA N.º 053/2017/CMT, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

DESIGNAR Gustavo Lemos Souza, matrícula n.º 168, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a função gratificada de Controlador Interno, prevista na Lei nº 2672/2017, a partir de 01 de setembro de 2017.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

DOCUMENTOS

REQUISITOS DE ACORDO COM A LEI Nº. 2672/2017

**PORTARIA 54/2017**

Publicação Nº 1404997

PORTARIA N.º 054/2017/CMT, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017  
Dispõe sobre Dispensa de Ponto na Sexta Feira dia 08/09/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores do Poder Legislativo de Tijucas a dispensa do ponto no dia 08 de setembro de 2017, em virtude do feriado do dia 7 de setembro de 2017, Independência do Brasil, não havendo qualquer tipo de expediente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 55/2017**

Publicação Nº 1404998

PORTARIA N.º 055/2017/CMT, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

SUSPENDER o expediente da Câmara Municipal de Tijucas/SC no dia 13 de outubro de 2017, em razão do feriado nacional do dia 12 de outubro, instituído pela Lei Federal nº. 6802/1980 – data em que se comemora o Dia de Nossa Senhora Aparecida.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 56/2017**

Publicação Nº 1405000

PORTARIA N.º 056/2017/CMT, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

SUSPENDER o expediente da Câmara Municipal de Tijucas/SC no dia 03 de novembro de 2017, em razão do feriado nacional do dia 02 de novembro, instituído pela Lei Federal nº. 662/1949.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA 95/2017 CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS

Publicação Nº 1405003

PORTARIA Nº. 95, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS À SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75 da Lei Municipal nº 467, de 16 de dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 1.141, de 26 de junho de 2002;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença sem Vencimentos, à Servidora Bruna Spader Biava, matrícula nº 2753, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Timbé do Sul, por tempo indeterminado, a partir de 06/10/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 05 DE OUTUBRO DE 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 62 2017 PMT - GRAMA, FLORES E INSUMOS

Publicação Nº 1405051

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 62/2017 PMT

OBJETO: registro de preços para aquisição de grama esmeralda, flores de época e perenes, adubo, húmus, casca de pinus e cinza (queimada) de arroz, para manutenção e revitalização dos canteiros, praças, parques e jardins do Município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h00min do dia 01 de novembro de 2017. ABERTURA: dia 01 de novembro de 2017 às 08h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 18/10/2017

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 57 2017 PMT

Publicação Nº 1405052

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2017 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal das licitantes L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP, CNPJ nº 06.915.456/0001-68; SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, CNPJ nº 83.953.067/0001-78 e FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP, CNPJ nº 22.621.552/0001-50 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 26/10/2017.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 18 de outubro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 130.2017 FMMA

Publicação Nº 1405053

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2017 FMMA

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, KOLINA PREMIER VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº. 08.497.397/0001-80, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 26/10/2017.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 18 de outubro de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 131 E 132.2017 SAMAE

Publicação Nº 1405054

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131 e 132/2017 SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SS LTDA, CNPJ nº. 01.903.128/0001-28, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 26/10/2017.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 18 de outubro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### DECISÃO SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 58 2017 PMT

Publicação Nº 1405055

DECISÃO SUSPENSÃO  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017 PMT

OBJETO: FORNECIMENTO, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES) DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

Diante da necessidade de revisão dos descritivos dos itens, em referência à classificação energética, e primando pela aplicação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, determina-se a SUSPENSÃO da Sessão Pública designada para o dia 20 de outubro de 2017 as 08:30 horas.

Timbó, 18 de outubro de 2017  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária de Fazenda e Administração

**EXTRATO CONTRATO 131.2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1405056

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 131/2017

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae.

CONTRATADA: Sanegraph Serviços de Informática SS Ltda.

OBJETO: Prestação de serviço de implantação, migração de dados, treinamento, capacitação, suporte técnico, manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva para sistema informatizado de gestão do saneamento e fornecimento de licença de uso, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, tudo de conformidade com o Edital de Pregão nº 17/2017.

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 18/10/2017.

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente do SAMAE

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 63 2017 PMT - PAVIMENTAÇÃO RUA EXPEDICIONÁRIO PEDRO JOÃO SILVA**

Publicação Nº 1405752

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA  
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 63/2017

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Terrabase Terraplenagem Ltda ME.

OBJETO: Execução de serviços de pavimentação asfáltica de 3.162,87 m² (três mil centos e sessenta e dois metros quadrados e oitenta e sete decímetros quadrados) da Rua Expedicionário Pedro João Silva, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.940/97 e alterações, e Termo de Acordo com Moradores, conforme credenciamento (sistema de mutirão) n.º 05/2017.

VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 279.755,85 (duzentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

VALOR A SER PAGO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC REFERENTE À ÁREA DOS MORADORES NÃO ADERENTES, ENTRONCAMENTOS, CRUZAMENTOS, VIRADOUROS E INTERSEÇÕES DAS RUAS: R\$ 30.681,54 (trinta mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e quatro centavos).

VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 249.074,31 (duzentos e quarenta e nove mil, setenta e quatro reais e trinta e um centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 18 de outubro de 2017

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 64 2017 PMT - PAVIMENTAÇÃO RUA SAUDADES**

Publicação Nº 1405754

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA  
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 64/2017

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Paviplan Pavimentação Ltda.

OBJETO: Execução de serviços de pavimentação asfáltica de 342,28 m² (trezentos e quarenta e dois metros quadrados e vinte e oito decímetros quadrados) da Rua Saudades, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.940/97 e alterações, e Termo de Acordo com Moradores, conforme credenciamento (sistema de mutirão) n.º 05/2017.

VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 30.274,67 (trinta mil, duzentos e setenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

VALOR A SER PAGO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC REFERENTE À ÁREA DOS MORADORES NÃO ADERENTES, ENTRONCAMENTOS, CRUZAMENTOS, VIRADOUROS E INTERSEÇÕES DAS RUAS: R\$ 4.295,13 (quatro mil, duzentos e noventa e cinco reais e treze centavos).

VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 25.979,53 (vinte e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta e três centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 18 de outubro de 2017

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 65 2017 PMT - PAVIMENTAÇÃO RUA PIRATININGA**

Publicação Nº 1405756

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA  
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 65/2017

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Lajetubos Artefatos e Serviços Eirelli EPP

OBJETO: Execução de serviços de pavimentação asfáltica de 1.854,52 m² (um mil oitocentos e cinquenta e quatro metros quadrados e cinquenta e dois decímetros quadrados) da Rua Piratinin-ga, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.940/97 e alterações, e Termo de Acordo com Moradores, conforme credenciamento (sistema de mutirão) n.º 05/2017.

VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 133.933,43 (cento e trinta e três mil reais, novecentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos).

VALOR A SER PAGO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC REFERENTE À ÁREA DOS MORADORES NÃO ADERENTES, ENTRONCAMENTOS, CRUZAMENTOS, VIRADOUROS E INTERSEÇÕES DAS RUAS: R\$ 25.973,92 (vinte e cinco mil, novecentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos).

VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 107.959,51 (cento e sete mil, novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e um centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.



Timbó, 18 de outubro de 2017  
DARCÍZIO BONA  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

**PORTARIA Nº 485, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1404968

**PORTARIA Nº 485, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017**

Nomeia Servidores Públicos Municipais para o exercício de cargo efetivo na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98 e alterações, os servidores abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 01/2016:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Cargo: Motorista Ref.Salarial: SG-29		
NOME	CPF	JORNADA SEMANAL
Allan Ceruti	063.595.509-11	44h
Edson Manco Cunha	013.616.448-00	44h
Waldecir Baringer	887.189.649-15	44h
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Cargo: Atendente de Odontologia Ref.Salarial: GA-24		
NOME	CPF	JORNADA SEMANAL

Carolina Reblin	068.070.589-93	30h
-----------------	----------------	-----

Art. 2º CONVOCAR os Servidores nomeados para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c Edital de Concurso Público nº 01/2016, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foi nomeado.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se o servidor nomeado não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de outubro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01 2017 SAMAE**

Publicação Nº 1401437

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO - SAMAE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de embalagens de polietileno reciclado destinadas a coleta seletiva de resíduos sólidos para o ano de 2017.

EMPRESAS FORNECEDORAS: BMI Prosper Eirele Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 497.568,00 (quatrocentos e noventa e sete mil e quinhentos e sessenta e oito reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/04/2018

Timbó, 18/04/2017

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA

Diretor Presidente SAMAE

**CÂMARA MUNICIPAL****Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei nº 61/2017**

Publicação Nº 1405218

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

Projeto de Lei n.º 61/2017– Altera a Lei nº. 2906, de 01 de setembro de 2017.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger  
Relator: Vereador Rubens Borchardt

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo que pretende alterar a Lei n.º 2.906, de 01 de setembro de 2017.

Respectivo projeto foi protocolizado na Secretaria Legislativa desta Casa no dia vinte e sete de setembro corrente, tendo sido distribuído a essa Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia três

de outubro, em Sessão Ordinária, conforme determina o art. 126 do Regimento Interno.

Nos dias quatro e onze de outubro, esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões, exarando o parecer que ora segue. Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998.

Observa-se que a matéria, objeto da presente proposição, é de interesse local, sendo, portanto, competência do Município legislar sobre a mesma, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal e do inciso I do art. 10.º da Lei Orgânica Municipal.

No mérito, verifica-se que o projeto em questão pretende tão somente incluir no texto da Lei n.º 2906/2017, trechos de ruas adjacentes à Rua Caçador e que terão de ser pavimentadas de modo a evitar dúvidas com relação futura execução da obra bem como de sua cobrança, razão pela qual não há óbices à sua tramitação



nessa Casa Legislativa.

### III - CONCLUSÃO

#### VOTO DO RELATOR

Sendo assim, esse Relator se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 61/2017

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Ivonir José Scherer

Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 2017.

Rubens Borchardt

Presidente/Relator

Ivonir José Scherer Martinho de Souza Filho

Membro Membro

### **Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei nº 66/2017**

Publicação Nº 1405219

#### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei nº 66/2017 – Institui o programa "CALÇADA LEGAL", para padronização dos passeios e calçadas das vias pavimentadas do município de Timbó.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Martinho de Souza Filho.

#### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de iniciativa do Prefeito, que institui o programa "Calçada Legal", com o objetivo de incentivar a manutenção, edificação e padronização das calçadas no Município de Timbó.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em vinte e sete de setembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia três de outubro em Sessão Ordinária, conforme o art. 126 Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia quatro de outubro esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, tendo solicitado pelos membros o seu envio à Assessoria Jurídica para elaboração de manifestação.

Nos dias onze e dezoito de outubro, após manifestação da Assessoria Jurídica, esta comissão analisou novamente o respectivo projeto, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

#### II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998.

Verifica-se, em um primeiro momento, que a matéria, objeto da presente proposição, é de interesse local, sendo, portanto,

competência do Município legislar sobre a mesma, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal e do inciso I do art. 10.º da Lei Orgânica Municipal.

Estabelecida à competência legislativa no Município, observa-se que, a rigor, o Projeto de Lei nº 66/2017 visa instituir o programa "Calçada Legal" como uma forma de incentivar os proprietários de imóveis a edificarem e manterem as calçadas nas testadas de suas propriedades, de modo a garantir a acessibilidade e a segurança a todos que se utilizam dos passeios públicos.

É importante destacar que existe farta legislação municipal tratando do tema, atribuindo a responsabilidade de edificar, executar e manter as calçadas aos proprietários dos imóveis, dentre as quais podemos citar o art. 116 da Lei Complementar nº 363/2008 (Código de Edificações); art. 141 e 142 da Lei Complementar nº 364/2008 (Código de Posturas), e artigos 11 e 36 da Lei Complementar nº 478/2016 (Lei da Mobilidade Urbana). Sendo assim, a proposição em análise não traz nenhuma novidade aos munícipes, apenas cria meios para facilitar àqueles o cumprimento da legislação municipal no que diz respeito as calçadas das vias públicas. Por fim, questões relativas aos custos do programa, bem como sua pertinência ou não, devem ser analisados pelas comissões permanentes competentes, não cabendo tal análise a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Deste modo, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos estatuidos pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação federal em vigor.

### III - CONCLUSÃO

#### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 66/2017.

Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Ivonir José Scherer

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 2017

Rubens Borchardt

Presidente

Ivonir José Scherer Martinho de Souza Filho

Membro Relator

**TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ****PORTARIA TIMBOPREV Nº 83, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1405032

PORTARIA TIMBOPREV Nº 83, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017  
Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição ao Servidor Público Municipal Sergi Frederico Mengarda.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

**RESOLVE:**

Art.1º AUTORIZAR SERGI FREDERICO MENGARDA, ocupante do cargo de Professor, Referência Salarial D-25, matrícula nº 19291-00, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos artigos 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00035/17-7, expedida em 26/06/2017, computando-se 5.094 (cinco mil e noventa e quatro) dias, ou seja, 13 (treze) anos, 11 (onze) meses e 19 (dezenove) dias, conforme processo TIMBOPREV 77/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de outubro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

**PORTARIA TIMBOPREV Nº 84, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1405033

PORTARIA TIMBOPREV Nº 84, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017  
Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Elzira Neide Slomp Stolf.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

**RESOLVE:**

Art.1º AUTORIZAR ELZIRA NEIDE SLOMP STOLF, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-25, matrícula nº 19100-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos artigos 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00066/16-1, expedida em 08/11/2016, computando-se 1.948 (mil novecentos e quarenta e oito) dias, ou seja, 05 (cinco) anos, 04 (quatro) meses e 03 (três) dias, conforme processo TIMBOPREV 70/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de outubro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

**PORTARIA TIMBOPREV Nº 85, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1405023

PORTARIA TIMBOPREV Nº 85, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017  
Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade ao Servidor Público Municipal Reinaldo Knopp.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade ao Servidor Público Municipal REINALDO KNOPP, brasileiro, viúvo, nascido em 29 de agosto de 1952, portador do CPF sob nº 218.731.869-91, RG nº 2.489.792, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-10, matrícula nº 43800-00, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviço Urbano e Agrícola, com proventos calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, elevados ao Salário Mínimo Nacional, no valor de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), sem direito à paridade remuneratória, nos termos do art.40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV nº 69/2017, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de outubro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

**PORTARIA TIMBOPREV Nº 86, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1405024

PORTARIA TIMBOPREV Nº 86, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017  
Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade ao Servidor Público Municipal Leonido Salvador.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei

Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade ao Servidor Público Municipal LEONIDO SALVADOR, brasileiro, casado, nascido em 08 de setembro de 1952, portador do CPF sob nº 311.614.139-87, RG nº 522.894, ocupante do cargo de Motorista, Referência Salarial SG-35, matrícula nº 102580-01, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, no valor de R\$ 981,09 (novecentos e oitenta e um reais e nove centavos), sem direito à paridade remuneratória, nos termos do art.40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV nº 71/2017, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de outubro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

**PORTARIA TIMBOPREV Nº 87, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1405029

PORTARIA TIMBOPREV Nº 87, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Rose Helena Ludwig Slomp.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

**RESOLVE:**

Art.1º AUTORIZAR ROSE HELENA LUDWIG SLOMP, ocupante do cargo de Professor, Referência Salarial D-31, matrícula nº 18678-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00059/17-3, expedida em 06/10/2017, computando-se 2.280 (dois mil duzentos e oitenta) dias, ou seja, 06 (seis) anos e 03 (três) meses, conforme processo TIMBOPREV 83/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de outubro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

# Três Barras

## PREFEITURA

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 64/2017.

Publicação Nº 1405387

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 64/2017 - Edital Pregão nº. 57/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 10 h e 30 min. do dia 31 de outubro de 2017, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS para contratação serviços de transporte com ônibus com capacidade mínima para 40 passageiros, destinados a atender serviços esporádicas e/ou emergenciais do transporte escolar do município, de acordo com as disposições contidas no edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 30 min. do dia 31 de outubro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 17 de outubro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 65/2017.

Publicação Nº 1405399

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 65/2017 - Edital Pregão nº. 58/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 31 de outubro de 2017, propostas para AQUISIÇÃO DE VEICULOS, os quais passarão a integrar a frota veicular do Município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 31 de outubro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 17 de outubro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 66/2017.

Publicação Nº 1405401

"AVISO DE LICITAÇÃO".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 66/2017

Edital Tomada de Preços nº. 04/2017.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna público que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 07 de novembro de 2017, Documentação e Propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RAMPA DE ACESSO NA UNIDADE DE SAUDE DO CENTRO, LOCALIZADA NA RUA LAMBER, S/Nº - CENTRO, com

fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com as disposições contidas no edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 07 de novembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 17 de outubro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

### SAMASA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 07/2017.

Publicação Nº 1405386

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL - SAMASA

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 07/2017 - Edital nº. 07/2017.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL - SAMASA, por seu Diretor Executivo, nomeado pelo decreto nº 4650 de 02 de Janeiro/2017, pelo presente torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 09 h e 00 min. do dia 01 de novembro de 2017, Propostas para "Registro de Preços: item 01) PEDRA BRITA Nº 01 e item 02) AREIA MÉDIA DESTINADA A CONSTRUÇÃO CIVIL", destinados a manutenção dos serviços operacionais do SAMASA.

Entrega dos envelopes: A entrega deverá ser realizada até as 09:00 horas do dia 01 de novembro de 2017, diretamente na sede do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL.

Abertura / Sessão de Disputa: em reunião publica, na Prefeitura Municipal, as 10:00 horas do dia 01 de novembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas junto a SAMASA, localizada na Avenida Rigesa, 1634 – Bairro Km 02 – Fone / Fax: 47 3623-1473 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 18 de outubro de 2017.

ERNANI WOGGINAKI- DIRETOR EXECUTIVO

WILLIAN HAMILTON MACHADO DE LIMA - PREGOEIRO



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA PREGÃO PRESENCIAL 62/2017 PMTC

Publicação Nº 1405636

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
AVISO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017

O Município de Trombudo Central - SC, através do pregoeiro, torna público aos interessados a SUSPENSÃO TEMPORÁRIA da Licitação PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 62/2017, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, ZERO KM, TIPO VAN/MICRO-ÔNIBUS, ANO DE FABRICAÇÃO 2017 E MODELO 2018, COR BRANCA, PARA USO NA SECRETARIA DE SAÚDE, CONF. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. Portando, fica revogado o aviso de licitação publicado no DOM em 10/10/2017, no site da PMTC, na seção Licitações no dia 10/10/2017, DOE em 10/10/2017 e no Jornal Diário do Alto Vale em 11/10/2017, cancelando-se a sessão presencial marcada para o dia 23 de outubro de 2017, em razão de interesse público e alterações no edital. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, situada na Praça Arthur Siewerdt, 01, Centro – Trombudo Central – SC, através do telefone (47) 3544 0271.

Trombudo Central, 19 de outubro de 2017

Zulnei Luchtemberg

Pregoeiro

solicitados pelos aplicativos dos Ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Educação.

Parágrafo Primeiro: Trocar informações entre os diferentes setores (saúde, assistência social e educação) para avaliar as ações efetuadas e manter os dados atualizados garantindo o fluxo de informações, junto aos respectivos Ministérios.

Parágrafo Segundo: Os representantes de cada secretaria têm o dever de informar os dados com fidedignidade pertinente a cada área, conforme Lei Federal nº 10.836/04.

Art. 3º Este deverá reunir-se ordinariamente bimestralmente ou extraordinariamente em casos excepcionais.

Art. 4º - A função dos representantes do Comitê de Controle Social do Programa Bolsa Família, é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 17 de outubro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Assistência Social e Habitação Interina

### DECRETO 126/17

Publicação Nº 1405789

DECRETO 126/17 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
NOMEIA REPRESENTANTES PARA COMPOREM O COMITÊ GESTOR INTERSETORIAL MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 9º da Lei Federal nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os representantes para comporem o Comitê Gestor de Controle Social do Programa Bolsa Família, como segue:

Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:

Jerusa Paltre - Enfermeira

Neire kelli Portugal Monteiro - Técnica em Enfermagem

Representantes da Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação:

Marcia Debatin - Auxiliar Administrativo

Elizete Righes - Assistente Social

Representantes da Secretaria da Educação e do Esporte:

Verlani Correia - Auxiliar Administrativo

Glaucia Jaqueline Bodemüller Marcelino - Professora

Art. 2º - Este comitê terá como responsabilidade informar os dados

# Tunápolis

## PREFEITURA

### 1ª REUNIDAS AO CONTRATO 74/2017

Publicação Nº 1404912

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 74/2017.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 74/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA REUNIDAS TURISMO S.A

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC CONTRATANTE, e de outro lado, a REUNIDAS S.A, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 04.176.082-0001-08, estabelecida na Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, 555, no Município de Caçador-SC, neste ato devidamente representado pelo Sr. Antônio Carlos Gaio, considerado doravante CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO que tem por objeto aquisição, de forma parcelada, de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinados para servidores municipais, para o ano 2017, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 88/2017 e Pregão Presencial nº 61/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO: ACRESCIMO NOS VALORES:

Ao presente contrato nº 74/2017 fica acrescido o percentual de 7,23(sete reais virgula vinte três centavos) no valor das passagens intermunicipais, nos seguintes itinerários: SÃO MIGUEL DO OESTE X FLORIANÓPOLIS X SÃO MIGUEL DO OESTE, conforme cláusula quarta do contrato" Os preços somente serão revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovada, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, mediante requerimento devidamente instruído, a ser formalizado pela CONTRATADA" e documentos (tabela do DETER) comprovando o devido aumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo  
E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 17 de outubro de 2017.

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

REUNIDAS TURISMO S.A  
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

### 1º TERMO SAÚDE REUNIDAS

Publicação Nº 1404914

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2017.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 21/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA REUNIDAS TURISMO S.A

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela gestora do Fundo Municipal da Saúde a Sra. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a REUNIDAS S.A, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 04.176.082-0001-08, estabelecida na Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, 555, no Município de Caçador-SC, neste ato devidamente representado pelo Sr. Antônio Carlos Gaio, considerado doravante CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO que tem por objeto aquisição, de forma parcelada, de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinados aos pacientes do SUS e que necessitam de acompanhante quando necessário e para servidores do Fundo, para o ano 2017, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 88/2017 e Pregão Presencial nº 61/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO: ACRESCIMO NOS VALORES:

Ao presente contrato nº 21/2017 fica acrescido o percentual de 7,23(sete reais virgula vinte três centavos) no valor das passagens intermunicipais, nos seguintes itinerários: SÃO MIGUEL DO OESTE X FLORIANÓPOLIS X SÃO MIGUEL DO OESTE, conforme cláusula quarta do contrato" Os preços somente serão revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovada, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, mediante requerimento devidamente instruído, a ser formalizado pela CONTRATADA" e documentos (tabela do DETER) comprovando o devido aumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou

questões oriundas do presente Termo de Aditivo  
E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 17 de outubro de 2017.

CLARICE WEIS STAUB REUNIDAS TURISMO S.A  
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259-60

## PORTARIA Nº 4652/2017

Publicação Nº 1405532

PORTARIA Nº. 4.652/2.017  
Em 09 de Outubro de 2.017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010, alterada pela Lei Complementar 42/2014; RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, SUSANE FREIBERGER, para o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, cargo este de provimento em Comissão, nível DAS 1, A-02, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 09 de Outubro de 2.017.

RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER  
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## PROCESSO Nº 209.2017 MERENDA

Publicação Nº 1405187

Secretaria de Administração/Departamento de Compras  
Processo de Compra Nº.: 209/2017  
Pregão Presencial nº: 136/2017  
Data Emissão: 18/10/2017  
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

### 01. PREÂMBULO

1.1 - O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 136/2017, do tipo Menor Preço Unitário por Item, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho

de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Municipal autorizativa nº 930/2009 de 11 de Março de 2009, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as propostas de preços e de nº 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pela pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, situado na Rua João Castilho nº111 - SC, CEP 89.898-000, até às 8h do dia 31/10/2017, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

### 02. OBJETO:

2.1 - A presente licitação tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios, Gás de Cozinha, destinados para a Creche e escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até 8h do dia 31/10/2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL



# Turvo

## PREFEITURA

### ERRATA AO CTR PMT 68/2017

Publicação Nº 1405362

#### ERRATA

ERRATA AO CONTRATO Nº. 68/2017  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 39/2017

O presidente da comissão de Licitação do Município de Turvo - SC, no uso de suas atribuições legais, torna público que:  
No Contrato nº 68/2017, ONDE SE LÊ: "Terraplanagem para construção de parque infantil no centro do município de Turvo/SC" – LEIA-SE SOMENTE: "Construção de parque infantil no centro do município de Turvo/SC".

Permanecem inalterados os demais itens do referido contrato.

Turvo – SC, 18 de outubro de 2017.  
Soeli Fatima Fernandes  
Presidente da Comissão

### PORTARIA 233/2017

Publicação Nº 1404926

PORTARIA Nº 233/17, de 09 de Outubro de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora se encontra em Auxílio Doença resolve,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 09 de Fevereiro de 2018 a contratação da servidora DAIANA MOSER CPF nº 051.389.559-00, matrícula nº 3377, nomeada através do Processo Seletivo 001-2014-SME, exercendo a função pública de Professor IV, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de outubro de 2017.  
TIAGO ZILLI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 234/2017

Publicação Nº 1404931

PORTARIA Nº 234/17, de 09 de Outubro de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando que a servidora encontra-se em Período Gestacional,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 18 de Março de 2018 a contratação da servidora a baixo relacionada, nomeada através do Processo Seletivo 002-2015-SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 185/16 de 01.07.2016, exercendo a função pública de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA SERVIDOR CPF

3441 Mariana Emidio Januario Nunes 069.440.719-40

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de outubro de 2017.  
TIAGO ZILLI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

# União do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO N. 3556/2017

Publicação Nº 1405229

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3556/2017, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1053/2016;

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação no Orçamento do Município de União do Oeste, para o Exercício de 2017 no valor de R\$ 21.566,00 (vinte e um mil e quinhentos e sessenta e seis reais), destinados a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

#### ADICIONAR DOTAÇÕES

ENTIDADE 01: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

Órgão: 03 - SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração

FUNÇÃO: 04 Administração - SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral

Projeto Atividade: 2.020 - Manutenção das Atividades Administrativas

10 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 .....	1.600,00
--	----------

ENTIDADE 02: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde

FUNÇÃO: 10 Saúde - SUBFUNÇÃO: 301 Atenção Básica

Projeto Atividade: 2.025 - Manutenção das Atividades da Saúde

10 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.01.0002 .....	19.966,00
--	-----------

TOTAL SUPLEMENTADO .....	21.566,00
--------------------------	-----------

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, ficam anulados os valores dos seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

#### SUBTRAIR DOTAÇÕES

ENTIDADE 01: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

Órgão: 03 - SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO						
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração						
FUNÇÃO: 04 Administração - SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral						
Projeto Atividade: 2.020 - Manutenção das Atividades Administrativas						
08 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 .....						1.600,00
ENTIDADE 02: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE						
Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Unidade Orçamentária: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde						
FUNÇÃO: 10 Saúde - SUBFUNÇÃO: 301 Atenção Básica						
Projeto Atividade: 2.025 - Manutenção das Atividades da Saúde						
07 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 .....						19.966,00
TOTAL ANULADO .....						21.566,00
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.						
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.						
CELSO MATIELLO						
Prefeito Municipal						
Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.						

**DECRETO N. 3560/2017**

Publicação Nº 1405231

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.560, de 16 de outubro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, EDINHO FAVERO, ocupante do cargo Tesoureiro, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal Administração, a serem gozadas no período de 20/10/2017 a 29/10/2017, relativas ao período aquisitivo de 19/10/2014 à 18/10/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 16 de outubro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3561/2017**

Publicação Nº 1405347

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO Nº. 3.561/2017, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR POSSÍVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei nº. 1053/2016;

DECRETA;

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2017 no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), oriundos do possível excesso de arrecadação em fonte específica, destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Serviços Urbanos

FUNÇÃO: 181 Policiamento - SUBFUNÇÃO: 22 Segurança Municipal

Projeto Atividade: 2.022 - Manutenção do Convênio de Segurança Pública

110 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.0001.0010 ..... 8.000,00

Saldo Total a Suplementar ..... 8.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do possível excesso de arrecadação em fonte de recurso específica descritas a seguir:

ORIGEM DOS RECURSOS

Fonte Recurso: 00.01.0110 Convênio Policia Militar 8.000,00

Finalidade: Segurança Pública

Origem: Arrecadação de Multas de Transito - Polícia Militar

Total de Recursos Suplementados ..... 8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

# Vargeão

## PREFEITURA

### **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) MUNICÍPIO DE VARGEÃO RESOLUÇÃO Nº 003/2017**

Publicação Nº 1405592

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

#### **RESOLUÇÃO Nº 003/2017**

Dispõe sobre aprovação de investimento de recursos financeiros do Fundo Municipal Da Infância e Adolescência – FIA e aprovação orçamentária do Fundo Municipal Da Infância e Adolescência - FIA para o ano de 2018.

CONSIDERANDO: O Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, é o órgão colegiado que atua, em caráter permanente e deliberativo, no controle da execução da política do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, no que tange programado (previsão orçamentária) e executado (execução orçamentária).

CONSIDERANDO: A previsão legal da exigência de parecer pelo Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente está no inciso II do art. 88 da Lei Federal n. 8.069, de 13 de junho de 1990.

CONSIDERANDO: O cumprimento de meta prevista no Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e adolescentes.

CONSIDERANDO: O cumprimento da lei municipal 1.538/2013 em seu Art. 30 e Art. 34.

O Conselho Municipal de dos Direitos da Criança e Adolescência (CMDCA), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar investimento de R\$ 3.997,80 (três mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta centavos) de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, para realizar a campanha de divulgação do ECA incluído o concurso que faz parte desta campanha.

Art. 2º Aprovar o orçamento junto ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA relativo ao Exercício de 2018.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vargeão, 18 de outubro de 2017.

Lenice de Mattos Lando  
Presidente do CMDCA

municipal de ensino de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 85/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link [http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con\\_licitacoes.faces](http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces)

Vargeão, SC, 18 de outubro de 2017.

Volmir Felipe  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2017**

Publicação Nº 1404950

Extrato de Edital de Pregão Presencial nº 85/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 31 de outubro de 2017 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por lote, visando à aquisição de conjuntos de carteiras e cadeiras escolares, padrão FNDE, destinados à rede

# Vargem

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 840/2017

Publicação Nº 1405073

DECRETO MUNICIPAL Nº 840/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Designa Fiscal de Vigilância Sanitária.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, e a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EXMA SRA. ADRIANA CORREIA, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo no artigo 13 da Lei Municipal nº 771/2017, que institui o Código Sanitário e Normativo de Saúde de Vargem...

DECRETAM:

Art 1º. Fica designada a servidora Sra. Jusara da Fonseca, Agente Sanitarista, CPF nº 078.932.789-94, para exercer as atividades de Fiscal de Vigilância Sanitária, previstas na Lei Municipal nº 771/2017, que institui o Código Sanitário e Normativo de Saúde de Vargem.

Parágrafo único - A servidora fará jus à gratificação de produtividade, na forma do art. 129 da Lei Municipal nº 771/2017.

Art 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 18 de outubro de 2017.

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto  
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

### DECRETO MUNICIPAL Nº 841/2017

Publicação Nº 1405075

DECRETO MUNICIPAL Nº 841/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 751/2016...

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 05.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Projeto: 1.009 – Pavimentação

Modalidade 4.4.90.00.00.00.01.0064 ..... R\$ 809.981,50

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0064 – Transf. De Convênios do Estado para Outros Programas, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 18 de outubro de 2017.

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto  
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.



**DECRETO MUNICIPAL Nº 842/2017**

Publicação Nº 1405371

DECRETO MUNICIPAL Nº 842/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza o SAMAE a reajustar as tarifas dos serviços de abastecimento de água e saneamento.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município...

DECRETA:

Art 1º. Fica autorizado o SAMAE a aplicar as Tarifas dos serviços de abastecimento de água e saneamento constantes nos Anexos I a V deste Decreto.

Art 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o disposto no Decreto Municipal nº 596/2013.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 18 de outubro de 2017.

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto  
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

DECRETO MUNICIPAL Nº 842/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

**ANEXO I**

LIGAÇÕES DE ÁGUA		
ATÉ 25mm		
CONDIÇÕES	VALOR PRESTAÇÃO R\$	VALOR TOTAL R\$
A vista	-	250,00
02 pagtos	126,00	252,00
03 pagtos	88,00	264,00
04 pagtos	69,00	276,00
05 pagtos	56,00	280,00
06 pagtos	49,00	294,00
OBS:		
1 - Com diâmetro acima de 25 mm, será realizado orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar		

LIGAÇÕES DE ESGOTO		
ATÉ 100mm		
CONDIÇÕES	VALOR PRESTAÇÃO R\$	VALOR TOTAL R\$
A vista	-	190,00
02 pagtos	96,00	192,00
03 pagtos	68,00	204,00
04 pagtos	52,00	208,00
05 pagtos	42,00	210,00
06 pagtos	36,00	216,00
OBS:		
1 - Com diâmetro acima de 100 mm, será realizado orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar		
2 - O primeiro pagamento deverá ser efetuado na ocasião do pedido de ligação		

DECRETO MUNICIPAL Nº 842/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

**ANEXO II**

TARIFAS DE ÁGUA		
CATEGORIA A – Residencial		
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS R\$	
De 0,0 a 10m3	18,00	
De 10,1 a 12m3	18,00	+ 2,00 por m3 excedente de 10m3
De 12,1 a 16m3	22,00	+ 2,50 por m3 excedente de 12m3
De 16,1 a 22m3	32,00	+ 3,00 por m3 excedente de 18m3

De 22,1 a 30m3	50,00	+ 3,50 por m3 excedente de 24m3
Acima de 30,1m3	78,00	+ 4,00 por m3 excedente de 30m3
Tarifa Social – Até 5m3	9,00	50% do valor da taxa mínima

## CATEGORIA B – Comercial e Poder Público

FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS R\$	
Até 5m3	18,00	
De 5,1 a 10m3	18,00	+ 2,00 por m3 excedente de 05m3
De 10,1 a 15m3	28,00	+ 3,00 por m3 excedente de 10m3
De 15,1 a 20m3	43,00	+ 3,50 por m3 excedente de 20m3
Acima de 20,1m3	60,50	+ 4,00 por m3 excedente de 30m3

## CATEGORIA INDUSTRIAL

FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS R\$	
Até 5m3	18,00	
De 5,1 a 10m3	18,00	+ 2,00 por m3 excedente de 05m3
De 10,1 a 15m3	28,00	+ 3,00 por m3 excedente de 10m3
De 15,1 a 20m3	43,00	+ 3,50 por m3 excedente de 20m3
Acima de 20,1m3	60,50	+ 4,00 por m3 excedente de 30m3

## OBS:

1 – A tarifa referente à prestação do serviço do esgoto sanitário corresponderá a 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, ressalvado os consumidores com sistemas próprios de abastecimento de água.

2 – Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias (tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições e similares) equiparam-se às da Categoria Comercial.

DECRETO MUNICIPAL Nº 842/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

## ANEXO III


## OUTROS SERVIÇOS

RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA		
No cavalete por falta de pagamento	R\$ 15,00	
No cavalete por falta de pagamento, com lacre violado	R\$ 50,00	

AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS		
Por solicitação do usuário, até 3/4"	R\$ 8,00	
Por solicitação do usuário, acima de 1	R\$ 10,00	

DESLIGAMENTO		
Por solicitação do usuário-temporária	R\$ 10,00	
Por solicitação do usuário-definitiva	R\$ 20,00	

VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL		
Por solicitação do usuário até 2 pavimentos	R\$ 15,00	
Por solicitação do usuário, por pavimento excedente a 2	R\$ 10,00	

CONSUMO DE ÁGUA PARA CIRCOS, PARQUES E OUTROS		
Custo fixo de consumo até 15 dias	R\$ 150,00	
Custo fixo mensal – período superior a 15 dias	R\$ 300,00	

CUSTO POR HORA DE MÃO-DE-OBRA		
De Encanador	R\$ 10,00	
De Auxiliar	R\$ 8,00	

**DESLOCAMENTO DO CAVALETE**

Por solicitação do usuário	Conforme material e tempo empregado
----------------------------	-------------------------------------

**AVISO DE CORTE**

R\$ 5,00

**EXPEDIENTE**

Emissão de 2ª via, extrato, alteração cadastral e outros	R\$ 3,00
--	----------

**ANÁLISE DE ÁGUA**

Físico-Químico	R\$ 58,00
----------------	-----------

Bacteriologia	R\$ 44,00
---------------	-----------

**HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO**

Valor das peças empregadas, mais taxa de aferição \*

**HIDRÔMETRO ROUBADO**

Valor de um hidrômetro novo \*

**METRO DE TUBO EXCEDENTE, EMPREGADO EM LIGAÇÕES DE ÁGUA ATÉ 25 mm**

R\$ 2,50

\* Valor a ser cobrado conforme orçamento.

DECRETO MUNICIPAL Nº 842/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

**ANEXO IV****SERVIÇO NÃO MEDIDO**

CATEGORIA	CONSUMO ESTIMADO M3	VALOR R\$
Residencial – R1	10	18,00
Residencial – R2	20	31,00
Residencial – R3	30	61,00
Residencial – R4	40	91,00
Comercial – C1	10	23,00
Pública – C2	30	86,00
Industrial - I1	10	22,00
Industrial – I2	50	162,00

R1 – com área até 40 m2

R2 – com área de 41 a 80 m2

R3 – com área de 81 a 120m2

R4 – com área acima de 120 m2

C1 – Pequeno Comércio – quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos somente para fins de higiene

C2 – Grande Comércio - quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos para outros fins que não somente os de higiene

I1 – Pequena Indústria – quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais somente para fins de higiene

I2 – Grande Indústria - quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais para outros fins que não somente os de higiene

DECRETO MUNICIPAL Nº 842/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

**ANEXO V**

ITEM	MULTAS	VALOR R\$
01	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto .....	50,00
02	Ligações clandestinas .....	150,00
03	Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo .....	250,00
04	Interconexão da instalação predial com canalização de água ou outra procedência .....	50,00

05	Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia .....	50,00
06	Ligação de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial .....	250,00
07	Lançamento de águas pluviais na instalação de esgotos do prédio .....	150,00
08	Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio .....	250,00
09	Início de obras de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjunto de edificações sem prévia autorização do SAMAE .....	1.200,00
10	Alteração de projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações, sem prévia autorização do SAMAE .....	500,00
11	Inobservância das normas e/ou instalações do SAMAE na execução de obras e serviços de água e esgoto .....	200,00

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017/FMS**

Publicação Nº 1405068

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE VARGEM

Processo Licitatório nº 16/2017/FMS - Edital de Pregão Presencial nº 16/2017/FMS

Objeto: Aquisição de Materiais e Equipamentos para a Unidade Básica de Saúde.

Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 14h00min do dia 01/11/2017, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 13h00min às 19h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Adriana Correa – Gestora do FMS.

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 056/2017

Publicação Nº 1405119

DECRETO Nº 056/2017, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS TITULAR E SUPLENTE PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA NO COLEGIADO DE CULTURA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Vargem Bonita:

DECRETA.

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para representar o município de Vargem Bonita no colegiado de Cultura da Associação dos Municípios do Meio Oeste de Santa Catarina - AMMOC:

Titular: Jaqueline Spader

Suplente: Tiago Maestri

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 17 de outubro de 2017.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM, na data de 19/10/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 14.339/17

Publicação Nº 1405435

DECRETO Nº 14.339/17, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017.

Admite CELIA APARECIDA NUNES NEGRETTI para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 31, §8º, da Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 12.178/15 e o Termo de Posse nº 356/15,

#### RESOLVE

Art. 1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, CELIA APARECIDA NUNES NEGRETTI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 21 de setembro de 2015.

Videira, 9 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 9 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2017 - PMV

Publicação Nº 1405002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2017 – PMV

PROCESSO Nº 196/2017

HOMOLOGAÇÃO: 18/10/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO URBANO, PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL APROVADO PELA LEI Nº 43/2006, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006, DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – SC.

VIGÊNCIA: 18 de Outubro de 2017 até 18 de Outubro de 2018.

VALOR: R\$ 182.500,00 (Cento e oitenta e dois mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 18 de Outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2017 - PMV

Publicação Nº 1405186

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 116/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXA DE GORDURA E DESENTUPIMENTO DE REDES DE ESGOTO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E CONSELHO TUTELAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 06/11/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034. Videira/SC, 18 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017 - PMV

Publicação Nº 1405576

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 117/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRAS E FERRAMENTAS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, PLANEJAMENTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 08:30:00h do dia 07/11/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 08:30:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 18 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 068/2017

Publicação Nº 1405217

DECRETO N. 68, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO que o parágrafo 3º do art. 40, a Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), estabelece que "A lei que institui o Plano Diretor deve ser revista, pelo menos, a cada 10 (dez) anos", quando se dará profunda revisão na lei, para adaptá-la à contínua e dinâmica realidade municipal;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal que instituiu o Plano Diretor estabeleceu um prazo menor de revisão e o mesmo já está vencido;

CONSIDERANDO ainda o Termo de Cooperação Técnica que será assinado entre o Município e a AMAVI, tendo por objeto final a revisão do Plano Diretor Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo nominados, para integrarem a Comissão responsável pela elaboração e acompanhamento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor do Município:

I – Breno Vilhalba Pamplona;

II – Sando Lunelli;

III – Joice Batista da Silva;

IV – Márcio José Pavanello;

V – Darci Moreira;

Parágrafo Único - Ficará a cargo do servidor indicado no Inciso I a coordenação dos trabalhos da Comissão.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 18 de outubro de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal



# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO DO PREGÃO Nº 0084/2017

Publicação Nº 1404845

#### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está Reabrindo o prazo de Abertura do Pregão Presencial nº 0084/2017, tendo como objeto a contratação de empresa especializada em serviços de Solução em gestão de frota de veículos terrestres e de equipamentos motorizados, acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento, o gerenciamento dos custos sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais; que contemple todas as despesas efetuadas por meio de contratos, compras diretas, pronto pagamento, supridas por almoxarifados ou custeadas por convênios com entidades mantenedoras externas à administração municipal ou por terceiros na forma de doação e ambiente operacional, segundo os quantitativos e descrições das atividades a serem desenvolvidas, constante no Edital e anexos, em virtude de nenhuma empresa ter apresentado propostas. O recebimento das propostas passa a ser até as 08:45h, do dia 01/11/2017 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 18 de outubro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0068/2016

Publicação Nº 1404758

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0068/2016

Contratante: Município de Xanxerê

Contratada: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme Processo Licitatório nº 0132/2016 – Pregão Presencial nº 0079/2016.

Os valores dos serviços contratados ficam reajustados em (-1,72%) a partir de 01/10/2017 pelo índice IGP-M (FGV) acumulado no período conforme cláusula Terceira do Contrato originário. Xanxerê, SC, 02 de outubro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 0086/2017

Publicação Nº 1405014

Extrato de Contrato nº 0086/2017

Contratante: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: MARA TERESINHA KURTZ GRITTI & CIA LTDA

Objeto: Procedimentos Médicos na especialidade de Mastologia, com a Dra. Mara Teresinha Kurtz Gritti, CRM nº 7680, para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Valores dos procedimentos:

Procedimentos	Qt. mês	Valor Unitário SUS	Valor Contrapartida	Valor Total Procedim.
Mastectomia/Setorectomia	Até 05/mês	AIH	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Mastectomia com Reconstrução	Até 05/mês	AIH	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Biópsia de Mama	Até 03/mês	AIH	R\$ 450,00	R\$ 550,00
Consultas médicas em Mastologia	Até 50/mês	R\$ 10,00	R\$ 90,00	R\$ 100,00

Prazo de vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 18 de outubro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### LEI Nº AM 3972/2017

Publicação Nº 1405009

LEI Nº AM 3972/2017

(Origem Projeto de Lei Nº AM048/2017)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAFETAR ÁREAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO POLONI & ARCARI LTDA, BAIRRO PINHEIROS, NESTA CIDADE DE XANXERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

**LEI**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar os lotes urbanos nºs 70 e 71, quadra "I", do Loteamento Poloni&ArcariLtda, sítos no Bairro Pinheiros, áreas públicas, localizadas no Bairro Pinheiros, nesta cidade, com as seguintes características e confrontações:

I - O lote Urbano nº 70 da quadra "I", do Loteamento Poloni&ArcariLtda, sítio no Bairro Pinheiro, nesta cidade de Xanxerê, com área de 364,00m², confrontando ao Norte com o lote nº 63, com 13 metros, ao Sul com a Rua nº 4, com 13 metros, ao Leste com o lote nº 71, com 28 metros e a Oeste com o lote nº 69, com 28 metros de propriedade do Município de Xanxerê, conforme transcrição no CRI Xanxerê nº15699;

II - O Lote Urbano nº 71 da quadra "I", do Loteamento Poloni&ArcariLtda, sítio no Bairro Pinheiro, nesta cidade de Xanxerê, SC, com área de 364,00m², confrontando ao Norte com o lote nº 64, com 13 metros, ao Sul com a Rua nº 04, com 13 metros, a Leste com o lote nº 72, com 28 metros e a Oeste com o lote nº 70, com 28 metros de propriedade do Município de Xanxerê, conforme transcrição no CRI de Xanxerê sob nº15700.

Art. 2º As áreas desafetadas serão destinadas a regularização do Programa de Regularização Fundiária do Projeto Lar Legal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

11 de Outubro de 2017

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**LEI Nº AM 3973/2017**

Publicação Nº 1405010

LEI Nº AM 3973/2017

(Origem Projeto de Lei Nº AM049/2017)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO geral do município de xanxerê, E dá outras providências.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

**LEI**

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 382.506,00 (trezentos e oitenta e dois mil quinhentos e seis reais), na seguinte programação de despesa:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS

06.0601.15.451.1501.1008 – Pavimentação Urbana e Rural

06.0601.15.451.1501.1008.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 382.506,00

Art. 2º Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior serão anulados total ou parcialmente as seguintes programações de despesas:

10 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

10.1001.28.846.2800.2018 – Amortização da dívida e encargos municipais

10.1001.28.846.2800.2018.32900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 382.506,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

11 de Outubro de 2017

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 464/2017**

Publicação Nº 1404776

PORTARIA Nº RH-AM 464/2017

DESIGNAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR SUAS ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06.

RESOLVE

DESIGNAR a partir de 11.10.2017 o Servidor Público Municipal Sr. FRANCISCO DE ASSIS PAGOTTO, brasileiro, estado civil casado, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê/SC portador da CI nº 1.784.858 e CPF nº 651.620.649-04, nomeado conforme Decreto nº JB 336/94, no cargo de TÉCNICO AGROPECUÁRIO com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 17 de Outubro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 004/2017, PROCESSO LICITATÓRIO 007/2017**

Publicação Nº 1405678

RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL 004/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 007/2017

Acusamos o recebimento de Impugnação da Empresa ArTech Climatização e Refrigeração quanto ao item 06 paginas 8 a 11 do Edital quanto a Habilitação/Habilitação Técnica e efetuamos a devida retificação do Edital do referido item e os demais permanecem inalterados e com a prorrogação de novo prazo de Recebimento e Abertura das Propostas de Preço.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES ATÉ ÀS 13h45min DO DIA 06/11/2017.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO AS 14h00min DO DIA 06/11/2017.

XANXERE – SC 18 DE OUTUBRO DE 2017.

ADRIANO DE MARTINI – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ.

# Xavantina

## PREFEITURA

### DECRETO 121/2017

Publicação Nº 1405339

DECRETO Nº 121, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e conforme permissivo da Lei Municipal nº 1.617, de 17 de Outubro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.803,87 (nove mil oitocentos e três reais e oitenta e sete centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SEC. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0044 – (CR 124) .....	R\$ 5.940,56
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0016 – (CR 125) .....	R\$ 42,07
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 2.020 – Manter as atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0017 – (CR 123) .....	R\$ 3.821,24
TOTAL .....	R\$ 9.803,87

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro do exercício anterior nas fontes de recursos:

03.0044 - FEP (Fundo Especial do Petróleo) ..... R\$ 5.940,56  
03.0016 - CIDE (Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico)....R\$ 42,07  
03.0017 - COSIP (Contribuição para Custeio da Iluminação Pública) ..... R\$ 3.821,24  
TOTAL ..... R\$ 9.803,87

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 18 de Outubro de 2017.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 122/2017

Publicação Nº 1405341

DECRETO Nº 122, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e conforme permissivo da Lei Municipal nº 1.618, de 17 de Outubro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SEC. MUN. DA AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 2.015 – Manter as atividades da Agricultura e Agropecuária	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – (CR 67)	
TOTAL .....	R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.03 – Departamento de Esportes	

Projeto Atividade: 2.013 – Manter a Estrutura Física e as Atividades Esportivas	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – (CR 112) .....	R\$ 30.000,00
Órgão: 06 – SEC. MUN. DA AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.02 – Departamento de Comércio, Ind., Turismo e Serviços	
Projeto Atividade: 1.005 – Incentivos Econômicos	
Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.01.0000 – (CR 69) .....	R\$ 20.000,00
TOTAL .....	R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 18 de Outubro de 2017.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

## DECRETO 123/2017

Publicação Nº 1405342

DECRETO Nº 123, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e conforme permissivo da Lei Municipal nº 1.619, de 17 de Outubro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SEC. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – (CR 79) .....	R\$ 67.000,00
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – (CR 126) .....	R\$ 83.000,00
TOTAL .....	R\$ 150.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	
Projeto Atividade: 1.001 – Investimentos na administração e Gabinete do Prefeito	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – (CR 1) .....	R\$ 10.000,00
Órgão: 04 – SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.03 – Departamento de Esportes	
Projeto Atividade: 2.013 – Manter a Estrutura Física e as Atividades Esportivas	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – (CR 39) .....	R\$ 20.000,00
Órgão: 07 – SEC. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 1.008 – Investimentos no DMER	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – (CR 77) .....	R\$ 37.000,00

Art. 3º Para atender as suplementações de que trata o Art. 1º, serão utilizados ainda, recursos provenientes da subtração do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos próprios - R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 18 de Outubro de 2017.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA Nº 169/2017**

Publicação Nº 1404783

Portaria nº 169, de 09 de Outubro de 2017.

Interrompe parcialmente férias concedidas a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, e a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada e,

Considerando a urgente necessidade do profissional designado nesta portaria, para fins de atender serviços relevantes da administração pública municipal;

Considerando a Portaria nº 167/2017, que concedeu 30 (trinta) dias de férias para o(a) servidor(a) Público(a) Municipal Sr(a). MAIRA LUCIA ALTENHOFEN.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar o(a) servidora(a) público(a) MAIRA LUCIA ALTENHOFEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal Municipal, para fins de iniciar trabalhos indispensáveis à administração pública municipal.

Parágrafo Único. A interrupção das férias ocorre a partir de 09 de Outubro de 2017, sendo que os 22 (vinte e dois) dias remanescentes de férias serão oportunamente concedidos pela administração pública municipal, de conformidade com o interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 09 de Outubro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 0100/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2017

Publicação Nº 1405675

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE XAXIM  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº. 100/2017  
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 058/2017  
Tipo: Menor Preço/Por Lote  
Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos, Gráficos e Estruturas de Ferros destinados a Decoração Natalina, conforme projeto Natal Encantado a ser desenvolvido no Município de Xaxim.  
Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 31 de Outubro de 2017  
Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 31 de Outubro de 2017  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0\*\*49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br).  
Xaxim/SC, 19 de Outubro de 2017. Adriano Ivo Bortolanza. Prefeito Municipal em Exercício.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 025/2017

Publicação Nº 1405195

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE XAXIM  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
Ata de Registro de Preço nº 025/2017  
Objeto: Este contrato administrativo tem por objeto o Registro de Preço para Locação de Som, Estruturas para a realização de eventos esportivos e culturais organizados pelas Secretarias da Educação, Esporte, Assistência Social, Administração e Saúde, na quantidade estimada abaixo.

Item	EMPRESA REGISTRADA	R\$ Total
1,2,3,4,5	MB COMERCIO E SONORIZAÇÃO EIRELI-ME	R\$ 145.000,00

Valor Total estimado da Ata: R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais).  
Vigência do Registro de Preço: 30/08/2017 a 30/08/2018.  
Licitação: Processo de Compra 064/2017 - Pregão Presencial para Registro de Preços 035/2017  
Xaxim/SC, 30 de Agosto de 2017. LIRIO DAGORT. PREFEITO MUNICIPAL.

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0083/2017

Publicação Nº 1405196

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE XAXIM  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato nº 0083/2017  
Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM  
Contratado: IRMAOS ZANELLA COMERCIAL AGRICOLA LTDA-ME

Objeto: Aquisição de 02 Semeadoras e Adubadoras de Arrasto, destinadas ao atendimento ao pequeno produtor rural do Município de Xaxim.

Valor: R\$ R\$ 88.960,00 (Oitenta e oito mil e novecentos e sessenta reais)

Vigência: 16 de Outubro de 2017 á 16 de Dezembro de 2017

Licitação: Processo de Licitação nº 092/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 052/2017

Xaxim/SC, 16 de Outubro de 2017. ADRIANO IVO BORTOLANZA  
Prefeito Municipal em exercício.

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0084/2017

Publicação Nº 1405200

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE XAXIM  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato nº 0084/2017  
Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM  
Contratado: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-ME  
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistema de gestão da Assistência Social, hospedagem do sistema em servidor virtual "datacenter", implantação, conversão de dados, treinamento dos usuários, suporte técnico e demais serviços descritos neste edital.  
Valor: R\$ 17.502,00 (dezessete mil e quinhentos e dois reais) total, sendo R\$ 1.595,50 (hum mil e quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) mensais.  
Vigência: 17 de Outubro de 2017 á 31 de Dezembro de 2017  
Licitação: Processo de Licitação nº 087/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 048/2017  
Xaxim/SC, 17 de Outubro de 2017. ADRIANO IVO BORTOLANZA  
Prefeito Municipal em exercício.

### LEI COMPLEMENTAR 191 - ALTERA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO

Publicação Nº 1405584

LEI COMPLEMENTAR Nº 191/2017, de 10 de outubro de 2017.  
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 007, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002 QUE INSTITUIU O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADRIANO IVO BORTOLANZA, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O item 13.05 da lista de serviços de qualquer natureza constantes no "Anexo I" da Lei Complementar nº 007, de 23 de dezembro de 2017, que instituiu o Código Tributário Municipal, passa a ter a incidência da respectiva alíquota:

13.05 – [...]

Alíquota sobre o preço dos serviços - 3% (três por cento);



Art. 2º - Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2018, não produzindo efeitos retroativos.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 16 de outubro de 2017.

ADRIANO IVO BORTOLANZA  
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

## **LEI ORDINÁRIA 4293 - DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ORDINÁRIA Nº 4.260 DE 10 DE MARÇO DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1405581

Lei nº 4.293/2017, de 10 de outubro de 2017.  
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ORDINÁRIA Nº 4.260 DE 10 DE MARÇO DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADRIANO IVO BORTOLANZA, Prefeito Municipal de Xaxim Em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O item 2º da DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO constante do Art. 1 da Lei 4.260 de 10 de março de 2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

### **DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO**

1º) [...]

2º) TERRENO URBANO – ÁREA COMUNITÁRIA E ÁREA VERDE 01, com área superficial de 3.335,82m² (três mil trezentos e trinta e cinco metros e oitenta e dois decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Alberto Ângelo Sordi, esquina com a Rua Airton Senna, Loteamento COHAB, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com a Rua Airton Senna, em 17,03 metros.

SUL: Com a área desmembrada do imóvel, em 39,50 metros.

LESTE: Com o lote nº15, de Adyles Ferrazzo, matrícula 19.729, em 24,38 metros, com o lote nº16, de Adyles Ferrazzo, matrícula 19.730, em 13,40 metros, com o lote nº17, de Ricieri Luiz Pagani e Mari Lucia dos Santos, matrícula 19.731, em 13,40 metros, com o lote nº18, de Vanderlei Abel Dalla Côt, matrícula 19.732, em 13,40 metros, com o lote nº19, de Taisse Mazzola e Jeferson Roberto Rissi, matrícula 19.733, em 13,40 metros, com o lote nº20, de Rangel Junior Baú, matrícula 20.679 e Volmir Ferreira e Tânia Maria Dal Cierro, matrícula 20.680, em 13,40 metros, com o lote nº21, de Altair Miotto, matrícula 19.735, em 13,40 metros, com o lote nº22, de Sidinei Sgarbossa, matrícula 19.736, em 13,40 metros e com parte do lote nº23, de Marcos Junior Geremia, matrículas 23.919, 23.920, 23.921 e 23.922, em 2,62 metros, totalizando 120,81 metros.

OESTE: Com a Rua Alberto Ângelo Sordi, em 117,10 metros.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de outubro de 2017.

ADRIANO IVO BORTOLANZA  
Prefeito Municipal Em Exercício

## **LEI ORDINÁRIA 4294 - ALTERAÇÃO DA LEI 4235 - RETIFICA LEI LOTEAMENTO**

Publicação Nº 1405582

Lei nº 4.294/2017, de 10 de outubro de 2017.  
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ORDINÁRIA Nº 4.235 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADRIANO IVO BORTOLANZA, Prefeito Municipal de Xaxim Em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 1 da Lei 4.235 de 10 de novembro de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica aprovado o LOTEAMENTO BELMONTE localizado no lado ímpar da Rua Gov. Irineu Bornhausen, Bairro Flor, perímetro urbano da cidade de Xaxim – SC, com área superficial de 253.343,70 m² (duzentos e cinquenta e três mil trezentos e quarenta e três metros e setenta decímetros quadrados) conforme matrícula nº 27.077 de propriedade de SBL Locação de Imóveis Ltda – ME, ficando assim constituído:

### **SITUAÇÃO DA DESCRIÇÃO DO LOTEAMENTO**

Identificação do imóvel:

A área loteada é composta pelo Terreno Urbano localizado no lado ímpar da Rua Gov. Irineu Bornhausen, Bairro Flor, perímetro urbano da cidade de Xaxim – SC, com área superficial de 253.343,70 m².

Descrição das áreas:

Área total, conforme Matrícula nº 27.077 .....	253.343,70 m²
Área remanescente .....	22.099,06 m²
Área loteada .....	224.510,11 m²

Área de lotes:

Quadra nº 846 .....	06 lotes .....	2.155,62 m²
Quadra nº 847 .....	16 lotes .....	4.860,00 m²
Quadra nº 848 .....	04 lotes .....	1.309,22 m²
Quadra nº 849 .....	10 lotes .....	3.235,44 m²
Quadra nº 850 .....	10 lotes .....	3.262,81 m²
Quadra nº 851 .....	15 lotes .....	4.858,64 m²
Quadra nº 852 .....	19 lotes .....	5.945,57 m²
Quadra nº 853 .....	22 lotes .....	7.021,17 m²
Quadra nº 854 .....	27 lotes .....	8.309,34 m²
Quadra nº 855 .....	23 lotes .....	7.467,11 m²
Quadra nº 856 .....	09 lotes .....	3.008,58 m²
Quadra nº 857 .....	07 lotes .....	3.281,13 m²
Quadra nº 858 .....	07 lotes .....	

2.923,24 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 859 .....	15 lotes .....	
6.570,44 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 860 .....	08 lotes .....	
2.923,19 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 861 .....	09 lotes .....	
3.359,71 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 862 .....	25 lotes .....	
7.738,92 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 863 .....	24 lotes .....	
7.476,73 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 864 .....	26 lotes .....	
7.999,80 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 865 .....	12 lotes .....	
3.645,00 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 866 .....	24 lotes .....	
7.290,00 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 867 .....	24 lotes .....	
7.290,00 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 868 .....	21 lotes .....	
6.471,96 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 869 .....	08 lotes .....	
2.408,28 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 870 .....	24 lotes .....	
7.290,00 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 871 .....	24 lotes .....	
7.290,00 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 872 .....	12 lotes .....	
3.645,00 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 873 .....	12 lotes .....	
3.661,00 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 874 .....	05 lotes .....	
1.725,00 m <sup>2</sup>		
Quadra nº 875 .....	08 lotes .....	
2.408,28m <sup>2</sup>		

Total Lotes/Área ..... 456 lotes ..... 146.831,18 m<sup>2</sup>

#### Área de ruas:

Rua Ildefonso Lopes da Silva .....	
6.888,25 m <sup>2</sup>	
Rua Evandro Soccol .....	
1.338,04 m <sup>2</sup>	
Rua Rosa Martarelo Zin .....	
773,14 m <sup>2</sup>	
Rua Sandro Fernandes Fagundes .....	
2.020,77 m <sup>2</sup>	
Rua Silvia Lopes da Silva .....	
2.221,02 m <sup>2</sup>	
Rua Dona Catarina Lopes da Silva .....	
2.041,37 m <sup>2</sup>	
Rua Roberto Carlos Dalla Cort .....	
1.734,64 m <sup>2</sup>	
Rua Genuino Zamproga .....	
1.441,02 m <sup>2</sup>	
Rua Catarina Colet Dalla Corte .....	
1.229,80 m <sup>2</sup>	
Rua Angelo Cenci .....	
1.604,98 m <sup>2</sup>	
Rua Luiz Sabini .....	
12.264,78 m <sup>2</sup>	
Rua Nivaldo Baccarin .....	
4.464,11 m <sup>2</sup>	
Rua Cezare Zin .....	
6.098,50 m <sup>2</sup>	
Rua Rita Sorgato .....	
6.745,84 m <sup>2</sup>	
Rua Pedro Folle .....	

463,17 m <sup>2</sup>	
Rua Angela Rossi Sabini .....	
1.947,91 m <sup>2</sup>	
Rua Jacomo Baccarin .....	
1.350,00 m <sup>2</sup>	
Rua Maria Zila Baccarin .....	
684,00 m <sup>2</sup>	
Rua Francisco Sabini .....	
2.514,00 m <sup>2</sup>	
Rua Eduardo Baccarin .....	
684,00 m <sup>2</sup> Ampliação Rua Gov. Irineu Bornhausen .....	
..... 866,20 m <sup>2</sup>	

Área total de Ruas ..... 59.375,54 m<sup>2</sup>

Área Verde 01 (2.417,54 m<sup>2</sup>) e 02 (15.885,85 m<sup>2</sup>) .....  
..... 18.303,39 m<sup>2</sup>

Área de Preservação Permanente (APP) .....  
..... 6.734,53 m<sup>2</sup>

Área de uso Institucional (12 LOTES Q-868 - Lotes 10 ao 21) .....  
..... 3.657,09 m<sup>2</sup>

QUADRA Nº 846 - 06 LOTES - 2.155,62 m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 580,62 m<sup>2</sup> (quinhentos e oitenta metros e sessenta e dois decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Gov. Irineu Bornhausen e Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 02;  
Sul : em 16,67 metros e 7,59 metros, com a Rua Gov. Irineu Bornhausen;  
Leste : em 30,01 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 21,00 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 02 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), distando, pelo lado direito, 30,01 metros da Rua Gov. Irineu Bornhausen.  
Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 03;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 01;  
Leste : em 14,00 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 14,00 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 03 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 42,00 metros da Rua Sandro Fernandes Fagundes.  
Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 04;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 02;  
Leste : em 14,00 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 14,00 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 04 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 28,00 metros da Rua Sandro Fernandes Fagundes.  
Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 05;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 03;  
Leste : em 14,00 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 14,00 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 05 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 14,00 metros da Rua Sandro

Fernandes Fagundes.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 06;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 04;  
Leste : em 14,00 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 14,00 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 06 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), localizado na esquina das Ruas Ildefonso Lopes da Silva e Rua Sandro Fernandes Fagundes.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 05;  
Leste : em 14,00 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 14,00 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

#### QUADRA Nº 847 - 16 LOTES - 4.860,00 m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Sandro Fernandes Fagundes e Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 02;  
Sul : em 22,50 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Sandro Fernandes Fagundes.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 03;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 01;  
Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Sandro Fernandes Fagundes.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 04;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 02;  
Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Sandro Fernandes Fagundes.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 05;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 03;  
Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Sandro Fernandes Fagundes.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 06;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 04;  
Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello,

conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Sandro Fernandes Fagundes.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 07;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 05;  
Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 81,00 metros da Rua Sandro Fernandes Fagundes.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 08;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 06;  
Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 94,50 metros da Rua Sandro Fernandes Fagundes.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 09;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 07;  
Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 09 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 94,50 metros da Rua Genuino Zampogna.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 10;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 08;  
Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 10 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 81,00 metros da Rua Genuino Zampogna.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 11;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 09;  
Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 11 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Genuino Zampogna.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 12;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 10;  
Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;  
Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 12 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Genuino Zampogna.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 13;  
Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 11;  
Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;

Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 13 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Genuino Zamproga.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 14;

Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 12;

Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;

Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 14 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Genuino Zamproga.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 15;

Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 13;

Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;

Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 15 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Genuino Zamproga.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 16;

Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 14;

Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;

Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 16 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Ildefonso Lopes da Silva e Rua Genuino Zamproga.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com a Rua Genuino Zamproga;

Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 15;

Leste : em 14,00 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;

Oeste : em 14,00 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

#### QUADRA Nº 848 - 04 LOTES - 1.309,22 m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Genuino Zamproga e Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 02;

Sul : em 22,50 metros com a Rua Genuino Zamproga;

Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;

Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Genuino Zamproga.

Confrontações: Norte : em 22,50 metros, com o lote nº 03;

Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 01;

Leste : em 13,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;

Oeste : em 13,50 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

Lote nº 03 - Área = 307,87 m<sup>2</sup> (trezentos e sete metros e oitenta e sete decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00

metros da Rua Genuino Zamproga.

Confrontações: Norte : em 19,83 metros, com o lote nº 04;

Sul : em 22,50 metros, com o lote nº 02;

Leste : em 8,65 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva;

Oeste : em 14,00 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377;

Nordeste : em 5,97 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Lote nº 04 - Área = 393,85 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e três metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 22,00 metros da Rua Ildi Negri Pallaoro.

Confrontações: Sul : em 19,83 metros, com o lote nº 03;

Nordeste : em 44,39 metros, com a Rua João Folle;

Oeste : em 39,71 metros, com parte do lote sem número, de propriedade de Edilson Antonio Folle e Marta Regina Folle Stefanello, conforme Matrícula nº 12.377.

#### QUADRA Nº 849 - 10 LOTES - 3.235,44 m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 319,20 m<sup>2</sup> (trezentos e dezenove metros e vinte decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas João Folle e Rua Angelo Cenci.

Confrontações: Noroeste : em 13,30 metros, com o lote nº 106, da quadra 637, conforme Matrícula nº 24.339;

Sudeste : em 13,30 metros, com a Rua Angelo Cenci;

Nordeste : em 24,00 metros, com o lote nº 02;

Sudoeste : em 24,00 metros, com a Rua João Folle.

Lote nº 02 - Área = 319,20 m<sup>2</sup> (trezentos e dezenove metros e vinte decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,30 metros da Rua João Folle.

Confrontações: Noroeste : em 13,30 metros, com o lote nº 107, da quadra 637, conforme Matrícula nº 24.340;

Sudeste : em 13,30 metros, com a Rua Angelo Cenci;

Nordeste : em 24,00 metros, com o lote nº 03;

Sudoeste : em 24,00 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 319,20 m<sup>2</sup> (trezentos e dezenove metros e vinte decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 26,60 metros da Rua João Folle.

Confrontações: Noroeste : em 13,30 metros, com o lote nº 108, da quadra 637, conforme Matrícula nº 24.341;

Sudeste : em 13,30 metros, com a Rua Angelo Cenci;

Nordeste : em 24,00 metros, com o lote nº 04;

Sudoeste : em 24,00 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 319,20 m<sup>2</sup> (trezentos e dezenove metros e vinte decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 39,90 metros da Rua João Folle.

Confrontações: Noroeste : em 13,30 metros, com o lote nº 109, da quadra 637, conforme Matrícula nº 24.342;

Sudeste : em 13,30 metros, com a Rua Angelo Cenci;

Nordeste : em 24,00 metros, com o lote nº 05;

Sudoeste : em 24,00 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 319,20 m<sup>2</sup> (trezentos e dezenove metros e vinte decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 53,20 metros da Rua João Folle.

Confrontações: Noroeste : em 13,30 metros, com o lote nº 110, da quadra 637, conforme Matrícula nº 24.343;

Sudeste : em 13,30 metros, com a Rua Angelo Cenci;

Nordeste : em 24,00 metros, com o lote nº 06;

Sudoeste : em 24,00 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 319,20 m<sup>2</sup> (trezentos e dezenove metros e vinte decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 66,50 metros da Rua João Folle.

Confrontações: Noroeste : em 13,30 metros, com o lote nº 111, da



quadra 637, conforme Matrícula nº 24.344;  
Sudeste : em 13,30 metros, com a Rua Angelo Cenci;  
Nordeste : em 24,00 metros, com o lote nº 07;  
Sudoeste : em 24,00 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 319,20 m<sup>2</sup> (trezentos e dezenove metros e vinte decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 79,80 metros da Rua João Folle.

Confrontações: Noroeste : em 13,30 metros, com o lote nº 112, da quadra 637, conforme Matrícula nº 24.345;  
Sudeste : em 13,30 metros, com a Rua Angelo Cenci;  
Nordeste : em 24,00 metros, com o lote nº 08;  
Sudoeste : em 24,00 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 319,20 m<sup>2</sup> (trezentos e dezenove metros e vinte decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 93,10 metros da Rua João Folle.

Confrontações: Noroeste : em 13,30 metros, com o lote nº 113, da quadra 637, conforme Matrícula nº 24.346;  
Sudeste : em 13,30 metros, com a Rua Angelo Cenci;  
Nordeste : em 24,00 metros, com o lote nº 09;  
Sudoeste : em 24,00 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 09 - Área = 319,20 m<sup>2</sup> (trezentos e dezenove metros e vinte decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 106,40 metros da Rua João Folle.

Confrontações: Noroeste : em 13,30 metros, com o lote nº 114, da quadra 637, conforme Matrícula nº 24.347;  
Sudeste : em 13,30 metros, com a Rua Angelo Cenci;  
Nordeste : em 24,00 metros, com o lote nº 10;  
Sudoeste : em 24,00 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 10 - Área = 362,64 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e dois metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 119,70 metros da Rua João Folle.

Confrontações: Noroeste : em 15,81 metros, com o lote nº 115, da quadra 637, conforme Matrícula nº 24.348;  
Sudeste : em 14,41 metros, com a Rua Angelo Cenci;  
Nordeste : em 24,04 metros, com o lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;  
Sudoeste : em 24,00 metros, com o lote nº 09.

#### QUADRA Nº 850 - 10 LOTES - 3.262,81 m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 361,35 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e um metros e trinta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Ildefonso Lopes da Silva, Rua Angelo Cenci e Rua Catarina Colet Dalla Corte.

Confrontações: Noroeste : em 28,50 metros, com a Rua Angelo Cenci;  
Sul : em 21,28 metros, com a Rua Catarina Colet Dalla Corte;  
Leste : em 21,18 metros, com o lote nº 02;  
Oeste : em 9,53 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Lote nº 02 - Área = 325,51 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e sete metros e vinte decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 16,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Noroeste : em 14,84 metros, com a Rua Angelo Cenci;  
Sul : em 13,30 metros, com a Rua Catarina Colet Dalla Corte;  
Leste : em 27,77 metros, com o lote nº 03 e o lote nº 10;  
Oeste : em 21,18 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 330,61 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta metros e trinta e sessenta e um decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 28,44 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 27,02 metros, com a Rua Angelo Cenci;

Sul : em 32,52 metros, com parte do lote nº 08, o lote nº 09 e o lote nº 10;

Leste : em 18,71 metros, com o lote nº 04;

Oeste : em 4,77 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 310,52 m<sup>2</sup> (trezentos e dez metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 14,44 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 14,00 metros, com a Rua Angelo Cenci;  
Sudeste : em 15,62 metros, com parte do lote nº 07 e parte do lote nº 08;  
Nordeste : em 25,65 metros, com o lote nº 05;  
Sudoeste : em 18,71 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 391,87 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e um metros e oitenta e sete decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Angelo Cenci e da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 14,44 metros, com a Rua Angelo Cenci;  
Sul : em 14,05 metros, com o lote nº 06 e parte do lote nº 07;  
Nordeste : em 31,94 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;  
Sudoeste : em 25,65 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 319,35 m<sup>2</sup> (trezentos e dezenove metros e trinta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Nivaldo Baccarin e Rua Catarina Colet Dalla Corte.

Confrontações: Norte : em 9,00 metros, com parte do lote nº 05;  
Sul : em 18,77 metros, com a Rua Catarina Colet Dalla Corte;  
Nordeste : em 24,99 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;  
Oeste : em 23,00 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 07 - Área = 305,90 m<sup>2</sup> (trezentos e cinco metros e noventa decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 18,77 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,30 metros, com parte do lote nº 04 e parte do lote nº 05;  
Sul : em 13,30 metros, com a Rua Catarina Colet Dalla Corte;  
Leste : em 23,00 metros, com o lote nº 06;  
Oeste : em 23,00 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 08 - Área = 305,90 m<sup>2</sup> (trezentos e cinco metros e noventa decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 32,07 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,30 metros, com parte do lote nº 03 e parte do lote nº 04;  
Sul : em 13,30 metros, com a Rua Catarina Colet Dalla Corte;  
Leste : em 23,00 metros, com o lote nº 07;  
Oeste : em 23,00 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 09 - Área = 305,90 m<sup>2</sup> (trezentos e cinco metros e noventa decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 45,37 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,30 metros, com parte do lote nº 03;  
Sul : em 13,30 metros, com a Rua Catarina Colet Dalla Corte;  
Leste : em 23,00 metros, com o lote nº 08;  
Oeste : em 23,00 metros, com o lote nº 10.

Lote nº 10 - Área = 305,90 m<sup>2</sup> (trezentos e cinco metros e noventa decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 34,58 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,30 metros, com parte do lote nº 03;  
Sul : em 13,30 metros, com a Rua Catarina Colet Dalla Corte;  
Leste : em 23,00 metros, com o lote nº 09;  
Oeste : em 23,00 metros, com parte do lote nº 02.

#### QUADRA Nº 851 - 15 LOTES - 4.858,64m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 326,25 m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e seis metros

e vinte e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Catarina Colet Dalla Corte e Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 14,50 metros, com a Rua Catarina Colet Dalla Cort;  
Sul : em 14,50 metros, com o lote nº 15;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;  
Oeste : em 22,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 14,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Catarina Colet Dalla Cort;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 14;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 28,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Catarina Colet Dalla Cort;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 13;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 04;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 41,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Catarina Colet Dalla Cort;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 12;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 29,91 metros da Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Catarina Colet Dalla Cort;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 11;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 326,25 m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e seis metros e vinte e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 15,41 metros da Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Norte : em 14,50 metros, com a Rua Catarina Colet Dalla Cort;  
Sul : em 14,50 metros, com o lote nº 10;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 454,27 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta e quatro metros e vinte e sete decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Catarina Colet Dalla Cort e Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Norte : em 15,41 metros, com a Rua Catarina Colet Dalla Cort;  
Sul : em 24,97 metros, com o lote nº 08 e o lote nº 09;  
Nordeste : em 24,44 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 343,12 m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e três metros e doze decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Catarina Colet Dalla Cort e Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Norte : em 10,47 metros, com parte do lote nº 07;  
Sul : em 20,03 metros, com a Rua Genuino Zamprognia;  
Nordeste : em 24,44 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 09 - Área = 326,25 m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e seis metros e vinte e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 20,03 metros da Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Norte : em 14,50 metros, com parte do lote nº 07;  
Sul : em 14,50 metros, com a Rua Genuino Zamprognia;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10.

Lote nº 10 - Área = 326,25 m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e seis metros e vinte e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 34,53 metros da Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Norte : em 14,50 metros, com o lote nº 06;  
Sul : em 14,50 metros, com a Rua Genuino Zamprognia;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11.

Lote nº 11 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 49,03 metros da Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 05;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Genuino Zamprognia;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12.

Lote nº 12 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 41,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 04;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Genuino Zamprognia;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 11;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 13.

Lote nº 13 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 28,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 03;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Genuino Zamprognia;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14.

Lote nº 14 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 14,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 02;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Genuino Zamprognia;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 13;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15.

Lote nº 15 - Área = 326,25 m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e seis metros e vinte e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Genuino Zamprognia e Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 14,50 metros, com o lote nº 01;  
Sul : em 14,50 metros, com a Rua Genuino Zamprognia;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 14;  
Oeste : em 22,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

QUADRA Nº 852 - 19 LOTES - 5.945,57m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), localizado na esquina das Ruas Genuino Zamprognia e Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 14,00 metros, com a Rua Genuino Zamprognia;  
Sul : em 14,00 metros, com o lote nº 19;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;  
Oeste : em 22,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 14,00

metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Genuino Zamproгна;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 18;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Genuino Zamproгна;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 17;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 04;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 41,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Genuino Zamproгна;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 16;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Genuino Zamproгна;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 15;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 41,13 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Genuino Zamproгна;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 14;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,63 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Genuino Zamproгна;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 13;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 14,13 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Genuino Zamproгна;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 12;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 09 e parte do lote nº 11;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 09 - Área = 367,60 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e sete metros e sessenta decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Genuino Zamproгна e Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 14,13 metros, com a Rua Genuino Zamproгна;

Sul : em 22,63 metros, com o lote nº 10 e o lote nº 11;

Nordeste : em 21,73 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;

Oeste : em 20,00 metros, com parte do lote nº 08.

Lote nº 10 - Área = 370,47 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta metros e quarenta e sete decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Nivaldo Baccarin e Rua Roberto Carlos Dalla Cort.

Confrontações: Norte : em 9,63 metros, com parte do lote nº 09;

Sul : em 17,62 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Cort;

Nordeste : em 24,62 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;

Sudeste : em 2,85 metros, com a esquina das Ruas Nivaldo Baccarin e Rua Roberto Carlos Dalla Cort;

Oeste : em 25,00 metros, com o lote nº 11.

Lote nº 11 - Área = 325,00 m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e cinco metros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 17,62 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,00 metros, com parte do lote nº 09;

Sul : em 13,00 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Cort;

Leste : em 25,00 metros, com o lote nº 10;

Oeste : em 25,00 metros, com parte do lote nº 08 e com o lote nº 12.

Lote nº 12 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 30,62 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 08;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Cort;

Leste : em 22,50 metros, com parte do lote nº 11;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 13.

Lote nº 13 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 44,12 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 07;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Cort;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14.

Lote nº 14 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 57,62 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 06;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Cort;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 13;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15.

Lote nº 15 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 05;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Cort;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 14;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16.

Lote nº 16 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 41,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 04;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Cort;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 15;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17.

Lote nº 17 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 03;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Cort;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 16;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18.

Lote nº 18 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta



e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 14,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 02;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Corte;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 17;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19.

Lote nº 19 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), localizado na esquina das Ruas Roberto Carlos Dalla Corte e Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 14,00 metros, com o lote nº 01;  
Sul : em 14,00 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Corte;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 18;  
Oeste : em 22,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

#### QUADRA Nº 853 - 22 LOTES - 7.021,17m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), localizado na esquina das Ruas Roberto Carlos Dalla Corte e Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 14,00 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Corte;  
Sul : em 14,00 metros, com o lote nº 22;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;  
Oeste : em 22,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 14,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Corte;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 21;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Corte;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 20;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 04;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 41,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Corte;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 19;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Corte;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 18;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 65,35 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Corte;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 17;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 51,85 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Corte;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 16;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 38,35 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Corte;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 15;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 09 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 24,85 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Corte;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 14;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 10 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 11,35 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Corte;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 13;  
Leste : em 22,50 metros, com parte do lote nº 11;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 11 - Área = 438,75 m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta e oito metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Roberto Carlos Dalla Corte e Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 11,35 metros, com a Rua Roberto Carlos Dalla Corte;  
Sul : em 22,40 metros, com o lote nº 12;  
Nordeste : em 28,24 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;  
Oeste : em 26,00 metros, com o lote nº 10 e parte do lote nº 13.

Lote nº 12 - Área = 484,92 m<sup>2</sup> (quatrocentos e oitenta e quatro metros e noventa e dois decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Dona Catarina Lopes da Silva e Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 22,40 metros, com o lote nº 11;  
Sul : em 24,21 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Nordeste : em 14,61 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;  
Sudeste : em 6,78 metros, com a esquina das Ruas Nivaldo Baccarin e Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Oeste : em 19,00 metros, com parte do lote nº 13.

Lote nº 13 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 24,21 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 10;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Leste : em 22,50 metros, com parte do lote nº 11 e com o lote nº 12;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14.

Lote nº 14 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e

cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 37,71 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 09;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 13;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15.

Lote nº 15 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 51,21 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 08;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 14;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16.

Lote nº 16 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 64,71 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 07;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 15;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17.

Lote nº 17 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 68,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 06;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 16;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18.

Lote nº 18 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 05;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 17;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19.

Lote nº 19 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 41,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 04;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 18;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20.

Lote nº 20 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 03;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 19;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21.

Lote nº 21 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 14,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 03;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 20;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22.

Lote nº 22 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), localizado na esquina das Ruas Dona Catarina Lopes da Silva e Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 14,00 metros, com o lote nº 01;  
Sul : em 14,00 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 21;

Oeste : em 22,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

QUADRA Nº 854 - 27 LOTES - 8.309,34m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Dona Catarina Lopes da Silva e Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 27;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;  
Oeste : em 22,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 26;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 25;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 04;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 24;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 23;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 22;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 76,77 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;  
Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 21;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 63,27

metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 20;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 09 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 49,77 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 19;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 10 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 36,27 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 18;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 11;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 11 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 22,77 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 17;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10.

Lote nº 12 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 9,27 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 16;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 13;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11.

Lote nº 13 - Área = 366,86 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e seis metros e oitenta e seis decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Dona Catarina Lopes da Silva e Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Norte : em 9,27 metros, com a Rua Dona Catarina Lopes da Silva;

Sul : em 23,34 metros, com o lote nº 14 e o lote nº 15;

Nordeste : em 26,53 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12.

Lote nº 14 - Área = 348,73 m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e oito metros e setenta e três decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Nivaldo Baccarin, Rua Luiz Sabini e Rua Sílvia Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 9,84 metros, com parte do lote nº 13;

Sul : em 14,82 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Nordeste : em 18,48 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;

Sudeste : em 8,36 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15.

Lote nº 15 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 14,82 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com parte do lote nº 13;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 14;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16.

Lote nº 16 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 28,32 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 12;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 15;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17.

Lote nº 17 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 41,82 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 11;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 16;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18.

Lote nº 18 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 55,32 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 10;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 17;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19.

Lote nº 19 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 68,82 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 09;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 18;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20.

Lote nº 20 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 82,32 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 08;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 19;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21.

Lote nº 21 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 81,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 07;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 20;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22.

Lote nº 22 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 06;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 21;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23.

Lote nº 23 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 05;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 22;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 24.

Lote nº 24 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 04;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 23;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 25.

Lote nº 25 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 03;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 24;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 26.

Lote nº 26 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 02;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 25;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 27.

Lote nº 27 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Sílvia Lopes da Silva e da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 01;

Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 26;

Oeste : em 22,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

#### QUADRA Nº 855 - 23 LOTES - 7.467,11m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 337,75 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e sete metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Sílvia Lopes da Silva e Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 15,00 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Sul : em 15,00 metros, com o lote nº 23;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;

Oeste : em 22,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 15,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 22;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 28,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 21;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 04;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 42,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 20;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 55,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 19;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 69,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 18;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 82,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 17;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 70,35 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 16;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 09 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 56,85 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 15;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 10 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 43,35 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Sul : em 13,50 metros, com o lote nº 14;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 11;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 11 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos quinze metros quadrados), distando, pelo lado direito, 29,35 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Norte : em 14,00 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Sul : em 14,00 metros, com parte do lote nº 13;

Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10.

Lote nº 12 - Área = 524,98 m<sup>2</sup> (quinhentos e vinte e quatro metros e noventa e oito decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Sílvia Lopes da Silva e Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Norte : em 29,35 metros, com a Rua Sílvia Lopes da Silva;

Sul : em 15,46 metros, com parte do lote nº 13;

Nordeste : em 1,84 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 25,54 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11.

Lote nº 13 - Área = 484,13 m<sup>2</sup> (quatrocentos e oitenta e quatro metros e treze decímetros quadrados), localizado na esquina das



Ruas Sandro Fernandes Fagundes e Rua Luiz Sabini.  
Confrontações: Norte : em 29,46 metros, com o lote nº 11 e o lote nº 12;  
Sul : em 13,57 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Sudeste : em 27,54 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14.

Lote nº 14 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,57 metros da Rua Luiz Sabini.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 10;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 13;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15.

Lote nº 15 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,07 metros da Rua Luiz Sabini.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 09;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 14;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16.

Lote nº 16 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,57 metros da Rua Luiz Sabini.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 08;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 15;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17.

Lote nº 17 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,07 metros da Rua Luiz Sabini.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 07;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 16;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18.

Lote nº 18 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,57 metros da Rua Luiz Sabini.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 06;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 17;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19.

Lote nº 19 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 55,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 05;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 18;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20.

Lote nº 20 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 42,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 04;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 19;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21.

Lote nº 21 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 28,50 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 03;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 20;

Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22.

Lote nº 22 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 15,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 13,50 metros, com o lote nº 02;  
Sul : em 13,50 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 21;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23.

Lote nº 23 - Área = 337,75 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e sete metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Sandro Fernandes Fagundes e Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 15,00 metros, com o lote nº 01;  
Sul : em 15,00 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 22;  
Oeste : em 22,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

#### QUADRA Nº 856 - 09 LOTES - 3.008,58m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 337,50 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Sandro Fernandes Fagundes e Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 15,00 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Sul : em 15,00 metros, com o lote nº 09;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;  
Oeste : em 22,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Lote nº 02 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 15,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 14,00 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Sul : em 14,00 metros, com o lote nº 08;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 25,78 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.  
Confrontações: Norte : em 14,00 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Sul : em 14,00 metros, com o lote nº 07;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 04 e parte do lote nº 05;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 364,82 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e quatro metros e oitenta e dois decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Sandro Fernandes Fagundes e Rua Evandro Soccol.  
Confrontações: Norte : em 25,78 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Sul : em 24,54 metros, com o lote nº 05;  
Leste : em 14,55 metros, com a Rua Evandro Soccol;  
Oeste : em 14,50 metros, com parte do lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 346,84 m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e seis metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 14,55 metros da Rua Sandro Fernandes Fagundes.  
Confrontações: Norte : em 24,54 metros, com o lote nº 04;  
Sul : em 23,30 metros, com o lote nº 06;  
Leste : em 14,55 metros, com a Rua Evandro Soccol;  
Oeste : em 14,50 metros, com parte do lote nº 03 e parte do lote nº 07.

Lote nº 06 - Área = 361,92 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e um metros e noventa e dois decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Rosa Martarelo Zin e Rua Evandro Soccol.  
Confrontações: Norte : em 23,30 metros, com o lote nº 05;

Sul : em 21,94 metros, com a Rua Rosa Martarelo Zin;  
Leste : em 16,05 metros, com a Rua Evandro Soccol;  
Oeste : em 16,00 metros, com parte do lote nº 07.

Lote nº 07 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 21,94 metros da Rua Evandro Soccol.

Confrontações: Norte : em 14,00 metros, com o lote nº 03;  
Sul : em 14,00 metros, com a Rua Rosa Martarelo Zin;  
Leste : em 22,50 metros, com parte do lote nº 05 e o lote nº 06;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 08 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), distando, pelo lado direito, 15,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 14,00 metros, com o lote nº 02;  
Sul : em 14,00 metros, com a Rua Rosa Martarelo Zin;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;  
Oeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 09 - Área = 337,50 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e sete metros e cinquenta décimos quadrados), localizado na esquina das Ruas Rosa Martarelo Zin e Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 15,00 metros, com o lote nº 01;  
Sul : em 15,00 metros, com a Rua Rosa Martarelo Zin;  
Leste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;  
Oeste : em 22,50 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

#### QUADRA Nº 857 - 07 LOTES - 3.281,13m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 345,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e cinco metros quadrados), localizado na esquina das Ruas Rosa Martarelo Zin e Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 15,00 metros, com a Rua Rosa Martarelo Zin;  
Sul : em 15,00 metros, com parte do lote nº 06 e o lote nº 07;  
Leste : em 23,00 metros, com o lote nº 02;  
Oeste : em 23,00 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Lote nº 02 - Área = 322,00 m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e dois metros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 15,00 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 14,00 metros, com a Rua Rosa Martarelo Zin;  
Sul : em 14,00 metros, com parte do lote nº 06 e parte do lote nº 05;  
Leste : em 23,00 metros, com o lote nº 03;  
Oeste : em 23,00 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 319,20 m<sup>2</sup> (trezentos e dezenove metros e vinte décimos quadrados), distando, pelo lado direito, 20,05 metros da Rua Evandro Soccol.

Confrontações: Norte : em 14,86 metros, com a Rua Rosa Martarelo Zin;  
Sul : em 12,89 metros, com parte do lote nº 05;  
Leste : em 23,08 metros, com parte do lote nº 04;  
Oeste : em 23,00 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 1.178,20 m<sup>2</sup> (um mil cento e setenta e oito metros e vinte décimos quadrados), localizado na esquina das Ruas Rosa Martarelo Zin e Rua Evandro Soccol e na esquina das Ruas Gov. Irineu Bornhausen e Evandro Soccol.

Confrontações: Norte : em 20,05 metros, com a Rua Rosa Martarelo Zin;  
Sul : em 20,05 metros, com a Rua Gov. Irineu Bornhausen;  
Leste : em 60,52 metros, com a Rua Evandro Soccol;  
Oeste : em 57,34 metros, com o lote nº 03 e o lote nº 05.

Lote nº 05 - Área = 345,00m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e cinco metros

quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 20,05 metros da Rua Evandro Soccol.

Confrontações: Norte : em 14,89 metros, com parte do lote nº 02 e o lote nº 03;  
Sul : em 12,20 metros, com a Rua Gov. Irineu Bornhausen;  
Leste : em 34,21 metros, com parte do lote nº 04;  
Oeste : em 31,76 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 06 - Área = 393,90 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e três metros e noventa décimos quadrados), distando, pelo lado direito, 14,47 metros da Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 13,00 metros, com parte do lote nº 01;  
Sul : em 13,32 metros, com a Rua Gov. Irineu Bornhausen;  
Leste : em 31,76 metros, com o lote nº 05;  
Oeste : em 28,84 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Lote nº 07 - Área = 378,00 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e oito metros quadrados), localizado na esquina das Ruas Gov. Irineu Bornhausen e Rua Ildefonso Lopes da Silva.

Confrontações: Norte : em 14,00 metros, com o lote nº 01;  
Sul : em 14,47 metros, com a Rua Gov. Irineu Bornhausen;  
Leste : em 28,84 metros, com o lote nº 06;  
Oeste : em 25,16 metros, com a Rua Ildefonso Lopes da Silva.

#### QUADRA Nº 858 - 07 LOTES - 2.923,24m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 338,39 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e oito metros e trinta e nove décimos quadrados), localizado na esquina das Ruas Sandro Fernandes Fagundes e Rua Evandro Soccol.

Confrontações: Norte : em 17,00 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Sul : em 18,62 metros, com parte do lote nº 05;  
Leste : em 19,00 metros, com o lote nº 02;  
Oeste : em 19,06 metros, com a Rua Evandro Soccol.

Lote nº 02 - Área = 330,60 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta metros e sessenta décimos quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 17,00 metros da Rua Evandro Soccol.

Confrontações: Norte : em 17,40 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Sul : em 17,40 metros, com parte do lote nº 04 e parte do lote nº 05;  
Leste : em 19,00 metros, com o lote nº 03;  
Oeste : em 19,00 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 372,09 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e dois metros e nove décimos quadrados), localizado na esquina das Ruas Sandro Fernandes Fagundes e Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Norte : em 24,37 metros, com a Rua Sandro Fernandes Fagundes;  
Sul : em 12,96 metros, com parte do lote nº 04;  
Nordeste : em 1,84 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 21,25, com a Rua Luiz Sabini;  
Oeste : em 19,00 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 371,44 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e um metros e quarenta e quatro décimos quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 21,25 metros da Rua Sandro Fernandes Fagundes.

Confrontações: Norte : em 28,86 metros, com parte do lote nº 02 e o lote nº 03;  
Sul : em 17,57 metros, com parte do lote nº 06;  
Sudeste : em 20,81 metros com a Rua Luiz Sabini;  
Oeste : em 16,00 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 05 - Área = 332,72 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e dois metros e setenta e dois décimos quadrados), distando, pelo lado direito, 19,06 metros da Rua Sandro Fernandes Fagundes.

Confrontações: Norte : em 20,11 metros, com o lote nº 01 e parte do lote nº 02;

Sul : em 21,48 metros, com parte do lote nº 06;  
Leste : em 16,00 metros, com o lote nº 04;  
Oeste : em 17,06 metros, com a Rua Evandro Soccol.

Lote nº 06 - Área = 462,67 m<sup>2</sup> (quatrocentos e sessenta e dois metros e sessenta e sete decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 36,12 metros da Rua Sandro Fernandes Fagundes.  
Confrontações: Norte : em 39,05 metros, com o lote nº 04 e o lote nº 05;  
Sul : em 29,94 metros, com o lote nº 07;  
Sudeste : em 17,75 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Oeste : em 12,00 metros, com a Rua Evandro Soccol.

Lote nº 07 - Área = 715,33 m<sup>2</sup> (setecentos e quinze metros e trinta e três decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Rua Luiz Sabini e Rua Evandro Soccol.  
Confrontações: Norte : em 29,94 metros, com o lote nº 06;  
Sul : em 7,37 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 45,21 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Oeste : em 37,00 metros, com a Rua Evandro Soccol.

#### QUADRA Nº 859 - 15 LOTES - 6.570,44m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 457,55 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta e sete metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 16,18 metros da Rua Luiz Sabini.  
Confrontações: Nordeste : em 14,50 metros, com parte do lote nº 03;  
Sudoeste : em 15,13 metros, com a Rua Irineu Bornhausen;  
Noroeste : em 33,73 metros, com o lote nº 02;  
Sudeste : em 29,38 metros, com parte da Área Remanescente.

Lote nº 02 - Área = 551,55 m<sup>2</sup> (quinhentos e cinquenta e um metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Luiz Sabini e Rua Gov. Irineu Bornhausen.  
Confrontações: Nordeste : em 15,00 metros, com parte do lote nº 03;  
Sudoeste : em 16,18 metros, com a Rua Irineu Bornhausen;  
Noroeste : em 39,81 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 33,73 metros, com o lote nº 01;

Lote nº 03 - Área = 784,70 m<sup>2</sup> (setecentos e oitenta e quatro metros e setenta decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 39,81 metros da Rua Gov. Irineu Bornhausen.  
Confrontações: Nordeste : em 29,50 metros, com o lote nº 04;  
Sudoeste : em 29,50 metros, com o lote nº 01 e o lote nº 02;  
Noroeste : em 26,60 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 26,60 metros, com parte da Área Remanescente.

Lote nº 04 - Área = 392,35 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 66,41 metros da Rua Gov. Irineu Bornhausen.  
Confrontações: Nordeste : em 29,50 metros, com o lote nº 05;  
Sudoeste : em 29,50 metros, com o lote nº 03;  
Noroeste : em 13,30 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,30 metros, com parte da Área Remanescente.

Lote nº 05 - Área = 392,35 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 79,71 metros da Rua Gov. Irineu Bornhausen.  
Confrontações: Nordeste : em 29,50 metros, com o lote nº 06;  
Sudoeste : em 29,50 metros, com o lote nº 04;  
Noroeste : em 13,30 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,30 metros, com parte da Área Remanescente.

Lote nº 06 - Área = 392,35 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 93,01 metros da Rua Gov. Irineu Bornhausen.  
Confrontações: Nordeste : em 29,50 metros, com o lote nº 07;

Sudoeste : em 29,50 metros, com o lote nº 05;  
Noroeste : em 13,30 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,30 metros, com parte da Área Remanescente.

Lote nº 07 - Área = 392,35 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 100,49 metros da Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Nordeste : em 29,50 metros, com o lote nº 08;  
Sudoeste : em 29,50 metros, com o lote nº 06;  
Noroeste : em 13,30 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,30 metros, com parte da Área Remanescente.

Lote nº 08 - Área = 392,35 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 87,19 metros da Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Nordeste : em 29,50 metros, com o lote nº 09;  
Sudoeste : em 29,50 metros, com o lote nº 07;  
Noroeste : em 13,30 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,30 metros, com parte da Área Remanescente.

Lote nº 09 - Área = 392,35 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 73,89 metros da Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Nordeste : em 29,50 metros, com o lote nº 10;  
Sudoeste : em 29,50 metros, com o lote nº 08;  
Noroeste : em 13,30 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,30 metros, com parte da Área Remanescente.

Lote nº 10 - Área = 392,35 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 60,59 metros da Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Nordeste : em 29,50 metros, com o lote nº 11;  
Sudoeste : em 29,50 metros, com o lote nº 09;  
Noroeste : em 13,30 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,30 metros, com parte da Área Remanescente.

Lote nº 11 - Área = 392,35 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 47,29 metros da Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Nordeste : em 29,50 metros, com o lote nº 12;  
Sudoeste : em 29,50 metros, com o lote nº 10;  
Noroeste : em 13,30 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,30 metros, com parte da Área Remanescente.

Lote nº 12 - Área = 392,35 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 33,99 metros da Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Nordeste : em 29,50 metros, com o lote nº 13;  
Sudoeste : em 29,50 metros, com o lote nº 11;  
Noroeste : em 13,30 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,30 metros, com parte do lote nº 15 e parte da Área Remanescente.

Lote nº 13 - Área = 392,35 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 20,69 metros da Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Nordeste : em 29,50 metros, com o lote nº 14;  
Sudoeste : em 29,50 metros, com o lote nº 12;  
Noroeste : em 13,30 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,30 metros, com parte do lote nº 15.

Lote nº 14 - Área = 485,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e oitenta e cinco metros quadrados), localizado na esquina das Ruas Luiz Sabini e Rua Nivaldo Baccarin.  
Confrontações: Noroeste : em 20,69 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;  
Sudoeste : em 10,31 metros, com parte do lote nº 15;  
Nordeste : em 30,00 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;  
Norte : em 2,21 metros, com a Rua Luiz Sabini;



Sudeste : em 29,50 metros com parte do lote nº 13.

Lote nº 15 - Área = 368,14 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e oito metros e quatorze decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 30,00 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Nordeste : em 18,00 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;

Sudoeste : em 10,20 metros, com parte da Área Remanescente;

Noroeste : em 30,11 metros, com parte do lote nº 12, o lote nº 13 e o lote nº 14;

Sudeste : em 24,01 metros, com parte da Área Remanescente.

#### QUADRA Nº 860 - 08 LOTES - 2.923,19m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 329,83 m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e nove metros e oitenta e três decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 14,11 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 23,46 metros, com o lote nº 02;

Sudeste : em 25,20 metros, com parte do lote Colonial A, de propriedade de Valdecir Lunardi e Dorval Jose Mariani, conforme Matrícula nº 16.569;

Nordeste : em 15,15 metros, com parte do lote nº 03;

Sudoeste : em 12,06 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 02 - Área = 315,91 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros e noventa e um decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Nivaldo Baccarin e Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 21,67 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Sudeste : em 23,46 metros, com o lote nº 01;

Nordeste : em 14,00 metros, com parte do lote nº 03;

Sudoeste : em 14,11 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 03 - Área = 374,37 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e quatro metros e trinta e sete decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 21,67 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 12,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Sudeste : em 12,60 metros, com parte do lote Colonial A, de propriedade de Valdecir Lunardi e Dorval Jose Mariani, conforme Matrícula nº 16.569;

Nordeste : em 30,75 metros, com o lote nº 04;

Sudoeste : em 29,15 metros, com o lote nº 01 e o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 394,31 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e quatro metros e trinta e um decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 34,17 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 12,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Sudeste : em 12,60 metros, com parte do lote Colonial A, de propriedade de Valdecir Lunardi e Dorval Jose Mariani, conforme Matrícula nº 16.569;

Nordeste : em 32,34 metros, com o lote nº 05;

Sudoeste : em 30,75 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 414,35 m<sup>2</sup> (quatrocentos e quatorze metros e trinta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 30,50 metros da Rua Pedro Folle.

Confrontações: Noroeste : em 12,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Sudeste : em 12,60 metros, com parte do lote Colonial A, de propriedade de Valdecir Lunardi e Dorval Jose Mariani, conforme Matrícula nº 16.569;

Nordeste : em 33,94 metros, com o lote nº 06;

Sudoeste : em 32,34 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 434,18 m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta e quatro metros e dezoito decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 18,00 metros da Rua Pedro Folle.

Confrontações: Noroeste : em 12,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Sudeste : em 12,60 metros, com parte do lote Colonial A, de propriedade de Valdecir Lunardi e Dorval Jose Mariani, conforme Matrícula nº 16.569;

Nordeste : em 35,53 metros, com o lote nº 07 e o lote nº 08;

Sudoeste : em 33,94 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 324,00 m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e quatro metros quadrados), localizado na esquina das Ruas Rita Sorgato e Rua Pedro Folle.

Confrontações: Noroeste : em 18,00 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Sudeste : em 18,00 metros, com o lote nº 08;

Nordeste : em 18,00 metros, com a Rua Pedro Folle;

Sudoeste : em 18,00 metros, com parte do lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 336,24 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e seis metros e vinte e quatro decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 18,00 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 18,00 metros, com o lote nº 07;

Sudeste : em 18,14 metros, com parte do lote Colonial A, de propriedade de Valdecir Lunardi e Dorval Jose Mariani, conforme Matrícula nº 16.569;

Nordeste : em 19,83 metros, com a Rua Pedro Folle;

Sudoeste : em 17,53 metros, com parte do lote nº 06.

#### QUADRA Nº 861 - 09 LOTES - 3.359,71m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 317,97 m<sup>2</sup> (trezentos e dezessete metros e noventa e sete decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 23,00 metros, com o lote nº 02;

Sudeste : em 23,18 metros, com parte do lote Colonial A, de propriedade de Valdecir Lunardi e Dorval Jose Mariani, conforme Matrícula nº 16.569;

Nordeste : em 15,29 metros, com parte do lote nº 04;

Sudoeste : em 12,36 metros, com a Rua Pedro Folle.

Lote nº 02 - Área = 310,50 m<sup>2</sup> (trezentos e dez metros e cinquenta decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 23,00 metros, com o lote nº 03;

Sudeste : em 23,00 metros, com o lote nº 01;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote nº 04;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Pedro Folle.

Lote nº 03 - Área = 310,50 m<sup>2</sup> (trezentos e dez metros e cinquenta decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Pedro Folle e Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 23,00 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Sudeste : em 23,00 metros, com o lote nº 02;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote nº 04;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Pedro Folle.

Lote nº 04 - Área = 560,56 m<sup>2</sup> (quinhentos e sessenta metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 23,00 metros da Rua Pedro Folle.

Confrontações: Noroeste : em 13,00 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Sudeste : em 13,10 metros, com parte do lote Colonial A, de propriedade de Valdecir Lunardi e Dorval Jose Mariani, conforme Matrícula nº 16.569;

Nordeste : em 43,95 metros, com o lote nº 05;

Sudoeste : em 42,92 metros, com o lote nº 01, o lote nº 02 e o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 582,14 m<sup>2</sup> (quinhentos e oitenta e dois metros

e quatorze decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,00 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Sudeste : em 13,10 metros, com parte do lote Colonial A, de propriedade de Valdecir Lunardi e Dorval Jose Mariani, conforme Matrícula nº 16.569;

Nordeste : em 45,61 metros, com o lote nº 06, o lote nº 08 e o lote nº 09;

Sudoeste : em 43,95 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Sudeste : em 13,50 metros, com parte do lote nº 08;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;

Sudoeste : em 22,50 metros, com parte do lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Rita Sorgato e Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Sudeste : em 13,50 metros, com parte do lote nº 08;

Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 337,50 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 22,50 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 27,00 metros, com o lote nº 06 e o lote nº 07;

Sudeste : em 27,00 metros, com o lote nº 09;

Nordeste : em 12,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini;

Sudoeste : em 12,50 metros, com parte do lote nº 05.

Lote nº 09 - Área = 333,04 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e três metros e quatro decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 35,00 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 27,00 metros, com o lote nº 08;

Sudeste : em 27,21 metros, com parte do lote Colonial A, de propriedade de Valdecir Lunardi e Dorval Jose Mariani, conforme Matrícula nº 16.569;

Nordeste : em 14,06 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini;

Sudoeste : em 10,61 metros, com parte do lote nº 05.

#### QUADRA Nº 862 - 25 LOTES - 7.738,92m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 361,32 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e um metros e trinta e dois decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Nivaldo Baccarin e Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,90 metros, com o lote nº 02;

Sudeste : em 27,63 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote nº 25;

Sudoeste : em 13,61 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 02 - Área = 337,97 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e sete metros e noventa e sete decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 12,36 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 24,17 metros, com o lote nº 03;

Sudeste : em 25,90 metros, com o lote nº 01;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote nº 04 e parte do lote nº 25;

Sudoeste : em 13,61 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 03 - Área = 357,13 m<sup>2</sup> (trezentos e cinquenta e sete metros e treze decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas

Nivaldo Baccarin e Luiz Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 21,50 metros e 1,88 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 24,17 metros, com o lote nº 02;

Nordeste : em 18,00 metros, com parte do lote nº 04;

Sudoeste : em 12,36 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 1,88 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 25;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;

Sudoeste : em 22,50 metros, com parte do lote nº 02 e o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 15,38 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 24;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 28,88 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 23;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 42,38 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 22;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 55,88 metros da Rua Luiz Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 21;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 09 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 20;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 10 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 19;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 11 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 18;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10.

Lote nº 12 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 17;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 13;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11.

Lote nº 13 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 16;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12.

Lote nº 14 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Luiz Sabini e Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 15;

Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 13.

Lote nº 15 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Rita Sorgato e Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 14;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16.

Lote nº 16 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 13;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17.

Lote nº 17 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 12;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18.

Lote nº 18 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 11;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19.

Lote nº 19 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 10;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20.

Lote nº 20 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 09;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21.

Lote nº 21 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 81,63 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 08;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22.

Lote nº 22 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 68,13 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 07;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23.

Lote nº 23 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,63 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 06;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 24.

Lote nº 24 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 41,13 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 05;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 25.

Lote nº 25 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,63 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 04;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 24;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01 e parte do lote nº 02.

QUADRA Nº 863 - 24 LOTES - 7.476,73m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 346,80 m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e seis metros e oitenta decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Nivaldo Baccarin e Cezare Zin.

Confrontações: Noroeste : em 3,00 metros e 12,06 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 16,94 metros, com o lote nº 24;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;

Sudoeste : em 20,68 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 12,06

metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 23;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 25,56 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 22;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 39,06 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 21;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 52,56 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 20;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 66,06 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 19;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 18;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 17;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 09 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 16;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 10 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste: em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 15;

Nordeste: em 22,50 metros, com o lote nº 11;

Sudoeste: em 22,50 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 11 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 14;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10.

Lote nº 12 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Cezare Zin e Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 13;

Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11.

Lote nº 13 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Luiz Sabini e Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 12;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14.

Lote nº 14 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 11;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 13;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15.

Lote nº 15 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 10;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16.

Lote nº 16 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 09;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17.

Lote nº 17 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 08;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18.

Lote nº 18 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50



metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 07;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19.

Lote nº 19 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 73,01 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 06;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20.

Lote nº 20 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 59,51 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 05;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21.

Lote nº 21 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 46,01 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 04;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22.

Lote nº 22 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 32,51 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 03;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23.

Lote nº 23 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 19,01 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 02;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 24.

Lote nº 24 - Área = 447,43 m<sup>2</sup> (quatrocentos e quarenta sete metros e quarenta e três decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Luiz Sabini e Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 16,94 metros, com o lote nº 01;

Sudeste : em 14,96 metros e 4,05 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23;

Sudoeste : em 25,24 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;

Sul : em 2,21 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

#### QUADRA Nº 864 - 26 LOTES - 7.999,80m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 318,50 m<sup>2</sup> (trezentos e dezoito metros e cinquenta decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Nivaldo Baccarin e Rua Angelo Cenci.

Confrontações: Noroeste : em 22,53 metros, com a Rua Angelo Cenci;

Sudeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;

Nordeste : em 14,81 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta

e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Angelo Cenci.

Confrontações: Noroeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01;

Sudeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Angelo Cenci.

Confrontações: Noroeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;

Sudeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Angelo Cenci.

Confrontações: Noroeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;

Sudeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Angelo Cenci.

Confrontações: Noroeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04;

Sudeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Angelo Cenci.

Confrontações: Noroeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;

Sudeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 81,00 metros da Rua Angelo Cenci.

Confrontações: Noroeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;

Sudeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 94,50 metros da Rua Angelo Cenci.

Confrontações: Noroeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;

Sudeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 09 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 108,00 metros da Rua Angelo Cenci.

Confrontações: Noroeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;

Sudeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 10 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 94,61 metros da Rua Cezare Zin.

Confrontações: Noroeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;

Sudeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 11 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 81,11 metros da Rua Cezare Zin.

Confrontações: Noroeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;

Sudeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 12 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,61 metros da Rua Cezare Zin.

Confrontações: Noroeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11;

Sudeste : em 22,50 metros, com o lote nº 13;

Nordeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 13 - Área = 303,77 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e sete decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,11 metros da Rua Cezare Zin.

Confrontações: Noroeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;

Sudeste : em 22,51 metros, com o lote nº 14;

Nordeste : em 9,73 metros e 3,76 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 14 - Área = 304,23 m<sup>2</sup> (trezentos e quatro metros e vinte e três decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,61 metros da Rua Cezare Zin.

Confrontações: Noroeste : em 22,63 metros, com o lote nº 13;

Sudeste : em 23,42 metros, com o lote nº 15;

Nordeste : em 13,52 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 15 - Área = 333,25 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e três metros e vinte e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 25,46 metros da Rua Cezare Zin.

Confrontações: Noroeste : em 22,55 metros, com o lote nº 14;

Sudeste : em 14,79 metros, com o lote nº 16 e em 8,16 metros com parte do lote nº 17;

Nordeste : em 12,86 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudoeste : em 15,15 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 16 - Área = 450,05 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Nivaldo Baccarin e Rua Cezare Zin.

Confrontações: Noroeste : em 14,79 metros, com parte do lote nº 15;

Sudeste : em 19,77 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17;

Sudoeste : em 25,46 metros, com a Rua Nivaldo Baccarin;

Sul : em 2,70 metros com a Rua Nivaldo Baccarin.

Lote nº 17 - Área = 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), distando, pelo lado direito, 19,77 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 14,00 metros, com parte do lote nº 15 e com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 14,00 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16.

Lote nº 18 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 33,77 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17.

Lote nº 19 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 47,27 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18.

Lote nº 20 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 60,77 metros da Rua Nivaldo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19.

Lote nº 21 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20.

Lote nº 22 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21.

Lote nº 23 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 24;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22.

Lote nº 24 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 25;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23.

Lote nº 25 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 26;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 24.

Lote nº 26 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Cezare Zin e Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 25.

#### QUADRA Nº 865 - 12 LOTES - 3.645,00m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Cezare Zin e Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;

Sudoeste : em 22,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote

de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 09 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 10 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.



Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 11 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10.

Lote nº 12 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Cezare Zin e Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Jacomo Baccarin;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11.

#### QUADRA Nº 866 - 24 LOTES - 7.290,00m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Cezare Zin e Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 24;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;

Sudoeste : em 22,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 23;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 22;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 21;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare

Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 20;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 19;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 18;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 17;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 09 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 16;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 10 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 15;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 11 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 14;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10.

Lote nº 12 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Cezare Zin e Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 13;

Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Jacomo Baccarin;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11.

Lote nº 13 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e

cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Luiz Sabini e Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 12;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Jacomo Baccarin;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14.

Lote nº 14 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 11;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 13;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15.

Lote nº 15 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 10;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16.

Lote nº 16 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 09;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17.

Lote nº 17 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 08;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18.

Lote nº 18 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 07;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19.

Lote nº 19 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 06;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20.

Lote nº 20 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 05;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21.

Lote nº 21 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 04;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22.

Lote nº 22 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 03;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23.

Lote nº 23 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 02;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 24.

Lote nº 24 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Luiz Sabini e Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 01;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini.

#### QUADRA Nº 867 - 24 LOTES - 7.290,00m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Luiz Sabini e Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 24;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 23;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 22;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 21;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 20;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 19;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 18;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 17;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 09 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 16;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 10 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 15;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 11 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 14;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10.

Lote nº 12 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Luiz Sabini e Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 13;  
Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Jacomo Baccarin;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11.

Lote nº 13 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Rita

Sorgato e Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 12;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Jacomo Baccarin;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14.

Lote nº 14 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 11;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 13;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15.

Lote nº 15 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 10;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16.

Lote nº 16 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 09;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17.

Lote nº 17 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 08;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18.

Lote nº 18 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 07;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19.

Lote nº 19 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 06;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20.

Lote nº 20 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 05;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21.

Lote nº 21 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 04;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22.

Lote nº 22 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 03;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23.

Lote nº 23 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 02;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 24.

Lote nº 24 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Rita Sorgato e Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 01;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini.

QUADRA Nº 868 - 09 LOTES RESIDENCIAIS - 2.814,87m<sup>2</sup>  
12 LOTES INSTITUCIONAIS - 3.657,09m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 351,12 m<sup>2</sup> (trezentos e cinquenta e um metros e doze decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 36,00 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 02;  
Sudeste : em 10,58 metros, com parte do lote Colonial A, de propriedade de Valdecir Lunardi e Dorval Jose Mariani, conforme Matrícula nº 16.569 e parte do terreno de propriedade de Santo Luiz Silvestrin, Valdeinei Lunardi e Volmei Lunardi, conforme Matrícula nº 16.573;

Nordeste : em 10,48 metros, com parte da Área Verde;  
Leste : em 15,46 metros, com parte da Área de Preservação Permanente;  
Sudoeste : em 14,59 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini.

Lote nº 02 - Área = 337,50 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 22,50 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 03 e parte do lote nº 04;  
Sudeste : em 25,00 metros, com o lote nº 01  
Nordeste : em 13,50 metros, com parte da Área Verde;  
Sudoeste : em 13,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Rita Sorgato e Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte do lote nº 02;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte do lote nº 2 e parte da Área Verde;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte da Área Verde;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte da Área Verde;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte da Área Verde;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte da Área Verde;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 09 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 81,00 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte da Área Verde;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 10 - INSTITUCIONAL - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 94,50 metros da Rua Angela Rossi Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte da Área Verde;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 11 - INSTITUCIONAL - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 106,00 metros da Rua Maria Zila Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte da Área Verde;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10.

Lote nº 12 - INSTITUCIONAL - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 92,50 metros da Rua Maria Zila Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte da Área Verde;



Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 13;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11.

Lote nº 13 – INSTITUCIONAL - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 79,00 metros da Rua Maria Zila Baccarin.  
Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte da Área Verde;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12.

Lote nº 14 – INSTITUCIONAL - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 65,50 metros da Rua Maria Zila Baccarin.  
Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte da Área Verde;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 13.

Lote nº 15 – INSTITUCIONAL - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 52,00 metros da Rua Maria Zila Baccarin.  
Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte da Área Verde;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14.

Lote nº 16 – INSTITUCIONAL - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 38,50 metros da Rua Maria Zila Baccarin.  
Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte da Área Verde;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15.

Lote nº 17 – INSTITUCIONAL - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 25,00 metros da Rua Maria Zila Baccarin.  
Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 13,50 metros, com parte da Área Verde e parte do lote nº 19;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16.

Lote nº 18 – INSTITUCIONAL - Área = 306,25 m<sup>2</sup> (trezentos e seis metros e vinte e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 12,50 metros da Rua Maria Zila Baccarin.  
Confrontações: Noroeste : em 12,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 12,50 metros, com parte do lote nº 20 e parte da Área Verde;  
Nordeste : em 24,50 metros, com o lote nº 19;  
Sudoeste : em 24,50 metros, com o lote nº 17 e parte da Área Verde.

Lote nº 19 – INSTITUCIONAL - Área = 306,25 m<sup>2</sup> (trezentos e seis metros e vinte e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Rita Sorgato e Rua Maria Zila Baccarin.  
Confrontações: Noroeste : em 12,50 metros, com Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 12,50 metros, com parte do lote nº 20;  
Nordeste : em 24,50 metros, com a Rua Maria Zila Baccarin;  
Sudoeste : em 24,50 metros, com o lote nº 18.

Lote nº 20 – INSTITUCIONAL - Área = 312,00 m<sup>2</sup> (trezentos e doze metros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 24,50 metros da Rua Rita Sorgato.  
Confrontações: Noroeste : em 19,50 metros, com parte do lote nº 18 e o lote nº 19;  
Sudeste : em 19,50 metros, com o lote nº 21;  
Nordeste : em 16,00 metros, com a Rua Maria Zila Baccarin;  
Sudoeste : em 16,00 metros, com parte da Área Verde.

Lote nº 21 – INSTITUCIONAL - Área = 302,59 m<sup>2</sup> (trezentos e dois metros e cinquenta e nove decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Rita Sorgato.  
Confrontações: Noroeste : em 19,50 metros, com o lote nº 20;  
Sudeste : em 8,45 metros, com parte da Área Verde;  
Nordeste : em 16,00 metros, com a Rua Maria Zila Baccarin;  
Sudoeste : em 13,03 metros, com parte da Área Verde;  
Sul : em 11,57 metros, com parte da Área de Preservação Permanente.

#### QUADRA Nº 869 - 08 LOTES - 2.408,28m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 301,39 m<sup>2</sup> (trezentos e um metros e trinta e nove decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Maria Zila Baccarin e Rua Rita Sorgato.  
Confrontações: Noroeste : em 21,15 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 21,15 metros, com o lote nº 08;  
Nordeste : em 14,25 metros, com o lote nº 02;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com a Rua Maria Zila Baccarin.

Lote nº 02 - Área = 300,68 m<sup>2</sup> (trezentos metros e sessenta e oito decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Eduardo Baccarin e Rua Rita Sorgato.  
Confrontações: Noroeste : em 21,10 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 21,10 metros, com o lote nº 03;  
Nordeste : em 14,25 metros, com a Rua Eduardo Baccarin;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 300,68 m<sup>2</sup> (trezentos metros e sessenta e oito decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 14,25 metros da Rua Rita Sorgato.  
Confrontações: Noroeste : em 21,10 metros, com o lote nº 02;  
Sudeste : em 21,10 metros, com o lote nº 04;  
Nordeste : em 14,25 metros, com a Rua Eduardo Baccarin;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 04 - Área = 300,68 m<sup>2</sup> (trezentos metros e sessenta e oito decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 28,50 metros da Rua Rita Sorgato.  
Confrontações: Noroeste : em 21,10 metros, com o lote nº 03;  
Sudeste : em 21,10 metros, com o lote nº 05;  
Nordeste : em 14,25 metros, com a Rua Eduardo Baccarin;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 05 - Área = 300,68 m<sup>2</sup> (trezentos metros e sessenta e oito decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 42,75 metros da Rua Rita Sorgato.  
Confrontações: Noroeste : em 21,10 metros, com o lote nº 04;  
Sudeste : em 21,10 metros, com a Área Verde;  
Nordeste : em 14,25 metros, com a Rua Eduardo Baccarin;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 06 - Área = 301,39 m<sup>2</sup> (trezentos e um metros e trinta e nove decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 42,75 metros da Rua Rita Sorgato.  
Confrontações: Noroeste : em 21,15 metros, com o lote nº 07;  
Sudeste : em 21,15 metros, com a Área Verde;  
Nordeste : em 14,25 metros, com o lote nº 05;

Sudoeste : em 14,25 metros, com a Rua Maria Zila Baccarin.

Lote nº 07 - Área = 301,39 m<sup>2</sup> (trezentos e um metros e trinta e nove décimos quadrados), distando, pelo lado direito, 28,50 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 21,15 metros, com o lote nº 08;  
Sudeste : em 21,15 metros, com o lote nº 06;  
Nordeste : em 14,25 metros, com o lote nº 04;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com a Rua Maria Zila Baccarin.

Lote nº 08 - Área = 301,39 m<sup>2</sup> (trezentos e um metros e trinta e nove décimos quadrados), distando, pelo lado direito, 14,25 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 21,15 metros, com o lote nº 01;  
Sudeste : em 21,15 metros, com o lote nº 07;  
Nordeste : em 14,25 metros, com o lote nº 03;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com a Rua Maria Zila Baccarin.

#### QUADRA Nº 870 - 24 LOTES - 7.290,00m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado na esquina das Ruas Luiz Sabini e Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 24;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com a Rua Jacomo Baccarin.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 23;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 22;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 21;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 20;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 19;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 18;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 17;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 09 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 16;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 10 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 15;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 11 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 14;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10.

Lote nº 12 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado na esquina das Ruas Luiz Sabini e Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 13;  
Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Francisco Sabini;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11.

Lote nº 13 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado na esquina das Ruas Rita Sorgato e Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 12;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Francisco Sabini;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14.

Lote nº 14 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 11;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 13;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15.

Lote nº 15 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 10;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16.

Lote nº 16 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 09;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17.

Lote nº 17 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 08;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18.

Lote nº 18 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 07;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19.

Lote nº 19 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste: em 13,50 metros, com o lote nº 06;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste: em 22,50 metros, com o lote nº 18;  
Sudoeste: em 22,50 metros, com o lote nº 20.

Lote nº 20 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 05;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21.

Lote nº 21 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 04;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22.

Lote nº 22 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 03;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23.

Lote nº 23 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta

e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 02;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 24.

Lote nº 24 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Rita Sorgato e Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 01;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com a Rua Angela Rossi Sabini.

#### QUADRA Nº 871 - 24 LOTES - 7.290,00m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Cezare Zin e Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 24;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com a Rua Jacomo Baccarin.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 23;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 22;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 21;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 20;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 19;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;



Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 18;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 17;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 09 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 16;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 10 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 15;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 11 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 14;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10.

Lote nº 12 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Cezare Zin e Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;

Sudeste : em 13,50 metros, com o lote nº 13;

Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Francisco Sabini;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11.

Lote nº 13 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Luiz Sabini e Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 12;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Francisco Sabini;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14.

Lote nº 14 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 11;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 13;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15.

Lote nº 15 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 10;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 14;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16.

Lote nº 16 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 09;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 15;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17.

Lote nº 17 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 08;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 16;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18.

Lote nº 18 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 07;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 17;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19.

Lote nº 19 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 06;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 18;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20.

Lote nº 20 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 05;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 19;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21.

Lote nº 21 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 04;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 20;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22.

Lote nº 22 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 03;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;

Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 21;

Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23.

Lote nº 23 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 02;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 22;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 24.

Lote nº 24 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Luiz Sabini e Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com o lote nº 01;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Luiz Sabini;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 23;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com a Rua Jacomo Baccarin.

#### QUADRA Nº 872 - 12 LOTES - 3.645,00m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Cezare Zin e Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com a Rua Jacomo Baccarin.

Lote nº 02 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 13,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 27,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 02.

Lote nº 04 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 40,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 03.

Lote nº 05 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 54,00 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 04.

Lote nº 06 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado direito, 67,50 metros da Rua Jacomo Baccarin.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;

Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 05.

Lote nº 07 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 67,50 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 08 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 54,00 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 09 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 40,50 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 10 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 27,00 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 09.

Lote nº 11 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,50 metros da Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Nordeste : em 22,50 metros, com o lote nº 12;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 10.

Lote nº 12 - Área = 303,75 m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina das Ruas Cezare Zin e Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 13,50 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;  
Sudeste : em 13,50 metros, com a Rua Cezare Zin;  
Nordeste : em 22,50 metros, com a Rua Francisco Sabini;  
Sudoeste : em 22,50 metros, com o lote nº 11.

#### QUADRA Nº 873 - 12 LOTES - 3.661,00m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 325,00 m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e cinco metros quadrados), localizado na esquina das Ruas Rita Sorgaton e Rua Francisco Sabini.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 02;  
Sudeste : em 25,00 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 13,00 metros, com o lote nº 12;  
Sudoeste : em 13,00 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 02 - Área = 318,75 m<sup>2</sup> (trezentos e dezoito metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 13,00 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 03;  
Sudeste : em 25,00 metros, com o lote nº 01;  
Nordeste : em 12,75 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 12,75 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 03 - Área = 318,75 m<sup>2</sup> (trezentos e dezoito metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 25,75 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 04;  
Sudeste : em 25,00 metros, com o lote nº 02;  
Nordeste : em 12,75 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 12,75 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 04 - Área = 318,75 m<sup>2</sup> (trezentos e dezoito metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 38,50 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 05;  
Sudeste : em 25,00 metros, com o lote nº 03;  
Nordeste : em 12,75 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 12,75 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 05 - Área = 318,75 m<sup>2</sup> (trezentos e dezoito metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 51,25 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 06;  
Sudeste : em 25,00 metros, com o lote nº 04;  
Nordeste : em 12,75 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 12,75 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 06 - Área = 318,75 m<sup>2</sup> (trezentos e dezoito metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 64,00 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 07;  
Sudeste : em 25,00 metros, com o lote nº 05;  
Nordeste : em 12,75 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 12,75 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 07 - Área = 318,75 m<sup>2</sup> (trezentos e dezoito metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 76,75 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 08;  
Sudeste : em 25,00 metros, com o lote nº 06;  
Nordeste : em 12,75 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 12,75 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 08 - Área = 318,75 m<sup>2</sup> (trezentos e dezoito metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 89,50 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 09;  
Sudeste : em 25,00 metros, com o lote nº 07;  
Nordeste : em 12,75 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 12,75 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 09 - Área = 318,75 m<sup>2</sup> (trezentos e dezoito metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 102,25 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 10;  
Sudeste : em 25,00 metros, com o lote nº 08;

Nordeste : em 12,75 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 12,75 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 10 - Área = 318,75 m<sup>2</sup> (trezentos e dezoito metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 115,00 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 11;  
Sudeste : em 25,00 metros, com o lote nº 09;  
Nordeste : em 12,75 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 12,75 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 11 - Área = 318,75 m<sup>2</sup> (trezentos e dezoito metros e setenta e cinco decímetros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 127,75 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com parte do lote de propriedade de Gelcemir Carlos Piana e Amarildo Pedro Piana, conforme Matrícula nº 7.627;  
Sudeste : em 25,00 metros, com o lote nº 10;  
Nordeste : em 12,75 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 12,75 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 12 - Área = 156,00 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta e seis metros quadrados), distando, pelo lado direito, 25,00 metros da Rua Francisco Sabini. Lote destinado à instalação da caixa d'água.

Confrontações: Noroeste : em 12,00 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudeste : em 12,00 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Nordeste : em 13,00 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 13,00 metros, com o lote nº 01.

#### QUADRA Nº 874 - 05 LOTES - 1.725,00m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 350,00 m<sup>2</sup> (trezentos e cinquenta metros quadrados), distando, pelo lado direito, 43,00 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 02;  
Sudeste : em 25,00 metros, com parte da Área Verde 02;  
Nordeste : em 14,00 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 14,00 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 02 - Área = 350,00 m<sup>2</sup> (trezentos e cinquenta metros quadrados), distando, pelo lado direito, 29,00 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 03;  
Sudeste : em 25,00 metros, com o lote nº 01;  
Nordeste : em 14,00 metros, com parte do lote nº 05 e parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 14,00 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 03 - Área = 350,00 m<sup>2</sup> (trezentos e cinquenta metros quadrados), distando, pelo lado direito, 15,00 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com o lote nº 04;  
Sudeste : em 25,00 metros, com o lote nº 02;  
Nordeste : em 14,00 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 14,00 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 04 - Área = 375,00 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), localizado na esquina das Ruas Francisco Sabini e Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 25,00 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 25,00 metros, com o lote nº 03;  
Nordeste : em 15,00 metros, com parte do lote nº 05;  
Sudoeste : em 15,00 metros, com a Rua Francisco Sabini.

Lote nº 05 - Área = 300,00 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 25,00 metros da Rua Francisco Sabini.



Confrontações: Noroeste : em 12,00 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 12,00 metros, com parte da Área Verde 02;  
Nordeste : em 25,00 metros, com parte da Área Verde 02;  
Sudoeste : em 25,00 metros, com parte do lote nº 03 e o lote nº 04.

QUADRA Nº 875 - 08 LOTES - 2.408,28m<sup>2</sup>

Lote nº 01 - Área = 300,68 m<sup>2</sup> (trezentos metros e sessenta e oito décimos quadrados), localizado na esquina das Ruas Eduardo Baccarin e Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 21,10 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 21,10 metros, com o lote nº 08;  
Nordeste : em 14,25 metros, com o lote nº 02;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com a Rua Eduardo Baccarin.

Lote nº 02 - Área = 301,39 m<sup>2</sup> (trezentos e um metros e trinta e nove décimos quadrados), localizado na esquina das Ruas Francisco Sabini e Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 21,15 metros, com a Rua Rita Sorgato;  
Sudeste : em 21,15 metros, com o lote nº 03;  
Nordeste : em 14,25 metros, com a Rua Francisco Sabini;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com o lote nº 01.

Lote nº 03 - Área = 301,39 m<sup>2</sup> (trezentos e um metros e trinta e nove décimos quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 14,25 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 21,15 metros, com o lote nº 02;  
Sudeste : em 21,15 metros, com o lote nº 04;  
Nordeste : em 14,25 metros, com a Rua Francisco Sabini;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com o lote nº 08.

Lote nº 04 - Área = 301,39 m<sup>2</sup> (trezentos e um metros e trinta e nove décimos quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 28,50 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 21,15 metros, com o lote nº 03;  
Sudeste : em 21,15 metros, com o lote nº 05;  
Nordeste : em 14,25 metros, com a Rua Francisco Sabini;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com o lote nº 07.

Lote nº 05 - Área = 301,39 m<sup>2</sup> (trezentos e um metros e trinta e nove décimos quadrados), distando, pelo lado esquerdo, 42,75 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 21,15 metros, com o lote nº 04;  
Sudeste : em 21,15 metros, com a Área Verde;  
Nordeste : em 14,25 metros, com a Rua Francisco Sabini;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com o lote nº 06.

Lote nº 06 - Área = 300,68 m<sup>2</sup> (trezentos metros e sessenta e oito décimos quadrados), distando, pelo lado direito, 42,75 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 21,10 metros, com o lote nº 07;  
Sudeste : em 21,10 metros, com a Área Verde;  
Nordeste : em 14,25 metros, com o lote nº 05;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com a Rua Eduardo Baccarin.

Lote nº 07 - Área = 300,68 m<sup>2</sup> (trezentos metros e sessenta e oito décimos quadrados), distando, pelo lado direito, 28,50 metros da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 21,10 metros, com o lote nº 08;  
Sudeste : em 21,10 metros, com o lote nº 06;  
Nordeste : em 14,25 metros, com o lote nº 04;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com a Rua Eduardo Baccarin.

Lote nº 08 - Área = 300,68 m<sup>2</sup> (trezentos metros e sessenta e oito décimos quadrados), distando, pelo lado direito, 14,25 metros

da Rua Rita Sorgato.

Confrontações: Noroeste : em 21,10 metros, com o lote nº 01;  
Sudeste : em 21,10 metros, com o lote nº 07;  
Nordeste : em 14,25 metros, com o lote nº 03;  
Sudoeste : em 14,25 metros, com a Rua Eduardo Baccarin."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de outubro de 2017.

ADRIANO IVO BORTOLANZA  
Prefeito Municipal Em Exercício

## **PORTARIA 1083 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL**

Publicação Nº 1404970

PORTARIA Nº 1083/2017.

Instaura Processo Administrativo para Fiscalização e Apuração de Eventual Infração Contratual e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, art. 78, I, art. 87, I, II e III, art. 88, II e III da Lei 8.666/93; e,

CONSIDERANDO o processo licitatório nº 078/2016, modalidade de concorrência nº 0006/2016, o qual possuía como objeto a outorga de concessão de serviço público, a título oneroso, para a prestação de serviços técnicos de implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema eletrônico informatizado e automatizado para controle de uso remunerado das vagas de estacionamentos rotativos em vias e logradouros públicos do município de Xaxim/SC. CONSIDERANDO ter a Empresa Merlos JR Empreendimentos Ltda saído vitoriosa, concretizando-se a referida concessão mediante o Contrato de Concessão nº 0096/2016, o qual encontra-se vigente até os dias atuais.

CONSIDERANDO ainda que a empresa mencionada comprometeu-se a diversos encargos junto ao contrato, bem como em data de 12/09/2017 promoveu o protocolo de um pedido de rescisão amigável do contrato.

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo para fiscalizar e apurar o cumprimento do pactuado com o Ente Público, objeto do Contrato de Concessão nº 0096/2016 e apurar eventual possibilidade de rescisão amigável do referido contrato.

Art. 2º. Para atuar no processo Administrativo fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pela primeira:

I- Neudi Antonio Paludo;  
II- Marcelo Duz;  
III- Antoninho Silveira Neto;

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para conclusão do Processo Administrativo.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no pertinente à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de outubro 2017.  
ADRIANO IVO BORTOLANZA  
Prefeito Municipal

Geverson Giacomelli  
Secretário Municipal de Administração

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RETIFICAÇÃO DISPENSA 005**

Publicação Nº 1405330

**RETIFICAÇÃO DE RESUMO DE EXTRATO DE DISPENSA**

Onde se lê:

Dispensa de Licitação nº 04/2017

Leia-se:

Dispensa de Licitação nº 05/2017

Deste modo, o resumo de extrato passa a constar nos seguintes termos:

Processo Administrativo nº 12/2017

Dispensa de Licitação nº 05/2017

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Xaxim, SC.

Contratada: GL EDITORA GRÁFICA LTDA, inscrita no CNPJ 04137442/0001-35, com sede na Rua Rio de Janeiro, 296-E, Chapecó, SC.

Objeto: aquisição de 2.200 (dois mil e duzentos) cartões de visitas.

Valor Global: R\$ 649,00 (seiscentos e quarenta e nove reais)

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Xaxim, SC, 17/10/2017

Agenor Junior Maier

Presidente da Câmara de Vereadores.

# Associações

## AMERIOS

### TERMO ADITIVO N. 01/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 03/2017 - REAJUSTE ANUAL

Publicação Nº 1404848

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2016

TERMO ADITIVO Nº 01/2017

Pelo presente instrumento, de um lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS – AMERIOS, inscrita no CNPJ nº 00.961.206/0001-88, pessoa jurídica de direito privado, de natureza civil, estabelecida na Avenida Euclides da Cunha nº 160, centro, Município de Maravilha/SC, CEP 89874-000, neste ato representada legalmente pelo Presidente eleito e empossado pela Assembleia Geral, Presidente, eleito e empossado pela Assembleia Geral no dia 12 de janeiro de 2017, conforme extrato publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, do dia 16/01/2017, Sr. JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito de Cunha Porã/SC, brasileiro, RG: 1.878.282 e CPF: 949.929.169-53, profissão: teólogo, estado civil: casado, natural de Arbutã/SC, endereço: Av. do Comércio, 1169, centro, CEP: 89890-000, Cunha Porã/SC, doravante denominada apenas CONTRATANTE e de outro lado, ARNILDO LUIZ KOLLET Sociedade Individual de Advocacia, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 26.341.626/0001-55, estabelecida na Avenida do Comércio, n. 1784, Cidade Alta, Cep. 89890-000, Cunha Porã/SC, representada pelo Arnildo Luiz Kollet, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SC nº 35.378, CPF nº 526.523.439-04, RG nº 1.619.476, residente e domiciliado na Avenida do Comércio, nº 1.784, Cidade Alta, Cunha Porã/SC, CEP 89.890-000, doravante denominado apenas CONTRATADO, de comum acordo, resolvem aditar o contrato de prestação de serviços n.º 03/2016, pela cláusula que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente termo, fica aditada a cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços nº 03/2016, que de acordo com a Cláusula Sexta, concede reajuste salarial do Contratado, em 10,88 %, conforme o índice oficial do INPC acumulado nos últimos 12 meses, sendo 9,15 % referente percentual pendente e não concedido no ano de 2016 (índice até setembro/2016) e 1,73 % referente o acumulado de 2017 (índice até agosto de 2017), que passa a obter a seguinte redação: "CLÁUSULA QUARTA. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância de R\$ 6.810,69 (Seis mil oitocentos e dez reais e sessenta e nove centavos) mensais, valor que deverá ser pago até o dia 30 (trinta) de cada mês correspondente ao trabalhado".

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo passará a vigorar a contar do dia 03 de outubro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas do Contrato Administrativo 03/2016 permanecem inalteradas.

Por estarem certos e ajustados, CONTRATANTE e CONTRATADO dão plena e total as obrigações comuns ao presente para que surtam os devidos efeitos legais.

Maravilha/SC, 02 de outubro de 2017.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS  
Presidente: JAIRO RIVELINO EBELING

ARNILDO LUIZ KOLLET  
Contratado

Testemunhas:

## GRANFOPOLIS

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - Nº 05/2017

Publicação Nº 1405006

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2017

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os Senhores Prefeitos, Vice-Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que será realizada no dia 27 de outubro de 2017, às 09:00 horas em primeira convocação e as 09:30 horas em segunda convocação com qualquer número, de acordo com o estabelecido no Artigo 14 do Estatuto Social, no Município de São Bonifácio – Centro de Eventos Hawerth – Rodovia SC 435, km 21 (48) 3252-0018, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

09:00 hs - Abertura da Assembleia Geral Ordinária;

09:15 hs - Leitura da ata da Assembleia anterior;

09:30 hs - Palestra do Secretário Executivo de Habitação e Regularização Fundiária, Engenheiro Leodegar da Cunha Tiscoski;

10:30 hs – Deliberações administrativas da GRANFOPOLIS;

11:30 hs - Assuntos Gerais;

12:00 hs - Encerramento.

Florianópolis (SC) em 18 de outubro de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

PRESIDENTE



# Consórcios

## ARIS

### **RESOLUÇÃO Nº 10 - DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA REVISÃO ORDINÁRIAS DAS TARIFAS DO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1405031

Resolução nº 10, de 13 de outubro de 2017.

Dispõe sobre o procedimento para a realização da revisão ordinária das tarifas do Contrato de Concessão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Coleta e Tratamento de Esgoto do Município de Itapoá e dá outras providências.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO DA ARIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 28, II, do Protocolo de Intenções da ARIS convertido em Contrato de Consórcio Público, e nos termos da Lei Municipal nº 276, de 08 de abril de 2010, em cumprimento ao que estabelece o art. 23 da Lei nº 11.445/2007, e

#### CONSIDERANDO:

Que através da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2010 – PROCESSO Nº 114/2010 (Contrato Administrativo 048/2012), o Município de Itapoá concedeu os serviços públicos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para a empresa Itapoá Saneamento;

A decisão nº 1572/2015, dos autos do Processo RLA-14/00680660, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Que a demanda de instauração da revisão ordinária do das tarifas está definida na cláusula 20 do Contrato Administrativo 048/2012;

Que a forma e regras gerais para a revisão tarifária estão definidas junto ao modelo contratual assinado pelo Poder Concedente e Concessionária;

Que compete à Agência Reguladora estabelecer procedimentos para a realização da revisão ordinária dos Contratos de Concessão, nos termos do artigo 11 do Protocolo de Intenções da ARIS convertido em Contrato de Consórcio Público em conjunto com o § 1º, do artigo 38 da Lei federal nº 11.445/2007.

#### RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer procedimentos que deverão ser adotados para a realização da revisão ordinária do Contrato de Concessão nº 048/2012, celebrado entre o Município de Itapoá e a Concessionária Itapoá Saneamento, nos termos previstos nesta Resolução.

Art. 2º O estudo do pleito de revisão tarifária deverá conter minimamente os seguintes elementos:

I – Base de dados utilizada;

II – Investimentos anuais planejados;

III – Depreciação anual de ativos;

IV - Modelagem de projeção de receitas e despesas;

V – Eventos que possam ter desequilibrado a equação econômico-financeira do contrato de concessão com a competente indicação da estimativa econômico-financeira de impacto sobre as condições

contratuais originais;

VI – alternativas objetivas para a alteração do Contrato de Concessão, devidamente homologadas e aprovadas pelo Poder Concedente;

§ 1º o estudo de revisão das tarifas deverá respeitar o modelo estabelecido na Concorrência Pública Nº 01/2010 – Processo Nº 114/2010, conforme proposta comercial vencedora da licitação, seguindo-se aquela metodologia estabelecida;

§ 2º O processo de revisão tarifária consiste das seguintes etapas:

- a) Recepção do pleito de revisão tarifária pela Agência Reguladora;
- b) Análises e diligências solicitadas e efetuadas pela Agência Reguladora, com estabelecimentos de metodologia quando necessário para verificação de dados e informações junto à Concessionária;
- c) Consulta Pública e/ou Audiência Pública para obtenção de contribuições e discussão dos resultados das análises efetuadas pela Agência Reguladora;
- d) Publicação da Deliberação de Revisão Tarifária.

Art. 3º A base de dados utilizada no estudo do pleito de revisão tarifária deverá atender aos seguintes requisitos:

I – Ser discriminada a partir do plano de contas da Concessionária;

II – Ser bem caracterizada e conter todos os elementos necessários ao processamento dos cálculos posteriores do estudo;

III – Ser oriunda de fontes acuradas e confiáveis, as quais devem constar no pleito da Concessionária;

§ 1º As avaliações elaboradas pela ARIS, ou os estudos por ela contratados, deverão apresentar, pelos menos os seguintes elementos:

I – análise dos eventos apresentados pela Concessionária como eventuais causas ensejadoras de desequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato;

II – indicação da estimativa econômico-financeira de impacto contratual; e

III – identificação das alternativas objetivas da alteração do Contrato de Concessão, de forma a tanto garantir o atendimento ao interesse público quanto a manter inalterado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Cabendo a recomposição, se demonstrada a alteração do equilíbrio econômico-financeiro em relação às condições contratuais originais, ao Poder Concedente, mediante aditivo Contratual.

§ 2º Durante qualquer fase da revisão a ARIS poderá requerer à Concessionária e ao Poder Concedente informações técnicas, econômicas, financeiras e contábeis.

Art. 4º Caberá à Agência Reguladora confirmar o reconhecimento dos investimentos planejados, correspondentes ao valor dos recursos investidos pela concessionária, em ativos fixos e circulantes, para possibilitar a prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, podendo glosar aqueles que não forem como tal devidamente reconhecidos.

Art. 5º A depreciação de ativos deverá estar fundamentada no patrimônio imobilizado da concessionária e nas tabelas consagradas de depreciação.

Art. 6º A ARIS divulgará as análises, pareceres e os estudos que os fundamentarem para fins de realização de consulta pública e/ou audiência pública.

Art. 7º A consulta pública e/ou audiência pública desenvolver-se-á nos moldes definidos no Decreto/ARIS nº 005/2010, de 08 de dezembro de 2010.

Art. 8º A Diretoria da ARIS, por meio de Deliberação, deverá indeferir ou deferir, total ou parcialmente, o pleito de revisão ordinária das tarifas do Contrato Administrativo 048/2012.

§ 1º Para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, poder-se-á adotar uma ou mais das seguintes formas de recomposição:

I – revisão do valor da tarifa;

II – revisão do cronograma de implantação dos investimentos da Concessionária;

III – pagamento de indenização;

IV – outras formas admitidas legalmente.

§ 2º Fica vedado à ARIS subordinar sua decisão a ato ou manifestação do Poder Concedente ou do Concessionário, bem como qualquer conduta que venha a comprometer a sua isenção técnica na análise do pleito, ou que esteja em desacordo com o previsto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.445/2007.

§ 3º Caso ocorra evento que possa ser considerado dentre os referidos no § 2º deste artigo, a ARIS deverá comunicá-lo ao Ministério Público Estadual, para as providências de direito.

Art. 9º. A presente Resolução aplica-se em pleito de revisão ordinária das tarifas já em curso quando da sua publicação.

Art. 10. Os casos omissos serão disciplinados em resoluções específicas.

Art. 11. Esta Resolução entre em vigor na data da sua publicação.

## CIGA

### ATO DE DISPENSA Nº 22/2017

Publicação Nº 1405500

Ato de Dispensa nº 22/2017

Processo ADMINISTRATIVO nº 29/2017

Objeto: Aquisição de passagens aéreas relativas ao deslocamento do Analista de Sistemas, Marcello André Previdi, de Florianópolis/SC para Chapecó/SC (ida dia 08 de novembro e retorno no dia 09 de novembro de 2017).

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de capacitação dos sistemas do CIGA na região da AMOSC, localizada em Chapecó/SC. Considerando o tempo curto, ida em um dia e retorno no dia seguinte, é necessário o deslocamento de modo rápido, inviabilizando a ida por ônibus ou veículo da empresa, pois enquanto a locomoção aérea possui duração de apenas 1 (uma) hora, o deslocamento de carro fica em torno de 8 (oito) horas e o de ônibus é superior a isso.

Considerando que o contrato 138/2013, que tinha como objeto a prestação de serviços de reserva, emissão e venda de passagens aéreas, terrestres nacionais e internacionais para o CIGA, alcançou o limite de valor a ser usado no ano de 2017 e que até fazer um novo processo licitatório as compras de passagens aéreas dar-se-ão pelo processo de compra direta junto às companhias aéreas.

Faz-se necessário providenciar a aquisição de passagens aéreas ida e volta para o trecho de Florianópolis/SC a Chapecó/SC.

Contratada: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.

CNPJ: 09.296.295/0001-60

VALOR: R\$ 354,19 (trezentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos)

Florianópolis, 18 de outubro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### Extrato de Contrato n. 348 - Câmara Municipal de Ipuçu

Publicação Nº 1405384

EXTRATO DE CONTRATO Nº 348/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Ipuçu

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Ipuçu

CNPJ: 04.150.804/0001-28

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 08/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 10 de outubro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**CIMCATARINA****AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0025/2017 - APARELHOS DE AR CONDICIONADO**

Publicação Nº 1405512

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0025/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0024/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0031/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Aparelhos de Ar Condicionado, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 20 de novembro de 2017 à 30 de junho de 2018. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 19/10/2017 até às 09:00 horas do dia 31/10/2017. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 31/10/2017. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 31/10/2017. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3246 1206.

Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 18 de outubro de 2017.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CIMCATARINA

**CIMVI****LICITAÇÃO Nº 013/2017 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Publicação Nº 1405222

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO: 013/2017

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 013/2017, consoante ata de julgamento.

Timbó, 18 de Outubro de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

Ciente da adjudicação

RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA XAVIER ARAUJO

Advogado

OAB/SC nº 17.721

**LICITAÇÃO Nº 013/2017 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Publicação Nº 1405225

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO: 013/2017

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 189/2017,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Convite nº 013/2017, o participante:

PAR PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA ME
---

R\$ 2.400,00

Timbó, 18 de Outubro de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

**LICITAÇÃO Nº 014-2017 - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Publicação Nº 1404923

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ- CIMVI  
ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Às 09h10min do dia 18/10/2017, na sede do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, situada na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, cidade de Timbó, realizou-se sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial em referência, cujo objeto é a seleção de propostas para aquisição de pedra pulmão (rachão) peneirada 4" e de bica corrida, através do Sistema de Registro de Preços. Presentes a pregoeira Patrícia Barbaresco, bem como a equipe de apoio:

Equipe de Apoio
-----------------

ANDRE MORO DA SILVA

ARLETE REGILENE SCOZ

Que estes subscrevem designados pela Resolução nº 190-17 publicada no Diário Oficial dos Municípios. Presentes também, os representantes das sociedades empresárias licitantes, conforme relação abaixo:

Empresas Participantes (Credenciadas)
---------------------------------------

AREIAS KRETZ LTDA EPP
LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP
PEDRA FORTE TRANSPORTES E COMERCIO DE PEDRA EM GERAL EIRELI EPP

Representadas respectivamente por seus representantes:

Representantes (Credenciados)
WILSON KRETZ
GUILHERME HENRIQUE LADEHOFF
JOANA FIAMONCINI AGOSTINI

Inicialmente, informou-se que todas as empresas participantes comprovaram sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, através da Certidão emitida pela JUCESC.

Dando início à sessão, o pregoeiro recebeu os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação. Em seguida o pregoeiro abriu os envelopes contendo as propostas de preços e realizou a classificação, cujos valores foram os seguintes:

Item: 00001 – PEDRA PULMÃO (RACHÃO) PENEIRADA 4”

Fornecedor	Proposta
AREIAS KRETZ LTDA EPP	28,00
LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP	28,00
PEDRA FORTE TRANSPORTES E COMERCIO DE PEDRA EM GERAL EIRELI EPP	27,00

Item: 00002 – BICA CORRIDA

Fornecedor	Proposta
AREIAS KRETZ LTDA EPP	29,00
LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP	29,00
PEDRA FORTE TRANSPORTES E COMERCIO DE PEDRA EM GERAL EIRELI EPP	28,00

Submetidas as propostas de preços ao crivo dos representantes das licitantes, nenhuma falha foi observada em relação as mesmas. Em continuidade ao certame abriu-se a fase de lances verbais e de negociação direta com as licitantes classificadas conforme os critérios estabelecidos no Edital.

A empresa PEDRA FORTE TRANSPORTES E COMERCIO DE PEDRA EM GERAL EIRELI EPP sagrou-se vencedora nos itens 01 e 02 e, por tal razão, foi aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da respectiva licitante, verificando a Comissão que a empresa apresentou a declaração de cumprimento ao art. 7º, inciso XXXIII, da CF (item 7.1, V do Edital) sem assinatura de seu representante legal. Os demais documentos atenderam ao Edital.

Em razão da falta da assinatura do documento, decide-se pela inabilitação da empresa PEDRA FORTE TRANSPORTES E COMERCIO DE PEDRA EM GERAL EIRELI EPP no certame. As demais empresas participantes também se manifestaram pela inabilitação da empresa no certame.

Em razão disso, retornou-se à fase de lances, ficando determinados os seguintes valores finais. O relatório de lances encontra-se anexo à presente ata.

Item	Vencedor	Valor final (unitário)
------	----------	------------------------

01	LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP	25,00
02	LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP	26,00

Ato contínuo procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação de habilitação da licitante vencedora, estando todos os documentos em conformidade com o edital, com exceção da Prova de Regularidade Municipal, que foi apresentada pela empresa LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP com irregularidade, pois a certidão está vencida.

Em razão da irregularidade apurada na Certidão Municipal apresentada fica assegurado à empresa LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação nos termos do § 1º do art. 43 da LC nº 123/2006 e item 9.7.5, b.2 do Edital.

Consultados pelo pregoeiro sobre o interesse em interpor recurso, a empresa PEDRA FORTE TRANSPORTES E COMERCIO DE PEDRA EM GERAL EIRELI EPP manifestou interesse em interpor recurso acerca de sua inabilitação no certame ficando-lhe assegurado o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, nos termos do art. 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/2002.

O prazo para apresentação das razões do recurso conta-se a partir da publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

O representante da empresa AREIAS KRETZ LTDA EPP pediu para se retirar ao final da sessão, o que foi deferido pela Pregoeira e, por tal motivo, sua assinatura restou dispensada abaixo.

Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão às 09h40min. Lavrei a presente ata que após lida, será por todos assinada.

Assinantes	
Comissão do Pregão	Assinatura
ANDRE MORO DA SILVA	
ARLETE REGILENE SCOZ	
PATRICIA BARBARESCO	

Empresas	
LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP	
PEDRA FORTE TRANSPORTES E COMERCIO DE PEDRA EM GERAL EIRELI EPP	



**CIS/AMREC****REUNIÃO CONSELHO FISCAL EM 17.10.2017 - 2º TRIMESTRE DE 2017**

Publicação Nº 1404857

ATA DE REUNIÃO DE REPRESENTANTES DO CONSELHO FISCAL DO CISAMREC PARA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DOS MESES DE ABRIL A JUNHO DE 2017.

Aos dezessete dias do mês de outubro de 2017, às 09h na sede do Cisamrec, por força da convocação aos membros do Conselho Fiscal para análise das informações referente ao período de abril a junho de 2017, presentes na reunião os Senhores Anderson Rodrigues Salvador, diretor de departamento representando o município de Morro da Fumaça, Adjalma Mastella, Consultor Técnico do Prefeito representando o município de Nova Veneza, Márcio Coan, Contador representando o município de Orleans, Ronaldo Alexandre Torres, funcionário do Cisamrec, Luiz Mário Cardoso, Farmacêutico do Cisamrec e Daníria Natália Souza Rocha, Diretora Executiva do Cisamrec. Foi apresentada toda a rotina sobre o funcionamento do Consórcio, com visita aos setores de medicamentos e controle de procedimentos (controle de consultas e exames), assim como ao setor contábil, respondendo a questionamentos sobre conferência e certificação das despesas. Apresentados os demonstrativos que informam a situação financeira e orçamentária do consórcio, assim como os relatórios de procedimentos, encontrando os registros em conformidade com o que dispõe do Tribunal de Contas do Estado, comprovado pelo envio das informações pelo sistema e-Sfinge. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Anderson Rodrigues Salvador  
Mun. de Morro da Fumaça

Daníria N. S. Rocha  
Diretora Executiva do Cisamrec

Adjalma Mastella  
Mun. de Nova Veneza

Luiz Mário Cardoso  
Farmacêutico do Cisamrec

Márcio Coan  
Mun. de Orleans

Ronaldo Alexandre Torres  
Funcionário do Cisamrec

**CIGAMERIOS****ATA DA 5ª ASSEMBLEIA GERAL DO CIGAMERIOS 2017**

Publicação Nº 1404832

ATA Nº. 005/2017

Ata da Assembleia Geral Ordinária de Prefeitos do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, com sede na Avenida Euclides da Cunha, 160, Centro, CEP 89874-000, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina. Aos cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às dez horas e trinta minutos, no auditório da AMERIOS, em Maravilha/SC, reuniram-se os Prefeitos e a Prefeita para a quinta Assembleia Geral do exercício de 2017, em atendimento ao Edital de Convocação nº 04/2017, do dia 27/09/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM no dia 28/09/2017, tendo como ordem do dia: Abertura da Assembleia; PIGIRS; Assuntos gerais e administrativos do CIGAMERIOS; Encerramento. Inicialmente o Presidente do CIGAMERIOS, Sr. Jairo Rivelino Ebeling - Prefeito de Cunha Porã, declarou aberta a Assembleia Geral, cumprimentou os presentes e agradeceu a presença de todos. Passando a palavra ao Secretário, que após a leitura do Edital de Convocação e a ordem do dia, devolveu a palavra ao Presidente. Iniciando a Assembleia, com os assuntos gerais e administrativos do CIGAMERIOS, apresentou os encaminhamentos da Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS - CIS/AMERIOS, onde solicita promover Termo Aditivo ao Edital de Chamada Pública n. 03/2016, através do Processo Administrativo n. 09/2016, Inexigibilidade n. 03/2016 com relação às cirurgias ortopédicas. Iniciada a discussão, deliberou-se sobre o pedido da Assembleia Geral do CIS-AMERIOS e por unanimidade dos Prefeitos e a Prefeita, convalidaram as tratativas relacionado a cirurgias e autorizaram a formalização do 2º Termo Aditivo relacionados a cirurgias ortopédicas, alterando o Termo de Referência do Edital de Chamada Pública n. 03/2016, nos termos, forma e valores deliberados pela Assembleia Geral do CIS-AMERIOS. Em seguida, o Presidente comunicou que expirou o prazo de validade do contrato da Valquiria Astrigi no dia quatro de outubro de 2017 com a AMERIOS e de que a Assembleia Geral daquela Associação deliberou por unanimidade em não renovar os serviços dela. Na palavra livre, todos tiveram oportunidade de manifestar suas opiniões, e depois disso, os Prefeitos e a Prefeita por unanimidade decidiram que para não ocorrer atrasos no atendimento aos municípios, designaram provisoriamente o Dr. Arnildo Luiz Kollet para Coordenar e desempenhar o serviço jurídico administrativo e a Srta. Karine Simony Muller na função de Pregoeira cumulativamente com o que já fazem, de forma que prossigam normalmente o andamento dos trabalhos e atividades de órgão gerenciador CIGAMERIOS. Dando continuidade, iniciou a pauta PIGIRS que foi representado pelo Coordenador Geral, Prefeito de Caibi, Sr. Eloi Líbano que em deliberação, trataram da coleta seletiva que terá início em 2018 e que no dia 16 de outubro de 2017, serão decididas as metas na reunião da Comissão. Tratou-se sobre a coleta seletiva nos polos setoriais dentro do consórcio promovendo a conscientização da população. Também será convidada a Senhora Juleide da TOOS para explanação sobre a parceria público privado na coleta seletiva de resíduos sólidos aos Prefeitos. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a Assembleia Geral e mandou lavrar a presente ata, que após lida foi aprovada por unanimidade, conforme segue assinada pelos presentes. Maravilha/SC, 05 de outubro de 2017.

**RESOLUÇÃO Nº 011-2017 - HOMOLOGA RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS DE PNEUS**

Publicação Nº 1404842

**RESOLUÇÃO Nº 011/2017/ CIGAMERIOS**

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO TÉCNICA DE PNEUS CÂMARAS DE AR E PROTETORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no Contrato de Consórcio Público, Cláusulas 13, IV e XVI, 14, Parágrafo Único, 15 e 45, considerando as seguintes disposições: Lei Federal n. 8.666/93, art. 112, § 1º, art. 114 c/c 115; Lei Federal n. 11.107/05, artigo 17; Decreto Federal nº 6.017/07; Prejulgado n. 2.151 do TCE/SC; Prejulgado n. 1.994 do TCE/SC; Resolução nº 005/2015 – CIGAMERIOS; Processo Administrativo n. 07/2017, Chamada Pública n. 01/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC - Edição n. 2308, do dia 01/08/2017, conforme estabelece a Resolução CIGAMERIOS n. 014/2015,

**H O M O L O G A :**

Art. 1º - O julgamento proferido pelos membros da Comissão Especial, constituídos pela Resolução n. 09, de 05 de outubro de 2017, responsáveis pela avaliação técnica e julgamento dos produtos, de acordo com a Chamada Pública nº 01/2017 do Processo Administrativo n.07/2017, que tem como objeto a análise dos produtos em conformidade com as especificações técnicas apresentados pelos fabricantes e/ou fornecedores de pneus, câmaras de ar e protetores, interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e pelos Municípios consorciados.

Art. 2º - Ficam homologados os Atestados de Aprovação expedidos pela Comissão Especial, de acordo com o julgamento por eles proferido e registrado em Ata de julgamento, com especificações e motivos transcritos nos respectivos Termos de Análise, conforme número de item, descrição do produto, marca e modelo a seguir:

**I - ATESTADO DE APROVAÇÃO 01/2017**

Empresa: MODELO PNEUS LTDA – CNPJ N. 94.510.682/0001-26

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/PRODUTOS/MATERIAIS	MARCA	MODELO
1	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 12-16.5	TORTUGA	AD1916
2	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 12.4 - 24	QBOM/TORTUGA	TR-218
3	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 12.5 /80 – 18	TORTUGA	AG2018
4	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU ARO 13	QBOM	GR-13
5	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU ARO 14	QBOM	GR-14
6	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 14.9 - 24	QBOM/TORTUGA	TR-218
7	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 16.9 - 28	QBOM/TORTUGA	TR-218
8	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 17.5 – 25	QBOM/TORTUGA	TR-220
9	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 18.4 - 30	QBOM/TORTUGA	TR-218
10	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 18.4 - 34	QBOM/TORTUGA	TR-218
11	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 19.5 – 24	TORTUGA	TR-218
12	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 23.1 - 26	QBOM/TORTUGA	TR-218
13	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 275/80R22,5	QBOM/TORTUGA	TR-462
14	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 295/80R22,5	QBOM/TORTUGA	TR-462
15	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 700 – 16	QBOM/TORTUGA	TR-460
16	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 750 - 16	QBOM/TORTUGA	TR-460
17	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 900 - 16	QBOM/TORTUGA	TR-15
18	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 900 – 20	QBOM/TORTUGA	TC-131
19	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARAPNEU 1000 – 20	QBOM/TORTUGA	TC-131
20	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1300 – 24	QBOM	KM24 TR-220
21	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1400 – 24	QBOM/TORTUGA	KM24 TR-220
22	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 17.5-25	IRBO	CAMINHÃO
23	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 750 - 16	VULK VIPAL	CAMINHÃO
24	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 900 - 20	RUZI	CAMINHÃO
25	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1000 - 20	RUZI	CAMINHÃO
26	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1100 - 22	RUZI	CAMINHÃO
27	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1300 - 24	SBN	CAMINHÃO
28	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1400 – 24	SBN	CAMINHÃO
29	PNEU 12.4-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	FIRESTONE	SAT 23G 10L
30	PNEU 12.5/80-18 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROES-CAVADEIRA).	FIRESTONE	STL
31	PNEU 165/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 79 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F700

32	PNEU 165/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 81 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F580
33	PNEU 175/65R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F700
34	PNEU 175/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F700
35	PNEU 175/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).	FIRESTONE	F700
36	PNEU 175/80R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (UTILITÁRIO).	PIRELLI	CITYNET
37	PNEU 185/60R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE BRIDGESTONE	F900 TURANZA ER300
38	PNEU 185/65R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F700
39	PNEU 185/65R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	TURANZA ER300 ECOPIA EP150
40	PNEU 185/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F700
41	PNEU 185/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F700
42	PNEU 185 R14, C 102/100R, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), RADIAL, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (KOMBI).	FIRESTONE	CV5000
43	PNEU 195/55R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 85 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F900
44	PNEU 195/55R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018), GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P7
45	PNEU 195/60R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F900
46	PNEU 195/65R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	EP150
47	PNEU 195/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
48	PNEU 195/75R16, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, INDICE DE CARGA 107 KG, INDICE DE VELOCIDADE, R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
49	PNEU 195R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 106 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
50	PNEU 205/55R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	TURANZA ER 300
51	PNEU 205/60R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, INDICE CARGA 92 KG, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DUELER A/T
52	PNEU 205/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DOBLÔ).	BRIDGESTONE	DURAVIS
53	PNEU 205/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
55	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018) TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, LISO PARA PAVIMENTO. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MICRO ONIBUS).	FIRESTONE	FS557



56	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	PIRELLI	FG85
57	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE M, SULCO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS).	FIRESTONE	FS557
58	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 14 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS).	BRIDGESTONE	M814
59	PNEU 215/80R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, PARA, ÍNDICE DE CARGA 123 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	FIRESTONE	DESTINATION AT
60	PNEU 225/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE PIRELLI	DESTINATIONA AT SCORPION ATR
61	PNEU 225/65R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 102 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CARRIER 112R
62	PNEU 225/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	FIRESTONE	DESTINATION A/T
63	PNEU 225/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
64	PNEU 225/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
65	PNEU 225/45R17 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) RADIAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	POTENZA RE760 TURANZA ER300
66	PNEU 235/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION A/T
67	PNEU 235/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS).	FIRESTONE	DESTINATION A/T
68	PNEU 235/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	FIRESTONE	DESTINATION A/T
69	PNEU 255/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) ÍNDICE 111S RADIAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DUELER AT
70	PNEU 265/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), RADIAL, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 123 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION
71	PNEU 275/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 23,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO).	BRIDGESTONE	L320
72	PNEU 275/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO).	BRIDGESTONE	M840
73	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO).	FIRESTONE	T831
74	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 25 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO).	FIRESTONE	T831
75	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO).	BRIDGESTONE FIRESTONE	M840 T-819

76	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	FIRSTONE	T831
77	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 25MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	FIRSTONE	T831
78	PNEU 2.75-21. 45 R NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), CONVENCIONAL, (MOTOCICLETA).	RINALDI	WH21
79	PNEU 4.10X18. 60R, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), CONVENCIONAL.	RINALDI	WH21
80	PNEU 5.60 /15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), 04 LONAS. CONVENCIONAL.	FIRESTONE	P671
81	PNEU 9-17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) CONVENCIONAL, COM 12 LONAS APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
82	PNEU 10-16.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE DO SULCO 17MM (BOB CAT).	PIRELLI	PN16
83	PNEU 12R16,5 R-4 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), 14 LONAS, RADIAL COM CARÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA).	MICHELIN	ALL TERRIAN
84	PNEU 12-16.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE SULCO 18MM. INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	PIRELLI	PN16
85	PNEU 12.5/80-18 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	FIRESTONE	STL
86	PNEU 14.9-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	FIRESTONE	SAT 23G
87	PNEU 14.9-26 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	FIRESTONE	SAT 23G
88	PNEU 14.9-28 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 8 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	FIRESTONE	SAT 23G
89	PNEU 15-6.00 - 6 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), NHS, CONVENCIONAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (CORTADOR DE GRAMA).	TRELLEBORG	T510
90	PNEU 16.9-28, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), CONVENCIONAL, (R4), 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	FIRESTONE	AT UTILITY
91	PNEU 16.9-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	FIRESTONE	SAT 23G
92	PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS, L3, INDICE DE CARGA 7300 KG, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE PROFUNDIDADE, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA E CARREGADEIRA).	FIRESTONE	SRG L3
93	PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018) CONVENCIONAL, L2, 12 LONAS. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	FIRESTONE	SGG LD L2
94	PNEU 18.4-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	FIRESTONE	SAT 23G 12L
95	PNEU 18.4-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	FIRESTONE	SAT 23G 10L
96	PNEU 18.4-34 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	FIRESTONE	SAT 23G 12L
97	PNEU 19.5R24 R4 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), 20 LONAS, RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA).	MICHELIN	XMCL
98	PNEU 19.5L-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	FIRESTONE	AT UTILITY 12L
99	PNEU 19.5-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	FIRESTONE	AT UTILITY 12L
100	PNEU 19.5-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, 27MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	AT UTILITY 12L
101	PNEU 20.5-25 L3 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018) 16 LONAS, CONVENCIONAL (ROLO).	FIRESTONE	L3
102	PNEU 23.1-26 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, AGRÍCOLA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SAT 23G
103	PNEU 23.1-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, PARA TRATOR, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SAT 23G

104	PNEU 700-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 14MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA)	PIRELLI	RT59
105	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA).	FIRESTONE	RIB IMPLEMENT
106	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA).	PIRELLI	RA45
107	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA - EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO).	PIRELLI	AS22
108	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT52
109	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 116 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RT59
110	PNEU 750R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, MISTO, ÍNDICE DE CARGA 120 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
111	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG01
112	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS, ÍNDICE E CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO)	PIRELLI	FG01
113	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T-545
114	PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO).	PIRELLI	RT59
115	PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT65
116	PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT65
117	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO).	FIRESTONE	T819
118	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO DIRECIONAL OU TRACÇÃO MODERADA - TRANSPORTE URBANO).	FIRESTONE	CTRZ
119	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO - SERVIÇO MISTO).	FIRESTONE	T831
120	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 23MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO - SERVIÇO MISTO).	FIRESTONE	T831
121	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO - SERVIÇO MISTO).	FIRESTONE	T831
122	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, ÍNDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIDADE SULCO 23MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO - SERVIÇO MISTO).	FIRESTONE	T831

123	PNEU 1300-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, G2, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	G2
124	PNEU 1300-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 8 LONAS, LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (COMPACTADOR).	FIRESTONE	G1
125	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, G2 COM 12 LONAS, DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA).	FIRESTONE	G2
126	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA).	FIRESTONE	G2
127	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, G2, COM 16 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA).	FIRESTONE	G2
128	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), CONVENCIONAL, E3, COM 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RM95
129	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA).	PIRELLI	RM95
130	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), COM 28 LONAS, E3, CONVENCIONAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	RG EXCAVATOR
131	PNEU 1400R24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL 1* G2, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA).	BRIDGESTONE MICHELIN	VUT XGLA2
132	PNEU 1400R24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), RADIAL 1* G2, COM CARÇAÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE SULCO DE 25,0 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA).	BRIDGESTONE MICHELIN	VUT XGLA2
133	PNEU 205/75R16, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110/108 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ).	BRIDGESTONE	DURAVIS

## II - ATESTADO DE APROVAÇÃO 002/2017

Empresa: BELLENZIER PNEUS LTDA – CNPJ N. 73.730.129/0016-05

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/PRODUTOS/MATERIAIS	MARCA	MODELO
1	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 12-16.5	TORTUGA	AG1916
2	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 12.4 - 24	QBOM	AGQ12.4-24
3	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 12.5 /80 – 18	TORTUGA	AG2018
4	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU ARO 13	QBOM	GR13/14
5	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU ARO 14	QBOM	GR13/14
6	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 14.9 - 24	QBOM	AGQ14.9-24
7	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 16.9 - 28	QBOM	AGQ16.9-28
8	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 17.5 – 25	QBOM	FEQ17.5R25
9	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 18.4 - 30	QBOM	AGQ18.4-30
10	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 18.4 - 34	QBOM	AGQ 18.4-34
11	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 19.5 – 24	TORTUGA	AG3026
12	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 23.1 - 26	QBOM	AGQ23.1-26
13	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 275/80R22,5	QBOM	275/80R22.5
14	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 295/80R22,5	QBOM	295/80R22.5
15	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 700 – 16	QBOM	AGQ6.50-16
16	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 750 - 16	QBOM	AGQ7.50-16
17	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 900 - 16	QBOM	AGQ9.00-16
18	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 900 – 20	QBOM	9.00R20
19	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARAPNEU 1000 – 20	QBOM	10.00R20
20	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1300 – 24	QBOM	FEQ14.OOR24
21	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1400 – 24	QBOM	FEQ14.OOR24
22	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 17.5-25	IRBOFLEX	R25
23	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 750 - 16	RUZI	R16
24	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 900 - 20	RUZI	R20
25	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1000 - 20	RUZI	R20
26	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1100 - 22	RUZI	R22
27	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1300 - 24	REALFLEX	R24
28	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1400 – 24	REALFLEX	R24
29	PNEU 12.4-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM95



31	PNEU 165/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 79 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P4 FORMULA ENERGY
33	PNEU 175/65R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: (2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P1 FORMULA ENERGY
34	PNEU 175/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P1 FORMULA ENERGY
35	PNEU 175/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).	PIRELLI	CHRONO SCORPION ATR
36	PNEU 175/80R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (UTILITÁRIO).	PIRELLI	CITYNET AW
37	PNEU 185/60R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P1 P7
38	PNEU 185/65R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P1 FORMULA ENERGY
39	PNEU 185/65R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P1 SCORPION ATR
41	PNEU 185/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P1 P600
42	PNEU 185 R14, C 102/100R, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), RADIAL, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (KOMBI).	PIRELLI	CHRONO
43	PNEU 195/55R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 85 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P1 PLUS CINTURATO P7 P7
44	PNEU 195/55R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018), GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P7
45	PNEU 195/60R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P7 CINTURATO P1
46	PNEU 195/65R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P7
47	PNEU 195/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
48	PNEU 195/75R16, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 107 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE, R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
49	PNEU 195R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 106 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
50	PNEU 205/55R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P1 PLUS CINTURATO P7 P7
51	PNEU 205/60R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE CARGA 92 KG, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
52	PNEU 205/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DOBLÔ).	PIRELLI	CHRONO
53	PNEU 205/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
54	PNEU 205/75R16, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ).	PIRELLI	CHRONO
55	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018) TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, LISO PARA PAVIMENTO. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MICRO ONIBUS).	PIRELLI	FR85 FORMULA DRIVER II

56	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	PIRELLI	FG01
57	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE M, SULCO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS).	PIRELLI	FR85 MC45 MC01
61	PNEU 225/65R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 102 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CARRIER
62	PNEU 225/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	PIRELLI	SCORPION ATR
63	PNEU 225/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
64	PNEU 225/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
65	PNEU 225/45R17 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) RADIAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P1 PLUS CINTURATO P7
66	PNEU 235/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR SCORPION VERDE
67	PNEU 235/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS).	PIRELLI	SCORPION ATR
68	PNEU 235/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	PIRELLI	SCORPION ATR
70	PNEU 265/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), RADIAL, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 123 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR SCORPION STR
72	PNEU 275/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	FG85 FG01
73	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG01 TG85
75	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	FG01 FG85
76	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG01 TG85
80	PNEU 5.60 /15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), 04 LONAS. CONVENCIONAL.	PIRELLI	TORNADO ALFA
82	PNEU 10-16.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE DO SULCO 17MM (BOB CAT).	PIRELLI	PN16
84	PNEU 12-16.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE SULCO 18MM. INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	PIRELLI	PN16
87	PNEU 14.9-26 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM95
88	PNEU 14.9-28 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 8 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM95 ADVANTAGE
92	PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS, L3, INDICE DE CARGA 7300 KG, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE PROFUNDIDADE, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA E CARREGADEIRA).	PIRELLI	RM99
93	PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018) CONVENCIONAL, L2, 12 LONAS. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	PIRELLI	PN12
94	PNEU 18.4-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM95

95	PNEU 18.4-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM95
96	PNEU 18.4-34 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM95
98	PNEU 19.5L-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO-ESCAVADEIRA).	PIRELLI	PN12
99	PNEU 19.5-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO-ESCAVADEIRA).	PIRELLI	PN12
100	PNEU 19.5-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, 27MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN12
101	PNEU 20.5-25 L3 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018) 16 LONAS, CONVENCIONAL (ROLO).	PIRELLI	RM99
102	PNEU 23.1-26 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, AGRÍCOLA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	MB39
103	PNEU 23.1-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, PARA TRATOR, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TM95
104	PNEU 700-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 14MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA)	PIRELLI	RT59
105	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA).	PIRELLI	CT52 RA45
106	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA).	PIRELLI	CT52 RA45
107	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA - EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO).	PIRELLI	AS22
108	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT52
109	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 116 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI PIRELLI	RT59 AS22
110	PNEU 750R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, MISTO, ÍNDICE DE CARGA 120 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
111	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO).	PIRELLI	TG01
112	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS, ÍNDICE E CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO)	PIRELLI	FG01
113	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG01 FORMULA DRIVER II
114	PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO).	PIRELLI	RT59 AS22
115	PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT65S
116	PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT65S
117	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO).	PIRELLI	FG01



118	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA - TRANSPORTE URBANO).	PIRELLI	TG01 TR01
119	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG01
121	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG01
123	PNEU 1300-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, G2, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN14
125	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, G2 COM 12 LONAS, DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA).	PIRELLI	PN14
126	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA).	PIRELLI	PN14
127	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, G2, COM 16 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA).	PIRELLI	PN14
128	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), CONVENCIONAL, E3, COM 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RM95
129	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA).	PIRELLI	RM95
130	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), COM 28 LONAS, E3, CONVENCIONAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RM95
134	PNEU 12.5/80-18 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	PIRELLI	PN12
135	PNEU 185/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P400
136	PNEU 215/80R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, PARA, ÍNDICE DE CARGA 109 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	SCORPION ATR
137	PNEU 225/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 101 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
138	PNEU 225/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 107 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION VERDE
139	PNEU 255/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) ÍNDICE 109T RADIAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
140	PNEU 255/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) ÍNDICE 109H RADIAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION STR
141	PNEU 275/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG85
142	PNEU 275/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20.5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG01
143	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG85
144	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG01

145	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG85
146	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG01
147	PNEU 12.5/80-18 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	PIRELLI	PN12
148	PNEU 14.9-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 08 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM95
149	PNEU 16.9-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 08 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM95
150	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG01
151	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018) TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, ÍNDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG01
152	PNEU 1400R24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL E3/L3, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA).	PIRELLI	RM100
153	PNEU 1400R24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), RADIAL E3/L3, COM CARÇAÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE SULCO DE 25,0 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA).	PIRELLI	RM100

## III - ATESTADO DE APROVAÇÃO 003/2017

Empresa: JOAÇABA PNEUS LTDA – CNPJ N. 84.587.245/0010-48

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/PRODUTOS/MATERIAIS	MARCA	MODELO
1	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 12-16.5	QBOM	AD1916
2	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 12.4 - 24	PIRELLI	24T640
3	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 12.5 /80 – 18	TORTUGA	TR-15
4	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU ARO 13	QBOM	GR-13/14
5	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU ARO 14	QBOM	GR-13/14
6	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 14.9 - 24	PIRELLI	24T800
7	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 16.9 - 28	TORTUGA	CAMINHÃO
8	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 17.5 – 25	QBOM	TR220
9	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 18.4 - 30	PIRELLI	30T940
10	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 18.4 - 34	PIRELLI	34T995
11	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 19.5 – 24	TORTUGA	TR218
12	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 23.1 - 26	QBOM	TR220
13	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 275/80R22,5	QBOM	TR462
14	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 295/80R22,5	QBOM	TR462
15	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 700 – 16	PIRELLI	16L450 TR15
16	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 750 - 16	PIRELLI	16HE415 TR441
17	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 900 - 16	QBOM	TR15
18	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 900 – 20	PIRELLI QBOM	20Z500 CAMINHÃO
19	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARAPNEU 1000 – 20	PIRELLI QBOM	20Z570 CAMINHÃO
20	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1300 – 24	QBOM	TR220
21	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1400 – 24	QBOM	TR220
22	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 17.5-25	ABM	25
23	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 750 - 16	SBN	16
24	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 900 - 20	SBN	20
25	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1000 - 20	SBN	20
26	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1100 - 22	SBN	22
27	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1300 - 24	ABM/SBN	24
28	PROTETOR NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) PARA PNEU 1400 – 24	ABM/SBN	24

29	PNEU 12.4-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM-95
30	PNEU 12.5/80-18 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROES-CAVADEIRA).	PIRELLI	PN-12
31	PNEU 165/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 79 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P4
33	PNEU 175/65R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: (2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P4
34	PNEU 175/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI PIRELLI PIRELLI	P4 P1 CINTURATO P400
35	PNEU 175/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).	PIRELLI	CHRONO
36	PNEU 175/80R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (UTILITÁRIO).	PIRELLI	CIT AW
37	PNEU 185/60R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI PIRELLI	P7 P1 CINTURATO
38	PNEU 185/65R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI PIRELLI PIRELLI	P4 P1 CINTURATO P6
39	PNEU 185/65R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P1
40	PNEU 185/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI PIRELLI	P4 P400
41	PNEU 185/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI PIRELLI	P1 88H P400
42	PNEU 185 R14, C 102/100R, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), RADIAL, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (KOMBI).	PIRELLI	CHRONO
43	PNEU 195/55R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 85 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P7
44	PNEU 195/55R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018), GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P7
45	PNEU 195/60R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI PIRELLI	P7 P1 CINTURATO
46	PNEU 195/65R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P7
47	PNEU 195/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
48	PNEU 195/75R16, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 107 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE, R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
49	PNEU 195R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 106 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
50	PNEU 205/55R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI PIRELLI	P7 P1
51	PNEU 205/60R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE CARGA 92 KG, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P7
52	PNEU 205/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DOBLÔ).	PIRELLI	CHRONO

53	PNEU 205/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
54	PNEU 205/75R16, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ).	PIRELLI	CHRONO
55	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018) TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, LISO PARA PAVIMENTO. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MICRO ONIBUS).	PIRELLI PIRELLI PIRELLI	MC-45 MC-01 FR-85
56	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	PIRELLI	FG-01
57	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE M, SULCO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS).	PIRELLI PIRELLI PIRELLI	MC-45 MC-01 FR-85
59	PNEU 215/80R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, PARA, ÍNDICE DE CARGA 123 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	PIRELLI	ATR STREET
62	PNEU 225/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	PIRELLI	SCORPION ATR
63	PNEU 225/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
65	PNEU 225/45R17 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) RADIAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI PIRELLI	P1 P7 CINTURATO
66	PNEU 235/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
67	PNEU 235/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS).	PIRELLI	SCORPION ATR
68	PNEU 235/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	PIRELLI	SCORPION ATR
70	PNEU 265/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), RADIAL, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 123 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION STR
72	PNEU 275/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	FG-01
73	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG-01
75	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	FG-01
76	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG-01
80	PNEU 5.60 /15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), 04 LONAS. CONVENCIONAL.	PIRELLI	LISO
82	PNEU 10-16.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE DO SULCO 17MM (BOB CAT).	PIRELLI	PN-16
84	PNEU 12-16.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE SULCO 18MM. ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	PIRELLI	PN-16
87	PNEU 14.9-26 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM-95
88	PNEU 14.9-28 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 8 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM-95



92	PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS, L3, ÍNDICE DE CARGA 7300 KG, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE PROFUNDIDADE, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA E CARREGADEIRA).	PIRELLI	RM-99
93	PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018) CONVENCIONAL, L2, 12 LONAS. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	PIRELLI	PN-12
94	PNEU 18.4-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM-95
95	PNEU 18.4-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM-95
96	PNEU 18.4-34 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM-95
98	PNEU 19.5L-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	PIRELLI	PN-12
99	PNEU 19.5-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	PIRELLI	PN-12
100	PNEU 19.5-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, 27MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN-12
101	PNEU 20.5-25 L3 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018) 16 LONAS, CONVENCIONAL (ROLO).	PIRELLI	RM-99
102	PNEU 23.1-26 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, AGRÍCOLA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	MB-39
103	PNEU 23.1-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, PARA TRATOR, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TM-95
104	PNEU 700-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 14MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA)	PIRELLI	RT-59
105	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA).	PIRELLI	CT-52
106	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA).	PIRELLI	CT-52
107	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA - EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO).	PIRELLI	AS-22
108	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT-52
109	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 116 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RT-59
110	PNEU 750R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, MISTO, ÍNDICE DE CARGA 120 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG-85
111	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG-01
112	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS, ÍNDICE E CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO)	PIRELLI	FG-01
113	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FR-85
114	PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO).	PIRELLI	RT-59
115	PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT-65S
116	PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT-65S

117	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	FG-01
118	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA - TRANSPORTE URBANO).	PIRELLI	TR-01
119	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG-01
121	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG-01
123	PNEU 1300-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, G2, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN-12
125	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, G2 COM 12 LONAS, DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA).	PIRELLI	PN-14
126	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA).	PIRELLI	PN-14
127	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, G2, COM 16 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA).	PIRELLI	PN-14
128	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), CONVENCIONAL, E3, COM 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RM-95
129	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA).	PIRELLI	RM-95
130	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), COM 28 LONAS, E3, CONVENCIONAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RM-95
134	PNEU 12.5/80-18 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	PIRELLI	PN-12
137	PNEU 225/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 101/102 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
140	PNEU 255/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) ÍNDICE 109H RADIAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION STR
142	PNEU 275/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20.5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG-01
144	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG-01
146	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG-01
147	PNEU 12.5/80-18 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	PIRELLI	PN12
148	PNEU 14.9-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 08 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM-95
149	PNEU 16.9-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 08 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	PIRELLI	TM-95
150	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG-01

151	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, ÍNDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG-01
152	PNEU 1400R24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL E3/L3, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA).	PIRELLI	RM100 E3/L3
153	PNEU 1400R24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), RADIAL E3/L3, COM CARÇAÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE SULCO DE 25,0 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA).	PIRELLI	RM100 E3/L3
154	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS).	PIRELLI	MC-45
155	PNEU 215/80R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, PARA, ÍNDICE DE CARGA 107 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	SCORPION ATR
156	PNEU 225/65R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 112 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CARRIER
157	PNEU 225/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO

## IV - ATESTADO DE APROVAÇÃO 004/2017

Empresa: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI-ME – CNPJ N. 17.092.175/0001-79

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/PRODUTOS/MATERIAIS	MARCA	MODELO
29	PNEU 12.4-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
30	PNEU 12.5/80-18 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	GOODYEAR	SURE FRIP LUG
31	PNEU 165/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 79 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	KELLY EDGE
32	PNEU 165/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 81 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ASSURANCE
33	PNEU 175/65R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ASSURANCE
34	PNEU 175/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	KELLY EDGE
35	PNEU 175/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).	GOODYEAR	KELLY EDGE
36	PNEU 175/80R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (UTILITÁRIO).	GOODYEAR	EDGE SUV
37	PNEU 185/60R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EFFICIENT GRIP
38	PNEU 185/65R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ASSURANCE
39	PNEU 185/65R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ASSURANCE
41	PNEU 185/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ASSURANCE
42	PNEU 185 R14, C 102/100R, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), RADIAL, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (KOMBI).	GOODYEAR	G32



43	PNEU 195/55R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 85 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EAGLE SPORT
44	PNEU 195/55R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018), GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EFFICIENT GRIP
45	PNEU 195/60R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EFFICIENT GRIP
46	PNEU 195/65R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EFFICIENT GRIP
47	PNEU 195/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32
48	PNEU 195/75R16, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, INDICE DE CARGA 107 KG, INDICE DE VELOCIDADE, R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32
49	PNEU 195R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 106 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32
50	PNEU 205/55R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EFFICIENT GRIP
51	PNEU 205/60R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, INDICE CARGA 92 KG, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EFFICIENT GRIP
53	PNEU 205/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32
54	PNEU 205/75R16, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ).	GOODYEAR	G32
55	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018) TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, LISO PARA PAVIMENTO. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MICRO ONIBUS).	GOODYEAR	STEELMARK AGS
56	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	GOODYEAR	G686
57	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE M, SULCO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE APROVADO: atende todos os requisitos do edital FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS).	GOODYEAR	RHS
58	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 14 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS).	GOODYEAR	RHD
59	PNEU 215/80R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, PARA, ÍNDICE DE CARGA 123 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	GOODYEAR	KELLY EDGE SUV
60	PNEU 225/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	FORTERA
61	PNEU 225/65R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 102 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32
62	PNEU 225/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	GOODYEAR	WRANGLER ARMOR-TRAC
63	PNEU 225/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32
64	PNEU 225/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32
65	PNEU 225/45R17 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) RADIAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EFFICIENT GRIP PERFORMANCE

66	PNEU 235/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WANGLER ARMORTRAC
67	PNEU 235/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS).	GOODYEAR	WRANGLER ARMORTRAC
68	PNEU 235/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO).	GOODYEAR	WRANGLER ARMORTRAC
69	PNEU 255/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) ÍNDICE 111S RADIAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER ARMORTRAC
70	PNEU 265/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), RADIAL, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 123 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER RT/S
71	PNEU 275/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 23,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	GOODYEAR	G677
72	PNEU 275/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO).	GOODYEAR	G686
73	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	GOODYEAR	G677
74	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 25 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	GOODYEAR	G677
75	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO).	GOODYEAR	G686
76	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	GOODYEAR	G677
77	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 25MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	GOODYEAR	G677
81	PNEU 9-17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) CONVENCIONAL, COM 12 LONAS APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
82	PNEU 10-16.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE DO SULCO 17MM (BOB CAT).	GOODYEAR	IT323
84	PNEU 12-16.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE SULCO 18MM. ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	GOODYEAR	IT323
87	PNEU 14.9-26 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
88	PNEU 14.9-28 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 8 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
91	PNEU 16.9-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
92	PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS, L3, ÍNDICE DE CARGA 7300 KG, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE PROFUNDIDADE, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA E CARREGADEIRA).	GOODYEAR	HRL 3A
93	PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018) CONVENCIONAL, L2, 12 LONAS. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	GOODYEAR	EARTHMOVER TRACTION
94	PNEU 18.4-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
95	PNEU 18.4-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
96	PNEU 18.4-34 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	GOODYEAR	DYNA TORQUE II

98	PNEU 19.5L-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO-ESCAVADEIRA).	GOODYEAR	IT525
99	PNEU 19.5-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO-ESCAVADEIRA).	GOODYEAR	IT525
100	PNEU 19.5-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, 27MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	IT525
101	PNEU 20.5-25 L3 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018) 16 LONAS, CONVENCIONAL (ROLO).	TITAN	ND LCM
102	PNEU 23.1-26 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, AGRÍCOLA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ALL WEATHER
103	PNEU 23.1-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, PARA TRATOR, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ALL WEATHER
104	PNEU 700-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 14MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA)	GOODYEAR	CT160
105	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA).	GOODYEAR	G8
106	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA).	GOODYEAR	G8
107	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA - EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO).	GOODYEAR	BANDEIRANTE
108	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
109	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 116 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CT160
110	PNEU 750R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, MISTO, ÍNDICE DE CARGA 120 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32
111	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	GOODYEAR	G167
112	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS, ÍNDICE E CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO)	GOODYEAR	G186
113	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G291
114	PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO).	GOODYEAR	CONQUISTADOR
115	PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
116	PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
117	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO).	GOODYEAR	G686
118	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA - TRANSPORTE URBANO).	GOODYEAR	G665

119	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	GOODYEAR	G677
120	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 23MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	GOODYEAR	G677
121	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	GOODYEAR	G677
122	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU 2018) TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, ÍNDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIDADE SULCO 23MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	GOODYEAR	G677
123	PNEU 1300-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, G2, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	TITAN	ROAD GRADER
124	PNEU 1300-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 8 LONAS, LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (COMPACTADOR).	TITAN	ROAD GRADER
125	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, G2 COM 12 LONAS, DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA).	TITAN	ROAD GRADER
126	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA).	TITAN	ROAD GRADER
127	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, G2, COM 16 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA).	TITAN	ROAD GRADER
130	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), COM 28 LONAS, E3, CONVENCIONAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	HRL 3A
131	PNEU 1400R24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, RADIAL 1* G2, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA).	TITAN	TG2
132	PNEU 1400R24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), RADIAL 1* G2, COM CARÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE SULCO DE 25,0 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA).	TITAN	TG2
158	PNEU 12.5/80-18 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).	GOODYEAR	SURE GRIP LUG
159	PNEU 14.9-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
160	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2017 OU 2018), TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 28 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA).	GOODYEAR	HRL 3A

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 18 de outubro de 2017  
 JAIRO RIVELINO EBELING  
 PRESIDENTE DO CIGAMERIOS